REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "A" AO Nº 125 TERÇA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)
3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24

Líder
Humberto Costa - PT (22,28)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (3,37)
Benedito de Lira (16,18,44)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Telmário Mota (4,38,42)
Regina Sousa (41)
.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (22,28)

Vice-Líderes do PT
Paulo Rocha (32)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Lindbergh Farias (30)
Fátima Bezerra (34)

Líder do PDT - 6
Acir Gurgacz (3,37)

Vice-Líder do PDT
Telmário Mota (4,38,42)

Líder do PP - 5
Benedito de Lira (16,18,44)

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21

.....

Líder do PMDB - 17

Líder do PSD - 4
Omar Aziz (13)

Vice-Líder do PSD
Sérgio Petecão (12)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17

Líder
Alvaro Dias - PSDB (20)

Vice-Líderes
Ataídes Oliveira (33)
Wilder Morais (46)
Antonio Anastasia (47)
.....

Líder do PSDB - 12
Cássio Cunha Lima (17)

Vice-Líderes do PSDB
Paulo Bauer (23)
Aloysio Nunes Ferreira (40)

Líder do DEM - 5
Ronaldo Caiado (6)

Vice-Líder do DEM
José Agripino (39)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9

Líder
Lídice da Mata - PSB (11,25)

Vice-Líderes
José Medeiros (15,19,29)
Vanessa Grazziotin (21,26)
Randolfe Rodrigues (24,27)
.....

Líder do PSB - 6
João Capiberibe (1,14)

Vice-Líder do PSB
Roberto Rocha (45)

Líder do PPS - 1
José Medeiros (15,19,29)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (24,27)

Líder do PCdoB - 1
Vanessa Grazziotin (21,26)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9

Líder
Fernando Collor - PTB (5,10)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (9)
Eduardo Amorim (8)
Marcelo Crivella (2,7)
.....

Líder do PTB - 3
Fernando Collor (5,10)

Líder do PR - 4
Blairo Maggi (9)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (8)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (2,7)

Governo

Líder
Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos- CAE
Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de julho de 2015 005
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2015 033
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2015 036
Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de julho de 2015 049
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais- CAS
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de junho de 2015 084
1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de julho de 2015 110
1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2015 137
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2015 153
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2015 187
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2015 197
1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2015 200
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2015 217
1.1.5.1 – Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte
Ata da 1ª Reunião, realizada em 13 de maio de 2015 220
1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa- CDH
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2015 222
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2015 255
Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2015 279
1.1.7 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDH
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de junho de 2015 309
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2015 327
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2015 341
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2015 357
1.1.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2015 359
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2015 387
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2015 403
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2015 406
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de julho de 2015 448
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2015 476
1.1.9 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2015 479
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2015 494
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2015 524
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2015 548
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2015 550
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de julho de 2015 583

1.1.10 – Comissão Senado do Futuro - CSF
Ata da 1ª Reunião, realizada em 25 de março de 2015 618

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quinze minutos do dia sete de julho do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, Ciro Nogueira, José Pimentel, Acir Gurgacz, Gladson Cameli, Ivo Cassol, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Omaz Aziz, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Rose de Freitas, Hélio José, José Agripino, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Dalirio Beber, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, José Medeiros, Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Lindbergh Farias, Benedito de Lira, Sandra Braga, Roberto Requião, Alvaro Dias e Wellington Fagundes. O presidente declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 20ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 50 de 2015 (Aviso nº 69/2015-BCB), de 26 de junho de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões o Real, referentes ao mês de maio de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; Aviso nº 698-GP/TCU, de 29 de junho de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 023.911/2014-0, na Sessão de 3/6/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da primeira parte da pauta. **Item 1**- Mensagem (SF) nº 45 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Após a leitura do relatório, o presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede vista coletiva, nos termos regimentais. Em seguida, a presidência inicia a apreciação dos itens constantes da segunda parte da pauta. **Item 1**- Projeto de Lei do Senado nº 79 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social", tendo como relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório contrário ao projeto. A matéria é retirada de pauta, para reexame. **Item 2**- Projeto de Lei do Senado nº 17 de 2015, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "define normas de regulação para o mercado de órteses, próteses e materiais especiais", tendo como relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece relatório favorável ao projeto com três emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra as Senadoras Gleisi Hoffmann e Ana Amélia. É solicitada vista pelos Senadores Acir Gurgacz e Telmário Mota. O presidente da Comissão concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 3**- Projeto de Lei do Senado nº 139 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Davim, que "altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica", tendo como relator o Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório contrário ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) Senadores(as) Waldemir Moka, Gleisi Hoffmann e Rose de Freitas. É solicitada vista pelos(as) senadores(as) Rose de Freitas e Flexa Ribeiro. O presidente da Comissão concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 4**- Projeto de Lei do Senado nº 5 de 2015, Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para alterar o enquadramento no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) das atividades de prestação de serviço de representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros", tendo como relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador José Pimentel. É solicitada vista pelo Senador José Pimentel. O presidente da Comissão concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 5**- Projeto de Lei do Senado nº 87 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "dispõe sobre a cobrança em estacionamento de shopping center", tendo como relator o Senador Douglas Cintra, que oferece relatório contrário ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) Senadores(as) Romero Jucá, Walter Pinheiro, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann e José

Agripino. Encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto e pela prejudicialidade das emendas apresentadas. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. **Item 6-** Projeto de Lei do Senado nº 50 de 2015, não terminativo, de autoria da Senadora Angela Portela, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET", tendo como relator o Senador José Medeiros, que oferece relatório favorável ao projeto. O presidente da Comissão designa o Senador Flexa Ribeiro relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Romero Jucá e Telmário Mota. Encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 7-** Projeto de Lei do Senado nº 173 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Sergio Souza, que "institui o cheque promissivo", tendo como relator o Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório pela rejeição do projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o projeto por dezesseis votos contrários, um favorável e nenhuma abstenção. **Item 8-** Projeto de Lei do Senado n º156 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura", tendo como relator o Senador Marcelo Crivella, que apresenta relatório pela prejudicialidade do projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do projeto por dezessete votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção. **Item 9-** Projeto de Lei do Senado nº 524 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras prestarem as informações que especifica aos seus clientes", tendo como relator o Senador Douglas Cintra, que oferece relatório pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 a 3-CMA. A matéria é retirada de pauta, para reexame. **Item 10-** Projeto de Lei do Senado nº 170 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Eduardo Braga, que "altera o caput do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e dá outras providências", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 349 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2073, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta relatório pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 170 e 349 de 2011. O presidente da Comissão designa o Senador Romero Jucá relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade dos projetos por dezessete votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção. **Item 11-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 15 de 2015, de iniciativa do Senador Marcelo Crivella, que "requer, nos termos dos arts. 90, XI e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar sobre o endividamento da Petrobras com entes federados, com a presença dos seguintes convidados: Aldemir Bendine, Presidente da Petrobras; Magda Maria de Regina Chambriard, Diretora Geral da ANP; Afonso Lobo, Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas; Julio Bueno, Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro; Igson Monteiro da Silva, Prefeito de Coari". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 15 de 2015-CAE. Em seguida, a presidência dá início à apreciação do seguinte item extrapauta: **Item 12-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 16 de 2015, de iniciativa do Senador Acir Gurgacz, que "requer, nos termos do art. 58, V, da Constituição Federal e art. 90, V, do Regimento interno do Senado Federal, que sejam convidados os senhores Nelson Barbosa, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; Luis Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União; e Aroldo Cedraz, Presidente do Tribunal de Contas da União, a fim de informar e explicar a respeito dos procedimentos adotados pelo governo federal no âmbito das contas públicas no ano de 2014". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 16 de 2015-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os seguintes requerimentos: **Requerimento n° 17/2015**, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, que requer, nos termos regimentais, seja realizado um Ciclo de Debates sobre o Desenvolvimento Econômico do Brasil a partir de cinco painéis temáticos: Política de Exportações; Política Industrial; Política Agrícola; Infraestrutura e Logística; e Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação. Sugere-se, ainda, que o evento seja realizado em conjunto com as demais Comissões Permanentes do Senado Federal que tenham afinidade temática com os respectivos painéis; **Requerimento n° 18/2015**, de iniciativa do Senador Romero Jucá, que requer, nos termos do inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os

senhores Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil, e Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal, para fornecerem informações sobre a atuação dos referidos órgãos no combate ao contrabando de produtos que são comercializados burlando o pagamento de impostos no país; e **Requerimento n° 19/2015**, de iniciativa dos Senadores Wellington Fagundes e Delcídio do Amaral, que requerem, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II; 93, II e 113, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Relações Exteriores (CRE), para tratar da Ferrovia Transcontinental, com a participação de representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Casa Civil da Presidência da República; Ministério dos Transportes; Ministério das Relações Exteriores; Conselho de Estado da República Popular da China; Governo do Peru; Conselho Empresarial Brasil-China – CEBC; Grupo de Trabalho Brasil-China-Peru. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Ricardo Moreira Maia, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 20ª Reunião.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, para seu conhecimento...

O Senador Pimentel queria fazer alguma observação?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, se nós pudéssemos iniciar com a leitura da indicação da autoridade para a Comissão de Valores Mobiliários, eu estou pronto para fazer a leitura. Se V. Exª assim concordar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeitamente.

Nós vamos, só, fazer aqui os comunicados e, aí, se todos os Senadores e Senadoras concordarem, nós vamos fazer a leitura do novo indicado para a Comissão de Valores Mobiliários. E todos nós sabemos, aqui, que, pelo Regimento, hoje se faz a leitura, é dado vista coletiva, e, na próxima semana, haverá sabatina e votação do indicado.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, para seu conhecimento:

1) Do Banco Central do Brasil, Aviso de nº 50 de 2015:

Aviso de nº 69 do Banco Central do Brasil, de 26 de junho de 2015, encaminhando demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de maio de 2015, as razões delas determinantes, e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

2) Do Tribunal de Contas da União:

Aviso de nº 698 GP/TCU, de 29 de junho de 2015, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-023.911/2014-0, na sessão de 3 de junho de 2015, acompanhado do relatório que o fundamenta.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Conforme acordado pelos Senadores e Senadoras, dou início, agora, a nossa reunião.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu protocolei agora, pela manhã, um requerimento convocando... Vou ler o requerimento, porque fica mais fácil: requeiro sejam convocados os Srs. Nelson Barbosa, Ministro do Planejamento...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Convidados.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Convidados. A pedido do nosso Líder, Presidente, estou mudando de "convocados" para "convidados" – assim seja – o Sr. Ministro Nelson Barbosa, do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Sr. Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União; e o Dr. Aroldo Cedraz, Presidente do Tribunal de Contas da União, a fim de informarem e explicarem os procedimentos adotados pelo Governo Federal no âmbito das contas públicas do ano de 2014. É um tema que está nas redes sociais, na mídia e também aqui na Casa.

A pergunta que faço, Sr. Presidente, é se seria possível nós convidarmos para tê-los aqui nesta semana, numa reunião extra, quinta ou sexta-feira. É possível, Sr. Presidente?

É um tema importante – claro, todos os temas são importantes –, mas, nesse caso, é um fato que tem trazido um debate bastante amplo em toda a sociedade, colocando em dúvida inclusive a questão governamental. Por isso a importância de debater o assunto, se for possível, não sei como é o Regimento da Comissão, nesta semana.

Então, fica aqui o nosso pedido, para que a gente possa avançar, transformando de "convocados" para "convidados", Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Pimentel, Líder Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, essa audiência pública proposta pelo Senador Acir é de suma importância, porque trata de prestação de contas e o Senado Federal terá que, em seguida, se debruçar sobre esse tema para fins de aprovação, no todo ou em parte, ou pela sua rejeição. Portanto, eu entendo que essa audiência pública é importante.

Quanto à data, é evidente que o nosso autor prefere quinta-feira. Eu não tenho clareza sobre a organização da agenda, mas a intenção é fazer antes do recesso, Sr. Presidente, com a concordância dos nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu quero propor, eu vou conversar com o Ministro Nelson Barbosa e também com o Ministro Adams...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, com os dois nós já conversamos ontem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Ah, conversaram ontem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E há acordo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Há acordo para virem esta semana.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, se todos os Senadores estiverem de acordo, nós teremos que abrir...

E o Ministro do TCU Aroldo Cedraz?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu não vejo nenhum problema, até porque nós poderíamos fazer uma reunião extraordinária. Não vejo nenhuma dificuldade. Esse é um tema palpitante, é um tema importante.

Então, eu vou excepcionalmente fazer a leitura no final, aprovar o requerimento, contrariamente ao que os atos determinam, se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo, porque aqui se lê o requerimento e só se vota na reunião seguinte. Portanto, acho que seria importante, conversar com o Ministro Aroldo Cedraz, o Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pode falar, pode falar, Senador Pimentel, no microfone.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, como nós não conversamos com o Presidente do TCU, a minha sugestão é a de que a assessoria de V. Exª pudesse ligar e V. Exª já acertaria com ele a agenda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O.k. Nós aprovaríamos e, depois, em função das agendas, nós marcaríamos essa audiência. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Pimentel, deixe só eu fazer a abertura para seguir aqui o rito.

Item 1 da pauta:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.
Observações:
De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Relator, Senador José Pimentel, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o indicado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, o Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, por meio da Mensagem nº 45, de 2015, submeteu à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Gustavo Rabelo Tavares Borba, para ser conduzido ao cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, ocupantes de cargos públicos, quando determinado em lei. É o que determina a Lei nº 6.385, de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 2002, para os membros dirigentes da CVM.

Em conformidade com o estabelecido na referida Lei nº 6.385, de 1976, os mandatos do Presidente e dos Diretores da CVM são fixos e estáveis, devendo ser renovado a cada ano um quinto dos membros do colegiado, vedada a recondução imediata de seus titulares.

O Ato nº 2, de 12 de abril de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, disciplina o processo de aprovação de indicação de autoridades, no que se refere às declarações pessoais, à argumentação escrita e ao conteúdo do currículo a serem apresentados pela autoridade sujeita à arguição desta Comissão.

O currículo anexo à mensagem presidencial evidencia que o Sr. Gustavo Rabelo Tavares Borba possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1997, ele concluiu o Mestrado em Direito Comercial pela mesma instituição em 2009. Sua dissertação intitulada "Anulação de assembleia geral societária e de suas deliberações" foi aprovada com nota máxima. Publicou diversos textos em revistas jurídicas, incluindo o artigo "O exercício do direito de voto nas sociedades anônimas" na *Revista de Direito*, da Procuradoria Geral do Estado do RJ em 2007.

Na academia, ele tem ministrado a disciplina de direito societário e mercado de capitais na Fundação Getúlio Vargas desde 2009. Também é professor do curso para residentes jurídicos da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Entre 2008 e 2010, foi professor no curso de Pós-Graduação em Direito Comercial da Faculdade Cândido Mendes e, entre 2006 e 2009, foi professor da Escola Superior de Advocacia Pública.

Relativamente a sua experiência profissional, cumpre ressaltar os relevantes cargos que exerceu em sua trajetória pública. É Procurador do Estado do Rio de Janeiro desde 2000 e exerceu o cargo de Advogado da União, do quadro da Advocacia-Geral da União, até aquela data. Ocupa, desde 2007, o cargo de Procurador Regional da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. É sócio do escritório Borba Advogados Associados desde 2001, exercendo a advocacia com foco em questões empresariais, principalmente na área societária.

Quanto às declarações de cunho pessoal exigidas pelo art. 1º, inciso II, alíneas "a" a "e" do Ato nº 2, de 2011, da CAE, constata-se que seu pai foi Procurador do Estado do Rio de Janeiro, um irmão é advogado do BNDES desde 2009, e sua mãe é advogada, sendo todos sócios do escritório Borba Advogados Associados; que possui regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal; que não atuou, nos últimos cinco anos, em instituição sujeita à fiscalização da CVM; e que figura como autor em duas ações judiciais contra o Município do Rio de Janeiro, com o pedido de anulação de lançamentos de IPTU, com o mesmo Município tendo ingressado com duas execuções fiscais relativas à mesma questão.

Os valores *sub judice* estão depositados em juízo.

As atividades profissionais, bem como a formação acadêmica, mencionadas em seu currículo – que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado – revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica adequada do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Gustavo Rabelo Tavares Borba para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

É esse, Sr. Presidente, o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, na próxima terça-feira, dia 14, será realizada a sabatina do Sr. Gustavo Rabelo Tavares Borba, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Essa é a primeira parte da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos, agora, entrar na segunda parte da reunião.

Item 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir o abono anual para os beneficiários do Benefício da Prestação Continuada pago pela assistência social.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Contrário ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais.

O Senador Raupp pediu para retirar de pauta o item 1 para reexame. Portanto, atendendo à solicitação do Senador Raupp, nós vamos passar para o item... Quais são os relatores que estão presentes?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Até para dar celeridade aos nossos trabalhos e em respeito à autora do projeto do item 2 da pauta, eu gostaria de indicar como Relator *ad hoc* da matéria o Senador Fernando Bezerra. É um projeto extremamente relevante.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2015
- Não terminativo -

Define normas de regulação para o mercado de órteses, próteses e materiais especiais.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Tasso Jereissati
Relatório: Favorável ao projeto com três emendas que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Inclusive, esse tema levou à criação de uma CPI aqui, no Senado Federal, pela importância do assunto e pelas irregularidades e ilegalidades que ocorreram, principalmente com relação à comercialização das órteses, próteses e materiais especiais associados.

Essa é uma matéria extremamente meritória, é uma matéria relevante. Portanto, eu quero aqui, independentemente de como vai ser votada essa matéria, parabenizar a Senadora Ana Amélia por mais essa iniciativa parlamentar muito importante para o nosso País, especialmente para aqueles pacientes que precisam desses equipamentos.

Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Presidente Delcídio do Amaral, eu queria agradecer a V. Exª essas estimulantes e gratificantes referências a essa iniciativa.

Um problema grave aconteceu no Rio Grande do Sul em relação às irregularidades. E havia nesse setor um percentual de judicialização extraordinário. A partir das denúncias veiculadas pelo Fantástico, da Rede Globo, caiu a zero a judicialização.

E eu penso que o Ministério da Saúde está, neste momento, também trabalhando na direção de uma precificação das órteses e próteses, o que é importante para o usuário e para toda a cadeia, não só para o fabricante, mas para os próprios médicos ortopedistas e traumatologistas, e toda a cadeia hospitalar e também para a própria saúde suplementar. Então, tudo é, de alguma maneira, protegido.

Eu queria agradecer V. Exª por ter pautado a matéria e agradecer, de modo muito particular, o Senador Tasso Jereissati, que ouviu os médicos ortopedistas. O Presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia é do Ceará, eu estive com eles. Então, eu queria dizer que essa construção foi extremamente produtiva do ponto

de vista da defesa do interesse da saúde. Eu agradeço o Senador Tasso Jereissati e V. Exª por ter incluído essa matéria na pauta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Mais do que relevante esta matéria, que será agora relatada pelo competente e dinâmico Senador Fernando Bezerra, como Relator *ad hoc*.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômico e financeiro das proposições que lhes são submetidas por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de outra comissão.

No exame que se segue, procuramos nos restringir ao mérito da matéria em análise.

De início, como diz o Senador Tasso Jereissati, ressaltamos a relevância da iniciativa da Senadora Ana Amélia em apresentar projeto de lei que regula o mercado de órteses, próteses e materiais especiais (OPME). Não parece haver dúvidas quanto aos benefícios de se estender a regulação de preços do mercado de fármacos ao setor de órteses, próteses e materiais especiais, buscando garantir a prática de preços razoáveis, tanto no setor privado quanto no setor público.

No início do ano, acompanhamos, com preocupação, reportagens televisivas que relatavam os efeitos perniciosos do que ficou conhecido, na mídia brasileira, como Máfia das Próteses. Foi, então, revelado o conluio entre médicos, hospitais, fabricantes e distribuidores de OPME para a realização de procedimentos cirúrgicos desnecessários, muitos deles em pacientes de alto risco, com o objetivo de auferir ganhos na comercialização de produtos com preços superfaturados. Foram identificadas, ainda, várias outras irregularidades: danificação intencional de produtos, utilização de produtos em quantidades inadequadas, indicação imprópria de certas marcas, entre outras.

Esse comportamento, aliado à existência de falhas de mercado no setor, tem levado à prática de preços demasiadamente altos, onerando excessivamente hospitais e pacientes. Nesse contexto, é razoável que o Poder Público busque intervir, com vistas a regulamentar o comércio de órteses, próteses e materiais especiais no mercado brasileiro.

Em linhas gerais, o projeto pode ser dividido em duas partes. Na primeira, com vistas a evitar a prática de abusos de preços, a Senadora Ana Amélia propõe, a nosso ver, como diz o Senador Tasso Jereissati, acertadamente, que seja estendida a regulação de preços atualmente vigente no mercado de fármacos para o mercado de órteses, próteses e materiais especiais. Para isso, sugere um modelo de regulação do tipo teto de preços, com reajuste anual nos preços baseado na evolução da inflação no Território nacional. Trata-se de um modelo de regulação já consagrado em diversos setores no Brasil e no exterior e que vem sendo aplicado, ainda que com algumas dificuldades, na regulação de fármacos no País.

Notamos, contudo, que o projeto deixa de contemplar um importante elemento dos modelos da regulação por teto de preços, qual seja, a inclusão de um "fator de produtividade" – conhecido na literatura como "Fator X". Trata-se de mecanismo que permite assegurar o repasse de parte dos ganhos de produtividade das empresas aos consumidores. Na ausência desse fator, todos os ganhos de produtividade – por exemplo, redução do custo de fabricação – são apropriados pelas empresas, que obtém elevação constante no preço de seus produtos. O Fator X é um mecanismo já consagrado, no Brasil e no mundo, quando se adota a regulação por teto de preços. No caso brasileiro, esse instrumento é utilizado, por exemplo, na regulação dos setores elétrico, aeroportuário, de telecomunicações e de fármacos.

Além disso, parece-nos necessário, diz o Senador Tasso Jereissati, um ajuste na redação no §1º do art. 3º do PLS nº 17, de 2015. Com o objetivo de tornar mais claro o conteúdo do art. 3º, julgamos pertinente que se separem em dois parágrafos as regras concernentes à fixação de preços e ao seu ajuste. No caso da fixação de preços, sugerimos que, além de se considerar os preços praticados no mercado internacional, considere-se também o preço de produtos utilizados para a mesma indicação terapêutica no mercado nacional, em linha com a regulação vigente atualmente para o setor de fármacos. Já no caso do ajuste, sugerimos duas alterações, no sentido de: (I) esclarecer que o ajuste de preços de que trata o parágrafo aplica-se ao mercado de órteses, próteses e materiais especiais, e não de medicamentos; e (II) ressaltar que os preços praticados no mercado internacional também poderão ser utilizados, excepcionalmente, como um dos critérios para definição do ajuste.

Eu consulto o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, se com a chegada do Relator, o Senador Tasso Jereissati, eu poderia dar a palavra ao Senador para que ele possa fazer a leitura do seu próprio relatório. A mim dá muita alegria ter feito a leitura inicial, mas, como o Senador Tasso Jereissati já se encontra no plenário desta Comissão, gostaria de fazer a consulta antes de continuar a fazer a leitura do relatório do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A Senadora Ana Amélia está sendo prestigiada por dois Senadores com a leitura desse projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Olha, eu ganhei a semana, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O projeto é de tamanha importância que dois Senadores precisam relatá-lo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Tasso, eu terminei no primeiro parágrafo da p. 99, na parte da análise. V. Exª pode prosseguir a partir do parágrafo que se inicia: "Entendemos ainda...". Está na p. 99.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Antes de o Senador Tasso prosseguir, eu só faço um pedido aos Senadores. O Senador Hélio José, com muita pertinência, veio me fazer uma solicitação, e com razão. Nós temos quórum para votar os terminativos, Senadora Rose. Então, se todos me permitirem, eu, depois do Senador Tasso apresentar o seu relatório e nós votarmos a matéria, eu faço a inversão de pauta, votamos os projetos terminativos e, depois, voltamos à pauta normal. O.k.?

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Delcídio, Senador Raimundo Lira.

Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra. Tenho certeza de que esse projeto, esse relatório lido e ouvido na voz de V. Exª tem um charme muito maior, é muito mais encantador, mas menos do que seria na voz da nossa autora do projeto, Senadora Ana Amélia, que fez um magnífico trabalho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Isso com certeza.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ... e nós apenas tentamos adequar aqui e ali ao trabalho de profunda extensão que foi feito pela Senadora Ana Amélia. Eu queria, inicialmente, parabenizá-la pelo trabalho, Senadora.

Continuando, então, entendemos, ainda, haver certa confusão de regimes regulatórios na redação do art. 3º. Isso porque, tanto o inciso II do §2º quanto o §4º do artigo dão a entender que serão fixadas "margens de comercialização" que deverão ser observadas pelos representantes, distribuidores, fabricantes e importadores de órteses, próteses e materiais especiais. A fixação de margens de comercialização são elementos típicos de uma regulação por taxa de retorno e não por teto de preços.

O modelo de taxa de retorno vem sendo substituído ao redor do mundo, ao longo das três últimas décadas, por conta de suas grandes exigências de informação e por prover incentivos fracos à eficiência e à inovação. Como, em tese, toda redução de custos será integralmente transferida ao consumidor por uma redução nos preços, a empresa não tem incentivos a buscar formas mais eficientes de produção. A ideia por trás de uma regulação por teto de preços é, justamente, manter o incentivo das firmas reguladas à eficiência e à inovação, ao mesmo tempo em que se mantém uma regulação dos preços – evitando abusos do poder de mercado – e que se busca repassar parte dos ganhos de eficiência ao consumidor – por meio do Fator X. Por essa razão, sugerimos a exclusão do inciso II do §2º e do §4º do art. 3º, de modo a eliminar qualquer menção a margens de comercialização da regulação do setor.

Sugerimos, ainda, a exclusão do art. 4º, de modo a atender à juridicidade, uma vez que o disposto no artigo não inova o ordenamento jurídico. É evidente que o profissional da saúde, em qualquer dos aspectos referentes ao desempenho de sua função, deve respeitar tanto o código de ética profissional quanto as resoluções emanadas pelos conselhos federais de sua categoria, razão pela qual o previsto no art. 4º, ao não trazer qualquer elemento novo ao ordenamento pátrio, ofende a juridicidade.

A segunda parte do projeto, por sua vez, trata da criminalização do recebimento ou do pagamento – pelos profissionais de saúde, estabelecimento de saúde e pessoa física ou jurídica comercializadora de OMPE – de vantagens financeiras ou de qualquer outra ordem em razão da prescrição de órteses, próteses e materiais especiais. A proibição de recepção de vantagens de empresas que fabricam ou comercializam órteses, próteses e materiais especiais já existe em diversos instrumentos infralegais, como a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 96, de 2008, que dispõe sobre a propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos, e a Resolução nº 1.931, de 2009, do Conselho Federal de Medicina, o Código de Ética Médica. No entanto, em face das constantes denúncias de práticas inescrupulosas por parte de médicos, hospitais e distribuidores e fabricantes, julgamos fundamental

a inserção em lei de regras que disciplinem o relacionamento de agentes envolvidos com a comercialização e utilização de OMPE, tal como proposto pelo PLS nº 17, de 2015.

Sugerimos, ainda, pequeno reparo no art. 6º do PLS nº 17, de 2015, para ajustar sua redação no tocante à citação da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Por fim, entendemos que o PLS nº 17, de 2015, busca enfrentar importante problema na atual regulação do setor de saúde brasileiro e consideramos inegável seu mérito.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 17, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAE
(ao PLS nº 17, de 2015)

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 3º .....

§1º A fixação de preços de órteses, próteses e materiais especiais no mercado nacional deverá considerar os preços praticados no mercado internacional e o preço de produtos utilizados para a mesma indicação terapêutica no mercado nacional;

§2º O ajuste de preços de órteses, próteses e materiais especiais, que ocorrerá anualmente, será baseado em modelo de teto de preços que considerará a evolução da inflação em território nacional e um fator de produtividade.

§3º O fator de produtividade, expresso em percentual, é o mecanismo que permite repassar aos consumidores, por meio dos preços, projeções de ganhos de produtividade das empresas produtoras.

§4º É facultada a realização de revisões excepcionais do ajuste de preços de qualquer produto comercializado, tendo por base os preços praticados no mercado internacional.

§5º O regulamento desta Lei definirá os fatores e índices que servirão como parâmetros para a fixação e ajuste dos preços de órteses, próteses e materiais especiais, respeitado o disposto nos §§1º, 2º, 3º e 4º deste artigo;

§6º A autoridade sanitária poderá requisitar informações sobre produção, insumos, matérias-primas, vendas e quaisquer outros dados, em poder de pessoas de direito público ou privado, que julgar necessários ao monitoramento do mercado de órteses, próteses e materiais especiais.

§7º São vedados qualquer fixação ou reajuste de preço que esteja em desacordo com esta Lei ou com seus regulamentos.

Emenda ao PLS nº 17.

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 17.

Emenda seguinte.

Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2015, a seguinte redação:

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu pediria, por favor, silêncio. O Senador Tasso Jereissati está apresentando o seu relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) –

Art. 6º O descumprimento de disposições desta Lei e de seus regulamentos se sujeita às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

.....

Esse é o meu voto, com essas emendas, parabenizando, mais uma vez, o trabalho da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Tasso, pela competência, mais uma vez, do relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Cumprimentando a autora e o relatório feito pelo Senador Tasso Jereissati, solicito vista para que a gente possa incluir alguns detalhes a pedido, inclusive, da autora.

Peço vista para que possamos, na próxima reunião, trazer os ajustes já feitos, com intenção de melhorar ainda mais o projeto, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vista coletiva.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Presidente, queria pedir vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vista coletiva. Portanto, apresentaremos na próxima semana o relatório. Aliás, votaremos na próxima semana o relatório do Senador Tasso Jereissati do projeto de autoria da Senadora Ana Amélia.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu também queria fazer a solicitação do pedido de vista – já foi feito. Só queria, em primeiro lugar, parabenizar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa do projeto, uma necessidade que temos. E lembrar que hoje, no dia 7 de julho, o Ministério da Saúde está baixando uma portaria sobre a regulamentação de órteses, próteses e materiais especiais, em razão de um grupo de trabalho formado pelo Ministério da Justiça, pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Saúde tendo em vista as denúncias feitas pelo Fantástico, que foi a mesma origem do trabalho da Senadora Ana Amélia. Temos na Casa uma CPI também em relação às órteses e próteses.

Acho que esse trabalho é muito meritório. Temos condições, Senadora Ana Amélia, de – além dessa correção que V. Exª quer fazer – também ver o que já há do Ministério da Saúde, o que já há da CPI, para que possamos juntar as questões que são relevantes, importantes e avançar no trabalho.

Era isso que eu queria deixar registrado, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, muito obrigada pela gentileza de V. Exª de ter pautado hoje a matéria, o pelo relatório extremamente cuidadoso do Senador Tasso Jereissati, pelo apoio *ad hoc* do Senador Fernando Bezerra e também por esse pedido de vista, que é prudente neste momento. Dessa forma, é assegurada a volta na próxima terça-feira à pauta da deliberação.

Então, agradeço imensamente ao Senador Tasso Jereissati, aos Senadores Acir, Moka e Gleisi pela contribuição tão valiosa, e ao Senador Fernando Bezerra, mas especialmente a V. Exª, que atendeu ao nosso pedido de pautar este tema.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senadores.

Deixo claro que pautamos inclusive em função de uma reunião que tivemos com o Senador Tasso, com V. Exª também, e esse projeto é absolutamente legítimo e importante. Eu gostaria até de registrar – e isso é importante também –: o Senador Telmário também fez as observações ao longo da relatoria do Senador Tasso, do Senador Fernando Bezerra, sobre as iniciativas do Governo Federal e, sem dúvida nenhuma, como foi dada vista coletiva, na semana que vem votaremos esse projeto, que é um projeto muito importante.

Se todos concordarem, então, vista coletiva.

Eu vou começar, Senador Ciro, pelos terminativos, para limparmos a pauta dos terminativos, porque, assim, ficamos mais tranquilos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, nós começamos pelo item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, de 2012
- Terminativo -

Institui o cheque promissivo.
Autoria: Senador Sergio Souza
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações:

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se à Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 173, de 2012, do Senador Sergio Souza, que tem por objetivo prever em lei e regulamentar o uso do cheque pós-datado.

O PLS institui e regula o cheque promissivo, instrumento de promessa de pagamento em data certa emitido contra banco ou instituição financeira equiparada.

O cheque promissivo, além dos demais requisitos exigidos para cheques convencionais, conterá a denominação "cheque promissivo" e indicação da data de pagamento, que não poderá ser posterior a um ano contado da data de emissão.

O cheque promissivo poderá ter o seu pagamento sustado devido a descumprimento de contrato por parte do fornecedor do bem ou serviço, o sacado deverá recusar o seu desconto, se apresentado antes da data de pagamento, e ele poderá ser endossado apenas a instituições financeiras e empresas de fomento mercantil.

O autor do projeto, em sua justificativa, argumenta que o uso do cheque pós-datado, apesar de prática consagrada no País, não tem previsão na legislação, que considera o cheque uma ordem de pagamento à vista. Assim, o PLS visa disciplinar o uso do cheque pós-datado, de forma a evitar danos ao consumidor "causados pela apresentação precipitada dos cheques pós-datados que emitem".

O PLS foi distribuído para esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

A iniciativa parlamentar é legítima para o projeto em análise, uma vez que, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, compete à União legislar sobre direito comercial. Ademais, o assunto em tela não figura entre as competências privativas do Presidente da República, previstas nos arts. 61 e 84 de nossa Carta Magna. O PLS tampouco apresenta óbice no tocante à juridicidade e regimentalidade. A deliberação sobre a matéria por esta Comissão também é legítima, nos termos do art. 99 do nosso Regimento Interno.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, consideramos que a proposta estimula meio de pagamento e mecanismo de crédito ao consumidor que apresentam várias desvantagens e que vêm caindo em desuso com a evolução dos sistemas de pagamento eletrônicos e o aumento da oferta de crédito ao consumidor.

A compra parcelada com cheques exige que o comerciante mantenha um sistema de controle dos cheques recebidos e das respectivas datas de vencimento. Além disso, como mecanismo de garantia para a antecipação de recebíveis, é menos seguro e mais caro que os recebíveis de cartão de crédito, por exemplo, pois envolve o risco de inadimplência, que praticamente não existe para o comerciante no pagamento com cartão.

Para o comprador que usa os cheques pós-datados, também há um custo de controle das datas de vencimento que não ocorre com o cartão de crédito, cuja data de vencimento mensal é fixa. Além disso, se o consumidor, na data de vencimento do cheque pós-datado, não tiver todo o valor para quitá-lo, não tem a possibilidade do pagamento parcial, como ocorre com o cartão de crédito. Os cheques pós-datados também não podem ser usados para compras parceladas pela internet, prática cada vez mais comum, geralmente feita mediante uso do cartão de crédito.

Além do cartão de crédito, o consumidor brasileiro tem tido nos últimos anos acesso a linhas de crédito mais baratas, como o crédito consignado, por exemplo, de forma que o uso do cheque pós-datado como mecanismo de crédito ao consumidor naturalmente vem se reduzindo.

Enfim, entendemos que o PLS busca regulamentar e estimular uma forma de pagamento e de crédito ao consumidor com custos superiores às demais opções existentes no mercado brasileiro.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela rejeição do PLS nº 173, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ciro, por mais uma brilhante relatoria.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal. Quem vota com o Relator Ciro Nogueira, vota "não" ao projeto.

Está aberta a votação. Os Senadores e Senadoras já podem iniciar a votação pelos computadores. (*Pausa.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, só para encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, quem está de acordo com o relatório do Senador Ciro Nogueira vota "não".

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Encaminhamos o voto "não", então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Voto "não".

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Os Senadores e Senadoras podem votar. Eletronicamente.

Senador Moka.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem: cheque é pagamento à vista. Fica difícil. Vou votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sem dúvida nenhuma.

Essa é a institucionalização do cheque pré-datado. (*Pausa.*)

Já temos 11 votos. (*Pausa.*)

Peço aos Senadores e Senadoras que estão nos gabinetes ou em outras comissões que venham porque estamos votando nominalmente.

Senadora Rose de Freitas, competente Senadora do Espírito Santo. (*Pausa.*)

Senador Acir Gurgacz também. (*Pausa.*)

Quem vota com o Relator, Senador Ciro Nogueira, vota "não". (*Pausa.*)

O sistema está um pouco lento.

Senador Moka e Senadora Rose de Freitas.

Senador Acir Gurgacz.

Senador Romero Jucá.

Não está confirmando. (*Pausa.*)

Senador Tasso Jereissati.

Já votou, Senador Tasso Jereissati.

Sempre muito atento. Sempre... (*Pausa.*)

O que é que está havendo, hein? O que é que está havendo? (*Pausa.*)

São todos os nomes...

É só registrar. O Senador Moka está lembrando aqui que a senha são todos os números, aqueles números que digitamos quando marcamos... Sete números, não é?

Ali, para marcar presença, são só três. E, para votar, é a senha que usamos lá no plenário. Para deixar bem claro.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação.

Eu vou encerrar a votação.

Quem?

Senador Reguffe, aí também chegando para votar.

Quem vota com o Relator vota "não" O Relator Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

O.k.?

Declaro encerrada a votação.

Votação encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Votou SIM 1 Sr. Senador; NÃO, 16. O Presidente não vota.

Portanto, 18 Senadores e Senadoras votaram.

Encerrada a votação, rejeitado o projeto.

Quero parabenizar o Senador Ciro Nogueira pelo relatório.

O projeto foi rejeitado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador Presidente, quero pedir desculpas ao Relator, porque votei errado. Era para votar "não", e eu votei "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, fica registrado que o Senador Valadares ia votar "não" e, por engano, votou "sim".

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2012
- Terminativo -

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CRA.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 156, de 2012, do eminente Senador Ciro Nogueira, que reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura.

Ocorre, Sr. Presidente, que o projeto é meritório. Como Ministro da Pesca, posso dizer a V. Exª que o Senador Ciro Nogueira teve uma iniciativa de grande relevância para o nosso País.

O Estado do Piauí está se tornando um grande produtor de piscicultura. Um dos projetos mais bonitos que vi no meu mandato, lá, foi no Município de Batalha. Mas o Governo, inspirado na iniciativa do Senador, apresentou uma medida provisória e essa medida provisória – ela foi emitida e promulgada em 2013 – atende exatamente a todas as reivindicações dadas no projeto do Senador Ciro Nogueira, de tal maneira que não temos outro caminho senão votar pela prejudicialidade, porém fazendo aqui, Sr. Presidente, justa e honrosa homenagem ao autor da matéria, porque, inspirado nele, o Governo – como sempre, sem pagar direitos autorais – então emitiu uma medida provisória de grande relevância para o nosso País.

É esse o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Crivella, também pela objetividade do relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2012, registrando aqui, pelas observações do Senador Crivella, que na verdade o Governo editou uma medida provisória que vem ao encontro exatamente das preocupações do Senador Ciro Nogueira. Daí a prejudicialidade da matéria, apesar de toda a pertinência do projeto apresentado pelo Senador Ciro Nogueira.

Portanto, em votação. Quem vota com o Relator vota "sim" à declaração de prejudicialidade do projeto.

Está aberta a votação.

Os Senadores e Senadoras já podem iniciar a votação pelos computadores. (*Pausa.*)

Quero registrar mais uma vez: a senha, para votar aqui, é a mesma senha do plenário. Aqui, para marcar presença, são só os três primeiros números...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Orientação de voto, Sr. Presidente.

Com todo o respeito ao Senador Cyro Miranda, mas nós votamos "sim" com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim" ao relatório, com o Relator. Apesar da pertinência do projeto apresentado pelo Senador Ciro. Na verdade, é um voto pela prejudicialidade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, vou votar com o Relator. O próprio Relator disse...

O projeto do Senador Ciro Nogueira é um projeto meritório. O que eu lamento é que essa não é a primeira vez em que o Governo emite uma medida provisória. Lógico, tem força de lei, ele resolve o problema imediatamente. Mas um projeto como esse, do Ciro, teria que ser valorizado, porque, afinal de contas, é um projeto aqui da Casa, de um Senador da Casa, que concebeu a ideia.

Claro que o próprio Relator não está reclamando, o autor não está reclamando, mas eu me sinto na obrigação de dizer que essa é uma prática que sinceramente condeno, quando vejo um projeto, aqui na Casa, ser substituído por uma medida provisória.

Mas vou votar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Moka.

Portanto, estamos em processo de votação.

Se todos já votaram...

Falta o Senador Moka e o Senador Romero Jucá, o Relator Geral da República.

E o Tasso Jereissati. É um computador qualificado.

Voto "sim", Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)

Houve quórum, 18, o mesmo quórum da votação anterior.

Senador Pinheiro. Senador Pinheiro. (*Pausa.*)

Senador Pinheiro. (*Pausa.*)

O.k.?

O Senador Pinheiro já votou.

Eu vou encerrar a votação.

Estou encerrando a votação.

Portanto, com quórum de 19, o Presidente não vota: 17 votos SIM; 01 voto NÃO.

Zero abstenção.

O Senador Omar acabou de chegar e disse que vota "sim", faz questão de registrar o voto.

Encerrada a votação, portanto a comissão aprova a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado de nº 156, de 2012.

Quero parabenizar o Senador Crivella.

O item 9, a pedido do Relator, Senador Douglas Cintra, foi retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, de 2013
- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras prestarem as informações que especifica aos seus clientes.
Autoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 a 3-CMA.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 3 - CMA.)

ITEM 10

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, de 2011
- Terminativo -

Altera o caput do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e dá outras providências.
Autoria: Senador Eduardo Braga

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2011, terminativo também.

Já peço ao objetivo Senador Romero Jucá para relatoria *ad hoc,* por sua objetividade.

ITEM 10

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2011
- Terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2073, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º.
Autoria: *Senadora Vanessa Grazziotin*
Relatoria: *Senador Flexa Ribeiro*
Relatório: *Pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 170 e 349 de 2011.*
Observações:
1. As matérias foram apreciadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao PLS nº 170 de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CDR (substitutivo), e pelo arquivamento do PLS nº 349 de 2011.

Lembro que os projetos são terminativos e exigem quórum qualificado.

Com a palavra, o relator-geral da República, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório do Senador Flexa é muito claro: apesar de as propostas serem meritórias, e Lei editada nº 12.715 e a Lei nº 12.995 já suprem a proposição e a ideia dos proponentes da lei.

Portanto, o Senador do Flexa, que eu endosso, é pela prejudicialidade e, portanto, pelo arquivamento da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá, pela objetividade.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação as declarações de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado de nº 170 e 349, de 2011.

Em votação nominal.

Quem vota com o Relator, Senador Romero Jucá, vota "sim" à declaração de prejudicialidade dos projetos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Votamos "sim", Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Está aberta a votação.

Os Senadores e Senadoras já podem iniciar a votação pelos computadores.

Temos que votar.

Senador Renan Calheiros, Senador Renan Calheiros, vamos votar, como dizia, como está dizendo aqui a Senadora Rose de Freitas, como dizia o velho Ulysses. E o Senador Renan quer projetos para votar lá no plenário também.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, a máquina está funcionando, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Todos já votaram?

Eu vou encerrar a votação. Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

O quórum de 19, o Presidente não vota: 17 votos SIM, com o Relator; 01 voto NÃO.

Abstenção zero.

Portanto, a comissão aprova a declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado de nº 170 e 349, de 2011.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Senador Presidente, só para corrigir o meu voto, é "sim"; não é "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Acir Gurgacz, a eletrônica está enrolando um pouco aqui os votos dos Senadores e Senadoras, mas aí o Senador Acir corrige que votou "sim".

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, em reunião anterior desta Comissão, lembro a V. Exª que eu tinha solicitado, apenas por curiosidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ... para ter uma noção, o levantamento de todas as isenções que demos aqui, se possível, quantificando neste primeiro semestre.

Se V. Exª prestar a atenção, 90% dos pontos dos textos que aprovamos aqui, em todas as sessões, são isenções, perdões e gratuidades etc., o que prova o imenso coração dos que compõem esta Comissão, em sua enorme generosidade.

Então, só para quantificar essa generosidade, eu gostaria de saber quanto já demos de isenção, de gratuidades aqui ao longo desse primeiro semestre.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso, estamos concluindo esse trabalho, e eu espero, antes do recesso, apresentar os número a V. Exª. V. Exª já, inclusive, manifestou essa preocupação na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da semana passada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, só para adendar o Senador Tasso Jereissati, deveríamos criar aqui um "isentômetro", exatamente para ir somando o que está se abrindo de receita da União, de Estados e Municípios, porque, toda vez que acontece alguma coisa disso, na verdade, quem paga a conta é quem está na ponta, gerindo a máquina pública.

Então, fica aí a sugestão, Sr. Presidente.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E nós temos aprovado, de uma forma...

Questão de ordem, Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Apenas respondendo aí ao Senador Romero Jucá, o maior "isentômetro", como exemplo mundial, é a Grécia.

Então, acho que não é um bom caminho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, pretendemos apresentar, na próxima semana, Senador Tasso, esses números que V. Exª solicitou.

Voltamos ao item 3 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012.

Senadora Rose, só para esclarecer que os requerimentos sempre deixamos para o final.

V. Exª tem um requerimento, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Se todos concordarem, mantemos o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica.
Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Contrário ao projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto;
2. A matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Agricultura e Reforma Agrária; e, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Com a palavra, o Relator, Senador Ciro Nogueira.

Com a palavra, o Senador Ciro Nogueira, do item 3, meu caro Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Sr. Presidente, é submetido à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos o projeto de lei do Senado, de autoria do Senador Paulo Davim. O Projeto altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do §4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica.

Para tanto, o projeto proíbe a comercialização de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígero, derivado ou não de tabaco, em estabelecimento de ensino, nas dependências de serviço de saúde, em órgãos ou entidades da Administração Pública, em posto de gasolina, em local de venda ou consumo de alimento, supermercado, loja de conveniência e em banca de jornal.

Em essência, o autor argumenta que, além da publicidade contra o tabagismo, a dificuldade de acesso aos locais de comercialização igualmente inibe o seu consumo: "restringir os locais onde se pode comprar cigarro constitui, assim, não apenas a imposição de maiores dificuldades para o consumo, mas também uma estratégia efetiva para reduzir sua promoção e contribuir para o controle do tabaquismo em nosso País".

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Consoante o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão examinar os aspectos econômicos e financeiros das matérias submetidas a sua apreciação.

Basicamente, o projeto amplia o rol de locais em que atualmente vigora a proibição de compra e venda de cigarros e demais produtos fumígeros, derivados ou não do tabaco. Mais especificamente, no nosso entendimento, de modo não explícito, cria uma reserva de mercado a favor das tabacarias, para a venda lícita desses produtos.

De acordo com o art. 3º-A, inciso VIII, da Lei 9.294, de 1996, as restrições atingem apenas os estabelecimentos de ensino, os locais que prestam serviços de saúde e os órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública.

A ampliação proposta fere a liberdade de atuação dos agentes econômicos, constitucionalmente garantida, limitando, dessa forma, a livre concorrência, o que tende a induzir e a engendrar a sua comercialização em

mercados clandestinos e ilegais, com a consequente criminalização, geralmente associada a essas atividades. Em decorrência, teríamos a redução da renda e do emprego formal, com impactos negativos na arrecadação tributária do setor.

De acordo com informações disponíveis, existem, atualmente, mais de 500 mil pontos legais de venda de cigarros no Brasil, enquanto o número de tabacarias alcança pouco mais de 7 mil estabelecimentos. Destaque-se que, na grande maioria dos municípios brasileiros, não há sequer uma única tabacaria. Logo, seria expressiva a queda do número de pontos de comercialização legais de cigarros, algo em torno de 98%.

Essa abordagem é compreensível, pois a experiência internacional demonstra que uma forte restrição à oferta legal de cigarros tende a estimular a sua migração para o mercado ilícito.

Não obstante as nobres intenções do Senador Paulo Davim, digno autor do projeto, ofereço aos membros da CAE a presente análise, que me leva à conclusão de que as medidas propostas têm o potencial de gerar efeitos contrários aos por ele visados.

Em razão dos motivos expostos, manifesto meu voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A matéria está em discussão.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, o Senador Ciro sabe disso, mas vou votar contra o parecer dele, porque a intenção do Senador Paulo Davim, na minha avaliação, tem um mérito muito grande, que é exatamente o se proibir, quer dizer, quando você vê ali o produto cigarro em cantina de escola, em ambiente de saúde, você está estimulando essa prática.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Mas isso já está proibido Senador. Ele apenas amplia.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu digo que, como estamos avançando, comprovadamente, o câncer de pulmão é diretamente relacionado ao fumo.

Eu votei favoravelmente a isso na Comissão de Assuntos Sociais e quero manter a minha coerência.

Portanto, voto contra o parecer, entendendo que, se não houver o produto lá, a chance de o sujeito adquirir é menor e ele vai acabar fumando menos, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Moka.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Na realidade, eu queria ajudar a fazer um esclarecimento aqui. Eu também sou a favor da restrição de vendas de cigarro, sou a favor de que não tivéssemos cigarro no Brasil; mas temos, faz parte da nossa atividade econômica e temos que ver como é que faremos para dar alternativa, inclusive, aos produtores de tabaco, meu Estado é produtor.

O que é importante, Senador Moka, é o seguinte: em estabelecimento de ensino, serviço de saúde e órgão ou entidade da Administração Pública, já é proibido. Não se pode vender. Ocorre que o Senador Paulo Davim quer proibir a venda em posto de gasolina, em local de venda de consumo de alimento, supermercado, loja de conveniência e banca de jornal. A venda de cigarro vai ficar restrita a cerca de sete mil estabelecimentos de tabaco.Assim se restringe mercado. Sabe o que nós estaremos fazendo com isso? Ajudando a venda clandestina.

Então, se for para fazer isso, acho que é melhor radicalizarmos aqui e votar que se proíbe o cigarro no Brasil, porque, senão, vamos estar legislando uma coisa que não dá.

Então, Senador Moka, só para explicar: sou favorável também. Não se pode vender em escola, não se pode vender em instituição de saúde, não se pode vender em serviço público. Agora, não vender em posto de gasolina, não vender em comércio, só vender em tabacaria, vamos estar fazendo um estímulo à venda de cigarro ilegal.

Então, acho que temos que discutir essa questão do cigarro. O Brasil avançou muito nisso. Nós temos uma legislação dura para quem fuma, uma legislação dura para quem vende cigarro, e eu sou a favor de endurecer. No entanto, temos a venda do cigarro como uma atividade econômica ainda no País, e temos que, ao fazer restrições maiores, dar ao nosso produtor de tabaco, ao nosso produtor de fumo – e o Paraná é um grande produtor, o Rio Grande do Sul é um grande produtor – alternativas de sobrevivência.

Então, eu só queria deixar isso claro, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Por isso, votamos com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senadora Rose de Freitas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Quero me inscrever de novo, Sr. Presidente.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, está claro para todo mundo que é exatamente com as legislações subsequentes sobre o tema que conseguimos melhorar bastante, diminuindo o consumo, melhorando bastante essa propaganda nociva do cigarro, aquela que charme é cigarro, os filmes eram patrocinados por empresas, indústrias de cigarro e por aí afora.

Nós construímos uma legislação que foi gradativa. Não foi fácil. Eu me lembro de que, como constituinte, era difícil debater esse tema. Eu quero dizer o seguinte: a questão do posto de gasolina é a única questão que me ocorre dizer que é lugar por onde passam as pessoas que são fumantes inveteradas e que procuram cigarro ali. Nos demais, sou favorável.

Agora, eu não sei se cabe pedir vista do processo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Claro, Senadora.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu gostaria de pedir vista, porque quero analisar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, a Senadora Rose de Freitas solicita vista ao projeto.

Até para dar celeridade e por economia processual, eu gostaria...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... de encerrar a discussão hoje, porque esse tema...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vista coletiva, então, Senador Flexa.

Na próxima semana, então, Senador Ciro, apreciaríamos esse projeto e votaríamos também.

Portanto, item 3, vista coletiva.

Entramos agora no item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para alterar o enquadramento no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) das atividades de prestação de serviço de representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável ao projeto.

Com a palavra, o relator-geral da República, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse é um projeto que visa a simplificar e ampliar a base de arrecadação de impostos do Brasil.

Diz-se sempre que o imposto bom é aquele imposto que as pessoas podem pagar e seja simples de recolher.

Exatamente esse projeto do Senador Paulo Paim, que tem uma tradição de buscar melhorar as condições do trabalhador brasileiro, visa também a melhorar as condições dos microempresários brasileiros, no que diz respeito a empresas de representação comercial.

Então, a ideia é que essas empresas possam ser enquadradas no sistema do Simples Nacional.

Portanto, pela simplificação, pela ampliação da base e pela melhoria das condições tributárias do País, o parecer é favorável, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Esse vai para a lista do Senador Tasso Jereissati, mais um.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em 2014, aprovamos a Lei Complementar nº 147, de 2014, e essa lei complementar incorporou todos os setores da economia brasileira, particularmente o de que aqui estamos tratando. Como esse projeto é de 2006, na época, realmente não estavam os representantes comerciais incluídos no Simples nacional. Com a 147, eles foram incluídos.

Portanto, com todo respeito ao nosso nobre Romero Jucá, vou pedir vista para ver se há algum ponto que, na 147, não foi contemplado.

Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, vista ao item nº 4 da pauta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vista coletiva.

Portanto, na próxima semana, apreciaremos essa matéria.

Passemos ao Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, de 2011
- Não terminativo -

Dispõe sobre a cobrança em estacionamento de shopping center.
Autoria: Senador Vital do Rêgo.
Relatoria: Senador Douglas Cintra.
Relatório: Contrário ao projeto, ficando prejudicadas as emendas apresentadas.
Observações:
1. Em 23/3/2011, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Acir Gurgacz;
2. Em 14/6/2011, foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Cyro Miranda;
3. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator, Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 87 de 2011, do Senador Vital do Rêgo, que objetiva disciplinar a cobrança em estacionamentos de *shopping centers*.

O projeto estabelece que os valores cobrados pelo estacionamento em *shopping* devem ser determinados em frações de cinco minutos, correspondentes ao duodécimo do preço cobrado por hora. Essas regras serão válidas até o limite de quatro horas e, a partir de então, será livre a escolha de regra de cobrança. A proposição determina ainda que não haverá cobrança pela utilização do estacionamento por período inferior a 15 minutos.

De acordo com o projeto, o Município deverá estabelecer os valores máximos, por hora de estacionamento, em função do mercado imobiliário local e das outras opções de estacionamento disponíveis na mesma região.

O consumidor terá direito à gratuidade de estacionamento se comprovar gastos nos estabelecimentos do *shopping center* em valor correspondente a 20 vezes a quantia devida pelo estacionamento. Caso o titular do direito de exploração econômica das vagas de estacionamento não seja a própria administradora do *shopping center*, o ônus da gratuidade caberá a esta, que remunerará aquele nos termos pactuados entre as partes.

Em sua justificação, o autor destaca que os preços dos estacionamentos em *shopping centers* têm crescido bastante e que, muitas vezes, não há outras opções de estacionamento em região razoavelmente próxima, o que obriga os consumidores a utilizar a garagem ou estacionamento do *shopping*, o que lhe confere grande poder econômico para fixar preços.

Após a avaliação deste colegiado, a matéria seguirá para a decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

No prazo regimental, foi apresentada uma emenda do Senador Acir Gurgacz para garantir a reserva de 5% das vagas para uso de pessoas com idade a partir de sessenta e cinco anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – ... bem como a reserva de 2% para veículos que transportem pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção.

O Senador Cyro Miranda apresentou duas emendas perante a CAE. A primeira objetiva vedar a imposição de preços excessivos pelo uso de estacionamentos e o reajuste de preços em índices superiores ao IPCA. A segunda emenda altera o art. 2º do projeto para reduzir, de vinte para dez vezes, o valor dos gastos nos estabelecimentos do *shoppings* correspondente à quantia devida pelo estacionamento para que o consumidor tenha direito a sua gratuidade.

Embora seja compreensível a preocupação do autor do projeto com a escalada dos valores cobrados pelo uso de vagas de estacionamento em *shopping centers*, não há justificativa econômica para a atuação do

Estado como regulador dessa atividade. Trata-se, simplesmente, nossa análise, da ação das forças de oferta e demanda de vagas de estacionamento que têm passado por ajustes em decorrência das alterações recentes no mercado imobiliário e na quantidade de veículos em circulação nos centros urbanos.

Inicialmente, destacamos que a oferta de vagas de estacionamento em *shoppings* representa apenas uma fração do total de vagas ofertadas em uma determinada cidade, não configurando o exercício de poder de monopólio. Assim, o usuário é livre para escolher onde estacionar.

Ademais, a intervenção proposta é arbitrária, dado que vários estacionamentos pagos estão associados a outras atividades, tais como os pertencentes a supermercados, clínicas de saúde, hospitais privados e prédios de salas comerciais.

Assim, pela justificação do projeto, todos esses estabelecimentos também deveriam ser alvo de regulação. No entanto, entendemos que a escolha do valor a ser cobrado, ou mesmo a decisão de ter um estacionamento para ofertar a seus clientes, deve ser livre, cabendo às forças de oferta e demanda determinarem se a política de preços de estacionamentos, adotada por um determinado *shopping* lhe causará prejuízo ou lucro.

Cabe a cada *shopping center* avaliar e decidir quanto de seu espaço físico será destinado a servir de estacionamento para clientes. Quanto mais vagas, menos espaço para loja. Assim, o administrador do estabelecimento abre mão de uma opção valiosa toda vez que amplia a quantidade de vagas de estacionamento. Por outro lado, ele deseja dar mais conforto aos seus clientes para atraí-los. Apenas o administrador do estabelecimento tem informação suficiente para saber até que ponto é interessante ter mais vagas ou mais lojas. Além disso, sabe que um valor de estacionamento demasiadamente elevado afastará potenciais clientes, causando prejuízo às lojas. Certamente, os lojistas serão os primeiros a contestarem uma política de preços de estacionamento que afugente clientes.

Com relação ao lado da demanda, lembramos que muitos shoppings não cobravam tarifa alguma para o uso do estacionamento. Contudo, o crescimento dos centros urbanos e da quantidade de carros, nos últimos quinze anos, tornou necessária a cobrança pelo uso do estacionamento como forma a garantir a existência de vagas livres para seus clientes. Como o próprio projeto afirma em sua justificação, "...muitas vezes não há outras opções de estacionamento em região razoavelmente próxima, o que obriga o consumidor a utilizar a garagem ou estacionamento descoberto do *shopping*". Isso quer dizer que consumidores de outros estabelecimentos têm utilizado o estacionamento de *shopping centers*. Ora, nesse caso, é justo que se cobre um valor pelo uso do estacionamento. Nada impede que se faça uma política de desconto ou gratuidade para aqueles clientes que fazem compras acima de determinado valor no *shopping*. Isso representa uma diferenciação de preços que visa a desestimular aqueles motoristas que desejam apenas utilizar o estacionamento do *shopping* sem frequentá-lo, diminuindo as vagas disponíveis para os clientes potenciais.

Além de não ser recomendável a regulação da atividade em comento, o meio escolhido para tal é passível de várias críticas. O PLS determina que o Município estabeleça o valor máximo por hora de estacionamento em função do mercado imobiliário local e das outras opções de estacionamento disponíveis para os usuários na mesma região. Entendemos ser essa uma tarefa difícil, dispendiosa e que demanda revisões periódicas, dada a volatilidade do mercado imobiliário de vários centros urbanos. É altamente contestável, inclusive judicialmente, qualquer metodologia utilizada para esse fim, por não existir uma única.

Ademais, o projeto não indica como seria efetivada a regulação dessa atividade, pois não determina quem a fiscalizaria. Mesmo que o tivesse feito, isso representaria um custo regulatório a ser diluído para toda a sociedade. Seria necessário contratar funcionários, ou deslocar os atuais de suas funções, e manter uma estrutura administrativa para fiscalizar os estacionamentos dos *shoppings,* periodicamente, para verificar a correta aplicação da lei proposta. Em segundo lugar, não é estabelecida qualquer penalidade pelo descumprimento da norma proposta, o que a torna sem efetividade, ou seja, injurídica pela ausência de coercitividade.

Assim, o projeto em tela invade a seara das relações entre particulares em uma atividade econômica que não demanda ser regulada pelo Estado. Entendemos que a determinação do valor a ser cobrado em estacionamentos em *shopping centers* deve ser de livre escolha de seu administrador. Caso escolha cobrar muito caro pelo estacionamento, certamente os consumidores procurarão locais alternativos para realizarem suas atividades.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 87, de 2011, restando assim prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3, da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A matéria está em discussão.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, rapidamente para registrar, apesar de todo o carinho e respeito que tenho pelo Senador Vital do Rêgo, autor do projeto, considero esse projeto in-

devido, porque, na verdade, estamos nos imiscuindo numa questão de relação comercial privada, estamos discutindo aqui *shopping center* e estacionamento privados e não públicos.

Outra questão: se, em tese, aprovássemos esse projeto... Todo mundo sabe que, quando se faz um projeto para a construção de um *shopping* ou qualquer tipo de atividade, se faz a equação econômico-financeira de equilíbrio e de rentabilidade desse projeto; e, sem dúvida nenhuma, a arrecadação de estacionamento, próprio ou terceirizado, está presente nessa equação de remuneração do investimento. Se tirarmos isso, quem é que vai suprir? Isso gerará até um passivo, no futuro, no Supremo Tribunal Federal por conta da intervenção em regimes privados.

Portanto, com o brilhante parecer do Senador Douglas, vamos acompanhar o Relator e vamos votar contrário ao projeto, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Agora, o Senador Walter Pinheiro. Em seguida, a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, acho até que a única divergência minha com o Relator-Geral da República é no aspecto da definição sobre essas cobranças. Até porque, Senador Romero, isso pode ser feito, mas pode ser feito não aqui. Ou seja, como é que se disciplina as questões em uma cidade aqui? Isso não nos compete fazer aqui.

E outra – viu, Senador Romero? –, a proposta feita pelo brilhante Senador Vital do Rêgo introduziria um problema na Bahia. Por exemplo, ele está propondo 15 minutos de tolerância, na Bahia, já há meia hora. Portanto, estaria prejudicando o que já está firmado lá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senador Walter, só para registrar o seguinte: essa é a uma questão de mercado. Existem muitos *shoppings:* o *shopping* que cobrar mais barato, o *shopping* onde, se alguém comprar na loja, ganha o abatimento no estacionamento etc. Essas são estratégias de *marketing* e de agregação de mercado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Concordo com V. Exª, mas que pode ser disciplinado em cada cidade, com a discussão em cada canto, não numa lei federal, porque, com isso, vai-se tratar de coisas... Por exemplo, pelo que estou vendo aqui, ele tem uma realidade – a da Paraíba, que ele deve ter expressado – que não se aplica em Salvador.

Além do que, Senador Romero, na Bahia, por exemplo, nos *shoppings*, até o mês passado, não havia cobrança de estacionamento. Foi implementado agora, somente agora, na Bahia. E, por uma decisão, um dos *shoppings*, na cidade de Salvador, assumiu a posição de não cobrar o estacionamento.

E também, aí, entramos em outro debate: por exemplo, como é que se regula a questão dos carros que são utilizados pelos funcionários que trabalham no *shopping?* Esse é outro debate que se abriu na cidade de Salvador, que não é, necessariamente, a mesma coisa na cidade de Vitória da Conquista nem é a mesma coisa na cidade de Itabuna.

Você tem especificidades a partir do tamanho, a partir do mercado, do tamanho da população de cada cidade. Portanto, pode até ser meritório buscar, cada vez mais, ajustar isso para facilitar o consumidor.

Na lei que foi aprovadas, nas tratativas e nos acordos, Senador Delcídio, na cidade de Salvador, há inclusive uma cláusula que reza pelo montante que o consumidor vai utilizar durante as suas compras e, portanto, quando se chega a um determinado valor, ele ganha o benefício de não pagar o estacionamento pelo consumo naquele momento no *shopping*, desde que apresentar a nota.

Portanto, são traços e detalhes que, na minha opinião, não cabem numa lei. Concordo plenamente com V. Exª nessa parte, Senador Romero: detalhar aqueles casos em que o cara vai ficar 15 minutos, o cara que comprar, se não comprar na lanchonete, se comprar na padaria, se comprar na loja... Isso não é objeto de lei, não é matéria que traga, inclusive, para o ano da lei federal.

Em que pese à preocupação do Senador Vital com o consumidor ser correta, essas tratativas devem ser tocadas a partir de uma relação entendendo até cada especificidade. Então, com os dados que estou dando, Senador Romero, estou dizendo o seguinte: em Salvador, cabe um tipo de acordo, por exemplo, para os carros dos trabalhadores do *shopping,* que não necessariamente é a mesma coisa numa cidade pequena, no interior.

Portanto, você tem dimensões específicas, o que não dá para se pegar e dizer que isso vale para a cidade de Itabuna, mas não vale para a cidade de Salvador, numa lei federal; isso vale para o *shopping* lá em Fortaleza, na experiência do nosso amigo Tasso Jereissati, mas não cabe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ele fez uma promoção.

Então, a meu juízo, o Relator, mais até por conta disso, Senador Douglas, está correto considerar, eu diria, prejudicial a forma como estamos adotando a medida e, portanto, não é negando a tese da discussão disso, mas não é esse o fórum e tampouco no objeto da lei, do ponto de vista do detalhamento, a gente conseguiria fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Pinheiro.

Não havendo mais quem...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quero congratular-me com o Relator e dizer que vou votar com o seu relatório.

Contudo, a única coisa que me preocupa, Senador Douglas, é com relação à correção do valor, hoje ela é livre. Há um *shopping* em Belém que, em um ano, dobrou o valor pago pelo estacionamento, quer dizer, você fica sem ter nenhum resguardo ao usuário.

Só comentando a questão do Senador pela Bahia, ele fez referência de que, na Bahia, o projeto viria a penalizar o usuário, o Senador Walter Pinheiro; na Bahia, não são os primeiros 15 minutos que são gratuitos, são 30 minutos em vez de 15. É diferente do restante dos Estados brasileiros.

O Senador Pimentel lembrou que 15 minutos é só para o baiano conseguir colocar a vaga e começar a se deslocar, então tem que dar 15 minutos a mais para que possa fazer as compras e retornar ao seu carro. (*Risos.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Essa é a grande vantagem!

O problema é que vocês vão lá em 15 minutos, tenta entrar no *shopping*... E o baiano vai curtir o *shopping,* por isso que precisamos de meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann e, depois, Senador Agripino.

Ainda temos, Senador Romero, mais um projeto, depois temos que aprovar mais dois requerimentos. E há um requerimento de V. Exª, requerimento do Senador Romero na mesa também, e aí o Senador Pimentel vai apresentar; temos uma terceira pauta muito rápida aqui que são as emendas apresentadas ao PL nº 1, de 2015.

Senadora Gleisi Hoffmann; depois, Senador Agripino, e inicio a votação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar o Relator. Também aqui reforçar o que disse o Senador Walter Pinheiro, Senador Romero Jucá: é uma matéria relativa à questão privada e também é questão local.

O Senador está aqui dizendo que o preço em Curitiba é escorchante, dependendo do local é mesmo, mas a Câmara Municipal tem que fazer esse debate e regulamentar localmente.

Quero dizer que votamos e acompanhamos o voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, o voto com o Relator.

Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, acho que as opiniões estão confluentes para o bom senso, porque essa votação é emblemática. Estamos votando uma matéria que diz respeito a um conceito de intromissão na iniciativa privada.

Os *shoppings* não são públicos, são privados; eles têm despesas e procuram, pela via da competitividade, ser eficientes. Essa conta é a sobrevivência deles.

Há em Natal um *shopping* grande que não cobra estacionamento. Para lá, vão os carros dos médicos de hospital em frente, de funcionários de empresas de contabilidade das cercanias. Existem *shoppings* onde você não é obrigado a parar no estacionamento do *shopping;* você pode parar nas cercanias. É uma opção do cliente e é uma opção do dono do *shopping* para atrair ou não a clientela.

Interferirmos nessa matéria é interferência indébita e ela é conceitual. Acho que temos que votar com muita responsabilidade em cima de um conceito: a empresa privada tem que ter o suficiente descortino para estabelecer parâmetros de competitividade, tendo em vista a oferta e a procura. Nada mais razoável do que o parecer do nosso Senador Douglas Cintra, que é equilibrado e que é, acima de tudo, moderno.

Estou inteiramente com o voto de S. Exª, lamentando ficar contra um projeto de iniciativa de um amigo de todos nós, que é o Senador Vital do Rêgo, mas meu voto será a favor do relatório do Senador Douglas Cintra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Em votação o relatório do competente Senador Douglas Cintra.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto, ficando prejudicadas as emendas apresentadas.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

Quero cumprimentar o Senador Douglas Cintra pelo brilhante relatório apresentado.

Passo imediatamente ao Item 6 da pauta. É o último para deliberação nossa. Depois vamos entrar rapidamente aí nos requerimentos e depois na pauta sobre a LDO.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET).
Autoria: Senadora Angela Portela.
Relatoria: Senador José Medeiros. Agora, Relator *ad hoc*, o Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra o relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, farei a leitura como relator *ad hoc*, do parecer do Senador José Medeiros.

Submete-se ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2015, de autoria da Senadora Ângela Portela, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET).

A proposição modifica a redação do art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro para acrescer o financiamento da obtenção da Carteira Nacional de Habilitação por pessoas de baixa renda às destinações já previstas para o Funset. Ademais, acrescenta o art. 4º-A à Lei nº 9.602, de 1998, para estabelecer que os recursos do Funset serão aplicados prioritariamente em ações direcionadas para regiões e municípios que apresentem altos índices de tráfego e acidentes de trânsito.

A autora informa que a proposição em análise teve inspiração no Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2013, que fora arquivado nesta Casa, e, tendo em vista a importância da proposta, decidiu renová-la.

A Senadora considera também que, além da questão da empregabilidade que a proposta permitiria, o PLS está em consonância com os objetivos de segurança e educação de trânsito uma vez que o processo de habilitação seria o mais importante meio de promoção desses objetivos. Ademais, tornaria o trânsito mais seguro, pois haveria diminuição do número de condutores sem habilitação nas ruas e estradas.

O Projeto foi distribuído às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe for submetida.

Quanto ao mérito da proposta, consideramos que o direcionamento de recursos do Funset para financiar a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação por condutores de baixa renda poderá, de fato, abrir a possibilidade, para parte da população, atuar como motorista profissional.

Ademais, concordo com a posição da autora de que o financiamento da habilitação trará mais segurança para o trânsito, uma vez que o processo de habilitação capacitará o indivíduo a usar as vias conforme as regras de circulação estabelecidas. Além disso, o trânsito se tornaria mais seguro pela redução do número de condutores não habilitados que, por forma da necessidade, transitam com seus veículos pelas vias públicas.

Quanto à priorização da aplicação dos recursos para ações em regiões cujos índices de tráfego e de acidentes sejam altos, considero que a medida se mostra fator de melhora na eficiência da aplicação desses recursos públicos.

Registre-se, por fim, que do ponto de vista das finanças públicas, tendo em vista que os recursos do Funset vêm sendo historicamente contingenciados, não só do Funset, como de todos os outros fundos, entendemos que a nova destinação aqui permitida teria como ser financiada sem afetar as demais destinações previstas na legislação vigente.

Voto.

Sr. Presidente, em razão do exposto votamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2015.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Em discussão a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Para discutir, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu quero aqui registrar que esse projeto é extremamente meritório. No Estado de Roraima já há uma lei nesse sentido.

Esse projeto foi idealizado pelo atual Deputado Jorge Everton, que dirigiu o Detran de Roraima. E há uma lei exatamente fazendo com que se possa financiar a habilitação daquelas pessoa que não têm habilitação, porque muitas vezes o cidadão ele compra uma moto financiada, paga R$150, R$180 por mês, não tira a carteira, porque não tem os R$1.000 para tirar a carteira, e depois, por não ter as condições de conhecimento, de legislação e de educação no trânsito, termina sendo vítima, exatamente, de um processo de acidente que vai custar muito mais ao Estado, a ele, à sua família, à produtividade nacional do que o financiamento de uma carteira para quem não tem habilitação.

Então lá em Roraima, isso foi tema de uma campanha, nós defendemos isso na campanha, o Deputado Jorge Everton apresentou o projeto, a Assembleia já aprovou esse projeto, portanto é um projeto meritório e, no caso aqui, a Senadora Angela apresentou esse projeto que é do Deputado Jorge Everton lá de Roraima e nós vamos apoiar e votar favoravelmente por entender que tem uma conotação, não só no que diz respeito à questão da educação no trânsito, mas principalmente ao índice alarmante dos desastres, dos acidentes de trânsito principalmente com motos no nosso Brasil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador *ad hoc*, Flexa Ribeiro, ao projeto de autoria da Senadora Ângela Portela.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto.

Quero parabenizar também a Senadora Ângela Portela pela iniciativa e pelo projeto, bem como o Sr. Senador Flexa Ribeiro pela relatoria.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só uma questão de ordem.

Eu quero parabenizar a Senadora Ângela por esta iniciativa. Sem nenhuma dúvida a Senadora Ângela não pegou este modelo a partir de algum exemplo em Roraima, foi um estudo profundo do gabinete dela que fez isso e viu o quadro disso a nível nacional, então a Senadora Ângela está de parabéns por essa iniciativa e também o Senador Flexa aqui que foi o relator *ad hoc*. E com certeza esse projeto vai melhorar e muito a questão do trânsito em quase todo o Brasil.

E a Senadora Angela está de parabéns por essa iniciativa que, com certeza, foi uma criação dela própria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Telmário.

Vamos para o último item da pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 15, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 90, XI, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar sobre o endividamento da Petrobras com entes federados. Para tanto, sugere-se a presença dos seguintes convidados:

- Aldemir Bendine, Presidente da Petrobras;

- Magda Maria de Regina Chambriard, Diretora Geral da ANP;

- Afonso Lobo, Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas;

- Julio Bueno, Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro;

– Igson Monteiro da Silva, Prefeito de Coari.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Observações:

1. Em 30/6/2015, foi lido o requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento pelos Senadores e Senadoras.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 15 de 2015, da CAE.

Quero aqui também apresentar mais um requerimento para aprovação.

O requerimento apresentado pelo Senador Acir Gurgacz.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 16, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, V, da Constituição Federal e art. 90, V, do Regimento interno do Senado Federal, que sejam convidados os senhores Nelson Barbosa, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; Luis Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União; e Aroldo Cedraz, Presidente do Tribunal de Contas da União, a fim de informar e explicar a respeito dos procedimentos adotados pelo Governo Federal no âmbito das contas públicas no ano de 2014.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Com vistas a esclarecer detalhes sobre as medidas tomadas pelo atual governo na condução das contas púbicas, por parte da equipe econômica, acho de extrema importância a vinda dos senhores acima citados para explanar sobre as medidas adotadas referentes aos repasses ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES e pelo Tesouro, sendo fundamental os esclarecimentos em torno dessa matéria para que possamos compreender as medidas tomadas.

Portanto esse é o requerimento.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir o requerimento, portanto, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso Jereissati

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, é só para lembrar que existe um requerimento de minha autoria, já lido e aprovado, que solicita a presença, nesta Comissão, do Procurador do TCU e do Auditor do TCU responsáveis pelo relatório das contas de 2014, que seriam especificamente os técnicos responsáveis, para fazer uma explanação, um esclarecimento, eu diria até, para esta Comissão sobre a conclusão dos relatórios do TCU.

Então talvez devesse preceder, não excluir mas preceder, para que depois houvesse uma outra audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso, os convidados que constam do requerimento de V. Exª são os Srs. Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público junto ao TCU, e Antonio Carlos D'Ávila, auditor do Tribunal de Contas da União.

Portanto, com relação ao requerimento apresentado aqui, de autoria do Senador Acir Gurgacz, todos os Senadores e Senadoras que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, aprovado o requerimento.

Eu me comprometi, Senador Tasso, a concluir essas duas agendas ainda antes do recesso parlamentar até para que a gente tenha tanto as posições dos técnicos do Tribunal de Contas da União, como V. Exª acabou de dizer, e também do Ministro do Planejamento como também do Advogado-Geral da União, o Ministro Adams.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Acir Gurgacz com a palavra. E me desculpe-me não haver passado a palavra a V. Exª. É regimental.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Imagina!

Sugiro que façamos as duas audiências no mesmo dia, é evidente. E, mais uma vez, reitero a V. Exª se há possibilidade de fazermos na próxima, nesta quinta-feira ainda.

Façamos as duas audiências, para que a gente possa avançar porque é um tema que...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Nós vamos consultar os convidados e, se for possível, faremos, na quinta-feira pela manhã, uma audiência pública, uma reunião da CAE excepcional, com audiência pública, e comportando aí os dois requerimentos se todos estiverem de acordo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O. k?

Portanto, aprovado o requerimento também do Senador Acir Gurgacz.

E nós vamos nos comprometer a tentar, o mais rapidamente possível, promover essas audiências públicas sobre esse que é um tema relevante, um tema importante para que a Comissão de Assuntos Econômicos aprecie.

Eu somente vou ler aqui três requerimentos, seguindo os Atos da Comissão de Assuntos Econômicos, para votarmos na outra reunião.

O primeiro da Senadora Gleisi Hoffmann.

REQUERIMENTO N° 17, de 2015

Requer, nos termos regimentais, seja realizado, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, um Ciclo de Debates sobre o Desenvolvimento Econômico do Brasil a partir de cinco painéis temáticos: Política de Exportações; Política Industrial; Política Agrícola; Infraestrutura e Logística; e Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação.

Para qualificar e ampliar o debate sugiro, ainda, a critério de V. Exª, que o evento seja realizado em conjunto com as demais Comissões Permanentes do Senado que tenham afinidade temática com os respectivos painéis.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

A justificação está vazada nos seguintes termos: neste momento em que o País discute as bases para a retomada do crescimento da sua economia, entendo que o Senado Federal deve ter o protagonismo nesse debate. liderado por esta comissão e pelas demais comissões permanentes desta Casa, que tenham afinidade temática com os painéis aqui propostos.

Portanto, eu li e, na próxima semana, votamos este requerimento.

REQUERIMENTO N° 18, de 2015

Requer, nos termos do inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados a comparecer a esta Comissão de Assuntos Econômicos, os senhores Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil, e Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal, para fornecerem informações sobre a atuação dos referidos órgãos no combate ao contrabando de produtos que são comercializados burlando o pagamento de impostos no País.

Autoria: Senador Romero Jucá.

Eu acho que este é um grande tema, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, só para fazer uma observação aqui.

Nós estamos fazendo um esforço descomunal, debatendo o ajuste fiscal para se tentar apurar algo em torno de R$20 a 25 bilhões. Estima-se que de contrabando, portanto, de ingresso de mercadorias que não pagam imposto, se fossem pagar impostos nós agregaríamos uma arrecadação ao País em torno de R$100 bilhões.

Só para o cigarro, o desvio de tributos de cigarros vindos do Paraguai equivale a R$5 bilhões por ano.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Cigarro só?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Cigarro. Só cigarro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E o total é de quanto?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Cem bilhões!

Então se nós dermos as condições para que a Receita Federal e a Polícia Federal possam trabalhar e nós tivermos aí um resultado de 30% a 40%, nós estaremos agregando arrecadação de R$30 bilhões a R$40 bilhões por ano.

Então, esse é um ponto efetivamente prioritário para que a ação do Governo, da Receita e da Polícia Federal possa ser identificada e intensificada.

Nós estamos falando aqui de contrabando de produtos, de arrecadação de impostos, mas numa ação firme e dura quanto a isso virá também, como contrapartida, prisão de armas, de drogas, enfim de outras questões que entram através das fronteiras. E hoje nós temos os *drones*, nós temos tecnologia... Então, na verdade, não há por que o Brasil ter esse tipo de prejuízo todo ano, inviabilizando inclusive os empresários que trabalham corretamente no Brasil, porque na hora de concorrer com um produto contrabandeado, que não paga imposto, a dificuldade do empresário fica maior. Então esse é um ponto realmente em que quero me debruçar, já fiz

um pronunciamento no Plenário e gostaria de ver aqui o Dr. Rachid e o Dr. Daiello poderem explanar sobre a situação das fronteiras e que tipo de ação o Congresso pode apoiar no sentido de melhorar a condição de trabalho deles e portanto a ampliação da arrecadação do Governo brasileiro nesses aspectos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado.

Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Romero Jucá, por favor. Outro assunto que nós devemos tratar aqui com muita seriedade é a questão das importações. Existe essa cultura de que os produtos chineses não são bons. A China produz produtos de primeira qualidade, de média qualidade e de qualidade baixa. Nós encontramos nos Estados Unidos e na Europa produtos chineses de primeira qualidade. Então o que está acontecendo no Brasil é que muitos importadores classificam os produtos pelo preço. Então eles sabem que estão importando produtos de baixa qualidade e aí vem competir com os produtos nacionais. Eu vou aqui dar um exemplo, de como este assunto é muito sério.

Eu estava numa construção em que foi solicitado ao administrador, ao encarregado a compra de brocas para ferro. E aí o técnico disse o seguinte: Se for chinesa, tem que comprar cem. Se for nacional, aí disse três marcas, a Bosh, a Makita e mais outra que não me lembro, só precisa comprar dez, porque a nacional vale por dez brocas chinesas. Veja bem! E a diferença de preço é de apenas 20%, quando deveria ser de 90% o preço. Então o importador compra um produto de baixa qualidade para ter um lucro alto e para fechar as nossas indústrias porque os produtos ficam sem competição.

Então, é fundamental nós encontrarmos uma fórmula de algum órgão que possa tratar da qualidade dos produtos importados no Brasil. Por quê? Se um produto vai durar dez vezes menos, significa dizer que vamos ter dez vezes mais resíduos industriais na natureza do que teríamos se o produto fosse nacional.

Então, nós temos aí lâmpadas fluorescentes que duram quatro ou cinco anos e lâmpadas chinesas que duram apenas 90 dias.

Esse é um assunto que está fechando fábricas, que está acabando com o nível de emprego na indústria brasileira. Então é um assunto que complementa o que V. Exª falou. Portanto, de muita importância para a economia nacional e para o nível de emprego no País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Só para concluir, o Senador Pinheiro pediu a palavra. E eu já considero as justificativas... Eu não vou ler aqui a justificação, até porque o Senador Romero Jucá foi extremamente claro nas explicações que motivaram a apresentação desse requerimento que vai ser votado na próxima semana.

E, depois, há um último requerimento aqui só, para ler rapidamente, mas passo a palavra para o Senador Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É muito rápido Senador. Eu acho que o Senador Romero toca num ponto que é crucial.

Agora, além do debate sobre essas condições, Senador Romero, a gente viu, nos últimos anos, um desmonte das estruturas na fronteira, tanto do ponto de vista da Receita como do Banco Central, o esvaziamento. Por exemplo, pegando lá a região de V. Exª – eu me lembro de que eu debati isso outro dia aqui –, a atuação do Banco Central no Acre é comandada a partir de Belo Horizonte, que é pertinho, adjunto.

Eu me lembro de que, uma vez, fui a Rondônia, e o pessoal me levou lá para ver exatamente essa área conflituosa da chamada "passagem de mercadoria", eu fui até Guajará-Mirim. Do outro lado – do outro lado, vírgula, você atravessa uma rua, que tem uma pontezinha, que tem um veio d'água, que é exatamente o rio Guajará, não é isso? Eu atravessei. Pronto –, do outro lado, é Guayaramerín. Entendeu? Do lado de cá, é Guajará-Mirim. Então, assim, nós não temos absolutamente nada.

Então, quando nós conclamamos aqui de você retomar essa coisa da Receita, botar mais gente, fortalecer a estrutura... Porque isso que o Senador Lira levanta aqui, por exemplo, é outra coisa. O Banco Central perdeu completamente a capilaridade, gente saindo, gente se aposentando, e não se vai repondo nem a estrutura e muito menos o funcionamento.

Portanto, essas duas coisas combinadas levam a esse problema que temos aqui para quem anda correto, para a atividade produtiva e efetivamente para a geração de postos de trabalho no Brasil. E óbvio que o grande sofrimento disso, meu amigo, se dá exatamente nas regiões mais distantes, que são as regiões que estão na fronteira. Lá não chegam as oportunidades, mas chegam exatamente as facilidades para esse tipo de comércio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Só quero aqui saudar o ex-Senador João Pedro, que tem uma missão pequena, como Presidente da Funai. O Senador Romero Jucá. Dois ex-Presidentes da Funai aqui na Comissão. Aliás, um ex e o atual. É um desa-

fio grande. E o Senador Romero Jucá, quando saiu da Funai, virou Governador do Estado. Portanto, o Senador João Pedro já está no caminho para comandar o Amazonas.

Cumprimento a Senadora Marta Suplicy, também aqui presente.

Eu vou ler o último requerimento:

Nos termos do art. 58, §2º do inciso II, da Constituição Federal, e dos art. 90, inciso II, art. 93, inciso II, art. 113, todos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Assuntos Econômicos e Relações Exteriores para tratar da Ferrovia Transcontinental, com a participação dos representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Casa Civil, Ministério dos Transportes, Ministério das Relações Exteriores, Conselho de Estado da República Popular da China, Governo do Peru, Conselho Empresarial Brasil-China, Cebec, Grupo de Trabalho Brasil-China-Peru.

A justificação.

O Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China, Li Keqiang, realizou a visita oficial ao Brasil de 18 a 21 de maio de 2015. Nessa oportunidade, reuniu-se com o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e com a Presidente da República.

Em sua visita, o líder chinês destacou a importância da cooperação na área de ferrovias, com especial interesse na construção da chamada ferrovia Transcontinental, Estrada de Ferro 354, que ligará os Oceanos Atlântico e Pacífico, saindo do litoral norte fluminense, passando por Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Acre e, finalmente, seguindo para o Peru e dando uma esticadinha lá na Bahia, lá em Ilhéus. No lado leste. Não é preciso discorrer sobre a importância da China no comércio internacional e como parceira comercial do Brasil e tampouco é desnecessário recordar as deficiências graves e crônicas da nossa infraestrutura de logística, que impactam especialmente os produtos mais demandados pela China, minério de ferro e soja, que respondem por cerca de 70% da nossa pauta de exportação.

No sentido de dar andamento no menor tempo possível a esse projeto, peço a aprovação deste requerimento aos nobres Senadores.

É do Senador Wellington. E eu o subscrevi até para a gente acelerar aqui a tramitação das pautas todas, conjunta com a CI, até porque é importante registrar que a Comissão de Assuntos Econômicos está limpando a pauta, está distribuindo os projetos que estão aqui, dentro da proporcionalidade dos partidos.

Portanto, nós estamos fazendo o possível para produzir muito legislativamente. Semana passada, nós limpamos a pauta. Esta semana, com exceção do item 1, que o relator pediu para reexame, e o item 9, que o relator pediu para retirar de pauta, nós também limpamos a pauta. Portanto, a Comissão de Assuntos Econômicos está correspondendo às preocupações do Senador Renan, que quer material, que quer matéria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É uma exceção. É uma exceção.

O Senador Renan quer matérias para apreciar no plenário do Senado Federal. E eu quero só aqui – o Gonzaga está me lembrando – informar que aqueles projetos que virão e que o relator apresentar por prejudicialidade, nós não vamos votar mais nominalmente. Será simplesmente por acordo, até porque é uma coisa muito objetiva e que dá celeridade. Essa regra vai valer a partir do dia 3 de agosto. Passo a ler:

Art. 1º A deliberação de relatório que conclui pela prejudicialidade de proposição em apreciação terminativa por comissão, por constituir-se questão preliminar ao mérito, será tomada, preferencialmente, pelo processo simbólico.

§ 1º Na hipótese de apreciação de proposições com tramitação conjunta, em apreciação terminativa, as demais proposições apensadas serão declaradas prejudicadas como consequência da deliberação do mérito da proposição preferencial.

§ 2º Manifestando-se a comissão pela prejudicialidade de proposição em apreciação terminativa, o processado será encaminhado ao Plenário para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

[...]

Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 3 de agosto de 2015.

Portanto, dou por encerrada esta reunião, esta segunda etapa, e já declaro aberta, Senador...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Com o mesmo painel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito bem lembrado, Senador, com o mesmo painel.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2015, IMEDIATAMENTE APÓS A 21ª REUNIÃO, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e dezenove minutos do dia sete de julho do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, Ciro Nogueira, José Pimentel, Acir Gurgacz, Gladson Cameli, Ivo Cassol, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Rose de Freitas, Hélio José, José Agripino, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Dalirio Beber, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, José Medeiros, Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Lindbergh Farias, Benedito de Lira, Sandra Braga, Roberto Requião, Alvaro Dias e Wellington Fagundes. A Presidência declara aberta a Reunião, dando início à apreciação da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 1/2015-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2016-PLDO/2016, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A Presidência concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador José Pimentel, o qual esclarece que foram apresentadas cinquenta e quatro emendas pelos(as) Senadores(as) Waldemir Moka, Lídice da Mata, Sandra Braga, Wilder Morais, Raimundo Lira, Romero Jucá, Antonio Carlos Valadares, Lúcia Vânia e Cristovam Buarque. Dentre tais propostas, onze são emendas de texto e quarenta e três relativas ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2016. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Raimundo Lira e Cristovam Buarque. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas de Inclusão de Meta ao PL nº 1/2015-CN: **Emenda nº 01** – CAE 1 – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas – Micro e Pequenas Empresas (2047) – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas (210C) – Empresa apoiada (unidade) – 2.500.000; **Emenda nº 02** – CAE 2 – Promoção do Desenvolvimento Industrial – Desenvolvimento Produtivo (2055) – Promoção do Desenvolvimento Industrial (210E) – Iniciativa implementada (unidade) – 200; e **Emenda nº 03** – CAE 3 – Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (2029) – Provimento de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais – APLs – Plano Brasil sem Miséria (20N7) – Arranjo produtivo local apoiado (unidade) – 250; e as seguintes Emendas ao Texto do PL nº 1/2015-CN: **Emenda nº 04** – CAE 4 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 59, §1º, I; **Emenda nº 05** – CAE 5 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 12; **Emenda nº 06** – CAE 6 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 52; **Emenda nº 07** – CAE 7 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 50, § 2º; **Emenda nº 08** – CAE 8 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 6º, § 12; **Emenda nº 09** – CAE 9 – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 6º, § 4º, II, "d"; **Emenda nº 10** – CAE 10 – Aditiva – Anexo III – Item 63; **Emenda nº 11** – CAE 11 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 21; **Emenda nº 12** – CAE 12 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 3º; **Emenda nº 13** – CAE 13 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 16; e **Emenda nº 14** – CAE 14 – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 3º. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Ricardo Moreira Maia, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: emendas da CAE ao Projeto de Lei da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Finalidade: Discussão e votação das emendas desta Comissão ao PL nº 1/2015-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2016 (PLDO/2016), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Coordenador: Senador José Pimentel

Foram apresentadas 54 emendas a esta Comissão, sendo 11 emendas ao texto da lei e 43 emendas de inclusão de meta.

Com a palavra, o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Senadoras, a Resolução nº 1, do Congresso Nacional, de 2006, autoriza a CAE a apresentar três emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, e as emendas de texto não têm limite. Foram apresentadas 54 emendas entre emendas de metas e prioridades e também emendas de texto.

Eu fiz, Sr. Presidente, um levantamento daquelas propostas que tiveram mais Senadores e Senadoras pedindo, entre as 54 emendas. Nesse item, na promoção do desenvolvimento de micro e pequenas empresas, nós tivemos oito Senadores e Senadoras apresentando emendas de metas: o Senador Waldemir Moka, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Wilder Morais, o Senador Raimundo Lira, o Senador Romero Jucá, o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Cristovam Buarque. Portanto, nesse bloco é onde temos o maior número de Senadores e Senadoras e se propõem 2,5 milhões metas, inclusive o nosso Senador Raimundo Lira apresentou a sua emenda nesse sentido. Como nós temos 9,8 milhões micro e pequenas empresas formais no Brasil, essa meta de 2,5 milhões representa um quarto da quantidade de micro e pequenas empresas.

Eu estou apresentando como prioridade a primeira emenda de meta e prioridade à LDO de 2016 exatamente este item: promoção do desenvolvimento de micros e pequenas empresas.

O segundo bloco em que mais tivemos emendas são seis Senadores que propõem emendas para a promoção do desenvolvimento industrial. Aqui nós tivemos a Senadora Lídice da Mata, o Senador Wilder Morais, o Senador Raimundo Lira, o Senador Romero Jucá, o Senador Antonio Carlos Valadares e o Senador Cristovam Buarque. Estão se propondo 200 ações nesse plano de metas.

Essa, Sr. Presidente, é a segunda sugestão do Relator.

E a terceira sugestão é a que trata do provimento de infraestrutura produtiva para Arranjos Produtivos Locais (APLs), no Programa Plano Brasil sem Miséria.

Esses três itens, Sr. Presidente, também dialogam com o que nós aprovamos por unanimidade em 2014 para a LDO de 2015. Portanto, onde apresentaram as maiores emendas, os maiores pedidos coincide com 2014, que são ações continuadas.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso parecer é pelo acolhimento da Emenda 6, no primeiro bloco, e todas as outras aqui que eu li somadas, pela Emenda nº 20, no segundo bloco, e pela Emenda 52, no terceiro bloco. Com isso, nós temos as três emendas de metas e prioridades. E estou aprovando todas aquelas que tratam de texto, que são a 12, 13, 34, 35, 36, 37, 38, 48, 49, 50 e 51.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer e a nossa proposta aberta ao diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A proposta apresentada pelo Senador Pimentel está em discussão.

As propostas contendo as emendas estão em discussão.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Para discutir, Senador Raimundo Lira, nosso querido Vice-Presidente.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu entendo que a forma como o Senador José Pimentel está direcionando a aprovação dessas emenda é de uma objetividade extraordinária, não é? Ele escolhei exatamente aquelas emendas que foram aprovadas por unanimidade no ano passado, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, são emendas que atendem da melhor forma os interesses do nosso País. E eu quero aqui parabenizar o Senador José Pimentel pelo relatório que ele apresentou aqui. Sou inteiramente a favor, em nome do PMDB.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só para agradecer ao Senador Pimentel por ter acolhido as emendas que eu apresentei e dizer aqui para os que não sabem que, em uma delas, colocamos um art. 3º, que diz: "o documento final do relator desta LDO deve conter uma análise com prospectiva do impacto de curto, um ano, de médio, cinco ano, e de longo prazo, vinte anos, da decisões orçamentárias contidas nesta lei sobre as principais variáveis macroeconômicas da nossa economia".

É importante colocar isso a meu ver, Senador, porque nós estamos aprovando projetos sem a menor consideração com as consequências dele no médio e longo prazo.

Nos últimos anos, nós tivemos aqui uma subcomissão de análise do impacto do orçamento na economia no longo prazo. É fundamental, Senador Raimundo, que este País comece a pensar que o Brasil dura um pouco mais de um ano. É nesse sentido que eu fico muito contente com o fato de o Senador Pimentel tenha acatado.

A outra é a inclusão do art. 16-A na elaboração da proposta orçamentária para 2018, em que o Poder Executivo deverá avaliar inicialmente as propostas relativas à educação, à saúde e às ações voltados para crianças de 0 a 6 anos. Ou seja, é uma velha ideia de muitos anos do chamado "Orçamento Criança", em que este País comece a dizer: "vamos, primeiro, colocar os recursos necessários para a nossa infância, saúde, educação. Depois, a gente vê o resto". Se não fizermos isso, estamos deixando o futuro de lado.

É isso, Senadores. E eu agradeço muito, mais uma vez, ao Senador Pimentel. Creio que é uma tentativa de colaborar para que a elaboração do orçamento seja feita não como uma peça contábil apenas, mas com uma

característica econômica, olhando o impacto de longo prazo, de médio prazo, e também do ponto de vista estratégico do futuro da Nação, cuidando melhor dos recursos que vão para as crianças.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, meu caro Senador Cristovam.

Só vou ler aqui, primeiro, as metas que fazem parte do relatório apresentado pelo Senador Pimentel.

A Meta 6 da CAE: promoção e desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Promoção do desenvolvimento de micro e pequenas empresas é a ação, o programa é micro e pequenas empresas, 2047, e a ação é 210-C. Produto, empresa apoiada, unidade. Acréscimo de meta, R$2,5 milhões, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E atendendo, Sr. Presidente, todas as outras emendas sobre o mesmo tema, mas só podemos dirigir para uma.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E atendendo todas as outras emendas – muito bem lembrado pelo Senador Pimentel – sobre o mesmo tema.

A 20 da CAE também promoção e desenvolvimento industrial, desenvolvimento produtivo, 2055; promoção do desenvolvimento industrial, 210-E. Iniciativa implementada por unidade, 200 mil. Senador Wilder Morais.

E a 52, CAE, apoio ao desenvolvimento de cadeias produtivas e de arranjos produtivos locais, desenvolvimento regional, territorial sustentável, economia solidária, 2029. Provimento de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais APLs, Plano Brasil sem Miséria, 20-N7; arranjo produtivo local apoiado, unidade, 250 mil. Senador Raimundo Lira, nosso Vice-Presidente, mais uma vez extremamente ativo, ele que foi o criador da Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, estamos muito bem aqui representados na Comissão de Assuntos Econômicos.

E as de texto não vou lê-las: 12, 13, 34, 35, 36, 37, 38, 48, 49, 50 e 51.

Portanto, os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o relatório apresentado pelo Coordenador, Senador Pimentel, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas serão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Nada mais havendo a tratar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, a meta aqui... É só uma correção.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Para a promoção do desenvolvimento industrial a meta é 200, e não 200 mil como eu falei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Duzentos e cinquenta, e não 250 mil, obviamente.

Feita essa correção e não havendo mais nada a tratar, antes de encerrar a presente reunião, quero só deixar muito bem colocado, para que todos os Senadores se programem, que nós vamos aguardar a chegada do Senador Renan Calheiros, que chega hoje, para discutirmos a questão das desonerações.

Ao mesmo tempo, com o apoio da assessoria da Comissão de Assuntos, vamos escolher uma data para a realização desta audiência pública sobre o relatório do TCU, com a presença dos técnicos do TCU e também do Ministro Adams e do Ministro Nelson Barbosa. Então, vamos definir logo – provavelmente até amanhã, no máximo, já tenhamos definido – essa agenda, pois são temas relevantes.

Portanto, precisamos acelerar não só a questão das desonerações, mas também fazer o debate, na audiência pública, sobre o relatório do Tribunal de Contas da União.

A todos os Senadores e Senadoras, a toda a imprensa que nos acompanhou, aos nossos telespectadores e ouvintes, à assessoria técnica e à secretaria da CAE, o meu muito obrigado.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 12 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia quatorze de julho do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Dalirio Beber, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, Douglas Cintra, Eduardo Amorim e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Ciro Nogueira, Romero Jucá, Roberto Requião, Wilder Morais, Alvaro Dias, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. O presidente declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 21ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a reunião é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, e inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 1-** Mensagem (SF) nº 45 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Em 7/7/2015, foi concedida vista coletiva da matéria. Após a exposição do sabatinado, usam da palavra os Senadores Blairo Maggi, Telmário Mota e Dalirio Beber. Encerrada a sabatina, a Comissão aprova o nome do senhor Gustavo Rabelo Tavares Borba para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por vinte e dois votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, a presidência coloca em apreciação, ainda, o seguinte item extrapauta: **Item 2 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 20 de 2015, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati e outros, que requer, nos termos do art. 58, inciso V, da Constituição Federal, c/c art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o senhor Aroldo Cedraz, o Presidente do Tribunal de Contas da União - TCU, a fim de informar e explicar a respeito dos procedimentos adotados pelo governo federal no âmbito das contas públicas no ano de 2014. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 20 de 2015-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o **Requerimento n° 21/2015**, de iniciativa dos Senadores Telmário Mota e Dalírio Beber, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública em que seja convidado o senhor Mangabeira Unger, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, para discutir o pós-ajuste fiscal, que se trata de um relevante assunto para a agenda político-legislativa do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Ricardo Moreira Maia, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 21ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Passemos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada

pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador José Pimentel.
Relatório: Concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.
Observações:
1. Em 7/7/2015, foi concedida vista coletiva.

O relatório já foi lido pelo Relator, Senador José Pimentel, na 21ª Reunião, realizada em 07 de julho de 2015, ocasião em que foi concedida vista coletiva nos termos do art. 383, inciso II, item "b" do Regimento Interno do Senado Federal.

O indicado já se encontra no recinto da Comissão. Solicito que a Secretaria o conduza ao plenário da Comissão. (*Pausa.*)

Eu gostaria de registrar aos Srªs e Srs. Senadores que hoje, excepcionalmente, estamos começando a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos mais cedo em função da sabatina do Dr. Gustavo Rabelo Tavares Borba. Depois, teremos audiência pública com os dois Ministros, o Ministro Adam, da Advocacia-Geral da União, e o Ministro Nelson Barbosa, do Planejamento. Essa audiência pública era para ser realizada com a presença também de técnicos do Tribunal de Contas União. Também foi convidado o Presidente do Tribunal de Contas da União.

Eu gostaria de registrar, até para que não haja nenhuma dúvida com relação a esse convite, que recebemos aqui uma carta do Dr. Aroldo Cedraz de Oliveira, Presidente do Tribunal de Contas da União.

Ao cumprimentar cordialmente V. Exª, reporto-me aos Ofícios nºs 100, 101 e 102, de 8 de julho 2015, por meio dos quais esta Comissão convida, em atendimento aos Requerimentos da CAE nºs 6 e 16, de 2015, o Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira; o Secretário de Controle Externo da Fazenda e o Secretário de Macroavaliação Governamental deste Tribunal a participarem de audiência pública no próximo dia 14 [portanto, hoje] referente às contas públicas do Governo Federal.

Em atenção aos mencionados expedientes, esclareço que, tendo em vista que o Procurador Júlio Marcelo de Oliveira está em gozo de férias bem como o fato de que esta Corte aguarda resposta da Presidente da República ao item 9.2 do Acórdão TCU Plenário 1464/2015, prolatado no processo relativo à apreciação conclusiva sobre as contas do Governo da República de 2014, a contribuição deste órgão no aludido evento será mais completa após tomarmos ciência das informações a ser encaminhada pela Chefe do Poder Executivo Federal.

Assim, solicito a V. Exª a gentileza de estudar a possibilidade de nova audiência pública sobre o tema com a participação do TCU em data posterior ao recebimento da resposta á referida deliberação.

Certo de contar com a compreensão de V. Exª ressalto o contínuo empenho desta Casa em prestar a máxima colaboração a esta Comissão e aos demais colegiados integrantes do Congresso Nacional.

Portanto, quero fazer esse registro, pedindo que seja distribuída cópia desse ofício aos Srs. Parlamentares, Senadoras e Senadores. O nosso objetivo era exatamente fazer esse debate público antes do encaminhamento das respostas da Presidência da República a esse acórdão do TCU, Plenário, nº 1464, de 2015.

Evidentemente, não teremos, até por impossibilidade dos membros do TCU e também em função do recesso, tempo de fazer aquilo que era nossa intenção, ou seja, de fazer o debate antes que o Governo encaminhasse as suas respostas ao Tribunal de Contas da União. Portanto, infelizmente não vamos poder contar com os membros do Tribunal de Contas da União nesse debate. Mais do que nunca, agradeço a presteza com que os dois Ministros (o Ministro Adam quanto o Ministro Nelson Barbosa) atenderam o nosso convite, fruto de vários requerimentos que foram aqui aprovados ao longo das últimas semanas.

Portanto, eu só pediria para distribuir esse ofício.

Quero passar a palavra ao Sr. Gustavo Rabelo Tavares Borba para que faça sua exposição.

Com a palavra, e muito bem-vindo, o Dr. Gustavo Rabelo Tavares Borba.

O SR. GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA – Muito obrigado e bom dia a todos!

Eu queria, inicialmente, saudar todos os Senadores presentes, o que faço na pessoa do Presidente desta Comissão, Senador Delcídio do Amaral; agradecer o relatório que foi feito sobre a minha carreira profissional pelo Senador Pimentel; e dizer que é um prazer e uma satisfação estar aqui, no Senado, expondo a minha formação acadêmica e a minha experiência profissional, respondendo às perguntas que vierem a ser formuladas.

Quanto à minha experiência acadêmica, eu me formei na PUC – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1997. No final do curso, eu defendi uma monografia sobre a desmaterialização dos títulos de crédito, um tema que, apesar de muito polêmico na época, hoje já se encontra superado. Mas foi um artigo que teve, inclusive, uma certa repercussão, vindo a ser publicado em várias revistas jurídicas. Posteriormente, ainda

na área acadêmica, eu fiz o mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na área de Direito Comercial, tendo defendido, ao final do curso, monografia sobre anulação de assembleias societárias e de suas deliberações, diante de banca composta pelos Professores Fábio Ulhoa Coelho, Donaldo Armelin e Ricardo Ribeiro.

Além disso, sou palestrante em congressos nacionais e internacionais e também leciono no LL.M em Direito Societário e Mercado de Capitais da Fundação Getúlio Vargas, bem como em diversos outros cursos de pós-graduação no Estado do Rio de Janeiro.

Escrevi artigos jurídicos, sempre envolvendo matérias de Direito Societário e mercado de capitais, que foram publicados em revistas especializadas de Direito e em jornais na área específica de Direito.

Quanto à minha experiência profissional, eu fui, por um período, Advogado da União; posteriormente, ingressei na Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2000. Em virtude da minha especialização em Direito Comercial e Societário, eu, após um período na área contenciosa, fui designado Chefe da Procuradoria da Junta Comercial do Rio de Janeiro, e lá convivo diariamente com as matérias de Direito Societário, em geral. E já exerço o cargo de Chefe da Procuradoria da Junta Comercial do Rio de Janeiro há oito anos e meio.

Paralelamente, também mantenho um escritório de advocacia, cujo foco de atuação é a área societária, empresarial de forma genérica.

De forma geral, esta é a síntese da minha experiência profissional e acadêmica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Depois dessa breve exposição do Dr. Gustavo Rabelo Tavares Borba, eu passo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Blairo Maggi.

O primeiro e, até agora, o único.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Foi muito rápida a explanação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Aliás, foi um telegrama.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Foi um telegrama, um *Twitter*.

A primeira pergunta, então, ao Dr. Gustavo é a seguinte: uma das dificuldades enfrentadas pela economia brasileira é o acesso, por parte das empresas, a capital de longo prazo para financiar os seus investimentos. Nos últimos anos, a expansão do mercado de capitais brasileiro viabilizou grandes investimentos privados com recursos levantados por meio da emissão de ações e de títulos privados, tais como debêntures e certificados de recibo imobiliários. O que poderia ser feito para ampliar ainda mais o papel do mercado de capitais como fonte de recursos para os investimentos das empresas brasileiras?

Sr. Presidente, como ainda não temos nenhum outro inscrito penso que posso fazer logo as três perguntas, porque haverá tempo para...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Blairo, V. Exª, com o *know-how* e o conhecimento que tem, dispõe de todo o tempo do mundo para fazer indagações as mais variadas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – A segunda é a seguinte: a autorregulação assumiu um papel importante no mercado de capitais. A Bovespa exige determinados padrões de governança das empresas de capital aberto e associações como a Anbima realizam provas de conhecimento para certificar funcionários de instituições financeiras. Quais as vantagens e os riscos da autorregulação no mercado de capitais?

Terceira, alguns críticos argumentam que o mercado de capitais brasileiros é pouco desenvolvido devido à falta de confiança dos investidores resultante da ocorrência de delitos como abuso de poder de controle e os *insider trading*, ou seja, negociações baseadas em informações negadas aos demais investidores. É a questão de transparência. Como o senhor vê as medidas que a CVM já adota e quais o senhor entende que deveriam ser adotadas para evitar esses delitos que tanto mal causam ao funcionamento do mercado acionário e que trazem, claro, toda preocupação de quem é o investidor e da empresa que está sendo alvo desses investimentos também?

Eram essas as minhas perguntas iniciais, Sr. Gustavo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra o Dr. Gustavo Rabelo Tavares Borba.

O SR. GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA – Queria agradecer ao Senador Maggi pelas perguntas formuladas, muito interessantes e pertinentes, sobre a atuação da CM.

A primeira pergunta, sobre o capital de longo prazo – o que fazer para obter mais recursos no mercado, para ter maior aplicação no mercado de valores mobiliários...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA – Não é preciso. Já anotei aqui.

...está intimamente ligada à terceira pergunta também, que é como melhorar as medidas da CVM para aperfeiçoar esse sistema de controle e regulação do mercado de valores mobiliários. Acho que as duas perguntas estão intimamente ligadas porque, só com a regulação eficiente e segura, no sentido de se ter uma se-

gurança jurídica, de se ter decisões no mesmo sentido, apontar sempre no mesmo sentido... É óbvio que não existe uma impossibilidade de se modificar opiniões. Isso é natural e há momentos de ajustes, mas o que é importante é que a CVM dê uma sinalização sempre no mesmo sentido, vetores interpretativos seguros, porque isso dá segurança ao mercado.

Paralelamente a isso, e acho que é vital, talvez o principal bem jurídico a ser tutelado pela CVM seriam as informações adequadas. As informações são muito importantes porque todos investidores, todas as pessoas que estão envolvidas no mercado, que alocam seus capitais no mercado, tendo elas as mesmas informações, o mercado se torna mais justo e permite que as pessoas ajam em igualdade de condições, apliquem em igualdade de condições. Esta é a grande função da CVM: garantir a transparência da informação, evitar que pessoas tenham informações privilegiadas. Adotando medidas regulatórias nesse sentido, garantindo a informação, e não só a informação formal, mas padrões de informação, porque, se você coloca a informação em si de forma desordenada, mesmo sendo dada, o acesso a ela é dificultado, daí a importância de se ter padrões de informação... Acho que este é um papel fundamental da CVM: garantir padrões de informação que sejam divulgados de forma geral. Até porque no mercado as sociedades transitam em uma tensão entre sigilo e divulgação da informação. Certas situações, a sociedade tem que manter sigilo delas, de uma operação, por exemplo, mas, na iminência de vazamento dessa informação, ela tem obrigação de imediatamente divulgar a informação ao mercado, evitando que algumas pessoas tenham essas informações privilegiadas. Então, todas essas medidas que vão pela regulamentação passam pela fiscalização e, no caso de infração, deságuam na punição.

Todas as medidas têm que ser feitas com muita ponderação e eficiência para que o mercado possa se sentir seguro e as pessoas, então, possam aplicar seus recursos de forma tranquila e segura no mercado mobiliário. É claro que a aplicação em valores mobiliários envolve risco. O risco é natural nessas aplicações. O que é errado, e deve ser evitado, é o risco decorrente de deturpações de informações privilegiadas, de fraudes, de práticas não equitativas de manipulação do mercado, de criação de condições artificiais.

Isso, certamente, causa prejuízo porque alguns vão ter essa informação e o benefício em virtude dessas informações, e os outros vão ser prejudicados. Então, isso deve ser evitado. Agora, o risco do investimento é inerente. O que deve ser evitado é o risco decorrente de práticas irregulares, porque isso potencializa o risco para alguns e reduz o risco para outros. É nisso que a CVM tem que atuar para impedir que ocorra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Dr. Gustavo, só para aproveitar, na mesma linha, para depois não ter que voltar ao raciocínio.

O SR. GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA – Claro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Quando começa um burburinho, começa um barulho sobre tal assunto, a informação tem que ser colocada para todos. E quem é que decide isso? É quem está na operação ou a CVM decide e diz: "olha, tem muita gente comentando, tem muito barulho por aqui, temos que soltar as informações." Como é esse procedimento?

O SR. GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA – Acho que há dois pontos. A obrigação inicial é da própria sociedade. A administração da sociedade, verificando que existe o risco de a informação vazar, tem a obrigação de divulgar, porque a questão é esta tensão. Você tem que manter o sigilo da operação. A partir do momento em que começa a haver indício de que vai vazar, tem que se divulgar, para que todos estejam em igualdade de condições. Isso é obrigação da sociedade. A CVM provavelmente não tem nem consciência, nem acesso a essa informação.

Quando a CVM chega e detecta que houve vazamento, que houve informação privilegiada, já está na segunda fase, que é a fase de punição. Aí, ela vai ter que abrir um procedimento para punir os responsáveis pelo vazamento da informação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA – Sim; da empresa, da administração. Exatamente, ela é que tem que guardar e divulgar de acordo com as circunstâncias do caso concreto. Quando a CVM tem acesso a isso, é após o problema ter ocorrido.

Complementando, é muito importante que haja esse mercado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA – ... e o mercado atuar de forma regular e eficiente é muito importante porque isso dá tranquilidade ao investidor de investir suas poupanças nesse mercado, permitindo que a sociedade se capitalize, com capitais de longo prazo, com custo bem menor do que o do sistema financeiro bancário e permitindo o desenvolvimento do País e da sociedade, gerando emprego, desenvolvimento econômico, impostos etc. Daí a importância de haver um mercado eficiente e bem regulado.

Essa não é uma questão simples. É preciso que ponderar acerca e todas as variáveis que existem nessas relações. Deve-se exigir a informação, criar regras que permitam o acesso à informação de forma clara e, ao

mesmo tempo, não se pode exagerar na burocracia porque vai prejudicar o próprio mercado. Então, é uma ponderação de interesses que garante a informação sem burocratizar demais e criar um custo muito alto para a sociedade. Inclusive, com o desenvolvimento tecnológico, existe um campo muito grande para se estudar e desenvolver formas de garantir uma divulgação eficiente e ampla ao mesmo tempo em que não se aumenta o custo dessa divulgação. Então, acho que a CVM tem que trabalhar com todos esses elementos, essas inovações tecnológicas que permitem esse incremento na informação sem prejuízo no que se refere aos custos das sociedades.

Em relação à segunda pergunta, sobre autorregulação da Bovespa, inclusive, falando sobre a Anbima e as vantagens e riscos dessa autorregulação, acho que a autorregulação é muito importante. A Bovespa tem feito isso de forma muito incidente, de forma muito vigorosa, criando mercados e criando certas condições para o mercado. Acho que esse é um movimento muito saudável, que deve ser estimulado. É claro que a CVM fiscaliza as Bolsas de Valores e deverá fiscalizar essas regras de autorregulação, mas elas se mostram muito vantajosas. É essa é uma tendência mundial, em todo o mundo.

As regras, quando são criadas de cima para baixo, às vezes, não são tão eficientes quanto as que são criadas pelo próprio mercado. O mercado sabe o que é necessário e a Bovespa é a maior interessada em que existam áreas, segmentos que tenham regulamentação maior e, por isso, promovam uma segurança maior do investidor e, assim, consigam atrair um capital de forma mais ampla e desenvolver o mercado de capitais.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, então, Dr. Gustavo, pelas respostas.

Próximo inscrito é o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, queria cumprimentar o Dr. Gustavo e, ao mesmo tempo, fazer uma pergunta bem próxima da que o Senador fez.

Sabemos que, hoje, a bolsa de valores, sem nenhuma dúvida, é um instrumento que pode, ao mesmo tempo, deixar uma pessoa, de um dia para o outro, rico ou pobre. As informações são... Ali dentro, trabalham pessoas preparadas. Também há alguns tipos de informações que podem, ao mesmo tempo, elevar ou derrubar uma ação. São informações que, às vezes, não condizem com aquela realidade. Foi falado da regulamentação, de sistemas, e queria perguntar ao senhor. Hoje, a CVM está preparada, tem instrumentos suficientes, recursos humanos, recursos materiais, para acompanhar e evitar exatamente essas informações que podem, de uma hora para outra, prejudicar uma empresa, uma pessoa ou induzir alguém a vender as suas ações, etc.? Como está hoje nesse sentido? Recursos humanos e recursos materiais, está preparada para isso?

O SR. GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA – Muito obrigado pela pergunta.

Quanto à estrutura interna da CVM, sei de forma muito genérica. Acho que tem um quadro que está relativamente bem composto. Se não me engano, são uns 500 funcionários. É claro que isso depende muito da demanda: em situações mais delicadas, pode ser insuficiente; em condições normais, talvez seja suficiente. Realmente, vou ficar devendo essa resposta. Mas, de qualquer forma, a CVM vem desempenhando esse papel de regulação e de fiscalização do mercado de forma técnica. Acho que está no caminho certo. É claro que existem sempre medidas a serem tomadas para aperfeiçoar o sistema. Acho que é importante verificar os detalhes ou as questões que não foram detectadas em momento oportuno e criar mecanismos para que isso possa ser aperfeiçoado, incrementado.

Sobre essa questão do capital, de algumas pessoas ficarem ricas ou pobres, isso envolve muito as condições do mercado. Em condições normais, é muito saudável que uma pessoa possa investir e, sem nenhuma informação privilegiada, perceber uma oportunidade de negócio e desenvolvê-la. O lucro cumpre uma função econômica muito importante. Se não houvesse lucro, ninguém investiria no mercado de capitais. Então, o lucro tem que ser preservado, é importante, porque é a base de sustentação do mercado de valores mobiliários. Só havendo possibilidade de lucro e de um ambiente saudável em que haja mais possibilidade de lucro do que de perda, as pessoas vão se sentir confortáveis para investir suas poupanças no mercado de valores mobiliários.

Como disse no início da apresentação, o que é importante é que todos tenham as mesmas informações, porque é o jogo limpo, todos em igualdade de condições. Alguns doutrinadores, com muita propriedade, falam que a CVM tem que garantir um ambiente saudável, bem regulamentado e eficiente. Se alguém fizer um investimento desastroso, alguns falam em investimentos tolos, não há como impedir. É a liberdade de cada um. O que se deve ter preservado sempre como valor jurídico principal a ser tutelado são as informações adequadas e eficientes para que todos possam ter condições de aplicar seus recursos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Satisfeito, Senador Telmário? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Passo, agora, a palavra ao Senador Dalirio Beber, de Santa Catarina.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente Blairo, Gustavo, é um prazer nós estarmos aqui, participando desta sabatina de um jovem que vai integrar a diretoria da CVM.

Nós temos muitos jovens empreendedores no Brasil e, muitas vezes, eles carecem de recursos para poderem levar à frente esse empreendimento. Por outro lado, os que fazem poupança preferem investimentos em que o risco é menor, e o destino desses recursos também é nobre, porque financiam obras importantes de infraestrutura, que vão desenvolver o País. No entanto, paralelamente a isso, especialmente num momento como este, o investimento, ou seja,a oportunidade de capitalizar essas empresas, esses pequenos negócios que vão surgindo, é extremamente importante.

O que, de fato, a CVM pode fazer para estimular a aplicação em mercado de capitais, especialmente nessas empresas de pequeno porte, para que elas, de fato, tenham o *start up* necessário para que se tornem grandes e contribuam para o desenvolvimento, geração de empregos, divisas, enfim, fazendo com que a economia do Brasil seja bastante sólida?

O SR. GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA – A questão é muito importante, Senador Dalirio.

As sociedades, quando estão no seu estágio inicial, em que são chamadas de *startups*, e até antes desse período, em são capital semente, elas têm, às vezes, uma boa ideia, uma boa estrutura teórica para se desenvolver, mas elas não têm recurso.

Então, nesse momento é que são importantes os fundos de investimento. Os fundos de investimento, tanto o *venture*, como o *equity*, detectam esses investimentos iniciais e, acreditando naquele investimento, esses fundos de investimento podem entrar nessas sociedades, inclusive criando regras para profissionalizar aquela atividade, aplicando recursos. Então, dando recursos para esses novos empreendimentos, a fim de que eles possam crescer.

O objetivo do fundo, obviamente, é o lucro, é entrar, crescer nesse momento inicial da empresa e, depois, vender essas cotas, quando a sociedade já está mais robusta e essa sociedade pode seguir com as próprias pernas.

Então, existem esses fundos, que os fundos mais agressivos, que são o *venture capital*, que detectam essas operações iniciais, que, por serem iniciais, envolvem riscos muito grandes, mas envolvem probabilidades de lucros muito grandes também.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Mas essa iniciativa parte, única e exclusivamente, do fundo, que se constituiu e elegeu aquela iniciativa como interessante para ser apostada. Agora, a CVM, o que ela poderia fazer em nível, talvez, até de campanhas para estimular que os pequenos poupadores também destinem parcela da sua poupança, não apenas para investimentos mais conservadores, mas também no mercado de capitais? Existe essa possibilidade de a CVM entrar nessa atividade?

O SR. GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA – A CVM atua na área do mercado de capital aberto. Então, são as grandes corporações. Ela não atua diretamente nesse momento inicial. Isso é muito estimulado por entidades como o Sebrae e até as juntas comerciais têm procedimentos que buscam, mas, indiretamente, como a CVM regulamenta os fundos de investimento, ela pode propiciar condições boas para essas empresas em estágio inicial.

Agora, isso é feito, realmente... Não seria diretamente pela CVM, seria pelos fundos que atuam no mercado, que detectam essas oportunidades de negócio e investem o capital.

O fundo, sim, está regulado pela CVM, mas não há uma incidência direta nas sociedades em estágio inicial.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria, em função de atividades em outras comissões, que V. Exª abrisse o painel para votação, dado que as perguntas, ao que me parece, foram encerradas.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Bem; só o Senador Paulo Rocha não está inscrito. É o único que não se manifestou.

Não havendo mais quem queira fazer perguntas, consulto o Plenário, então, se podemos iniciar o processo de votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, está aprovado.

Comunico, então, aos Srs. e às Srªs Senadoras, aos membros titulares desta Comissão, que podem se dirigir à urna eletrônica localizada na cabine lateral do plenário, à minha direta, para procederem à votação secreta eletrônica do indicado.

Assim, declaro aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, por enquanto, Dr. Gustavo.

Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sobre a mesa há um requerimento meu pedindo a presença do Ministro Mangabeira aqui, para ele falar sobre o pós-ajuste fiscal. Eu queria que V. Exª o colocasse em votação, para que isso se desse no mês de agosto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Telmário, ao final da reunião, será feita a leitura do requerimento de V. Exª. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu gostaria de agradecer ao Senador Blairo.

Aqui, a gente "assobia e chupa cana". Não é mole, não, o negócio aqui! É cada dia com sua agonia, meu caro Senador Paulo Rocha.

Se todos os Senadores presentes concordarem, já vou abrir a votação. Aliás, o Senador Blairo já abriu a votação, não é?

Portanto, eu pediria à Assessoria para chamar os Senadores, porque já há quórum suficiente. O processo de votação está aberto, e é muito importante que os Senadores votem.

O Senador Waldemir Moka já marcou presença aqui, bem como o Senador Ferraço; o Senador Omar Aziz; a Senadora Vanessa Grazziotin; o Senador Hélio José; o Senador Raupp; o Senador Dalirio Beber, que acabou de votar; o Senador Blairo, que comandou aqui a abertura da votação. O Senador Douglas, que estava presente aqui, já deve ter votado também. O Senador Flexa Ribeiro amanheceu aqui cedo hoje. O Senador Telmário é sempre muito presente e atuante aqui também.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Senador. Mas coloque meu requerimento em votação, porque preciso ir para a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O Senador José Pimentel está voltando aqui.

Senador José Pimentel, apagou agora todo o quadro. Deve ser para colocar a votação.

O Senador Douglas Cintra já votou, o Senador Telmário Mota já votou, o Senador Dalirio Beber já votou, o Senador Paulo Rocha já votou, bem como o Senador Raimundo Lira.

Aqui, nós vamos devagar e sempre! Está dando problema? O aparelho não está lendo as digitais.

O Senador Blairo já votou também. Nós temos cinco.

Dr. Gustavo, peço um pouquinho de paciência, porque hoje estamos num dia meio atípico. Também é um dia em que o Ministro Adams e o Ministro Nelson Barbosa vão fazer uma exposição sobre as explicações do Governo a respeito desse acórdão do Tribunal de Contas da União.

Vou aproveitar e ler o requerimento do Senador Telmário e do Senador Dalirio Beber. E nós vamos votar, Senador Telmário, dentro da regra, na próxima reunião, como manda a liturgia da Comissão de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2015

Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal realize audiência pública, em que seja convidado o Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ex$_{mo}$ Sr. Mangabeira Unger, para discutir o pós-ajuste fiscal, que se trata de um relevante assunto para a agenda político-legislativa desta Casa.

Autoria: Senador Telmário Mota e Dalirio Beber.

Senador Omar Aziz, V. Exª é muito bem-vindo!

S. Exª já marcou presença logo no início. Só que a Comissão que funciona mesmo neste horário é apenas a de Assuntos Econômicos.

Entrou mais gente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, como é uma questão de ordem, o Senador Omar vai colocar o ponto dele e vai votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O Senador Omar Aziz também vai.

Senador Lindbergh Farias, que também não votou ainda. O Senador Lindbergh está votando também.

Senador Raimundo Lira. Já votou também.

Senador Raimundo Lira, já que o negócio está aí, arrastando a barriga, se V. Exª pudesse sentar-se aqui para presidir, eu também vou votar, meu caro Senador Raimundo Lira. (*Pausa.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Quero só informar aos senhores e às senhoras que, depois da sabatina e do resultado da votação, nós vamos começar de imediato a audiência pública com o Ministro Adams e com o Ministro Nelson Barbosa. Portanto, já vamos dar continuidade logo em seguida a essa votação.

Peço à assessoria da Comissão de Assuntos Econômicos. Estamos atrás de Senadores e de Senadoras para votar.

Sabemos que o candidato é qualificado, preparado, muito bem recomendado pelo querido Ministro Levy e por toda a sua equipe. Não tenho dúvida nenhuma de que fará um grande trabalho, se esse for o entendimento dos Senadores e das Senadoras.

Na CVM, como diretor da Comissão de Valores Mobiliários, uma instituição extremamente relevante.

Registro a presença do Dr. Fabrício, representando o Ministro Levy, o homem que carrega o piano nesse dia a dia difícil do Ministério da Fazenda.

Senador Paulo Rocha.

Senador Lindbergh Farias.

E peço aos Senadores, à assessoria que convidem os Senadores para votar.

Já abrimos o processo de votação.

(*Continua em processo de votação.*)

A votação continua em aberto. Peço aos Senadores e às Senadoras que se encontram em seus gabinetes que compareçam à Comissão de Assuntos Econômicos.

A Senadora Gleisi está chegando.

A Senadora Vanessa está chegando?

Senadora Gleisi e Senadora Vanessa.

Senadora Gleisi, muito bem-vinda. A votação já está aberta, Senadora Gleisi, como conversamos ontem no final da noite, aliás, no início da noite, lá na Liderança do Partido – já era bem tarde.

Senadora Gleisi, muito bem-vinda. Nós aguardamos aqui o voto de V. Exª.

Eu gostaria de lembrar aos senhores e às senhoras que nós teremos hoje uma reunião de Líderes ao meio-dia para ajustar a pauta de hoje do plenário do Senado Federal e também a pauta de amanhã, quinta-feira, e de sexta. Segundo o Presidente, Senador Renan Calheiros, nós estamos aí fazendo um *tour de force* de votações. E aí teremos a oportunidade de discutir também a desoneração, que os jornalistas acompanham muito de perto; se será encaminhada a proposta que veio da Câmara ou se o Senado vai preparar uma proposta isonômica no que se refere às desonerações.

Vamos aproveitar também para discutir o processo do ICMS, o Pacto Federativo, que é absolutamente fundamental para o nosso País, não só no que se refere à resolução, que hoje está na Comissão de Desenvolvimento Regional, brilhantemente relatada pelo Senador Wellington Fagundes. A medida provisória contendo os dois fundos: o Fundo de Compensação, que reduz o impacto dessa uniformização de tarifas ou de alíquotas, melhor dizendo, do ICMS, para que nenhum Estado sofra esse impacto; e o Fundo de Desenvolvimento Regional, que vai cumprir em cima do Programa de Desenvolvimento Regional que nós pretendemos aprovar no plenário do Senado também – um projeto que o Senador Fernando Bezerra conduziu com muito esmero, com muito cuidado. Os recursos oriundos da arrecadação através de impostos e de multas – no caso dos fundos, de multas –, do PLS que trata da regularização de recursos de brasileiros no exterior. Nós atenderemos esses dois fundos utilizando as multas. A multa vai ser de 100% do valor do imposto que será pago àquelas pessoas físicas e jurídicas que aderirem a esse projeto.

Nós terminamos o texto do PLS, do Substitutivo, na noite de ontem, Fabricio. Então, a assessoria do Senado está preparando já o relatório que será encaminhado aos gabinetes, um relatório importante e tratando de um tema fundamental, que vai levar investimentos, recursos para os nossos Estados, para a Federação.

Senador Eduardo Amorim, já está aberta a votação. Se V. Exª pudesse votar... É votação eletrônica, lá na cabine. Nós estamos fazendo mudanças aqui, está ficando melhor.

Senador Pimentel, o trabalhador, o incansável Senador Pimentel, Líder do Governo no Congresso! O incansável Senador Pimentel acabou de chegar depois de várias reuniões.

Estamos aguardando os Senadores e as Senadoras.

O Senador Eduardo Amorim acabou de votar.

Senador Benedito de Lira, incansável Senador de Alagoas, já está aberta a votação, meu caro Senador, combatente, aguerrido, competente. Esta votação não tem nada a ver com a MP do futebol. Estamos tratando aqui da sabatina do Dr. Gustavo Borba. Não há nada a ver com futebol. Sei que V. Exª tem posições muito claras e ojeriza à MP apreciada ontem.

Resumindo, nós discutiremos hoje a questão do ICMS, lá na reunião de Líderes.

E é importante registrar também que está sendo preparada pelo Senador Eunício Oliveira, pelo Senador Walter Pinheiro, uma PEC, que é a vinculação dos fundos, porque os governadores, para toparem essa operação, não querem mais entrar naquela conversa de Lei Kandir, portanto, nós vamos ter que aprovar uma PEC para garantir o repasse dos recursos para os Estados da Federação brasileira.

Esses são alguns dos temas a serem apreciados.

Temos também uma pauta do Senador Fernando Bezerra, e peço ao meu chefe de gabinete, o Diogo, para que a liste os projetos, na posição da Liderança do Governo, que podem ser votados dentre aqueles apresentados pelo Senador.

E, para fechar a semana, nós vamos votar a reforma política, em que o Relator Geral da União, Senador Romero Jucá, tem trabalhado ao longo dos últimos dias. Portanto, a pauta desta semana será muito intensa, principalmente em se tratando da reforma política, que está sendo discutida por uma comissão especial de Senadores e Senadoras e, para que tenha resultado, está sendo feita num trabalho conjunto do Senado com o Relator da reforma política na Câmara dos Deputados, o nosso querido Deputado Rodrigo Maia. Nós precisamos bater essa bola juntos para que haja coordenação na aprovação desse projeto.

E gostaria também de falar aos Senadores e Senadoras que teremos reunião do Congresso, possivelmente amanhã, às 11h, de acordo com a agenda. Evidentemente, estamos correndo contra o tempo com relação à LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Portanto, temos aí uma série de projetos importantes e projetos que, sem dúvida nenhuma, nós esperamos que o Senado Federal vote.

Chegou também agora o Senador Tasso Jereissati.

Seja muito bem-vindo à Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Tasso, a votação já está em aberto, já fizemos a sabatina do Dr. Gustavo Borba para a Comissão de Valores Mobiliários. Portanto, o voto de V. Exª é um voto muito importante também, V. Exª que é um dos autores do requerimento da audiência pública, com a presença do Ministro Adams e Ministro Nelson Barbosa.

Agora atingimos o quórum com o Senador Tasso Jereissati. Estamos *Esperando Godot*, aquele livro do Samuel Beckett, *Esperando Godot*, esperando o Senador Cristovam Buarque que apareceu aqui agora e teve que ir a uma outra Comissão. Há um enxame de comissões, todas elas trabalhando no horário da Comissão de Assuntos Econômicos, cujo horário é previsto até no Regimento do Senado Federal. E o Senador Reguffe – brilhante Senador Reguffe –, nós o estamos esperando ansiosamente.

Senador Tasso Jereissati com a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Vou ajudá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Ajude-nos, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente Delcídio, já que eu estava vendo pela televisão que há meia hora V. Exª enche linguiça no microfone. Parece locutor de futebol quando a partida é interrompida, que não tem o que dizer e fica enchendo linguiça. V. Exª foi aprovado como enchedor de linguiça de primeira categoria. Está apto para ser locutor de qualquer dos melhores veículos de comunicação do Brasil, da madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Da madrugada.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Até o biotipo é de programa da madrugada.

Mas, Senador Delcídio, V. Exª... Eu queria deixar aqui registrado, V. Exª sabe muito bem que há mais de um mês, há quase dois meses, fiz um requerimento, lido e aprovado nesta sessão, na presidência do ilustre Senador Raimundo Lira, em que nós convidávamos o procurador do TCU... Esqueci o nome dele, se não me engano, Gustavo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Ministro do TCU.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Durante esses dois meses, tentamos, sem sucesso, trazê-lo aqui para dar uma explicação a esta Casa sobre as famosas pedaladas, já que o procurador foi o autor da proposição de rejeição das contas do Governo e, sem sucesso, não conseguimos. Estranho, porque isso é fundamental para nós do Congresso, já que o TCU é uma casa auxiliar do Congresso Nacional, para que este possa, de uma maneira eficaz, cumprir o seu papel de fiscalizar também as contas da União. Nós não conseguimos.

Já o ilustre Senador Acir conseguiu, na semana passada, já na semana seguinte, com a presteza incrível, a convocação, o convite para que os Srs. Ministros do Governo – Nelson Barbosa e Adams – viessem aqui explicar o inexplicável, até porque nós não vamos ter a oportunidade de ouvir detalhadamente as razões do Procurador, que, afinal de contas, é o técnico que fez todo o estudo.

Eu considero isso uma falha enorme, Senador Delcídio. Que venham aqui os dois Ministros explicarem o inexplicável. Precisamos entender por que é que tecnicamente a nossa Casa auxiliar fez essas observações.

Queria deixar aqui o meu registro, a minha insatisfação e dizer que acho esse depoimento de hoje, dos dois Ministros, absolutamente inócuos, já que nós não tivemos a oportunidade de ouvir sequer aqueles que fizeram as observações legais e técnicas que são profundamente graves.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, por favor me esclareça: foram convidados também Ministros do Tribunal de Contas da União?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Foram. Eu gostaria, Senador Tasso, até em função ...

Senador Hélio José, muito bem-vindo! Já abrimos a votação. É muita honra tê-lo aqui!

Inscreva o Senador Tasso para a audiência pública.

Eu gostaria só, meu caro Senador Tasso, de dizer que nós recebemos aqui um expediente, aliás, já está sobre a mesa, do Presidente Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz. Ele inclusive entrou em contato comigo, por telefone, a despeito até do mérito...

Senadora Sandra Braga, a nossa votação já está aberta! Trata-se da sabatina do Dr. Gustavo Borba.

Portanto, Senador Tasso, eu mesmo já havia conversado com V. Exª algumas vezes sobre a agenda da Comissão de Assuntos Econômicos. A agenda era para esta semana, para terça-feira, ou seja, para hoje. Até afirmei que nós iríamos cumprir aquilo que o requerimento de V. Exª determinava.

O Senador Acir Gurgacz apresentou um requerimento também convidando os dois Ministros.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Dois meses depois do meu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas eu tinha inclusive conversado com V. Exª que nós iríamos fazer isso hoje, mas recebemos uma carta e também o próprio Presidente Aroldo Cedraz me telefonou dizendo que o Tribunal de Contas não gostaria de fazer nenhum debate sem receber a resposta do Governo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não cabe ao Tribunal de Contas gostar ou não gostar. Cabe ao Tribunal de Contas cumprir a sua obrigação legal de ser auxiliar desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concordo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Essa carta do Presidente Aroldo Cedraz é absolutamente inaceitável e desrespeitosa. Gostaria de saber que tipo de medida legal nós devemos tomar contra o Presidente Aroldo Cedraz, que faz uma carta desrespeitosa ou absolutamente ignorante sobre os papéis da Casa de que ele é o Presidente. Ele não sabe e não conhece; portanto, não está apto a ser Presidente do TCU.

Gostaria de verificar, junto à assessoria jurídica desta Casa, quais são as medidas que nós podemos tomar. Também não aceito essa carta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com relação a isso, Senador Delcídio, eu quero me associar ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com relação a esse aspecto, eu quero me associar ao Senador Tasso Jereissati. O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Legislativo. Eu acho que essa carta não tem sentido e que nós devemos depois colocar em votação uma convocação para que venham aqui.

Então, com relação a isso, eu quero me associar inteiramente ao pronunciamento do Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu quero inicialmente registrar que pela nossa Constituição o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Congresso Nacional e do Senado Federal. Lamentavelmente, nos últimos anos, o Tribunal de Contas da União tem deixado de ser um órgão auxiliar do Congresso Nacional e tem atuado como se fosse um Poder independente e jurisdicional, concorrendo com o Supremo Tribunal Federal nas suas atribuições.

Essa resposta do Sr. Aroldo Cedraz de Oliveira é parte dessa visão.

Quero registrar que, na CPI da Petrobras, foi também convocado um Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – O Senador Pimentel está com a palavra.

Por favor, silêncio!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... um Ministro do Tribunal de Contas da União, e eles, simplesmente, mandaram um ofício com o mesmo teor. Portanto, é uma praxe dos membros do Tribunal de Contas da União.

Aqui, o que está posto para nós é se nós vamos exigir do Tribunal de Contas da União o seu cumprimento constitucional, subsidiando o Senado Federal e, em especial, a Comissão de Assuntos Econômicos nessa matéria importantíssima.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu quero, aqui, Sr. Presidente, confessar que, na semana passada, quando o Senador Acir apresentou o requerimento de convocação, eu propus que fosse transformado num convite.

Lamento estar errado, porque se fosse convocação, o Sr. Ministro Aroldo Cedraz teria o prazo de até 30 dias para comparecer, sob pena de crime de responsabilidade.

Eu quero me associar às preocupações do Senador Tasso Jereissati.

Nós, Senador Tasso Jereissati, deveríamos, por unanimidade, fazer a convocação do Sr. Aroldo Cedraz, para cumprir o seu dever constitucional para com o Senado Federal.

É essa, Sr. Presidente, a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo com a proposta do Senador Pimentel, coloco em votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Qual é a proposta? Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Na verdade, o Senador Tasso Jereissati fez ponderações, e pertinentes sob todos os aspectos, de que o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Congresso Nacional.

A intenção era fazer essa audiência pública com os Ministros e com o Tribunal de Contas da União, e nós recebemos uma carta, aliás, um ofício do Presidente Aroldo Cedraz dizendo que ele não compareceria e que ninguém do Tribunal de Contas viria, até porque ele gostaria de tomar conhecimento. Isso ele me disse, inclusive, por telefone. Ele gostaria de tomar conhecimento das respostas do Governo ao acórdão do TCU, para que, depois, o TCU se posicionasse.

O Senador Tasso foi quem iniciou esse debate, o Senador Lindbergh também, e o Senador Pimentel, e, agora, porque eles não consideraram adequado o ofício encaminhado, uma vez que o TCU é uma instituição auxiliar, que ajuda o Congresso, é subordinada ao Congresso na fiscalização e controle das contas públicas, a proposta do Senador Pimentel é aprovar um requerimento de convocação do Presidente do Tribunal de Contas da União, Presidente Aroldo Cedraz.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nesse sentido, Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Presidente, nós estamos formalizando o requerimento. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, está sendo formalizado o requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem, também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Cristovam primeiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O Senador Ricardo pediu primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bem, é só para saber: nesses termos, não era melhor suspender essa...?

Senador, como eu lhe falei mais cedo, tem um requerimento meu, também, para uma audiência nesse sentido, em que também o Ministro Nardes estava convocado, Júlio Marcelo de Oliveira, Mansueto Almeida, Antônio Carlos Costa d´Ávila Carvalho, Luís Inácio...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu pediria, por favor, aos assessores e assessoras, silêncio, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... e Gil Castelo Branco. Ou seja, isso foi aprovado em junho, um requerimento meu.

O senhor teve a gentileza, na nossa conversa, de colocar que eu poderia participar desta reunião como se fosse um dos que convocaram a vinda do Ministro, mas eu pergunto: não seria o caso de adiarmos essa reunião para quando o Ministro Nardes estivesse presente? Não estou nem propondo isso. Não estou propondo, estou consultando.

E como é que casaria esta audiência de hoje com a minha, que foi aprovada em junho?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – V. Exª, inclusive, quando apresentou, Senador Cristovam...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Isso, eu falei, aqui, que o senhor teve a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... disse-me assim: "Olha, como já existem vários requerimentos para ouvir essa questão das contas, eu ficaria satisfeito se nós aprontássemos para agosto".

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Próximo semestre. Isso!

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, eu vou cumprir o que eu combinei com V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Isso. Não tem problema nenhum, nenhum, nenhum. É isso, então, que fica assim...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O.k.?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está bom. Aí eu poderia participar dessa, como se fosse...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sem dúvida nenhuma, claro!

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, há também requerimento para convite ou convocação? Até porque, no caso deste, não há necessidade de convocação, porque ele está disponível para vir. Eu me refiro ao Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, que é do Ministério Público do Tribunal de Contas da União.

O Dr. Júlio Marcelo foi quem fez as denúncias relacionadas às violações todas praticadas pelo Governo. E ele está disponível para vir.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ele já foi convidado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sim, claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Desculpe-me, mas vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pode concluir, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O que me espanta é o fato de ele estar convidado, estar disponível, e nós não trazermos ele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ele está disponível há meses. Há requerimento aprovado aqui, de autoria do Senador Tasso, subscrito por mim, e nós não estamos trazendo ele aqui porque nós não estamos mostrando vontade política. Mas ele está disponível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então eu queria apelar a V. Exª para que nós pudéssemos também colocar na linha de prioridade e de cronologia esse requerimento que foi aprovado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ferraço, eu só vou ler um pedaço do ofício que o Presidente do TCU mandou...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, eu me refiro ao Procurador do...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Em atenção aos mencionados expedientes, esclareço [...] tendo em vista que o Procurador Júlio Marcelo de Oliveira está em gozo de férias".

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É, entrou de férias porque nós demoramos a trazê-lo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Mas eu gostaria só de esclarecer ao Senador Ferraço, que não estava presente aqui à discussão, que esta carta do Presidente do TCU, Aroldo Cedraz, é uma verdadeira afronta ao Congresso, porque ele diz ao mesmo tempo em que não gostaria que viesse o TCU... Na verdade, ele confessa que, de uma certa maneira, manuseou a data desse convite, porque não gostaria que o TCU viesse aqui a esta Casa se pronunciar antes que houvesse a votação do Tribunal.

Eu estou esclarecendo, e o Senador Pimentel acaba de fazer um requerimento, convocando o Ministro Aroldo Cedraz para vir a esta Casa, porque ele não tem que gostar ou não gostar de nada. Ele é Presidente de uma Casa auxiliar deste Congresso Nacional e tem que atender imediatamente aos nossos desejos, e nós é que gostamos ou não gostamos.

Então, o Presidente aqui comete um grave erro ao se pronunciar dessa maneira e, se não é uma afronta a essa Comissão, é uma demonstração de ignorância sobre a Casa que ele preside, pois demonstra não saber quais são as suas reais funções.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – O Pimentel já apresentou requerimento?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Quer assinar?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Não, não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, eu vou colocar em votação, extrapauta, o requerimento subscrito por vários Senadores.

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requer, nos termos do art. 58, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Sr. Aroldo Cedraz, Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, a fim de informar e explicar a respeito dos procedimentos adotados pelo Governo Federal no âmbito das contas públicas no ano de 2014.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com a presente proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, aprovado o requerimento.

E eu agora vou encerrar. Se todos os Senadores e Senadoras já votaram, eu vou encerrar a votação da sabatina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ferraço, V. Exª pretende votar? (*Pausa.*)

Senador Ferraço, também vai votar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senadora Lúcia Vânia também? (*Pausa.*)

V. Exª está convidada a votar.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO. *Fora do microfone.*) – Convidada a votar?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Convidada a votar, minha querida Senadora Lúcia Vânia.

(*Continua em processo de votação.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, enquanto os colegas estão votando, eu queria usar da palavra, com aquiescência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Enquanto esperamos o anúncio da votação.

Sr. Presidente, eu acredito que esta Casa não pode se eximir da sua responsabilidade de fiscalizar de perto as ações dos órgãos governamentais. É uma atribuição específica do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara dos Deputados, controlar os atos do Poder Executivo em qualquer área, inclusive, na área das pedaladas, que são irregularidades cometidas pelo Governo. A sociedade brasileira merece uma explicação, não só perante o Tribunal de Contas da União, mas uma explicação detalhada no Congresso Nacional.

Qualquer Prefeito ou qualquer Governador que venha a ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal é acionado pelo Ministério Público para responder sobre os atos praticados. E ninguém, nesta República, pode se eximir de sua responsabilidade perante seus atos, notadamente a Presidente da República, que deve ser um modelo de eficiência na gestão, de preparo no exercício de suas funções e de respeito à Constituição e às leis do nosso País.

Por isso que eu louvo essa atitude da Comissão de Assuntos Econômicos, que, de forma autônoma e independente, como deve ser, convoca o Presidente do Tribunal de Contas da União para debater conosco todos os assuntos relacionados com esse tema, que, sem dúvida alguma, preocupou o Congresso, preocupou a sociedade, de vez que práticas lesivas aos interesses legais e constitucionais do nosso País não podem acontecer, parta de onde partir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não há, Sr. Presidente, nenhum privilégio no regime democrático e republicano. Por esta razão é que a minha palavra de regozijo, com a decisão desta Comissão.

E, ainda, sendo o Senador Delcídio do Amaral Presidente desta comissão e Líder do Governo, reparem a lisura deste homem, reparem a independência e o respeito que ele à Constituição, às leis do nosso País, aos votos e às opiniões dos Senadores.

Por isso eu quero parabenizar V. Exª, Sr. Presidente, pela forma correta, equânime e, acima de tudo, responsável como age nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Valadares, pelas palavras.

E eu vou dar por encerrada a votação. (*Pausa.*)

Encerrada a apuração eletrônica dos votos.

Eu peço para abrir o painel para verificarmos o resultado da votação.

Votaram "sim" 22 Srs. Senadores; nenhum voto "não".

Não houve abstenções.

A Comissão aprova o nome do Sr. Gustavo Rabelo Tavares Borba para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

De acordo com o art.165 do Regimento Interno, o Parecer sobre a escolha de autoridades será incluído em série, no final da Ordem do Dia.

Quero aproveitar para parabenizar pela aprovação e desejar, Dr. Gustavo Borba, sucesso na sua missão. Agora, temos ainda também a votação pelo Plenário, mas pelo currículo de V. Exª, pela qualidade...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Foi requerida audiência?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Ainda não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pelo art. 165 já, automaticamente, vai ser incluído na Ordem do Dia, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, eu desejo sucesso, também, na votação de V. Exª no Plenário, e tenho certeza absoluta que a Comissão de Valores Mobiliários terá um grande diretor.

Parabéns e sucesso sempre.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Reunião.

(Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia quatorze de julho do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos Senadores Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e Raimundo Lira, Vice-presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Hélio José, José Agripino, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Douglas Cintra, Wellington Fagundes, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e, ainda, do Senador Donizeti Nogueira. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Ciro Nogueira, Romero Jucá, Roberto Requião, Alvaro Dias, Fernando Bezerra Coelho e Marcelo Crivella. A presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de informar e explicar a respeito dos procedimentos adotados pelo governo federal no âmbito das contas públicas no ano de 2014, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 16 de 2015, de iniciativa do Senador Acir Gurgacz, tendo como expositores os senhores Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-geral da União, e Nelson Barbosa, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Tasso Jereissati, Humberto Costa, Ataídes Oliveira, Lindbergh Farias, José Pimentel, Cristovam Buarque, Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Donizeti Nogueira e Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatro minutos, lavrando eu, Ricardo Moreira Maia, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos senhores presidente e vice-presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. – Senador **Raimundo Lira**, Vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

A pauta: audiência pública.

Finalidade: informar e explicar a respeito dos procedimentos adotados pelo Governo Federal no âmbito das contas públicas no ano de 2014.

Autores dos requerimentos de realização desta audiência: Senador Acir Gurgacz, Senador Tasso Jereissati e Senador Cristovam também.

Os convidados são o Ministro Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União, e o Ministro Nelson Barbosa, Ministro do Planejamento.

Eu convidaria a Senadora Gleisi e o Senador Lindbergh Farias a conduzir os dois Ministros à Mesa dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – De acordo com os arts. 397, Senador Benedito de Lira, e 398, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exªs os Ministros Luís Inácio Lucena Adams e Nelson Barbosa terão 30 minutos para fazer as suas exposições, e, em seguida, Senador Tasso, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos.

Volto a repetir: os Senadores autores dos requerimentos – Senador Acir, Senador Tasso e Senador Cristovam –, regimentalmente, falam primeiro; e, depois, os inscritos.

Friso que esta Presidência vai chamar por ordem de inscrição. Não tem aquele negócio de partido e tal, porque aí a pessoa chega primeiro e, depois, vai falar por último. Então, é por ordem de inscrição.

Apesar da burocracia aqui...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu acho que esse procedimento devia ser adotado em todas as reuniões, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É, porque a burocracia aqui é intensa.

Eles estão revoltados aqui, comigo, pela desobediência à burocracia. Uma burocracia histórica, que se sustentou ao longo de décadas. E eles insistem em manter.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu fui Presidente e não fiz isso, do que me arrependo.

V. Exª está correto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, como eu disse aqui, a palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição.

O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica,concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Com a palavra o Ministro Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União, para fazer sua exposição, por um tempo, Ministro, de 30 minutos, se esse for o tempo necessário.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Obrigado, Presidente.

Eu fico muito satisfeito de poder estar aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos – eu e o Ministro Nelson. É a primeira oportunidade, no Congresso Nacional, que nós temos para trazer ao conhecimento de V. Exªs esse tema, que é de extrema relevância, de extrema importância.

É um debate que nós entendemos que tem de ser feito, esclarecido, e tem de ser feito no âmbito, primeiro, evidentemente, do Tribunal de Contas, que, como órgão auxiliar do Congresso, tem a responsabilidade de fazer a primeira análise técnica, mas a instância decisória é o Congresso, não é o Tribunal de Contas da União. Então, a participação que nós trazemos aqui é uma participação que se faz, inclusive, perante o próprio órgão julgador.

Pode passar, por favor.

Esse tema relativo às contas da Presidente compõe um conjunto de treze itens apontados pelo TCU, pelo Tribunal de Contas da União. Desses treze itens, vou concentrar a minha exposição naquilo que se refere aos repasses aos bancos públicos, que se convencionou chamar de "pedaladas fiscais", termo que rejeito, porque não é representativo dos fatos e da sistemática realizada. O Ministro Nelson tratará dos demais temas.

Pode passar, por favor.

Nesse ponto, nós separamos em basicamente oito itens. Eu vou tratar dos primeiros quatro itens e o Ministro Nelson tratará dos quatro seguintes.

Pode passar, por favor.

O primeiro grupo trata dos chamados repasses em contratos de prestação de serviços. Os bancos públicos realizam, particularmente a Caixa Econômica Federal, uma série de serviços para a União, a título de pagamento de benefícios sociais. Essa prestação de serviços vem sendo realizada há muitos anos, é uma atividade costumeira, eu diria, está no próprio DNA da Caixa Econômica Federal fazer essa prestação de serviços. O TCU, ao examinar esse tema, adotou neste ano um novo entendimento ao considerar que haveria uma irregularidade nesses adiantamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal à União, o entendimento de que haveria esse adiantamento para despesas de Programas como o Bolsa Família, Seguro- Desemprego e Abono Salarial.

Pode passar.

Então, qual é o esclarecimento que nós fazemos aqui?

Primeiro, são contratos de prestação de serviços. A lógica do contrato de prestação de serviços é uma lógica que tem de pautar a Administração Pública como um todo e incorpora uma dinâmica de preservação da quantidade do serviço público, em que há, para efeito do pagamento dos benefícios, um fluxo de pagamento. Ou seja, o pagamento feito pela Caixa para os programas sociais é feito na forma de repasses prévios orçados. E, nesses repasses, o próprio contrato de serviço que a Caixa presta com a União admite que a Caixa possa tomar a decisão de, em eventuais situações de falta de recurso, por conta do fluxo orçamentário previsto, fazer o pagamento recebendo uma compensação subsequente.

Há o fluxo de pagamentos, Senadora, e eu vou mostrar os dados e a sistemática. Essa é uma sistemática que se reproduz há muitos e muitos anos. Ela tem mais de vinte anos, mas, digamos assim, fizemos, inclusive, um levantamento especificamente em relação ao início da vigência da lei para mostrar como ela, em todos os anos, vem se reproduzindo. O grande fator que orienta essa situação é que todas as despesas, particularmente o seguro-desemprego, são despesas cuja previsibilidade é muito mais errática. Ou seja, você não tem como antecipar integralmente o volume de pessoas que vão pedir o benefício em determinado mês.

Você consegue fazer algum nível de estimativa, que orienta o repasse, mas você não consegue integralizar, com objetividade, todo esse volume de demanda.

Por isso que se admite um fluxo que pressupõe depósito antecipado em volumes altíssimos, que são pagos no decorrer do mês, e admite-se, nesse período, contratualmente, uma possibilidade de existência de situações negativas que são compensadas subsequentemente.

Então, para lidar com essas variações, o contrato estabelece uma conta de suprimento, que, se positiva, remunera o Governo, se negativa, remunera a Caixa. Nem todo contrato em que, eventualmente, exista – isso é importante que se diga – incidência de juro, é obrigatoriamente uma operação de crédito. Juro é um instituto do Direito Civil, que é apropriado também no Direito Financeiro. Então, é prevista, por exemplo, no Código Civil, a compensação ao mandatário que faz expensas em nome do mandante por conta de obrigações...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Isso desde o início do contrato?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Desde o início do contrato, sempre.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sempre figurou essa conta?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Sempre figurou essa sistemática

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu só pediria aos Senadores e às Senadoras para o Ministro fazer toda a exposição e depois aí nas perguntas, as dúvidas...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É só rapidinho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senão vai interrompendo, Senadora, e é importante para o Ministro fazer todas as explicações devidas.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Estou tentando achar qual o botão do laser aqui. Mas o laser some na tela, não adianta.

Então, é importante que se destaque aqui que, em todos os anos, durante a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, houve saldos negativos, ou seja, em todos os anos, desde 2001, durante a vigência da LRF, houve situações em que a Caixa efetuou pagamentos a descoberto.

Essa situação não anula ou não caracteriza aparente operação de crédito, porque o saldo médio sempre é positivo, ou seja, a Caixa, em todos os anos, foi devedora de juros para a União e não o contrário. Em todos os anos, a Caixa pagou juros para a União pelos saldos médios positivos que ela teve.

Então, do ponto de vista do fluxo financeiro, desse serviço que a Caixa presta, a realidade econômica do processo é totalmente favorável, financeiramente, à Caixa, razão pela qual ela é devedora da União. E, nesse sentido, em todas as análises, em todas as autuações, em todas as auditorias que o Tribunal de Contas realizou nesses programas, nesses contratos com cláusulas expressa, nunca houve identificação de irregularidade.

Ou seja, o TCU teve, em várias oportunidades, seja no programa Bolsa Família, seja no programa de seguro-desemprego, seja na própria auditoria da Caixa Econômica Federal, houve análises desses procedimentos e essas análises nunca identificaram, reconheceram a existência de irregularidade, razão por que ela sempre foi aceita como correta.

Então, aqui no caso do repasse, o contrato da Caixa e o MDS – exatamente, a subcláusula 2ª e a subcláusula 9ª –, a Caixa paga à União juros pelos saldos positivos dos valores que ela recebe e, nas eventualidades de insuficiência de pagamento, se a contratada assegurar por meios próprios o pagamento. Ou seja, é facultado à Caixa tomar essa decisão de fazer o pagamento. Ela pode não pagar, contratualmente, ela não é obrigada a pagar, ela pode não fazê-lo, se ela fizer, é garantida essa compensação, que é equivalente à compensação

que ela paga, quando o saldo é positivo. Esses são os contratos e essas cláusulas reproduzem há vários anos. Eu cito 14 anos, que é durante a vigência da LRF, já que o debate está associado à observância ou não da lei.

O próprio TCU, num acórdão recente que julgou os embargos de declaração relativos ao tema dos repasses, veio a reconhecer nos embargos que nós interpusemos que é preciso ressalvar o fato de que não seria razoável classificar como operação de crédito meros atrasos de curtíssimo prazo nos repasses dos recursos do Tesouro, previstos com condições estipuladas contratualmente, como o caso de programas sociais pagos por intermédio da Caixa Econômica Federal.

Ou seja, essa sistemática vem sendo reconhecida como correta.

E aqui mostra exatamente o efeito econômico desse fluxo anualmente. Em todos os anos, esses valores são nominais. Não são valores evidentemente trazidos a valor do presente. Portanto, eles estão nos seus valores de época. Todos os anos o fluxo financeiro é favorável à Caixa. Em 2014, que foi o ano em que surgiu esse grande debate, o fluxo médio de depósitos dos programas sociais que foram pagos pela Caixa foi de R$1,5 bilhão favorável à Caixa Econômica Federal, razão pela qual, em todos esses anos, a Caixa, no encontro, no processo de apuração que eles fazem anualmente, foi devedora de juros para a União.

Por isso eu já faço aqui o primeiro contraponto a um conceito que foi apresentado, que parece assimilável, mas não é, a esse sistema, que é o chamado cheque especial. Na verdade, não é possível usar essa sistemática, porque isso é uma espécie de cheque especial que a União sacaria momentaneamente saldos negativos.

Não é por dois motivos. Primeiro: no sistema do correntista usual, não há pagamento de juros em favor do correntista. Há uma contratação de mútuo prévio com o correntista em que ele tem a opção de fazer o saque em seu benefício. Não é o caso. Nesse caso, há um fluxo financeiro com depósito antecipado para prestação de serviço para a Caixa.

Segundo: a decisão de saque, se for cheque especial, não é tomada pelo correntista, União; é tomada pelo banco, Caixa. É o banco que toma. Então, a comparação com cheque especial está errada exatamente por esses dois elementos. Quem toma a decisão... Imagina esta relação: o correntista que tem o seu... Mas quem toma a decisão de saque não é o correntista, quem toma a decisão de saque é o próprio banco.

No sentido desse fluxo financeiro, a resultante é positiva. Se a Caixa tivesse transferido o capital próprio para a União, como pressupõe a ideia do mútuo, esse fluxo, esse sistema não existiria. Não seria possível ter pagamento de juros. A relação seria invertida. A União estaria pagando juros para a Caixa, o que não acontece. Em todos os anos, sem exceção, mesmo tendo havido, em todos os anos, saldos negativos, pagamentos a descoberto pela Caixa, o fluxo financeiro é favorável à Caixa, e a Caixa paga juros para a União.

O segundo ponto que nós trazemos também aqui refere-se ao que se chama de equalização das taxas de juros. A equalização de taxa de juros corresponde a um sistema de subsídio, de subvenção econômica que a União adota, autorizada em lei, a partir do que é autorizado em lei, para pagar financiamentos mútuos incentivados pelos bancos públicos, BNDES e Banco do Brasil fundamentalmente.

Esse sistema é realizado há vários anos, mas os programas em questão referem-se ao exercício de 2010/2014. Então, o TCU argui que essa equalização seria uma espécie de financiamento à União e não um processo de subvenção econômica. Portanto, ele entende que seria passível de compatibilização inclusive como dívida.

Acontece que a equalização é uma modalidade de subvenção que corresponde à diferença entre a remuneração do custo da linha de crédito para o banco e o juros pagos pelo tomador de empréstimo. No caso específico do PSI, que é um dos programas – são dois programas questionados, o Minha Casa, Minha Vida e o PSI –, de que trata a Lei nº 2.096, de 2009, autorizou o Ministério da Fazenda a definir as condições de equalização de taxa de juros, que inclui o valor a ser equalizado e o prazo de pagamento.

O pagamento da equalização deve guardar relação com o prazo de pagamento das prestações pelo mutuário. No caso do PSI, os empréstimos têm prazo de carência de 48 meses.

Qual é a sistemática que se adota aqui? O Ministério da Fazenda, autorizado em lei – vou mostrar as portarias em seguida –, adota uma metodologia de equalização. O que ela estabelece? Para cada operação de mútuo contratada, o processo de equalização começa a ocorrer 24 meses após essa operação.

Então, a lei vem estabelecer que cabe ao Ministério da Fazenda a regulamentação das demais condições para concessão da subvenção econômica de que trata o artigo, entre elas a definição da metodologia para pagamento da equalização das taxas de juros.

E a portaria vem estabelecer essa metodologia definida por lei: o pagamento das equalizações será devido após decorridos 24 meses do término de cada semestre da apuração. Apuram-se os contratos, e começa-se a fazer a equalização.

E por que isso é feito? Porque, na verdade, todas as operações de PSI admitem prazos de carência. O mutuário inicia o pagamento a partir de um prazo que vai de 3 meses a 48 meses. Existem operações de crédito que admitem até 108 meses de carência, que são linhas pequenas.

Então, o que o Ministério da Fazenda adotou como metodologia? Em vez de fazer uma sistemática que considera contrato a contrato, racionaliza o tempo médio de equalização, que são 24 meses num prazo. Então, há contratos em que o pagamento já começou a acontecer, e a equalização acontece depois, a partir do vigésimo quarto mês, mas há contratos em que o pagamento não aconteceu ainda, porque a carência é maior, que vai a 48 meses. Mas mesmo assim o Ministério da Fazenda já inicia a equalização.

Essa sistemática equilibra a realidade financeira do processo, e isso faz parte da precificação.

Segundo aspecto importante: estamos a tratar aqui de uma subvenção econômica. Não há transferência de capital do banco para a União. O mútuo é contratado do banco com o interessado, com o privado, que faz a operação de crédito. A União entra aqui como um terceiro que incentiva a operação, fazendo uma subvenção prevista em lei, autorizada em lei e regulada por portaria na forma autorizada pela lei. Portanto, há uma aderência dessa sistemática à própria legislação que foi aprovada pelo Congresso Nacional.

O segundo ponto refere-se também à equalização do FGTS e à execução do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O TCU entende que haveria irregularidades em adiantamentos pelo FGTS para despesas do Programa Minha Casa, Minha Vida nos anos de 2010 a 2014, que essa execução da despesa não teria autorização orçamentária no exercício 2014 e que haveria inscrição irregular de resto a pagar de R$1,3 bilhão, referentes às despesas do Minha Casa, Minha Vida.

Primeiro, há previsão expressa na Lei nº 11.997, art. 82-A, de que os valores de subvenções ao Minha Casa, Minha Vida, faixa 2, devidos pela União podem ser cobertos pelas disponibilidades do FGTS.

Não há transferência em dinheiro do FGTS para a União, pois a disponibilidade cobre subsídios do beneficiário que contrata o Minha Casa, Minha Vida. A União não é a receptora dos recursos, o beneficiário é o receptor desses recursos.

E, quando há antecipação dos recursos para disponibilidade do FGTS, a União efetua, posteriormente, o ressarcimento, conforme expressamente autorizado na forma da subvenção.

E, aqui, o art. 82-A da lei que foi aprovada pelo Congresso:

Art.82-A. Enquanto não efetivado o aporte de recursos necessários às subvenções econômicas de que tratam os incisos I e II do art. 2º [...], o agente operador do FGTS, do FAR e do FDS, que tenha utilizado as disponibilidades dos referidos fundos em contratações no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, terá direito ao ressarcimento das quantias desembolsadas, devidamente atualizadas pela taxa Selic.

No caso específico, o próprio Tribunal de Contas, em uma auditoria julgada em 2014, referente a este programa, tentou regular essas operações e as sistemáticas adotadas dando plena e total quitação ao gestor do programa, no caso, a Srª Inês da Silva Magalhães, dando-lhe total quitação dessas operações, entendendo que não haveria qualquer irregularidade nos procedimentos que estão sendo adotados no programa.

Aqui, é bom que se diga e se frise: não há diferença de recursos do FGTS para a União. Há um processo de financiamento de um programa que é equalizado, que é subsidiado, na forma de subvenção econômica, como autorizado em lei, diretamente ao programa em favor dos beneficiários. E isso está previsto em lei orçamentária aprovada no Congresso. O TCU com remuneração, quando não há disponibilidade pontual desse programa. O TCU questiona que não haveria autorização legal porque ele entende, ele busca entender isso não como uma subvenção, que é o que está previsto na lei orçamentária. A lei orçamentária prevê, expressamente, a equalização na forma de subvenção econômica. E essa previsão que está na lei orçamentária, ela é, na eventualidade do atraso, da implementação do programa, empenhada, por isso não há irregularidade dos empenhos feitos pelo Ministério das Cidades, já que ele visa a assegurar contratos que estão em curso e que vão ser ainda liquidados, razão por que o empenho venha a reconhecer essa qualidade.

Então, o TCU... A origem do questionamento, a presunção, por parte do relatório preliminar, de que o adiantamento do FGTS é uma operação de crédito, portanto; deve ser contabilizado como tal no orçamento, ou seja, ela parte da premissa para desconhecer a própria autorização que a lei orçamentária hoje prevê e sempre previu. Como adiantamento, é apenas uma forma de operacionalizar o programa, o ressarcimento posterior ao FGTS não muda a natureza da despesa de subvenção aos beneficiários do programa. Quando o ressarcimento não ocorre no mesmo ano, os valores são inscritos em "Resto a Pagar", referentes à subvenção, como qualquer outra despesa, e assim são contabilizados e assim aparecem nas contas públicas.

Então, a própria despesa já está, de fato, contabilizada em nossa prestação de contas. Em sendo assim, não há qualquer irregularidade na execução orçamentária, pois não há operação de crédito.

O último ponto tem a ver com uma crítica, que decorre dessas, que é a questão de apuração da dívida líquida do setor público e do resultado primário. A dívida líquida do setor público e do resultado primário pressupõe uma metodologia que hoje não existe. Essa metodologia está atribuída como incumbência ao Senado Federal estabelecer, na forma do art. 30, § 1º, inciso IV da Lei de Responsabilidade Fiscal. E, até o momento, esse

normativo não foi aprovado, razão pela qual, desde o início da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2001, o Governo Federal, em suas mensagens que encaminham o projeto de lei orçamentária, informa ao Congresso que, na ausência da normativa, ele adota metodologia do Banco Central. Essa metodologia existe no Banco Central desde 1991, é uma metodologia reconhecida internacionalmente pelo FMI e por todos os diversos órgãos internacionais. Ela já foi utilizada por agentes econômicos e analistas, sendo bem avaliada internacionalmente. E as operações não são – essas operações em discussão –, na metodologia do Banco Central, reconhecidas como parte da dívida líquida do setor, por isso que o Banco Central não a incorpora, não a reconhece sua metodologia e não a vê como operação de crédito. Portanto, não a inclui na apuração da dívida líquida do setor público.

De novo, essa metodologia é reconhecida, existente e adotada a partir de uma sistemática e de uma história de implementação que retroage a 1991 – portanto, há 24 anos – e representa uma dinâmica que pode ser suprida pelo Congresso Nacional, particularmente o Senado Federal, que pode adotar o normativo, como assim estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, na ausência desse normativo, ela não veio a adotar. E isso vem sendo regular – de novo – em todos os anos desde o início da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu faço essa afirmação para reafirmar que existe uma jurisprudência, existe um entendimento do próprio Tribunal de Contas, assim como dos diversos órgãos da Administração, dessa regularidade, dessa adequação da sistemática. E é essa jurisprudência que dá conforto para o administrador poder tomar as suas decisões.

Evidentemente – isso está presente na nossa compreensão –, toda jurisprudência é passível de revisão. Mas, exatamente por ser uma jurisprudência, um entendimento na aplicação da lei, ela, inclusive na forma da lei, não admite retroação, não admite aplicação retroativa desse entendimento. É o que está presente na 9.784, expressamente: que mudanças jurisprudenciais, mudanças de entendimentos jurídicos não podem retroagir, não podem alcançar situações passadas.

É por isso, por exemplo, que o Supremo, reiteradamente, em situações como essa, modula suas próprias decisões. Ele aponta para o futuro uma mudança de entendimento. E essa mudança tem que ser observada. Nesse ponto, não temos nenhum problema e temos dito isso ao TCU.

Então, essa reiteração das decisões do TCU que firmam essa jurisprudência, em relação, inclusive, às estatísticas, sinalizam, claramente, a nossa compreensão pela regularidade. E aqui eu cito especificamente uma decisão do Relator Nardes, em 2002, em que fala exatamente em relação à estatística. Ele diz o seguinte em seu voto:

Com a vênia dos pareceres das unidades técnicas envolvidas, de fato, além de o Senado federal estar em mora com a fixação de importantes parâmetros relativos ao controle da política fiscal, falta diploma legal que obrigue o Banco Central a editar norma conjunta estabelecendo os conceitos e parâmetros da metodologia abaixo da linha [que é o tema em debate], que venham suprir o vácuo legislativo para efeitos de controle da LRF [...]

Continua o Ministro Nardes – e, portanto, o Plenário, porque esse acórdão foi aprovado:

Mesmo nas atribuições conferidas ao TCU pela LRF ou pela Lei nº 10.180/2001, não há dispositivo que o autorize a determinar ao Banco Central que legisle para suprir essa omissão.

Portanto, essa metodologia, que é adotada e vem sendo adotada há 24 anos, tem sido aceita e reconhecida, mas ela pode ser alterada pelo Senado e não pelo Tribunal de Contas. O TCU não tem essa competência de determinar uma mudança metodológica, como ele mesmo reconheceu. E é isso que dá, em última análise, a confiança na própria decisão.

Então, só para fazer uma referência àqueles dados que eu falei, os manuais de estatísticas de finanças públicas editados pelo Fundo Monetário Internacional são a referência metodológica internacional. O padrão estatístico mais importante, do qual o Brasil faz parte desde 2001, é o Padrão Especial de Disseminação de Dados, Special Data Dissemination Standard (SDDS). É o mais elevado padrão estatístico internacional em vigor, ao qual a metodologia do Banco Central é aderente. Portanto, ela é consistente.

O último Relatório sobre a Observância de Padrões e Códigos, em seu Módulo de Transparência Fiscal: Brasil (ROSC) registrou que as referidas estatísticas foram destacadas por sua abrangência, detalhamento, tempestividade das estatísticas macroeconômicas brasileiras do setor fiscal, seu padrão de qualidade e o elevado grau de transparência fiscal do Brasil. Isso nos dá um verdadeiro, digamos assim, reconhecimento internacional do padrão de transparência de qualidade fiscal no Brasil. E essa é a metodologia que o Banco Central adotou para divulgar as suas estatísticas fiscais da dívida pública em todos os anos, particularmente em 2014, que é a mesma metodologia.

Bom, é basicamente esse ponto – eu não contei o tempo.

Mas eu queria, só para concluir, antes de devolver à palavra ao Presidente, que vai passá-la ao Ministro Nelson.antes de passar a palavra ao Ministro Nelson, devolvo à palavra ao Presidente, evidentemente, para passá-la ao Ministro Nelson, de registrar que a dinâmica de trabalho que orientou a Administração Pública foi, primeiro, a observância efetiva da lei, cuidar da observância efetiva da lei. Segundo, uma lei que vem sendo

interpretada pelos órgãos de controle, em particular, mas pela Administração Pública como um todo em todos os seus 14 anos, aprovando a sistemática que vem sendo adotada até hoje. Terceiro, essa jurisprudência se conforma numa práxis administrativa, numa prática administrativa recorrente e que é, digamos assim, exercida por esse conforto legislativo e jurisprudencial.

Evidentemente, nós temos dito ao TCU, e quero retomar isso, que não temos, no âmbito do Governo, da Administração Pública, nenhuma dificuldade em relação a mudanças de jurisprudência que aperfeiçoem o sistema de contas, que aperfeiçoem o sistema fiscal e que melhorem essa realidade. Isso faz parte do aperfeiçoamento institucional do próprio País. Essa é uma conquista que o País tem obtido recorrentemente e deve ser valorizada como um instituto, como parte das nossas instituições. Agora, temos que tratar isso com a racionalidade e a ponderação que o tema exige. E isso passa por reconhecer essa mudança e essas atualizações.

Quando foi adotada a LRF, tomando como referência, e me lembro de que eu estava à época trabalhando na Advocacia-Geral da União, com o Ministro Gilmar Mendes, o tema foi debatido no Ministério do Planejamento, que bebeu a experiência neozelandesa como referência de transparência fiscal. E a Nova Zelândia adotou uma sistemática que nós não adotamos, mas essa realidade mostra que isso é necessário, que é a revisão da lei dez anos depois da sua adoção. Eles fizeram essa revisão.

Portanto, nós não tivemos regra similar no Brasil, mas mostra que o aperfeiçoamento institucional faz parte do próprio processo. E isso se dá não só na alteração legislativa, mas também na alteração jurisprudencial, que para nós é altamente normal, correto e recorrente. Mas não é causa de punição, é causa de aperfeiçoamento. E é isso que temos reiteradamente defendido. Acredito que nós temos, sim, neste momento, no Senado e nas outras instâncias próprias, a oportunidade de buscar esse aperfeiçoamento, inclusive alterando sistemáticas que foram praticadas por 14 anos, mas que são passíveis de revisão, como de resto é passível tudo numa democracia como a brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Nelson Barbosa, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para fazer sua exposição. O tempo é de 30 minutos, mas, lógico, se precisar de mais algum tempo, Ministro, V. Exª o terá.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado, Senador. Gostaria de cumprimentar o Senador Raimundo Lira e a todas as Senadoras e Senadores aqui presentes, e também meu colega Ministro Luís Inácio.

Vou continuar, como o Ministro já colocou. O parecer e o acórdão do TCU apontaram 13 pontos. Mas, quando vamos organizá-los, na verdade vários deles versam sobre o mesmo tema. Então, nós organizamos em oito pontos para facilitar a sua apresentação.

Vou passar, agora, ao que seria o quinto ponto. É um questionamento do parecer do Relator sobre o decreto de contingenciando adotado pelo Governo Federal em novembro de 2014. O que se questiona é a ausência de contingenciamento e de despesas discricionárias no montante de R$28 bilhões e se questiona se houve ou não utilização da execução orçamentária de 2014 para influenciar a prestação de processos legislativos. Então, são dois pontos, mas sobre o mesmo documento, ou seja, sobre o decreto de contingenciamento de novembro de 2014.

Começando pelo primeiro ponto, em primeiro lugar, o Decreto de Programação Orçamentária, seguindo a metodologia estabelecida pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal, baseia-se num relatório de avaliação bimestral. Na política fiscal, o acompanhamento e as revisões são feitas de dois em dois meses. Normalmente, quase sempre, em meses ímpares.

Então, você começa a fazer isso: o primeiro decreto em janeiro; depois você faz em março; e você vai de mês ímpar em mês ímpar, de dois em dois meses há essa reavaliação. O que esse decreto faz? Ele faz uma explicação do que aconteceu até aquele momento do ano e faz um cenário, uma reavaliação, das ações do governo para o restante do ano. Ao fazer isso, esse relatório é, por natureza, prospectivo. Ele tem que fazer considerações sobre o que vai acontecer na economia brasileira até o final daquele exercício. Ele faz considerações sobre o PIB, sobre inflação, sobre a taxa de câmbio, sobre a taxa de desemprego, sobre a evolução do mercado de trabalho. E faz considerações, também, sobre matérias em tramitação no Congresso Nacional, que podem ser aprovadas durante o exercício em questão e com efeitos no exercício em questão. Ele é um cenário prospectivo que envolve projeções de variáveis econômicas e hipóteses, cenários, sobre matérias econômicas em tramitação no Congresso Nacional. Matérias que, se aprovadas, terão efeito sobre a execução orçamentária.

Essa prática de usar cenários prospectivos também sobre o que o Congresso está analisando, não é uma coisa nova. Isso foi feito, por exemplo, no segundo relatório bimestral de 2009 – quando o Governo alterou a meta. As senhoras e os senhores devem se lembrar, em 2009 foi o ano em que o Brasil foi mais impactado pela crise internacional. Naquele ano, a economia registrou um crescimento negativo e o Governo alterou a meta de resultado primário – propôs uma alteração da meta resultado primário em abril. Isso foi feito em 2009, foi

analisado, foi aprovado pelo Congresso Nacional, foi analisado posteriormente na prestação de contas do Governo ao TCU, sem nenhum questionamento.

E para isso, também ocorreu outro exemplo – voltando ao primeiro ano em que a LRF começou a viger com todos os seus efeitos –, isso foi adotado também em 2002. Há um relatório quadrimestral de 2002 que levou em consideração, nas suas projeções, a aprovação de matérias legislativas pelo Congresso Nacional, bem como a adoção de medidas que ainda estavam em estudo pelo próprio Governo Federal. E esse relatório não foi objeto de questionamento por parte do TCU.

Então, o primeiro ponto da nossa resposta ao questionamento do TCU é que o Decreto de Programação Orçamentária se baseia – como manda a LRF – no relatório de avaliação de receitas e despesas. Uma avaliação tanto para trás – sobre o que aconteceu até aquele momento do ano –, como para frente – sobre o que vai acontecer até o final do ano. E, nessa avaliação, é natural você fazer projeções econômicas e considerações sobre o impacto de matérias em tramitação no Congresso Nacional, sobretudo se são matérias que podem ter impacto no exercício em curso.

No caso específico desse decreto, o Governo não contingenciou R$28 bilhões. Ele trabalhou com a hipótese de que a sua proposta de mudança de meta seria aprovada pelo Congresso Nacional. O PL de mudança de metas foi enviado ao Congresso Nacional no dia 11 de novembro. O relatório bimestral foi publicado dia 22 de novembro. No dia 24 de novembro – dois dias depois do relatório de avaliação bimestral – a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou a mudança de meta. E o decreto de contingenciamento aconteceu quatro dias depois. Então, quando decreto foi editado, o PLN 36 – o PLN que propunha a redução da meta e que foi aprovado também no Plenário – já havia sido aprovado na Comissão Mista de Orçamento. Ou seja, essa hipótese era uma hipótese altamente plausível e se verificou adequada no cenário do Governo.

Em último lugar, naquele momento – final de novembro de 2014, estou falando aqui da segunda quinzena de 2014 – já havia indícios de redução do nível de atividade econômica no Brasil. Não era adequado, naquele momento, contingenciar, cortar o gasto em R$28 bilhões adicionalmente. Vinte e oito bilhões correspondiam, naquela época, a meio por cento do PIB. A economia brasileira já mostrava sinais de retração do nível de atividade econômica. Cortar meio por cento do PIB em um mês e dez dias poderia, na verdade, agravar a situação econômica. Não era do interesse público, do interesse da sociedade, do interesse do bem-estar da população brasileira, das empresas, dos trabalhadores, aumentar o contingenciamento naquele momento, sobretudo quando o Governo já havia mandado um projeto de lei para mudar a meta e esse projeto de lei já havia sido aprovado na Comissão Mista de Orçamento.

A redução do nível de atividade – como eu falei – é não recomendável. A redução de R$28 bilhões, a redução da meta, foi aprovada em 15 dezembro. Na verdade, nós fomos ver aqui um detalhe, o texto base foi aprovado pelo Congresso no dia 4 dezembro, as emendas foram aprovadas... O texto final foi aprovado no dia 9 de dezembro. Enviou-se o PLN para a Presidente no dia 15 de dezembro.

Se nós formos seguir a recomendação, o questionamento colocado no parecer do Relator, o Governo deveria ter contingenciado R$28 bilhões no final de novembro e revertido essa decisão duas semanas depois, quando foi eventualmente aprovado o projeto de lei pelo Congresso Nacional. Isso daria uma volatilidade muito grande à execução da política fiscal, ou seja, não é recomendado, do ponto de vista da prudência fiscal, promover uma volatilidade dessa natureza e, naquele momento de retração do nível de atividade, não era recomendável reduzir a despesa do Governo em cerca de 0,5% do PIB.

A prova de como isso foi feito no passado. Primeiro, nós temos a evolução da meta fiscal em 2009. Ali, o Governo propôs, na avaliação do segundo bimestre, está ali naquela linha amarela, a redução da meta; enviou um PL em 14 de maio de 2009, que era o período do auge da crise, a economia estava se desacelerando e o Governo reduziu a sua meta de primário. Esse PL foi aprovado pelo Congresso Nacional no dia 20 de novembro. O Governo, já ao enviar o PL, trabalhou com a nova meta submetida ao Congresso Nacional e, depois, não só reduziu a meta como aumentou, naquela segunda linha ali, o abatimento proposto da meta de resultado primário – nessa época existia aquele abatimento pelos investimentos do PAC.

Então, o que esse eslaide mostra é que trabalhar com um projeto submetido ao Congresso já foi adotado no passado, foi adotado em 2009, o Governo começou a trabalhar com isso a partir de maio, o projeto só foi aprovado em novembro e isso não foi objeto de questionamento pelo TCU em relação às contas desse ano.

Aí vêm alguns eslaides com a avaliação do TCU, esses eslaides estão todos na avaliação das contas da Presidência de 2009, vou só ler o parágrafo do meio:

Posteriormente, considerando o cenário pós-crise econômica deflagrado ao final de 2008, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 326, de 12/5/2009, o Projeto de Lei nº 15, com vistas a legitimar a execução de uma política fiscal anticíclica mediante a alteração das metas fiscais inicialmen-

te fixadas. As referidas propostas de alteração das metas foram legitimadas com a publicação da Lei nº 12.053, de 9/10/2009, que alterou a Lei nº 11.768/2008, conforme resumido no quadro a seguir.

Conclusão: a análise conduz à conclusão de que o Poder Executivo Federal observou os princípios fundamentais de Contabilidade aplicados à Administração Pública, que os balanços demonstram adequadamente as posições financeiras, orçamentárias e patrimonial da União em 31/12/2009 e que foram respeitados os parâmetros e limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ou seja, numa avaliação prévia do TCU sobre exatamente o mesmo episódio, o Governo envia um projeto de mudança de meta para o Congresso Nacional e isso não foi considerado para aprovação...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Lamento, Ministro, mas não é o mesmo episódio.

O SR. NELSON BARBOSA – Eu responderei às suas perguntas no questionamento, Senador, deixe-me só...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu só estou dizendo agora que não é o mesmo episódio, por favor me ouça, por gentileza. O senhor esta falando de uma crise que todo mundo conhece, o País estava maravilhoso até 2014 e não adianta vir com essa arrogância que não vai pegar aqui não.

O SR. NELSON BARBOSA – Não há arrogância nenhuma, Senador, eu estou apresentando os fatos.

O relatório de avaliação bimestral. Como eu falei, foi feito em 2009 e agora vamos pegar um relatório de avaliação de metas quadrimestral. O que é que a gente está procurando colocar nesse caso? É que já foi utilizado no passado, em relatórios, a premissa sobre matérias que estão em tramitação no Congresso Nacional, ou de matérias as quais o Governo estuda a adoção. No relatório de avaliação quadrimestral do primeiro quadrimestre de 2002 estão colocados lá no §29º os seguintes fatores de balizar a decisão de bloqueio acima mencionado: previsão de frustração de R$4,9 bilhões na arrecadação da CPMF, considerando a hipótese de aprovação da sua prorrogação em 20 de junho e manutenção da noventena para a sua cobrança, ou seja, uma matéria que estava em tramitação no Congresso Nacional.

O outro ponto, o terceiro ponto: também foi considerado o aumento de arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em R$1,1 bilhão, cuja nova alíquota encontra-se atualmente em estudo para vigência exclusivamente durante o período de suspensão de cobrança da CPMF. Então, uma matéria administrativa que ainda não tinha sido adotada.

Esse ponto nós estamos colocando aqui para ilustrar que o Relatório de Avaliação de Receitas é prospectivo, ele considera não só a evolução de matérias econômicas, de variáveis econômicas, mas ele considera também um impacto de ações que estão em tramitação no Congresso Nacional ou ações que estão em estudo pela Administração Federal.

Vamos à mudança do cenário econômico que justificou a meta. Vários indicadores se deterioraram rapidamente no último trimestre de 2014. O nível de atividade caiu abruptamente com grandes efeitos sobre a arrecadação do Governo, o cumprimento da meta se mostrou inviável...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Presidente, eu peço a V. Exª que garanta a palavra do convidado e haja o momento adequado para os Senadores fazerem as suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Presidência pede aos Srs. Senadores que deixem o Ministro terminar sua exposição. Em seguida, seguiremos pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Foi uma rapidinha.

O SR. NELSON BARBOSA – Voltando, então. Nós vamos responder todas as perguntas, pode ficar tranquilo, Senador.

Vários indicadores se deterioraram rapidamente, no último trimestre. O nível de atividade caiu abruptamente. O cumprimento da meta se mostrou inviável, inadequado, naquele momento; na verdade, ia pressionar a economia mais para baixo, e um contingenciamento adicional naquele momento seria prejudicial, do ponto de vista econômico e social, contrário ao interesse público.

Para ilustrar isso com números, essa é a evolução do crescimento da receita do Governo: receita do Tesouro Nacional, crescimento acumulado em 12 meses. Vocês podem ver que, até o início da crise de 2008, o crescimento estava flutuando em torno de 15% ao ano. Quando vem a crise, o crescimento da receita cai, vai para menos de 5%. Há recuperação, em 2010, vai até 25%, depois cai fortemente, em 2012, volta para a casa de 5%. A partir de 2013, a receita do Governo volta a crescer rapidamente, chega a atingir 10%, em meados de 2014. No segundo semestre de 2014, o crescimento da receita do Governo cai abruptamente. Isso não é opinião, isso é um fato: a receita cai, a partir do segundo semestre de 2014.

Olhando outros indicadores. Evolução do prêmio de risco do Brasil. Prêmio de risco do Brasil relativamente estável, até setembro, outubro de 2014. Depois, começa a subir. Sobe mais fortemente a partir do final do ano. Aí está marcado o período em que foram feitos os dois últimos relatórios de avaliação fiscal, em setembro e em novembro.

Evolução da taxa de câmbio nominal. Taxa de câmbio nominal brasileira vai relativamente estável até setembro. Em setembro, sobe um pouco, continua a subir ao longo de outubro, e sobe mais fortemente no final do ano e no início deste ano. Ali, estão os dois relatórios. É mais um indicador de como a situação macroeconômica muda rapidamente no final de 2014.

Índice de *commodities*. O índice de *commodities* já vinha em queda, desde mais ou menos o meio do ano. Ele acentua sua queda, sobretudo, no final do ano. Ou seja, logo depois do segundo relatório, o índice de *commodities* cai fortemente. Esse índice se chama CRB, mede *commodities* agrícolas e minerais, produtos agrícolas e produtos minerais.

Preço do petróleo. O preço do petróleo começa a cair mais fortemente, a partir de outubro. Depois, a partir do segundo relatório de novembro, tem uma queda bem forte, vai para cerca de US$50. Então, esse patamar se mantém e só se recupera levemente neste ano.

Então, são indicadores que mostram que houve, sim, uma mudança rápida no cenário macroeconômico, no final de 2014, início de 2015.

Preço da soja. O preço da soja começa a cair no meio de 2014. Em outubro de 2014, tem mais uma queda, atinge um vale, depois se recupera e fica mais ou menos estável, a partir daquilo, no período dos dois relatórios de avaliação fiscal. Ou seja, novamente uma mudança, uma quebra estrutural, no final do ano de 2014.

O Índice de Confiança, que tinha sofrido uma queda no início do ano e se manteve mais ou menos estável até setembro. A partir de setembro, há uma queda mais abrupta no índice de confiança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON BARBOSA – Então, esses indicadores justificam a mudança do cenário macroeconômico. Utilizar matérias em tramitação no Congresso na confecção do seu cenário, já foi utilizado no passado, sejam matérias de grande impacto, com mudança de meta, sejam matérias de pequeno impacto, como uma mudança no IOF; e naquele momento não era recomendável contingenciar R$28 bilhões adicionais. Faltava apenas um mês e dez dias para o encerramento do ano.

O segundo questionamento, ainda sobre esse decreto, é que o relatório do quinto bimestre, que depois foi sancionado pelo decreto, detectou a necessidade de expansão de R$9,6 bilhões no orçamento do Ministério da Saúde, Ministério da Educação e MDS, para manter as políticas públicas. Não era possível esperar até a aprovação da proposta de mudança de método, porque a própria LDO determinava que o Governo tinha que enviar o decreto de contingenciamento até 30 de novembro. Novamente, quando o decreto foi enviado, a CMO já havia aprovado a proposta de alteração da meta quatro dias antes. A atitude do Governo, naquele momento, foi a atitude mais prudente.

O Governo nem reduziu a despesa em 28 e nem aumentou a despesa em 10. Ele manteve a despesa no mesmo patamar e condicionou a liberação desse contingenciamento do R$9,6 bilhões à mudança de meta. Isso foi feito de forma transparente. Feito através de um decreto, com exposição de motivos, foi comunicado ao Congresso Nacional. Foi feito de forma transparente e pública. Isso foi uma maneira de informar o processo legislativo. Para nós não condiciona uma tentativa de influenciar o projeto legislativo de maneira errada. É na verdade obrigação do Governo informar o processo legislativo. Nesse caso, a postura do Governo foi altamente conservadora no sentido de não cortar R$28 bilhões e também não aumentar o gasto imediatamente em cerda de R$9,6 bilhões.

Eu vou aos últimos três pontos de questionamento do TCU, do parecer. São pontos que lidam com a execução orçamentária.

No ponto nº 6 há um questionamento sobre a extrapolação de limites no orçamento de investimento de várias estatais ao longo do ano de 2014. Esse mesmo tema é objeto de dois questionamentos, mas, na verdade, versam sobre a mesma questão.

Primeiro lugar, as estatais possuem regime jurídico de empresas privadas, várias estatais consideradas, com autonomia e recursos próprios. No dia a dia, essas empresas gerenciam o seu caixa e fazem acompanhamento mensal reportando ao Ministério do Planejamento eventuais desvios em relação à lei orçamentária.

Esses desvios podem acontecer. Às vezes, você tem uma decisão judicial em que a estatal tem que cumprir, independente do que está no seu orçamento. Às vezes você tem alguma falha operacional, um equipamento quebrou e, para garantir o serviço, a estatal tem que realizar o orçamento de investimento. Às vezes, um financiamento que a estatal contava com a sua aprovação, estava previsto em orçamento, não ocorre, então, a estatal tem que recorrer a outra forma de financiamento.

Essas extrapolações ocorrem em todos os anos. E depois são objeto de informe ao Governo e são corrigidas via decreto, projeto de lei ou medida provisória ao final do ano.

Então, isso que está em questionamento é uma coisa que decorre do dia a dia da operação das estatais e tem ocorrido nos últimos 15 anos. No caso em questão, o número de ações que extrapolaram o que estava

previsto inicialmente no orçamento, em termos de número de ações, foi 2,5% do total. Ou seja, nos valores que estavam abaixo do que se via nos anos anteriores. Em 2011, foi 3%; em 2012, foi 2,8%; 2013, foi 4,8%. O ano mais alto, foi 6,8%.

Se a gente considerar o valor dessas extrapolações, dessas decisões de investimentos em relação ao orçamento total, o ano de 2014 foi o segundo menor da série. O valor extrapolado foi de 0,2% total do orçamento inicialmente proposto para as estatais. O ano mais baixo foi 2010, que foi 0,1%.

Ou seja, é uma prática que decorre da própria natureza de operação, do dia a dia das estatais. Às vezes, acontecem decisões judiciais, decisões operacionais que têm que ser atendidas imediatamente. Depois isso é corrigido e informado ao Ministério do Planejamento.

O ano em questão foi o ano em que essas extrapolações atingiram um dos valores mais baixos verificados nos últimos 15 anos. Por isso, não consideramos isso motivo de contestação das contas da Presidente.

Essa é a mesma tabela na forma de gráfico mostrando que a tendência tem sido decrescente. Desde 2000, a tendência tem sido decrescente.

E aqui é um resumo das estatais que extrapolaram. Basicamente estatais do setor de energia. O ano de 2014 foi um ano com grande seca, que gerou bastante necessidade financeira sobre algumas empresas, problemas operacionais.

Problemas de equipamentos foram fonte de duas dessas extrapolações. Ações judiciais do Ministério Público, o cumprimento disso foi de uma. Não recebimento de financiamento que estava previsto; um erro operacional da estatal ao aplicar por empréstimo foi objeto de dois erros, e um erro operacional da própria empresa foi objeto de dois erros.

Como falei, esses valores são 0,2% do orçamento total das estatais. Ou seja, um dos valores mais baixos da série. Se isso não foi motivo, aí como o Ministro Luis Inácio tinha colocado, da jurisprudência do tema das avaliações anteriores do TCU – isso tem até hoje –, essas extrapolações não tinham sido motivo de questionamento sobre as contas da Presidente, por que, quando você tem uma extrapolação de apenas 0,2%, que o segundo valor mais baixo da série, isso agora é motivo de questionamento?

Então, essa é a nossa argumentação, a nossa resposta ao Tribunal em relação a esse tema.

Em relação ao penúltimo, o parecer questiona ausência no rol de prioridades da Administração Pública Federal, com suas respectivas metas, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, descumprindo o artigo da Constituição.

Em primeiro lugar, as prioridades estão definidas na LDO, no art. 4º que são o PAC e o Plano Brasil Sem Miséria. Eles são compatíveis com o PPA que foi anunciado em 2011, para o período de 2012 e 2015, como manda a Constituição. E esse artigo fazia parte do PLDO. Nesse caso, o questionamento do TCU não é sobre execução orçamentária, é sobre o processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ele não se concentra na prestação de contas, concentra-se na preparação de uma peça legislativa, que depois foi aprovada pelo Congresso Nacional, modificada e aprovada pelo Congresso Nacional, que estabeleceu as diretrizes para a execução orçamentária.

No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Governo definiu as suas prioridades, que era o PAC e o Brasil Sem Miséria, e essas prioridades foram traduzidas em metas mais quantitativas, mais detalhadas, na lei orçamentária, que é o instrumento, no nosso ver, mais apropriado para você definir esses indicadores quantitativos, esses indicadores de eficiência. Aqui é o texto do PLDO, que diz claramente como o Governo mandou essas prioridades. O texto que o Governo mandou para o Congresso Nacional em 2014 dizia o seguinte:

Art. 4º As prioridades e metas da Administração Pública Federal para o exercício de 2014, atendidas as despesas contidas no Anexo III e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ao Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Então, o Governo claramente identificou quais são as suas prioridades. Posteriormente, essas prioridades foram detalhadas em metas e em ações no Orçamento. Tanto foram detalhadas em metas e ações no Orçamento, que o próprio relatório do TCU analisa os dois programas. Esse é um gráfico que está no relatório de avaliação de contas da Presidente, feito pelo TCU, que faz acompanhamento do PAC. Com base em quê? Com base nas informações do Orçamento que o Governo disponibiliza. Essas informações do PAC permitem o acompanhamento pelo TCU. Esse é o próprio relatório...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON BARBOSA – ... apresentado para resposta do Governo.

Também o Programa Brasil sem Miséria, o próprio relatório de prestação de contas da Presidente analisa a evolução do Programa Brasil sem Miséria com indicadores: números de programas, número de ações,

duração, empenho, inscrição em "Restos a Pagar", quanto foi empenhado por ministério... Ou seja, o Governo definiu suas prioridades no PLDO, essas prioridades foram depois objeto de análise e aprovação na LDO, foram detalhadas na lei orçamentária em forma quantitativa e o acompanhamento da execução da lei orçamentária permite acompanhamento desses programas, avaliação de efetividade, de adequabilidade desses programas pelo próprio TCU, como está no relatório de prestação de contas de 2014.

Essa recomendação já tinha sido apresentada em outros momentos pelo TCU. O próprio relatório considera que essa recomendação está parcialmente atendida.

O último grupo é o de Indicadores e Metas do PPA 2011-2015. O parecer, depois aprovado como acórdão questionamento ao Governo Federal, é a existência de distorções materiais que afastam a confiabilidade de parcela significativa das informações relacionadas a indicadores e metas previstos no Plano Plurianual.

Bom, neste caso, esta é uma recomendação que o TCU já havia feito ao Ministério do Planejamento em 2013 e o Ministério do Planejamento já havia apresentado sua manifestação e o TCU considerou que essa recomendação está em processo de atendimento, como consta do próprio relatório do Ministro Nardes.

Como se atende a isso? O PPA já foi aprovado para o período até 2015. Então, na execução do PPA procura-se melhorar o monitoramento daquelas metas do projeto de lei já aprovado pelo Congresso Nacional. A melhor maneira de atender a essa recomendação é incorporar essas recomendações do TCU na próxima oportunidade, no próximo PPA, que é exatamente o que estamos fazendo agora. Nós estamos no processo de elaboração do PPA para o período de 2016 a 2019, vai ser enviado ao Congresso Nacional até o final de agosto.

Para a elaboração do PPA 2016/2019 o Ministério do Planejamento está aperfeiçoando a metodologia e incluindo recomendações do TCU, em especial para o conjunto de indicadores e metas dos programas temáticos

Uma das principais orientações para a elaboração do novo PPA é o aperfeiçoamento na definição de objetivos com metas para permitir a seleção mais qualificada de indicadores para que o TCU e toda a sociedade e o Congresso, os analistas, possam melhor avaliar os programas do Governo.

E essa é a avaliação do TCU sobre esse questionamento. Ou seja, há esse questionamento das contas da Presidente, mas o próprio relatório, na página 590, considera esse questionamento está em atendimento:

A Secretaria de Planejamento e Investimento informou que o processo de elaboração do PPA para o período de 2016-2019 encontra-se em andamento e que estão sendo realizados esforços no sentido de promover o aprimoramento nos indicadores e metas que constarão do novo plano.

Então, esta é uma matéria de execução orçamentária em que o próprio relatório do TCU considera que está em atendimento.

Esses são os oito itens e principais pontos de resposta ao Governo a esse questionamento por parte do TCU. Eles vão ser objetos da nossa resposta que será entregue ao TCU na próxima semana, e nós também, paralelo a isso, estamos participando, fazendo audiências como esta e conversas com as Bancadas partidárias que se interessarem em ouvir ou questionarem esses argumentos.

Muito obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Questão de ordem?

Tem a palavra o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Cheguei um pouco atrasado por estar em outra audiência, Sr. Presidente, mas percebo que esta audiência, requerida pelo Senador Acir Gurgacz, convoca a Advocacia-Geral da União, e o Ministério do Planejamento e o órgão de fiscalização, apêndice desta Casa, o TCU, por intermédio do seu Presidente Aroldo Cedraz e do Procurador.

E justificando a ausência do TCU e do Procurador, do Aroldo...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ataídes, essa questão já foi abordada pelo Senador Tasso Jereissati, já foi sanada e já foi feito um novo requerimento, com várias subscrições. Portanto, este assunto está totalmente solucionado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu concluo, então, Sr. Presidente. Mas eu vejo, realmente, que ela está prejudicada, porque nós tínhamos que ter a outra parte aqui. Lamentavelmente, nós não poderíamos ter dado sequência a esta audiência, salvo melhor juízo dos demais companheiros.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Está prejudicada porque faltam argumentos a V. Exª, Senador Ataídes?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Tenho argumentos com sobra, cidadão! Tenho argumentos com sobra: o PT quebrou o Brasil, companheiro. O PT quebrou o Brasil, e todo mundo sabe disso! Oitenta milhões de brasileiros sabem que vocês quebraram...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ataídes...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – SR. Presidente, isso não é questão de ordem!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... a economia deste País.

O Ministro do Planejamento, que fez parte deste Governo, quebrou este País.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ataídes, eu peço a V. Exª...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vocês ainda querem ainda defender este Governo?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Inscreva-se e apresente os argumentos, Senador. Não é gritando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ataídes, a questão de ordem de V. Exª já foi colocada.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurados igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Vamos, conforme decidiu o Presidente Delcídio do Amaral, seguir a ordem de inscrição dos Senadores. Agora, vamos dar preferência, de acordo com o Regimento, aos Senadores que subscreveram o requerimento de convite ao Srs. Ministros.

Inicialmente, teria que dar a palavra ao Senador Acir Gurgacz, que não está presente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para uma questão de ordem, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, o nobre Senador Tasso Jereissati fez um convite a um dos membros da Corte do TCU, que não veio. Como o Senador Acir, que é um dos autores, não está presente, peço aos nossos pares que permitam ao Senador Tasso Jereissati, como autor, possa, nesta fase primeira, usar da palavra. Acho que é razoável. Peço aos nossos pares...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Essa já tinha sido a decisão da Presidência, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passo a palavra, como interpelante...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, quais são os outros signatários?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os signatários são o Senador Acir Gurgacz, o Senador Tasso Jereissati e o Senador Cristovam Buarque.

Em seguida, iniciaremos a interpelação pela ordem de inscrição, e o primeiro inscrito é o Senador Ricardo Ferraço, depois, a Senadora Vanessa Grazziotin, Senador José Pimentel.

Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, primeiro, eu queria pedir desculpas por algumas interrupções que fiz durante a palestra do Ministro, mas eu não me contive durante algumas explicações absolutamente difíceis de aceitar da minha parte.

Ministro Adams, por que, em 60 meses, de 2007 a 2012, só houve atraso de repasses em um mês e por que, segundo o TCU, em 2014, de janeiro a agosto, ou seja, durante nove meses – V. Exª usou muito o termo "eventual", e, aqui, estou falando que foram nove meses de 2014 –, o saldo da conta de suprimentos na Caixa Econômica Federal para pagar o Bolsa Família ficou negativo? Foram nove meses! V. Exª é um grande advogado, um brilhante advogado, e, com certeza, conhece muito mais do que eu a diferença entre o termo "eventual" ou "esporádico" e uma coisa que ocorre na maior parte do ano, em nove meses do ano.

Já havia acontecido isso em alguma época? Durante nove meses do ano, por oito meses, o saldo ficou negativo. Isso já havia acontecido? Se isso não havia acontecido, vai por água abaixo a argumentação, parece-me, de que isso já aconteceu e passou em branco pelo TCU, apesar de eu não aceitar muito o argumento de que, se já aconteceu, vai acontecer de novo. Quer dizer, se alguém fez um ilícito e se ninguém pegou, isso significa que esse ilícito passa a ser aceito pela sociedade. Vamos pegar o caso do Lava Jato: como muitas coisas foram feitas em 2014, mas como ninguém pegou, nem a Auditoria, nem a CVM, isso continuou sendo feito, isso continuou sendo normal, e acabou. Ou seja, parece a teoria do Padre Cícero, em Juazeiro do Norte. Quando ele começou a receber os peregrinos que iam para a região de Juazeiro em busca de sua proteção, ele dizia: "Quem roubou não roube mais, quem matou não mate mais!" É mais ou menos esse o fundamento jurídico que lhe dá essa argumentação? Essa é a minha pergunta.

Faço outra pergunta. A Caixa Econômica Federal sempre recebeu juros do Tesouro e nunca ficou devedora líquida do Tesouro, e esses procedimentos sempre foram aprovados. O Ministro fala que a Caixa Econômica Federal não tinha a obrigação de pagar recursos que não foram repassados, mas o fez por que quis. O

que o Ministro está sugerindo? Sugere que os culpados são os dirigentes da Caixa Econômica Federal, que não tinham a obrigação de fazer um pagamento e que o fizeram.

Ou seja, estou entendendo que V. Exª está dizendo que o erro não foi da Presidente, que o erro foi dos dirigentes da Caixa Econômica Federal. É essa a argumentação que V. Exª colocou.

Para o Ministro, repasses de recursos não deveriam ser caracterizados como empréstimos. Segundo o Ministro, isso aconteceu no passado e sempre foi aceito. O Ministro refuta a ideia do cheque especial, pois a Caixa Econômica Federal, no final do ano, paga juros para o Tesouro. E reforça a tese de que a decisão de saque não foi da União, mas da própria Caixa Econômica Federal para pagar benefícios. Em uma linguagem mais simples, novamente o culpado não é a Presidente, mas, sim, o Presidente e a Diretoria da Caixa Econômica Federal.

O senhor acha normal que esses atrasos nos repasses continuem? Essa é a pergunta.

Atraso no pagamento de subsídios para os bancos é normal, segundo o Ministro. Para ele, muitos desses empréstimos têm carência para o mutuário pagar os empréstimos, e, assim, os subsídios não precisam ser pagos todos os anos.

Eu acho que há um equívoco. O banco que concede o empréstimo, o BNDES ou o Banco do Brasil, tem que apurar todos os meses a perda com essas operações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O custo de emprestar a uma taxa de juros abaixo de sua captação, se essa perda não for coberta no ano, o banco escreve isso no balanço como "crédito a receber do Tesouro". O Governo se programou para não pagar essas operações, tanto é que o saldo de restos a pagar da subvenção econômica que pega essas operações passou de R$8,7 bilhões, em valores de 2015, para R$34 bilhões – de R$8 bilhões para R$34 bilhões! Esse saldo os bancos colocam no ativo como "créditos a receber" do Tesouro. E pagam juros.

Quanto ao Ministro Nelson Barbosa, pedindo novamente desculpa pela interrupção, não quis faltar com a educação, mas fiquei indignado. Não consegui me conter quando V. Exª disse que a situação de 2009 era idêntica a de 2014. Primeiro, V. Exª é um grande economista. Conhece a situação da economia brasileira e da economia nacional melhor do que eu. Com certeza já estudou na sua escola, na sua faculdade, crises, origens das crises, dimensões das crises, consequências das crises econômicas.

Em 2009, nós tínhamos uma crise mundial, correto? Uma crise mundial que começou com a famosa quebra do Lehman. Foi reconhecida no mundo inteiro, e aconteceu a famosa política anticíclica, com a qual todo mundo concordou, do então Ministro da Fazenda. Essa crise atingiu Europa, Estados Unidos, Ásia, China, todos os países do mundo e o Brasil, apesar de que no Brasil foi dito que era uma marolinha. Estamos vendo que essa marolinha virou um *tsunami* e está vindo até hoje.

Mas a observação que faço é a seguinte: a diferença é que, em 2014, segundo a Presidente, em todos os seus programas eleitorais, e me lembro de um debate do Ministro da Economia, Ministro Mantega, com o Armínio Fraga, na televisão, em que ele dizia, já em outubro, setembro, que os Brasil estava maravilhosamente bem, que a economia era sólida. Não sei se o senhor se lembra desse debate. Assistiu ou não, do Ministro Mantega?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ouviu falar. A economia era sólida, o Brasil estava crescendo e voltaria a crescer no final do ano, a inflação estava absolutamente sob controle, não havia crise fiscal, enfim, todos os indicadores econômicos estavam em situação maravilhosa.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Tasso, por favor, conclua.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, eu não posso. Nós não tivemos direito aqui... Permita-me pedir a sua atenção...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu estou sendo generoso com o tempo de V. Exª. Estou só pedindo que V. Exª conclua, porque há vários Senadores inscritos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu acredito, mas nós temos uma coisa aqui diferente. Nós estamos tendo oportunidade de defesa a uma acusação que não foi feita. Então, fica absolutamente desigual se esta Casa nunca ouviu – vou repetir – os argumentos do TCU. Portanto, se não tiver direito com cinco minutos, com dois minutos...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª vai ter o tempo que V. Exª quiser. Agora peço que conclua, porque outros Senadores vão precisar falar.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Bom, vou concluir, mas revelo...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não precisa concluir imediatamente. Pode usar mais dois minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu vou concluir o mais rápido possível. Mas a grande diferença, que V. Exª demonstrou tão bem e que, a meu ver, foi quase como uma confissão dos problemas,

é que, no Brasil, até o dia da eleição, este País estava maravilhoso, em todos os índices econômicos; ao contrário de 2009, em que havia uma crise mundial reconhecida; que só no último trimestre – V. Exª ressaltou várias vezes, há quadros e gráficos ali extremamente elucidativos –, deste ano é que a crise começou.

Nenhum dos grandes economistas – acho que V. Exª já não fazia parte do Governo, se não me engano, não sei se estava no Governo ainda – pelo que li nos jornais – não sei se é verdade, mas eu li nos jornais –, V. Exª saiu do Governo por discrepar da maquiagem fiscal que houvera no passado, em uma discussão. Não sei se é verdade. Mas, enfim, todos os economistas do Governo não tinham percebido qualquer sinal, apesar de todas as curvas já estarem descendentes desde o início do primeiro trimestre. Não tinham percebido que nós estávamos à beira de uma crise e que várias medidas extraordinárias, às vezes até fora do normal ou fora da regularidade, tiveram que ser tomadas em função da crise. O senhor falou em responsabilidade fiscal, mais responsabilidade com a economia, não desestabilizar a economia e uma série de outros adjetivos que eu entendo, mas eu não entendo que só no quarto trimestre essas medidas extraordinárias e, às vezes, pelo menos pelo que lemos no TCU, beirando a irregularidade, tiveram que ser tomadas.

Isso é quase que uma confissão, Ministro – não sei se é confissão, porque V. Exª não estava no Governo –, de que, realmente, o País foi sendo enganado durante o ano inteiro, de que havia superávit fiscal, de que havia superávit primário, de que não havia problema inflacionário, de que o PIB estava crescendo, e que toda essa preparação, inclusive esses empréstimos por oito meses, o que chamo de empréstimos, esses saldos negativos por tanto tempo que se repetiam, todos esses faziam parte de uma camuflagem que foi feita para que o Brasil não percebesse o que estava acontecendo.

E apenas uma pergunta para encerrar – rapidinho, Ministro. Meta fiscal deste ano, superávit primário deste ano: é um 1,2 ou 0,6?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu entendo, também, Senador Tasso, Senadora Gleisi, que, apesar de, regimentalmente, serem cinco minutos, dada a importância da reunião e pela responsabilidade que tem um Senador da República, nós temos que flexibilizar esse tempo.

Quero informar também aos Srs. Senadores que, para dar mais agilidade ao debate, nós vamos adotar um bloco de três Senadores. Do primeiro bloco, foi o Senador Tasso Jereissati; em seguida, será o Senador Cristovam Buarque; e, depois, o Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente da reunião, Srs. representantes do Governo, eu quero, em primeiro lugar, deixar claro que eu não sou subscritor desta convocação, mas de uma outra com pessoas bem diferentes, em que havia representantes do Tribunal de Contas e do Governo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não está funcionando?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Melhorou o som, Senador. É só aproximar-se mais um pouco do microfone.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, deixar claro que eu não sou subscritor desta reunião. Fico muito feliz que o Senador Delcídio tenha me permitido falar, porque eu tenho uma anterior a essa, de junho, para debater o mesmo assunto. Mas era com um conjunto de pessoas bem diferente. O Ministro Adams estava na lista, mas havia diversas pessoas do Tribunal de Contas que poderiam nos esclarecer a situação que nós estamos atravessando.

De qualquer maneira, agradeço que o Presidente Delcídio tenha deixado que eu participasse aqui da mesma forma que um subscritor, para poder falar desde o começo. Eu tinha chamado aqui o Presidente Nardes, o Júlio Marcelo, o Antonio D'Ávila, o Mansueto, que é um técnico, o Gil Castelo Branco e o Sr. Adams. Eu lamento que eles não estejam, deixando inclusive uma imagem...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Cristovam Buarque, antes de V. Exª chegar, com relação a esse assunto das pessoas que constavam do requerimento de V. Exª, foi levantada uma questão de ordem aqui pelo Senador Tasso Jereissati...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu estava.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor estava?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Estava no começo. Foi discutido. Mostrei a ele...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E agora, o novo requerimento...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu vi a carta recebida do Presidente do Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... passa a ser não mais um convite, mas uma convocação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu vi tudo isso. Agora, fica ruim, porque esta Mesa, inclusive, mostra claramente que só há pessoas de um lado, que é o lado do Governo. Não há ninguém do outro lado, que pudesse mostrar as outras opiniões. Mas isso não tem nada a ver com o senhor.

De qualquer maneira, eu quero deixar claro que há uma coisa que é comum, ou seja, há muita discordância. Faltou zelo na gestão das contas públicas do Brasil. E se isso não tivesse acontecido, não precisaríamos de ajuste. Alguém pode até dizer: "Então, o ajuste seria antes." Mas seria menos dramático, menos traumático.

Então, a minha primeira pergunta aos dois é a seguinte: alguma vez as autoridades do governo, como os senhores, tomaram conhecimentos de alertas que foram feitos por economistas, por nós Parlamentares, pela mídia, dos riscos que estávamos correndo com o excesso de desonerações, com o excesso de subsídios, com manipulação de preços de mercadorias que vêm de empresas estatais, como a Petrobras?

Alguma vez tomaram conhecimento das denúncias, das críticas, dos alertas sobre a contabilidade criativa, que pintava um quadro diferente da realidade? Essa é uma pergunta. Tomaram conhecimento ou nunca tomaram conhecimento dos discursos, dos artigos? Se tomaram, reconhecem hoje que foi um erro terem tratado aqueles alertas com uma grande arrogância de que se tratava de cassandras pessimistas ou não?

Outra pergunta. De fato, outros governos fizeram coisas desse tipo. Aí a minha pergunta vem – e uma parte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – .... o Senador Tasso colocou: há graduações diferentes, como o fato de que, por oito meses, a Caixa Econômica esteve transferindo recursos – estou usando a expressão "repasse", do Ministro Adams, não vou usar "pedaladas" –, fazendo repasses ao Governo ou esses atos foram do mesmo tamanho em todos os governos?

E aí eu queria fazer um pergunta sobre isso aos dois como cidadãos, como técnicos, ou seja, se consideram que a posição do TCU neste momento, levantando algo que deveria ter levantado há mais tempo, foi positiva ou não, como cidadãos. Vai ser melhor ou não para o Brasil, a partir de agora, a relação dos governos com o Tribunal de Contas?

Outra pergunta. Todos sabíamos das dificuldades que surgiram – isso foi colocado aqui pelo Ministro Nelson. Por que, então, no lugar de fazer o não contingenciamento, por que não fazer transparência para o Brasil sobre a grave situação que o País atravessava, sobre os sacrifícios que eram necessários naquele momento? Por que não se fez isso e preferiram-se mecanismos de repasses ou empréstimos? Eu vou dar margem às duas palavras. Pessoalmente, acho que foram empréstimos, tecnicamente, como economista, mas respeito que foi um serviço prestado, na interpretação do Ministro.

Outra pergunta – e eu termino rapidamente –. Se não me engano, amanhã já virão aqui avaliadores internacionais das contas, da Moody´s. Eu pergunto: o Governo está preocupado com a vinda deles, não apenas de uma maneira geral, porque aí fugiria disso aqui? Mas essas notícias, esta audiência, o relatório do Tribunal de Contas, o risco da recusa em mais 15 dias preocupam o Governo na relação com a nota que o Brasil vai receber, ou não preocupa porque, de certa maneira, isso é algo normal?

Outra coisa que eu queria colocar é: se o quadro macro piorou, naquele momento, e exigiu essas mudanças, por que não foram tão bem explicitados para todos nós que o quadro tinha piorado e que isso exigiria fazer essas coisas – não chamei de "pedalada", mais uma vez – em vez de dizer que vamos ser mais cuidadosos, inclusive fazendo contingenciamento, se preciso for? No lugar disso, o que fizemos foram artifícios. Todos vão ter direito de usar essa palavra, e vão usar. "Pedalada" pode recusar, mas artifício houve para driblar o problema com empréstimos de bancos oficiais ou com repasse de bancos oficiais.

Eu creio que, nos dois casos, é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, por que não se preferiu a transparência e o zelo? E, no lugar de transparência e zelo, um problema que o Ministro Nelson mostrou, que se conhecia, preferiram esses artifícios que driblaram a realidade?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concluiu, Senador?

Encerrando o primeiro bloco, passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, nós estamos aqui diante de uma concorrência nada simples, muito complexa, porque temos de estar ao mesmo tempo em dois lugares. Nós precisamos estar aqui para fazer esta audiência pública e precisamos estar também numa reunião, neste mesmo horário, com o Ministro Joaquim Levy, na Presidência do Senado. Vejam a que ponto nós chegamos, nós somos obrigados a estar fisicamente, ao mesmo tempo, em dois lugares.

Essa concorrência do Ministro Nelson Barbosa com o Ministro Levy, em razão da atenção do Senado, é uma concorrência que nos deixa com uma dificuldade muito grande, porque ambos são autoridades impor-

tantíssimas e nós estamos diante temas muito relevantes. Então, essa é a razão, inclusive, de estarmos com esta reunião um pouco esvaziada, em que pese a importância dos nossos dois Ministros na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sendo, Senador, que a pauta da Comissão de Assuntos Econômicos é anterior ao convite do Ministro Levy para estar na Presidência do Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Estamos com uma...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, ontem, ninguém questionou isso, todos marcamos em plenário e ninguém questionou o fato de haver a reunião nesta Comissão pela manhã.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós precisamos ter um pouco mais de cuidado, porque isso dificulta a qualidade dos nossos trabalhos, enfim.

Sr. Presidente, acho que nós estamos diante de uma situação muito peculiar, estamos entre a cruz e a espada. As sustentações feitas pelo Ministro Adams e pelo Ministro Nelson Barbosa, de certa forma, desconstroem as fundamentações apresentadas pelo Tribunal de Contas da União. As sustentações feitas pelos dois Ministros, que nos honram com suas presenças, colocam em xeque todo o trabalho que o trabalho que o Tribunal de Contas da União fez, todo o trabalho que foi, inclusive, feito pelo Ministério Público do Tribunal de Contas da União. De uma forma ou de outra, os nossos Ministros relevam, eles não dão tanta importância às questões que foram sinalizadas pelo Tribunal de Contas. Isso só reforça a necessidade de fazermos aqui uma segunda etapa desse debate com o Tribunal de Contas para que possamos cotejar aquilo que foi evidenciado pelo Tribunal de Contas e aquilo que está sendo sustentado pelos nossos Ministros, inclusive aguardando a defesa formal do Poder Executivo, do Governo Federal, para os próximos dias.

Portanto, no princípio de agosto, é inadiável que nós possamos aqui ouvir o Tribunal de Contas para que possamos emitir o nosso juízo de valor. O Tribunal de Contas vai fazer a sua recomendação e o Congresso brasileiro terá de decidir.

Evidentemente que o Congresso brasileiro decide politicamente, mas o Congresso brasileiro não pode desconsiderar nem a defesa do Governo, muito menos o trabalho apresentado pelo Tribunal de Contas da União, que é gravíssimo, Sr. Presidente.

Afirma o Tribunal de Contas da União: "O Tesouro Nacional atrasou de forma sistemática o repasse a instituições financeiras de recursos destinados ao pagamento de benefícios sociais, Bolsa Família, abono salarial e seguro-desemprego."

Se formos aqui ler o relatório do Tribunal de Contas, nós vamos chegar à conclusão de que não se trataram de artifícios eventuais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O próprio Tribunal de Contas fala na utilização desses expedientes, vamos assim dizer, por sete meses seguidos: "No caso das despesas referentes ao Bolsa Família, ao seguro-desemprego e ao abono salarial, a equipe de auditoria verificou que, ao longo do exercício de 2013 e dos sete primeiros meses do exercício de 2014, a Caixa Econômica Federal utilizou recursos próprios para o pagamento dos benefícios de responsabilidade da União [...]". E vai por aí afora.

Quer dizer, nós não estamos falando subjetivamente, nós estamos afirmando fundamentações que são apresentadas pelo Tribunal de Contas da União e que o tempo exíguo impede que a gente possa fazer um debate mais aprofundado, lamentavelmente.

O próprio Senado não se valoriza e não valoriza os seus Senadores num debate como esse, porque nos falta tempo. Esta é uma reunião em que nós devíamos gastar a manhã e a tarde. Deveria ser uma reunião sem limite, porque nós estamos aqui discutindo, vamos assim dizer, indícios de uma prática de governança pública, se verdadeira, absolutamente indesejada. E nós precisávamos esgotar esse assunto aqui. Então, essa coisa da pressa, do tempo ser sempre o inimigo do Senador, é uma coisa absolutamente incompatível. Os nossos convidados falam o tempo que quiserem. E nós aqui podemos falar em cinco minutos, tendo que fazer a síntese da síntese da síntese.

No mesmo trabalho do Tribunal de Contas, há aqui, Sr. Presidente, um quadro em que o Tribunal de Contas aponta que "cumpre salientar que as dívidas da União, que deixaram de ser devidamente captadas pelo Banco Central, identificadas durante a inspeção, alcançaram mais de R$40 bilhões durante o ano de 2014." Ora, o ajuste fiscal, que está custando muito sacrifício ao povo brasileiro, que, a essa altura, nós não sabemos se vai ser cumprido, é da ordem de R$66 bilhões. Portanto, não são fatos irrelevantes, Sr. Presidente.

Mas eu acho que nós precisamos agora aguardar a defesa do Governo, nós precisamos receber aqui os membros do Ministério Público do Tribunal de Contas, do próprio Tribunal de Contas, para que nós possamos cotejar, possamos fazer uma comparação e uma análise daquilo que foi feito, porque, de forma subliminar, o

que está na entrelinha é que o Tribunal de Contas fez um julgamento político dessas questões. Até porque houve precedentes que produziram jurisprudências que não foram considerados em outro governo e que estão sendo considerados nesse. Entrelinha, Sr. Presidente; essa é a leitura que, pelo menos, eu estou fazendo, por isso nós precisamos aprofundar esses dados e essas informações para que nós possamos, ao fim, julgar.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria também de aproveitar a presença do Ministro Nelson Barbosa para algumas questões de ordem conjuntural em relação ao andamento da nossa economia. Em primeiro lugar, afirmar que, em que pesem os desafios, eu sou uma pessoa otimista. Otimista porque, se o Governo Federal e a atual equipe econômica tivessem aprofundado ou tivessem dobrado a aposta em torno dos mesmos fundamentos que manteve o Governo Dilma I, a esse momento seguramente nós teríamos perdido o grau de investimento, teríamos perdido o selo de bom pagador e a economia brasileira estava colapsada. Graças a Deus, houve uma revisão radical na orientação da economia brasileira do Dilma I para o Dilma II.

Mas as dificuldades estão em curso, e as consequências, pela ausência de zelo, pelos equívocos nas escolhas do Governo Dilma I estão produzindo consequências nefastas para a economia brasileira, para os empreendedores, para os trabalhadores e assim por diante, por conta de o Governo ter flertado com valores, princípios e conceitos que tinham se transformado em patrimônio da sociedade brasileira, como o caso da gestão fiscal responsável, da disciplina fiscal, da intolerância com a inflação. Quer dizer, o piso da inflação que era 4,5%, o teto que era 6,5%, o 6,5% virou piso, nós estamos com quase 9% de inflação acumulada nos últimos 12 meses, nós estamos com um desemprego elevadíssimo em todo o País. Portanto, há uma situação extremamente complexa e desafiadora. Mas eu volto a afirmar: eu sou animado, porque, se fossem mantidos os princípios do Dilma I, nós estaríamos hoje numa situação muito pior.

Ainda assim, eu gostaria de fazer algumas poucas e curtas perguntas, e já caminhando para o encerramento, Sr. Presidente, que é o seguinte: Ministro, o Governo está colocando de pé o interesse em fazer a reforma do ICMS. Eu quero indagar a V. Exª qual é a estratégia do Governo em relação à reforma do ICMS. O Governo deseja que o Congresso aprove a resolução, reduzindo as alíquotas, acreditando nessa medida provisória que foi editada hoje? Porque, sinceramente, essa medida provisória, editada hoje, que cria os Fundos Regionais, me perdoe, é uma medida provisória de faz de conta. Não há como nós aprovarmos aqui uma coisa vinculada a outra, com essa dependência desses recursos.

Ora, imaginar que nós vamos aprovar uma resolução alterando as alíquotas do ICMS na origem do destino por conta desta proposta de repatriação de recursos é uma coisa absolutamente abstrata, em que não há concretude. A impressão que dá é mais ou menos assim: vamos tentar, se der, deu; se não der, não deu. Mas, me perdoe, um assunto federativo dessa dimensão, a meu juízo, não pode ser tratado com esse nível de improvisação.

Se não temos como compensar os Estados, não vamos fazer a reforma agora, porque essa reforma, Sr. Ministro, traz prejuízos extraordinários para alguns Estados brasileiros, como é o caso do Estado do Espírito Santo. O meu Estado é um Estado emergente, que, com muito sacrifício, tem ajustado as suas contas. O Governador Paulo Hartung foi o primeiro Governador reeleito agora, eleito agora, na safra, a fazer as mudanças orçamentárias para que nós pudéssemos viver a realidade fiscal. Uma proposta como essa ou uma aprovação de mudança do ICMS como essa colapsa o Espírito Santo e vai colapsar outros Estados também.

Portanto, é preciso um pouco mais de seriedade no enfrentamento de uma questão como essa. Eu acho que está faltando seriedade nessa questão. Não há como nós aprovarmos, vou repetir, essa resolução, acreditando nessa compensação, que é uma compensação de faz de conta, porque os resultados dela não são conhecidos mundo afora se você levar em consideração o Direito Comparado, e, em muitos Estados, a repatriação de recursos que evadiram ilegalmente teve uma boa performance, mas em outros países não. Em alguns países, a reforma foi pífia. Então, como levar uma questão com base nisso?

A outra questão, Ministro, que nós queremos considerar aqui, para V. Sª, eu tenho visto o Governo muito preocupado com as questões macroeconômicas, mas as questões microeconômicas, que dizem respeito ao dia a dia do empreendedor brasileiro, são importantes.

Eu quero me referir especificamente, aqui, a dois programas, Sr. Ministro: ao Proex e ao Reintegra. O Governo mudou essas regras, da noite para o dia, sinalizando quebra, posso dizer, de contrato, porque as empresas exportadoras lançaram em 2014 essa perspectiva e previsão do Reintegra em torno de 3% do seu faturamento.

O Governo reduz para 1%. E as empresas todas tiveram que se organizar. Ora, a exportação é um mecanismo fundamental para contribuir com esta fase do ajuste do País.

Então, questões na microeconomia, como o Reintegra e como o Proex, estão, inclusive, colocando o Governo em uma situação complicadíssima, porque desde o terceiro trimestre de 2014 que o Governo não cumpre com suas obrigações, com o industriário, o empreendedor e o exportador. Isso não é possível.

A outra questão que eu quero trazer à consideração de V. Exª, Ministro, são as questões ligadas ao que está especulado em relação à mudança...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ferraço, eu peço a V. Exª que conclua.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... – eu já vou encerrar, Sr. Presidente; é que os temas são tantos, e a importância dos nossos Ministros é tanta –, que diz respeito à mudança do PIS/Cofins. É propósito do Governo alterar, por medida provisória, se valendo do recesso parlamentar, para alterar o PIS/Cofins estabelecendo regra linear para indústria e para a atividade de serviço?

Isso poderá representar para a indústria um viés muito interessante, porque sendo o PIS/Cofins, a sua fusão, a sua simplificação, deixando de ser cumulativo. Para a indústria, isso é muito importante, mas para os serviços é um desastre, porque a atividade de serviço que é altamente geradora de atividade econômica e de oportunidade no Brasil terá que pagar, não 3.65, mas 9.25, portanto, uma elevação de carga tributária absurda.

O que me faz aqui encerrar, Sr. Presidente, concluir com o seguinte: quando uma empresa, ou uma família passa por dificuldades, ou por desafios financeiros, essa empresa ou essa família tem que se refazer, tem que se reinventar, tem que cortar custos. Quando o Governo passa por dificuldades, o que é que o Governo faz? Ele transfere a conta para o contribuinte.

É possível que isso prospere? Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer a S. Exª, o Ministro Nelson Barbosa, e aguardando naturalmente para que, em outra oportunidade, após ouvir o Tribunal de Contas, após ouvir o Ministério Público do Tribunal de Contas, nós possamos cotejar em relação a essas duas fundamentações que são diametralmente opostas. Aquilo que se apresenta como verdade, diante do Tribunal de Contas, não é aquilo que se apresenta como verdade, diante do Poder Executivo. E a verdade, neste caso, terá que ser uma só.

E é em busca da verdade que nós estamos aqui aprofundando os estudos, em relação a esse tema. Eu agradeço a condescendência de V. Exª, aproveitando a oportunidade, pela elevada importância dos dois Ministros que nos honram...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de passar a palavra...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...para um diálogo franco, claro e sincero a respeito da nossa realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de passar a palavra aos Srs. Ministros, já que V. Exª levantou uma questão de ordem, Senador Ferraço, nas suas colocações, o Regimento Interno do Senado, no art. 398, diz:

Quando houver comparecimento de Ministro de Estado perante o Senado, adotar-se-ão as seguintes normas [aí cita as normas e, aqui, no item X]:

[...]

X - terminada a exposição do Ministro de Estado, que terá a duração de meia hora, abrir-se-á a fase de interpelação, pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica;

[...]

Então, compete a nós, Senadores, modificar o Regimento, se assim for...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, é isso que eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...decidido pela maioria.

Agora, esta Presidência tem flexibilizado, V. Exª, por exemplo, falou durante 15 minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas é pouco, Presidente. É para falar muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim, é pouco. Mas o Regimento determina que são cinco minutos. Eu estou flexibilizando, como flexibilizei para o Senador Jereissati. O Senador Cristovam Buarque, falou menos de dez minutos.

Então, nós estamos fazendo aqui o que é possível para demonstrar, exatamente, a importância que tem um Senador da República.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Permita-me, Senadora Vanessa. Longe de mim, em momento algum, fiz aqui essa reflexão na direção de emitir qualquer crítica a V. Exª, não.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não. Eu levantei a questão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª está cumprindo o Regimento.

O que eu quero é instigar V. Exª e os colegas da Comissão de Assuntos Econômicos para que, quando nós tivermos audiências públicas dessa natureza, que nós não tenhamos pressa, Sr. Presidente. Sr. Presidente, no congresso norte-americano, existem reuniões como essa que duram dias, pela importância e pela relevância.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas V. Exª pode ficar e se inscrever novamente, quantas vezes for do seu interesse.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas e o Ministro que fica lá na Presidência para tratar do ICMS?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu abordei esse assunto, V. Exª abordou esse assunto e eu fiz questão de responder, exatamente, para que o assunto possa ser objeto de debate, internamente aqui no Senado, com vistas a modificar o Regimento, porque não é o Regimento da Comissão, é o Regimento do Senado Federal.

Questão de Ordem, a Senadora Vanessa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Exª a condescendência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, até embasada na exposição que acaba de fazer o Senador Ferraço, que não apenas abordou o assunto para que os Ministros que foram convidados tratem, mas abordou temas que estão sendo tratados em outra reunião, eu faço a sugestão a V. Exª, somos muito poucos aqui para falar só tem dois: eu e o Senador Pimentel.

Eu não vou usar mais do que cinco minutos, Sr. Presidente, tenho certeza de que o Senador Pimentel não vai usar muito tempo. Concluiremos a participação dos Srªs e Srs. Senadores e, em seguida, passaremos a palavra aos Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Tem o Senador Donizeti, então, vamos, se os Senadores presentes concordarem que nós encerremos esta reunião com um bloco de seis Senadores, porque também tem o Senador Donizeti inscrito... Então, se os Srs. Senadores concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Então, de acordo, o bloco vai ser de seis Senadores.

Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente. Eu vou ser breve nas minhas colocações, mesmo porque eu creio que – como falou, registrou o Senador Ferraço – nós precisamos analisar com muito cuidado e do ponto de vista técnico essa matéria que não é política. É técnica.

O que nós estamos assistindo é uma tentativa de transformar uma questão técnica em questão política. Mas antes eu gostaria de levantar algumas preliminares rapidamente. A primeira, o debate de hoje foi comprometido pela ausência do Tribunal de Contas. De fato. Esse não é o entendimento de um ou outro Senador, esse é o entendimento de todos os Senadores e Senadoras que estão aqui, tanto que, antes de iniciarmos esta reunião, aprovamos um requerimento de convocação do Tribunal de Contas e vamos aguardar para ver a resposta.

Eu sugiro ao Senador Jereissati que pegue todo o conjunto de correspondência que o tribunal já mandou para esta Casa, para o Senado Federal se negando aqui a vir e a falar sobre vários aspectos. Nós, o Senador Pimentel, eu, por várias vezes envolvemos, inclusive, os advogados do Senado, mas é que os Ministros do Tribunal de Contas acham que se encontram na situação de magistrados, portanto, não devem vir. Mas deverão vir, sim, não tenho dúvida alguma que eles deverão vir aqui e com eles nós debatermos o mesmo assunto.

Segundo, problema técnico ou político nós temos que tomar muito cuidado, independente de eu ser da situação ou de alguém ser da oposição, tratar a questão de maneira técnica. E aí não é que esteja nas entrelinhas, não, isso está bem no título da matéria. Essa questão do que está sendo questionado agora e como foi tratado no passado. Isso não é um problema de entrelinha não. Isso é um problema do centro da defesa, porque, quando um determinado tribunal analisa uma matéria, julga aquela matéria, no mínimo, está criando uma jurisprudência; no mínimo, está criando uma jurisprudência.

Não se trata de "ah, se cometeu um crime, o outro tem o direito de cometer". Não é isso. Não é isso. Se o Tribunal de Contas analisa um fato, analisa uma matéria e sobre ela escreve, julga, é correto proceder de forma diferente em momentos diferentes? Aí, foi dito que não, mas o que era esporádico virou usual. O que era esporádico virou usual. Onde é que está a legislação, onde é que está a normativa que caracterize isso? Porque aí eu posso também remeter, foram usados aqui vários paralelos, eu posso lançar mão de um paralelo também.

Há uma piada que diz o seguinte: um coronel lá do Nordeste – não tem nada a ver com V. Exª, muito menos com o Senador que está do meu lado –, um coronel chamou ...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...um matador – não nada a ver –, chamou um matador, segundo o Senador não é cangaceiro, chamou um matador profissional, um pis-

toleiro e disse: "Olha, quanto é que você quer para fazer aquele serviço?" Aí ele disse: "Veja aí." Ele falou: "Tanto." "Não, tanto não. É muito pouco." "Cem é pouco? Então, eu vou lhe dar 200."

"Não, 200 é muito pouco. Não pode, não. É muito pouco. Então, 500." "O que é isso? O senhor está me chamando de matador, de pistoleiro? Eu não sou isso, não. Sou um profissional." Essa questão nós já definimos lá na frente. O que nós estamos acertando agora é tão somente o preço. Então, é questão da jurisprudência. Então, quer dizer que o que era permitido não há um ano, há dois, há três, mas desde 1991, reiteradas vezes agora, já não é mais? Agora é questionado como se fosse crime?

Mas vamos lá. Que digam e falam de valores. Que isso se trata das tais das "pedaladas" (entre aspas). "Não, mas caracteriza empréstimo." Vamos analisar com calma, Senadores. Nós é que vamos analisar isso tudo. Vamos analisar com calma o que significa operação...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...de crédito, o que significa provisão, adiantamento, por que ter uma conta de suprimento e por que o Governo Federal, nos últimos anos, inclusive em 2014, mais recebeu da Caixa Econômica Federal? Certamente porque mais a Caixa utilizou recursos do Governo Federal do que o Governo Federal utilizou recursos da Caixa. Senão, teria acontecido o inverso. Seria o Governo Federal que pagaria à Caixa. E o Governo Federal não pagou à Caixa. Para mim, essa é uma questão muito óbvia. Muito óbvia.

Mas vamos lá ao outro questionamento, às despesas das estatais. Em 2006, agora, veja, foi dito aqui: foi um dos menores patamares. As estatais gastaram para além da previsão. Em 2006, para não chegar imediatamente em 2001, foi 4,5% que extrapolou. Em 2001, foi 5,7%. O tribunal nunca considerou irregular esse fato. Agora, 0,2% é irregular.

Olha, eu lamento! Eu tenho assistido muito ao Ministro – e não quero aqui fazer nenhuma crítica ao Tribunal de Contas, porque eu acho que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar desta Casa –, mas eu tenho procurado não só ler – e aqui eu tenho uma apresentação do Ministro Nardes –, mas ouvir. Eu digo o seguinte: não estou para fazer nem expressar juízo de valor neste momento. Mas eu me convenço cada vez mais, Srs. Ministros, Ministro Adams e Ministro Barbosa, que essa é uma questão técnica que, se a gente não tomar cuidado, vai virar uma questão política. E o zelo que nós temos que ter aqui, independentemente da posição partidária de cada um de nós, é com a institucionalidade do País, é com segurança jurídica do País. Eu acho que essa é a nossa tarefa. É para isto que nós chegamos aqui: para julgar as contas à luz da realidade e da tecnicidade, e não julgar as contas à luz do momento político em que vivemos.

Então, eram essas palavras. No mais, cumprimentar os senhores pela bela exposição que aqui fizeram.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Concedo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira, pelo prazo de até cinco minutos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, eu me senti bastante confortável com a exposição dos dois Ministros. E o que eu sinto muitas vezes é que ainda há uma dor de cotovelo que não morre. Esse é o problema. Porém, se desde a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Senado precisa tomar uma medida em relação em relação a algumas coisas, então acho que chegou a hora, porque esse assunto está na pauta, de o Senado tomar essa medida e colocar a regulação, dar segurança a essa questão. Se não fizermos isso, vai continuar a metodologia que vem sendo aplicada. E, como as jurisprudências perdem valor quando são mudadas, mas não retroagem, então, eu penso que a nós do Senado cabe tomar as medidas daqui para frente. E o próprio tribunal.

Agora, há uma coisa que eu não entendi: o Tribunal de Contas se recusa a vir ao Senado. Mas o Tribunal de Contas não é um órgão auxiliar do Congresso, do Senado e Câmara? E se recusa a vir aqui? Eu sou novo nesse negócio. Não compreendi.

E há outra coisa que não sei se entendi – é a única pergunta que eu quero fazer –: a Caixa ficou devedora da União e, por isso, pagou juros nesse período? Eu não consegui... Fiquei com a impressão de que foi isso, mas não tenho segurança. Minha pergunta é essa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu considero que devemos colocar as coisas no seu devido lugar. Não me parece que o Tribunal de Contas recusou a vinda à Comissão de Assuntos Econômicos, muito menos ao Congresso. O que percebemos é que, na carta enviada, no ofício do Tribunal, do Presidente do Tribunal de Contas da União, é que ele desejaria vir à Comissão de Assuntos Econômicos, após o Poder Executivo entregar as suas defesas, tanto que pede a possibilidade de identificarmos aqui uma melhor data.

Então, como nós vamos estar em recesso, o Governo vai entregar as respostas, quero crer que, na primeira quinzena de agosto, isso acontecerá.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Mas, Senador Ricardo Ferraço, como a intenção da Comissão de Assuntos Econômicos era o contraditório, esse jeitinho que o Presidente do TCU tomou foi para evitar o debate.

Por isso, soberanamente, por unanimidade, a CAE convocou o Sr. Aroldo Cedraz, para que ele não tenha mais essa preocupação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Inclusive, com o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Claro. De todos nós.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Inclusive, com o meu voto.

Agora, o fato de não termos exercido...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O Senador Donizeti está com a palavra, nobre Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O fato de não termos exercido o contraditório hoje não significa dizer que não poderemos exercer em outra data.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos assegurar ao Senador Donizeti a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na verdade, a minha referência foram questões colocadas pela Senadora Vanessa Grazziotin, no sentido de que, em outras vezes, não vieram.

Mas está convocado, e espero que venha; que não fique só na imprensa, falando, mas que venha aqui, para conversar com o Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Concedo a palavra...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... ao Senador Cristovam. Por gentileza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só para complementar, dizendo o seguinte: tudo bem, mas nada explica para mim – e não sei se o Senador Tasso está de acordo ou não – por que a convocação solicitada pelo Senador Acir na quarta-feira já hoje tem audiência, e a minha e a do Senador Tasso, do mês passado, e a do Senador Ricardo Ferraço não foram até hoje viabilizadas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Só para esclarecer: o Sr. Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, o Secretário de Controle Externo da Fazenda e o Secretário da Macroavaliação Governamental desse tribunal não vieram, porque o Sr. Presidente assumiu, em nome deles, que eles não viessem.

Com a palavra, o Ministro Adams para as suas respostas.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Presidente, obrigado.

Vou tentar sistematizar as respostas em relação aos temas aqui apresentados.

Senador Tasso, o sistema de repasse para pagamento desse benefício social é um sistema de fluxo financeiro que aponta a existência ou indica a existência de fluxos negativos.

Então, não é que a União deixou de pagar 60 meses – aquilo a que o senhor se refere, de 2007 a 2010. Houve, durante esse período, períodos e meses em que houve situações negativas. Isso aconteceu em todos os anos. Aconteceu em 1994, 1995, 1996...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Desculpe-me, Ministro, não falei 60 meses, falei oito meses num ano só.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Tá...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Tem nove meses, aliás, oito meses.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Mas não importa. O que estou dizendo é o seguinte: houve períodos negativos. Acontece em todos os momentos. Aconteceu no passado.

Só para ter uma referência aqui... E faço... Estou fazendo essas referências, porque é importante compreender aqui... O que se atribui como uma infração? O que se diz no sentido de que houve uma infração? Que se fez uma operação de crédito que não poderia fazer. Essa é a crítica, essa é a incidência.

Desse ponto de vista, é irrelevante se é o mês ou se são oito meses. Do ponto de vista da regra – da regra, da regra, da regra –, o tempo...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – V. Exª usou o termo "eventual" várias vezes.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Mas a eventualidade é o período de tempo. O que estou dizendo é que a existência...

Eu vou lhe passar aqui: temos recorrência em todos os anos. E existe... Isso aqui é principalmente no seguro-desemprego, porque o seguro-desemprego...

Não é nos programas ordinários, não... Pois a realidade do processo... Aliás, não foi por outro motivo que a Presidenta Dilma Rousseff encaminhou proposta de alteração dessa sistemática, porque elas impõem uma

despesa de forma descontrolada, criando, nessa dinâmica, uma imposição – em relação aos recursos – muito grande. Então há o fluxo de receita e despesa, receita e despesa, que são repostas e, ao final de todo ano, ainda são zeradas. Nesse caso repare-se.

Então, só para ter uma ideia, no primeiro ano da Lei de Responsabilidade Fiscal, no primeiro mês – em maio de 2000 –, o Governo Federal deixou – ou não repassou, ou adiou – o pagamento de 6,23% do volume de repasses que ele devia fazer. Esse percentual é equivalente a 2014. Correspondente: 2014 seria 6,97%.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – (*Inaudível*.)

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não, eram programas, nós temos que tratar de programas sociais. Repare, nós estamos falando...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – (*Inaudível*.)

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Sim, mas não posso segregar, eu tenho que trabalhar nos programas sociais como um todo, por quê? Do ponto...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – (*Inaudível*.)

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Mas eu não posso, Senador. Eu estou trazendo aqui elementos técnicos para compreender a sistemática. Por exemplo, se nós agregarmos todas as receitas e despesas – e essa é uma decisão absolutamente operacional –, se nós considerarmos agregadamente despesas e receitas, nós não vamos ter saldos negativos, porque o volume de receitas compensa eventuais situações de despesas. Mas isso é uma realidade operacional decorrente do quê? Da existência de Ministérios diferentes operando programas diferentes.

Então, há soluções para dar mais racionalidade ao processo. E essa proposta nós temos conversado, inclusive com o TCU, o que não tem problema nenhum. Eu acredito que o que nós temos que apontar... E aqui quando nós falamos "a sistemática", não é dizer: "Ah, a infração sempre aconteceu". Nós não compreendemos como uma infração porque ela nunca fui compreendida como infração. Nós temos que perceber que não estamos discutindo a lei em si. O modelo que nós estamos discutindo é uma interpretação da aplicação da lei: que é executada pelo Tribunal de Contas, pela área técnica.

E nesse ponto também é importante dizer que o Tribunal de Contas não tem posição sobre isso ainda. O que há são relatórios das áreas técnicas que fazem apontamentos – e as áreas técnicas sequer propõem qualquer tipo de conclusão sobre isso, eles fazem apontamentos do que eles consideram situações que devem ser ressalvadas e essas situações estão sendo apresentadas pelo TCU. Então, nós não temos uma decisão do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas não tem uma decisão para comunicar a qualquer instância, porque ele não deliberou sobre isso. Está em processo deliberativo e esse processo deliberativo – que segue o devido processo legal, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – está em uma fase de manifestação do Poder Executivo.

Agora, do ponto de vista infracional – se é, nós não reconhecemos, nós não compreendemos como uma infração, Mas vamos lá, isso passa a ser uma infração –, essa infração é compreendida no contexto de uma nova interpretação, não na lei diretamente, porque nunca foi assim entendido. Há apurações e auditorias feitas em todos os anos. Nós temos apurações pendentes da Caixa, de 2001, de 2002, que têm que ser analisadas. Se nós vamos considerar infração, vamos ter que considerar infração lá também. Isso está errado, isso não é correto do ponto de vista de qualquer percepção do Direito. O Direito sempre tem uma função de regular condutas para o futuro. Se o Tribunal de Contas tivesse aprontado: "Olha, isso aqui é uma infração", e isso tivesse se repetido, eu acho que nós teríamos, sim, que penalizar. Mas não foi o que aconteceu. O Tribunal de Contas manifestou-se em contas e em auditorias específicas, sempre entendendo pela regularidade dessa área. Fez outros apontamentos que foram corrigidos, mas nesse ponto ele nunca apontou.

Por isso eu acho absolutamente incorreto querer fazer – como diz o Ministro Gilmar – a análise de engenheiro da obra pronta: contribuiu-se a ponte, agora vamos ver os defeitos da ponte –, sem compreender que isso também passa por um processo de interpretação das áreas técnicas de toda a Administração.

Então, o que nós temos que buscar aqui é o aperfeiçoamento. E eu acho que o Senador Ferraço fez um apontamento sobre o que eu acho da proposição do TCU – se não me engano foi ele quem fez esse questionamento –, se isso é bom. Eu acho que é bom! Eu acho que o TCU cumpre o seu papel quando ele evolui na jurisprudência. E nós vamos aperfeiçoar.

Como, aliás, ele fez isso em 2014, quando apreciou as contas de 2013, em que ele fez uma portaria muito firme na questão da contabilização do que ele considerava – e nós não reconhecíamos como contabilizável, mas ele entendeu que sim, e nós acatamos – do sistema de previdência próprio da União, em que essa contabilidade chegava a quase 1 trilhão. Ela levaria, inclusive, a inverter o patrimônio líquido da União, uma coisa absurda. Isso nunca foi contabilizado. Nenhum Governo contabilizou isso. Isso não está na sistemática. O Tribunal fez o apontamento, e nós acatamos. Foi incorporado este ano.

Então, há, sim, um respeito às orientações do Tribunal de Contas. O que não é aceitável é buscar em cima de uma dinâmica específica, 2014, ignorar essa jurisprudência e esses conceitos e fazer as interpretações de conceito.

Se há infração na operação de crédito, onde houve operação de crédito? O que é operação de crédito? Desculpe. A referência, por exemplo, do cheque especial. Usa-se cheque especial com R$1 ou R$10 mil. Você usa do jeito que quiser. A infração aqui é de conduta, não é de resultado. Eu não posso dizer: não; se é pouquinho, eu posso ignorar. Isso está errado. Aí não estou aplicando a lei. Estou aplicando uma interpretação que não é conveniente. Quer dizer, então, qual é o volume correto? Qual é o limite de tolerância que deve ser estabelecido? Aí fica extremamente subjetivo. Pode ser seis, dez, vinte, um. Aí vou começar a tomar decisões a partir de interesses momentâneos, que acho que, tecnicamente, não é correto fazer.

Segundo, a Caixa nunca recebeu juros do Tesouro. A União nunca foi lá e pagou juros por conta das operações, porque a Caixa sempre foi devedora disso da União, porque ela recebe um capital, um volume... Para se ter ideia, em 2014, houve um aporte por conta desse programa de R$80 bilhões, que a Caixa ganha financeiramente, opera com esse volume de recurso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – É o meu tempo?

E isso é um ganho para o banco. Normalmente, quando fazemos licitações desse tipo de pagamento de serviço, o banco paga um ágio enorme por isso em folha de pagamento, porque ele ganha. Se perguntar a qualquer banco se quer fazer igual à Caixa, eu duvido qual presidente de banco não vai querer, nessas mesmas condições, em que estamos aqui discutindo como indevido. O banco vai dizer "eu quero", porque ele ganha muito dinheiro com isso.

Então, a sistemática de fluxo de pagamento que se faz com banco público é uma sistemática, nesse caso, altamente benéfica ao banco, cujo resultante anual é positivo para o banco e leva ao pagamento de juros.

Se a Caixa estivesse usando capital próprio para financiar a União, a União estaria pagando juros para a Caixa, e não o contrário. É isso que tem que ser compreendido. Isso é um elemento de conceituação técnica.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Pela ordem.

Eu gostaria de saber se V. Sª está também falando dos recursos, inclusive, do Orçamento da União que são feitos para obras. Eles também estão incluídos no seu raciocínio?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não. Eu estou falando em repasses para programas sociais. Nós temos a questão da equalização, que vamos chegar lá. Já fiz a exposição.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas também é um volume de recurso muito grande. É uma denúncia que temos feito aqui, porque, principalmente, a Caixa usa desse recurso, e as obras ficam inconclusas, as medições não são feitas e o prejuízo também é muito grande, para lucro da empresa como banco.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Bem lembrado, Senador.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – O outro debate é a questão da responsabilidade da Presidente. Nesse assunto dos repasses, o próprio Tribunal de Contas já estabeleceu quem ele entendeu que são suscetíveis a responder esse tema. E não está indicada a Presidente. Não sou eu que estou dizendo. A decisão é do Tribunal de Contas, que, ao avaliar, indicou 17 autoridades e ex-autoridades, que estão respondendo ao Tribunal de Contas. Não incluiu a Presidente, porque não é uma espécie de decisão da Presidente.

Uma coisa é a apreciação das contas. As contas são do Governo como um todo, que tem como ponto focal o Presidente da República, que é quem faz os encaminhamentos, encaminha para o Congresso e responde as solicitações que lhe são dirigidas sobre o tema. Agora, o processo decisório é descentralizado. Ele não é centralizado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas, Dr. Adams...

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – E, nesse processo decisório, nesse caso, por exemplo, dos repasses, o próprio Tribunal de Contas já estabeleceu aquelas autoridades que ele entende que têm alguma participação no processo decisório, pois são chamadas a responder, em audiência, que são as 17 indicadas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas o Tribunal de Contas da União vai além quando conclui que esses passivos da União, oriundos dos referidos atrasos, não estavam sendo computados na dívida líquida do setor público. Quer dizer, a consequência disso no estabelecimento do primário, por exemplo.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Mas, Senador, devo-lhe dizer: nunca foi contabilizado. Não é que não está... Primeiro, porque o próprio Banco Central não os reconhece como operação de crédito. O banco credita isso porque ele tem um crédito a receber. Nem todo crédito que banco recebe é só de operação de crédito. Há vários créditos a receber... O FCVS... Ele tem crédito a receber, ele contabiliza isso. Isso não a transforma em operação de crédito. Reflete em uma subvenção que o Estado paga. É uma obrigação legal que o Estado tem...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É a consequência disso nos resultados que o Governo apresenta de suas metas...

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Mas, Senador, veja só, nós fazemos as estatísticas de comparabilidade em cima de uma metodologia que o Banco Central tem e adota há 24 anos. O que é possível – e aí eu retorno o desafio: não vejo problema nisso, Senador, de que isso possa ser debatido. Aliás, eu acho até necessário. O próprio Tribunal de Contas faz isso – é que se adote a norma que a lei fala. O Senado tem essa incumbência de criar essa metodologia para apuração da dívida líquida do setor público. Essa norma existe. Ela nunca foi adotada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ela é estabelecida como diretriz na LDO.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não, ela é estabelecida pela..., metodologia, que é informada pelo encaminhamento do projeto de lei. Não é estabelecida pela LDO. A norma é de apuração de contas. Ela não é estabelecida na LDO, ela é indicada pelo Governo como usando a metodologia que o Banco Central tem. Se a metodologia não está, no entendimento do Senado, adequada, como pode não estar, segundo... Eu não estou dizendo que ela não está ou não. Ela tem uma lógica metodológica, ela não reconhece dívida do setor público, por isso ela não apura isso. Mas, se o Senado entende que isso deve ser apurado, basta uma adoção de normativo, uma resolução do Senado aprovando essa metodologia e que isso passasse a ser contabilizado.

Agora, o fundamental aqui é que a questão da apuração da metodologia não traduz, necessariamente, que essa operação aqui seja de crédito. Ela é uma subvenção econômica, autorizada em lei, fixada em lei e, como subvenção, o Estado não está recebendo. Não há, em nenhuma hipótese, transferência de capital do banco para a União. Não há. Existem obrigações legais ou contratuais que a União tem e que, no caso, repasse para pagamento de serviço com o serviço público e, no passo das operações, com uma equalização, com uma subvenção de que ela está organizada, ela está parametrizada em normativos próprios.

O sistema... Para o senhor ter uma ideia, até essa legislação do PSL de 2009 até 2011, não havia prazo para a União fazer equalização. Isso veio a ser estabelecido por portaria do Ministério da Fazenda que pensou: nós vamos estabelecer um prazo, e foi estabelecido o prazo de 24 meses. Então, a própria União adotou mecanismo para tornar rígido o processo e não criar essas situações de indefinição e indeterminação. Então, do ponto de vista da sistemática do subsídio, a dinâmica de financiamento, ou de subsídio, ou de subvenção a essas operações é uma dinâmica obrigacional que está estabelecida em lei e que não pode, em nosso entendimento, ser considerada como operação de crédito.

Então, há diferença de conceito aqui, clara de conceito. O que eu estou dizendo é: tudo bem, podemos compreender até avançar nesse conceito, mas vamos compreender que nós estamos mudando um conceito. É isso o que eu acho um desafio grande, porque isso pressupõe um sentido de instabilidade. O gestor público, assim como o gestor privado, não pode ficar vivendo com essas mudanças conceituais que retroagem, não é? Como diz Roberto Campos: "Até o passado é incerto", porque, exatamente, reinterpreta o passado, procurando impor a esse passado conceitos que nós não compreendíamos à época.

Então, podemos, e eu acho oportuna a evolução, eu defendo ... Acho, inclusive, que o Tribunal de Contas de União está fazendo o seu papel neste debate, e ele tem que ser feito. Agora, é um debate muito mais desafiador na LRF.

Por exemplo, limite de despesas de pessoal. Eu, como Procurador-Geral da Fazenda Nacional, trabalhei três anos cuidando das operações de crédito que recorrentemente vinham à aprovação para autorização...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Permita-me...

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Recorrentemente nós enfrentávamos situações de desrespeito aos limites de despesas de pessoal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Permita-me. Nos termos do art. 29, III, da Lei Complementar nº 101, de 2000, operação de crédito é definida como "o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros".

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Senador, desculpe. Nós não compreendemos esse conceito, primeiro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não é questão de compreensão...

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Nós não estamos fazendo operação...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É uma interpretação da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Eu sei. Deixe eu contar o conceito...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Claro. Pois não.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Eu quero discutir o conceito. Nós não compreendemos a incidência, primeiro, porque a subvenção... Não faço uma operação de mútuo ou de crédito ou de venda antecipada para o banco. Eu gero uma obrigação legal, que tem base legal, em que a União fará uma subvenção para equalizar uma operação que o banco faz diretamente com quem toma o crédito.

Então, é uma obrigação legal que a União tem. Ela se obriga a fazer esse tipo de operação. Essa operação é regulada metodologicamente pela lei. E essa metodologia impõe uma sistemática de pagamento que não trabalha com a operação individual, mas com fluxos de operação. Essa é a metodologia.

Do ponto de vista do enquadramento, nós não vemos... A Fazenda nunca viu isso em toda a sua história como uma operação de crédito. Há pareceres da PGFN nesse sentido exatamente porque a relação de mútuo não se estabelece com a União. A União não toma crédito de banco, ela não recebe capital do banco. Ela transfere para o banco um volume de recursos para permitir operações incentivadas de crédito, que são compra de capital, empresas que querem modernizar, comprar capital novo, etc., e têm uma vantagem nesse processo.

Do ponto de vista de repasse, de novo, a União não contratualizou um mútuo. A União contratualizou o serviço para o qual o prestador tem direito a... Tem a possibilidade de tomar a decisão de fazer o pagamento. Ele faz por razões de conveniência.

Quais são os elementos de conveniência? Primeiro, continuidade de serviço público. Toda operação de serviço pressupõe uma continuidade. Interrompeu o serviço, tem um custo muitas vezes maior do que continuá-lo. Então, é compensável isso nesse sistema.

Segundo, como é operação de serviço, essa operação reproduz uma lógica que existe em toda a Administração. Nós usamos, nós verificamos, nós temos contratos de prestação de serviço de todos os órgãos da Administração. E esses contratos, invariavelmente, inclusive do próprio Tribunal de Contas, preveem pagamentos de juros. Em um contrato de prestação de serviço que o TCU contratou para fazer um concurso público, por exemplo, o TCU usa a possibilidade, no atraso de pagamento ao contratado, do pagamento de juros da ordem de 6% capitalizados dia a dia.

Mas não é porque há incidência de juros que se transforma em operação de crédito. Essa é uma operação de direito civil. E não é porque é banco que eu transformo necessariamente todo contrato bancário em contrato de operação de crédito.

O que eu estou dizendo é que a nossa compreensão, que foi reiterada, é que isso não é operação de crédito...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não é mútuo.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não é mútuo. Mas vamos lá. Está errado e tem que ser tratado como mútuo. Tudo bem. Vamos tratar como mútuo para frente. É isso que se chama modular uma jurisprudência. Vamos tratar como mútuo. Nós cansamos de ver decisões do STJ, do Supremo, principalmente, em que eles compreendem que legislações que são reinterpretadas... Isso está no nosso sistema tributário, no nossa legislação administrativa, expressamente prevista que, toda nova interpretação, toda nova compreensão da lei tem que ter efeito *ex nunc*, ou seja, não retroage, sob pena de gerar insegurança jurídica no País.

E aí, essa insegurança se estabelece na penalização do passado. Então, alguém que fez tudo de acordo com a lei, tudo de acordo com o que os órgãos de controle diziam, faz uma operação e depois ouve: não, para isso, está errado. E no caso dos órgãos de controle é mais grave porque a Constituição, por exemplo, ela não dá às decisões de ressarcimento um prazo de prescrição. Então, daqui a 20 anos o Tribunal de Contas pode pegar, julgar um caso e dizer assim: isso aqui está errado, ressarça tudo. Isso está errado do ponto de vista do Direito, desculpem-me, eu não consigo aceitar a interpretação de que uma nova compreensão deva retroagir, se ela foi realizada em termos de processo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ministro.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – E, nesse caso – só me permita, Senador, concluir –, não só os dados mostram a repetição – e aqui a repetição não é para dizer que todo mundo cometeu infração, porque eu acho que todo mundo cometeu aquilo que a lei aplicava, ninguém quis cometer infração, eu não estou defendendo que haja uma infração continuada; eu não acho que haja uma infração continuada porque o conceito de infração para mim não está correto nesse ponto.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ministro, V. Exª me desculpe, mas eu fiz a pergunta e até agora V. Exª não respondeu à minha pergunta.

A pergunta é: foi considerado em exercícios anteriores eventuais um mês, quinze dias, uma coisa eventual. E eu estou falando aqui de sistemático e planejado. Essa é a questão que nós estamos discutindo, não se formou nenhuma jurisprudência sobre isso, já que isso nunca tinha existido antes.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Senador, desculpe-me. Existiu, sim. Nós não podemos tratar os conceitos isoladamente como se um mês pode, dois meses não pode, porque nós vamos chegar.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Existiu, sim, quando?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Existiu em 2000...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não; eventual, eu estou falando sistemático durante oito meses. Quando?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não, nós temos situações sistemáticas, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Quando, Ministro?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Senador, eu estou dizendo aqui. Por exemplo, eu vou lhe dizer aqui: em maio de 2000, no primeiro ano da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governo deixou de repassar para pagamento o equivalente a 2014.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Durante quanto tempo?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não, nós temos na mesa aqui.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – É um mês.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Olha, eu tenho julho de 2014, dezembro de 2013, dezembro de 2012. Esses meses...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Pronto, exatamente; eventual durante o ano. Oito meses em nove meses...

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não, mas é isso. Senador, eu vou...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Oito meses em nove meses nunca existiu.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Senador, essa questão existiu e eu posso trazer a apuração, eu tenho toda a apuração detalhada.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Pronto, aí eu quero. Se existiu...

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Porque o objetivo aqui, nós temos... Senador, porque é assim, nós não podemos querer tratar situações de eventualidade... Quando se fala em eventual, não é que se deixou de pagar 60 meses. O que acontece é que você deposita um volume de recursos, esses recursos são...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eventualmente.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não, todo mês você deposita. No Bolsa Família você deposita no primeiro dia 70% dos recursos previstos e, no 20º, 30%. Isso é o fluxo de pagamento que admite situações de passivo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Isso.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Esse fluxo de pagamento, ele, como fluxo, tem resultados positivos. Se quer considerar operação de crédito o período negativo, todos os momentos negativos são operações de crédito e todos eles são infracionais do ponto de vista dessa compreensão. Então, a tentativa mínima de...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu vou voltar, Ministro, porque o senhor não está respondendo à minha pergunta. Eu estou falando de coisas eventuais. Eu estou falando: durante oito meses em nove meses já existiu para se criar jurisprudência?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Senador, já existiu e eu trago aqui a tabela depois.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Então me traga; se o senhor me trouxer eu fico convencido.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Mas eu vou trazer a tabela.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Nós tratamos de ano fiscal aqui, é completo, não importa o período.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – O que eu estou dizendo é que eu vou levantar, eu vou fazer todos os meses.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Permita-me, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Uma coisa é eventual, a outra coisa é...

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Eventual, agora a eventualidade aqui é compreender que o resultado do ano, e aí esse é o fluxo que nós temos que considerar, ele traduz um resultado positivo em favor da União, que ela recebe da Caixa. É esse, esse é o resultado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Porque se o resultado fosse contrário, a União estaria pagando juros para a Caixa, o que não é verdade. Nunca pagou, nunca desembolsou juros a esse título.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, Ministro, eu gostaria de saber o seguinte: há duas maneiras de encarar isso. Primeiro eu quero dizer que isso de que não foi empréstimo eu não consigo entender, a não ser no mundo islâmico, onde o Corão proíbe juros, então eles fazem uma coisa diferente como se estivessem pagando pelo serviço dos banqueiros e bancários. Mas nós estamos em outro

mundo aqui, então eu não consigo entender como se transfere dinheiro, depois se recebe de volta com juros, e não é empréstimo.

O outro problema. Existem duas maneiras de vocês enfrentarem isso. Uma é dizer: "Estamos certos e os outros estavam certos, o tribunal está errado"; a outra é dizer: "Estamos errados e os outros erraram também. Pedimos desculpas pelo nosso erro, e vamos ver como é que a gente acaba com esse erro no Brasil." Fica faltando, como diz o Senador Tasso, a questão da graduação do erro: oito meses ou oito dias. Qual vai ser a preferência do Governo no enfrentamento com o tribunal? Dizer nós estamos certos, o tribunal está errado, ou dizer nós estamos tão errados quanto os outros. Qual vai ser a opção?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – A opção do Governo...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ministro, Senador... Desculpe.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Fico com a compreensão, ouvindo o Senador Cristovam, ouvindo todos e ouvindo o nosso Advogado-Geral, que estamos todos errados, inclusive o tribunal, que, em anos anteriores, adotou aceitar. Se for para errar, inclusive o tribunal está errado. A partir de agora, o tribunal quer realinhar, então, vamos reconstruir a metodologia a partir de agora. Se eu for considerar que alguém está errado, inclusive, o tribunal está errado, o Governo está errado, está todo mundo errado. Nesse aspecto, se o tribunal vinha considerando regular, errou o tribunal junto com os governos, o atual e os que passaram. Se, daqui para frente, vai mudar, então, vamos mudar, para todo mundo entrar para o caminho certo, porque estava todo mundo no caminho errado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Tu ou todos estão errados? É isso que eu quero saber. A opção é estamos certos e os outros também, ou estamos errados e os outros também. São duas opções.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Do que entendi do Governo até agora, está todo mundo certo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos evitar uma discussão paralela.

Com a palavra o Senador Donizeti.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Só para reafirmar, quando o Senador Cristovam disse que não entende como isso não pode ser empréstimo, o banco inscreve no seu balanço como crédito a receber do Tesouro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Claro, isso se chama empréstimo. É mútuo.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Todos os créditos que o banco inscreve a receber são mútuos? Não são. Todos os créditos que o banco recebe no seu balanço não são mútuos, ele tem créditos mútuos e créditos não mútuos, não são operações de crédito.

Agora, deixe-me responder sua questão do TCU, Senador, se me permite. O nosso entendimento não é ficar brigando com o TCU; o nosso entendimento é que podemos, sim, entender, se esse entendimento se confirmar, que isso deve ser contabilizado de maneira diferente. Faça-se como o tribunal sempre fez, faça o apontamento e nós corrigimos daqui para frente. É diferente eu ignorar o que sempre foi dito e dar à situação específica um tratamento diferente. Porque daí não estou fazendo direito, não estou fazendo justiça, estou falando em decisões com casuísmo, o que não deve ser a lógica do processo do direito.

Então, do ponto de vista da decisão, é evidente que as decisões do TCU devem e são acatadas pelo Governo, como acatamos, ano passado, uma situação complexa. E vamos acatar aquilo que vier como indicação. O que temos que ter cuidado é de extrapolar o que deve ser ponderado para criar outro efeito, que é efeito de insegurança em todos os administradores. Não somos só nós. Todos os administradores estão sujeitos ao mesmo tipo de juízo. Esse tipo de juízo se traduz não na dimensão política, mas na dimensão do direito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Dr. Adams, uma...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para contraditar, o Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – A observação do Senador Cristovam me lembrou uma frase do velho Stanislaw Ponte Preta.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Nem lhe respondi, Senador Ferraço, ainda.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Stanislaw Ponte Preta, o Sérgio Porto, em que ele dizia: ou todos nos locupletemos ou restaure-se a moralidade. É mais ou menos essa argumentação do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Presidência vai fazer uma questão de ordem.

Eu gostaria apenas de colocar o seguinte para harmonizar os trabalhos.

Os Senadores vão continuar contraditando. Os Ministros vão continuar colocando as suas justificativas. Agora, tem que se levar em consideração que não haverá consenso. O Senador não pode exigir que o Ministro

concorde com as colocações do Senador nem vice-versa. Então, vamos ouvir a opinião de cada um e manter o contraditório dentro da tradição do Senado Federal.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Dr. Adams me respondeu, mas tenho uma pergunta que pode ser compartilhada com o Ministro Nelson Barbosa.

O documento do TCU afirma que as dívidas da União que deixaram de ser devidamente capitadas pelo Bacen, identificadas durante a inspeção, alcançaram mais de R$40 bilhões, R$40.251.739.000.00. Ou seja, nós encerramos o ano fiscal de 2014 com a União devendo esses recursos, segundo o Tribunal de Contas da União, de subvenções agrícolas ao Banco do Brasil, de outras subvenções ao Banco do Brasil, do PSI ao BNDES, de passivos relativos à Resolução 577/2008, e assim por diante.

Qual o balanço hoje, se é que há passivo, desse passivo da União com essas entidades?

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Eu vou começar respondendo ao Senador Cristovam sobre o assunto que vocês já debateram com o Ministro Luís Inácio.

A posição do Governo é que essas operações não são operações de crédito e não devem ser tratadas como operações de crédito. O entendimento anterior do TCU estava correto. E mesmo para o futuro, elas não devem ser tratadas como operação de crédito.

Lembrando que o Luís Inácio já colocou, que nem todo ativo de uma instituição financeira é uma operação de crédito. Nem tudo que está no ativo numa instituição financeira é uma operação de crédito. Nem todo contrato sobre o qual incide juros caracteriza uma operação de crédito.

Eu acho que há aqui uma avaliação por parte da área técnica do TCU nos termos da dimensão que esses eventuais fluxos positivos ou negativos em contratos de repasse assumiram durante 2014. Mas eles não são operação de crédito.

Para implementar programas públicos, o Governo contrata agentes financeiros públicos ou privados e repassa recursos aos agentes financeiros. Nem sempre o repasse é exatamente a conta que vai ser paga naquele mês. Por isso se cria essa conta suplemento para acumular isso. E se houver um saldo positivo ou negativo para uma das partes, sobre aquilo incide juros. Isso não deve ser tratado como operação de crédito, porque, se for tratado como operação de crédito, significa que nenhum banco público vai poder fazer operação, poder ser agente financeiro de uma programa público.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Como os senhores classificam isso? Se não é uma operação de crédito, é o quê?

O SR. NELSON BARBOSA – É um contrato de prestação de serviços, em que ele prevê que você adianta os recursos e eventualmente pode ter um saldo positivo ou um saldo negativo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E aí tem que ser encerrado no ano fiscal?

O SR. NELSON BARBOSA – Ele pode ser encerrado no ano fiscal. E aí vai outra questão que o Senador Cristovam perguntou: qual a posição que vocês consideram sobre isso?

O próprio Governo já respondeu a essa pergunta, Senador, que, no ano de 2014, o Governo zerou esse saldo. Saldos eventualmente ficaram realmente muito grandes em determinadas datas. Ao final de 2014, isso já estava reduzido ao mínimo operacional. E ainda se pagou 150 milhões de juros para a Caixa. Então, esse é um contrato de prestação de 150 milhões de juros para a Caixa. O saldo médio do ano foi positivo.

Então, para ser bem técnico, depois a gente pode... Acho que as considerações políticas são importantes, mas para ser uma questão técnica. Em contratos de prestação de serviços, podem incidir juros. O exemplo que gosto de dar é o contrato de aluguel. Se atrasa o contrato de aluguel, você dá uma multa. Se atrasa mais de alguns meses, sobre aquele valor vai incidindo juros. Se atrasou três, quatro meses, você expulsa do apartamento. Mas pode incidir juros. É um contrato de operação de crédito? Não é, mas ele tem um limite claro.

Então, a nossa interpretação para esse contrato de prestação de serviços que é um pouco sobre o que o Luís colocou, só que estou colocando na condição de economista aqui, ele deve ser mantido como prestação de serviço. Se eu encarar um contrato de prestação de serviço sempre que houver um saldo positivo ou negativo como operação de crédito, eu não vou poder fazer contrato de prestação de serviço com banco público. Só vou poder fazer com banco privado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E não é mais ou menos o que tinha no passado, a conta movimenta com o Banco do Brasil?

O SR. NELSON BARBOSA – Não é isso, não é isso. Aí você coloca uma limitação. Esse é o ponto que estamos colocando.

Se eventualmente os valores positivos ou negativos verificados no passado são entendidos pelo TCU, pela autoridade administrativa, como excessivos, que se coloque um limite. Qual é o limite? Que você pode

ficar positivo ou negativo para um dos lados, levando em consideração o valor total do contrato, mas isso não é uma operação de crédito, não é tratado assim no Código Civil.

O outro caso sobre o qual V. Exª perguntou, Senador Ferraço, sobre equalização. Existem vários...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Desculpe-me interrompê-lo, mas há um desentendimento. O Ministro Adams falou que nunca incidiram juros. O senhor disse isso e V. Exª...

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS (*Fora do microfone*.) – Juros? Como assim?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Nos recursos da Caixa Econômica não incidiam juros.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O senhor disse isso há mais ou menos uns 15 minutos.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Contratualmente nos recursos que a Caixa recebe incide uma taxa que a Caixa paga e, nos períodos negativos, também incide uma taxa que é compensada naquilo que ela tem que pagar.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Que não são juros?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Ela paga, em todos os anos ela pagou. Não, é uma DEDIP, é uma taxa de remuneração de capital.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – É remuneração de capital?

O SR. NELSON BARBOSA – Taxa de remuneração... Foi isso que eu quis colocar.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Mas taxa de remuneração de capital é juro.

O SR. NELSON BARBOSA – Isso não é um contrato de crédito, é isso que estou colocando.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Mas contrato de prestação de serviço, quando é atrasado, pelo que eu conheço na iniciativa...

O SR. NELSON BARBOSA – Você pode ter uma incidência, você especifica uma taxa e coloca.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Se você atrasa o pagamento por prestação de serviços, não são juros, é uma incidência penal.

O SR. NELSON BARBOSA – Então, é uma taxa remuneratória sobre aquele desequilíbrio, é nesse sentido. Juros moratórios, está colocando aqui. Então, a gente vai para uma discussão de Direito Comercial.

Para responder ao Senador Cristovam, quero dizer que esses contratos são contratos de prestação de serviços, devem continuar a ser encarados como contratos de prestação de serviços, até porque na implementação de políticas públicas vários agentes financeiros...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na avaliação de V. Exª?

O SR. NELSON BARBOSA – Na minha avaliação, vários agentes financeiros devem ser possíveis de executar programas públicos. Se a gente achar que sempre em que houver um desbalanceamento de um lado para outro em que incida uma taxa de remuneração ou, como define o Direito Comercial, não sou advogado, se caracterizamos isso como operações de crédito, nós vamos dizer que nenhum banco público pode ser agente de repasse de programa público.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas essa não é a ideia da Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu vou ler aqui o art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal: "Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo."

O SR. NELSON BARBOSA – Operação de crédito, não a prestação de serviços.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, o senhor acha que... A gente tem que acabar com essa brecha na Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. NELSON BARBOSA – Não, acho que o entendimento, Senador, acho que se vai encaminhar para se colocar um limite. Quanto você tem contrato de prestação de serviços, algum limite... Como o TCU já colocou em outras coisas. O Ministro acabou de colocar no cálculo do passivo do Fundo de Previdência, a situação atuarial da Previdência do servidor público. Provavelmente, vai-se encaminhar para se delimitar isso, mais claramente, quanto tempo e o máximo em que se pode ficar com saldo positivo ou negativo para algum lado.

No caso de equalização – aí, é outro ponto, ao que o Senador Ferraço se referiu... Quanto à questão da equalização a que o senhor se referiu, Senador Ferraço...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Aí, é totalmente diferente.

O SR. NELSON BARBOSA – Programas de equalização já existem, muito antes da LRF. Há equalização de taxa agrícola, equalização de programa habitacional, havia o FCVS. O programa de atualização de taxa de juros até hoje não foi considerado como operação de crédito. Por que isso aparece no balanço do banco? O banco faz um balanço por regime de competência. De onde vem essa discrepância? Não está na dívida líquida, mas

está no balanço dos bancos. O banco faz essa contabilização pelo regime de competência. Ele registra na hora em que ele apurou a equalização, quanto ele tem a receber. Ele registra e não há um prazo de pagamento ou alguns deles têm o prazo de pagamento definido, que é o caso do PSI.

No Banco Central, o regime de primária de dívida líquida é feito com regime de caixa, ele só registra aquilo quando é devido. Por isso que a interpretação que se dá à questão da equalização é que ela é devida de acordo com o que manda a lei, o que manda a lei que criou o programa de equalização, o que mandam as portarias e as resoluções do Conselho Monetário Nacional. No caso do PSI, estabeleceu-se aquela portaria: apura-se e o prazo para pagamento é devido 24 meses depois. No caso da equalização de taxas de juros agrícolas, é apurado e aquilo é devido de acordo com a programação orçamentária e financeira do Tesouro Nacional.

Novamente, nós não consideramos isso uma operação de crédito. Se essas definições da lei ou da portaria são consideradas muito maleáveis ou muito vagas por parte do tribunal, nós podemos aprimorar isso para o futuro. É essa a posição.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com licença, Ministro. Eu queria fazer um apelo aos Senadores. Regimentalmente, não há tréplica para os Senadores.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Aqui já estamos na quádrupla.

O SR. NELSON BARBOSA – Na quíntupla, sêxtupla.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu permiti que isso fosse feito.

Eu gostaria e abrir um parêntese aqui, porque o Senador Pimentel ia completar o último bloco, mas ele teve que assumir a Presidência, porque eu pedi, então, quero dar a palavra para a Senadora Gleisi Hoffmann, para fechar o último bloco...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Mas me deixe fazer uma observação importante aqui para esclarecer; é muito importante.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, ainda há respostas que não foram dadas a mim, Sr. Presidente.

Nós interrompemos a fala do Ministro Nelson Barbosa. Isso não é delicado.

O SR. NELSON BARBOSA – Se eu puder responder todas as perguntas...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois é, eu acho que ele poderia terminar de responder. Aí, se ficar alguma coisa, V. Exªs falam, senão vai ficar no pingue-pongue.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – São perguntas objetivas...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos permitir que fale agora, Senador Jereissati, a Senadora, que, pacientemente, esperou, para encerrarmos este bloco.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, o Ministro Barbosa estava respondendo perguntas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Algumas coisas não ficaram esclarecidas...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu quero que ela conclua o último bloco, aí, em seguida, o Ministro continua respondendo as perguntas dos Senadores.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nossos Ministros que estão aqui, eu, em primeiro lugar, queria parabenizar a clareza com que nos foi exposta a forma como o Governo trabalha com esses programas que têm os subsídios e, também, a situação operacional dos nossos bancos públicos, que são importantes na concretização das políticas públicas, tão debatidas nesta Casa e tão requeridas por todos os Estados brasileiros.

Acho que, de forma muito clara, muito didática, a gente pôde compreender como isso aconteceu neste ano e como vem acontecendo ao longo dos anos. Por isso a minha divergência aqui com o Senador Tasso Jereissati em relação à questão da eventualidade.

Eu entendo que, se não há, no exercício fiscal, por exemplo, de um ano, uma situação diferente da do outro, nós podemos falar em eventualidade sim. Se nós tivéssemos, em anos sequentes, uma situação se repetindo, aí sim, não seria eventual. Porque nós tratamos, tanto do ponto de vista orçamentário como financeiro, o ano fechado. Então, me parece que aquilo que aconteceu em 2014, que foi motivo de uma grande discussão por parte do TCU, é algo que nós verificamos em anos anteriores e que, de nenhuma maneira, desequilibrou, seja o Orçamento da União, seja a situação do ente contratado pela União para operacionalizar a política pública. E são políticas muito importantes.

Eu queria aproveitar também para afirmar que a nossa decisão de hoje foi certa, de fazer a convocação do Tribunal de Contas da União para vir aqui. Concordo com o Senador Tasso Jereissati, é um órgão auxiliar do Poder Legislativo... Aliás, eu acho que a gente devia aproveitar a proposta do Senador Renan Calheiros, que cria autoridade fiscal independente, para já adequar o papel do Tribunal de Contas como um órgão de assessoramento técnico a esta Casa e não quase como um outro órgão da República, um outro Poder. Não é outro

Poder; nós temos que usar os técnicos que estão lá à disposição para assessorar esta Casa. Esta Casa, sim, tem autoridade fiscal independente, não ministros que estão lá e que, muitas vezes, se utilizam de situação política para fazer discurso.

Então, eu acho que nós estamos vivendo uma situação em que a queda de popularidade da Presidenta ensejou uma situação mais crítica por parte do Tribunal de Contas, com colocações políticas de alguns ministros, que antes não ensejava; ou seja, que nós não tínhamos, na história das contas públicas, visto aqui nesta Casa. Aliás, esta Casa também tem que fazer a sua autocrítica porque, há muito tempo, a gente não aprecia conta de Presidente da República; há muito que nós não votamos aqui.

Quero também aproveitar para falar sobre essa situação de dizer que isso demonstra que nós estávamos escondendo uma situação de crise, durante a campanha eleitoral, que veio à tona e, por isso, tivemos as pedaladas ou a situação de 2014. Acho que as explicações dos Ministros foram claras e mostraram que não é isso.

Primeiro, situações muito semelhantes foram usadas em outros anos, da forma como foi usada em 2014.

Segundo, quero reafirmar aqui que não avalio que houve, por parte da Presidenta Dilma ou de sua campanha, nenhuma forma para esconder a situação de dificuldade econômica. Sempre tivemos uma situação de dificuldade econômica e outras medidas foram tomadas ao longo de sua gestão. Eu, como Ministra Chefe da Casa Civil, acompanhei isso. Inclusive, as questões de desoneração de folha, uma série de medidas para estimular a economia brasileira, e que foi aumentada por esta Casa, pelo Congresso Nacional, o mesmo Congresso que hoje diz que temos de ter políticas de maior austeridade.

Vinha para cá, e se aumentava. Aliás, não conseguimos reverter ainda a situação da desoneração fiscal num projeto que está para ser votado no plenário do Congresso Nacional.

Por que estou falando isso? Hoje, Senador Tasso Jereissati, um dos principais jornais do meu Estado, *Gazeta do Povo*, traz como manchete que as cooperativas agrícolas preveem que vai dobrar o faturamento que elas vão ter neste ano de 2015. As cooperativas agrícolas estão prevendo isso. Ora, a agricultura é muito importante para a economia brasileira. Meu Estado é um Estado...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ...com base agrícola muito grande, tanto na agricultura familiar quanto na agricultura empresarial. Tenho andado por meu Estado. Não vejo o nível de dificuldade econômica que, muitas vezes, é vendido pela imprensa ou por alguns outros setores da economia no Estado do Paraná. Tanto a agricultura empresarial quanto a agricultura familiar estão indo muito bem.

Outro jornal do meu Estado traz a manchete hoje de que o mercado da beleza está em alta. O mercado da beleza é um mercado supérfluo. Dizer que esse mercado está indo bem significa que não estamos numa situação tão trágica de crise descontrolada ou de País quebrado.

Há dez dias, manchete do jornal *Valor Econômico* dizia que os investidores estrangeiros estavam apostando no Brasil e voltavam a investir dinheiro aqui. A Feira do Livro vendeu tantos livros quanto os que vendeu no ano passado.

Então, acho que temos de ser menos pessimistas, menos alarmistas. Estamos com dificuldade econômica, mas nem de perto ela se assemelha ao que estamos vendo em países como a Grécia, em países da Europa. O Brasil está conseguindo dar respostas. Deu agora uma resposta importante, que é um programa de proteção ao trabalho, para assegurar o emprego da população e para assegurar a renda.

Estou colocando essas questões para não acharmos que estamos vivendo uma situação de descontrole total. Hoje, temos reservas internacionais. Ainda que haja um pico inflacionário, ele é muito menor do que o que vivemos em outras épocas. Hoje, há proteção da renda, há um salário mínimo justo, e, mesmo havendo um aumento no desemprego, este não é um aumento considerável que desestabilize a economia. E, com o programa que a Presidenta lançou na semana passada, com muito foco na indústria, tenho a certeza de que a gente vai se recuperar.

Então, eu queria aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores, parabenizar nossos Ministros pela exposição clara, objetiva, mostrando que o que tivemos em termos de conta em 2014 é o mesmo que tivemos em tantas outras contas, em tantos outros anos, contas essas que foram aprovadas pelo Tribunal de Contas da União, às quais não se deu um peso político como o que se deu nesse ano de 2014.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Peço a palavra pelo art. 14. Fui citado.

Obrigado pela chance de falar pelo art. 14. Eu tinha combinado com a Ministra.

Eu queria dizer que fico feliz...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Eu gosto de debater com V. Exª.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Fico feliz com as notícias que a senhora traz não só do Paraná, mas também do Brasil, enfim deste bom momento que vivem a agricultura e o mercado da beleza. Com certeza, sua presença no Paraná faz esse mercado da beleza crescer de maneira forte lá no Estado. São notícias boas, e fico muito feliz com essas notícias. Seria bom até que o Ministro Nelson Barbosa pudesse transmitir também ao Ministro Levy que não existe esse problema todo, porque eles estão apertando demais e achando que estão levando. Então, é bom que ele tenha ouvido isso. Espero que ele transmita isso ao Ministro Levy, que está na outra sala.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Os ajustes têm sido feitos na dose certa, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Pronto! Ótimo!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Por isso mesmo, há setores que estão bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Subiu um pouquinho a taxa Selic. Ela subiu pouco.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Mas esse era um pedido de V. Exªs.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Subiu só 40% nos últimos 12 meses. Foi só isso!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – V. Exª já fez discursos defendendo o aumento da Selic. Desculpe-me!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Mas, concluo aqui, pelo art. 14: é operação de serviços?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Contrato de prestação de serviços.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sobre contrato de prestação de serviços incidem ISS e PIS/Cofins?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não sei, Senador. Tenho de checar.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador, o art. 14 é um...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Era em relação a mim, não em relação ao Ministro.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Senador, como operação de serviços, isso deve incidir. Não sei como é a sistemática de cobrança do GDF. É um problema do GDF. Agora, é uma operação...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O senhor poderia dar uma resposta objetiva?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Mas, como estou dizendo, não sou cobrador do GDF. O ISS é uma cobrança do GDF. Existe uma disputa...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas PIS/Cofins não! PIS/Cofins não!

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Existe uma disputa.

A Cofins incide sobre faturamento, não sobre serviços. Incide sobre o faturamento da empresa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas se é uma prestação de serviços...

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – O serviço, a prestação, o faturamento, ele tem base de incidência. Existe uma disputa com o sistema financeiro em relação à incidência dessas operações. Agora, essa incidência não é sobre o repasse; a incidência é sobre o valor percebido pelo serviço prestado. Essa é a base de cálculo, seja do ISS, seja da consideração de faturamento que apura esse processo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ...(*Fora do microfone*) pela Caixa Econômica. Não agora; eu sei que V. Exª não é cobrador de coisa nenhuma. Isso com certeza. Nem tem cara de cobrador; é simpático.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Donizeti, com a palavra V. Exª.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós estamos chegando ao encerramento, e eu tenho uma audiência no Ministério do Turismo agora, às 14 horas.

Eu fico com a impressão de que, como disse o Presidente Raimundo Lira, não se vai chegar a um consenso, porque o tribunal querer colocar, neste momento, aquilo que vem sendo feito anos após anos como regular, colocar na irregularidade é um oportunismo. E eu, provavelmente, se fosse oposição, talvez estivesse acompanhando o tribunal. Mas é um oportunismo do tribunal neste momento querer fazer punição em relação àquilo que se pratica desde 1991, é! É um oportunismo do tribunal e busca de luminosidade, como o Presidente do tribunal tem buscado fazer, dando declarações por aí afora.

Nós não vamos, naturalmente, chegar a um acordo com a oposição aqui, porque a oposição gostaria que as contas fossem rejeitadas, gostaria que a Presidente fosse cassada. Então, não vamos chegar. Mas eu considero que o que eu ouvi hoje aqui me dá muito mais segurança para dizer da correção com que o Governo tem agido em relação a isso.

Por último, se o Governo pagou para a Caixa R$150 milhões... Se a Caixa pagou para o Governo R$150 milhões de juros, onde é que a Caixa teve prejuízo ou onde é que acessou os recursos? Porque foi um caixa

que foi rodando; rodando, a favor do Governo, e inclusive com a Caixa administrando recursos do Governo e pagando juros.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos ouvir agora as considerações do Ministro e, ao final, se algum dos Srs. Senadores quiser ainda fazer uma tréplica, uma réplica, o que for, a Presidência vai permitir que isso possa ser feito.

Com a palavra, o Ministro Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Vou concluir a minha resposta ao Senador Ferraço, que fez outras perguntas, além do questionamento do TCU.

Primeiro – o Senador Cristovam não está aqui, mas o Senador Ferraço também fez –, acho que a mensagem que nós queremos trazer aqui é que essa é uma questão técnica, é uma questão extensa, nós vemos isso como uma questão técnica, e acho que esse processo é positivo e vai aprimorar, vai aperfeiçoar a condição da nossa política fiscal. Nós vamos caminhar para um entendimento comum da interpretação de alguns contratos, de algumas operações que hoje, pelo jeito, têm uma interpretação diferente entre a área técnica do TCU e o Governo, e que não era a interpretação que foi adotada pela área técnica do TCU até então. Mas acho que isso vai aperfeiçoar. Como o Ministro Luís Inácio colocou, faz parte do processo de aperfeiçoamento da política fiscal.

O Senador Ferraço também fez uma série de perguntas sobre a política econômica. Várias dessas perguntas são da área do Ministério da Fazenda, cujo Ministério encontra-se nesta Casa. Então, vou tentar responder aqui de uma maneira mais geral, até porque é o Ministério Joaquim Levy que tem mais informações sobre as questões tributárias.

Mas, antes disso, quero agradecer e concordar com o seu otimismo em relação ao Brasil. Acho que todos aqui o são – a Senadora Gleisi já colocou, o Senador Tasso já colocou. Então, eu vou me permitir fazer, como se diz aqui, Senador, uma rapidinha, para dar mais uma notícia boa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas eu expliquei o meu otimismo. O meu otimismo foi na direção de não os ver dobrando o aporte em cima dos equívocos do Dilma I.

O SR. NELSON BARBOSA – Nós estamos procurando o reequilíbrio fiscal e recuperar o crescimento o mais rápido possível. E há várias iniciativas. Os senhores sabem que, há mais ou menos um mês, lançamos o Programa de Investimento Logístico. Tive a oportunidade de vir aqui e o apresentei, o senhor fez vários questionamentos, e eu queria agora prestar algumas informações. Já são públicas, mas, às vezes, isso não chegou a V. Exªs.

Nós colocamos em chamada de interesse privado, o chamado PMI, onze rodovias, há mais ou menos um mês, dia 9. O prazo se encerrou na sexta-feira passada. Houve 314 propostas para estudo de viabilidade dessas onze rodovias. O Ministro Antonio Carlos está divulgando o número por cada rodovia. A rodovia que teve menos propostas de estudo teve 21. Houve rodovia que teve 37 propostas de estudo.

Independentemente de orientação ideológica, isso responde para mim com um fato uma pergunta recorrente: o setor de construção no Brasil tem capacidade de atender a esse desafio? Tem. A capacidade de engenharia do Brasil, a capacidade de construção continua a mesma. A resposta a esses novos projetos que o Governo colocou já é um indicador disso.

No caso dos aeroportos, em quatro aeroportos houve 92 interessados em fazer os estudos. No caso do aeroporto de Fortaleza, foi o que teve mais interessados, Senador Jereissati. Foram 25. Vinte e cinco firmas querem se candidatar a fazer o EVTEA do aeroporto de Fortaleza. Agora, o que o Governo tem que fazer? Ele vai selecionar, acho que daqui a um mês, desses 25 – pode ser mais do que um –, quem vai fazer esses estudos. Com certeza vai ser mais de uma firma, e, ao final desse processo, o Governo escolhe o melhor estudo, ou uma combinação deles, para basear o seu edital e fazer a licitação.

Essa é uma prova da capacidade, do dinamismo e da diversificação do setor de engenharia no Brasil.

Voltando à questão tributária. O senhor me pergunta sobre a questão do ICMS. Foi enviada ao Congresso a medida provisória, que, em linhas gerais, mantém aquela ideia de criar dois fundos, um fundo de desenvolvimento regional e um fundo de compensação. A proposta elaborada pelo Ministro Levy coloca como fonte de receita desses fundos a arrecadação que eventualmente se tenha de uma medida de repatriação de recursos do exterior. É uma medida que está em estudo, tanto pelo Ministério da Fazenda quanto pelo Congresso. Na Câmara dos Deputados, o Deputado José Mentor já tem levantado isso há bastante tempo. Aqui, o Senador Delcídio também está estudando isso.

O Ministério da Fazenda está em contato com os Parlamentares para criar um programa de repatriação de capital, e esse programa vai gerar recursos de arrecadação que seriam depositados nesses dois fundos. Uma vez depositados nesses dois fundos, aprovada a resolução de transição... Se não me engano, o número de posse está errado, porque eu li a medida provisória muito rápido. Se não me engano, a transição começa em janeiro de 2017, para dar tempo de se apurar o balanço interestadual, entre os Estados, quem perde, quem

ganha ICMS para distribuir. Estamos com um prazo de pelo menos um ano e meio para entrar em vigor, para que se possa apurar isso.

É essa a medida que ele colocou. Mais detalhes sobre isso, até por ser uma questão do Ministério da Fazenda, acho que o Ministro Levy, oportunamente, vai esclarecer, como deve estar esclarecendo na reunião da Presidência.

Na questão do Proex e do Reintegra, sim, nós tivemos que fazer uma reprogramação desses programas. Nós estamos num esforço de reequilíbrio fiscal que exigiu a readequação do ritmo de gastos de vários programas, incluindo o Proex e o Reintegra. No Reintegra, foi feita uma redução temporária para 1%, com previsão de crescimento gradual disso até atingir os 3%, se não me engano, em 2017 ou 2018.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em 2017.

O SR. NELSON BARBOSA – E, no caso do Proex, no ano passado foi empenhado cerca de R$1 bilhão, e este ano há um compromisso da área econômica de empenhar todo o orçamento, que é R$1,5 bilhão. Seria, então, um aumento de cerca de 50%. Como o câmbio subiu, esse R$1,5 bilhão, em dólares, representa um valor relativamente menor. Aí que está a nossa dificuldade orçamentária.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Subiu aqui e subiu mundo afora!

O SR. NELSON BARBOSA – Mas temos que adequar as duas coisas. Em reais, vamos aumentar o empenho em cerca de 50%. Agora, não vai ser, provavelmente, dado o aumento da competitividade do setor exportador brasileiro e a desvalorização cambial, talvez com esse valor não seja possível atender a todas as demandas existentes, mas estamos trabalhando com o Ministro Armando Monteiro para adequar isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas, e o fato de não estar pagando nem o Reintegra, nem o Proex desde...

O SR. NELSON BARBOSA – Pelas informações que tenho, está pagando isso com um cronograma mais dilatado, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O que é programa mais dilatado?

O SR. NELSON BARBOSA – Você está permitindo aproveitamento de créditos. Quem tem que aproveitar créditos aproveita, quem tem a receber, que já aproveitou todos os créditos, e aí você tem que receber em dinheiro, há um cronograma, um prazo de pagamento estabelecido pelo Ministério da Fazenda.

A questão do PIS/Cofins está em elaboração pelo Ministério da Fazenda. É uma proposta complexa. O Governo trabalha para enviar isso para o Congresso como projeto de lei, para ser discutido, ter tempo para discutir isso, porque é uma mudança que afeta muitos setores. Tanto o Governo quanto o setor privado têm que adequar sistema para se adaptar a isso.

Então, nesse momento, a gente está trabalhando uma proposta de PIS/Cofins. Quando falo "a gente", é especificamente o Ministério da Fazenda, porque esse é um assunto tributário. A Receita Federal está fazendo reuniões com vários setores: fez reunião com setores de serviços, fez reunião com o setor de construção civil.

Tanto os setores de serviços quanto o setor de construção civil propuseram ao Ministério da Fazenda agora, como propuseram a mim quando eu estava no Ministério da Fazenda no passado, que se fizesse essa reforma, mas que se adotassem alíquotas diferenciadas, que houvesse três alíquotas: uma alíquota para a indústria, uma alíquota para a construção civil e uma alíquota para o setor de serviços, justamente para dar conta do problema que V. Exª citou. Se essa vai ser a proposta ou não, está em construção e em negociação pelo Ministério da Fazenda.

Para finalizar – acabou sendo no início – as perguntas do Senador Tasso Jereissati, V. Exª fez uma observação e duas perguntas, mas vou tratar a observação como uma pergunta e tentar responder na sequência.

Sobre 2009 e 2014, eu acho que estamos falando de coisas diferentes, Senador, e é até importante esclarecer. A retração ocorrida em 2009 foi muito maior do que a ocorrida em 2014. Não há dúvida, os números mostram isso. A economia cresceu cerca de 5% em 2008 e caiu 0,5% em 2009. Foi uma retração maior do que a de 2014. Em 2013, a economia havia crescido 2,5%; em 2014, caiu para 0,1%. Ainda assim, uma retração, mas não na mesma magnitude. Eu não quis dizer que a situação de 2014 é a mesma situação macroeconômica de 2009. Em 2009, a retração foi mais forte, concentrada no fim de 18 e no início de 9. E o Governo vai e muda a meta em maio. Foram dois trimestres de situação ruim. E o Governo, no segundo trimestre, propõe a mudança de meta.

Em 2014, a situação veio se deteriorando. Ela se deteriorou mais fortemente, os números mostram. A própria expectativa de crescimento do mercado, quando chega junho e julho, cai. Ela vinha caindo, mas cai mais fortemente no segundo semestre. Eu não quero transformar este debate de opinião em um debate político, mas os números mostram que no segundo semestre de 2014 os indicadores caem muito. E o Governo propõe a mudança da meta em novembro. Se você pegar o *time* disso, em 2009, a piora foi no final de 8 e início de 9, e o

Governo propõe a mudança de meta em maio. A piora ocorre no terceiro trimestre de 2014, a partir de junho e julho, fica clara em setembro e outubro, e o Governo propõe em novembro a mudança de meta. Isso é um fato.

O que eu quero registrar aqui é que a situação é igual a de 2014 do ponto de vista jurídico e orçamentário. Em 2009, o Governo propôs uma mudança de meta ao Congresso Nacional, e já no próximo decreto de programação orçamentária fez a sua programação com base na aprovação do PL que mandou para o Congresso. É nesse sentido que 2009 é igual a 2014. Em 2014 foi feita a mesma coisa: o Governo mandou um PL para o Congresso e, na primeira oportunidade de programação orçamentária, trabalhou com o cenário de aprovação da sua proposta de mudança de meta. No caso de 2014, quando ele editou o decreto, já havia sido aprovado na CMO. Então, é nesse sentido que eu falo que a situação jurídica e orçamentária é a mesma. A situação econômica é diferente.

Por último, com relação à pergunta sobre a meta fiscal de 2015. A meta fiscal é a meta fixada na LDO, aprovada pelo Congresso Nacional. A meta é 1,2%. Nós adotamos, no último decreto de programação orçamentária de maio – é sempre mês ímpar –, as medidas necessárias para cumprir essa meta. Tem ocorrido uma frustração de receitas, é de amplo conhecimento da sociedade e de amplo conhecimento do Senado. Nós estamos agora no processo de reavaliação de cenário, revisão de cenário, para publicar o nosso próximo relatório de programação financeira e nossa programação. Isso vai ser feito na próxima semana. Ainda não há uma decisão tomada sobre isso. O Governo trabalha, tomou as medidas necessárias para o cumprimento da meta fixada e aprovada pelo Congresso Nacional. Dentro do processo que segue a LDO, nós estamos agora fazendo um novo relatório e vamos nos manifestar sobre isso na próxima semana.

Também estamos, no processo de aumentar a transparência e a credibilidade da política fiscal, seguindo esse ritual, seguindo um cronograma em que nós nos manifestamos sobre decisões tomadas. Enquanto a decisão não está tomada, não nos cabe manifestar a respeito. Assim como o Banco Central não diz o que vai fazer com a taxa de juros. O Banco Central explica o que ele fez com a taxa de juros. É nesse sentido que a discussão orçamentária está ocorrendo no Governo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 4 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos, do dia dezessete de junho de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Paulo Paim, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Wilder Morais, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Rose de Freitas, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. O Presidente registra a presença do ex-Ministro da Saúde José Agenor Álvares da Silva. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à leitura do expediente sobre a mesa. A Presidência comunica o recebimento de Aviso nº 627, que encaminha cópia do Acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO sobre auditoria com o objetivo de oferecer um panorama sobre o tema Trabalho e a atuação do TCU. Após leitura do expediente, passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1- MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Presidente da República. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora KARLA SANTA CRUZ COELHO, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor André Longo Araújo de Melo. Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: A Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, opina pela APROVAÇÃO do nome da Senhora KARLA SANTA CRUZ COELHO para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, por 19 (dezenove) votos SIM, 1 (um) voto NÃO e nenhuma abstenção. Relatoria: Senadora Angela Portela. ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 25, de 2015. - Não Terminativo - Autoria: Presidente da República. Submete à apreciação do

Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor FERNANDO MENDES GARCIA NETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Jaime César de Moura Oliveira. Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: A Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, opina pela APROVAÇÃO do nome do Senhor FERNANDO MENDES GARCIA NETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, por 19 (dezenove) votos SIM, 1 (um) voto NÃO e nenhuma abstenção. Relatoria: Senador João Alberto Souza. ITEM 3 - MENSAGEM (SF) Nº 24, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Presidente da República. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano. Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: A Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, opina pela APROVAÇÃO do nome do Senhor JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, por 19 (dezenove) votos SIM, 1 (um) voto NÃO e nenhuma abstenção. Relatoria: Senador Elmano Férrer (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Waldemir Moka. EXTRAPAUTA - ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 25, de 2015. Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater os problemas enfrentados pelo sistema de saúde diante do elevado número de mortes por infecção pela superbactéria KPC. Pretende-se discutir os meios de contaminação, tratamento e as medidas que as autoridades públicas de saúde do País têm adotado para encontrar solução para o problema. Solicita-se a participação dos seguintes expositores: Sr. Arthur Chioro, Ministro de Estado da Saúde; Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologistas; Diretor Clínico do Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE, Dr. Marcos Kruger; Diretora Geral do Hospital de Base de Brasília, Dra. Ana Patrícia de Paulo; e Gerente de Tecnologia em serviços de saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dr. Heder Murari Borba. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Resultado: Aprovado. ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 26, de 2015. Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os problemas enfrentados pelos pacientes com doenças renais que necessitam de hemodiálise ou que estejam na fila de espera para transplante de rim. Pretende-se ainda discutir as dificuldades de acesso aos medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a baixa remuneração das sessões de diálise realizadas nos pacientes do SUS e a necessidade de renovar os equipamentos e de melhorar a capacitação dos funcionários dos centros de hemodiálise do País. Solicita-se a participação dos seguintes expositores: Sr. Arthur Chioro, Ministro de Estado da Saúde; Sra. Carmen Tzanno Branco Martins, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN); Sr. Hélio Vida Cassi, Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante (ABCDT); Membro do Ministério Público; Sr. José Roberto Nogueira, nefrologista em Aracaju. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Humberto Costa, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Otto Alencar, Dalirio Beber, Roberto Rocha, Eduardo Amorim, e as Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 627, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão sob auditoria, com o objetivo de oferecer um panorama sobre o tema Trabalho e Atuação no Tribunal.

Informo que, ao envio do material, ficará à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Nós apresentamos dois requerimentos, Sr. Presidente. Um trata de uma solicitação, para que possamos discutir a questão da hemodiálise e dos transplantes renais no nosso País.

Pessoas são vítimas todos os dias e passam por esse sofrimento no meu Estado, e creio que nos outros Estados, no Estado do Senador Moka e no da Senadora Ângela, não seja diferente. Vivemos um momento extremamente difícil com essas pessoas. É um sofrimento enorme, quando na verdade, se os transplantes fossem estimulados e feitos, evitaríamos todo esse sofrimento; além da defasagem em equipamentos e da falta de condições dignas para trabalhar.

Então, apresentamos esses requerimentos.

Outro é para discutir o aparecimento de superbactérias em grandes hospitais deste País, a exemplo aqui do Hospital de Base e também do Hospital de Urgência de Sergipe, onde pessoas têm sido vítimas diariamente. Em UTIs, leitos são fechados por conta do surgimento dessa bactéria, muitas vezes devido às más condições de trabalho e do ambiente propício para que essas bactérias se desenvolvam. E muitos cidadãos têm ido a óbito por essa omissão.

Então, apresentamos dois requerimentos para discutir esses assuntos juntamente com o Ministério da Saúde e com outras autoridades.

Sr. Presidente, queria uma inversão para que fossem incluídos extrapauta e, se possível, que apreciássemos esses requerimentos até antes mesmo da sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Os Srs. Senadores que estão de acordo com a proposta do Senador Eduardo Amorim permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vamos votar primeiro esses requerimentos, e em seguida eu concederei a palavra a V. Exª.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 25, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater os problemas enfrentados pelo sistema de saúde diante do elevado número de mortes por infecção pela superbactéria KPC. Pretende-se discutir os meios de contaminação, tratamento e as medidas que as autoridades públicas de saúde do País têm adotado para encontrar solução para o problema.

Solicita-se a participação dos seguintes expositores:

• Sr. Arthur Chioro, Ministro de Estado da Saúde;

• Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologistas;

• Diretor Clínico do Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE, Dr. Marcos Kruger;

• Diretora Geral do Hospital de Base de Brasília, Dra. Ana Patrícia de Paulo; e

• Gerente de Tecnologia em serviços de saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dr. Heder Murari Borba.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria:

Relatório:

Observações:

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 26, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os problemas enfrentados pelos pacientes com doenças renais que necessitam de hemodiálise ou que estejam na fila de espera para transplante de rim. Pretende-se ainda discutir as dificuldades de acesso aos medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a baixa remuneração das sessões de diálise realizadas nos pacientes do SUS e a necessidade de renovar os equipamentos e de melhorar a capacitação dos funcionários dos centros de hemodiálise do País.
Solicita-se a participação dos seguintes expositores:
• Sr. Arthur Chioro, Ministro de Estado da Saúde;
• Sra. Carmen Tzanno Branco Martins, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN);
• Sr. Hélio Vida Cassi, Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante (ABCDT);
• Membro do Ministério Público;
• Sr. José Roberto Nogueira, nefrologista em Aracaju.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Em discussão os dois requerimentos. (Pausa.)
Em votação.
O Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovados.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Sr. Presidente e colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Tem a palavra a Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão quanto à metodologia da sabatina. Que V. Exª convidasse os sabatinados e, enquanto os Srs. Senadores fossem fazendo os questionamentos, se pudesse abrir a votação dos três.

É uma sugestão que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nós, creio que até por uma questão de prudência, deveríamos, nesta parte, cumprir o que estabelece o Regimento. Nós ouviríamos a exposição dos candidatos e, em seguida, na fase de interpelação, atenderíamos o que propõe V. Exª.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – É o que eu estou solicitando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito bem, então...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Mesmo porque, Sr. Presidente, reforçando o pedido da Senadora Ângela, nós também temos, em outras comissões, como na CCJ, mais dez sabatinas. Acredite! São dez lá; três aqui e dez lá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu também sou membro da Comissão de Constituição e Justiça e devo ali comparecer em dado momento.

Bom, atendido o pleito da Senadora Ângela Portela.

A presente reunião destina-se à arguição pública dos candidatos indicados pela Presidente da República para ocuparem cargos de diretoria na Agência Nacional de Saúde Suplementar e na Agência de Vigilância Sanitária.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome

da Senhora KARLA SANTA CRUZ COELHO, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor André Longo Araújo de Melo.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Observações:
- Em 27.05.2015, lido o Relatório, o Presidente concedeu, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão (art. 383, II, b, RISF).
- Votação procedida por escrutínio secreto (art. 383, VI, RISF).

A mensagem seguinte, de nº 24, submete o nome do Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, vaga decorrente do término do mandato do Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano. O Senador Elmano Férrer é o Relator.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 24, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Observações:
- Em 10.06.2015, lido o Relatório, o Presidente concedeu, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão (art. 383, II, b, RISF).
- Votação procedida por escrutínio secreto (art. 383, VI, RISF).

E a mensagem nº 25 submete o nome do Sr. Fernando Mendes Garcia Neto, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na vaga decorrente da renúncia do Sr. Jaime César de Moura Oliveira; Senador João Alberto Souza, Relator.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 25, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor FERNANDO MENDES GARCIA NETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Jaime César de Moura Oliveira.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Observações:
- Em 03.06.2015, lido o Relatório, o Presidente concedeu, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão (art. 383, II, b, RISF).
- Votação procedida por escrutínio secreto (art. 383, VI, RISF).

Lidos os relatórios anteriormente, esta Presidência concedeu, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão, em cumprimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado. As votações serão realizadas por escrutínio secreto, na forma, também, do Regimento.

Convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos os indicados: Srª Karla Santa Cruz Coelho, Fernando Mendes Garcia Neto e Jarbas Barbosa da Silva Júnior. (Pausa.)

Concedo a palavra aos Relatores para suas considerações.

Em primeiro lugar, a Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, gostaria apenas de destacar alguns pontos do nosso parecer, que indica a Drª Karla Santa Cruz Coelho para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementa, até pra lembrar aqui, porque o relatório foi lido na semana atrasada, alguns pontos que são importantes para a apreciação dos Senadores.

A Drª Karla é médica, fez curso de residência médica em Medicina de adolescentes na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Nessa mesma universidade, obteve os títulos de mestre e de doutora, cujas teses eram na área de Epidemiologia e Saúde Coletiva. Foi aprovada em concurso público realizado em 2009. A indicada é professora adjunta da saúde coletiva do curso de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nessa instituição, além de exercer atividade nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, publicou diversos livros e artigos na área de saúde suplementar. Ela participa de várias entidades científicas, tais como a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias em Saúde, a Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde, a Rede Cegonha do Ministério da Saúde, entre outras. É membro da Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva. Desde 2001, atua na Agência Nacional Saúde Suplementar, onde atualmente é Gerente de Assistência à Saúde na Diretoria de Normas e Habilitação de Produtos. Como gestora pública, exerce funções de planejamento e elaboração de políticas públicas na área de saúde.

Então, diante do histórico profissional da Drª Karla, apresentado aqui nesse breve resumo, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação da Srª Karla Santa Cruz Coelho para o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Eu queria aproveitar e já fazer uma pergunta pra ela diante desse grande desafio da saúde pública em nosso País. Um grande desafio são as ações fiscalizadoras e o aumento de reclamações dos consumidores dos planos de saúde na Justiça, o que chamamos de judicialização da saúde.

O que a senhora tem a dizer sobre isso, Drª Karla?

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador João Alberto para aduzir considerações ao seu relatório inicial, se for o caso.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sr. Presidente Edison Lobão, nossa Vice-Presidente Maria do Carmo Alves, eu só diria que o indicado, Dr. Fernando Mendes Garcia Neto, pelo apresentado, demonstra ser um exímio administrador: secretário adjunto, secretário de saúde, assistente técnico, diretor de departamento, parecendo-me muito apropriado a exercer o cargo para o qual foi indicado.

Além do relatório, nada mais eu tenho a acrescentar. Pelo que apresentou, eu o considero um homem público de valor e que muito fará pelo cargo que ora pleiteia assumir na Anvisa.

Eram as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O terceiro Relator, o Senador Elmano Férrer, está a caminho, porém ainda não chegou.

Enquanto isso, eu vou conceder a palavra à Drª Karla Santa Cruz Coelho por dez minutos, e, em seguida, os Srs. Senadores farão as indagações que pretenderem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Tem a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, longe de substituir o Relator, Senador Elmano, do Piauí, mas eu queria dar um testemunho pessoal aqui sobre o nome do Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior. É, sem dúvida alguma, um currículo exemplar, de carreira pública, com formação extremamente cuidadosa, extremamente técnica, e que vem, exatamente, num momento em que nós precisamos dotar essas agências desse tipo de currículo, de pessoas que tenham uma formação técnica específica na área, porque as demandas, além de serem muito grandes, são muito específicas.

Então, enquanto o Senador Elmano não chega, eu queria dizer que vários Senadores... A gente vê isso, e não me pediu nenhuma reserva. Ele trabalhou com vários dos nossos Senadores, como Governador de Estado, Ministro da Saúde. Então, o Dr. Jarbas é, sem dúvida nenhuma, assim como o Fernando e a Drª Karla... Eu fico muito feliz quando eu vejo pessoas com currículos desse nível serem sabatinadas.

É apenas um testemunho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senador Moka.

Concedo a palavra à Drª Karla Santa Cruz Coelho.

A SRª KARLA SANTA CRUZ COELHO – Bom dia a todos.

Inicialmente eu gostaria de cumprimentar o Exmo Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais do Senado, Senador Edison Lobão, pela acolhida; a Exma Senadora Ângela Portela pelas palavras de apoio neste processo, que tive a honra de ter como Relatora neste processo de avaliação da minha indicação a uma das diretorias da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS.

Exmos Senadores e Senadoras aqui presentes, diretores, amigos e colegas da ANS, além de familiares, eu gostaria, primeiramente, de agradecer a confiança em mim depositada pela Exma Presidente da República e pelo ilustre Ministro da Saúde. Sou médica, inscrita no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, nasci em Recife, Pernambuco. Iniciei meus estudos na área de saúde na Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense em 1988.

Fiz residência médica em Medicina de adolescentes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Como médica, trabalhei na atenção primária em Vila Isabel, envolvendo-me com atividades comunitárias e treinamento de alunos e profissionais visitantes. Nessa época, fui professora substituta da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ. Publiquei capítulos, livros e artigos científicos sobre os temas relevantes de saúde, como crescimento e desenvolvimento puberal, saúde reprodutiva e contracepção, prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e aids, e prevenção ao abuso de drogas.

Em 1999, ingressei no mestrado em saúde coletiva na área de Epidemiologia. Também trabalhei em consultórios, hospitais e serviços de emergência, como no Hospital Sírio Libanês e no Hospital Italiano, no Rio de Janeiro. Fui aprovada por concurso público e atuei como médica epidemiologista também no Município do Rio de Janeiro em 2000.

Durante esses anos, vivenciei experiências nos serviços de saúde públicos e privados e pude compreender a complexidade do sistema de saúde no Brasil. Busquei o aperfeiçoamento na formação acadêmica e obtive o título de Doutora com a tese "Indicadores Materno Neonatais na Saúde Suplementar", em 2004. Essa tese foi fruto do trabalho desenvolvido com sistemas de informações e base de dados das informações de Atenção à Saúde e Saúde da Mulher na Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Há 14 anos, trabalho na ANS. Assumi diversos cargos de gestão na área de saúde suplementar na Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos. Coordenei várias atividades, como elaboração dos sistemas de informações, atualização do rol de procedimentos e eventos em saúde, que é a cobertura mínima obrigatória, estímulo ao parto normal, ações de promoção e prevenção, entre outras. Participei de comissões, como a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias, a Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias, a Rede Cegonha.

Sou membro da Associação Brasileira de Pós- Graduação em Saúde Coletiva, do Health Technology Assessment International e do Guidelines International Network, tendo participado de eventos e cursos internacionais na América Latina, Europa e Estados Unidos. Participei também de bancas examinadoras de dissertações de teses de mestrado e doutorado na área de saúde.

Em 2009, reafirmei meu compromisso com a vida acadêmica e com a docência, quando fui aprovada para o concurso de professora de saúde coletiva do curso de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no campus Macaé. Na ocasião, pude acompanhar os alunos na rede de atenção à saúde no Município e realizar atividades de extensão e pesquisa na área.

Em 2011, recebi o convite para assumir o cargo de gerente na área de Atenção à Saúde da Diretoria de Normas e Habilitações de Produtos, área responsável pela atualização do rol de procedimentos, publicação de diretrizes clínicas, formulação de estratégias, ações de incentivo ao parto normal, assistência farmacêutica, avaliação de tecnologias, entre outras.

Dentre as atribuições da ANS, destaco o processo de revisão, que define que a cobertura mínima é obrigatória, agora em consulta pública. Nessa área, coordenei as últimas sete revisões do rol de procedimentos, onde participam todos os atores do setor: consumidores, operadoras, prestadores de serviços, sociedades médicas, órgãos de defesa do consumidor e conselhos de profissionais da área de saúde. Construímos um processo transparente e democrático.

Coordenei também o processo de incorporação de medicamentos orais para o câncer e para o controle de eventos adversos. Essa experiência foi relatada no livro Avanços da Oncologia na Saúde Suplementar, em 2014. Outro tema sob minha responsabilidade foi a construção e implementação de ações para o estímulo ao parto normal, que resultaram na publicação de resolução normativa, pois hoje nós temos uma epidemia de cesarianas no Brasil: 84% dos partos realizados no Brasil são por essa via nos planos de saúde. Essa discussão foi objeto de diversas reportagens, com repercussão no exterior e no Brasil, inclusive com publicação da Organização Mundial de Saúde. Ressalto a importância do tema para o aprimoramento da assistência prestada pelas operadoras de planos de saúde para as mulheres e bebês que nascem no nosso País.

A saúde é um mercado complexo, grande, com interface no sistema público de saúde. Atualmente, existem 1,4 mil operadoras com registro ativo no Brasil.

São 50 milhões de consumidores em planos de assistência médica, 21 milhões em planos de assistência odontológica. Ou seja, uma em cada quatro pessoas no Brasil têm plano privado de assistência à saúde.

Em 2004, foram realizadas 56 milhões de terapias, 280 milhões de consultas médicas, quase 10 milhões de internações e 766 milhões de exames complementares. Esse mercado exige intenso trabalho dos técnicos da ANS, servidores muito qualificados e comprometidos. Não poderia deixar de mencioná-los aqui, já que, sem eles, nada disso seria possível. Meu agradecimento a eles por estar aqui.

A sociedade brasileira sabe da necessidade de instituições públicas fortes com servidores comprometidos e eficientes na defesa do interesse público, fundamentados no preceito da moral, da ética, da impessoalidade e da legalidade.

Nesses 15 anos de trabalho na ANS, nos quais estive presente em 14 anos, reflito que é preciso, além de aprimorar os processos de trabalho, avançar na inovação com diálogo e transparência.

Esses desafios são colocados para questões como a relação entre as operadoras e os prestadores de serviço, os hospitais e os profissionais médicos, dentistas e demais profissionais da área de saúde.

Portanto, é preciso implementar redes de cuidado que atuem de forma sinérgica e possam realmente ser cuidadoras, dando respostas efetivas aos usuários de planos de saúde, pois eles são o foco do nosso trabalho.

Outras questões importantes que eu destaco: a identificação das diferentes características regionais apresentadas no Brasil, um país continental como o nosso, além do aprimoramento do ressarcimento ao SUS, da fiscalização dos planos de saúde, da incorporação de tecnologia de forma crítica e de ações voltadas para a população idosa do nosso País, dando respostas ao envelhecimento populacional, que, em 30 décadas, foi responsável pela transição epidemiológica pela qual passamos, com o aumento da obesidade, do sedentarismo e o surgimento de doenças crônicas.

É necessário mudar o modelo assistencial, para que possamos ter uma saúde de qualidade, acesso adequado e em tempo hábil, com foco na promoção da saúde e não somente no cuidado das doenças.

Após 14 anos trabalhando com saúde suplementar, recebo esta indicação como fruto da convergência entre o meu interesse profissional e acadêmico e o trabalho, com paixão, que venho desenvolvendo como gestora pública na ANS.

Quero continuar a contribuir para aprimorar as relações desse mercado tão sensível e conto com a ajuda dos senhores nessa tarefa. Uma gestora necessita do apoio do legislador não só agora, mas também na construção de um sistema de saúde suplementar justo, equilibrado e sustentável.

Desde já, coloco-me à disposição de V. Exªs para prestar outros esclarecimentos que forem necessários.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito grato à Drª Karla.

Vamos, então, passar à exposição do Dr. Fernando Mendes Garcia Neto, também por dez minutos.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Bom dia a todos!

Exmo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Edison Lobão; Exmo Sr. Relator, Senador João Alberto Souza, Exmas Srªs Senadoras e Exmos Srs. Senadores aqui presentes, demais autoridades, senhoras e senhores, compareço a esta digna Comissão na condição de indicado a Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), submetendo-me ao crivo constitucional desta instituição com consciência, satisfação e grande motivação.

Ao apresentar-me a esta Comissão, por primeiro expresso minha profunda gratidão à Presidente Dilma Rousseff pela confiança em mim depositada ao indicar meu nome à apreciação deste Senado Federal.

Sou cirurgião-dentista, profissional da área de saúde por vocação e formação. Há muito elegi o serviço público como área de atuação profissional por permitir-me idealizar que minha atuação como profissional de saúde seria mais proveitosa se dirigida à coletividade.

Para além de ser o direito à saúde, por determinação constitucional, direito de todos e dever do Estado, tenho em mim que não errei de ideal. São mais de 30 anos de atividade pública nos quais empreendi esforços em vários níveis de atuação profissional. Servi inicialmente à municipalidade.

Estive presente em funções de gestão de saúde pública no Município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, especialmente na Secretaria da Saúde. Atuei naquela secretaria desde a diretoria do Departamento de Odontologia, passando pelas funções de assistente técnico e secretário adjunto até a assunção ao cargo de secretário municipal de saúde.

Nesse agir de circunscrição municipal, pude ainda consentir-me a atuar em paralelo como docente da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Mais adiante, assente em minhas experiências de gestão pública, ousei integrar a Administração Pública Federal. Iniciei minha atuação nessa esfera no Ministério da Saúde, como diretor substituto do DATASUS e na coordenação do Cartão Nacional de Saúde.

Seguindo em nível gerencial, pude aperfeiçoar minhas habilidades e inclinações de gestor na Administração Pública, ao assumir sucessivamente as Coordenadorias Gerais de Fomento e Cooperação Técnica e de Gestão de Projetos no DATASUS; a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Conselho Fiscal da Embrapa; e a Secretaria Executiva, em substituição eventual, no mesmo ministério.

Insistindo em minha vinculação profissional com o serviço público de conservação e de gestão de saúde, após assumir a Gerência de Sistemas de Informação na Gerência Geral de Gestão de Tecnologia da Informação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, atualmente estou como adjunto do diretor da Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, na mesma agência.

Nessa intensa atividade laboral, no curso da minha vida profissional, procurei ainda manter-me cientificamente atualizado pela participação frequente em congressos, jornadas, encontros e seminários, especialmente destinados à otimização em técnicas de conservação da saúde ou em outras específicas de gestão pública.

Com essa trajetória de serviço público prestado, considero-me apto a almejar o cargo de diretor da Anvisa, porque enxergo nessa possibilidade de assunção funcional, além do reconhecimento público da minha atuação laboral, uma expressiva ascensão profissional, pela especial oportunidade de servir à coletividade, em amplitude nacional, na minha área de atuação científica e profissional.

Se a mim for dada a honra de merecer a confiança de V. Exªs, com a aprovação do meu nome, inicialmente nesta Comissão e posteriormente no plenário deste Senado, estejam certos do meu compromisso em desempenhar minhas atribuições com motivação e determinação, dedicando todo meu cabedal acadêmico e experiência profissional em prol da efetiva missão legal e institucional da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Ciente da responsabilidade de V. Exªs no assentimento aos profissionais indicados à direção das agências reguladoras, incumbência constitucionalmente atribuída a esta Casa Legislativa, devo afirmar, não para amainar a responsabilidade do encargo constitucional desta Casa, mas na tentativa de agregar subsídios materiais aos fundamentos da decisão, que conheço, deles entendendo, os mecanismos e as ações de vigilância sanitária, seus propósitos embrionários, sua evolução normativa no Brasil, bem como sua realidade e seus desafios.

Remonto ao período colonial as atividades de vigilância sanitária e a normatização das limpezas das cidades. Daquela época até os dias de hoje, houve uma sentida evolução na normatização da vigilância sanitária e na forma de execução dos serviços inerentes a ela. Registra-se, no decurso desse tempo, em aperfeiçoamento institucional e de procedimentos, o surgimento do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1923; do Ministério da Educação e Saúde, em 1930; do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, em 1937; do Ministério da Saúde, em 1953; do Código Nacional da Saúde, em 1961; do Sistema Nacional de Saúde, em 1975; e da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, em 1976.

Posteriormente, em sintonia com o marco histórico brasileiro, definido pela promulgação da Constituição de 1988, a vigilância sanitária no Brasil ganhou importância constitucional ao ser inserida dentro da ação da saúde, em título que tratou da ordem social. Diante desse adquirido prestígio constitucional e para reforçar o seu papel de garantir a melhoria da qualidade de vida da população, por meio de suas ações regulatórias e de controle, a vigilância sanitária passou a integrar o conjunto de competências do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080.

Contudo, a estrutura da antiga vigilância sanitária carecia de melhor aparelhamento institucional para que fosse possível a implantação ampla e segura de uma diretriz nacional de vigilância sanitária.

Nessa evolução institucional lógica, em busca do efetivo controle sanitário do Brasil, foi criada, em 1999, por meio da Lei nº 9.782, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com autonomia financeira, pessoal e estrutura administrativa própria. Inserida no SUS, a Anvisa absorveu grande responsabilidade institucional na proteção da saúde da população brasileira, obrigando-se, em seu mister operacional, a se manter em constante atualização tecnológica para mitigar os possíveis focos de vulnerabilidade do sistema. Em sintonia permanente com as políticas públicas de saúde definidas pelo Ministério da Saúde, coube à Anvisa definir para a população o caminho seguro de acesso a produtos e serviços de saúde, prevendo e mensurando riscos, criando alternativas e reduzindo custos. Isso em operação de controle e regulação de áreas produtivas, cuja modernidade incluiu produtos oriundos de materiais sintéticos, materiais naturais ou híbridos, em escalas normais ou nanoestruturados, ou obtidos por itinerários biotecnológicos, associados a terapias celulares e Engenharia Genética.

Esse cenário complexo de constante avanço tecnológico impôs à Anvisa a busca incessante da atualização do seu conhecimento científico pela contínua qualificação dos seus servidores e gestores, em âmbito nacional e internacional, por meio de parcerias com universidades e institutos de pesquisa e desenvolvimento,

para o alcance do domínio de novas tecnologias e o pleno conhecimento dos riscos envolvidos na liberação de produtos e serviços ligados à saúde. Some-se a isso o contínuo investimento no trabalho desenvolvido na agência, de construção de novos e eficazes sistemas de informação que facilitem ou simplifiquem os processos de trabalho, mormente as operações de análise dos produtos e serviços, mantendo-se o imprescindível foco no risco sanitário envolvido na distribuição e consumo deles.

No escopo da regulação e controle da Anvisa, estão as atividades produtivas e de comercialização de agrotóxicos, alimentos, cosméticos, derivados do tabaco...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – ...insumos farmacêuticos, serviços laboratoriais, medicamentos, controle sanitário de portos, aeroportos e fronteiras, produtos para a saúde, saneantes, sangue, tecidos e órgãos, sistema de vigilância farmacológica e toxicológica e serviços de saúde.

É notória, portanto, a importância e a influência da atuação da Anvisa na economia brasileira, porque seu escopo regulatório alcança, estima-se, 25% dos setores que compõem Produto Interno Bruto do Brasil.

Diante de sua ampla área de atuação e a consequente repercussão econômica dessa atuação institucional, tem a Anvisa esmerado a sua operosidade com vistas a promover a necessária agilidade nos processos de regulação de novos produtos, sejam eles de produção nacional ou estrangeiros. Nesse mister operativo, a agência vem promovendo ações efetivas à desconcentração de suas atividades, aproximando suas decisões dos locais onde ocorrem as ações e os fatos sujeitos à regulação e controle. Esse desenvolvimento distributivo foi sempre orientado para o estabelecimento de metas propostas, em conformidade com as peculiaridades e demandas dos Estados e Municípios, a correta estruturação de pessoal, de máquinas e equipamentos nos órgãos locais, o sistema de vigilância sanitária, a construção e uso de indicadores de avaliação que assegurem conclusões reais e precisas das situações locais e a definição de um adequado fluxo de informações e de protocolos que dão suporte ao planejamento e à eficácia de ações descentralizadas de vigilância sanitária. Tudo isso em prol do estabelecimento e de um elevado e preciso nível de resolutividade de demandas nas unidades operacionais. Construiu-se e segue-se ampliando, pela desconcentração das ações regulatórias e de controle, um ambiente de responsabilização descentralizado, para o qual se exige também um contínuo aperfeiçoamento técnico dos seus gestores e servidores.

Nessa realidade operativa, vê-se com nitidez a busca incessante da Anvisa, no cumprimento de sua missão institucional,...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – ...pela eficiência na regulação e controle de riscos sanitários de pré e pós-mercado. É uma agência ainda jovem, se comparada às suas congêneres em outros países, mas é uma agência que se vem firmando no seu proceder regulatório como uma entidade reconhecidamente operativa num país de dimensões continentais, cujas atividades de controle se apresentam sempre mais dificultosas.

Com essa batelada de atribuições e obrigações, indiscutíveis serem muitas as responsabilidades de gestão da Anvisa e o reflexo dela nas obrigações funcionais e de seus diretores. Gerenciar e aperfeiçoar os talentos do quadro funcional da agência; organizar e estruturar os recursos materiais, desenvolver e projetar as atividades institucionais e legais da agência são funções naturalmente inseridas nas atribuições dos diretores da Anvisa.

Entendo, por fim, que devemos continuar uma Anvisa forte e prestigiada, que continue a ocupar o seu lugar no cenário político, social e econômico do Brasil, uma agência à altura dos seus talentosos servidores. Que continue a colaborar efetivamente no desenvolvimento econômico do Brasil e na construção de uma sociedade mais saudável e, portanto, mais justa e solidária, como determina a nossa Constituição.

Agradeço a atenção a todos e coloco-me à inteira disposição de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Fernando Mendes Garcia Neto.

Concedo a palavra ao Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Bom dia.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Exmo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Edison Lobão; ao nosso Relator, Senador Elmano Férrer; e a todos os Senadores e Senadoras pela acolhida. Eu tive a oportunidade de conversar ainda que brevemente com os Senadores, entregando-lhes a argumentação escrita, o currículo. E sempre tivemos a acolhida muito boa no sentido de haver um interesse. E vários deles levantaram, já nessas conversas informais, temas importantes para a vida da Anvisa. E fizeram questionamentos que nós, que estamos sendo avaliados como diretores, e a própria Anvisa, no seu futuro, precisamos efetivamente levar em conta e buscar responder.

Gostaria de agradecer muito a confiança depositada em mim pela Presidente Dilma Rousseff ao indicar meu nome para Diretor da Anvisa; ao Ministro Arthur Chioro, que é um antigo companheiro de participação no

Sistema Único de Saúde. Já tive oportunidade de trabalhar com ele em outras oportunidades no Ministério da Saúde e, agora, trabalhar sob a sua liderança no Ministério da Saúde e perceber a dedicação e a competência que ele tem emprestado ao cargo.

Gostaria de, na pessoa do ex-Ministro Agenor Alves, aqui presente, agradecer a presença dos técnicos e gerentes do Ministério da Saúde aqui presentes; na pessoa do diretor e presidente interino da Anvisa, José Carlos Moutinho, agradecer a presença dos técnicos e gerentes da Anvisa. E, em nome do Presidente José Carlos Abrahão, da ANS, também agradecer a presença dos técnicos e dirigentes da ANS.

Eu, muito brevemente, farei uma síntese. O relatório já foi lido aqui na CAS, mas eu gostaria apenas de enfatizar alguns pontos.

Eu sou pernambucano. Tenho a honra de ser conterrâneo da colega de sabatina, Drª Karla Santa Cruz. Sou pernambucano de Recife também. Terminei lá minha graduação em Medicina e, logo depois de formado em Medicina, fiz uma opção por saúde pública. Fiz a especialização em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. Fiz outra especialização em Epidemiologia pela Escola Nacional de Saúde Pública também da Fiocruz. Fiz, depois, um mestrado em saúde coletiva na Unicamp. Terminei em 1995, e, nessa mesma universidade, fiz o doutorado. Terminei em 2004, com a tese sobre uma avaliação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, que buscou avaliar como o sistema nacional de saúde se comportava nesse particular.

Tive outras formações complementares também, alguns cursos internacionais na área de Epidemiologia e gestão de serviço. Tive uma atuação profissional vinculada à saúde pública ainda antes do SUS. Assim que terminei a faculdade, comecei a trabalhar com saúde pública. Assisti e participei do começo da construção ainda do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, o SUDS, e depois do SUS. Fui médico da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco por muito tempo. Tive de pedir depois exoneração para evitar acúmulo de cargo.

Sou professor licenciado de Medicina Preventiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco, professor adjunto. Fui coordenador do Programa de DST/Aids de Pernambuco, o primeiro coordenador.

No começo dos anos 90, eu fui Secretário Municipal de Saúde de Olinda, onde pude ter a experiência de gerir um sistema de saúde local, com todos os desafios que nós temos, pela responsabilidade primária da prestação de serviços de saúde. Tive a honra também de ser Secretário Estadual de Saúde do meu Estado de Pernambuco, durante os anos de 1995 e 1996. Em 1997, eu fui convidado, pelo então Ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, a vir integrar o Ministério da Saúde como diretor do Centro Nacional de Epidemiologia, que era responsável pelas ações de vigilância, prevenção e controle de doenças. Depois, permaneci nesse cargo, quando o, atualmente, Senador José Serra, foi Ministro da Saúde; e, depois, permaneci nesse cargo com o Ministro Barjas Negri. Em 2003, o atualmente Senador Humberto Costa foi nomeado ministro e me convidou a integrar uma nova estrutura do ministério, a Secretaria de Vigilância em Saúde, que reunia as atribuições do então Cenepi (Centro Nacional de Epidemiologia), com outras atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças que, naquela época, estavam em outros órgãos.

Tive a honra de ser o primeiro Secretário de Vigilância em Saúde do ministério, na gestão do então Ministro Humberto Costa. Também tive esse mesmo cargo quando o Ministro Humberto Costa foi substituído pelo atual Deputado Saraiva Felipe. E tive a honra também de permanecer neste cargo com o Ministro Agenor Alves que, inclusive, depois, me fez o convite para assumir a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde durante seis meses.

Aí, estávamos em 2006, e eu achava que, depois de dez anos no Ministério da Saúde, era bom para mim, era bom para a instituição, haver um certo período de renovação e me submeti a um concurso internacional. Fui, então, selecionado para ser o gerente da área de Vigilância e Prevenção e Controle de Doenças da Organização Pan-Americana de Saúde, em Washington, onde fiquei até 2010. Em 2010, eu voltei para o Brasil, depois de três anos e cinco meses na Organização Pan-Americana de Saúde, e assumi um posto, do qual eu estava licenciado, para a Opas, que é meu posto funcional de origem, como Consultor Legislativo do Senado Federal, para o qual entrei por concurso público, em 2002, e obtive o primeiro lugar na área de consultoria legislativa do setor de saúde.

Trabalhei aqui na Consultoria Legislativa até que o Ministro Padilha, ao ser indicado Ministro da Saúde, me convidou a voltar ao ministério como Secretário de Vigilância em Saúde. O Ministro Arthur Chioro, quando assumiu, me convidou a permanecer na Secretaria de Vigilância em Saúde e, em janeiro deste ano, me convidou a assumir a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. E, agora – de maneira honrosa para mim –, trouxe a indicação, a ser submetida a V. Exªs, para eu assumir a Diretoria da Anvisa.

Eu tenho participado também de outras experiências internacionais. Tive a honra de representar o Brasil em organismos internacionais. Fui representante do Brasil no Comitê Executivo da Organização Pan-Americana de Saúde, onde exerci o cargo de presidente desse órgão colegiado da Organização Pan-Americana de Saúde

durante um ano, que era o mandato do Brasil. Sou, atualmente, Vice-Presidente do Conselho Executivo da Organização Mundial de Saúde, também representando nosso País, o que me deu uma experiência importante de conhecer outras experiências, outras realidades e a de aperfeiçoar, eu creio, a minha vocação de trabalhar em equipe e de participar de órgãos colegiados, buscando construir consensos.

Participei de mais de 200 congressos, seminários e eventos no Brasil e no exterior como palestrante, participante de mesas-redondas, e sou autor e coautor de cerca de 70 artigos científicos, capítulos e livros sobre temas variados da área de saúde pública.

Por essa experiência profissional, eu creio que me sinto capacitado a me apresentar diante de V. Exªs como um possível candidato a exercer o cargo de diretor da Anvisa, cargo a que eu quero me dedicar, se aprovado pelos senhores e pelo Plenário, com toda minha experiência e com toda minha vinculação ao serviço público em área de saúde.

Muito rapidamente, Srs. Senadores, eu gostaria de dizer que a Anvisa é extremamente importante para nosso País. Mesmo quem tenha plano e seguro privado de saúde, só tem a garantia de ter medicamentos seguros e eficazes, vacinas seguras e eficazes, alimentos seguros, porque existe a Anvisa, entre outras áreas de atuação da Anvisa.

Então, a Anvisa é uma agência que tem um papel fundamental na promoção e na proteção da saúde de nossa população.

Sem dúvida alguma, a criação da Anvisa mudou completamente desde 1999, apesar da juventude, como meu colega de sabatina Fernando Mendes chamou atenção. Já é um avanço muito importante para quem conheceu o que era o setor regulatório brasileiro de vigilância sanitária na época pré-Anvisa. Esses avanços precisam ser preservados e, ao mesmo tempo, precisam ser aprofundados, preparando a Anvisa para este novo momento que vivemos.

A saúde não é só uma política social fundamental, mas é hoje uma atividade econômica de muito peso. No setor saúde, cerca de 9% a 10% do PIB brasileiro são gastos em suas várias dimensões. Há, na saúde, 10% dos trabalhadores qualificados em nosso País, 15 milhões de trabalhadores diretos e indiretos; 33% de todo o esforço nacional em pesquisa e desenvolvimento são realizados pelo setor saúde, onde há plataformas tecnológicas extremamente avançadas. Só para se ter uma ideia de um dos setores que a Anvisa regula, o mercado farmacêutico brasileiro era o décimo no mundo em 2007; em 2012, já era o sexto e estima-se que, em 2017, chegará a ser o quarto maior mercado farmacêutico do mundo, não só como um mercado consumidor, mas como uma indústria multinacional aqui instalada, nacional, de capital brasileiro e pública, extremamente desenvolvida, que se prepara para crescer mais ainda nos próximos anos. A Anvisa mudou, portanto, o panorama da regulação nesses últimos anos e vem fazendo esforços importantes para aperfeiçoar seus processos.

Acho também que é preciso buscarmos avançar, olhando para diante em vários desafios que temos a resolver, no sentido de buscar maior eficiência, um alto padrão de qualidade e transparência.

Em primeiro lugar, é fundamental qualificar e motivar o corpo técnico da Anvisa. O Fernando Mendes já chamou atenção para isso, para importância dos processos de capacitação permanente como dos processos de intercâmbio com agências regulatórias de outros países...

(Soa a campainha.)

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – ...no sentido de que tenhamos a segurança de quando fazemos uma nova norma no Brasil, quando usamos esse poder que o Estado nos dá de fazer regulação, esteja baseada nas melhores evidências, nas melhores experiências possíveis para produzir o melhor efeito.

Fortalecer mecanismos de consulta e de diálogo com a sociedade civil, com os especialistas, com o setor regulado, de maneira que tenhamos normas capazes de efetivamente buscar o consenso com a sociedade.

Fortalecer o processo de avaliação do impacto regulatório. Todas as normas que fazemos produzem efeito sobre a saúde das pessoas, sobre a própria indicação de como as empresas vão comportar-se, para onde elas vão. E todo esse processo precisa ser muito bem avaliado, para que toda a sociedade perceba os efeitos positivos que aquilo trará e que impactos podem daí advir.

Fortalecer o processo de padronização de normas nacionais, para que tenhamos previsibilidade, para que consigamos ter, em nosso País, do Oiapoque ao Chuí, procedimentos similares na área de portos e aeroportos, na área de inspeção; que, em todas as áreas, tenhamos cada vez mais uma padronização mais forte.

Continuar o processo de implantação da avaliação de risco no estabelecimento de processos regulatórios. A Anvisa tem feito esforços importantes nos anos recentes.

(Soa a campainha.)

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Isso é extremamente valioso, porque dá sentido e produz inteligência na própria abordagem dos problemas. Os processos que regulamos têm riscos sanitários diferentes, e, ao produzir uma avaliação correta

de risco, é possível concentrar esforços onde o dano sanitário pode ser mais importante, fazendo com que o trabalho seja menos burocrático e muito mais efetivo, no sentido de garantir a proteção da nossa população.

Revisar permanentemente os processos, continuar com todo este esforço que a Anvisa tem feito nos últimos anos em relação ao aperfeiçoamento de normas que seguramente serão debatidas aqui entre nós.

Por último, fortalecer todos os mecanismos de prevenção de potenciais conflitos de interesses por parte de dirigentes e técnicos da Anvisa, participantes de painéis de especialistas, consultores técnicos etc.

E fortalecer todos os mecanismos de controle interno para garantir um alto grau, um elevado padrão ético em todas as ações da Anvisa e uma prestação de contas permanente para a sociedade, para os Parlamentares, para os órgãos de controle social, de maneira que a Anvisa se consolide neste caminho de reconhecimento internacional que ela já tem hoje, para, cada vez mais, os brasileiros verem a Anvisa como uma agência efetivamente essencial para a proteção da sua saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito grato ao Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior por sua exposição esclarecedora.

O Senador Elmano Férrer ainda não pôde chegar a esta Comissão. Então, nomeio o Senador Moka como Relator adjunto e pergunto a S. Exª se quer aduzir as palavras inicialmente pronunciadas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não.

Bom, vamos então...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só quero dizer que essa impressão que ele passou aqui ao ler, do seu extenso currículo, da sua extensa experiência, é exatamente isso que me motivou a, quando o Elmano ainda não estava, fazer aquela preleção. Eu me sinto muito satisfeito com a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Moka, em verdade, a Comissão está bastante impressionada com o currículo e a exposição da Drª. Karla, do Dr. Fernando e, agora, do Dr. Jarbas.

Nós vamos, então, iniciar as interpelações, as indagações que os Senadores já inscritos pretendam fazer, e, ao mesmo tempo, abrir o processo de votação.

O primeiro inscrito para fazer indagação é o Senador João Alberto, que desiste.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu desisto, Presidente, da indagação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito bem.

Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu sou o próximo?

O SR. **PRESIDENTE** (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O próximo.

Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. **EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, Drª. Karla, Dr. Fernando, Dr. Jarbas, sei que a ANS e, mais especificamente, a Anvisa, duas agências extremamente importantes para o nosso País, estarão muito bem comandadas com a colaboração de V. Sªs.

Drª Karla, no nosso País, como a senhora disse, cerca de um a cada quatro cidadãos têm algum tipo de plano de saúde. No meu Estado, essa situação é muito mais grave: em Sergipe, é um a cada oito, ou um a cada nove. Ou seja, os sergipanos são quase que completamente "SUS-dependentes".

Basta dizer que lá, até hoje, nós só temos um aparelho de radioterapia, ainda da época do Dr. Jarbas no Ministério da Saúde, com a equipe do Ministro Serra. Isso quer dizer que nem os planos de saúde lá pagam tratamentos como esse, ou contribuem com tratamentos como esse. Então, é extremamente desafiador.

Neste ano, a ANS autorizou um reajuste para o plano de saúde duas vezes superior à inflação do período praticamente, quase 13%. Às vezes, o paciente, assim chamando, pensa que esse reajuste é repassado, muitas vezes, para o hospital ou para o profissional de saúde. A gente sabe que existem os bons convênios, os bons planos, mas existem também os planos perversos, extremamente comerciais e que só visam aos lucros.

Como buscar um equilíbrio, como fiscalizar melhor esses péssimos planos de saúde, realmente, que denigrem a saúde suplementar no nosso País? Como fazer também com que esses planos possam, de alguma maneira, quando eles não puderem realmente dar atenção plena, devolver ou passar para o SUS aquilo que era sua obrigação, aquilo que era seu dever, já que o consumidor paga por isso?

Essa é a pergunta que faço à Drª. Karla.

Mas, já sem perder tempo, Sr. Presidente, queria também fazer as perguntas ao Dr. Fernando e ao Dr. Jarbas. O Dr. Jarbas eu conheço já há algum tempo, tive a oportunidade de trabalhar com ele, e quero reforçar aqui as palavras do Senador Moka: pessoa extremamente capaz. Como cidadão, Dr. Jarbas, sei que eu me sinto representado e sei que o senhor irá cumprir esta missão com muita hombridade e com muita dignidade.

O Dr. Fernando eu conheci há pouco tempo e, com certeza, espero a mesma coisa. Mas sei que o desafio de V. Sªs, também, é enorme, porque é missão da Anvisa proteger e promover a saúde da população, garantindo segurança sanitária de produtos, serviços e participando da construção do seu acesso.

Vivemos em um país continental, mas, infelizmente, também em um país extremamente burocratizado, onde, na área de pesquisas clínicas no Brasil, por exemplo, Senador Moka, convivemos com normas infralegais que inviabilizam realmente o acesso, o incentivo à pesquisa clínica, fruto de toda essa burocracia.

Como fazer esse enfrentamento?

Outra pergunta que faço a V. Sªs é que, nesta semana, os Estados Unidos proibiram definitivamente a comercialização da gordura trans; é deliciosa, mas traz um mal enorme, sobretudo para as nossas artérias. Lá, cerca de 8 mil americanos morrem por ano em decorrência de doenças coronarianas, sobretudo.

E aqui? Esse é o caminho também? É esse caminho também, se assim for adotado, que vamos ter, por exemplo, com os anti-inflamatórios? Os antibióticos tiveram o acesso um pouco mais dificultado pela tarja preta.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Não mereceriam os anti-inflamatórios, também, algo parecido? Assim como trazem benefícios, eles trazem também consequências para a saúde do cidadão, entre elas nefropatias, levando muitas vezes à insuficiência renal, o que leva à hemodiálise milhares e milhares de brasileiros. Não mereceria esse tipo de medicamento ter um controle mais rigoroso, um acesso mais dificultado, digamos assim? Uma fiscalização maior?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A pergunta que V. Exª faz é à Drª Karla, apenas, ou também ao Dr. Fernando?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu fiz pergunta aos três.

À Drª Karla sobre como a gente controlar, como a gente fiscalizar, porque os planos de saúde receberam um aumento significativo, bem superior à inflação, e muitas vezes o consumidor pensa que isso será repassado para os profissionais, será repassado para os hospitais, o que não acontece sempre.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Regina, inscrita.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Estou satisfeita com o que ouvi dos três, todos da área, todos já participaram desses mesmos organismos.

Só para a Drª Karla: sabemos que a sociedade não tem conhecimento das agências de modo geral, o que elas fazem; sobre a ANS, por exemplo, na questão dos planos de saúde. A população tem muito a dizer sobre os planos de saúde, mas geralmente ela vai à defesa do consumidor. Que canal haveria, ou pode haver para a população fazer essa comunicação direta sobre os abusos?

Vende-se muito gato por lebre nesses planos de saúde – oferece-se uma coisa e na hora é outra. Há muitas denúncias, mas vai tudo para a defesa do consumidor, porque é o que está mais perto, e, às vezes, de lá não há o encaminhamento devido.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senadora.

O Senador Humberto Costa também está inscrito, mas pode ser a Senadora Ana Amélia primeiro e em seguida V. Exª? (Pausa.)

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Presidente, pela gentileza, e obrigada, Senador Humberto Costa.

Associo-me também à pergunta da Senadora Regina sobre os planos de saúde, Drª Karla, e queria saber os critérios para o reajuste das mensalidades dos planos de saúde, e se isso tem a ver com... Isto é uma grande queixa dos usuários: se hoje tem melhorado o atendimento à clientela dos planos de saúde.

E, para a senhora, e também para o Dr. Jarbas Vasconcelos – lembrando um grande Senador, Jarbas Vasconcelos –, Dr. Jarbas Barbosa... Também pode ser para o Dr. Fernando, já que os dois vão para a Anvisa.

Um grande debate foi provocado no Brasil – eu diria tardiamente, porque os prejuízos foram enormes para pacientes, para os planos de saúde e para vários setores, especialmente para os pacientes –, que diz respeito à questão das órteses e próteses.

Tivemos uma denúncia, apresentada pelo Fantástico, e, a partir disso, a questão evoluiu, e eu apresentei um projeto de lei que trata de precificar e classificar esses produtos, cabendo responsabilidade à Anvisa. Era uma coisa sem nenhum critério de preço.

A indústria brasileira de órteses e próteses diz que fica com a parte menor do valor, porque o que vende por 5 é vendido por 50, 30, 40 ou mais do que isso, até por 100. Então, a indústria que produz, lá na base, a indústria de equipamentos hospitalares, órteses e próteses se queixa disso. O paciente se queixa. Há um processo de judicialização enorme. Assim, eu queria saber se o caminho pode ser adequado à precificação e à

classificação pela Anvisa ou pela própria..., para se tentar atenuar esse problema gravíssimo que é a questão das órteses e próteses.

Para o Dr. Fernando ou para o Dr. Jarbas, há queixas de que o processo de liberação das cargas de medicamentos e produtos médicos, em portos e aeroportos, é lento e burocrático. O que pode ser feito para melhorá-lo, diminuindo as filas e os custos operacionais dos produtos importados?

Ainda para o Dr. Jarbas, eu queria fazer uma pergunta, porque esteve em vários lados, como na Organização Mundial da Saúde. Eu, como jornalista, tive muitas oportunidades de entrevistá-lo nos momentos de vacinação, de epidemias, pois ele é uma das maiores autoridades que nós temos hoje, no Brasil. É uma queixa da área da pesquisa das universidades públicas hoje – como da USP e das universidades federais de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul –, dos centros de excelência de pesquisa clínica, na área médica, e também dos médicos brasileiros que são obrigados a ir para o exterior, por conta da demora no registro das pesquisas clínicas.

Eu queria saber se há uma forma... Há um trabalho aqui da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, sob a presidência do Senador Waldemir Moka, em que debatemos esse tema com os pacientes e os oncologistas – que são a área mais sensível –, com a indústria, a Anvisa, o Ministério da Saúde, a Conep e com todos os órgãos. Houve um amplo debate aqui, e disso nasceu um projeto.

Eu quero saber se há possibilidade de o Brasil ter a perspectiva de avançar, já que o Relator, o Senador Eduardo Amorim, que é médico, está trabalhando intensamente, também na CCJ, com relação a esse projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senadora.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, ilustres sabatinados indicados para as agências de regulação na área da saúde – Drª Karla Santa Cruz, Dr. Fernando Mendes e Dr. Jarbas Barbosa –, acho que hoje é um dia muito especial para esta Comissão e para o Senado, porque, de fato, estamos tendo a oportunidade de homologar três nomes de pessoas que, realmente, têm uma enorme contribuição a dar, tanto à ANS quanto à Anvisa. São pessoas com larga experiência, sólida formação técnica e carreiras profissionais sem qualquer tipo de mácula. Acredito que a Presidenta Dilma indicou muito bem esses nomes, e tenho certeza de que, aqui no Congresso, nós vamos aprová-los.

Eu tive inclusive oportunidade de trabalhar tanto com o Dr. Fernando quanto com o Dr. Jarbas, no Ministério da Saúde, e posso dar o meu testemunho pessoal da correção da escolha que nós estamos fazendo neste momento.

Assim também, a Drª Karla é uma pessoa extremamente conceituada, em toda essa área da saúde suplementar, tanto no setor regulado quanto entre os funcionários da ANS.

Mas eu queria apresentar algumas perguntas ao Dr. Jarbas, porque, segundo o que circula, possivelmente, ele poderá vir a ser o novo Presidente da Anvisa e acho que pode responder com mais propriedade ao que eu quero perguntar aqui.

Eu não poderia, de forma nenhuma, deixar de registrar a sólida carreira do Dr. Jarbas, de quem tenho o privilégio de ser amigo pessoal, somos colegas de adolescência, fizemos faculdade juntos. Ele é um dos quadros do Senado, e posso dizer sem medo de errar que é um dos melhores quadros da saúde pública no Brasil como no mundo. Semana passada, tive a oportunidade de participar de um evento no Peru, com comissões de saúde dos Parlamentos da América Latina, Central e do Norte, em que vários técnicos falaram sobre a área de vigilância epidemiológica, vários deles citaram o Dr. Jarbas como uma referência ao trabalho que fizemos no Brasil. Digo nós porque tive a oportunidade de dar um novo status à área de vigilância epidemiológica quando criamos a Secretaria de Vigilância Epidemiológica. Ele é também um excelente gestor, mais do que isso, um pensador na área da saúde pública. Acredito que, na Anvisa, também vai marcar sua passagem, como marcou em outros lugares.

Eu queria fazer quatro perguntas a V. Sª. Por onde andamos, quando discutimos projetos aqui, quando participamos de missões para o exterior, quando discutimos temas os mais variados, a Anvisa sempre é um centro importante, seja de elogios, seja de queixas, de muitas queixas, principalmente. Uma das principais queixas é a dificuldade de promover mudanças. Por exemplo, quando vamos discutir registros de medicamentos, um dos pontos que pesa é a adoção ou não de boas práticas pelos laboratórios produtores, tanto aqui quanto lá fora. Nós sabemos que hoje a legislação exige que os avaliadores da Anvisa vão até o exterior, façam a avaliação dos melhores laboratórios que existem no mundo, para dizer se estão capacitados a vender medicamentos aqui no Brasil. Dizem as más línguas que existe uma fábrica de diárias de funcionários da Anvisa, não sei se isso é verdade, que isso não muda porque esses avaliadores estão sempre no exterior, analisando na Inglaterra, analisando nos Estados Unidos, analisando na França, analisando na China.

Então, já se sugeriu a ideia de que, em havendo regulação por agências reconhecidamente capacitadas para isso, como a Agência Europeia, a agência americana, que se dispensasse essa atividade de vigilância in loco e se produzisse um acordo. Se a Anvisa dá o título de laboratório com boas práticas a um laboratório x brasileiro, que isso seja aceito nos Estados Unidos, na Europa e vice-versa. Eu queria saber qual a opinião do Dr. Jarbas sobre isso, porque isso poderia reduzir bastante o tempo para que se pudesse fazer isso.

Outra coisa que se reclama muito é do ponto de vista de possibilidade de inovação, a questão de pesquisas clínicas, em que há muita reclamação de que no Brasil há uma demora significativa para a aprovação dessas pesquisas. Temos a Conep, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde. Sinceramente, não consigo entender por que há essa vinculação com o Conselho Nacional de Saúde, acho que deveria ser um órgão estritamente técnico, vinculado ao Ministério. Enfim, de que maneira poderíamos criar as condições para que o Brasil pudesse inovar também? Visto que há quadros preparados, há quadros competentes, acredito que isso possa se fazer.

Eu faria mais uma pergunta: qual a contribuição que a Anvisa pode dar para enfrentarmos o problema das máfias das órteses e das próteses.

Agradeço a tolerância de V. Exª para com as minhas perguntas, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado a V. Exª, Senador Humberto Costa.

Agora concedo a palavra à Senadora por São Paulo, Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Obrigada, Senador Presidente da nossa Comissão.

Primeiro, queria dizer da importância do dia de hoje porque temos acompanhado várias questões e problemas com relação à vacina, Anvisa, rapidez e tudo mais. Então, para nós é um órgão de que dependemos enormemente, como brasileiros, da eficiência, da rapidez e da transparência.

A Drª Karla comentou sobre as epidemias de cesarianas no Brasil, mas eu teria interesse que S. Sª respondesse sobre uma questão que tocou levemente, que é o ressarcimento ao SUS, porque temos a experiência em São Paulo, e deve ser igual em todo o Brasil, em que bilhões não são recolhidos pela dificuldade da ANS fazer a fiscalização. Acabei de apresentar um projeto de lei para que essa responsabilidade pudesse ser transferida para os Municípios e Estados, que teriam muito mais facilidade e interesse, de perto ali, para fiscalizar os seus hospitais que estão sendo utilizados, e 50% iria para o SUS. Eu queria saber sua opinião em relação a isso.

Depois, teria uma pergunta para cada um.

Presidente, fiz uma pergunta para ela e vou fazer uma para cada um, no caso cada um responde? Como o senhor está fazendo?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ao final, cada um responderá a todas as perguntas.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Está bom.

Vou fazer uma pergunta ao Dr. Fernando, que falou sobre a especialização tecnológica, e acho isso extremamente importante, e também sobre o controle de procedimentos, que tem que existir, mas a minha pergunta seria referente mais à questão das vacinas, que é o problema que estamos vivendo.

Há responsabilidades que são dadas até a reforma da própria Anvisa, que está reformando, mas me parece que a dificuldade para quem está de fora, é leigo, é acompanhar...

Por exemplo, tivemos uma epidemia, tivemos não, agora amainou por causa do inverno, uma epidemia seriíssima de dengue no Brasil inteiro, uma das piores no Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo também, e em outros Estados também. A vacina poderia ter sido elaborada antes, percebido que teríamos essa necessidade. Aí dizem: "Não, a gente tem contato com os Estados Unidos há muito tempo, com a Europa há muito tempo." Mas, na realidade, somos um país de dimensão continental, e estamos tendo mortes como não tínhamos anos atrás. E agora tem uma nova doença que não é letal, tem um nome esquisitíssimo, não sei como se fala, um nome estranho, chikungunya. Essa pelo menos não mata, mas dizem que a dor é terrível.

Então, gostaria de saber por que ocorre isso, se o senhor tem ideia, desse atraso? Essa é uma epidemia, mas há outras epidemias que já estão a caminho. O que falta para conseguirmos ter a vacinação para o povo brasileiro a tempo?

E, depois, para o Dr. Jarbas. O senhor mencionou um aspecto que acho muito interessante, que 33% do esforço de pesquisa tecnológica do País está na área da saúde. Isso é extremamente importante. E também tocou na questão da transparência na Anvisa. Essa é uma questão que é parecida com a que colocou o Senador Humberto Costa, no sentido de que possamos acompanhar melhor esses procedimentos, as viagens, como ele mencionou, mas eu diria as outras atividades da Anvisa, mais clareza. A Anvisa, em determinados momentos, acaba sendo mal falada. E nós não temos nem como defender, nós só ouvimos.

Eu gostaria, como pretendentes a presidência da Anvisa, que V. Sªs se manifestassem, com clareza, como pretendem colocar essa situação, que se fala, que não fica clara, mas que quem estiver lá conduzindo terá condição de dar maiores satisfações ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Inscritas a Senadora Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e, finalmente, Lídice da Mata.

Senadora Lúcia Vânia.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Fora do microfone.) – Sr. Presidente, não estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª está inscrito sim, mas...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Fora do microfone.) – Estou?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Está, mas, como já havia falado antes, imaginei que não desejasse mais fazê-lo. Mas está inscrito sim.

Em seguida, falará V. Exª.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Se quiser dar a palavra para ele, Presidente, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, Senador Moka.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Acho que ele está na minha frente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, é que quando falei foi de uma forma genérica.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª tem razão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Começo dizendo para a Drª Karla, recentemente, em Mato Grosso, para dar um exemplo, um casal famoso de televisão sofreu um acidente aéreo, graças a Deus, ninguém faleceu, tiveram o primeiro atendimento no hospital da Santa Casa, depois de lá, foram para um hospital particular dos mais renomados em São Paulo. Evidentemente, essas pessoas têm plano de saúde, que deveriam e devem ressarcir... É assim que tem que funcionar.

Há projetos na Casa, sobretudo... Quem ouvi falar pela primeira vez disso aí foi o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; foi quem eu ouvi falar.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP. Fora do microfone.) – Mas foi a partir dele que fiz o projeto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, fiz um pronunciamento a respeito disso, mas ouvi da Senadora Marta Suplicy que ela tem um projeto. Qual é o projeto? Se alguém que tem plano de saúde for atendido num Município, num determinado Estado, que o ressarcimento se dê ao Município ou ao Estado, até porque têm mais condição de fiscalizar.

E, aqui, já tivemos, pelo menos nos dois últimos anos em que presidi, vários debates, e nunca se consegue fazer com que esses planos de saúde façam o ressarcimento dos 100% do que é devido. Recolhem, mas muito pouco. Talvez devêssemos criar uma alternativa para dizer um percentual, que seria distribuído para aqueles Municípios ou Estados que deram o atendimento.

Então, eu gostaria de perguntar a V. Sª o que pensa disso, para que pudéssemos ter mais eficiência nesses ressarcimentos daquelas pessoas que utilizam o SUS. E, claro, temos um sistema universal, todo cidadão tem direito, mas, por exemplo, via de regra, o sujeito que sofre um acidente de carro, traumatismo craniano, qualquer politraumatizado, ele não vai para clínica particular, mas para o hospital onde tem a maior estrutura, via de regra, esses hospitais são públicos. Mas acho que tínhamos que ter uma alternativa para isso. É uma pergunta.

E a segunda, para ser bem objetivo, ao Dr. Jarbas, valendo também para o Dr. Fernando Garcia Neto, é a respeito dessa questão da agilidade de prazos. Sei que isso é difícil, tenho formação médica, sei que essas coisas são complexas, mas prazos de 180, mais 90, mais 180 é um negócio difícil. Essa questão da pesquisa clínica, por exemplo, demoramos mais de ano para autorizar o início de uma pesquisa. Não é correto isso. E o que acontece? Acontece que essas indústrias acabam indo fazer pesquisa em outros países onde há menos burocracia, ou tempo, ou eficiência são melhores.

Não sou aquele chato que está querendo pegar no pé de ninguém, absolutamente, ao contrário, sempre tive com a Anvisa o melhor relacionamento possível. Passaram aqui grandes diretores, pessoas que, ao fazer uma audiência pública, logo em seguida, davam um retorno, insistiam em resolver o problema.

E, agora, nos deparamos com essa questão de pesquisa clínica, que não é um anseio da Comissão. É um anseio de pesquisadores, de universidades, de faculdades, que estão interessados na inovação, sem falar do paciente de doenças raras, que está esperando exatamente esse tipo de medicamento para minimizar a sua vida, dor, mobilidade e uma série de outras questões.

Essas seriam as questões que eu colocaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito obrigado, Senador Moka.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão, Senadoras e Senadores aqui presentes e indicados: Drª Karla, Dr. Fernando e Dr. Jarbas, de fato, a manifestação de cada um de vocês a respeito das suas intenções com relação às futuras diretorias, tanto da ANS quanto da Anvisa, faz com que todos nós Senadores e, sobretudo, a sociedade brasileira depositemos sobre o ombro de cada um de vocês uma esperança enorme de que essas agências possam, de fato, crescer com a participação de vocês na regulação e fiscalização desses importantes serviços relacionados à saúde pública dos brasileiros.

Nós sabemos que o Sistema Único de Saúde é um sistema que atende a grande massa da sociedade brasileira. No entanto, em função até da própria tabela, que está há muito tempo sem reajuste, muitos brasileiros têm que se socorrer dos planos de saúde, buscando uma garantia, uma segurança maior. Agora, com os aumentos sucessivos dos próprios planos de saúde, nós começamos a constatar que muitos deles, até em função das dificuldades econômicas que o País atravessa, vão perdendo, às vezes, o seu emprego, não tendo mais condições de manter os planos e muito menos de melhorar a sua abrangência.

Por isso – a Drª Karla falou até sobre o procedimento cesariana –, eu perguntaria: o que a Agência Nacional pode fazer no sentido de baratear os procedimentos de cada um desses planos, visando a diminuir o custo dos planos, melhorando a condição para que mais e mais brasileiros possam continuar, digamos, a contratar planos privados de saúde?

No caso da Anvisa, vários outros Senadores já fizeram essas manifestações, tenho certeza de que, pelo currículo, vocês têm ombros largos suficientes para carregar o peso e a responsabilidade que o Senado coloca ao aprovar as suas indicações, para que essas questões que hoje permeiam a sociedade – a ineficiência, a demora, o atraso na liberação de novos medicamentos ou procedimentos –, de fato, sejam encurtadas, especialmente neste momento de dificuldade econômica, quando, muitas vezes, esses laboratórios poderiam já iniciar, digamos, os processos de produção de determinados medicamentos, ajudando a aliviar a dependência do Brasil com relação ao mercado externo, ou seja, à importação, sobretudo garantindo a geração de novas oportunidades e a incorporação de novas tecnologias que permitam, realmente, o Brasil se tornar vanguardista também nessa área.

Então, gostaria de saber o que cada um dos dois – Fernando e Jarbas – pode, de fato, acenar à população no que diz respeito a essas mudanças que poderão permitir a redução desses prazos, que, em outros países, são significativamente menores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senador.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Sr. Presidente, senhores e senhoras indicados para a Agência Nacional de Saúde – cumprimento a Drª Karla, o Dr. Fernando e o Dr. Jarbas –, quero dizer da minha satisfação em poder estar hoje, junto com os companheiros, nesta oportunidade em que podemos conhecer mais de perto o trabalho e o desempenho de cada um. Nós tivemos a honra de poder conversar com cada um e sabemos que todos se mostram inteiramente preparados para assumir esse grande desafio na Agência Nacional de Saúde.

Eu gostaria de fazer duas perguntas: uma sobre a suspensão da comercialização dos planos de saúde pela Agência Nacional de Saúde e a outra sobre o mercado, o que já foi colocado aqui pelo Senador Humberto, de órteses, próteses e materiais especiais.

Em relação à suspensão da comercialização dos planos de saúde, eu gostaria de perguntar aos senhores se essa suspensão tem dado resultado efetivo para os usuários dos planos de saúde. Em relação às órteses e próteses, fala-se na necessidade de fazer uma regulamentação semelhante àquela que é feita com medicamentos, através da Câmara de Regulamentação do Mercado de Medicamentos.

Eu gostaria de perguntar se essa experiência com os medicamentos poderia ser aplicada no mercado daqueles dispositivos que foram objetos de desvio, enfim, de escândalo mesmo, envolvendo essas órteses e próteses.

No mais, é desejar aos senhores muitas felicidades e sucesso nesse novo desafio à frente de uma Agência extremamente importante para o consumidor, extremamente importante para aqueles que precisam e dependem dos planos de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senadora.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar aqui os indicados, Drª Karla, Dr. Jarbas e Dr. Fernando, e dizer que também tive a oportunidade de estar com os três já.

Primeiro, quero destacar que os currículos dos nossos sabatinados de hoje são currículos muito extensos e que mostram a experiência profunda que cada um tem na sua área, tanto a Drª Karla, que, desde os anos 2000, já atua no segmento, como Dr. Jarbas e Dr. Fernando, ambos Secretários de Saúde que foram e com uma atuação importante na Anvisa ou no Ministério da Saúde. Então, penso que todos estão plenamente qualificados para exercerem função tão importante para o desenvolvimento do Sistema de Saúde em nosso País.

E, Drª Karla, acho que a pergunta já foi feita, eu apenas reforço, acho que a própria Senadora Marta tocou no assunto, que é um assunto que, a mim, particularmente, incomoda muito, que diz respeito ao ressarcimento por parte dos planos de saúde ao Sistema Único de Saúde. A lei vem lá do final da década de 1990, mas os números divulgados mostram o quão insuficiente é isso e o quanto ainda não representa, de fato, a despesa que o Sistema Único de Saúde tem com os segurados de planos de saúde para os cofres públicos.

Eu mesma procurei um hospital público em um final de semana em que fiquei muito doente e mostrei, lá, a minha carteirinha de saúde. Eu falei: "Olha, aqui eu tenho carteira de saúde. Depois, eu quero que o meu plano ressarça ao serviço público." "Não, não pode, não precisa, porque é uma bobagem aqui." Veja, eu fui para o hospital, eu fiz exames, uma bateria de exames, eu fui atendida e foi "uma bobagem", "uma bobagem". Enquanto que, se eu tivesse sido atendida, Senador Lobão, pelo plano de saúde, não apenas o plano de saúde pagaria à unidade de saúde, mas eu também entraria com a parcela que o plano de saúde requer que o usuário arque, não é?

Então, Drª Karla, acho que a regulamentação foi revista ano passado. Então, que a senhora falasse um pouco da evolução e quais as perspectivas nessa área, porque, repito, o drama hoje do serviço público de saúde é a falta de recursos. E, enquanto isso, o sistema público de saúde mantém, na minha opinião, boa parte dos planos privados de saúde.

Ao Dr. Fernando e ao Dr. Jarbas, a Senadora Lídice, que teve que se ausentar, deixou duas perguntas aqui e pediu que eu as fizesse, em relação aos inibidores de apetite, que, aliás, é um tema muito trabalhado pela Senadora Lúcia Vânia aqui. Como evitar esses choques entre a Agência de Vigilância Sanitária, entre os especialistas e o próprio Congresso Nacional?

Faço esse questionamento e ainda questiono os senhores a respeito da política de medicamentos no País. Dr. Fernando, cirurgião-dentista, Dr. Jarbas, médico, ambos com uma experiência muito grande na política de medicamentos no Brasil. Já pudemos conversar sobre isso.

Eu considero que, apesar de o Governo brasileiro abrir uma série de linhas de crédito, ter, no âmbito do Ministério de Indústria e Comércio, no Ministério da Saúde, ter uma Secretaria da qual, aliás, o Dr. Jarbas era titular até um dia desses, de Insumos Estratégicos – não é Dr. Jarbas? –, que tem exatamente o objetivo de pensar uma política de medicamentos de produção, desenvolvimento de medicamentos no Brasil, o fato é que a indústria avançou muito, mas avançou no mercado dos genéricos, dos similares, enquanto, na produção mesmo do princípio ativo, nós temos experimentado uma regressão extremamente danosa ao nosso País. Nós já produzimos muito mais princípios ativos no Brasil do que hoje.

Então, eu queria que os senhores falassem um pouco a respeito desta mobilização entre indústria, setor público, Ministério de Saúde, Agência de Vigilância Sanitária. Quais as perspectivas que temos para avançar bem nesse segmento de pesquisa de produção, inclusive com parcerias com entidades públicas ou privadas de fora do País.

Era isso. Obrigada, Senador Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Queria cumprimentar o Dr. Jarbas Barbosa Júnior, com quem tive a oportunidade de conversar. Conheço sua história, seu compromisso com a saúde pública no nosso País, seu currículo como sanitarista, como alguém comprometida com a saúde pública. Cumprimento o Dr. Fernando Mendes Garcia, da mesma forma, e a Drª Karla Santa Cruz.

A Senadora Lúcia Vânia disse uma coisa que eu questionei aqui ao Ministro da Saúde, Dr. Arthur, sobre a questão de próteses. Eu sou médico ortopedista, Professor da Universidade Federal da Bahia há muitos anos. Hoje eu tenho colegas e ex-alunos meus que se negam a fazer prótese do quadril pelo Sistema Único de Saúde, porque o material é de baixa qualidade. Uma prótese que você faz num paciente, uma prótese importada tem uma vida média de 25 anos. Eu tenho paciente operado há 30 anos que ainda me encontra e está com a prótese dele lá no quadril, prótese importada da Alemanha, da França, de ótima qualidade, sem nenhum problema.

O Sistema Único de Saúde quer oferecer aos cirurgiões de quadril que operem e coloquem prótese nacional, que, no máximo, deve durar seis, oito anos e começa a dar problema. Uma cirurgia de correção, de revisão de prótese leva oito horas, de remoção de cimento, de abertura de diáfise de fêmur, de abertura de acetábulo. Eu falei com o Ministro e espero que a Anvisa tome uma providência para não permitir que o Governo Federal

possa oferecer aos pacientes do Sistema Único de Saúde – não há pacientes de primeira e segunda classe no sistema do SUS – um material que não dê segurança, inclusive que não faça voltar os pacientes para a sala de cirurgia. É uma coisa que eu considero superimportante, até porque o médico que tem formação técnica não vai pôr na sala um paciente para fazer uma cirurgia para, seis anos depois, fazer uma revisão da cirurgia e o Governo gastar o dobro do que gastaria se fizesse com material de uma qualidade de excelência. Esta é uma pergunta que eu faço: qual seria a posição da Anvisa?

A outra é que a Anvisa atrasou a análise da vacina de dengue do Instituto Butantan. Em relação a essa questão de dengue no Brasil tem que se tomar uma providência, porque a causa já é muito grave em vários Estados, inclusive no meu Estado, Bahia, há uma epidemia que preocupa bastante, está se expandindo. Então, eu creio que todos os investimentos que o Governo Federal puder fazer para ter a vacina, para o controle da doença será um esforço de grande utilidade para o País. Dentro da pergunta, eu indagaria se a vacina poderia ser utilizada mesmo sem ter o registro.

Em que pé está essa situação da vacina da dengue, para o controle da doença?

São essas as duas perguntas com relação às quais eu gostaria de ouvir a posição de V. Sªs.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

O último inscrito é o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero inicialmente cumprimentar a Drª Karla, o Dr. Fernando e o Dr. Jarbas e de forma muito breve fazer aqui alguns questionamentos.

Ao Dr. Jarbas, que eu conheço já de muito tempo, desde o Ministério da Saúde, da Funasa etc., eu queria questioná-lo sobre a transparência. Há pouco tempo, este Senado até aprovou uma comissão aqui que trata desse assunto. É fundamental que a gente possa caminhar nesta direção de ter mais transparência. Eu queria saber como a gente pode garantir mais transparência nas ações da Anvisa, para que tanto a população, os Parlamentares, os setores de regulação, enfim, os interessados de um modo geral possam acompanhar o que está acontecendo e sendo realizado.

Também queria saber quais são as causas das enormes filas nos processos de registro da Anvisa e como superá-las.

E por derradeiro, ao Dr. Jarbas, saber como a Anvisa pode ajudar as vigilâncias sanitárias dos Estados e Municípios a desenvolverem melhor o seu papel.

Ao Dr. Fernando eu quero reforçar aqui o que foi dito pelo Senador Otto, em relação à vacina da dengue: qual a situação atual do registro e que medidas a Anvisa tem adotado para dar celeridade e reduzir esses prazos da análise, em função do que já foi dito aqui por ele e pelo que todos nós sabemos?

São esses os cinco questionamentos, Sr. Presidente, que quero fazer, três ao Dr. Jarbas e dois ao Dr. Fernando, e poupar a Drª Karla, cumprimentando e reconhecendo o seu talento para ocupar esse cargo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senador Roberto Rocha.

Passo agora a palavra à Drª Karla, para a sua resposta. Em seguida, ao Dr. Fernando, e por último, ao Dr. Jarbas.

A SRª KARLA SANTA CRUZ COELHO – Bom dia aos que chegaram mais tarde. Agradeço as palavras dos Exmos Senadores e Senadoras aqui presentes. E vou dar as respostas por blocos.

Então, primeiro bloco, sobre a fiscalização em relação à saúde e o processo de intensa judicialização que acontece no nosso País. Realmente nós temos grupos técnicos com o Poder Judiciário e o Ministério Público Federal. Essa cooperação técnica é fundamental para que os órgãos do Executivo, as agências reguladoras possam dar respostas rápidas e efetivas para esses processos que estão em andamento. Então, temos um termo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, principalmente na elaboração de enunciados e pareceres técnicos, para que a gente possa dar uma agilidade nesse processo. Recentemente, foi firmado um acordo da Agência Nacional de Saúde Suplementar com o Tribunal de Justiça de São Paulo, o que eu também acho fundamental para a agilidade desse processo.

Em 2004, eu tive a honra de participar do Parceiros da Cidadania, que era um grupo de especialistas da ANS que visitávamos vários Estados e regiões do País com os órgãos de defesa do consumidor, PROCONs, IDECs, e nós fazíamos um levantamento das principais demandas e explicávamos também quais eram os processos de resoluções normativas e de regulamentação que a ANS via. Esse projeto foi muito profícuo, e estamos agora em intensa revisão dele para que possamos efetivar e retomar esse projeto.

Na ANS também, em relação à fiscalização da saúde, nós tivemos, inclusive, uma premiação este ano, na Enap, da Notificação de Intermediação Preliminar, um mecanismo de mediação de conflitos entre o consumidor e as operadoras de planos de saúde que, em até dez dias, devem dar essa resposta para o consumidor.

Temos a grata satisfação de termos 80% de resolutividade em prol do consumidor. Isso agilizou muito esse processo. Hoje, todas as operadoras são obrigadas a constituir uma ouvidoria interna para receber as demandas dos consumidores. Em até dez dias, se isso não for resolvido, essa operadora pode vir a ser multada e a ter essa avaliação revista.

Junto com isso, nós temos a suspensão dos planos de saúde, que a Senadora Lúcia Vânia colocou, que é uma ação educativa, mas que pune as operadoras que não cumprem o que elas devem fazer. Se elas têm de prestar um atendimento, de dar cobertura àqueles consumidores e não dão em tempo hábil, nós suspendemos aqueles produtos por três meses e fazemos um monitoramento trimestral. Isso foi importantíssimo! Por quê? Porque estabelecemos o tempo de garantia de atendimento. Hoje, as operadoras não têm somente de fornecer a cobertura, elas têm de fornecer em tempo hábil, porque as pessoas estão em sofrimento e precisam daquele atendimento em até sete dias, em até dez dias. Então, isso foi estabelecido em comum acordo com os órgãos de defesa do consumidor, com os prestadores, com as operadoras. Isso esteve em consulta pública e estamos avaliando que essa medida foi bastante efetiva.

Outro assunto que vários Senadores colocaram aqui hoje, que é de fundamental importância – e parabenizo a Senadora Marta Suplicy pelo projeto de lei do ressarcimento ao SUS –, é o ressarcimento ao SUS. Quando o consumidor usa o Sistema Único de Saúde, se ele tem plano de saúde, a operadora do plano de saúde tem de ressarcir a União para que esse reinvestimento volte para o Sistema Único de Saúde.

Como eu estou há quatorze anos na ANS, pude perceber como isso vem sendo aperfeiçoado. Precisamos melhorar, concordo, e acho que este é o momento de abrirmos um diálogo nesta Casa, e já me coloco à disposição, para, efetivamente, melhorarmos esse processo. Mas, o que tenho para dizer aos senhores a respeito desse processo? Inicialmente, muitas operadoras entravam na justiça contra o ressarcimento ao SUS, contra a ANS. Hoje, isso já foi apaziguado, tivemos várias decisões, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (STJ), sobre isso, que colocam a importância do ressarcimento ao SUS para o financiamento da saúde no nosso País. Isso também fortalece o Sistema Único de Saúde, porque queremos o Sistema Único de Saúde para todos os brasileiros, como a Senadora colocou aqui, que todos nós usamos o Sistema Único de Saúde, desde a Anvisa, as vacinas ou quando temos um trauma na rua, como o Senador Moka colocou, quando somos atendidos primeiramente nos grandes serviços de emergência, que têm de ter o seu financiamento sustentado e mantido com qualidade o seu atendimento.

O ressarcimento ao SUS, inicialmente, vinha através da AIH (Autorização de Internação Hospitalar), com o cruzamento do Sistema de Informações de Beneficiários, onde a gente identificava se o beneficiário tinha sido internado no Sistema Público de Saúde. Isso se chama record linkage, uma técnica para fazer essa avaliação no banco de dados. Isso acontece porque são muitas internações no Brasil. Então, a gente faz esse cruzamento, o que vem sendo aperfeiçoado. Em 2015, este ano, nós incluímos os procedimentos de alta complexidade, ou seja, os procedimentos ambulatoriais. Então, o paciente não precisa estar internado. Se ele fez um procedimento, uma ressonância magnética, uma tomografia, no ambulatório, isso também vai para a nossa base de dados. Tivemos de aprimorar esse processo.

Com isso, nós arrecadamos, no início deste ano, R$387 milhões, que foi 114% maior do que em 2013. Isso em 2014. E, este ano, todo esse processo que era feito através de processos administrativos de formas manuais se transformou em processo eletrônico. Agora, está tudo de forma eletrônica. E essa troca de base de dados, essa avaliação se tornou muito mais rápida. E nós esperamos arrecadar mais com esses valores. Mas estamos abertos a melhorar essa forma. De que forma esse financiamento ou esse valor vai ser devolvido, se vai ser através de Fundo Nacional de Saúde ou outro fundo a gente pode discutir. Eu acho que a gente pode aprimorar.

Eu agradeço muito aos Senadores que têm interesse pelas áreas da saúde suplementar. E que a gente possa avaliar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas, Drª Karla, objetivamente, hoje o ressarcimento vai para a União, que V. Sª sabe que é o que menos contribui do ponto de vista percentual. Os Estados têm 12% de obrigação do que arrecadam, os Municípios, 15% – embora não tenha nenhum Município que gaste menos do que 21%, 22%, a média está em torno disso – com saúde. Por que não esse ressarcimento ir para o Estado ou para o Município onde se deu o atendimento? A mim me parece mais justo isso.

A SRª KARLA SANTA CRUZ COELHO – É uma grande colocação. E eu acho que precisamos, com certeza, avançar nesse sentido. Então, eu acho que é importante a gente avançar e fazer esses ajustes que são necessários.

Então, agradeço também ao Senador Moka pela contribuição.

Uma outra questão que colocamos está aqui também e foi sobre as órteses e próteses. A crise da OPME que temos no País. Realmente, a gente chama isso de caixa-preta. Poucas pessoas têm a informação completa de tudo isso. Nós precisamos ter uma terminologia unificada para avaliar se o que estou falando aqui (a) é o

que os senhores estão falando também (a), para que isso seja equânime, porque essa simetria de informação gera aumento de custos e muitas vezes desvios e uma judicialização em cima disso.

Outra questão são as diretrizes clínicas. Quando a gente incorpora um procedimento ou quando a gente indica uma OPME, a gente tem que saber para que vai indicar, quem vai ser aquele usuário que vai ser melhor atendido. E o Senador Otto colocou a importância de algumas especialidades médicas, como a ortopedia, nós temos isso, a neurocirurgia, oftalmologia, cardiologia. Ou seja, são especialidades que se utilizam de órteses, próteses e materiais especiais sobre os quais nós precisamos conversar.

Então, junto com a Associação Médica Brasileira e a Sociedade de Especialidades, nós participamos da Câmara Técnica de OPME, que discute todas essas órteses e próteses, essa classificação. E, agora, nesse grupo interministerial, porque acho que meus colegas da Anvisa vão falar sobre isso, nós estamos trabalhando a forma de trocar essas informações para que a gente possa avançar nesse sentido.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – O que eu queria colocar e ver se existe a possibilidade é de os próprios laboratórios estaduais ou laboratórios públicos que temos aqui no Brasil – São Paulo tem, a Bahia está reabrindo a Bahia Farma; foi um laboratório que colaborou muito, foi extinto, e agora o Governo reabriu – desenvolverem uma tecnologia dessa que pudesse oferecer para o Sistema Único de Saúde próteses de qualidade igual às próteses importadas. O Estado perde com isso. Primeiro, o paciente não recebe o implante porque o médico que tem boa formação técnica, residência médica e tem consciência não vai colocar prótese, seja prótese de quadril ou de coluna ou de implante, seja qual for, num paciente para retirar precocemente e causar dano ao paciente.

Então, a minha pergunta é: se o Estado, se o Ministério da Saúde, com todas as condições que tem, não pode desenvolver essa tecnologia através do próprio Estado, para que o paciente não fique sujeito a empresas nacionais que não desenvolvem a tecnologia à altura daquilo que o paciente precisa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Dr. Fernando Mendes, que terá o tempo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Presidente, eu só queria perguntar à Drª Karla por que a ANS, tendo esse problema de órtese e prótese chegado à situação a que chegou, não percebeu, porque a judicialização agora caiu a zero nesse setor... Por que a ANS, que é a interface entre paciente e plano de saúde, como agência reguladora, não havia detectado ainda esse grave problema envolvendo órtese e prótese?

A SRª KARLA SANTA CRUZ COELHO – Senadora Ana Amélia, nesse problema, nós já havíamos atuando – foi isso o que falei anteriormente. Junto com a Sociedade de Especialidade e a Associação Médica Brasileira, nós temos 56 especialidades médicas. Foi criada uma comissão para a OPME. Então, com essa comissão, nós vínhamos discutindo os critérios de que tipo de prótese seria. Como o Dr. Otto colocou: a similaridade entre uma prótese e outra, como ela é formada, quais são os critérios dessa prótese e, chegando muitas vezes na Agência de Vigilância Sanitária, em relação ao registro dessas próteses no País, se elas têm diretriz de utilização; quais serão aqueles pacientes que serão beneficiados, se é questão de um tumor de coluna ou uma osteoartrite de quadril; que tipo de patologia seria aquela para avaliar e que terminologia usar na troca de informações em saúde suplementar.

Hoje, na ANS, nós temos o TISS (Troca de Informações em Saúde Suplementar) e, dentro dessas informações, nós temos uma listagem de todas as OPMEs, que são realmente usadas no País, porque, o que a Agência de Vigilância Sanitária tem é o registro dessas próteses. Mas se elas estão sendo usadas ou não e qual é o valor dessa prótese, quanto custa essa prótese, nós, a partir deste ano, nós vamos ter todas essas informações. Isso é fundamental para dar mais clareza a esse processo. Como a senhora colocou, a importância de a gente avançar nesse processo e desenvolver outras estratégias para, realmente, diminuir a judicialização e, para quando os pacientes foram utilizá-la, utilizem uma prótese de qualidade e com custo acessível, tanto para as operadoras de plano de saúde, que pagam esse procedimento, como para o Sistema Único de Saúde, também, que arca com, às vezes, valores muito altos dessas órteses e próteses.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Drª Karla.

Agora, concedo a palavra ao Dr. Fernando Mendes.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Gostaria de começar pela pesquisa clínica.

Hoje, a Anvisa tem um marco regulatório novo e que está harmonizado com o mundo e que teve a publicação recente em março de 2015, com a RDC 9. A grande novidade, o grande ganho é que essa RDC prevê uma previsibilidade para a Anvisa iniciar os estudos a partir do momento da apresentação dos dossiês, dando um prazo de 90 dias. Então, isso é um grande ganho. Hoje, então, a história da pesquisa clínica tem um grande ganho em cima dessa RDC nova, a RDC 9.

A Anvisa tem adotado outras possibilidades, algumas outras para dar celeridade e reduzir os prazos de análise que são feitos na agência. Existe uma outra norma que está para sair, que é a norma de pós-registro de

medicamentos. Já está em fase de consolidação. A consulta pública já foi submetida. De um modo geral, essa norma vai dar maior celeridade e agilidade e foram avaliadas as possibilidades de ampliar o número de petições de implementação imediata.

Adicionalmente a essas medidas, está sendo previsto o procedimento simplificado de peticionamento exclusivamente para as petições classificadas como de implementação imediata.

Outra norma, outra atitude da Anvisa, importante para a agilidade das análises, são as reuniões de pré-submissão para o registro de medicamentos novos, cujo principal objetivo é apresentação do produto desenvolvido pela empresa e as suas perspectivas para a comprovação de qualidade, eficácia e segurança.

Eu não tenho dúvida de que essas reuniões favorecerão o conhecimento prévio do projeto de registro do medicamento, facilitando o direcionamento dos técnicos e favorecendo a celeridade para avaliação de novas terapias do Brasil.

Gostaria de falar também sobre a vacina da dengue. É importante que saibamos que a Anvisa não demanda vacina. Ela é demandada para o registro da vacina. E a Anvisa foi demandada por três laboratórios: Butantan, Sanofi Pasteur e Takeda.

Eu vou falar aos senhores os prazos e as datas, porque isso é importante. Butantan: a fase 2 foi protocolada em 9/2/2012. Geraram cinco exigências, com uma média de quase três meses para cumprimento de cada exigência por parte da empresa. Foi aprovada em 27/6/2013. A fase 3 foi protocolada em 10/4/2015, e foi solicitada priorização da análise, que foi concedida em 27/4/2015. Sanofi Pasteur: a fase 2 foi protocolada em 28/8/2009. Foi gerada uma exigência, que foi cumprida em dois meses pela empresa e aprovada em 3/3/2010. A fase 3 foi protocolada em 16/12/2010 e foi aprovada em 11/4/2011. Takeda: a fase 3 foi protocolada em 29/5/2015. É importante para que as pessoas saibam exatamente os prazos em que acontecem essas coisas.

Bem, não sei se o Jarbas quer...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu gostaria de um esclarecimento porque não ficou muito claro.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Pois não, Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Em 2009, os procedimentos andaram razoavelmente e, em 2011, estava pronto o necessário. O que aconteceu com o Butantan, porque parece que teve um lapso de tempo? Gostaria de ter mais clareza.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Senadora, foram geradas cinco exigências pelo Butantan quando protocolou a fase 2. E o Butantan demorou, em média, três meses para o cumprimento de cada exigência. Isso significa dizer que foi um ano e cinco meses, mais ou menos, de atraso.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – O senhor tem que levar em conta que não entendemos bem se três meses é ótimo ou é muito lerdo. Então, infelizmente, vou pedir mais clareza. Esse procedimento, normalmente, em situação adequada, demora quanto tempo? Uma semana? Seis meses? Ou eles foram muito rápidos e fizeram em três?

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Acho que varia de empresa para empresa.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Bom, isso é óbvio.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Eu não saberia dizer à senhora qual seria um tempo médio exato.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Não, porque o que estou tentando chegar não é bem o caso aqui...

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Eu acho que, talvez, a empresa tenha tido dificuldades para realizar as exigências.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – ...porque os senhores não são responsáveis pelo que aconteceu. O que estou tentando entender é de quem é essa responsabilidade, porque até agora estava mais em cima da Anvisa. Com os dados que o senhor deu, eu estou questionando. É isso.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Eu não sei.

Jarbas, você quer fazer alguma...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srs. Senadores, esta Comissão se compõe de 21 membros titulares e 21 suplentes. Dos 21, 20 já votaram, o que é um comparecimento expressivo.

O Regimento permite que, ao longo das interpelações e respostas, obtido, portanto, o quórum para a votação, possamos nós, por economia processual, proceder à apuração. Enquanto, portanto, o Dr. Jarbas responderá às perguntas a ele formuladas, eu peço à Senadora Ana Amélia e ao Senador Humberto Costa que realizem a apuração.

Nessas condições, passo agora a palavra ao Dr. Jarbas Barbosa.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu gostaria de agradecer às perguntas, aos comentários feitos pelos Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, que demonstram, eu creio, um interesse muito grande nas ações da Anvisa e, seguramente, alguns

desses temas seriam, talvez, objetos de futuras audiências públicas e nós teríamos todo o interesse aqui em comparecer, porque são temas complexos que vão exigir um debate bastante importante. Eu gostaria, bastante objetivamente, de passar por algumas principais questões...

(Soa a campainha.)

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Em relação a pesquisas clínicas, que tanto o Senador Eduardo Amorim, a Senadora Ana Amélia, o Senador Humberto Costa e o Senador Waldemir Moka, bem como o colega Fernando Mendes já falou do esforço que a Anvisa fez nesse novo regramento, digamos assim, que dá a primeira previsibilidade, como ele falou, e se a Anvisa não responde em 90 dias, o estudo começa. Estudos que têm mais risco, esses vão exigir 180 dias.

Por exemplo, estudos que começam aqui em nosso País e não têm nenhuma aprovação ainda em nenhuma outra agência... E aí já aproveito para responder um pouco a uma das primeiras perguntas do Senador Humberto Costa sobre essa possibilidade de se utilizar determinados procedimentos feitos em outras agências de maneira a dar mais celeridade em processos. Esse já é um exemplo concreto. Então, se é um estudo clínico que entra no Brasil e que já foi aprovado na Europa, Canadá, Estados Unidos, Japão, etc., ele entra já no prazo em 90 dias. E se ele não tem nenhuma aprovação é que ele vai entrar nesse prazo maior. E eu acredito que, mantida, obviamente, a necessidade de reciprocidade, é importante que a gente utilize esse tipo de expediente.

Agora, a pesquisa clínica, como foi lembrado pelo Senador Humberto Costa, além da análise da Anvisa, a anuência que a Anvisa dá para as fases, ela passa também pela aprovação nos Comitês de Ética, e aí tem todo um debate que está sendo feito hoje dentro do sistema CEP/Conep. Nós, no Ministério da Saúde, vamos apresentar, quando isso for debatido no Conselho Nacional de Saúde, a sugestão de acelerar a acreditação de CEPs, porque eu, pessoalmente, e ninguém no Ministério acredita que nós não tenhamos uma universidade no Brasil como a USP, a UFMG, a URGS, a UFF, ou seja, as universidades em nosso País que não poderiam, desde que acreditadas e trabalhando com normas similares, seja necessária uma segunda avaliação que, muitas vezes, leva muito tempo.

A fila, digamos assim, que nós temos hoje na Anvisa de pesquisa clínica é relativamente pequena: 20 processos em média e todos têm um prazo de avaliação similar ao de outras agências no exterior que são consideradas de qualidade. Aproveito, só para complementar: no tema da pesquisa clínica, o esclarecimento, eu acho que é a preocupação da Senadora Marta Suplicy, que todos nós compartilhamos, de avaliar bem para que os prazos sejam céleres.

No caso da vacina de dengue, Senadora, eu acredito que nós não podemos culpabilizar o Instituto Butantan; vacina de dengue é uma vacina particularmente difícil, porque ela tem que ser quase quatro vacinas em uma só. E daí vem uma dificuldade... Tanto que nós não temos até hoje no mundo uma vacina registrada para utilizar com a dengue. O Instituto Butantan se encontra agora terminando o estudo de fase 2, ele vai começar o estudo de fase 3, apresentou o projeto, nós tivemos agora, dia 11 ou 12, uma reunião na Anvisa com o Instituto Butantan, quando foram apresentadas exigências para o começo da fase três. O principal problema é terminar a fase 2, porque o Butantan, nessa reunião, informou que terminaria pelo final da primeira quinzena de julho.

Então, há algumas exigências que têm que ser feitas para que isso aconteça. Poderíamos utilizar sem registro? Essa é uma pergunta chave. Eu tive a honra de ser convidado pela OMS para fazer parte de um painel de especialistas que recomendou o uso de drogas experimentais e vacinas experimentais no caso do ebola. Mas aí nós estamos falando de uma doença cuja letalidade varia de 30% até 90% em países que têm serviços de saúde frágeis, ou seja, em cada cem que adoecem noventa morrem.

Na dengue, temos uma situação diferente. Esse foi o único caso que eu conheço em que a recomendação que sugerimos e que a ANS adotou foi que, com o consentimento do paciente, quando ele está consciente, ou da família, quando ele está inconsciente, o médico poderia decidir usar como medidas – que nós chamamos, na medicina, uma medida heroica – uma vacina ou um remédio que nós não sabemos nem se faz bem nem se não faz mal, porque as fases da pesquisa clínica visam exatamente a estabelecer essas barreiras. Primeiro, ela tem que provar que não faz mal, no estudo de fase 1. Depois, ela tem de provar que não faz mal e que produz alguma imunogenicidade. Mas não temos segurança se o anticorpo que está sendo produzido vai efetivamente produzir. E aí, na fase 3, que geralmente é maior, tanto em tempo de duração como em número de participantes, ela prova que é capaz de proteger efetivamente contra a doença.

Qual é o risco na dengue? Se ela não proteger para os quatro, ela pode diminuir os casos de dengue onde ela proteger para os sorotipos que estiverem circulando. Por exemplo, se ela proteger contra o tipo 3, onde existir o tipo 3, ela pode reduzir os casos, mas, onde existirem os outros, ela pode é aumentar os casos graves e óbitos, porque o paciente que tiver a dengue 1, 2 ou 4, pela primeira vez, ela já vai ter a memória, produzida pela vacina, como se tivesse tido a infecção anterior. Em dengue, cada vez que ele tem uma nova dengue por outro sorotipo, vai aumentando exponencialmente a chance de ele fazer um caso grave.

Então, eu compartilho inteiramente isso. A Anvisa tem dado prioridade para a análise, em cumprir o prazo de 45 dias, e está trabalhando cooperativamente. Eu acho que isso também é importante reconhecer na Anvisa. Tanto que com o Butantan, como com outros produtores, trabalharam não no sentido de dizer: "Falta isso ou aquilo", e devolver; mas de dialogar para que o processo possa ser acelerado. Eu acho essa preocupação da senhora extremamente importante.

Eu queria falar também sobre a questão da fila. Só complementando, acho que o nosso colega Fernando Mendes falou dessa revisão que está sendo feita da RDC 48, que é extremamente importante, da fila de medicamentos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Dr. Jarbas.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Pois não, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – A fila de pesquisa, V. Sª disse que ela é de 20. Quer dizer, eu acho muito pouco. Não é a questão de que as indústrias estão desistindo do nosso País? É um número muito pequeno, se comparado com os outros países. Sei de casos de mais de cem, de 150 pedidos. E nós estamos em 20. Eu não sei se isso tem a ver com essa burocracia e com esse tempo que nós estamos demorando para autorizar o início da pesquisa.

Se V. Sª se sentir à vontade para comentar o assunto, eu gostaria de ouvi-lo.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Eu concordo inteiramente com o senhor, Senador Moka. Eu acredito que o Brasil, pelo nível de desenvolvimento tecnológico que tem, inclusive pelas empresas aqui instaladas, que hoje já investem em inovação, o número de pesquisa que nós temos no Brasil é reduzido.

Por isso que o debate que está sendo feito no Conselho Nacional de Saúde é extremamente importante. E nós vamos apresentar emendas, como membros do conselho. Mas o conselho não é vinculado ao Ministério. O conselho é um órgão de controle social. Porque nós achamos que, da maneira como é feito hoje, o chamado duplo processo de aprovação de pesquisa clínica é uma barreira muito mais demorada do que é feito na Anvisa.

A Anvisa consegue cumprir o prazo. Muitas vezes, as pessoas pensam que é a Anvisa. Mas é que o processo passa pelo CEP; depois, vem para a Conep. E isso, às vezes, leva treze, quatorze, quinze meses de análise. Então, o conselho tem se debruçado sobre isso e esperamos que tenhamos, ainda este ano, uma mudança importante nessa regulamentação para que o Brasil possa ter pesquisa clínica. Ter pesquisa clínica aqui significa estimular a inovação nas indústrias que estão aqui instaladas também. Por isso, é tão estratégico.

O Senador Humberto Costa levantou um ponto importante. Nós já temos agora essa legislação nova, que foi aprovada, e é deste ano. Então, existe um trabalho tremendo de implementação dessa legislação. E a Anvisa tem buscado liderar junto, inclusive, à Organização Mundial de Saúde e à Organização Pan-Americana de Saúde – na nossa Lei é a de nº 13.097 – para que nós possamos, com critério de preservada a nossa soberania nacional, preservado o critério de aceitabilidade mútua, ter padrões que pudessem ser compartilhados entre as agências reguladoras, porque realmente tanto para nós como para eles há uma dificuldade muito grande. Mas, unilateralmente, nós podemos dar uma desvantagem competitiva para o produtor nacional.

Por isso que é importante, primeiro, que a gente estabeleça esses acordos, segundo, que os nossos produtores, tanto públicos, como privados, e, aí, essa observação do Senador Otto Alencar sobre próteses... Nós não podemos ter duas exigências. A exigência para o produto, seja órtese, prótese, medicamento ou vacina, tem que ser a mesma, como já é hoje, se é fabricado aqui, se é fabricado no exterior.

(Soa a campainha.)

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Com esse aperfeiçoamento, a gente tem certeza de que garante, também, para os nossos produtores nacionais o desenvolvimento.

A indústria nacional sabe que país que não tem uma agência regulatória forte e tecnicamente qualificada não tem condições, atualmente, de participar do mercado global. Então, é interesse do setor regulado brasileiro, em todo diálogo que a gente tem, isso estar presente, que a gente tenha padrões que possam significar esse avanço.

Concluindo, só fazer uma... A órtese e prótese eu acho que, tanto o Fernando, como a Karla, nós temos duas CPIs andando, uma, aqui, no Senado, uma, na Câmara. O Governo tem um grupo interministerial, em que está a Casa Civil, Justiça, Saúde, em que nós estamos finalizando o relatório que vai ser trazido aos Parlamentares como uma contribuição e, efetivamente, órteses, próteses ou dispositivos médicos implantáveis, como se chama também, eu acho que são um bom exemplo de como a falta de regulamentação de uma coisa importante possibilitou tantas distorções.

Quando a gente ouve os relatos, são relatos assustadores de, até, corrupção da pessoa que esteriliza, na sala de cirurgia, para oferecer uma prótese no lugar da outra. É como a Senadora Ana Amélia falou, uma prótese que é fabricada por R$2,5 mil, mas custa R$25 mil.

Então, eu acho que esse trabalho conjunto da ANS, Anvisa, outros órgãos do Ministério da Saúde vai produzir uma regulamentação fundamental para o nosso País. Temos que aprender com as boas e as más experiências da regulação de preços de medicamentos, porque nós temos, na AC MED, temos uma avaliação crítica do que teve de positivo e do que teve de negativo, para a gente, agora, incorporar num processo de precificação de órteses e próteses.

Temos que trabalhar numa nomenclatura, porque órteses e próteses é bem mais complexo que medicamento, porque medicamento a gente tem dipirona, é dipirona. Órtese e prótese é quase como, comparam com um telefone celular: a cada, praticamente, um ano, dois anos, tem uma nova geração, às vezes, têm mudanças pequenas.

Então, a Anvisa está fazendo um trabalho junto com a ANS e outros órgãos, que eu creio que vai ser extremamente importante, de padronizar a nomenclatura, verificar a questão do registro e da precificação. Aí, a gente vai ter, eu creio, os elementos para que isso possa ser acompanhado efetivamente.

E, por último, inibidores de apetite e a política de medicamentos, que foi a pergunta das Senadoras Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata. Eu tenho a impressão de que inibidores de apetite, a gente tem que aprender com esse processo. Eu tenho a impressão, disse isso, de que a sociedade coloca nas nossas mãos um poder importante, quer dizer, o poder de dizer, regular um setor, dizer o que pode e o que não pode, o que deve e o que não deve em termos de padrões de fabricação de qualidade etc., e ele tem que ser exercido com extrema cautela, e a cautela, nesse caso, significa ouvir amplamente todas as pessoas que a gente tem que ouvir.

Eu acho que isso também é parte da transparência. Senadora Marta, eu andei estudando, desde que fui indicado, as várias agências internacionais e creio que, com os meus colegas diretores da Anvisa, temos que trabalhar para que todas as áreas da Anvisa tenham, no portal da Anvisa, prazos, fila, metas, que possam ser acompanhadas pela sociedade civil, pela associação de consumidores, pelo setor regulado, pelos Parlamentares, porque esse poder que nos é dado tem que ser, de maneira transparente, demonstrado à sociedade como ele está sendo utilizado.

E, toda vez que eu acho que a gente faz esse processo, com base nas melhores evidências científicas, com base nas melhores experiências internacionais e ouvindo todos os atores que têm que ser ouvidos, especialistas, pacientes, cientistas, eu creio que a gente constrói normas de maneira mais consistente, que não passem por processo de questionamento posterior, porque eu creio que é muito ruim para o nosso País ter uma agência em que a própria autoridade dela para regular possa ser questionada dentro do País. Eu acho que isso nós temos que evitar e ter esse compromisso conjunto.

A política de medicamentos que a Senadora Vanessa Grazziotin citou, nós temos hoje, no Brasil, eu acho que um esforço grande, tanto o setor privado, o setor público, nós temos uma indústria farmacêutica instalada em nosso país que é extremamente importante em termos de produção, em termos econômicos, e isso que a Senadora Vanessa falou é extremamente relevante.

Nós não podemos perder a corrida, agora, dos medicamentos biotecnológicos, como perdemos, de alguma maneira, com a farmacoquímica. Por conta disso, o Ministério da Saúde tem trabalhado, temos hoje quatro grupos privados, grupos ou empresas privadas que têm feito investimentos importantes e têm captado recursos importantes de Finep, BNDES, em pareceria com produtores públicos, de maneira que possamos ter em nosso País esta nova geração de medicamentos extremamente promissores para doenças autoimunes, câncer. Vários deles vão começar estudos clínicos, porque, como não há genéricos, eles têm demonstrar com estudo clínico. Aí entra a cadeia da pesquisa clínica não ter tanta barreira, para que não percamos esta nova avenida de produção, estarmos bem posicionados nesse sentido.

Há várias outras questões, mas, como eu disse, algumas delas serão merecedoras da aprovação dos senhores. Eu e o Fernando, no caso da Anvisa, estamos abertos a vir aqui fazer este debate, porque, sem dúvida nenhuma, é um tema da maior relevância para o País, para a saúde dos brasileiros, para o desenvolvimento de uma indústria nacional forte, qualificada, em condições de competir com qualquer outra indústria de produtos do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srs. Senadores, o Senador Elmano Férrer, um dos relatores, já havia apresentado antes, assim como os demais, o seu relatório, que hoje foi votado. S. Exª não pode estar aqui no começo, mas se encontra agora, estou registrando a presença do Senador Elmano Férrer, que cioso da sua responsabilidade, a despeito de ter sido retido em outras comissões para cumprir dever semelhante, veio agora para demonstrar o seu interesse pela realização desta sabatina.

Já realizamos a apuração.

Agradeço ao Senador Humberto Costa e à Senadora Ana Amélia, que foram os escrutinadores.

O resultado foi muito bom para os sabatinados. Em 20 votos, ambos obtiveram 19, apenas um voto contrário para cada um dos candidatos. (Palmas.)

A Comissão de Assuntos Sociais, portanto, aprova pareceres favoráveis das indicações dos nomes da Srª Karla Santa Cruz Coelho, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar e dos Srs. Fernando Mendes Garcia Neto e Jarbas Barbosa da Silva Júnior, para exercerem o cargo de Diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

As matérias vão à Secretaria da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

Agradeço a presença ao ex-Ministro da Saúde Agenor Álvares, como também ao Senador Humberto Costa, que foi Ministro da Saúde, a quem, pela ordem, concedo a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Apenas para pedir a V. Exª que vote aqui entre nós todos um pedido que faço agora de urgência, para que vá o mais rapidamente possível ao plenário.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A proposta do Senador Humberto Costa está em votação, solicitação de urgência.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a urgência para os três casos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2015.

Às dez horas e trinta e quatro minutos, do dia quinze de julho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Humberto Costa, Benedito de Lira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, José Serra, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Douglas Cintra, Blairo Maggi e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Simone Tebet, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Jader Barbalho, Magno Malta e a Senadora Fátima Bezerra. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 16ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP), Desembargador Lorival Ferreira dos Santos; Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Americana (TRT da 15ª Região) e esposa do indicado, Senhor Carlos Eduardo Oliveira Dias, Ana Paula Alvarenga Martins; Procurador-Geral da Justiça Militar, Marcelo Weitzel Rabello de Souza; Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti; Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Márcio Fernando Elias Rosa; Conselheiro Nacional do Ministério Público, Jarbas Soares Júnior; Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Germano Silveira de Siqueira; e Prefeito da cidade de Salvador, Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) OFICIO "S" Nº 70, de 2015 - Não Terminativo. Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Juiz CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS, escolhido pelo Plenário do TST, para compor o Conselho Nacional de Justiça. Autoria: Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Juiz CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS, indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 21 votos favoráveis e 2 votos contrários. ITEM 2) OFICIO "S" Nº 74, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha documentação exigida pela Resolução 7/2005, do Senado Federal e pelo Ato 1/2007, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, bem como o nome do Procurador de Justiça ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JÚNIOR, do Ministério Público do Estado de São Paulo, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça. Autoria: Conselho Nacional de Justiça. Relatoria: Senador José Serra (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Procurador de Justiça ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JÚNIOR, indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 22 votos favoráveis e 1 voto contrário. 2ª PARTE: ITEM 1) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, de 2015 - Não Terminativo. Altera o Regimento Interno do Senado Federal para criar a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública. Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SE-

NADO Nº 219, de 2013 – Terminativo. Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências. Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. O Senhor Senador José Maranhão passa a Presidência ao Senador José Pimentel. O Senhor Senador José Pimentel devolve a Presidência ao Senador José Maranhão. O Senhor Presidente suspende a presente Reunião às treze horas e vinte e um minutos e reabre às treze horas e vinte e seis minutos. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às treze horas e vinte e sete minutos do dia quinze de julho de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2011; ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011; ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2015; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2013; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2011; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 2011; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 562, de 2011; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente (Senador José Pimentel) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Pimentel,** Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(*Texto com revisão.)*

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira parte destina-se à deliberação dos Ofícios "S" nºs 70 e 74, de 2015, e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 a 12.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 70, DE 2015
- Não terminativo -

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Juiz CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS, escolhido pelo Plenário do TST, para compor o Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: pronto para deliberação
Observações: - *Na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 24/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

ITEM 2

OFICIO "S" Nº 74, DE 2015
- Não terminativo -

Encaminha documentação exigida pela Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e pelo Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, bem como o nome do Procurador de Justiça ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JÚNIOR, do Ministério Público do Estado de São Paulo, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Conselho Nacional de Justiça
Relatoria: Senador José Serra
Relatório: pronto para deliberação
Observações: - *Na 16ª Reunião Ordinária, realizada em 08/07/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

A Relatoria é do Senador José Serra, substituído *ad hoc*. A Relatoria *ad hoc* é do Senador Randolfe Rodrigues.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular, desta forma: os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou por meio de ligação para o número 0800-612211.

Convido os Srs. Carlos Eduardo Oliveira Dias e Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior a virem ao recinto da reunião. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, enquanto nossos convidados tomam assento, peço a V. Exª que autorize retirar de pauta o item 8, do qual sou Relator. Por conta da votação do ECA, ontem à noite, no Senado Federal, preciso refazer o meu voto no item 8, que é o PLS nº 219, de 2013. Por isso, estou pedindo, como Relator, a retirada de pauta do item.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deferido o pedido de V. Exª.

Continuamos no processo de arguição dos indicados, que já estão sentados à mesa dos trabalhos.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Oliveira Dias para sua exposição, pelo tempo de dez minutos.

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Exmo Sr. Presidente desta Comissão de Constituição Justiça e Cidadania do Senado Federal, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, peço licença para saudar em especial o DD. Senador Randolfe Rodrigues, que honrosamente relata o meu processo. Faço também uma saudação aos magistrados presentes e demais autoridades.

Quero registrar que é com grande satisfação que me dirijo a esta Casa para participar deste momento singular de interação entre Poderes da República. Sinto-me muito honrado em estar aqui, participando deste momento republicano ímpar, de poder, como membro do Poder Judiciário, apresentar-me e apresentar as minhas ideias, as minhas considerações, que poderiam ser úteis a V. Exªs para uma eventual aprovação para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Antes de iniciar a minha apresentação, eu gostaria de manifestar o meu agradecimento especial ao Tribunal Superior do Trabalho, aos seus Ministros, que muito honrosamente fizeram a minha indicação que agora é submetida a esta Casa, dando-me uma grande responsabilidade, caso venha a ser aprovado por V. Exªs, no sentido de tentar contribuir com a Justiça e com a sociedade brasileira.

Agradeço também à minha família, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos importantes de minha vida, e não poderia deixar de estar nesta situação singular.

Agradeço ainda aos amigos colegas, alguns presentes e outros a distância, todos contribuindo, de alguma forma, para que este momento se realize.

Quero informar que não me sinto muito à vontade em falar a meu respeito, em expor sobre a minha carreira, minha trajetória, porque isso pode tender a parecer um tanto cabotino e também poderia ensejar uma espécie de exaltação personalíssima, o que não se coaduna com a minha visão de mundo. Mas, entendendo o protocolo que tenho que efetivamente cumprir, de me apresentar a V. Exªs, procurarei fazer um resumo, uma síntese da minha trajetória profissional, para que V. Exªs possam conhecer um pouco a meu respeito.

Sou Juiz do Trabalho há 21 anos, desde 1994, e integro os quadros do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, um dos tribunais mais importantes dentro da estrutura judiciária brasileira, que tem uma movimentação processual das mais significativas. Antes de ser magistrado, fui também advogado. Atuei preponderantemente na atividade sindical, como assessor sindical, advogado sindical, prestando serviços também a entidades populares, organizações populares em geral. Antes de ser advogado, fui servidor da Justiça do Trabalho. Ingressei por concurso público, sendo igualmente servidor do próprio TRT de Campinas por quatro anos.

Tenho, assim, uma experiência acumulada de cerca de 28 anos, ligada sensivelmente ao Tribunal do Trabalho da 15ª Região, que abrange todo o interior do Estado de São Paulo. Quatro anos como servidor, três anos como advogado militante e vinte e um anos como magistrado de primeiro grau.

Procuro, dentro do meu trabalho, atuar com independência, honradez e construir uma percepção de justiça que se volta não apenas ao cumprimento dos meus deveres funcionais, mas de apresentar também uma visão humanista do trabalho do juiz e da magistratura.

Tenho contribuído com o meu Tribunal institucionalmente não apenas na magistratura, mas também fazendo parte de outras organizações do próprio Tribunal, como o Juizado Especial da Infância e da Adolescência de Campinas, que está sob minha responsabilidade desde o mês de março deste ano. Ali, a incumbência do magistrado que assim atua, como é o meu caso, é de analisar os pedidos de autorização para trabalho infantil, que estão previstos na Constituição, e temos procurado com isso fazer uma atividade efetivamente voltada àquilo que está inscrito na Constituição, de proteção integral à infância e à adolescência.

Também procuro contribuir em outros sentidos, como, por exemplo, integrando o Comitê Gestor Regional de Valorização do Primeiro Grau de Jurisdição. Esse comitê foi criado no âmbito do Tribunal do Trabalho de Campinas por determinação da Resolução nº 194, do Conselho Nacional de Justiça, que, numa iniciativa muito interessante, atribuiu a cada tribunal o dever de criar, efetivamente, esse comitê, e colocar dentre os seus membros um juiz de primeiro grau eleito pelos seus pares. E eu tive a honra de ser eleito pelos meus colegas, com 40% dos votos, para integrar esse comitê, comitê da mais alta importância porque, como sabemos, o primeiro grau de jurisdição é o ponto de maior estrangulamento do Judiciário. E há uma preocupação muito intensa das instituições de dotar o primeiro grau de alternativas e recursos para que possa resolver os seus problemas. E eu tenho procurado contribuir nesse sentido também para a consecução dessas finalidades.

Paralelamente à minha atividade na magistratura, também procurei construir uma carreira acadêmica voltada a uma das paixões que também nutro, que é o magistério. Sou professor, desde que me formei, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, desde 1991, e tenho, nesses 24 anos, procurado exercer, de modo compatível com a magistratura, também o magistério. Em função disso, obtive os títulos de Mestre em Direito do Trabalho na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e de Doutor em Direito do Trabalho na Universidade de São Paulo.

E tenho procurado, dessa maneira também, contribuir com alguma produção bibliográfica no sentido de ajudar a ciência jurídica brasileira na sua construção. Minha área de especialidade acadêmica é o Direito Coletivo do Trabalho, são as relações existentes nas organizações sindicais, dentre as quais negociação coletiva e representatividade sindical, mas procuro sempre trabalhar também com temáticas relacionadas aos direitos humanos e outras que estão correlatas com a minha atividade profissional.

Quero dizer que considero o Conselho Nacional de Justiça uma das mais importantes criações constitucionais dos últimos anos. Até me atrevo a afirmar que tínhamos uma Justiça antes do CNJ e temos outra Justiça depois do CNJ. É claro que o Conselho está em fase de afirmação institucional, com apenas dez anos de existência, mas a minha visão, a visão que tenho a respeito do seu trabalho é a de que ele vem contribuindo imensamente para mudar o perfil da Justiça no Brasil.

Posso assegurar a V. Exªs que sempre fui favorável à criação de mecanismos de controle da atividade jurisdicional, como é o caso do CNJ. Sei que na magistratura muitos foram contrários, desde que se começou a debater esse assunto, ainda com a denominação genérica de controle externo, mas eu, ideologicamente, nunca me satisfiz com a ideia de que um Poder como o Judiciário pairasse acima de qualquer tipo de controle. E é o que nós víamos efetivamente ocorrer, com situações nas quais nós tínhamos tribunais que mais funcionavam como ilhas, algumas com grande eficiência e outras, porém, dotadas de grande ineficiência. E o Conselho tem sido extremamente útil no sentido de estabelecer diretrizes globais para a atividade judiciária, cobrando dos órgãos judiciais, dos magistrados e dos servidores uma resposta efetiva para os problemas substanciais que a população possui. Dentre eles, destaco o que nos parece crônico e histórico, do assoberbamento das demandas e a dificuldade que o Judiciário tem em dar respostas eficientes e efetivas para solucionar esse problema.

Quero, com isso, me colocar à disposição de V. Exªs, do meu País, da Justiça, para que possa, de alguma maneira, tentar contribuir para o Conselho, a fim de que ele incremente o seu trabalho, amplifique as suas atribuições e, efetivamente, auxilie para que a Justiça seja cada vez mais justa, humana e eficiente.

Coloco-me à disposição de V. Exªs para quaisquer questionamentos que se façam necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Sr. Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Bom dia a todos!

Queria cumprimentar o Senador José Maranhão, Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, agradecer-lhe a forma lhana com que me recebeu aqui quando vim me apresentar, mostrando-me como se desenvolve esta Comissão, qual a dinâmica empregada pelos Srs. Senadores no momento de procurar conhecer melhor aquele que se candidata a um cargo de investidura temporária, como é o cargo que pretendo ocupar junto ao Conselho Nacional de Justiça.

Quero agradecer a presença de todos os Senadores e Senadoras. Aqueles que eu pude visitar, se não pude estar com eles pessoalmente, seguramente, estive em seus gabinetes; visitei os 27 gabinetes dos titulares desta Comissão de Constituição e Justiça, pude estar em quase todos os gabinetes dos Senadores suplentes. E por quê? Porque estou convencido de que este é o momento capital desta jornada, que teve início em fevereiro deste ano no meu Ministério Público, no Ministério Público de São Paulo.

Eu queria agradecer, portanto, a todos os Senadores, agradecer ao Senador José Serra, que aceitou relatar esta indicação, e agradecer, sobretudo e, também, principalmente, ao meu Procurador-Geral de Justiça

Márcio Fernando Elias Rosa, que aqui hoje se encontra presente. Sem o apoio do Procurador-Geral de Justiça, esta jornada sequer teria se iniciado.

Queria dizer aos senhores que, quando esta jornada se iniciou, eu fiquei aqui refletindo sobre os sentimentos que eu cultivaria até chegar a este momento. Estou absolutamente convencido de que são três: muito entusiasmo, humildade e respeito.

Entusiasmo em poder disputar aqui, após o juízo de valor que os senhores exercitarão, a composição de um Colegiado que tem como preocupação maior de desenvolver um sistema de Justiça que chegue ao povo brasileiro de forma célere.

É do conhecimento de todos – e eu integro o Ministério Público de São Paulo há mais de 28 anos – que o problema da morosidade da Justiça é algo que deve ser, de fato, enfrentado e deve ser trabalhado por aqueles que se dispõem à busca de um sistema de Justiça mais operoso, mais formalizado em todo o Território nacional, enfim, um sistema de Justiça que possa ser eficiente, eficaz e efetivo na prestação jurisdicional.

Queria dizer aos senhores que, nestes 28 anos de Ministério Público, eu tive a oportunidade de, na maior parte da minha experiência, ter atuado na atividade-fim, como Promotor de Justiça e, agora, como Procurador de Justiça. Mas pude também integrar a administração superior da minha instituição.

O Ministério Público de São Paulo não é melhor nem pior que nenhum outro ministério público brasileiro, mas é um ministério público que tem suas particularidades: é o maior ministério público do Brasil. Por quê? Porque São Paulo é o maior Estado da Federação, não só na arrecadação, não só no número de habitantes, mas também na quantidade de problemas. Nós somos 645 Municípios, nós somos quase 400 comarcas espalhadas pelo nosso Estado.

E, enquanto eu estive na administração superior e nos últimos três anos, ocupando o cargo de Subprocurador-Geral de Justiça, eu tive a exata percepção de quanto é importante um sistema de Justiça em que todos os atores trabalhem em consonância, um sistema de Justiça que tenha o Poder Judiciário, sim, como o grande maestro, mas que cada um dos integrantes dessa orquestra consiga desenvolver a sua *performance* adequadamente, sob pena de aquele que é o destinatário dos nossos serviços, o jurisdicionado, não ver o seu interesse atendido.

Então, acho que a preocupação maior – e é esta que me entusiasma – é aquela de colaborar para que o sistema de Justiça chegue àquele que é o que honra os nossos estipêndios no final do mês: o povo brasileiro.

Quero dizer aos senhores que sei da relevância deste momento, quando tenho o dever de trazer aos senhores a impressão que tenho sobre as instituições, a minha visão de mundo e o meu histórico de vida, para que os senhores, instância máxima, possam agora fazer um juízo de valor a respeito de se tenho eu condições de preencher essa cadeira destinada ao Ministério Público dos Estados.

Queria dizer aos senhores que, nesses 28 anos, quase 29 anos de Ministério Público – em especial agora, nesses 3 últimos anos, quando pude ajudar o Procurador-Geral de Justiça a conduzir os destinos da minha instituição –, encontrei situações bastante preocupantes. Situações preocupantes como, por exemplo, fico pensando eu, num país com as proporções do Brasil, com 26 Estados, mais o Distrito Federal, com comarcas longínquas, como é que o Judiciário de cada Estado opera a questão destinada aos espaços que são destinados aos operadores de Direito dentro dos prédios públicos dos fóruns?

Imaginem os senhores que São Paulo viveu essa problemática de forma intensa, no final de 2012, 2013, quando, pura e simplesmente, num gesto de quem não conseguia enxergar o sistema de Justiça como algo muito maior que apenas a prevalência de um de seus personagens, o Ministério Público de São Paulo acabou recebendo uma ordem de despejo. E isso não atingia, necessariamente, a figura do promotor, mas atingia a figura do jurisdicionado, atingia a figura daquele que necessita da nossa atuação, não só da atuação do Ministério Público, mas da atuação do juiz de direito, da atuação do defensor público, da atuação do advogado.

Estou absolutamente convencido, Srªs e Srs. Senadores, da necessidade de um processo eletrônico que efetivamente respeite as deficiências de cada um dos Estados da Federação, as restrições orçamentárias de cada uma das unidades do Judiciário brasileiro.

O Conselho Nacional de Justiça tem por atribuição cuidar das 91 cortes espalhadas por este Brasil. É necessário que cada um dos conselheiros tenha como preocupação que aquilo que está lá sendo produzido tem como missão maior não o interesse corporativista, mas o interesse da população brasileira. Uma população que recebeu, com a Carta de 1988, uma quantidade de direitos gigante. Os senhores produziram várias leis, garantiram inúmeros direitos. Então, é razoável que a população agora queira fazer jus ao exercício desses direitos, e, lamentavelmente, o conceito de cidadania é um conceito que ainda está sendo criado no seio da população. Com a Constituição de 1988, esse conceito começou a ser, de fato, discutido e desenvolvido. E cidadania é exercício de direito e cumprimento de deveres.

Então, o grande volume de processos que hoje o Judiciário brasileiro enfrenta – e nós temos de encontrar, de fato, soluções – penso eu, é absolutamente explicável, na medida em que a população agora quer o quê? Quer exercitar aquilo que lhe foi dado na Carta Constitucional.

Queria dizer aos senhores que estou absolutamente entusiasmado com essa possibilidade e acredito que, ao final dos biênios, se os senhores assim me concederem esse direito, será possível que o Judiciário brasileiro esteja mais uniformizado, que o Judiciário brasileiro consiga maiores avanços, de modo que todos os personagens que atuam dentro desse Poder tenham condições de prestar o seu serviço de forma mais digna e, mais do que isso, levar a prestação jurisdicional para o destinatário dos nossos serviços, que é o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passemos agora à fase de inquirição dos candidatos.

Cada Senador terá o tempo de dez minutos para formular os seus questionamentos, e os interpelados terão igual prazo, dez minutos, para suas respostas. Havendo réplica e tréplica, pelo tempo de cinco minutos.

Concedo a palavra aos Senadores presentes a esta reunião, para formularem as suas interpelações.

O primeiro inscrito é o Senador Ronaldo Caiado.

Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aos nossos sabatinados, em primeiro lugar, quero cumprimentá-los pelo currículo.

O Juiz Carlos Eduardo Oliveira Dias foi escolhido pelo Plenário do Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça. É um órgão importante, para que possamos ter – como todos os órgãos têm – aquele controle necessário para a boa aplicação, sem os excessos que podem ser cometidos... Nenhum poder está livre se nós não tivermos exatamente essa tutela e esse controle.

O que nós, nesta Casa, sempre produzimos foi a possibilidade de dar cada vez mais aos tribunais condições para que possam trabalhar e, ao mesmo tempo, garantir ao cidadão os seus direitos e suas prerrogativas.

Tenho uma ligação muito forte com o Tribunal Superior do Trabalho do meu Estado de Goiás, uma vinculação talvez desde a época do início da estruturação do Tribunal Regional de Goiás, há mais de 25 anos. Sempre tivemos uma dedicação específica na bancada do Estado para que realmente os tribunais especificamente do nosso Estado tivessem ali as condições mínimas de atuação. E hoje são referência nacional.

Quais são nossas preocupações neste momento em que nós vivemos em um mundo globalizado? Nossa preocupação é exatamente tentar também criar um clima no sentido de que a legislação trabalhista brasileira não produza um sentimento de afugentar as pessoas que querem investir no País.

Dr. Carlos, há poucos dias eu recebi um empresário no meu gabinete da área do setor rural. E ele, então, me fez considerações sobre um assunto que me chamou atenção. Dizia ele: "Eu estou hoje reativando as minhas indústrias mais em outros países do que aqui no Brasil." A incidência de ações trabalhistas – me mostrava ele – tem números estarrecedores. Lógico que gostaria de saber de V. Sª se esses números procedem. Ele dizia que, no Brasil, nós temos em torno de três milhões de ações trabalhistas por ano; nos Estados Unidos, 200 mil; e, no Japão, 100 mil ações. Bom, e que isso estava criando, dentro de resoluções baixadas pelos tribunais e pelas portarias, um clima de incapacidade de que aquilo pudesse ser aplicado.

É lógico que recebo queixas também do setor rural sobre a modificação que nós tivemos agora, infelizmente, por decisão do Ministro do Supremo. Refiro-me à modificação daquilo que realmente era praticado de uma maneira até desrespeitosa com a Constituição brasileira, o direito do transitado em julgado, em que pessoas, por não cumprirem portarias, já eram listadas como escravocratas. A partir daí, esse cidadão tinha toda sua história de vida familiar totalmente destruída por um fato que, muitas vezes, tinha uma predisposição ideológica e política.

Isso me faz cada vez mais acreditar que essa função que V. Sª vai assumir é fundamental para modelar e exigir que a lei seja cumprida sem os seus excessos e sem que um tribunal possa se arvorar em instância última de decisão ou de julgamento daquilo que ele faz à coleta das provas e do embasamento do processo.

Então, eu acredito que, com a formação e a experiência de V. Sª não somente na parte acadêmica, mas na prática direta, conhecedor das dificuldades... O que eu tenho cobrado muito é que as pessoas possam praticar mais uma política educativa. Essa política punitiva tem criado um clima de ansiedade e, cada vez mais, de insegurança jurídica no País. É a tese de a pessoa poder chegar, orientar e dar alternativa para aquele que, às vezes, pode não estar cumprindo todas as regras, todas as portarias baixadas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

O que posso dizer a V. Sª é que, provavelmente, se for fazer um *check list*, com todos os detalhes e minúcias, talvez não tenha uma empresa no Brasil que sobreviva a uma vistoria. Entendo a postura do Sr. Juiz, porque é realmente a realidade. Escrevem-se realidades: na Paraíba é uma, no meu Estado de Goiás é outra, em São Paulo é outra, no Agreste nordestino é outra situação. Então, acho que são características que nós precisamos de ter.

Aquilo que também foi citado aqui – e muito bem colocado por V. Sª, Dr. Arnaldo – em relação à cidadania, que é aquilo que a Constituição garante como sendo uma Constituição Cidadã, que nós precisamos avançar para ela, dando-lhe as condições mínimas para que o cidadão possa, amanhã, ter essas garantias fundamentais e, com isso, nós possamos sair do papel e das normas constitucionais para o dia a dia.

Minha atuação é... Eu sou, como formação e profissão, médico; sou cirurgião. É muito comum, às vezes, aquilo que nós aprendemos no livro ser muito fácil. Mas acho que, principalmente, o juiz e o médico têm que ter muita formação humanitária, têm que ter a capacidade de desenvolver um sentimento capaz de não apenas exigir, mas também de oferecer algo em troca, contribuir. A função do juiz é, perante o cidadão simples, já tem uma liturgia própria, já tem uma vestimenta diferenciada. É lógico que é fundamental que vocês possam preservar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Para concluir, Sr. Presidente.

Que vocês possam preservar, cada vez mais, essa credibilidade, principalmente no momento em que o País vive hoje. O Poder Judiciário, assim como nós do Poder Legislativo, temos que zelar enormemente para que a nossa trajetória, a nossa função, não seja amanhã motivo de descrença do cidadão que aguarda a Justiça ou a função de um Parlamentar.

V. Sª, Dr. Arnaldo, cita o lado do estímulo, da empolgação de poder ocupar esse cargo. Eu quero dizer também que as referências que recebi de V. Sª – de todos os meus colegas do Estado de São Paulo – foram todas referências no sentido da competência, da humildade, mas, também, da qualificação de V. Sª no cargo que sempre exerceu.

Eu quero neste momento, Sr. Presidente, cumprimentá-los. Dizer da tarefa hoje diferenciada que vocês passarão a assumir, fazendo parte de um Conselho. E este Conselho terá que ter uma postura que não seja apenas uma postura de uma instituição que venha a guardar o sentimento de corpo, mas que venha a guardar o sentimento que a Constituição garante – que seja a independência intelectual, moral –, para poder fazer os cortes necessários, as exigências necessárias, para que aquilo que a legislação trabalhista – como também V. Exª, Dr. Arnaldo, citou –, as prerrogativas do cidadão sejam respeitadas, sem os excessos, sem as ingerências indevidas e cada um cumprindo a sua função.

Eu encerro, Sr. Presidente, cumprimentando os nobres sabatinados e dizendo que os currículos de V. Sªs os qualificam tranquilamente para assumirem, a partir de agora, esses Conselhos nacionais que eu realmente defendo e acredito muito, por já sentirmos o quanto esses Conselhos já conseguiram interferir em vários Estados da Federação e modificaram a prática, principalmente, da Justiça brasileira e também as ações do Ministério Público.

Essas são as palavras e os cumprimentos aos nobres sabatinados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A palavra está facultada ao Sr. Arnaldo Hossepian, se assim o desejar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente... Aloysio.

Sr. Presidente, nós temos hoje, como é de conhecimento de V. Exª, muitas atividades, muitas comissões funcionando ao mesmo tempo aqui pela manhã, já nessas vésperas do recesso. Eu faria uma sugestão a V. Exª, se não houvesse objeção do Plenário, para, em razão do quórum, que já se pudesse começar, que os titulares pelo menos pudessem começar já a votar, enquanto nós prosseguimos a arguição.

E aproveito para me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está assegurada a inscrição de V. Exª.

Quero dizer que nós praticamos esse procedimento em vários outros casos de sabatina que aqui foram realizadas. De forma que eu defiro o pedido de V. Exª, creio que ninguém se oporia a tal procedimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E, desde já, está liberada a votação eletrônica para os Senadores que desejarem fazê-lo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Eu queria agradecer as referências elogiosas do Senador Caiado e dizer que, quando falava de entusiasmo, falava porque, na estrutura do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça, que foi gestado aqui no Parlamento Nacional, é uma das duas únicas hipóteses

em que a composição é de investidura temporária. A outra é a Justiça Eleitoral, que também se renova periodicamente.

Eu acho que esse mecanismo, instituído pelo Parlamento Nacional, possibilita que as ideias daquele colegiado sempre estejam sendo arejadas. Possibilita, no máximo, que alguém lá permaneça quatro anos, o que faz com que seja possível que nós tenhamos sempre uma visão diversa da realidade, procurando sempre avançar.

O Senador Caiado falava da necessidade do juiz, do magistrado ser mais voltado para as questões humanistas. Eu concordo absolutamente com isso. Eu me recordo de que, quando fazia o curso de Mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o meu orientador era o Desembargador hoje aposentado Dirceu de Mello. O Desembargador Dirceu de Mello foi Presidente do Tribunal de Justiça do meu Estado, Promotor de Justiça de carreira, ingressou na magistratura pelo quinto constitucional. Então, um magistrado absolutamente laureado, percorreu a carreira e foi sempre elogiado, formador de corrente na Corte em São Paulo. Ele costumava dizer que o bom magistrado é aquele que tem sensibilidade, temperança, serenidade e conheça um pouco de Direito, porque, se ele apenas conhecer Direito, Senador, seguramente não conseguirá entender as agruras e angústias que vivencia aquele jurisdicionado que está lá na sua presença.

Eu estou absolutamente de acordo com esse pensamento de V. Exª e penso que o Conselho Nacional de Justiça deve se inspirar nesses preceitos. A busca de uma formatação administrativa em todo o território nacional, sem dúvida nenhuma, não é uma missão simples. O senhor destacou as realidades diversas em cada um dos cantos deste imenso Brasil. Mas é necessário que nós consigamos o mínimo para que os direitos de toda a população brasileiro pelo menos em alguns aspectos consigam avançar de forma igualitária, sob pena de nós rasgarmos o texto constitucional.

Essa, sem dúvida nenhuma, é uma preocupação que me aflige, sob pena de nós termos o descrédito do sistema de justiça. Eu posso enumerar diversas demandas em que tive a possibilidade de oficiar como Promotor de Justiça, em que a frustração era grande ao final, na medida em que se privilegiava a forma em prejuízo do conteúdo. Era uma quantidade de incidentes recursais que fazia com que a demanda não avançasse.

A título de exemplo, eu tive a oportunidade de oficiar desde o início o colapsamento da Estação Pinheiros do Metrô em São Paulo. O sinistro foi em janeiro de 2007. A denúncia foi ofertada em janeiro de 2009, porque me preocupava muito o instituto da prescrição, na medida em que eu tinha ali figurando no polo passivo da demanda penal pessoas com mais de 70 anos de idade. Então, a denúncia foi oferecida no prazo de dois anos, um trabalho hercúleo. Eu contei com a assessoria do Ministério Público, com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, que o Governo do Estado colocou à disposição para que pudesse nos ajudar. Afinal de contas, um acidente daquela dimensão não tinha precedente no Brasil e mesmo no mundo. Na Inglaterra, houve algo semelhante no Aeroporto de Heathrow, mas sequer houve vítima, e, em São Paulo, nós tivemos sete vítimas.

Eu queria dizer aos senhores que a denúncia foi recebida em janeiro de 2009. Nós estamos em 2015. O processo não foi julgado em 1º grau ainda, por inúmeros incidentes. Eu pergunto aos senhores: qual é a credibilidade que a população terá quando se depara com uma situação dessas? Quando eu digo que a situação avançou, ainda que a decisão seja contrária, mas que nós consigamos, num curto espaço de tempo, conferir à população a sensação de segurança jurídica.

Dizia meu professor falecido, Geraldo Ataliba, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, que eu tive a satisfação de cursar – e muito me honram aqueles anos em que lá passei e por lá passei em 1979, quando ingressei, quando o Brasil caminhava em busca da democracia. Hoje este Parlamento funciona dessa forma, sabatina alguém que pretende compor uma das instituições que compõe o Poder Judiciário é o exemplo de quanto a democracia neste País funciona, graças a Deus. Todos se submetem ao Parlamento, porque é aqui que a vontade da população é manifestada.

Gostaria de dizer aos senhores que estou entusiasmado, sim. Acho que, se os senhores me conferirem essa possibilidade, procurarei me inspirar na busca de um Judiciário mais efetivo, ou seja, em que a paz social possa ser obtida, na medida em que a prestação jurisdicional chegue em tempo célere, porque o tempo da população não é o tempo da justiça nos dias presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores sabatinados, quero saudar os dois candidatos a ocuparem o lugar no CNJ, cujo currículo profissional recomenda amplamente e cujas qualidades foram também demonstradas durante esta sabatina.

Eu conheço, pessoalmente, já há bastante tempo, o Dr. Arnaldo Hossepian. Tivemos a ocasião de trabalharmos juntos, no Governo.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – É minha honra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Além, portanto, das suas condições profissionais de Procurador do Ministério Público, foi também um excelente auxiliar do Senador Serra, quando Governador, na área da segurança pública.

O senhor disse, Dr. Hossepian, que o Ministério Público de São Paulo não é melhor nem pior que os demais, mas é um grande Ministério Público.

Eu saúdo a presença do Dr. Márcio Elias Rosa, aqui acompanhando a nossa audiência.

Quero cumprimentar também o Dr. Carlos Eduardo Oliveira Dias, que integra o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Eu acompanhei o trabalho do Tribunal que V. Exª integra desde a origem, porque sou muito amigo e fui companheiro de militância política de um dos seus colegas. Nós éramos membros do mesmo partido, o Dr. Gerson Pistori. E é sempre um conselheiro nessa matéria de direito do trabalho.

Eu não tenho dúvida de que os senhores serão aprovados pela Comissão e pelo Plenário. Integrando o CNJ, eu gostaria que os senhores repercutissem lá, se concordarem com isto, uma preocupação que tenho em relação à maneira como o Supremo Tribunal Federal tem entendido a competência para processar e julgar ações que contestam decisões do CNJ.

O Supremo Tribunal Federal tem entendido que só compete a ele julgar as ações constitucionais, de fundo constitucional, como, por exemplo, *habeas data*, mandado de segurança, ou, evidentemente, as ações que são remetidas ao controle concentrado por força da Constituição.

Ora, o Conselho Nacional de Justiça, entre outros propósitos que tinha a sua criação, havia também o de instituir uma instância do Poder Judiciário que fosse, ao mesmo tempo, do Poder Judiciário e externo a ele. A ideia do Conselho surge exatamente da discussão sobre a pertinência do controle externo do Judiciário.

A OAB, por exemplo, queria um controle inteiramente externo, integrado por pessoas que fossem estranhas ao Poder Judiciário.

Eu me lembro de um artigo do Ministro Carlos Velloso, numa revista jurídica da Universidade de Minas Gerais, em que ele defendia um Conselho Nacional de Justiça com as funções que o Conselho tem hoje, mas integrado exclusivamente por magistrados nos mais diferentes graus de jurisdição.

Eu, quando relatei a proposta de Reforma do Judiciário, que se transformou depois na Emenda nº 45, no início esposei o ponto de vista do Ministro Velloso, mas, depois, nas discussões que tivemos aqui no Congresso, acabamos por chegar a esse formato que o CNJ tem hoje e que tem a função, evidentemente, de ser – digamos assim – um órgão formulador de políticas do Poder Judiciário, mas também um órgão disciplinador, sem poderes jurisdicionais, mas um órgão para exercer também uma competência disciplinar, para tomar decisões sobre organização, sobre metas, sobre objetivos, sobre critérios de aferição de desempenho, que fossem efetivamente observados pelo conjunto da estrutura do Judiciário. E, para isso, ele precisaria ter uma composição, como tem hoje, que o tornasse imune – digamos assim – aos interesses e às pressões corporativas.

Acontece que essa decisão do Supremo, que apenas conhece e julga ações de fundamento constitucional, tem como consequência a involução desse papel do CNJ que aplicam, digamos, sanções disciplinares ou que digam respeito a observância de metas, como, por exemplo, informatização, prioridade à primeira instância, seriam contestadas e julgadas na primeira instância. Portanto, decisões suscetíveis de serem capturadas pelo sentimento corporativo, o que é normal em qualquer corporação, até mesmo aqui entre os políticos existe, infelizmente, um sentimento corporativo.

Preocupa-me essa tendência. Eu penso que o CNJ deveria atuar no sentido de revertê-la, para que a missão que foi originalmente prescrita para ele possa ser efetivamente cumprida.

Essa observação que queria fazer a ambos os sabatinados, cumprimentando-os mais uma vez pela excelência da apresentação que fizeram.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Carlos Eduardo, para responder ao interpelante.

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Senador Aloysio, muito obrigado pelas suas referências. Quero dizer que o Desembargador Gerson Pistori é um grande amigo, é o nosso atual Corregedor e tem feito um trabalho muito importante dentro do nosso Tribunal. Eu agradeço a V. Exª a oportunidade que me dá de me pronunciar sobre esse tema que acho de extrema importância.

Como disse na minha interpelação inicial, sempre tive uma percepção positiva sobre a existência de mecanismos de controle do Poder Judiciário, obviamente, não no sentido jurisdicional, mas no plano administrativo.

Entendo que a solução adotada pelo Congresso Nacional, com a Emenda 45, foi muito feliz, já que nós tivemos um órgão composto de maneira plural, com vários segmentos da sociedade sendo envolvidos e dando uma visão que justamente tira esse caráter corporativo que porventura pudesse ter e, ao mesmo tempo, não

dando margem àquela ideia de se ter um órgão completamente externo, exterior ao Judiciário, que poderia eventualmente interferir por outros interesses, que me parecem igualmente ilegítimos.

Entendo, portanto, que essa composição formatada pelo Congresso Nacional foi muito adequada. Embora não tendo funções jurisdicionais, cumpre efetivamente um papel de extrema relevância, sobretudo, no aspecto da gestão, do planejamento, da observância efetivas das obrigações dos juízes e dos servidores e dos órgãos jurisdicionais.

Claro que a função disciplinar é de suma importância e de igual relevância porque, como V. Exª bem disse, é possível, numa gama de tribunais como nós temos no Brasil, que possam existir focos de uma atuação mais protetiva ou corporativa ou mesmo de algumas indolências no sentido de apuração de eventuais manifestações de irregularidades, coisa que estamos sujeitos a ter.

O que me parece que o Conselho supre é exatamente esta necessidade no sentido de atuar, sobretudo nos casos em que as corregedorias efetivamente não atuam, no seu papel supletivo, subsidiário, como, aliás, o próprio Supremo já determinou, e, eventualmente, em sede de revisão das decisões que foram proferidas pelas corregedorias que, eventualmente, não sejam aí consideradas apropriadas ou adequadas.

Tem-se falado com regularidade de um certo movimento possível no sentido de enfraquecimento do Conselho Nacional de Justiça. Não sabemos exatamente se isso existe ou não, algumas pessoas costumam dizer isso.

Mas quero dizer a V. Exª, em minha opinião pessoal, que sou completamente contrário a qualquer postura ou prática que enfraqueça o Conselho. Como disse, acho que foi uma imensa felicidade do Congresso criar esse instituto e se há algo a ser feito é o fortalecimento da instituição, buscando, claro, reparar os equívocos, os erros e direcionamento que ele teve, porque naturalmente toda instituição está sujeita a isso. Nós estamos nessa fase de acertamento institucional, de dez anos de existência do Conselho, e creio que muito pode ser feito ainda, mas sempre para melhorar.

Não me parece pertinente desqualificar o Conselho, sobretudo porque o legislador constitucional derivado, que fez a Emenda 45, expressamente o inseriu no Poder Judiciário e colocou acima dele apenas o Supremo Tribunal Federal. Não me parece legítimo que qualquer interpretação que se faça – com o devido respeito a análises divergentes – coloque o Conselho em uma situação de submissão a outros órgãos do Poder Judiciário.

Isso estaria destruindo o espírito que foi conduzido no direcionamento, na estruturação, da criação do Conselho.

Então, no plano disciplinar, sobretudo, entendo que, se existem interpretações nessa linha, com todo o respeito, elas parecem que estão na contramão daquilo que se pretendia quando efetivamente se criou o Conselho. E acho que a expectativa da sociedade é justamente o contrário, é a de que o Conselho seja fortalecido. E, dentro do que for possível, caso V. Exªs me dignem com a aprovação, pretendo trabalhar nas limitações de competência do Conselho para que isso seja efetivamente preservado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Arnaldo Hossepian Salles.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Eu queria, primeiro, agradecer ao Senador Aloysio pelas palavras e dizer que, sem dúvida, a honra foi minha, Senador, quando pude deixar o Ministério Público, durante aqueles dois anos, para servir ao povo paulista pela perspectiva do Poder Executivo. Sem dúvida, foi uma oportunidade muito rica, e o senhor era então, à época, o chefe da Casa Civil do então Governador Serra. O privilégio foi meu, a honra foi minha. Muito obrigado pela referência.

Sobre o aspecto que o senhor traz aqui à reflexão, sem dúvida também me preocupa. E, quando fui tomar conhecimento do que o Supremo Tribunal Federal entendia a respeito, me ative ao voto do Ministro Toffoli. E lá é possível diagnosticar que o que se discute é se o Supremo Tribunal Federal tem o poder revisor só nas questões constitucionais, ficando o art. 103-B, §4º, inciso II, que fala do desrespeito aos princípios da Administração, se isso poderia ficar a critério do juízo de primeiro grau, uma irregularidade num processo licitatório, enfim, alguma questão menor.

Só que, na discussão dos votos, quer do Ministro Toffoli, quer do Ministro Fux, a preocupação extrapola esse aspecto que parece singelo, porque muitas vezes, numa ação ordinária, é possível que venha a se discutir uma punição imposta a um juiz de direito. Então, isso poderá gerar, sem dúvida nenhuma, uma distorção que, eu quero crer, vai de encontro ao espírito do legislador constitucional, quando coloca o Conselho Nacional de Justiça como o segundo órgão, hierarquicamente, da Justiça brasileira. Tanto que o Conselho Nacional de Justiça, óbvio que não tem o poder jurisdicional de dizer o direito, mas tem a jurisdição administrativa, a jurisdição disciplinar, concorrente e revisora perante todos os tribunais do Brasil, exceto, por óbvio, o Supremo Tribunal Federal.

No próprio voto do Ministro, ele diz que, no curso daquela discussão, mesmo os Ministros que caminharam no sentido de consagrar esse entendimento que traz preocupação ao senhor – e eu também aqui me fi-

lio a essa preocupação – merece ser mais bem discutido. Então, eu creio que – lembrando que nós temos um Conselho com dez anos de vida – talvez nós ainda estejamos num momento de modulação e, seguramente, a Suprema Corte vai observar isso de uma forma mais minudente, de forma mais percuciente, para que, de fato, o objetivo do texto constitucional não seja ferido.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de conceder a palavra ao terceiro interpelante, Senador Antonio Carlos Valadares, eu aproveito o intervalo para registrar as presenças de autoridades a esta reunião: Desembargador Lorival Ferreira dos Santos, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Campinas, São Paulo; da Srª Ana Paula Alvarenga Martins, Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Americana, TRT-15ª Região, e esposa do indicado, Sr. Carlos Eduardo Oliveira Dias; do Sr. Marcelo – eu aí me atrapalho com a pronúncia do nome. Não sei se pronunciaria Weitzel – Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar; da Srª Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; do Sr. Márcio Fernando Elias Rosa, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; do Sr. Jarbas Soares Júnior, Conselheiro Nacional do Ministério Público; do Sr. Germano Siqueira, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; e do Sr. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, Prefeito da cidade de Salvador.

Eu quero dizer que essas presenças que acabei de citar tornam cada vez mais importante esta reunião, mostrando que Judiciário e Legislativo podem estar caminhando de forma paralela, na mesma direção, prestigiando atos como este, que homologa as indicações para o Conselho Nacional de Justiça.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, senhores indicados para o Conselho Nacional de Justiça, esta audiência pública está demonstrando, como tantas outras recentemente, que o nosso objetivos nesta comissão não é apenas cumprir uma formalidade, mas o nosso objetivo primacial é o de ouvirmos os indicados, que eles apresentem os seus currículos e que possam esclarecer, no âmbito de suas atividades, o que farão, caso os seus nomes sejam aprovados pelo Senado Federal.

Tivemos aqui várias audiências públicas, em que os indicados pontificaram, com conhecimentos profundos da legislação, da Constituição, da jurisprudência, mas uma audiência que ficou marcada, no histórico desta Comissão, foi a do Ministro Fachin, que passou mais de 12 horas sendo sabatinado por todos os Senadores. E ele respondeu, com sapiência, conhecimento profundo, todas as perguntas que lhe foram dirigidas. A partir daquela audiência, acho que esta Comissão valorizou mais ainda o seu dever de fazer indagações aos indicados, seja para o CNJ, para o Supremo Tribunal Federal ou para outras instituições que tenham a obrigatoriedade de apresentar os indicados, passando por esta Comissão.

Eu faria aos dois indicados, em primeiro lugar, uma pergunta que frequentemente volta à tona nesta Comissão, é sobre a chamada colaboração ou delação premiada, que se tornou lei graças ao Congresso Nacional. Eu fui um dos autores dessa proposta de aceitar a delação premiada como instrumento de investigação, não como prova cabal e eficiente para o término da investigação, ou para apontar um acusado como culpado diante de qualquer investigação.

Mas os indícios apontados por um delator poderão levar à prova. Esse instrumento tão importante de investigação resolveu, sem dúvida alguma, muitos processos lá na Itália quando do julgamento da máfia italiana. Isso foi transplantado para o Brasil, através de legislações esparsas, e de uma delas eu fui o autor aqui no Senado Federal. Perguntaria aos nobres indicados o que acham do instituto da delação ou da colaboração, o que acham do instituto da delação premiada?

Em segundo lugar, sobre a midiática informação que o Ministério Público sempre transmite nos órgãos de comunicação logo após uma denúncia. Quando o nome de um homem público é levado para a mídia, com acusações ainda não terminadas ou investigadas, sem obediência ao princípio do contraditório, muitas vezes, o homem público é, de logo, condenado previamente pela opinião pública. Se for inocentado, como acontece frequentemente, o seu nome fica sempre na suspeição ou na suspeita da opinião pública e jamais será o mesmo.

O que acham da publicidade que é conferida às decisões do Ministério Público antes de um julgamento final da causa? O que acham V. Exªs? Isso deveria se manter de uma forma um tanto quanto reservada para preservar a dignidade da pessoa humana, como está previsto no art. 5º da Constituição, ou, para alegrar a opinião pública – sempre à procura de quem cometeu pecados –, divulgar de qualquer forma a decisão do Tribunal de Contas, antes que o processo tenha o mínimo de prova para a acusação que pode pesar sobre o investigado.

E, por último, o que acham V. Exªs da possibilidade de um membro de um tribunal superior ter um filho ou um parente de até segundo grau como candidato a um cargo eletivo, e não haver, na Constituição, qualquer impedimento, muito embora várias tentativas tenham sido feitas aqui no âmbito do Congresso e não sei por que até a presente data essa inelegibilidade ainda não ocorreu.

Eu mesmo já apresentei uma proposta relacionada à proibição de membros dos tribunais de contas dos Estados terem filhos candidatos ou parentes até segundo grau e, lamentavelmente, essa proposta não tem nem Relator ainda, apesar de ter sido apresentada já há algum tempo. Apresentei, recentemente, e hoje acho que o Presidente vai colocar em votação, um projeto sobre audiência de custódia, que a Defensoria Pública está acompanhando, o Ministério Público também está acompanhado, o Ministério da Justiça tem interesse, a comunidade científica, jurídica também.

Audiência de custódia, em que o preso deve ser apresentado ao juiz no máximo em 24 horas, em cumprimento aos acordos internacionais assinados pelo Brasil

Recentemente, o CNJ fez uma espécie de mutirão em São Paulo e tirou da cadeia 40% dos presos que estavam ali sem o devido processo legal obedecido, sem as normas processuais e penais serem observadas, e o fato é que muitos deles não têm se apresentado ao juiz há muito tempo. O juiz nem sabia que eles estavam presos.

O que acham V. Exªs da aprovação dessa matéria no âmbito desta Comissão?

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Dr. Carlos Eduardo para responder à interpelação que foi feita a ambos os sabatinados.

Eu até fico em dificuldade quando a pergunta é simultaneamente dirigida a ambos os sabatinados para quem primeiro facultar a palavra, mas acredito que isso é um ponto pacífico entre sabatinados.

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Obrigado.

Senador Valadares, eu agradeço a sua manifestação e a oportunidade que me dá de me manifestar sobre esses assuntos.

Com relação à questão da delação premiada, como bem disse V. Exª, é um estudo que foi aprovado pelo Congresso Nacional, é uma lei que regulamenta o mecanismo probatório, e nós sabemos das preocupações do Congresso ao fazer essa aprovação, porque é, justamente, uma das medidas voltadas ao combate, sobretudo, ao crime organizado. E considero, como, aliás, a Constituição nos outorga essa determinação, que todos os meios probatórios licitamente obtidos devem ser reconhecidos. O que me parece, a visão que tenho sobre o assunto é que não se pode considerar a delação como única prova. Isso é um contexto probatório que efetivamente deve ser levado ao conhecimento da autoridade judiciária para formação do seu convencimento, e o dado principal é que me aprece que devem ser respeitados os princípios elementares do Direito, dentre eles, o devido processo legal e ainda os direitos fundamentais do cidadão. Então, eu penso que, como meio probatório, o seu uso é plenamente legítimo, legal, está previsto em lei, é admitido pela Constituição e deve estar sempre em harmonia com esses princípios constitucionais, que são princípios de garantia e que não devem ser, de forma nenhuma, negligenciados.

A segunda questão que V. Exª me formula – eu vou me permitir narrar a partir da minha visão, da minha perspectiva de magistrado, porque sou magistrado há 21 anos. Na verdade, até me corrijo, eu não sou magistrado, considero que eu estou magistrado. Ocupo a função de magistrado até o dia em que venha a deixá-la, por aposentadoria provavelmente. Eu tenho uma visão muito peculiar sobre o exercício das funções públicas, especialmente voltadas à Justiça, relacionadas à Justiça, de que elas nunca devem servir de amparo para exposições personalíssimas. Pessoalmente, não sou muito fã de qualquer manifestação que invoque a pessoa do julgador no sentido de que ele se exponha muito mais do que seu ato. O que deve ser prestigiado é o ato da autoridade e não autoridade como pessoa. Acho que isso não faz bem para as instituições. Por isso que, efetivamente, creio que aquilo que se produz, em termos de prática jurisdicional, ou por parte de quaisquer outras autoridades é que deve ser dado o relevo para a sociedade.

A terceira questão que V. Exª suscita diz respeito a um aspecto voltado à moralidade pública, e, como já expus na minha manifestação inicial, sou servidor público há 25 anos, como magistrado e, antes disso, como servidor da Justiça do Trabalho. Entendo que os princípios voltados à moralidade pública devem ser sempre respeitados. Nós tivemos um debate muito severo dentro do Judiciário – aliás, uma das primeiras manifestações propositivas do CNJ foi na proibição do nepotismo, prática que hoje infelizmente é disseminada em todos os órgãos públicos e que era uma chaga lamentável que nós tínhamos.

Então não me parece legítimo pensarmos, em qualquer hipótese, que possa haver, a partir da ótica da moralidade pública, algum tipo de vantagem ou benefício a quem quer que seja, pelo fato de ter algum tipo de relação de parentesco.

Por fim, com relação à audiência de custódia, considero que hoje é um dos projetos mais importantes que o CNJ possui, embora não seja de minha área de atuação, acompanho isso como pessoa interessada em questões relacionadas aos direitos humanos e devo dizer que isso tem tido uma experiência muito exitosa dentro do Tribunal de Justiça de São Paulo e que assegura, nada mais, nada menos, que a preservação de uma

garantia fundamental do cidadão, que é elementar: o direito do cidadão, ao ser detido, ser apresentado à autoridade judiciária com maior brevidade possível.

Como bem disse o Senador, isso é uma obrigação institucional que o Brasil tem, ao firmar instrumentos internacionais com o Pacto de São José da Costa Rica, que expressamente assegura esse direito.

Então entendo que esta Casa caminha num sentido...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço licença para interromper o Dr. Carlos Eduardo.

Eu gostaria que os presentes guardassem o necessário silêncio enquanto há um orador na tribuna.

V. Exª pode retornar.

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Obrigado Presidente.

Então, concluindo Senador, eu entendo que esse é um dos mais importantes projetos que está no CNJ e espero realmente que esta Casa possa debatê-lo com bastante eficiência, porque o que nós estamos tratando nessa questão da audiência de custódia nada mais é do que um direito elementar que qualquer pessoa tem. Sendo ou não culpada, sendo ou não efetivamente responsável pela prática de um ato delituoso, de ser apresentado à autoridade judiciária para receber efetivamente a indicação daquilo que se lhe imputa e para que se verifique se os seus direitos fundamentais estão sendo preservados.

Por isso que entendo que seria de extremo avanço para a nossa legislação caso venha o Senado a deliberar sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Arnaldo Hossepian.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Senador, na questão da delação premiada, eu fiz constar no meu currículo, é do conhecimento dos senhores, portanto, eu integro o magistério já há quinze anos e leciono Direito Penal e Direito Processual Penal, na Fundação Armando Álvares Penteado, na FAAP lá em São Paulo.

E eu me lembro uma ocasião, quando nós tratávamos da prova no processo penal, em que uma aluna perguntava: Professor, a confissão, de zero a dez, quanto é que ela vale? Ela vale dez? E o testemunho da testemunha de referência vale um? Eu disse: Absolutamente! O conjunto probatório é o que deverá ser apreciado pelo juiz de direito.

E a delação premiada? Por questão circunstancial que o País atravessa ganhou tamanha relevância quando o senhor bem disse: "Esta Casa já deliberou sobre a delação premiada em legislação em 1990." A Lei nº 8137 que cuida dos crimes contra as relações de consumo e cuida dos crimes de sonegação fiscal trata da delação premiada.

Então, a delação premiada é um instrumento de prova muito importante, mas ele é o início de prova. E aquilo que é produzido na fase indiciária, na fase investigativa, na fase policial, digamos assim, deverá ser consagrado em juízo, sobre o princípio do contraditório.

Então, veja só, o fato da mídia dar o valor que tem dado não significa que o operador de direito vá embarcar nessa canoa, afinal de contas ele é um técnico. Ele sabe que quando ele cuidou da prova no processo penal, o princípio que vigora é o do livre convencimento por parte do Juiz de Direito. Caberá a ele avaliar todo o quadro probatório. E a delação premiada é um mecanismo importante, sobretudo quando a Administração Pública está envolvida, onde não há vítima determinada, não é? A própria mídia costuma dizer que a vítima é a viúva.

Então nesse aspecto ela é importante, mas é importante como meio de prova. O conjunto probatório como um todo é o que vai apontar se a responsabilidade penal restou demonstrada ou não, possibilitando então impor punição.

A questão da midiatização do Ministério Público. Eu fico muito à vontade para falar sobre esse tema. Eu vou completar quase 29 anos de Ministério público no Estado de São Paulo e eu queria dizer às senhoras e aos senhores o seguinte: o promotor fala do que fez, o promotor não fala do que vai fazer.

A fase investigativa vai ser apreciada pelo Juiz de Direito, é assim no Estado democrático. O fato de eu ajuizar uma demanda penal não significa necessariamente que ela resultará numa condenação – o Judiciário que dará a palavra final. A mim cabe, como integrante do Ministério Público, exercitar das minhas habilidades técnicas para produzir a melhor prova indiciária possível, de forma que eu possa alicerçar uma denúncia substanciosa que não seja derrubada na primeira corte que se deparar com eventual *habeas corpus* ou com eventual recurso ou qualquer outro tipo de recurso interposto por aquele que se julga ofendido.

Então, fico muito a vontade para dizer sobre o tema. Por quê? Porque já funcionei em causas de relevo no meu Estado e simples consulta hoje pela internet, pelo Google, se pode verificar que jamais me prestei a ficar proclamando aquilo que estava sendo feito. Ofertada a denúncia e recebida a denúncia, era razoável que eu dissesse: Há uma denúncia ofertada, uma denúncia recebida. Agora, a parte vai se defender e, ao final, o

Poder Judiciário dirá se o Ministério Público estava com a razão ou se a defesa estava com a razão. É assim que deve funcionar. Por quê? Porque estamos tratando de uma questão técnica.

A terceira pergunta que o senhor coloca sobre o projeto de lei – acho que o Dr. Carlos Eduardo abordou de forma lapidar a questão da moralidade. Se isso revela eventual influência de quem ocupa cargo de destaque na Administração Pública, evidentemente, que nós temos que criar mecanismos para que isso não ocorra, sobretudo quando nós estamos tratando da disputa de cargo eletivo em que a população tem que ter absoluta clareza de quais são os atributos que o candidato possui para poder se apresentar perante o povo com a intenção de representá-lo dentro deste Parlamento.

E sobre a questão da audiência de custódia? Também ficamos muito a vontade para falar sobre a audiência de custódia, porque o Ministério Público de São Paulo – e São Paulo foi o Estado que levou essa experiência adiante – manifestou pela Procuradoria-Geral de Justiça, a preocupação se era possível equacionarmos a aplicação num Estado como São Paulo em que sabemos como é que funciona o sistema de polícia.Eu tive a oportunidade de ocupar a Secretaria da Segurança Pública como Secretário Adjunto durante dois anos e essa era a nossa preocupação porque, quando o Pacto de Costa Rica trata do tema ele diz "em tempo breve", ele não diz "em 24 horas", tanto que essa questão é objeto de preocupação desta Comissão.

Quando ouvi o Senador Humberto Costa, na semana passada, ponderando da preocupação dele de que, em determinador rincões desse Brasil, talvez não seja possível apresentar o preso em 24 horas e aí ele consulta os senhores como fazer para resolver essa questão. Mas não é possível ser contrária à audiência de custódia. E um dado que entendo ser importante a ser trazido para circunstanciar o tema: a audiência de custódia, pela via do Pacto de São José da Costa Rica, é incorporada à legislação brasileira em 1992 e por que só agora essa questão palpitou? Pela questão carcerária? Não. Penso eu que por outra questão fruto de uma alteração legislativa feita por esta Casa.

Em 1995, após estudos levados adiante pela Prof. Ada Grinover, este Parlamento criou a Lei nº 9.099, que criou o Juizado Especial Cível e o Juizado Especial Criminal e, lá, se alterou a regra procedimental, o interrogatório passou a ser o último ato praticado pelo Juiz de Direito. Num procedimento singelo, crime de menor potencial ofensivo, dificilmente, alguém estaria retido no cárcere por conta de um crime de menor potencial ofensivo. Mas o fato é que a preocupação maior naquela oportunidade era que o interrogatório de fato fosse a última prova, porque todo o réu tinha todo o quadro probatório produzido e ele poderia se defender daquilo que o órgão acusatório iria lançar contra ele.

O problema é que, na reforma de 2008, o interrogatório como último ato processual é regra. Então, não é razoável que alguém que tenha sido preso em flagrante, a denúncia ofertada no tempo legal, que ainda são os dez dias, fique 90, 100, 200 dias.

Porque, muitas vezes, o prazo processual de réu preso, que hoje está estabelecido na casa de 95 dias, jurisprudencialmente falando, às vezes não é observado.

Eu integro a Procuradoria de *Habeas Corpus,* Mandado de Segurança e Matéria Criminal no meu Estado, então vivencio essa realidade com bastante frequência e não hesito em lançar parecer no sentido de colocar em liberdade quando se verifica que é algo absolutamente descabido.

Então, não é possível não ser favorável à audiência de custódia. Mas me preocupa essa questão das 24 horas, porque fico pensando no Juiz de Direito, no Promotor de Justiça e no delegado de Polícia numa Comarca distante, de difícil locomoção. Como é que nós vamos fazer para observar esse prazo? E me parece que essa é uma preocupação que permeia esta Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Nós temos dois indicados para o Conselho Nacional de Justiça, altamente qualificados, do meu Estado de São Paulo.

Eu tinha uma pergunta, que era sobre custódia, mas me sinto absolutamente contemplada pela exposição dos dois.

Então, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior sobre mediação e arbitragem: recentemente o Conselho Nacional aprovou legislação sobre o tema. Dois instrumentos, que são superimportantes para a solução de conflitos, que podem acabar na Justiça, contribuindo para esvaziar as prateleiras do Poder Judiciário e dando celeridade à resolução dos litígios.

Segundo a publicação *Justiça em Números*, do próprio Conselho Nacional de Justiça, que foi editada em 2014, no final do ano anterior havia 95 milhões de processos na Justiça.

Em sua opinião, eu gostaria de saber como o CNJ pode contribuir para que, efetivamente, a mediação e a arbitragem mudem esse panorama, porque não podemos tolerar essa situação em relação ao número de ações judiciais no Brasil.

Ainda, a mediação e a arbitragem são tradicionalmente associadas à solução de lides no campo processual civil. Qual a sua opinião sobre o uso desses instrumentos no âmbito do processo penal.

É só essa questão.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Senadora do meu Estado, agradeço a senhora por estar aqui e pela pergunta.

Eu acho que a senhora toca num ponto bastante importante, que é a questão da conciliação como gênero, não só na esfera do Direito Civil, mas também na esfera do Direito Penal.

A Lei nº 9.099, volto a ela, foi um grande avanço na legislação penal processual. Por quê? Por conferir a possibilidade da composição civil entre o ofendido e o ofensor nos crimes definidos como de menor potencial ofensivo, cuja pena não ultrapasse dois anos de prisão e a ação penal dependa da vontade expressa do ofendido. Ou seja, a persecução penal, para que se desenvolva, é necessário que o ofendido compareça em juízo e diga que ele quer que isso se realize.

Eu acho que, embora os instrumentos hoje aprovados, a Lei da Arbitragem, a Lei de Mediação, as iniciativas do CNJ no campo do Direito Privado, do Direito Civil, é importante que nós ampliemos esse tipo de solução também na esfera penal.

Penso eu, óbvio de *lege ferenda*, por que não no crime de furto simples a ação penal ser transformada em ação pública condicionada à representação? Por que não conferir ao ofendido o poder de se compor com o ofensor? Por que sobrecarregar o Judiciário?

Em um estelionato singelo, talvez ampliarmos esse espectro, em vez de dois anos de pena restritiva de liberdade, caminharmos para algo um pouco mais ousado. Conferindo, sem dúvida nenhuma, ao interessado, ao ofendido, a possibilidade de discutir isso na presença do Juiz de Direito, acompanhado pelo seu advogado, pelo Ministério Público, representando a sociedade, no exercício das suas atribuições.

Penso eu que essa é uma alternativa para minimizarmos o movimento na justiça criminal, que é muito grande.

Eu digo a senhora que São Paulo tem uma demanda gigante, a senhora bem sabe disso, é conhecedora das agruras que o Judiciário paulista vive, eu volto a dizer aqui, ali na Procuradoria de Habeas Corpus e Mandado de Segurança em Matéria Criminal a demanda é grande e revela, muitas vezes, que o cidadão se vê numa situação de constrangimento por um crime de médio potencial ofensivo, que seguramente poderia ser resolvido pela composição entre as partes.

Acho que o Conselho Nacional de Justiça pode ser o espaço e deve ser o espaço adequado para que a gente discuta esse avanço e esta Casa, seguramente, saberá deliberar de uma forma ou de outra, de modo que a gente possa avançar também na composição na esfera criminal.

Não sei se respondi.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP. *Fora do microfone*.) – Sinto-me contemplada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador José Pimentel, ilustre sabatinados, meus cumprimentos por ambas as exposições.

Como a Senadora Marta Suplicy trouxe a lume um tema tão relevante, que é o da autocomposição, aliás, objeto de todas as indagações que tenho feito aqui ao longo dessas últimas semanas, nas sabatinas, no âmbito do CNJ, vou me permitir, eminente Senadora Marta, dar um passo adiante na indagação de V. Exª, que é muito relevante. E como V. Exª destinou sua pergunta ao eminente Procurador Arnaldo Lima Júnior, eu vou destinar a minha pergunta ao eminente Magistrado Dr. Carlos Eduardo Oliveira, já que se refere também a minha dúvida, exatamente sobre a questão da área das relações do Direito do Trabalho.

O Senado aprovou, recentemente, e foi sancionado com vetos pela Senhora Presidente da República uma lei nova sobre a arbitragem no Brasil, fundamental e importantíssima e que foi muito bem recebida pelo mundo jurídico.

Entre os vetos, existe um que se refere exatamente à arbitragem nas relações do trabalho e esses vetos estão para ser apreciados e, recentemente, a própria Anamatra manifesta sua posição pela manutenção do veto.

Tendo em vista, como aqui foi dito pela Senadora Marta e por todos nós, que hoje o grande problema da Justiça no Brasil é o acúmulo exagerado de dezenas de milhões de processos, não me parece que haja qualquer indagação sobre a necessidade imperiosa e avassaladora de nós adotarmos todas as possibilidades e instrumentos possíveis para a composição extrajudicial: A mediação, a conciliação, as prevenções e, fundamentalmente, também a arbitragem em todas as áreas, especialmente, nas áreas cíveis em que existem questões patrimoniais que podem ser compostas.

Por isso eu indago a V. Exª – eu sei que o CNJ tem essa preocupação de é diminuir o número de processos, já que nós não temos condições de termos juízes em número suficiente para dar cabo a todas as demandas em ação no Brasil –, se existe mesmo uma resistência na área de Justiça do Trabalho, do Direito do Trabalho em relação à arbitragem e qual seria a posição de V. Exª, no CNJ, em relação ao prestígio da arbitragem também nas relações oriundas do trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Bom dia, agradeço as suas referências e a oportunidade que me é dada para responder sobre esse assunto.

Eu devo dizer que me sinto muito à vontade para falar do tema, porque, como V. Exª bem sabe, a Justiça do Trabalho tem esse perfil conciliatório, desde a sua origem, lá nos anos 30 ainda, já surge com esse DNA, por assim dizer. E eu pratico essas atividades de mediação há 21 anos consecutivos, diariamente.

Então, nós temos uma preocupação muito severa, não que isso resolva todos os problemas. Nós ainda temos um acervo muito grande de ações, o Senador Caiado comentou, nós temos 3 milhões de ações, mais de 3 milhões de ações trabalhistas por ano. Só o meu Tribunal recebeu, no ano passado, mais de 300 mil novas ações, quer dizer, realmente é um volume muito grande e todos os esforços que nós fazemos acabam não sendo suficientes, porque o saldo continua sendo muito elevado.

O que eu gostaria de dizer é que as práticas conciliatórias e de mediação, em particular, têm sido feitas, razoavelmente, dentro da Justiça do Trabalho, na esteira, aliás, do que vem propondo o Conselho Nacional de Justiça. O Conselho tem tido essa preocupação e isso, em regra, afeta muito mais os demais ramos do Judiciário, que não têm uma tradição nessa prática da mediação, mas nós temos realizado, inclusive, o nosso Tribunal em Campinas instalou centros de conciliação tanto em primeiro quanto em segundo grau, exatamente para resolver com maior facilidade esse tipo de demanda.

O que existe com relação à arbitragem, aí é a preocupação maior de V. Exª, que se volta à pergunta e ao veto, especificamente que foi feito, está relacionado a um aspecto muito mais cultural mesmo.

Nós sabemos que, nas relações de trabalho, há uma notória diferença de caráter econômico entre trabalhador e empregador, e a preocupação que sempre temos evidenciada, quando lidamos com esse assunto, é justamente de que poderia haver alguém que não integrasse o corpo do Judiciário, que eventualmente poderia estar sujeito a eventuais manifestações de parcialidade em favor do poder econômico.

Por isso, talvez, essa resistência que V. Exª bem menciona. Na verdade, eu posso traduzir essa resistência na interpretação majoritária que existe hoje na jurisprudência do Trabalho a respeito da não admissibilidade da arbitragem no plano das relações individuais de trabalho. Ressalvo isso porque a arbitragem no plano coletivo é até prevista na Constituição. Isso tem sido usado, com muita parcimônia, entendo, até por razões culturais também, não se tem essa prática da arbitragem, embora devêssemos usar muito mais. Mas, no plano individual, a preocupação que existe é exatamente por causa desse descompasso, e a falta da preservação de alguns princípios que são próprios do processo, como, por exemplo, a publicidade dos atos processuais. Nos processos submetidos à arbitragem ou à mediação, pode-se estabelecer cláusula de confidencialidade, o que poderia, em tese, ensejar alguma situação de desequilíbrio. Então, o fundamento principal que nós temos na Justiça do Trabalho, no sentido negativo ao uso da arbitragem, está relacionado a isso.

Agora, V. Exª lembra muito bem que a proposição feita no plano da modificação da lei da arbitragem se voltava especificamente para um nicho de trabalhadores, os chamados altos empregados, os executivos, pessoas que têm uma condição diferenciada, não apenas econômica, mas na própria formulação dessa relação. E eu acredito que poderia ser, realmente, uma solução adequada.

O que me parece que preocupou a Presidenta, e, no momento da sanção, isso acabou levando ao vento, é o que aparece na mensagem de veto, é a falta de conceitos mais precisos sobre essa figura, dos chamados altos empregados, e que poderia, teoricamente, em algumas situações, levar ao uso indevido dessa figura.

Nós temos outros exemplos na legislação trabalhista em que a utilização inadequada de um conceito indeterminado fez com que se inserissem pessoas que não deveriam ser inseridas naquele conceito para determinada solução normativa. Mas eu quero dizer a V. Exª que o conhecimento que nós temos é de que essas situações são comumente resolvidas na arbitragem e acabam não chegando ao Judiciário, porque são arbitragens legítimas, em que não há sobreposição de caráter econômico e que tem resolvido muitos casos.

O próprio noticiário nem sempre narra essa situação justamente pelas cláusulas de confidencialidade que são utilizadas, e esse é um dos motivos principais pelos quais efetivamente se tem o uso da arbitragem em casos dessa natureza, pelo volume de dinheiro que envolve, eventualmente pelas condições que são colocadas, por força do rompimento desses contratos, acaba se optando pela arbitragem em detrimento da demanda judicial.

Pessoalmente, nesses casos, eu não seria contrário à possibilidade de se ter o uso da arbitragem, mas eu também revelo uma certa preocupação de, em havendo essa autorização sem uma determinação conceitual mais aprofundada, de haver um uso inadequado. E, aí, nós teríamos um efeito reverso, em vez de diminuir o número de ações, nós teríamos um aumento do número de ações trabalhistas, exatamente das pessoas que pretenderiam desconstituir essas decisões arbitrais, justamente invocando algum tipo de fraude ou irregularidade na sua formatação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Sªs e Srs. Senadores, vou deixar, aqui, dois questionamentos. O primeiro deles ao ilustre Magistrado Carlos Eduardo de Oliveira Dias, e, em seguida,ao ilustre Procurador Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior.

A primeira delas ao Magistrado Carlos Eduardo: V. Exª certamente tem conhecimento de que, algum tempo atrás, nós decidimos, aqui no Congresso, pela criação de novos tribunais regionais federais, em face do evidente colapso operacional que tomou conta de alguns desses tribunais, especial um que atende, inclusive, ao meu Estado. E isso acabou não tendo o andamento prático, que seria a sua efetiva instalação. Em primeiro lugar, qual a posição de V. Exª em relação a essa redivisão ou então a criação de novos tribunais?

De que forma V. Sª considera possível o CNJ nos ajudar ou participar efetivamente da busca dessa solução?

Nós sabemos que acabou havendo uma ampliação, talvez além do razoável, mas que não minora, não inibe os problemas centrais que nós temos hoje de acúmulo, pelo menos aqui na 1ª Região. Portanto, a opinião de V. Exª em relação a essa tentativa de dar um pouco mais de racionalidade a esses tribunais e de que forma efetivamente V. Exª acha que o conselho pode participar dessa discussão.

Dirijo-me ao ilustre Procurador Arnaldo. V. Exª sabe que recentemente o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional alguns pontos daquela emenda constitucional que alterou a regra do pagamento de precatórios. Essa é uma preocupação hoje ampla de administradores municipais e também estaduais.

A verdade é que o Supremo ainda não se manifestou de forma definitiva em relação a essa matéria e a preocupação que nós percebemos é de que algumas modificações ainda podem colocar em risco o planejamento, a programação dos Estados e Municípios feita nos seus orçamentos.

V. Exª acredita que o Conselho Nacional pode efetivamente participar também dessa discussão numa busca definitiva de uma regra estável, ao lado do próprio Congresso Nacional, que possa permitir aquilo que considero essencial para qualquer administração em qualquer nível, que é o planejamento? Porque, no momento em que as regras, toda essa insegurança em relação às regras já há algum tempo vem criando uma enorme instabilidade no planejamento dos investimentos dos Municípios e dos Estados.

De que forma, portanto, poderia o Conselho Nacional de Justiça, ao lado do Congresso Nacional, encontrar uma solução para essa questão tormentosa para os administradores públicos brasileiros?

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Arnaldo Hossepian para responder a interpelação.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Senador Aécio, como o senhor deve ter visto no currículo, eu tive a oportunidade de, durante dois anos, servir ao Governo Serra, por generosidade do nosso Senador. O Senador Aloysio, à época, era Chefe da Casa Civil. A questão orçamentária era algo que eu pude ver de perto o quanto preocupa o gestor da coisa pública, preocupa o próprio Ministério Público. Claro que não há como se comparar o orçamento, mas também preocupa.

Então, eu não vejo como o Conselho Nacional de Justiça, que trouxe para dentro do Judiciário a preocupação com o planejamento e a gestão, não se debruça sobre uma questão tão tormentosa quanto essa. Claro que quem tem o poder jurisdicional para deliberar sobre matérias constitucionais é o Supremo Tribunal Federal, mas penso eu que aquele colegiado, ao qual aqui eu ofereço meu nome para poder integrar, não pode deixar de lado esse tipo de discussão, ainda que sirva como um espaço adequado para que consigamos conciliar a preocupação que permeia o gestor público, porque, afinal de contas, ele gere o orçamento visando o interesse do cidadão e o direito daqueles que têm, de fato, de receber, com o mínimo de previsibilidade, aquele valor que o Estado lhe deve por conta de demandas que foram se eternizando.

Então, penso que não é razoável imaginarmos uma situação, uma solução que se restrinja, única e exclusivamente, à aplicação fria do texto da lei. É necessário que compatibilizemos o ordenamento legal vigente com essa preocupação, ou seja, lembrar que o gestor público tem, sim, que planejar e tem que se preocupar em como ele vai canalizar os recursos, que são finitos, para atender tantas demandas de interesse da população, sobretudo pós Constituição de 1988, Senador, em que inúmeros direitos sociais, consagrados lá no art. 6º, carecem ainda de implementação.

Claro que aquele que se dispõe a gerir a coisa pública vai ter que se debruçar sobre isso – e estão se debruçando –, para, cada vez mais, trazer à sociedade brasileira, que exige o cumprimento dos direitos que lhe foram conferidos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu agradeço a V. Exª e registro que trago esse tema, essa provocação apenas com o objetivo de que realmente o conselho possa estar atento à gravidade que a imprevisibilidade traz hoje para os gestores públicos de todo o País.

É um tema que, em determinados momentos, acaba atraindo um pouco mais de atenção; em outros, passa a ser tratado de forma secundária.

Roubando a expressão de V. Exª a previsibilidade é o essencial. E acho que o Conselho Nacional de Justiça pode, trazendo essa discussão, ajudar a que a solução definitiva possa realmente chegar e chegar o mais rapidamente possível.

Agradeço a V. Exª Eu fiz, Presidente Maranhão, também uma indagação ao ilustre magistrado Carlos Eduardo de Oliveira Dias.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Dr. Carlos Eduardo, para responder à indagação do Senador Aécio Neves.

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Senador Aécio, V. Exª toca em um ponto importante que diz respeito a uma questão complexa, que é justamente a necessidade, a partir das demandas judiciais reiteradas, um tema que recorrentemente vem sendo debatido aqui, que nós já abordamos hoje tangencialmente, e a automática ou não necessidade de criação de novas unidades judiciárias.

Então, nós, durante muitos anos, vivemos com essa perspectiva. Aumenta o número de ações, aumenta-se o número de tribunais, cargos de juízes. Isso nem sempre é uma solução simples, porque há um aumento de despesas, há uma necessidade de investimento. Isso muitas vezes gera, também, a necessidade de realocação de recursos, o que sabemos que é muito complicado.

De outro lado, vêm os que são contrários a essa ideia e tentam fechar as comportas de uma vez. Ou seja, vamos ter que resolver a situação com aquilo que temos disponível. É uma equação difícil e acho que nós temos que buscar um meio-termo.

Eu não considero pertinente a lógica segundo a qual todo e qualquer aumento de demanda deve ser respondido com o aumento de unidades judiciárias, o aumento de magistrados. Porém, também não comungo com a opinião segundo a qual isso deve ser totalmente descartado.

Penso que deve ser feita uma análise efetiva, e V. Exª cita um caso específico, que realmente os elementos, os números do CNJ mostram a necessidade de criação de novos tribunais. Isso tem que ser levado em consideração. Não se pode simplesmente sair pelo discurso singelo da necessidade de uma adequação das estruturas ao movimento processual, o contrário, do movimento às estruturas, para simplesmente se negar a criação de tribunais ou de cargos de magistrados onde isso é necessário.

Eu creio que o CNJ tem feito um trabalho muito importante, que é justamente esse levantamento estatístico anualmente publicado, já foi citado outras vezes aqui, que é o *Justiça em Números*. É um esquadrinhamento que nunca tinha sido feito antes pelo Conselho por meio do qual nós podemos ter um raio X completo do Judiciário: quanto ele custa, qual o índice de produtividade de cada unidade e quais as demandas.

Eu acho que o papel fundamental das estatísticas não é pura e simplesmente expô-las ao público, mas é servir de parâmetro de análise para que os gestores, o Legislativo, o Judiciário, por meio de seus conselhos, façam apreciações no sentido de buscar os pontos de estrangulamento e efetivamente buscar soluções.

Então, eu creio que o papel do CNJ nesse caso, além de fazer esse levantamento, é justamente, a partir desses levantamentos, diagnosticar os pontos fundamentais em que a Justiça tem que ser melhorada e, se necessário, com a criação de novas unidades.

Eu acho que não temos que ter preconceito quanto a isso, porque, onde for necessário, temos que ter efetivamente isso. Há levantamentos do próprio CNJ que mostram que os juízes brasileiros são os mais produtivos no mundo. Ou seja, nós temos juízes produtivos, porém temos uma Justiça que ainda tem a pecha de ser lenta. Qual a razão disso? Talvez estejamos próximos a um esgotamento de capacidade de se dar respostas. Então, nós precisamos discutir isso de modo sereno. Debater com o Parlamento, eu espero que o CNJ possa ter essa interlocução com o Parlamento.

Se V. Exªs me honrarem com a minha aprovação, pretendo assim atuar, no sentido de dar subsídios, de encontrarmos soluções que passem por isto: por uma análise efetiva e eficiente de quão necessário é se aumentar a criação de cargos de juízes, a criação de tribunais.

Repito sem nenhum tipo de preconceito: temos que analisar isso friamente, com base nas necessidades efetivas demonstradas por essas análises que o próprio Conselho faz.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Apenas para complementar, agradeço a V. Exª, complementando a sua resposta. Lembro que nós fizemos um amplo debate no ano passado aqui no Senado em relação à necessidade ou não da criação de novos tribunais. E há um consenso claro a partir desse levantamento, desse esquadrinhamento a que V. Exª se refere, pelo menos em relação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até pelo número excessivo de Estados que atende e até mesmo pela distância geográfica, para não dizer do acúmulo processual.

Isso faz com que, não obstante o esforço, a dedicação, o profissionalismo dos magistrados, ele não tenha uma produção, por exemplo, comparável a outros tribunais como os do extremo sul do País, por exemplo. Então, é apenas para alertá-lo de que essa é uma discussão que ocorreu aqui com grande intensidade, mas eu não tenho dúvidas de que, em casos específicos, e esse me parece um caso específico, sem detrimento de outras demandas que também existem – em uma ordem de prioridades, talvez estivesse adiante, e esses dados que nós temos hoje mostram isso –, o investimento em uma política de gestão mais eficaz é tão necessário quanto a alocação de novos recursos, que nós sabemos, até mesmo pela situação pela qual passa o País, serão cada vez menos disponíveis.

Mas fica aqui também apenas um aceno sobre o entendimento que teve o Senado da República, favorável à criação e, obviamente, também a instalação desse Tribunal Regional Federal, o que, ao meu ver, traria muito maior racionalidade e efetividade às decisões judiciais.

Muito obrigado a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, queria fazer referência a três tópicos que estão sempre por trás de minhas preocupações aqui em Brasília, e mesmo no passado, no governo do Estado, nas relações com o Judiciário. V. Sªs terão um papel muito importante, porque o CNJ foi um grande avanço, a meu ver, na organização do Estado brasileiro, na área da justiça. Sempre apoiei bastante essa ideia, quando nasceu, da organização do Conselho, e creio que pode ser também um fórum de debates e de troca de ideias com o Congresso.

Eu tenho uma preocupação com relação ao Poder Judiciário, primeiro, que é a preocupação de natureza financeira. Um dia após o outro, nós fazemos face a decisões da Justiça, inclusive no âmbito do STF, principalmente, que envolvem despesas vultosas, muito significativas. Não me parece haver uma preocupação clara, sistemática, com relação a seus impactos nas finanças governamentais. Vou dar apenas alguns exemplos: a questão que ainda dá voltas no País, que é a aprovação de devoluções de supostas perdas de planos anteriores de estabilização, por exemplo, o Plano Bresser. Eu mesmo escrevi em um jornal de grande circulação no Estado de São Paulo mostrando-me contrário a esse tipo de decisão que estava para ser tomada pelo Supremo. Implicações financeiras absurdas, inclusive sobre as finanças do Estado, finanças públicas, uma vez que os dois bancos afetados não eram os bancos privados. Sempre, eu acho, passa pelo folclore do pensamento da sociedade, que há alguns banqueiros ricos que têm o dinheiro guardado em burras, do que ganharam da classe média mediante desconsideração das correções monetárias correspondentes, etc., e que basta aprovar para pegar o dinheiro da burra e entregar. Nós sabemos que recursos estão enquadrados em economia como fluxos. Não é algo que fica guardado para ser despendido anos depois, embora muitas vezes as pessoas, inclusive na área judiciária, parecem ter essa ideia.

Há outras questões, como, por exemplo, há em andamento a ideia de interpretar a Constituição indexando o salário de todo o funcionalismo, nas três esferas, à inflação. A Constituição manda reajustar a cada ano, mas não estabelece a proporção. Nós sabemos também que as demandas do funcionalismo são de dois tipos: uma em relação à inflação, e outra de melhoras especiais, isonomias, etc., de maneira que qualquer outra alteração na Constituição nesse aspecto criará um roteiro explosivo de expansão de gastos.

Há questões mais recentes, às quais vou fazer menção, referentes a precatórios. Em relação a precatórios, lembrando brevemente, o Congresso aprovou uma emenda a respeito de precatórios, na qual eu tive participação direta como Governador, à época, como teve também o hoje Presidente da Câmara, na época como Relator do projeto de precatórios. Nós fizemos uma mudança muito importante para a vida do País, porque os pagamentos de precatórios estrangulam as administrações estaduais, municipais e até federal. E mais ainda, são fontes também de muita injustiça no sentido de que, pela questão da ordem cronológica, muitas vezes, uma viúva que tenha um pequeno precatório a receber fica na fila atrás de alguma desapropriação provavelmente fraudulenta que foi feita no passado e que custa dezenas de bilhões, muitas vezes.

Pois bem, essa emenda constitucional permitia a quebra da ordem cronológica. Segundo, dava prioridade ao pagamento, nessa quebra, de pequenos precatórios. Terceiro, permitia que fossem feitos leilões entre grandes dívidas de precatórios, entre os detentores dessa espécie de títulos; portanto, com desconto, os governos poderiam pagar. E vinha vindo muito bem esse novo sistema, até que o Supremo o declarou inconstitucional.

Como não havia saída para isso, porque o sistema estava funcionando bem, eles se deram conta depois, mais recentemente houve um conjunto de decisões para que o processo pudesse ser retomado, pudesse prosseguir.

Preocupa-me muito, porque a decisão havida implica, meu caro Presidente, Senador José Maranhão, o pagamento até 2020, a liquidação praticamente dos precatórios pendentes, o que é – eu queria dar essa informação aos futuros membros do CNJ – absolutamente inviável do ponto de vista financeiro.

Eu sei que a questão de precatórios foi posta agora dentro do CNJ; portanto, o CNJ já tem um peso muito grande na reformulação desse problema e das condições que foram estabelecidas. Eu quero chamar atenção, porque isso é importantíssimo para a vida pública brasileira. Inclusive, o Supremo deu-se ao trabalho de regulamentar a taxa de juros, o que me pareceu inusitado.

Eu quero dizer que também quando Governador, em parceria com o Senador Jucá, nós fizemos uma mudança nas taxas de juros devidas pelos precatórios, porque, entre juro compensatório e de mora, estava mais de 20% ao ano, uma taxa absolutamente despropositada que eu descobri que o Judiciário brasileiro aplicava. Passou a ser um perigo para o País quando juízes incorporaram o conceito de correção monetária, que antigamente não se incorporava. A partir daí, taxas superiores a 20%. É incrível! E os precatórios vieram sendo corrigidos por essa taxa.

Nós mudamos para uma taxa equivalente à da poupança, à época, que parecia razoável. Inclusive porque, convenhamos, há dois tipos de precatórios, *grosso modo*: precatórios na área trabalhista, por exemplo, ou na área de desapropriações. Na questão das desapropriações, os valores estabelecidos estão todos inchados, primeiro, porque o sistema nunca funcionou bem, com muita corrupção, inclusive entre peritos. Sempre um esquema para inflar os preços dos imóveis, por exemplo, desapropriados.

Eu me lembro disso porque lidei com a questão quando Secretário de Planejamento em São Paulo, no governo Montoro, em que tivemos duas tempestades nessa área. O antigo governador Carvalho Pinto, vinte anos antes, tinha desapropriado a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Pois caiu, vinte anos depois, para o governo Montoro pagar uma coisa inteiramente sem sentido do ponto de vista econômico.

E mais ainda: a cidade de Palmital, por algum motivo, foi feita em cima de uma fazenda, em 1920 ou 1918, por aí, e, não sei por que, coube ao Estado pagar pela desapropriação, que, na época, nem foi feita. Mas eram quantias assim, sinceramente, de US$4 bilhões, ou equivalente, etc.

Portanto, eu estou dizendo isso porque cabe muito bem ter um desconto; o desconto é algo justo do ponto de vista dessas dívidas. Mais ainda: são escritórios de advocacia em geral os detentores desses papeis, que compraram dos clientes, convenhamos, em Palmital, 1918, 40 anos depois... Eu até conheci uma herdeira, mas era raro, porque toda a família vendeu. Uma herdeira, não, porque nem tinha nascido, mas eles venderam, em geral, para os escritórios de advocacia por 10% do valor de face, ou 5%. De maneira que são esses escritórios que se movimentam. Isso não foi objeto de emenda constitucional; foi por lei. No entanto, o próprio Judiciário refez, aumentando a taxa de juros.

Estou aqui, dando indicações a respeito de um problema que os futuros membros do CNJ terão que tratar, e eu creio que seria muito importante se nós pudéssemos ter uma interação, um debate com setores do próprio Congresso a esse respeito, sem falar dos integrantes do STF, que fazem parte do Conselho Nacional de Justiça. Estou chamando a atenção para esse assunto, Sr. Presidente, que nós raramente debatemos aqui, com clareza.

Há uma outra questão que eu queria mencionar também, que é a de investimentos *versus* custeio. A minha experiência na vida pública mostra o seguinte: o Judiciário tem paixão pela expansão dos gastos de custeio: pessoal, salários do pessoal e uma certa aversão a investimentos que aumentem sua eficiência. Na prática, não é em teoria; em teoria todos estamos de acordo com essa necessidade, mas quero chamar a atenção porque boa parte dos problemas que hoje tem a Justiça se deve à falta de capacidade, não só de pessoal, de criação de varas e tudo o mais, mas também de investimentos que acelerem a informatização, e, enfim, um conjunto de investimentos muito importantes para a eficiência do setor.

Creio também que o CNJ, se é que não tratou ainda adequadamente, deve tratar desse assunto. É muito simples fazer um levantamento do plano nacional. Em geral não são as restrições postas por governadores nem pelo Poder federal. A demanda é muito fraca comparativamente à demanda por expansão de pessoal e aumento de remunerações.

Por último, quero acrescentar que nós estamos agora analisando uma emenda que foi feita pelo Senador Renan Calheiros, que cria uma espécie de autoridade fiscal independente no Brasil. Eu sou o Relator. E vou, inclusive, sugerir ao Presidente do Senado, autor da emenda, que mude o nome para Instituto Fiscal Independente, porque a pretensão não é ter uma instituição, digamos, sequer normativa, muito menos gestora, que concorra com o Judiciário ou com o Tribunal de Contas, mas apenas que possa fazer a estimativa das diferentes despesas de tudo o que se faça.

Por exemplo, Presidente Maranhão, aqui, no Congresso, entra um projeto; um instituto imediatamente trata de avaliar quanto custará. Isso é revolucionário, a meu ver, na vida pública brasileira, se vier a ser feito. Uma instituição independente, com gente com estabilidade, pequena no âmbito do Congresso – não mais de 50 pessoas, 40; dois terços com mestrado ou doutorado, por concurso. Enfim, algo independente que já existe em vários países do OCDE. Isso no Brasil terá um papel muito importante, inclusive para o Judiciário, porque pelo menos em cada oportunidade serão avaliados os custos e as economias, os aumentos de despesa das diferentes decisões adotadas. Isso vai ser um parâmetro importante.

A minha intenção é de que nós já possamos ter isso no ano que vem, porque não é um tema que desperta muita controvérsia no âmbito do Congresso. E, equivocadamente, inclusive, houve interpretação de que isso limitava o papel do Tribunal de Contas.

Tudo fantasia, não se trata disso, trata-se de ter a informação. Essa é uma tendência mundial. Eu, particularmente, já vinha acompanhando a criação desses institutos em países desenvolvidos, de maneira que temos, inclusive, a experiência desses países para poder organizar o nosso instituto.

Creio que para o CNJ será uma boa, porque vamos poder ter estimativas e avaliações de praticamente investimentos e expansão de despesas em todas as áreas.

Quero, por último, manifestar a minha alegria de poder ter relatado aqui a candidatura e participado da sabatina de Arnaldo Hossepian, que é muito representativo do Ministério Público de São Paulo na sua qualidade, no seu espírito público e na sua capacidade de trabalho. Fiquei muito feliz aqui de poder ter encaminhado seu nome e de participar hoje desta sabatina. Quero dizer que tenho um apreço muito especial pelo papel que representou e representa em São Paulo, pelo nosso Ministério Público. Quero expressar agora essa satisfação pela sua eleição, viu, Arnaldo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra Dr. Arnaldo Hossepian, para suas considerações.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Além do mais, Sr. Presidente, o Arnaldo é armênio e deve estar ciente do voto que o Senado brasileiro deu a respeito da questão turco armênia. Quero lhe pedir que diga à colônia de São Paulo que deu bastante trabalho, apresentado pelo Aloysio Nunes e por mim.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Senador Serra, muito obrigado. Quero aqui reiterar o agradecimento que já havia feito a V. Exª quando da abertura desta reunião. O senhor, generosamente, mais uma vez generoso comigo, o senhor já havia sido generoso quando me levou para integrar o seu Governo, como Secretário Adjunto da Segurança Pública, no início do ano de 2010. Agradecer ao senhor mais uma vez agora, aqui, o senhor como Relator desse encaminhamento da minha candidatura ao CNJ. Muito obrigado pelas suas palavras generosas para comigo.

Sobre as indagações que o senhor traz à nossa reflexão, aqui, candidatos à vaga da CNJ, elas estão relacionadas com a preocupação, com a questão dos precatórios.

Quero dizer que o Conselho Nacional de Justiça tem se caracterizado por ter conseguido trazer para dentro do Poder Judiciário a preocupação com planejamento e gestão. Portanto, eu não consigo conceber que esse colegiado, colegiado que tem a feliz característica de, embora em número minoritário, ser composto por integrantes dos outros órgãos que compõem o sistema de justiça brasileiro.

Não é razoável que, embora não tenha o poder jurisdicional de dizer o direito, que ele não se debruce sobre essa questão e procure apresentar, quer ao Poder Judiciário, quer ao Parlamento Nacional, um caminho que possibilite preservar o princípio da reserva do possível, muito discutido pelo Supremo Tribunal Federal. Não é razoável que o constranja o Poder Público, por meio da imposição do pagamento imediato de determinado precatório milionário, de modo que ele não tenha, o gestor, condições de fazer com que os direitos sociais que interessam à massa da população brasileira não se vejam atendidos por falta de recursos. Os recursos são finitos, quer aqueles para investimentos, quer aqueles que remuneram o servidor público e ninguém aqui, e não seríamos nós aqui que iríamos dizer que o servidor público não deve receber a remuneração adequada para uma vida digna. Mas não é razoável que se constranja a administração nesse tipo de situação que o senhor acaba de pontuar.

A questão desse choque entre investimento e custeio nas preferências do Judiciário, como o senhor aponta como preocupação. Quero dizer ao senhor que não é mais possível que o Judiciário e o sistema de justiça como um todo não se preocupe com a melhora das condições materiais para que o sistema opere de forma adequada. Dou um exemplo bastante agudo, que é a questão do processo digital.

O processo digital, em determinados Estados da Federação, caminha com dificuldades, por questão orçamentária. É necessário que o gestor consiga gerir aqueles recursos escassos de forma ampla. Portanto, essa

questão necessita, sim, de uma preocupação maior e, talvez, a criação de um fundo nacional de justiça, em que a Ordem dos Advogados do Brasil também contribua, e não só o Poder Público. Por que não?

Acho razoável, na questão de sucumbência, enfim, que se encontre um mecanismo republicano, em que saiamos daquela ideia de que o Poder Público tem condições de suprir todas as deficiências, porque, insisto, para que possamos fazer com que os direitos sociais consagrados no art. 6º da nossa Constituição ganhem corpo, porque são eles exigidos por toda a sociedade, é necessário que nós tenhamos essa preocupação de atuar com parcimônia na hora de canalizar os recursos públicos.

Sobre a questão desse instituto em que tramita o projeto e a emenda apresentada, eu acho que todos nós vamos dar salvas a essa iniciativa, porque não é mais razoável, em pleno século XXI, que nós tenhamos a implementação de um dispositivo legal, sem verificar se o Executivo terá condições de suportá-lo, sob pena de vender para o contribuinte, de vender para o cidadão uma esperança que se verá frustrada em curto espaço de tempo. Quer me parecer que não é essa a inspiração que permeia o Parlamento nacional. Ao contrário, a inspiração é no sentido de fazer com que aquilo que aqui é deliberado tenha efetividade, contribua, de fato, para o equilíbrio da sociedade e para a tão almejada paz pública, em que os Poderes funcionam adequadamente e a população se sente atendida por eles.

Não sei se respondi à pergunta de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Carlos Eduardo Oliveira Dias.

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Senador José Serra, da mesma maneira como o Dr. Arnaldo pontuou, entendo muito pertinente essa preocupação de V. Exª com relação à questão dos precatórios e a divisão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Sim, perfeito!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É no que, mais imediatamente, teremos que mergulhar. E nós vamos precisar muito do CNJ, viu, Presidente Maranhão? Muito, porque, do contrário, vamos ter uma quebradeira de Estados e Municípios que vai se somar à quebradeira atual, em pouco tempo mais – em pouco tempos mais! –, porque estamos perto de 2020.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Se me permite, eu diria que Estados e Municípios, principalmente no Nordeste, estão praticamente quebrados por outras razões institucionais.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Imagine, em cima dessa quebradeira, virem outras mais!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A partição da receita dos tributos nacionais para as quais os Municípios são um elemento essencial é feita de forma muito injusta, desde a proclamação da República até hoje. E eu não sei se, no Brasil Imperial, era diferente, mas eu falo desde proclamação da República até hoje.

O erro está no sistema federativo, que impõe a Estados e Municípios o ônus das medidas que são criados aos montões, sem o necessário provimento de recurso. E eu me sinto na obrigação, como municipalista, de fazer esse registro, já que V. Exª cita uma causa mais específica sobre a questão aqui apontada.

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Como dizia, então, V. Exª toca num ponto importante. E acho que a responsabilidade que nós temos é fundamental, porque o Conselho assumiu, como bem lembrado, a incumbência de estabelecer coordenação nacional para avaliação das políticas de pagamento dos precatórios. Entendo que é fundamental que haja a consciência disso, dessas informações que V. Exª apresentou e o Senador José Maranhão também nos apresenta. E acho oportuníssimo que o Congresso seja uma instância de debate de soluções para esse problema, que é crônico, e tenha como interlocutor o Conselho.

Podemos até afirmar que, do ponto de vista estatístico, boa parte das ações que ainda permanecem como resíduo, como saldo de processos não solucionados, está pendente de solução. Isso, inclusive, contribui para piorar o desempenho da Justiça, justamente em função dessa situação dos precatórios.

Então, é algo que realmente tem que ser olhado com muito cuidado, e as preocupações de V. Exª são muito pertinentes. Creio que o Conselho tem realmente esta incumbência, tem este papel: tem que reforçar essas políticas que estão sendo adotadas e tentar estabelecer um diálogo com as instituições, inclusive com o Supremo, dentro do que for possível – já que o Conselho não tem como, obviamente, compelir o Supremo a fazer qualquer coisa, por estar subordinado a ele –, mas, dentro do seu processo de convencimento, parece-me muito pertinente esse debate que se deve travar para se ter uma análise efetiva do impacto disso nas finanças públicas.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E a procura de soluções.

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Sim, exatamente. Essas soluções compartilhadas serão muito importantes para que nós não tenhamos uma situação caótica em um futuro tão breve.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se tiver conseguido motivá-los para esse assunto, eu estarei muito feliz.

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Com certeza, motivou.

E, completando as suas indagações, eu vejo com grande satisfação também essa proposição que V. Exª narra, da criação de um instituto. Acho que o que nos falta é isso, é ter uma análise científica precisa dos impactos econômicos e das fontes de custeio para as despesas que são necessárias.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Revolucionário. Simplesmente, saber quanto custa cada coisa, que implicação tem, quanto é a renúncia fiscal.

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Sim. Até para nos exigir responsabilidade no momento em que fazemos as proposições, porque, senão, ficam proposições soltas, e não há qualquer tipo de repercussão concreta.

Essa preocupação, que também foi narrada na sua indagação, sobre disparidade do envolvimento dos tribunais em relação a custeio e ao que é efetivamente necessário para o investimento, acho que é o principal desafio dos próximos anos...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sem dúvida.

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – ... do Conselho e, é claro, repercutindo aqui no Congresso Nacional. Porque, nós sabemos, o processo eletrônico está aí, é uma realidade, e isso faz com que nós mudemos a nossa visão de processo. Aquela quantidade de servidores necessários para certas atribuições não é a mesma; nós temos que realocar esses servidores e fazer com que o uso da informática, da tecnologia seja voltado para a atividade fim, coisa que até então não se fazia.

Então, eu penso que é um ponto crucial nós começarmos a voltar os olhos exatamente para essas políticas de investimento, não só em tecnologia, mas em inteligência mesmo, no sentido de racionalizar a prestação jurisdicional sem depender, efetivamente, dos recursos humanos, que também são limitados por natureza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... o Senador previamente inscrito, José Pimentel.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se me permite, Sr. Presidente, brevemente, eu queria solicitar a V. Exª que desse urgência a essas indicações para, quem sabe, podermos votá-las ainda hoje ou amanhã. Não sei se é viável isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu acho que é viável, sim.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª sabe que meu ponto forte não é o domínio dos assuntos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Especialmente, tendo um plenário, assim, tão jovem e qualificado...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Como?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Tão jovem, como V. Exª e os demais Senadores, eu talvez aqui seja o mais velho, enquanto houver matéria na pauta para ser decidida, eu me proponho a permanecer aqui para assegurar o andamento mais rápido desse processo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador José Pimentel, previamente inscrito.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador José Maranhão, V. Exª não é o mais velho; V. Exª tem mais juventude acumulada aqui na Comissão, portanto tem mais experiência – não é, José Serra? – do que todos nós aqui que fazemos parte da Comissão.

Tenho clareza, Sr. Presidente, de que será por unanimidade...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador, prossiga, que eu gosto de ser enganado. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Quero começar registrando que, após a aprovação da Emenda Constitucional nº 42, da reforma tributária, em 2003, nós fizemos um grande debate aqui no Congresso Nacional sobre a unificação da Receita Federal com a Receita Previdenciária. Em maio de 2007, concluímos esse processo e unificamos. Tivemos muitas resistências nesse processo, mas hoje todos declaram que foi uma boa coisa para o Estado nacional a unificação das duas Receitas e a aprovação do Simples Nacional, porque tivemos regras diferenciadas para acompanhar melhor a empresa do lucro presumido e do lucro real.

Durante a Emenda à Constituição nº 45, fizemos outro diálogo aqui, no Congresso Nacional, mas não houve a mesma repercussão e não tivemos êxito. Tratava-se da unificação dos tribunais regionais do trabalho

com os tribunais regionais federais, e cada unidade da Federação passaria a ter um Tribunal Regional Federal, até porque o Tribunal Regional do Trabalho é também Federal.

A ideia do debate, na época, era dar celeridade a esse processo, fazendo com que cada unidade da Federação tivesse um Tribunal Regional Federal, com câmaras específicas para tratar do mundo do trabalho, do mundo dos outros temas inerentes à competência do Tribunal Regional Federal, com essa configuração.

O espírito que discutimos ali era exatamente a implementação da súmula vinculante e, posteriormente, outras ações para diminuir essa quantidade de recursos, de forma que nós teríamos a porta larga de recebimento dos tipos de ações – reclamações trabalhistas ou outras ações na primeira instância –, se porventura o recurso ficasse assegurado, e, na segunda instância, seria o grande filtro para evitar chegar ao STJ ou ao Supremo, que era dentro desse processo, hoje.

Para nossa leitura, o grave problema não está na quantidade de ações que a sociedade apresenta – e precisamos estimular, cada vez mais, a sociedade a apresentar as suas demandas, que é uma clara demonstração de confiança no Estado democrático de direito e nas suas instituições. O problema está na conclusão da prestação jurisdicional, porque é um conjunto de recursos e termina ficando, em média, oito anos cada processo. É evidente que uma boa parte faz acordo na primeira instância, especialmente no mundo do trabalho.

Eu acredito que, como estamos discutindo a PEC dos recursos, talvez fosse o momento de o nosso Colegiado, o Conselho Nacional de Justiça, retomar esse debate. Na época, era impossível fazê-lo porque ele não existia. Mas eu entendo que, se tivéssemos condições políticas de evoluir para esse estágio em que os tribunais regionais, do trabalho, os tribunais regionais federais se unificassem, não teríamos um acréscimo tão significativo nos custos.

Parece-me que já são 22 unidades da Federação que já têm Tribunal Regional do Trabalho. Não tenho muita segurança, mas quando eu vim para cá era em torno disso. De lá para cá, foram criados outros. Ao mesmo tempo, nos permitiria distribuir melhor os 6% da receita corrente líquida para o Poder Judiciário. Como essa definição dos 6% nós tomamos lá na LRF, em 2000, tínhamos uma composição diferenciada na Justiça Federal brasileira, seja a Justiça do trabalho, seja a Justiça Federal, como nós interpretamos, a Justiça Militar. Ficou uma certa distorção ao longo do período. Com a ampliação das varas federais, das varas trabalhistas, está precisando fazer novo ajuste nessa distribuição dos 6%, para que não tenhamos estrangulamento em um dos ramos da Justiça Federal e no outro.

Nós fizemos aqui, nos anos 2008 e 2009, um grande debate sobre essa questão dos 6%, a questão da Justiça do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, mais os territórios, que não têm um teto definido, criando uma série de preocupações por parte do Conselho Nacional de Justiça, que aí já estava vigorando, mas também pelo Tribunal de Contas da União, como fiscalizar essa questão do Tribunal de Justiça do DF, como nós chamamos, e também dos Territórios.

Eu indago aos nossos dois convidados, seja o Dr. Arnaldo Sales, seja o Dr. Carlos Eduardo, se há espaço político para retomarmos essa reorganização da presença na segunda instância da Justiça Federal nas unidades federadas, até para superar a PEC que o Congresso Nacional aprovou, criando os quatro tribunais federais com a competência privativa do Judiciário.

E nisso a Constituição é explícita.

Creio que a Ministra Carmen Lúcia deu uma liminar enquanto esse processo se encaminha.

Portanto a minha indagação é se há espaço político para pautar esses temas e, em seguida, o Congresso Nacional, dentro desse debate, fazer as alterações necessárias para tornar realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Arnaldo Hossepian Salles para responder à indagação do Senador José Pimentel.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Senador, o Conselho Nacional de Justiça se preocupa com planejamento e gestão, tanto que instituiu o Programa Justiça em Números, o que possibilitou um panorama preciso da realidade do Judiciário brasileiro. E esse panorama possibilita, sim, identificar cada uma das unidades da Federação e verificar quais são as demandas que têm congestionado os tribunais. No caso dos tribunais regionais, quais são os Estados que mais demandam e que mais consomem a prestação jurisdicional levada adiante pelas respectivas cortes.

Penso que não há por que não se trazer esse assunto a debate, para que possamos verificar se à luz do orçamento disponível e considerando a realidade apurada... E o Conselho Nacional de Justiça trouxe para dentro do Poder Judiciário, para dentro desse setor de serviço público, aquela máxima de que não se gerencia o que não se mede; não se mede o que não se conhece.

Hoje a cúpula do Judiciário brasileiro conhece a realidade e as agruras que determinados tribunais vivenciam. Nessa esteira, Senador, penso que não há por quê. Não há nenhum preconceito em se trazer à colação

esse tipo de discussão e verificar se a prestação jurisdicional de fato será mais célere à medida que tenhamos tribunais em cada uma das unidades da federação.

Penso que o Conselho Nacional de Justiça é o espaço adequado para que esse tipo de preocupação possa ser desenvolvida e encaminhada a este Congresso Nacional, até porque aqui é que essa questão é deliberada em definitivo. Mas penso absolutamente adequada a ideia que o senhor aqui desenvolve.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Carlos Eduardo Oliveira para atender ao questionamento formulado pelo Senador José Pimentel.

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Senador Pimentel, hoje nós temos 24 Tribunais Regionais do Trabalho em 23 unidades da federação, porque o Estado de São Paulo tem dois, o da 2ª Região, cuja sede é em São Paulo, e o da 15ª, cuja sede é em Campinas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Portanto está muito próximo, não é?

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Estou próximo, exatamente.

Eu devo dizer a V. Exª, na linha do que o Dr. Arnaldo já manifestou, que uma das incumbências cruciais do Conselho é exatamente debater essas demandas. Até citei isso hoje, a partir desses levantamentos estatísticos. Não faz sentido termos levantamentos estatísticos se eles não forem utilizados para melhorar a prestação jurisdicional.

Então, naturalmente, o mais importante dessas apurações feitas pelo próprio Conselho é identificarmos os pontos de estrangulamento da prestação jurisdicional, o que e onde precisa ser melhorado. E considero que o espaço do CNJ é muito mais do que oportuno para esse debate.

Essa questão, naturalmente, pode ser debatida. Existe espaço político. O Conselho é a instância que me parece adequada para iniciar esse debate e eventualmente trazer proposições para o Congresso, que vai deliberar em última instância. Eu não vejo por que isso não seria possível de se debater, mas vou me atrever a expor um pouquinho a minha visão do assunto, não apenas da pertinência do debate, talvez com um leve tempero de suspeição, já que eu sou integrante da Justiça do Trabalho, como já expus. Estou há 28 anos dentro do Tribunal Regional do Trabalho.

Sinceramente, eu não sou simpático a essa ideia, em que pesem os ponderosos argumentos de V. Exª no sentido da racionalidade dos recursos, da utilização mais apropriada dos investimentos públicos, de maneira, é claro, a buscar uma eficiência maior.

Digo isso porque, estando dentro da Justiça do Trabalho, eu a enxergo com algumas características um pouco diferentes.

Nós temos tido um grau de eficiência muito elevado. A taxa de congestionamento processual levantada pelo próprio Conselho da Justiça do Trabalho é de menos de 50%, sendo que, na fase de conhecimento, ela não chega a 40%.

Quando comparamos isso com a Justiça Federal, vemos que há uma desproporção muito grande, claro, porque há um número maior de demandas, há outras características, e isso não é nenhum tipo de diagnóstico depreciativo. Mas a Justiça do Trabalho, no meu ponto de vista, tem funcionado bem – bem melhor, não bem, porque ela pode melhorar ainda mais – por dois aspectos fundamentais, embora existam tantos outros. Primeiro, a especialidade. E este Congresso Nacional nos outorgou algumas responsabilidades adicionais com a Emenda nº 45, de julgar outras questões que não apenas aquelas que se referiam à relação empregado-empregador, que estão exigindo muito mais dos juízes.

Cito como exemplo a questão dos acidentes de trabalho, que nos tem envolvido, que nos tem exigido um conhecimento muito além da simples análise jurídico-trabalhista, porque envolve questões de medicina, de fisiologia do trabalho. Então, isso tem suscitado uma necessidade de especialidade que tem feito com que a Justiça funcione melhor. Temos um procedimento que está previsto na CLT, com todas as críticas que se possa fazer à CLT como regra processual, que também tem funcionado bem, que valoriza a oralidade, valoriza a simplicidade, valoriza a concentração dos atos processuais, V. Exª bem o sabe, pois, como nos disse anteriormente, foi advogado militante trabalhista.

Isso me parece, no meu juízo – posso estar equivocado, mas ressalto que faço este juízo com uma experiência profissional e acadêmica de quem estuda isso há muitos anos –, que, efetivamente, a Justiça do Trabalho tem funcionado um pouco melhor em função dessas características. O que eu temo numa proposição dessa natureza, que, repito, tem fundamentos absolutamente relevantes, é que nós percamos essas características e, com isso, em vez de melhorar o conteúdo geral, passemos a prejudicar aquilo que funcionava razoavelmente bem.

Enfim, essa é minha opinião, mas acho que o debate é plenamente franco, aberto e, de minha parte, caso V. Exªs me autorizem, estarei disposto a levar este debate ao Conselho e trazê-lo aqui, a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo mais quem queira arguir os candidatos...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª está inscrito Desculpe-me, de repente estou-me contradizendo com o que afirmei. (*Risos.*)

Tem a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Como médico, Sr. Presidente, sei que estamos quase incorrendo no período da hipoglicemia, mas vamos ser rápidos.

Presidente, Excelência, Dr. Arnaldo, seja bem-vindo a esta Casa e que venha muito mais vezes. Sou daqueles que defendem, que pedem a todos que fazem o Poder Judiciário e o Ministério Público do nosso País, que venham visitar mais vezes, venham sugerir a todos nós que labutamos nesta Casa e desejamos um País muito melhor. Repito sempre uma frase: este País tem jeito, mas o jeito quem dá somos nós, com as nossas consciências, com os nossos princípios, sem abrir mão de absolutamente nada que está aqui dentro.

Mas, sendo breve no nosso questionamento, a pergunta que faço é, inicialmente, para o Dr. Arnaldo ou para os dois, melhor dizendo.

O CNJ tem contribuído muito para o aperfeiçoamento do nosso Poder Judiciário, da Justiça brasileira. Sabemos ainda que temos muito a avançar. Creio que V. Exªs terão um mandato de dois anos. Na verdade, ao final desses dois anos – se assim os colegas Senadores pensarem, e acho que pensam – se os senhores pensam: "Cumpri minha missão. O que eu pensava em dar de contribuição, estou dando", qual seria, realmente, o principal objetivo ao longo desses dois anos? Qual seria a principal meta, a principal missão, conhecendo a tarefa e a missão que cada um de vocês desempenhará nesse importante órgão de controle do nosso Poder Judiciário?

Essa é a primeira pergunta que faço a cada um dos dois.

Segunda pergunta que faço. Há algum tempo, o próprio CNJ divulgou uma enquete sobre a qualidade da prestação do serviço jurisdicional. Qual a avaliação de vocês: é boa, é ótima ou ainda podemos avançar muito mais?

Uma terceira pergunta que faço ao Dr. Carlos Eduardo: nós temos o privilégio do avanço de termos uma Justiça do Trabalho eficaz, rápida, célere e, como o senhor mesmo disse, até diferente de outros segmentos, de outros setores. Mas, apesar desse avanço, o nosso Constituinte entendeu que ela não deveria julgar todas essas relações de trabalho, o que lamento. Há tanto avanço, mas não julga todas as relações de trabalho, como a relação do trabalho pública em determinados questões.

O que o senhor acha? Qual é a opinião do senhor sobre isso? Por exemplo, não julga a relação de trabalho com o servidor público. Então, não é contraditório? Não é diferente? Não deveríamos avançar nisso? Se temos uma Justiça do Trabalho, esta deveria julgar todas as relações de trabalho neste País. Não avançamos nisso? Por que não avançarmos muito mais? Qual é a opinião do senhor sobre isso como um magistrado da nossa Justiça do Trabalho?

Então, é mais ou menos isso.

Desde já, com toda a convicção, desejo a V. Exªs boa sorte, boa missão! Creio, pelo histórico, pela vida dos senhores no passado, que contribuirão muito, espero, com o CNJ.

E digo que o CNJ tem ajudado muito não só na manutenção da democracia deste País, mas também em muitas conquistas. E que assim continue sendo!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Carlos Eduardo Oliveira Dias, para responder à indagação que acabou de ser feita pelo Senador Amorim.

O SR. CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS – Senador Amorim, obrigado pelas perguntas.

Eu vou me permitir começar pela última que foi destinada a mim. E entendo, como V. Exª, aliás, que uma expectativa que tínhamos, dentro da Justiça do Trabalho, quando da Emenda nº 45, é que se desse uma interpretação um pouco mais ampliativa, especialmente para o inciso I do art. 114, que pudesse abranger todas as relações de trabalho, ao menos aquelas que tivessem características próximas do trabalho subordinado, que tipicamente são as de nossa jurisdição. No entanto, houve provocação ao Supremo Tribunal Federal, e o Supremo definiu a interpretação que lhe cabe, que é a última, no sentido de expressamente excluir os servidores públicos da apreciação dos conflitos pela Justiça do Trabalho.

Claro, respeitamos a decisão do Supremo, sobretudo porque ela tem eficácia vinculante natural, mas entendo que poderíamos ter avançado neste aspecto. O Congresso eventualmente poderia ter nos outorgado essa competência, porque efetivamente me parece que, se estamos lidando com o valor jurídico do trabalho e dentro daquela nota de especialidade que suscitei diante do Senador Pimentel, acho que não podemos e não poderíamos excluir os servidores públicos desse contexto.

Creio que seria muito mais apropriado que assim fosse, mas, como disse V. Exª, é uma opção legislativa. Respeitamos o que está na Constituição, respeitamos o que está lavrado pela interpretação do Supremo Tribunal Federal, e nos resignamos, porque é assim que cumprimos a nossa missão.

Sobre as demais perguntas, vou falar no que diz respeito à qualidade da prestação jurisdicional. Entendo que, como estou há bastante tempo dentro do Judiciário, houve uma melhora substancial de qualidade, e justamente pela existência, pela pura e simples existência do Conselho Nacional de Justiça. Em que pese a resistência de alguns segmentos do próprio Judiciário, parece-me que ele é um contribuinte efetivo, no sentido de dar essa qualidade, porque existe aquela percepção de uma espécie de termo reverencial. Não sei se é adequado falar nisso, mas é uma espécie de termo reverencial mesmo.

Não me parece ser função do Conselho causar temor em ninguém, mas o que me parece é que há um aculturamento que foi feito nesse percurso de dez anos de que nós temos que prestar contas, porque a visão que havia antes era de não teríamos que fazer essa prestação. Mas temos, sim, sempre tivemos, e não havia ninguém que nos cobrasse essa prestação de contas. Então, eu quero acreditar que o Judiciário está bem melhor do que era, mas eu também acredito que ele não está ainda à altura do que a nossa sociedade exige, sobretudo no que diz respeito ao tempo de duração do processo e à qualidade da própria jurisdição.

E eu encerro com a primeira pergunta de V. Exª, que é desafiadora, não é?

Que missão nós temos, eu e o Dr. Arnaldo, caso sejamos aprovados aqui nesta arguição?

De minha parte, posso dizer que a minha missão é a de tentar contribuir ao máximo. Quando fui indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho, recebi isso com muita honra, mas também como uma grande responsabilidade. Em um universo de 2,8 mil juízes de primeiro grau, fui indicado pelo TST com a responsabilidade de fazer-me representar aqui, perante esta Casa e, se aprovado, perante o Conselho, para tentar traduzir o pensamento da Justiça do Trabalho da melhor forma possível.

Então, ficarei extremamente satisfeito se puder cumprir honrosamente esse encargo, se V. Exªs me permitirem, no sentido de contribuir, como já disse, para melhorar a Justiça do meu País, no que for possível, e melhorar, é claro, o nosso País como um todo, porque é o que a nossa sociedade assim espera.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Dr. Arnaldo Hossepian.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Senador Eduardo Amorim, quero mais uma vez agradecer-lhe. O senhor me recebeu em seu gabinete, e tivemos a oportunidade de conversar um pouco.

Quero dizer ao senhor que, nessa trajetória, hoje nós estamos no momento mais importante, porque são os senhores que vão deliberar sobre essa possibilidade de eu ocupar um cargo de tamanho relevo, esse cargo de investidura temporária que tem como missão a melhora do Judiciário brasileiro. Uma trajetória que começou na disputa de votos entre os colegas do meu Ministério Público, onde consegui obter um colegiado de quase dois mil eleitores; 58% deles acreditaram naquela mensagem que eu levei aos quatro cantos do Estado de São Paulo. E, depois, entre os 26 Estado da Federação, São Paulo foi aquinhoado com essa possibilidade de comparecer aqui perante os senhores, em que eu firmei compromissos, falei de minha vida, falei da perspectiva de mundo.

Eu diria ao senhor que a minha preocupação é, daqui a dois anos, poder sair do cargo de Conselheiro Nacional de Justiça acreditando que a percepção de Justiça no seio da sociedade melhorou; que a Justiça brasileira se revelou mais eficiente, ou seja, tendo condições de dar conta da demanda que lhe é apresentada; que ela seja eficaz, na medida em que consiga compor o litígio envolvendo aquelas partes que litigam perante qualquer uma das varas de qualquer um dos tribunais deste País; e que ela seja efetiva, que ela consiga permear o senso comum da sociedade brasileira de que Justiça se pratica e de que a Justiça realmente é o agente indutor de paz social. A população brasileira ainda não tem essa percepção formada, uma vez que são inúmeras as pesquisas que são produzidas em que a credibilidade no Judiciário nunca aparece. E nós, operadores do Direito, cuja grande maioria, a grande massa cumpre os seus deveres, vemo-nos muitas vezes incompreendidos. E, é claro que, se somos incompreendidos por aqueles que pagam os nossos salários, é necessário que nós repensemos aquilo que estamos fazendo para conseguirmos atender àquilo que a população tanto deseja, que é de fato ter os direitos garantidos pela Constituição promulgada pelos senhores efetivamente cumpridos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo mais oradores, vamos pedir ao técnico para acionar o painel e mostrar o resultado da votação. (*Pausa.*)

Esta Presidência já está dispondo aos presentes o resultado da votação.

Sr. Arnaldo Lima Junior: votaram SIM 22 Srs. Senadores; e NÃO, 1.

Sr. Carlos Dias: votaram SIM 21 Srs. Senadores; e NÃO, 2.

Total de votantes: 23.

Portanto, os dois interpelados acabam de ser confirmados para indicação ao cargo de conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, com nomes aprovados pelo resultado que acabamos de ler no painel.

A matéria será remetida à Presidência, para votação no plenário do Senado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu requeiro urgência na tramitação, para que possa chegar à Mesa ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação o pedido de urgência formulado pelo Senador José Pimentel, para ambos os indicados.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Será remetido hoje mesmo à Presidência do Senado.

Esta Presidência suspende a sessão por dois minutos, para liberar os recém-indicados, que, naturalmente, vão atender outros afazeres e saem daqui vitoriosos e satisfeitos, com certeza.

(Suspensa às 13 horas e 21 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Temos em pauta o Item 1, que, por acordo de lideranças aqui presentes, passamos a votar, já que não há nenhuma discordância do parecer do Relator.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 70, de 2015
- Não terminativo -

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Juiz CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DIAS, escolhido pelo Plenário do TST, para compor o Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
- Na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 24/06/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, a matéria vai à Comissão Diretora.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 27 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia primeiro de julho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ângela Portela**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Paulo Paim, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Maria do Carmo Alves, Wilder Morais, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Telmário Mota e Hélio José, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha, Blairo Maggi e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Logo após, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Ângela Portela, inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 19/2015-CE, de autoria da Senhora Senadora Ângela Portela, destinado a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2011, que "**Institui o mês de março como o 'MÊS DA POESIA'**", de autoria do Senador Paulo Paim. Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhor Nicolas Behr, Poeta; Senhora Sylvia Cyntrão, Professora especialista em poesia brasileira e portuguesa da Universidade de Brasília (UnB); e Se-**

nhor Carlos Fernando Mathias de Souza, Presidente da Academia Brasiliense de Letras. Finda a exposição dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Paulo Paim (autor do projeto) e o Senhor Senador Hélio José. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a presença de todos, declarando encerrados os trabalhos da sessão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Ângela Portela**,** encerra a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ângela Portela,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura das atas das reuniões anteriores e a aprovação das mesmas.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 19, de 2015, da Comissão de Educação, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2011, que institui o mês de março como o Mês da Poesia, de autoria do Senador Paulo Paim.

Dando início à audiência, solicito ao Senador Hélio José que conduza os nossos convidados para fazerem parte da Mesa.

Convido o Dr. Carlos Fernando Mathias de Souza, Presidente da Academia Brasiliense de Letras; o poeta Nicolas Behr; a Srª Sylvia Cyntrão, Profª da UnB, especialista em poesia brasileira e portuguesa.

Sejam todos bem-vindos!

Bom dia!

Eu gostaria de dar as boas-vindas aos nossos convidados e agradecer, desde já, a contribuição e participação nesta audiência pública solicitada por mim para instruir o projeto do Senador Paulo Paim, que gostaria muito de estar presente aqui entre nós, mas neste momento ele está presidindo, na Comissão de Direitos Humanos, uma audiência pública também, para discutir um assunto de extrema relevância, inclusive com a presença do Ministro da Cultura, Juca Ferreira. Então, considerando que hoje, quarta-feira, é um dia de intenso trabalho aqui no Senado Federal, tanto que, agora mesmo, eu tive de me ausentar da Comissão de Assuntos Sociais, em que estávamos discutindo um pacto nacional contra a mortalidade materna e infantil. Lá também estão presentes diversas entidades da sociedade civil, do Ministério da Saúde, do Ministério que representa as mulheres brasileiras, para discutir os resultados desse pacto, assinado há mais de 10 anos, saber exatamente como tem evoluído as ações de combate à mortalidade materna e infantil em nosso País.

Eu gostaria de, aqui, falar um pouco sobre a importância desta audiência pública. Porque nós vivemos, neste momento, Senador Hélio José e todos nossos convidados, um momento aqui no Congresso Nacional, em que se discutem temas muito difíceis, temas muito pesados como, por exemplo, a questão da redução da mortalidade, a redução da mortalidade materno-infantil. Discutimos também questões como a redução da idade penal, que tem sido aqui um grande debate, tanto na Câmara quanto no Senado. Um tema que mexe com o sentimento, mexe com a vontade da população brasileira por mais segurança pública. Eu penso que esses índices elevados de aceitação da redução da maioridade penal se devem à exigência da população por mais segurança pública. Não é que a população queira colocar nossos jovens nas prisões. O que ela quer é mais segurança pública. E nós sabemos da importância de o Brasil cumprir com o Estatuto da Criança e do Adolescente e oferecer às nossas crianças educação de qualidade, oferecer um suporte maior às famílias brasileiras. Colocar essas crianças nos presídios, que são um verdadeiro terror, são fábricas de criminosos, seria elevar os índices de violência em nosso País.

Portanto, no momento em que se discutem tantos temas que mexem com a emoção das famílias brasileiras, é bom a gente discutir um pouco a poesia. A poesia que é um gênero literário que tem o poder da imaginação e é uma das melhores formas de expressão humana. A poesia pode ter, em breve, um mês todo para ser declamada, apreciada, elogiada e referenciada.

Então, a instrução desse projeto de lei, que é de autoria do Senador Paulo Paim, tem a intenção de, aqui, a gente debater e conversar sobre a criação do Mês da Poesia, o mês de março, e homenagear também o poeta Thiago de Mello, um poeta reverenciado no mundo inteiro.

Para iniciar, vamos passar a palavra...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu gostaria de cumprimentar V. Exª pela brilhante iniciativa.

Eu, como pessoa que nasceu no mês de março, no dia 09 de março, fico muito lisonjeado de o mês de março ser o Mês da Poesia. Nós que nascemos em março, os piscianos, somos pessoas que têm um sentimento bastante aguçado com relação à questão poética. Eu acho muito propício de esse mês ser o Mês da Poesia.

Queria cumprimentar nosso querido Prof. Carlos Mathias por seu vigor, sua disposição e energia em defender a questão da Academia Brasiliense de Letras, o que nos orgulha tanto por estar aqui com tanto vigor e tanta vontade de bem defender a cultura nacional.

Queria cumprimentar também nosso Nicolas Behr, esse jovem poeta brasiliense e que tem nos ajudado muito a falar coisas belas para nosso povo, e à Sylvia, aliás, eu estava até conversando com ela, que tem uma ONG importante e que discute essa questão da poesia. Eu acho que está muito bem representado.

Eu vou me ausentar, porque, como a senhora disse, é intenso o debate aqui, hoje, na quarta-feira, e, como sou membro titular da CDH, há um requerimento de minha autoria sobre a mesa que eu preciso ler, e também participar um pouco dessa audiência com o Ministro Juca Ferreira. Mas eu quero deixar registrado aqui a relevância dessa audiência pública para instruir esse projeto, e a qualidade dos convidados, que nos orgulha muito como Senador por Brasília. São três personalidades de nosso Distrito Federal, de Brasília, que bem representa esta cidade contemporânea, mas que já tem uma certa história.

Muito obrigado. E viva o verso! Não é, minha querida Sylvia!

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Senador Hélio José, pela presença, pela participação.

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Alô Senado, por meio do telefone: 0800 612211, e por meio do Portal e-Cidadania, por meio do *site* www.senado.gov.br/cidadania, que transmitirá, ao vivo, a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Então, para iniciar, eu concedo a palavra ao Sr. Carlos Fernando Mathias de Souza, Presidente da Academia Brasiliense de Letras.

Com a palavra, o Sr. Carlos.

O SR. CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA – Eminente Senadora Ângela Portela, por intermédio de quem cumprimento todo o Senado e, especialmente, os membros desta grande Comissão, desta importante Comissão de Educação Cultura e Esporte do Senado Federal.

Eu tenho com o Senado uma espécie de solidariedade genética, porque um saudoso tio serviu ao Senado por dois mandatos, o segundo ele não completou, no Rio e depois aqui. E a minha mulher – as mulheres estão sempre mandando, não é? – e mais dois Senadores: o saudosíssimo, esse referência histórica, que é Júlio de Castilhos, do Rio Grande do Sul, terra do Senador Paim, e Vespúcio de Abreu. Mas eu não vou exaltar isso não, porque a minha mulher já manda demais, e se eu disser que são dois Senadores contra um, eu já estou saindo com o *handicap* negativo.

O tema que nos traz aqui – o Senador Hélio José disse que é nascido no mês de março; eu me sinto um pouco também em causa própria, porque eu também sou de 25 de março, e não é em homenagem à rua de São Paulo, nem à anunciação de Nossa Senhora, eu sou católico; só que ele é pisciano e eu sou ariano – é da maior importância. Tudo aquilo – peço licença para dizer o óbvio, que o Nélson Rodrigues chamaria de óbvio ululante – que se fizer em prol da difusão, da disseminação, do ensino, do cultivo à literatura brasileira, de forma mais ampla, não só à poesia, porque a poesia é a palavra pejada de conteúdo – não sei se concorda a Profª Sylvia Cyntrão, minha colega da Universidade de Brasília –, mas eu sou fiel de outra paróquia, eu vim do Direito, onde eu sou professor aposentado –, não só a poesia, como toda a literatura.

A Senadora exaltou muito bem a figura de Thiago de Mello, um grande poeta, mas há mais alguns. Felizmente somos um País de grandes poetas. Se nós queremos, por exemplo, exaltar os valores hoje, quando se fala tanto da defesa dos direitos humanos, da defesa dos negros, temos a figura de Castro Alves. Imaginem um jovem, em uma sociedade escravocrata, quebrar, enfrentar os tabus, os rigores, a ordem, o *establishment,* e ele indo defender, quando tudo lhe era adverso, e nos dar esta coisa como *Vozes d' África, O Navio Negreiro*, enfim, não precisamos dizer mais sobre Castro Alves.

No momento em que nós tanto defendemos os índios, um indigenista do nível de um Gonçalves Dias. Ele não tinha a preocupação em ser indigenista. Não havia Funai. Não passava pela cabeça dele, mas esta coisa extraordinária, como *Os Timbiras, Canção do Tamoio*, enfim, outros tantos que defenderam.

Eu deveria ter começado pelas mulheres: Cecília Meireles. Para quem quiser defender a liberdade, está aí o *Romanceiro da Inconfidência*, da Cecília Meireles, e, homenageando todas as professoras e as mulheres bonitas, como é a Senadora, a Cecília era uma mulher muito bonita. Eu tive o privilégio de conhecê-la na casa do meu saudoso mestre, Joaquim Ribeiro. Como era bonita! E ela ao piano. Além de todos os méritos, ainda tocava piano. Ela e a Marisa Lira. Estavam as duas. Eu disse: "Caramba, isso é uma coisa de emoção".

Bandeira dizia que a primeira vez em que ele viu uma mulher nuinha no banho, na *Evocação do Recife*, ele teve o seu primeiro alumbramento. Pois o meu primeiro deslumbramento foi ver aquela mulher bonita ali, ao piano, e eu perguntei: "Quem é essa moça que toca tão bem?" E ele me disse: "É Cecília Meireles." E eu disse: "Senhor, eu não sou digno de estar aqui, nesta roda". E, de fato, o *Romanceiro da Inconfidência,* que coisa extraordinária.

Então, ao lado de tantos poetas – e não podemos esquecer Thiago de Mello. E Mário de Andrade, então! Se tivéssemos que botar um exemplo de intelectual síntese no Brasil, eu acho que muitos poucos superariam Mário de Andrade, porque era um romancista, um Macunaíma. Todo brasileiro deveria conhecer Macunaíma, porque é um herói de nenhum caráter. Nós vamos nos encontrar um pouco. Todos de nós temos um pouco de Macunaíma. Não é um herói sem caráter, não. Não é um herói de mau-caráter. Macunaíma não era um sujeito de má-fé. Macunaíma era um herói sem nenhum caráter. Quer dizer, ele estava, assim como nós; repetimos coisas alienadas. Por favor, não estou contra o projeto não. Estou só mostrando o quanto nós temos.

A defesa do patrimônio histórico, a defesa do folclore, a defesa da música, da música de feitiçaria no Brasil. Mário de Andrade conhecia pontos de macumba, pontos de umbanda, pontos de candomblé e sabia as distinções. Que coisa fantástica! Eu acho que Mário de Andrade é superior à Semana de 22, como um todo. Fala-se muito de Osvaldo de Andrade, nenhuma disputa, mas Mário é superior ao Osvaldo de Andrade. Ele era superior àquela gente toda.

Então, nada também contra o *Manifesto Antropófago*, mas a grande verdade é que eu não teria nenhuma pretensão em mudar um projeto, até porque poderiam me dizer: "Você se eleja Senador e venha aqui apresentar quantos projetos quiser". Mas eu acho que nós poderíamos pegar esse gancho para incentivar a literatura como um todo, não como um dia. Todo dia é dia da Literatura.

A criança ir para a escola e já no ensino fundamental a professora trabalhar Machado. Lembro-me, certa vez, que o embaixador da Suécia me honrou, ele queria ler Machado de Assis, e eu indiquei *Dom Casmurro*. E saí para comprar um *Dom Casmurro* e lhe disse: "Pode deixar, embaixador, que eu *v*ou lhe fazer chegar um exemplar". Em todas as livrarias aqui em Brasília eu não encontrava o *Dom Casmurro*. Imaginem, é como se na Espanha alguém fosse procurar uma obra de *Quixote* e não a encontrasse, ou em Lisboa, uma obra de Fernando Pessoa, de Camões e não as encontrassem! E brinquei com o livreiro dizendo: "Vocês são muito vagabundos". E havia de um autor, eu não quero estabelecer, que talvez não seja do gosto, da preferência ou que talvez não seja o nosso melhor escritor, possivelmente seja o que mais vende. Eu disse: "Enquanto esse aí!" Tinha bandeirinhas, parecia uma festa de São João. Mas eu vou escrever na minha coluna sobre isso, que não tem aqui o *Dom Casmurro*. Eles conseguiram. E era um trabalho didático para dizer: "E agora *Dom Casmurro*, *Capitu*." Mas eu levei aquilo e entreguei ao nosso embaixador. E o embaixador perguntou-me: "O senhor tem outra coleção?" Então eu indiquei Aguilar, e disse-lhe: "O senhor recebe bem, recebe em divisas e pode comprar". Mas que coisa notável! Quer dizer, um embaixador da Suécia querer ler *Dom Casmurro* e as nossas livrarias não terem aqui. Enfim, é inexplicável.

Voltando aqui ao Senador, à terra do Senador, à terra de Mário Quintana, um homem que disse que fora da poesia não há salvação. (*Palmas.*)

"Eles passarão.

Eu passarinho!"

Então, Senador, eu estava aqui dizendo, longe de mexer e sugerir qualquer coisa num projeto de aperfeiçoamento, até porque alguém poderia dizer: "Se você quiser apresentar projeto, faça como o seu tio no passado [eu tive um tio Senador, no Rio e aqui, a que já fiz referência], eleja-se Senador e venha aqui apresentar um projeto." Mas eu acho que, como tudo o que se fizer pela literatura brasileira é positivo, pode-se ampliar o projeto para que na escola, sem prejuízo de um mês, um dia da poesia, que já temos, mas que se aprenda Castro Alves, o homem que melhor defendeu os negros. Eu citei aqui *Vozes d' África*, *O Navio Negreiro*, não como literatura obrigatória, mas que aquilo caia espontaneamente. Quer dizer, um poeta que ousou desafiar até Deus: "Deus! Ó Deus! Onde estás que não respondes?" E com a maior intimidade, tratando de "tu", como se fosse um gaúcho; tuteando. (*Risos.*)

Em que céu? Onde te escondes? E há os poetas modernos. Temos aqui o menino – o ex-menino, porque eu também sou ex-menino – está aqui o Nicolas Behr, que eu conheci quando presidi a Fundação Cultural, era um garoto e ele continua um garoto, tem cara de garoto, tem cara de menino, mas, como Denorex, parece re-

médio, tem nome de remédio, mas não é remédio. Ele já não é mais menino, mas um grande poeta, e na vanguarda, ao lado de tantos, num País em que a poesia se extrai também do *Cancioneiro Popular*. Está aqui a Profª Sylvia Cyntrão, que tem uma tese sobre poesia e canção. Não falo só de Vinícius, não. Vinícius é um massacre de tão gostoso. Depois de Vinícius ninguém mais teve coragem de escrever letra burra, desculpe a expressão: "Eu sei que vou te amar. Por toda a minha vida eu vou te amar." Que coisa extraordinária! Essas coisas que ele disse: "Que seja eterno enquanto dure." Que coisa fantástica!

Mas, estira-se do *Cancioneiro Popular,* estávamos falando ainda há pouco, Nelson Cavaquinho, quando dizia: "Tire o seu sorriso do caminho. Que eu quero passar com a minha dor." Era um homem do povo.

Cartola, no Morro da Mangueira – e lembrou tão bem ainda há pouco o Nicolas Behr –: "As rosas não falam. Simplesmente as rosas exalam o perfume que roubam de ti." Olha, isso é uma coisa extraordinária! Foi um homem que nunca passou por uma universidade. Não sou contra as universidades. Não pensem: "Esse cara aproveitou para se aposentar da UnB e agora está falando mal das universidades." Não estou contra as universidades. (*Risos.*)

Mas Jesus Cristo, dizia Fernando Pessoa, não tinha biblioteca. Estou já pegando o grande poeta da Língua Portuguesa, um dos grandes poetas da Língua Portuguesa.

Machado, hoje, em que nós falamos tanto de igualdade racial, que coisa notável – dando exemplo da literatura brasileira – que o nosso maior escritor, o fundador da Academia Brasileira de Letras, era um homem que não tinha o curso primário completo. Nasceu de favor, em uma casa onde o pai dele era caseiro. Era um mestiço, um negro assumindo a sua negritude, e nos deixa essa coisa fantástica. Se nós tivéssemos que apontar quem é o nosso maior romancista brasileiro, não haveria dificuldade alguma: chama-se Machado de Assis, e que também fazia poesia. A poesia *A Carolina*. Acho que não há quem não se comova. "Que no peito dos desafinados também bate um coração." Do nosso modernista e cantor João Gilberto. O poema que ele faz diante da sua mulher morta. E o *Cancioneiro Popular*, se nós formos a *Adiós Nonino*. Eu acho que é o nosso *Adiós Nonino* quando ele se despede da mulher. Esse tango fantástico que Astor Piazzolla fez diante do avô morto.

Mas não precisamos pedir empréstimo aos nossos irmãos argentinos. Não precisamos ir ao Martín Fierro, nem ao Cortázar e a outros mais recentes, porque nós temos na nossa Literatura brasileira uma riqueza fantástica. Se quisermos ficar só nos negros, Lima Barreto. Que coisa extraordinária! *O homem que sabia javanês*. Quantos brasileiros, na impostura, não vão se encontrar ali, porque é um êxito da impostura. Um impostor bem-sucedido, que acaba arranjando um emprego no Itamaraty como Cônsul. Ele só preferia que não fosse em Java porque, na realidade, ele não sabia javanês.

Portanto, quero parabenizar o nosso Senador, que não precisa de aplausos. Eu sou gaúcho pelo regime de comunhão de bens. Eu nasci no Rio de Janeiro. Eu sou carioca apostólico romano. Sou do grande Rio. Não sou do Rio Grande, mas sou do grande Rio. Mas a minha mulher é gaúcha de Pelotas, que só não é sua eleitora porque mudou o título, senão estaria lá, porque nós somos muito afinados com a sua postura e compostura de homem.

Mas o Rio Grande do Sul, eu citei aqui que a família da minha mulher deu dois Senadores: Júlio de Castilhos – caramba, não precisa dizer mais! –, Júlio Prates de Castilhos, e Vespúcio de Abreu, que dá nome a uma rua. Quando eu passo lá, eu digo: "Eu estou aqui na praça de seu tio-avô".

Nós poderíamos pegar esse gancho e ampliá-lo para uma literatura desses valores, sem nenhum demérito ao grande Thiago de Mello, de quem eu gosto muito. Não conheço tão bem a sua obra, mas conheço *Os Estatutos do Homem*, conheço aquele *Faz escuro, mas eu canto*, que é um canto, um brado contra o estado de exceção. Como o cantor Drummond, *José* é o maior brado contra o Estado Novo:

> E agora, José?
> A festa acabou,
> A luz apagou,
> (...)
> Não veio a utopia
> E tudo acabou
> E tudo fugiu

E ele não deixa a porta aberta.

> Se você gritasse,
> Se você gemesse,
> Se você tocasse
> A valsa vienense,

Se você dormisse,
Se você cansasse,
Se você morresse...
Mas você não morre,
Você é duro, José!

Então, é uma coisa fantástica!

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA – Neste País de grandes poetas, do Acre ao Arroio Chuí, aliás, na própria terra do Thiago de Mello, o Ramayana de Chevalier – e aqui procuro encerrar porque tenho que deixar espaço para o nosso Nicolas Behr e para a Profª Sylvia Cyntrão, que rima com canção e fica coerente com a tese dela –, o Ramayana de Chevalier, que falou sobre o Amazonas – nunca vi uma coisa tão bonita!–: "Amazonas, água ao absurdo!" Que coisa fantástica!

É por isso que não sei quem definiu a poesia como uma palavra pejada de conteúdo. E aí está o que é ser poeta numa terra de poetas.

Portanto, Senador, quero cumprimentar, sem querer sugerir, dar pitaco: "Esse cara quer vir aqui, mexer no meu projeto."

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse cara é o Presidente da Academia Brasiliense de Letras. Então, não é esse cara.

O SR. CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA – Cresça e apareça. E nesta terra, porque na nossa Academia Brasiliense de Letras tivemos Fernando Mendes Vianna, que coisa notável! Alphonsus de Guimaraens Júnior, Cyro dos Anjos. O grande trabalho do Cyro é *O amanuense Belmiro*, que o Agripino Grieco, na sua irreverência, disse que o livro custou tanto a sair, que já deveria se chamar *O Oficial de Administração*, já promovido de amanuense. Como ele teve um problema de infarto, fez *Poemas coronários*, que é uma obra-prima. Um poeta bissexto, mas de grande qualidade. Agora, mesmo, nós elegemos um poeta, o Alberto Bresciani, um grande poeta – e vou encerrar –, que escreveu um grande livro chamado *Sem Passagem Para Barcelona*. Eu disse: eu vim, mas sob protesto porque você me deixou sem meios para chegar a Barcelona, porque acabou com as passagens para Barcelona.

Portanto, cumprimento esta Casa – repito –, com a qual eu tenho uma solidariedade genética, ao lado de eventuais cargos que ocupei aqui e que ainda ocupo, e agradeço a distinção feita, menos a mim, mas à Academia Brasileira de Letras, ou melhor, Brasiliense – que pretensão, eu estou ficando megalómano. Num dia desses, eu tive uma diverticulite e quase morri, mas Deus disse: "Você não pode; você não tem *status* para morrer disso. Isso só mata Presidente." (*Risos.*)

Então, saúdo a Senadora Angela Portela, relembrando Cecília Meireles, tão bonita quanto a Senadora e grande poetisa, em o *Romanceiro da Inconfidência*. Eu sou contra literaturas obrigatórias, mas toda criança deveria ler o *Romanceiro da Inconfidência*, o libelo que ela fez contra Silvério dos Reis, contra aquele traidor daquele movimento tão puro.

E, já que falamos em Inconfidência, os grandes poetas da Inconfidência, a Inconfidência Mineira foi feita com poetas, aliás, não vamos chamar de Inconfidência, que Inconfidência era como chamava a lei portuguesa, *A Conjura*, porque aquilo uma grande conspiração e que nos deu o próprio mártir da independência, que é o nosso Tiradentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Sr. Carlos, Presidente da Academia Brasiliense de Letras.

Senador Paim, enquanto ele falava aqui nessa linguagem poética, falando de Literatura, de grandes autores e escritores e poetas: Vinicius de Moraes, Machado de Assis, aqui eu incluo a Literatura portuguesa com Camões e Fernando Pessoa, porque eu fiz Letras e adorava Literatura, então, essa fala me lembrou de meus tempos de estudante na Universidade Estadual do Ceará, lá em Sobral.

Mas eu gostaria de passar a palavra para o autor do projeto que institui o Mês da Poesia, o mês de março, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus convidados; Senadora Angela Portela; aliás, nossos convidados, eu adoro poesia e gostaria muito de ficar aqui conversando com vocês, não só pela amanhã, mas o dia todo. Acontece que eu presido a Comissão de Direitos Humanos e, lá, estão discutindo exatamente cultura, saber, conhecimento, poesia; lá estão os profissionais do teatro. Eu fui o autor do Estatuto do Idoso – o Júlio acompanhou essa caminhada – e lá, há muitos anos, são quase 15 anos, eu institui a meia-entrada para o

idoso. Agora eles estão levantando uma série de questionamentos no sentido de que se torna quase inviável para o teatro manter 50% das vagas para o idoso.

Eu confesso que viajei do Rio para São Paulo – aliás, estou viajando todo o Brasil com debates sobre o direito dos trabalhadores, Previdência e contra a terceirização, tanto que já fui a oito Estados em duas semanas, vou suspender minhas férias de julho, e até agosto eu completo os 27 Estados –, sentado ao lado de Marieta Severo, casualmente. Ela estava sentada e, tão logo a reconheci, sentei-me do lado dela. Ela me olhou e disse: "Como é que vai?" Eu a conheço naturalmente, atriz, enfim, Marieta Severo. "Eu acho que te conheço" – disse-me ela. "Tu não é o tal do Paim?" "Sou eu". "Tu não é o tal do Senador do idoso?" "Sou eu". "Você é o autor da meia-entrada para os idosos?" "Sou eu, mas não me xinga" – eu disse. "Eu não vou te xingar, mas senta aqui que agora nós vamos conversar." E fomos até São Paulo, ela me explicando o porquê de esse debate ter que ser aprofundado.

Mas permitam-me que eu diga ao Sr. Nicolas, ao Sr. Carlos e à Srª Sylvia, eu amo a poesia! Eu sempre digo que o poeta é meio atrevido. Ele é tão atrevido que ele escreve aquilo ele quer, os outros têm que ler e ele quer que os outros gostem ainda. Eu escrevi algumas poesias, claro, assim naquele rabisco de alguém bem-intencionado, mas me lembro de dos momentos que eu vou fechar aqui sobre o tema. Um do Vice-Presidente José de Alencar. José Alencar vai fazer uma palestra na FIERGS, em Porto Alegre. Naquele tempo havia uma divergência com o PT, porque ele é um grande empresário. "Quem é que acompanha ele?" "Eu o acompanho". Eu era Deputado naquela época e o acompanhei na FIERGS. Sabem qual foi o momento em que ele foi mais aplaudido? Ele tirou do bolsinho um papel todo amassado e tinha uma canção, se não me engano do Noel Rosa, que dizia: "Quando eu morrer, não quero choro, nem vela, quero uma fita amarela gravada com o nome dela."

Mas ele declamou toda a canção, eu não a conheço em sua totalidade. Ele declamou toda a canção e foi aplaudido de pé e ganhou o empresariado gaúcho com essa canção, que não deixa de ser uma poesia, uma canção que é linda na sua essência e foi um momento muito bonito para mim, ali com ele e tal. Depois eu saí com ele e disse-lhe: "Presidente..." Ele me disse: "Isso dá sempre certo, fala com o coração e com a emoção que dá sempre certo, pode fazer isso que vai dar certo sempre."

Mas o Thiago de Mello sabe quando é que eu me apaixonei pela história e pela vida dele? Claro que eu o li muito, eu vou ler aqui um pedacinho, mas foi lendo *Os Estatutos do Homem*. Eu declamei *Os Estatutos do Homem*, declamei não, porque sou ruim de memória, mas sei ler pelo menos, tem que saber pelo menos ler. Mas acho que o li pelo menos umas dez vezes *Os Estatutos do Homem*, não na íntegra, pegando pedaços naturalmente, porque ele é longo. Ele é muito, muito, muito bonito.

E me lembro de que, quando eu convidei o Thiago de Mello para fazer uma palestra aqui na Comissão de Direitos Humanos, ele disse-me duas coisas: primeiro, ele disse – nós todos sentados como estamos agora –: "Eu vou falar de pé, porque quando um poeta fala ele está fazendo uma homenagem ao público e eu sei que vocês vão ficar em silêncio."

Ele disse isso porque estava todo mundo cochichando. A partir daí não se ouviu qualquer barulho, sequer o de uma mosquinha no ar, porque até a mosca foi para um canto e se assentou. A criatividade do poeta ali naquele momento, quando ele fala dessa forma.

Vou resumir: Thiago de Mello tem obras traduzidas em mais de 30 idiomas. Preso, durante a ditadura, de 1964 a 1985. Exilou-se no Chile, encontrando em Pablo Neruda um amigo e colaborador. Um traduziu a obra do outro e Neruda escreveu ensaios sobre o amigo.

No exílio, morou na Argentina, no Chile, Portugal, França, Alemanha com o fim de levar o que acontecia no Brasil e a sua luta contra o regime militar. Voltou à sua cidade natal, lá em Barreirinha (MG), onde vive até hoje.

Mas eu misturei aqui José Alencar, que já faleceu, e o querido Thiago de Mello, que está vivo. Mas uma coisa que o José de Alencar disse naquela oportunidade é que, no Brasil, nós temos a mania de só homenagear os mortos.

Eu quero que façam homenagem a mim, enquanto eu estou vivo e não só depois que de eu morrer, reconhecendo a obra, a história, a caminhada bonita dos homens e mulheres do nosso País. E por isso, março. Por que março? Porque é o mês do aniversário de Thiago de Mello, que a gente teve essa ideia e, claro, que passa pelo crivo dos senhores. Se os senhores entenderem, eu olhei tudo, o dia, tem semana, e tomara que todos os dias sejam o dia da poesia! Eu não acredito em revolução sem poesia. Acho que a verdadeira revolução do bem, do saber, dos homens e mulheres que fazem o bem sem olhar a quem, e essa frase, nós sabemos de quem é, não é minha nem dos senhores, é do maior revolucionário de todos os tempos que foi Jesus Cristo. Essa frase é Dele: "Você deve fazer o bem sem olhar a quem".

Então, foi nessa visão de tudo que eu li do Thiago de Mello que eu quis fazer uma homenagem, mas, na verdade era aos poetas, à poesia, essa coisa mágica, bonita, que ilumina nossas almas e corações até no falar em público, quando a gente incorpora aquilo que nós todos temos um pouquinho, como é que é a frase que

o povo diz: "De poeta e louco todos nós temos um pouco". Eu prefiro ficar mais com o poeta a ficar mais com o louco, não é? Para falar nas vezes que eu tenho que me pronunciar, num momento como esse, falando aqui com altos nomes da Academia Brasileira e que, para mim, eu devia até me ajoelhar aqui antes de falar com vocês, porque eu sou do rabisco e vocês são os meus ídolos, permitam que eu diga isso: vocês são os meus ídolos. Eu sou um fã daqueles que dedicam sua vida a escrever, a fazer poesia e fazem a história.

Para terminar, quero dizer que Thiago de Mello me impressionou muito. Eu tive a alegria, depois, de almoçar com ele, ele todo de branco e tal, uma figura que marcou muito. Portanto, querendo fazer uma homenagem aos poetas e à poesia que eu apresentei esse projeto, que tem a minha querida Senadora Ângela Portela como Relatora, com aquela competência e, permita-me dizer, às vezes têm a mania de dizer que mulher bonita não é competente. Uma bobagem do tamanho de um boeing. Mulher bonita e é a musa aqui do Congresso e é competente como ninguém.

Parabéns às mulheres!

Parabéns ao Thiago de Mello e aos senhores! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Senador Paim, pelas palavras elogiosas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não fique encabulada, viu? Eu segui o meu poeta ali.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Que bom que V. Exª corrigiu, porque beleza não tem muito vínculo forte com incompetência, não é? A gente quer quebrar essa coisa, porque o valor é o nosso comprometimento, o nosso trabalho, a nossa vontade de realizar o melhor pelo povo brasileiro e, representando os Estados, os nossos Estados aqui no Senado Federal.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Passo a palavra agora para a Prof.ª Sylvia Cyntrão, especialista em poesia brasileira e portuguesa.

A SRª SYLVIA CYNTRÃO – Bom dia a todos e a todas!

Senadora Angela Portela é uma satisfação imensa estar aqui; Senador Paulo Paim, ouvi-lo, realmente, foi um privilégio agora, muito obrigada; Prof. Dr. Carlos Mathias, conhecido de longa data, é com grande admiração pelo seu trabalho; Dr. Nicolas Behr, o poeta sempre devia ser chamado de doutor, independente de quaisquer cursos, mas com que o título sempre carrega essa honra, essa questão do saber sempre agregado, então, o meu querido amigo, também, Nicolas; saúdo a todos.

Eu diria que estou aqui representando a Universidade de Brasília. Dentro da Universidade de Brasília temos o Instituto de Letras, cujo diretor é de origem espanhola, mas um grande aficionado da poesia. Há algum tempo ele tem dado o apoio que nós sempre esperamos que houvesse da Universidade, inclusive o financeiro, para eventos que podem sempre estar falando dos poetas, sobre os poetas e trazê-los também.

Então, essa questão de homenagear os poetas vivos ou fazer homenagem a pessoas de valor para a nossa sociedade, eu acho fundamental. Nós sempre achamos isso. E permito-me aqui, antes de falar um pouquinho sobre a questão do projeto de lei, eu gostaria de anunciar que o nosso programa de pós-graduação em Literatura, que hoje eu coordeno, instituiu, para homenagear seus próprios 40 anos de existência – a criação foi em 1975, então este ano comemoramos nossos 40 anos dedicados à Literatura, à leitura e à disseminação da vontade de estar junto com aqueles que pensam e sentem a realidade, que são os escritores e, deles, os poetas –, um prêmio literário: o Prêmio Nicolas Behr de Literatura. (*Palmas.*)

Posso dizer que não foi uma coisa vinda de cima para baixo, foram os próprios alunos do programa de pós-graduação em Literatura que nos sugeriram o nome do poeta. Eu estava, evidentemente, muito contida, querendo sugerir, porque o Nicolas, além da grande poesia que faz, da valorização e crítica da nossa Brasília – crítica que é a construção fundamental, evidentemente, do nosso dia a dia, para a gente melhorar, para a gente fazer melhor, mais certo –, tem uma generosidade fundamental, que é estar nos lugares onde é convidado para falar de poesia, e não só da sua poesia.

E ele não vai só aos lugares para os quais receba convites formais. Os poetas de Brasília, os jovens poetas de Brasília sabem disso; o Nicolas os apoia, participa do lançamento – seja um lançamento na maior livraria de Brasília, seja ali na esquina, seja dentro de uma sala da Universidade de Brasília. O Nicolas, sempre que pode, está presente.

Então, prova maior de ação cidadã eu creio que não há. Por isso, eu gostaria de dizer que estamos muito felizes com isso, de anunciar publicamente, já que está sendo gravado também – achei que seria uma excelente oportunidade de dizê-lo.

Enfim, voltando à questão da homenagem, da criação de um mês da poesia, eu gostaria, também, de fazer menção à questão da criação poética. O que é criar poesia? Criar poesia, segundo Edgar Morin, que é um filósofo francês bastante interessante, diz que nós temos dois estados de vida: o estado prosaico e o estado poético. O estado prosaico é aquele do nosso dia a dia: eu preciso levantar, preciso tomar um banho, preciso

me arrumar, pegar um táxi, ou o metrô, ou o carro para chegar ao meu trabalho – eu tenho de fazer isso. Eu tenho de me alimentar, então eu preciso dizer para o caixa do supermercado: "você tem troco?" ou "aceita este cartão?". Isso nos mantém na nossa vida, isso nos sustenta no desenvolvimento do nosso dia a dia. E o estado poético? O estado poético não é alguma coisa que pertença a alguns poucos. Todos nós temos essa condição de criar um estado poético, desde que nós coloquemos a nossa *anima*, a nossa energia – essa energia de que Freud fala, que é a energia erótica. O que é Eros? Não está só ligado à questão das relações amorosas ou sexuais. Eros é justamente o que nos anima, o que nos faz acreditar, como fez o Senador, como faz a Senadora, ao carrear toda a sua energia para a criação de uma lei que valorize justamente sentimentos, pensamentos e pessoas que se dedicaram a representar a realidade de uma determinada forma, que a gente diz, na Universidade, estetizada.

Quer dizer, são pessoas que interpretam a realidade e vão pensar sobre ela, vão traduzir o que nós não poderíamos traduzir, se não fosse de uma determinada forma. E a poesia está em tudo; pode estar em tudo, evidentemente. Então, depende de nós acessarmos, segundo Edgar Morin, esse nosso estado poético na nossa vida. E mesmo como seres diurnos ou noturnos, dentro da nossa referência de cada momento em que nós tenhamos que lidar com problemas – ninguém gosta de problema, não é? –, o estado poético existe justamente em alguns valores: na bondade, no meu desprendimento, no meu altruísmo, na minha generosidade em olhar para o outro e identificar suas necessidades, em poder contribuir. Para que estamos por aqui? Para beneficiarmos uns aos outros. Então, essa questão do ser generoso é uma condição da melhor poesia nas nossas vidas. A gente tem muito o que aprender. Meu pai diz o seguinte, e aí é uma questão interessante, porque a gratidão deveria ser uma disciplina ensinada na escola. "Xi, esse ano eu tirei seis em gratidão". Então vamos praticar mais; "Quatro, fui reprovado em gratidão, o que se faz agora? Vamos dar um intensivo para o aluno. E o dez em gratidão? Segundo meu pai, nunca se tira, porque gratidão deve ser um exercício prolongado pela vida inteira; mas que seja a qualidade fundamental.

Então, sou grata por estar aqui, poder falar algumas dessas coisas. É evidente que a Universidade de Brasília, que eu represento, assina embaixo e avaliza a criação do Mês da Poesia.

Entendo que Thiago de Mello foi escolhido porque é um poeta que também tem preocupações – teve preocupações e as têm com os direitos humanos, com essa condição, essa relação justa, e pela verdade de uns com os outros. Também a questão da defesa do meio ambiente, nós sabemos, como o poeta também do Amazonas, como ele sempre faz questão de se identificar, enfim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me dizer...

A SRª SYLVIA CYNTRÃO – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele me deu um livro belíssimo, em que ele faz poesia sobre a realidade da Amazônia. A nível internacional, esse livro dele, em poesia, conta a história da Amazônia e a defesa do meio ambiente.

A SRª SYLVIA CYNTRÃO – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não tinha me lembrado disso, V. Sª lembrou muito bem. Darei minha salva de palmas em homenagem ao meio ambiente, que tem de ser defendido. (*Palmas.*)

A SRª SYLVIA CYNTRÃO – Sim, em homenagem ao meio ambiente, claro.

Então, é um poeta muito completo o Thiago de Mello. E conviveu com o grande poeta Neruda, entre outros. Esteve exilado no Chile, parece que por 20 anos, mais ou menos isso, não me lembro exatamente das datas. Então, ele tem uma experiência de vida que também merece nosso reconhecimento oficial. Ele tem o reconhecimento dos demais poetas. E é claro que nesse Brasil de poetas, eu digo que aqui nós temos poetas, o Senador acaba de se confessar; gostaríamos de ver seus poemas, inclusive.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não faça isso! (*Risos.*)

A SRª SYLVIA CYNTRÃO – Faço. Imagine um Senador poeta, que coisa belíssima!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª SYLVIA CYNTRÃO – Não é? Acreditamos ainda mais no seu mandato depois de ouvir isso.

Enfim, eu trouxe aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou dizer o título: Política, só com poesia. É o título.

A SRª SYLVIA CYNTRÃO – Política, só com poesia. Puxa, que coisa boa ouvir isso.

Eu gostaria de finalizar, para passar a palavra ao poeta – isso é o mais importante, imagino. Pensando no que poderia comentar com os senhores e senhoras hoje, eu me vi diante de um texto do escritor angolano, que morou em Lisboa e mora atualmente no Brasil, José Eduardo Agualusa, que conhecemos, é um desses poetas também inquestionáveis pela sua luta política, pelo seu dia a dia, pelas suas batalhas cidadãs...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª SYLVIA CYNTRÃO – Sim, sim. Pois é, ele também poeta. Pois então.

O Agualusa publicou no jornal *O Globo* do dia 29 de junho o seguinte texto – ele é curtinho, eu também já resumi, mas fala exatamente sobre a importância da poesia e aqui ele dá o título de *A cura pela palavra – A boa poesia acende clarões no cérebro*.

Diz ele:

Há dois anos, surgiu na Inglaterra um curioso objeto literário, "The novel cure", que poderíamos traduzir como "A cura pelo romance". O livro, da autoria de Susan Elderkin e Ella Berthoud, tem como subtítulo "An A-Z of literary remedies", ou seja "Um receituário literário de A a Z". A ideia é muito boa: receitar literatura para um vasto leque de males, da melancolia e depressão ao excesso de peso.

O livreiro português José Pinho, um dos proprietários da bonita e extravagante livraria lisboeta Ler Devagar inspirou-se no livro de Susan Elderkin e Ella Berthoud para criar um projeto ainda mais arrojado: uma farmácia literária. A farmácia deverá funcionar no átrio de um futuro centro de medicinas alternativas [como as coisas se ligam, se agregam], a instalar num velho hospital de Lisboa, atualmente desativado.

O paciente dirige-se ao farmacêutico literário, biblioterapeuta [segundo ele], dá conta de suas queixas, e recebe o remédio ou remédios, dois ou três livros, que poderá utilizar ali mesmo, comodamente instalado num dos quartos da instituição, ou levar para casa. Parece o devaneio feliz de um sonhador, e é, com a diferença de que José Pinho leva os sonhos a sério.

Circula pelas redes sociais um estudo da Universidade de Liverpool segundo o qual a poesia é muito mais estimulante para o cérebro, e mais útil na resolução de problemas, do que a chamada literatura de autoajuda. Mesmo ignorando a legitimidade do documento em causa, acredito nas suas conclusões. Livros de autoajuda costumam ser — os menos ruins — simples compilações enfadonhas de lugares-comuns. A boa poesia surpreende, acende clarões no cérebro, provoca e desafia.

A poesia, é sempre bom lembrar, começou por ser uma especialidade da magia. Magos declamavam os seus versos para convocar espíritos, acordar remotas forças, criar acontecimentos através do verbo.

Quase todos os meninos são poetas [diz Agualusa]. Manoel de Barros [outro grande poeta nosso] confessou, em várias entrevistas, ter roubado versos prontos aos próprios filhos. Nada que surpreenda um pai ou uma mãe. Quem quer que tenha filhos pequenos conhece a experiência de redescobrir o brilho da língua através da poesia involuntária que os baixinhos praticam todos os dias. Infelizmente, o que a generalidade dos sistemas de ensino faz é tirar a poesia de dentro das crianças. Crescer é, assim, perder poesia. Talvez por isso temos tendência a adoecer à medida que nos afastamos da infância – e da poesia. Acredito que a exposição prolongada à poesia é suscetível de provocar alterações irreversíveis no espírito de qualquer pessoa. Crianças que crescem ouvindo dizer poesia correm o risco de nunca se transformarem inteiramente em adultos, ou, pelo menos, em adultos conformados (e doentes). Eventualmente, continuam sendo poetas a vida inteira.

E aí eu termino com as palavras do próprio Thiago de Mello tiradas, evidentemente, do grande *Os Estatutos do Homem*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Perdoe-me, mas está havendo uma discussão lá...

A SRª SYLVIA CYNTRÃO – Por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está sobrando para o Júlio, estão xingando o Júlio porque ele me tirou de lá. Mas eu é que me apaixonei e quis ficar aqui, o culpado sou eu.

Mas eu vejo o vídeo na íntegra depois.

Um abraço.

A SRª SYLVIA CYNTRÃO – Muito obrigada, Senador. Muito obrigada.

E como diz Thiago de Mello, então vamos dar a palavra ao mote, enfim, dessa homenagem. Ele diz:

Por decreto irrevogável fica estabelecido o reinado permanente da justiça e da claridade, e a alegria será uma bandeira generosa para sempre desfraldada na alma do povo.

Então, viva o Thiago de Mello, os poetas brasileiros e os poetas da canção!

E aqui eu, agora, sou toda ouvidos do nosso grande poeta brasiliense, brasileiro, Nicolas Behr, depois que, evidentemente, a Senadora lhe passar a palavra.

Muito obrigada, Senadora.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Profª Sylvia. Bela fala, emocionante.

Passo agora a palavra para o grande poeta Nicolas Behr.

O SR. NICOLAS BEHR – Bom dia a todos, todas. É um prazer estar aqui.

Sempre vou a escolas, sempre vou a saraus, e vir ao Senado é uma oportunidade ímpar, pela repercussão que tem de falar de poesia, porque falar de poesia é sempre muito bom. Nós vivemos dentro de uma bolha

poética, a poesia. Estamos mergulhados na poesia e não podemos viver sem poesia, porque não podemos viver sem sentimentos, sem emoção. É impossível viver sem poesia.

Desculpa, cometi uma gafe. Sylvia Cyntrão, minha querida, meu querido Carlos Fernando, Senadora Angela... É a ansiedade; é compreensível. Desculpa. Eu queria saudar a Mesa e os presentes. O tema é tão urgente também, que a gente às vezes se atropela, mas eu queria, primeiro, entregar à senhora uma coleçãozinha dos meus livros para constar aqui ou na biblioteca, para as pessoas terem acesso a uma parte da minha obra, alguns livros apenas.

Então, estamos mergulhados na poesia. A poesia é inútil, mas nada é mais necessário. Não existe nada mais inútil do que a poesia, e nada mais necessário; quem disse isso foi o Octavio Paz. E a poesia não é de quem a escreve, mas de quem a precisa; de quem precisa dela.

Todos os povos praticam a poesia, mesmo os que não têm escrita. A poesia está em tudo e em todos e, sem poesia – como eu já falei e quero reprisar – nós não vivemos, porque somos emoção e sentimento. Enquanto houver ser humano, haverá poesia, porque não somos robôs, não somos... Somos um circuito de emoções.

Eu estou correndo um pouco porque quero ler poesia, de alguns poetas. E eu queria dar minha opinião sobre o mês de março ser o Mês da Poesia: tranquilo, o.k.. O Dia Nacional da Poesia já é comemorado no dia 14 de março, dia de nascimento de Castro Alves. Então, a homenagem ao Thiago de Mello só reforça, também, o mês de março como mês nacional da poesia. Isso é tranquilo.

Vamos à poesia. Antes de eu ler alguns poetas mais próximos da minha geração, de 1970 para cá, eu queria invocar... Nós temos grandes poetas, sim. Vou ler os nomes de alguns, aqui, e dizer que toda seleção é injusta, mas: Castro Alves; Thiago de Mello; Ferreira Gullar; Mário de Andrade; Carlos Drummond de Andrade; João Cabral; Cecília Meireles; Gonçalves Dias; Oswald de Andrade; Augusto de Campos; Murilo Mendes; Mario Quintana; Jorge de Lima; Sousândrade; Vinicius de Moraes; Patativa do Assaré; Manoel de Barros. Invoco esses nomes para falar de poetas mais próximos da minha geração.

Então, vou fazer uma leitura de alguns poetas que vocês conhecem ou, se não conhecem, vão conhecer, que são fundamentais da minha vivência de poeta.

Vou começar com Paulo Leminsk:

Bem no fundo

No fundo, no fundo,
bem lá no fundo,
a gente gostaria
de ver nossos problemas
resolvidos por decreto

a partir desta data,
aquela mágoa sem remédio
é considerada nula
e sobre ela — silêncio perpétuo

extinto por lei todo o remorso,
maldito seja quem olhar pra trás,
lá pra trás não há nada,
e nada mais

mas problemas não se resolvem,
problemas têm família grande,
e aos domingos
saem todos a passear
o problema, sua senhora
e outros pequenos probleminhas.

Poema de Paulo Leminski.

Vou ler um poema de um poeta que mora em Brasília, fundamental, Francisco Alvim. O poema é Muito Obrigado.

Muito obrigado

Ao entrar na sala
cumprimentei-o com três palavras

boa tarde senhor
Sentei-me defronte dele
(como me pediu que fizesse)
Bonita vista
pena que nunca a viste
Colhendo meu sangue: a agulha
enfiada na ponta do dedo
vai procurar a veia quase no sovaco
Discutir o assunto
fume do meu cigarro
deixa experimentar o seu
(Quanto ganhará este sujeito)
Blazer, roseta, o país voltando-lhe
no hábito do anel profissional
Afinal, meu velho, são trinta anos
hoje como ontem ao meio-dia
Uma cópia deste documento
que lhe confio em amizade
Sua experiência nos pode ser muito útil
não é incômodo algum
volte quando quiser

Outra poeta fundamental da nossa geração pós-70, Ana Cristina César:

Sonho Rápido de Abril

As ambulâncias se calaram
as crianças suspenderam a voracidade batuta
dois versos deliraram por detrás dos túneis
moleza nos joelhos
mão de ferro nos peitinhos
tristeza suarenta, locomotiva, fútil
patinho feio
soldadinho de chumbo
manto de jacó, escada de jacó
sete anos de pastor
estrela demente desfilando na janela
de repente as ambulâncias estancaram o choro
voraz dos bebês.

Cacaso, que também faz aniversário em março, 13 de março, é um poeta também da geração mimeógrafo, da geração da poesia marginal, também importantíssimo.

Lar doce lar

Minha pátria é minha infância:
por isso vivo no exílio

imagens I

Para evitar malentendidos
digamos desde já que nos amamos.

Happy end

o meu amor e eu
nascemos um para o outro
só falta quem nos apresente

Zuca Sardan também é um poeta dessa turma, que continua a lira que vem lá de Camões, que vem lá de trás, que vem de Homero, que vai para o infinito.

Naufrágio
(Zuca Sardan)

Quem pratica a virtude
só pra ganhar boa média
está mesmo muito perto
do vício.
Mais prático, no caso,
logo começar pelo vício...

Não há força sem habilidade.
Mas, pra que força?
Habilidade, só, resolve...

Responde-me, oh Infortúnio,
grão parteiro do Gênio:
"É menina ou menino?"

Oh almas fortes
domadoras da voluptuosidade,
Pilotos hábeis e serenos
evitando os rochedos:
"HOMEM AO MAR!!"

Há um poeta aqui importantíssimo, Torquato Neto.

Cogito
(Torquato Neto)

eu sou como eu sou
pronome
pessoal intransferível
do homem que iniciei
na medida do impossível

eu sou como eu sou
agora
sem grandes segredos dantes
sem novos secretos dentes
nesta hora

eu sou como eu sou
presente
desferrolhado indecente
feito um pedaço de mim

eu sou como eu sou
vidente
e vivo tranquilamente
todas as horas do fim.

Viva Torquato Neto!

Eu vou ler o meu. Vou encaixar o meu aqui, pegar uma carona.

Receita

Ingredientes

2 conflitos de gerações
4 esperanças perdidas
3 litros de sangue fervido
5 sonhos eróticos
2 canções dos beatles

Modo de preparar

Dissolva os sonhos eróticos
nos dois litros de sangue fervido
e deixe gelar seu coração.

Leve a mistura ao fogo,
adicionando dois conflitos
de gerações às esperanças perdidas.

Corte tudo em pedacinhos
e repita com as canções dos
beatles o mesmo processo usado
com os sonhos eróticos, mas desta
vez deixe ferver um pouco mais e
mexa até dissolver.

Parte do sangue pode ser
substituído por suco de
groselha, mas os resultados
não serão os mesmos.

Sirva o poema simples
ou com ilusões. (*Palmas.*)

Obrigado.

É uma oportunidade ímpar aqui, porque a poesia tem que ser divulgada, tem que ser lida. A poesia é necessária, mas não é obrigatória, tá? Porque, se é obrigatória, deixa de ser poesia. Mas ela é necessária demais.

Desabutino
(Chacal)
Quem quer saber de um poeta na idade do rock
um cara que se cobre de pena e letras lentas
que passa sábado a noite embriagado
chorando que nem criança a solidão
Quem quer saber de namoro na idade do pó...
um romance romântico de cuba
cheio de dúvidas e desvarios
tal a balada de neil sedaka

Quem quer saber de mim na cidade do arrepio
um poeta sem eira na beira de um calipso neurótico
um orfeu fudido sem ficha nem ninguém para ligar
num dos 527 orelhões dessa cidade vazia

Uma poeta mais recente, de Belo Horizonte, Ana Martins Marques:

Em branco

Dizem que Cézanne
quando certa vez pintou um quadro
deixando inacabada parte de uma maçã
pintou apenas a parte da maçã
que compreendia.
É por isso

meu amor
que eu dedico a você
este poema
em branco.

O equilibrista
(Eucanaã Ferraz)

Traz consigo resguardada
certa idéia que lhe soa
clara, exata.

No entanto, hesita: que palavra
a mais bem medida e cortada
para dizê-la?

Enquanto não lhe vem o verso, a frase, a fala,
segue lacrada a caixa
no alto da cabeça

Três mulheres, aqui, para finalizar. Mas depois ainda finalizo com Drummond. São poetas novas, recém-lançadas, que têm uma obra fundamental. Angélica Freitas, Minas Gerais.

Minas Gerais

a pia pinga
até a medula a pia pinga
galo canta a pia pinga
noite e dia pinga pinga
você cresceu você casou
houve um golpe militar
a pia pinga e o menino
da esquina virou padre
a pia pinga
a pia pinga toda
a caixa d'água

Rabo de baleia
(Alice Santana)

um enorme rabo de baleia
cruzaria a sala nesse momento
sem barulho algum o bicho
afundaria nas tábuas corridas
e sumiria sem que percebêssemos
no sofá a falta de assunto
o que eu queria mas não te conto
é abraçar a baleia mergulhar com ela
sinto um tédio pavoroso desses dias
de água parada acumulando mosquito
apesar da agitação dos dias
da exaustão dos dias
o corpo que chega exausto em casa
com a mão esticada em busca
de um copo d'água
a urgência de seguir para uma terça
ou quarta boia e a vontade
é de abraçar um enorme
rabo de baleia e seguir com ela

Bruna Beber:

todo urubu titia gritava
urubu urubu sua casa
tá pegando fogo

todo estrondo na rua
papai dizia eita porra
aposto qué bujão de gás

todo avião vovó acenava
é seu tio! desquentrou preronáutica
num tenho mais sossego

temi e ainda temo toda espécie
inflamável lamentei tanto urubu
desabrigado desejei o fim
da força aérea brasileira

só custei a entender mamãe
e o que queria dizer com seu irmão
não vem mais brincar com você
papai do céu levou.

Esses são os poetas. Há muitos outros: Waly Salomão, Luís Turiba, Carlito Azevedo, mas vamos ficar com esses.

Eu ando com um poema do Drummond dentro da minha carteira, que é o meu poema salva-vidas. É um poema que é uma oração. Ele está aqui todo recortado, até molhou outro dia.

Eu queria finalizar com dois poemas, um do Drummond, e outro do Mário Quintana.

Os Ombros Suportam o Mundo
(Carlos Drummond de Andrade)

Chega um tempo em que não se diz mais: meu Deus.
Tempo de absoluta depuração.
Tempo em que não se diz mais: meu amor.
Porque o amor resultou inútil.
E os olhos não choram.
E as mãos tecem apenas o rude trabalho.
E o coração está seco.

Em vão mulheres batem à porta, não abrirás.
Ficaste sozinho, a luz apagou-se,
mas na sombra teus olhos resplandecem enormes.
És todo certeza, já não sabes sofrer.
E nada esperas de teus amigos.

Pouco importa venha a velhice, que é a velhice?
Teu ombros suportam o mundo
e ele não pesa mais que a mão de uma criança.
As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios
provam apenas que a vida prossegue
e nem todos se libertaram ainda.
Alguns, achando bárbaro o espetáculo,
prefeririam (os delicados) morrer.
Chegou um tempo em que não adianta morrer.
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.
A vida apenas, sem mistificação.

Outro poema aqui também que é um poema salva-vidas, do Mário Quintana:

Emergência
(Mário Quintana)

Quem faz um poema abre uma janela.

Respira, tu que estás numa cela abafada,
esse ar que entra por ela.
Por isso é que os poemas têm ritmo
- para que possas profundamente respirar.
Quem faz um poema salva um afogado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, poeta Nicolas Behr. Realmente, um momento de extrema emoção, sem dúvida alguma. Quem não gosta de, no Senado Federal, um ambiente que respira política o tempo inteiro, ter a leveza dessas poesias, um tema tão precioso para todos nós.

Eu queria dar visibilidade aqui, no Senado Federal, aos livros do poeta Nicolas Behr. Temos aqui *Poesília – poesia pau-brasilia*, Nicolas Behr; *Entre blocos, entrequadras, entre, por favor*; *A lenda do menino lambari*, que é outro livro de poesia do grande poeta que queremos divulgar aqui; *BrasíliA-Z cidade palavra,* dicionário. E tem este outro aqui: *A teus pilotis*. É um livro de poesia. E aqui ele diz: "É possível haver amor onde está o poder?" Parece-me que Paulo Paim foi a demonstração de que é possível haver amor e poesia.

Logo, logo, nós aqui da Comissão de Educação, Júlio, e todos os assessores que nos acompanham nesta audiência, vamos cobrar do Senador Paulo Paim para comprovar que, neste ambiente de poder, pode, sim, haver amor e poesia.

Então, para finalizar, eu queria dizer que todos os projetos de lei que instituem datas comemorativas, desde 2010, têm obrigatoriamente que passar por uma audiência pública. Por isso, esta audiência pública vai ser muito importante para que eu possa, como Relatora desse projeto, aprovar, na terça-feira já, aqui na Comissão de Educação, o projeto do Senador Paim que institui o mês de março como o Mês da Poesia. Esta audiência foi de fundamental importância para instruir esse projeto de lei, que eu considero bonito, uma poesia, um momento em que nós discutimos coisas leves. Realmente, poesia é um tema que está muito fora do nosso ambiente, um ambiente de muita competitividade, de muita disputa, de muita discussão, de opiniões muito divergentes sobre diversos temas em nosso País, como eu coloquei aqui no início, temas como punição e maioridade penal; temas como redução da mortalidade materna, inúmeros temas. E vocês, como agentes políticos, também acompanham as inúmeras discussões que nós temos neste Congresso Nacional.

Mas eu quero agradecer imensamente a presença de vocês, o fato de vocês terem aceitado o nosso convite para vir ao Senado e nos ajudar na elaboração desse relatório do projeto do Senador Paulo Paim.

Muito obrigada a cada um de vocês. Todos nós aqui ficamos muito felizes, muito contemplados com a fala de todos vocês, nossos convidados.

Não havendo mais nada a tratar, eu quero declarar encerrada esta audiência pública que nós realizamos para instruir esse projeto do Senador Paulo Paim.

Muito obrigada a todos, aos nossos convidados e aos nossos assessores. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JULHO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia oito de julho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Ivo Cassol, Simone Tebet, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Regina Sousa, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Ana Amélia e Hélio José, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gladson Cameli, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Wilder Morais, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Romário, inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 61/2015-CE, de autoria dos Senhores Senadores Fátima Bezerra e Cristovam Buarque, desti-

nado a debater "**O balanço do primeiro ano do Plano Nacional de Educação (PNE)**". Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Excelentíssimo Senhor Renato Janine Ribeiro, Ministro de Estado da Educação; Senhor Daniel Cara, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Senhor André Lemes da Silva, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime/Região Sul); Senhor Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Senhor Heleno Araújo Filho, Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE); e Senhor Binho Marques, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação**. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a presidência dos trabalhos à Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública dos Comitês Regionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação dos seguintes Estados: Rio Grande do Sul (RS); Santa Catarina (SC); Paraná (PR); São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ); Espírito Santo (ES); Minas Gerais (MG); Bahia (BA); Alagoas (AL); Sergipe (SE); Pará (PA); Pernambuco (PE); Paraíba (PB); Rio Grande do Norte (RN); Ceará (CE); Maranhão (MA); Tocantins (TO); Rondônia (RO); Amazonas (AM); Goiás (GO); Distrito Federal (DF); Mato Grosso do Sul (MS); Mato Grosso (MT); e Piauí (PI); assim como do Senhor Deputado Federal Davidson Magalhães (PCdoB/BA), Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Pré-Sal; Senhora Gilvania Nascimento, Presidente da União dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme); Senhora Carina Vitral, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); Senhor Belchior de Oliveira Rocha, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Senhor Luiz Araújo, Presidente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Senhor Carlos Alberto Caetano, Presidente do Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso e do Conselho de Promoção da Igualdade Racial; Senhora Claudia Werneck, Diretora-Presidente da Organização Não Governamental (ONG) Escola de Gente Comunicação em Inclusão; Senhora Kátia Dudyke, Coordenadora de Projetos da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO/SP); Senhora Cristina Fernandes, Relações Institucionais da Editora Saraiva; Senhora Vivian Ka, Secretária-Executiva da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Senhor José Marcelino de Rezende Pinto, Representante da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (FINEDUCA); Senhora Cláudia Frederico, Coordenadora de Projetos da Fundação Volkswagen; Senhor Luis Serrão, Representante da Ação Educativa; Senhor Tiago Manguini, Representante do Movimento dos Sem Terra (MST); Senhora Zulmira Soares de Freitas Hernandez, Representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil; Senhora Analise Silva, Representante do Fórum de Educação de Jovens e Adultos; Senhor Ricardo Henriques, Superintendente do Instituto Unibanco; Senhor Wagner Santana, Representante da Organização Não Governamental (ONG) Mais Diferenças; Senhora Dinora Couto, Representante da Biblioteca Braille Dorina Nowill; Senhor Gabriel Salgado, Representante da iniciativa De Olho nos Planos; Senhora Selma Rocha, Executiva Nacional da Coordenação Nacional da Educação do Partido dos Trabalhadores (CAED/PT); Senhoras Lucila Ricci e Karina Rizek, Representantes do Instituto Natura; Senhora Kathia Dudyk, Representante da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO); Senhora Daniela Fiorino, Representante da Fundação Abrinq-Save the Children; Senhor Cleomar Manhas, Representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos; Senhor José Maria Rangel, Coordenador da Federação Única dos Petroleiros; e Senhor Carlos Alberto Caetano, Presidente do Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso e do Conselho de Promoção da Igualdade Racial. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao **Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Renato Janine Ribeiro**. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque (um dos autores do Requerimento), Simone Tebet, Telmário Mota, Dário Berger, Lindbergh Farias e Hélio José. Prosseguindo, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Renato Janine Ribeiro e o Excelentíssimo Senhor Senador Jorge Viana, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, recebem das mãos do menino Marlon Maciel da Silva Filho (Marlinho) o manifesto da Campanha Nacional pelo Direito à Educação sobre a Semana de Ação Mundial (SAM) 2015. Após as considerações finais do Ministro, a presidência convida para compor a mesa o Senhor Binho Marques, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação. Prosseguindo, a palavra é concedida aos demais expositores. Usam da palavra o **Senhor Daniel Cara, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Senhor Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Senhor Heleno Araújo Filho, Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE); Senhor André Lemes da Silva, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime/Região Sul); e Senhor Binho Marques, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a presença de todos e encerra a reunião às treze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal,

juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Fátima Bezerra,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 61, de 2015, de autoria dos Senadores Fátima Bezerra e Cristovam Buarque, para a realização da audiência pública destinada a debater o balanço do primeiro ano do Plano Nacional de Educação (PNE).

Dando início à audiência pública, solicito à Senadora Fátima Bezerra que acompanhe aqui os convidados para tomarem assento: Renato Janine Ribeiro, Ministro de Estado da Educação; Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Heleno Araújo Filho, Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE); Daniel Cara, Coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e André Lemes da Silva, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) da Região Sul. (*Pausa.*)

Gostaria de dar as boas-vindas aos nossos convidados e agradecer desde já pelas contribuições que cada um trará a este importante debate.

Comunico que a reunião está sendo transmitida por meio do telão na Sala 15.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores pela internet.

Como de praxe tem acontecido nesta Comissão, o autor do requerimento presidirá esta reunião.

Passo a palavra agora à Senadora Vice-Presidente desta Comissão, Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom, eu quero inicialmente dar o meu bom-dia. Bom dia!

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero saudar aqui o nosso Ministro Renato Janine; saudar aqui os demais convidados: Prof. Heleno, que é o Coordenador do Fórum Nacional de Educação; Prof. Daniel Cara, que é o Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Prof. Roberto Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; e o nosso representante da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais); saudar aqui o nosso Senador Romário, com quem eu tenho a alegria de compartilhar a Mesa Diretora da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado; saudar o nosso ilustre companheiro, militante, apaixonado pela defesa da educação, que é o Senador Cristovam Buarque, ex-Ministro da Educação, ex-Reitor da Universidade de Brasília; saudar a companheira Ângela, Senadora também, Ministro, muito atuante na luta em defesa da educação; saudar o professor Luiz Cláudio, nosso Secretário Executivo, e, em nome dele e de Binho Marques, Secretário de Articulação Federativa, saudar os demais integrantes do Ministério e dar um abraço muito carinhoso, um abraço muito fraterno nos demais companheiros e companheiras que vieram de todo o País para participar desta audiência. (*Palmas.*)

Ficamos muito felizes com a presença de vocês.

Quero saudar a estudante Carina, nossa Presidente da União Nacional dos Estudantes. Inclusive, gostaria, Senador Romário, de ver com a Mesa se tem como botar mais uma cadeirinha para ela vir participar aqui, vir fazer parte da Mesa aqui também.

Saudar também os companheiros e companheiras que fazem parte da coordenação da Federação Única dos Petroleiros, por favor. Estão aqui também. Sejam muito bem-vindos. (*Palmas.*)

Ministro, quero dizer de forma muito breve, até porque eu vou deixar, Senador Romário, para me pronunciar durante o debate, uma vez que o Ministro tem outros compromissos e, portanto, não ficará durante toda a audiência conosco, embora o MEC aqui estará, porque o Secretário Luiz Cláudio vai permanecer, então, eu vou deixar, Senador Romário, para me colocar depois, durante o debate, mas eu não poderia...

Por favor, eu quero saudar aqui o Prof. Belchior, o melhor diretor, o melhor Reitor da Rede Federal de Educação Profissional do Brasil. (*Palmas.*)

Eu estou dizendo isso não é só porque ele é lá do meu Estado, não. Com muito prazer, é lá do Rio Grande do Norte, mas não é só por isso, não; porque, de fato, é um dos reitores mais competentes e de muito compromisso com a luta em defesa da educação. Não é à toa, Ministro Renato, que hoje, inclusive, preside o Conif, o conselho nacional dos reitores e reitoras da Rede Federal de Educação Profissional.

Mas, Ministro, quero só dizer de forma muito breve, Senador Romário, da nossa alegria com a realização dessa audiência. Na verdade, eu e o Senador Cristovam aqui estamos sendo simplesmente porta-vozes dos movimentos sociais, das entidades, das instituições que têm lutado muito em prol da educação no nosso País e, mais recentemente, dos movimentos sociais e das entidades e das instituições que tiveram um protagonismo muito especial, que resultou exatamente no novo Plano Nacional de Educação.

Eu costumo colocar que o novo Plano Nacional de Educação certamente é uma das mais belas apostas no presente e no futuro do País. E é uma das mais belas apostas exatamente por quê? Porque trata de algo essencial, trata de algo imprescindível para a conquista da cidadania, para a conquista de uma nação civilizada, com geração de emprego, com distribuição de renda, com inclusão social, com justiça social, que é exatamente o tema da educação.

E quero dizer ao senhor e aos demais convidados que tenho muita alegria de também, junto com outros Parlamentares, ter participado intensamente desse movimento que resultou no novo Plano Nacional de Educação. Participei como Deputada Federal, à época, na Câmara dos Deputados, e hoje, como Senadora, exatamente representando o nosso Estado, o Rio Grande do Norte, e é uma alegria estar aqui para dar continuidade agora à luta em prol exatamente da realização das metas, das estratégias, ou seja, para tirar o Plano Nacional de Educação do papel e levar para as escolas, para as instituições educacionais deste País por tudo que ele significa como agenda de promoção do direito à educação do povo brasileiro.

As metas do PNE não são simples, são ousadas, e elas teriam que ser exatamente ousadas para responder ao desafio, do ponto de vista contemporâneo, por que passa um país como o Brasil. Em que pese nesses últimos dez ou doze anos termos avançado consideravelmente – e todos nós sabemos que houve avanços sim, conquistas muito significativas em prol da expansão e fortalecimento da educação brasileira –, temos uma longa avenida ainda pela frente, uma longa avenida pela frente exatamente no sentido de democratizar o acesso à educação, à escola pública.

Então, é com esse sentimento, Ministro, que estamos realizando esta audiência, cumprindo inclusive com nosso dever, associando aqui o debate do Plano Nacional de Educação ao regime de partilha, ao marco regulatório do pré-sal. (*Palmas.*)

Nós não podemos deixar – eu vou concluir –, nós não podemos, de maneira nenhuma, deixar que mexam no pré-sal, que mexam no marco regulatório do pré-sal, que alterem o regime de partilha, que flexibilizem o regime de partilha. Nós não podemos deixar que isso aconteça porque afetará o presente e o futuro das crianças e dos jovens no que diz direito exatamente ao direito à educação. Defender o PNE, o Plano Nacional de Educação, é defender também o marco regulatório do pré-sal por tudo que ele simboliza do ponto de vista de contribuir para o financiamento do novo Plano Nacional de Educação e continuar essa caminhada para construir mais um ciclo de avanços e conquistas para a educação brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Hoje, dentro desta audiência pública, nós vamos quebrar um pouco o protocolo. Como foi dito pela nossa Senadora, o nosso Ministro não terá muito tempo para ficar nesta Comissão porque tem outros compromissos. Então vou passar a palavra para ele, que falará por 20 minutos. Nos próximos 20 ou 30 minutos, nós faremos um debate entre os que estão à Mesa e os Senadores aqui presentes e, logo depois de sua saída, voltaremos aos convidados para fazerem as suas colocações.

Então concedo a palavra ao Ministro Renato Janine Ribeiro. O senhor tem 20 minutos ou mais, o senhor decide. Muito obrigado pela presença. Com certeza, faço das palavras da Senadora as minhas, é de grande relevância, importância a sua presença aqui hoje nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO – Bom dia a todos.

Caro Senador Romário, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, aproveito para saudá-lo também por tudo que já fez pela alegria do povo brasileiro. A primeira vez que o vi mais de perto foi no Rio de Janeiro, vai fazer 21 anos nos próximos dias, carregando a taça da vitória do Brasil no tetra, e todo mundo gritando: tetra, eu inclusive. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO – A segunda vez que vi o Senador de perto foi anteontem, na sanção da Lei Brasileira de Inclusão, da qual o Senador foi o Relator no Senado. E quero saudá-lo por essas grandes vitórias que teve nos últimos meses. Essa Lei de Inclusão revoluciona a condição das pessoas com deficiência no Brasil. E, antes disso, as medidas tomadas internacionalmente contra a corrupção no futebol, que são outra grande causa do Senador. Então, ele está, realmente, num momento de glória e fico muito contente de estar nesta audiência por ele presidida.

Cara Senadora Fátima, incansável batalhadora da educação, assim foi na Câmara e agora no Senado; o mesmo posso dizer do Senador Cristovam Buarque, da Senadora Ângela Portela, que estão aqui, participando desta reunião; meu caro Luiz Cláudio Costa, Secretário Executivo do MEC; Binho Marques, Secretário de Articulação com os Sistemas de Educação, que, portanto, tem um papel crucial na realização do PNE, até por uma série de informações, tarefas, aplicativos que a Secretaria de Articulação colocou para agilizar, nos Estados e Municípios, a elaboração de seus planos de educação; prezado Prof. Belchior, Presidente do Conif; caro Heleno Manoel Filho, Presidente do Fórum Nacional de Educação; caro Daniel Cara, Coordenador da importante Campanha Nacional pelo Direito à Educação; prezado André Lemes da Silva, Presidente da Undime Região Sul; caro Roberto Leão, Presidente da importante Confederação dos Trabalhadores da Educação; querida Carina, Presidente da UNE, que está ali na plateia; e queridos todos, caros todos, penso que, quando estamos depois de um ano da sanção do PNE, devemos enfatizar o que significou ele. Quer dizer, o Plano Nacional de Educação 2014/2024, diferentemente do anterior, com todo o respeito ao que o anterior teve, representou o apogeu de uma luta, mas que depois não deve cair de nível, para garantir que a educação seja um direito. E se a educação é um direito, talvez seja, dos direitos que nós temos, um dos mais importantes.

É claro que o conceito de direitos humanos é um conceito em expansão, constantemente estamos ampliando os direitos humanos. Os direitos humanos começam no século XVIII, essa é uma definição moderna, os gregos não conheciam esse conceito na democracia deles, mas os direitos humanos vão ser: direito à vida, direito à liberdade de expressão, direito à escolha dos governantes, uma série de direitos, então, que vão se tornar cada vez mais importantes para construir a sociedade moderna, o direito a ser julgado antes de uma condenação, mas, desses direitos, nos últimos anos, a educação tem se mostrado essencial. Por quê? Porque ele garante os outros. O direito à educação é, essencialmente, um direito que torna os outros sustentáveis.

Então, o que temos visto no Brasil nos últimos anos? Nós tivemos importantes políticas de inclusão social que mudaram por completo a história deste País e que se corporificam, antes de mais nada, no Bolsa Família, ao qual se acresce, nos últimos anos, em função da ação incansável do Ministério do Desenvolvimento Social, o Brasil Sem Miséria e vários outros programas que têm tido um papel notável. Todos esses programas romperam com a metodologia antiga do assistencialismo e, se eles são assistenciais, não são assistencialistas, e eles procuram ser sustentáveis, tanto assim que, ao contrário do que alguns apressados disseram, eles têm, sim, porta de saída, eles empoderam as pessoas para que elas, a partir disso, consigam renda melhor, mais sustentável etc.

Agora, na sequência desse primeiro momento do governo Lula, e que continua, porque 500 anos de exclusão social não se superam de um momento para o outro, tivemos e temos a política de valorização real do salário mínimo, que obedece a um mandamento constitucional que também demorou um tanto a ser cumprido, mas se torna extremamente importante, porque ele assegura às pessoas a remuneração digna pelo trabalho que efetivamente elas fazem. A educação vem coroar essa situação, porque ela permite capacitar os trabalhadores para terem uma produtividade maior, para terem salários maiores, para termos uma economia mais pujante, que garanta a sustentabilidade de todo esse processo de inclusão.

Então, nós temos uma situação em que, mesmo do ponto de vista econômico, a educação se torna um direito absolutamente chave. E o que nós podemos querer que a educação nos proporcione? Ficando nesse ponto econômico, que ela gere profissionais competentes. Mas não é só isso: que ela gere, no plano político, cidadãos ativos, responsáveis, exigentes, pessoas que saibam lutar pelos seus direitos, e não apenas pelos direitos individuais, mas pelos direitos coletivos, pessoas que estejam conscientes de que não existe salvação para o indivíduo dentro de uma sociedade democrática. A salvação é para a sociedade como um todo. Ou nós temos a sociedade como um todo construindo um universo mais justo, ou nós não vamos conseguir avançar nisso.

A terceira perna do tripé, além do profissional competente e do cidadão ativo, é a da pessoa que possa buscar e lutar por sua felicidade. O direito à felicidade, que está consagrado desde o século XVIII como algo importante entre os direitos humanos, significa que as pessoas possam procurar a mais plena realização na sua vida. Isso tudo esteve em debate. Eu vou fazer uma alusão a essa questão já. Mas eu queria colocar nesse quadro a campanha pelo direito à educação, que aliás é o nome do grupo presidido pelo Daniel Cara, que aqui também está neste momento, que abrange praticamente toda a sociedade brasileira. Termos um plano fruto de um amplo debate na sociedade significa o quê? Isso é o que me parece mais importante no PNE: que a sociedade assumiu como sua a causa da educação. Mas este assumir como sua a causa da educação não termina

aí. Não é algo que se termina no dia em que sanciona uma lei. Não é algo que termina quando uma demanda é atendida. É algo que é um compromisso permanente, um compromisso que todos nós temos e do qual não podemos abrir mão depois. Então, esse ponto do compromisso e do debate não se esgotou com a sanção do PNE e não se esgota com a sanção dos planos estaduais e municipais.

Quero lembrar também que praticamente todo o País cumpriu o que estava exigido em termos de prazo para os planos estaduais e municipais. Olhando hoje de manhã, há cerca de cem Municípios que ainda não elaboraram o seu projeto de lei. O que a lei do PNE exigia é que em 12 meses Municípios e Estados tivessem elaborado os seus projetos de lei. Não exigia sanção. Mas quase 5 mil Municípios sancionaram, 13 Estados sancionaram, muitos outros Municípios e alguns Estados aprovaram no Legislativo. Mas Municípios que não elaboraram projetos de lei estão na casa de cem, ou seja, menos de 2% do total de Municípios brasileiros. Então, essa discussão, esse assumir por parte da sociedade o PNE é muito importante e aconteceu.

Mas é uma pena – eu desejo explicitar aqui – que a discussão dos planos estaduais e municipais se tenha concentrado no que foi chamado por alguns de ideologia de gênero, quando haveria muitas outras questões a abranger. Haveria questões, por exemplo, de financiamento: como os Estados e Municípios vão financiar? Haveria questões de irem além das metas federais. Por que não pode um Município rico estabelecer metas além das metas nacionais? Afinal de contas, são metas para um País que tem diferenças grandes. Infelizmente, muito dessa discussão caminhou para a assim chamada ideologia de gênero, sobre a qual eu queria voltar a falar.

Já me manifestei pelo menos duas ou três vezes, de público, sobre a questão. Entendo que não existe o que é chamado de ideologia de gênero. O que existe é uma realidade, uma realidade de jovens que, no final do ensino fundamental 2, no começo do ensino médio, com as variações de uns para outros, de umas para outras, estão vivendo a descoberta do seu corpo e da sua sexualidade.

Esses jovens têm que ser acolhidos na mais ampla diferença. O que não pode haver, no meu entender, é imposição de qualquer tipo de comportamento a esses jovens. Não faz sentido impor-lhes uma sexualidade que não seja a sua. Isso vale para todos os casos: não cabe impor nem a homo nem a heterossexualidade a ninguém. Nesse ponto, nós vivemos, no mundo – isso não é da sociedade, é do mundo, é da natureza –, formas muito diferentes de viver a sexualidade. Isso deve ter todo o espaço. Ninguém pode ser discriminado em função disso. Todas as pessoas têm que ter sua forma de ser muito bem acolhida. É pena – repito – que essa discussão tenha assumido um peso e, sobretudo, um certo desvio, que acabou tornando um pouco difícil esse aspecto de liberdade, que é essencial para as pessoas, e que faz parte da educação. Educação é diversidade, educação é acolhimento, e educação é democracia.

Esse é outro ponto em que nós temos que avançar. Nós precisamos fortalecer o debate democrático neste País. O debate democrático quer dizer, em primeiro lugar, um debate que implique o respeito ao outro. Não é porque nós divergimos em questões até mesmo fundamentais da política, da sociedade, da economia e mesmo da educação que teríamos o direito de faltar ao respeito com os outros. E outro ponto é: precisamos argumentar. Está muito enfraquecido no Brasil, e talvez no mundo, o hábito de argumentar. Como frequentador das redes sociais, eu vejo como esse admirável instrumento de debate, que é o Facebook, que é o Twitter – mas mais o Facebook até, pela horizontalidade da relação, pela igualdade das pessoas que entram – acaba sendo substituído por impropérios, por exaltação, em vez de discussão, em vez de dizer por que fulano acha isso, por que beltrano acha aquilo. Isso está enfraquecido no País. É nossa responsabilidade, como educadores, assim como é vossa responsabilidade, como eleitos do povo, reconstruir esse tecido de debate, porque sem o respeito e sem a argumentação será difícil nós termos a construção de espaços comuns que nos permitam avançar, até porque, com o passar do tempo, notamos que as divergências acabam se decantando, e muitas vezes se encaminham para pontos não exatamente a meio caminho entre os dois lados, mas pontos que acabam aproveitando ideias de distintos atores na discussão política. Me parece fundamental nesta Casa da Câmara Alta, nesta Casa que representa os Estados, nesta Casa que simboliza a Federação e a autonomia dos Estados, falar de educação e democracia.

Isso posto, nós temos as metas que o PNE definiu. Essas metas estão sendo acompanhadas. Eu enfatizo esse aspecto de que talvez a principal meta do primeiro ano fossem mesmo os planos estaduais e municipais, porque é essa discussão política, que não precisa ser partidária, da educação que a garante como direito. Constituir a educação como direito significa darmos uma solidez ao futuro dos nossos jovens, a começar pelas crianças. Quando nós garantirmos – o que não é para já, tanto que nesse ponto o PNE é inclusive moderado – o acesso de todas as crianças à creche, quando tivermos um momento em que haja um círculo, um itinerário pré-formativo, ou formativo, digamos, que vá de zero a 17 anos, de qualidade para todo mundo, nós teremos dado um salto gigantesco na construção de uma sociedade em que ninguém sofra – como diz o Senador Cristovam, que se ausentou – pelo seu CEP, nem seja beneficiado pelo seu CEP, em que a loteria do nascimento não seja um bônus ou um ônus imerecido, em que seja possível, pela educação e pelas políticas sociais, garantir a

todos uma igualdade de oportunidades cuja falta é uma das grandes manchas, ainda hoje, da sociedade brasileira. Em função disso, nós temos que construir essas metas que o PNE estabeleceu.

Essas metas têm número, têm data, têm objetivos. O MEC constituiu as comissões necessárias para pensar o Sistema Nacional de Educação, para tratar do piso nacional, para discutir as carreiras municipais e estaduais, quer dizer, há todo um conjunto de atividades que estamos constituindo e o estamos constituindo nesse ambiente que o constituinte de 1988 estabeleceu como sendo o ambiente da cooperação entre os entes federados. Esse também é um elemento educador, quer dizer, somos forçados ao diálogo. Queiramos ou não, atores diferentes da União, dos Estados e dos Municípios, temos que conversar entre nós, e é bom que o queiramos, é bom que sejamos capazes de dialogar, um Governo Federal, 26 governos estaduais mais o Distrito Federal, 5.570 municípios. É bom que todos nós, sabendo que esses governos representam os mais diversos partidos, os mais diversos projetos políticos neste País, é bom que todos negociemos em função desse valor mais alto que é a educação. E é bom que nessa negociação tratemos de conseguir as metas, que são coletivas, que a sociedade brasileira estabeleceu, as metas que dizem respeito ao avanço da pré-escola, quer dizer, já mencionei o fato de que temos uma meta de aumentar sensivelmente as creches, embora sem chegar à universalização. Porém, temos metas de universalização dos 4 aos 17 anos. E essas metas temos que consegui-las, assim como temos também que conseguir, nos próximos anos, um avanço significativo em qualidade – isso para não falar das metas do ensino superior e até mesmo da pós-graduação.

O PNE percorreu, em todas suas metas, um grande espaço e, além do mais, estabeleceu um projeto de financiamento da educação com grandes valores. E por essa lei ter sido votada por unanimidade nas duas Casas do Congresso, sancionada sem vetos pela Presidente da República, deixa muito claro que é um compromisso de todos. Todos aqueles que votaram o Plano Nacional de Educação, Srs. e Srªs Senadoras – aproveito agora para saudar a Senadora Lídice da Mata e o Senador Lasier Martins, que não tinham chegado antes, bem como o Deputado Davidson, da Bahia, que vejo ali ao lado –, então, esse é um compromisso que todos assumimos, que os senhores e as senhoras assumiram, que o Brasil assumiu. E penso que devemos fazer o possível para realizarmos esse plano da melhor forma, o mais cedo possível. Se conseguirmos acelerar os prazos, será importante.

Desejo, antes de encerrar, prestar uma homenagem especial a todos aqueles que trabalham na área da educação. O PNE estabelece um piso nacional para os professores que visa tornar atrativa a carreira de professor, que foi sendo depreciada. Este ponto é, como todos os outros, fundamental. O PNE reconhece que não haverá boa educação sem bons professores, não haverá educação sem bons trabalhadores da educação. Nós nunca podemos esquecer esse norte, nós nunca podemos pensar que a educação possa ser feita prescindindo da valorização dos seus principais atores.

Com isso, Senador Romário, Senadora Fátima, prezados presentes, agradeço, mais uma vez, o convite para falar aqui e me coloco à disposição para uma breve discussão, uma vez que, infelizmente, a agenda está um pouco carregada, mas, enfim, terei prazer em atender as questões que o Senador Romário me passar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Sr. Ministro, pela explanação.

Como havia falado antes, vamos reabrir aqui o nosso debate. Começaremos pelos autores do requerimento.

Passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra e, logo em seguida, ao Senador Cristovam Buarque. V. Exªs terão três minutos.

Senador Cristovam Buarque com a palavra, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não seria melhor os Senadores participarem depois de ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É porque o nosso Ministro vai ter que sair. O debate vai ser só em cima do que foi falado aqui pelo nosso Ministro. E o nosso Ministro vai ter que se ausentar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente, Senador.

Só um momentinho, Senador Romário.

Só para exatamente esclarecer. O Ministro vai sair, mas o MEC ficará presente. O Secretário Binho Marques – não é, Senador Romário? – virá para a Mesa para dar sequência exatamente a nossa audiência pública, que inclusive foi uma proposição da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ouvindo aqui nossos demais convidados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, vou, primeiro, pedir desculpas ao Ministro por ter me levantado. Era o telefonema de um governador sobre um assunto. Vou contar para vocês: ele estava numa reunião com os dirigentes educacionais e pediu para eu dar uma mensagem, por telefone, o Governador Taques. Eu não poderia deixar de me levantar e fazer isso, seria uma falta de gentileza com ele, mas terminei sendo pouco gentil com o Ministro. Peço desculpas.

Agora, tenho só uma pergunta, Ministro, até por causa do seu tempo. Neste um ano, o que o senhor acha que não foi feito? E o que nós, daqui, podemos ajudar a fazer? O que o senhor gostaria de nós, Senadores, para que aquilo que não foi feito ainda – e é natural que nem tudo seja feito, a não ser que você diga que já foi feito tudo, mas, é muito raro isso, em qualquer plano – pudesse ser feito? Até porque o senhor chegou e já estava mais da metade do Plano. Então, nada a ver com a sua participação pessoal.

Quero saber, no âmbito institucional, incluindo nós, Senadores, o que deixamos de fazer, o Brasil, para levar adiante o PNA e o PNE nesse primeiro ano?

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO – Muito obrigado, Senador Cristovam. Mais uma vez temos a oportunidade de conversar.

O que não foi feito? Penso que, do ponto de vista do PNE, tanto quanto me lembro, as normas dele foram cumpridas. Não está aí a questão. A questão é que o Brasil tem um atraso grande na educação, em todos os níveis. Estamos atrasados faz muito tempo. Vamos pegar o dado básico: criamos nossas primeiras universidades 400 anos depois da América Espanhola. O compromisso da sociedade brasileira com educação é um compromisso mais tardio e talvez, mais ainda, não tão forte quanto de países que têm muitos pontos em comum conosco. Outros países da América Latina celebraram a educação comum com uma base muito antes de nós. Não estou comparando o Brasil com a França, por exemplo, com a Alemanha, com a Europa Ocidental. Mas, se compararmos com nossos vizinhos Chile, Argentina e Uruguai, o compromisso deles com educação é mais antigo que o nosso, é mais sólido que o nosso. No século XIX, a Argentina já adotou uma política de educação intensa, republicana, mas isso, no Brasil, foi muito mais tardio. Se pensarmos que, mesmo quando tivemos um imperador tão admirado como intelectual, amigo de cientistas, viajado, conhecedor de línguas antigas, a rede de educação no Brasil era paupérrima, que este imperador conviveu, não só com a escravidão, mas com a falta de universidades, com a falta de uma rede de escolas, nosso atraso é muito grande.

Penso que o que nos falta é, antes de mais nada, tornar nacional um compromisso muito forte com educação, a começar pela educação básica. Não creio que esteja dizendo nada diferente do que o senhor já disse muitas vezes aqui, aliás. Mas, penso que esse compromisso é muito forte. E penso também que o que não devemos fazer é delegar a outrem a atribuição de cuidar da educação, quer dizer, o Plano Nacional de Educação, no meu entender, não é um compromisso que foi delegado ao MEC, às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. É um compromisso que a sociedade brasileira assumiu. Então, o MEC, as Secretarias de Educação têm um papel importante, do qual não se podem furtar, mas também não se podem furtar dos seus compromissos com educação as famílias, as pessoas, em geral, a sociedade. E esse é um ponto crucial.

Outra questão que me parece muito importante é que devemos fazer uma discussão mais ampla da educação sob todos os aspectos, inclusive currículos e inclusive métodos educacionais. Nós estamos com a base nacional comum sendo discutida. Nós temos um conjunto de comissões que abrangem mais de 120 especialistas, representando todas as unidades da Federação, e, além disso, 35 diferentes universidades elaborando um plano da Base Nacional Comum, que, por lei, nós temos que entregar ao CNE para deliberação até o segundo ano do PNE, ou seja, até daqui a 11 meses e meio.

Mas o nosso entendimento é ver se, antes disso, a gente consegue, nesse prazo, ter a aprovação definitiva da base. Não queremos entregar o projeto da base em junho de 2016 para o CNE então discutir; nós queremos acelerar esse processo, respeitada toda a sua complexidade e riqueza, para ver se conseguimos sancionar isso antes do prazo previsto em lei. E por quê? Porque a Base Comum, definindo o que o legislador, o que V. Exªs, representando o povo e os Estados brasileiros decidiram colocar no PNE, a base comum será o fator crucial para elaboração de novas metas de formação de professores da educação básica, bem como será também a base importante para a definição do livro didático, do material didático.

E nós estamos nas vésperas, nós estamos vivendo uma mudança crucial, que é a passagem do material didático do formato papel para o formato eletrônico. Quer dizer, nós teremos também que pensar em *tablets* e em conteúdo rico. E eu falo "*tablets*" até entre aspas; pode ser que daqui a um ano, dois anos nem exista mais isso, surja uma nova invenção. Mas, quer dizer, nós temos que avançar muito nisso tudo.

Agora, o espírito da coisa é esse, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ministro, em face exatamente da questão da agenda de V. Exª, eu vou propor que nós pudéssemos agora ouvir os Senadores que, enfim, querem usar da palavra enquanto V. Exª está aqui, e o senhor responderá em bloco.

A próxima inscrita é a Senadora Lídice. Enquanto isso, Senadora, permita-me só, rapidamente, aqui, registrar, com muita satisfação, a presença dos Comitês Regionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Tocantins, Roraima, Amazonas, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Piauí. Sejam muito bem-vindos e bem-vindas.

Bom, nós vamos passar agora, imediatamente, a palavra à Senadora Lídice. Em seguida, ao Senador Lasier. Lembrando, Senadora Lídice, que a nossa audiência vai continuar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Rapidamente, Ministro, primeiro, saúdo esta audiência pública, saúdo a presença do Ministro, já pela segunda vez aqui, na nossa Comissão. Acho que isso é muito importante, essa disposição ao diálogo permanente com a Comissão de Educação do Senado.

E quero dizer da importância que o PNE tem para todos nós. Ele unifica as ações, as metas a serem alcançadas, mas eu creio que é preciso, Ministro, unificar um pouco mais o conceito geral em torno das ações do Ministério, que signifique o comando do Ministério e a sua execução nos governos de Estado.

Alguma coisa me preocupa, Senador Cristovam. Eu acompanho V. Exª aqui desde antes de ser Senadora e, agora, preocupa-me a ideia de que nós compreendemos como correta a afirmação de que a família educa, o Estado ensina; ou seja, não é possível desresponsabilizar a família desta participação na educação. No entanto, é preciso entender também qual é a função da família e qual é a função do Estado. Por quê? Para que a gente não possa ter um discurso que termine na responsabilização das famílias pelas dificuldades na educação, até porque onde a família não existe, cabe ao Estado a sua responsabilidade total. Em qualquer estado democrático é assim. A criança que não tem família é o Estado que assume, ou a criança cuja família não tem condição de lhe dar a possibilidade de transmissão de valores, também é o Estado que substitui. E essa é a situação de uma boa parte das famílias brasileiras, na base da situação em que vivem na escola pública.

E eu queria perguntar ao nosso Ministro uma coisa que me preocupa. Como será feita a implantação da meta de creches? Qual será o papel do MEC e a sua relação com os Municípios no cumprimento dessa meta?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k., Senadora Lídice.

Queremos registrar também a presença do Senador Telmário Mota, que acaba de chegar. Nós queremos, antes de passar a palavra – agora para o Senador Lasier; em seguida, para a Senadora Simone Tebet –, rapidamente aqui registrar, com muita satisfação, a presença do Deputado Federal Davidson Magalhães, que é o coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Pré-Sal, em defesa da Petrobras, aqui, no Congresso Nacional; bem como também registrar, com muita satisfação, a presença de Zé Maria, que está ali, junto com os demais representantes de petroleiros de todos os Estados, Zé Maria que representa aqui a coordenação da FUP, da Federação Única dos Petroleiros.

Com a palavra o Senador Lasier, do Rio Grande do Sul.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senadora Fátima.

Em primeiro lugar, saúdo a segunda vinda do Ministro Renato Janine à nossa Comissão, o que apenas confirma a abnegação com que o Ministro se volta para a educação e o prestígio que tem. O Brasil inteiro tem ouvido falar e tem lido sobre o preparo do educador Renato Janine.

Mas a pergunta que faço, Ministro, é feita em toda parte. É aquela pergunta que não quer calar, como se costuma dizer: como fazer esta pátria educadora com o corte dos 9,5 bilhões? Como é que o senhor está se havendo, como é que o senhor consegue trabalhar? Como é que o senhor está trabalhando, se está tão minguado o recurso para esse trabalho que o senhor propõe, inclusive com o plano? Até onde dá para ir? O senhor é perseverante, mas sem recurso parece que não dá; a não ser que o senhor nos demonstre aqui, na sua resposta, que dá, com os minguados recursos dá para levar adiante o plano. Essa é minha pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu serei breve, Srª Presidente.

Antes de mais nada, parabenizo a Senadora Fátima Bezerra, autora da proposição de se fazer esta audiência pública, no sentido de não comemorarmos, mas debatermos neste primeiro ano do Plano Nacional de Educação, fazermos uma avaliação com os senhores que se fazem aqui presentes, na presença do Ministro da Educação e com esta Casa, especialmente com a Comissão de Educação. Quero dizer do prazer de mais uma vez receber o Ministro Janine. Confesso que, quando a Senadora Fátima falou: "O Ministro vem.", eu falei: "Mas de novo ele vai vir! Duas vezes seguidas! Que honra, que prestígio e como demonstra a gestão democrática do Ministro!" Que venha ao Legislativo sem medo do debate, até porque, pela competência que tem, não teria nem razão para tal. Quero dizer, Ministro, mais uma vez da minha admiração e respeito a V. Exª, da dificuldade que vejo – e já tinha dito em particular a V. Exª – em termos, de alguma forma, dois Ministros no Governo, tratando de mesma questão. É uma posição pessoal que tenho. Com todo o respeito ao Ministro Mangabeira, não vejo muito convergentes alguns posicionamentos, e isso me preocupa, no sentido de termos mais três anos aí de gestão da Presidente Dilma.

Mas gostaria apenas... Aqui não é nem uma pergunta, é mais aqui uma constatação, aproveitando o Ministro e aproveitando algumas coisas que já vi aí, por tudo o que foi dito. A impressão que temos é de que a gente tem uma escola do século XVIII, um professor do Século XX – vou pular o século XIX – e um aluno do

século XXI. Isso é o que todo o mundo diz. É uma escola nos moldes do giz, da cadeira, das fileiras, do aluno tendo que olhar na nuca do outro ou no quadro-negro, um professor do Século XX totalmente estimulado pela falta de uma gestão mais atuante na valorização dele, enquanto profissional, e um aluno totalmente antenado, Século XXI, querendo mexer com informática, querendo lousa digital e principalmente querendo um novo modelo de escola.

Diante disso tudo, acho que V. Exª comunga um pouco do pensamento, pelo pouco que conversei com V. Exª...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ...eu queria apenas fazer uma constatação, eu acho que está na hora de invertermos as metas. A impressão que dá é que as primeiras metas quase que foram cumpridas, talvez por serem as Metas I, II e III, que tratam da universalização. Nós já temos uma certa universalização do Ensino Fundamental, em que pese a questão da creche de 0 a 3, não é nem de 4 a 5, onde temos quase 90%; nós já temos, no Ensino Fundamental, mais de 97% matriculados nas escolas; no Ensino Médio mais de 80%, e assim por diante. Se redefinirmos a Meta nº 20, Senadora Fátima Bezerra, e passarmos para ser a Meta nº 1, 10% do PIB aplicados na educação, embora nós saibamos que já temos algo em torno de sete e pouco por cento aplicados, para termos dinheiro para irmos para as metas que considero importantes aqui, que quero ressaltar, as Metas 17 e 18, especificamente, que tratam da valorização dos profissionais do magistério, principalmente no que se refere a equiparar os seus rendimentos médios com os demais profissionais com escolaridade equivalente, assegurando, é claro, nesses dois anos, a existência desse plano de carreiras, que estimule as mentes mais brilhantes deste país para vir à sala de aula, a abraçar essa carreira que eu vejo como uma das mais importantes e fundamentais para o desenvolvimento de um país.

Então, são essas colocações, apenas repetindo, permitam-me, a questão que me preocupa e cala muito fundo, pois tenho duas adolescentes e vivencio isso dentro da minha casa. Não dá mais para termos o currículo do Ensino Médio como está hoje no país. Às vezes, tem quatorze disciplinas sendo cursadas num único ano por um jovem. Temos de optar pela qualidade, ao invés da quantidade. É preferível que o aluno aprenda alguma coisa a não aprender nada.

Essas são as colocações, mais uma vez agradecendo muito a presença do Ministro. Ministro, venha mais vezes, pois será sempre muito bem recebido, acolhido!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senadora Simone Tebet. Nós vamos passar a palavra agora ao Senador Telmário Mota. Enquanto isso, quero registrar a presença da Senadora Regina Sousa, do Partido dos Trabalhadores do Piauí, do Senador Dário Berger, do PMDB de Santa Catarina, e do Senador Dalirio Beber, do PSDB de Santa Catarina. É Dário e Dalirio? (*Risos.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, já que a Senhora faz essa provocação, queria que V. Exª me inscrevesse para fazer uma breve pergunta ao nosso Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom, queremos, rapidamente, Ministro, registrar a presença de Kátia, Coordenadora dos Projetos da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, de Cristina Fernandes, da Relações Institucionais da Editora Saraiva/São Paulo, de Vívian Ka, Secretária Executiva da Undime, (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), Gilvânia Nascimento, Presidente da União dos Conselhos Municipais de Educação, Luiz Araújo, Presidente do PSOL, os comitês regionais da campanha eu já mencionei, já registrei, de Marcelino de Rezende Pinto, da Fineduca, que é a Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação, Cláudia Frederico, Coordenadora de Projetos da Fundação Volkswagen, Luis Serrão, representante da Ação Educativa, Thiago Manguini, representante do Movimento dos Sem Terra, Zulmira Soares, representante do Movimento Interfóruns da Educação Infantil do Brasil, e Carlos Alberto Caetano, Presidente do Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso e do Conselho de Promoção da Igualdade Racial.

Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Fátima. Quero aqui saudar todos os que compõem a Mesa, em nome do Ministro Renato, e saudar todos os Senadores e Senadoras. Saúdo também esse grupo que está aqui hoje com essa camisa, trazendo a sua manifestação democrática do direito à educação. Então, merecem todo o nosso respeito e todos os nossos aplausos. Mas, Srª Presidente, em Santa Catarina, dá para fazer o "trio parada dura", são três Senadores com sobrenomes começando com a letra "b". (*Risos.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Letra "b", de pessoas boas, pode acreditar. Mas, Ministro, primeiro, quero parabenizar V. Exª. Eu acredito no Projeto *Pátria Educadora,* nesse Programa. Eu acho que é um Programa que vai, sem nenhuma dúvida, revolucionar o Brasil, em todos os sentidos, porque não há como uma Nação crescer, desenvolver-se, se não for através da educação. Essa é a escada do desenvolvimento

da humanidade. Eu ouvi a fala, por exemplo, do Senador Lasier, com relação aos R$ 9 bilhões, que na verdade atingiram mais diretamente – mas cabe a V. Exª explicar – o FIES e o Pronaf, que, parece-me, pode ser temporário. A espinha dorsal do Programa *Pátria Educadora* é a qualidade do ensino, uma grade curricular que vai, sem nenhuma dúvida, melhorar a qualidade do ensino com a participação direta da Nação, dos Estados e dos Municípios. É fundamental essa tripartite envolvida nessas interligações. Agora, eu queria fundamentar a minha pergunta, Ministro. Aí, sim, vejo que poderá ser prejudicado o projeto, assim como também o Plano Nacional de Educação para os vinte anos com os recursos da Petrobras. Hoje, tramita no Congresso Nacional, em caráter de urgência urgentíssima, que me preocupa bastante, um projeto do Senador Serra que mexe com a participação da Petrobras. É exatamente daí que viria esse recurso que daria sustentação não somente à educação, como também à saúde. Se eu estiver errado, por favor, corrija-me, mas, cerca de 1 trilhão e 200 bilhões, aproximadamente, em dez anos. Então, eu acho que é um dinheiro importante, fundamental! Não só defendo a Petrobras como a grande empresa e patrimônio do povo brasileiro, uma empresa preparada, com conhecimento técnico vasto, principalmente na exploração de petróleo em águas profundas, que hoje tem capacidade de tocar esse projeto, sem nenhuma dúvida, e, acima de tudo, aí estarem agregados os recursos que viriam para dar sustentação à educação. Então, Ministro, a minha fala é nesse sentido. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Nós vamos passar agora a palavra para o último Senador inscrito, o Senador Dário Berger, pedindo a compreensão de V. Exª em função do tempo do Ministro. Com a palavra V. Exª.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Srª Presidente, veja só o meu privilégio de estar segurando o microfone aqui nada mais nada menos do que o Senador Lasier Martins, do nosso querido Estado do Rio Grande do Sul. Bem, Ministro, objetivamente, quero dar as boas-vindas também a V. Exª, na Comissão de Educação. É uma honra para nós recebê-lo! Quero acrescentar que o Senhor está à frente, talvez, da pasta mais importante da República. O senhor é responsável pela construção de uma grande independência, talvez a mais importante que um cidadão possa conquistar, é aquela independência conquistada através da educação, através do conhecimento. Quando melhor preparada estiver a nossa juventude, mais oportunidades ela terá no futuro e mais perspectiva de desenvolvimento e crescimento pessoal e do Brasil nós teremos. Bem, diante disso, a educação, como a própria propaganda do Governo Federal menciona, é um balcão de oportunidades. Um balcão, um portal... Eu não sou educador, mas, já que o Senhor me corrige, eu aceito a correção. Um portal, então, de oportunidades. E, se somos diferentes, talvez seja porque tivemos oportunidades diferentes. Nós temos de dar oportunidades às nossas crianças, aos nossos jovens para estudar em escola integral. De tal maneira que até a questão da maioridade penal, hoje discutida aqui e aprovada na Câmara dos Deputados, está relacionada à essa questão: à falta de oportunidade para os nossos jovens e para os nossos adolescentes.

Diante disso, eu tenho duas perguntas para fazer para o senhor. A primeira é a seguinte:

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu represento um Estado que é uma referência em educação, o senhor sabe bem disso. O Estado de Santa Catarina, ao longo da sua história, fez o seu dever de casa, vem fazendo o seu dever de casa. Notadamente, os Ministérios auxiliam e apoiam aqueles que efetivamente não fizeram ainda o seu dever de casa.

Eu quero saber qual o tratamento que o senhor vai dar ou que o senhor está dando para os Estado brasileiros que já atingiram um nível bastante razoável de educação. E qual o tratamento que o senhor daria para esses Estados que já fizeram o seu dever de casa?

E a outra questão está relacionada propriamente aos recursos. Eu queria saber do senhor se o senhor entende que para melhorar, para ampliar, para multiplicar os efeitos da educação no Brasil, é preciso, única e exclusivamente, destinar mais recursos ou se a gente pode fazer mais com menos recursos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.. Nós vamos passar agora a palavra para o Ministro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora, não há mais nenhum Senador inscrito?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não. Pois é o Ministro está com um problema de agenda.

Eu ia, inclusive, registrar a presença de V. Exª, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu posso fazer bem rapidinho.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza, Senador. Por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Olha, Ministro, eu estou na torcida pela sua gestão na frente do MEC.

Eu espero que esse Governo – falei isso aqui para o Ministro Juca Ferreira – tenha mais a cara do Ministro Renato Janine Ribeiro, do Ministro Juca Ferreira e menos do Levy.

Eu falo isso, porque sei que há debates dentro do Governo também. E eu sei que, para a sua administração à frente do MEC dar certo, nós temos que parar de falar em ajuste e começar a executar um programa de Governo.

Eu falo isso, porque me preocupo muito com tudo daqui para frente, se a gente não virar essa página, Ministro. Esses planos de austeridade fracassaram no mundo inteiro. Nós não podemos ficar reféns apenas dessa agenda de ajuste fiscal.

Até porque não adianta, a exemplo da Grécia, de Portugal e da Espanha, em que fizeram um forte plano de austeridade e um forte ajuste fiscal, e a dívida aumentou. É o que está acontecendo aqui, Ministro.

Estou falando para o senhor, porque eu sei que há uns debates dentro do Governo. Mas nós estamos vivendo um momento em que estamos fazendo um ajuste fiscal associado a uma alta da taxa de juros, e o que a gente tem visto é que o nosso déficit nominal está aumentando.

Então, eu sei que há esse diálogo dentro do Governo, mas acho que V. Exª pode ser um ator importante nessa discussão sobre os rumos do Governo. Porque esse nosso País não aguenta ficar dois, três anos preso nessa agenda, que fracassou no mundo inteiro.

Então, eu queria começar com essa observação, do ponto de vista político: eu espero que essa cara do Governo de pátria educadora, do Ministro Renato Janine Ribeiro, do Ministro Juca Ferreira sejam a cara do nosso Governo, a cara desse outro momento que a gente quer do País.

Eu sei que a Senadora Fátima Bezerra também já falou bastante aqui sobre a questão do petróleo com a educação. Nós temos a possibilidade de esse projeto do petróleo ser votado no dia de hoje. Há duas medidas provisórias e ele é o primeiro depois.

Nós vamos lutar para que não seja votado, retirar o requerimento de urgência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Hein?

Hoje são duas medidas provisórias. Depois das medidas provisórias é o primeiro ponto da pauta.

E muita gente fala que não tem impacto sobre a educação. Tem impacto sim, porque eles querem retirar primeiro... Todo campo de Pré-Sal tem que ter 30% da Petrobras hoje. Eles querem retirar isso.

Quando você retira – e aqui há um estudo apresentado pelo Dr. Paulo, desculpa estou sem...

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É Paulo César, é o nosso Consultor aqui da Casa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É o nosso Paulo César.

Que fala justamente sobre esse excedente de óleo, utilizando o caso concreto do Campo de Libra.

Só no Campo de Libra, nós teríamos perdido R$100 bilhões do Fundo Social e R$50 bilhões – a metade do Fundo Social – de educação e de saúde. Quando nós falamos de Pré-Sal, hoje, há uma estimativa de alguns de ter de 100 a 120 bilhões de barris de petróleo. Outros estimam 300 bilhões de barris de petróleo.

O interessante na discussão que está sendo feita aqui é que eles estão... É como se fosse um fardo para a Petrobras ter 30% dos campos de Pré-Sal. É uma inversão completa.

Se forem 300 bilhões de barris, nós estamos falando de um valor que significa US$30 trilhões, dez vezes o PIB do Brasil, duas vezes o PIB norte-americano. Então, é uma inversão. Então, quer dizer que é um fardo para a Petrobras.

E aqui, Ministro, se a gente fizer um cálculo de 120 milhões de barris de petróleo, ao preço do petróleo de hoje, US$65, nós estamos falando de investimentos em educação da ordem de R$375 bilhões ao longo da história.

Quero destacar também a importância desse projeto na questão da ciência e tecnologia, porque no meu Estado, o Rio de Janeiro, há um parque tecnológico fantástico hoje, que vem de investimentos justamente do petróleo e gás.

E a gente sabe que as grandes petroleiras – Chevron, Shell – não iam fazer esse investimento em desenvolvimento científico e tecnológico aqui. A mesma coisa em relação à nossa indústria nacional. O senhor sabe que nenhuma operadora estrangeira que trabalha hoje no Brasil contratou estaleiros para construir navios e plataformas aqui no Brasil.

A gente sabe que esse setor de indústria naval estava completamente destruído há 15 anos. Então, eu estou falando isso, porque eu acho muito importante – a Senadora Fátima Bezerra está fazendo isso com muita precisão – essa abordagem nesse debate sob a ótica da educação e das perdas em investimento para a saúde e a educação.

Eu acho que é muito importante a mobilização. Sei que nós temos petroleiros aqui. (*Palmas.*)

Mas hoje seria muito importante que os petroleiros dessem as mãos aos professores e fizessem aqui um movimento para que esse projeto não seja votado.

É isso Ministro. Desculpe por tomar o seu tempo por 10 minutos. Eu sei que V. Exª está com outro compromisso agora, mas agradeço muito a Senadora Fátima Bezerra. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Lindbergh, é muito importante a sua participação.

Senador, o Ministro Janine aqui na nossa Casa, no Senado, tem tido uma atuação muito intensa e muito dedicada na defesa do marco regulatório do Pré-Sal. Inclusive por toda essa leitura que ele acaba de fazer. Pelo que simboliza exatamente essa legislação do ponto de vista de contribuir decisivamente para o financiamento do novo Plano Nacional de Educação.

Quero inclusive dizer, Senador, antes de passar a palavra para o Ministro, que é exatamente isso que nós estamos fazendo aqui hoje. A audiência pública de hoje – Proposição da Campanha Nacional pelo Direito à Educação – para exatamente fazer uma avaliação do primeiro ano de vigência do Plano Nacional de Educação, ao mesmo tempo em que tem esse caráter, Senadora Lídice: que esta audiência de hoje seja também mais um passo e um momento muito importante para a gente dizer ao Senado Federal – não mexam com o presente e com o futuro da educação das nossas crianças e dos nossos jovens por esse País afora. Esta audiência tem esse objetivo. (*Palmas.*)

E nós vamos sair daqui e vamos junto com os petroleiros hoje acompanhar todas as atividades aqui do Congresso Nacional.

Nós vamos passar agora a palavra imediatamente ao Ministro.

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO – Bom, muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Registrar a presença rapidamente do Senador Donizeti, outro militante atuante aqui na luta em defesa da educação. Igualmente do Senador Hélio José, outro Senador muito atuante na luta em defesa da agenda da educação.

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO – Bom, eu saúdo...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria agradecer V. Exª, Senadora Fátima Bezerra, e pedir desculpa ao Ministro, porque eu estava inscrito, era o primeiro inscrito, e a audiência da CI – aqui é tudo ao mesmo tempo...

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO – Sei.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – De uma relevância tão grande quanto essa aqui, e eu não pude vir.

Uma pergunta muito rápida, para não entrar em detalhes: Ministro, o senhor vai falar e depois o senhor vai ter que se retirar, não é isso?

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO – É isso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Então, só por isso eu estou fazendo essa intervenção.

Eu falei com o senhor, na última vez em que o senhor esteve aqui, da importância de a gente sentar para discutir um projeto que eu já apresentei no Distrito Federal, que é a energia solar nas escolas e nas entidades públicas – hospitais e outras entidades.

Pedi, inclusive, uma audiência com o seu Ministério, com você, pessoalmente, e com o pessoal desta assessoria, para dialogar e apresentar a questão importante disso, porque a gente sabe o tanto que impacta nos vários Estados brasileiros essa questão. Então, eu gostaria só de colocar essa necessidade de sentarmos o mais breve possível para discutirmos essa questão do convênio do projeto para a gente poder tornar isso uma realidade e pôr energia solar em todas as escolas porque hoje a maioria nem paga a conta porque não tem grana para poder pagar.

Então, desculpa. É o assunto meio diferente aqui do PNE, mas tem tudo a ver também.

Muito obrigado.

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ministro, antes aqui de o senhor fazer suas considerações finais, nós gostaríamos agora de chamar aqui a Campanha pelo Direito à Educação, porque ela vai exatamente entregar agora um manifesto a V. Exª.

Queríamos chamar o Vice-Presidente do Senado, Senador Jorge Viana, por favor, e chamar aqui os nossos Senadores. Vamos para cá para fazermos aqui na frente e entregar aqui o manifesto.

Vou passar a palavra para Daniel Cara, que é o coordenador nacional da campanha para que ele exatamente explique aqui o manifesto, o conteúdo do manifesto que vai ser entregue agora ao Ministro, ao Vice-Presidente e a nós, Senadores.

O SR. DANIEL CARA – Bom dia, Senadores e Senadoras.

A ideia deste manifesto é colocar dois temas em debate.

Em primeiro lugar, a gente comemora hoje a conclusão da Semana de Ação Mundial. Eu queria parabenizar cada integrante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, cada militante da nossa rede, que conseguiu mobilizar mais de 150 mil pessoas ao redor do Brasil para debater o Plano Nacional de Educação. Então, queria aplaudi-los... (*Palmas.*)

... e dizer que é uma honra militar junto dessa rede, com essa rede e construir a cada dia essa rede.

A ideia, Ministro e Senadores, é colocar o Plano Nacional de Educação, como disse o Senador Lindbergh, como disse o Senador Dário, no centro da agenda pública brasileira e, para colocar o Plano Nacional de Educação no centro da agenda pública brasileira, é preciso que a gente garanta os recursos do petróleo para a educação.

Então, nesse sentido, eu queria falar para os companheiros da FUP que a luta de vocês é a nossa luta, e a nossa luta é a luta de vocês. (*Palmas.*)

Então, a gente vai entregar agora o manifesto, e a estrela da Semana de Ação Mundial é o Marlinho, que mobilizou o seu Município, no Rio Grande do Sul, e é ele que vai entregar o manifesto aqui, na frente, para o Ministro, para o Senador Jorge Viana, representando a Presidência da Casa como Vice-Presidente, e para os Senadores que estão aqui presentes.

(*Procede-se à entrega do manifesto.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agora, as suas considerações finais.

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO – Eu gostaria de poder responder aos Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Tudo bem.

Eu quero só pedir aqui um pouco a retomada dos trabalhos, em função de que o Ministro está com problema de agenda, como já foi mencionado, e nós vamos passar a palavra aqui e agora ao Ministro, desde já agradecendo mais uma vez a sua presença, para que ele possa fazer as suas considerações finais.

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO – Queria saudar à Senadora Regina Sousa, alfabetizadora, que é – vamos dizer – um dos focos principais da educação; o Senador Telmário Mota, que falou; o Senador Dário Berger, que também fez uso da palavra; o Senador Dalírio Beber; o Senador Lindbergh Farias, em quem sempre homenageio o líder dos movimentos pela derrubada de um governo que faltou com os deveres éticos para a sociedade; o Senador Donizeti Nogueira; e o Senador Hélio José, que tem uma filha que avançou muito na área da confeitaria, graça ao Pronatec – não é, Senador? –; e o Senador Jorge Viana, enfim, Vice-Presidente desta Casa.

Vou tentar responder de maneira sucinta, dado o adiantado da hora, mas também porque eu quis ouvir todos os Senadores que desejaram fazer uso da palavra.

Então, começo diretamente pela pergunta do Senador Lasier: como fazer a Pátria Educadora com um corte de R$9 milhões?

Claro que é difícil, Senador, mas vamos deixar claro uma coisa: doze anos de uma trajetória bem sucedida de inclusão, de universalização da educação, de conquista da qualidade...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ministro, só dez segundos.

Nós queríamos convidar o Vice Presidente do Senado, Senador Jorge Viana, aqui para a mesa também.

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO – Doze anos de uma trajetória bem sucedida não se apagam por um ano de crise. Crises, inclusive crises econômicas, fazem parte da vida. Todos nós em nossas vidas pessoais tivemos momentos em que enfrentamos dificuldades maiores – monetárias, pessoais, profissionais –, um país também pode ter isso.

Nós temos que ter uma certa tranquilidade neste momento porque nada disso coloca em cheque tudo o que foi conseguido nem coloca em cheque as metas delineadas pela sociedade brasileira. Isso significa também, Senador Dário Berger, que nós tentaremos fazer o máximo com o dinheiro de que dispomos, resulta disso que estamos revendo programas, estamos avaliando programas, estamos procurando ver onde podemos melhorar a gestão e onde podemos conseguir melhor e mais avanço nisso tudo.

Aproveitando que já estou respondendo o senhor, Senador Dário, eu congratulo Santa Catarina pelos resultados obtidos na educação e quero acrescentar: na educação, não há limite, não há céu, nem o céu é o limite; ou seja, se um Estado ou um Município consegue resultados que estão previstos ou se ele avança nos resultados, mesmo assim ele tem mais a fazer, tem mais a conquistar.

A educação pode sempre avançar mais, e esse é um dos grandes pontos que dão sentido à ideia de educação hoje. Educação não é apenas curar os males do mundo; educação, como o senhor mesmo usou a expressão "portal de oportunidades", é aquilo que mais permite às pessoas encontrarem seu rumo na vida. Se deixarmos de lado a preocupação econômica, que obviamente temos, de que a educação capacite as pessoas a serem melhores profissionais, trabalharem melhor, com mais rendimento e com mais satisfação pessoal; se deixarmos de lado uma agenda estritamente econômica, a educação é um dos melhores fatores para a pessoa encontrar seu caminho.

Eu gosto de pensar que, há um século, os cursos universitários que tínhamos no Brasil, que eram poucos, se dirigiam para menos de 10 habilitações profissionais diferentes: Direito, Medicina, Engenharia, Agronomia, Saúde Pública... Eram poucos. Hoje, nós temos centenas de habilitações profissionais, porque o mundo não só se tornou mais complexo, mas também permite às pessoas encontrar seu rumo com muito mais matiz, com muito mais sintonia fina – e essa é uma gigantesca conquista.

Os papéis sociais que as pessoas podiam exercer há um século eram muito limitados; hoje, são muito mais amplos, e esse ponto é uma grande conquista nossa, quer dizer, do mundo. O mundo avançou nisso. Daí a importância, de quem consegue resultados positivos na educação, de continuar a avançar nesse rumo.

A Senadora Lídice questionou sobre a implantação da meta de creches. Nós vamos avançar. Existe uma meta de creches que está quantificada que vai aumentar substancialmente o número de alunos que estão em creches (crianças que estão em creche).

A creche tem uma questão adicional, que a capacitação de professor da creche é mais complexa do que para o professor do ensino fundamental, por quê? Porque estamos lidando com pessoas que, às vezes, não sabe falar (uma parte não sabe falar) e têm de ser socializadas de uma maneira muito diferente do que simplesmente o acréscimo de conhecimentos. É um momento decisivo em que a criança que nasceu... Não se sentindo diferente da mãe e não sabendo que existe um mundo, essa criança percebe que ela não tem um acesso 100%, 24h por dia, sete dias por semana, à mãe. Isso é limitado, limitado por todo o mundo. Os psicólogos e psicanalistas, que estudaram esse assunto com afinco, sabem o quão difícil é essa formação e quão importantes são esses anos iniciais.

Ora, o que é decisivo aí é nós conseguirmos fazer que toda essa passagem da criança seja a que coloque o mundo não como ameaça, mas como oportunidade – para resumir.

Então, nós temos um esforço notável a fazer e que não é apenas a construção das creches. Os prefeitos têm dito que custeio é muito importante; mas, sobretudo, parece-me que o grande ponto decisivo é a formação dos educadores de creche. Nós temos de atacar tudo isso em conjunto. E, claro, temos de levar mais em conta as diversidades dos Estados. Quer dizer, nós tivemos um modelo com grandes vantagens, mas que tinha um problema de que era um modelo de creche único para todo o País – quase único. É claro que, como já me foi alertado por pessoas daquele Estado que escolheu fazer parte do Brasil, cujo ex-Governador está do meu lado, já me foi alertado que uma caixa d'água de 35 mil litros não é exatamente o necessário para a Amazônia. Então, nós temos de ter essa diversidade... Mas, Senador, eu focaria principalmente na formação do professor. Acho que aí esses anos são os decisivos.

Também nessa questão, o Senador Hélio José levantou uma questão muito importante que, na recente viagem aos Estados Unidos, tanto o Presidente da Empresa Brasileira de Estudos de Eletricidade (Empresa de Pesquisa Energética - EPE), Maurício Tolmasquim, quanto o Presidente da Capes, Carlos Nobre, conversaram longamente comigo sobre esse plano, sobre as condições de ter escolas com energia solar. E, devo acrescentar que o Instituto Federal do Rio Grande do Norte, cujo reitor está aqui presente, Prof. Belchior, já tem seis *campi* com energia solar fotovoltaica instalada, e o MEC tem investido e incentivado esse tipo de energia. Então, nós já temos ações nesse sentido e teremos muito prazer de aumentar toda essa questão.

Ainda na questão do financiamento, que foi levantado pela Senadora Fátima, pelo Senador Telmário e pelo Senador Lindbergh, sobre a questão do financiamento pelo pré-sal, é importantíssimo. É claro que todo financiamento para a educação, que não provenha da educação, será bem-vindo, é claro! Quer dizer, nós estamos em um momento que a sociedade brasileira questiona a tributação. Foram V. Exªs que aprovaram os 10% do PIB. Cabe a V. Exªs tornar isso realidade.

Agora, é muito importante que uma riqueza única, um fóssil de milhões, bilhões de anos, que é extremamente precioso, não seja queimado à toa. É muito importante que esse combustível precioso gere realizações permanentes. Eu entendo que isso tem até um elemento simbólico. Aquilo que demorou bilhões de anos para ser feito pela natureza deve construir estruturas que permaneçam, que sejam duradouras. O simbolismo de queimar esse material precioso no cano de escapamento de um carro é o maior contraste possível ao investir esse fóssil precioso na educação. A educação é o que há, por excelência, de sustentável. Daí a importância de garantirmos recursos, sobretudo desse petróleo, melhor de todos, que é do pré-sal (petróleo finíssimo) para a educação.

Finalmente – eu creio ter respondido, pelo menos, alguma questão de algum Senador –, eu diria, ainda ao Senador Lindbergh, que é muito importante nós pensarmos nessa vinculação com a cultura, sim, e com os esportes. E aí me permito falar um pouco da Pátria Educadora. Pátria Educadora não é apenas uma força de expressão, Pátria Educadora também não é uma lista de medidas, Pátria Educadora é um conceito que tem a ver com o território educador, bairro educador, cidade educadora, ou seja, um ambiente no qual as diferentes

formas de interação humanas têm um papel educativo. Então, não é apenas a escola, embora ela seja o motor, o vetor principal, mas é nós termos o diálogo das pessoas entre si em outros termos.

Eu gosto de lembrar o episódio que o Diretor Brás Nogueira, da Escola de Heliópolis, ou seja, um bairro assolado, então, pela violência em São Paulo, como ele agiu quando furtaram 21 computadores de sua escola. O que ele fez? Primeira coisa: em vez de pegar os muros, que já tinham arames farpados, etc., e acrescentar sei lá o quê, câmeras, ele mandou derrubar os muros; e a segunda coisa que ele fez foi ir de bar em bar, de praça em praça, de rua em rua, dizendo: "Essas pessoas roubaram os seus filhos, roubaram o seu futuro." Então, ele não entendeu os computadores como uma peça do patrimônio do Estado que deve ser guardado a todo custo para evitar mau uso. Ele entendeu os computadores como patrimônio da criança, como futuro do bairro, como futuro que nós temos, cada um de nós, dos nossos filhos e, um dia, de nossos netos, nas pessoas a quem criamos. Isso, esse diálogo que ele fez é um grande exemplo de Bairro Educador, de Pátria Educadora. Pátria Educadora, então, significa esse engajamento de um diálogo em que os benefícios que a educação traz não estejam confinados ao diploma, à formação, à capacitação profissional, mas têm a ver com a definição de uma vida melhor, de uma vida na qual sintamos que o diálogo, mesmo a discussão, mesmo o conflito, seja educativo para todas as partes. Todos nós temos muito a aprender dessa forma.

Por isso, concluo, retomando uma observação da Senadora Simone, que teve de se retirar para outro compromisso, Senadora Simone Tebet, que indagou: "Como lidamos com esse aluno antenado do século XXI?" De fato, nós temos um desafio muito grande. E nós, professores – que todos nascemos, a maior parte no século XX –, temos, evidentemente, de saber como lidar com isso e como nós vamos lidar com todo esse lado de formação do futuro. Quer dizer, como... E há uma coisa fabulosa nisso: a quantidade informação e de formação que está disponível, a quantidade de elementos lúdicos que está disponível na rede. Tudo isso nos faculta uma possibilidade de devolver à educação seu lado lúdico, seu lado prazeroso, seu lado alegre; parar de entender educação como um fardo, parar de entender a escola como um lugar pesado, o que é ainda o que a mídia apresenta. A teledramaturgia apresenta, nos nossos canais de TV, o professor e a escola como personagens pesados, chatos, aborrecidos, quando deve ser o contrário. E nós temos tudo para fazer essa mudança.

Então, vejam, nossa questão não é somente uma questão de imediatismo ou de um ano de crise ou de como lidamos neste ano com as questões. Ela está neste mundo prenhe de futuro que a educação nos proporciona. Por isso, mais uma vez, eu queria saudar o Senado pela parte decisiva que teve na votação do Plano Nacional de Educação, com todos os atores presentes – Senadores, professores, trabalhadores da educação, líderes sindicais, membros da campanha –, todos eles, por tudo que fizeram aqui.

Eu queria saudar todos por isso.

Muito obrigado, Senadora Fátima, Senadores e Senadoras, por esta oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ministro, nós queremos, mais uma vez, agradecer. Só adianto que a audiência continua. Os nossos trabalhos não se encerraram.

Quero dizer muito brevemente, Ministro, que aquele gesto do garoto Marli ao entregar o Manifesto ao senhor, às Senadoras e aos Senadores, ele simboliza exatamente a esperança que milhares de crianças por este País afora têm de ter o direito, inclusive, de acesso à creche e à creche de boa qualidade.

Por isso que o Manifesto, Senador Jorge Viana, de um lado, pede o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação. Para tanto, o Manifesto chama a atenção que é fundamental preservamos a Lei nº 12. 858, que destina os recursos do Fundo Social do pré-sal para a educação.

Bom, o Senador Jorge Viana quer dar uma palavra rápida?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, eu só queria dizer que recebo esse Manifesto e que vou passá-lo ao Presidente Renan. Tínhamos um entendimento com a Senadora Fátima Bezerra de recebermos como Mesa Diretora do Senado. E é nessa condição que eu o recebo, agradecendo a presença do Ministro, cumprimentando o Ministro Janine Ribeiro pela maneira como ele traduz e simplifica o que é a educação, mas sem diminuir a importância dela. Ao contrário, dando-lhe maior robustez e nos passando um pouco mais interiormente o compromisso de ajudarmos nesse processo com o novo Plano Nacional de Educação, com o compromisso de que investimentos, como o do pré-sal, têm de ter com a educação.

Então, parabenizo a todos desta comissão, especialmente a nossa querida colega Senadora Fátima Bezerra. Esse Manifesto chegará ainda a pouco à mão do Presidente Renan, porque esse foi um compromisso meu e do Presidente Renan com a Senadora e com esta comissão de recebê-lo.

Então, estou aqui cumprindo um papel da Mesa Diretora do Senado. Podem ficar certos de que assim é que eu recebo este documento, que é da maior importância. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Jorge Viana, Vice-Presidente do Senado.

Nós vamos agora dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos a palavra imediatamente a Daniel Cara, que é o Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que foi exatamente a entidade que propôs a realização da presente audiência pública.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sim. E queremos convidar também, com muita satisfação, para fazer parte da Mesa o Prof. Binho Marques, que é o nosso Secretário de Articulação Federativa. A Secretaria que vem acompanhando – por favor, Binho – é o Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino.

Daniel, permita-me, rapidamente, pois queremos ainda aqui registrar a presença de: Selma Rocha, Diretora Coordenadora da CAED, Coordenação Nacional da Educação do PT; Analise Silva, representante do Fórum de Educação de Jovens e Adultos; Ricardo Henrique, Superintendente do Instituto Unibanco; Wagner Santana, representante da ONG Mais Diferenças; Cláucia Werneck, Diretora Presidente da ONG Escola de Gente – Comunicação e Inclusão; Dinora Couto, representante da biblioteca Braile Dorina Nowill; Gabriel Salgado, representante da Iniciativa de Olho nos Planos; Lucila Ricci, representante do Instituto Natura; Karina Rezeck, representante do Instituto Natura também; Kátia, representante da Faculdade Latino-americana; de Daniela Fiorino, representante da Fundação Abrinq; de Claumar, representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos; de Sérgio Custódio, do Movimento dos Sem Universidade.

Com a palavra, Daniel Cara.

O SR. DANIEL CARA – Bom, novamente, bom dia a todos os Senadores e a todas as Senadoras. Bom dia a todos os presentes, em especial aos nossos companheiros da Rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A ideia dessa audiência foi fazer o momento de comemoração, de celebração da Semana de Ação Mundial e refletir sobre o cumprimento do Plano Nacional de Educação, a maneira como o Plano Nacional de Educação tem sido discutido pelo País.

O lema da semana de Ação Mundial este ano...Só para contextualizar para vocês, é estranho falar em Plano Nacional de Educação e, ao mesmo tempo, apontar a Semana de Ação Mundial. Essa atividade da Semana de Ação Mundial é uma atividade que acontece em todo o mundo. E é uma atividade que nasce no cumprimento dos acordos e programas internacionais da área de educação.

Recentemente, eu estive inclusive com o Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, na Coreia do Sul, discutindo no Fórum Mundial de Educação, onde quase todos os países estiveram representados, e determinando uma nova agenda para a educação mundial. E essa agenda tem uma interlocução muito forte com o Plano Nacional de Educação.

Então, a Semana de Ação Mundial, no Brasil, debate fortemente e com prioridade o Plano Nacional de Educação. E o lema dela, como está posto na tela é: "Vamos tirar as metas do papel." O que significa isso? As metas internacionais da educação – e o Brasil foi signatário do Programa Educação para Todos, da Unesco – eram seis e só duas foram cumpridas, pois tinham de se encerrar agora, em 2015.

O Plano Nacional de Educação passado 2001/2010, ele só teve um terço das suas metas cumpridas. E o Plano Nacional de Educação nesse primeiro ano de vigência também teve um problema de cumprimento de prazos – depois, vou falar sobre isso –, em que pese o avanço que aconteceu, especialmente na mobilização em prol da criação dos planos estaduais e municipais. Mas o fato é que ainda estamos aquém da necessidade. Quer dizer, o Brasil ainda precisa ter consciência. E isso significa uma mobilização do Governo Federal, de Governos Estaduais e Municipais, mas, principalmente, de toda a sociedade, no sentido de acompanhar isso.

E o Parlamento tem um papel fundamental de subsidiar a sociedade na fiscalização, que é uma atribuição fundamental do Parlamento no equilíbrio de poderes, para fazer com que o Plano Nacional de Educação, dessa vez, seja cumprido. Caso ele não seja cumprido, Senadores e Senadoras, mais uma vez, nós vamos viver uma realidade de que o Brasil faz um esforço de debater a educação, mas vamos continuar tendo crianças fora da escola, uma educação de baixa qualidade, uma demanda enorme não cumprida pelas universidades. E aí quero cumprimentar o meu companheiro Sérgio Custódio, do MSU, que lutou pela Lei das Cotas, em especial no Senado Federal. E conseguimos vencer essa batalha. E vamos continuar tendo 14 milhões de analfabetos; vamos continuar tendo milhões de pessoas com deficiência que não acessam a educação, milhões de pessoas não brancas que não acessam a educação, milhões de indígenas, e por aí vai.

Então, isso significa que o Brasil não pode mais aceitar o fato de que existem pessoas fora da escola e aquelas que estão nas escolas e nas universidades não estão aprendendo o necessário.

Então, esse é o tema que nós queremos trazer para a Semana de Ação Mundial.

Faço aqui um balanço geral da Semana, agradecendo a Senadora Fátima Bezerra, que, na época em que era Deputada, já era uma grande militante da causa da educação e que vai poder trazer para o Senado mais um fôlego de debate na área da educação.

Então, passo para a próxima tela.

Apresento a vocês só um pouco do que a Semana de Ação Mundial fez. Aqui são vídeos que gravamos em Cheong. Ali, está a Fátima, dirigente da CNTE; o Víctor e a Rebeca, que são representantes da Unesco-Brasil, no Fórum Mundial de Educação.

Eu queria fazer uma saudação especial à presença do Prêmio Nobel da Paz Kailash Satyarthi, que esteve no Senado Federal, anos atrás, e que trouxe uma mensagem bem clara para o Brasil de que o Brasil precisa cumprir as metas na área de educação e que também os acordos internacionais na área de educação não podem deixar de serem cumpridos.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com a participação de diversos apoiadores, lançou esses dois livretos.

Nos *kits*, vocês devem ter recebido esses livretos. Um é sobre a Lei dos *Royalties* do Petróleo para a educação, reforçando a nossa prioridade nessa questão, e o outro, do Plano Nacional de Educação. Mas mais importante do que isso, Senadora Fátima – e, aí, a gente reforça o pedido que nós fizemos para o Senado Federal de nos apoiar nesse sentido –, nós decidimos que o Plano Nacional de Educação precisa ser acessível.

E nós, com a parceria da Mais Diferenças e da Escola de Gente, lançamos o Plano Nacional de Educação em vídeo, em linguagem acessível, para todas as pessoas com deficiências e que têm dificuldades de terem acesso à lei do Plano, e, agora, o nosso desafio, e esse é um pedido para o Senado Federal, por conta do poder que tem e da capacidade técnica que tem a Gráfica do Senado, nós queremos lançar o Plano Nacional de Educação em braile, para dar o acesso de todas as pessoas com deficiência visual de terem a possibilidade de poder cumprir o seu papel de exigir o cumprimento do Plano Nacional de Educação.

Então, a campanha Nacional pelo Direito à Educação considerou que todos os brasileiros têm que conhecer a lei do Plano Nacional de Educação e a Lei dos *Royalties* do Petróleo para a Educação.

A Semana de Ação Mundial envolveu diversos militantes na área de educação – ali estão o Heleno; a Gilvânia Nascimento; o Toni Reis, da ABGLT; a Cleusa Repulho, que foi uma excelente Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, hoje é uma militante da campanha, porque, com todo mundo que entra na campanha, a gente brinca "uma vez campanha, sempre campanha". A Cleusa já está atuando conosco na campanha, mas o que é importante é que nós conseguimos reunir vários atores nessa luta pelo cumprimento do PNE.

No Fórum da Undime, dois mil gestores assinaram o compromisso de tirar as metas do papel, se comprometendo como gestores municipais, mas também fazendo a exigência de que Governos Estaduais e Municipais atuem de maneira bastante presente no cumprimento do Plano Nacional de Educação.

E aqui está o compromisso expresso na famosa foto de encerramento do Fórum da Undime, todos os Gestores Municipais segurando esse livreto, que é o livreto do Plano Nacional de Educação, se comprometendo com a execução do Plano.

Bom, a Semana de Ação Mundial teve 160 inserções na imprensa, na grande imprensa, sem contar a imprensa que faz parte da campanha, e, aí, nesse sentido de que nós fizemos, o Estado de São Paulo, a Agência Brasil repercutiram a nossa cobrança de tirar o Plano Nacional de Educação do papel. E, aqui, aproveitando a presença do Binho, dizer que o nosso manifesto é um manifesto que faz uma análise sobre aquilo que não foi cumprido, ou da maneira como não foi cumprido, mas aponta claramente a nossa disposição em participar das soluções.

A gente quer arregaçar as mangas. Assim como nós tivemos um papel fundamental de construção do Plano Nacional de Educação, a gente também quer ter um papel fundamental na implementação do Plano Nacional de Educação. Então, o que a gente pede é que o Ministério da Educação se abra à participação sociedade. O Heleno Araújo, o Coordenador de FNE, Fórum Nacional de Educação, de que eu e a Senadora Fátima fazemos parte, teve uma fala muito feliz na cerimônia do Ministério da Educação sobre o cumprimento do Plano, quando ele diz que o Ministério da Educação tem o papel de conduzir o cumprimento do Plano, mas esse cumprimento do Plano só vai ser possível – e aquela era a semana de São João, não é, Heleno? – se o Ministério da Educação compreender que tem que chamar todos os atores para essa festa, que tem chamar todos para participarem do cumprimento do Plano Nacional de Educação. E não pode ser uma participação fracionada. Não dá para chamar a campanha, depois, chamar a CNTE, depois, chamar o Fórum Nacional de Educação. Tem que ser uma discussão coletiva na sociedade, porque, se não é coletiva, o que combina com um, depois, com o outro, não é suficiente. Então, é preciso constituir espaço de negociação conjunto, coletivo, como foi feito na tramitação do Plano Nacional de Educação na Câmara e no Senado. As duas Casas legislativas fizeram grandes processos de discussão coletiva e o resultado disso foi muito positivo. A Lei do Plano é uma lei bastante sólida e arrojada.

Bom, aqui estão um pouco das inserções na mídia. O Globo, especialmente, Senadora Fátima, chamou a atenção e "manchetou", pela primeira vez na história da sociedade civil brasileira, fez uma manchete, que foi

chamada na primeira página do jornal, citando uma entidade da sociedade civil cobrando o cumprimento e o rigor não cumprimento do Plano.

Aqui estão as nossas atividades de mobilização. O Marlinho, de Santo Ângelo, que mobilizou toda a cidade para o cumprimento do Plano, discutiu junto com a sua mãe, com os militantes da campanha, ali, de Santo Ângelo, a questão do Plano Nacional de Educação. Nós tivermos cento e cinquenta e sete mil e setecentos e cinquenta pessoas mobilizadas e 631 *kits* de mobilização foram distribuídos por todo o Brasil.

Aqui, é uma atividade em Belo Horizonte, numa escola estadual.

Aqui, é uma cena muito bonita, que é o MOVA-Brasil, no litoral sul, em que a atividade da educação de jovens e adultos, lembrando muito Paulo Freire, a atividade de mobilização, o tema gerador de alfabetização foi o Plano Nacional de Educação, e, aí, a atividade, ali, que a senhora está fazendo, ela está encontrando as palavras educação, pública e laica, que é um tema forte para a campanha.

Aqui, é uma escola no norte do País – e, aí, Binho, sua região está representada aí, na Semana de ação Mundial.

E, para finalizar, o nosso posicionamento público, que foi entregue hoje, com uma questão fundamental, como eu coloquei, dos companheiros da FUP, ao longo do processo de discussão do Plano Nacional de Educação, também entrou em debate aqui, no Senado Federal, o Projeto de Lei, do Senador José Serra, nº 131, de 2015, e esse projeto de lei, como bem explicou o Senador Lindbergh Farias, reduz a quantidade de recursos que vai para o fundo social do pré-sal. Mas o problema não é só esse. O problema é que a Petrobras – e eu acho que esse é um problema de que o Brasil precisa ter consciência bastante clara – cumpre protocolos ambientais, Senadora Fátima, Senador Berger, e esses protocolos ambientais que a Petrobras cumpre são muito mais arrojados do que os protocolos ambientais, por exemplo, que as outras empresas ao redor do mundo cumprem.

Só para lembrar um caso, temos o dos Estados Unidos, a exploração, pela BP, de uma área muito menos complexa do que o pré-sal gerou o maior crime ambiental da história dos Estados Unidos e, praticamente, inviabilizou a vida no mar do Golfo do México, com um prejuízo ambiental incalculável e uma dívida, agora, que a BP vai ter que saudar para o Governo dos Estados Unidos, de bilhões, de dezenas de bilhões de dólares.

Então, a questão de garantir que a Petrobras seja a operadora fundamental do pré-sal não passa só por uma questão de direito a educação e saúde, e isso já seria suficiente, preservar o fundo social do pré-sal, passa também por uma questão ambiental. E, aí, o novo posicionamento público, que é pautado nesse que a gente entregou hoje para o Jorge Viana, para o Ministro Renato Janine Ribeiro, traz também a questão do petróleo como uma questão central.

Bom, aqui estão os dispositivos do Plano que não foram cumpridos, na nossa avaliação. Eu quero chamar a atenção de duas metas, porque foram criadas normas, e, aí, eu vou fazer essa análise, porque é uma análise muito sincera.

O Plano Nacional de Educação precisa ser pautado por normas sólidas, e, em que pese todo o esforço do Ministério da Educação em criar portarias, na semana de comemoração de um ano do Plano Nacional de Educação, e é um esforço que tem que ser reconhecido, portaria ministerial cai com um sopro e a gente vive um momento político de ventania, muito próximo de um momento político em que a gente tem que ter clareza de que a gente está na beira de um processo de discussão política mais acirrada, que faz parte do jogo democrático, e as regras democráticas precisam ser preservadas.

Nesse sentido, em que pesem as portarias, eu quero chamar a atenção que o debate do Plano Nacional de Educação tem que ser um debate ancorado numa lei complementar, que é a Lei do Sistema Nacional de Educação, em que o conteúdo dessas portarias tem que ser absorvido, mas a questão da normatização, que foi posta, aqui, pelo Ministro, para mim não é a mais preocupante. A mais preocupante é o descumprimento, num ano, da Meta 15, do Plano Nacional de Educação, que fala da formação dos profissionais em educação, e eu quero chamar a atenção para a presença do Presidente da CNTE, membro do Comitê Diretivo da campanha, Roberto Franklin Leão, de que a CNTE faz uma luta muito correta de que todos são educadores, todos os profissionais da educação são educadores, e a gente não pode centralizar a questão da formação dos profissionais de Educação só nos professores. E a Meta 15 é muito clara, ela fala de todos os profissionais de educação.

Tem uma diretriz do Conselho Nacional de Educação que reza sobre profissionais do magistério, extremamente importante, bem discutida, envolveu diversos atores da sociedade, mas é preciso avançar para a questão dos profissionais da educação.

Então, a Meta 15, na nossa opinião, precisa ter uma centralidade no debate, Binho.

E a outra questão é a Meta 9 do Plano Nacional de Educação, Ana Elisa, como representante da educação de jovens e adultos, que o Brasil patina, há décadas, na sua incapacidade de conseguir garantir que todo cidadão brasileiro seja alfabetizado. Países da região, em prazos muito mais curtos do que os que o Brasil se deu, conseguiram cumprir com essa tarefa. Cuba, Argentina, Uruguai, Venezuela, a Bolívia está para cumprir

essa tarefa e é um país com orçamento muito mais baixo do que o Brasil e com condições sociais muito mais precárias do que as nossas.

E o Brasil há anos fica em um patamar de que 91,5% da sua população adulta, acima de 15 anos, é alfabetizada, sendo que a Constituição de 1988 dava como prazo 1998, o Plano Nacional de Educação passado deu como prazo 2010, e o Plano Nacional de Educação de agora joga para 2024. Mas no dia 24 de junho de 2014 era o tempo que o Brasil deveria alcançar um patamar de 93,5% da sua população adulta alfabetizada. Mas nós não conseguimos cumprir com essa tarefa.

Então, queria chamar a atenção dos Senadores, do Ministério da Educação e também dos Governos Estaduais e Municipais aqui presentes de que essa é uma tarefa da qual o Brasil não pode mais se esquivar. É um absurdo o fato de que o Brasil não tenha a capacidade de colocar o tema da alfabetização, que é o tema mais básico do debate educacional, como sendo um tema chave. E mais do que isso, mais do que discutir a questão da alfabetização, temos que discutir a questão da educação ao longo da vida. Não basta simplesmente alfabetizar os adultos, jovens e idosos. Temos que garantir que eles possam completar a educação básica. E só nesse sentido são 65 milhões de brasileiros adultos que não tiveram direito de acesso à educação básica.

Queria finalizar a minha fala dando uma mensagem – repito – que são 65 milhões que não completaram a educação básica acima de 15 anos, segundo os dados do IBGE –, dizendo que estamos em um momento crítico. Concordo com o Senador Lindbergh Farias. Não dá para ter Plano Nacional de Educação com a educação perdendo tantos recursos no ajuste fiscal. Acho que temos que debater, sim, o ajuste fiscal, pois ele não é passageiro, já que o impacto na arrecadação de ICMS, por exemplo, vai ser sentido em 2017 e 2018. Então, temos que colocar a educação no centro da agenda pública brasileira.

E em que pese o fato de não termos conseguido cumprir as metas, as estratégias e os dispositivos do Plano da maneira como gostaríamos, o que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação quer deixar muito claro aqui é que acreditamos no Plano Nacional de Educação, vamos lutar pelo seu cumprimento de maneira integral e vamos exigir que os governos tirem as metas do papel. Esse é o papel que a sociedade civil tem que cumprir. Ela tem que tirar os governos da zona de conforto. E, ao mesmo tempo em que os tira da zona de conforto, ela tem que apresentar alternativas, estratégias.

Então, quero deixar aqui registrado para todos os Senadores que estamos dispostos a discutir com o Ministério da Educação, toda a nossa rede, estamos dispostos, Binho, a fazer qualquer tipo de debate considerando a realidade atual, considerando a possibilidade arrecadatória existente, mas não vamos abrir mão de fazer crítica ao ajuste fiscal e de também cumprir o Plano Nacional de Educação.

Queria deixar isso como sendo a mensagem final e dizer que não vamos descansar enquanto o Plano Nacional de Educação não sair do papel.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos passar a palavra agora ao Prof. Roberto Leão, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Antes, porém, quero mais uma vez aqui parabenizar a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que está inclusive completando 15 anos, pela sua trajetória, pela história de responsabilidade e de compromisso que tem tido em prol da educação brasileira. A campanha, sem dúvida nenhuma, através da ação militante dos que a integram, tem dado uma contribuição inestimável na agenda em prol da educação brasileira nesse período. Sou testemunha disso e faço questão de ressaltar, Daniel.

Com a palavra o Prof. Leão, da CNTE.

O SR. ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO – Bom dia, Senadora Fátima; Srªs e Srs. Senadores; companheiros da Mesa; companheiros que estão aqui assistindo à discussão, que é uma das mais importantes, não preciso repetir, sobre a educação e sobre o Plano Nacional de Educação; companheiros da Fupe que aí estão, que vieram para cá conosco e que são grandes aliados na defesa da educação pública historicamente; quero cumprimentar o Coordenador da Fupe e também o meu velho companheiro Morais, que está escondido lá no fundo, companheiro de muito tempo de luta em defesa da Petrobras e em defesa de um Brasil de uma qualidade social que sonhamos muito.

Quero aproveitar duas frases, duas palavras que foram ditas aqui para começar a minha explanação. Uma é ousadia e a outra é atraso. Se somarmos as duas, vamos dizer que é preciso muita ousadia para superar um atraso de 500 anos na educação brasileira.

Agora, essa ousadia precisa se concretizar e se caracterizar pela participação efetiva da população. O Plano Nacional de Educação é resultado de uma mobilização intensa da sociedade brasileira, que se organizou e veio a este Congresso Nacional exigir que fosse aprovada uma norma legal que desse condições de o nosso País sair do atraso educacional em que se encontra.

É preciso, portanto, então, que cada brasileiro e brasileira se sinta dono do Plano Nacional de Educacional e que defenda esse Plano, com a importância que ele tem e ter a exata dimensão do que ele representa para o futuro do País. Isso se nós pensarmos que precisamos ser um País desenvolvido efetiva, econômica e socialmente etc.

É necessário que nos apropriemos desse Plano. É preciso que nos bares da cidade, nas loterias, nos restaurantes, haja uma mobilização nacional para que sejam colocados cartazes alusivos ao Plano Nacional de Educação. Que o porteiro do prédio saiba que o Plano Nacional de Educação, se colocado efetivamente em prática, poderá propiciar aos seus filhos, aos seus netos ou a ele mesmo uma possibilidade de melhoria da qualidade de vida através do acesso à educação pública de qualidade, socialmente referenciada e laica.

É bom que a gente deixe claro que a educação precisa ser laica. E cada vez mais precisa ser laica, porque estamos assistindo a debates que ocorrem hoje na sociedade brasileira que podem levar a uma radicalização de posições que não serão boas e nem benéficas para a sociedade. É preciso que se respeitem as religiões de todos, que a escola seja pública e seja laica. Essa é a maneira que o Estado tem de respeitar as opções de cada um.

Então, essa é uma questão importante que o PNE e a sociedade precisam se apropriar para fazer essa discussão. O PNE tem que sair do Senado, sair da Câmara, sair da sala de debate da CNTE, dos auditórios, para ir para rua. E é alguma coisa ousada dizer isso porque educação costuma ser algo que é discutido apenas entre aqueles "são os interessados ou os iniciados no tema", e isso precisa ser discutido com os trabalhadores de todas as categorias profissionais, enfim, por todos.

Nesse primeiro ano, no fim desse primeiro ano de vigência do PNE, assistimos à corrida pelos planos estaduais e municipais de educação. É verdade que somos 5.570 Municípios, um pouco mais um pouco menos, porque, às vezes, dizem que são 5.567 ou 5.571, então vamos dizer que são 5.570 Municípios. Assim, é difícil, em um País de dimensão como o nosso, com as histórias, tradições, culturas etc., você conseguir coordenar todos esses Municípios. Mas uma coisa que acho que precisaria ter sido feita e que não foi feita é a participação da sociedade na elaboração dos planos estaduais e municipais. Faltou e faltou muito. Faltou e muito que houvesse fóruns nas cidades, nos Municípios, e que esses fóruns não se transformassem em instâncias de deliberação do plano, mas que fossem espaços de articulação da participação da sociedade. Não houve as conferências do tamanho que gostaríamos que houvesse, para que todos pudessem debater.

Os planos sofreram alterações que os colocam em choque com aquilo que está deliberado no Plano Nacional de Educação. O papel do Fórum como instrumento de avaliação, de acompanhamento etc., em alguns documentos, está relegado a segundo plano.

Então, nos precisamos ter clareza de que se nós temos, hoje, mais de 5 mil planos, nós temos muitos planos com muitos problemas, e muitos desses planos não estão de acordo com o espírito que norteou a elaboração do Plano Nacional de Educação, que, eu repito, nós gostaríamos, claro, que fosse melhor, mas é um grande documento, é um documento estratégico de educação brasileira.

Portanto, o grande documento da pátria educadora é o Plano Nacional de Educação. Eu não consigo entender outro documento que não seja o PNE, e acho que o protagonismo do Ministério da Educação tem que ser colocado claramente para a sociedade brasileira. Nós não podemos ficar achando que a educação está discutida no MEC e discutida na Secretaria de Assuntos Estratégicos, por mais estratégica que seja a educação.

Então, a posição da CNTE é essa. Nós poderíamos, nós precisaríamos, mas fizemos os planos. Nós temos, evidentemente, agora, de ampliar a luta para que, onde houve os problemas que houve, isso seja, de alguma maneira, melhorado, trabalhado de maneira a superar as dificuldades que houve com a deficiência da participação da sociedade na elaboração desses planos.

Eu tenho para mim, a CNTE tem, que nós não poderemos também... Os assuntos já foram abordados aqui. Nós temos problemas, para colocar em prática o plano, que passam, por exemplo, pelo financiamento. O Ministro falou, aqui, da dificuldade econômica que o País vive. É verdade, não temos dúvida, mas eu quero realçar o que bem disse o Senador Lindbergh, que este País precisa ser ousado e precisa ter mais a cara do Ministro Juca Ferreira, a que ele se referiu, e menos a cara do Ministro Levy. Nós precisamos ajustar nossas contas sem sacrificar o desenvolvimento social importantíssimo, para que a gente possa se sentir um País respeitado, um País em que o povo vive em condições dignas, com escola de qualidade, com saúde de qualidade etc.

Não há que se sacrificar mais o povo, e, aqui, há que se fazer uma crítica, sim, porque o ajuste fiscal foi todo feito em cima dos trabalhadores. São eles que estão pagando essa conta, e isso está errado. (*Palmas.*)

É preciso que se faça... Eu quero ver a taxação das grandes fortunas neste País. Eu espero ver o dia – eu já estou achando que não vou ver – em que as grandes fortunas serão taxadas, neste País, em que a herança será taxada de uma maneira mais condizente com aquilo que se espera para um país grande.

Bom, dito isso, e falando também do pré-sal, que é outra condição importante... Como bem disse o Daniel, não é apenas do ponto de vista do financiamento da educação e da saúde – só por isso, já seria motivo

de defesa intransigente nossa, da lei de partilha –, mas por tudo que representa, inclusive, por tudo que pode vir a representar.

É importante que a gente também esteja preparado para fazer essa luta, para que nós não percamos uma fonte de financiamento, porque, no processo de debate do PNE, ele foi fundamental para que a gente chegasse aos tais 10% do PIB para a educação. Era uma arma muito importante. A loteria, o prêmio da loteria que nós tínhamos ganhado, era justamente os *royalties* do petróleo, o fundo social investido na educação. Hoje, nós estamos com o risco de ver isso diminuído. E é um problema para financiamento.

Por isso eu digo: a gente precisa ser ousado no processo de financiamento da educação, ou a gente precisa tirar aquela vontade, aquele discurso de que a educação é, realmente, prioridade e fazê-lo se transformar em prioridade. Daí a necessidade de nós termos, por exemplo, um debate muito franco, muito honesto, muito aberto sobre o CAQ. A grande virtude do CAQ, qual é? Ele muda a lógica do financiamento da educação e isso é fundamental, isso é importante.

Eu sempre digo que eu não concordo, que não sou fã do modelo de educação da Coreia. Não concordo e não acho que é bom. Pode ser bom para os coreanos, mas para nós não pode ser modelo.

Aliás, a frase infeliz do presidente do Banco Mundial, naquela conferência, merece repúdio e mereceu repúdio de todo mundo, por conta de ele querer comparar, fazer o mundo, pasteurizar, na lógica neoliberal, porque o a lógica neoliberal é pela pasteurização do mundo, pasteurização que torna todo mundo igual, esquece as diferenças e, portanto, o que pode ser feito na Coreia pode ser feito aqui, mas os coreanos, quando quiseram ter aquele modelo lá, investiram mais de 15, quase 20% do PIB deles para fazer aquele modelo, que eu acho ruim, mas que eles acham bom e usaram lá.

Então, nós precisamos ter a coragem de dizer: "Olha, a opção é essa, o caminho é esse e nós vamos fazer isso", para a gente tirar o Brasil do atraso.

Eu acho que quanto ao CAQ, é o momento de fazer um grande debate sobre esse financiamento da educação brasileira, tornando-a, efetivamente, realidade.

Uma questão que é importante, que a gente precisa discutir dentro do PNE e dos planos estaduais, é que nós precisamos, definitivamente, aqui, eu repito muito isso, acho até que sou meio chato quando falo disso, do seguinte: enquanto não tiver o art. 23 da Constituição regulamentado, nós continuaremos tendo problema de participação e de articulação efetiva de um Sistema Nacional de Educação, que está previsto lá no PNE. Por quê? Porque não adianta eu dizer que eu quero atingir determinado índice de matrículas da educação infantil e dizer: "Bom, isso é do Município. Então, Municípios, vocês têm que ter tanto..." Mas se eu não discutir, como é que eu vou fazer isso? Como é que eu vou financiar? Dividir muito claramente as competências, deixar muito claro. Isso tem que ser feito quando você tiver uma norma legal em que eu estabeleça regime de cooperação, porque a cooperação vai estar escrita na lei, direitinho, e os entes não vão poder ficar jogando naquela brincadeira do "toma que o filho é teu."

A gente precisa ter esse ordenamento. Ele está na Constituição de 1988 e não sei por que, até hoje, não foi. Aliás, às vezes, eu até desconfio por que, mas... Nós temos que ter isso muito claro, porque regime de colaboração depende da vontade política de o ente fazer. Se o ente não quiser fazer, não faz. E não adianta eu ter o mais belo plano... O PDE, todos os Municípios assinaram o PDE. E daí que assinaram? E daí? Como é que isso andou na prática? Então, nós precisamos ter, claramente, isso na cabeça.

Eu quero pedir aos Senadores, aqui, porque é importante que esse debate sobre o art. 23 seja colocado, porque, senão, nós também não vamos ter... Aliás, tem um problema no PNE, que é dizer que o Sistema Nacional de Educação vai se dar com base no regime de colaboração. Se ele se desse com base no regime de colaboração e cooperação, seria uma coisa. Agora, só colaboração, vai voltar no mesmo debate, e a gente precisa entender que o sistema – está no art. 13 –, que isso é um problema. Se a gente tivesse os dois pelo menos – colaboração e cooperação –, você regula melhor, mas não é.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO – O Sistema Nacional de Educação só tem razão de ser se ele for um instrumento de superação das desigualdades da educação brasileira, se ele servir para, respeitando as diferenças regionais, respeitando a história e a cultura de cada espaço deste País, de cada região deste País, ofertar uma educação que tenha qualidade social.

Eu costumo brincar e dizer o seguinte: que as crianças do Rio Grande do Sul podem ser alfabetizadas discutindo, lendo e conhecendo a lenda do Negrinho do Pastoreio e as crianças do norte do Brasil podem ser alfabetizadas conhecendo as lendas da Amazônia, as lendas da Iara, do Caipora, do Curupira. Isso significa respeitar a diversidade regional com qualidade.

Então, o Sistema Nacional de Educação, eu o vejo como um instrumento de superação dessa desigualdade, sem pasteurizar a educação. Aí, eu quero entrar numa discussão, aqui, que eu sei que é problemática e é polêmica: base nacional comum.

Eu acho que esse tem que ser um debate muito benfeito, muito cuidadoso, para nós termos uma base nacional que não faça o que eu disse agora: pasteurize a educação, e que todos sejam obrigados a ter o mesmo conteúdo, escolhido por quem e como.

Então, há que se respeitar a natural musicalidade, por exemplo, do povo baiano, a sensualidade da dança de cada espaço deste País. E isso precisa ser respeitado num currículo em que se pretenda nosso, nacional, que não seja um currículo para atender demandas de institutos de pesquisas. Eu quero também dizer que é polêmico. Eu acho que nós possamos discutir esse sistema, porque eu não acho que o Pisa seja o melhor instrumento de avaliar a educação, porque ele tem um problema. Eu recomendo um livro, uma leitura de uma educadora americana chamada da Diane Ravitch, que escreveu um livro sobre a falência do grande modelo de educação americano. Ela, que foi uma das papisas de todo o processo de construção desses testes em larga escala e padronizados, condena absolutamente todos. Este é um tema que precisamos discutir: queremos ou não construir uma educação ao mesmo tempo universal, mas sem perder as características do nosso País? Se o nosso desejo é esse, nós temos que construir os nossos indicadores, que levem em conta a nossa lógica, a nossa cultura, a nossa história, a nossa tradição.

Eu vou concluir, porque começamos a falar e falamos muito.

Quero também aqui dizer sobre formação dos profissionais de educação. Para concluir, eu quero dizer o seguinte: nós costumamos trabalhar, na CNTE, com três questões, com três pontos que são importantes, que são colocados no PNE e que precisam ser trabalhados para que ele se concretize: financiamento, valorização e gestão democrática do ensino.

A gestão democrática do ensino, para nós, não se resume em eleger o diretor da escola. A gestão democrática do ensino é algo que vai muito além disso. É, por exemplo, você ter a participação efetiva da comunidade escolar, de professores, de alunos, de pais, enfim, no processo de construção do projeto político pedagógico da escola. É você ter condições de participar efetivamente dos conselhos que existem, cujo objetivo é democratizar a participação, a fiscalização da sociedade, como os conselhos do Fundeb. É importante que saibamos que não adianta fazer como alguns fazem, pegar toda a documentação da prefeitura levar ao conselho do Fundeb e dizer: "Está aqui o documento. Vocês podem verificar e depois dizer se não, na minha prefeitura ou no meu Estado é democrático, porque eu tenho entrego". Não é democrático coisa nenhuma. Porque aquele conselho não tem as condições técnicas de avaliar contabilidade pública. E isso é uma verdade. Aí eu digo, mas lá está tudo bem, porque o cara assinou, o pai do aluno não tem... Então, é preciso que a gestão democrática se concretize na prática, com condições para que esses conselhos efetivamente funcionem. Então, isso é gestão democrática.

Quando falamos de financiamento, está mais do que claro que falamos do PIB.

E valorização também, companheiros e companheiras, Senadores e Senadoras, não é apenas salário, embora o salário seja essencial, porque existe um ditado que a minha falava e que as mães de todos devem ter dito: saco vazio não fica de pé. E os professores e funcionários da educação precisam receber salário. Mas nós queremos propor uma ação inicial e continuada. Nós queremos uma formação sólida e consistente, que não seja uma formação baseada só em habilidades, nas tais habilidades, que seja uma formação do professor e do funcionário, conhecendo a educação, não apenas isso que querem que conheçamos, mas por que a educação chegou aqui? Como é a história da educação? O que é a educação no tempo, conhecendo um pouco de filosofia, sociologia, afinal nós não vamos conversar com as cadeiras, nós vamos conversar com gente de carne e osso. Então, é preciso ter uma formação sólida, consistente, uma carreira que dê perspectiva de futuro para esses profissionais todos.

Avaliação. E quero dizer aqui – claro, sempre digo isso – que nós não temos medo de discutir avaliação. O que nós queremos é uma avaliação sistêmica, que não seja punitiva, cujo objetivo seja de aprimorar os rumos da educação que está sendo oferecida naquele lugar e que não seja uma avaliação meritocrática, que sirva simplesmente para oferecer bônus ou qualquer tipo de gratificação para melhorar salário de professor e de funcionário.

Isso estimula a disputa, uma disputa insana entre um professor e o outro, entre uma escola e outra. E nós chegamos ao absurdo de termos hoje escolas que publicam, na sua porta, uma tábua, um cartaz com a nota obtida. Então, é um absurdo.

Temos que entender que educação é um ato de solidariedade. Educação não é essa competição insana que o modelo neoliberal colocou para nós. O êxito ou o fracasso não é resultado apenas da ação de uma pes-

soa. O êxito ou o fracasso é resultado de uma série de conjuntos, de uma série de variáveis que influem para que tenhamos aquele destino, se podemos considerar que é assim.

Então, o que CNTE pensa do PNE é isto: temos que transformar na grande arma de luta em defesa da educação brasileira. Cada um e cada uma daqui precisa sair convencido disso e fazer o debate que precisa ser feito. Nós não temos dogmas, nós não estamos discutindo dogmas, o que precisar ser mudado no processo de análise e de avaliação, quando for feito o diagnóstico do que foi feito e do que não foi feito, tem que ser mudado. Agora, tem que ser mudado no rumo de uma educação pública de qualidade, laica, e que seja do interesse dos trabalhadores, das trabalhadoras e da sociedade brasileira, que se utiliza desse grande instrumento de libertação, que é a educação e, mais ainda, da educação pública.

Quero concluir dizendo o seguinte: considero que a educação, a escola pública, considero que 90% das escolas particulares são iguais ou piores que as escolas públicas estaduais ou municipais, o que elas têm é muito dinheiro para colocar propaganda em jornal e dizer... Porque as escolas particulares verdadeiramente alternativas e que têm um bom modelo não colocam anúncio em jornal. Elas passam de geração em geração, do pai para o filho, porque é lá que a elite brasileira...

Então, a classe média brasileira precisa se somar aos trabalhadores, aos pobres, às pessoas que se utilizam da escola pública e defender essa grande instituição que é a escola pública brasileira. E o PNE, no momento, é o grande instrumento que nós temos, a grande arma que nós temos para que isso aconteça.

É o que pensa a CNTE.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Prof. Leão, Presidente da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, agradecemos a sua valiosa participação.

Agora, vamos passar a palavra imediatamente para o Prof. Heleno, que é Coordenador do Fórum Nacional de Educação.

Em virtude do adiantado da hora, pedimos aqui aos nossos expositores para colaborarem. Nós estamos destinando 15 minutos para a exposição.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Obrigado, Senadora Fátima.

Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra e parabenizá-la pela convocação desta audiência. A Senadora Fátima Bezerra faz parte do Fórum Nacional de Educação. Externo aqui minha tristeza, nesta audiência pública da Comissão do Senado, de estar só aqui com a Senadora proponente do requerimento. Infelizmente os outros Senadores e Senadoras não puderam ouvir todas as entidades representativas dos movimentos sociais. Espero que tenham tempo para ouvir o áudio depois, e que possamos deixar aqui as contribuições nesse balanço que está colocado aí do Plano Nacional de Educação.

Ao cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra, eu faço uma solicitação, como coordenador do Fórum, Senadora, porque esta Casa, que tem participação no Fórum Nacional de Educação, fez a indicação do seu nome, como titular da Comissão de Educação do Senado, mas, até o momento, não apresentou o nome do suplente. Então, deixo aqui a solicitação para que seja indicado o suplente para fechar a composição no Fórum Nacional de Educação.

Quero cumprimentar também os colegas aqui da Mesa. O Binho Marques, da Sase, que também é membro do Fórum Nacional de Educação; o Daniel Cara, que também é membro do Fórum Nacional da Educação, pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação; o Presidente do CNTE, o companheiro Leão, a CNTE tem assento do Fórum e coordena atualmente o Fórum Nacional de Educação; e o André, que tem o Undime também como umas entidades que compõem o Fórum; além aqui da presença da companheira Gilvânia, que representa os conselhos municipais; pela Analise, que representa os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, junto com o Binho, que também representa a Sase e é o nosso Secretário Executivo; e Catarina, que aqui representa a Anped, que também faz parte e representa as entidades de estudos e pesquisas nesse processo de representação. Junto com essas entidades nós temos mais 41 entidades nacionais que compõem o Fórum Nacional de Educação. Cumprimentar as colegas da Comissão de Educação do PT, a Selma Rocha – que está aqui –, a Márcia e a Zuleide, que estão atuando também nesse processo discussão e de debate.

Nesse balanço, que nos leva a levantar um pouco do que deixou de ser feito e, claro, apontar desafios, o que falta fazer nesse processo. Então eu destaquei quatro pontos aqui – para tentar ficar dentro do tempo estabelecido – para que possamos continuar o debate e fazer reflexão. Primeiro, claro, aquilo que nós defendemos e queremos que esse País garanta: que é o direito à educação. Esse direito à educação necessita de um planejamento, necessita de uma ação coletiva neste País, para que, de fato, ele seja implementado. E essa ausência de desejar planejar é histórica em nosso País. E, nesse momento, nós estamos tentando mudar essa página da história do Brasil. E acredito que os avanços ou o quadro que nós temos – já sancionados os Planos

Municipais de Educação e os Planos Estaduais de Educação – é um fato histórico e diferente de planos anteriores. Claro que precisa melhorar a atuação e a organização desse processo, mas já temos um fato diferenciado na perspectiva do planejamento.

Planejamento que, para garantir o direito à educação, já deveria ter sido pensado desde 2009, quando a Constituição Federal foi alterada com a Emenda à Constituição nº 59, colocando-se o prazo até 2016, que é o próximo ano, de universalizar o direito à educação de quatro a dezessete anos de idade. Coisa que prefeitos e governadores da época não deram nenhuma atenção, não fizeram nenhuma perspectiva de planejamento para alcançar essa meta. Hoje nós temos um instrumento – que é o Plano Nacional de Educação – que fortalece ainda mais esta ação e que aqueles que se mostram preocupados, nos dizem agora que não têm tempo para fazer, que é pouco tempo para colocar as crianças de quatro a cinco anos dentro da pré-escola, que não têm recursos, não têm espaço para isso, querem fazer mas não têm condições. Então, essa é uma conversa que nos leva a dar a maior importância ao processo de planejamento, porque o planejamento – e o PNE mostra isso – vai atravessar dois governos e meio. Não podemos mais continuar fazendo planos para quatro anos, planos para uma gestão e, muitas vezes, voltados para a reeleição. Após a reeleição desmancha-se o que se fez nos quatro anos anteriores. Então esse processo tem que mudar. E o Plano tem essa perspectiva e essa busca que nós queremos para avançar nesse planejamento, nesse direito à educação.

O segundo item é a valorização profissional, que já aponta – nesse balanço para 2015 – o processo já levantado aqui da Meta 15, da formação dos profissionais da educação. E aí o que nós temos é que articular – e a Sase é importante para isso – o que nós já temos. Lá na Meta 15 fala em garantir a política de formação inicial e continuada para o conjunto dos profissionais da educação. Isso está na Constituição desde 1988. O que nós temos dentro da Secretaria de Educação Básica do MEC? Quatorze programas voltados à formação, três deles voltados à formação do conjunto dos profissionais de educação. Então, ao falar na garantia desse processo, temos que articular como garantir esse processo, como articular e deixar claro para que essa Meta 15 – que já está em andamento –, de fato, seja sentida e percebida naquilo que nós queremos, que o processo de formação dê conta de garantir uma escola agradável, que faça com que o aluno permaneça nessa escola e que ela cumpra o seu papel, o seu o objetivo. Então esse é um ponto fundamental.

O outro é o desafio para 2016, que está colocado uma nova lei do piso – não só para o magistério, mas um piso salarial profissional nacional para o conjunto dos profissionais da educação, vinculada a uma carreira.

E isso é importante. E, aí, o Senador Cristovam Buarque quando perguntou ao Ministro o que falta fazer, o que podemos fazer, está colocado: o que faltou fazer nesse primeiro ano do PNE? Aprovar a Lei de Responsabilidade Educacional – que o Poder Executivo já enviou para esta Casa em 2010, que está lá na Câmara e que, só agora, criou-se uma Comissão para discutir esse processo. Então o Senado e a Comissão do Senado poderiam ajudar, para poder garantir essa Lei de Responsabilidade Educacional, que passou o prazo da sua aprovação, que depende do Poder Legislativo.

O que esta Casa pode contribuir como desafio? Aprovar a Lei de Diretrizes e Carreira dos Profissionais da Educação, que está na Câmera desde 2003, desde 2003, reapresentada a cada final de Legislatura e início da próxima. A Senadora Fátima Bezerra foi uma das que nos ajudou, como CNTE, a reapresentar esse projeto de lei.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Sou autora.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – É autora desse processo.

Então, como fazer para dar conta desse processo, não depende só do Poder Executivo, nem depende só dos movimentos sociais esse processo. Então, esta Casa tem essa atribuição, a tarefa, de desenvolver essa atividade.

O terceiro ponto é sobre o financiamento – que já foi tratado aqui e é importante na perspectiva de garantir aquilo que nós aprovamos no documento final da Conae. O documento final da Conae aponta para que tenhamos uma lei que impeça o contingenciamento de recursos da educação. Então está lá no documento final da Conae. Não conseguimos trazer isso para o Plano Nacional de Educação, mas é um documento que baliza a ação do Fórum Nacional de Educação, dos fóruns estaduais e municipais. Então, é importante perseguir essa lei para evitar que recursos da educação sejam tirados do Orçamento, e avançar na perspectiva de inverter a lógica de financiamento aqui, através do Custo Aluno Qualidade Inicial e Custo Aluno Qualidade.

Quarto e último ponto de destaque do conteúdo do Plano Nacional de Educação é a gestão democrática, que o Leão já tratou aqui. Temos aí mais de 5.300 planos municipais de educação aprovados; são 13 Planos Estaduais de Educação aprovados. Mas esses planos passaram pelas instâncias que nós construímos desde 2008 – com a Coneb, com a Conae 2010? Os Fóruns Municipais de Educação foram instituídos, ou a comissão organizadora, que organizou as Conferências Municipais, se desmanchou após o final da conferência, não se manteve para criar esse embrião do Fórum Municipal de Educação e contribuir com esse processo, como espaço de debate da política educacional de construção do Plano Municipal de Educação?

Então, as queixas foram muitas. O abandono de algumas entidades de dentro dos Fórum Estaduais aconteceram em alguns Estados – dois ou três Estados tiveram o abandono das entidades do Fórum, porque ele não foi ouvido, não participou do processo da discussão da organização dos Planos Estaduais de Educação. Então esse é um elemento que precisamos corrigir. E temos desafios e temos possibilidades de corrigir. Em junho de 2016 vence o prazo para que todos os entes federados tenham Lei da Gestão Democrática Municipal e Estadual.

Se nos Planos Estaduais de Educação, se nos Planos Municipais de Educação, no corpo da lei, não se instituiu os Fóruns de Educação – como foi instituído no Plano Nacional de Educação –, temos que colocar esse Fórum na lei que vai fazer a gestão democrática do Município, do Estado. Então o desafio posto para nós é grande, para poder avançar, também, nesse item do Plano que não foi realizado e serve de desafio para nós no próximo período.

Aqui, nesta audiência, uma das falas do Senador Dário chama atenção para a nossa reflexão. Porque ele faz a afirmação e cobra por isso. O Estado de Santa Catarina fez o dever de casa. Como será tratado financeiramente? E aí vem a reflexão: o que significa fazer o dever de casa pensando em um Plano Nacional de Educação? Porque, para nós do Fórum Nacional de Educação, significa que todas as pessoas, todas as famílias, tenham o direito de colocar seus filhos na creche quando assim desejarem. E isso não temos em nosso País. Fazer o dever de casa significa colocar todas as crianças e jovens, de quatro a dezessete anos, na escola. Ainda não fizemos isso em nosso País e nem a Constituição vai ser obedecida no próximo ano. Fazer o dever de casa é aplicar corretamente a Lei do Piso Magistério, dentro de uma carreira decente, que valoriza os profissionais que estão em atividade e chame a atenção da juventude para procurar essa profissão. E isso nós não fizemos ainda.

Fazer o dever de casa é colocar em prática a gestão democrática, tendo conselhos de educação paritários e com a participação da sociedade, e isso não existe. É ter conselhos escolares deliberativos nas escolas, e isso não existe. É ter a participação dos estudantes no conselho de classe da escola, e nós não permitimos isso ainda. É ter um Fórum de Educação como instrumento de espaço e debates, e nós não realizamos.

Então, não é em um Município, em um Estado que ao fazer isso, fez o dever de casa. Porque estamos pensando como Nação, e o plano tem que ser pensado com um Plano Nacional Educação. Então, o dever de casa não foi feito. Colocar que o dever de casa foi feito, apenas para que tenha mais recursos, é um equívoco. Não é fazer o dever de casa e é transformar esse processo que já foi denunciado aqui, de quem tem maior Ideb, tem que receber mais, e prejudica cada vez mais quem não tem condições de avançar. Então, fazer o dever de casa tem outra conotação para o Fórum Nacional de Educação.

E utilizando aqui material da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a qual também faço parte, sou Diretor, quero dizer e reafirmar o que nós colocamos em um caderno de educação sobre o PNE, é que as bases para um cenário melhor na educação foram lançadas. A base para uma prática educadora está no documento final da Conae e na Lei do PNE, sua realização depende do compromisso dos gestores e da ampla mobilização social.

Muito obrigado pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradecer a Heleno também pela sua valiosa contribuição, aqui ao debate. E só destacando que o Prof. Heleno aqui fala, exatamente, em nome do Fórum Nacional de Educação, uma entidade que tem um papel muito importante, diríamos estratégico, na luta em defesa da educação, por tudo que ele simboliza e pelo o que ele congrega, dezenas de entidades que têm uma vinculação direta com a agenda da educação, seja no campo do Poder Público, da iniciativa privada, da sociedade civil.

E, aliás, dizer também, Prof. Heleno, resgatar aqui que o próprio Fórum Nacional de Educação hoje é, sim, uma instituição com amparo regimental, com amparo legal, graças à luta que gerou o novo Plano Nacional de Educação. E, portanto, cabe inclusive ao Fórum, esse papel que você está fazendo aqui hoje, de monitoramento, de acompanhamento e de avaliação do Fórum Nacional de Educação, que eu tenho a alegria de integrar, representando a Comissão de Educação aqui do Senado. E, desde já, está aqui anotada a sua cobrança de que a Comissão de Educação do Senado envie ao Fórum Nacional de Educação o nome do suplente.

Mas vamos passar a palavra, imediatamente, ao Prof. André, que vai falar aqui agora em nome da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, a Undime, Região Sul.

André, você tem 15 minutos.

O SR. ANDRÉ LEMES DA SILVA – Bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra e, em seu nome, cumprimentar todos os Senadores que, infelizmente, já não estão mais conosco, aqui nesta audiência pública, mas peço que a senhora transmita a todos eles os nossos cumprimentos. Aí me somo ao companheiro Heleno, na sua manifestação.

Quero cumprimentar o Secretário Binho Marques e, em seu nome, também, a toda a equipe Ministério da Educação; ao Prof. Heleno e, em seu nome, a todos os integrantes do Fórum Nacional de Educação; ao Da-

niel e, em seu nome, todos os membros da campanha que estão aqui presentes e aqueles que também não puderam estar aqui, e ao Leão, a todos os trabalhadores em educação do nosso País.

Em nome do nosso Presidente da Undime Nacional, Prof. Aléssio Costa, quero dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui representando os Municípios brasileiros, neste debate sobre o primeiro ano do Plano Nacional de Educação.

Peço desculpas, vou ficar em pé, Senadora Fátima, porque sou professor e eu já estava nervoso aqui, sentado nesta cadeira, mais nervoso quando vi os Senadores indo embora. Mas quero pedir licença, vou tentar ser...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mas, André, só um momentinho, seu tempo será descontado, não se preocupe – segura aí o tempo.

Apenas para comentar com relação à questão de os Senadores e Senadoras terem se ausentado. O fato é que na quarta-feira é o dia de maior mobilização da agenda Parlamentar aqui. São várias comissões, inclusive, comissões que realizam as suas atividades simultâneas, ao mesmo tempo. Neste momento, sete comissões – o Júlio está me dizendo aqui – estão em funcionamento.

Mas quero só registrar que estiveram aqui, na nossa audiência pública de hoje, vários Senadores, vocês viram aqui, inclusive de vários partidos. Portanto, para nós, é muito importante, do ponto de vista do papel que o Senado e, especialmente, a Comissão de Educação do Senado têm a desempenhar nessa luta pela realização das metas do PNE.

O Júlio está me atualizando aqui que pelo visto, inclusive, bateu o recorde hoje. O Júlio, Secretário da Comissão, está me atualizando aqui que quase 20 Senadores estiveram aqui hoje.

Mas, André, continue com a palavra. Seu tempo foi descontado.

O SR. ANDRÉ LEMES DA SILVA – Não tem problema.

Mas eu, como eu disse, parabenizo e reconheço. Mas como nós estamos sempre querendo colocar a pauta da educação como pauta principal das agendas políticas, talvez cada um faça as suas escolhas.

Mas, enfim, vamos lá. Vou tentar ser bem breve e didático aqui na apresentação, que eu mesmo vou ter que passar aqui.

Então, primeiro ano do Plano Nacional, desafios e perspectivas. Primeiro, fazer um resgate aqui de como a Undime trabalhou de maneira bastante intensa, juntamente com o Ministério da Educação e com os Governos Estaduais, para que os Planos Municipais de Educação fossem elaborados nesse primeiro ano de vigência do Plano.

E eu penso que nós, com todos os esforços e também diante de todos os problemas enfrentados, conseguimos ter sucesso nessa pauta, uma vez que o próprio Ministro aqui reconhece que mais de 5 mil Municípios já têm leis sancionadas. Fizemos até mais rápido e melhor do que os Estados, que ainda nem a metade concluiu a votação dos seus planos estaduais. Então, fica aqui o registro de esforço coletivo da Undime e de todas as suas seccionais, nos 26 Estados da federação.

Também, temos que registrar que esse esforço se constitui em um momento bastante delicado para o nosso País, e que mesmo diante de um cenário desfavorável de elaboração de metas e estratégias que consolidem a política pública de educação e que garanta tanto os direitos das crianças, dos adolescentes e jovens ao acesso à educação, mas também garantam os direitos dos trabalhadores em educação.

Esse cenário desfavorável gerou muita polêmica, no âmbito dos Municípios, por conta do tensionamento quase que cruel – eu diria assim – em relação a governos de um lado e trabalhadores de outro lado. Isso, para nós, foi um desafio bastante grande e mesmo assim conseguimos avançar consideravelmente.

Do cenário atual, o que preocupa a Undime? Primeiro, a redução das receitas próprias e de transferências para os Municípios. Eu sentei aqui na ponta e fiquei pensando: é no Município que a gente paga a conta, literalmente. É lá que nós somos exigidos, diariamente, para manter as crianças na escola, para garantir o direito dos trabalhadores. Então, esse cenário de redução de receitas, para nós, significa muito. Eu vinha falando que o Prof. Carlos Sanches, no acesso aqui ao plenário, e eu disse o seguinte: para uma escola pública que deixou de receber R$5 mil pelo atraso no recurso do Mais Educação, isso é uma sangria. Isso é uma sangria e representa um retrocesso naquela política que tem dado muito certo.

O aumento contínuo da despesa, sobretudo com pessoal, ou seja, a despesa sempre aumenta, mas a receita encolhe. Então, isso tem gerado um descompasso na gestão.

A saturação do modelo do Fundeb, muito importante no seu momento histórico, muito importante, foi fundamental naquele momento, mas que passados já alguns anos, e diante dos desafios que o Plano Nacional nos coloca, o modelo já está saturado, e nós vamos precisar avançar modelo; não retroceder, avançar no modelo. E o colapso do financiamento da educação pública municipal com todas as questões que hoje implicam os Municípios. Há Municípios no interior deste País que estão investido cerca de 40% do total da sua receita em educação para garantir o funcionamento mínimo das estruturas escolares nos seus Municípios.

Ainda, a redução dos recursos do Fundeb, em alguns Municípios, com acentuadas perdas em função da diminuição de receitas decorrentes da conjuntura econômica e daquela das matrículas. A desaceleração econômica, especialmente subsídios incidentes em impostos que influenciam diretamente na conjuntura do Fundeb impactou e muito os nossos Municípios.

O crescimento do valor do piso acima da inflação, do salário mínimo e das receitas do próprio Fundeb também impactaram. Hoje há Municípios, e eu dou o exemplo do meu Município, que é Rio Grande, lá no extremo sul do Rio Grande do Sul, nós precisaríamos de 130% do Fundeb para garantir o custeio só da folha de pagamento. O gestor faz as suas escolhas em termos de valorização da sua categoria, mas elas precisam ser honradas, valorizar o trabalhador e a educação. Eu duvido que há um dirigente municipal de educação neste País que não queira fazer com que, lá na ponta, o seu trabalhador tenha o direito no mínimo ao piso. Agora essa conjunção destorcida leva a um conjunto de problemas, inclusive de má gestão pública.

A demanda por parte do sindicato para a concessão de percentual do reajuste do piso estendido de forma linear a todos os níveis de carreira provocando estrangulamento dos atuais planos de carreira. A dificuldade de ordem financeira por parte de alguns Municípios na implementação do piso de um terço da hora atividade. Também a forte tensão entre os sindicatos e as gestões – já falei disso aqui antes. Isso tem desviado o foco e isso ficou muito claro para nós aqui na elaboração dos planos, porque o tensionamento entre as categorias dos trabalhadores e os gestores municipais desviou o foco da responsabilidade que os outros entes federados têm no processo educacional. Qual é – isso que companheiro Heleno trouxe – efetivamente o compromisso que a União e os Estados vão ter para o cumprimento das agendas da política educacional, em especial esse item que para nós é muito caro – caro no sentido de valoroso? Ainda os empecilhos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, em alguns Municípios, implica que o Município não consegue nem aplicar 60% do Fundeb por outros problemas de gestão que os antecederam.

Os desafios que a Undime destaca no plano nacional e nos planos municipais: a universalização da pré-escola até 2016 – então também aqui compartilho a manifestação do Heleno de que, se algumas cidades conseguiram isso, outras tantas não conseguiram isso. E não se pode descuidar desse movimento. Há cidades, acima de 50 a 100 mil habitantes, em que as distorções, os gargalos na oferta do atendimento à primeira infância são imensos. E essas cidades não tiveram um olhar diferenciado para que conseguissem avançar nessa oferta; a ampliação em 50% da oferta de matrículas em creches até 2024; garantir a alfabetização na idade certa; a erradicação do analfabetismo; o cumprimento da lei do piso na sua integralidade; a melhoria da qualidade da educação e dos índices do Ideb; a garantia da inclusão e da promoção da equidade.

Também faço um registro do enorme sacrifício aqui. Os Fóruns Municipais de Educação foram colocados, nesse momento de tensionamento dos planos municipais, com relação às questões da promoção da equidade e da inclusão, em um debate totalmente distorcido no seio da sociedade.

Aqui, resgato a fala do Ministro Janine. Eu não conheço a ideologia de gênero. Se alguém conhece, por gentileza, me apresente, porque, como professor, me senti violentado ao serem colocados, de um lado, famílias, e, de outro, professores, como se professores não tivessem famílias e não tivessem a sua estrutura e o seu sentimento com relação a isso. Nós defendemos equidade e acesso para todos e para todas à educação pública gratuita e de qualidade social.

As demandas prioritárias que elencamos: a injeção de novos recursos a curtíssimo prazo. Isso se faz de maneira urgente. Tenho dito em todos os espaços a que tenho ido que não é atrás da crise econômica que vamos nos esconder diante dos desafios que são colocados para a educação pública brasileira. Se nós ficarmos nos escondendo atrás de todos os problemas macro ou microeconômicos que o País enfrenta, a educação vai continuar sendo sempre relegada a segundo plano nas políticas do nosso País. A regulamentação do CAQi, que é o Custo Aluno Qualidade Inicial e do CAQ, que vai permitir que as estruturas do Plano Nacional de Educação e dos Planos Municipais funcionem, vai ter de sair das portarias e vai ter de sair das comissões. Ou nós vamos tomar uma atitude de, efetivamente, regulamentar esses dispositivos, ou nós estamos fadados ao fracasso do Plano Nacional de Educação.

Então, isso tem de ser urgente. Isso depende da movimentação de todos nós, mas, especialmente, dos Poderes da República brasileira, tanto do Executivo quanto do Legislativo.

A homologação do Parecer nº 8, de 2010, do Conselho Nacional de Educação; a complementação do Fundeb pela União para além dos 10% mínimos, contemplando mais Estados e mais Municípios; a regulamentação dos *royalties* do pré-sal, já recolhidos, repassando parte desses recursos diretamente aos Municípios. Essa é outra defesa que a Undime faz e não abre mão dessa pauta.

Não há – e aí teria de ficar essa mensagem aqui; já foi dita pelo Daniel, enquanto os Senadores nos acompanhavam – como retroceder naquilo que já foi pactuado lá atrás. Todo o Plano Nacional e todos os planos municipais, Senadora Fátima, se estruturaram contando com as receitas do Fundo Social do Pré-Sal. Ou nós

não contabilizamos isso na hora de pensar que vamos ter que ter, no ano que vem, carreiras para todos os trabalhadores em educação, e pagamento de piso? Nós contamos com isso!

Então, essas iniciativas que nós temos visto aqui no Senado Federal, especialmente do projeto de lei de autoria do Senador José Serra, destroem toda e qualquer perspectiva de avanço da política do Plano Nacional de Educação e dos planos municipais de educação. (*Palmas.*)

Nós vamos até o final e até os últimos sacrifícios, se for necessário, para garantir aquilo que nós pactuamos lá atrás. Pactuamos dois, três anos atrás, e, agora, esse pacto não vale mais. Então, tudo aquilo que nós organizamos e planejamos fica à mercê do Senador de plantão. Enfim...

Ainda, regulamentação dos mecanismos de reajuste do piso de forma sustentável e que assegure a valorização contínua de todos os profissionais de educação. A instalação de um fórum permanente para acompanhar a atualização do piso do magistério e mediar os conflitos que acabam acontecendo lá na ponta, nos Municípios. A implantação da Política Nacional de Formação Continuada para todos os profissionais da educação – de outros segmentos que não somente os do magistério. Hoje, está muito na pauta a política de formação de professores, mas o próprio funcionário, por exemplo, está parado desde quatro anos atrás, e a gente não conseguiu avançar nessa política. Sobre a implementação do Sistema Nacional de Educação, já estamos dialogando. Fizemos o Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação na Bahia, agora, no mês passado, e trouxemos este tema à pauta. A regulamentação do regime de colaboração aqui já elencado, também, e a aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional.

Para finalizar, quero, mais uma vez, agradecer aqui, Senadora Fátima, o convite e a oportunidade de podermos estar aqui dialogando sobre esse primeiro ano do Plano de Vigência Nacional e dizer que os dirigentes municipais de educação – vou reafirmar aqui o que já disse antes – estão todos empenhados em garantir qualidade da educação pública, planos de carreira, piso, inclusão e justiça social no seio das escolas públicas.

Agora, ou nós fazemos isso de maneira coletiva e conjunta, ou o nosso País vai ficar, daqui a dois ou três anos, reavaliando aquilo que ainda não fez. Os desafios são imensos, mas a vontade de trabalhar pela educação pública do nosso País é muito grande, e nós estamos juntos nessa perspectiva e nessa luta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Queremos saudar o André pela sua participação, aqui falando em nome da Undime, que todos nós reconhecemos também. A Undime congrega os dirigentes municipais de ensino, de educação de todo o País e, portanto, é uma entidade que tem tido, claro, uma presença muito marcante, uma presença muito atuante na luta em defesa da educação.

Eu quero só rapidamente dizer a André que a gente comunga de todas essas suas preocupações. A gente tem conversado e discutido muito com a Undime.

Nós estamos, inclusive, encerrando aqui no Senado Federal um ciclo de debates programáticos tendo como pano de fundo o novo Plano Nacional de Educação e, ao mesmo tempo também, dialogando com a questão do Fundeb, uma vez que a sua vigência está prestes a terminar. Exatamente por isso, nos antecipamos a esse debate já pensando em um novo Fundeb. Fizemos já duas audiências e ainda faltam duas, porque, é claro, como já disse o André aqui, não passa pela cabeça de ninguém acabar com o Fundeb; muito pelo contrário: nós queremos a manutenção do Fundeb, mas, fazendo a sua devida reformulação.

Eu vou passar para Binho... Temos conversado com o MEC e, inclusive, chamado a atenção sobre aquilo que nós estamos trabalhando aqui na Comissão de Educação do Senado, que é a reformulação do Fundeb, e, dentro dessa reformulação do Fundeb, algo que para nós é inadiável e que tem de ser feito é ampliar a participação financeira da União. (*Palmas.*)

O Governo Federal destinar, sim, uma participação financeira maior junto aos Estados e aos Municípios justamente para fazer frente às prerrogativas e às obrigações de natureza constitucional que têm os Municípios e os Estados frente à questão da educação.

Eu vou passar a palavra agora, imediatamente, ao Prof. Binho Marques, que é o nosso Secretário de Articulação com o Sistema de Ensino. Mais uma vez, Binho, agradeço a sua presença.

O SR. BINHO MARQUES – Eu é que agradeço. Boa tarde aos amigos e amigas aqui presentes.

Quero, inicialmente, parabenizar a Senadora Fátima Bezerra, que todos conhecem muito bem, nossa militante já desde os congressos e movimentos no Rio Grande do Norte. Grande parte de todas as conquistas que nós temos têm sempre a assinatura da Senadora, que está bravamente no comando desta Mesa a essa hora ainda, apesar da fome e do cansaço de todos nós. Então, eu quero, ao mesmo tempo, estender aqui este reconhecimento a todas as entidades que até a essa hora estão aqui presentes.

Como o tempo é curto, eu não vou citar todos, mas eu quero cumprimentar o meu querido amigo Heleno, que está aqui ao meu lado, como Coordenador do Fórum Nacional de Educação, que eu creio que representa a todos neste momento.

Senadora Fátima, acredito que momentos como este devem repetir-se inúmeras vezes durante toda essa década. Depende muito da nossa mobilização fazer com que o PNE saia do papel. Nenhum de nós achou que seria moleza, nenhum de nós achou que, aprovado o PNE, os nossos problemas estariam resolvidos. Nunca na história de cada um aqui... Conheço grande parte, praticamente todos os que estão aqui presentes, e nenhum de nós está iniciando no dia de hoje essa trajetória de luta pela educação. São militantes, cada um na sua área, cada um carregando a sua bandeira, e nenhum dos presentes aqui achou que seria fácil.

Aprovar o PNE foi uma grande conquista, mas a grande luta mesmo é fazer com que esse PNE seja efetivo. Nós tivemos planos anteriores cujo resultado foi pífio.

Todos nós sabemos disso. E estamos agora, neste momento representativo, em que nos reunimos depois de um ano de vigência do Plano Nacional de Educação.

Então, isso é muito importante. Este momento é simbólico e é também de reflexão e de recarregar baterias para um processo que ainda tem mais nove anos pela frente. Depois desses nove anos, teremos outro plano decenal, porque temos um plano decenal diferente dos anteriores; é um plano decenal que está na Constituição. Assim, este é o primeiro de uma série de planos que têm uma obrigação constitucional. Diferentemente do Plano de 2001, que era uma exigência transitória da LDB, diferentemente do plano lá com o Ministro Hingel, em que tivemos um avanço no acordo nacional, mas que, na prática, efetivamente não vingou porque tinha uma fragilidade enorme, que era a de ser apenas um acordo nacional, um acordo internacional que nasceu em Jomtien.

Então, este é um plano diferente. Mesmo tendo as garantias constitucionais, mesmo havendo uma vinculação de recursos a esse plano, mesmo esse plano vinculado a um sistema nacional de educação, é um plano que não vai acontecer naturalmente. Nós não teremos nenhum resultado de graça; esse resultado depende, claro, da mobilização de todos nós, dos militantes que estão no Governo, dos militantes que estão nos Conselhos Municipais de Educação, dos militantes nos Conselhos Estaduais de Educação, nos Fóruns de Educação que estão Municípios, nos Estados, no Fórum Nacional de Educação, enfim, de todos nós.

Vocês viram aqui a fala do Ministro e, em muitos aspectos, vocês perceberam proximidade entre a fala do Ministro e de todos os que falaram aqui na Mesa. Eu gostaria de ressaltar alguns pontos. Trouxe para vocês alguns elementos que, na minha opinião, são fundamentais para a nossa luta; são fundamentais para que esse plano não seja mais um plano. E, nesse sentido, eu gostaria de discordar de algumas avaliações que tendem a dizer que, em um ano de plano, nada saiu do papel.

Eu não vejo de maneira alguma como vamos conseguir continuar tendo vitórias, como nós vamos continuar fortalecendo nossos movimentos se não valorizarmos as nossas vitórias ao mesmo tempo em que reconhecemos os desafios que ainda temos. É tarefa de todos nós, é tarefa do movimento social, é tarefa de quem está no Governo com compromisso com a educação, em qualquer uma das esferas, é tarefa de todos nós ter uma visão que possa ter uma totalidade da situação em que está o Plano Nacional de Educação, os planos estaduais e os planos municipais de educação.

Sem essa totalidade, se a gente continuar tendo um trabalho de autoflagelo, ou então tentando ressaltar só as notícias negativas, para que a gente possa ter espaço em uma determinada mídia, isso não contribuirá com ninguém, não contribuirá com nós mesmos. Eu devo aqui, enfaticamente, reconhecer vários problemas que foram colocados nesta Mesa. São muitos, inúmeros problemas que foram colocados nesta Mesa e que precisam ser superados por todos nós, mas não reconhecer os avanços que são fruto dessa nossa conquista eu acho que é algo que não contribui para ninguém.

O primeiro aspecto que eu gostaria de ressaltar... Eu pediria, se for possível, que se colocasse naquela tela ali também para que todos possam ver. Algumas pessoas que estão aqui do lado esquerdo que não têm como observar aqui na tela a apresentação. É possível projetar ali também a apresentação? (*Pausa.*)

Eu agradeço.

Bom, o primeiro aspecto que eu quero ressaltar é que todos nós somos militantes de longa data da educação. Acompanhamos os planos anteriores e acompanhamos o comportamento do Ministério da Educação. Todos sabemos da oscilação que há no Ministério da Educação com mudanças de ministros e oscilação mesmo sem alteração de ministro, com as alterações de humor de ministro, com a criatividade excessiva de ministro, por ausência de um plano de Estado. A ausência de um plano de Estado faz com que muitos ministros amanheçam de um dia para o outro com ideias novas, já se esquecendo do que apresentaram no dia anterior.

Eu tenho uma longa convivência com o Ministério da Educação: fui Secretário Municipal de Educação durante quatro anos, Secretário de Estado durante oito anos e fui Governador do meu Estado por mais quatro anos. Então, a relação com o Ministério da Educação é de longa data; vem desde 1993. E, nesse período, eu nunca vi um Ministério da Educação mobilizado com um plano de Estado.

E o primeiro aspecto que eu quero ressaltar da conquista desse plano nesse primeiro ano – e aí eu não posso dizer de maneira alguma que nada saiu do papel – é que o Ministério da Educação, desde o Ministro Paim, fez com que todas as suas ações fossem alinhadas com o Plano Nacional de Educação. Isso pode parecer para alguns pouca coisa, mas, na minha compreensão, um Ministério da Educação que começa a observar seus programas, seus projetos, no sentido de ver o que essencialmente foi reivindicado pela sociedade, o que efetivamente foi aprovado pelo Congresso, e é um plano de Estado, deve, sim, ser a prioridade.

E, nessa maneira, o Ministério da Educação não só fez com que o PPA fosse escrito e definido conforme as metas do plano, mas estruturou um sistema com plano tático operacional para cada uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação.

Isso é uma mudança tremenda no comportamento do Ministério da Educação.

O que vocês estão vendo são várias colunas, e cada coluna é uma secretaria do Ministério da Educação, ou uma autarquia. E temos, na vertical, as metas do plano.

Sabemos exatamente qual secretaria está relacionada a cada uma das metas, o que deve fazer, com quem vai fazer e que recurso deve ser acionado para que essas metas aconteçam.

Esse plano tático operacional não é um plano de gaveta. Esse plano é administrado pela Secretaria Executiva do Ministério da Educação, que chama regularmente para a reunião os secretários, os presidentes das autarquias para prestarem conta do trabalho do Ministério da Educação com relação ao Plano Nacional de Educação.

Hoje, pela manhã, nós nos reunimos discutindo algumas metas fundamentais que já têm de acontecer no ano que vem. Esse Plano Nacional de Educação, diferente de planos anteriores, tem muito claramente metas intermediárias, que nos obrigam já no ano que vem, por exemplo, a ter de enfrentar algo que parece simples, mas não é, que é a universalização do atendimento de quatro a dezessete anos.

Ali há outro quadro, que é acompanhado pelo Ministério da Educação, vendo qual o rendimento de cada secretaria – o que está sendo feito, se reuniu, se não reuniu, se alocou os recursos necessários para realizar suas atividades.

Outro aspecto que não podemos deixar de considerar é o trabalho realizado, de mobilização, de construção, de adequação dos Planos Municipais e Estaduais de Educação. Dizer que há planos feitos por consultores que não conhecem a realidade, dizer que há planos que foram feitos sem ouvir a sociedade, dizer que planos foram atropelados em ambientes de assembleias legislativas e câmara municipais, disso nós sabemos plenamente. Temos plena consciência disso. Isso de fato aconteceu.

Eu duvido que alguém nesta sala tivesse a ilusão de que nós teríamos todos os 5.570 Municípios com seus planos democraticamente discutidos. Isso só acontece com muita luta. Isso só acontece mudando uma lógica e até uma cultura clientelista, caudilhista que existe em muitos Municípios.

Então, é tarefa nossa continuar lutando por isso. É tarefa nossa denunciar que nós tivemos planos municipais de educação, planos estaduais de educação que foram, de fato, atropelados. É nossa tarefa denunciar e lutar para que isso não aconteça, mas é nossa tarefa também reconhecer que nós tivemos muitos planos discutidos profundamente. Tivemos muitos planos que são resultado de um debate democrático. E nós tivemos agora um resultado que nunca se viu, graças a uma rede de assistência técnica e a um trabalho coordenado. Tivemos uma articulação entre o Ministério da Educação, o Conselho de Secretários Estaduais de Educação, a União dos Dirigentes Municipais de Educação, o Conselho Nacional de Educação, o Fórum Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação e, posteriormente, o Fórum Nacional de Educação. Isso é novo. Isso nunca aconteceu, isso eu nunca vi. Desde 1993 para cá que eu tenho uma militância na gestão de educação, e eu nunca vi isso. Essa articulação aconteceu dois anos antes da aprovação do Plano Nacional de Educação.

Então, nós temos de observar que esse trabalho resultou nisso. Esse trabalho tem falha? Tem, e tem muita falha. Há dificuldades? Sim. Houve debates democráticos em todos eles? Não. Mas o resultado que se tem é incomparável com o que tínhamos no passado.

O meu primeiro Plano Nacional de Educação fiz lá em 1993 como Secretário do Município de Rio Branco. Lá, em 1993, não tinha a participação do MEC orientando ninguém, não havia uma articulação nacional, não havia planos territorializados. Eram planos de rede. Não eram complexos como esses planos.

Nós não tínhamos uma articulação como a do Fórum Nacional de Educação, acompanhando como as coisas aconteceram e brigando por isso.

Por que tivemos toda essa crise da tal chamada ideologia de gênero? Porque os planos são reais; se esses planos fossem planos de gaveta, como no passado, em que pouquíssimos entraram numa Câmara Municipal – pouquíssimos entraram numa Câmara Municipal... Hoje, se não me engano, não estou enxergando direito, temos 4.686 planos sancionados. Alguns desses planos, e muitos deles, não foram debatidos plenamente com a sociedade, mas temos de reconhecer que são leis municipais agora e que, na grande maioria, eles estão

colocando a universalização de quatro e dezessete; estão colocando a ampliação do atendimento de creche; estão assumindo o compromisso que os prefeitos agora têm de assumir, porque é lei. São planos de dez anos nos Municípios. Isso é uma mudança que temos de reconhecer. De alguma forma, mesmo com a fragilidade desses planos, temos um Pacto Federativo acontecendo.

O Plano Nacional de Educação se reflete nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais. Isso nunca tivemos, e não podemos dizer que nada aconteceu para satisfazer um jornal como *O Globo*, para satisfazer uma grande imprensa que quer dizer que nada está acontecendo. Não podemos deixar de reconhecer as nossas conquistas; são conquistas de vocês, das entidades que estão aqui presentes; são conquistas de todos nós. Isso não é conquista do Ministério da Educação, e não foi de graça.

Uma rede de 300 pessoas acompanhou e ajudou as prefeituras a realizar isso. Um grande número conjunto de fóruns municipais de educação, de conselhos municipais de educação, de conselhos estaduais de educação participaram também desse debate. Sindicatos envolveram-se em muitos lugares e não são desprezíveis.

Este é um resultado significativo; o resultado dos Estados também é significativo. Isso significa que, daqui para frente, vamos poder cobrar não só a Lei nº 13.005, que é a lei nacional do plano...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BINHO MARQUES – ... mas vamos poder cobrar também dos Estados e dos Municípios que isso aconteça. Teremos também os órgãos de controle apoiados em leis municipais e estaduais, para que isso também possa acontecer.

Também não podemos deixar de considerar um aspecto extremamente importante que está no art. 5º da Lei 13.005, que é o papel de monitoramento do Plano Nacional de Educação por esta Casa, pelas Comissões de Educação do Senado e da Câmara, pelo Fórum Nacional de Educação, pelo Conselho Nacional de Educação.

O Inep está fazendo a sua parte no sentido de se preparar para que possa reunir as informações necessárias no tempo certo, com a veracidade necessária e com o compromisso necessário também para que essas instâncias possam acompanhar o Plano Nacional de Educação.

O que tivemos no passado? Planos que, depois de dez anos, foram observados e avaliados sem a condição de um acompanhamento permanente. Já temos, produzido pelo Inep, o que se chama linha de base. A linha de base apresenta a situação da educação nacional como estava lá, no dia 24 de junho de 2014, quando esse plano foi sancionado; e, por isso, posteriormente, publicado no dia 25.

Essa linha de base é fundamental para o trabalho de avaliação que será feito pelo Fórum e pelo Legislativo no acompanhamento, junto com o Conselho Nacional de Educação. Isso está pronto, e, em função disso, alterações no censo, para que possamos acompanhar o plano ao longo dos dez anos; para que possamos acompanhar os resultados dos Municípios, dos Estados e do próprio Governo Federal.

E, neste momento, está sendo trabalhada a assistência técnica, para que os Municípios, os Estados, possam fazer, à semelhança do Plano Nacional de Educação, com que os fóruns municipais, o Conselho Municipal de Educação e a câmara municipal sejam também instâncias de acompanhamento dos planos municipais. E, da mesma forma, o Estado, para que a assembleia legislativa, o conselho estadual de educação, o fórum estadual de educação, também possam monitorar. Nesse sentido, o Portal Planejando a Próxima Década está se transformando para ser um portal de apoio para as entidades da sociedade, para que possamos ter um maior controle social sobre a execução dos planos municipais e estaduais de educação.

Muitos falaram aqui sobre a política nacional de formação dos profissionais da educação e tenho a impressão de que alguns que falaram sobre esse assunto não leram a Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação, que está no Portal do MEC para consulta pública.

Muito provavelmente, o que tivemos foi uma confusão entre as diretrizes do Conselho Nacional de Educação, que trata da formação da licenciatura, formação dos professores da licenciatura; são coisas distintas. O Ministério da Educação, no prazo certo, disponibilizou isso no portal. Está disponível para consulta pública, para críticas, sugestões, emendas.

As críticas feitas aqui pelo Heleno são críticas justas e precisam ser absorvidas, não na política, porque a política já contempla o que foi dito pelo Heleno, mas isso precisa ser contemplado nos programas e projetos para um maior equilíbrio na formação de profissionais do magistério e de profissionais que não são do magistério. Então, a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação não é uma política apenas para o magistério, e isso está no Portal do MEC, disponível para todos, contemplando a Meta 15.

Outro aspecto importante – já foi falado por todos, e o Ministro já falou também – é a Base Nacional Comum. A Base Nacional Comum está sendo construída, e houve, recentemente, uma reunião do Secretário de Educação Básica, Manoel Palacios, com o Heleno, para que o Fórum Nacional de Educação defina uma comissão – creio que até já foi definida essa comissão de entidades – para acompanhar todo o processo da elaboração da Base Nacional Comum. E foi enviado também para o Fórum um conjunto de documentos para que sejam

criticados e avaliados pelo Fórum Nacional de Educação os procedimentos que estão sendo adotados pelo Ministério a respeito da Base Nacional Comum.

Da mesma forma, a Secretaria de Educação Básica já tem uma nota técnica, que será discutida na 1ª Reunião da Instância Permanente de Negociação, sobre as regras, prazos e procedimentos para realização de consulta pública da demanda de famílias por creches, que é um aspecto da maior importância. Há muito desentendimento a respeito disso por parte de alguns Municípios, na compreensão de que, por não ser obrigatório, não é um direito. Então, esse assunto é de primeira ordem, a nota técnica está pronta e faz parte da primeira pauta de reunião da Instância Permanente de Negociação que foi instituída pelo Ministro da Educação.

Outro aspecto extremamente importante, que diz respeito ao financiamento, é toda uma alteração no PAR (Plano de Ações Articuladas), para que o PAR reflita o PNE. Não podemos ter instrumentos paralelos que não reflitam o Plano Nacional de Educação, e, por esse motivo, o PAR permite, agora, em primeiro lugar, que as informações, que antes eram dadas pelo Município, que criavam um série de dificuldades e burocracias para os Municípios, sejam alimentadas automaticamente no PAR. Quer dizer, o Secretário Municipal terá todas as informações do Inep, do Tesouro, alimentados, automaticamente; ele terá ali a situação do seu Município, ou a situação do Estado, automaticamente, para que esse PAR seja com maior qualidade. Da mesma forma, o PAR permite uma possibilidade de maior interação entre Municípios, Estados, também ressaltando os preceitos constitucionais de que os Estados também têm um papel supletivo para apoiar os Municípios, especialmente na educação infantil, pois é uma responsabilidade de todos nós enfrentar os desafios da educação infantil.

Há um conjunto de alterações profundas sendo realizadas, alterações importantes sendo realizadas no PAR. o que também será apresentado para o debate antes da sua consolidação.

Sobre o CAQ. O Ministério da Educação tem total compreensão do significado do conceito do CAQ. O Custo Aluno-Qualidade é estruturante do Sistema Nacional de Educação. Esse posicionamento é claro do Ministério da Educação. O fato de o Ministério da Educação não ter homologado a Resolução nº 8, de 2010, diz respeito especialmente ao reconhecimento de que este é um tema muito caro. Não podemos simplesmente homologar uma resolução para dizer que homologamos e não cumprirmos uma resolução. O Ministério da Educação tem extrema responsabilidade, para que o Custo Aluno-Qualidade seja um elemento de equalização da educação nacional.

Toda a nossa compreensão da leitura da LDB, da leitura da Constituição e da compreensão de que um país federativo, necessariamente, traz desigualdades, ela precisa ter algum mecanismo de compensação.

E o CAQ, para o Ministério da Educação, é um tema precioso e importante. O Ministério da Educação tem um grupo técnico que está trabalhando e uma agenda para ouvir as entidades da sociedade, as pessoas que trabalharam não só no Inep no período de 2002, quando se iniciaram os estudos sobre o CAQ, mas, especialmente, as entidades que trabalharam fora do governo para que esses estudos fossem feitos.

Já foi disparado convite a todos para essa agenda – creio que boa parte dos que estão aqui presentes vão participar do debate –, para que o Ministério da Educação possa reunir as informações e, aí sim, realizar um grande e amplo debate com audiências públicas sobre o Custo Aluno-Qualidade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – alguns não se lembram ou não tem a informação de que, praticamente junto com o Plano Nacional de Educação, o Ministério da Educação encaminhou também um projeto de lei da Lei de Responsabilidade Educacional. Esse projeto de lei – é bom ressaltar – não só abria mais condições para uma ação civil pública vinculada à educação, mas tinha uma profunda preocupação, para que a Lei de Responsabilidade Fiscal não fosse simplificada e empobrecida com uma vinculação ao Ideb.

Nós sabemos que o Ideb não é resultado de uma ação isolada de um gestor, ou de um secretário de educação, ou dos professores, ou dos pais de alunos. O Ideb é um resultado complexo, e nem sempre a melhoria do Ideb significa uma boa gestão da educação. Às vezes, a queda do Ideb significa até que o gestor realizou um bom trabalho, realizando a inclusão social, levando para a escola os deficientes que não estavam presentes, os excluídos de toda sorte. Então, o Ministério da Educação teve a preocupação, lá em 2010, para que isso não acontecesse.

Hoje, nós temos 23 – se eu não me engano – projetos de lei de responsabilidade educacional. E o Ministério da Educação sempre teve uma posição clara sobre esse assunto. E nós compreendemos mais: nós achamos que a regulamentação do art. 23 da Constituição é a verdadeira responsabilização. Esse é o posicionamento do Ministério da Educação, e acredito que esse item já poderia ter avançado.

Um aspecto importante é a instituição do Fórum Permanente de Acompanhamento do Piso Salarial, tão reclamado, prometido pelo Presidente Lula – a criação de uma mesa de negociação. E temos a certeza de que esse fórum pode caminhar para isso; desse fórum, nós já solicitamos o nome dos representantes, e, no mês que vem, ele será instalado já com uma agenda de trabalho e a aprovação de um instrumento, de um regimento interno para o seu funcionamento. Acredito que ele vá permitir uma visualização clara de quais Municípios e

Estados cumprem e não cumprem a lei do piso e nos permitirá também avançar no sentido da valorização dos profissionais da educação.

Junto com isso, nós temos uma rede de assistência técnica praticamente desenhada, para que nós possamos melhorar os planos de carreira no Brasil inteiro. Na terça-feira, nós vamos validar um *software*, um sistema de simulação dos planos de carreira. Isso, com certeza, vai fazer com que muitos Municípios possam ter um melhor equilíbrio entre a sustentabilidade e a valorização dos seus profissionais.

Outra instância fundamental estruturante da nossa agenda de instituição do Sistema Nacional de Educação é, sem dúvida nenhuma, a instância permanente de negociação federativa. E, na portaria, está muito claro. O fato de ser uma portaria é porque nós temos um ano para instituir o Sistema Nacional de Educação. E nós acreditamos nisso. Essa instância e todas as demais instâncias, como a do piso, devem ser elementos constitutivos do Sistema Nacional de Educação em lei. E a portaria é uma situação transitória explicitada na própria portaria. Ela diz claramente que a instância é parte da construção do Sistema Nacional de Educação e, por isso, o instrumento da portaria.

Essa instância já tem uma pauta grande. Entre elas, a da pré-escola, a pauta da discussão da Base Nacional Comum, e é o momento em que os gestores das três esferas do Governo irão negociar, como nunca aconteceu antes, a estruturação dos programas, para que eles estejam em consonância com o Plano Nacional de Educação, fato também – devo ressaltar – raríssimo na história da educação nacional.

Por fim – a Senadora Fátima está me cutucando aqui insistentemente para concluir –, eu devo dizer que todas essas ações têm uma relação clara, precisa, com o Sistema Nacional de Educação.

Meus queridos amigos e amigas, perdoem-me pelo tempo que eu tomei de vocês. Mas eu quero dizer a vocês que a nossa principal bandeira é o Sistema Nacional de Educação. Não adianta fazer leis pulverizadas, ações pulverizadas incoerentes, que fazem com que a nossa educação tenha resultados como nós temos hoje. O investimento na educação realizado desde o Presidente Lula para cá é enorme, e os resultados não têm a mesma consonância com o investimento. O Sistema Nacional de Educação irá organizar a educação nacional, sem dúvida nenhuma, para que possamos ter uma educação muito mais efetiva.

Eu peço encarecidamente a todos que leiam o documento sobre o Sistema Nacional de Educação aprovado pelo Ministro Janine, que está disponível na página do nosso Portal Planejando a Próxima Década. O Sistema Nacional de Educação está no nosso art. 13 da Lei nº 13.005, e nós temos um ano para instituí-lo. Então, todo o nosso debate, todas as nossas ações precisam ter coerência com esse plano.

Recentemente, um artigo assinado por três senhores rebateu veementemente o Sistema Nacional de Educação, inclusive o Plano Nacional de Educação. Gostaria que vocês aqui presentes, lideranças da educação, também acompanhassem essa luta, essa disputa que tenta inviabilizar não só o Plano Nacional de Educação, mas a instituição do Sistema Nacional de Educação. Precisamos estar unidos para isso e não buscando meios para encontrar discordância onde, às vezes, não existe. Essa é a nossa luta e a luta de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom, queremos agradecer a Binho Marques. Na verdade, Binho, eu estava, enfim, colocando a questão do tempo, porque, dando continuidade ao nosso dia de mobilização em prol da realização das metas do PNE, nós ainda temos uma agenda: nós vamos agora à Presidência do Senado.

Mas eu queria, de forma muito breve, aqui dizer o seguinte: nós vimos aqui hoje a participação do Ministro e das entidades. Quero aqui mais uma vez agradecer – viu, Daniel? – a Campanha Nacional pelo Direito à Educação pelo protagonismo cotidiano que tem na luta em defesa da agenda da educação; ao Fórum, por tudo que o fórum simboliza, que já mencionei, Heleno; à CNTE por toda dimensão que tem – é a voz de mais de 2,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras da educação pelo País inteiro; e a André, a voz aqui dos dirigentes municipais de ensino pelo País inteiro; e a voz aqui de Binho, que se somou com a voz do Ministro Janine...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vou chegar lá. Exatamente. Aqui dizendo exatamente do compromisso do Governo, portanto em um debate franco, um debate aberto, um debate em que o que está em debate aqui, literalmente, a causa que nos une aqui é exatamente o quê? A agenda da educação.

E, aqui, ao Parlamento. O Parlamento cumprindo também o seu papel, o seu dever. Vocês viram aqui o quanto de agenda está colocada para o Parlamento brasileiro, na medida em que muitos dos dispositivos que dizem respeito à realização das metas do novo Plano Nacional de Educação terão de ser objeto de lei.

E quem vai fazer as leis? A Casa das leis, que esperamos que seja a Casa do povo, não é? Que esperamos que seja a Casa, inclusive, que escute os educadores, os gestores; escute exatamente a sociedade brasileira, para

que a gente possa exatamente aprovar a legislação complementar, a chamada legislação infraconstitucional, para que realmente avancemos no que diz respeito à realização das metas do novo Plano Nacional de Educação.

E eu quero aqui destacar o que Binho terminou na fala dele: nós não podemos mais, de maneira nenhuma, protelar a legislação que trata do Sistema Nacional Articulado de Educação. Ele é fundamental, é imprescindível para que possamos, sim, estabelecer, Selma, um novo Pacto Federativo entre o Governo Federal, os Estados e os Municípios, levando em consideração não só os aspectos de natureza cooperacional, mas os aspectos de natureza orçamentária, de natureza financeira, para que, enfim, o PNE cumpra com o seu papel e a sua missão.

Eu fico aqui me perguntando como é que nós vamos, Daniel, implementar o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), que é fundamental para realizarmos as outras metas que vão desde a questão da formação do magistério, dos trabalhadores da educação, à questão da melhoria salarial e à questão da expansão. Como implementar o Custo Aluno-Qualidade se nós não tivermos uma vinculação direta com mais financiamento para a educação?

Então, isso passa, Binho, por discutirmos a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso passa por discutirmos... Discutir, não! Passa por aprovarmos a Lei de Responsabilidade Educacional, bem como outros mecanismos.

E passa, neste momento, para encerrar, por estarmos muito atentos, para que não tenhamos retrocesso.

Na verdade, hoje, falar de PNE, falar de pré-sal e falar de petróleo é necessário, sim, porque o Projeto de Lei nº 131, de autoria do Senador José Serra, que tramita no Congresso Nacional neste exato momento, que pretende flexibilizar a lei que instituiu o regime de partilha, se aprovado, trará consequências drásticas para a educação brasileira.

Por que ele trará? Porque ele fragiliza um dos focos centrais do novo Plano Nacional de Educação, que é o seu financiamento, aquilo que a gente conquistou com muita luta, que foi consignar na legislação que, até 2024, o Estado brasileiro tem de garantir 10% do PIB para a educação. E nós sabemos que o regime de partilha não é o que vai resolver tudo, mas ele é muito importante, na medida em que garantirá os 50% do Fundo Social do Pré-Sal, para compor, para ajudar no financiamento e no orçamento que se faz necessário para realizarmos as metas do novo Plano Nacional de Educação.

Então, nós temos que estar muito atentos a esse debate. Pode parecer frase de efeito, mas nós temos que ter bem claro que o pré-sal é nosso e que o pré-sal é da educação dos nossos jovens e das nossas crianças. (*Palmas.*)

O pré-sal é do presente e do futuro da educação brasileira! Aqui, temos um debate que diz respeito aos interesses da Nação, aos interesses do Estado brasileiro.

Por fim, quero aqui, mais uma vez, agradecer a todos vocês, ao comitê da campanha que veio de todo o País, a todas as entidades, aos professores, especialistas, aos nossos convidados. Quero dizer de forma muito clara que nós estamos aqui cumprindo o nosso papel, até porque é dever do Congresso Nacional, segundo a própria legislação, acompanhar, monitorar e avaliar o Plano Nacional de Educação.

Então, nós estamos aqui, Daniel e Binho, no exercício pedagógico de avaliar, de refletir, de monitorar. E vamos fazer isso com toda a frequência, inclusive, Heleno, que a lei estabelece, para que, desta forma, todos unidos, possamos contribuir para que o novo Plano Nacional de Educação não vire uma bela carta de intenções, mas, muito pelo contrário: para que esse Plano Nacional de Educação se torne, na verdade, uma carta de ações práticas, de realizações exitosas em prol da expansão, do fortalecimento e da melhoria da qualidade da educação no nosso País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Está encerrada a presente audiência.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 49 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JULHO DE 2015.

Às doze horas e vinte e seis minutos do dia oito de julho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Ivo Cassol, Simone Tebet, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Antonio Anastasia, Dalirio Berger, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Eduardo Amorim, Regina Sousa, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Ana Amélia e Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gladson Cameli, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Wilder Morais, Alvaro Dias, Blairo Maggi e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguin-

do, o Senhor Presidente, Senador Romário, comunica que a reunião será dividida em duas partes, a primeira tem por finalidade a deliberação de projetos que instituem datas comemorativas, nos termos da Decisão nº 3-CE; e a segunda, será destinada à deliberação de projetos diversos. Logo após, a presidência informa que as proposições constantes da primeira parte da reunião serão agregadas em bloco para realização de uma única votação. Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Romário, submete à apreciação do plenário a proposta de dispensa da leitura dos pareceres, ressaltando que é facultado a qualquer membro da comissão solicitar destaque para votação em separado de qualquer uma das matérias, segundo o disposto na alínea b, da decisão nº 1-CE. A proposta é aprovada por unanimidade. Logo após, a presidência inicia a deliberação da primeira parte da pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Davim, que "Institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é dada como lida e a discussão iniciada, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior votação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a deliberação de projetos terminativos. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Angelo Vanhoni, que "Institui o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil". O relator designado é o Senador Hélio José e o parecer é favorável, nos termos do substitutivo oferecido. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior votação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a deliberação de projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Senador Romário, registra a presença para acompanhar a presente reunião do Excelentíssimo Senhor Embaixador da Ucrânia no Brasil, Rostylav Tronenko. Em seguida, a Presidência passa a deliberação dos itens não terminativos com pareceres favoráveis, a serem votados em bloco, de acordo com a Decisão nº 3-CE. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Luiza Erundina, Arnaldo Jordy, Érika Kokay, Jean Wyllys, Domingos Dutra, Chico Alencar, Janete Capiberibe e LuizCouto, que "Inclui o Dia Internacional do Direito à Verdade no calendário nacional de datas comemorativas". O relator designado é o Senador Donizeti Nogueira e o parecer favorável é aprovado. **Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Acelino Popó, que "Institui a data de 18 de janeiro como o Dia Nacional do Krav Maga". O relator designado é o Senador Roberto Rocha e o parecer favorável é aprovado. **Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria dos Deputados Jean Wyllys, Jandira Feghali, Mara Gabrilli e Rosinha da Adefal, que "Institui o Dia Nacional do Teatro Acessível: Arte, Prazer e Direitos". A relatora designada é a Senadora Marta Suplicy e o parecer favorável é aprovado, com a emenda nº 1-CE. **Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Roberto de Lucena, que "Institui o dia 24 de maio como o Dia Nacional do Metodismo Wesleyano". O relator designado é o Senador Eduardo Amorim e o parecer favorável é aprovado. **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria dos Deputados Rosane Ferreira e Leopoldo Meyer, que "Institui o dia 9 de fevereiro como o Dia Nacional do Cerco da Lapa". O relator designado é o Senador Hélio José e o parecer favorável é aprovado. **Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Paulo Rubem Santiago, que "Institui o Dia do Palhaço no calendário das efemérides nacionais". A relatora designada é a Senadora Fátima Bezerra e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo, a presidência passa à deliberação da segunda parte da pauta. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, requer, oralmente, a inversão de pauta para deliberação dos Itens 8 e 9 (Extrapauta), o que é aprovado, passando a presidência dos trabalhos à Senhora Senadora Maria do Carmo Alves. **Extra-Pauta, Item 8: Requerimento nº 74/2015-CE**, de autoria do Senador Romário, que requer "(...) nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Audiência Pública, aprovada por meio do Requerimento nº 66, de 2015 - CE, de minha autoria, aprovado em 16 de junho de 2015, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2014, de autoria do Deputado Newton Lima que 'Altera o art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para garantir a liberdade de expressão, informação e o acesso à cultura', seja dispensada para agilizar a tramitação da matéria". O Requerimento é aprovado. Ficam prejudicados os Requerimentos nº 66/2015-CE (aprovado em 16/6/2015) e nº 70/2015-CE (Item 3). O Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2014, volta a tramitar e encontra-se em condições de ser deliberado. **Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Newton Lima, que "Altera o art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para garantir a liberdade de expressão, informação e o acesso à cultura". O relator é o Senador Romário e o parecer favorável, com as Emendas nº 1-CE e nº 2-CE, é aprovado. Retorna à presidência dos trabalhos o Senhor Senador Romário. Ficam adiadas as seguintes matérias da segunda parte da pauta: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2013; Item 4: Requerimento nº 68/2015-CE; Item 5: Requerimento nº 72/2015-CE; Item 6: Requerimento nº 67/2015-CE; e Item 7: Requerimento nº 71/2015-CE**. Nada mais havendo a tratar, O **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às quinze horas

e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romário,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação desta ata.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Como é de praxe e como disciplina a Decisão nº 3 desta Comissão, a primeira parte da reunião de hoje tem como objetivo a deliberação de projeto que institui datas comemorativas. Encerrada a primeira parte, passaremos à deliberação de outras proposições elencadas na segunda parte da pauta.

Como temos procedido nos últimos anos, submeto ao Plenário proposta de dispensa de leitura dos pareceres oferecidos aos projetos que instituem datas comemorativas.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Ressalto que é facultado a qualquer membro Comissão solicitar destaque para votação em separado de qualquer uma das matérias, segundo o disposto na alínea "b" da Decisão nº 1 desta Comissão.

Passamos à pauta.

Item nº 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2014
- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril.
Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, de 2011
- Terminativo -

Institui o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil.
Autoria: Deputado Angelo Vanhoni
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Favorável, nos termos do substitutivo oferecido.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, de 2014
- Não terminativo -

Inclui o Dia Internacional do Direito à Verdade no calendário nacional de datas comemorativas.
Autoria: Deputada Luiza Erundina
Relatoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatório: Favorável

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, de 2014
- Não terminativo -

Institui a data de 18 de janeiro como o Dia Nacional do Krav Maga.
Autoria: Deputado Acelino Popó
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Favorável

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, de 2014
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Teatro Acessível: Arte, Prazer e Direitos.
Autoria: Deputado Jean Wyllys e outros
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, de 2014
- Não terminativo -

Institui o dia 24 de maio como o Dia Nacional do Metodismo Wesleyano.
Autoria: Deputado Roberto de Lucena
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Favorável
Observações:
1- Matéria a ser votada em bloco.
2- A matéria será apreciada pelo Plenário.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, de 2014
- Não terminativo -

Institui o dia 9 de fevereiro como o Dia Nacional do Cerco da Lapa.
Autoria: Deputada Rosane Ferreira e outros
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Favorável
Observações:
1- Matéria a ser votada em bloco.
2- A matéria será apreciada pelo Plenário.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, de 2014
- Não terminativo -

Institui o Dia do Palhaço no calendário das efemérides nacionais.
Autoria: Deputado Paulo Rubem Santiago
Relatoria: Senadora Fátima Bezerra
Relatório: Favorável
Observações:
1- Matéria a ser votada em bloco.
2- A matéria será apreciada pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Como não há quórum para serem votados os itens 1 e 2, passaremos à segunda parte. Na verdade, itens não terminativos.

Passaremos, agora, à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com os pareceres dos itens 3 a 8, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Passaremos, agora, à segunda parte.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2010
- Terminativo -

Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.
Observações:
1- Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto, e outra para as emendas.
2- Na reunião do dia 12/5/2015 foi concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 dias. Não foram apresentadas manifestações por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O Relator não se encontra presente no momento.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos fumígenos nos parques infantis e nas áreas de prática esportiva.
Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Favorável
Observações:
A Matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, cabendo à ultima a decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O Relator também não se encontra presente.

Gostaria de submeter às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores a inversão de pauta.

Itens 8 e 9, extrapauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Gostaria de chamar à mesa a Senadora Maria do Carmo e passar a Presidência a ela, para que eu possa ler o meu relatório, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Extrapauta, item 8, o Requerimento da Comissão de Educação nº 74, de 2015.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Com a palavra, o autor, o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Presidente, e a todos aqui presentes.

Farei um resumo da análise do relatório do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2014, de autoria do Deputado Newton Lima.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 74, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Audiência Pública, aprovada por meio do Requerimento nº 66, de 2015 - CE, de minha autoria, aprovado em 16 de junho

de 2015, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2014, de autoria do Deputado Newton Lima que "Altera o art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para garantir a liberdade de expressão, informação e o acesso à cultura", seja dispensada para agilizar a tramitação da matéria.
Autoria: Senador Romário
Relatoria:
Relatório:
Observações:
Sendo aprovado o requerimento, ficam prejudicados os requerimentos nº 66 e 70, de 2015. A matéria fica em condições de ser deliberada.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Ficam prejudicados os Requerimentos nº 66 e 70, de 2015.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2014
- Não terminativo -

Altera o art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para garantir a liberdade de expressão, informação e o acesso à cultura.
Autoria: Deputado Newton Lima
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.
Observações:
A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e posteriormente, será apreciada pelo Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Passo a palavra ao Relator, Senador Romário, para a leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Resumo da análise do relatório do Projeto de Lei nº 42, da Câmara, de 2014, de autoria do Deputado Newton Lima, que altera o art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para garantir a liberdade de expressão, informação e o acesso à cultura.

A proposição pretende restringir a possibilidade, estabelecida no art. 20 do Código Civil, de que uma pessoa, por se julgar atingida em sua honra, boa fama ou respeitabilidade ou por atribuir a essas ações fins comerciais, obtenha a proibição da divulgação de seus escritos ou de sua palavra, ou da publicação, exposição ou utilização de sua imagem.

Poderíamos dizer, sem exagero, que está em questão o direito de autoconhecimento da sociedade brasileira. Tal direito não pode excluir, de antemão, fatos biográficos, mesmo que adentrem a esfera pessoal.

Contudo, não podemos definir que toda biografia é positiva, comedida em suas críticas ou bem elaborada em sua atividade investigativa. As restrições à divulgação de fatos da vida privada existem em diferentes graus nos países democráticos, mas nenhuma delas implica a necessidade de autorização prévia para a publicação de biografia.

Vimos no Brasil diversas biografias importantes que foram retiradas de circulação. Também a maior parte das proibições de biografias que se tornaram conhecidas no País foram resolvidas por um acordo econômico, o que nos leva a concluir que a defesa da honra, da boa fama e da respeitabilidade do biografado pode não ser o verdadeiro motivo para o obstáculo oferecido à divulgação das informações pessoais.

Deve-se frisar de qualquer modo que a defesa da honra e da imagem das pessoas célebres, especialmente diante de calúnias, injúrias, difamações e desrespeito à intimidade e à vida privada é fundamental e deve haver instrumentos que a garantam.

Esses mecanismos estão disponibilizados pela ordem jurídica, quer no âmbito penal, quer na esfera cível. Neste último âmbito, ressaltemos o art. 12 do próprio Código Civil, que prevê a exigência de cessação de ameaça ou de lesão a direito de personalidade (tal como o de honra), juntamente com a reclamação de perdas e danos.

É indispensável mencionar aqui o julgamento recente, pelo Supremo Tribunal Federal, da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.815, que fora proposta pela Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel), com a finalidade de submeter os arts. 20 e 21 do Código Civil a uma interpretação conforme a Constituição, de modo a afastar "do ordenamento jurídico brasileiro a necessidade do consentimento da pessoa biografada [...] (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas) para a publicação ou veiculação de obras biográficas, literárias ou audiovisuais".

Em seu voto, a relatora da ADI, Ministra Cármen Lúcia, lembrou que, hoje, o interesse do público pelas biografias não se restringe àquelas que digam respeito a figuras de destaque e referência, antes se estendendo às de pessoas comuns, amiúde em busca de uma compreensão da forma de viver em determinado momento e em certa comunidade.

Afigura-se, assim, oportuno adequar os termos do PLC nº 42, de 2014, ao entendimento recentemente expresso pelo STF no mencionado julgamento, sob o risco de haver o ajuizamento de novas ações para controle constitucional em abstrato, quiçá, desta feita, questionando o trecho sobre o qual ora nos detemos no exame desta proposição.

Quanto ao §3º ventilado pelo PLC nº 42, de 2014, para o art. 20 do Código Civil, oferece a possibilidade adicional de que se utilizem os juizados especiais, com seus procedimentos simplificados, para a exclusão do trecho que for julgado ofensivo em edição futura da obra, sem prejuízo da indenização e da ação penal pertinentes.

Ora, seria decerto fonte potencial de decisões judiciais contraditórias entre si. Assim, no âmbito dos juizados especiais, o magistrado poderia entender que ocorreu lesão, logo determinando a exclusão de trecho supostamente ofensivo da obra; já na vara cível, outro juiz poderia entender que não teria havido configuração de ofensa alguma e que, por conseguinte, certo pedido de indenização não seria procedente.

Adiante-se, desde logo, que tampouco seria apropriado cogitar o rito sumário para solucionar litígios decorrentes da publicação de biografias não autorizadas. Semelhante norma já nasceria ultrapassada, em razão da promulgação do Novo Código de Processo Civil, que extingue o procedimento sumário naquelas ações propostas a partir de 16 de março de 2016 e para as quais a lei porventura o prescreva.

Em face do exposto, entendemos apropriada a supressão pura e simples do atual teor do §3º proposto pelo art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2014, para o art. 20 do Código Civil.

Por fim, no que se refere à técnica legislativa, deve ser aperfeiçoada a redação da ementa, a fim de adequá-la ao novo teor que ora propomos.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2014, com as seguintes emendas:

Emenda de redação.

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2014:

"Altera o art. 20 do Código Civil, para permitir a divulgação, com finalidade biográfica, de imagens, escritos e informações de toda e qualquer pessoa, independentemente de autorização do biografado."

Outra emenda.

Dê-se a seguinte redação ao art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, na forma do art. 2º do PLC nº 42, de 2014:

"[...] §2º A ausência de autorização não impede a divulgação de imagens, escritos e informações com finalidade biográfica de toda e qualquer pessoa.

§3º Para a divulgação das informações e relatos biográficos de que trata o §2º tampouco é exigível o consentimento de pessoas retratadas como coadjuvantes." (NR)

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Em discussão.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Presidente, Senadora Maria do Carmo.

Gostaria de falar, rapidamente, apenas para cumprimentar o Senador Romário pela clareza, pela objetividade e pela forma republicana, a meu modesto juízo, com que interpretou direitos e garantias fundamentais que estão consagrados na nossa Constituição Federal e que foram, inclusive, alvo de um longo julgamento por parte do Supremo Tribunal Federal, que considerou que os dois direitos fundamentais – tanto o direito à liberdade de expressão quanto ao acesso à informação – podem conviver perfeitamente com o direito à privacidade e ainda concluiu que tanto o Código Penal como o Código Civil tratam adequadamente daqueles que se excedem e fazem da honra alheia uma construção para se autovalorizar.

De modo, Srª Presidente, que o parecer do Presidente, o Senador Romário, está absolutamente em linha com aquilo que decidiu o Supremo Tribunal Federal e revela ainda convicção pessoal do Senador Romário, em relação a estes princípios e valores que são fundamentais e, de igual forma, dá ao nosso País, Senador Romário, a condição de simetria com os países civilizados e democráticos. Não há país civilizado e democrático no mundo que trabalhe com qualquer tipo de censura à expressão e ao acesso à informação, seja ela prévia ou posterior.

A adequação feita e a supressão feita pelo Senador Romário parecem absolutamente adequadas. E a minha breve e modesta manifestação é apenas para cumprimentar o Senador Romário pela qualidade incontestável do relatório que apresenta à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que seguramente merecerá o meu voto, com louvor!

Muito obrigado, Srª Presidente.

Cumprimento, mais uma vez, por fim, o Senador Romário.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Com a palavra, o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É também com muita alegria que quero aqui cumprimentar o nosso Presidente da Comissão, neste momento Relator deste importante projeto. É um projeto que teve uma grande repercussão no Brasil, há tempos, por essa questão das biografias, sobre a qual o Supremo Tribunal Federal se posicionou. E, agora, o nosso Senador Romário muito bem faz a adequação para garantir as expressões, para garantir a liberdade, para que as pessoas possam se colocar e dizer aquilo que é necessário.

Então, quero, Romário, só mesmo parabenizá-lo. Acho que as palavras que o Senador Ferraço muito bem pronunciou aqui representam o sentimento da nossa grande maioria desta Casa. E eu não tenho dúvida de que é isso mesmo.

Quero só registrar a alegria de estar participando desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte e de ter esse relato tão importante do nosso Senador Romário.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Com a palavra, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Presidente, durante bastante tempo no Ministério da Cultura, quando fui Ministra, tivemos essa discussão com vários setores da sociedade. Foram criados grupos com artistas famosos – o Roberto Carlos até esteve presente numa conversa com a Presidenta Dilma.

E a sociedade teve um tempo bastante longo para discutir. Houve inúmeras matérias de jornais. No Supremo, compareci a algumas audiências. E esse projeto amadureceu.

Eu acredito que hoje a maioria da população brasileira vê a liberação das biografias como uma parte do Estado democrático em que hoje nós vivemos. Então, eu comungo com essa ideia também. Acredito que, muitas vezes, essa liberdade não é usada de forma adequada, mas para isto existe a Justiça: para tomar as devidas providências.

Então, quero parabenizar o Senador Romário por essa postura, por esse relatório, e o Senador Ferraço, também, pela sua postura intransigente quanto a essa questão. E acredito que esta Casa terá a mesma posição do Relator.

Era isso.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra o Relator, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Srª Presidente, só para agradecer a palavra dos Senadores Ferraço, Hélio José e também da Senadora Marta. Fico muito feliz de saber que pessoas desse calibre, desse tamanho dentro da nossa sociedade, principalmente dentro do Senado, compartilham comigo essa mesma ideia. Com certeza, hoje, depois de ouvir de V. Exªs o que acabei de ouvir, posso afirmar que, realmente, o trabalho árduo e até um pouco demorado para finalizar esse relatório, tudo isso valeu a pena.

Aproveito também a oportunidade para agradecer a ajuda que tive da assessoria da Casa e da assessoria do meu gabinete.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer, com as Emendas nº 1 e nº 2 da Comissão de Educação.

Devolvo a Presidência ao Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Voltamos agora, então, à primeira parte da pauta.

Voltamos ao item 2:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, de 2011
- Terminativo -

Institui o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil.
Autoria: Deputado Angelo Vanhoni
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Favorável, nos termos do substitutivo oferecido.
Observações:
1- Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.
2- Matéria a ser votada em bloco.

Com a palavra, o Relator da matéria, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria cumprimentar o nosso Senador Romário, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte aqui do Senado Federal; agradecer ao nosso Presidente por ter confiado a mim a relatoria desse importante projeto.

Queria cumprimentar aqui o nosso Embaixador da Ucrânia no Brasil, o Sr. Rostyslav Tronenko; a sua esposa, Embaixatriz Fabiana; e a sua filha, Mariana, que aqui estão presentes nos acompanhando.

Eu queria agradecer aos Senadores aqui presentes: à Senadora Marta, à Senadora Simone, ao Senador Donizeti, à Senadora Maria do Carmo e ao Senador Ferraço, que, inclusive, no ano de 2014, presidiu audiência pública sobre a situação Brasil-Ucrânia e suas relações.

É com muita alegria que passo ao relato desse importante projeto que sela as relações Brasil-Ucrânia, que, no próximo ano, farão a maioridade (21 anos).

Então, vamos ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 134, de 2011 (Projeto de Lei nº 7.221, de 2010, na origem), de autoria do Deputado Angelo Vanhoni.

A iniciativa, de caráter comemorativo, busca instituir o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil, mediante a justificativa de que "hoje, no Brasil, há mais de 500 mil imigrantes (entre ucranianos e seus descendentes), dos quais 90% estão no Paraná", e argumenta que "contamos com a quarta e a quinta gerações, cujo trabalho e dedicação são reconhecidos nas mais variadas áreas".

Encaminhado à CE, em sede de exame terminativo, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise.

Compete à CE, nos termos do que dispõe o art. 102, inciso II, opinar sobre datas comemorativas, como é o caso da presente matéria, e, em atendimento ao comando do art. 91, §1º, inciso IV, do Regimento Interno, decidir terminativamente sobre ele.

Vamos lá, pessoal. Por que a importância desse ato?

As relações do Brasil com a República da Ucrânia abrigam, principalmente, a área de cooperação espacial, nos termos do Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4, de 2003, mediante a utilização da base de Alcântara, no Maranhão. Esse tratado, juntamente com acordos de cooperação celebrados com outros países, possibilitará ao Brasil ingressar no mercado internacional de lançamentos de satélites, graças a sua situação geográfica privilegiada.

Na área da saúde, Brasil e Ucrânia mantêm importante parceria, por meio da qual o País passará a produzir insulina recombinante NPH com transferência de tecnologia do laboratório ucraniano Indar.

No âmbito da cooperação educacional, foi celebrado acordo entre o Centro Estatal de Educação Internacional ucraniano e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), destinado à participação ucraniana no programa Ciência sem Fronteiras.

No dia 25 de outubro de 1995, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia firmaram, em Brasília, um Tratado sobre as Relações de Amizade e Cooperação, posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional, nos termos do Decreto Legislativo nº 101, de 23 de outubro de 1996, e promulgado pelo Decreto nº 2.392, de 20 de novembro de 1997.

Esse importante tratado, além de abrigar os anteriormente mencionados, confirma a bilateralidade de interesses dos dois países, além de sedimentar e de oficializar um processo de integração e de amizade, na prática, já existente desde os fins do século XIX, há mais de 130 anos, com a instalação da primeira leva de imigrantes nas colônias paranaenses de Santo Inácio e Tomás Coelho, nos arredores de Curitiba.

A par de tudo isso, o projeto configura, como se observa, iniciativa das mais alvissareiras, ao buscar fortalecer o estreitamente das relações entre as duas nações. Mérito preliminar, por conseguinte, não lhe falta.

Por se tratar de proposição a ser decidida terminativamente pela CE, cumpre considerar, além do mérito, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, a competência da União para legislar a respeito encontra-se respaldada pelo art. 24, XV, da Constituição da República (CR). Ainda sob esse prisma, não suporta matéria de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, da CR), nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas (arts. 49, 51 e 52 da CR).

Além do mais, a escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Quanto à juridicidade, igualmente, a iniciativa encontra-se adequada.

Ultrapassadas essas etapas, registre-se que o projeto observa as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Ademais, tampouco há registro de que o Senado já tenha deliberado sobre a matéria ou que haja iniciativa semelhante em tramitação nesta Casa, o que afasta as hipóteses de arguição de recomendação de prejudicialidade ou de tramitação em conjunto.

Quanto ao conteúdo veiculado, no entanto, em decorrência do lapso de tempo decorrido desde o oferecimento da proposição, a matéria tornou-se obsoleta, carecendo, pois, de ser modernizada.

Nesse sentido, algum ajuste deve ser promovido, a fim de que o meritório sentido da proposição não perca seus objetivos.

Voto.

Diante do exposto, o voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2011, nos termos da seguinte

EMENDA Nº - CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2011

Institui data comemorativa destinada a celebrar a Amizade Brasil-Ucrânia e a Imigração Ucraniana no Brasil.

Art. 1º Esta Lei institui data comemorativa destinada a celebrar a Amizade Brasil-Ucrânia e a Imigração Ucraniana no Brasil, como reconhecimento da contribuição adequada daquele povo para o fortalecimento dos laços de amizade e de cooperação entre as duas nações.

Art. 2º No dia 25 de outubro subsequente ao ano de publicação desta Lei, data da assinatura, em 1995, do Tratado Sobre as Relações de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia, serão reverenciadas a Amizade Brasil-Ucrânia e a Imigração Ucraniana no País.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Eu queria fazer só um último comentário: em 2016, serão comemorados 125 anos do início da imigração ucraniana em nosso País. Em 2011, quando foi proposto o PL, estávamos comemorando 120 anos de amizade. Então, o que eu quero dizer para vocês é que a Ucrânia é um grande parceiro brasileiro. Há cerca de 500 mil ucranianos e descendentes no nosso País. Só no Paraná, para vocês terem uma ideia, há cerca de 400 mil desse contingente. Esse pessoal de descendência ucraniana é muito importante para o Sul do nosso País. Eles se encontram em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em São Paulo, da nossa querida Prefeita Marta Suplicy, há cerca de 100 mil ucranianos. Na nossa Capital, Brasília, há um grupo pequeno, mas importante, pujante, de mais ou menos cem famílias que moram aqui, na nossa querida Brasília, Distrito Federal. Destaca-se a Igreja Católica de Ceilândia, maior cidade do Distrito Federal, cujo pároco é ucraniano, a Igreja Latina Santíssima Trindade, localizada em nossa querida Ceilândia.

Esse é o voto, Sr. Presidente, e o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador. Esta matéria será sobrestada para a próxima semana, para a próxima reunião, já que, infelizmente, não temos quórum para votar.

Mais uma vez, registro a presença do Embaixador Ucraniano Rostyslav Tronenko, sua esposa e sua filha. Sejam bem-vindos. É um prazer tê-los aqui.

Declaro encerrada a presente reunião.

Convoco, para daqui a dois minutos, reunião extraordinária para deliberação das emendas da LDO 2016.

(Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 2 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JULHO DE 2015

EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2016

Às quinze horas e cinco minutos do dia oito de julho de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Ivo Cassol, Simone Tebet, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Regina Sousa, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Ricardo Ferraço e Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gladson Cameli, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Wilder Morais, Alvaro Dias, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Romário, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Em seguida, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2016. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a palavra à Senadora Lídice da Mata, relatora das Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2016, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas à **LDO/2016**: **Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: Emenda nº 1 – Educação** – **Educação Profissional e Tecnológica –** "20RG – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica", apresentada pelos Senadores Sandra Braga, Wilder Morais, Paulo Paim, Simone Tebet, Lídice da Mata, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Randolfe Rodrigues, meta 500.000. **Emenda nº 2 – Cultura – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso –** "20KH – Ações Integradas de Cultura e Educação", apresentada pelos Senadores Wilder Morais, Paulo Paim, Lídice da Mata, Marta Suplicy, Cristovam Buarque e Randolfe Rodrigues, meta 10.000. **Emenda nº 3 – Esporte – Esporte e Grandes Eventos Esportivos –** "5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer", apresentada pelos senadores: Wilder Morais, Simone Tebet, Lídice da Mata, Romário, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Randolfe Rodrigues, meta 50.000. **Emendas ao Texto do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias: Emenda nº 4 – Corpo da Lei – Artigo 103 Inciso XVII:** "XVIII – Sistemas de informação, documentação e banco de dados utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)", apresentada pela Senadora Ângela Portela. **Emenda nº 5 – Corpo da Lei – Anexo II – Inciso XII:** "XIII – demonstrativo de investimentos públicos em educação constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2016, nos termos do art. 5º, §4º, e da meta 20 do Anexo da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE 2014-2024), de modo a explicitar a metodologia utilizada, discriminando-se valores das ações orçamentárias, por grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e identificador de resultado primário, bem como valores de incentivos e isenções fiscais, subsídios e demais gastos indiretos, agregados como proporção do produto interno bruto.", apresentada pela Senadora Ângela Portela. **Emenda nº 6 – Corpo da Lei – Anexo II – Inciso XXXIII:** "XXXIV – demonstrativo sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) contendo os valores consolidados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2014, 30 de junho de 2015 e os valores estimados para 31 de dezembro de 2015 e de 2016 referentes às seguintes informações: a) perfil da carteira do FIES, discriminando a quantidade de contratos e os respectivos valores financiados e do saldo devedor, por fase em que se encontra o contrato (em desembolso, suspensos, encerrados, em amortização), e explicitando a inadimplência da carteira e os critérios utilizados para classificar os contratos; b) quantidade de financiamentos concedidos, distinguindo os novos contratos e os aditamentos; c) quantidade de contratos referentes ao ensino superior (diferenciando os da graduação e os da pós graduação) e à educação profissional e tecnológica (diferenciando os contratos de estudantes e os de empresas); d) quantidade de contratos que se beneficiam do abatimento de 1,00% previsto no art. 6º- B da Lei nº 10.260/2001, diferenciando os de professores e os de médicos; e) valores de financiamento, de amortização de financiamento e de benefícios ou subsídios creditícios; f) informações sobre o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC)", apresentada pelas Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata. **Emenda nº 7 – Corpo da Lei – Artigo 6 Parágrafo 11:** "§ 11. O Identificador de Uso (IU) tem por finalidade indicar se os recursos compõem contrapartida nacional de empréstimos ou de doações, ou se são destinados a outras aplicações, constando da Lei Orçamentária de 2016 e dos créditos adicionais, no mínimo, pelos seguintes dígitos, que antecederão o código das fontes de recursos: I recursos não destinados à contrapartida, exceto para identificação dos recursos destinados à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino (IU 0); II contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (IU 1); III contrapartida de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (IU 2); IV contrapartida

de empréstimos por desempenho ou com enfoque setorial amplo (IU 3); V contrapartida de outros empréstimos (IU 4); VI contrapartida de doações (IU 5); VII recursos não destinados à contrapartida, para identificação dos recursos destinados à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde (IU 6); e VIII recursos não destinados à contrapartida, para identificação dos recursos destinados à aplicação mínima em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (IU 7)", apresentada pela Senadora Ângela Portela. **Emenda nº 8 – Corpo da Lei – Anexo II – Inciso XXIV:** "XXIV – mapeamento e cadastro de ações utilizado na elaboração da proposta orçamentária, em meio magnético, em formato de banco de dados para consulta, contendo, no mínimo, código, título, objetivo, descrição, especificação do produto ou item de mensuração e detalhamento da implementação de cada ação orçamentária, bem como a descrição e caracterização dos planos orçamentários integrantes de cada ação orçamentária;", apresentada pela Senadora Lídice da Mata. **Emenda nº 9 – Corpo da Lei – Artigo 11 Inciso XXIV:** "XXV – ao financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em, ao menos, o mesmo montante empenhado no exercício de 2014.", apresentada pela Senadora Lídice da Mata. **Emenda nº 10 – Corpo da Lei – Artigo 6 Parágrafo 11 Inciso I:** "I recursos não destinados à contrapartida, exceto para identificação dos recursos destinados à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde (IU 0);", apresentada pela Senadora Lídice da Mata. **Emenda nº 11 – Corpo da Lei – Artigo 6 Parágrafo 11 Inciso VII:** "VIII recursos não destinados à contrapartida, para identificação dos recursos destinados à aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino (IU 7).", apresentada pela Senadora Lídice da Mata. **Emenda nº 12 – Corpo da Lei – Artigo 103 Inciso XVII:** "XVIII – Sistemas de informação e banco de dados utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).", apresentada pela Senadora Lídice da Mata. **Emenda nº 13 – Corpo da Lei – Anexo II – Inciso XXXIII:** "XXXIV – demonstrativo de investimentos públicos em educação constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, nos termos do art. 5º, § 4º, e da meta 20 do Anexo da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE 2014-2024), de modo a explicitar a metodologia utilizada, discriminando-se valores das ações orçamentárias, por grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e identificador de resultado primário, bem como valores de incentivos e isenções fiscais, subsídios e demais gastos indiretos, agregados como proporção do produto interno bruto.", apresentada pela Senadora Lídice da Mata. **Emenda nº 14 – Corpo da Lei – Artigo 11 Inciso XXIV:** "XXV – à complementação do pagamento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público, conforme art. 4º da Lei nº 11.738, de 2008.", apresentada pela Senadora Lídice da Mata. **Emenda nº 15 – Corpo da Lei – Artigo 16:** "Inclusão do art. 16A. Na elaboração da proposta orçamentária para 2016 , o Poder Executivo deverá avaliar inicialmente as propostas relativas à educação, à saúde e às ações voltadas para crianças de zero a seis anos , áreas que deverão ter prioridade na alocação dos recursos. § 10 Não serão objeto de limitação de empenho e de movimentação financeira as despesas abrangidas pegas áreas mencionadas no caput deste artigo. inclusive as autorizadas por créditos abertos e reabertos no exercício de 2015 e as relativas a restos a pagar inscritos no exercício de 2014. § 2' Os pagamentos das despesas abrangidas pelas áreas mencionadas no caput, quando relativas a créditos reabertos no exercício de 2015 e a restos a pagar inscritos em 2014, serão efetuados à conta dos seguintes recursos, considerados individual ou conjuntamente: I) reserva de recursos especifica constante da lei orçamentária de 2016; 11) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, até o limite de eventual excesso de resultado primário produz ido no referido exercício; IV) excesso de arrecadação; e V) arrecadação normal do exercício, caso em que a meta de resultado primário deverá ser reduzida no montante correspondente. § 3° A abertura de créditos adicionais para o atendimento das áreas a que se refere o caput deste artigo dependerá; I) no caso de suplementares e especiais, de cancelamentos compensatórios, quando a fonte indicada não for o excesso de arrecadação; 11) no caso de extraordinários, de redução da meta de resultado primário no montante correspondente, quando a fonte indicada não for cancelamentos compensatórios ou excesso de arrecadação. § 4° No final do exercício de 2016, será cancelada a nota de empenho para a qual não tiver sido celebrado o respectivo contrato, convênio ou instrumento congênere, ou não tiver sido verificada condição, prevista na legislação, que determine a obrigação de pagar. Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica á nota de empenho que substitui o instrumento contratual, nos termos da legislação aplicável. § 5° O Poder Executivo adotará providências com o objetivo de gerar resultado primário em 2016 suficiente para: I) cumprir a meta prevista no art. 2° nesta lei, a qual será reduzida, durante a execução orçamentária, com base no art . 3' desta lei e § 2', V, e § 3', 11, deste artigo; e 11) reservar recursos, na forma de excesso de superávit primário em relação à meta ajustada na forma do inciso I deste parágrafo, para atender às áreas mencionadas no caput deste artigo, no que se refere a: a) restos a pagar inscritos em 2015; e b) despesas relativas a créditos a serem reabertos no exercício seguinte.", apresentada pelo Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às quinze horas e onze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cul-**

tura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Romário,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. – Senadora **Fátima Bezerra,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, destinada a discutir e votar as emendas da Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passo a palavra agora à Relatora, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecidas 154 propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, o PLDO 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016. Dessas 141 foram destinadas ao Anexo de Metas e Prioridades e 13 ao texto do projeto.

Conforme aprovado no parecer preliminar da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), cada comissão permanente pode apresentar até 3 emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO. Não há limite para as emendas de texto do projeto. Assim, apesar do mérito de todas as propostas ao Anexo de Metas e Prioridades, tivemos que indicar para a aprovação deste Plenário apenas três delas.

Como linha de atuação, buscamos atender a dois critérios, Senador Romário.

Primeiro, já que temos três ministérios que são acompanhados pela nossa Comissão – o Ministério da Educação, o Ministério do Esporte e o Ministério da Cultura –, consideramos correto que nós puséssemos uma emenda para cada ministério, para não haver nenhum tipo de discriminação, apesar de sabermos da enorme prioridade da educação em relação a todas as políticas públicas do Brasil e até da definição do Governo Federal como Pátria Educadora, tendo esta como a política pública central do País.

O segundo critério foi atender às propostas que conseguiram maior apoio dos Srs. Parlamentares. Esse foi um critério que eu usei em meu relatório. E já usei esse mesmo critério em outros relatórios de outras comissões. Hoje pela manhã, na CAS, a Relatora também usou o mesmo critério, porque fica difícil optarmos, com uma restrição tão grande de emendas, por um critério que não seja o apoiamento do máximo dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Na Educação, portanto, optamos por sugerir o acolhimento da Ação 20-RG, expansão e reestruturação de instituições federais de educação profissional e tecnológica, proposta pelos Senadores Sandra Braga, Wilder Morais, Paulo Paim, Simone Tebet, Lídice da Mata, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Randolfe Rodrigues.

Essa ação, portanto, foi aquela que teve o maior número de Senadores a apoiar.

Na Cultura, indicamos para aprovação a Ação 20-KH, ações integradas de cultura e educação, sugestão apresentada pelos Senadores Wilder Morais, Paulo Paim, Lídice da Mata, Marta Suplicy, Cristovam Buarque e Randolfe Rodrigues.

Já no Esporte, sugerimos para aprovação a Ação 5450, implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer, apresentada pelos Senadores Wilder Morais, Simone Tebet, Lídice da Mata, Romário, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Randolfe Rodrigues.

Sobre as emendas ao texto do PLDO/2016, consideramos todas meritórias e recomendamos a aprovação de todas. Indicaram propostas para emendas de texto os Senadores: Ângela Portela, Lídice da Mata e Cristovam Buarque.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das 13 emendas de texto propostas e das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 pelo maior valor proposto para as metas:

a. "20RG – expansão e reestruturação de instituições federais de educação profissional e tecnológica."
b. "20KH – ações integradas de cultura e educação."
c. "5450 – implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer."

É esse o nosso voto, Sr. Presidente, embora, às vezes, ele até me contradiga naquilo que considero central em cada ação. Por exemplo, na área de educação, acho que nossa ação prioritária deveria ser uma emenda que tratasse de educação básica. No entanto, foi essa emenda que recebeu mais apoio parlamentar de indicação das Srªs e dos Srs. Senadores. Por isso eu a propus.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer apresentado pela Senadora Lídice da Mata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora, mais uma vez muito obrigado pelo, como sempre, brilhante trabalho feito nesse relatório.

Declaro encerrada a presente reunião, convocando para o próximo dia 15, quarta-feira, às 14 horas, reunião extraordinária deliberativa desta Comissão.

Boa tarde a todos.

(Iniciada às 15 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 11 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2015.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia quatorze de julho de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Regina Sousa, Benedito de Lira, João Alberto Souza, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi**.** Deixa de comparecer o Senhor Senador Jader Barbalho**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica que os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União, recebidos na Secretaria da CMA, serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias para manifestação de interesse sobre relatoria. Em não havendo interesse, serão arquivados: Aviso nº 665, de 2015; Aviso nº 459, de 2015; Aviso nº 682, de 2015 e Aviso nº 721, de 2015. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2012 – Terminativo. Institui Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 1 a 13-CRA. Resultado: Lido o relatório e concedida vista coletiva ao projeto por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, de 2013 – Terminativo. Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente, para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios, e dá outras providências. Autoria: Senador Lobão Filho. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar de discussão e votação. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2014 – Terminativo. Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Lido o relatório e concedida vista coletiva ao projeto por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2014 – Terminativo. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), para dispor acerca da delimitação das áreas verdes urbanas e áreas urbanas passíveis de reflorestamento como conteúdo mínimo do plano diretor. Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 7) OFICIO "S" Nº 42, de 2013 – Não Terminativo. Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei 12.396/2011, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica – APO, referente ao 1º semestre de 2013. Autoria: Autoridade Pública Olímpica – APO. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Para que a Comissão tome conhecimento da matéria e que encaminhe notificação à Autoridade Pública Olímpica exigindo que nos próximos relatórios semestrais de atividade seja apresentada, além das descrições das reuniões e das atividades burocráticas realizadas mês a mês, a apresentação da prestação de contas detalhada

dos gastos efetuadas no âmbito do orçamento da União, no Ministério dos Esportes. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento do Ofício e pelo encaminhamento de notificação à Autoridade Pública Olímpica exigindo que nos próximos relatórios semestrais de atividade seja apresentada, além das descrições das reuniões e das atividades burocráticas realizadas mês a mês, a apresentação da prestação de contas detalhada dos gastos efetuadas no âmbito do orçamento da União, no Ministério dos Esportes. ITEM 8) AVISO Nº 8, de 2014 – Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 1.214/2013 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto), referente à representação formulada pela então Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimento (Adplan) do TCU com o objetivo de apresentar propostas de melhoria nos procedimentos de contratação e execução de contratos de terceirização de serviços continuados na Administração Pública Federal (TC-006.156/2011-8). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pelo conhecimento do aviso, para que cópias do relatório e do Acórdão nº 1214/2013-TCU-Plenário, assim como do Relatório e Voto que o acompanham, sejam juntadas ao PLS nº 559, de 2013, e pelo posterior arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento do aviso, para que cópias do relatório e do Acórdão nº 1214/2013-TCU-Plenário, assim como do Relatório e Voto que o acompanham, sejam juntadas ao PLS nº 559, de 2013, e pelo posterior arquivamento. ITEM 9) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 3, de 2015 – Não Terminativo. Encaminha cópia do Acórdão nº 3563/2014 – TCU – Plenário, proferido nos autos do Processo n° TC 032.777/2014-0, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ações de controle realizada por este Tribunal, no exercício de 2014, sobre governança gestão e os projetos relativos aos jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Douglas Cintra (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento do aviso.

ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2014 – Não Terminativo. Altera a Lei no 9.795, de 27 abril de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental. Autoria: Deputado Weliton Prado. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2013 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura. Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta, pela aprovação da emenda nº 2-CAE e pela rejeição da emenda nº 1-CAE. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, de 2014 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para dispor sobre sanções aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações com base nas reclamações fundamentadas registradas nos órgãos públicos de defesa do consumidor. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 57, de 2015. Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nºs 37 e 39, de 2015 – CI, requer a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA e de Serviços de Infraestrutura – CI, para debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica no Acre e demais Estados da Região Norte, tendo em vista os preços abusivos cobrados da população mais carente e a ausência de interligação de boa parte dos municípios dessa região ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Para tanto, sem prejuízo de demais nomes, convidam-se: • Senhor Romeu Rufino, Diretor-Geral da ANELL; • Senhor Joaquim Rolim de Oliveira, Diretor-Presidente da Eletrobrás Distribuição Acre. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Retirado de pauta pelo autor. ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 58, de 2015. Nos termos regimentais, requeiro o aditamento ao Requerimento nº 52, de 2015 – CMA, aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA em 30 de junho de 2015, para que seja realizada conjuntamente com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, bem como para incluir entre os convidados o Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo; o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro; bem como os Senhores Secretários de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação de todos os Estados da Região Norte. Requeiro, ademais, que a Audiência Pública em comento seja convertida em Seminário para que possa viabilizar a realização em Manaus-AM, conforme aprovado. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e sete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida

e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Otto Alencar,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto às Srªs e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios "S" e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico que os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União, recebidos na Secretaria da CMA, serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias para manifestação de interesse sobre relatoria. Em não havendo interesse, serão arquivados: Aviso nº 665, de 2015; Aviso nº 459, de 2015; Aviso nº 682, de 2015 e Aviso nº 721, de 2015.

Informo que a relação dos avisos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* contendo o inteiro conteúdo dos respectivos documentos.

Passemos à pauta.

Os primeiros seis itens da pauta são terminativos e, como tal, não havendo quórum para votação, passo ao item 7, que é não terminativo.

ITEM 7
OFICIO "S" Nº 42, DE 2013
– Não terminativo –

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei 12.396/2011, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica – APO, referente ao 1º semestre de 2013.
Autoria: Autoridade Pública Olímpica – APO
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Para que a Comissão tome conhecimento da matéria e que encaminhe notificação à Autoridade Pública Olímpica exigindo que nos próximos relatórios semestrais de atividade seja apresentada, além das descrições das reuniões e das atividades burocráticas realizadas mês a mês, a apresentação da prestação de contas detalhada dos gastos efetuadas no âmbito do orçamento da União, no Ministério dos Esportes
Observações:
– Matéria apreciada pela CE, com parecer pelo conhecimento e arquivamento do ofício.
– A matéria constou na pauta do dia 07/07/2015.

Com a palavra a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vou iniciar exatamente por onde V. Exª acaba de nos comunicar: o voto do relatório que ora apreciamos toma conhecimento do ofício que encaminhou, de acordo com a legislação brasileira, ao Congresso Nacional, relatório semestral de atividades realizadas pela Autoridade Pública Olímpica no primeiro semestre de 2013. Entretanto, solicitamos, como destaca V. Exª, seja encaminhada notificação à APO, exigindo que, nos próximos relatórios semestrais de atividades, seja apresentada pela Autoridade Pública Olímpica (APO), além das descrições das reuniões e das atividades burocráticas, realizadas mês a mês, a apresentação da prestação de contas detalhada dos gastos efetuados no âmbito do orçamento da União, no Ministério dos Esportes, na Unidade Orçamentária 51.204 – Autoridade Pública Olímpica, na Funcional Programática 27.811.0181.20EE.0001 – Apoio à Implantação, Gestão e Manutenção da Autoridade Pública Olímpica (APO).

A Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica (APO). Nesse consórcio formalizado, nesse acordo assinado, ficou evidente que deverá ser enviado ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paraolímpico Internacional.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o relatório foi encaminhado com essas falhas que detectamos.

Por isso, tomamos conhecimento, de acordo com o Regimento, mas apresentando essa exigência à APO.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com a Relatora permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 8
AVISO Nº 8, DE 2014
– Não terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 1.214/2013 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto), referente à representação formulada pela então Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimento (Adplan) do TCU com o objetivo de apresentar propostas de melhoria nos procedimentos de contratação e execução de contratos de terceirização de serviços continuados na Administração Pública Federal (TC-006.156/2011-8).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Benedito de Lira

Consulto o Senador Ataídes se posso designá-lo como Relator *ad hoc*, substituindo o Senador Benedito de Lira, porque a matéria já constou da pauta por quatro vezes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o nobre Senador Ataídes Oliveira para relatar a matéria.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Vamos, então ao relatório.

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso (AVS) nº 8, de 2014, do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme discriminado na ementa.

Este aviso traz ao conhecimento desta Casa representação formulada pela então Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos (Adplan) do próprio Tribunal, com o objetivo de apresentar proposições de melhorias nos procedimentos relativos à contratação e à execução de contratos de terceirização de serviços continuados na Administração Pública Federal.

A Corte de Contas constatou que, nos últimos anos, passaram a ocorrer com maior frequência problemas na execução de contratos de terceirização de serviços continuados, com interrupções na prestação dos serviços, ausência de pagamento aos funcionários de salários e outras verbas trabalhistas, trazendo prejuízos à administração e aos trabalhadores. Em razão disso, o então Presidente desse Tribunal, Ministro Ubiratan Aguiar, determinou à administração do TCU que fossem realizados trabalhos conjuntos com outros órgãos da Administração Pública com o objetivo de formular propostas para ao menos mitigar tais problemas.

Inicialmente, para cumprir essa determinação, o Tribunal realizou uma primeira reunião com representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e da Advocacia-Geral da União (AGU), que corroboraram as percepções do Tribunal, reforçando a pertinência da realização do trabalho conjunto determinado pelo ex-Presidente daquela casa.

Foi constituído, então, um grupo de estudos, composto inicialmente por servidores do Ministério Público, da AGU e do TCU, passando a ser posteriormente integrado também por representantes do Ministério da Previdência Social (MPS), do Ministério da Fazenda (MF), do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) e do Ministério Público Federal (MPF), que discutiram aspectos relacionados aos procedimentos licitatórios, à gestão e ao encerramento desses contratos. Vários foram os tópicos abordados no estudo, dos quais destacamos: gestão de contratos e procedimentos licitatórios. Destes, damos relevo à atenção conferida aos seguintes pontos: qualificações econômico-financeira, técnico-operacional e técnico-profissional; garantia contratual; casos de parcelamento do objeto; técnicas de orçamentação; prazo de vigência dos contratos de prestação de serviço de forma contínua; percentuais de encargos sociais e lucros e despesas indiretas (LDI); domicílio bancário dos empregados na cidade ou na região metropolitana, instituída ou não, na qual serão prestados os serviços; fixação de sanções; e possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica.

Análise, Sr. Presidente.

O importante documento ora em análise chega ao conhecimento desta CMA encaminhado pela Presidência da Casa.

Cumpre salientar que a integralidade das conclusões a que chegou o Tribunal são importantes para todo administrador público conhecer, assim como nós, Parlamentares, na qualidade de fiscalizadores da atuação do Poder Executivo. Ainda que grande parte delas não sejam, necessariamente, objeto da ação do legislador, pois as medidas de aprimoramento da ação estatal pertinentes podem ser atingidas com a adoção de meras decisões administrativas, de escolhas acertadas no âmbito de discricionariedade do gestor, havemos por bem salientar uma questão considerada mais sensível.

A primeira delas é a aventada possibilidade de desconsideração da pessoa jurídica na aplicação da sanção de inidoneidade para licitar. O grupo de estudos defendeu que, apesar de não haver previsão legal explícita para que seja desconsiderada a pessoa jurídica na hipótese de declaração de inidoneidade de uma empresa para licitar e contratar com a Administração Pública, a utilização desse princípio seria viável juridicamente, quando caracterizada a prática de ato por parte dos sócios com o objetivo de perpetrar fraudes, burlar a lei, para escapar de suas obrigações.

Propôs-se no corpo do relatório:

> ... o afastamento da licitação de empresas cujos sócios tenham integrado anteriormente quadro societário de pessoa jurídica declarada inidônea ou impedida para licitar e contratar com a Administração Pública, em razão de fraude ou burla a lei, que compreendemos encontrar amparo legal no princípio da desconsideração da personalidade jurídica.

Na proposta de encaminhamento, ao final do relatório, entretanto, o grupo sugeriu a elaboração de minuta de projeto de lei que autorizasse que:

> a aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica nos processos licitatórios de contratação de serviços terceirizados, afastando da licitação empresas cujos sócios tenham integrado anteriormente quadro societário de pessoa jurídica declarada inidônea ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública em razão de fraude ou burla à lei.

Todavia, o ministro relator não encampou a sugestão, assim se posicionando:

> Essa questão já foi objeto de atenção por parte do TCU em algumas oportunidades, tendo sido negada a possibilidade de aplicação da sanção de inidoneidade para licitar com a administração aos sócios da pessoa jurídica (Acórdãos 991/2006-Plenário, 1.209/2009-Plenário). Ainda que o Tribunal possa eventualmente no futuro se debruçar de novo a respeito dessa questão, entendo que a complexidade do tema, com todas as suas implicações, indica a necessidade se fazer uma avaliação bem mais aprofundada, não realizada no âmbito deste processo. Quanto à proposta de elaboração de projeto de lei prevendo expressamente tal possibilidade, mencione-se que já existe projeto com tal conteúdo (PL 4003/2012 – Câmara dos Deputados), sendo desnecessária a formulação da proposta sugerida pelo grupo.

Anotamos que a possibilidade de extensão da sanção a pessoas jurídicas das quais participem integrantes da sociedade originalmente punida também consta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 559, de 2013 (art. 136, §2º, II), que propõe um novo marco regulatório para as licitações e os contratos administrativos e que resultou dos trabalhos da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos, instituída pelo Ato, do Presidente do Senado Federal, nº 19, de 2013.

Temos sérias dúvidas quanto à possibilidade de extensão da penalidade a outras pessoas que não a punida. Esta importante questão e outras igualmente relevantes trazidas no bojo do Acórdão nº 1.214/2013-TCU-Plenário, assim como nos respectivos relatório e voto, dão-me a certeza de que cópia desse conjunto de documentos deve ser juntado ao processado do PLS nº 559, de 2013, de forma a contribuir com a discussão legislativa e aprimorar a proposição.

Voto, Sr. Presidente.

À luz do exposto, opinamos pelo conhecimento do Aviso nº 8, de 2014, do Tribunal de Contas da União, por, nos termos do art. 138 do Regimento Interno, que cópias deste relatório, do Acórdão nº 1.214/2013-TCU-Plenário, assim como do relatório e do voto que o acompanham, sejam juntados aos autos do PLS nº 559, de 2013, e pelo posterior arquivamento.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 9.

ITEM 9

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 3, DE 2015

– Não terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 3563/2014 – TCU – Plenário, proferido nos autos do Processo n° TC 032.777/2014-0, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ações de controle realizada por este Tribunal, no exercício de 2014, sobre governança gestão e os projetos relativos aos jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Douglas Cintra

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

Consulto a Senadora Vanessa Grazziotin se poderia ser Relatora *ad hoc* em substituição ao Senador Douglas Cintra, já que V. Exª participa de todos os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois não, Sr. Presidente.

O Relator da matéria, o Senador Douglas Cintra, que está, neste momento, em reunião na CAE não pôde estar presente, mas,apresenta a esta Comissão este relatório.

Vem à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso da CMA (AMA) nº 3 de 2015 (Aviso nº 1.432, de 9 de dezembro de 2014, na origem), do Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminha cópia do Acórdão nº 3.563/2014-TCU-Plenário, referente a ações de controle realizadas por esse Tribunal, no exercício de 2014, sobre governança, gestão e os projetos relativos aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

O relatório do TCU especifica as ações tomadas por aquele órgão referentes à fiscalização das obras e projetos relativos aos Jogos Rio 2016. São detalhados os seguintes aspectos da fiscalização:

1. Plano de controle externo para os jogos;
2. Avaliação da estrutura de governança dos jogos:
2.1. Análise da matriz de responsabilidades;
2.2. O possível déficit operacional do Comitê Rio 2016;
3. Legado dos jogos;
4. Instalações e equipamentos esportivos;
5. Obras de transmissão de energia elétrica;
6. Mobilidade urbana;
7. Segurança pública e defesa;
8. Obras do Porto do Rio de Janeiro;
9. Formação e treinamento de atletas Olímpicos.

Segue um resumo desses itens referidos acima.

Voto, Sr. Presidente.

Considerando que as questões levantadas neste relatório constantes no Acórdão nº 3.563 de 2014, do Plenário do TCU, serão objeto de monitoramento por parte do Tribunal, propomos que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 3 de 2015, procedendo-se, em seguida, ao arquivamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os itens 10 e 12, de autoria do Senador Romero Jucá, S. Exª pede suas retiradas de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2014
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.795, de 27 abril de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental.
Autoria: Deputado Weliton Prado
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela aprovação com duas emendas
Observações:
– Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2014
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para dispor sobre sanções aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações com base nas reclamações fundamentadas registradas nos órgãos públicos de defesa do consumidor.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela aprovação com uma emenda
Observações: *– Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCT.*)

Também solicita o Senador Jorge Viana que os itens 11 e 14 também sejam retirados de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2013
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura.
Autoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta, pela aprovação da emenda nº 2-CAE e pela rejeição da emenda nº 1-CAE
Observações:
– Matéria apreciada pela CAE com parecer pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CAE.
– Posteriormente, a matéria será apreciada pela CRA.

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 57, DE 2015
– Não terminativo –

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nºs 37 e 39, de 2015 – CI, requer a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA e de Serviços de Infraestrutura – CI, para debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica no Acre e demais Estados da Região Norte, tendo em vista os preços abusivos cobrados da população mais carente e a ausência de interligação de boa parte dos municípios dessa região ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Para tanto, sem prejuízo de demais nomes, convidam-se:

• Senhor Romeu Rufino, Diretor-Geral da ANELL;
• Senhor Joaquim Rolim de Oliveira, Diretor-Presidente da Eletrobrás Distribuição Acre.
Autoria: Senador Jorge Viana)

Como já existe quórum para votação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Já, sim, temos nove. Chegou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não há quórum ainda?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, o item 15 é um requerimento de minha autoria. Na realidade, é um aditamento, Presidente, a um requerimento que já aprovamos em reunião antecedente a esta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, vamos colocar em votação o item 15.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu gostaria, Sr. Presidente, para analisá-lo melhor, de retirar o item 6 da pauta. É o relatório de um projeto de lei de autoria do Senador Wilder. Se V. Exª pudesse me conceder mais uma semana, Sr. Presidente, eu retornarei com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. Será incluído na próxima semana.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Retirado o item 6 por solicitação do nobre Senador Ronaldo Caiado.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, DE 2014
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), para dispor acerca da delimitação das áreas verdes urbanas e áreas urbanas passíveis de reflorestamento como conteúdo mínimo do plano diretor.
Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatório: Pela aprovação com uma emenda)

Vamos votar o Requerimento nº 15.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – V. Exª me permitiria, muito rapidamente, informar o porquê do aditamento?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Na realidade, a Comissão de Ciência e Tecnologia, por nossa sugestão e seguindo o encaminhamento desta Comissão de Meio Ambiente, Sr. Presidente, também lá aprovou a realização dessa audiência pública na cidade de Manaus para debater juntamente com dois Ministros de Governos, Ministro da Ciência e Tecnologia e Ministro de Indústria e Comércio Exterior, Senador Armando Monteiro, sobre o futuro do Centro de Biotecnologia da Amazônia.

Então, é um evento que, se os dois Ministros acordarem conosco, seria muito importante a realização no Estado do Amazonas com a participação do Secretário de Ciência de Tecnologia de todos Estados da Amazônia brasileira, Presidente.

É esse o aditamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Passo a ler, então, o requerimento da nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 58, DE 2015
– Não terminativo –

Nos termos regimentais, requeiro o aditamento ao Requerimento nº 52, de 2015 – CMA, aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), em 30 de junho de 2015, para que seja realizada conjuntamente com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), bem como para incluir entre os convidados o Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo; o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro; bem como os Senhores Secretários de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação de todos os Estados da Região Norte.

Requeiro, ademais, que a Audiência Pública em comento seja convertida em Seminário para que possa viabilizar a realização em Manaus-AM, conforme aprovado.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Parece-me que já temos quórum de votação com a chegada do Senador Douglas Cintra. Então, passemos à pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, DE 2012
– Terminativo –

Institui Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 1 a 13 – CRA

Observações:

– Matéria apreciada pela CDR, com parecer pela aprovação do projeto, e pela CRA, com parecer pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 13 – CRA.

– A matéria constou na pauta do dia 07/07/2015.

Com a palavra a nobre Senadora Lídice da Mata para fazer a relatoria.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como já foi destacado, trata-se de um projeto do atual Governador Rodrigo Rollemberg, que foi inclusive Presidente desta Comissão e que institui Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado.

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) este Projeto de Lei do Senado, que foi enviado para análise às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo a esta última a decisão terminativa.

A proposição tem em mira a proteção da dignidade humana e a promoção do crescimento econômico com responsabilidade ambiental e justiça social no bioma Cerrado, cujos limites serão fixados pelo órgão federal competente (art. 1º).

Diversos princípios gerais do Direito Ambiental são evocados, no art. 2º, para a proteção e o uso dos recursos ambientais do bioma Cerrado, tais como: prevenção, precaução, usuário-pagador, provedor-recebedor, participação social e gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais.

Com arrimo nesses princípios, o art. 3º determina que a proteção e o uso dos recursos ambientais do bioma Cerrado garantam: a manutenção e a recuperação da biodiversidade, da vegetação, da fauna e do regime hídrico; o estímulo à pesquisa, à difusão de tecnologias de manejo sustentável da vegetação e à sensibilização pública sobre a necessidade de recuperação e manutenção dos ecossistemas; o fomento de atividades públicas e privadas compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico; e o disciplinamento da ocupação rural e urbana.

O art. 4º estabelece os fundamentos da Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado. Por sua maior relevância, citamos: o desenvolvimento sustentável; a interdependência entre a condução das atividades econômicas, a proteção ambiental e a manutenção da cultura dos povos do Cerrado; a gestão integrada das áreas urbanas e rurais; e a valorização da cultura das comunidades tradicionais e dos povos indígenas do Cerrado.

A Política de Desenvolvimento do Cerrado tem, no art. 5º, diversas diretrizes, entre as quais merecem destaque: o aprofundamento de pesquisas científicas; a valorização dos produtos do Cerrado e o fortalecimento da cadeia produtiva desses produtos; a internalização dos custos ambientais aos custos de produção; a recuperação dos passivos ambiental e social e a ocupação prioritária de áreas degradadas; e a adoção de práticas e sistemas de produção sustentáveis.

São objetivos da Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado, entre outros enumerados no art. 6º: promover o desenvolvimento sustentável no bioma; garantir o exercício de atividades econômicas sustentáveis; manter as diversidades social e ambiental e os processos ecológicos essenciais no Cerrado e nas áreas de transição para outros biomas; garantir a conservação e o uso sustentável da biodiversidade do bioma; e contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais.

Para o alcance desses objetivos, o art. 7º traz os instrumentos da Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado, entre os quais listamos: os planos de ordenamento territorial e os zoneamentos agrícola e ecológico– econômico; os mecanismos de controle e eliminação de queimadas e incêndios florestais; o sistema de monitoramento por satélite do desmatamento; a capacitação de agricultores e trabalhadores rurais; a capacitação de agentes comunitários de proteção do cerrado.

O art. 8º assinala que a Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado será implementada de modo integrado e articulado com as demais políticas públicas relevantes para o desenvolvimento da região abrangida pelo bioma Cerrado, tais como as de meio ambiente, mudança do clima, recursos hídricos, educação ambiental, agricultura sustentável, energia sustentável, merenda escolar e desenvolvimento social.

O art. 9º especifica os casos em que o corte e a supressão da vegetação nativa no bioma Cerrado ficam vedados, enquanto o art. 10 trata da coleta de subprodutos de espécies nativas do Cerrado.

O art. 11 determina que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na CDR o projeto foi aprovado sem emendas.

Na CRA, no entanto, foram aprovadas 13 emendas que, segundo o parecer da Comissão, possuem o objetivo de harmonizar a proposição com a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o novo Código Florestal, de estabelecer mecanismos de estímulo financeiro ao setor agropecuário e de promover a produção agropecuária.

A Emenda nº 1 – CRA altera o *caput* do art. 1º do Projeto para fazer referência à Lei nº 12.651, de 2012, e acrescenta § 1º ao mesmo art. 1º para determinar que apenas os remanescentes de vegetação nativa e os passivos ambientais indicados pelo Cadastro Ambiental Rural terão seu uso e conservação regulados pela lei resultante do projeto. Além disso, renumera o parágrafo único original para § 2º e modifica o dispositivo para atribuir explicitamente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a produção e a análise de informações geográficas.

A Emenda nº 2 – CRA inclui nos princípios da Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado o reconhecimento do direito adquirido, da importância da função estratégica da atividade agropecuária no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos, fibras e bioenergia.

A Emenda nº 3 – CRA acrescenta inciso V ao *caput* do art. 3º da proposição, para incluir a dignidade da população que ocupa o bioma baseada na sustentabilidade econômica e social nas garantias estabelecidas à proteção e ao uso dos recursos ambientais do bioma Cerrado.

A Emenda nº 4 altera os incisos II e VII do art. 4º para, respectivamente, suprimir a expressão "manutenção da cultura dos povos do Cerrado..."

E assim vai, Sr. Presidente, com as Emendas nºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, todas voltadas para modificações do Projeto. Portanto, vou direto à análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apreciar o mérito das matérias relativas à proteção do meio ambiente.

Em relação à constitucionalidade, note-se que o PLS nº 214, de 2012, cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do inciso VI do art. 24 da Constituição de 1988. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, conforme o art. 61 da Carta Magna. Não consta norma constitucional que, no aspecto material, conflite com o teor da proposição em exame. Por outra parte, a iniciativa atende aos requisitos de juridicidade e regimentalidade.

Em relação à juridicidade, o projeto é irretocável.

Quanto ao mérito, a proposição tem o louvável condão de sanear a dívida histórica para com o bioma Cerrado, julgado tradicionalmente pelo Poder Público e pela sociedade como mero celeiro agrícola do País, como se outras características, funções e possibilidades não merecessem atenção.

Como lei de política, a proposição apresenta ampla generalidade e alcance, nada menos que todo o bioma Cerrado, segundo maior em extensão territorial no Brasil e reconhecido como a savana de mais rica biodiversidade do planeta.

Ao longo do trâmite da proposição nas sucessivas Comissões, em particular na CRA, pode-se perceber, ainda que em escala menor, o mesmo embate que caracterizou a aprovação do novo Código Florestal brasileiro (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012). Com efeito, dos onze artigos do PLS nº 214, de 2012, somente três não foram objeto de alteração pela CRA.

Quanto ao mérito, importa reconhecer que a maioria das emendas aprovadas na CRA modificam o espírito da proposição para atenuar seu alcance e reduzir seus efeitos. Outras acrescentam expressões desnecessárias ou redundantes que, portanto, não merecem guarida. Há, reconheça-se, contribuições meritórias que, por isso, devem ser acolhidas. Vejamos uma a uma.

Por meio da Emenda nº 1 – CRA, a norma resultante passará a ser aplicada não em todo o território nacional onde ocorre o bioma Cerrado, como originalmente pretendido, mas apenas nas áreas indicados pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento ainda não implementado e aplicável apenas a áreas rurais. Reduz-se, assim, o alcance da proposta, o que não favorece a consecução de seus objetivos.

As Emendas nºs 2 e 3 – CRA acrescentam expressões, tais como "reconhecimento ao direito adquirido" e "dignidade da população", que, por serem já consagradas no texto constitucional (art. 1º e art. 5º, inciso XXXVI), pouco acrescentam à iniciativa.

As Emendas nºs 4 e 5 – CRA propõem sensível alteração no art. 4º do PLS nº 214, de 2012. Uma das modificações é a supressão do termo "cultura dos povos do Cerrado". Há de se reconhecer que paira sobre o termo povos do Cerrado uma imprecisão conceitual que, em princípio, poderia limitar a compreensão e o alcance da proposta legislativa. No entanto, entendemos que melhor caminho é firmar tal conceito, em vez de excluí-lo. Eliminar do texto legal a expressão "povos do Cerrado", que se compõem de grupos sociais diversos, como quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, sertanejos, quebradeiras de coco babaçu, entre outros, é tratar como se invisíveis fossem esses importantes atores que, há de se reconhecer, são os principais defensores e mantenedores da biodiversidade do Cerrado.

As Emendas nºs 6, 7 e 8 – CRA efetuam alterações no art. 5º do PLS nº 214, de 2012, que, em nosso entender, desfiguram as diretrizes da proposição. Em síntese, cada uma dessas Emendas, respectivamente: subverte a lógica do princípio do poluidor-pagador; retira a obrigatoriedade de uso exclusivo de carvão vegetal oriundo de florestas plantadas; e inclui o potencial econômico para o desenvolvimento da agricultura e pecuária. As alterações pretendidas imprimem à proposição uma feição desenvolvimentista incoerente com o seu intento original.

Na mesma linha segue a Emenda nº 9 – CRA, que acrescenta incisos estranhos ao contexto do PLS nº 214, de 2012.

A exclusão, pela décima emenda, de instrumentos previstos no art. 7º, fragiliza o alcance dos objetivos da proposição.

Não entendemos, tampouco, acertadas as alterações promovidas pela Emenda nº 11 – CRA, que altera o art. 9º da proposta, relativo às vedações ao corte e à supressão de vegetação nativa no bioma Cerrado. Cremos ser desnecessário, por tamanha obviedade, justificar a lesividade do corte e da supressão de vegetação que abriga espécies ameaçadas de extinção.

Por desaconselharmos o acolhimento dessa emenda, devemos, por coerência, também rejeitar a Emenda nº 13 – CRA, que é desdobramento daquela.

Alteração positiva promove a Emenda nº 12 – CRA, embora necessite de reparos. Sua intenção é evitar os efeitos de borda, ameaças e alterações promovidas no entorno dos espaços protegidos que podem prejudicar os elementos naturais que se pretendem preservar. No entanto, para ajustes na nomenclatura técnica e legal, é necessário substituir o termo "entorno" por "zona de amortecimento", cujo conceito é trazido no art. 2º, inciso XVIII, da Lei nº 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Nesse sentido, propomos a rejeição da Emenda nº 12 – CRA, contudo acolhemos seu mérito em emenda que apresentamos.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012, pela rejeição de todas as emendas aprovadas pela CRA (Emendas CRA nºs 1 a 13) e pelo acolhimento da seguinte emenda que apresentamos:

EMENDA – CMA

Dê-se a seguinte redação à alínea d do inciso I do art. 9º do PLS nº 214, de 2012:

Art. 9º .....

.....

d) integrar a zona de amortecimento das unidades de conservação, conforme dispuser o ato de criação ou o plano de manejo da UC.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para discutir, nobre Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, vimos o viés conciliador da nobre Relatora. Ela realmente veta 100% das emendas propostas pela Comissão de Agricultura, matéria que diz respeito, mais do que nunca, àquela Comissão, até porque esta Casa aprovou, há poucos dias, o Código Florestal.

Qual é o objetivo do Código Florestal? Exatamente, depois de longa luta, pacificar este assunto. Não é possível mais, Sr. Presidente, voltarmos agora, depois do Código Florestal, que é o mais rígido do globo terrestre... Não existe nenhum país no mundo que tenha um código florestal tão austero e penalizador ao produtor rural quanto o Código Florestal brasileiro.

Interessante é que a nobre Relatora não fez, hora alguma, referência ao que o setor com o seu dinheiro mantém em benefício de toda população do globo terrestre. Qual outro país faz isso? Aqui, é como se produtores fossem destruidores que não tivessem nenhum compromisso com o meio ambiente e que voltassem apenas a sua atenção para o lucro, enquanto fecha os olhos para os absurdos que as grandes cidades estão praticando hoje em dia. Crimes maiores estamos vendo exatamente nas capitais deste País, e ninguém quer olhar, porque lá tem muito voto. Então, deixa acontecer, deixa esgoto a céu aberto, deixa destruir todos os mananciais, deixa acabar com todos os rios que ali correm. Enfim, ali há muito voto e ninguém quer contestar o morador dos grandes centros urbanos.

Agora, o produtor rural, que adquire a sua propriedade, compra 100%, e o Código Florestal impõe a ele regras rígidas.

Pergunto: em qual país no mundo é responsabilidade do agricultor preservar reserva florestal? Qual? Em qual país do mundo que V. Exª já visitou a recuperação da margem de um rio, do Sena, que passa em Paris, é responsabilidade, realmente, do agricultor que está ali? Pelo contrário, é a política plurianual do Governo que resolve quantos metros daquele rio serão preservados e faz o ressarcimento do produtor daquele espaço que ele não ocupa. Assim é a política americana, é a política em todos os países que, sem dúvida alguma, hoje, são competitivos com o Brasil. Mas nós ainda assumimos essa responsabilidade.

Agora, o que não dá, Presidente, é, depois de votarmos um código florestal que foi a unificação e um ponto de concórdia de uma lei que ainda nem entrou em vigor... O Código Florestal ainda não foi nem aplicado. Estamos ainda caminhando no Cadastro Ambiental Rural. O Cadastro Ambiental Rural ainda tem prazo até o ano que vem para ser apresentado e diz respeito a mais de 5 milhões de propriedades no Brasil. Depois do CAR, vamos ter, aí, sim, o Programa de Regularização Ambiental, que já está definido no Código, Sr. Presidente! Agora, pensem bem, se o agricultor brasileiro tem uma fazenda no Cerrado, daqui a pouco, ele tem o Código e a lei do Cerrado, outra lei; daqui a pouco, a da Mata Atlântica; daqui a pouco, a lei das Caatingas, a do Pantanal, dos Pampas... Então, Presidente, precisamos parar com isso, aqui, na Casa! Chega! Ninguém aguenta burocracia!

Estava conversando agora há pouco com S. Exª e ele me relatou o que é hoje uma secretaria de meio ambiente. Com raras e honrosas exceções, é parecido com a Petrobras. Para se conseguir uma autorização, é pagar pedágio, é propina, é corrupção. São multas que destroem o agricultor. Valores estratosféricos. Não tem nada da parte educacional, orientadora. Não tem o compromisso de auxiliar as pessoas. Chegam com um aparato bélico nas propriedades, como se as pessoas fossem bandidas, e impõem multas, sem dúvida alguma, impossíveis de serem pagas, abrindo espaço para o tal jeitinho de resolver. Ora, precisamos acabar com isso. Se acreditamos no Parlamento e se acreditamos que o Código Florestal brasileiro foi um momento importante em que todos os setores abriram mão, tanto rural quanto ambiental, e colocaram uma regra rígida para a parte rural brasileira, é inaceitável que não tenhamos uma legislação penalizadora e extremamente restritiva aos avanços poluidores das grandes cidades, com esses desmandos que vêm ocorrendo hoje em dia, com migração e favelização dessas cidades, por falta de infraestrutura do setor rural. Essa lei tem muito mais o objetivo de expulsar o cidadão que lá está. Pergunto: qual o pequeno e médio agricultor que dará conta de cumprir, a partir de agora, o Código Florestal brasileiro mais ainda uma invenção do Senado Federal de um novo código do Cerrado? É realmente algo inimaginável! Não tem nada parecido com um negócio desse. O Cerrado não

pode ser uma exceção. Os outros biomas também terão que passar por uma nova legislação específica. Então, o Código Florestal brasileiro não vale nada.

Então, sendo assim, Sr. Presidente, acho que isso aqui não contribui em nada. Isso só faz acirrar um debate que já é matéria vencida com o Código Florestal. O pedido que faço é que a nobre Relatora reveja.

Esta Comissão deveria, pelo menos, ter um gesto de, se aqui construímos o Código Florestal, pedir o arquivamento desses projetos. E, quanto ao projeto que vai tratar agora de nova regulamentação de biomas, que a gente pare... Se o próprio Código Florestal não foi implantado, estamos criando outra regra em cima de uma lei que ainda o produtor rural não conseguiu aplicar.

Acho que há um excesso de pessoas que tentam desviar o foco. O foco hoje são as grandes cidades; o foco hoje são indústrias que não estão qualificadas para fazer a exploração com a infraestrutura necessária. E, de repente, parece ser de bom alvitre virar a bateria contra o produtor rural. Este passou a ser o saco de pancadas, a Geni do processo.

Então, Presidente, é com muita tristeza que eu vejo iniciativas como essa, depois de um problema difícil por que passa o País, vendo que o único setor que ainda dá sobrevivência a esse desgoverno é o setor rural, pelas quais, de repente, nós ainda impomos a ele mais regras acima das regras.

Então, qual é a lei que vai valer? "Não; o senhor está no Cerrado". Assim, se eu estou no Tocantins, onde tenho uma parte no Cerrado e uma parte também que pega o Paralelo 13, isto é, que já inclui a mata amazônica, eu vou ter que cumprir, na minha mesma propriedade, o Código Florestal, o Código do Cerrado e o Código da Mata Amazônica, do bioma da Amazônia.

Então, eu acho que o produtor vai ter que ter três contadores, três zootecnistas, três agrônomos, três veterinários, no mínimo, se tiver uma pequena propriedade rural, para ter que administrar uma desfaçatez dessa!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pequeno? Numa pequena propriedade haver todos os biomas é difícil, viu?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – É impressionante!

Quer dizer, estamos chegando a um ponto em que as pessoas, principalmente aqui, nesta Casa, o Senado Federal, precisam ter uma pouco mais de cautela, saber o que é a vida do cidadão lá, que não aguenta mais a burocracia.

E é interessante que essa matéria veio à tona no momento em que o Senador colocava para mim esse assunto especificamente.

Presidente, nós estamos, hoje, com uma população que não chega a 20% no setor rural. V. Exª é da Bahia e conhece a realidade. V. Exª já imaginou bem eu colocar, agora, uma nova legislação para a Caatinga, das APPs, impor à Caatinga uma área de impacto ambiental da distância da reserva?

O cidadão está ali, durante cinco anos, na seca, vendo o seu rebanho morrer. De repente, o Brasil deixa de ser importador, que era, de leite, de carne, de arroz, de feijão... E isso aqui poucos Senadores sabem; conhecem, veem na prateleira do supermercado, mas não se lembram... Se buscarmos o Brasil de 1970, vamos ver que nós éramos importadores de café, de feijão, de arroz, de milho, de carne... De tudo isso nós éramos importadores!

Ora, com a Embrapa e a tecnologia que implantamos, fizemos com que o Brasil chegasse, neste ano, a 200 milhões de toneladas de grãos. Tivemos um aumento de 147% da produtividade nacional e um aumento de 47% apenas na área de extensão de plantio. Então, estamos fazendo uma agricultura altamente tecnificada; nós estamos fazendo uma agricultura de preservação de mananciais, de reservas de APPs.

E, com isso, não é possível que seja o Senado Federal, mais uma vez, que vai querer ensinar o que o agricultor tem que fazer para aumentar a sua produtividade e preservar o meio ambiente. Nós não precisamos mais dessa lição, Presidente. Foi o único setor que deu certo na economia brasileira – o único! E por quê? Porque não sofreu a intervenção direta do Governo; foi feito pela iniciativa privada. O único setor que deu certo; os outros setores todos são deficitários e estão negativos. Agora querem mexer exatamente onde dá certo?

É impressionante! As pessoas, quando visitam uma cidade como São Paulo, quando visitam uma cidade como Salvador, veem ali, naquelas capitais, a pobreza, a maneira como as pessoas estão habitando as encostas dos morros, com deslizamento de terra; e as pessoas, de repente, querem se meter naquilo que está dando certo! Ninguém discute essa realidade. E nós precisamos dizer: "Olha, gente, vamos ter coragem aqui".

Estou concluindo, Sr. Presidente.

Eu pedi vista exatamente em relação àquele voto. O projeto foi apresentado pelo Senador Wilder, e nós precisamos aqui ter a coragem de assumir a discussão sobre o setor urbano, que é o que polui. "Ah, mas o Tietê e o Pinheiros estão totalmente destruídos!" Não interessa. Os paulistas estão andando ali, quem visita São Paulo está passando por lá, qual é o problema de destruir o Tietê e o Pinheiros? Não há problema algum. Qual é o problema? Sujar as praias de Salvador, do Nordeste, jogar PET, plástico, lixo, não tem problema. O cidadão está

lá, é urbano, ele pode tudo. Agora, o setor rural não. Aí desenha-se mais regras, há mais impacto, mais multas, mais liberação da Secretaria do Meio Ambiente, mais relatórios, mais EIA-Rima...

Presidente, vamos parar com isso!

Eu pediria a compreensão dos nobres pares. Não sei se há quórum para votar, mas a matéria é terminativa nesta Comissão, e, como tal, nós teríamos que recorrer a um número de assinaturas para que ela fosse levada ao Plenário do Senado para ser lá discutida. Eu gostaria de tentar sensibilizar a nobre Relatora para que nós pudéssemos, em respeito ao acordo, ao pacto que foi feito, do Código Florestal, fazer um entendimento no sentido de que a matéria fosse arquivada, já que é um tema vencido, uma matéria sobre a qual o Código Florestal Brasileiro já legisla, e não continuarmos, cada vez mais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Informa-me o nobre colega que já houve pedido de vista.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não; não houve ainda. Não houve ainda pedido de vista. Nós podemos também fazer um pedido de vista conjunto. Tudo bem, Senador Benedito de Lira.

Então, Sr. Presidente, são as ponderações que faço. E pediria aos nobres colegas, principalmente da Comissão de Meio Ambiente, que possamos dar um passo adiante, que possamos evoluir no debate e acabar com essa tese maniqueísta de que, para se rotular de defensor do meio ambiente, tem que bombardear produtor.

Vamos parar com isso. Vamos tentar conciliar a situação e buscar o equilíbrio, o bom senso. Nós não temos o Código para o impacto negativo que as cidades estão produzindo hoje no meio ambiente. Nós não temos! Mas, no setor rural, todo mundo opina como se fosse propriedade de todos. No setor urbano, o cidadão é dono do seu e ninguém pode mexer. No setor rural não, ninguém é proprietário de nada, todo mundo tem que cumprir ordens de alguns.

Eu encerro dizendo que, lógico, eu gostaria que fosse arquivado esse projeto, era esse o meu pedido inicial, mas se não é só possível, pedirei vista, junto com o Senador Benedito de Lira, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para discutir, está inscrito aqui o Senador Benedito de Lira...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para discutir?

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Houve o pedido de vista então?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O Senador Ronaldo Caiado pediu vista?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Eu vou pedir vista também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – E pede vista o Senador Benedito de Lira.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então é vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vista coletiva então.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Eu estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O Senador João Capiberibe está inscrito para discutir?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Mas já houve o pedido vista. Fica...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, apenas um detalhe, já que eu fui a Relatora e, pelo que estou entendendo, vai ser suspensa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª foi citada.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – ... a discussão,...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Sim; houve um pedido de vista coletivo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pois não. houve pedido de vista coletivo. Contudo, eu quero dizer que estou totalmente aberta à discussão desse projeto. Agora, não porei em mim o chapéu de quem está vitimizando os produtores rurais sem defender as cidades.

Aliás, defendo a minha cidade e peço o apoio do Senador Ronaldo Caiado para ajudar na discussão com o seu prefeito na defesa da cidade de Salvador. Não visto a carapuça da vitimização do produtor rural porque

considero que a devastação do bioma Caatinga é também um elemento que reproduz e acentua as dificuldades na seca do Nordeste brasileiro.

Mas tenho toda a disposição de discutir com o Senador Caiado, mesmo levando em conta que o que ele fez aqui foi muito mais um discurso de proselitismo político do que uma defesa sobre o projeto, uma discussão técnica em relação ao projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Lídice da Mata, Senador Ronaldo Caiado, ouvi com atenção todo o discurso de V. Exª, sua defesa, e numa coisa eu discordo completamente: se os produtores rurais, se quem vive no campo não tomar a iniciativa de preservar o mínimo possível o meio ambiente, eu tenho absoluta certeza de que nada vai acontecer, porque o Governo não fará.

Apresentei projeto de incentivo ao produtor, para que ele possa preservar o meio é muito grande, porque degradação é muito grande em todos os biomas que conheço, inclusive a Caatinga. Agora, foi aprovado aqui projeto que instituiu a Comissão de Inibição à Desertificação e Mitigação da Seca no Cerrado.

Se quem está no campo não tomar consciência, o Governo não vai fazê-lo. É o que acontece com a questão do Rio São Francisco, que há 40 anos vem sendo degradado, com erosão, com devastação das matas ciliares, e o Governo não tomou nenhuma iniciativa. Então, quem está nesses biomas todos tem que tomar consciência da preservação ambiental.

Ouvi a relatoria da Senadora, concordo em muitos artigos – inclusive li antes –, discordo de um ou outro, que, de alguma forma, está alterando. Mas a discussão pode ser feita perfeitamente pelo Senador Ronaldo Caiado e pela Senadora Lídice da Mata, para encontrarmos uma letra de lei que possa atender todos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Eu queria fazer uma recomendação ao Senador Caiado que eu acho que é importante.

O Senador vai se debruçar na análise do projeto de desenvolvimento sustentável para o Cerrado, e valeria a pena uma leitura detalhada, minuciosa, da Encíclica do Papa Francisco, *Laudato Si*, que é a encíclica em que o Papa propõe o desenvolvimento sustentável não apenas para o Cerrado, mas para o mundo todo. Eu acho que vale a pena, Senador Caiado, uma leitura, porque ali, de fato, o Papa reuniu o que há de mais moderno, mais brilhante nessa mudança de modelo de desenvolvimento que está nos levando para o desastre total.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu li toda a Encíclica e recomendo aos Senadores que leiam a Encíclica do Papa Francisco.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Católico como sou, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Católico praticante?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – E praticante.

Mas, nesse assunto específico, eu gostaria de pedir ao nobre colega que se debruçasse sobre o Código Florestal Brasileiro. Se o Código Florestal Brasileiro fosse absolvido pelo Papa, nós teríamos muito mais, vamos dizer, respeito ao meio ambiente e ao cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador, eu li toda a Encíclica do Papa Francisco. Todos os Senadores deveriam ler. Realmente, é uma recomendação para a preservação do meio ambiente e da raça humana, por sinal.

No domingo passado, tive oportunidade de ir a Bom Jesus da Lapa, na Romaria das Águias e das Terras, e levei uma cópia para o Bispo da Barra, Dom Luiz Cappio, e para Dom Josafá, o Bispo da Lapa. Eu acho que é uma leitura boa, dá para diminuir um pouco as preocupações do Senador Ronaldo Caiado com essa questão do Código Florestal.

Vamos passar ao item 2:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2013
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente, para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios, e dá outras providências.

Autoria: Senador Lobão Filho.

Relatoria: Senador Ivo Cassol.

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Passo, de imediato, a palavra ao Senador Ivo Cassol para a relatoria do Item nº 2 (Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2013).

Peço à assessoria...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO) – Eu preciso que a assessoria me passa aí o Item nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Como se trata de um projeto em caráter terminativo, chamo a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores para, se puderem, permanecer para a votação desses itens importantes.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Na sequência, Senador, se V. Exª puder chamar o Item nº 5...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não; V. Exª será atendido.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à Comissão de Meio Ambiente, Consumidor e Fiscalização, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2013, de autoria do Senador Lobão Filho, que altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios e dá outras providências.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Por se tratar de decisão terminativa, esta Comissão deverá analisar tanto o mérito do PLS nº 226, de 2013, quanto à sua constitucionalidade juridicidade e técnica legislativa.

Quanto ao mérito, o PLS nº 226, de 2013, fortalece os mecanismos de controle social sobre a utilização de recursos liberados por entes da Administração Pública Federal, a qualquer título, em favor dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Para tanto, a nova redação proposta aos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.452, de 1997, estende os seus efeitos aos Estados e Distrito Federal, quando, atualmente, o seu alcance era restrito aos Municípios.

Portanto, vamos ao voto, Sr. Presidente, já de conhecimento de todos os Srs. Senadores.

Diante do exposto, manifestamos o voto favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº 226, de 2013, nos termos do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2013 (Substitutivo)

Determina que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, estabelece regras sobre o depósito e movimentação desses recursos, e dá outras providências.

(...)

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Farei a chamada nominal dos Srs. Senadores.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

(*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com o Relator.

Senador Ivo Cassol.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, proclamo o resultado: está aprovado pela unanimidade dos votos dos Srs. Senadores citados aqui.

Comunico, nos termos do art. 28, do Regimento Interno do Senado Federal, que a matéria será submetida, em turno suplementar, a discussão e votação na próxima reunião desta Comissão, estando aberto o prazo para apresentação de emendas ao substitutivo.

Passamos agora ao Item nº 5, por solicitação do nobre Senador Donizeti Nogueira.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2014
– Terminativo –

Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia.
Autoria: Senadora Kátia Abreu.
Relatoria: Senador Douglas Cintra.
Relatório: Pela rejeição.
Observações: *– A matéria constou na pauta do dia 07/07/2015.*

Passo a palavra ao Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, vamos ao nosso relatório.

O art. 1º do projeto determina que a calha principal do Rio Araguaia e seu curso natural, desde sua nascente na Serra do Caiapó até sua confluência com o Rio Tocantins, deverão ter preservadas suas características naturais.

O art. 2º estabelece que os principais objetivos dessa preservação são: 1) contribuir para a preservação ambiental do Rio; 2) valorizar e preservar o patrimônio cultural, as tradições e a beleza cênica; 3) assegurar e promover o desenvolvimento das potencialidades turísticas ao longo do Rio; e 4) contribuir para a preservação e uso sustentável da expressiva biodiversidade que desenvolve ao longo de seu curso.

O art. 3º proíbe a construção de qualquer tipo de barragem, eclusa, comporta ou derrocamento nos pedrais e trechos de corredeiras ou o alargamento de canais que altere o curso natural ou a calha principal do Rio Araguaia.

Já o art. 4º sujeita o infrator das proibições às seguintes penalidades: 1) advertência por escrito, com prazo para interrupção dos projetos; 2) embargo provisório para avaliação do impacto da obra ou empreendimento no Rio; 3) embargo definitivo, quando se constatar a possibilidade de impacto; 4) destruição ou desativação da obra ou empreendimento e limpeza de resíduo ou lixo proveniente dessa destruição; e 5) multa proporcional à gravidade da infração, de 10 mil a 200 mil reais, além da reparação ou compensação por dano ao curso natural ou à calha principal do Rio.

Análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alíneas a, c e d, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente, à preservação da biodiversidade e à conservação e ao gerenciamento dos recursos hídricos.

Além disso, por estar a Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, cabe-lhe também apreciar os aspectos formais de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do projeto.

Em relação à constitucionalidade, o PLS nº 248 de 2014 está de acordo com o art. 24, inciso VI, da Constituição Federal, que prevê a competência da União em matéria de conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente. Desse modo, incumbe ao Congresso Nacional dispor sobre o tema, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Carta Magna. No aspecto material, a norma também não conflita com nenhuma norma constitucional.

Quanto à juridicidade e à regimentalidade, não há, do mesmo modo, óbices à aprovação da matéria.

Com relação ao mérito, a autora da proposição argumenta que o Rio Araguaia representa um conjunto de valores e oportunidades vitais para a região central do Brasil. Também é argumentado que a construção de hidrelétricas desalojaria milhares de pequenos e médios produtores de suas terras. Cabe observar, entretanto, que a edificação de usinas hidrelétricas em um rio de planície, se realizada nos moldes tradicionais, tornaria necessário construir e manter diversas eclusas, realizar dragagens e diversas outras obras, o que impactaria drasticamente a fauna e a flora que se desenvolvem ao longo de seu curso.

Além disso, observamos outras questões em relação ao mérito da proposição. A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), determina que todo aproveitamento dos cursos d'água no País – inclusive a construção de barragens – deve submeter-se a critérios técnicos, ambientais, econômicos e sociais definidos com a ativa participação da sociedade e dos usuários. Em consequência, o estabelecimento de regimes específicos para determinados rios por lei, de forma unilateral

por parte do Poder Público e sem consulta à sociedade, contraria a lógica estabelecida para o gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil.

Ademais, não há a devida atenção à importância da navegação fluvial para o escoamento da produção dos Estados inseridos na bacia do rio Araguaia. A proposição não considera os imensos investimentos feitos nos rios Araguaia e Tocantins para criar um sistema de transporte intermodal capaz de integrar as economias da região central do País aos fluxos internacionais de comércio e serviços.

Finalmente, o projeto não toma precaução com relação à necessidade do País de ampliar o aproveitamento hidrelétrico e desconhece o aparato legal e institucional estabelecido para a administração do potencial de energia hidráulica, um bem da União conforme o inciso VIII do art. 20 da Constituição Federal. Cumpre enfatizar que as hidrelétricas construídas atualmente são feitas a fio d'água e por canal de derivação, de maneira que o impacto ambiental causado é muito menor do que o apresentado pelas hidrelétricas construídas nas décadas anteriores, pois a área de inundação dessas hidrelétricas é imensamente menor, de modo que poucos agricultores seriam desalojados.

Voto.

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 248 de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu gostaria que você reconsiderasse esse voto, viu, Senador Douglas Cintra? Em não sendo possível, eu tenho que pedir vista, porque precisamos debater esse assunto. O Rio Araguaia é um rio novo, um rio com característica diferente e acredito que ele não tolera hidrelétrica.

Os seus argumentos são bons, mas gostaríamos de discutir mais.

Nesse sentido, queria pedir que o senhor reconsiderasse o voto. Se não for possível, eu peço vista para apresentar uma outra discussão, pelo menos para aprofundar o debate, Senador Otto, nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Douglas Cintra, com a palavra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Eu terei imensa satisfação de receber o Senador para que possamos debater e, se assim ficar convencido de que realmente devemos mudar o voto, eu o farei, com muita tranquilidade.

Então, diante do pedido de vista dele, eu conversarei com ele depois, para vermos alguns pontos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Vista coletiva então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Diante da solicitação do Senador Donizete e do Senador Ataídes, vou conceder vista coletiva para reanálise do parecer do nobre Senador Douglas Cintra.

Vamos agora ao item 3 da pauta, terminativo.

Eu consultaria o Senador Donizeti se S. Exª vai continuar. (*Pausa.*)

Senador Paulo Rocha, V. Exª também vai continuar ou vai se retirar?

Pergunto porque os itens 3 e 4, os dois que faltam para votar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Presidente, eu também vou precisar sair porque tenho uma LDO agora, e preciso estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O item 4 é terminativo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP. *Fora do microfone*.) – O item 4 já foi votado. Pediram vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Já foi votado, não é? Falta o item 3.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – O item 3.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Sim; que é terminativo. Só falta o item 3.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Mas o Relator não está.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O Relator é o Senador Valdir Raupp, que não está presente.

Não havendo quórum para votação e já tendo sido votados todos os itens, eu declaro encerrada a reunião.

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2015.

Às onze horas e sete minutos do dia quatorze de julho de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Otto Alencar, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata,

João Capiberibe, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Reguffe, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado e Flexa Ribeiro. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. Passa-se à PAUTA, destinada à apreciação dos Pareceres Prévios oferecidos às Propostas de Fiscalização e Controle nº´s 3 e 4 de 2015. Lidos os relatórios, encerradas as discussões e colocados em votação, os relatórios foram aprovados, passando a constituir os pareceres da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal: ITEM 1) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL Nº 3, de 2015. Propõe, com fulcro nos arts. 102-A e 102-B, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal, Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para que seja investigado o Termo de Contrato nº 55/2014, celebrado em 14/10/2014, entre o Ministério Público Federal e a empresa Lúcia Bittar e Filhos Incorporadora Ltda. **Autoria:** Senador Fernando Collor. Resultado: Aprovada a admissão da PFS e pelo seu processamento na forma do Plano de Execução apresentado. ITEM 2) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL Nº 4, de 2015. Propõe, com fulcro nos arts. 102-A e 102-B, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal, Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para que seja investigado o Termo de Contrato nº 83/2014, celebrado em 26/12/2014, entre o Ministério Público Federal e a empresa Oficina da Palavra Ltda. **Autoria:** Senador Fernando Collor. Resultado: Aprovada a admissão da PFS e pelo seu processamento na forma do Plano de Execução apresentado. Ao final, a Presidência submete à votação a ata da presente reunião e a ata da 29ª Reunião Extraordinária da CMA, ocorrida também nesta data, que são aprovadas. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Otto Alencar,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO) – Sr. Presidente, V. Exª já deu por encerrada a reunião? Eu iria pedir só para acrescentar um extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu queria inclusive...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Lídice da Mata, Senador Capiberibe, Senador Paulo Rocha, eu peço desculpas, mas o Senador Ivo Cassol tinha dois requerimentos para apresentar. Assim, consulto V. Exªs sobre se posso convocar uma reunião extraordinária para apreciar os dois requerimentos. São dois requerimentos de informação; não vejo dificuldade alguma.

São dois requerimentos dirigidos ao TCU, não é? (*Pausa.*)

Não havendo manifestação em contrário, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

ITEM 1
PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 3, DE 2015
– Não terminativo –

Propõe, com fulcro nos arts. 102-A e 102-B, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal, Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para que seja investigado o Termo de Contrato nº 55/2014, celebrado em 14/10/2014, entre o Ministério Público Federal e a empresa Lúcia Bittar e Filhos Incorporadora Ltda.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Relatoria: Senador Ivo Cassol.

Relatório: Pela admissibilidade da matéria e seu processamento na forma do Plano de Execução apresentado.

ITEM 2
PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 4, DE 2015
– Não terminativo –

Propõe, com fulcro nos arts. 102-A e 102-B, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal, Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para que seja investigado o Termo de Contrato nº 83/2014, celebrado em 26/12/2014, entre o Ministério Público Federal e a empresa Oficina da Palavra Ltda.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Relatoria: Senador Ivo Cassol.
Relatório: Pela admissibilidade da matéria e seu processamento na forma do Plano de Execução apresentado.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO) – Ocorre o seguinte: nós temos aqui nesta Casa a Comissão de Fiscalização e do Meio Ambiente; a Comissão apresentou a Proposta de Fiscalização e Controle nº 3 de 2015, que visa verificar a regularidade do Termo de Contrato nº 55/2014, celebrado em 14/10/2014 entre o Ministério Público Federal e a empresa Lúcia Bittar e Filhos Incorporadora Ltda.

E apresentou também a Proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2015, que visa avaliar a regularidade do Termo de Contrato nº 83/2014, celebrado em 26/12/2014 entre o Ministério Público Federal e a empresa Oficina da Palavra Ltda.

Nós temos, como órgão auxiliar desta Casa, o Tribunal de Contas da União. Como Relator, a minha solicitação – e não é terminativo, é votação simples – é que encaminhemos esses dois pareceres ao Tribunal de Contas da União, para ele trabalhar em cima disso, já que é o órgão competente para fiscalizar e vistoriar se há alguma irregularidade em qualquer contratação em quaisquer entidades ou órgãos públicos federais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu submeto ao Plenário a inclusão na pauta desses dois itens.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a inclusão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Coloco em votação as PFS nºs 3 e 4.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO) – A votação é para encaminhar para o Tribunal de Contas da União, para que aquela Corte possa fazer a auditagem e fiscalizar. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vou colocar em votação o parecer.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois pareceres solicitados pelo Senador Ivo Cassol (PFSs nºs 3 e 4).

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO) – Sim; são as PFS 3 e 4, pelas quais encaminho, como Relator, Senadores e Senadoras, para o Tribunal de Contas da União, porque é o órgão auxiliar desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente. Não há dúvida.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO) – Então, não vamos nós ficar dando palpite, nessa situação que nós estamos vivendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO) – Então, vamos encaminhar para o Tribunal de Contas da União, para que ele possa proceder à fiscalização, auditagem e, depois, nós tomarmos conhecimento e darmos prosseguimento ao nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Concordo plenamente com V. Exª.

Então, foi colocado em votação.

Eu vou recolocar em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as duas solicitações do Senador Ivo Cassol.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Outro assunto.

Com a palavra, o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, tendo em vista o debate sobre o desenvolvimento sustentável do Cerrado, eu, aqui, fiquei refletindo sobre a possibilidade de

criarmos um dia exclusivo, aqui, no Senado, onde toda a estrutura do Senado, todas as Comissões, todo o sistema de comunicação e também de promoção das atividades do Senado se voltasse para o debate sobre desenvolvimento sustentável.

Eu acho que é um tema importante, eu acho que nós estamos num momento de esgotamento do modelo de produção e consumo que está aí e que nós precisamos entender com profundidade.

E eu acho que o Papa Francisco deu uma contribuição enorme para esse debate e a minha sugestão, e eu vou apresentar o requerimento, eu aproveito para apresentar o requerimento verbal neste momento, para nós criarmos o dia do desenvolvimento sustentável do Senado. E, aí, eu vou detalhar como seria, no requerimento, esse dia. Seria um projeto de resolução que, imagino, deveria tramitar por aqui, pela CMA.

Então, fica, já, registrado que eu irei apresentar por escrito esse meu pedido, formalizar por escrito aquilo que eu estou verbalizando aqui, da criação do dia, no Senado, para o desenvolvimento sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu concordo com V. Exª, Senador Capiberibe, e eu gostaria, inclusive, que o Governo Federal, o Governo da Presidente Dilma, tenha a oportunidade agora... Porque eu não posso perceber a ação de Governo para resolver a preservação ambiental sem a participação daqueles que estão no dia a dia da labuta, do trabalho em todos os biomas do Brasil.

Por isso, apresentei, inclusive, aquele projeto que foi aqui aprovado, da isenção do ITR para aqueles produtores que trabalham à margem da Bacia do Rio São Francisco, com a isenção e com a obrigação daqueles produtores de começarem o replantio das matas ciliares, de se preocuparem com a preservação ambiental, chamando a atenção, inclusive, de que a isenção dos impostos na Bacia do Rio São Francisco, Senador Paulo Rocha, em torno de R$50 milhões a R$60 milhões, que não é muito para o Governo, mas é muito para o produtor, o pequeno produtor, que paga o seu ITR, e ele vai, também, ter a consciência da preservação ambiental.

Se o Governo Federal não chamar a atenção dos diversos setores produtivos para a preservação ambiental, inclusive com educação ambiental programada pelas escolas, pelas universidades, com a participação de todos os setores da sociedade, nós vamos ter um desastre ambiental.

Eu concordo plenamente com isso para que nós possamos trabalhar nesse sentido.

Então, eu vou colocar agora em votação a Ata da reunião anterior e a dessa, agora, desta reunião extraordinária que nós convocamos.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E está encerrada a presente reunião.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia treze de maio de dois mil e quinze, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin e Douglas Cintra. Deixa de comparecer o Senhor Senador Paulo Rocha**.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa à deliberação da pauta, destinada à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. São eleitos por aclamação os Senadores Flexa Ribeiro e Delcídio do Amaral, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. O Presidente eleito, Senhor Senador Flexa Ribeiro, designa o Senador Paulo Rocha como Relator da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às nove horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A Subcomissão foi reativada pelo Requerimento nº 5, de 2015, da CMA.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos da Subcomissão e a eleição de seu Presidente e Vice-Presidente.

Foram registradas, até o presente momento, a seguintes chapas: chapa Única – para Presidente, Senador Flexa Ribeiro, e para Vice-Presidente, Senador Delcídio do Amaral.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas, e, aqui, já faço uma pergunta: se houver entendimento do Plenário, podemos fazer a eleição por aclamação, sem a necessidade de voto em cédula. (*Pausa.*)

Eu ia fazer a chamada para votar, mas eu coloco em votação por aclamação.

Aqueles que estiverem favoráveis a essa chapa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Questiono se algum Senador ainda... (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Convido o... (*Pausa.*)

Declaro eleito, então, para Presidente, o Senador Flexa Ribeiro, e, para Vice-Presidente, o Senador Delcídio do Amaral.

Convido o Senador Flexa Ribeiro para assumir a Presidência desta Subcomissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Oposição/PSDB – PA) – Bom dia a todos.

Quero agradecer a confiança dos Senadores que compõem a Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte por terem nos encarregado de comandar esta Subcomissão, assumindo a sua Presidência.

Esta Comissão vem já de algumas Legislaturas porque ela deve acompanhar a implantação de Belo Monte até o seu final. Ano passado, pelo processo eleitoral, nós não tivemos a oportunidade de visitar o sítio onde está sendo instalada a usina, o que faremos, tenho certeza absoluta, ainda neste primeiro semestre de 2015.

Todos os senhores que compõem a Subcomissão têm conhecimento da importância do projeto da usina para o desenvolvimento do nosso País. A nossa preocupação, em particular, ao tempo em que se construa a Usina, que está com um atraso – era para começar a gerar energia, Senador Raupp, a partir de 2015, e só poderá gerar em 2016, praticamente um ano de atraso, em função de algumas interferências que ocorreram durante a execução da obra –, e dos membros da Subcomissão diz respeito às ações mitigadoras, às condicionantes que foram aprovadas quando da licença de implantação da Usina de Belo Monte. Essas condicionantes não estão tendo a sua implantação na mesma velocidade da usina. A preocupação desta Subcomissão sempre foi de que nós tínhamos que estar atentos para que não deixassem de ser executadas as condicionantes, ou seja, as ações mitigadoras.

Há uns 15 dias, me foi informado que uma das ações mitigadoras era o saneamento da sede do Município de Altamira, com rede de esgoto sanitário, de águas pluviais e água. A informação que tive é que as redes ficaram prontas, mas que a Norte Energia, o consórcio que está implantando Belo Monte, diz que as ligações prediais, ou seja, a ligação da rede de água até a residência, não cabem à Norte Energia e que quem tem que fazer isso é a Prefeitura. Não dá para admitir um negócio como esse. Esse é um ponto que vamos levantar logo em seguida, para que possamos solucionar esse problema.

O Pará já passou por uma experiência dolorosa de ter o Linhão de Tucuruí passando por cima de Municípios e não ter o rebaixamento da energia para atender a população. Não pode agora estar passando a instalação de água pela rua e não estar ligada às residências.

Novamente agradeço a confiança dos Srs. Senadores que compõem junto comigo a Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte e proponho aos senhores que possamos indicar o Senador Paulo Rocha como Relator da Subcomissão.

Eram essas as informações que eu queria passar.

Tão logo o Senador Paulo Rocha, como Relator, possa fazer a apresentação da sua proposta de trabalho para 2015 aos membros da subcomissão, que iremos discutir e aprovar, vamos fazer a visita, *in loco*, (*Pausa.*)

Tão logo o Senador Paulo Rocha, como Relator, possa fazer a apresentação da sua proposta de trabalho para 2015 aos membros da Subcomissão, que iremos discutir e aprovar, vamos fazer a visita, *in loco*, ao sítio, porque não fizemos no ano passado.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião de instalação da Subcomissão de Acompanhamento da Usina de Belo Monte, da Comissão de Meio Ambiente, do Senado Federal.

ATA DA 46ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DIA 30 DE JUNHO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia trinta de junho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, Telmário Mota, Hélio José, Omar Aziz, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 83, de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater o tema: "A Precarização do Trabalho do Operador de Telemarketing no Brasil". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Selma Borghi Venco, Socióloga do Trabalho, Professora da Universidade Estadual de Campinas, Autora do Livro Telemarketing nos Bancos e Diversas outras Obras Sobre as Condições de Trabalho no Setor de Telemarketing; Airton Marinho da Silva, Médico do Trabalho e Auditor Fiscal do Trabalho; Renata Coelho, Procuradora do Trabalho; Vivian dos Santos Queiroz, Representante da SINTRATEL CAMPINAS; Mirlene Severo, Professora do Centro Universitário Belas Artes; Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira, Auditor Fiscal do Trabalho – representante do Ministério do Emprego e Trabalho – TEM; Anderson Borja, Representante da SINTRATEL Ceará; Gregorio Motta Gould, Diretor de Comunicação e Coordenador da Subsede ABC – SINTRATELE; Thiago de Oliveira Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de Pernambuco; Ana Paula Martins de Morais, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de Mossoró – Rio Grande do Norte; Jardel Wandson Queiroz da Cruz, Representante da SINTEL da Paraíba; João de Moura Neto, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços Telecomunicação – FITRATELP. A palestrante Renata Coelho, Procuradora do Trabalho exibe o vídeo *Operadores de telemarketing revelam rotina de abusos,* produzido pelo Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, exibido do sítio na *internet:* <http://globotv.globo.com/rede-globo/fantastico/v/operadores-de-telemarketing-revelam-rotina-de-abusos/3676035/>. O Senhor Presidente exibe vídeo produzido pelo Assessor de imprensa da CDH Vinícius de Borba Alves Ehlers, sobre Diligência realizada na cidade de São Paulo. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Hélio José e Telmário Mota. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) agendamento de duas audiências públicas sobre o tema. Na primeira, com os empresários e na segunda, com representação dos trabalhadores e empresários; e 2) receber Sugestão Legislativa das entidades de classe de Telemarketing. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e seis minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 83, de 2015, desta Comissão, de minha autoria, para debater o tema "A Precarização do Trabalho do Operador de Telemarketing no Brasil".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link*: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Como me atrasei, devido ao tráfego – o normal é iniciarmos às 9h, e hoje estamos iniciando às 9h30 –, vou abrir mão de algumas considerações que faço sempre na abertura dos trabalhos e convido, de imediato, os nossos painelistas.

Teremos duas mesas.

Primeira mesa: Selma Borghi Venco, Socióloga do Trabalho e Professora da Universidade Estadual de Campinas, autora de um livro que trata do tema do setor de telemarketing; Airton Marinho da Silva, Médico do

Trabalho e Auditor Fiscal do Trabalho; Vivian dos Santos Queiroz, representante da Sintratel Campinas; Renata Coelho, Procuradora do Trabalho; Mirlene Severo, Professora do Centro Universitário Belas Artes; Ubiraci Dantas de Oliveira, o nosso querido Bira, presidente da CGTB – e, na sua figura, uma salva de palmas para todos. (*Palmas.*)

Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira, Auditor Fiscal do Trabalho, representando o Ministério do Emprego e Trabalho; e Anderson Borja, representante da Sintratel Ceará.

Os convidados já estão todos à Mesa.

Permita-me, Bira, você que esteve comigo ontem, em São Paulo, que faça um rápido comentário, aproveitando a TV Senado e a Rádio Senado, que transmitem este evento.

Nós estamos participando de uma cruzada em nível nacional. O Bira tem estado em todas; quando não pode, manda um representante da central de que é presidente.

Estamos participando de um debate muito importante contra o PL nº 30, aqui do Senado, que é o PL da terceirização, que terceiriza tudo, inclusive a atividade-fim. Não teremos mais limite, não teremos mais metalúrgicos, comerciários, bancários, professores, enfermeiros, enfim, tudo será terceirizado, e vocês, como ninguém, poderão falar dessa questão hoje aqui.

Todos os eventos são nas assembleias legislativas. A média de participação é em torno de mil líderes sindicais, e são encontros totalmente unitários. Participam todas as centrais, todas as confederações, sindicatos, associações, todos os órgãos da Justiça, entidades ligadas ao Judiciário, todos contra a terceirização. Estivemos em Minas, depois fomos, na semana subsequente, a Santa Catarina, depois, na outra semana, ao Paraná, depois, ao Rio Grande do Sul e, nessa mesma semana – quinta-feira, no Rio Grande do Sul –, na sexta, ao Rio de Janeiro. Na segunda-feira, estivemos em São Paulo.

Em cada audiência dessas, falam em torno de 20 a 30 convidados, todos especialistas, pessoas que conhecem essa área, todos, por unanimidade, rejeitam o PL nº 30. (*Palmas.*)

Em cada Estado, a gente lê a carta. Foi carta no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, que são escritas pelos próprios convidados. São cartas diferentes, mas com o mesmo objetivo final. O mérito é rejeitando a terceirização na atividade-fim.

Ontem, em São Paulo, a audiência superou as expectativas de nós todos. Estiveram lá em torno de 1,3 mil trabalhadores, todos os auditórios da Assembleia de São Paulo estavam lotados e havia gente na rua, assistindo pelo telão. No caso do Rio Grande do Sul, também tivemos que colocar um telão na rua para que todos pudessem participar.

Cheguei ontem de São Paulo, já participei de um debate, numa reunião, ontem à noite, e, na próxima quinta à noite, iremos a Pernambuco. A audiência também será na assembleia legislativa, companheiros e companheiras de Pernambuco. Estão dizendo que Pernambuco vai superar São Paulo. Não é nenhum desafio quanto ao número de pessoas, não.

A mobilização está muito interessante. Quem pensa que o povo brasileiro não está antenado, não está mobilizado, se engana. E são eventos que não são contra ninguém, são a favor de causas. E essa causa, por exemplo, é dizermos não à terceirização, que é a palavra de ordem. Não é, Bira? O Bira participa ativamente.

Lá, depois, tivemos uma reunião com todos os presidentes de centrais sindicais, em que o Bira também estava presente, e tomamos algumas medidas. É claro que reafirmamos contra a terceirização, reafirmamos contra o fator previdenciário e pela fórmula 85/95; reafirmamos que somos a favor da valorização do benefício do aposentado e pensionista, conforme o projeto que vem da Câmara, que vai garantir ao aposentado e ao pensionista somente o mesmo reajuste que é dado ao salário mínimo. E aqueles que dizem que são R$9 bilhões... Se o PIB tem dado 0,1 ou 0, e ele é baseado no PIB, nos primeiros anos, o reajuste, na verdade, será insignificante. Só depois de quatro anos é que vai haver reajuste em torno de R$3 bilhões. Então, não há motivo nenhum para não derrubarmos a tal fórmula progressiva, na questão do fator, e não aprovarmos a proposta que valoriza os nossos aposentados e pensionistas, homens e mulheres de cabelos brancos, que estão sempre a construir este País, mesmo depois de uma idade avançada, de 60, 70, 80 anos, mas que são parcela importante da sociedade e acabam ajudando a família, contribuindo com os netos.

Enfim, muitos sustentam suas casas em época de desemprego. Mais do que nunca, temos que valorizar o benefício do aposentado e também do pensionista. Eu espero – eu que tenho dito tanto que o Senado não é conservador, como muitos diziam – que o Senado agora não recue. Quando a Câmara, que tem apresentado uma pauta muito negativa, apresentar algo positivo, não vai ser o Senado que vai jogar para trás.

Meus queridos amigos Senadores, vamos em frente aprovar a fórmula 85/95. Já está sendo aplicada para os próximos dois anos, mas daqui a dois anos ela pode cair, inclusive. Porque aquela fórmula progressiva de que cada ano de vida aumenta a expectativa em um ano, isso não existe em lugar nenhum do mundo, vai ver que é no céu que você consegue... No céu, pode ser, em cada ano que eu estiver lá, vou ter mais um ano para frente. (*Palmas.*)

Mas aqui na Terra não há. Se me mostrarem um único país aqui na Terra onde cada ano... Porque há uma data para começar, não pensem que é agora que vocês vão ganhar um ano de vida a mais, a data e a hora só no céu mesmo. A partir de 2017, cada ano que vocês tiverem, podem saber que aumentou um ano na expectativa de vida. Eu sempre brinco com a minha idade. Estou com 65, cada ano que eu tiver chegarei a 120, tranquilamente. Vou chegar a 120, e vocês vão ter que me suportar até os 120 anos, pelo cálculo dessa tal de progressão.

Como isso não existe, temos que, de fato, derrubar essa tal de progressão que algum cientista maluco inventou. Não há aquele filme do cientista maluco? Deve ter sido um cientista que não faz bem cálculo e deve ter errado. Nós vamos entender, e não tenho nada contra alguém que tenha algum tipo de deficiência, que vai ficar ofendido aqui. "Você me ofendeu, Paim." Não é isso não, estou apenas dizendo que não há nenhuma explicação de cálculo atuarial nem científico ou de algum geriatra, articulista, especialista que comprove isso, porque isso não existe.

Bom, vamos agora à nossa audiência pública.

Eu vou chamar cada um dos nossos convidados. São dez minutos para cada um, de preferência, porque são duas mesas. Claro, posso ter uma tolerância, não ser tão inflexível com o horário, mas, em tese, são 10 minutos para cada um dos nossos convidados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ontem foi com 13 minutos. Até tu, Bira, 13 minutos para cada um.

De imediato, passo a palavra para a professora da Universidade de Campinas, Srª Selma Borghi Venco, Socióloga do Trabalho. Prof. Selma Borghi Venco, com a palavra.

A SRª SELMA BORGHI VENCO – Bom dia a todos e a todas. Inicialmente, cumprimento o Senador Paim, Presidente desta Comissão, parabenizo pela realização desta audiência. Gostaria de cumprimentar meus colegas da Mesa, alguns antigos aqui de debate, de diversas conversas sobre o setor e, sobretudo, os trabalhadores, que eu soube que viajaram a noite toda para poderem participar deste debate e desta audiência. (*Palmas.*)

Bom, o objetivo da minha participação – vou tentar cumprir os dez minutos – é trazer elementos de várias pesquisas científicas sobre esse segmento do setor de serviços que tem várias denominações, *telemarketing*, alguns chamam *call centers*, centrais de atividades, no qual, segundo os empregadores, existe 1,4 milhão de empregados no Brasil, atuando nessa atividade, mas as estatísticas oficiais apontam menos da metade desse valor. Então, já começamos levantando uma hipótese de que ou esses trabalhadores estão no trabalho informal ou eles estão registrados de forma não condizente com a Classificação Brasileira de Ocupações, a CBO. Então, é uma questão para a gente debater.

Eu gostaria de fazer um rápido apanhado histórico sobre o setor. que teve um grande crescimento nos anos 90, com forte poder de racionalização do trabalho. Pegando a categoria dos bancários, por exemplo, eram 1 milhão de bancários, e, com a reestruturação produtiva e com as centrais de atendimento também, conseguiram reduzir um grande número de bancários. Então, nos anos 90, houve aquela fase do desemprego, de uma precariedade e do avanço das formas de terceirização, com grandes perdas dos direitos conquistados pelas categorias mais combativas. Nos anos 2000, surgem os grandes *call centers*, com formas de terceirização, prestando serviços para os bancos, principalmente, pois foram os primeiros clientes dos *call centers*, e outras empresas de comercialização de produtos etc.

O que pensei discutir aqui hoje? Pelo menos para compreender esse segmento do setor de serviços, precisaríamos abordar dois aspectos. Primeiro, temos de conhecer quem são esses trabalhadores e, por outro lado, falar sobre a organização do trabalho, a gestão do trabalho e, consequentemente – acho que vamos ter oportunidade de falar depois –, os desdobramentos dessa organização do trabalho.

A categoria é majoritariamente feminina. Analisamos qual a razão de esse segmento preferir privilegiar as mulheres. Segundo os empresários, é uma questão natural, pois as mulheres buscam mais o *telemarketing*, os *call centers*. Essa justificativa só reforça a divisão sexual do trabalho, pois as próprias empresas falaram: "Ah, a mulher acaba tendo mais tempo para cuidar dos filhos, da casa". Então, é uma justificativa da sociedade para que a mulher permaneça nessas atividades, acumulando as atividades produtivas e também as reprodutivas. A outra justificativa do setor empresarial é muito vinculada também a atributos construídos socialmente em relação às mulheres: "Ah, as mulheres têm mais paciência, elas geram maior confiança nos clientes ao falar ao telefone". No entanto, as nossas análises indicam que a mulher, em atividades como a do *call center*, que é marcadamente taylorista, como vou apontar depois, que exigem uma certa obediência, uma certa submissão, apesar de reconhecer que é uma categoria bastante combativa, é utilizada para dar sustentação à sua própria organização no trabalho.

Além disso, são jovens, entre 18 e 25 anos. Um terço desses jovens vivencia o primeiro emprego. Ser jovem é uma qualificação muito cara aos empregadores. E compreendemos de que forma? Os jovens chegam com muita energia, em primeiro lugar, porque, para trabalhar nesse setor, precisa de muita energia e disposição. Por outro lado, são jovens que estão vivenciando um emprego formal pela primeira vez ou mesmo um primeiro emprego e que, portanto, desconhecem as tramas do mundo do trabalho. Com isso, eles podem sofrer uma pressão muito mais forte do que em relação aos trabalhadores mais experientes, por exemplo. Eu realizei várias entrevistas que apontavam que os jovens eram ameaçados indevidamente de justa causa dizendo: "Ah, você fez um atendimento inadequado" ou, especialmente com as mulheres, "Você teve um comportamento inadequado".

E, com isso, "Olha, ou você pede demissão, ou a gente vai te demitir por justa causa". "Justa causa" é aquele termo que todos os trabalhadores têm medo, porque é uma marca no seu histórico profissional.

Então, por falta de conhecimento, muitas vezes, eles solicitam a demissão e, com isso, evitam que os empregadores, na verdade, arquem com uma série de custos no momento da demissão.

Bem, há outros segmentos também no *telemarketing,* que são os negros, os obesos, os homossexuais e os transsexuais. O setor se coloca de uma forma muito democrática. Como disse um empregador, numa entrevista: "Somos muito democráticos. Aceitamos todo mundo, de qualquer cor, de qualquer religião, etc.". Mas o que poderia ser uma questão interessante, porque aparentemente é contra o preconceito, torna-se um uso capitalista desses segmentos, que, sabendo a dificuldade que terão para conseguir emprego em outros setores, acabam submetendo-se a trabalhar de uma forma, cumprindo metas além do previsto, como acontece com vários entrevistados, que dizem: "Se eu não trabalhar aqui, sei que vou ficar desempregado. Ou vou ter que trabalhar no campo da imagem e beleza, e não estou interessado".

Então, nesse sentido, compreendemos que é um uso de segmentos mais fragilizados da sociedade, por conta de um sério e forte preconceito social.

Em relação à organização do trabalho, as características do Taylorismo são muito caras para esse setor. Por quê? Porque existe um forte controle dos tempos e movimentos.

(Soa a campainha.)

A SRª SELMA BORGHI VENCO – Já! Vou correr então.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais cinco minutos.

A SRª SELMA BORGHI VENCO – Está bem. Obrigada. Um forte controle dos tempos e movimentos, uma pressão enorme, uma tentativa de eliminar os tempos mortos na produção – isso significa entre uma ligação e outra.

O operador de *telemarketing* não tem um tempo para se recompor, nem mesmo para reidratar as cordas vocais, porque a intensificação do trabalho para essa categoria é muito forte. Estamos falando do atendimento de cerca de 140 ligações numa jornada de seis horas, porque 20 minutos são destinados à alimentação.

O mercado, hoje, reduzindo bastante, realiza uma pressão desmedida, porque eles estabelecem metas irreais para serem cumpridas, porque a venda de um cartão, muitas vezes, vale um bombom – e isso traz uma desqualificação do trabalho muito grande.

Bem, existe o moto perpétuo nesse setor de atividade, que é a pressão. Por isso, comecei dos jovens, das mulheres, etc. São os que ficariam mais sensíveis a essa pressão.

Por essa razão também, compreendo que as empresas estão deslocando-se para outras localidades, pois existe carência de empregos. Com isso, a pessoa vai pegar esse emprego com unhas e dentes, porque ela precisa de emprego, por uma baixa organização sindical, às vezes até uma ausência da mesma, além de poder praticar salários mais baixos. Essa, por exemplo, é uma das grandes razões que justificariam aí o estabelecimento de um piso nacional.

Termino, aqui, colocando uma questão para pensarmos, com base no título de um livro do Noam Chomsky: "O Lucro ou as Pessoas?". No meu entendimento, nesse segmento de setor de serviços, o capital, o lucro, está vencendo em detrimento da saúde, da qualidade das condições de trabalho dos trabalhadores.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Socióloga do trabalho, Professora Selma Venco.

De imediato, passo a palavra para o médico do trabalho e auditor fiscal do trabalho Airton Marinho da Silva.

O SR. AIRTON MARINHO DA SILVA – Muito bom dia a todos. Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pelo convite, ao pessoal do Sintratel de Campinas também pelo convite.

Há uma tendência provavelmente de que todos aqui na mesa falem dos mesmos temas, dos mesmos assuntos, vão repetir um pouco as coisas, uma vez que a história de todo mundo que trabalha com telemarke-

ting tem a ver exatamente com o tema básico, qual seja, o sofrimento do trabalhador que está do outro lado da linha e que tem que tolerar, encarar essa situação negativa da lida com o cliente, da lida com a reclamação, de ter que vender compulsoriamente, obrigatoriamente vender coisas que as pessoas às vezes não querem comprar. Então, do ponto de vista da saúde das pessoas, lidar em conflito constante continuadamente gera um risco de adoecimento mental e, algumas vezes, risco de adoecimento físico pela obrigação de ficar ali preso àquele local muito pequeno, muito estreito.

Exatamente por causa dessa situação de risco, de adoecimento de uma população tão grande – eu trabalho no Ministério do Trabalho há algumas décadas – a gente começou a fiscalizar, nos anos 2000, algumas empresas, cujo setor de telemarketing começava a ter crescimento muito rápido, em quantidade muito grande de trabalhadores. A gente começou a perceber aquilo que alguns livros do exterior já começavam a mostrar: uma população jovem, principalmente feminina, submetida a pressões, a tensões, gerando riscos de adoecimento.

Esse risco de adoecimento vai aparecer às vezes lá no INSS, quando a pessoa fica afastada um certo tempo e os peritos do INSS, que não têm a classificação ou a qualificação adequada para identificar esse adoecimento como adoecimento do trabalho, então, devolvem essas pessoas ainda doentes para o trabalho. A empresa não quer ficar com alguém doente e acaba demitindo essas pessoas.

A gente começou a perceber – eu sou de Minas Gerais, de Belo Horizonte – um número muito grande de reclamações de pessoas jovens, pessoas novas reclamando da situação de trabalho. Quando a gente faz fiscalização do trabalho, a gente tem a tendência de fiscalizar muito situações de alto risco, como construção civil, mineração, por exemplo, setor de transporte, setores onde existem mortes diariamente no trabalho infelizmente. Então, fica parecendo que o telemarketing é um negócio muito suave, muito simples, porque as mesas são boas, o computador é bonitinho, porque tem microfone, porque tem tapete, porque tem ar-condicionado. Fica parecendo que essa situação não mereceria o mesmo cuidado.

E, na fiscalização, a gente começou a perceber isso – lá no início dos anos 2000 ainda – e conseguir participar de alguns grupos de fiscais, de auditores que se interessaram pelo tema. O Ministério do Trabalho aqui, em Brasília, deu um apoio muito grande, à época, para o desenvolvimento do Anexo II da NR 17, que é exatamente a legislação aplicável, na parte de fiscalização do trabalho, ao setor de telemarketing. Todos vocês devem conhecer, em parte, pelo menos.

Esse foi um período bastante longo, um período que durou de três a quatro anos. Não sei se todos vocês aqui conhecem como é o processo de desenvolvimento de uma norma do Ministério do Trabalho. É um processo muito delicado, é um processo muito custoso, porque é feito em sistema tripartite. E essas empresas, já bastante poderosas nos anos de 2005, 2007, entraram com tudo para tentar reduzir o impacto dessa norma, até que a gente conseguiu, em 2007, publicar a norma que é hoje a referência. Inclusive, a gente vê com muita satisfação algumas coisas que escrevemos, que a gente lutou muito para incluir na norma, ser utilizadas hoje como bandeira inclusive pelos próprios trabalhadores e como base para algumas decisões judiciais, algumas ações na Justiça, ações do Ministério Público do Trabalho e da própria fiscalização do Ministério do Trabalho.

O meu colega Alexandre aqui vai comentar sobre uma grande fiscalização que aconteceu agora recentemente lá em Pernambuco e que tem todas as características que infelizmente já existiam anteriormente. A Drª Selma comentou sobre a pressão, sobre a forma de trabalho, sobre as exigências sobre o trabalhador a esse tipo de população, que é uma população mais vulnerável, é uma população que não tem todas as defesas, que não tem ainda uma organização forte que ajuda o trabalhador a enfrentar essa situação.

E as empresas que trabalham nesse setor, têm uma postura muito clara de negar o risco que os trabalhadores correm.

Então, a discussão com os médicos do trabalho das empresas, com engenheiros das empresas, com os próprios administradores, é um pouco diferente, por exemplo, da discussão com a construção civil ou do transporte, onde não tem jeito de negar: "Ah, o trabalhador caiu do andaime e morreu". Não tem jeito de negar que existia um risco de morte ali e que, então, há a obrigação do empregador em relação a essa situação.

Mas a postura dessas empresas tem sido muito de negação. Então, você vê um programa de controle médico, como a gente encontra nas fiscalizações, em que o médico diz que não tem risco nenhum. Diz que praticamente não tem risco. E isso vai exatamente contra a realidade. A realidade é de um número de atestados muito grande, de uma fila de gente nos atendimentos médicos, de uma situação muito precária de saúde em geral, e pensando que são pessoas jovens que deveriam estar na sua melhor fase de saúde.

Então, do ponto de vista da área de saúde do trabalhador, é um tipo de trabalho que gera diversos riscos: riscos à saúde mental, riscos à saúde vocal, à saúde auditiva, à saúde muscular, pelo fato de a pessoa ficar presa em um local muito estreito e muito pequeno durante muito tempo, geralmente com posturas muito desconfortáveis... Mas o principal dessa história toda, que tenho certeza de que vai aparecer aqui, na mesa, em várias discussões, é essa presença constante da pressão por produção, da pressão por remuneração, uma remunera-

ção que não é muito clara, porque se dá um salário mínimo e se promete que ela vai ter outro salário mínimo se bater as metas, mas ninguém sabe exatamente que meta é essa. Se você vendeu um plano e, daqui a um, mês o cliente cancelar o plano, você perde a remuneração que ganhou daquele negócio que você já vendeu lá no mês passado. São uns critérios muito confusos que, às vezes, chegam lá para a gente no Ministério do Trabalho e nós não temos como fiscalizar uma coisa que não está na convenção coletiva ou não está na lei. As empresas se dão ao luxo de dizer que dão uma remuneração variável e que elas é que decidem como vai fazer com essa remuneração variável. Aí, não colocam isso na convenção coletiva, para que o Ministério não possa fiscalizar, e isso não existe nas normas que já estão na CLT. Então, isso dificulta muito essa avaliação, essa fiscalização, e a gente fica o tempo todo utilizando os mecanismos que a gente tem.

O Anexo II da NR-17 é muito claro quando fala que os programas preventivos têm que ter uma discussão sobre os riscos que os trabalhadores correm. Mas, infelizmente, não é bem isso que a gente encontra. Do ponto de vista do que a gente chama de ergonomia... A ergonomia envolve muito as questões de postura, de posição, mas envolve muito as questões de horas de trabalho, de trabalho contínuo, de falta de pausas, da sobrecarga, de uma carga mental muito grande, uma carga de informações muito grande. Essa lida constante com a informática, em que você acaba tendo um nível de atenção e de ação mental muito forte, gera riscos à saúde das pessoas que, inclusive, se associam a essa questão do relacionamento com os supervisores, com as chefias, que, também pressionadas por essas metas constantemente, utilizam diversas formas de pressão.

Quando eu estava fazendo a minha dissertação de mestrado – já se vão mais de dez anos –, eu estava fazendo entrevistas com trabalhadores de *telemarketing* e uma menina – eu estava contando isto agora mesmo – falou assim: "Doutor, eu estava na frente do meu supervisor e ele começou a falar em negócio de demissão por justa causa e não sei o quê. Eu fiz xixi na calça na frente do meu supervisor". Então, é uma demonstração muito forte do nível de pressão que as pessoas sofrem. Inclusive, num grupo de trabalhadores que a gente estava entrevistando na época do desenvolvimento da NR-17, uma das trabalhadoras, uma menina novinha, de 18 ou 19 anos, mais nova que a minha filha, uma menina muito simples, muito humilde, se vira para mim, já que eu era o fiscal, eu era o poderoso ali de alguma forma, e, com toda a sua humildade, pergunta: "Doutor, não tem lei para esse negócio, não?" Eu estou falando de 2002, de 2003. Quer dizer, nós estamos aí com mais de dez anos depois disso e estamos aqui debatendo a legislação e o mesmo comportamento das empresas.

Então, para terminar, quero dar um voto e o apoio máximo que pudermos, na minha área específica, dentro do Ministério do Trabalho, mas na minha área de ação também como Médico do Trabalho, de procurar estimular, ao máximo, a participação, o interesse dos trabalhadores pela própria saúde, que se faz em vários caminhos, um dos quais é a legislação, o Poder Público. Com certeza não é exigindo, por exemplo, a questão salarial, a questão do adicional. Depois vamos discutir isso aqui , mas não é por esse caminho talvez. Eu acho que temos que ter, por parte inclusive das empresas, uma visão um pouco mais real e um pouco mais humanista dessa profissão que é tão importante hoje, desse milhão e tanto de pessoas que sustentam toda a parte de *telemarketing*.

Eu vou terminar dentro do meu tempo.

Muito obrigado, Professor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Airton Marinho da Silva, Médico do Trabalho, Auditor Fiscal do Trabalho.

De imediato, passamos a palavra para a Procuradora do Trabalho, Drª Renata Coelho.

A SRª RENATA COELHO – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador! Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bom dia!

Seja bem-vinda mais uma vez!

A SRª RENATA COELHO – Muito obrigada.

Quero, até para que não sejamos repetitivos com relação a algumas questões do trabalho do *telemarketing,* e porque acho que, às vezes, a imagem vale mais em alguns momentos do que algumas palavras – você se identificar com outro, se colocar no lugar do outro, às vezes, por meio da imagem é mais fácil –, passar para vocês um vídeo. Talvez muitos já o tenham visto, o Senador também, talvez, já tenha visto.

No ano passado, fomos procurados por um jornalista da Rede Globo que queria explorar justamente a profissão de vocês: operador de *telemarketing*. Era um jornalista muito sério e, por conta disso, o Ministério Público do Trabalho achou que valia pena tentar. Nós sabemos que a mídia, às vezes, serve mais para manipular do que ajudar uma causa, mas, diante da seriedade do jornalista, entendemos que valeu a pena. Ficamos alguns dias colhendo depoimentos, colhendo dados que originaram uma reportagem, no Fantástico, de extrema repercussão. Tanta repercussão que, uma semana depois, houve a fase dois da reportagem, porque as empresas

de *telemarketing* pediram direito a voz. Então, foi franqueada voz às empresas de *telemarketing,* que, na primeira reportagem, não quiseram falar, mas, diante da repercussão da segunda reportagem, se pronunciaram.

Então, vou passar apenas a primeira reportagem. A segunda não, mas vocês a encontram facilmente na internet. A segunda tem a fala das empresas e tem, claro, a nosso réplica ao final, pontuando as situações de irregularidades no ambiente de *telemarketing.*

Então, vamos assistir e, ao final, farei a conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Drª Renata, antes de iniciar o vídeo, por uma questão de justiça, já que vai ter a posição dos empresários e a sua posição – réplica, no caso – só para esclarecer o plenário, não é nada contra o vídeo...

A SRª RENATA COELHO – Não, não, nesse vídeo não vai ter; está no segundo, que não vou mostrar. Esse é só o documentário com relação à atividade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu não vou comentar o vídeo porque não o vi ainda, mas só para aproveitar o momento, porque a senhora se referiu aos empresários, *en passant* – não há problema por haver falado, claro que pode falar – quero dizer que os empresários ligaram para cá e também querem o direito de expressarem o seu ponto de vista. E esta Comissão, como todos sabem, prima pela democracia. Os empresários serão também ouvidos. Então, é bom, porque teremos mais de uma reunião e, se necessário for, uma terceira, com a participação de ambos os lados. Por exemplo, três painelistas colocando a visão dos empresários e três a dos trabalhadores. Quem sabe até possamos, em uma reunião como essa, avançar na melhoria das condições de trabalho dos nossos profissionais da área de *telemarketing*. O.k.?

Aproveitei para fazer esse esclarecimento, e já respondendo aos empresários que vou marcar, sim, audiência para eles falarem, o plenário, enfim, poderá se manifestar, e teremos, se necessário for, uma terceira reunião com a participação das duas partes.

Por favor, a palavra é de V. Sª. Eu vou descontar no seu tempo porque eu a atrapalhei aqui. (*Risos.*)

A SRª RENATA COELHO – O.k.

Vamos lá.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo)

(*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, primeiro, pela apresentação. Às vezes, as pessoas não sabem por que temos de fazer tantas audiências públicas, praticamente uma por semana. É devido a fatos como estes. Queremos que esses fatos sejam discutidos, esclarecidos, e que sejam tomadas as providências. Dizia que aqui é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. O projeto está na Câmara e até hoje não andou. Pois bem, a partir destas audiências públicas, que serão três, se for necessário, vocês poderão apresentar, nesta Comissão, um projeto de lei... (*Palmas.*)

...que vai levar o nome das entidades. Apenas indico um relator ou avoco a relatoria, e o projeto é aprovado nesta Comissão. Tenho certeza de que será aprovado, porque conheço o Colegiado de Senadores, e ele começa a tramitar em nome de vocês, com o aval da Comissão de Direitos Humanos. Se for essa a decisão, a Comissão irá receber, com muito orgulho, o projeto, porque isso que vi aqui, confesso, ainda não tinha visto. Como não havia assistido ao programa também, é a primeira vez que vi tanta barbaridade em uma empresa, de forma tão acintosa – em nível nacional, os brasileiros estão vendo hoje.

Já assistiram pela TV Globo o comentário, não é?

A SRª RENATA COELHO – Foi, no Fantástico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – No Fantástico e hoje aqui na Comissão. Quero dar, mais uma vez, meus cumprimentos por terem apresentado e criado esta mesa com tanta competência para discutir uma questão tão grave. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós, que estamos viajando pelo Brasil, discutindo a terceirização, ao ver isso o que estamos vendo aqui, proponho, Bira, se eles autorizarem, passar esses vídeos em alguns Estados. Vamos passar em alguns Estados, inclusive sua fala. Antes, inclusive, sua fala. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro que precisamos de autorização. Já poderá ser em Pernambuco, e nós passaríamos o vídeo. Se a doutora estiver presente, já... Pernambuco será sexta-feira, na Assembleia. Já está confirmado: casa lotada, não está? Se não lotar, tu não vais mais. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Qual é teu nome?

O SR. THIAGO DE OLIVEIRA SANTOS – Thiago.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Thiago, estou reforçando porque sei que você é um dos organizadores e que dará tudo certo.

Por favor, doutora, continue.

A SRª RENATA COELHO – E, após essa matéria, 48 horas depois, a Contax, em Porto Alegre, foi fechada pelo sindicato, em estado de greve. Nós tivemos centenas de vídeos, no Youtube, depoimentos de operadores de *telemarketing*, um que é até famoso, chamado "O Desabafo de um Ex-telemarketing". Recebemos centenas de novas denúncias no Ministério Público em apenas poucos dias. O próprio Fantástico, em uma semana, recebeu milhares de depoimentos em *e-mails* e cartas, o que gerou a segunda reportagem – não vou mostrar aqui por causa do tempo – que traz novos fatos, novas denúncias, traz a voz das empresas e, ao final, nossa réplica.

O discurso é: são fatos isolados... Então, viemos com números para mostrar que não são fatos isolados. Esses fatos acontecem, Senador, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em metrópoles. Eu não estou falando do interior do Mato Grosso, em uma cidade inacessível, não! Isso acontece às claras. Às claras e ao lado de prédio do Ministério Público, de prédio do Ministério do Trabalho e de prédio de Secretaria de Direitos Humanos.

Há o famoso vídeo da Água da Contax", a água preta que os trabalhadores bebem. Uma empresa que tem mais trabalhadores do que grande parte dos Municípios deste Brasil – são milhares de empregados – não consegue fornecer água potável com nível minimamente consumível para seus trabalhadores.

Então, a situação é chocante, Senador. E eu também fico chocada e tenho de confessar a vocês até um pouco emocionada, porque, nessas semanas em que fizemos as reportagens, recebemos ligações, gravações de vozes – porque hoje o celular é uma arma – em que trabalhadores, dentro de empresas de *telemarketing* gravavam as humilhações pelo celular e nos mandavam, em mensagens de voz, o pedido de socorro. E olha que, no meu trabalho, estou acostumada a lidar com situações bem graves: trabalho escravo, trabalho infantil. Mas, parece, as pessoas tendem a banalizar a crueldade. Nós estamos tão chocados com toda a violência que nos é despejada todos os dias – você já acorda com violência sendo despejada – que, às vezes, banalizamos a crueldade, Senador.

Parece que o operador de *telemarketing*, porque trabalha sentado, porque tem uma jornada de seis horas, é um privilegiado. Não é! Ele é parte do que alguns sociólogos hoje já chamam de "precariado". Ele é um trabalhador terceirizado, geralmente. Ele entra no trabalho sem conversar com seus colegas; ele sai sem conversar com seus colegas; ele é mandado o tempo inteiro; não ganha hora extra, tudo vai para um banco de horas, ele não consegue descontar nunca o banco de horas; atestado não é aceito; acidente não é notificado. E isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse dado para nós, que estamos fazendo essa cruzada nacional, é importante, não é, Bira, você que está viajando comigo. A maioria é de terceirizados.

A SRª RENATA COELHO – A maioria é de terceirizados, porque o setor de *call center*, seja de bancos, de empresas de cartão de crédito, tudo é terceirizado, não são empregados do banco. Os clientes preferenciais do banco são atendidos por vocês? Não! Os clientes preferenciais do banco são atendidos por empregados do banco. Agora, o operador...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª RENATA COELHO – Isso! E bancos estatais também fazem isso. Todos: as secretarias e tudo.

Então, a função de *telemarketing*, que já foi chamada de "a profissão do futuro da era da informação", é hoje profissão do passado, como foi dito, da época da escravidão, pois você não pode se levantar para ir ao banheiro. São fatos isolados? Não! Nós ouvimos isso como mantras. São mantras, praticamente.

Todos os trabalhadores relatam a mesma coisa: o mesmo tempo de banheiro, o mesmo tempo de almoço, a mesma recusa de atestados, a mesma omissão com relação às doenças que acontecem, a perseguição, assédio moral.

Então, são práticas de gestão. São práticas necessárias ao lucro e ao capitalismo? Não. São opções de gestão. São opções. A terceirização é um fenômeno natural do capitalismo, Senador? Não é. É uma opção de gestão. (*Palmas.*)

A terceirização é uma opção pela precarização. É uma opção pelo descarte. O descarte do quê? Do que me dá problema, do que não quero cuidar, porque do que quero cuidar não descarto.

(Soa a campainha.)

A SRª RENATA COELHO – Mantenho o meu nome, a minha gerência e até o *script* que o operador de *telemarketing* faz. Controlo o tom de voz com que ele lida com o cliente. Isso eu quero manter.

Agora, o acidente, a doença, o problema, a falta para cuidar do filho, isso eu descarto. Isso tudo eu terceirizo. Então, a terceirização é uma opção.

Então, Senador, vou encerrar a minha fala com dois pedidos. V. Exª disse, no início, algo muito interessante que, muitas vezes, quando recusamos alguma coisa, já somos tidos como radicais. Então, não precisamos dizer "não" ao PL nº 4.330, da terceirização, mas "sim" à primarização.

Vamos deixar com que a empresa retenha aquilo que ela tem de mais caro: o trabalhador, a vida humana. Quem contrata uma pessoa gere uma vida. Então, vamos dizer "sim" à primarização; vamos dizer "sim" à valorização do trabalho.

O trabalho dignifica. O trabalho não deve adoecer. Sadi Dal Rosso, um pesquisador da UnB, diz uma frase de que gosto muito: "O trabalho ocupa, hoje, a pessoa como um todo. Nós somos o que produzimos na nossa sociedade".

Então, se o trabalho ocupa a pessoa como um todo, se o trabalho adoece, a minha vida é doença, a minha vida não é saúde. Então, vamos dizer "sim" à primarização. Vamos dizer "sim" à valorização do trabalho do operador de telemarketing, que é alvo de chacota em programa humorístico! Não é verdade? Temos programas humorísticos: "Como se livrar de operador de telemarketing?"

Vamos valorizar a profissão, por meio da recusa ao Projeto da Terceirização e do andamento do Projeto nº 2.673, que regulamenta a profissão. São os dois pedidos hoje do Ministério Público do Trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Renata Coelho. Entendi bem. O que a Drª Renata está dizendo – e achei bem interessante – é: "não à terceirização, e sim ao emprego na empresa matriz!"

É isso que ela está reafirmando: a primarização.

A primarização, como palavra de ordem, vai difícil de pegarmos, mas sim ao vínculo direto. Pronto.

Meus cumprimentos.

Meus parabéns aos três painelistas que já deram um colorido especial ao nosso debate, ajudando-nos inclusive nessa cruzada nacional contra a terceirização.

Agora, passo a palavra à representante da Sintratel Campinas, a Líder Vivian dos Santos Queiroz. (*Palmas.*)

A SRª VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – Bom dia a todos. Gostaria de parabenizar, primeiramente, o Senador Paulo Paim, que gentilmente já tem um histórico de luta, por toda sua vida como sindicalista, como parlamentar de defesa dos interesse dos trabalhadores. Quando vimos a realidade da nossa categoria, tivemos o objetivo de vir conversar com o Senador, que já tem esse histórico de defesa dos interesses dos trabalhadores, para que tomasse essa causa para si. Desde o primeiro momento, ele tomou a causa da nossa categoria e convocou essa audiência pública para discussão das condições, da precarização do trabalho do operador de *telemarketing* no País.

Gostaria de agradecer à Professora Selma Venco, ao Dr. Airton Marinho, à Drª Renata Coelho, à Drª Mirlene, ao Bira, que esteve aqui articulando essa conversa com o Senador Paulo Paim, da Central Geral dos Trabalhadores – CGT, ao companheiro Anderson Borja, que está aí nessa luta há bastante tempo, ao companheiro Thiago, do Sintelmarketing de Pernambuco, os companheiros do ABC, o Gregório do ABC, a companheira Ana Paula de Mossoró e tantos outros companheiros.

Agradeço à companheira Louise e o companheiro Emerson, do Ceará, e a outros sindicalistas que estão presentes, que não conheço, mas, pelo fato de estarem participando aqui desta discussão, já comprovam que buscam realmente a melhoria das condições da nossa categoria.

Eu acho que foi explanado, eu acho que o vídeo que a Drª Renata passou, que a gente vem acompanhando na TV Globo... Assim que passou esse vídeo, nós do Sindicato de Campinas (Sintratel Campinas) começamos a receber – já recebíamos, mas aflorou – denúncias, porque geralmente os trabalhadores têm muito medo de denunciar essas situações.

Então, as denúncias afloraram e os trabalhadores ganharam voz. Tudo o que foi dito, tanto pela Drª Selma, quanto pela Drª Renata, é de fato verdadeiro. A gente enfrenta, nos nossos sindicatos, diariamente, denúncias de trabalhadores sobre essa situação.

Há doença ocupacional; eu sou uma lesionada e sei o que é isso. Há trabalhadores que são assediados diariamente. E, infelizmente, é um assédio moral institucional. Isso já é prática dentro das empresas. Se fosse de uma gestão ou outra, a gente já estaria acostumado. Agora, virou um assédio moral institucional.

Nós mulheres somos 76% da categoria e já vimos os patrões dizerem o seguinte: "Têm que ganhar salário mínimo, porque são mulheres", certo? Somos uma população composta de homossexuais, negros, mulheres.

Então, eles falam: "Não. Nós somos um setor democrático, nós damos emprego". Mas não é. Eles utilizam isso para manter o trabalhador cada vez mais dócil, e dizem: "Olha, se você não ficar quietinho aqui, ganhar o salário que eu te proponho, aguentar o assédio moral que eu promovo, você não vai ter emprego aí fora". E isso é muito triste.

A gente vê uma população jovem: 39% da nossa categoria é uma categoria doente, adoentada, em uma situação de assédio moral extremo, ganhando um salário mínimo, e quando lá um salário mínimo.

Nós enfrentamos, no início do ano, na região de Campinas, uma greve de dez dias, iniciada pelos trabalhadores da Contax. Foi uma greve buscando melhorar as condições de trabalho tendo em vista todas essas denúncias apresentadas e buscando um salário melhor para o trabalhador. No Estado de São Paulo nós temos um piso mínimo estadual. Queremos que as empresas respeitem esse piso mínimo estadual e a Lei do Piso Mínimo Estadual.

A gente tem um pouco de divergência sobre dois projetos de lei sobre a questão da regulamentação na Câmara Federal. Quer dizer, já estão há muito tempo – um de 2007 e outro de 2013.

Eu até estava conversando com o Senador, que propôs que nós, entidades, discutamos e apresentemos para o Senador um projeto de lei que esteja de acordo com o que acreditamos ser o melhor para os trabalhadores.

A regulamentação da profissão é algo primordial e o reconhecimento da categoria como diferenciada. Porque existem muitos outros setores que contratam operadores de *telemarketing* e não o registram como operador de *telemarketing*.

O dado que a Profª Selma apresentou é certíssimo. Dizem que somos entre 1,5 milhão e 2,0 milhões de trabalhadores. Mas, na verdade, a apuração do Ministério do Trabalho é metade disso, por quê? Porque as empresas não querem seguir as normas regulamentares. As empresas não querem seguir o que a NR17, que fala sobre a carga horária máxima, sobre as pausas instituídas.

Para eles. é melhor registrar o operador com outro nome de função e impor uma carga horária de oito horas por dia. Ou seja: contratar o operador com outro nome para que não dê as pausas corretas.

A nossa proposta é que conste aí a regulamentação da categoria, a discussão sobre o reconhecimento da categoria diferenciada, a estipulação de um projeto de lei, claro, dentro da regulamentação ou não de um piso salarial nacional, que não seja salário mínimo, certo? Porque salário mínimo não é piso. Isso a gente já enfrentou... (*Palmas.*)

Em Campinas, nós tivemos duas audiências do dissídio. O Presidente do Tribunal, também muito combativo, Dr. Lourival, disse para as empresas: "O que vocês propõem?" Eles responderam: "Nós já temos um piso mínimo nacional estipulado por tal federação, que nós não somos filiados." O Desembargador disse: "Mas doutor, salário mínimo não é piso! Salário mínimo é o mínimo!"

Então, a gente tem um estudo dos últimos dez anos das perdas salariais que a gente teve nacionalmente. Infelizmente, existe hoje uma migração muito grande das empresas para o Norte e Nordeste do País – os companheiros do Nordeste podem dizer como está lá a situação.

A gente verifica o quê? Onde há uma maior possibilidade de organização sindical e possibilidade de um salário maior para o trabalhador, as empresas tiram os postos de trabalho – a gente enfrentou isso e está enfrentando isso com a Contax em Campinas. No pós-greve, eles já demitiram 800 trabalhadores, de dois mil que eles tinham em Campinas, e já migraram para unidades do Acre e da Paraíba.

Então, a gente verifica o quê? Nesses grandes centros – São Paulo, Campinas, até mesmo em Recife –, eles podem até conseguir a recomposição de mão de obra. Mas indo para Estados mais afastados, onde não há uma população muito grande, o que que vai acontecer? Se hoje nós temos 39% já adoentados, de uma população de dois milhões de trabalhadores, 1,5 milhão, imagine isso no Acre.

Quer dizer, ele vai levar, abrir os três mil postos de trabalho, como é o caso da Contax, a médio, longo prazo vão adoecer esses trabalhadores, e não vai repor mão de obra. Então, eles vão tirar a operação dali e jogar para um outro local para precarizar.

Você mudar de Estado, a empresa ir atrás de incentivo fiscal para abertura de empresa, sim. O que a gente não pode aceitar é ir atrás de outros locais para precarização de mão de obra. Isso a gente não pode aceitar mesmo.

Alguns sindicatos acham: "Não. Está vindo para cá, então a minha base vai crescer." Essa é uma luta nacional. Eles estão adoentando trabalhadores...

(Soa a campainha.)

A SRª VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – Em todo o território nacional.

A gente não pode se acostumar com essa situação. E a gente tendo um piso mínimo nacional digno, não vai haver mais a chantagem que as empresas utilizam com os sindicatos: "Bom ou você fica quietinho, não mobiliza, não pede um salário justo, ou a gente sai daqui...

Na verdade, existe hoje uma chantagem em cima dos sindicatos. Mas se a gente tiver uma lei estabelecendo um piso mínimo digno, como a nossa proposta aqui por estudo seria, pelo menos, R$1.011,00, pelas perdas que nós tivemos, estabelecendo insalubridade no setor – porque nós somos, sim, um setor insalubre –,

estabelecendo a regulamentação da categoria, esses são itens primordiais para que a gente mude a situação da categoria no nosso País.

A gente está iniciando conversas com diversos companheiros de vários Estados sobre essa questão. Eu acho que, além do projeto de lei que vai sair daqui do Senado por discussão nossa aqui, dos sindicatos – claro, vai ter que haver o contraditório das empresas também, colocando o posicionamento deles –, o primordial é a gente estabelecer uma luta nacional conjunta. Não é cada um fazer no seu Estado não, é uma luta conjunta, de todos os sindicatos.

Por isso, eu agradeço ao Paim pela... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... pela sugestão, que é o que nós estamos fazendo com esse projeto da terceirização. Você está reforçando aqui agora.

A SRª VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

A SRª VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – Agradeço ao Paim por toda essa abertura, agradeço a todos os companheiros que vão participar desta segunda mesa agora. Não couberam aqui, mas vão participar desta segunda mesa e poderem trazer a realidade dos seus Estados.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Vivian dos Santos Queiroz, representante da Liderança do Sindicato Sintratel Campinas.

Agora vamos para Mirlene Severo, professora do Centro Universitário Belas Artes, também estudiosa do tema.

A SRª MIRLENE SEVERO – Bom dia a todos e a todas, bom dia, Senador. Quero inicialmente fazer alguns agradecimentos. Estou aqui também em nome da Federação Democrática Internacional de Mulheres, que publicou recentemente um livro sobre as condições de acesso da mulher ao mercado de trabalho. (*Palmas.*)

Então, a gente trouxe aqui um exemplar que a nossa Presidente, Márcia Campos, pediu para lhe enviar, pois são temas bastante próximos. A gente acabou de ouvir aqui os representantes da mesa dizendo o quanto a mulher jovem faz parte desse universo dos operadores e operadoras de *telemarketing*.

E quero também dizer que a Federação Democrática Internacional de Mulheres, o livro que a gente está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se me permitir, eu quero destacar aqui o livro e dizer que é uma luta que vocês estão travando corretamente.

Por incrível que pareça, há um projeto que veio da Câmara, eu fui o Relator, de pronto dei o parecer favorável. O que diz o projeto, inclusive baseado no que manda a Constituição? Que a mulher, na mesma atividade, na mesma função, tem que ter o mesmo salário que o homem. Infelizmente, o projeto, que estava pronto para ser votado no plenário e ir à sanção, foi enviado para a Comissão de Reforma Agrária, se não me engano. O que tem a ver Comissão de Reforma Agrária com garantir...

Por isso, meus cumprimentos à luta. Eu sei que vocês estão defendendo também esse projeto. E nós temos que fazer aí um bom debate e levarmos até para essa cruzada que nós estamos fazendo, Bira, um ponto específico, pelo menos isto, que seja assegurado à mulher, na mesma função, o mesmo salário que o homem. (*Palmas.*)

A SRª MIRLENE SEVERO – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pelo menos isso. Por favor, continue.

A SRª MIRLENE SEVERO – Então, eu agradeço, Senador, eu trouxe alguns exemplares, estão aqui para vocês, mas também trago uma mensagem da Presidente da Federação, a Márcia Campos, porque neste ano a entidade completa 70 anos, e ela, Márcia, é a primeira brasileira a presidir a Federação Democrática Internacional de Mulheres. É um grande orgulho para todas nós, num momento desses que a gente está vivendo aqui no Brasil, ter mais essa entidade para lutar pelos direitos das trabalhadoras.

E, comungando aqui com o que a gente está discutindo nesta mesa, e o quanto é importante a gente estar discutindo essa mesa, eu quero dar os parabéns a uma pessoa que está representando todos os sindicatos aqui e que representa muito a categoria, que é mulher e jovem, a Vivian. (*Palmas.*)

Isso é muito simbólico. A gente inclusive estava com alguns problemas para vir, mas eu falei: não, não há como falar não para a Vivian, ela é o símbolo dessa luta do que está acontecendo hoje com os trabalhadores de *telemarketing* do Brasil, e por isso a gente tem que dar a contribuição que puder dar.

Também quero saudar, em especial, além de todos os integrantes que compõem a mesa junto comigo, essa figura histórica que é o Bira. O Bira, eu lembro quando... (*Palmas.*)

Começando pela parte histórica, Bira, eu lembro quando eu era do movimento estudantil, o Bira já era defensor dos direitos dos trabalhadores, e a gente ouvia o Bira nas diversas manifestações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não precisa dizer a idade dele, porque eu digo a minha, mas ele nunca disse a dele.

A SRª ANA PAULA MARTINS DE MORAIS – Então, é um grande orgulho sentar à mesma mesa com essa grande figura de defesa dos direitos dos trabalhadores e saber, inclusive, que está aí mais uma vez tentando salvar os nossos direitos contra o PL da terceirização. Bira, é um grande prazer estar aqui junto com você nesta mesa.

Pessoal, o tempo é curto, mas eu acho que todo mundo tem com o que contribuir. Mesmo sendo falas que se aproximam, ou, até mesmo, às vezes, como o doutor falou, se repetem, eu acho que é importante até para a gente ir formando um conceito sobre aonde a gente quer chegar e de que forma a gente tem que lutar.

Como a Drª Renata falou, é evidente que nada se projeta na sociedade por acaso. Até parece por acaso todos esses discursos que a gente tem ouvido. Não, tudo isso tem uma orquestração, há conceitos em cima, então se a gente também não sabe o momento histórico que a gente está vivendo, dificilmente a gente consegue mudar aquilo que está sendo realizado.

Então, eu pensei, na apresentação – e vai ser bastante interessante porque vai poder contribuir, colaborar e também completar tudo o que já foi dito aqui na mesa de forma bastante brilhante –, de a gente começar falando sobre a situação econômica no mundo, e aqui no Brasil, em especial, com a crise que começou em 2008, a crise econômico-financeira nos Estados Unidos. Depois a gente passa para o que é conceito de trabalho precário, onde e de que forma isso mais se revela e, finalmente, a gente passa para alguns indicadores da questão do operador de *telemarketing*. Essa primeira e segunda parte estão contidas no nosso livro. Assim, Vivian, já fica a pedida para a gente fazer um livro específico, em parceria com o nosso Instituto lá, na FDIN, para gente tratar da questão específica do *telemarketing*.

Só pra gente lembrar, desde 2008 que o sistema financeiro internacional vem vivendo um abalo bastante grave. Começou nos Estados Unidos, vocês devem estar lembrados, com a questão da bolha do mercado, principalmente imobiliário, e isso se estendeu para muitos países. Os Estados Unidos, inclusive, tentaram empurrar essa crise, vêm tentando e vêm conseguindo, de uma certa forma, empurrar a crise deles para outros países. E quando a gente não tem uma certa proteção, quando a gente não tem a presença efetiva do Estado, principalmente defendendo os direitos dos trabalhadores, evidente que a gente vai acabar adquirindo essa crise como se fosse nossa.

Por que eu estou falando isso? Porque não tem como a gente pensar em trabalho precário, terceirização e todos os discursos que vêm sendo feitos hoje em dia, se a gente não pensar na nossa situação econômica. Ela está completamente vinculada a isso tudo.

Começa a ter essa crise, e, então, aprofunda, aumenta de uma forma muito intensa a questão da informalidade e da terceirização. "Ah, então quer dizer que antes não tinha?" Tinha, claro que tinha. Assim como já foi dito aqui na mesa, a gente vai também demonstrar, que, na década de 90, foi o maior período, principalmente por conta da privatização. Com a privatização da Telebras, começou a haver terceirização e operadoras de *call center* e de teleatendimento. E, assim, a gente começa a ter bastante intensamente esta figura do operador de *telemarketing*. Só que há um agravamento dessa crise, principalmente vinda através da terceirização, a partir de 2008, porque todo mundo começa a querer se salvar, e os trabalhadores que se virem por conta própria.

Então, esse trabalho da OIT (Organização Internacional do Trabalho), do ano passado, vem demonstrando que a taxa de desemprego no mundo tem ampliado e, de uma certa forma, ela amplia entre os homens e reduz entre as mulheres. E isso, às vezes, parece bastante interessante, porque, como falaram a Drª Renata, a Vivian e a Profª Selma, parece que a mulher está começando a se alocar no mercado de trabalho, começando a ganhar realmente o seu espaço. E isso não é verdade.

A gente ganha esse espaço a partir do momento – essa também é uma demonstração gráfica daqueles dados também da OIT, do ano passado – que a gente vem assumindo muito mais o trabalho terceirizado e precário, que, muitas vezes, não é informal, ele é formal, e, por isso, parece que a gente está, como mulher, ocupando mais espaço no mercado de trabalho, e não é. A gente está ocupando, na verdade, o que sobrou do trabalho.

Olhem esses dados. Eu gosto muito desses dados. Por que eu estou ressaltando isso? Para gente saber como que os operadores de *telemarketing* começam a ter, como espaço de trabalho, de disputa para ter um emprego, esse local. Porque, da forma como a Drª Renata colocou, a Vivian também colocou, é insalubre, é rotineiro, é robotizado, é um lugar muito ruim.

(Soa a campainha.)

A SRª MIRLENE SEVERO – Então, como que a gente pode, mesmo assim, querer trabalhar nesse espaço? Porque a necessidade vem justamente nesse momento, a gente não tem outros postos de trabalho. Olha lá, no mundo, a gente perdeu 13 milhões de empregos, 13 milhões de postos de trabalho foram cancelados,

sumiram. E, mais do que isso – olhem no segundo item –, 85% do emprego feminino está no setor de serviços, que é justamente o setor mais precarizado.

O meu tempo já deu, deixe-me só demonstrar para vocês algumas coisas relacionadas aqui no Brasil.

Então, a primeira coisa no Brasil, a gente tem uma política, desde a década de 90, que é um discurso ideológico, um discurso de opção, como já foi dito aqui pela Drª Renata, pela gestão diferente. Então, a gente tem, desde a década de 90, uma introdução de métodos flexíveis, da empresa limpa, da empresa enxuta. E o que isso significa? Nada mais do que tirar direito do trabalhador. Então, você não tem mais a produção realizada toda ela dentro do espaço de trabalho. Você começa a dividir, cada vez mais ter menos funcionários e menos obrigações com esses funcionários, e você subcontrata.

Tem-se um aumento muito grande da produtividade nesse último período no Brasil, só que há um contingente de trabalhadores infinitamente menor. Perderam-se vagas de trabalhos formais de forma incrível. E, gente, não tem como, é aquele último item, a terceirização é precarização, é associado. Há diversos autores, aqui eu estou citando o Ricardo Antunes, professor da Unicamp, mas há diversos autores que trabalham com isso.

Falar de precarização é falar de terceirização, que é o tema aqui da nossa audiência pública. (*Palmas.*)

Esse novo modelo de empresa que vem sendo construído – não, é o novo modelo de gestão. Aqui o doutor falou assim: "A gente está lá, no meio daquelas tecnologias todas..." – parece até um ambiente bastante propício para o jovem nesse primeiro emprego, todo cheio de tecnologia, só que isso não adianta se a condição de trabalho dele é só para explorar. E a terceirização é isso, gente.

Então, não tem como pensar em falar de precarização se não falar de terceirização. Aqui, no Brasil, a gente viveu uma epidemia de terceirizados desde 95, principalmente por conta das privatizações que nós vivenciamos. O primeiro setor que terceirizou os serviços foi o setor público, infelizmente.

Outra coisa, isso pensei bastante em você, Vivian, na hora que eu fui escrever, porque o que é pior dentro da precarização, porque lá é o conceito de precarização... O que é a precarização? Vocês mesmo podem me ajudar: são sucessivos contratos temporários; não tem estabilidade; muitas vezes sem registro em carteira; atividades instáveis, repetitivas, temporárias. Mas o pior disso, o pior disso tudo é que o trabalhador fica fragmentado, ele individualiza, ele não consegue enxergar, muitas vezes, como ele pode sair desse circuito através da luta, através do sindicato, através da organização. Então, isso é o pior dentro da precarização, dentro da terceirização do trabalho.

Bom, esses dados são fantásticos, porque a gente começa a pensar como que as coisas estão ruins mesmo, porque, dentro dos trabalhadores terceirizados, na mesma função – a gente tem falado bastante na mesma função, Senador, por conta da questão do PL das mulheres–, qualquer trabalhador na mesma função, só que o terceirizado, ele tem uma remuneração 27% menor, a jornada de trabalho dele é maior e a rotatividade é quase 50%.

A expansão dos *call centers* se deu principalmente na década de 90. A flexibilização da produção, que é isso que acabei de falar pra vocês, que é como que a empresa começa a terceirizar o serviço dela. E, gente, terceirizar não significa modernidade. O chefe vem e diz: "Moderno isso, viu, gente, supermoderno". Não é. É para não dar direito ao trabalhador, é para tirar os direitos que são de responsabilidade deles.

Desregulamentação, as novas formas de gestão do capital, a ampliação das terceirizações e da informalidade são relações que estão no Brasil a partir desse momento.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto para concluir.

A SRª MIRLENE SEVERO – Certo.

Várias coisas, como traços construtivos do operador de *telemarketing*. Ele tem que cumprir metas. A rotinização do trabalho. Os supervisores e coordenadores são autoritários. Baixos salários. Condições de trabalho insalubres. Adoecimento.

Quero só finalizar, dizendo isto, que é importante: Vivian, no dia que for fazer, tem que chamar essas empresas. Elas são responsáveis pelos terceirizações, elas são as gigantes que contratam o serviço de terceirização e não respondem pelos problemas. Elas cobram do operador, o operador fala em nome delas, só que elas não têm responsabilidade com o direito do trabalhador, que são a Oi, a Vivo, o Santander, o Itaú. São elas que mais contratam no Brasil.

E as indicações que eu trouxe para a gente pensar nessa proposta de mesa.

Então, o quê? Concluindo, nunca o sistema precisou tanto dos trabalhadores como agora. Então, essa história de que o trabalho está sumindo é mentira, e o *telemarketing* é importante nisso, porque ele tem as informações do sistema. Portanto, é importante a gente regularizar a categoria – como já está ali na faixa –,

apontar com clareza a questão da insalubridade, e eu acho que a NR nº 17 pode ajudar bastante, e ser contra o PL da terceirização.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, muito bem. Professora do Centro Universitário Belas Artes, Mirlene Severo. Quando eu vi aqui, professora, belas artes, eu fiquei... Belas artes! Olha, ela é professora de belas artes, a mulher sabe de tudo do mundo do trabalho. Meus cumprimentos. Se puder deixar a palestra para ficar nos Anais da Casa... Já deixou. Enfim, eu acho que esta Mesa, Bira, eu quero lhe cumprimentar, porque você que me provocou para esta audiência. Todos aqui foram brilhantes e estão dando depoimentos que vão nos ajudar, inclusive, muito no debate nacional que estamos fazendo nessa cruzada, em nível nacional, contra a terceirização.

Das tais de férias de julho, que tem aqui no Congresso, eu já abri mão, não tem férias de julho, e vou continuar, durante todo o mês de julho, viajando com esse debate. E esse material que V. Exªs estão deixando aqui, eu vou, se vocês permitirem... Depois nós vamos pedir aqui para o Vinícius – eu ia chamar de Cristian –, que é o jornalista, para nós fazermos um videozinho dessa audiência pública, para nós colocarmos... (*Palmas.*)

...em muitos debates por que nós vamos passar pelo País, pela bela contribuição de todos os nossos convidados.

Então, agora, vai a palavra para o Ubiraci Dantas de Oliveira, que é Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu conheço o Bira há alguns anos. Não vou lembrar a questão da idade de novo, mas, se vocês botarem algumas décadas para trás, já conheço o Bira há algumas décadas. Não vou dizer tantas, não é, Bira? Lá de Canoas, quando eu me elegi presidente do sindicato ele estava lá, apoiando a minha disputa, isso há 40... Opa, falei o que não era para falar.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador fala sempre no momento em que entender mais adequado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu vou ser rápido.

Eu só queria não deixar de registrar que o Senador Paulo Paim, que é um Senador daqui, desta Casa, tem trabalhado muito em prol do direito dos trabalhadores e em prol dos direitos sociais em geral. É uma pessoa muito especial aqui, nesta Casa, exatamente por causa disso.

É um acerto essa mesa, essas duas mesas aqui compostas para tratar de um trabalho que tem empregado bastantes pessoas, bastantes familiares, e tem sido, cada vez mais, precarizado. E, consequentemente, os tratamentos vão, cada vez, ficando também piores, com essa questão toda.

Eu queria só registrar, Senador Paulo Paim, e também registrar a todos da mesa, tanto à primeira mesa quanto à segunda mesa – são muito ricas aqui as pessoas presentes –, que vocês têm o nosso apoio. Acho que nós aqui... O Senador Paulo Paim, que é uma pessoa que fundou a Central Única dos Trabalhadores, que está nesta Casa desde a época da Constituinte, tem uma sensibilidade, lidera um grupo significativo de Senadores aqui, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu diria que eu sou liderado por eles, porque as causas nos lideram, e os Senadores pedem a minha contribuição, estou sempre junto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você é um deles.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Uma salva de palmas a esses Senadores que lideram as causas. (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – É com essa humildade do Senador Paulo Paim, de compreender esse sentimento do trabalhador em geral, que esta Casa vai, cada vez mais, tendo mais qualidade no debate. Esse debate aqui, quando pega uma jovem – para não citar todos – como você, Mirlene, não é Mirlene?, que coloca – não é, Paulo Paim? – com tanta propriedade essas questões sobre a terceirização, e que todos aqui, com certeza, também estão, cada vez mais, enriquecendo o debate, faz com que nós possamos melhor definir os processos e impedir que esse tipo de situação venha a prejudicar mais ainda os trabalhadores brasileiros.

Então, na Câmara, esse processo passou, assim, depois, de 12 anos de discussão, no supetão, esse processo da terceirização. Aqui, no Senado, ele está sendo discutido com muito cuidado. Nós, não é, Senador?, tivemos o prazer de o nosso Presidente da Casa deixar claro que não iria encaminhar isso de qualquer forma, que iria fazer com todo o cuidado os debates necessários. E o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de

Direitos Humanos, da qual também faço parte como membro titular, com muito orgulho, tem liderado, tanto aqui como no Brasil, com muita tranquilidade, tem dado oportunidade a todos, inclusive aos favoráveis à questão da terceirização, para vir defender e colocar essa questão que é quase indefensável. Mas nós temos dado essa oportunidade também a esses, para que fique registrado aqui que não é só ao lado A, B ou C, mas que todos aqui tem oportunidade de se manifestar.

Entretanto, a gente tem clareza de estar com vocês nessa luta. Quero parabenizar a todos que vieram aqui participar desta audiência, a todos os servidores de *telemarketing*, que sofrem tanto. Quero, inclusive, desejar a todos que se cuidem bastante para não ter tenossinovite, DORT, para não ter essas doenças que têm aqueles que ficam muito tempo digitando e coisa e tal. Tomem todos os cuidados necessários para evitar esse tipo de mal, pois há pessoas que não conseguem nem sequer pegar uma panela para cozinhar porque ficam sem condição.

Estamos juntos, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – É aquele negócio: nesta Casa ocorre tudo ao mesmo tempo. Por exemplo: o Ministro da Cultura está lá na Comissão de Educação, da qual eu faço parte. Eu tenho que ir lá. Parece até oportunismo: chega aqui, fala e sai. Mas, gente, desculpe, vou ter que sair para ir à CAE, porque vai-se discutir lá uma série de isenções de impostos para o micro e pequeno empresário, o que é fundamental para gerar emprego para o nosso povo, e ir à Comissão de Educação também dar um apoio à Comissão. Porém, que fique claro para vocês que, embora aqui só esteja eu e o Senador Paulo Paim, todos os Senadores desta Comissão estão em consonância com o nosso Presidente e Líder, Senador Paulo Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Hélio José. Obrigado pelas considerações. É esse trabalho coletivo que dá certo.

Por isso, Bira, ouvindo um Senador como o Hélio José aqui, que eu disse lá, depois do evento – estivemos junto com o Bira e todos os presidentes das centrais –, que, embora muitos gostem de falar que o Senado, nesta legislatura, é mais conservador do que o anterior, eu digo que não. Eu digo que não, porque há Senadores como S. Exª – e não vou citar todos os outros, pois S. Exª sabe que temos nos reunido, temos conversado. Por isso que eu digo que aqui no Senado esse projeto da terceirização não passa. Não passa. (*Palmas.*)

Bira com a palavra. Ubiraci Dantas de Oliveira, o Bira, conhecido por todos nós, é Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Eu queria cumprimentar o Presidente da mesa, companheiro Paim, em nome de toda a mesa, da Vivian, da companheira Selma, do companheiro que é do Ministério do Trabalho, da companheira Drª Renata, da Mirlene.

Antes de tecer algum comentário sobre o que o Paim falou, queria, do fundo do meu coração, parabenizar os companheiros que vieram de tão longe de ônibus. O pessoal da Contax está aqui. Uma salva de palmas para eles que estão aqui. (*Palmas.*)

Vieram de "buzão", como a gente diz lá. Há umas figuras aqui que pegam o microfone, meu amigo, e é o seguinte... Há uns companheiros e companheiras aqui que pegam o microfone – eu fui na greve deles –, fazia fila no caminhão de som para as companheiras, os companheiros também pegar a palavra e deitar o reio, sentar o sarrafo nas injustiças que estavam acontecendo. É assim que se vai vencer. É deste jeito: com sacrifício, com luta, com batalha, com greve, vindo aqui, viajando 14, 16, 18 horas. Está aqui o pessoal do Nordeste, de todos outros lugares lutando nessa direção.

Queria dizer que estou bastante impressionado com o nosso Senador. Eu já o conheço desde 1972. Eu tenho 63 anos. Entrei no movimento em 1972 e conheci ele batalhando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – No movimento do Rio Grande? É um guri ainda.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – É. Conheci ele lá na luta dos trabalhadores de Canoas, no Sindicato dos Metalúrgicos, e não é à toa que já está aqui há não sei quantos mandatos, a pedido do povo do Rio Grande do Sul. E quero dizer que este caminho que ele está fazendo, indo a todos os Estados, 27 Estados...

O que aconteceu ontem em São Paulo, companheiros, foi um negócio muito importante. Todos os auditórios estavam tomados, todo o movimento sindical presente, sob o comando do companheiro na mesa, dirigindo os trabalhos, com uma amplitude bastante grande, dando tempo para todo mundo, sem sectarismo, entendeu? Com unidade, com compromisso com as pessoas. (*Palmas.*)

Botando no centro principalmente a causa, a causa, botando no centro a causa.

E quando a gente, eu e a Vivian, viemos pedir para ele fazer esta audiência, não houve tempo ruim. Ele só mudou a data, porque tinha que ir a São Paulo. Ou não sei, ao Rio Grande do Sul. Ou São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Ao Rio Grande do Sul foi na quinta, sexta foi Rio e ontem, São Paulo.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Ah, então ele mudou a data por causa disso, porque estava em outra tarefa; mas estamos aqui, com esse povo todo, colocando essas questões.

Eu ouvi, de viva voz lá, as denúncias das pessoas, como é que elas se sentiam. Conversando, a gente ficava na greve lá, conversando com as companheiras e com os companheiros, além de ouvir as denúncias deles. É o seguinte, eu vou dizer uma coisa que a senhora falou aqui: eu queria que o conjunto dos trabalhadores tivesse a sorte que o *telemarketing* teve. Qual foi a sorte a que eu estou me referindo? De ter sido a denúncia que saiu na Rede Globo. Eu queria que todos os trabalhadores tivessem condição de ter... (*Palmas.*)

...essa possibilidade aí, está certo? Porque isso vai pegar fogo.

E o compromisso da Central Geral dos Trabalhadores é levar essa luta até o final. Sabe por quê? Porque são seres humanos que estão envolvidos nisso; são homens e mulheres, e particularmente mulheres, que estão sendo submetidos a isso que vocês viram aí, sem falar em outras coisas piores que há, porque quando se pega um *telemarketing*, os mais desavisados, pela frente... "Vem cá, a sua conta está atrasada." "Ah, vai para os infernos!" E assim por diante, para não estender muito aqui, em respeito inclusive às pessoas que estão aqui. Mas é daí para baixo, companheiros, o tratamento dado a essas pessoas. E aí, o patrão fala assim: "Não, é o seguinte: você tem que ser dócil." E o outro lado sentando o reio. "Não, você tem que ser dócil." O outro lado sentando o reio, "você tem que ser dócil." Então é o seguinte: é tratado como cidadão de segunda categoria, de terceira categoria, e são seres humanos iguais a qualquer um, iguais a qualquer trabalhador do Brasil inteiro. Por isso merece esse respeito.

Então essa proposta que o Paim e a Vivian estão levantando aí, nós vamos fazer a proposta. Convidamos a todos os companheiros. É aquilo que o Paim fala: não tem dono isto aqui, não. O dono disso aqui são os trabalhadores em *telemarketing*, que querem ver uma lei... (*Palmas.*)

...que querem ver uma lei, uma lei, como o senhor do Ministério do Trabalho falou, desculpe, eu esqueci o nome.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – O Sr. Airton falou o seguinte: "Mas não há lei para isso, não?", uma pessoa falou para ele. Então é o seguinte: o centro deste debate tem que culminar em a gente fazer essa lei. Não vai ser mole,... (*Palmas.*)

...o sacrifício é grande, mas nós vamos ter que trazer, vamos ter que trazer várias vezes os companheiros aqui, pode escrever. Nós vamos ter que trazer. Vai haver essas duas audiências. No dia do patrão eu vou estar aqui, se Deus me permitir, vou estar aqui no dia do patrão. Porque eu quero ver...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Muito obrigado.

E eu quero trazer aqui dados também, fornecidos pelo sindicato da companheira, que a greve lá estava com o companheiro Edvaldo, que é o pai dela, vamos dar uma salva de palmas para esse querido companheiro... (*Palmas.*)

...que estava nessa luta lá, do começo até o fim da greve, jogando pesado lá. Ele é presidente do Sindicato dos Motoboys e está ajudando na luta da companheira do *telemarketing*.

Então é o seguinte: é a gente fazer uma lei que permita que o Paim... Isso que ele falou aqui é muito importante, vai ser em nosso nome que ele vai fazer. Em nosso nome, e então nós não podemos deixá-lo com a brocha na mão. Ou seja, deixá-lo sozinho nessa parada. Ele chegou para mim e falou para mim e para ela: "Vocês precisam trazer gente aqui para encaminhar essa luta muito importante."

Mas então, para a gente fechar alguma coisa na audiência, eu acho que está muito bem, viu liderança? Você jogou pesado aqui, trouxe o povo com sacrifício, então nós vamos fazer acontecer. Fazer acontecer é o seguinte: quando a gente junta dois "negão" para jogar pesado aqui dentro, a gente joga, companheiro. (*Risos.*)

Não tem boi para ninguém, porque ele trata da questão do idoso, do negro, da mulher, do trabalhador em geral...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... da pessoa com deficiência, com o *telemarketing*. Por quê? Porque está no sangue do "cara". Está na veia o compromisso com os trabalhadores. Olhem só, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só uma coisinha, Bira, para ajudar.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Pois não, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Porque a Vivian colocou, e eu concordei já, que nós vamos introduzir – a Vivian fez esse pedido, e eu disse que pode sim –, quando vem o projeto da regulamentação, que vocês todos aqui, da mesa e do Plenário, vão elaborar, que coloque ali o piso também da categoria já.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Está certo. Beleza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fica embutido dentro do projeto.

A SRª VIVIAN DOS SANTOS QUEIROZ – Um projeto de lei que a gente, assim, na verdade, discuta com todos os sindicatos e apresente para o Senador, que realmente venha a estar de acordo com o que a gente pensa que seja melhor para o trabalhador, incluindo a questão da regulamentação, do piso, um piso justo e digno para o trabalhador em nível nacional. (*Palmas.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Beleza. Então vamos trabalhar nesse projeto e acelerá-lo aqui, porque o Paim tem outra característica também. É o seguinte: ele procura arrumar solução para os problemas. Nós dois tivemos uma divergência na 85/95, mas ele falou assim para mim: "Ô meu, fica esperto, porque é essa aí que nós vamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... que vai vir para cá, e nós vamos ter que segurar." E ele estava certo. E a Presidente da República vetou o nosso 85/95, que era o fim do fator previdenciário. E nós vamos derrubar esse veto aqui no Senado, está certo? Ontem nós fechamos essa questão... (*Palmas.*)

... junto com as outras centrais.

Então, não bastasse essa situação de vocês, ainda há uma taxa de juro exorbitante, que está desempregando no Brasil inteiro. O desemprego não está vindo a passo de tartaruga, não, companheiros; está barra pesada. Você veja, eu estive lá no acampamento dos companheiros da Mercedes, lá em São Bernardo do Campo, eu fui lá falar com os companheiros. O presidente lá é o Rafael. Eu fui lá, e o depoimento é impressionante. Ou seja, as montadoras estão se aproveitando do momento para limpar a área, do ponto de vista deles. Ou seja, mandar embora os trabalhadores de tudo quanto é lugar.

(Soa a campainha.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – E essa...

Eu vou pedir um pouquinho mais de tempo, Senador, para poder terminar o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você tem mais cinco minutos no mínimo, no mínimo.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Está certo.

Então é o seguinte: em todas as áreas, o desemprego está vindo com muita violência, com muita determinação. Não bastasse isso, foi botado pelo Governo aqui, companheiros, a 664 e a 665. Sabe qual foi a posição dele, que é um Senador do partido do Governo? Ele foi contra, tanto a 665,... (*Palmas.*)

... a 664, como defende o fim do fator previdenciário. Quer dizer, a gente está vendo, está havendo uma audiência, agora aqui, da Petrobras, para que a Petrobras seja a única operadora, porque "nego" está tirando tudo.

Então a gente tem que ficar muito atento a essas questões, porque está em jogo a vida de nossos filhos, de nossos netos, as nossas próprias vidas. Olha aí o que... Me empresta aqui a sua mão, dá licença. Olha aí, isto aqui, o que é isto aqui? Isto aqui é trabalho. Se eu falar errado, você corrige aí. É LER, lesão por esforço repetitivo. Então, isto aqui é um exemplo, mas deve haver milhares de pessoas no Brasil inteiro nessa situação.

Então, companheiros, nós estamos num momento... Fizemos essa manifestação ontem, vai haver outra, nós vamos estar lá em Pernambuco, companheiros, vamos estar lá ajudando, dando força lá. (*Palmas.*)

Com o companheiro Marilton, que vai estar lá dando força com vários companheiros.

E vamos acompanhar este companheiro aqui, porque tem a luz, tem o compromisso. Eu gosto muito dele, porque nunca teve tempo ruim para ninguém, não é para mim, não. Qualquer pessoa que vá conversar com ele, apresentar uma sugestão, que seja trabalhador, ele bota em discussão, chama o outro lado, etc. e tal.

E eu quero também parabenizar a senhora. A senhora teve uma sensibilidade muito grande ao colocar a questão da terceirização dessa forma. O que acontece, Drª Renata, é que o Brasil inteiro, e o Paim é testemunha dessa questão aí, aqui no Senado também, a luta é contra a terceirização, porque ela trata os trabalhadores como trabalhadores de terceira categoria. O acidente de trabalho nessa área é absurdamente maior. Os benefícios que os trabalhadores têm, que estão com carteira assinada, são muito maiores do que esses companheiros. Então são tratados como na época da escravidão. Aí vem um maluco, um irresponsável, faz um projeto desse, para tentar escravizar.

Eu sou negro, luto contra o racismo. E tem gente querendo nos escravizar. Não vamos permitir que isso aconteça.

Então, quero dizer para os senhores o seguinte: nós vamos pegar essa categoria... Pelo que ouvi lá, sinceramente, as pessoas conversando, as mulheres falando, senhoras casadas, com seus filhos nas creches municipais ou na casa da vizinha ou de não sei quem, lutando lá, pegavam o microfone, emocionavam-se, denunciavam na frente da empresa. Essa Contax vai pagar caro pelo que está fazendo com os trabalhadores, está certo? (*Palmas.*)

Vai pagar caro, porque esses seres humanos precisam ser respeitados. Estou falando isso, Senador Paulo Paim, porque eu estava lá. Eu ouvi as pessoas falarem da maneira que falaram.

Então, a unidade, como o senhor sempre fala, é fundamental para sair esse projeto. Atenção! A unidade é fundamental, a unidade de todos.

Nós não somos pais de criança nenhuma. Nós queremos estar juntos na luta. Seja quem for, outros companheiros de outras tendências do movimento sindical que estão querendo abraçar essa luta, vamos juntos nesta batalha. O que interessa é colocarmos no centro a causa, como o Paim falou.

Então, eu vou preparar a proposta. Eu acho que tem que sair, pegar uma comissão, para não ficar no geral, de cada sindicato, de cada companheiro que está nessa área – depois, a gente se reúne e tira – para ir se preparando, se reunindo e, depois, trazer, solenemente, para o Paim para ele poder encaminhar. Não podemos deixar isso para as calendas gregas. Temos que fazer o mais rápido possível, porque, quanto mais tempo passa, é mais sofrimento das pessoas. Quanto mais tempo passa, é mais destrato. Quanto mais tempo passa, é mais falta de direitos, desgaste e tudo isso que foi mostrado, entre outras coisas. Então, temos que pegar isso com muita força.

Eu estou batendo nesse ponto porque acho que é o ponto central, que o Paim pegou no breu, está certo? Que é podermos sair com um projeto de lei. E, pelo amor de Nossa Senhora, que a Presidenta não o vete, porque, senão, ela vai ganhar uma revolução na sua cabeça, porque o povo não aguenta mais tanto destrato.

Valeu, Paim! Valeu, Vivian! Parabéns a todos vocês pelo trabalho. E estamos juntos nessa batalha. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Bira, com a força...

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Depois, vamos ter uma conversa com o Laércio e o Paim sobre o negócio da categoria também para jogarmos pesado. Pode ter certeza, companheiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vem cá, Telmário! Já saiu? Não tem como ele sair.

Esse é o Senador Telmário Mota. (*Palmas.*)

Eu sei que ele tem outros compromissos, mas esse tem lado, pessoal. Esse está sempre também do nosso lado.

Eu falava antes, Telmário – e você é um deles –, que alguns tentaram me vender a imagem de que este Senado seria mais conservador. Eu falei para o Hélio José. E este aqui é desse mesmo time, que mostra que não é isso, que aqui é uma composição progressista e que vamos derrubar o projeto da terceirização. (*Palmas.*)

O Telmário é um desses guerreiros, que chegou há pouco tempo aqui, mas tem mostrado toda competência e capacidade. Ele é do nosso time. Ele tem lado.

Vamos passar a palavra para ele agora. Não o deixei sair. Ele saiu correndo, e eu o peguei. E ele voltou. Vejam como ele é um cara que se sentiu...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Estou chegando agora do meu Estado. Acabei de vir do aeroporto direto para cá, porque faço parte de algumas comissões.

Primeiro, quero parabenizar o Senador Paim por mais esta audiência e todos os que estão aqui presentes. Na vida, você precisa ter sorte. Eu me sinto um homem de sorte por ter vindo para o Senado e ter aqui encontrado o Paim como Senador. O Paim é um modelo de Parlamentar. O Paim é um modelo de homem público. O Paim é um modelo de homem íntegro. O Paim é um dos poucos homens que a República ainda tem que podemos observar e dizer que a política vale a pena. Enquanto temos o Paim, temos muitos ladrões da Petrobras.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse é o Telmário, pessoal. O que ele fala aqui ele fala em qualquer lugar. Grande Telmário!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – No plenário hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – No plenário hoje.

Passamos a palavra, agora, ao Auditor Fiscal do Trabalho, Dr. Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira, que fala aqui em nome do Ministério do Trabalho e Emprego.

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – Bom dia a todos.

Primeiro, quero agradecer ao Senador Paim pela oportunidade. Eu acho que o que está acontecendo aqui hoje é de extrema importância. O Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério Público do Trabalho e

os sindicatos, sozinhos, não vão conseguir combater as situações que vemos de irregularidade dentro dessas empresas de teleatendimento, que são bastante preocupantes.

O Ministério do Trabalho tem feito um trabalho intensivo dentro dessas empresas. Agora, o pequeno efetivo, o número reduzido de fiscais do trabalho hoje tem atrapalhado muito a possibilidade de modificarmos essa realidade dentro das empresas, mas, juntos, acho que vamos conseguir.

Eu queria começar aqui... A gente vem preparado para falar algumas coisas e acaba mudando para poder acompanhar o que já foi dito na mesa, para não ficar muito repetitivo e também para aproveitar alguns ganchos.

Primeiro, eu queria dizer que foi interessante – agora já estou meio perdido sobre quem falou, mas acho que foi o representante do sindicato – a questão da modificação das empresas. O Ministério do Trabalho não pode atuar localmente. Então, não posso depender de um colega de Minas Gerais ou de um colega de Pernambuco para fazer uma fiscalização complexa como essa, que é a de empresas grandes que atuam no Território nacional, porque é muito tranquilo para essa empresa tirar os operadores de *telemarketing* de um local e transferi-los para outro Estado, para outra unidade da Federação. Quer dizer, se deixarmos para fazer fiscalização de maneira localizada, vamos perdendo isso aí. A empresa troca. Ela, simplesmente, vai para outro lugar e foge de onde a fiscalização tem apertado mais e de onde os sindicatos têm apertado mais também. Então, os sindicatos, localmente, também vão ter que começar a se mobilizar, porque essa é uma luta nacional. As empresas atuam nacionalmente, e é muito tranquilo para elas desmontarem as estações de trabalho de um Estado e as transferirem para outro.

Vou aproveitar um gancho também, que não estava na minha apresentação, para dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Segura aí. Não esquece o fio da meada. Exatamente como você falou, havia uma empresa na minha cidade, onde resido hoje – eu nasci em Caxias, mas resido em Canoas –, com 900 trabalhadores, que simplesmente fechou e foi embora. E os trabalhadores ficaram a ver navios, procurando um emprego, indenização. Então, você tem toda a razão. É algo assustador.

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – Então, sabendo disso, o Ministério do Trabalho, eu coordenei aqui de Brasília – sou da Secretaria de Inspeção do Trabalho –, a partir de 2013, se não me engano, uma mobilização nacional para poder atuar junto a uma das maiores empresas, se não a maior, para fazermos uma fiscalização que fosse integrada, o que acontecesse, simultaneamente, em vários locais. Vou trazer um pouco do resultado dessa fiscalização aqui.

Outra coisa que chamou muito a atenção no setor, aproveitando o gancho, é a terceirização. Temos que ver, como a Procuradora colocou, que a terceirização é uma opção da contratante. Ela se livra do problema, das questões ruins relacionadas aos trabalhadores. Então, ela não quer saber do trabalhador doente. Ela não quer saber das questões de segurança de saúde no trabalho. Ela não quer saber sobre o pagamento de horas extras. Ela quer resultado. E, para conseguir o resultado, o que ela faz? Ela vai fazer uma contratação de uma empresa de teleatendimento.

O que essa empresa de teleatendimento coloca à disposição da empresa contratante são alguns instrumentos de gestão desses trabalhadores, de como o sistema de atendimento aos clientes dessa empresa contratante vai acontecer. Então, quem tem o poder de comado, de como o trabalho acontece lá é a empresa contratante. Depende de a empresa contratante dizer: olha, o tempo médio de atendimento é tal; a aderência que quero do pessoal é tal; a taxa de retenção que quero das pessoas que estão ligando, tentando fazer o cancelamento de serviços, é tanto; eu quero um sorriso na voz. Há o tal do sorriso na voz, que ninguém sabe exatamente o que é. Então, o trabalhador fica maluco com essa história do sorriso na voz.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – Isso.

Então, quem pede isso, quem está fazendo, a perversidade do sistema nasce na contrante. Então, é muito importante. O Ministério do Trabalho vem fazendo um trabalho muito sério e muito importante de transferir a responsabilidade do que vem encontrando dentro das operadoras de teleatendimento para o contratante. Isso é de extrema importância, mostrando os problemas que a terceirização provoca nesse setor e provocaria em qualquer outro setor em que a terceirização vá ser aplicada simplesmente para poder afastar o trabalhador da proximidade com essa empresa contratante, que tem uma imagem a zelar. Então, quer dizer, se é para alguém queimar a imagem, dizer que o trabalho era precário, o trabalho era escravo, o trabalho era ruim, deixa isso nas costas dessa empresa que está terceirizando. Então, acho que é muito importante destacarmos isso.

Então, essa opção de gestão da terceirização dessas empresas, eu acredito que vocês trabalhadores vão saber que é exatamente assim: por exemplo, quando o banco é contratante, o trabalho que é desempenhado pela operadora de *telemarketing* é o trabalho do bancário. Ele tem acesso à conta do cliente. Ele tem acesso

aos limites do cartão de crédito. Ele tem acesso aos dados de compra. Ora, se isso não é o trabalho do bancário, eu não sei o que isso é. Então, chamar isso de operador de teleatendimento é uma questão de... (*Palmas.*)

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – Obrigado.

Então, agora vou passar... Isso era uma consideração inicial.

Vou passar aqui para mostrar as coisas que a gente encontrou, que a gente encontra nas fiscalizações.

O que a gente encontra de problema?

Eu vou focar um pouquinho mais a minha fala, porque eu acredito que problema de terceirização e de pagamento de horas extras e de descontos... Porque há uma situação que afeta muito a saúde do trabalhador, que é a questão do horário de entrada. Quer dizer, eu chego num ambiente de teleatendimento, eu tenho que ir até um local, eu não posso levar meus pertences pessoas para o meu PA, para a minha posição de atendimento. Eu tenho que passar no armário para colocar. Ora, isso tudo já é jornada. E a jornada só é contabilizada quando o operador faz o *login* no sistema. Quer dizer, já está sendo descontado do trabalhador uma boa parte do que já é trabalho dele. Ele está se preparando para ir para a posição de teleatendimento. Isso já é trabalho.

Mas eu vou focar um pouco mais nas coisas que são clássicas na parte de segurança e saúde no trabalho, que é a nossa maior preocupação hoje, que é a quantidade de adoecimento no setor. As pessoas adoecendo e pessoas, o que é mais preocupante, pessoas muito jovens adoecendo. Então, um ambiente de trabalho, o mobiliário, os equipamentos que são colocados à disposição dos trabalhadores, a organização do trabalho. Aqui eu acho que é a questão mais importante. A organização do trabalho. Essa é a grande adoecedora de um adoecimento que não está sendo identificado. Um adoecimento mental que não está sendo relacionado ao trabalho. Muitas vezes, o trabalhador é afastado por outros códigos de adoecimento. Na verdade, ele está tendo um adoecimento que é um afastamento por conta de sofrimento mental, depressão, estresse, *burnout*, como quiserem chamar esses adoecimentos dessa categoria do adoecimento mental. Então, a organização do trabalho é a grande principal. E a falha da empresa, né? Quer dizer, ela faz essas opções, faz esse sistema, monta tudo isso daí e não faz a gestão da saúde do trabalhador, que é outro problema também. O dia em que a gestão de saúde do trabalhador começar a interferir na maneira como o trabalho é organizado, grande parte dos problemas são resolvidos. O problema é que hoje a coisa acontece de maneira não integrada. Então, primeiro é organizado o trabalho e, depois, é dado na mão do pessoal que tem que cuidar da segurança e saúde do trabalhador a resolução do problema. O problema não vai ser resolvido, né? Não tem como eu resolver o problema, porque o problema está nascendo antes, é na organização do trabalho, é no ambiente do trabalho, como o trabalho é organizado. É isso que está adoecendo. Então, se a gestão de saúde do trabalhador não estiver integrada com a parte de organização e de um ambiente do trabalho, o problema não vai ser resolvido.

Para ambiente, mobiliário e equipamentos, a gente tem os assentos inadequados, equipamentos inadequados, condições inadequadas de conservação e higiene. As refeições são um grande problema. Eu vou mostrar lá para frente como é questão da refeição, como as pessoas se alimentam no teleatendimento. Isso provoca um adoecimento lá na frente. A higienização do local de trabalho, muita poeira, o ar-condicionado. Ninguém sabe exatamente como está sendo feita a manutenção do ar-condicionado, se está seguindo a portaria do Ministério da Saúde, cujo número esqueço agora, que diz como funciona essa manutenção do ar-condicionado.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais cinco.

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – Os ambientes para descansar e recuperação, as pausas de trabalho também.

Então, o mobiliário. De longe, parece muito bom, mas, quando vai perto, a gente vê que não há braço na cadeira. A pessoa fica ali desencaixada durante seis horas. Olhem a posição da perna da pessoa, travando circulação. Olhem como as pessoas se amontoam. São posições. São locais de trabalho com muitos trabalhadores. Eu fico imaginando o ruído de fundo. Para você escutar a ligação, você tem que forçar a voz, um nível de concentração, e aumentando o volume o tempo todo do *headset,* né? Então, quer dizer, problemas de audição, problemas de fala, né?

Olhem os equipamentos com problema. Os equipamentos, muitas vezes, são descontados dos trabalhadores quando são detectados problemas com os *headsets* e tudo o mais. São descontados dos trabalhadores isso aí.

Olhem o *headset* sem o tubo de voz. Quer dizer, a pessoa tem que ficar gritando ali, provocando ruído. O do lado tem que gritar também. Todo mundo. O efeito cascata dentro do ambiente de trabalho.

A guarda dos pertences. Ora, eu não posso levar meus pertences para a posição de atendimento. Eu vou botar eles onde? Quer dizer a empresa não... Isso quando não fica essa situação. Tem que ficar tudo amontoado.

E o mais preocupante. Às vezes, a quentinha aí dentro, sem poder refrigerar ou aquecer ou manter aquecida. Quer dizer, a quentinha está azedando ali dentro. Quer dizer, é uma situação bastante preocupante também.

A organização do trabalho, aquele controle absoluto dos trabalhadores, aquelas regras rígidas de comportamento e desempenho. É um verdadeiro Big Brother, o trabalhador sendo monitorado o tempo todo. O nível de cobrança alto, constante. Tem que reter tantas ligações, fazer tantas ligações, o tempo médio de atendimento, não seguiu o *script*. Frasologia. Quer dizer, a frase tem que sair correta. Se a pessoa interrompe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – Se não seguir exatamente. Quer dizer, nem todo mundo é igual. Não são robôs. A gente está lidando com seres humanos. Nível de cobrança alto.

Ameaças o tempo todo. A gestão do medo. A gestão do estresse: te estressam para produzir. E a gestão do medo: se eu não produzir, eu vou ser penalizado, eu vou ter desconto no meu salário, eu não vou ser bem avaliado.

Aplicação de penalidades por motivos banais. A pessoa transferiu uma ligação indevidamente. Uma ligação perde toda a produtividade do mês, remuneração variável.

Deixou de cumprir uma frase. Às vezes, foi interrompido pelo cliente. Não conseguiu cumprir a fala toda, perde a remuneração variável.

A exigência de metas impossíveis, né? Quer dizer, vou mostrar ali um quadro de quantas pessoas conseguem cumprir as metas dentro de um apanhado, dentro de uma empresa.

Competição. Fica estimulando a competição entre trabalhadores. Olha, fulano foi melhor que sicrano. Sicrano foi o pior do mês. Exposição pública dos resultados. Todo mundo dentro da empresa fica sabendo o resultado de todo mundo. Quer dizer, ninguém pode ter o desempenho abaixo da média, né? Um mês que seja, há uma exposição pública disso.

Aqui um problema que é muito perverso, muito ruim: restrição na saída do posto de trabalho para satisfação das necessidades fisiológicas. A pessoa não pode levantar para ir ao banheiro. Pessoas usando fraldas, pessoas com apelidos de mijona, de mijão, expondo essas pessoa ao ridículo, porque se levantaram para ir ao banheiro.

Não tem pausa, né? Quer dizer, a pessoa sai de uma ligação que foi muito estressante e não tem pausa nenhuma. Já tem que engatar na próxima ligação.

Aqui o estímulo à hora extra. Quer dizer, eu sou obrigado a fazer hora extra para conseguir dois dias de descanso, exatamente como isso aí sai. Sábado e domingo ou sexta e sábado. Ninguém sabe exatamente como vai ficar isso aí. Vai depender da boa vontade do coordenador da equipe para poder conseguir isso daí. Quer dizer, isso é colocado para as pessoas. E as pessoas não sabem exatamente se vão conseguir mesmo que cumpram aquilo que foi colocado.

As metas que ninguém sabe. As metas repetidas ou transferidas, o tempo médio de atendimento. Aí você tem um absenteísmo injustificado. Quer dizer, um absenteísmo injustificado até que vai, né? Mas e o absenteísmo justificado? Quer dizer, como eu estabeleço uma meta de absenteísmo justificado? A pessoa não pode ir ao médico, não pode ter um afastamento do trabalho, não pode ficar doente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – Olhem a quantidade de pessoas que recebe as remunerações variáveis. Quer dizer, olhem quem não recebe é muito mais. Como é que isso pode ser uma remuneração variável colocada para as pessoas?

As pausas controlando as pessoas, o tempo em que foi ao banheiro. Planilhas. Ali eu cobri o nome das pessoas para proteger a privacidade. Mas olhem: 30 minutos, 37 minutos que a pessoa gastou durante a jornada para ir ao banheiro e tal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu não entendi bem a anterior.

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – Pessoas que receberam e não receberam a remuneração variável, que não cumpriram as metas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ou seja, a maioria não recebe.

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – Não recebe. Quer dizer, que meta é essa? Que remuneração variável é essa que ninguém consegue?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Chega a 80%. A média é no mínimo 70% não recebe.

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – Pois é. Ninguém consegue cumprir as metas, né? Então, as metas são colocadas para que as pessoas criem uma falsa expectativa de que a remuneração pode ser maior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Entendi.

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – Então, quer dizer, é uma gestão de estresse, mesmo. Às vezes, também acontece de o pessoal modificar a meta ao longo do mês, porque começa a perceber pelas planilhas que as pessoas vão começar a atingir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um absurdo isso!

Para não atingir a meta, para não receber.

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – Exatamente, exatamente.

Isso aqui é um Big Brother. O coordenador da equipe, o monitor, seja como eles queiram chamar, ficam, o tempo todo, acompanhando, o tempo médio de atendimento, a retenção, transferências, quantas foram *long calls*, *short calls*.

Quer dizer, é um ambiente muito ruim, muito perverso. O trabalhador fica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem que concluir, porque nós estamos com problema de outra mesa ainda.

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – Então, o problema do trabalho prescrito e o real, as pessoas não podem desenvolver sua individualidade, a remuneração variável, com cálculos malucos, o monitoramento eletrônico.

A gestão de segurança e saúde no trabalho que não funciona. Quer dizer, quando o problema já está colocado, o sistema de trabalho já está prescrito, como que o pessoal da segurança e saúde consegue resolver os problemas? É impossível resolver o problema.

O acompanhamento, também, do adoecimento, do que está acontecendo dentro da empresa, sempre muito ruim, muito mal feito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – Exatamente.

Quer dizer, o SESMT tem que cumprir as metas também, lá, porque, se o SESMT começar a interferir demais, troca-se de médico, do SESMT, e tal.

Então, é muito complicado! Médico, engenheiro, técnico de segurança se começarem a dificultar demais...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais um minuto, doutor.

O SR. ALEXANDRE FURTADO SCARPELLI FERREIRA – E eu queria só...

Então, quer dizer, isso tudo aqui vai agravando, essa exigência física, isso tudo vai adoecendo o trabalhador.

E, aqui, só para colocar quais são as doenças principais: as osteomusculares – as sinovites, tenossinovites, dorsalgias –, os distúrbios vocais e de audição, o ruído de fundo.

Quer dizer, como é que eu estimulo a hidratação do trabalhador, se eu restrinjo a saída dele ao banheiro? Como é que eu vou manter esse trabalhador hidratando a corda vocal? Se ele hidratar a corda vocal, ele tem que ir ao banheiro, para o trabalho.

E o problema da diarreia, decorrente da alimentação. Salgado, lanche, é o hambúrguer, só tem isso para comer, não tem refeição. Coxinha, enroladinho de salsicha, é essa a alimentação do operador de teleatendimento.

E as conjuntivites, por conta da aglomeração de pessoas, e as doenças da visão, por conta do reflexo do monitor o tempo todo.

Obrigado.

(Soa a campainha.)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Vejo que o tempo é pouco. O doutor usou quase 20 minutos e ele tinha muito que falar ainda, muito que denunciar, e apresentou caminhos, também, de solução.

Mas, dessa mesa, agora, o Anderson Borja, representante da Sintratel, Ceará.

O SR. ANDERSON BORJA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia.

Queria parabenizar o Senador Paulo Paim. Nós temos acompanhado, durante muito tempo, o mandato do Senador, que tem sido sempre favorável aos trabalhadores.

Queria cumprimentar a mesa em nome da companheira Vivian, do Sintratel Campinas, São Paulo, um sindicato combativo, que tem servido de exemplo para todo o País. Recentemente, tem tido um embate com uma grande empresa, em nível nacional, empresa essa que também está lá, no Ceará, está lá, no Nordeste, que traz todos os males que acontecem no Sul e em todo o território nacional leva para lá, também. E a gente precisa enfrentar isso também.

Fica bastante difícil, mas não complicado, falar depois de toda essa mesa, dos técnicos, dos sindicalistas, porque é isso mesmo o que nós vivemos no dia a dia. Nós estamos trazendo, aqui, um abraço dos companheiros operadores de *telemarketing* do Estado do Ceará, para todos, da nossa Federação do Comércio e Serviço, da Confederação, e queria me solidarizar com os companheiros da Contax que aqui vieram, companheiros que foram combativos, uma empresa que tem servido de exemplo para o restante do País, companheiros de Pernambuco, de Mossoró e os outros sindicalistas que aqui também estão.

Esse modelo, como já foi falado aqui, é um modelo que serve para todo o País. Queria acrescentar, também, naquela lista de empresas que a doutora colocou, a Atento, que é uma das maiores das grandes mundiais. Nós tivemos, agora, 47 dias de greve lá, no Ceará. Os companheiros estiveram do lado de fora, foram combativos. Quarenta e sete dias para que a empresa pudesse sentar para negociar um acordo coletivo. É uma empresa que traz esse modelo explorador, esse modelo escravista.

Algumas empresas precisam conhecer a Lei Áurea primeiro, porque tratam os trabalhadores, realmente, com péssima alimentação, a água tem cor, cheiro, o que não deveria ter. O assédio moral é um instrumento de trabalho; não deveria ser, mas é um instrumento de trabalho. A demissão por justa causa é um instrumento constante na vida do operador.

Assisti a esse vídeo que a doutora, que o Ministério Público colocou. A cada vez que eu vejo esse vídeo, me traz uma indignação profunda. A princípio, na primeira vez que passou, eu não consegui assistir, mas, aí, choveram ligações no sindicato, nos nossos WhatsApp, no Facebook, na página de internet. Os trabalhadores colocavam: "É essa a nossa situação".

Senador, não é nenhuma linha a menos, mas muitas linhas a mais. O que se vive no setor de *telemarketing* hoje em dia... Qualquer trabalhador passa, em qualquer empresa, por condições muito ruins, porque o modelo de gestão é muito ruim.

A profissão de *telemarketing* surgiu pelos idos da década de 50. Teve o seu aprofundamento na década de 90, mas não se aperfeiçoou. Lembro de quando diziam que era a profissão do futuro, havia muita gente procurando os cursos, e, depois, se descobriu que era o Cavalo de Troia, que trazia para a gente, na verdade, muitos adoecimentos. Hoje, você vê operadores de *telemarketing* jovens, de 22 anos, de 23 anos, de 20 anos adoecidos para o resto da vida, com doenças que antigamente eram próprias da velhice. Hoje em dia, há operador de *telemarketing* que tem problemas para segurar uma xícara para tomar café.

Então, é um problema que precisa ser resolvido. E eu acho que a solução para isso, o início da solução é a Lei de Telemarketing, que nós precisamos fazer. E aí, nós precisamos acrescentar que, geralmente, quando se coloca a Lei de Telemarketing, se repete a NR-17, que precisa ser aperfeiçoada em muitos pontos. A jornada de trabalho, por exemplo, inicialmente, era de 6 horas. Passou para 6 horas e 15 minutos. Depois, passou para 6 horas e 20 minutos, porque o intervalo não é incluso na jornada de trabalho.

Lá no Estado do Ceará, nas nossas convenções, nos nossos acordos coletivos, nós conseguimos colocar, por força da luta, dentro da jornada de trabalho as duas pausas de 10 minutos e o intervalo de 20 minutos dentro das 6 horas, e não das 6 horas e 20 minutos. Mas é claro que existem muitas empresas que nem o básico – papel higiênico, alimentação, água potável – dão aos trabalhadores.

Eu acho que, a partir de hoje, a gente precisa fazer essa luta nacional, sim, como o companheiro Bira colocou. Precisamos fazer essa luta nacional. Temos aqui representantes de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de vários Estados para que encampar isso.

A Lei de Telemarketing é preciso que saia, Senador. É preciso sair, de uma forma que dê a cara dos operadores de *telemarketing*. Foi um avanço muito grande a NR-17, mas é questionada pelas empresas de muitas formas, porque a norma é menor do que a lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exato. Por isso, você tem razão, a importância da lei.

O SR. ANDERSON BORJA – A gente está num campo muito arriscado e precisa fazer isso da melhor forma possível. Como a doutora falou no começo, a CBO é uma coisa de que a gente precisa. A forma de denominar o *telemarketing* é uma coisa que a gente precisa aperfeiçoar, porque na própria NR diz que o tempo, a jornada de trabalho é de 6 horas em efetivo trabalho de teleatendimento. Ou seja, existem muitas empresas que colocam o operador para trabalhar as seis e, nas outras duas horas, coloca para trabalhar em outra coisa. Existem CBOs, por exemplo, como de agente de cobrança. Aí, confunde. As empresas usam essas brechas, essas artimanhas

para dizer: "Eu não sou da categoria, não preciso seguir as regras dessa convenção coletiva ou desse sindicato, e, aí, eu fico solto na lei". E a gente precisa fazer com que isso não aconteça mais.

Teria muitas coisas a tratar. Cada um falou de alguma coisa que meu coração pulsava por dizer. Tenho certeza de que os companheiros que estão aí sentem o que eu estou sentindo. Tem muito mais coisa que a gente precisa discutir, tem muito mais coisa que a gente precisa falar.

O assédio moral é constante. A promessa de algo que não existe: "Você vai ser promovido se você fizer dessa forma". E aí, aquele que outrora foi operador de *telemarketing* como a gente passa a ser o nosso carrasco, vai para lá para ser o nosso carrasco, porque senão ele vai sair de lá também. Então, as regras são importantes.

Uma empresa que nós colocamos na Justiça agora tinha lá as "meninas do banheiro". As "meninas do banheiro" eram jovens que adoeciam, não tinham mais a menor condição de trabalhar com *telemarketing*, a empresa dizia que não tinha outro setor – o INSS já tinha definido que essas pessoas deveriam trabalhar em outro setor porque continuariam adoecidas – e elas iam para o banheiro vigiar os armários.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDERSON BORJA – Era uma empresa de plano de saúde. Se a empresa de plano de saúde trata os seus trabalhadores dessa forma, imaginem as outras.

Então, são vários, são grandes os exemplos dos desmandos feitos conosco, trabalhadores, que somos, sim, a alma das empresas, porque somos o cartão de visitas. E ainda temos que sorrir, sorrir durante uma ligação, quando estamos com ódio da empresa. Somos quem recebe esse ódio todo que vem dos clientes. Recebemos o assédio moral dos nossos superiores e o ódio que vem dos nossos clientes muitas vezes.

Existem problemas no INSS. Por exemplo, o trabalhador vai, muitas vezes, através do sindicato, e abre o comunicado de acidente de trabalho, que a empresa não abre de jeito nenhum, tem um SESMT que também não abre, tem um plano de saúde...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON BORJA – Se o médico der – para concluir – o atestado, a empresa não fecha mais contrato com o plano de saúde. Então, você vai lá com a perna quebrada e eles dão um dia, dois dias, três dias. Você, certamente, vai voltar de novo. Muitas vezes, tem desconto no contracheque porque tem plano com coparticipação. E o trabalhador é, mais uma vez, penalizado por isso. Sem contar as empresas que estão indo para lá, para o Nordeste, têm problemas lá no Sul, no Sudeste, e vão para o Nordeste achando que lá todo mundo é besta, como a gente diz, e vai aceitar tudo que eles fazem.

Quando temos uma postura mais dura, eles querem mudar de local também. Nas nossas organizações para greves, paralisações, o que eles fazem? Eles têm uma denominação: "viram a chave".

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON BORJA – Se a gente der um problema para eles lá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem mais um minuto, porque nós estamos com um problema enorme de horário aqui.

O SR. ANDERSON BORJA – Pois não. Obrigado, Senador.

Eles "viram a chave" e o atendimento que seria feito no Ceará vai ser feito em São Paulo, ou vai ser feito no Rio, ou vai ser feito em qualquer canto, e a mobilização dos trabalhadores passa a ter uma força muito menor.

Então, isso é preciso que a gente veja através da regulamentação. Faço das palavras da Vivian sobre a questão de um piso nacional, diferenciação da categoria, a questão da insalubridade as nossas palavras, do Sindicato dos Trabalhadores do Ceará.

Queremos nos unir ao Senador, aos sindicatos aqui presentes, às centrais, para poder nos fortalecer contra tudo isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, muito bem. Esse foi o Anderson Borja, representante do Sintratrel do Ceará.

Eu peço aos convidados que retornem ao plenário porque nós vamos montar a segunda Mesa.

De pronto, enquanto eu monto a mesa, podem passar o vídeo que mostra o evento de São Paulo.

Gregorio Motta, Thiago de Oliveira, Ana Paula Martins, Jardel Wandson Queiroz da Cruz e João de Moura Neto, venham para cá. Depois, na hora de chamar, eu cito a entidade de cada um.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a audiência de São Paulo, um resuminho.

Essa é a situação do pessoal do Haiti, muito grave também. São 50 mil haitianos que estão no Brasil, a maioria sem local definido.

São três minutos, só para vocês terem uma noção. Eu me comprometi a mostrar aqui.

Essa é a Assembleia de São Paulo, lotada.

Aí, Bira, é a reunião com as centrais sindicais, na qual tivemos o que você falou aqui.

(Continua a exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quero cumprimentar a equipe da Comissão de Direitos Humanos que produziu o vídeo.

De imediato, passo a palavra... Eu só vou fazer um apelo, porque a gente, com duas mesas, às vezes, começa a repetir os argumentos. Então, o importante, devido ao nosso horário – nós temos horário para terminar –, é que cada um seja bem objetivo nas suas colocações, porque isso ajuda no encaminhamento no final.

Eu vou passar a palavra, primeiro, ao Gregorio Motta Gould, Diretor de Comunicação e Coordenador da subsede ABC – Sintratele.

O SR. GREGORIO MOTTA GOULD – Bom dia aos trabalhadores e às trabalhadoras, a quem compôs a primeira mesa.

A gente lê: Selma Venco, mas ver a Selma Venco a gente ainda não tinha visto aqui.

Então, quero saudar a todos, saudar o Senador Paulo Paim pela iniciativa e os Senadores também que...

Se lá na Atento de São Bernardo fizer esse frio, a gente para a operação. Esse ar-condicionado, os Senadores têm que se mobilizar, está forte. A gente chama esse ar-condicionado de ar-condicionado da Friboi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Qual é o problema? É que o Presidente da Comissão é do Rio Grande do Sul. (*Risos.*)

Lá nós estamos acostumados com frio de cinco graus abaixo de zero. Essa prioridade tem que chegar à Presidência. Mas a gente entende aqui o pedido dele. Foi uma brincadeira, só. Se der para diminuir a intensidade do ar... Temos que fazer uma média entre o Rio Grande e o Nordeste. Você tem razão.

O SR. GREGORIO MOTTA GOULD – Muito bem!

Quero saudar a Vivian pela iniciativa, pela mobilização no campo da nossa categoria, que foi quem chamou, fez esse esforço; todos os companheiros de Campinas que estão aí.

Nosso sindicato é um sindicato que nós estamos organizando ali em São Paulo. Eu faço esse trabalho ali no ABC já antes de a gente compor o sindicato. Estamos filiados à Fitratelp. Está aqui o Moura, Presidente da Federação, a Central Única dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Achamos que esse debate é muito importante, porque algumas pessoas já fizeram o esforço de falar bastante do complexo, do que isso representa do ponto de vista da organização do trabalho. Mas todo dia, a gente que trabalha no *telemarketing* sabe que come o pão que o diabo amassou, porque você primeiro chega para trabalhar e não tem nem PA, que é o posto de atendimento, local para atender. A gente briga para atender, e se você não arruma PA na hora você é criticado porque não chegou meia hora antes para arrumar esse PA. Quando você arruma, todos eles estão com muitos problemas. Se o *mouse* estiver bom, você sabe que o teclado vai ter algum BO. Se estiver tudo direitinho, vai ter problema no sistema. A cadeira é uma cadeira feita para gerar problemas de coluna. Então, as pessoas não entram doentes no *telemarketing*, como se fala. Elas saem doentes. Aquilo é uma fábrica de adoecer gente.

Nós temos que falar da doença, do concreto, do que é mais fácil de perceber, da mobília. Eles fazem tudo direitinho para cumprir o anexo 2 uma vez a cada dez anos. Então, a cadeira é do jeito que tinha que ser, só que com dois anos ela já não cumpre mais aquilo que tem que cumprir. Com seis meses, já não cumpre. Não tem cadeira para obeso. O obeso quebra a cadeira e é responsabilizado por isso. "A culpa é sua!" Uma vez, a gente estava mobilizando fora e um trabalhador da Atento ligou para a gente para dizer que a gente não podia usar aquilo como mobilização, porque a culpa era dele, por ser obeso. Isso não é verdade, porque a empresa contratou e ela tem que se responsabilizar pelo que acontece, tem que dar condições de os trabalhadores trabalharem. O clima de vigilância, do qual foi falado aqui um pouco, é muito grande também.

Uma coisa que nós precisamos falar sobre o adoecimento é o adoecimento psíquico, o adoecimento mental. Foi falado na mesa anterior, mas eu acho que foi falado pouco, porque essa é uma disputa que nós estamos fazendo ainda. Existe. As empresas dizem – no curso de Cipa eles ensinam isso – que não existe comprovação de que o adoecimento mental é responsabilidade da empresa, porque o trabalhador fica pouco tempo naquela empresa, e ele veio da outra, e ele veio da outra. Uma coisa vale salientar: em geral, o trabalhador de *telemarketing* pode não ser trabalhador de uma empresa por muito tempo, mas ele é trabalhador de *telema-*

rketing por muito tempo, e quando ele sai do *telemarketing* ele vai para o supermercado, para alguns ramos de trabalho que são parecidos e que adoecem os trabalhadores. Cresce muito dentro do *telemarketing* esse problema do adoecimento mental, de a pessoa que tem uma saúde mental tranquila começar a ficar com depressão ou outras doenças que são próximas da depressão, por conta do assédio moral, que não é um assédio moral de alguns chefes, é um assédio moral que é institucionalizado, é procedimento, até porque a maioria dos supervisores foram teleoperadores, ou seja, eles foram formados dentro daquilo. Eles acham que aquilo que acontece está correto.

Nós estamos vivendo um caso bastante complicado lá no ABC. A Casas Bahia Contact Center está sendo comprada pela Atento. A maior Atento é em São Bernardo, que é onde eu sou trabalhador. A Atento Santo André também existe, e é grande. Agora, uma das outras empresas de médio ou grande porte, que é a Casas Bahia Contact Center, foi comprada pela Atento lá em São Caetano. E eles estão reduzindo o salário dos trabalhadores através de um aumento enorme no desconto do vale-alimentação, sendo que as pessoas não assinaram nenhum novo contrato, nem foram demitidas e recontratadas. Eles estão diminuindo auxílio-creche, e para a nossa categoria, em que a grande maioria é mulher, isso é muito grave.

Um negócio que eles estão vivendo e que a gente que trabalha na Atento sempre vive – eu acho que a Contax usa um método parecido – é a tal da roteirização. É para convencer você de que dá para chegar na sua casa de um jeito que não dá para chegar e te dar um dinheiro menor do que aquele que você deveria receber para chegar em casa.

Essas empresas estão lucrando muito. A Atento divulgou um lucro de US$88,2 milhões em 2014. Elas estão lucrando porque elas estão roubando o suor e o sangue dos trabalhadores do *telemarketing*! (*Palmas.*)

A gente lutava contra o vale-coxinha. Daqui a pouco nós vamos lutar pela volta do vale-coxinha, porque se der para chamar o nosso vale de alguma coisa agora, com o aumento que a coxinha teve, é de "vale-bala Halls". É o que dá para comprar com o nosso vale. Então, a questão do salário, a questão do vale, as pautas econômicas são muito importantes. E há muito esse problema que foi falado aqui, a necessidade de a gente nacionalizar.

É muito importante isso que está acontecendo hoje, esta audiência pública aqui. Nós precisamos regulamentar mais a categoria. Nós precisamos de leis, e nós precisamos que os Senadores e Deputados ajudem nisso. Esse piso nacional virá com o desafio que estamos fazendo ao Paulo Paim para ele ajudar, mas virá principalmente com o desafio que nós temos que fazer a cada um dos sindicatos, da federação e a quem não está nos sindicatos, mas está na base da categoria, que é o desafio de, este ano, fazer essa paralisação nacional juntos, para mostrar para as empresas que não têm para onde correr. Se saem de São Paulo, é greve em Pernambuco, é greve na Paraíba e é greve em cada canto. (*Palmas.*)

A nossa categoria tem pouca organização sindical, porque tem pouca história, é verdade. Mas essa categoria não é uma categoria que não pode ter organização sindical. Muita gente diz que é uma categoria difícil de organizar. O povo que está aqui, lá de Campinas, que fez aquela greve na Contax, mostrou que não tem nada de difícil organizar a categoria de operadores. A mesma coisa os trabalhadores da AeC, da Paraíba. Está aqui o Jardel, que vai falar, e a Luzenira está no plenário. Fizeram grande mobilização na Paraíba. A turma de Pernambuco parou já a Contax, a Teleinformações, para mostrar que dá para fazer a mobilização. A Provider teve a maior greve. Era essa que eu estava tentando lembrar. No ABC, a gente também tem feito essas mobilizações, tem parado a empresa. No Piauí, houve mobilizações. No Rio de Janeiro, houve uma greve geral da categoria no ano passado, principalmente na Atento e na Contax. O nosso setor, os nossos trabalhadores têm um adversário. Esse adversário são esses patrões. Não têm para onde correr. Há a responsabilidade do Estado, Paulo Paim, e nós precisamos cobrar essa responsabilidade, porque...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem mais um minuto para concluir.

O SR. GREGORIO MOTTA GOULD – ...com o esforço de arrumar emprego, aceita-se muita coisa dessas empresas, é verdade. Mas principalmente as duas maiores empresas, a Atento e a Contax, têm que saber que os trabalhadores têm que ser tratados como gente. Usa-se muito a comparação com a escravidão. É verdade que parece escravidão, mas, na verdade, pessoal, é trabalho capitalista mesmo. É por isso também que nós temos que aproveitar para lembrar que só lutar para melhorar um pouco a situação do trabalho não é suficiente. Nós temos que lutar também para acabar com esse sistema capitalista de exploração dos trabalhadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal, eu vou ser mais rígido no tempo, porque nós temos problema de horário. Tu tens 20 segundos para concluir. São dez minutos para cada um.

O SR. GREGORIO MOTTA GOULD – Era isso mesmo que eu tinha para falar.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Valeu, meu amigo. Obrigado pela força. Entendeu que é para que todo mundo possa usar a palavra.

Thiago de Oliveira Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Telemarketing de Pernambuco, os mesmos dez minutos. Antes, eu fui um pouco mais tolerante, mas agora apertou o horário.

O SR. THIAGO DE OLIVEIRA SANTOS – Parabéns ao Senador Paulo Paim e obrigado pela oportunidade de estarmos aqui fazendo esse debate. Quero saudar, em especial, a companheira Vivian pela dedicação e empenho para que esta audiência fosse realizada, e saudar todos os trabalhadores, nossos colegas de trabalho, operadores de *telemarketing*.

Queria registrar especialmente a presença do companheiro Thiago, de Minas Gerais, que tem representado junto ao Ministério do Trabalho, na mesa tripartite, a nossa categoria. O companheiro Thiago de Oliveira, de Minas Gerais, do SINTTEL de Minas, e o companheiro Rêneo, do SINTTEL-RJ, que comandou, assim como a companheira Vivian, uma grande greve que enfrentou a Contax, o companheiro também esteve à frente de uma grande batalha contra esta empresa, a Contax, no Rio de Janeiro.

Quero ser bastante breve, porque acredito que todas as denúncias apresentadas dos diferentes Estados e as denúncias da fiscalização nacional do Ministério do Trabalho vão se repetir em qualquer empresa de *telemarketing*, em qualquer lugar do Brasil, pela a forma de trabalhar dessas empresas, o *modus operandi* do capitalismo neste segmento específico do *telemarketing*.

Não tenho muita coisa a acrescentar. Mas quero fazer algumas denúncias muito importantes e que merecem uma ênfase. Quero falar de uma operadora de *telemarketing* de 26 anos de idade, da cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe, que, diga-se de passagem, Senador Paulo Paim, trabalhava em uma empresa que presta serviço terceirizado para a Claro – o senhor que tem comandado esta batalha contra a terceirização nesta jornada no Brasil todo. No dia 25 de junho, depois do São João, uma festa muito importante para nós do Nordeste, essa trabalhadora foi interpelada pelos seu supervisor e fez várias cobranças no que eles chamam de *feedback*. Não havia nenhum sorriso na voz desse senhor ao tratar com essa trabalhadora. Ela tinha 26 anos de idade, uma filha para sustentar e, nesse *feedback*, o seu supervisor, no meio de tantas asneiras e absurdos que foram ditos pela forma excessiva com que era realizada aquela cobrança, concluiu dizendo o seguinte: "Por que você não pede demissão?" Ao que essa companheira, Bárbara Monique, respondeu: "Mas se eu pedir demissão, quem vai sustentar minha filha?" Essa trabalhadora já sofria de problemas de saúde e esse nível de estresse no local de trabalho, em particular essa tensão que ela sofreu nesse dia, gerou um mal súbito e, devido à ausência de condições para socorrê-la no local de trabalho, uma jovem de 26 anos, com uma filha para criar e um futuro pela frente, morreu, vítima da exploração capitalista nesse setor em que trabalhamos e somos explorados para enriquecer uma minoria, que é o setor de *telemarketing*.

Eu queria começar minha fala fazendo esta denúncia e dizendo que não vamos esquecer de Bárbara Monique e não vamos permitir que outras Bárbaras Monique sejam vítimas da superexploração do capitalismo no *telemarketing*. (*Palmas.*)

E não adianta, não vamos arredar o pé dessa luta, porque essa grave da Provider, que Gregorio aqui citou, começou no dia 29 de julho de 2009 e terminou no dia 1º de agosto. E o dia 30 de julho, dia do meu aniversário, eu comemorei na delegacia de Caruaru, preso, porque essa empresa tratou os seus funcionários revoltados como caso de polícia. Mas a resposta veio com mais mobilização e passeata. E a greve durou mais três dias e nós saímos vitoriosos. Essa é a forma com a qual temos que responder. E é assim que têm respondido em Campinas à superexploração da Contax, com a greve de dez dias que os companheiros fizeram. É assim que tem respondido na AeC, em Campina Grande, na Paraíba, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, com o companheiro do SINTTEL do Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, no ABC. E é assim que vamos seguir. E acredito que sairemos desta audiência muito mais fortalecidos na nossa unidade e no nosso propósito de lutar, como fazem também os companheiros do Ceará, como fizeram também enfrentando a Provider, tendo à frente os nosso companheiros do Sintratel do Ceará.

Quero concluir colocando mais duas denúncias, que acho fundamental serem colocadas, principalmente dando ênfase, porque são do Estado do Pernambuco. Acredito que o nosso papel nesta segunda mesa é destacar os aspectos dos nossos locais de atuação.

Quero apresentar o seguinte dado: de janeiro de 2010 a maio de 2013, segundo a fiscalização do Ministério do Trabalho, não é agitação política do sindicato na porta de empresa, como eles dizem, foram 35 mil atestados médicos de afastamento do trabalho na Contax de Santo Amaro. Não estou falando do Estado de Pernambuco, estou falando do *site* da Contax, Paulo Paim, de um *site* da Contax, no bairro de Santo Amaro, no Recife, o mesmo que foi interditado e, por força de liminar, a Justiça do Trabalho suspendeu a interdição. Trinta e cinco mil atestados médicos! Isso sem falar nos atestados que não foram aceitos ou nas declarações que foram emitidas no lugar de se dar atestado para os trabalhadores. Que tipo de doenças? Doenças do ouvido,

infecções urinárias, doenças respiratórias devido à falta de manutenção do ar-condicionado e à aglomeração de pessoas, diarreia e depressão.

A última denúncia que eu queria destacar, em particular do nosso caso do Estado de Pernambuco, é sobre a remuneração variável. A capa do nosso jornal deste mês traz a nossa denúncia: mais de 90% dos trabalhadores da Contax não recebem a remuneração variável. Quando o trabalhador entra na empresa, dizem o seguinte: possibilidade de um ganho em remuneração variável, que gira em torno de 30% do seu salário. Maravilha! O trabalhador vai correr atrás daquilo. O problema é que o trabalhador tem que resolver 350 ligações para receber R$10,00 de remuneração variável na Contax, em Recife.

A única forma, na nossa opinião, de mudar essa situação é fortalecendo a unidade da classe trabalhadora da nossa categoria, é fazendo mais e mais luta na base, enfrentando os interesses dos patrões, que são frontalmente contraditórios com nossos interesses e, nesse processo, não esquecendo que não estamos isolados no universo, no mundo. As empresas de *telemarketing*, como disse Gregorio, desenvolvem essa superexploração no contexto social, econômico e político. Por isso, temos que fortalecer a nossa atuação política, fortalecer as forças políticas de esquerda e temos também que fortalecer a luta histórica da nossa classe, que é a luta contra o capitalismo e a luta por uma revolução socialista no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Thiago de Oliveira Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de Pernambuco.

Agora, passo a palavra à Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de Mossoró, Rio Grande do Norte, a líder Ana Paula Martins de Morais.

A SRª ANA PAULA MARTINS DE MORAIS – Vou falar em pé, porque me sinto mais à vontade. Falando sentada, sinto-me presa na cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

A SRª ANA PAULA MARTINS DE MORAIS – Bom dia a todos e a todas que estão aqui presentes.

Senador Paulo Paim, agradeço pela oportunidade de estar aqui representando os trabalhadores e as trabalhadoras do *call center* da AeC de Mossoró. Vivian, obrigada por ter possibilitado minha vinda.

Em Mossoró, não é realidade para ninguém que o público alvo dessas empresas são mulheres, 76% são mulheres, e mulheres jovens. A maioria está saindo do ensino médio, buscando seu primeiro emprego, com aqueles sonhos que já ouvimos falar aqui na mesa, que foram relatados na mesa anterior.

Nós mulheres trabalhadoras de *call center* sofremos mais com esse trabalho – a gente diz que ele é escravizador, ele é realmente escravizador – porque, além de sermos mulheres e estarmos à margem de uma sociedade que nos nega direitos, direitos que nós temos, de igualdade – tanto o trabalhador quanto a trabalhadora devem ter direitos garantidos igualmente –, isso nos é negado, inclusive dentro de *call center.* A nós é colocada a questão da concorrência entre os trabalhadores para ocupar cargos que tenham maior remuneração. E aí não importa se você é uma mulher que tem toda a competência para aquele cargo, dentro de qualquer empresa, seja no *call center* ou em qualquer outra. Se tiver você e um homem concorrendo, embora você tenha toda aquela competência que é exigida, não fica, porque tem um homem. É importante, também, que a gente reconheça que isso acontece em *call centers,* que nós mulheres, que trabalhamos nessas empresas, além de tudo, temos esse outro lado que nos é negado quando é para subir de cargo e coisa e tal.

Outra coisa é que lá na AeC, lá em Mossoró, embora nós do Sintelmarketing queiramos fazer o trabalho, a empresa não nos reconhece, entendeu? Porque há o sindicato estadual lá, que é o SINTTEL-RN. Nós ainda não temos registro. Nós vamos fazer a mobilização, fazer a panfletagem, a empresa chama polícia. Aí nós temos que recuar, como sempre, e, geralmente, somos muitas mulheres que estamos lá.

Há as trabalhadoras que saíram, porque as que estão lá dentro não vão para frente, porque o trabalhador ou trabalhadora, se um superior o vir lá na frente da mobilização, vai ser demitido ou vai ser demitida. Então nós temos companheiras que já saíram do *call center,* que estão lá conosco sempre que a gente vai fazer uma mobilização.

Outra coisa para que eu quero chamar a atenção é que, dos dirigentes do Sintelmarketing em Mossoró que trabalharam na AeC, hoje não há mais nenhum lá. Por quê? Porque embora eles possam voltar para a empresa, a realidade dos trabalhadores de *call center* é que eles não querem voltar depois que saem, porque se livraram de toda aquela escravidão, de todos aqueles maus-tratos que aconteciam na empresa. Então ninguém quer voltar. Chegam casos para nós de trabalhadores e trabalhadoras com doença auditiva. Houve um caso de uma menina que estourou ouvido dela na UPA. E não teve nem acompanhamento médico, mandou para a UPA. O médico da UPA não deu o atestado médico. E aí, porque já tem uma orientação da empresa para o médico não dar um atestado ou uma declaração. Eles não aceitam a declaração, muitas vezes não aceitam nem

o atestado médico que o trabalhador leva. Então, essa é a realidade não só do *call center* de Mossoró, como já foi colocado aqui, é a realidade de todos os *call centers*.

O fato de nós não termos um piso salarial, isso também atrapalha o serviço do sindicato. Porque tendo um piso salarial, a gente pode ir para a frente, a gente pode obrigar a empresa a seguir aquilo, porque é lei, eles têm que cumprir. Enquanto o piso não é legitimado, não é legalizado, como a profissão, vai ficando mais difícil para o sindicato trabalhar. E aí a gente usa da força, tenta trazer os trabalhadores, mas é muito difícil, porque os trabalhadores não querem sair, embora o emprego seja ruim, seja precarizado, haja assédio e tudo o que acontece, que a gente sabe, mas eles não querem porque é dali que eles tiram o sustento. E as empresas confiam nisto: que aquele trabalho é o único que há para oferecer, que é o único trabalho que os jovens têm para se manter, ou a mãe solteira, ou o pai solteiro – e a gente sabe que há muito mais mães do que pais. Então eles confiam nisso e aí precarizam, e aí exploram, e aí acontece o que a gente vê que acontece, que já foi falado aqui várias vezes.

Em uma de nossas mobilizações lá em frente da AeC, lá em Mossoró, saíram três diretores lá de dentro, todos muito bem arrumados, bem organizados – os teleoperadores não vão de beca para trabalhar; quem sai de lá daquela forma são os diretores, muitas vezes, algum representante, algum dono que está lá no dia –, e, nesse dia em que a gente foi fazer essa panfletagem contra a escravidão, da história do Rana Plaza, que foi um episódio que aconteceu, que trabalhadores foram mortos em um prédio que desabou e coisa e tal, então, a gente colocou: "O Rana Plaza é aqui na AeC". Distribuímos vários panfletos. Não podíamos usar carro de som, porque se a gente levasse... Até o megafone que a gente estava usando tivemos que parar de usar, porque disseram que estávamos atrapalhando o atendimento dos teleoperadores lá dentro. E aí foi bom, porque o pessoal que estava lá, que a gente conhecia, disse que os trabalhadores estavam lá dentro doidos para saber o que estava acontecendo lá fora. Então eles deixaram de atender ligação, passavam a ligação. De certa forma, a gente causou uma euforia nos trabalhadores lá de dentro. Aí saíram esses três lá de dentro e vieram falar para a gente que o que tinha ali não era nada de mais, que o que a gente estava fazendo era só incitando os trabalhadores, que aquela era uma empresa séria, coisa e tal. Quando eu cuidei, estavam as meninas todas lá com eles, porque eles tiraram a atenção das meninas que estavam panfletando com os trabalhadores – os trabalhadores estavam entrando. Quando olhei, eu disse: "Ei, volta todo mundo para cá. Ninguém aqui está para esclarecer a eles não, porque eles sabem o que acontece. A gente tem que falar é com os trabalhadores e com as trabalhadoras"...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para registrar, me permita, o Chiquinho, Senador, Deputado Federal, é um militante aí. Então, nossos cumprimentos para o Chiquinho.

Ele veio me perguntar – eu conto tudo no ar, viu? – se na reunião de ontem à noite, da bancada dos Deputados Federais e dos Senadores, o Lula me tratou bem. (*Risos.*)

Claro que eu disse que sim, não é?

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Chiquinho, pronto, respondi em público. Continue.

A SRª ANA PAULA MARTINS DE MORAIS – Aí eu perguntei para eles: se lá era tudo correto, como eles afirmavam, por que os trabalhadores, quando saem de lá, não querem voltar, mesmo que por força da Justiça? Eles dizem: "Não, Ana Paula, eu não quero voltar, eu só quero ter garantido que eles vão pagar ou indenizar, dar o que eu tenho por direito. Voltar para lá eu não quero." Então, são pessoas, são trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A exemplo do Gregório, você está com 24 segundos, agora, para concluir.

A SRª ANA PAULA MARTINS DE MORAIS – Ai, vou, vou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vinte e três, já.

A SRª ANA PAULA MARTINS DE MORAIS – ... vou fechar.

Então, bem rápido, a gente não tem como panfletar direito na frente de um *call center,* porque os trabalhadores já entram, como já foi falado aqui, muito apressados e saem apressados, porque são aqueles que estudam, aqueles que trabalham, muitas vezes têm dois trabalhos, têm faculdade. Então é muito difícil para esse público que trabalha no *call center*...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA PAULA MARTINS DE MORAIS – ... para nós trabalhadores dos *call centers.*

É mais ou menos isso que eu queria expor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, muito bem, Ana Paula. Deu exemplos práticos e objetivos.

De imediato, o representante do SINTTEL da Paraíba, o líder Jardel Wandson Queiroz da Cruz.

O SR. JARDEL WANDSON QUEIROZ DA CRUZ – Bom dia a todos e a todas.

Parabenizo pela iniciativa o Senador Paulo Paim, o grande esforço da Vivian lá do Sintratel-Campinas e região, que também nos ligou, insistindo para a gente poder garantir essa presença. Agradeço também o esforço e a compreensão tanto do nosso sindicato, SINTTEL-PB, do qual eu faço parte como Diretor de Comunicação, quanto da nossa federação, da qual nós temos aqui presente o nosso Presidente, o companheiro João Moura, que vai fazer a sua intervenção.

De prontidão, percebemos a necessidade de ocuparmos esses espaços e fazermos a nossa contribuição, para que esse assunto seja, cada dia mais, reforçado. Porque a mudança no setor de telecomunicações, muito rápida com a vinda dos *call centers*, tem exigido dos sindicatos e federações essa postura de aprofundamento na leitura dos problemas, que são grandes nesse setor. E a nossa federação tem conseguido cumprir esse papel.

Inclusive, a companheira Renata Dutra, que é a nossa assessora técnica e está na mesa tripartite, tem debatido também esse problema dos *call centers* no País. Ela tem um trabalho importantíssimo. Infelizmente, não pôde estar hoje nessa nova data da audiência, mas ela tem contribuído de outras formas. E é importante, nas outras audiências, a gente garantir a presença da companheira, que, inclusive, tem um livro sobre a regulamentação dos problemas jurídicos que temos encontrado para poder garantir a regulamentação da profissão, uma lei que consiga, de fato, definir o que é a categoria, um piso salarial, os principais problemas que precisamos evitar. Então, é importante a gente garantir essa discussão. E eu queria lembrar, também, o papel importante que a companheira tem cumprido junto à nossa federação e a compreensão que a nossa federação, de que nós fazemos parte, tem tido com os companheiros de ocupar esse espaço, enfim, de garantir, também, uma contribuição.

Essa discussão do trabalho do *call center*, da precarização do trabalho nos *call centers* tem sido cada dia mais aprofundada, porque nós que fazemos parte desse setor nunca imaginaríamos o que é passar pelas dificuldades que nós, de fato, passamos. E quem está de fora acha até um absurdo.

Nessa matéria que saiu, por exemplo, na Rede Globo, no Fantástico, o pessoal acha que estão exagerando, que não é isso tudo. Muitos pensam assim. Nós sabemos que pensam porque, inclusive, trabalhadores como esses que os companheiros citaram, às vezes, assumem uma culpa que não é deles. Essa ideologia patronal, essa ideologia de que a terceirização é uma parte ou uma maneira de os patrões administrarem suas empresas acaba sendo introjetada de tal maneira que nós, do movimento sindical, encontramos essa dificuldade. E nós temos que ver, de perceber nisso não a dificuldade, não uma impossibilidade de ação dos sindicatos diante dessa categoria, mas precisamos entender que o desafio está lançado, para que nós possamos compreender melhor e saber como colocar para essa categoria a ideologia dos trabalhadores, a ideologia da defesa dos trabalhadores.

E é essa a obrigação que nós temos, quando vamos para frente de uma empresa, fazemos a greve, damos os panfletos que, às vezes, acham que o trabalhador não gosta de pegar. Pelo menos na Paraíba, nós temos uma aceitação importantíssima na questão do panfleto, do material, do jornalzinho que os meninos lá do sindicato... Também, em Pernambuco, São Paulo. Todos os que estão aqui presentes garantem isso, o companheiro lá de Minas Gerais também. É importantíssimo, porque é a discussão com o trabalhador do que, de fato, representa aquela postura da empresa e evita que os próprios trabalhadores acabem introjetando um discurso de opressão, um discurso de aceitação de uma pressão.

A gente precisa cumprir esse papel, mesmo enfrentando os problemas que a companheira aqui, de Mossoró, colocou, de eles dizerem que estamos atrapalhando a operação, de chamarem a polícia, como fazem muitas vezes. Tentaram fazer isso com a nossa paralisação lá em Campina Grande, e nós, de imediato, fizemos um questionamento. Quando os trabalhadores eram assaltados, na porta da empresa, como acontece em várias empresas de *call center* por conta do distanciamento da parada de ônibus, enfim, do horário que têm que sair, às vezes, de madrugada mesmo, da empresa, porque têm garantir a sua remuneração, nós perguntamos se a empresa chamava a polícia naquele momento. E eles se sentiram envergonhados ao ponto de, de fato, dispensar a polícia, porque não era caso de polícia, mas era um caso de discussão mais profunda em relação aos problemas da categoria. E a gente conseguiu cumprir esse papel.

Então, lá na Paraíba, fizemos dois dias de paralisação, em João Pessoa, onde tem dois *sites* da AeC com cerca de 4 mil trabalhadores, e em Campina Grande, também, no outro dia, que tem um *site* com cerca de 5 mil trabalhadores. Nós conseguimos fazer a paralisação em João Pessoa. Cerca de 70% da operação parou. Em Campina Grande, também, cerca de 60% da operação parou. E foi importantíssima essa mobilização, junto com mobilização que os companheiros fizeram nacionalmente no Rio, enfim, em Minas. A exemplo do Rio Grande do Sul, que há um mês tinha feito a sua paralisação, também, na Contax do Rio Grande do Sul, uma

greve, na verdade, de 29 dias, e foi vitoriosa também. Então os companheiros, apoiados pela nossa federação, conseguiram cumprir esse papel.

Eu queria enfatizar duas questões que têm sido discutidas também, aprofundadas e que têm me deixado muito preocupado. Primeiro, a dificuldade da empresa de aceitar os atestados dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nós conseguimos, na Paraíba, um avanço em relação à declaração de acompanhamento parental, porque muitas mães de família solteiras precisam acompanhar os seus filhos, e a empresa não entendia isso como uma necessidade, achava que qualquer outra pessoa poderia levar os seus filhos. Enfim, a gente conseguiu avançar nessa discussão.

Uma outra manobra que a empresa tem feito nesse sentido também é a articulação até com a categoria médica, que eu acho uma atitude criminosa tamanha que precisamos denunciar, isso já foi dito aqui hoje também, que é orientar para a não liberação dos atestados médicos para trabalhadores de *call center*. Médicos assumem isto: que receberam orientação da empresa. Há dificuldade dos trabalhadores de *call center* em receber um atestado de uma consulta médica. Essa é uma preocupação gigantesca da minha parte. Nós precisamos aprofundar essa discussão, porque tem que envolver, também, os conselhos regionais de outras categorias, como o da Medicina, o Ministério Público, o sindicato da categoria, para a gente poder denunciar esses profissionais que se submetem a essas propostas criminosas de empresários, visando a seu lucro, nessa lógica capitalista que nós vivemos e que nós precisamos combater, aprofundando a discussão de um modelo de sociedade mais avançado, um modelo de sociedade que garanta essa discussão de um papel de Estado que leve em consideração a garantia da saúde, da vida dos trabalhadores, e não os interesses de uma minoria que está aí colocada e que quer se superar, quer se manter acima de todas as outras. Eu acho que isso nós precisamos aprofundar.

E a outra, ainda, é em relação à classe médica. Nós encontramos em todos os exames demissionais, por exemplo, dos trabalhadores: "aptos a exercer a profissão". E nós sabemos que, mesmo com um laudo de um outro médico declarando que estão com uma LER, ou com um problema nas cordas vocais, ou com um problema na audição, têm essa postura que eu não sei nem como chamar os médicos, eles se submete a isso. Passam por cima de uma ética profissional, passam por cima de um problema visível de saúde do trabalhador, porque a empresa acaba exigindo que ele faça isso.

Então, acho que a gente precisa aprofundar essa discussão e precisa bater também nessas questões que têm acometido os trabalhadores de *call center* que, como já foi dito aqui, de fato, é uma senzala moderna. A gente não pode se deixar confundir pelo espaço em que são colocados, com toda aquela tecnologia e um aparente acompanhamento ou uma meta cumprida em relação à norma regulamentadora, quando, na verdade, a norma regulamentadora que está aqui colocada cumpre um papel, dá um horizonte, dá um caminho a ser cumprido...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem que concluir, no momento.

O SR. JARDEL WANDSON QUEIROZ DA CRUZ – Estou atento ali ao relógio. Obrigado, Senador.

Fica a norma regulamentadora como uma meta a ser cumprida, um horizonte, uma coisa para balizar a postura das empresas, mas nós, de fato, precisamos entender e abraçar a causa que nesta audiência está colocada, dando oportunidade para, como já foi colocado, criar essa lei, fazer com que essa lei seja regulamentada, seja aprovada e colocada em prática. Porque a norma regulamentadora está aí, mas parece que ela não consegue ainda fazer com que a empresa a siga corretamente, fazer com que ela seja colocada na prática corretamente. São as dificuldades que nós enfrentamos no dia a dia.

Então, nós, do SINTTEL-Paraíba, a nossa federação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Terminou o seu tempo.

O SR. JARDEL WANDSON QUEIROZ DA CRUZ – ... que é a Fitratelp, vamos contribuir dessa maneira para ajudar nessa audiência, nesse trabalho de regularização da profissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Jardel Wandson Queiroz da Cruz, do SINTTEL da Paraíba.

Eu vou registrar a presença do Rêneo Augusto, Dirigente da Sindical da Central do Rio de Janeiro; da Luzenira Linhares, Diretora da Central da Paraíba; do Thiago Ribeiro, da Fintratel, Minas Gerais; do Geraldo Estevão Coan, do SINTTEL-DF; e, por fim, do João de Moura Neto, Presidente da Federação Interestadual de Trabalhadores e Pesquisadores em Serviço de Telecomunicações (Fitratelp).

Nós vamos para os encaminhamentos.

O SR. JOÃO DE MOURA NETO – Tenho que saudar a todos os companheiros que estão aqui presentes, especialmente o Senador Paim, e quero dizer, Senador, que, infelizmente, eu não posso acatar o seu pedido de

não ser repetitivo em um ponto, pelo menos, que é no reconhecimento da importância do seu trabalho como Parlamentar, para todo o movimento social. (*Palmas.*)

Nós contamos sempre com o seu apoio, com o seu empenho e com o seu compromisso, especialmente os companheiros de telecomunicações, a SINTTEL-RS, de quem o senhor é o esteio, a nossa Fittel, que lutou durante mais de trinta anos tendo como resultado positivo dessa luta a nossa Fitratelp. Sem a sua intervenção, juntamente com a de outros companheiros Parlamentares, nós não teríamos o êxito de obter o registro da nossa federação depois de trinta anos de luta, de resistência, de combate em favor dos trabalhadores.

Eu vou abrir mão da fluência da fala para pontuar e, assim, tentar reduzir o meu tempo, porque dirigente sindical, quando diz que vai falar menos, acaba falando muito mais, não é? Então, quero começar pelo favorecimento do companheiro Bira e do companheiro Senador, pelo favorecimento do tempo com que nós fomos beneficiados, o que nos permite a ocasião de testemunhar alguns fatos.

Eu queria lembrar, a partir da fala da Profª Mirlene, que o nosso drama começou em 1997. Nós já tínhamos uma luta antes disso, mas, em 1997, com a reforma da Previdência, a aposentadoria especial acabou. Na aposentadoria especial que acabou, enquadravam-se as telefonistas, lá também estava a limitação da jornada de 6 horas. A partir daí, o relato já foi feito, houve o surgimento de outro nome para uma categoria que já estava protegida pela lei e, ao mudar o nome, essa categoria ficou desprotegida, estendendo a jornada para 8 horas. Graças à nossa resistência, ela retomou o patamar das 6 horas.

Quero dizer também que naquela época essa categoria estava protegida com o pagamento do adicional de insalubridade, que tinha o nome de adicional de penosidade pelo adoecimento e principalmente pelo aspecto negativo da jornada de trabalho sob escala, que obrigava os companheiros, do mesmo jeito que é hoje, a trabalhar 24 horas, dependendo do contrato em que eles estão. Então, faço esse registro porque nós precisamos retomar isso, pois não há mais nenhuma dúvida de que há, de fato, um ofensor muito grande na categoria dos trabalhadores em telecomunicações que atuam nos centros de atendimento, independentemente de em qual sindicato estejam e de qual denominação tenham.

Acho fundamental que tenhamos em vista que o mais importante é a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras, porque as agressões já estão colocadas aqui. Temos de encontrar uma forma de unificar a nossa luta. A nossa parte, Senador, a da federação, nós estamos fazendo.

É importante também agradecer e ressaltar a importância do que fizeram o companheiro Bira e a companheira Vivian ao trazer essa proposição ao Senador, que acatou de pronto. Por isso estamos aqui juntos. A nossa federação, ao tomar conhecimento, independentemente de qualquer coisa, está presente, porque precisamos reforçar esse esforço, nós precisamos nos somar a esse esforço.

Um terceiro ponto que quero lembrar é a fala da companheira Renata, que disse, reproduzindo a fala da empresa: "Foi um ato isolado de uma gestora" – estou aqui incluindo: colaboradora – "que não está mais na equipe." É assim que as empresas se comportam: a partir do momento em que elas são penalizadas por um processo, por uma fiscalização, elas transferem a culpa para o operador ou para o supervisor. Só que nos sabemos que essa é uma estratégia plenamente determinada pelo capital de explorar ao máximo os trabalhadores desse segmento de trabalho.

Queria pontuar também a condição de trabalho e a insalubridade desses trabalhadores. O operador de *call center*, diferentemente de outras categorias, Senador, trabalha sob três fogos. O primeiro fogo é o do cliente, que se irrita com a péssima qualidade do serviço. Hoje, a maior parte das pessoas que utilizam o sistema de telecomunicações usa o telefone móvel, que apresenta falhas técnicas gritantes. Essas falhas são transferidas para o operador. No momento da ligação, cai a ligação. De quem é a culpa? Do operador. No momento da ligação, deixa de existir a transmissão ou a recepção. De quem é a culpa? Do operador. No momento do atendimento, aparece uma distorção na frequência de voz. De quem é a culpa? Do operador. Quando o cliente desliga e retorna a ligação, o operador é vítima da tal da rechamada. E onde ele perde? Na remuneração variável, e é punido por isso.

O operador é filmado em som e imagem 24 horas por dia em todos os turnos. Então, ele não tem defesa. Eu sei que é agradável essa história do sorriso na voz, que a gente nota a diferença quando fala com alguém do outro lado que está triste ou que está alegre, que muda de fato a voz. Mas quem é capaz de ser tão bom ator para simular isso? Ninguém é capaz de fazer isso, senão nós não estaríamos sentados nos *call centers*, nós estaríamos na Globo, desempenhando um trabalho como ator.

Eu queria também colocar aqui, já pontuando, que há nessas empresas um total desrespeito à cultura local. Agora, há uma migração, em função de diversos fatores – incentivos fiscais, mão de obra disponível mais barata, mão de obra, pela própria realidade local, mais suscetível a aceitar essas agressões das empresas de *call center*. Estão migrando do Sul e do Sudeste para o Nordeste. Só que essas empresas provocam uma violência muito grande, pois os companheiros que estão aqui e são do Nordeste, como o companheiro Anderson, a

companheira Louise, a companheira Luzenira, os companheiros de mesa, os demais companheiros, têm uma cultura local. Nós temos uma religiosidade local, e não cabe, Senador, no calendário da empresa, nem na jornada de trabalho da empresa o respeito a essa religiosidade. Então, os trabalhadores são obrigados a trabalhar na sexta-feira da Semana Santa, que é um sacrilégio, no dia de São João, que é outro sacrilégio. No Natal ou no Ano Novo, têm de abrir mão da convivência familiar. Pessoas que têm de sair para o interior não podem, têm de abrir mão da família. Então, não há nenhum respeito. E se pronuncia cada vez mais perversa essa pressão do capital sobre a exploração dos trabalhadores.

Apesar – já me encaminhando para o final – de tudo o que foi colocado aqui, há outro fator importante a ser ressaltado agora que nós avançamos muito na defesa do direitos das mulheres: o tratamento que essas empresas dão às grávidas. Gente, é desumano! Toda a proteção legal que avançamos nas conquistas das mulheres essas empresas anulam. Elas obrigam as grávidas a ficarem na posição, mesmo que estejam em pausa/senha ou mesmo que elas não tenham acesso ao sistema. Não podem se levantar da cadeira. Todo mundo sabe que uma grávida precisa se levantar, precisa se movimentar, precisa ir ao banheiro. Elas são impedidas de fazer isso. Será que é fácil para uma mulher grávida? Para todas é difícil, mas uma mulher grávida está mais sensível a isso. Ficar submetida a uma jornada dessas, que é uma jornada efetiva! Se ela demorar no banheiro, o tempo que ela alongou na pausa é estendido...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO DE MOURA NETO – ... para o final, como jornada efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para concluir, você tem 50 segundos, dentro do seu tempo.

O SR. JOÃO DE MOURA NETO – Para finalizar, Senador, há a questão da justa causa. Pessoal, não tenho dúvidas, porque fiz as contas, é um investimento que favorece o lucro da empresa.

Para finalizar, Senador, propositadamente, essas empresas de telecomunicações, que são das operadoras, não se organizam como classe para impedir que haja uma negociação entre o segmento patronal e os trabalhadores. É mais fácil para eles vencer os trabalhadores, apesar da nossa resistência, não tendo a negociação, obrigando a negociação por acordo coletivo de trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o João de Moura Neto, Presidente da Fitratelp.

Pessoal, vamos direto aos encaminhamentos.

Digo a todos, é claro, que eu gostaria de dar a palavra a um por um. Temos mais cinco inscritos que gostariam de falar, mas é impossível! Para vocês terem uma ideia, quem me viu com um pratinho na mão pôde ver que era pão com banana, esse é o meu almoço. Almocei e daqui tenho de ir para uma reunião com a CNPL, que é uma central. Depois, às 14h, eu tenho de estar no plenário. Às 15h, reunião com o Presidente Renan para discutir os vetos. Às 16h, começa a votação. Às 19h, eu tenho de ficar no plenário, porque vai começar a apreciação dos vetos.

Encaminhamentos, pessoal, como eu havia falado.

Haverá mais duas audiências públicas. Eu peço aos líderes do movimento que vocês se ajustem para que, nas próximas audiências, quem não falou e gostaria de falar pudesse falar.Haverá uma nova audiência pública com os empresários do setor. Haverá outra audiência pública em que eu vou convidar quatro representantes do empresariado e quatro representantes dos trabalhadores, para dialogarmos até construir algum tipo de entendimento.

Outro encaminhamento: apresentar um projeto de lei pelas entidades do setor sobre a regulamentação da profissão, ao mesmo tempo ou nesse projeto – vocês é que vão decidir –, garantindo o piso salarial da categoria. (*Palmas.*)

Esses encaminhamentos são frutos desta reunião.

Eu agradeço a todos, pessoal, mas eu tenho de encerrar neste momento a nossa audiência pública. Vejam bem: nós sairemos daqui com mais duas audiências públicas, de que vocês poderão participar. São vocês que vão escolher a data. Digam-me qual é a melhor data para continuarmos este debate. Pelo número de denúncias e pela gravidade do fato, eu já estou me propondo... Inclusive, na quarta-feira agora, já vou aprovar aqui o requerimento de mais duas audiências públicas.

Eu percebo, pessoal, a vontade de vocês de falar. Eu gostaria muito de passar o dia todo aqui, mas é impossível. Por isso, eu estou indo a todos os Estados – eu vou aos 27 Estados, não vou deixar um para trás –, onde os trabalhadores estão colocando questões gravíssimas sobre a terceirização e o mundo do trabalho e da própria Previdência.

Nós todos que defendemos tanto a liberdade, nós todos que perseguimos a justiça, nós todos que brigamos, desde a criança até o idoso, para melhorar a qualidade de vida, nós todos temos de enfrentar ainda a irresponsabilidade de alguns que querem dizer que criança com oito ou dez anos tem de ir para cadeia, quando lugar de criança é na escola. Estamos enfrentando também esse debate. (*Palmas.*)

Assim, nós encerramos a nossa audiência pública do dia de hoje, convidando aqueles que puderem para tirarmos uma foto coletiva aqui para ficar nos *Anais do Senado Federal*. Todos estão convidados. Eu só espero que o fotógrafo esteja aí, porque eu convido, e o fotógrafo...

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia 1º de julho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Hélio José, Omar Aziz, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Vicentinho Alves, Benedito de Lira, Telmário Mota, Sérgio Petecão e Eduardo Amorim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta, duas partes. Primeira Parte: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 70, de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim para debater o tema: "O direito à meia-entrada e à Lei 12.933, de 2013". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra: Juca Ferreira, Ministro de Estado da Cultura; Odilon Wagner, Presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes – APTI; Yélena de Fátima Monteiro Araújo, Promotora de Justiça, Coordenadora da Caravana da Pessoa Idosa do Ministério Público do Estado de Pernambuco e Membro da Comissão da Pessoa Idosa do Conselho Nacional do Ministério Público de Pernambuco; Paulo Roberto Martins Maldos, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SNPDDH/SDH; Alessandro Queiroga Barros, Presidente da AQB Produções e Marketing Ltda., Fundador e Conselheiro da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos – ABRAPE; Tatyana Rubim, Membro da Diretoria da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR; Warley Martins Gonçalles, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Karina Vitral, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Federal Cabo Daciolo. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) criar uma comissão composta pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; pela Dr. Yélena de Fátima Monteiro Araújo, promotora de Justiça; por um representante da Cobap; pelo Ministro Juca Ferreira; por um representante do setor empreendedor; e um representante da UNE, para chegar a um entendimento sobre o tema; 2) realizar outra audiência pública para debater o tema. Segunda Parte. Deliberativa. Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 73, de 2015. Requer a realização de audiências públicas, em número de duas ou mais, se necessário, para discorrerem e debaterem sobre o Projeto de Lei do Senado, número 470, de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família. **Autoria:** Senador Magno Malta. Resultado: Aprovado. Item 2. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 87, de 2015. Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para debater os problemas enfrentados pelos pacientes com doenças renais que necessitam de hemodiálise ou que estejam na fila de espera para transplante de rim. **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. Resultado: Aprovado. Item 3. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 99, de 2015. Requer o aditamento ao RDH nº 89, de 2015, para inclusão de convidados. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. Item 4. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 100, de 2015. Requer a realização de audiência pública nesta Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para discutir o "Relatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2014", com foco, também, na PEC 215/2000 que trata da demarcação das terras indígenas e na 'Encíclica Verde' anunciada pelo Papa Francisco. **Autoria:** Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. Item 5. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 101, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater

o tema "Saúde e Terceirização". **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 6. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 102, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Valorização da Educação e dos Trabalhadores de Educação". **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 7. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 103, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para "Apresentação dos resultados da Pesquisa de Opinião Publica Nacional sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente". **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 8. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 104, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "a contribuição assistencial destinada a financiar a negociação coletiva e outras atividades sindicais". **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 107, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Desafios e Oportunidades para as Pessoas com Deficiência nos EUA e Brasil". **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 108, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Denúncias de crimes gravíssimos envolvendo armadoras e agenciadoras e das condições degradantes a que são submetidos os tripulantes em navios de cruzeiros internacionais que navegam em nosso País.". **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 109, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Proteção e Promoção da Saúde da População, expressa através das ações de Vigilância Sanitária". **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 105, de 2015. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) convide, para debater em audiência pública a situação jurídica do Assentamento 26 de Setembro, localizado em Brasília às margens da rodovia DF-001. **Autoria:** Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 106, de 2015. Requer à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que seja dado conhecimento à Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher a respeito da atribuição assumida por esta CDH de avaliar os programas e políticas públicas do Poder Executivo relacionados às medidas de enfrentamento à violência contra a mulher, informando de nosso propósito de realizar ações conjuntas no sentido do cumprimento dessa atividade. **Autoria:** Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 110, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "as questões remuneratórias dos aposentados". **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às dez horas e trinta e cinco minutos, o Senador Paulo Paim passa a presidência para o Senador Sérgio Petecão. Às onze horas e dezenove minutos, o Senador Sérgio Petecão devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Às doze horas e dezoito minutos, o Senador Paulo Paim passa a presidência para o Senador Hélio José. Às doze horas e vinte e seis minutos, o Senador Hélio José devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão, Hélio José, Donizeti Nogueira e Eduardo Amorim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e oito minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião será realizada em duas partes: a primeira será uma audiência pública, e a segunda, uma reunião deliberativa.

A audiência pública, nos termos do Requerimento nº 70, de 2015, de minha autoria e outros, é destinada a debater o tema "O direito à meia-entrada e a Lei nº 12.933, de 2013".

A audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, cujo *link* é www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós vamos, de imediato, formatar a nossa Mesa para discutir o tema.

É com alegria que já registro aqui, porque eu o convidei para sentar-se ao meu lado na abertura, a presença do querido amigo e Ministro de Estado da Cultura, Juca Ferreira, a quem eu peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Na mesma linha, convido também o Presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes (APTI), Sr. Odilon Wagner. (*Palmas.*)

O Odilon todos nós conhecemos. É um dos atores de renome nacional que nós sempre recebemos com o carinho que ele merece, pela sua vida e pela sua história.

Chamamos também Paulo Roberto Martins Maldos, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Chamamos Yélena de Fátima Monteiro Araújo, Promotora de Justiça e Coordenadora da Caravana da Pessoa Idosa do Ministério Público do Estado de Pernambuco. (*Palmas.*)

Lembro a Pernambuco que nós estaremos lá. Estaremos em Pernambuco, doutora, nesta sexta-feira, às duas horas da tarde, na Assembleia Legislativa.

Seja bem-vinda, doutora.

A SRª YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos debater em Pernambuco – estou aproveitando a presença aqui da Yélena – a terceirização e a questão da Previdência, assuntos que interessam a todo o povo brasileiro.

Yélena de Fátima Monteiro Araújo é Promotora de Justiça, Coordenadora da Caravana da Pessoa Idosa do Ministério Público do Estado de Pernambuco e membro da Comissão da Pessoa Idosa do Conselho Nacional do Ministério Público de Pernambuco.

Chamamos também Tatyana Rubim, membro da Diretoria da Associação de Produtores de Teatro do Rio de Janeiro.

Seja bem-vinda também. (*Palmas.*)

Chamamos agora Alessandro Queiroga Barros, Presidente da AQB Produções e *Marketing* Ltda. e Fundador e Conselheiro da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape).

Por fim, chamamos o Presidente da Cobap, Warley, para que também esteja na Mesa conosco. Ele está esperando a chegada de alguns companheiros.

Registro a presença aqui também do Ricardo Nerbas e do Moacir. O Ricardo Nerbas é da CNPL, onde eu estive ontem fazendo uma palestra, ao meio-dia, a convite dele.

Registro, com alegria, a presença do nobre Deputado Eduardo Amorim, sempre presente em todas as nossas reuniões. (*Palmas.*)

Nós vamos debater aqui, hoje, a questão da meia-entrada. A meia-entrada passou por um debate amplo na época em que apresentei o Estatuto do Idoso, que hoje é lei. E houve também outro debate amplo no momento em que aqui aprovamos o Estatuto da Juventude, do qual fui um dos Relatores.

Naquele momento, no plenário do Senado, nós acabamos votando um texto que, segundo o Ministro, deixa uma interpretação que pode, na regulamentação, pender mais para uma posição ou para outra.

Quando o Ministro conversou comigo sobre a regulamentação, eu disse a ele que era um tema que nós teríamos que discutir amplamente com os setores organizados da sociedade, com cada um expondo o seu ponto de vista. Como autor do Estatuto do Idoso e Relator do Estatuto da Juventude, eu não tinha nenhuma autoridade para alterar, como disse alguém, para um lado ou para outro, aquilo que, naquele momento, foi a vontade do Plenário do Senado. Seria muito importante que ouvíssemos tanto os atores e suas entidades, como o Ministério e os representantes dos aposentados.

Confesso – estou falando aqui à luz da verdade dos fatos – que, casualmente, na audiência pública que fizemos em São Paulo e que foi muito produtiva, estavam presentes cerca de mil dirigentes sindicais na Assembleia Legislativa. Em São Paulo, foi na segunda-feira que passou, e, na sexta, foi no Rio de Janeiro.

Deputado Eduardo Amorim, no voo do Rio para São Paulo – vou contar aqui para descontrair um pouco o ambiente –, eu me sentei ao lado de quem, por coincidência do destino? Da atriz Marieta Severo. É claro que eu a conheci de pronto. Ela me olhou e disse: "Eu acho que eu o conheço." Ela não é obrigada a me conhecer, mas nós a vemos todos os dias na televisão. Eu disse: "Sou o Paulo Paim." Ela disse: "Não é aquele da articulação do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Juventude, da meia-entrada." De pronto, eu disse a ela: "Sou eu mesmo, mas não me xingue." Ela disse: "Vou xingar, sim." Mas ela é muito bem-humorada e levou na brincadeira tudo. Fomos conversando durante o voo, e eu até a convidei, se ela pudesse estar aqui hoje. Mas, como tinha gravações, ela disse que não poderia.

Quero, de pronto, agradecer a ela a simpatia, a gentileza. Inúmeras pessoas, inclusive o motorista do ônibus, pediram para tirar fotos, e ela atendia a todo mundo como se estivesse em casa. Estamos acostumados a

vê-la como uma artista de renome internacional, mas ali eu a vi como uma pessoa mesmo e percebi o carinho com que ela tratava toda a população. Os assessores que estavam comigo mandaram foto ao lado dela até para netos, avós, parentes, amigos, porque ela tirou foto com todo mundo.

Então, Marieta Severo, um abraço muito forte a você. Saiba...

O SR. JUCA FERREIRA (*Fora do microfone*.) – Você errou. Ele é Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. JUCA FERREIRA (*Fora do microfone*.) – Você disse Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, não, não. Está aqui o meu querido Senador, o Senador mais presente aqui.

O SR. ODILON WAGNER (*Fora do microfone*.) – Você falou Deputado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É porque eu tenho quatro mandatos de Deputado e seguidamente falo Deputado Paim, Deputado para cá, Deputado para lá. O nosso querido Senador aqui...

O SR. ODILON WAGNER (*Fora do microfone*.) – Se chamá-lo de Deputado não tem problema?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode chamar tranquilamente e pode me chamar de Paim também. Não tem problema nenhum. A maioria das pessoas dizem: Paim para cá, Paim para lá, inclusive o pessoal que trabalha aqui no Congresso. E eu vejo isso com o maior carinho, essa liberdade.

Então, querido Deputado, muitos me dizem: meu querido Deputado, me dá um abraço. Muitos chegam para mim e dizem: meu querido Deputado. E eu digo: sim, meu querido, minha querida. E trato todo mundo com a maior tranquilidade, nem me preocupo em mudar o nome, se é Deputado ou Senador.

Mas o Senador Eduardo Amorim tem uma história já marcada aqui no Congresso e é reconhecido em todo o País pela sua posição muito firme, sempre ao lado daqueles que fazem o bem sem olhar a quem.

Vamos, de imediato, entrar no debate, que é o que nos traz neste momento aqui à Casa.

Não sei se o Ministro Juca gostaria de falar em primeiro lugar?

Muito bem.

Então, o Ministro Juca Ferreira está com a palavra neste momento.

O normal que a gente dá para todos os convidados são 10 minutos com mais 5. Mas claro o Ministro falará pelo tempo que entender adequado. Não vamos limitar o seu tempo.

O normal é 10 mais 5, no máximo 20. Você arranca com 20 então.

O SR. JUCA FERREIRA – Bom dia a todos e a todas. É uma alegria para mim estar aqui participando desse processo de reflexão. Acho que a gente pode chegar a uma posição comum. Acho que todos aqui deveriam trabalhar para isso. Eu vou procurar falar o mais claro possível.

Eu já disse e repeti algumas vezes, vou repedir mais uma vez, que prefiro a aspereza da sinceridade do que a superfície aveludada da hipocrisia. Então eu vou falar de forma a mais clara possível, explicar o porquê da nossa posição e propor que a gente chegue a uma posição sensata.

Essa questão da meia-entrada tem mais de uma década no Brasil. Há mais ou menos oito, nove anos atrás, eu escrevi um artigo tentando mostrar que por um lado eu sou a favor do direito à meia-entrada para estudantes, para aposentados. É um direito importante, é uma possibilidade de inclusão social. Então a minha posição é clara a respeito disso. Mas, ao mesmo tempo, não existe jantar de graça.

Se nós pensarmos claramente na realização desse direito, vamos ter que ver o seguinte: a média de presença da meia-entrada nos espetáculos, nas sessões de cinema, é em torno de 80%, às vezes um pouco menos, mas chega até 80%. Se há essa possibilidade de 80%, é óbvio – é para isso que eu estou tentando chamar atenção, por isso que eu falei da questão da relação da sinceridade e da hipocrisia – que não existe meia. O que nominalmente será chamada de meia tem o custo de uma inteira, porque quem vai pagar isso? É isso que é importante as pessoas terem consciência.

Alguém acredita que um empresário monta um cinema para ter prejuízo? Não, ele paga todas as despesas e tem uma margem de lucro. Um espetáculo de dança, de teatro, qualquer um, ele vai ter que pagar todos os custos e mais uma pequena parcela de lucro.

Então essa soma, se você chega a 80% de meia, evidentemente que a meia, na real, na verdade, o que a gente vai pagar ali no guichê é uma inteira. E a inteira é a estratosfera do preço das entradas de espetáculo de cinema do Brasil, que é um dos lugares mais caros do mundo, exatamente porque não tem um ordenamento do direito da meia.

Diante desses números, há oito anos, eu escrevi um artigo, e não me lembro que jornal que publicou – foi a *Folha* –, dizendo o seguinte: vamos ter um pouco de sensatez. Por um lado, defender o direito da meia,

mas, por outro lado, encontrar uma saída que realize de fato a meia. Porque, se a meia custa o preço da inteira, é uma hipocrisia, é uma falsificação. Não existe a meia no Brasil. Existe nominalmente a meia no Brasil.

Mas é só somar para ver que não há possibilidade de manter a situação atual. Na época a UNE foi contra, por um lado...

Por falar nisso, a UNE chegou. Quero parabenizar a Presidenta recém-eleita por essa eleição e pela vitória de ontem. A juventude conseguiu iluminar o País da insensatez que seria cometida. (*Palmas.*)

O SR. JUCA FERREIRA – Então, a gente, hoje, tem uma inteira, apelidada de meia, e um preço estratosférico que os que não estão na cota acabam pagando para cobrir as despesas da realização desse direito.

O direito pode ser mantido. Alguns países utilizam esse mecanismo da cota. Uma cota mínima obrigatória, onde a partir daquilo ali o empresário do espetáculo, da casa de cinema pode aumentar essa cota, mas tem um mínimo obrigatório. E você tem condições de realizar, por um lado, a meia real, a meia que custe barato, e, por outro lado, você não inviabiliza o espetáculo. Essa é a situação real.

É claro que você pode perfeitamente apagar um dos itens dessa equação e dizer: "não vou mais realizar o direito sem um limite." É interessante o discurso, mas, na verdade, se você vai para a aritmética, um mais dois igual a três, essa argumentação não se sustenta. Porque no Brasil hoje a gente paga uma meia que, na verdade, é uma inteira. E quem paga a inteira paga uma estratosfera gigantesca para cobrir custos e gerar ainda uma possibilidade de lucro para o empresário que está organizando o espetáculo ou a sessão de cinema.

Então eu acho que a cota é uma situação razoável. Se uma das categorias entra fora da cota, você destrói todo o acordo que foi feito durante seis anos de discussão, oito anos de discussão. No início a UNE era contra, depois foram caminhando numa direção positiva de chegar a um acordo, os dois lados. E, de última hora, na hora de votar o projeto, foram incluídos os aposentados, que eu acho justo o direito dos aposentados à meia. Perfeito, mas pode ser dentro da cota.

Acho que se a gente mantiver essa dubiedade, a possibilidade de uma das categorias ficar fora da cota, a gente destrói completamente o que foi acumulado em 8 anos. Aí volta para essa situação que não sai do mesmo lugar, e aí não justifica a existência de uma nova lei sobre o tema. Essa é a grande questão.

Então estou chamando para sensatez todas as partes para que a gente possa de fato realizar o direito por um lado e viabilizar o espetáculo no Brasil a um preço razoavelmente justo. Aí algumas pessoas vão dizer: mas quem garante? Quem garante, por um lado, é o próprio mercado; segundo, a fiscalização. Hoje boa parte do borderô, não vou dizer que é a totalidade, mas boa parte do borderô é digital. Então o controle é fácil. A gente pode criar mecanismos inclusive de um controle que possa ser feito a qualquer momento, e qualquer burla ter punição. Aí a gente pode ter a possibilidade de realizar o direito dentro dessas condições.

Eu chamo todos a uma posição sensata. Há uma possibilidade de a gente pactuar. Toda vez que a gente está diante de um problema, é bom a gente usar todos os nossos neurônios para resolver. E nesse sentido não precisa nem usar todos. É uma questão tão simples aritmética, um mais dois igual a três, que é fácil perceber que o direito fica garantido e, ao mesmo tempo, você viabiliza o espetáculo.

Se você pende para um dos dois lados, ou você eliminar o direito, que seria um erro, ou eliminar a possibilidade da viabilização econômica do espetáculo, a gente não vai sair do mesmo lugar. A gente vai ficar como é hoje, um preço estratosférico que praticamente inviabiliza a presença de boa parte da população nas salas de cinema. Não sei se vocês sabem, só 13% dos brasileiros vão ao cinema. E os nos espetáculos de dança e de teatro o número é menor ainda.

Então, vamos tentar construir uma situação que, de fato, interesse a todos, que atenda às demandas dos que têm direito a esse benefício da meia e, ao mesmo tempo, não desorganize a possibilidade de um espetáculo a preços razoáveis no Brasil.

É isso, é muito simples. Eu não tenho com florear muito porque é uma questão de aritmética que estamos tratando aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Ministro da Cultura, Juca Ferreira.

De imediato, passo a palavra ao Presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes (APTI), Sr. Odilon Wagner.

O SR. ODILON WAGNER – Obrigado pelo convite. É um prazer estar aqui, Senador.

Ministro, quero dizer que nós, artistas de teatro, concordamos 100% com a sua posição. Agradecemos a sua posição sempre favorável e com entendimento perfeito do que significa o nosso mercado hoje.

Eu dou um bom dia a todos vocês, aos aposentados que estão aqui. Obrigado por terem vindo. (*Palmas.*)

Meus companheiros aqui da Mesa, eu queria começar fazendo uma pergunta: alguém aqui conhece algum setor produtivo da sociedade brasileira, fora a cultura, que tenha um imposto de 50% sobre os seus produtos? Ou seja, sobre aquilo que venda? Fora os custos normais, os impostos normais que a gente tem, que

todo cidadão, que todas as empresas pagam, algum outro setor tem regulação de preço pelo Governo sem indicação de fonte de subsídio?

Se alguém conhece, por favor indique.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODILON WAGNER – Cigarro? Não tem; não é verdade.

Transporte? Subsidiado. Saúde? Subsidiada. Educação? Subsidiada.

Se eu estivesse num tribunal agora, Senador, e eu fosse advogado, eu iria dizer assim: sem mais perguntas, meritíssimo. Porque não tem lógica. Por que só um setor da sociedade, e um setor frágil da sociedade do ponto de vista econômico, é penalizado desta forma? É o único setor da sociedade produtiva do País que sofre uma interferência direta do Estado, obrigando a gente ter um imposto de 50% nos nossos produtos, na venda dos nossos produtos.

Naturalmente que nós não somos contra a meia-entrada. Eu queria dizer isso para os aposentados, eu queria dizer para todos. Aliás, eu sou idoso. Acho que nós aqui todos já passamos dos 60 anos, poucos de nós não. Eu sou idoso também e defendo esses direitos do idoso. Ninguém do meio cultural é contra a meia-entrada. Ninguém é contra. Nós precisamos dos idosos, nós precisamos dos estudantes, nós precisamos de todo mundo no teatro, mas se o Governo nos obriga a dar esse desconto de 50%, ele tem que dizer assim: então o Governo complementa a outra parte. Porque a cultura é produzida pela sociedade privada, não é governo. Quem faz concessão, quem é obrigado a dar benefícios é governo, não a sociedade privada.

Para contextualizar um pouquinho, para entender um pouquinho o que aconteceu, a meia-entrada surgiu no Brasil indicada pelos artistas e produtores culturais. Fomos nós que criamos a meia-entrada, muitos anos atrás, em décadas passadas. Por quê? Porque os estudantes não estavam vindo ao teatro, não estavam vindo ao cinema, e nós queríamos o estudante. Então nós criamos esse benefício para trazer os estudantes para dentro do teatro.

Só que essa ação de coração, essa ação promocional, como qualquer empresa hoje faz promoção, foi transformada depois, por oportunismo, e me perdoem falar aqui dentro desta Casa, por oportunismo eleitoreiro, em lei. Criaram depois lei para o estudante; depois foi lei para professor; depois lei para bombeiro; depois lei para os idosos. Foram criando leis. E nós começamos a ficar engessados dentro dessas leis.

Em cada Município do País, em cada Estado do País, há uma lei diferente para a meia-entrada. Em alguns lugares podem entrar X pessoas; em outro, tantas. Em alguns lugares concede para professor, em outros vocês nem imaginam as coisas absurdas que acontecem por este País. Por isso se criou esta lei de que estamos falando hoje, que é a lei geral da meia-entrada, para tentar unificar.

Dentro desta lei, nós, produtores culturais, artistas, estamos concedendo – porque é uma concessão nossa, não é do Estado, o governo não está concedendo nada, o governo não está dando nada para ninguém –, entendemos que era necessário ainda manter uma cota de 40% que unificasse todas as categorias beneficiadas pela meia-entrada.

Então, estudantes, idosos, que foram os que participaram – o que o Ministro falou –, durante oito anos, nesta Casa, discutindo, debatendo, a UNE presente, tínhamos grandes diferenças com a UNE no começo, fomos nos acertando, buscando o bom senso, buscando compartilhar as ideias para tentar colocar todo mundo numa situação confortável. Finalmente, nós nos acertamos, e entendemos que 40% da cota para todas as políticas públicas – isso é importante a gente frisar –, idosos, professor, e não me admiro se daqui a pouquinho alguém disser: foi criada lá no Rio Grande do Sul uma lei para apicultores deprimidos que tenham 50%. Não me admira se isso acontecer, porque fazem leis de todas as formas para meia-entrada. Todas as políticas públicas têm que caber dentro dos 40%. Foi acertado isso, oito anos de batalha, todo mundo de acordo, todo mundo fechado.

A então Senadora Ideli Salvatti assinou essa lei junto com a gente, aprovou essa lei com a gente, e, no finalzinho de 2013, no apagar das luzes de 2013, dezembro, a Senadora, então, naquele momento, Ministra da Casa Civil, retira os idosos dessa cota de 40%, jogando literalmente no lixo toda essa luta, toda essa batalha que nós tivemos, esse acordo que fizemos durante esses anos todos.

Quando os idosos... Como o Ministro falou agora há pouco, eu até corrijo os números, no teatro, meia-entrada é 90% para cima da casa. Num teatro de 100 lugares, 90, 93, 94 são meias-entradas, porque tem meia-entrada para estudante, professor, idoso, funcionário público, doador de sangue, cada lugar é diferente. Então, a maioria é meia-entrada. Portanto, o produtor cultural, como diz o Ministro, se o preço normal seria R$30,00, o que ele faz? Ele aumenta o preço para R$60,00 para ele ter os R$30,00 que ele precisa ter para fechar as contas dele. É aritmética, como disse o Ministro.

Além disso, é importante vocês entenderem esse nosso universo, há algumas leis no Brasil, em alguns Estados, que se você der um desconto, e todos os produtores culturais dão o desconto... Porque, se eu estou

com a casa vazia, não está 100% cheia, eu falo: vou diminuir o preço e fazer promoção. Não é assim com a companhia aérea? Não é assim numa loja? Não vendeu bem nesse período porque o verão não foi tão quente ou o contrário, liquidação. Mas o Governo não obriga a loja a fazer liquidação. A loja é quem decide a hora que vai fazer liquidação. No nosso caso, não, nós somos obrigados a fazer liquidação 100% do ano.

Em alguns Estados no País, há leis que dizem que você tem que dar meia-entrada pelo menor preço praticado que você tiver na bilheteria. Então, se o meu preço normal digamos é R$100,00, a minha meia é R$50,00, mas eu quero fazer uma promoção a R$20,00, eu tenho que fazer a R$10,00. Há leis assim. É esse o mercado em que a gente vive.

Então, se nós não regulamentarmos essa lei, se nós não criarmos regras e colocarmos todo mundo dentro dos 40%, nós vamos estar massacrando a cultura brasileira. O que está acontecendo é um massacre da cultura brasileira. Perdoem-me a firmeza da colocação que estou fazendo, porque, como o Ministro falou, é uma década quase debatendo esse assunto.

Esse imposto impõe uma das mais importantes áreas do nosso Governo, do nosso País, uma das mais importantes armas que um país, que uma nação tem, que é cultura, é a educação. Ela está afundando com o setor cultural.

Nosso País não tem saída que não seja educação e cultura. Mas, se a educação e a cultura não puderem ser entendidas... Muitas vezes achamos que as pessoas não tem a compreensão exata da importância da cultura, do sentimento de pertencimento de uma nação, da importância que a cultura tem para a complementação educacional de um povo. Se isso não for suficiente...

Eu vou trazer para vocês um pouquinho de números para vocês entenderem o que significa a produção cultural no nosso País. Existe – muitos de vocês sabem – a chamada economia criativa, que são todas as áreas criativas, as artes, a televisão, a moda, o *design*, todas as áreas que dependem de criação. É uma das atividades culturais, das economias culturais, da economia produtiva, que mais crescem no mundo.

O País que mais desenvolveu essa ideia foi a Inglaterra, que joga um caminhão de dinheiro na cultura. E ela não diferencia se é produção pequena, se é produção grande. Ela joga um caminhão de dinheiro na cultura, porque eles descobriram que cada dólar, cada euro, no caso deles a libra, colocado na cultura, de cinco a sete retornam para o Estado em forma de impostos.

A nossa indústria é uma indústria que não polui e que emprega permanentemente, cada vez mais. É a única indústria, no mundo, que precisa da mão de obra física, das pessoas para trabalhar. Hoje a economia criativa, o setor cultural e de entretenimento, emprega mais que a indústria automobilística, Senador. E não é difícil a gente entender isso, porque as indústrias estão cada vez mais automatizadas. Elas não precisam de seres humanos. Nós precisamos de seres humanos.

Nós empregamos mais do que a indústria eletroeletrônica. E esses dados que eu estou dando a vocês são de 1999, pela Fundação João Pinheiro, de BH. Seguramente, agora isso já cresceu. E com um detalhe: nós remuneramos melhor do que essas indústrias.

Então, a Inglaterra descobriu isso. Na crise econômica grave de 2009, que houve lá na Inglaterra, o único setor de crescimento e de empregabilidade era a economia criativa, absorvendo mão de obra das outras indústrias para dentro da indústria criativa. A Inglaterra bate o pé nisso e investe, como eu disse, um caminhão de dinheiro na cultura.

Outro exemplo muito fácil que a gente vê de um país que saiu de uma derrota de guerra violenta é a Coreia do Norte, que se transformou numa das maiores potências mundiais, porque, décadas atrás, descobriu que é só através do conhecimento, da educação, da cultura, que eles iriam sobreviver.

O SR. JUCA FERREIRA – Coreia do Sul.

O SR. ODILON WAGNER – Perdão! Coreia do Sul. Desculpem. Aí seria um engano trágico. Claro! Perdão; a Coreia do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas fique tranquilo. Eu chamei aqui Senador de Deputado. (*Risos.*)

O SR. ODILON WAGNER – A gente comete esses errinhos.

A Coreia do Sul se transformou em uma das maiores potências mundiais, porque investiu em conhecimento, em educação. E hoje está fazendo frente às grandes nações do mundo por esta opção: a educação, o conhecimento e a cultura.

Eu queria levantar só dois pontos. Eu tenho alguns minutinhos ainda.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais cinco.

O SR. ODILON WAGNER – São dois pontos para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais cinco minutos.

O SR. ODILON WAGNER – Eu sei dos argumentos que falam contra a gente, da necessidade de a gente ter que colocar a meia-entrada. Um deles diz assim: "Mas vocês têm fonte de subsídio, sim. Vocês têm a lei de incentivo, a Lei Rouanet". Primeiro, a Lei Rouanet foi criada para subsidiar um setor que precisava crescer, desenvolver-se. É uma lei de incentivo? É. Chama lei de incentivo. Então, não adianta dar com uma mão e tirar com a outra, porque daí você não está incentivando o setor.

Só para fazer um comparativo, o País tem um monte de leis de incentivo: automobilística, eletroeletrônica, TV de plasma. Essas TVs enormes que estamos vendo ali são subsidiadas na Zona Franca. Nós temos a indústria têxtil, o papel jornal e um monte de outras. Dos automóveis eu já falei? Então, alguns desses outros setores dão 50% para alguém? Ou, por causa do incentivo, eles são obrigados a dar alguma coisa?

A Lei Rouanet, a nossa lei de incentivo, já nos obriga a dar 20% da nossa bilheteria. Fora os impostos e tudo que a gente paga, nós temos que dar 20%, deixar reservado para contrapartida social. O.k.! Justo. Agora, mais 50% de desconto? Essa conta que o Ministro falou, essa aritmética não fecha nunca.

Nós tínhamos, no passado, sessões de terça a domingo. Agora, nós temos sexta, sábado e domingo. E há alguns que só fazem sexta e sábado. E há alguns que só fazem um dia por semana, porque não dá para sustentar. Um espetáculo não se sustenta. A única forma de um espetáculo se sustentar é se ele tiver oito sessões semanais, porque pela soma ele dá. Senão, não tem jeito.

Os espetáculos saem de cartaz, porque a conta não fecha. O dinheiro que entra na bilheteria é tão comprometido, com 20% da contrapartida social, 50% da meia-entrada, 30% de direitos autorais, 30% dos teatros, dos locais, dos aluguéis, que, quando sobra 15, 18, 19 para o produtor é sucesso a gente conseguir alguma coisa. Essa é nossa realidade. Por isso, vai diminuindo, diminuindo, diminuindo.

Por isso, eu digo que o teatro e a cultura estão sendo massacrados por essas leis no nosso País. Então, a Lei Rouanet é uma lei de incentivo. Os outros setores incentivados não são obrigados a dar tanta contrapartida assim. Se o automóvel desse também, por exemplo, 20%, obrigado a fazer contrapartida social, eu queria entrar na fila agora para pegar o meu também em algum momento. Mas não existe isso.

Finalizando, outro argumento usado firmemente...

Só complementando, a Lei Rouanet é uma lei criada para incentivo à cultura, não é para acessibilidade. Se houver uma lei que alguém queira fazer para acessibilidade, nós aprovamos, nós artistas vamos estar na frente com os idosos, com os estudantes, brigando junto ao Governo, para que se crie essa lei de acessibilidade, com indicação de fonte de subsídio. Nós vamos estar na frente, brigando com todo mundo, porque tudo o que nós queremos é isto: todo mundo tendo o benefício, mas o Governo se responsabilizando pela fonte de subsídio.

Finalmente, outro argumento que se usa muito, dentro do meio até jurídico, é direito adquirido. Mas nós já temos, há décadas, direito adquirido. Eu pergunto para vocês: a escravidão também não era um direito adquirido? Se fosse assim, nós estaríamos até hoje tendo que dar o direito aos donos de escravos a se manterem, porque é direito adquirido. Direito adquirido é bom quando é bom para todo mundo, porque, se ele não for bom, ele não vale nada. Isso não vale como lei.

Agradeço a possibilidade e os minutinhos a mais que o senhor me deu. Eu queria dizer, reafirmando, que todos dentro da cota dos 40%, que é uma concessão nossa, nós agradecemos a compreensão e lutaremos para que isso permaneça.

Eu queria só pedir agora... Nós temos um pequeno vídeo que foi gravado com uma série de artistas e, se o senhor me permite, se puder soltar, é um minutinho a mais. É o recado dos artistas para todos que estão nos vendo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

(*Palmas.*)

O SR. ODILON WAGNER – Esse é o recado dos nossos artistas idosos sobre a importância desse tema.

Pedi mais um segundo para o Senador, que gentilmente me concedeu, só para comentar com vocês. Enquanto estamos discutindo 50%, cota, todo mundo dentro dos 40%, houve uma outra lei, que entrou como uma emenda ao estatuto criado pelo Senador, que não dá 50%, dá 100%. Está propondo a Senadora Vanessa, do PCdoB do Amazonas, 100% de gratuidade para o idoso.

Agora, vejam vocês, segundo as argumentações, se isso caberia dentro do nosso setor. Aí sim seria o fim das artes no País, sem dúvida nenhuma.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o artista, o ator Odilon Wagner, que fez, com muita competência, a defesa do seu ponto de vista, ele que é Presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes (APTI).

Como houve um acordo aqui da Mesa, porque alguns têm que viajar, eu passo a palavra, de imediato, ao Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, Paulo Roberto Martins Maldos.

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Bom dia a todos e todas.

Queria, agradecendo ao Senador Paim, ao Senado, à Comissão de Direitos Humanos desta Casa, dizer que para nós é extremamente importante este momento em que podemos discutir esse tema tão importante, que atinge a vida de tanta gente, e concordar com o Ministro na sua fala, que abriu esse evento, no sentido de que é importante nesse momento colocarmos na mesa todos os argumentos.

Certamente, a partir desses diferentes argumentos, poderemos reconstruir um consenso. E, pelas falas aqui, já houve um consenso; não tinha essa informação, mas é importante saber disso também. Ouvi todos os argumentos atentamente e vou passar a incorporar, na própria análise, daqui para frente, esses argumentos manifestados antes. Mas acho muito importante que os diferentes pontos de vista sejam colocados, porque cada um fala a partir do seu lugar social, político, econômico, e é dessa diferença de lugares sociais e político que podemos realmente conseguir algo que respeite o direito de todos.

Vou rapidamente passar à leitura do que preparei, em nome da Secretaria de Direitos Humanos, que não tem a mesma posição que veio sendo colocada até o momento, mas que colocamos à disposição essa argumentação para que, como colocou o Ministro, possamos, daqui para frente, em conjunto com outras propostas e avaliações, construir novamente um consenso.

Nós todos somos favoráveis à manutenção do direito adquirido pelos idosos – direito adquirido reconhecido – e suas organizações, assim como pelo conjunto da sociedade civil no Estatuto do Idoso. Neste Estatuto se afirma o direito de todos os idosos terem 50% de desconto nas atividades culturais. Uma parte dos idosos não terem acesso a esse direito reconhecido amplamente, como preconiza a Lei nº 12.933, de 2013, com a proposta de 40%, para nós, significa um retrocesso no reconhecimento dos direitos em nosso País.

É importante salientar que a luta por direitos, principalmente dos segmentos mais frágeis da nossa sociedade, vem desde a luta contra a ditadura, se espalhou pelo País e se enraizou nas lutas e na consciência popular, ganhando o processo constituinte, definindo o espírito e o texto da Constituição Federal de 1988. A partir daí, o reconhecimento de direitos sociais vem se desdobrando – para nós é algo extremamente positivo – em legislações, atos administrativos, em instituições públicas, conselhos, comitês, processos conferencias de participação social e política no nível federal, no nível estadual e no nível municipal.

Na área dos Direitos Humanos, firmou-se nos PNDH-1, 2 e 3 esses direitos. No PNDH-3 está bastante clara a defesa do direito integral do Idoso e da idosa de usufruir amplamente dos bens culturais do nosso País. Limitar esse direito hoje, como coloca nosso ver a Lei nº 12.933, de 2013, significa ir contra o sentido da história do País, nas últimas décadas, onde o povo brasileiro busca sempre mais direitos, mais democracia, mais acesso aos bens coletivos, mais igualdade de condições, mais justiça aos segmentos mais frágeis de nossa população.

Não por acaso, nos últimos tempo, percebemos, no Congresso Nacional, ondas seguidas de busca de redução direitos. É importantes colocar esse contexto que ocorre hoje para diferenciarmos essa discussão desse contexto. É importante, queria lembrar, que temos hoje uma espécie de contrarreforma devastadora para o restabelecimento da desigualdade e da exclusão social em nosso País.

Busca-se reduzir ou anular direitos reconhecidos, principalmente dos mais frágeis, como povos indígenas, quilombolas, povos tradicionais, por exemplo, com a PEC nº 215; direitos da juventude e adolescência, com a PEC nº 171, derrotada hoje de madrugada, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, e assim por diante, sempre orientados pelos interesses econômicos e por uma visão onde faltam absolutamente os valores da solidariedade e da generosidade humanas.

Os idosos e idosas são uma parcela cada vez mais expressiva da nossa população. O País está envelhecendo; somos cada vez mais... Está mudando o desenho da nossa sociedade, onde os idosos e idosas formam, cada vez mais, uma parcela mais ampla.

A maioria dos idosos e idosas é comporta por trabalhadores de baixa renda. O conjunto das gerações passadas dedicaram suas vidas para produzir tudo que usufruímos como indivíduos e como sociedade: nossas casas, nossas fábricas, mercadorias, objetos, serviços, bens de todos os tipos materiais e culturais. Negar-lhes o direito ao usufruto pleno dos nossos bens culturais... E, aí sim, podemos afirmar que temos total concordância sobre a importância da cultura e dos bens culturais, as produções culturais e temos que zelar pelo seu fortalecimento e por sua ampliação. Contudo, negar o direito dos idosos, por outro lado, ao pleno usufruto de bens culturais é negar-lhes o direito à cidadania, é negar-lhes o direito ao reconhecimento pelo que tanto fizeram pelo nosso País, pelo nosso povo, ao longo de suas vidas, por meio de sua capacidade de criar e produzir tudo que somos e tudo que temos hoje.

Bom; essa é a nossa posição, mas queríamos deixar bastante claro que reconhecemos os argumentos colocados aqui na mesa; reconhecemos, inclusive, as colocações feitas pelos artistas, que são referências para nós na nossa história; e nos colocamos à disposição para, como colocou o Ministro, seguir dialogando, a partir dessa demarcação em termos de defesa dos direitos do idoso, expresso no Estatuto do Idoso, expresso no PNDH-3 e nos programas de direitos humanos que o antecederam.

Compreendemos esse apelo da questão da realidade hoje – e foram muitos os elementos de realidade colocados, que têm que ser levados em conta – e nos colocamo-nos à disposição para seguir refletindo e construindo o consenso que vem em benefício de todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Paulo Roberto Martins Maldos, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República.

De imediato, passo a palavra ao Presidente da AQB Produções e *Marketing* Ltda., fundador e conselheiro da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape), Sr. Alessandro Queiroga Barros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos renovar o apelo para que todos fiquem nos 10 minutos.

Dei um tempo especial para o Odilon, porque o Ministro não usou o tempo dele todo e acabou sendo complementado. Mas peço que todos fiquem nos 10 minutos.

Agradeço ao Ministro.

O SR. ALESSANDRO QUEIROGA BARROS – Bom dia a todos, ao Ministro, Senadores e demais presentes.

A minha exposição vai ser bem rápida e bem sucinta. Antes, porém, gostaria de fazer uma observação sobre o que já foi colocado aqui. Na verdade, existem outros entendimentos sobre essa questão do veto do art. 7º da lei. Na verdade, esse art. 7º tratava de como o idoso teria acesso ao ingresso com desconto de 50%, apresentando sua carteira identidade.

No veto colocado pela Presidente, ela escreve que retirou esse artigo porque esse benefício dos 50% já estava previsto no Estatuto do Idoso de 2003, o que é correto. A Lei nº 12.933, na verdade, vem criar os limites desse benefício, ou seja, uma cota para que todos possam fazer uso dela, mas para que os promotores também possam fazer suas planilhas.

Fiz uma apresentação rápida, que, acho, facilitará o entendimento de todos, completará o que o Ministro colocou da aritmética. Enfim, acho que todos que, de alguma maneira, lidam com dinheiro, lidam com algum negócio, vão compreender bem.

Então, vamos lá.

O primeiro ponto que queria colocar aqui é o entendimento geral do que é ingresso. Normalmente, todos aqui presentes já devem ter solicitado uma cortesia para algum espetáculo e têm uma visão diferenciada das pessoas. Se você tem um amigo que é dono de um bar, você jamais chega para ele e pede uma cerveja de cortesia, sequer uma cachaça, uma pinga, seja lá o que for, de R$2,00 ou R$3,00, mas as pessoas pedem cortesia de um ingresso de R$100,00, R$200,00, R$300,00, R$400,00. Então, é importante entender o que é o ingresso.

O ingresso não é um papel impresso simplesmente. O ingresso é uma ação, é parte de um todo, que dá direito àquele que o adquire a ação de ingressar e participar de um evento, ou seja, o evento tem um valor, que é dividido em cotas. Então, o ingresso é parte de um todo.

De outro modo, podemos comparar o ingresso a uma taxa de condomínio. Por que isso? Para facilitar o entendimento. O que é um condomínio? No condomínio, você levanta os custos e divide entre aqueles interessados em pagar aqueles custos. Então, cada ingresso é uma taxa como se fosse uma taxa de condomínio para você se divertir, ter entretenimento e cultura.

Agora, vamos à parte da definição de valor de ingresso. Vocês vão achar caro aquele ingresso, faturamento de R$400 mil, mas coloquei isso para dar nitidez nessa questão referente a idosos. Imaginem que os senhores tenham uma casa de espetáculos em que você vai colocar disponível para venda, porque a cota é sobre ingressos disponíveis para venda, quer dizer, retiram-se as cadeiras cativas, enfim, tenho condições de disponibilizar para venda 1.000 ingressos. Na minha conta, na conta que a dona de casa faz também do mês, eu preciso faturar, para pagar as contas, R$400 mil.

Então, vamos para a segunda parte.

Se não houvesse meia-entrada para ninguém, vocês vão me dizer: "quanto custaria o ingresso para esse espetáculo?" Quatrocentos reais, porque 400 vezes mil pessoas pagando, eu teria a receita de R$400 mil, o necessário para pagar todas as minhas contas, para pagar todos que trabalharam, para ter lucro, enfim, que é o trabalho do promotor.

Vamos lá agora. Com o advento da meia-entrada, sem que ela tenha uma cota, ou seja, vende-se meia-entrada à vontade, como estava antes nessas leis que o Odilon bem colocou, leis municipais e estaduais. Você não sabe quantos ingressos serão vendido pela metade do preço que você vai praticar. Vamos entender que para o evento que eu estou fazendo – e agora eu vou dar um nome a ele, por exemplo, Charles Aznavour –, a maioria das pessoas que têm interesse em ir ao espetáculo são maiores de 60 anos, são idosos.

Muito bem. Neste caso, para que eu tenha faturamento de R$400 mil, por quanto eu tenho que vender o ingresso? Por R$800,00. Por quê? Porque todo mundo vai pagar R$400 que, vezes mil pessoas, darão os R$400 mil. Isso para manter o faturamento que necessito. Entendido?

De outro lado, havendo a definição da cota de ingressos dos idosos – prestem atenção nisso – e todos os beneficiários, se não há limite e há o percentual de 80%, 90%, vou dobrar o preço nominal. Sem meia-entrada, eu venderia por R$400,00; com meia-entrada sem limite, vou vender por R$800,00. Agora, se tiver a cota de 40%, os ingressos disponíveis para venda, dentro desse universo, vai ser de R$500,00 o preço de inteira.

Então, em 400 ingressos vendidos, então, a meia-entrada, que é a cota, vou ter R$100 mil. Em 600 ingressos, que são 60%, vendidos a inteira de R$500, vou ter R$300 mil. Então, R$100 mil mais R$300 mil darão R$400 mil. Eu tenho o mesmo resultado que teria, se não houvesse a lei da meia-entrada, praticando esse preço de R$500,00 a inteira, ou seja, quem vai pagar meia, como o Ministro bem levantou aqui, vai pagar R$250,00 e não R$400; e quem vai pagar inteira vai pagar R$500,00.

Agora, é muito importante também entendermos o seguinte: como não tem fonte de custeio essa lei, quem custeia 50% desse desconto é quem paga a inteira. Então, veja bem, se não houvesse a lei de meia-entrada, a pessoa que fosse pagar R$400,00 no ingresso, com a lei – e a lei tendo os 40% de cota –, vai passar a pagar R$500,00. Isso representa 25%. Ele vai pagar R$500,00, porque cada R$100,00 pagos ali vão subsidiar os outros que pagaram metade do preço.

Agora, vamos lá. O benefício da meia-entrada e a cota de 40%. Como fica isso?

Política de preços. Vejam lá: sem aplicação da cota, o ingresso nominal de R$400,00 passa a custar R$800,00 a inteira. Isso é o que acontece. Se não tem cota e tem meia-entrada, os ingressos nominais vão dobrar de preço. Outra política de preço com a aplicação da cota: ingresso nominal de R$400,00 passa a custar R$500,00.

Eu acho que, aqui, fica claro o seguinte: tanto quem paga inteira quanto que paga meia é beneficiado sim, porque os valores vão ser menores. Quem paga meia, em vez de pagar R$400,00, vai pagar R$250,00.

Conclusão: o benefício só ocorrerá, efetivamente, com a aplicação da cota. Sem a aplicação de cota esse benefício não vai existir. E outra: se uma categoria fica fora dos 40% e expande essa base de meia-entrada, vai prejudicar as outras categorias como, por exemplo, os estudantes, que vão pagar mais caro. Porque, se o idoso não estiver na cota, o ingresso vai para R$800...

(Soa a campainha.)

O SR. ALESSANDRO QUEIROGA BARROS – ... e o estudante vai pagar R$400,00, e não R$250,00. Então isso não é benéfico para as outras categorias.

Custeio do benefício. Desse eu já falei. Como a lei não indica a fonte de custeio, quem paga a inteira é quem paga essa conta. E, para ficar bem claro, 40% representa um aumento de 25% no preço que seria o preço nominal sem a existência da lei, havendo a cota.

Então, por isso que nós também não somos contra a meia-entrada. Achamos, durante oito anos, uma maneira de colocar a meia-entrada de forma viável, que atenda a todos os interessados. Então, aqui, o nosso voto é que todas as categorias que pagam meia votem em estar dentro da cota dos 40%. Caso contrário, como eu disse ali, quem paga inteira não vai suportar e não vai haver eventos.

Concluindo: o Odilon levantou aqui a probabilidade de 100% gratuito onde há custeio do Estado. Esse custeio – para serem gratuitos 100% – teria que ser 100% de custeio; está faltando essa palavrinha lá, porque, se não tiver 100% de custeio do evento pelo governo, os senhores idosos não terão eventos para assistir, não terão lazer. O que vai acontecer? Quem é que vai fazer lazer e evento para quem não paga ingresso? Ninguém. Então, não haverá evento. Assim, em vez de ser um benefício para o idoso, eu acredito que não vai ser um benefício. Assim como, se o idoso não estiver na cota, a tendência das produções é realizar eventos que não tenham interesse para maiores de 60 anos. Por quê? Como os outros estão dentro da cota, então vão fazer evento para a cota. Então, sair da cota não é bom, de maneira nenhuma, nem economicamente, nem em termos de disponibilidade de eventos. O. k.?

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Alessandro Queiroga Barros que falou como Presidente da AQB Produções e *Marketing* Ltda.

Eu vou, neste momento, chamar para presidir os trabalhos o meu querido amigo, colega e parceiro de todos os momentos, Senador Petecão. E explico o porquê, Petecão: eu tenho que ir a outra Comissão, uma vez que sou o autor de um projeto de lei que faz uma homenagem ao grande Thiago de Mello, para que a data do nascimento dele, no mês de março, seja intitulado o mês da poesia. Está aí uma série de poetas e eles pediram para que eu passasse lá só para cumprimentá-los. Assim, eu os cumprimento e volto para cá. E voltarei aqui, no máximo, em 5 minutos.

O.k.? Estou liberado por cinco minutos?

Meu comandante, Senador Petecão, assuma aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Bom dia a todos.!

Muito bem; dando continuidade à lista de oradores, nossos convidados, vamos ouvir agora a Srª Tatyana Rubim, que é membro da Diretoria da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro.

Eu sou o Senador Petecão, sou Senador pelo Acre, aqui pertinho. (*Risos.*)

A SRª TATYANA RUBIM – Bom dia a todos.

Queria cumprimentar a todos aqui, saudando o nosso Ministro da Cultura, os Senadores que aqui estiveram presentes, o Presidente da Mesa, demais autoridades, os meus amigos de luta pela sobrevivência de um setor que carece muito do respeito e do entendimento de todos vocês.

Aos idosos presentes eu presto todo o meu respeito. Eu ainda não sou idosa, mas estou muito perto de chegar nesse caminho, e quero, assim como vocês, ter a minha dignidade garantida. O que é a minha dignidade atualmente? É criar as minhas três filhas, conseguir dar educação para elas, é apoiar os meus pais já idosos, é conseguir ter direito à educação e à saúde. Eu, como idosa, preciso – já agora eu preciso, passou um trator em cima de mim e essa história fica para depois – de um apoio e de uma estrutura de saúde que funcione neste País.

Fico pensando, quando o representante da Secretaria de Direitos Humanos coloca que o usufruto em relação ao direito adquirido está ameaçado quando nós propomos a cota de 40% nessa lei, nessa regulamentação da lei da meia-entrada, o meu questionamento é: não há usufruto quando o setor não sobrevive! Sem 40% não há sobrevivência desse setor que emprega, como o meu amigo Odilon falou, pessoas, onde a substituição de pessoas por máquinas será muito difícil. Nós do teatro impactamos diretamente no trabalho – em uma construção de um espetáculo de médio porte – em, aproximadamente, 30 pessoas, que têm condição de trabalho de três a seis meses ou, às vezes, por nove meses. Isso significa, senhores aqui presentes, que nós temos uma economia criativa que gera riqueza, mas que gera, antes de tudo, a possibilidade de trabalho. Então eu fico pensando: onde está a nossa dignidade sem termos o nosso trabalho garantido? Nós somos trabalhadores como qualquer um de qualquer setor. Pais de família como vocês já foram e já lutaram para poder criar a família de vocês. É nesse lugar que o trabalhador da cultura está. Nosso amigo Queiroga trabalha em eventos muito grandes, mas o nosso setor teatral, por exemplo, vai do pipoqueiro a, também, cadeias importantes como redes hoteleiras. Há todo um sistema e uma quantidade de pessoas envolvidas quando montamos um espetáculo – estou falando da minha área, que é de teatro, mas eu poderia até me arvorar a falar de alguns espetáculos musicais, ou de dança, ou de algumas exposições, circo. O nosso quilowatt de energia é mais caro do que o quilowatt que a indústria automobilística paga. Portanto, nossa indústria que está em crescimento, em desenvolvimento e que, portanto, tem um Ministério onde existe uma lei que fomenta esse setor, já existe para esse fomento legal a possibilidade da entrega de 20% das bilheterias gratuitamente, como disse o Odilon.

Não há, de fato, nenhum outro setor – nem o que produz televisões e geladeiras, nem outro tipo de serviço como educação, como saúde – que tenha de ceder, de conceder, de modo impositivo – mesmo que seja dentro de uma certa legalidade –,50% de desconto sem ter como reaver esse desconto de alguma maneira, ou seja, sem alguém nos subsidiar. Nosso setor é o único, como insistimos em dizer, penalizado. A pergunta que eu faço é: por quê? Eu gostaria de deixar essa pergunta no ar: por que eu não posso manter o meu idoso empregado? As pessoas que vocês ouviram eram todas idosas e, certamente, em função da informalidade do nosso setor, eles não têm situação previdenciária garantida, eles vão até o final da vida trabalhando por paixão, sim, mas por uma desestrutura da nossa condição em relação ao tratamento do cidadão brasileiro: que envolve o jovem, que envolve adulto, que envolve o idoso.

Então o usufruto está mantido no estatuto, como bem disse o Queiroga. A nossa lei só está pedindo que seja formatado o possível da nossa sobrevivência e da nossa existência. Nós queremos ser idosos, nós precisamos trabalhar para chegar na idade de vocês, isso é dignidade! Então eu peço muito que, quando vocês lutarem, vocês idosos estiverem fazendo pedidos em relação a uma melhoria na estrutura da saúde previdenciária, contem com os trabalhadores das artes, com os trabalhadores da cultura.

Segundo Fernando Pessoa – ele, para mim, resume exatamente qual o papel da arte em nossas vidas – "a arte é a confissão de que a vida só não basta". Por que o setor cultural, que tem a arte como objeto da nossa indústria, da nossa criação econômica, deve ser penalizado dessa forma? Porque existem leis ineficientes e, diria

até, inoperantes em nosso País. Entra governo, sai governo, e cada um deles nos propõe uma mudança social. Ora, essa mudança tem que ser feita por nós, mas com seriedade. O que nós produtores questionamos aqui é a forma com a qual essa concessão está sendo colocada e imposta, de certa maneira, aos nossos trabalhadores.

Só para citar números, quando nós produtores vamos construir uma apresentação e mantemos, no escopo da nossa equipe, 30 pessoas empregadas, em média, durante três, seis, nove meses; quando o taxista que vai levar esse público para assistir o teatro, ele também está impactado se o nosso setor não sobreviver. Geralmente temos, no Brasil, espaços teatrais que vão de 300 a 1000 lugares. Vamos fazer uma média entre 300 e 600, vamos supor que a gente esteja trabalhando, que em cada sessão o taxista leve 40% desse público. Significa que 250 pessoas, entre 200 e 250 pessoas, não estou fazendo os cálculos aqui exatos, são beneficiadas através da contratação do serviço de taxista. Ao final da temporada, uma corrida de R$15 – nós estamos falando de preços normais –, esse taxista, em suas 750 a 800 corridas, emplacaria, em uma temporada maior, em torno de 180 mil corridas, considerando só o trajeto de levar uma pessoa ao teatro. Multiplicado por 15, a gente tem algo em torno de R$2 milhões fora da conta desse outro do pai de família...

(Soa a campainha.)

A SRª TATYANA RUBIM – ... que é o taxista.

Então, é muito difícil falar depois do nosso Ministro Juca, que tem um poder de síntese maravilhoso, e do nosso companheiro Odilon Wagner, é uma tarefa muito árdua. Mas o que eu gostaria realmente de salientar é: qual é o nosso papel enquanto cidadão na defesa do acesso à cultura?

E mais, na defesa à expressão artística. O que está sendo vetado, quando você impele de uma maneira... da forma como está sendo discutida aqui nessa plenária, é o direito de expressão. Eu não tenho como existir sem poder pagar às pessoas e sem poder me remunerar. Eu não tenho como ser idoso, sequer, nessa condição. Então, aos nossos estimados idosos aqui presentes, será que esse Brasil não precisa de um pedido realmente defendido não só pela Secretaria de Defesa Humana, mas por todas as Secretarias que puderem nos defender, lutar por uma saúde melhor, lutar por sistema de previdência melhor? Qual é o significado de se atender ao idoso com a meia-entrada, sem uma norma, sem um formato possível, se isso vai desempregar, às vezes, o próprio idoso ou o seu próprio filho que trabalha no teatro, ou o seu filho taxista, ou o seu filho garçom. Porque, após a saída do espetáculo teatral, geralmente há um outro programa, que é um consumo, ou em uma cafeteria ou em restaurante. Há várias cidades, como São Paulo, em que foi através da cultura que se pode descobrir um outro setor chamado turismo cultural. Tiradentes é uma cidade desse tamaninho, de sete mil habitantes, no interior de Minas Gerais. Hoje ela está colocada no mundo em função, sim, do seu Patrimônio Histórico, mas em função, também, de várias atividades culturais: como o festival de cinema, como o festival de gastronomia. E o que esses festivais culturais e o seu potencial artístico fazem é gerar riqueza. Riqueza que se transforma em pagamento de impostos. Impostos que devem ser revertidos em dignidade para os trabalhadores da cultura, para os idosos, para os estudantes e para as nossas outras famílias que virão.

Então, na verdade, o meu pedido e o meu apelo, é que a gente consiga manter esse grupo de pessoas. Se a gente for imaginar, só no contexto da minha Associação que tem, em média, 120 associados, o que podemos chegar a gerar, na verdade, são quase 12.200 postos de trabalho. Qual indústria tem isso, esse efetivo? Segundo o Odilon, em São Paulo há cinco mil possibilidades de empreendedores do setor cultural que poderiam empregar mais 30 por mais nove meses. E, por aí, façamos as contas, são muitos postos de trabalho gerados, são muitos empregos, possibilidades de emprego, geração de riqueza.

Agora, o nosso setor, de fato, não é um setor frágil à toa. É um setor onde cursos de gestão cultural estão começando a proliferar nas universidades. O quê nós vamos fazer com esse contingente de estudantes que nós formamos, que ainda é muito pouco, se o negócio que eles estão estudando não tem a menor viabilidade financeira? Não existe condição de existência dessa maneira. Eu gostaria de ter 50% de uma consulta médica, de um carro, de um liquidificador, da roupa que eu uso, do remédio – já existem alguns que a gente tem, graças a Deus, benefícios com subsídio. Agora, nenhuma área tem uma faca, um facão tão forte, colocada no pescoço como a nossa tem. Por que esse facão? Por que essa hipocrisia – como disse o nosso Ministro? Às vezes essa acidez da hipocrisia não vale a pena manter uma lei que para mim, sim, pode ser chamada de retrocesso. É um retrocesso porque gera desemprego, é um retrocesso porque gera desrespeito, é um retrocesso porque não tem dignidade em se atingir um trabalhador dessa maneira. Nós somos, absolutamente, a favor da meia-entrada! Não de qualquer maneira, não a qualquer preço, nós precisamos de uma regulamentação. Sem regulamentação, sem que as políticas públicas caibam nesses 40%, como foi mostrado aqui pelos colegas, a conta não fecha.

Não se trata de uma questão sentimental, trata-se de uma questão matemática.

Então, o que peço a todos vocês da mesa é que... Graças a Deus, o senhor colocou aqui, Secretário, que a tentativa é de chegada a um ponto de consenso, como bem colocou também o nosso Ministro, porque real-

mente nem vou chorar as pitangas, neste momento de crise, senão vai ficar pior a situação, mas também não podemos nos esquecer dela.

O que você está aqui discutindo é: "Por que o meu trabalho tem que ser extinto?" Por que a minha família tem que ser penalizada? Por que os meus pais têm que pagar por isso? O idoso não precisa desse benefício mais do que saúde.

Vamos tratar a nossa legislação com seriedade! É só um pedido.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Gostaria de agradecer à Tatyana.

E agora vamos passar a palavra ao Sr. Warley Martins Gonçalles, que é Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Um bom dia a todos e a todos! Bom dia, pessoal!

(Manifestação da plateia.)

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Vamos ficar atentos! Os aposentados têm que estar sempre acordados!

Eu queria falar alguma coisa aqui sobre nós, aposentados e pensionistas. Hoje existem 33 milhões de aposentados e pensionistas no nosso País. E, juntando com os idosos e essas outras categorias de aposentados – 33 correspondem só aos da Previdência –, somos hoje 45 milhões.

Olhem só a quantidade de aposentados e pensionistas, e idosos! E estamos achando que, em tudo o que vem contra ou a favor do aposentado, somos rejeitados neste País – em tudo, desde o nosso salário até a saúde!

E falo daquele aposentado que ganha até três ou quatro salários, e não falo do aposentado que ganha o teto ou ganha acima do teto, o que hoje é muito difícil. Hoje, no nosso País, nenhum aposentado vai receber a mais do que o teto, que é quatro mil e pouco. Olhem só como é que estamos, nós, aposentados e pensionistas, e idosos!

E eu fico muito triste, quando a gente vai a uma reunião, como a para discutir a meia-entrada mesmo, para a qual a confederação não foi convidada. Nós não participamos dessa reunião, não participamos desse movimento da meia-entrada. Uma entidade que representa 33 milhões de aposentados não foi convidada para participar! Até nisso, a gente é discriminado, pois não somos convocados para participar das reuniões. É uma coisa preocupante no nosso País. Hoje, temos os nossos aposentados, reivindicando direitos. Em vez de estarmos nos divertindo, indo ao teatro, estamos vindo dormir aqui na Câmara e no Senado, para reivindicar 5% de aumento.

Para terem uma ideia, ontem, estava no Senado, ou hoje vai ser votado, o correspondente a 56% ou 78% para o Judiciário. E vocês querem apostar que vai passar? Vocês querem apostar que vai passar? Mas para o aposentado não passa!

Vocês sabem o que o povo quer? Vocês sabem o que a maioria quer que aconteça com os aposentados?

Que morramos todos, porque estamos dando gastos para o País, só que nós trabalhamos 35 anos, 40 anos! Por isso a gente tem que defender nossos direitos. São os nossos jovens de hoje, são nossos filhos, são nossos netos que têm que estar com a gente. O jovem de hoje tem que defender os idosos, tem que sair na luta pelos idosos, não pode abandonar os idosos de maneira alguma! Não podemos abandonar nossos idosos, temos que estar juntos, temos que defender nossos direitos.

A meia-entrada, eu não estaria aqui discutindo a meia-entrada se nós tivéssemos um salário digno para pagarmos uma! (*Palmas.*)

Não tínhamos que estar discutindo aqui com ninguém se nós tivéssemos dinheiro para pagar para irmos. Nós não temos dinheiro, pessoal, para comprarmos medicamento! Não temos dinheiro para comprar medicamento! Nós dependemos, para tudo, dos nossos filhos! Nossos filhos é que nos ajudam! Quando os filhos não nos ajudam, nós ajudamos os filhos, aquele que ganha um pouquinho ajuda os filhos, dá o dinheiro nosso para os filhos. E nós não temos nada, nada, nada! Nosso País não respeita os idosos. Não respeita os idosos.

Estive, recentemente, na China. Que coisa maravilhosa! O filho é obrigado a cuidar do pai até o pai morrer. Tem que cuidar do pai! Aqui, no nosso País, eles querem jogar o pai onde? Num asilo. Depois, vêm falar que no nosso País temos que preparar nossas crianças para o futuro. É mentira! Temos que ter um futuro para nossas crianças, porque eu não quero, para o meu filho, esse futuro que eu tenho hoje para o meu pai, para mim mesmo, que eu precise de um asilo para sobreviver. Não, eu queria um centro de convivência do idoso, eu queria um Centro Dia para eu ir. Queria uma creche, o filho ser obrigado a levar o pai de manhã e buscar de tarde, levá-lo para casa para ficar junto com a família. Mas não, não temos nada disso.

Olhem, vocês me perdoem eu estar desabafando, porque eu sinto a dor do idoso. Estou convivendo com eles, estou junto com eles, estamos lutando para conseguir alguma coisa. Só encontramos portas fechadas. Só.

E vocês veem aqui à mesa: aqui está um monte de sábios, são todos idosos. Todos idosos. Mas é preciso lembrar daquele idoso que está ali!

O SR. JUCA FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Tem uma que não, a última não.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – A última é jovem. As últimas, ali, são todas jovens. Mas estou vendo a carinha dela, vai ser uma grande representante entre os estudantes, estará junto conosco e vai defender os aposentados.

E olhem, esse aposentado que está aí precisa de nós, daqui, precisa de um ministro, precisa do nosso secretário. Nós precisamos do Governo, mas o Governo vira as costas. O Governo, em vez de defender a nossa Previdência, que é a melhor do mundo, sabe o que fala? Que a Previdência está quebrada, que a Previdência tem rombo. É mentira! Nós desafiamos o Governo a vir discutir com a Cobap! Nós vamos provar que é mentira, que a Previdência nossa dá lucro!

Mas não, agora, para dar um aumento para os aposentados, que está na Câmara... Vocês podem ver, semana que vem estaremos posando aqui. Já estamos com mil aposentados para posar aí para votar o mesmo percentual do salário mínimo. Sabem quanto é o mesmo percentual do salário mínimo até 2018? Nada. Zero. E assim mesmo, não querem nos dar! Nem o zero querem dar para os aposentados!

Agora, viemos aqui discutir a meia-entrada. Eu acho que a meia-entrada, para nós... Nós queremos o quê? Nós, aposentados, Presidente, queremos sair de casa para assistir a um teatro, para chegar em casa contentes, discutir aquilo com nosso filho. Agora, se vocês não deixarem passar isso, nem isso vamos ter, nem o prazer de estarmos num teatro ou num cinema.

Então, faço esse apelo aqui: vamos aprovar os 40%!

O que está faltando, eu acho, e muito, é fiscalização. Tem que haver uma fiscalização grande na área dos estudantes, na área nossa também. Se houver uma fiscalização boa, acho que todo mundo vai sobreviver. O que falta, no nosso País, é a fiscalização. Vocês sabem: se fiscalizar, vai pegar muita coisa. Vocês estão vendo aí.

Vou, rapidinho, contar uma história que me contaram esta semana. Na Itália, criaram uma máquina de pega-ladrão. Puseram essa máquina na praça e, em uma hora, prenderam mais de 10 mil ladrões. Aí levaram para os Estados Unidos. Nos Estados Unidos, prenderam, em dez minutos, 50 mil ladrões. Trouxeram para o Brasil essa máquina e, em uma hora, roubaram a máquina! (*Risos.*)

Levaram a máquina embora.

Obrigado, pessoal. Um abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Com a palavra, a jovem Karina Vitral, que é Presidente da UNE.

O SR. JUCA FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Recém-eleita.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Segundo o Ministro aqui, recém-eleita.

A SRª KARINA VITRAL – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria pedir desculpa pela minha voz, porque ontem a gente teve uma luta muito grande aqui, no Congresso Nacional, onde estava sendo discutida a redução da maioridade penal, que levaria milhares de jovens ao encarceramento, principalmente jovens negros, da periferia. A luta foi bastante árdua, mas saímos vitoriosos. Isso justifica minha falta de voz.

O SR. ODILON WAGNER (*Fora do microfone.*) – O Ministro até parabenizou o seu trabalho de ontem, você não estava aqui, mas parabéns mais uma vez! (*Palmas.*)

A SRª KARINA VITRAL – Obrigada.

Eu queria começar agradecendo ao Presidente. O Senador Paulo Paim não está, mas, na pessoa de V. Exª, agradeço o convite a esta audiência pública.

Quero saudar a presença do Ministro Juca, que acho de extrema importância, porque um dos assuntos que a gente precisa tratar aqui é o engajamento grande que o Governo precisa ter para a regulamentação da meia-entrada. Acho que a presença do Ministro aqui reforça o engajamento necessário para que a regulamentação saia.

Quero saudar todos os componentes da Mesa, mas, em especial, nossos amigos Odilon Wagner, Alessandro Queiroga e a Tatyana, que são representantes dos artistas, produtores culturais, com quem, durante oito anos, trabalhamos muito para chegar a um entendimento, a uma saída para esse tema da meia-entrada no Brasil.

Eu queria trazer aqui um pouco do ponto de vista dos estudantes, que são igualmente afetados, são igualmente usuários desse direito da meia-entrada como os idosos. No movimento estudantil, a gente se debruça sobre esse tema com muita atenção, porque é um direito adquirido. O direito à meia-entrada é um direito fundamental, um direito complementar ao direito da educação. Educação não se dá só na escola, não se dá só na universidade, mas se dá em casa, pelo nível cultural da família, também se dá nos aparelhos culturais,

nos cinemas, nos teatros, e tudo isso é muito importante para nós, jovens, que estamos numa faixa etária de formação da nossa cultura, de nosso caráter.

Por isso, o direito à meia-entrada é um direito tão importante para os estudantes brasileiros.

O fato que faz o movimento estudantil se debruçar sobre o tema da meia-entrada, a nova lei da meia-entrada e o Estatuto da Juventude, que são duas leis que dispõem, que falam, que versam sobre o tema da meia-entrada, o fato é que a meia-entrada, no Brasil, hoje, na opinião dos estudantes brasileiros, não existe. Não existe porque o patamar a que a gente chegou hoje é uma situação de completa desregulamentação sobre como se dá a meia, sobre qual é o dispositivo, o documento que faz tanto os estudantes quanto os idosos adquirirem a meia. A completa desregulamentação gerou uma situação de intensa falsificação por entidades que não atendem aos interesses dos estudantes, que não levantam suas vozes para defender o direito dos estudantes, mas são criadas, única e exclusivamente, para vender carteira, o que a gente chama de carteirinha, para dar direito à meia-entrada.

Ora, a gente pode pensar: "Poxa, mas se todo mundo tem direito à meia-entrada, mais gente beneficiada." Infelizmente, não é essa a situação, porque quando todo mundo tem direito à meia-entrada, o direito do desconto é, na verdade, o teto do preço do tíquete médio do setor da cultura. Então, quando a meia é para todo mundo, a meia vira inteira e a inteira vira o dobro. É essa a situação, hoje, em todos os setores da cultura, seja no cinema, seja no teatro, em todos os estabelecimentos culturais no nosso País.

A gente vai lá, paga pela carteira do estudante, recebe a carteira do estudante – pagam caro, inclusive, nessas entidades que falsificam carteira estudantil, pagam caro, enganados pela sensação de pagar por um direito em entidades que deveriam nos representar e não nos representam. Mas, pior do que isso: a gente paga, pensa que tem um direito, mas, na verdade, não tem esse direito.

E a gente teve, no final de 2013, um avanço muito grande, fruto de uma luta muito grande do movimento estudantil, mas também de setores envolvidos nessa área, nesse tema da meia-entrada.

Eu queria fazer um debate muito sincero aqui, com todos os envolvidos. O setor da cultura não concordava desde o início com isso, mas a gente, do movimento estudantil, não tem, nos nossos debates, a defesa da cota como um princípio, porque nós defendemos o direito à meia-entrada como um direito pleno, como um direito simples de atender. Mas a realidade é mais complexa do que a nossa vontade. Hoje, a gente entendeu, na maturidade em que o movimento estudantil conseguiu chegar, depois de quase dez anos de entendimento, de discussão, de debate com o setor cultural, que tudo aquilo que a gente sonhava não era viável se não se chegasse no mínimo de entendimento econômico sobre o setor da cultura.

Por isso, depois de muito debate, a gente conseguiu chegar a um entendimento, uma lei que versava sobre uma viabilidade do direito à meia-entrada para os estudantes, que reflete, que se concretiza hoje na nova lei da meia-entrada.

Essa lei é muito completa. Essa lei, em si, já traz todos os dispositivos necessários para sua implementação imediata. Portanto, a regulamentação é simples. Essa lei não carece de regulamentação complexa porque a própria lei da meia-entrada já é muito completa no sentido de garantir direitos e deveres a todos os envolvidos.

(Soa a campainha.)

A SRª KARINA VITRAL – Portanto, trago aqui uma indignação muito grande das entidades estudantis, seja UNE, seja Ubes, seja ANPG, mas, principalmente, dos DCEs, dos Centros Acadêmicos, uma indignação muito grande porque essa regulamentação não saiu até agora. É uma indignação muito grande! Por isso, eu queria saudar de verdade e de novo a presença do Ministro da Cultura, pois o engajamento do Governo é essencial para a gente destravar essa matéria e conseguir devolver o direito à meia-entrada aos estudantes brasileiros.

Só para terminar, eu queria dizer que nos preparamos muito para essa nova lei. Como o debate vem de longa data, nós, as entidades estudantis, percebemos que, para essa lei dar certo, nós, das entidades estudantis, precisávamos não só conseguir o entendimento com o setor cultural para que viabilizasse o nosso direito à meia-entrada, mas nos preparar como emissoras do documento nacional de identificação estudantil e responsáveis pelo padrão nacional sobre o qual versa a lei da meia-entrada. Nós nos preparamos muito para conseguir emitir esse documento de forma segura e de forma bastante precisa, para que não possamos ser acusados daquilo de que acusamos algumas entidades, de falsificação, de insegurança na emissão da carteira, do novo documento do estudante.

Isso significa investimento num novo padrão nacional de carteira, de documento nacional dos estudantes. Isso significa emissão em gráfica de segurança, no padrão de segurança com o qual, hoje, emitem os bancos, que são referência na segurança de emissão de documentos, envolvendo toda a rede do movimento estudantil, Centros Acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes, União Estadual dos Estudantes, que vão ser corresponsáveis por essa emissão.

Portanto, quero trazer a mensagem para todos os envolvidos de que nós estamos preparados. No dia seguinte ao que essa regulamentação sair, estamos preparados para emitir o padrão nacional do novo documento do estudante, de forma segura, ilesa, transparente e unificada, a fim de garantir, de fato, a volta do direito à meia-entrada.

Por fim, eu queria falar aqui com o representante dos idosos e com todos os idosos aqui presentes. Não sou idosa, mas um dia vou ser.

O SR. JUCA FERREIRA (*Fora do microfone*.) – Vai demorar.

A SRª KARINA VITRAL – Vai demorar, mas o tempo passa rápido. E eu acho que os estudantes e os idosos aqui estão no mesmo patamar nessa discussão, do ponto de vista de que nós somos usuários de um direito, um direito conquistado, um direito assegurado em dois estatutos, que são verdadeiras conquistas sociais para nosso País: o Estatuto do Idoso, que vem de mais tempo, e o Estatuto da Juventude, que vem de menos tempo, mas é uma conquista muito comemorada pelo movimento estudantil.

Acho que a gente está no mesmo patamar, de forma igualitária, nesta discussão. É natural que a gente queira toda a capacidade do teatro para a meia. Isso é natural. Quando a gente tem um direito, a gente quer mais e mais e mais.

Eu queria falar de forma fraterna com os senhores e com as senhoras, porque, quando vamos ao teatro ou ao cinema hoje, achamos que estamos tendo acesso ao direito, achamos que o Estatuto do Idoso está sendo cumprido e que o Estatuto da Juventude está sendo cumprido, mas, na verdade, estamos sendo enganados. Quando a gente paga o preço da meia, a verdade nua e crua é que esse preço é um preço de inteira. É um preço de inteira! Precisamos tomar isso para nós.

Este debate também não foi fácil entre os estudantes, porque demoramos a perceber isso. Mas não pode ser de R$400,00 o preço do tíquete do teatro ou de R$20,00 hoje...

A SRª BIANCA DE FELIPPES – Não, isso não é no teatro, não!

A SRª EDUARDO BARATA (*Fora do microfone*.) – Isso não ocorre em nenhum lugar do Brasil.

A SRª KARINA VITRAL – É um exemplo que dou aqui.

A SRª EDUARDO BARATA (*Fora do microfone*.) – No teatro, não.

A SRª KARINA VITRAL – Bom, mas o preço de R$80,00 é um exemplo mais preciso. Os preços de R$80,00 no teatro ou de R$20,00 no cinema não são preços de meia. Esse não é um preço de meia! Para nós, que vamos mais ao cinema do que ao teatro, R$20,00 não é um preço de meia.

Portanto, é um entendimento a que os estudantes chegaram depois de muito debate, mas que tem como objetivo a garantia de um direito conquistado, que é o direito à meia-entrada, um direito complementar ao direito da educação, importantíssimo para a juventude brasileira, importantíssimo para a inclusão social, para os estudantes e para os idosos mais pobres do nosso País.

Eu queria aqui saudá-los nesta audiência pública.

Vou terminar, concluir minha fala, dizendo que todos nós, juntos, em uma só voz, precisamos conquistar essa regulamentação, porque já fizemos o mais difícil, que foi o nosso entendimento, que foi o nosso debate, que foi a aprovação da nova lei da meia-entrada no Congresso Nacional, com todas as suas contradições. Agora, só falta o Governo assinar a regulamentação, porque os estudantes pedem isso. Os estudantes clamam pelo nosso direito.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Parabéns à Karina Vitral, Presidente da UNE!

Eu voltei aqui, mas não foi fácil sair de lá. Eu estava lá falando dos poetas. Sou metido a escrever algumas poesias também. Aí entrei no embalo da poesia. E quem me tirava de lá? Daí a assessora da bancada disse: "Olha, Paim, vá para lá, que está encerrando, e a Drª Yélena de Fátima Monteiro disse que não fala se você não estiver lá."

Você foi a culpada por eu ter saído da reunião dos poetas, ouviu?

A palavra está, então, com a Drª Yélena de Fátima Monteiro Araújo, Promotora de Justiça, Controladora da Caravana da Pessoa Idosa do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Estarei, na sexta, às 14h, na Assembleia.

É membro da Comissão da Pessoa Idosa e do Conselho Nacional do Ministério Público de Pernambuco.

A SRª YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO – Bom dia a todos!

É um prazer estar aqui.

Primeiramente, agradeço ao Senador pelo convite.

Também estendo minha gratidão ao Senador Donizeti e ao Ministro.

Saúdo toda a Mesa, os idosos, a turma que acabei de conhecer.

É um prazer estar aqui. Venho falar deste tema que, para mim, é muito importante.

Vamos mudar um pouquinho a ordem, porque, à medida que as pessoas forem conversando, vou alterar um pouco a ordem, para dar mais ênfase ao que seja necessário conversar, por causa do tempo.

Primeiramente, o Estatuto do Idoso. É aí que se preveem os 50% dos ingressos.

Art. 23 "A participação dos idosos em eventos culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de 50% nos ingressos para eventos artísticos, esportivos e de lazer." Ponto final. É claro, textual.

O Estatuto do Idoso também fala de outros direitos, como benefícios da prestação continuada. No final, ele diz: "nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social."

Também o art. 40 – nesta apresentação está faltando – trata dos transportes, que também remete a um regulamento, inclusive esse regulamento está sob ação judicial do próprio Ministério Público. Quando um regulamento limita o direito, a ponto de comprometer o exercício desse direito, é possível uma ação judicial, e o art. 40 está sob ação judicial do Ministério Público, inclusive do Ministério Público Federal.

O que eu quero dizer é o seguinte: a lei que instituiu a meia-entrada tem um veto. Quando ela saiu do Congresso, ela saiu com o art. 7º, prevendo a questão da meia-entrada do idoso, incluindo na cota dos 40%. Realmente, quando saiu daqui, saiu com 40%, o idoso sendo incluído na cota dos 40%. Todavia, houve o veto. O art. 7º, que o previa, vetou. Então, não cabe mais incluir o idoso na questão dos 40%. Ficou simplesmente assim: o idoso tem direito ao ingresso de 50%. Ponto final. Sem ter cota. O idoso não precisa de cota para exercer o seu direito. É isso que está posto. (*Palmas.*)

O idoso não vai precisar de uma cota, simplesmente. O idoso não precisa ir para a fila para concorrer com o jovem. Qual dos idosos aqui entra na internet para comprar ingresso? Qual de vocês compra ingresso pela internet? Quem de vocês vai sair de casa na incerteza de comprar um ingresso? O senhor vai sair de casa para ver se consegue comprar um ingresso? Na dúvida, vai ficar numa fila para saber? Os meninos mais jovens saem do colégio e ficam todos na fila, conversando, comendo pipoca. Qual o idoso que tem saúde para ficar na fila, para sair de casa, na dúvida? E se estiver chovendo – vai chover, não vai chover –, vai correr o risco? Entrando na cota, você está a um passo de tirar o direito do idoso de ter um lazer, de ter um entretenimento. O idoso não entrou na cota. O seu exercício é pleno. Com o veto presidencial, o idoso pode utilizar plenamente o seu direito.

Pode-se dizer o seguinte: "Mas, doutora, está lá na ementa!" O que é ementa, afinal de contas? Vou explicar para os idosos.

Vou avançar um pouquinho, para vocês verem.

Para vocês entenderem, no comecinho de uma lei, há uma frase explicando para que serve aquela lei. Esta daqui "institui o sistema nacional de atendimento socioeducativo."

Existe uma explicação. Porque é impossível, toda vez em que você pegar uma lei, ter que ler a lei todinha para entender do que se trata. Então, criou-se a ementa, simplesmente para você entender do que se trata. E ementa você também pode traduzir por etiqueta. É uma etiquetazinha. Você não coloca na sua pasta etiqueta de "contas para pagar" e "contas para receber?" Ementa é isto: somente uma etiqueta. O fato de, no Estatuto, a Lei da Meia-Entrada ter ficado na etiqueta não causa influência alguma, porque o que vale é a norma.

Eu coloquei essa aí para vocês verem. Vocês podem perguntar: "Por que a doutora inventou de colocar essa lei para nos mostrar?". Sabe por quê, minha gente? Para vocês verem, essa lei tem uma ementa gigante. Olha o tamanho dela! Medida socioeducativa. Essa lei é imensa. Essa lei, a partir do art. 89, vira norma tributária. Lá pelas tantas, vira Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Ela começa a dispor sobre o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Depois, Fundo Nacional do Idoso. Não é incrível? Para vocês verem. E ela diz isso na ementa? Não. Então, a ementa da meia-entrada não tem nada a ver.

O que nós temos que fazer valer, minha gente, é a lei. A lei tem que valer.

É engraçado. Olha que legal essa lei. A gente faz assim, já não é mais nada. Uma ementa. O que vale é o que está dentro, é a norma. A Lei da Meia-Entrada não regulamenta, não prevê regulamentação para o direito do idoso. A regulamentação é ilegal.

Continuando. Empresários. Esta é a primeira coisa de que eu quero falar um pouquinho. Aliás, vou deixar para o final para ser um pouco mais leve.

Consumo por faixa etária. Eu vou deixar esses eslaides para vocês verem: cinema e idoso. Olhem idoso: 5,5%. Revista, teatro, internet: 11%.

Vou mostrar outros eslaides muito interessantes. Teatros no Brasil. A maior concentração é na Região Sudeste. Uma lei que tem vigor em âmbito nacional. Meu Deus do céu! Nós temos uma população de idosos no Brasil. Vamos mudar tudo, a concentração, por causa de uma única região, o foco da indústria toda? É de uma lei nacional que estamos falando.

Eu estou observando que os meus eslaides, quando transcreveram, estavam totalmente equivocados. É uma festa. São jovens. Essas festas, essas *raves* atraem milhares de pessoas.

(Soa a campainha.)

A SRª YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO – Há idosos aí? Há idosos? Temos esse tipo de problema com idosos? Nós temos problemas com adolescentes e com crianças. Há idosos aí? Esse é um tipo de "eventos esportivos".

Olhem aí a parte de idoso. Dá para saber qual é a criança rica e qual é a criança pobre? Nessa faixa etária não dá para saber, mas nessa dá.

O que eu quero dizer com isso? Dá para a gente saber. É porque a vida é que faz a diferença. A vida que a gente leva faz a diferença. Aquele idoso de lá, aquela idosa de lá é o retrato do idoso, das pessoas que foram excluídas a vida toda. E agora nós estamos reparando.

Um dado que eu queria mostrar, antes que o meu tempo seja cassado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, você está dentro do tempo que eu dei para todos eles: dez mais cinco e, no limite, mais cinco. Você usou dez e está agora no segundo cinco.

A SRª YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO – Obrigada, Senador, mas eu vou acelerar.

As atividades preferidas entre os idosos sem instrução formal são muito parecidas com as apontadas pelos velhos, pelos mais velhos, o indício de que o seu envelhecimento é acelerado pela baixa escolaridade. Cultura e educação são fundamentais para a pessoa idosa, é o indício de saúde. A participação em atividades de educação e cultura propicia que a pessoa retarde o seu envelhecimento, retarde doenças como Alzheimer. Até é um critério de saúde, até é um princípio do SUS, da universalidade, tamanha a importância.

Achei muito interessante a colocação de que foi discutida a meia-entrada por mais de oitos anos. Eu não consegui visualizar qual foi o segmento idoso que participou dessa discussão.

Nessa época, em 2013, eu já integrava o Conselho Nacional do Idoso. Eu fui conselheira do Conselho Nacional do Idoso durante dois mandatos, de 2010 a 2014. Eu nunca fui convidada ou tomei ciência das discussões sobre a meia-entrada.

Em relação ao que ouvi de você, Karina, nós não tivemos, nunca tivemos problema de falsificação de identidade de idoso. Para se comparar com carteira de estudante.

Outra coisa também com relação à meia-entrada. Hoje em dia, o emprego do jovem é muito volátil, ainda mais com a terceirização. Você não sabe o seu dia de amanhã. O seu emprego amanhã, você não sabe. Um celular hoje está obsoleto com quantos meses? Não se fala nem em anos. Você não sabe qual será a sua carreira amanhã.

Amanhã, você pode estar obsoleto. Você vai para um emprego e tem medo de tirar férias, porque você não sabe se a empresa vai descobrir que você é substituível. Você precisa dos seus pais. O seu pai vai ajudar você a criar o seu filho e vai precisar da meia-entrada. Porque vai ser ele que vai levar o seu filho a uma peça de teatro, a um cinema. Isso é importante.

A pirâmide etária é impressionante. No passado, dez filhos, cinco filhos, seis filhos. Hoje ninguém quer ter dez filhos. Está mudando. Nenhum, dois. Quem serão os idosos de amanhã? Os jovens de hoje. Quem está dando um tiro no pé? Vocês mesmos. Ainda mais sem saber como vai ser.

Por fim, eu acho que a população idosa está mudando. O importante... Penso que uma opção para o empresariado, para as pessoas é que pensem no idoso com uma opção de mercado, uma oportunidade. O idoso dispõe de tempo, ele pode ir ao teatro, ao cinema nos horários que ninguém quer ir, na hora em que o jovem está trabalhando.

O idoso tem uma capacidade de se organizar como nenhum outro. Está lá o grupinho da terceira idade, o centro de convivência dos abrigos. Ele pode ir e fazer o horário, pactuar, e isso pode gerar o aproveitamento do espaço ocioso, pode possibilitar mais uma oportunidade para o empresariado. Nós vemos dessa forma.

Por fim, nós observamos outra coisa: a lei da meia-entrada não pega todas as faixas. Cadê os professores? É mais fácil atacar o idoso do que atacar os professores?

O SR. JUCA FERREIRA (*Fora do microfone*.) – O professor está dentro da cota.

A SRª YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal, vamos deixar a painelista concluir; depois nós vamos ordenar o debate.

A SRª YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO – Na lei nacional, não está prevista a questão dos professores.

A SRª BIANCA DE FELIPPES (*Fora do microfone*.) – Não, mas as estaduais vão entrar dentro da cota.

A SRª YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO – Eu não sei, mas, na lei nacional, não está prevista para os professores. Isso vai ser uma discussão. O problema é muito mais complicado. Como vão ficar os professores?

A SRª BIANCA DE FELIPPES (*Fora do microfone*.) – Nas leis estaduais e municipais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal, vamos deixá-la concluir, que é o melhor caminho. Ela está nos últimos três minutos.

A SRª YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO – Continuando, não vejo a questão, na lei nacional,,,

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu dei o mesmo tempo que eu dei ao Odilon Wagner.

A SRª YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO – Perfeito.

Não visualizo os professores na lei nacional. Na lei nacional, não visualizo os professores. E todos os Estados do Sudeste, com exceção do Espírito Santo, têm a previsão de meia-entrada para os professores.

O SR. JUCA FERREIRA (*Fora do microfone*.) – Minas Gerais não tem?

A SRª YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO – Ah, é verdade.

Vejo essa questão. Os professores tinham alto poder de mobilização, mas eu nunca vi pelotão de choque para atacar idoso. O senhor já viu? Com os professores, de vez em quando, tem. Greve dos professores, pelotão de choque na rua.

Outra questão: alto poder de influenciar. Os jovens, os professores são muito fortes.

Por fim, não se atacam semelhantes. Existe muita discriminação contra o idoso. E a discriminação do idoso, Senador, é igual à discriminação racial. Discrimina-se o próprio corpo, discrimina-se o próprio idoso. É comum você ver discriminação de idoso contra idoso. Não é não, minha gente? Quantas vezes já escutamos aquela frase: "Idoso só basta um: eu; nesta reunião, só basta um idoso: eu." Não deixa de expressar um preconceito, porque só basta um: eu mesmo. Para que dois idosos numa reunião? Então, é muito importante percebemos essa questão.

Agora, eu concordo com você, Carina: nós precisamos discutir, ver essa questão da regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minuto para concluir.

A SRª YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO – Perfeito. Já estou na conclusão, Senador.

Precisamos ver os idosos como oportunidade. E acho, como disse Carina, que é importante a regulamentação. E que envolva outros setores nesse grupo intersetorial; que seja formado um grupo interinstitucional, envolvendo o Ministério Público, o Ministério Público do Consumidor, o Ministério Público da Infância, Procon, bombeiros. Os bombeiros para evitar acidentes como o da boate Kiss, para verificar a capacidade dos estabelecimentos. É importante.

E que a regulamentação seja dos exatos termos da Lei da Meia-Entrada.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES (*Fora do microfone*.) – Falta pôr o aposentado lá, doutora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k. O tempo concluiu. O tempo terminou.

A SRª YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO – Eu acho que não cabem os aposentados. O meu posicionamento é que o idoso tem direito irrestrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k.

Doutora, por favor, seu tempo terminou.

A SRª YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO – Então, é um prazer.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a promotora de Justiça Yélena de Fátima Monteiro Araújo, de Pernambuco – do Ministério Público de Pernambuco.

Já existem aqui meia dúzia de inscritos. O critério na Comissão é sempre o seguinte: Deputados e Senadores falam no momento em que entender mais adequado.

Senador Donizeti, com a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom dia a todos e a todas. Ministro, é uma satisfação tê-lo aqui, na Comissão. Demais debatedores.

Eu tenho uma inquietação, uma intriga. Como eu sou, mais ou menos, generalista, eu já estive em muitos lados do balcão. Eu já montei espetáculo de teatro, eu já vendi ingresso, eu já fui ator, eu já fui diretor, eu participei de festivais – eu não componho música, porque eu não sei música, eu só escrevo algumas poesias. Há uma coisa que é extraordinária no capitalismo, porque o capitalismo bota os trabalhadores brigando com os próprios trabalhadores. Ora, se eu produzo um espetáculo de teatro ou um show musical, há uma regra: eu tenho de ter o resultado, que é o lucro. Se eu não fizer as contas direitinho e examinar o potencial de público que eu vou alcançar, eu vou tomar prejuízo. Aí é aquela história do professor e do aluno: eu finjo que ensino, e você finge que aprende; eu finjo que tem meia e você finge... Então, o que está errado é isto: o direito ao lazer, à cultura e a todas essas questões tratadas aqui não pode estar amarrado à idade, porque há idoso que tem renda para pagar inteira e há idoso que não tem renda para pagar inteira, há jovem que tem renda e tem condição de pagar inteira e há jovem que não tem renda. Eu me despertei para essa questão da meia quando eu

fui ajudar a discutir planilha de transporte coletivo. Ora, está bom, é meia, há o debate do passe livre, mas, na hora de fazer a planilha, o empresário colocava tudo nas costas do trabalhador que ia pagar e que, às vezes, nem tinha o filho na escola. Então, é isso que está errado.

O que nós temos de resolver é que não podem os artistas, os produtores culturais trabalharem e não terem o seu resultado. Aí é preciso, Ministro, que encontremos a maneira de financiar isso.

Havia a lei dente por dente, e, depois, a sociedade descobriu que tinha de constituir um aparelho de Estado para disciplinar as suas relações e prover as suas necessidades etc... Temos de encontrar uma maneira de financiar isso sem que o produtor tenha de enganar o estudante e o idoso dizendo que há meia e não há meia, porque a lógica do capitalismo é essa. Você vai produzir e dizer: "Eu sou bonzinho, vou dar meia para todo mundo e, ao chegar ao final, vou ter de tirar não sei da onde para poder bancar o espetáculo que eu fiz"? Então, esse conflito é um conflito que os trabalhadores e as trabalhadoras têm de superar, criando os mecanismos para que aqueles que têm mais paguem mais e aqueles que têm menos paguem menos, ou seja, o Estado brasileiro tem de ter condição de financiar isso.

Vamos manter a meia, agora, o produtor não perde. Ele não precisa fingir que há meia. Ele faz inteira e "aqui, eu vou ter tanto de inteira". Agora, alguém tem de pagar a meia entrada. Quem tem de pagar a meia entrada? A sociedade. A sociedade paga através de quem? Através do Estado.

A minha compreensão disso é simples, porque eu fiquei muito encucado quando estava nas costas dos trabalhadores o tal do meio passe.

Fui ver que algo está errado. Então, temos que encontrar uma maneira, na regulamentação, que contemple o produtor cultural, o cineasta etc.

Quando o Estado está patrocinando, está pagando a produção, tem que discutir isso. É igual à história da Lei Rouanet: nós liberamos para o empresário investir, ele escolhe onde investir, faz a publicidade dele, e quem pagou foi o Estado, ou seja, o recurso da sociedade brasileira vai promover a empresa do cidadão pagando a propaganda dele. Isso também está errado. Esse negócio da Lei Rouanet é um debate que vem de muitos anos.

Eu só queria só colocar essas preocupações. Quero dizer para vocês que eu não tenho solução, mas o que eu penso é o seguinte: não pode o trabalhador pagar a conta de outro trabalhador assim. Os trabalhadores não podem ficar nesse conflito. Nós temos que resolver isso criando, sei lá, um fundo que banque a questão da meia entrada para o idoso, para o jovem, para o professor, para quem tem direito. Ou então liberamos. Todo mundo não paga, o Estado paga a produção, paga o resultado etc. O que não pode é trabalhar e não receber, como vi a Tatiana quase chorar ali. Eu partilho dessa preocupação. Como é que eu faço espetáculo e depois eu não tenho resultado? E olha que é uma das coisas de maior risco, porque você não sabe se seu espetáculo vai agradar e vai levar o público. Você pode se ferrar.

Presidente, eu tenho uma consulta no Sarah Kubitschek agora. Eu me recuso não é a ser idoso; eu me recuso é a deixar a alma envelhecer. Mas aprendi que o corpo envelhece. A criança, eu a quero sempre dentro de mim. Então, irei ao Sarah Kubitscheck cuidar de algumas coisas que o peso da idade cobra. Obrigado por estar aqui com vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Donizeti, agradecemos a contribuição.

O Senador Hélio José vai ficar um pouco mais conosco, porque ao meio-dia, pessoal, eu tenho uma reunião com o Ministro Miguel Rosseto, para discutir exatamente as questões de veto e votações aqui, no Congresso. Eu tenho que sair ao meio-dia daqui. Não sei se o Senador Hélio José gostaria de usar a palavra agora.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sim. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim por esta importância audiência e também todos os palestrantes que aqui estiveram – não vou nominar todos por causa da longa lista –, falar aqui do nosso Ministro, que tem batalhado bastante para poder ajudar no fomento e no desenvolvimento da cultura nacional. Queria cumprimentá-lo, cumprimentando todos que estão presentes na Mesa.

Esta é uma discussão importante. Eu, como cidadão, acho que é fundamental atrair o idoso, o estudante, as pessoas que precisam tanto da cultura para os espetáculos. Temos que ver alternativa para as condições de custear. É isso que estamos debatendo aqui. Acho que não dá para ficar fazendo um preço fictício. Eu vou inventar um valor aqui que não é, na verdade, o custo, para poder ter essa meia-entrada como se fosse a entrada real, não é, Juca? Acho que precisamos chegar a uma solução para isso. Eu acho que os espetáculos são dispendiosos, caros. O valor artístico, a ponderação do custo dele depende muito da qualidade, da situação e da experiência de cada um. Então, não temos como mensurar, de forma muito precisa, cartesiana – eu sou engenheiro e posso falar sobre essa questão –, mas é valioso para quem representa, para quem faz, e temos que considerar essa questão. Para nós, o público também.

Eu gostaria, Ministro, que nós, de uma forma ou outra conseguíssemos, colaborar com a sua gestão, no sentido de ver leis e formas, para que nós o Estado, nós o povo, consigamos interagir de forma mais precisa nessa área cultural.

Há um projeto do Senador Paulo Paim que transforma o mês de março em mês da poesia. Nós estamos recebendo três grandes nomes da cultura do Distrito Federal lá na Comissão de Educação e Cultura. Para nós, que estamos vivendo uma crise de gestão enorme, tanto no Governo do País quanto no governo dos Estados, essa é uma questão mundial até.

O que nós podemos trazer de satisfação para o nosso povo? A poesia, o teatro, o cinema, as diversões, o lazer. Precisamos propiciar uma forma de contemporizar isso com a sobrevivência dos artistas e dos produtores.

Quero lhe dizer que prefiro concordar, no global, com a tese colocada e não emitir minha opinião e me colocar aqui, como Senador da República, à disposição do Ministério, dos setores que vivem dessa questão, para que, juntos, o Senador Paim e outros Senadores, possamos discutir a melhor legislação para propiciar a sobrevivência de todos e o acesso aos espetáculos; prefiro isso a avançar aqui, emitir uma opinião, assim ou assado. Só acho que não podemos fazer de conta. Nós temos que pôr o dedo na ferida, e é isso que o Senador Paulo Paim fez hoje aqui e que cada um de vocês, em aspectos diferenciados, aqui o fizeram. Isso é de grande valia porque esta é a casa das leis e daqui podemos decidir formas para que o nosso preocupado Ministro com o nosso bem-estar do nosso País na cultura possa encaminhar.

Obrigado, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu conversei rapidamente com a Mesa. É claro que há divergências. Eu vou para o encaminhamento no final. Vai falar o Ministro e, depois do Ministro, vou dar os encaminhamentos e vamos encerrar nossa audiência pública.

Ministro, com a palavra, por dez minutos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Eu gostaria de um microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se eu abrir a palavra para um, vou abrir para todos, vai haver o contraditório e nós vamos amanhecer aqui. Vamos respeitar o nome dos convidados como painelistas e nós não abriremos a palavra ao plenário. Se eu abrir para um, tenho que abrir para todos.

O Ministro coloca muito bem a posição que ele defende. Vocês sabem qual é a posição do ministro. Em nenhum momento, ele se omitiu de ter opinião ou posição. É diferente de nós Parlamentares, que estamos aqui na linha de encontrar caminhos que ninguém sabe, com prejuízos sobre a tese e o que está escrito no estatuto.

Ministro.

O SR. JUCA FERREIRA – Primeiro, eu fui muito econômico na primeira fala. Tanto é que eu nem usei meus dez minutos. Eu agora quero começar elogiando o Senador Paim por ter organizado esta atividade, elogiar o Senado. Acho que o Parlamento é a casa do povo e é aqui que tem que ser digeridos os conflitos, contradições, para que tenhamos normativas legais que, de fato, solucionem os problemas do país. Esse processo de escutar, de construir mesas de debate é fundamental para o momento de decisão ser um momento que coroe todo o esforço da sociedade para construir consensos.

A democracia vive do direito do dissenso, do exercício do dissenso, mas, ao mesmo tempo, ela precisa construir consenso, senão é só um conflito argumentativo, é apenas uma exibição de retórica se não conseguimos, de fato, chegar a certa racionalidade na formulação da norma e do pensamento que irá predominar.

A única fala que destoou aqui na Mesa foi a fala da promotora. Então eu vou, de alguma maneira, falar para todos, mas falar um pouco para ela. Não há nenhum ataque aqui, nesta sessão, aos direitos dos aposentados. É falso isso. Isso é retórico, desprovido de realidade.

É direito você pagar uma meia que, na verdade, o custo real é inteira? Não é direito. Não vamos preparar uma armadilha. Isso, na minha cabeças e assemelha àqueles espelhinhos que os portugueses trouxeram para distribuir para os indígenas. É falso esse direito. Se vocês não pagarem um preço real de meia, não estão tendo acesso a direito nenhum.

É preciso dizer isso.

A Presidenta da UNE, eleita recentemente, se não me engano, há menos de um mês, falou nome da instituição. Os estudantes, quando surgiu a ideia da cota, eram contra, alegando que iria restringir o seu direito. Mas perceberam que, se todos têm direito, ou uma grande quantidade tem direito à meia, as plateias de cinema e de teatro vão ter 80%, 90% de meia, e o empresário, o dono do cinema, em nome da meia, vai cobrar uma inteira, e a inteira vai ser um preço estratosférico, porque não há jantar de graça. É preciso pagar luz, é preciso pagar a água, é preciso pagar os atores, é preciso pagar o iluminador, é preciso pagar o cenografista, é preciso pagar o roteirista. Todo espetáculo, seja de cinema, de teatro, de dança, de circo, tem uma despesa para ser paga. Então, se você transforma tudo em meia... Isso é aritmética, é o mínimo de racionalidade exigida. Não é preciso mobilizar muitos neurônios para perceber que, se você transforma um número 80%, 90%

em meia, você é obrigado a cobrar a inteira nominalmente da meia. Isso é realização de direito? Para mim, é imprevidência ou demagogia, falando claro.

Eu comecei minha intervenção anterior – portanto, não é pessoal para ninguém – dizendo o seguinte: prefiro a aspereza da sinceridade à superfície aveludada da hipocrisia. É isso. É preciso falar claro.

Eu, como Ministro da Cultura, não posso me omitir. Nós passamos muitos anos discutindo a questão da meia-entrada. Quando surgiu a ideia da cota, todos foram contra, mas depois começaram a perceber que tem que haver uma regulação. Isso é o mínimo, a vida exige isso. Para a realização do direito, é preciso uma regulação.

A própria promotora entrou em contradição – desculpe-me a sinceridade. Eu gosto de tudo limpo, tudo sincero. O que eu vou dizer aqui é o que eu vou dizer lá. Como não tenho boa memória, se eu tentasse tergiversar, eu ia acabar misturando os fios. Então, eu prefiro dizer tudo a mesma coisa.

A senhora começou a argumentação dizendo que os aposentados não têm como concorrer com os estudantes porque eles podem comprar pela internet, etc e tal. Mas, no final da intervenção, disse que os aposentados têm tempo para ir qualquer dia, muito mais tempo do que os estudantes.

Eu fui estudante. Por força do exílio, morei em Paris durante um tempo. Eu tinha direito a meia-entrada, mas seu eu quisesse ir sábado e domingo, por causa da cota – eles também tiveram que organizar –, teria que concorrer com filas maiores. Então, por comodidade pessoal, eu ia segunda e terça porque o cinema estava vazio. Se os aposentados têm esse tempo, há um ajuste natural, em termos de tempo, com o tempo dos jovens. Então, o argumento da senhora vai por água em termos de tentar sustentar uma imprevidência de criar um direito que não vai se realizar. É isso que é importante compreendermos.

É preciso chegar a um acordo e acho que todos aqui chegaram a um nível de formulação bastante sensata. Para a realização do direito do estudante, para a realização do direito do aposentado, é preciso regulamentar, se não o preço da meia, na verdade, é uma inteira, e a inteira é estratosférica, ou seja, quem não está em nenhuma categoria, vai arcar com o preço lá nas alturas, e não estaremos, de fato, possibilitando que o aposentado frequente os espetáculos, frequente o cinema. É preciso que o preço baixe, e para o preço baixar não há mágica. É preciso que haja um regulação. A cota é única forma.

Senador, gostei muito de suas palavras. Como ministro, me coloco à disposição. Eu acho que o Parlamento tem uma importância decisiva, e eu me proponho a colaborar todas as vezes que os Senadores acharem que eu posso colaborar, porque parte da nossa missão no Ministério da Cultura se realiza aqui dentro, que é a normatização do mundo da cultura. Então, estou disposto.

O senhor foi bastante sensato, como também o Senador Donizeti, ao dizer que é preciso encontrar uma mediação, para que os jovens e os aposentados tenham garantia do seu direito.

E, para ter garantia de direito, no mundo da advocacia, você pode transitar no mundo virtual das palavras, da retórica, mas no mundo real, na hora de meter a mão no bolso, o custo da bilheteria tem que ser baixo, para que o aposentado e o estudante possam entrar e assistir ao espetáculo. Quando falarmos em meia, estamos falando em meia real, ou seja, de um preço baixo e não de um preço que, por obrigação de pagar despesa e ter um percentual, um delta x para o empresário que investe no cinema, no teatro e no circo, se não regulamentarmos, a meia é uma enganação, é o espelhinho que os portugueses davam para os índios.

Então, é preciso ter sensibilidade, porque estamos vivendo um momento importante em que os direitos estão ameaçados na sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, a possibilidade de avançar é enorme e é preciso a responsabilidade de todos: do Ministério Público, do Ministério da Cultura, do Senado, da Câmara, todos têm responsabilidade de tirar o Brasil desse impasse em que estamos e fazer com que os direitos avancem. E para os direitos avançarem, tem que haver a possibilidade real de realização. Não adianta, na retórica, defender uma coisa que na hora da conta não vai fechar. Vamos continuar com um índice muito baixo de frequência e acessibilidade por parte da sociedade.

Vamos pensar na fórmula real. Depois de oito anos, chegou-se a uma fórmula onde cabem todos. O direito de todos de ir ao espetáculo está garantido se se regulamenta. Não adianta esquecer um lado. Vamos esquecer os custos dos espetáculos e falar aqui num direito ideal. Esse direito não vai se realizar. Então, nós vamos sair daqui contentes, mas depois, na hora de meter a mão no bolso para pagar o espetáculo, nós não vamos ter condições, nem o estudante, nem o aposentado.

Então, o que eu estou pedindo é um pouco de razoabilidade, para que cheguemos a uma solução que, de fato, garanta a realização de direitos, sem ameaçar a possibilidade de espetáculo a preço baixo no Brasil. Muito obrigado.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. A moçada está animada. Isso é bom, isso é bom. E os idosos também estão animados.

Pessoal, deixe-me encaminhar aqui. Também não adianta dourarmos a pílula nem para um lado nem para o outro. Não vamos esquecer aqui o que a Drª Yélena colocou. Ela colocou no campo da legalidade, com base no que está escrito no Estatuto. Nós não podemos desconhecer isso. Porque a gente fala aqui, e o Ministério Público, qualquer cidadão entra com uma ação e derruba a regulamentação, como já aconteceu muitas vezes neste País. Estou aqui há 30 anos, dessa história eu conheço um pouco.

Só há uma saída, pessoal. Eu olhei com certo cuidado, embora eu tivesse que sair: a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em nenhum momento, aqui defendeu que a cota tem que ser 40%. Ela defendeu uma posição que foi a mesma que defendeu na época da votação, mas apontou o caminho de negociação.

O Warley, da Cobap, falei com ele também: "Paim, o Estatuto do Idoso é a minha bíblia, é a minha alma e é o meu catecismo. Eu vou querer que se siga o Estatuto. Se houver um entendimento, vamos conversar."

A Drª Yélena, em nenhum momento, no meu entendimento, se negou a dialogar, a conversar. Ela fez a defesa da legalidade, do que está escrito, e explicou muito bem. Eu me lembro da história da ementa, no debate que tivemos no plenário, e todos sabem que eu participei.

Quero aqui cumprimentar o Ministro Juca Ferreira. Normalmente, muitos ministros, para nos receber no gabinete deles, temos que passar telegrama, whatsApp, sei lá o quê, mil coisas, e não recebem. Mas não este Ministro. Ele me ligou e me perguntou se eu podia recebê-lo no meu gabinete. E eu quero dar uma salva de palmas por essa grandeza. Isso não é humildade não. É grandeza. (*Palmas.*)

Grandeza que só os líderes têm. O Ministro foi ao meu gabinete, conversou comigo. Eu disse: Ministro, só há uma forma: dialogar com a sociedade, aprofundar o debate e ver o que é possível para chegar a um entendimento. Os representantes do setor – e não digo empresarial, eu digo empreendedores do setor – colocaram com muita clareza o seu ponto de vista.

E a UNE também na mesma linha do Ministro.

Como falei no início, nós, para fazermos o debate, ampliarmos com a sociedade e não fazermos que isso vire uma briga no Supremo Tribunal Federal – não sei se a Drª Yélena vai concordar – eu proporia o seguinte: montaríamos uma comissão não ampla – não adianta todos falarem e repetirem a mesma coisa – com a presença da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que deixou muito claro aqui o seu ponto de vista; a Dr. Yélena de Fátima Monteiro Araújo, promotora de Justiça; o representante da Cobap, Warley ou alguém que ele indique; o Ministro Juca Ferreira; o representante do setor empreendedor, um representante também; e um representante da UNE. Vocês verão que, pelos meus cálculos, serão três com posição da legalidade, mas em nenhum momento falam que são contra negociar. É isso, não é, Ministro? E três pessoas com muita firmeza, mas também dispostos a construir o entendimento. Esse seria o encaminhamento.

E nós, Senadores, nos colocamos à disposição, Ministro, os Senadores desta Comissão, podemos escolher aqui, eu me proponho, inclusive, como autor do Estatuto do Idoso, a colaborarmos com essa conversa. Tomara que se construa o entendimento, senão sabemos que isso vai terminar em ação no Supremo. O ideal é o entendimento.

Fui sindicalista muito tempo, entre a greve e o acordo, a greve para mim era o último instrumento, mas a usei quando tive de usá-la. Saí uma vez com dez mil trabalhadores de Canoas a Porto Alegre, chegamos com 40 mil em frente ao Palácio contra a ditadura. Depois negociamos a entrada no Palácio sem quebrar e pisar sequer o jardim ou quebrar uma vitrina ou um vidro do Palácio.

Quer dizer, a negociação é importante, tem que saber dialogar, tem que saber conversar.

Encerro a reunião propondo que marquemos outra em que os seis setores. Na verdade são setores aqui, porque a Drª Yélena vai representar aqui, como promotora, o Ministério Público. Que terminemos a reunião neste alto nível, que começou e termina, e esses setores vão acertar a data da primeira reunião. Comigo não há problema, desde que não me peguem mais sexta e segunda, porque estarei sempre nos Estados agora, contra a terceirização, fazendo uma verdadeira cruzada nacional contra a terceirização.

Já passamos por sete Estados e vamos concluir até agosto os 27 Estados. A não ser às segundas e sextas eu estaria à disposição, não que eu não esteja aqui em Brasília, mas por causa dessa minha correria. Se alguém tiver um dia e hora para propor já pode fazê-lo, Caso contrário, conversamos aqui no encerramento. No encerramento.

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

Muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 8 minutos.)

ATA DA 48ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DIA 6 DE JULHO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia seis de julho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Telmário Mota. É registrada a presença do Deputado Federal Cabo Daciolo. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 93, de 2015, de iniciativa do Senador Paulo Paim, para debater: "A reforma política". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: José Maria de Almeida, representante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU; Antônio Carlos Silva, Membro da Direção Nacional do Partido da Causa Operária – PCO; Professor Mauro Luís Iasi, Membro da Direção e da Executiva Nacional do Partido Comunista Brasileiro – PCB; Luiz Araújo, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL Cezar Britto, Ex-Presidente Nacional do Conselho Federal da OAB. O Senhor Presidente concede a palavra as seguintes pessoas presentes no plenário: Cyro Garcia, Ex-Deputado Federal; Ernesto Gradella, Ex-Deputado Federal; Amanda Gurgel, Vereadora de Natal – RN; Toninho Ferreira, 1º suplente do PSTU a Deputado Federal; Saulo Arcângeli Executiva Nacional da CSP Conlutas – Central Sindical e Popular; Arielli Tavares Morreira, ANEL/UNE – União Nacional dos Estudantes; Professora Vanessa Portugal – PSTU/MG; Matheus Gomes "Gordo" – PSTU/RS; Júlio Condaque Quilombo, Raça e Classe/PSTU. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Federal Cabo Daciolo. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) apoiar a reforma política; 2) realizar Audiência Pública na CDH sobre anistia, no dia 28/08/2015; e 3) solicitar ao Presidente do Senado que realize Sessão Temática sobre Reforma Política. Faz uso da Palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dois minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bom dia a todos.

Com atraso de 3 minutos, o que não é bom... Eu gosto de abrir no horário: era 9 horas e eu cheguei às 9:03. A culpada foi a TV, ali, que quis gravar sobre o tema.

Declaro aberta a 48ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento 93, de minha autoria e outros, para debater o tema: A Reforma Política.

Esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentário ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800 61 2211; está tudo na tela.

Nós temos como convidados, no dia de hoje – eu vou, primeiro, citar os convidados –: José Maria de Almeida, representante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); Antônio Carlos Silva, membro da Direção Nacional do Partido da Causa Operária (PCO); Prof. Mauro Luís Iasi, membro da Direção e da Executiva Nacional do Partido Comunista Brasileiro (PCB); Cezar Britto, ex-Presidente Nacional do Conselho Federal da OAB; e Luiz Araújo, representante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Eu, de imediato, vou convidar para a mesa os nossos painelistas, que já estão presentes: José Maria de Almeida, que representa, aqui, o PSTU, sempre presente quando é convidado, aqui nesta Comissão. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, José Maria.

Antônio Carlos Silva, da Direção Nacional do Partido da Causa Operária (PCO). (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

Prof. Mauro Luís Iasi, que é da Direção do PCB, Partido Comunista do Brasil. (*Palmas.*)

Os outros dois convidados, pela informação que tive, estariam se deslocando.

Eu tenho um pronunciamento de abertura, que estou achando meio longo, senão, eu falo mais do que os painelistas aqui.

A intenção foi das melhores. Na verdade, é um comentário que a assessoria faz sobre o debate da reforma política e, claro, demonstrando as preocupações – por isso é que nós estamos fazendo esta audiência pública –, desde a questão das cláusulas de barreira, José Maria, que é uma preocupação enorme de todos nós, como também a história do financiamento público ou não de campanha – só dois exemplos –, porque da forma como passou lá, tudo aquilo, eu acho que nenhum de nós queria que acontecesse. A forma conservadora como a Câmara tem encaminhado uma série de projetos ao Senado deixa uma preocupação enorme.

Por isso, mesmo antes de chegar aqui a reforma política, nós resolvemos fazer este debate com partidos que têm uma visão contrária àquilo que está vindo da Câmara dos Deputados, pelo seu conservadorismo e até mesmo por considerar antidemocrático, na nossa visão.

Por isso, eu posso até ir comentando durante o debate, e nós vamos, de imediato, passar a palavra aos nossos convidados.

Como o José Maria é mais presente aqui, foi sorteado já. Tu és quem vai abrir.

José Maria de Almeida, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), com a palavra. Dez minutos com mais cinco.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Bom dia, companheiras e companheiros. Bom dia, Senador.

Eu queria, em primeiro lugar, Paim, agradecer a você pela presteza com que você sempre atende aos pedidos dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais, aqui no Senado, e dizer que, para nós, esta discussão é bastante importante.

Nós vivemos no País, neste momento, um processo de crescimento da resistência, da luta dos trabalhadores, porque os trabalhadores estão sendo atacados duramente nos seus direitos, seja pelo empresariado – um exemplo disso é esse PL nº 4.330 –, seja pelo próprio Governo Federal, do PT, que acabou de aprovar aqui, nesta Casa, duas medidas provisórias que foram transformadas em lei e que atacam direitos muito importantes da classe trabalhadora.

E nós vivemos, neste momento no País, uma situação em que, para poder ajustar as suas contas conforme manda o sistema financeiro, o Governo vem cortando uma série de despesas, de investimentos públicos. Isso tem causado dois tipos de problemas graves: seja o avanço no sucateamento do serviço público – nós temos, aí, uma boa parte do funcionalismo federal em greve neste momento porque não têm atendidas as suas reivindicações de melhores condições de trabalho e de melhores salários –, seja gerando desemprego no País – o corte dos investimentos da Petrobras, o corte dos investimentos do Governo gerou, só na construção pesada, do começo do ano até agora, mais de 250 mil demissões.

Então, esse cenário é o que empurra os trabalhadores, a juventude brasileira a um processo de mobilização. E há uma ação consciente do Estado que, infelizmente, Paim, tem encontrado acolhida aqui Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, para coibir essa resistência e a luta dos trabalhadores, seja por meio da violência da repressão da polícia, seja através da adoção de leis que limitam, impedem e restringem o direito que os trabalhadores têm de organização e de sua luta.

Eu acredito que o contexto em que nós podemos entender melhor a reforma política que foi aprovada – ou está sendo aprovada em primeira instância na Câmara dos Deputados – é esse contexto. Porque é uma reforma política que, pretensamente, estaria respondendo a um anseio da população brasileira para melhorar o sistema político brasileiro; um sistema que, historicamente, tem causado muito mais vergonha do que o orgulho ao povo deste País. No entanto, as medidas adotadas até agora transformam o que já era ruim numa coisa pior ainda.

Então, o primeiro aspecto que eu acho importante destacar neste debate – e eu acho que o Senado vai estar à frente desse desafio, Paim, que é o de enfrentar aquilo que está vindo da Câmara para cá no que diz respeito à reforma política – é o problema do financiamento das campanhas eleitorais. Ou seja, nós estamos vivendo, neste momento, um escândalo amplíssimo de corrupção no Brasil e que todos nós sabemos – até as "pedras" neste País sabem – que a sua origem é o problema do financiamento das campanhas. Na última declaração desse empresário que é o dono da UTC, ele diz claramente: "Olha, eu fiz doações legais, mas eu fiz porque me cobraram lá, senão eu perdia o contrato na Petrobras." Essa é, infelizmente, a realidade do financiamento do processo eleitoral, das eleições no nosso País.

Então, nós temos um sistema que, desde esse ponto de vista, ele não é controlado pelo poder econômico só porque quem tem o poder econômico numa sociedade como a nossa, em geral, tem privilégios, tem mais facilidades, tem mais oportunidades do que aqueles que não têm. Ele é controlado pelo poder econômico porque, diretamente, o poder econômico paga a campanha dos candidatos e, depois, manda no mandato daquele candidato que foi eleito. "Quem paga, manda", não é assim?

Bom, essa era a realidade até hoje. E era uma realidade contestada, inclusive judicialmente. Há um debate no STF, um julgamento em curso no STF, que, inclusive, já tem maioria constituída, proibindo o financiamento

das eleições pelas empresas, com um argumento óbvio: empresa não vota, não é eleitor; eleição tem a ver com eleitores. Esses são os argumentos que o STF está usando no seu julgamento.

Bom, para evitar que se tornasse realidade, que se concretizasse o julgamento que está em curso no STF, a Câmara aprova uma emenda à Constituição que permite, que legaliza aquilo que nós estamos encarando hoje no nosso País como um escândalo; legaliza esse financiamento do sistema político pelas empresas, seja o financiamento dos partidos, seja o financiamento das campanhas eleitorais.

Então, se há, de fato, qualquer intenção de se mexer no sistema político brasileiro para melhorá-lo, não pode ser nesse rumo; tem que ser no rumo oposto. Portanto, esse, eu acho, é o primeiro desafio que essa discussão nos traz.

E há um segundo tema que eu queria destacar na discussão que tem a ver mais diretamente com a razão pela qual nós fizemos o pedido que a Comissão Direitos Humanos atendeu prontamente, Paim, que tem a ver com o problema, mais precisamente, da democracia no processo eleitoral. Nós já temos um sistema eleitoral que é profundamente injusto e antidemocrático, seja porque o financiamento privado interfere no resultado de eleições, seja porque o uso da televisão é completamente desigual no processo eleitoral. Ou seja, em tese, a legislação assegura o tempo na tevê para que os partidos possam expor as suas opiniões e, a partir daí, a população julgar e escolher em que partido, em que candidato prefere votar no dia da eleição. No entanto, a distribuição do tempo de tevê é profundamente desigual.

Eu fui candidato à Presidência da República nas eleições passadas. Havia uma candidata que tinha 12 minutos por dia, e eu tinha 30 segundos. Em um país como o nosso, isso não é qualquer coisa. O Brasil é um país de dimensões continentais. Nós temos mais de 200 milhões de habitantes. Não existe nenhuma possibilidade de qualquer partido, mesmo os que recebem financiamentos milionários das empresas, chegar ao conjunto da população para expor suas ideias que não seja pela tevê.

Então, ao estabelecer essa distribuição de tempo tão desigual, que é estabelecida na lei atualmente, o que se faz, de fato, Paim, é definir, antes das eleições, que candidatos vão concorrer para ganhar as eleições e que candidatos constam apenas no registro do TSE. Olha, eu não fui candidato somente nas eleições passadas, eu já fui candidato quatro vezes no Brasil. E nas quatro vezes eu posso lhe assegurar, Senador, que parte grande da população brasileira, quando foi votar, foi votar sem sequer saber que eu era candidato. Porque as pessoas não tomam conhecimento.

V. Exª pode fazer um teste. Pergunte ao pessoal que trabalha em seu gabinete quantos candidatos havia na eleição passada para a Presidência da República. V. Exª viaja pelo País inteiro, fazendo audiências para ajudar no combate ao PL 4.330 – diga-se de passagem, uma ação bastante importante –, e conversa com as pessoas. Pergunte a elas quantos candidatos havia na eleição para a Presidência da República. As pessoas vão se lembrar do nome de no máximo quatro ou cinco. Porque isso é plantado, isso é construído pela tevê. Quem decide, de fato, quem vai ser eleito no dia da eleição não é o povo que vai votar, são aqueles que financiam as campanhas e a distribuição do tempo de tevê. Essa é a situação atual.

O que se pretende com o que foi votado na Câmara dos Deputados é piorar isso, ao retirar diretamente o tempo de tevê dos partidos que não têm representação na Câmara dos Deputados. Os Deputados que aqui estão estabelecem para eles próprios o monopólio do direito de levar suas ideias à população. Aqueles que não estão aqui não têm esse direito.

Olha, Paim, democracia sem liberdade partidária não existe. Liberdade partidária, quando vale só para alguns partidos, não vale para ninguém. Não existe democracia relativa. V. Exª, eu, o Mauro e o companheiro do PCO,o Antônio Carlos, nós todos estivemos na luta contra a ditadura neste País. E uma das nossas lutas, já na fase final, de agonia, da ditadura, é que não aceitávamos a tal da anistia restrita, porque anistia restrita não é anistia. Ou se anistia todos aqueles que lutaram contra a ditadura ou ninguém está anistiado. Porque não existe democracia relativa. Democracia é ou não é, existe ou não existe.

Portanto, retirar dos partidos que não têm representação na Câmara o direito de ter acesso à tevê é calar esses partidos, como calaram, na ditadura militar. Fecharam o Congresso Nacional, cassaram o registro do PCB e dos partidos em funcionamento naquele momento e que contestavam o poder vigente. Isso é inaceitável, é diretamente inaceitável.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Por isso eu coloco este debate no mesmo contexto do início da minha fala, e eu queria voltar a esse tema. Isso corresponde, só que num sentido muito mais agravado, porque atinge diretamente o direito de organização e de expressão política das diversas opiniões que existem na nossa sociedade, às mesmas legislações que vêm sendo aprovadas no Congresso Nacional, como a Lei de Organizações

Criminosas, que tem como objetivo fundamentalmente criminalizar aqueles jovens, aqueles trabalhadores, aquelas trabalhadoras que lutam, no momento atual que vivemos em nosso País, para defender seus direitos.

Aqueles que controlam a economia do nosso País, o grande empresariado, os banqueiros, os governos, que a eles são subservientes, atacam os direitos dos trabalhadores para preservar o lucro dos bancos. E os trabalhadores, quando ousam lutar contra isso, são criminalizados.

Há democracia, mas não para todos. Existem direitos, mas não podem ser acessados. Onde nós vamos parar com isso? Onde vamos parar com isso? Portanto, o sentido da discussão que nós queríamos trazer ao Senado é esse.

O PSTU – eu posso falar pelo meu Partido, não pelos demais, os companheiros vão fazer uso da palavra – é uma organização que se constrói neste País há quase 40 anos. A origem da construção do PSTU vem da Liga Operária, que foi fundada no Brasil em 1974.

Nós estivemos na luta contra a ditadura militar, tivemos vários dos nossos dirigentes presos, torturados na ditadura; depois, ajudamos a fundar o Partido dos Trabalhadores. Saímos do Partido dos Trabalhadores no começo na década de 90, dada a natureza e o tamanho das diferenças que se construíram dentro do Partido. Fundamos o PSTU em 1994 e seguimos na luta, neste País, para defender nossas ideias. Temos um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me aproveitar para registrar a presença do ex-Presidente Nacional da OAB e também do Luiz Araújo, do PSOL. Uma salva de palmas a ambos, que vieram aqui para contribuir com este debate. (*Palmas.*)

Volto a palavra para você, Zé Maria.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Então, eu dizia, ainda agora, Luiz e Cezar, que o PSTU é um partido cuja origem remonta a meados da década de 70. Em 1974, nós fundamos a Liga Operária no Brasil. Depois, ela se transformou em Convergência. Estivemos na luta contra a ditadura, nossos dirigentes foram presos, torturados por essa luta, para conquistar a liberdade, entre outras coisas, a liberdade de organização partidária no País. A segunda prisão que eu sofri na ditadura foi quando nós tivemos um encontro para fundar um partido, lutando pelo direito de organizar partidos.

O povo brasileiro lutou, derrubou a ditadura, conquistou o direito de organização. Ajudamos a fundar o PT, saímos do PT em 1992 e fundamos o PSTU em 1994. Nós não somos uma legenda de aluguel e não aceitamos que essa discussão seja feita nesses termos.

Aqui, no Congresso Nacional, há legendas de aluguel. São grandes partidos, que há décadas não lançam candidaturas e alugam seu tempo de tevê, ora para o PT, ora para o PSDB. Se é para acabar com os partidos de aluguel, há que acabar com o registro desses partidos. E não defendo isso, não. Apesar de não concordar com a prática desses partidos, defendo o direito de que eles existam. Agora, não podemos aceitar que esse tipo de argumento e esse tipo de medidas sejam tomados contra o nosso Partido.

Nós temos um projeto para o Brasil. Nós defendemos um país socialista, livre de toda forma de opressão, de exploração, abolindo a propriedade privada, assegurando que a riqueza deste País seja utilizada para garantir vida digna para o povo deste País que trabalha e constrói essa riqueza. Esse é o nosso projeto para o Brasil e temos o direito de lutar por ele. E quem tem o direito de nos negar o apoio ou de nos dar o apoio são os trabalhadores, é a população deste País. Não são os legisladores que estão nesta Casa, eles não têm o direito de cassar a nossa voz.

Então, desse ponto de vista, a luta que estamos continuando neste momento é a mesma luta que travamos há 40 anos neste País por liberdade de organização, por liberdade de expressão. É a mesma luta que nós travamos nas ruas, neste momento, no País, para defender os direitos dos trabalhadores, entre eles, seu direito de organização e manifestação. E nós achamos que isso tem que ser, para que haja o mínimo de justiça, referendado nesta Casa. Não pode ser a chamada Casa do Povo que comece a cassar a voz de uma parcela do nosso povo.

É este o sentido, Senador Paim – mais uma vez agradecendo a presteza com que o senhor acolheu o pedido para que pudéssemos fazer essa discussão aqui –, da demanda que nós trazemos ao Senado Federal neste momento: é preciso reverter aquilo que se aprovou na Câmara e é preciso assegurar ao povo brasileiro mais, e não menos dignidade ainda nesse processo eleitoral que temos no nosso País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, José Maria de Almeida, que falou pelo PSTU e ficou dentro do tempo previsto, dez com mais cinco. Aí vai dar a possibilidade de ouvirmos todos e abrir em torno de três, quatro manifestações ao plenário ainda.

Está aqui o Cyro, que foi Parlamentar, um brilhante Parlamentar da minha época. (*Palmas.*)

E, na mesma linha, o Gradella também, grande Parlamentar. Tenho a alegria de dizer que estivemos sempre na mesma trincheira, sempre tivemos lado, e é com satisfação que estamos, neste debate, com a mesma visão aqui expressa já pelo Zé Maria e, tenho certeza, pelos outros convidados.

Estou com a voz um pouco cansada, mas não se preocupem, é que estou, de fato, viajando muito. Viajo, faço dois, três Estados a cada fim de semana com esse debate da terceirização, da própria defesa da democracia, a minha indignação na questão da Previdência, que vocês acompanham muito bem e conhecem meu ponto de vista, tanto sobre o fim do fator, quanto sobre a política de reajuste do aposentado, em que espero que o Senado não vacile e vote favoravelmente, até porque, como vocês todos sabem, é a inflação mais PIB, e o PIB, nos últimos anos, foi praticamente negativo.

Então, não há motivo nenhum de não assegurar pelo menos um princípio de uma política salarial de inflação mais PIB para os aposentados. Se o Senado negar até o princípio, vai aprovar o que quando tiver impacto financeiro? Porque, com impacto financeiro, a lei vale por quatro anos. Infelizmente de dois anos para trás foi 0,1 o PIB, o outro foi negativo...

Se olharmos para frente, a expectativa não é muito boa para os próximos dois anos em matéria de PIB, então vai ser uma lei para garantir aqui um gasto de um bi num ano, talvez dois e meio no outro, e no primeiro ano 300 milhões, que não é nada. Eu votei favoravelmente ao aumento do Judiciário, e o Senado votou por unanimidade. Votei, defendi o PL 28. Não nego as posições que eu assumo. Mas só que ali, sim, eram 15 bi, 20 bi, e nós estamos falando praticamente de zero de reajuste.

Então, quanto ao Senado, que vai votar amanhã, eu espero que não faça isso – porque é uma covardia se fizerem. E eu sei que o Senado não o fará, porque eu sei que os Senadores manterão a coerência de votar favorável num projeto e chegar na hora daquele que mais precisa, votar contra, o que não acontecerá. Eu sei que os Senadores estão ouvindo. Eu estou elogiando aqui o Senador, como espero, também, que a gente mude radicalmente a reforma eleitoral da forma que ela virá, infelizmente, pelo que vimos, lá da Câmara dos Deputados.

Mas, de imediato, eu passo a palavra para o Sr. Antônio Carlos Silva, membro da Direção Nacional do Partido da Causa Operária.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SILVA – Bom dia.

Em primeiro lugar, agradeço o convite e a iniciativa do Senador Paulo Paim, em nome de quem eu cumprimento os demais membros da mesa. Eu queria cumprimentar também as pessoas presentes.

Nós, do Partido da Causa Operária, gostaríamos de aproveitar esta oportunidade, uma vez que nós, como os demais partidos aqui na mesa, nesse momento somos alvo de uma política que visa a cassar a palavra, a cercear o direito à liberdade, o direito de organização e expressão, não só dos partidos de esquerda, que, nesse momento, são os primeiros alvos dessa investida, e, como vamos procurar expressar aqui e como foi dito também pelo companheiro Zé Maria, representa um ataque ao conjunto do povo brasileiro e dos seus direitos democráticos. Nesse sentido eu acho que, em primeiro lugar, é necessário contextualizar, analisar rapidamente a situação política em que essa proposta de pseudorreforma política, esse arremedo de reforma política, estabelece a discussão aqui no Congresso Nacional.

É um momento muito grave da situação política, quando vemos que avança, não só no Congresso, mas também de conjunto, na sociedade, através dos monopólios de meios de comunicação e de todos os grandes grupos de monopólios imperialistas, uma onda golpista, muito clara, como a gente pode... Só para citar um acontecimento recente, a Convenção Nacional do PSDB, de ontem, se declarou abertamente a favor da interrupção do fim do mandato da Presidente eleita, Dilma Rousseff, expressando o caráter golpista e reacionário dessa direita que, sendo impossibilitada de ganhar as eleições – não tem como ganhar no voto –, precisa ganhar através da manipulação, através do controle da mídia, do Judiciário, e de outros instrumentos antidemocráticos, para atuar contra os interesses da população.

A cláusula de barreira, que se aprovou na Câmara dos Deputados, que se discute no Congresso, é um exemplo muito claro dessa tentativa de cerceamento, de fechamento do regime político, que é operada com base na própria legislação atual, que, apesar de muitos divergirem e terem uma análise diferente, é o resultado de uma legislação profundamente antidemocrática, que se estabeleceu no País após o final da ditadura e que manteve e mantém, até hoje, os pilares fundamentais do antigo regime.

A Constituição de 88 manteve intocada, por exemplo, a ditadura do Judiciário, que continua, no País, a agir contra a maioria da população, contra os trabalhadores. As regras, as decisões da Justiça, só valem contra o povo trabalhador. Eu sou professor da rede estadual de São Paulo. Nessa semana o STF deferiu liminar mandando pagar o salário dos professores que ficaram em greve por 92 dias. Eu comentava com o Gradella: se fosse no Pinheirinho, como fez o governador de São Paulo, a ordem já teria sido cumprida imediatamente, com o massacre da população trabalhadora.

Se fosse contra os grevistas, como aconteceu quando um tucano que preside o STJ cassou a decisão votada por um colégio de 23 desembargadores de São Paulo, o Governo cumpriu imediatamente a sentença. Mas quando se trata de atender uma decisão que favorece os trabalhadores, aí o Governo vai procurar protelar e usar das vias tradicionais para manipular a Justiça e usá-la a seu valor. É o que nós estamos vendo hoje, no caso das denúncias compradas da delação premiada, que nada têm a ver como processo de denúncia da corrupção, mas que têm a ver com a defesa da transformação do País, do retrocesso político e de um claro ataque aos direitos democráticos da população trabalhadora.

Nós vemos também essa mesma ditadura funcionando em todo o País através da ação dos órgãos de repressão. A Polícia Militar, como na época da ditadura, mata, tortura, assassina a população pobre, negra, os trabalhadores deste País, sem respeitar nenhuma lei. A lei, como diz o hino da Internacional, só vale para o pobre. O crime do rico é só conversa fiada e eles só são denunciados quando se trata de cometer crimes ainda maiores. Como vemos agora no País, a onda de denúncia de corrupção visa a levar à derrubada do Governo e estabelecer um regime totalmente favorável aos interesses do imperialismo, aos interesses dos maiores sanguessugas do País, aos interesses daqueles que querem privatizar ainda mais o nosso petróleo e entregar as riquezas do País.

Nesse sentido, a pseudorreforma política e, particularmente a cláusula de barreira, é o instrumento que visa a manter o monopólio da representação política que existe no País, monopólio que está assegurado, por exemplo, entre muitos outros, pelo fato inconteste – são dados do Tribunal Superior Eleitoral – de que mais de 75% dos Parlamentares eleitos nesta Casa têm financiamento dos dez maiores grupos capitalistas privados do País. Quer dizer, eles estão na mão, principalmente, dos grandes bancos e das empreiteiras e legislam e atuam claramente em favor dos seus interesses.

Os que querem cassar o PCO, o PSTU, o PCB e, mais à frente, até o PSOL, que infelizmente, votou em alguma medida a favor e parcialmente dessa cláusula de barreira, são aqueles que foram eleitos sustentados por esse regime de perseguição, por esse regime de apoio aos interesses, no Congresso Nacional, dos grandes capitalistas, como nós vemos no projeto da terceirização da escravidão, como nós vemos em tantas outras leis que são aprovadas nesta Casa, neste Congresso, contra os interesses do povo trabalhador, da maioria da população brasileira. Trata-se de aprofundar o caráter ditatorial e antidemocrático desse regime, e nós, de maneira nenhuma, podemos apoiar esse tipo de medida.

Nesse sentido, achamos muito importantes iniciativas como essas do Senador Paulo Paim, que visam a abrir um debate sobre esses temas. É necessário que a população saiba, porque o conhecimento é uma arma fundamental para a luta contra todas essas manipulações da direita golpista, como vimos, por exemplo, no primeiro semestre. As greves dos professores, as mobilizações convocadas pela CUT, MST, UNE, partidos de esquerda e outras organizações nacionais tornaram claro, para a maioria da população, que não estamos no País numa luta entre o bem e o mal, entre os não corruptos e os corruptos, como procuram fazer crer a direita e a sua imprensa golpista, mas uma luta muito clara daqueles que procuram, sob a cobertura da luta em favor ou contra a corrupção, estabelecer no País um regime ainda mais profundamente antidemocrático do que este que está vigendo neste momento.

Nós entendemos que, para levar adiante uma luta consequente contra essa cassação de direitos, é necessário ir além da discussão parlamentar. É necessário fazer a discussão nos sindicatos, nos locais de trabalho, explicar claramente para os trabalhadores e para a juventude que nós do PCO, do PSTU, do PCB somos apenas o primeiro alvo. O que está colocado aqui é cassar totalmente o direito de representação política dos trabalhadores, é aprofundar a política defendida pela direita, que vemos nas determinações da Justiça, de cassar o direito de greve, de reprimir e evitar a mobilização dos trabalhadores, como já fazem hoje os governos tucanos, como no caso do PSDB na greve dos professores no Paraná e em muitas outras circunstâncias.

É necessário chamar a atenção e não apenas defender o próprio direito dos nossos partidos à existência – e não uma existência fictícia –, mas também a plena liberdade de formação de novos partidos políticos, porque, hoje, no País, não existe esse direito.

Há muitos grupos, principalmente entre os trabalhadores, entre a esquerda, que gostariam de se organizar e que deveriam ter o direito democrático à sua legalização, mas a atual legislação impõe uma série de normas restritivas, que de fato cassam o direito de organização, o direito à liberdade de organização e de existência política de outras organizações, que mantêm esse direito como um privilégio desses partidos que, neste momento, inclusive, na Câmara dos Deputados, aprovaram uma intensificação dessa política, ao aprovarem o financiamento privado dos partidos pelas empresas.

Então, nós do Partido da Causa Operária gostaríamos não só de chamar a atenção e de nos opormos a essa legislação prescritiva, reacionária, ditatorial, que na realidade quer garantir o monopólio para partidos – e gostaríamos de chamar a atenção para isto – que vêm sendo amplamente repudiados pela população, cuja

força eleitoral, como foi destacado aqui na intervenção anterior, vem do fato de que esses partidos detêm o monopólio do tempo de televisão, detêm o monopólio dos recursos, através de uma legislação totalmente reacionária, que garante... Eles procuram apresentar que o PCO, o PSTU e o PCB seriam verdadeiros criminosos por receberem uma verdadeira migalha do Fundo Partidário, quando, na realidade, esses partidos, além de receberem somas milhares de vezes superior ao que nossos partidos recebem, são partidos que estão no bolso das empreiteiras, nos bolsos dos banqueiros, dos grandes capitalistas, fazendo, defendendo... A soma que os nossos partidos recebem ao longo de um ano não equivale àquilo que hoje é apresentado como orçamento para a eleição de um único Deputado neste Congresso Nacional.

Então, é uma mentira, é uma dessas jogadas pérfidas do cinismo que domina a política nacional, o Congresso Nacional, e o PCO aproveita esta tribuna não só para denunciar essa situação, mas para chamar os demais partidos da esquerda, os companheiros também do PT e do PSOL, que, embora não sejam imediatamente atingidos por essas normas restritivas que agora se impõem, são os próximos alvos, porque a direita quer cassar o direito de representação, quer cassar o direito de manifestação de toda a esquerda, de todo o povo trabalhador.

É necessário não só se levantar contra essas medidas, mas colocar a questão da necessidade da luta por uma assembleia constituinte democrática e soberana, não dominada por esses partidos, por essas máfias que dominam o Congresso, mas por representações verdadeiras do povo trabalhador, por representações das organizações dos trabalhadores, em que os petroleiros, os sem-terra, os professores e todos os trabalhadores possam ter a sua representação política, para defender uma mudança profunda no regime, não a perfumaria, o perfume de mau odor que a direita procura colocar neste momento, através dessa falsa reforma política, que visa a cassar direitos democráticos da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Antônio Carlos Silva, membro da Direção Nacional do Partido da Causa Operária.

Passamos a palavra ao Prof. Mauro Luís Iasi, que é da Direção e da Executiva do Partido Comunista Brasileiro, PCB.

O SR. MAURO LUÍS IASI – Bom dia a todos e a todas.

Queria cumprimentar o Senador Paim, agradecendo este espaço, meus colegas de mesa do PCO, do PSTU, outros membros da mesa, para aqui trazer, com a responsabilidade e a honra, a posição do Partido Comunista Brasileiro, o partido mais antigo no Brasil em atividade, fundado em 1922, e que, por isso mesmo, talvez traga na sua experiência várias conjunturas em que esse direito à organização partidária foi atacado no País, no Brasil e que recaiu sobre o PCB momentos importantes dessa resistência.

Isso comprova também – e é bom que isso fique claro – que partidos políticos são aqueles que constroem uma história em torno de um programa, em torno de ideias, em torno de princípios políticos, e que, por isso mesmo, não têm a sua existência determinada por esse ou por aquele acordo jurídico que prevalece num ou noutro momento da nossa atribulada história.

E por isso sobrevivemos. Sobrevivemos não apenas à imediata colocação do PCB na ilegalidade, quando surgiu, nos anos 20, não antes de tentar e participar ativamente das eleições de 29, passou boa parte da sua história política na clandestinidade, enfrentou a ditadura do Estado Novo, na época de Getúlio Vargas, em 37, e por um período pequeno de legalidade, nos anos 40, voltou a sofrer o peso do Estado burguês no Brasil, quando jogado novamente na clandestinidade, em 47. Não antes de oferecer a esta Casa uma bancada da qualidade do Senador Luiz Carlos Prestes, do Deputado Carlos Marighella, de Jorge Amado, de Crispim e de tantos outros que compuseram a Bancada do PCB nos anos 40 aqui, responsável por várias leis de interesse geral da população brasileira e em defesa específica da classe trabalhadora.

Da mesma forma que colocado na clandestinidade com o conjunto dos partidos políticos brasileiros, pelo golpe burguês e militar desfechado em 64, o PCB soube resistir. E não apenas resistiu a isso, mas também resistiu aos ataques políticos daqueles que tentaram destruí-lo, por divergências naturais no desenvolvimento da política, divergências estratégicas, que vão surgir e se desenvolver em outras agremiações partidárias, com aqueles mesmos que querem liquidar o PCB. A história guarda o destino desses senhores que, se desligando do PCB, foram formar outro partido que agora, opera claramente no campo da direita, linha auxiliar da direita brasileira, nessa aventura que foi aqui destacada.

Por isso o PCB, de certa maneira, vem a este debate sem surpresa. Nós não nos surpreendemos com a natureza da reforma política que acabou se impondo. Compreendemos o porquê de ela ser feita, quais são os seus interesses e não esperávamos nada muito distinto disso que acabou se configurando.

Por outro lado, também, o PCB não tem o direito de vir a esta discussão com uma posição pedinte, porque descobrimos, a duras penas, com a classe trabalhadora brasileira, que não é na posição de pedinte que se conquista direito algum, mas é na resistência, na altivez daqueles que sabem que estão no lado certo da luta

de classe, que estão no lado certo em defesa dos valores mais caros da humanidade, que podem sobreviver, inclusive, a esses oportunismos de plantão e jogos de conveniência que se implantam.

A reforma política se dá num quadro muito preciso, e tanto o Antônio Carlos e o José Maria já anunciaram elementos desse quadro. Eu queria destacar outro. Essa reforma política vem de uma clara evidência do fracasso da forma política que prevalece no Brasil na transição democrática, fracasso esse que ficou evidente nas manifestações de junho de 2013. Um dos alvos centrais, ainda que as manifestações tenham começado e se motivado na luta pela passagem, pelo Movimento Passe Livre, rapidamente se arvora a outros temas. É inegável que um dos alvos das manifestações e da insatisfação que se expressou em 2013 era com os limites dessa chamada democracia representativa. A nosso ver, ali havia um sinal bastante claro para quem quisesse ouvir. Ali havia uma mensagem, em alto e bom som, para quem tivesse ouvidos e a cabeça aberta para compreender.

Existe uma lacuna monumental, enorme, entre as demandas reais da população brasileira, principalmente da classe trabalhadora, e essa forma política que acabou se impondo ao Brasil com uma sistemática e uma funcionalidade extremamente útil à perpetuação de certos interesses, mas claramente de costas aos anseios da maioria da população.

E aqueles jovens que subiram no telhado desta Casa, talvez procurando uma porta para entrar, estavam demonstrando claramente no seu ato – e esse não era um ato isolado, uma vez que os alvos das manifestações foram as câmaras municipais, as assembleias legislativas –, diziam em alto e bom som que aquilo que se dispunha a representar a sociedade brasileira não a representava. Existia uma invisibilidade, colocar as demandas de parcela da população como se ela não existisse, como se o Brasil fosse um País das maravilhas onde tudo daria certo e apenas um grupo de descontentes resistiam na denúncia e na resistência aos ataques severos que parte da classe trabalhadora sofria naquele momento. Essas manifestações gritavam e bradavam em alto e bom som que a forma da representação política no Brasil havia falido, que aqueles que aqui estavam não representavam e não podiam representar os interesses da maioria da população.

Ora, isso não é uma novidade. A evidência dos limites dessa forma estão dadas desde o seu início. O que há na verdade e que já foi aqui ressaltado é que, na transição da forma autocrática para o estado burguês no Brasil, vários aspectos da forma política permaneceram. A época da transição chamavam de entulhos autoritários, resquícios, coisas como se fossem apenas restos disfuncionais em uma ordem democrática e mudança que, há pouco, poderia ser limpo, corrigido no rumo de um aperfeiçoamento da democracia. Hoje parece mais do que evidente que não, que a estratégia das classes dominantes em produzir uma transição lenta, gradual e segura e, principalmente segura, exigia mecanismos políticos de controle sobre o Estado brasileiro que não colocasse sob risco do processo de disputa democrática.

Evidente, que há, para quem estuda esses temas, várias funcionalidades nessa forma política e que se agrupam àquilo que alguns estudiosos chamam de presidencialismo de coalizão. Um presidente, qualquer que seja ele, monta suas bancadas de sustentação a golpes de cargos no Executivo, de liberação de emendas no orçamento e de financiamentos de campanha. Ao que se soma um poderoso esquema de financiamento privado onde os interesses econômicos agem diretamente para distorcer isso que deveria ser o espelho dos diferentes interesses da sociedade brasileira.

O que a democracia burguesa nos oferece nessa forma política é um exemplo preciso de uma distorção. Não são os diferentes interesses que compõem a realidade da sociedade, mas é tentar transformar a sociedade na disputa restrita dos interesses no campo de uma determinada ordem. E, dentro desse campo dessa determinada ordem, até se pode suportar críticas ou divergências dentro de uma diversidade que compõe no seu fundamento uma unidade, a defesa da ordem capitalista e burguesa em nosso País.

Por isso que, entregar a este Congresso, com todas essas distorções, a tarefa de realizar uma reforma política já é um erro em si mesmo considerável. Só pode ser agravado pela iniciativa da Presidente Dilma em entregar a articulação política ao Temer como se fosse a resposta a essa demanda que vinha da sociedade. Essa demanda era muito diferente...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais cinco minutos.

O SR. MAURO LUÍS IASI – ...como nós vimos, de uma natureza e uma substância muito distinta daquilo que está parecendo aqui.

O que nós estamos vendo nessa reforma política é uma mudança absolutamente cosmética: mudar uma sistemática eleitoral, criar uma cláusula de barreira que não resolve o problema nem sequer aquela que se propõe fazer. Quer dizer, a discussão não é se existem muitos ou poucos partidos no Brasil. A questão de fundo é como o presidencialismo de coalizão quer diminuir sua área de negociação para manter suas banca-

das e manter a sua suposta governabilidade, enquanto se consagram os mesmos meios que estão nas raiz das distorções que explodem também na esfera da corrupção.

A corrupção é inevitável na forma capitalista e é a maneira pela qual, direta ou indiretamente, os grandes interesses econômicos controlam e disputam o fundo público neste País. A reforma que foi apresentada é uma reforma para tornar ainda mais restrita aquelas forças que controlam essa disputa do fundo público e o saqueio de costas para a sociedade brasileira.

Diante disso, o PCB já se preparava, há algum tempo, para depender cada vez menos dessa forma. Segundo, ele não abandona essa discussão, porque considera essa uma trincheira de resistência, que denuncia o caráter restrito em um monopólio de forças políticas que querem manter a ordem neste País e os meios pelo qual essa ordem tenta operar na sua reprodução, através dos *lobbies*, através da disputa do fundo público, que vai, pouco a pouco, sendo drenado para aqueles interesses que, no começo do processo eleitoral, financiam as campanhas.

É muito fácil ver a lista dos financiadores de campanha e depois a das empresas beneficiadas pelo desvio e pelo saque do fundo público, a começar pelo setor financeiro, pelas empreiteiras, pelas companhias de medicina privada, pelos interesses privados na educação. O que faz com que nós cheguemos ao absurdo de ter 94% da verba do Pronatec destinada ao Sistema S e ter quase triplicado a verba do Fies, enquanto a universidade pública vai perder R$9,4 bilhões no seu investimento.

Isso não nos surpreende, porque é através dessa sistemática política que o interesse econômica controla os representantes desta Casa, que deveriam, por suposição, ser representantes dos diferentes interesses existentes na sociedade.

O PCB sobreviverá a esse ou àquele oportunismo, a essa ou àquela época histórica – sobreviveu a duas ditaduras e não será um governozinho deste que nos assustará. Sobreviverá, porque buscará se enraizar cada vez mais nas lutas da classe trabalhadora, compondo, com aqueles que junto a ela resistem, o caminho de construção de uma sociedade socialista no Brasil – coisa que está no nosso programa.

Eu não sei se os partidos que atuam nesta Casa lembram o que um dia foi um programa. Programa é uma coisa que é bom que as pessoas, às vezes, leiam. Não é aquela coisa de intenções vagas. O membro de um partido aqui, quando foi procurado, respondeu da seguinte forma: "Isso é apenas parte do programa. O que vale são os acordos políticos que aqui se fazem."

Não é dessa forma e dessa maneira que o Brasil pode dar um salto no sentido de mudar essa forma política. Vai ser por outras vias. Isso, infelizmente, é o que acontece na sociedade brasileira. Quando instituições como esta viram de costas para a realidade, acham-se arrogantes e prepotentes para legislar sobre seus próprios interesses, contra o interesse da maioria, essa maioria, por vezes, levanta dos abismos onde se esconde e costuma varrer casas como esta, que são pegas, quase sempre, de surpresa nos seus bailes da ilha fiscal ou na farra do ajuste fiscal. Esses senhores normalmente se surpreendem, quando os andares debaixo da sociedade se fazem saltar sobre a inocência, a incoerência e a arrogância daqueles que julgavam controlar este País.

Eu só posso dizer que, seguindo e perseguindo sua coerência, quando isso acontecer, o PCB gostaria muito de estar entre aqueles que vão varrer este País, e não entre aqueles que vão ser jogados na lata do lixo da história deste País. Essa é a nossa única ambição. O resto a gente guarda para aqueles acordos pequenos...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUÍS IASI – ...que costumam acontecer na política brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Prof. Mauro Luís Iasi, que falou...

(Interrupção do som.)

Eu quero registrar a presença aqui, com alegria, da Vereadora do PSTU de Natal, Amanda Gurgel. Seja bem-vinda, Amanda. (*Palmas.*)

Com a palavra agora, o Sr. Luiz Araújo, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

O SR. LUIZ ARAÚJO – Bom dia a todas e a todos, Senador Paim, os camaradas do PCB, PSTU e PCO, o Cezar, aqui do meu lado.

O Deputado Chico Alencar escreveu um texto que representou bem o nosso sentimento em relação à reforma política, citando um personagem do romance *O Leopardo*, do Tomasi di Lampedusa, o Tancredi. Ele cunhou uma frase, que depois ficou bastante famosa, que diz assim: "Algumas coisas precisam mudar, para continuar as mesmas."

Talvez essa frase nunca tenha sido tão verdadeira como na reforma política que está sendo feita se olharmos a reforma política em relação à demanda da sociedade. Realmente, o que foi aprovado no conjunto da

reforma política não chega a ser nenhuma reforma eleitoral no sentido pleno do termo. Porém, há uma centralidade do que está sendo feito na reforma e da pressa da reforma na Câmara e que agora chega ao Senado, Senador Paim.

A centralidade, a necessidade de se promover essa reforma neste momento, antes de outubro, é a constitucionalização do financiamento privado de campanha. Se não fosse o Supremo estar terminando uma votação, que deveria já ter terminado se não fossem os interesses obscuros que levam o Ministro Gilmar a segurar o processo, proibindo o financiamento privado de campanha, essa reforma não estaria sendo discutida neste momento. Então, a centralidade é a constitucionalização do financiamento privado.

Foi assim que, perdendo a votação, se rasgou o Regimento Interno na Câmara dos Deputados e se fez uma segunda votação precedente e que, agora, semana passada, foi usado para reverter a derrota na redução da maioridade penal. Ou seja, a regra de ouro que tínhamos no Parlamento de que uma matéria só poderia ser votada na mesma Legislatura uma vez está sendo varrida.

E aprovar o financiamento privado é um contrassenso ao próprio clima supervalorizado do combate à corrupção que se faz no País. Se tem uma coisa que ficou clara na Operação Lava Jato e nas delações premiadas – que viraram um redutor de pena, você comete um crime e diz que quer colaborar e não seria mais bom comportamento no presídio, um bom comportamento no processo já levaria você a diminuir a sua pena –, mas o que ficou patente em vários depoimentos dos delatores na Operação Lava Jato? A afirmação, a partir da fala do empresariado, daquilo que nós temos falado muito no Brasil: de que não existe financiamento privado e, sim, um investimento privado na eleição de bancadas parlamentares. Não é à toa que nós temos 214 Deputados, de 23 partidos financiados por empreiteiras que estão na Operação Lava Jato.

Há muitos anos, eu ouvi de um empresário, quando eu estava em Belém ainda, de um grande empresário, dizendo que havia dois tipos de políticos, digamos assim, com que eles se relacionavam: os que eles apoiavam e os que eles financiavam. Dos que eles financiavam, ele queriam ter um retorno, pode ser de propina, pode ser de vantagem, de aprovação de leis. E os que eles apoiavam era igual a uma propaganda de um banco: "vai que". "Vai que ganham, eu preciso manter pontes com quem pode dar uma zebra", digamos assim. E esses 214 fazem parte do primeiro grupo, aqueles que dão alguma coisa em troca.

Nós temos outras bancadas. Os bancos elegeram 197 parlamentares; o frigoríficos, 162 Parlamentares; mineradores, 85 e assim por diante. Lógico, alguns são coincidentes, há vários Parlamentares que conseguem de ser bancadas múltiplas, são competentes suficientemente para representar várias bancadas. Então a centralidade da reforma é o financiamento privado.

Bem, mas já que vai se fazer uma reforma, podemos fazer outras maldades e algumas concessões. Nós não estamos no momento de muitas concessões no Brasil. O avanço conservadorismo tem mostrado que o espaço das concessões é pequeno. Então, não dá para dizer que não há algumas coisas positivas aprovadas na Câmara, mas são cosméticas em relação ao principal.

Mas há um segundo patamar dessa reforma, que centralizou o debate até agora aqui na mesa, que é um objetivo paralelo que não se iniciou nessa reforma, mas que tem vários capítulos sendo enfrentados, que é criar um bi ou um tripartidarismo no Brasil. O sonho dos conservadores é até um bipartidarismo PMDB/PSDB, colocando na ilegalidade o PT, como já ouviram vários falando.

Mas seria, na prática, um tripartidarismo, excluindo os partidos ideológicos com uma direita que só agora se assanha a criar partidos, digamos assim, mais de extrema direita ideológica e que estava satisfeita com os partidos existentes, quem é vítima disso são os partidos de esquerda.

Mas por que eu digo que a cláusula de barreira aprovada é apenas mais um capítulo? Porque a restrição a partidos começou antes. De dois anos para cá, nós vivemos uma reforma eleitoral que tornou mais difícil criar partidos. Então, os camaradas do PCR, por exemplo, que sonham em criar um partido, não vão conseguir criar. Aliás, com exceção do PCB, que é o nosso primo mais antigo aqui, os demais, se fossem criar os seus partidos hoje, não conseguiriam, pelas regras que foram alteradas recentemente, mesmo que o alvo fosse a Marina, indiretamente, mas era para impedir novos partidos mais à esquerda.

Segundo, mudou-se o tempo da televisão não agora. Fez-se uma fórmula matemática absurda que diminuiu, e muito, o tempo na televisão. Uma boa parte dos partidos tinha menos tempo na televisão, mas tinha um terço do tempo comum, que fazia, a depender do número de candidatos, que você tivesse um tempo razoável, digamos assim, para poder dizer o seu nome, o seu número e um pouco das suas propostas. Isso foi redividido e não voltou ao debate agora.

E o terceiro é a cláusula de barreira, quando você aparentemente quer diminuir o número de partidos, mas atinge os partidos ideológicos. No caso do Brasil, os partidos de esquerda, como eu falei, a direita só agora começa a se assanhar a ter partidos mais ideológicos.

Bem, nós temos defendido, juntamente com vários setores da sociedade civil, uma série de propostas. Eu vou destacar algumas delas.

A primeira, o financiamento das campanhas eleitorais exclusivamente público, mesmo que tenhamos visto com simpatia a proposta que a CNBB e outros movimentos sociais têm apresentado, que é restringir à pessoa física, o que já seria uma tentativa de minimizar o poderio econômico legal, já que nenhuma legislação protege o País, legislação eleitoral, do financiamento ilegal via malas, contas na Suíça. Isso não se resolve, já é crime pela legislação, não se resolve com reforma eleitoral e, sim, punindo aqueles que fazem isso.

A segunda, uma garantia de divisão equitativa do tempo destinado à propaganda eleitoral, tanto nos processos eleitorais quanto na propaganda institucional dos partidos políticos. A proporcionalidade no tempo de televisão, como regra, já é uma regra excludente, porque reforça as condições dos grandes partidos...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ARAÚJO – existirem.

Terceira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais cinco minutos.

O SR. LUIZ ARAÚJO – ...a defesa de um sistema de votação proporcional com lista partidária. Queria destacar o fim da cláusula de barreira sobre o funcionamento e a organização partidária e combate à revogação de todos os dispositivos, não só os da cláusula, mas os anteriores que eu citei.

Queria destacar, por último, que o nosso partido, através da sua bancada na Câmara e no Senado, tem defendido estas propostas. O momento que a gente está vivendo e vivenciou na Câmara não é de ampliação dos direitos, não só os eleitorais, mas em todos, mas é, sim, de retirada dos direitos. Com exceção de alguns gestos para constranger o PT a vetar alguns projetos, no geral você está aprovando terceirização, está aprovando redução da maioridade penal, Estatuto da Família e assim vai. Nunca poderemos dizer que essa época foi a pior para os projetos, porque sempre vai haver, na semana que vem, um pior do que aquele que a gente estava combatendo.

Então, o quadro é um quadro de resistência. Essa resistência é marcar posição, mas, ao mesmo tempo, impedir que passe o pior nas duas Casas.

Acho que o Senado tem uma responsabilidade em relação à reforma política de derrubar dois destes patamares que foram destacados aqui: a cláusula de barreira, como foi colocado aqui, e o financiamento privado e empresarial de campanha.

Essas são as duas principais batalhas. O restante da reforma, mesmo que alguns negativos, são perfumaria, como foi colocado aqui, porque não altera a lógica do funcionamento.

Há coisas absurdas na reforma, como a criação de uma cláusula de barreira e da janela para criar os partidos que interessam para a ordem. Então, há a restrição ideológica e há a indecência: aquelas propostas oportunistas como foi a diminuição do tempo na televisão, que não tem lógica. Não há lógica em se fazer uma divisão igual e, dentro dela, uma divisão proporcional. Então, há oportunismos para piorar a situação quando se tem condições de fazer, e acho que o Senado tem um papel muito importante.

Por último, quero dizer que essa batalha se trava em dois ambientes. Um ambiente é o ambiente parlamentar, quer dizer, é esta Casa que vai votar, em especial aquilo que precisa de quórum qualificado, o que significa uma responsabilidade maior e um trabalho com os Parlamentares contra isso. Mas a reversão desse quadro depende de colocar o povo brasileiro em movimento em defesa dos seus direitos contra o retrocesso e contra a outra face da moeda do retrocesso, que é o retrocesso econômico através do ajuste fiscal. São duas faces da mesma moeda, uma herança conservadora que 12 anos, infelizmente, de governos – entre aspas – de "esquerda" estão deixando para o País: uma instabilidade econômica.

E é interessante que estamos fazendo esse debate aqui um dia depois de um referendo na Grécia que mostrou que outro caminho é possível. Ele só é mais arriscado. Esse é mais confortável. Mas o mais confortável nos deixa no quadro político atual, em que o conservadorismo domina na economia, domina na política e constrange os trabalhadores a perderem seus direitos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Luiz Araújo, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Vamos encerrar a Mesa; depois vamos abrir o debate com o Plenário. Já estão inscritos aqui, democraticamente, mas não pediram a palavra, o Cyro, o Gradella e também a nossa Vereadora Amanda; também veio um pedido do Plenário do Saulo Arcangeli, da Central Sindical a Popular.

Por favor, encerrando a mesa, Dr. Cezar Britto, sempre presente quando convidado, mesmo quando era presidente do Conselho Federal da OAB. Hoje ele é ex-presidente, mas militante, eu diria, permita-me, dos direitos humanos. (*Palmas.*)

O SR. CEZAR BRITTO – Obrigado, Senador Paim.

É um prazer estar aqui de novo, ainda mais numa Comissão que é muito cara para a cidadania, com a sua dupla função: direitos humanos e participação popular, legislação participativa, porque não há democracia sem o aperfeiçoamento da democracia participativa, da democracia direta, porque ela é mãe da própria democracia, e não a representativa, que dela deriva.

Meus cumprimentos à mesa – PSTU, PSOL, PCB. Meus cumprimentos ao Plenário. A todos, minhas saudações igualitárias.

Integro hoje a Comissão de Reforma Política da OAB, que, junto com várias entidades, tem proposto, via iniciativa popular, uma reforma política. Apresentamos essa reforma ao Congresso Nacional e ainda estamos aguardando o seu debate.

Qual o fundamento da nossa proposição? Qual o fundamento que faz com que mais de cem entidades da sociedade civil queiram falar em reforma política? É que, para nós, política é vida. Política não é politicagem. Política decide todos os nossos destinos. É a política que vai apontar o valor do salário mínimo, apontar como deve ser o modelo do casamento, como deve ser o modelo do nosso relacionamento, da nossa representação. Política é a forma com que a sociedade se expressa e pretende falar na condução do seu próprio destino. Por isso é que ela é vida, e temos de cuidar dela com muito carinho, com muita afirmação.

Exatamente por isto, porque política é vida, que sabemos da sua dificuldade, porque, para fazer a reforma no Brasil, por força da Constituição, temos de trazer o debate também para o Parlamento.

E é aqui que começa a nossa dificuldade, porque infelizmente parte da nossa classe política – e uma parte majoritária – pensa muito mais nas próximas eleições do que nas próximas gerações. E aí o raciocínio é: o que é que eu vou ganhar com isso? Qual é a vantagem que meu partido vai ter? Qual é a vantagem que meu agrupamento vai ter? Qual é a vantagem que aquele que eu represento econômica ou socialmente vai ter? É aí a dificuldade primeira da reforma política.

Exatamente por isso, a Ordem dos Advogados do Brasil, com essas entidades, pensou que era preciso fazer a reforma pela via popular, trazer o debate para a sociedade. E, pela dificuldade, fizemos em três etapas: a primeira, que se dizia ser impossível, a proibição da compra do voto. E então, ao proibirmos a compra do voto, criamos os comitês de combate à corrupção eleitoral espalhados pelo Brasil, caçamos vereadores, prefeitos, Senadores e aí sucessivamente.

Depois, dizendo claramente que política é coisa séria. Não podemos confundir folha de serviços prestados à sociedade com folha corrida policial. E então fizemos o projeto da ficha limpa.

Mas agora, para nós, a mais difícil é exatamente esta, a que nós estamos apresentando nos quatro eixos: primeiro, para dizer claramente que empresa não é povo; sim, empresa não é povo, e a Constituição diz isto, que o poder é exercido em nome do povo. Não poderia empresa participar do processo eleitoral, porque empresa, por força da sua constituição, visa a lucro e não pode transformar o investimento eleitoral em investimento econômico. E aí, por isso, o primeiro grande bloco da nossa reforma, que era o afastamento do financiamento empresarial das campanhas. E olhem como é a contradição da legislação brasileira: permite àquelas que visam a lucro financiar, mas as que não visam a lucro não podem financiar, como os sindicatos, como as entidades sem fins lucrativos. Essas estão proibidas, mas aquelas que visam a lucro podem jogar milhões nas suas campanhas eleitorais.

E não só empresas, o financiamento econômico, na forma que é hoje, individual, porque o que parece ser justo hoje, em que você pode doar 10% da sua renda para as campanhas eleitorais, o que parece ser uma regra democrática, quando eu vou olhar que 10% de 1 bilhão, para quem ganha 1 bilhão, dá 100 milhões; e 10% de nada é nada. Por isso nós tivemos um companheiro do PSOL sendo caçado lá no Rio de Janeiro, e um em Sergipe, do PSTU, porque doou uma resma de papel para a sua própria campanha eleitoral. Está lá no acórdão, porque como ele é desempregado, 10% de nada é nada, passou a ter aí a sua cassação, como se estivesse abusando do processo eleitoral.

Daí por que, na nossa proposta, o financiamento é de R$700,00, individual, com um limite de teto, para que algumas pessoas não possam usar 30 mil, 40 mil pessoas doando individualmente, como nós tivemos com um Parlamentar que, como é proibida a compra do voto, mas o voto com recibo pode para os cabos eleitorais, ele contratou 3,5 mil cabos eleitorais com recibo. Para evitar isso, nós limitamos as doações individuais a um percentual do financiamento.

Esse é o primeiro bloco. O segundo bloco, também importante, é fazer com que a representação seja real. Não pode, num País em que as mulheres representam metade da população, elas terem uma sub-repre-

sentação; não pode haver sub-representação dos negros, dos trabalhadores. Daí por que na nossa proposta, metade das vagas para as mulheres, e os partidos que adotarem os sub-representados teriam um percentual maior no fundo partidário.

A terceira proposta é valorizar os partidos, e não as pessoas. Daí por que na nossa proposta, os dois turnos para o Parlamento. Vota-se nos partidos e depois nos candidatos apresentados na lista dos partidos. Estou falando isso rapidamente para entrar mais na questão da cláusula de barreira.

O quarto projeto nosso é ter mais democracia participativa. Ora, se o Brasil se gaba – e com razão – de ter um sistema eleitoral avançado, um sistema eletrônico que nos permite ter, na eleição para presidente, o resultado em poucos minutos, não se dá mais por causa do fuso horário, por que não aproveitar o processo eleitoral para fazer consulta popular? E é aí que nós colocamos que é preciso haver mais plebiscitos, mais referendos, mais iniciativas populares nesses dois anos em que se convoca a população, com temas que são fundamentais, como questões indígenas, a questão do monopólio, de só se poder vender as nossas empresas consultando o seu dono, que é o cidadão brasileiro. E aí há uma série de discussões que estão lá no nosso projeto.

Esse é, em suma, o nosso projeto e o porquê da dificuldade de ele passar.

Mas eu queria discutir o cenário da dificuldade e o que nós estamos observando no Congresso Nacional, pós-apresentação do nosso processo.

O Brasil e o mundo hoje vivem uma dicotomia muito clara entre a direita – muito forte, assumida, sem medo, deslavadamente –, que percebemos na Europa, com dois gestos. Um, quando o primeiro-ministro da Inglaterra percorre o mundo Europeu para fechar as portas para os imigrantes, que fogem da fome provocada pelo Europa, das bombas jogadas na Europa, na Líbia, na Síria; fogem com medo da bomba. E é dito que as bombas são jogadas, para proteger a população civil, quando essa população civil foge, para sobreviver, e tem as portas fechadas, e o primeiro-ministro claramente assume essa função de que os imigrantes, por serem negros e africanos, não podem entrar num solo rico e branco europeu – e assumidamente!

E, ontem, os banqueiros ameaçaram claramente a Grécia, e a Grécia rejeita essa posição. Esse é o segundo ponto que é o aspecto da rejeição da Grécia, que vou trazer um pouco para cá. No Brasil, essa direita, pela primeira vez – não quanto à questão da representação, porque sempre esteve representada no Parlamento, e os dados mostram isto, há uma relação direta entre aqueles que são eleitos e o valor que é gasto na campanha eleitoral; os empresários sempre tiveram o controle do Parlamento brasileiro –, como na Europa, está tirando a máscara, está assumindo a sua feição de direita.

E alguns processos já foram aqui expostos. A precarização do trabalho foi aprovada na Câmara do Trabalho; há rediscussão do conceito de trabalho escravo, reduzindo o conceito que a OIT tinha fixado, e o conceito agora está sendo rebatido, para dizer que a jornada extenuante e as condições de trabalho degradantes não seriam mais trabalho escravo; a pretexto de discutir sobre a família, a questão da homoafetividade também é posta; e a disposição no texto da Constituição contrária ao próprio espírito constitucional, com o financiamento empresarial das campanhas eleitorais.

(Soa a campainha.)

O SR. CEZAR BRITTO – São temas que pareciam difíceis de serem debatidos, e hoje são postos claramente.

E qual é a relação, então, da cláusula de barreira que é aprovada, que parece ser algo insignificante? Por que, no meio de projetos tão grandes, falar-se na cláusula de barreira? Porque a reação do fortalecimento da direita na Europa e no Brasil, a história demonstra isso, também fortalece o outro movimento, que é o movimento à esquerda, a resposta à esquerda. Daí por que a preocupação de haver uma cláusula de barreira, para que a esquerda não possa crescer, para dar o contraponto a essa propositura.

Você bem colocou Luiz, buscam-se no Parlamento as medidas de proteção, muito mais para desgastar o PT do que, na verdade, para avançar na classe trabalhadora. Isso, porque essa ideia, o PT e a esquerda, e o desgaste do PT não permite que a outra esquerda cresça, outros partidos cresçam. Assim, estaremos em um cenário maravilhoso da direita reinando absoluta, daí por que existe a necessidade de barrar os partidos de esquerda, a pretexto de discutir que estão barrando os partidos de aluguel.

Ora, na nossa proposta, estamos dizendo como é a forma de barrar o partido de aluguel. Se o partido é de aluguel, o nome é ele se aluga, ele se vende para o outro. E nós estamos dizendo a nossa proposta: veda-se a cessão do tempo de televisão; veda-se a cessão do uso do espaço da televisão para esses partidos que se alugam. Para a solução, bastaria uma legislação ordinária; não precisaria haver um texto constitucional para barrar os outros partidos políticos. Então, a intenção claramente não é a de impedir o partido de aluguel, aliás, até porque os partidos menores, os partidos ideológicos já têm – e isso foi bem colocado – a restrição legal. Têm menos acesso à televisão, têm menos acesso ao fundo partidário.

E por que o fundo partidário é importante? Porque política é vida, política é a atividade-fim do Estado. O Estado tem que gastar com a política; é melhor o Estado gastar com a política do que as empresas gastarem com a política, por isso que o fundo partidário é importante na vida da Nação, porque essa é uma atividade-fim, já que o destino da política é melhorar a vida cidadania.

Pois bem, hoje já existe uma legislação restritiva, mas eles não querem ter uma legislação restritiva, eles querem uma legislação extintiva do direito de as pessoas participarem e externarem a sua posição, se não concordarem com o financiamento empresarial.

Quando ele diz que "não tem acesso à televisão, não tem acesso ao fundo partidário", num Brasil continental, qual é a mensagem que se diz? Não há mais perspectiva de esse partido crescer.

Nós já temos uma legislação que criminaliza demais a política ao transformar o período eleitoral num período extremamente curto. Cada vez querem encurtar mais o período eleitoral. Não sei se os senhores compreendem qual é a função de encurtar-se o período eleitoral. Se o período é menor, beneficia-se quem tem mais dinheiro para gastar nessa fase de silêncio e de proibição, para comprar cabos eleitorais, para financiar as campanhas. Quanto mais surda é a campanha, mais preocupado eu fico, porque é dinheiro saindo sem ninguém ter a perspectiva de comprar. Se eu digo que não há mais limite, permito o candidato passar os seus quatro anos visitando seus companheiros, visitando todo mundo, porque é mais barato para as pessoas que têm história em quatro anos continuar mostrando sua história, e não apenas em 20 dias, 30 dias, porque aí é a história do dinheiro quem fala.

Então, a ideia de colocar uma cláusula de barreira é exatamente impedir, neste momento em que as esquerdas crescem no mundo, que ela tenha qualquer perspectiva de crescer no Brasil. Essa é a razão clara da propositura.

Eu tenho andado por este Brasil, tenho feito visitas, e há um fenômeno novo, não sei se observado por alguns. Além do financiamento empresarial, outro fenômeno começa a surgir em razão das campanhas serem caras: os agiotas começam a tomar conta das campanhas eleitorais. Eles financiam campanha eleitoral nos Municípios e recebem em troca a Secretaria do Município; nas assembleias, recebem assessorias parlamentares. Então, a campanha torna-se tão cara que empresários e agiotas passam a definir a política. E, com a receita que é apresentada pelo Parlamento, em vez de proibir o financiamento empresarial, que resulta nessas votações aqui apontadas e agiotagem, ele proíbe exatamente os partidos ideológicos.

É contradição?

(Soa a campainha.)

O SR. CEZAR BRITTO – Não. É afirmação de um pensamento. É o registro de um pensamento histórico, de que os que se julgam no direito de ter a propriedade das coisas e das pessoas julgam-se também no direito de impedir que os seres humanos possam, um dia, ser donos do seu próprio destino. É uma questão histórica clara. Por isso a necessidade de reação, por isso a necessidade de debates como este, no Parlamento e, sobretudo, na sociedade civil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Parabéns ao ex-presidente nacional do Conselho Federal da OAB, Dr. Cezar Britto, que, como sempre, deixa aqui para nós uma contribuição fundamental para este debate.

Eu vou dar agora cinco minutos para cada um do Plenário e peço que cada um fique nos cinco minutos – nós temos aqui sete inscritos –, para que, depois dos cinco minutos de cada um, a palavra volte à mesa, para que ela possa responder.

Então, começo com o Cyro. O Cyro está com a palavra para expressar seu ponto de vista, a luz verde está acesa, o microfone está aberto.

O SR. CYRO GARCIA – Bom dia, companheiros e companheiras do Plenário. Quero saudar o companheiro Paim pela iniciativa de convocar esta audiência. Cumprimento os demais companheiros da mesa.

Esta audiência reveste-se de uma importância muito grande, porque, afinal de contas, nós estamos tratando de um tema que vai entrar em segundo turno nesta semana, na Câmara, e depois é que vai vir aqui para o Senado; e, pelas regras do jogo, para essa cláusula ser aprovada – não somente esta, mas outras que foram levantadas no debate pelos companheiros –, ela precisa da aprovação em dois turnos lá e em dois turnos cá.

Neste momento, o que está aprovado em primeiro turno na Câmara é um absurdo. Existe um ditado popular que diz "cresça e apareça", mas, na política, é o contrário: se você não aparece, você não cresce. E o que eles querem é exatamente isto: impedir qualquer possibilidade de uma esquerda ideológica crescer no nosso País. É a extinção, como colocou bem o Cezar.

Isso significa, na prática, uma condenação à clandestinidade, quer dizer, é uma "legalidade", entre aspas, porque você continua tendo um registro e podendo escrever, mas, se você não tem acesso à tevê...

Para nós do PSTU – e é importante deixar isso claro –, Senador Paim, a questão do fundo partidário não é uma questão central; muito pelo contrário, o nosso Partido se sustenta pela colaboração voluntária de seus militantes e seus simpatizantes. Nós não precisamos de fundo partidário, mas precisamos, sim, de apresentar nossas propostas programáticas e saída para a juventude e para a classe trabalhadora deste País, cada dia mais condenada à falta de perspectiva, por conta de um projeto que vem sendo implementado pela burguesia não só aqui, mas no mundo, que, cada vez mais, suprime os direitos mais elementares dos trabalhadores da juventude; suprime a mínima perspectiva de futuro para os jovens do nosso País, e não só do nosso País, no mundo nós estamos vendo isso.

E é interessante também que, ao mesmo tempo, em que no mundo a gente assiste a esse ataque por parte da burguesia, no sentido de fazer com que os trabalhadores paguem por uma crise sobre a que eles não têm nenhuma responsabilidade, também estamos vendo no mundo uma polarização muito grande das lutas e uma resistência muito grande da classe trabalhadora em não aceitar, de maneira alguma, que ela pague essa conta. Isso a gente viu ontem expresso no plebiscito do povo grego, de alguma forma, muito mais nas lutas, nas inúmeras greves gerais travadas pela classe trabalhadora daquele país, mobilizações em vários outros países da Europa e aqui no nosso País, onde temos tido um processo de lutas intenso contra essa política econômica do Governo da Srª Dilma Rousseff e seus asseclas, aqueles que, junto com o Governo Federal, lamentavelmente estão implementando esse ataque ao povo brasileiro.

Eu falo isso, Paim, com pesar, porque você sabe que sou fundador do PT, junto com você. Não votei na Dilma, porque tinha o meu companheiro Zé Maria como candidato e, no segundo turno, também não votei, mas é lamentável que esses ataques venham da mão de um partido que nós, na década de 80, tínhamos como uma das principais ferramentas da luta dos trabalhadores. E esperamos que, aqui nesta Casa, em relação a essa questão, Paim não só você que, tomou a iniciativa de convocar esta audiência, mas também os demais Senadores do PT existentes nesta Casa ajudem a barrar essa cláusula de barreira, porque o quórum é qualificado.

Da mesma forma, Luiz, achamos que foi um equívoco a votação dos companheiros da Câmara, porque não precisavam dos votos dos companheiros do PSOL...

(Soa a campainha.)

O SR. CYRO GARCIA – ... para evitar um mal menor, que foi a justificativa dada pela bancada. Felizmente, em conversas com os companheiros, eles disseram que vão rever essa posição, que vão votar contra nesse segundo turno.

O nosso objetivo é que a gente consiga – através não só de medidas como essa tomada hoje aqui pelo Paim, mas principalmente através da mobilização dos movimentos sociais representados aqui por várias entidades da juventude – efetivamente barrar esse ataque, que é uma tentativa de cercar essas já parcas conquistas democráticas que o nosso povo obteve através da luta. Nada foi de graça; nada foi é concessão; tudo foi conquistado na luta; e o que a gente conquistou estão querendo retirar.

Então, só queria reafirmar isto, a importância da sua iniciativa, Paim, e a certeza de que nós vamos barrar isso, porque não nos calarão! O PSTU estará aí, apresentando para a juventude, para os trabalhadores uma saída de classe, uma saída socialista.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, ex–Deputado Federal, Cyro, pode contar conosco nesse bom combate!

E quero, neste momento, chamar o ex-Deputado Federal Gradella e dizer, Gradella, que tive uma alegria muito grande de trabalhar do seu lado, como Deputado Federal.

E gostaria de já anunciar que, desde as 9h, estamos na tevê ao vivo para todo o País. Isso é importante, porque é um espaço de comunicação e para que o Brasil saiba o que está acontecendo aqui no Congresso. E um dos objetivos desta audiência pública também é esse. Então, quero aqui dar meus cumprimentos à Agência Senado, à Rádio Senado e à TV Senado, que está cobrindo ao vivo o nosso evento, sem nenhum de corte. (*Palmas.*)

Isso, porque eles fazem, quando a esquerda fala.

Gradella com a palavra.

O SR. ERNESTO GRADELLA – Presidente, Senador Paulo Paim, Cezar Britto, companheiros do PSTU, do PCB, do PCO, do PSOL, estamos há tempo assistindo a uma situação de casos e casos de corrupção envolvendo empresas e financiamentos de campanhas eleitorais.

A tal proposta de reforma política, chamada reforma política, a colcha de retalhos votada na Câmara dos Deputados em primeiro turno e que agora será votada em segundo turno, não resolve esse problema, ao

contrário, acirra. Quer dizer, ele leva tudo para caminhar para o Lava Jato dois, para o escândalo do Metrô dois, em São Paulo, para os demais escândalos, porque o sistema de financiamento de campanhas eleitorais pelas empresas e os casos de corrupção estão diretamente ligados em todos eles.

Portanto, não há uma reforma política como aqui todos gostariam que fosse feita. E nós não temos nenhum compromisso com uma reforma feita dessa maneira. Uma reforma que, em primeiro lugar, não tem um todo, começou a ser feita através de retalhos e nunca vai conseguir abranger uma proposta, pois ali estão postos os vários interesses. Parece-nos que a tônica é: se uma votação não dá certo, ela se repete até que dê certo. E foi isso daí que aconteceu com a questão do financiamento: não passou em um dia, no outro dia inventou-se uma outra forma. E se não passasse no segundo dia, seria objeto de uma terceira votação até que se resolvesse o problema.

Nós estamos aqui com o companheiro Toninho. Toninho Ferreira é o primeiro suplente de Deputado Federal pelo PSTU, eleito, quer dizer, em uma frente que foi feita com o PSOL no Estado de São Paulo. A campanha do Toninho custou menos que um décimo da campanha dos Deputados Federais eleitos, na média, alguns gastaram muito mais. O tempo de tevê do Toninho foi menos que um décimo desses Deputados que foram eleitos e quase que nós conseguimos atingir isso daí. Mas, é claro, se as condições fossem iguais, eu não tenho dúvida de que o Toninho seria Deputado aqui nesta Casa. E muitos desses, representantes de setores empresariais, representantes de grandes latifundiários, representantes de grupos econômicos, aqui não estariam. Quer dizer, se tivesse alguma igualdade, alguma democracia nesse processo eleitoral, provavelmente nós teríamos aí uma mudança nessa situação que está colocada.

Então, para nós, essa luta nos interessa como partido, como PSTU, contra a falta de democracia, mas interessa a toda a sociedade. Nós não podemos admitir que, aqui, após todos os escândalos feitos, estas Casas Legislativas continuem mantendo tudo igual; aliás, piorando, o que já traz dificuldades para a população.

Isso daqui, na verdade, é um escárnio à população brasileira, mais até do que os partidos ideológicos que estão aqui lutando, vamos dizer assim, para que possam expressar as suas posições, para que essa democracia não seja reduzida à metade. Nós temos, hoje, uma situação em que os escândalos devem continuar vigendo na história política brasileira.

Mas, ao mesmo tempo, como fundador do PT, como membro do PSTU, nós queremos dizer o seguinte: é inaceitável, hoje, que a gente tenha restrições como essa, feitas por essa emenda. Quer dizer, nós não podemos aceitar isso daí.

É gozado que sobre o argumento de que se combate legendas de aluguel, as únicas legendas que são deixadas de fora são justamente aquelas que não são de aluguel, aquelas que lançaram candidatos próprios, aquelas que têm uma existência própria, que têm uma intervenção própria no movimento social, no movimento sindical, enfim, que atuam no movimento popular. São as únicas deixadas de fora com as regras feitas. Portanto, a emenda em si, a maneira como ela está colocada...

(Soa a campainha.)

O SR. ERNESTO GRADELLA – ... já mostra o quanto ela não serve à realidade.

Se havia algum objetivo de combater o número de siglas de aluguel criadas... E muitas vezes essas siglas não são criadas por acaso, elas são criadas pelos partidos grandes que já existem. Nós estamos vendo os grandes partidos criando outras legendas para fazer as suas frentes eleitorais. Não é que elas aparecem porque alguém resolveu criá-las. Essas legendas de aluguel já são criadas como legendas de aluguel e elas, na base do dinheiro, conseguem ser formadas e são as únicas que se mantêm.

Sobre esse espírito o que existe, na verdade, todas as legendas de aluguel vão continuar e os partidos que serão cortados com essa reforma são aqueles partidos que não têm nada a ver com a legenda de aluguel. São partidos que têm compromisso, que têm uma visão, que têm um trabalho junto à classe trabalhadora e que são muito importantes hoje para as lutas que os trabalhadores terão que fazer para enfrentar esse arrocho, para enfrentar os ataques que todos nós estaremos recebendo no próximo período.

Parabéns ao Senador Paim pela iniciativa, parabéns aos partidos, ao Dr. Cezar Britto pela intervenção, porque essa luta aqui é uma luta que não é nossa, não é dos partidos: é uma luta de toda a sociedade brasileira. (*Palmas.*)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por favor, a Vereadora do PSTU de Natal, Amanda Gurgel.

A SRª AMANDA GURGEL – Bom dia a todas e a todos aqui presentes a este importante espaço para nós discutirmos um tema tão polêmico quanto este, principalmente para esses partidos que estão aqui. Quero

cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, e parabenizá-lo também por esta oportunidade que está sendo dada aos partidos que estão sendo prejudicados por essa reforma política.

Eu estou com a oportunidade de ser vereadora pelo PSTU há pouco mais de dois anos em Natal, e essa oportunidade nos dá a chance de ver algumas coisas muito de perto, algumas que nós nem gostaríamos muito de ver, mas vemos, e é importante para consolidar, cada vez mais, o posicionamento que nós temos de que as mudanças de verdade, para a vida dos trabalhadores, virão mesmo através da nossa luta.

Eu quero trazer dois exemplos aqui muito rápidos de quando o governo, o Prefeito de Natal, Carlos Eduardo, que é do PDT, enviou projetos para a Câmara Municipal dizendo que serviriam para um determinado objetivo, e serviram para outro. Um foi uma reforma administrativa que ele dizia que estava enviando para a Câmara para economizar, e, para economizar dinheiro, ele fez um contrato de R$4 milhões para uma empresa de consultoria, para elaborar o projeto da reforma administrativa, e aumentou a folha de pagamento dos cargos comissionados em R$1,9 milhão. Foi a primeira vez em que eu pensei; mas como assim, ele está dizendo que é para economizar e já começa gastando R$4 milhões e aumenta R$1,9 milhão o pagamento dos cargos comissionados? No mínimo, é estranho. O outro recente é de cobrança da dívida ativa em que, dizendo que é para aumentar a possibilidade de o governo cobrar aqueles que devem ao Município, ele simplesmente pegou os pequenos devedores, retirou das mãos do Poder Judiciário a cobrança e colocou no SPC e na Serasa. Ora, a única chance que o pobre tinha de fazer um empréstimo para pagar o IPTU ele tirou. Então, como vai ser essa cobrança?

E, aí, eu faço uma relação mais ou menos com o que está acontecendo nesse momento, e já vou entrar um pouco no que Gradella falou. A Câmara Federal disse que estava votando a reforma administrativa para, com a cláusula de barreiras, evitar o aluguel, evitar que o partido de aluguel venda o seu tempo de TV, venda o que ele tiver na ocasião do processo eleitoral, e atingiu justamente aqueles partidos que jamais se venderam, que jamais se alugaram e que, por não terem se rendido ao poder econômico no processo eleitoral, estão agora sendo prejudicados. Quer dizer, miraram na mangaba e acertaram no cajá.

Então, eu acho que nisso há um elemento democrático que era aquilo em que eu queria centrar mais aqui na minha fala. Essa cassação à nossa fala, à fala desses partidos – que, aliás, já é muito antidemocrática da forma como está colocada hoje, porque 95% de TV já são destinados a esses partidos que estão no Congresso, e somente 5% são divididos entre nós – não é uma atitude antidemocrática somente com esses partidos não, é uma atitude antidemocrática com a população, que tem o direito de ouvir as nossas propostas, que tem o direito de ouvir o nosso programa, que tem o direito de ouvir o que nós pensamos.

Como candidata em Natal, tive 17 segundos para falar tudo isso que eu falei, as nossas propostas, o que nós pensamos e o nosso programa. De forma até fenomenal, nós tivemos, em Natal, uma votação de quase 33 mil votos. Cléber foi eleito em Belém, Toninho teve uma votação extraordinária também, é nós conseguimos isso.

O Senado agora tem o papel de fazer, nesse debate que está sendo colocado, com que os partidos que estão no Congresso Nacional não tenham o direito de dizer quem deve e quem não deve falar no tempo de TV; quem deve e quem não deve ser eleito ou ter o direito de ter uma votação histórica nas suas cidades, uma votação extraordinária. Quem tem que fazer isso é a população.

(Manifestação da plateia.)

A SRª AMANDA GURGEL – Então, parem de ficar querendo nos atacar de todo o jeito, de qualquer forma, a todo custo, até com a votação, por exemplo,...

(Soa a campainha.)

A SRª AMANDA GURGEL – ... do financiamento, como já foi falado por Gradella, que foi votado de um jeito, e depois se insistiu, para até o fim, ficar do jeito que eles queriam – o mesmo, ocorreu com a questão da redução da maioridade penal.

E, agora, existe essa tentativa de pegar os 17 segundos, que eu, por exemplo, tinha. E não estou falando demais, porque não sei quantos segundos tinham, ou o Zé Maria tem, para apresentar o nosso programa, as nossas ideias. Parem! Deixem a gente falar!

Isto não é democrático, querer retirar o nosso tempo. Deixem a gente falar e deixem a população dizer se o que estamos dizendo está certo ou errado! Deixem o povo escolher se quer votar no PSTU, no PCO – precisamos falar, até para as pessoas poderem decidir que não querem votar na gente.

Então, estamos aqui falando, ao nos dirigir aos Senadores, não é que sejam do PSTU, do PCB, do PCO, ou que defendam o nosso programa – nós não estamos pedindo isso! Nós estamos dizendo aqui para que possamos defender o nosso programa, e nós temos esse direito, já que o que dizem é que nós vivemos em uma democracia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Amanda Gurgel, Vereadora do PSTU, pelo RN.

Embora não estivesse inscrito, achei justo que o Toninho, que é primeiro suplente de Deputado Federal, o Toninho Ferreira, também pudesse usar os cinco 5 minutos, pelo menos cinco minutos. (*Risos.*)

O SR. TONINHO FERREIRA – Muito obrigado, Paim.

Bom dia a todos aqueles que estão aqui presentes! Bom dia à Mesa!

Sem dúvida nenhuma, é uma iniciativa brilhante da sua parte, Paim, poder realizar esta reunião e dar o direito de os partidos poderem vir aqui, poderem falar, podermos ouvir o Cezar Britto. É sempre bom ouvi-lo, Cezar.

E queria dizer o seguinte: na verdade, toda essa história de pagamento, de financiamento de campanha, é um empréstimo que a empresa faz, para poder ser retribuída depois – é um empréstimo! Aliás, com juros elevadíssimos: ganha-se depois 20, 30, 100 vezes mais do que aquilo que se gastou numa eleição, para eleger um Deputado, um Senador, um prefeito, uma Presidente da República. É isso que acontece e é isso que tem sido feito.

E o que disseram aqui o Gradella, a Amanda, o Cyro e o Cezar é exatamente isso. Por exemplo, as empresas podem financiar seus candidatos, mas os sindicatos não podem. Está aqui do meu lado o companheiro Macapá, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos; o Renato, que é também Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos; e não pode nem sair no material deles um apoio a alguma candidatura, porque também têm lado; o Macapá tem lado; os sindicatos têm lado, porque estão ao lado dos trabalhadores. E eles não podem, mas as grandes empresas podem.

Aliás, a Fiesp pôde, no Estado de São Paulo, fazer campanha para o seu candidato. E fez campanha não nos 20 dias, Cezar, fez campanha durante um ano; durante dois anos, fez campanha para o seu candidato, que é também um sindicato patronal; mas o sindicato dos trabalhadores não pode. É cerceado esse direito de os trabalhadores poderem dizer exatamente aquilo que pensam.

E é nesse sentido que nós queremos falar. E a iniciativa desta audiência pública nesse sentido é muito importante. Nós sabemos que está sendo transmitido, e os Senadores estão ouvindo, a assessoria dos Senadores, a assessoria dos Deputados.

E queremos mudar isso, porque efetivamente aqueles que foram cortados foram aqueles partidos que não são partidos de aluguel, são partidos que têm ideologia e são partidos que colocam a sua posição e querem ter o direito de colocar a sua posição nas campanhas eleitorais, que é um momento privilegiado. O momento da campanha eleitoral é um momento privilegiado para os partidos poderem falar.

E a que nós assistimos hoje com os partidos no Brasil, Mauro? Na verdade, os partidos só existem em época eleitoral; não existem no dia a dia, naquele dia a dia em que se está enfrentando a luta dos trabalhadores, da juventude. Nesse momento, os partidos não estão, os partidos desaparecem.

Não é o seu caso, eu sei, Paim, porque, neste momento, você corre o Brasil inteiro, na luta contra o PL 4.330. Mas, na maioria das vezes, só se vê o presidente de um partido quando chega na campanha eleitoral; nos outros momentos eles não aparecem. Mas nós temos a nossa sede aberta o ano inteiro; a sede do PSTU está aberta aos trabalhadores da juventude durante todo o ano, nos 365 dias do ano, em que eles podem procurar, porque nós queremos é fazer essa luta direto, e é o que nós fazemos.

Queria aqui dizer a vocês que nós estamos nessa batalha. É uma batalha para poder ter o nosso direito de poder falar, de poder se pronunciar, de dizer nas campanhas eleitorais sobre os nossos programas.

Nós queremos defender aquilo que nós pensamos. Nós não temos medo daquilo que nós dizemos. Nós acreditamos no nosso programa. E, se nós acreditamos naquilo que nós falamos, nós queremos mostrar e dizer isso para todo mundo. Nós não queremos nos esconder. Nós queremos dizer exatamente aquilo que a gente pensa. E nós queremos ter esse direito, e vamos fazer essa batalha. Isto aqui é parte disso, nós vamos seguir essa batalha lá na base, entre os trabalhadores, entre a juventude.

Agora, tudo por tudo não vão nos calar. A ditadura não teve esse poder, não nos calou, apesar de algumas prisões e apesar, inclusive, de algumas mortes que tivemos no nosso partido – aliás, até no regime democrático, com uma morte aqui em Brasília, do companheiro Guido, e, no Estado de São Paulo, do companheiro Rosa e José Luís e outros companheiros. Eles não nos calaram, e não vão nos calar também agora. Nós vamos continuar falando. Nós vamos continuar falando com os meios que nós temos, com as possibilidades que nós temos, através dos sindicatos, através dos organismos da própria juventude, da direção que nós temos... (*Falha na gravação.*)

O SR. ANTÔNIO FERREIRA – Desculpem a nossa falha, uma falha técnica.

Mas o que é mais importante nós vamos continuar falando. Nós vamos continuar falando porque é dessa maneira que nós queremos fazer. Eles não nos calaram e não vão nos calar agora.

E vamos fazer toda essa campanha contando com todos aqueles que são democratas neste País, não apenas com aqueles que concordam com as nossas posições. Não precisam concordar com as nossas posições, mas é preciso concordar com a democracia, com o direito que tem um partido político de falar e colocar suas posições.

É nisso que nós acreditamos, é isso que nós vamos fazer, e nós queremos contar com todos aqueles que acreditam numa sociedade democrática. E nós temos um sonho maior do que apenas a democracia. Nosso sonho vai muito além disso. Nós queremos uma sociedade que não precisa ser uma sociedade socialista; nós não perdemos a faculdade do sonho; nós não perdemos a faculdade e o direito de sonhar. Continuamos sonhando e queremos dizer para toda a sociedade o nosso programa. É isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Toninho Ferreira, 1º Suplente de Deputado Federal.

Pela CSP-Conlutas, o Saulo.

O SR. SAULO ARCANGELI – Bom dia. Saudação, Senador Paim. Saudação, companheiro Mauro, Zé Maria, Antônio Carlos, nosso advogado militante Cezar Britto, companheiro Luiz.

Estamos aqui pela Executiva Nacional da CSP-Conlutas, central que engloba o movimento sindical, o movimento popular e o movimento estudantil do País, que tem crescido bastante, que tem feito muita luta contra esses ataques que são feitos pelos patrões e pelos governos.

E é muito importante fazermos esta audiência, Paim, numa Casa... As duas Casas, na realidade, hoje, vivem um momento delicado politicamente, como o País vive um momento delicado política e economicamente. E nós temos vários projetos que estão tramitando, as MPs inclusive com voto contrário do Senador, que foi um ataque do governo do PT, do Governo Dilma, ao seguro-desemprego, ao PIS, à pensão por morte. Todos esses direitos foram conquistados a duras penas, mas, infelizmente, no governo do PT, esses direitos foram reduzidos.

A terceirização está nesta Casa, o que demonstra que, neste Senado, a maioria é financiada pelo grande capital e pela burguesia. O PL da terceirização é exemplo disso. Enquanto os trabalhadores, enquanto as centrais sindicais, como a CSP-Conlutas, estiveram do lado de fora no enfrentamento, sendo criminalizados, a Fiesp tinha um tapete vermelho na Câmara dos Deputados para transitar e aprovar, naquela Casa, o PL 4.330, que esperamos nesta Casa seja derrotado, além de outros projetos, como a questão do fator previdenciário. Nós, da CSP-Conlutas, somos contra o fator previdenciário. Não queremos nenhuma medida como o 85/95 e o pior que veio do Palácio do Planalto, que coloca o 90/100. Os trabalhadores não vão poder nem se aposentar; vão morrer antes de se aposentarem, por essa proposta proveniente também do Governo Dilma.

E há também a questão da PEC 215, que é uma questão que temos de tratar, a questão das terras quilombolas indígenas. Nós tivemos uma grande vitória no Maranhão, mas uma vitória porque as seis companheiras e os três companheiros índios e quilombolas fizeram nove dias de greve de fome, para que tivessem uma vitória que foi a titulação de duas terras quilombolas no Estado do Maranhão.

Quanto à redução da maioridade penal, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, utilizou a mesma lógica que usou na reforma política: quando não ganha num dia, tenta ganhar no outro. Foi mais uma manobra que foi feita, mas, infelizmente, é uma manobra feita pelo Presidente da Câmara e seguida pelos demais Parlamentares.

No outro dia, ele consegue reverter, por culpa também dos Parlamentares.

E aqui a CSP-Conlutas se coloca também contrária à PEC que foi aprovada, nº 182/2007, porque entendemos que é um ataque à democracia, é um ataque à liberdade dos partidos políticos, principalmente os de esquerda. A população foi às ruas em 2013, os jovens, os trabalhadores, para pedir mudança do sistema político. E a mudança foi feita para piorar. Foi uma reforma altamente corporativa. Os Deputados conseguiram ampliar o seu mandato para cinco anos, conseguiram uma janela para trocar de partido 30 dias depois da PEC e mantiveram toda a estrutura, mantiveram o sistema proporcional, o voto obrigatório e o fundo partidário, que este ano já chega a quase R$1 bilhão.

Então, foi uma reforma corporativa, uma reforma principalmente para atacar os partidos de esquerda, como a questão da cláusula de barreira, que já foi bastante comentada, contra a qual nós nos posicionamos. Isso é um ataque à democracia, à liberdade e ao sistema.

(Soa a campainha.)

O SR. SAULO ARCANGELI – Nesse um minuto, vou tentar ler uma moção que foi aprovada no 2º Congresso da CSP-Conlutas.

Moção contra a reforma política antidemocrática:

> A reforma política votada em primeiro turno na Câmara dos Deputados torna ainda pior o sistema eleitoral brasileiro, confirmando que não é possível nutrir expectativas de reformas positivas por esse Congresso.
> Além de constitucionalizar o financiamento empresarial das campanhas eleitorais, a Câmara votou uma cláusula de barreira que coloca o PSTU, o PCB, o PCO e o PPL em uma situação de semi-ilegalidade ao retirar o tempo de televisão desses partidos e vetar o seu acesso ao fundo partidário. Tal votação significa um duro ataque às liberdades democráticas ao restringir a liberdade partidária duramente conquistada com a derrubada da ditadura militar e atingir justamente partidos vinculados à classe trabalhadora e à esquerda. Querem calar tais partidos, impedir que os mesmos possam apresentar-se e fazer conhecer suas propostas a mais de 200 milhões de brasileiros.
> O 2º Congresso da CSP-Conlutas reafirma as deliberações da nossa coordenação nacional sobre o tema da reforma política e se declara frontalmente contrário a essa contrarreforma.
> Fazemos um chamado a todos os sindicatos, organizações populares, entidades democráticas e partidos políticos que defendem as liberdades e a democracia a se posicionarem pelo fim do financiamento empresarial de campanha e contra qualquer cláusula de barreira que restrinja a liberdade partidária do Brasil.
> Exigimos legalidade plena para o PSTU, PCB, PCO e PPL e nos somamos a uma campanha em defesa desse direito democrático para esses partidos.
> CSP-Conlutas, Central Sindical e Popular.

Essa é a posição da nossa Central num congresso de mais de 2.600 trabalhadores e trabalhadoras, juventude e movimentos sociais que discutiram a reforma política contrária à reforma política e também fizeram um chamado para uma greve geral neste País, porque nós precisamos neste momento de ataque aos patrões e aos governos, de nos organizar e fazer uma greve geral. Por isso é um chamamento das demais centrais sindicais e dos movimento sociais para nós, trabalhadores e juventude, fazermos uma grande greve neste País, porque não aguentamos mais os ataques. Vamos permanecer nas ruas e nas lutas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Saulo, que falou pela Conlutas.

De imediato, passo a palavra, pela Assembleia Nacional de Estudantes Livres (Anel), a Arielli.

A SRª ARIELLI TAVARES MOREIRA – Bom dia. Eu sou Arielli, como me apresentaram, da Executiva Nacional da Anel, que é uma entidade do movimento estudantil nacional.

Queria, em primeiro lugar, parabenizar o Senador pela iniciativa de fazer esta audiência em que nós temos a oportunidade de debater um tema tão importante, em especial, porque nós tivemos a oportunidade, agora no início de junho, de reunir no congresso nacional da nossa entidade 1.500 estudantes que debateram uma série de temas relativos às questões de interesse da juventude e um deles não poderia deixar de ser a contrarreforma política que está sendo debatida dentro do Congresso Nacional.

Nós conseguimos aprovar uma resolução que colocou claramente o posicionamento da nossa entidade, em primeiro lugar, contra o conjunto da reforma política que está sendo debatida no Congresso, mas também denunciando em especial o tema do financiamento privado de campanha e também a questão relacionada à cláusula de barreira.

E, desde então, nós tivemos a oportunidade de começar a construir, nos centros acadêmicos, nos grêmios, nos DCEs, nas entidades de todo o movimento estudantil, em nível nacional, uma grande campanha contra essa cláusula de barreira, contra essa contrarreforma política.

E eu digo isso por ver a juventude que foi às ruas, em junho, para exigir as condições de um futuro melhor, e por ver hoje, no Congresso Nacional, tudo que há de contrário a qualquer perspectiva de possibilidade, de fato, de mudança, não só no tema da contrarreforma política, mas, em especial, num tema que eu não poderia deixar de dizer que é justamente a redução da maioridade penal, que também está sendo debatida pela Câmara e que, para a juventude, significa, nada mais, nada menos, do que a culpabilização da violência no País, quando, na realidade, a juventude é a maior vítima da violência que acontece no País, neste momento.

Nesse sentido, eu gostaria de deixar bem claro aqui, em especial ao Senador, o compromisso da nossa entidade de que nós estamos presentes nesta audiência aqui, mas vamos para a rua para nos mobilizar contra tudo isso que está acontecendo e poder, dessa forma, barrar tudo que está colocado, porque para nós justamente os Partidos que estão sendo atacados são os únicos que conseguem expressar, justamente pela sua independência, por não se venderem ao poder econômico, os anseios de mudança da juventude, neste momento, no nosso País e também no mundo.

Esse é o compromisso da nossa entidade e é isso o que nós viemos colocar aqui hoje.

Valeu! Obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Arielli, que falou pela Assembleia Nacional dos Estudantes Livres.

Passamos a palavra agora à Prof. Vanessa Portugal, de Minas Gerais.

A SRª VANESSA PORTUGAL BARBOSA – Bom dia a todos e todas que estão presentes, à Mesa, aos camaradas e às camaradas presentes.

Bom, como todo mundo, eu acho que é importante saudar a iniciativa da audiência. Estamos aqui presentes com uma delegação de trabalhadores de Minas – trabalhadores metalúrgicos, professoras, combativos companheiros da Ocupação William Rosa, presente em todos os momentos, mostrando que lutam por casa, mas que lutam também pelo direito de participação na suposta democracia em que nós vivemos.

(Manifestação da plateia.)

Bom, eu acho que, como outros companheiros que me antecederam disseram, aqui não se trata de medo ou receio de desaparecimento de uma organização política que está na luta, na vida cotidiana da classe trabalhadora. Nós, do PSTU, temos absoluta certeza de que vamos sobreviver em qualquer hipótese, porque nós temos absoluta certeza da nossa inserção na juventude, nas lutas cotidianas da classe.

Agora, dizem por aí que nós vivemos numa democracia, certo? É verdade que nós nunca acreditamos muito nessa história, pois, para a classe trabalhadora, para a juventude deste País, não existe um espaço democrático. Mas não é o que contam para os nossos jovens e para as nossas crianças. Lá na escola, a turma insiste nesse negócio de que temos de discutir com a juventude sobre cidadania, os direitos e deveres. Não é isso? Mandam manuais para lá que nós temos de ensinar para os nossos alunos, sem muita ousadia, senão pode dar problema.

Bom, o que nós estamos discutindo aqui é a revelação de uma farsa. É suportável para a democracia brasileira a nossa existência, a nossa audiência? Ou não é suportável para a democracia brasileira? O que parece é que não é suportável. Nós vamos lutar até o fim, por todos os segundos, por todos os minutos que nós possamos ter no espaço televisivo, no espaço da mídia, não para eleger os nossos belos companheiros como candidatos, o que seria muito bom. Se o Toninho hoje fosse um Deputado Federal, acredito que seria de qualidade para a luta da classe trabalhadora. Mas o problema não é se nós vamos eleger ou não. É que nós queremos ter o direito de ir a todos os espaços dessa suposta democracia dizer do sofrimento a nossa classe, dizer do que está errado, dizer que esta Casa, que este Senado, que o Congresso, não governam para a classe trabalhadora.

E o que entendemos é que está mais do que provado, ou pelo menos está se provando, que a democracia brasileira cada vez suporta menos a nossa existência e a divulgação das nossas ideias. Quem sabe nós temos mais força do que nós mesmos acreditamos e que nossas ideias sejam uma semente tão permissiva que não pode nos deixar falar?

O que nos parece é isso mesmo, nos parece, de fato, que a resistência, a rebelião, a tomada da cena pelos trabalhadores está tão próxima que eles têm que nos calar, que o poder econômico tem que se sobrepor sobre todas as formas e que têm que nos calar.

Então, esperamos, realmente, que possa haver uma reversão no que está colocado hoje, não só com a cláusula de barreira, porque é óbvio que ela tem uma centralidade, mas em todas as questões que foram aprovadas. É um absurdo completo que, no meio de tanta corrupção que coloca em cena o problema do financiamento de campanha, que escancara isso, seja justamente nesse momento que o Congresso reforce o financiamento das empresas. Não sei se o financiamento individual resolveria o problema, porque também os empresários são homens e mulheres que também garantiriam as benesses das suas empresas com o financiamento privado.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA PORTUGAL BARBOSA – Mas é isto: estamos aqui hoje reforçando a nossa posição, reforçando a nossa disposição de luta que fazemos aqui dentro, nesse debate, mas que vamos fazer nas ruas em todos os momentos que se fazem necessários, como agora na greve que está rolando dos companheiros da universidade.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Vanessa Portugal, professora de Minas Gerais.

Passo a palavra ao Matheus Gordo, que é da juventude do PSTU, lá do Rio Grande do Sul. Tinha que ter um do Rio Grande, senão eu cortava a palavra de todos. Democracia, sim, mas sem Rio Grande, não.

Olha a sua responsabilidade agora, Matheus.

O SR. MATHEUS GOMES – Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Matheus já esteve aqui, não esteve, Matheus?

O SR. MATHEUS GOMES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E falaste muito bem, eu lembro.

O SR. MATHEUS GOMES – Estivemos aqui eu, companheiro Zé Maria para falar na ocasião de uma situação bem complicada que atingia uma série de organizações da juventude, dos movimentos sociais, que era a criminalização que sofríamos e sofremos até hoje.

Eu, juntamente com outros jovens, naquele período, era maio do ano passado, estava ameaçado de ir para a prisão, porque era dessa forma que os governos queriam garantir a realização da Copa da FIFA, que hoje vemos afundada em escândalos de corrupção, completamente desacreditada, não só no futebol, mas pelo conjunto da população no nosso País, e conseguimos superar aquele momento. Como Toninho bem falou, o PSTU teve quase uma centena de companheiros perseguidos durante a ditadura, hoje tem muito mais do que isso sendo processados e perseguidos por todo o País, e não será uma medida como essa que o Congresso está querendo apresentar que vai nos calar.

Inclusive, depois daquele processo, tive a oportunidade de representar a juventude do PSTU nas eleições e, com uma campanha organizada por algumas dezenas de jovens, com cerca de mais ou menos R$10 mil, conseguimos ficar entre as 30 candidaturas mais votadas na região metropolitana de Porto Alegre. E você, que é de lá, sabe que fazer isso, nessas condições, é algo bastante difícil. E isso não se deve só à garra da nossa juventude, ao empenho que dedicamos naquele processo, tem a ver com que a Vanessa falou aqui agora, as nossas ideias deixaram de ser só ideias, de serem só questões que estão no horizonte muito distante da juventude e da população trabalhadora. Depois de junho de 2013, depois de tudo que vimos acontecer no nosso País, acreditamos que as nossas ideias, sim, ganharam força material. Estamos vendo iniciativas que caminham para uma greve geral no nosso País, a juventude que ocupou, inclusive essa Casa aqui, lá em 2013, depois foi para as câmaras de vereadores, as assembleias legislativa, questionar a falsa democracia que vivemos.

Dizíamos lá atrás que o Congresso não nos representava e, desde então, nada mudou, e achamos que os Senadores, os Deputados, que compõem a maioria desta Casa aqui deveriam se sentir envergonhados, porque a juventude que surge na cena política agora no nosso País, ela olha para o Congresso e enxerga um balcão de negócios.

Ela olha para o Congresso e enxerga uma Casa onde um senhor como Eduardo Cunha dá o golpe e faz a manobra que bem entender para legitimar o financiamento privado de campanha, para votar a redução da maioridade penal, como fez semana passada, que institucionaliza o genocídio da juventude negra, que vai fazer com que a mancha de sangue que percorre o nosso País, onde mais de 80 jovens negros mortos todos os dias, aumente cada vez mais. Isso não nos representa.

Nós queríamos que o Congresso estivesse aqui agora debatendo aquilo que a gente apresentou lá na jornada de junho. Que um Deputado, que um Senador tinha que ganhar igual a um professor, como faz a Amanda Gurgel, como faz o Cleber lá no Pará. Que a corrupção deveria ser um crime e que os corruptores, os empresários que financiam esse jogo de cena aqui no Congresso deveriam ir para a cadeia também, mas para ficar, porque eles são os responsáveis pela situação que nós vivemos hoje no nosso País, porque eles roubam de um lado e financiam os seus Deputados e seus Senadores do outro para votar essa retirada do direito, que vai fazer com que a juventude, seja nas universidades, seja nas fábricas, nas ocupações do movimento popular, se una numa palavra de ordem no próximo período, que é juventude sem futuro, porque é isso que está sendo colocado para a gente agora como perspectiva mais imediata. É trabalhar até morrer e não ter direito à aposentadoria. É isso que foi aprovado aqui no Congresso há alguns dias.

Aí, querem calar exatamente as organizações políticas. Nós do PSTU nos orgulhamos muito de, ano passado, ter sido o partido que mais apresentou candidatos LGBTs, mulheres, negros para discutir política com a população do nosso País. Querem calar aqueles que vão para a televisão...

(Soa a campainha.)

O SR. MATHEUS GOMES – Com cinco, sete, dez segundos para apresentar uma perspectiva socialista para a juventude, para os trabalhadores que estão se perguntando para onde ir. Querem calar aqueles que vão para o Congresso denunciar, que vão para a TV. E, quando têm oportunidade de estar num cargo legislativo, como muito nos orgulha a Amanda e o Cleber, vão para denunciar as injustiças do sistema capitalista. Querem calar exatamente a gente. Mas não vão conseguir. Não vão conseguir porque a força que a gente está articulando com a juventude que se organiza na Anel, com os trabalhadores que estão na CSP-Conlutas, com todos os outros movimentos que estão sendo solidários com a nossa causa, com o PCB, com o PCO, com PPL,

com todos aqueles que defendem que não retrocedam os mínimos direitos democráticos que a gente conseguiu no nosso País. Essa força vai impedir – e a nossa juventude acredita nisto – que esse retrocesso aconteça.

Então, eu queria saudar muito a sua iniciativa, porque, mais uma vez, deu oportunidade para a gente conseguir apresentar as nossas ideias aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado. E a gente vai seguir em frente e não vai deixar que calem a nossa voz, porque a nossa voz está conectada com o sentimento que os trabalhadores e a juventude estão apresentando nas ruas do nosso País. E a gente sabe que, mesmo que aqui no Congresso não apareça, os nossos anseios de transformação representam sim aquilo que a maioria está dizendo lá na rua, que não se sente representada pela política hoje no nosso País da forma como ela está organizada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Matheus. Matheus Gordo, da Juventude do PSTU do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Vamos agora para o Júlio Condaque, que representa aqui o Quilombo Raça e Classe.

O SR. JULIO CÉSAR CONDAQUE SOARES – Quero aqui também saudar os companheiros, os camaradas nesta audiência pública, que para a gente tem um valor muito grande dentro desse cenário que descreveu o Cézar Britto. Eu que sou da Secretaria Nacional de Negros e Negras do PSTU, também coordenador do Quilombo Raça e Classe, onde majoritariamente há militantes do PSTU, na nossa entidade, a gente vem discutindo a democracia racial no Brasil e no mundo e vem dizendo que o racismo aumentou no mundo. Essa questão de fechar as fronteiras para os imigrantes na Europa, essa questão da ocupação das tropas brasileiras no Haiti. A gente vem de uma campanha com a CSP-Conlutas desde 2010, para retiradas das tropas do Haiti, naquele país onde se revela que não houve nenhuma obra pública depois de 2011, do seu terremoto.

Hoje, há uma imigração de haitianos para cá, que se intensificou depois da Copa – não só haitianos, mas também ganenses e nigerianos –, onde estão em trabalho análogo à escravidão: nos frigoríficos no Sul, em Brasileia, nas obras do PAC no Rio e em São Paulo, nos trabalhos da construção civil.

Então, nós queremos dizer que o Congresso não nos representa. Sou daqueles ativistas como o Paim, estivemos em vários momentos derradeiros na luta contra o racismo no Brasil, em especial nos 500 anos, onde fomos presos pelo Coronel Müller, em Coroa Vermelha. E saiu uma bancada da esquerda, do PT, junto com o Zé Maria, para nos soltar naquele hotel, na entrega do País, do tratado com Portugal. Estivemos em várias marchas de Zumbi aqui no Congresso. E o final disso não se materializou em políticas públicas para o povo negro.

Hoje, enfrentamos o genocídio, enfrentamos a ofensiva do agronegócio no campo, em especial nas terras quilombolas no Brasil. Lá no Maranhão tivemos uma vitória, agora, do Moquibom, mas é uma exceção à regra. No Brasil, há um tensionamento em vários lugares, no Norte e Nordeste, de avanços, de ofensivas, de assassinatos tanto para os trabalhadores rurais, como também para as populações originárias.

Então, esse contexto de vetar a fala dos partidos políticos nessa reforma política nos remete a vários processos no Brasil de impedimento mesmo de uma população negra que está em níveis bastante baixos na sociedade, como a PEC das domésticas, que não alcançou todos os direitos da legislação da CLT, como a terceirização, que de 7 milhões de trabalhadores terceirizados – na sua maioria, negros – pode-se chegar a 40 milhões e retroceder todos os avanços da Constituição de 1988.

Por isso, estamos aqui, o Quilombo Raça e Classe, fazendo essa saudação a esta audiência, dizendo que nós vamos cerrar fileiras com a luta pela liberdade, a liberdade democrática nas ruas, e também por avanços aqui nesta Casa, tanto no Senado, como no setores legislativos. Nosso povo está em minoria nas câmaras legislativas. Temos poucos Parlamentares combativos que levam a questão racial. Somos a maioria da sociedade brasileira e não temos representantes aguerridos, que podem dar voz às nossas reivindicações. No PCB, o PSTU e o PSOL, existem militantes da esquerda que estão unidos numa causa junto conosco nos movimentos sociais para dar cabo ao racismo.

Por isso, estamos aqui para ir contra essa cláusula de barreira, que cala esses companheiros que são parte da nossa luta e de tudo o que a classe trabalhadora construiu neste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Julio Condaque, do Quilombo Raça e Classe.

Agora, voltamos à Mesa.

De imediato, passo a palavra, para suas considerações finais e se tiverem alguma proposta de encaminhamento, já que ouviram o plenário e sabem também, antecipadamente, da minha posição, que é totalmente favorável ao que aqui vocês apontaram em matéria de reforma política, ao José Maria de Almeida, pelo PSTU.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Paim, companheiras, companheiros, eu acho que o debate que estamos tendo aqui hoje é importante porque permite não só a quem está aqui, mas a quem está assistindo à audiência, ter um pouco da ideia do que é a luta da classe trabalhadora, da juventude, dos movimentos populares do nosso País.

Esses partidos que estão, neste momento, sendo discriminados por essa proposta aprovada na Câmara podem ter uma presença muito pequena ou inexistente nesta Casa, mas têm uma presença bastante significativa na luta do nosso povo.

Eu vou voltar a esse tema, mas antes disso, Paim, como nem todos podem falar, nós temos aqui uma representação muito importante do movimento sindical, do movimento popular, da juventude brasileira, então vou pelo menos citar alguns setores que estão presentes.

Toninho já falou do Macapá e do Renatinho, que são da direção do sindicato dos metalúrgicos de São José, um dos sindicatos mais importantes do País; nós temos aqui metalúrgicos de Minas Gerais, trabalhadores da mineração lá em Minas Gerais e operários da Petrobras; temos aqui servidores públicos federais, o pessoal que está na greve agora, do Judiciário Federal, como o próprio Saulo, que falou conosco agora há pouco e que é dirigente da categoria; professores; trabalhadores da área de saúde; jovens; militantes do movimento popular; militantes do movimento negro; militantes do movimento de mulheres. São trabalhadores e trabalhadoras que não têm como rotina da sua vida participar dos debates desta Casa, mas da luta da nossa classe, porque, como bem disse a Amanda, que é Parlamentar do partido na cidade de Natal, infelizmente a prática não só das instituições que governam mais diretamente o País, como o Governo Federal, os governos dos Estados, as prefeituras, mas também dos parlamentos, que deveriam legislar em nome do povo e para o povo, demonstra todos os dias que não vai haver mudança significativa para melhor na vida do povo brasileiro que não seja construída nas nossas lutas, nas ruas, nas greves, nas ocupações, porque infelizmente daqui só sai notícia ruim. Infelizmente.

Você está aqui todo dia, Paim, e você sabe disso. Esse périplo que você está fazendo pelo País para combater o PL 4.330 é uma expressão disso. Você precisa recorrer às ruas se quiser defender alguma coisa que sirva à classe trabalhadora aqui dentro, porque aqui é difícil, aqui o argumento é outro, o argumento se constrói a partir do financiamento.

Eu digo isso porque aqueles que assistiram a esta audiência tiveram uma ideia pequena, mas uma ideia do que é o PSTU. Quando pedimos a você a marcação desta audiência, conversamos com os demais companheiros e viemos aqui para trazer a nossa demanda de que seja rejeitado aqui no Senado não só o financiamento pelas empresas das campanhas eleitorais, mas também essa cláusula de barreira, nós não o fazemos por um problema nosso, do PSTU. Em primeiro lugar, fazemos porque é uma obrigação nossa. A liberdade partidária e o direito de organização e de expressão dos partidos é um direito do povo brasileiro. Eu fui preso por quatro vezes na ditadura, na luta para acabar com a ditadura e para conquistar a liberdade de organização para o povo brasileiro. É uma obrigação nossa lutar para que esse direito seja pleno. Ele já não é hoje, porque, como eu expliquei na minha primeira fala, a distribuição do tempo de TV torna essa situação completamente desigual. E o que se pretende aqui é dar um passo adiante em relação a isso.

Nós não dependemos disso para viver, mas nós, sim, lutamos pelos direitos que a nossa classe tem. Entre eles está o direito de organização partidária e de expressão.

Nós, obviamente, queremos ter deputados. Seria muito importante ter deputados comprometidos com a luta da classe trabalhadora, como são a Amanda, como o Cleber e outros Parlamentares do País que têm compromisso com a luta da nossa classe, mas o foco, o objetivo, a prioridade do nosso Partido é esse que vocês viram aqui. É nos construirmos e fortalecer a organização e mobilização da luta da classe trabalhadora brasileira e da juventude brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minuto.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – ...porque é nessa luta que nós vamos criar as condições para transformar o nosso País.

Agora, essa luta não é só nossa, não é só do PCB, do PCO, do PPL. Essa luta, como disse aqui o Toninho, como já havia dito o Cyro, é uma luta de todos os democratas deste País. Não se trata de debater as opiniões do PSTU, as opiniões do PCB, as opiniões do PCO nem do PPL. Nós fazemos questão de dizer o que pensamos, porque nós não escondemos o que pensamos. Mas nós não pedimos às pessoas solidariedade com o que nós pensamos; pedimos, sim, o respeito ao direito de dizer aquilo que nós pensamos à população. E cabe a ela negar ou dar apoio às ideias que nós defendemos, às demandas que nós temos para transformar a sociedade brasileira.

Com esse ponto de vista, Paim, eu agradeço mais uma vez pela sua iniciativa. É um passo que é dado. É preciso amplificar esse passo. É preciso fortalecer essa pressão para que se impeça mais esse ataque aos direitos democráticos dos trabalhadores brasileiros.

Por último, quero deixar que uma ideia, já que você pediu propostas para além daquilo que os companheiros disseram, Paim, porque nossa luta, na verdade, é mais ampla. O Julinho nos lembrou da questão da discriminação racial. Nós temos a situação dos haitianos aqui no Brasil. Você mesmo, por iniciativa e a pedido

dos companheiros, já marcou uma audiência pública no dia 3 de agosto. Vai ser um momento importante da discussão sobre essa situação lamentável em que se encontram os imigrantes haitianos aqui no nosso País.

Nós estamos começamos, Cézar, a fazer coisas parecidas com aquilo que vemos na Europa e nós temos que acabar com isso. E eu queria deixar outra ideia. O Mancha me lembrava há pouco de que é dia 28 de agosto é o aniversário da Lei de Anistia. Nós tratamos disto aqui. Talvez valesse a pena uma audiência que trate desse tema, porque, mais do que nunca, nós temos que voltar a essa discussão. Nós estamos nessa luta para que haja reconhecimento, reparação, punição dos torturadores no nosso País e nós sabemos as dificuldades que estamos enfrentando nisso. Talvez seja o momento de trazer para cá esse tema.

Por último, nós estamos cobrando a solidariedade, o apoio de todos aqueles que defendem liberdades democráticas neste País, porque essa luta não é só desses quatro partidos, mas de todos nós.

Obrigado, Paim, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, José Maria de Almeida, Partido Socialista dos Trabalhadores, PSTU.

Passo a palavra ao membro da Direção Nacional do Partido da Causa Operária (PCO), Sr. Antonio Carlos Silva.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SILVA – Eu queria, nesta intervenção final do meu Partido da Causa Operária, mais do que destacar a nossa posição, ou reafirmar a luta do nosso Partido e dos demais partidos contra essa verdadeira política de exclusão, esse reforçamento do regime ditatorial, dizer que não se trata, como foi dito aqui, de interesses particulares, porque nem cabe a uma verdadeiro partido revolucionário e militante socialista defender os seus interesses particulares acima dos interesses gerais da classe trabalhadora. Trata-se de defender, mais do que isso, o direito de todo o povo brasileiro, de toda a população, daqueles que constroem a riqueza do País, em particular da esquerda socialista, da esquerda operária, que é perseguida, já neste momento pela ausência de direito de que os partidos de esquerda, inúmeras organizações políticas existentes em nosso País, possam se legalizar contra a legislação altamente restritiva que existe neste momento.

Então, nossa posição não é só de defesa do interesse e dos direitos dos nossos partidos, mas é necessário quebrar, com essa ditadura que garante voz apenas àquelas verdadeiras legendas de aluguel, porque, como foi dito aqui pelo representante da OAB, uma acusação muito comum da direita contra os nossos partidos é que eles estão procurando, com a atual restrição, cassar os nanicos, as legendas de aluguel. Mas, evidentemente, toda a população sabe e eles sabem mais do que nós – a direita sabe muito bem – que as verdadeiras legendas de aluguel são aquelas que estão cassando o direito da esquerda, são aquelas legendas alugadas para os bancos, empreiteiras, quem têm seus Deputados eleitos por meio de esquemas mafiosos, financiados por grandes empresas capitalistas, como foi denunciado aqui. Neste momento, parte importante dessa direita está totalmente não só alugada, como vendida para os interesses dos imperialistas, dos golpistas que deram golpe na Ucrânia, no Egito, estão tramando golpe em toda a América Latina, como na Venezuela, para tomar conta dos interesses de nosso País. O ataque aos nossos partidos é parte de um ataque ao conjunto dos trabalhadores, às suas organizações, ao movimento operário para cassação dos direitos, como a gente vê neste momento.

Então, que esta audiência, assim como muitos outras atividades que se faz necessário promover neste País, sirva para aprofundar aquilo que já vem sendo feito numa parcela ampla do Movimento Operário, do movimento de luta dos trabalhadores estudantes. O problema fundamental, neste momento, não é simplesmente que estão querendo cassar a representação, o tempo de televisão do PCO, do PSTU, do PCB, e assim por diante. A direita está numa operação para fazer retroceder a uma etapa totalmente nefasta da vida política do País, ao regime ditatorial. A direita quer colocar, neste momento, na cadeia o ex-Presidente Lula, quer colocar na ilegalidade o PT. Quem não abre os olhos para essa situação, quem age como se nada disso estivesse acontecendo está fazendo quem fica diante dessa situação agindo como se nada estivesse acontecendo, está fechando os olhos para uma situação que visa levar a um profundo retrocesso político no País.

Nesse sentido, mais do que simplesmente defender as nossas organizações, ameaçadas por esse ataque, é necessário levantar um programa de defesa dos direitos democráticos da população, se bem que nós venhamos aqui e procuremos ocupar todos os espaços que sejam abertos para os nossos partidos tão cerceados, tão cassados, tão reduzidos a poucos segundos nos últimos anos no horário de TV, nós temos a clareza de que só é possível barrar essa ofensiva não com discursos no Parlamento, não simplesmente com discussões no Congresso, mas através da mobilização das ruas. É necessário derrotar a direita nas ruas para garantir os direitos dos trabalhadores contra a ofensiva, contra os planos de ajustes da direita comandada pelo banqueiro Levy no Governo, pela direita comandada por Eduardo Cunha, Renan Calheiros, aqui no Congresso Nacional. E essa ofensiva só pode ser barrada através de uma ampla mobilização dos trabalhadores, através de uma luta efetiva, não com discursos em Congresso que não se efetiva na luta dos trabalhadores, não por aqueles que defendem

uma posição de luta apenas da boca para fora, mas que, no cotidiano da luta dos trabalhadores, defendem um recuo, defendem a capitulação diante dos governos inimigos dos trabalhadores.

É necessária uma ampla mobilização contra o golpe da reforma política, contra o *impeachment,* pelos direitos democráticos dos trabalhadores, não só dos nossos partidos, mas de todas as organizações de luta, por uma Assembleia Nacional Constituinte que garanta o fim do atual regime de política, de monopólio, de ditadura da direita, garantindo o direito de representação política, não só para a esquerda organizada nos partidos, mas para os movimentos sociais como o MST, para as organizações estudantis, para as organizações de luta dos trabalhadores, que não tenham que se submeter à atual legislação ditatorial e restritiva que o Congresso Nacional quer tornar ainda mais contrária aos interesses dos trabalhadores.

A gente saúda e agradece a iniciativa do Senador Paulo Paim, mas principalmente a nossa proposta é que nós estendamos essa iniciativa para uma ampla mobilização nos locais de trabalho, nos locais de estudo, de moradias, porque é necessário que os trabalhadores tomem em suas mãos essa discussão, que não seja apenas uma discussão no Parlamento e nos círculos fechados das organizações sindicais e populares, mas que seja feita em todo o País...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concluindo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SILVA – ... por aqueles que vão ser os maiores afetados se a direita conseguir impor, como ela pretende, no próximo período, um golpe, um regime de proscrição e de cassação dos direitos da população brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Prof. Antônio Carlos Silva, que falou pelo PSOL.

Passamos a palavra, de imediato, ao Prof. Mauro Luís Iasi, que fala pelo PCB.

O SR. MAURO LUÍS IASI – Queria também ressaltar a presença aqui dos comerciários de Nova Iguaçu e que vieram de longe para esta atividade. Saudar, mais uma vez, esta iniciativa e dizer que esse é um debate que está em aberto, está longe de ter sido a cartada decisiva. Chamar a atenção de que, quando nós falamos nesse debate, existe um grande jogo de cena. Nós acompanhamos com muita atenção a proposta da OAB, da CNBB, que trazia elementos interessantes para o debate; houve mobilizações em torno do tema da reforma política, e nós não vemos esse debate.

Vamos lembrar que o tema da reforma política está nesta Casa há bastante tempo. Não é uma questão de conjuntura que aparece agora para pinçar. Então, eu reforço aqui a nossa interpretação de que, neste momento em que esse debate é feito nesta Casa, existe uma clara, concordando com as análises feitas, centralidade para manter o financiamento privado de campanha e para manter os termos daquilo que estamos chamando de presidencialismo de coalizão, que mantém o jogo de compra e venda dos chamados partidos de aluguel.

Nós rechaçamos, veementemente, a ideia de que esta é uma reforma para racionalizar o tema político brasileiro, eliminando aquilo que vem sendo jocosamente chamado de nanicos, pequenos, etc. e tal. Como o velho Gramsci já dizia, você tem a grande e a pequena política. E são poucos aqueles que hoje se dedicam à grande política, às grandes discussões, que, de fato, interessam a este País e à classe trabalhadora. E, não por acidente, são esses partidos que vão ser penalizados nessa forma aqui colocada. Eu não acho que há acidentes. Eles miraram no cajá mesmo. (*Risos.*)

Acho pouco provável que essa coincidência seja assim.

Também não é coincidência que nesses partidos, somando-se aí o PSOL, não haja ninguém envolvido na Operação Lava-Jato. E também são esses partidos que são sistematicamente perseguidos pelo TSE nas suas prestações de contas, etc.

Se quiser somar, Cézar, a sua história da resma de papel, há um Deputado do PT no Rio de Janeiro que está sendo processado, suas contas não foram aceitas, porque ele declarou que não gastou nenhum centavo na sua campanha. Fez uma proposta de não gastar nenhum centavo e está cassado nos seus direitos políticos porque o sistema não permite que lance zero na planilha de um Deputado que não gastou nada.

Enquanto isso, grandes empresas, com rios de financiamento, e um tempo absolutamente desigual. Nós tivemos em torno de trinta segundos para falar nossa proposta, enquanto uns passavam dos doze minutos.

E, se não bastasse isso, ainda existe uma profunda desigualdade na cobertura jornalística. Deve-se somar a isso, ainda, aquelas nossas incríveis aparições no Jornal Nacional ou no Jornal da Globo, de madrugada. Você viu? Não, fui pegar um café na cozinha, passou a entrevista inteira. Enquanto você tinha horas de entrevistados, etc.

Então, há uma clara intenção de tornar invisível uma posição. Vejam, a gente às vezes ainda traz alguns ranços de dizer assim: mas isso é inconstitucional. Mas no Brasil inventaram um sistema perfeito para quando

batemos no limite constitucional: muda-se a Constituição e adequa-se ao oportunismo de plantão, como foi agora essa questão da reforma política, como é a questão da maioridade penal e outras questões.

É mais fácil alterar a Constituição, retalhá-la, do que respeitar isso como parâmetro mínimo de convivência política.

Nós reafirmamos nossa firme disposição de que partidos políticos não existem apenas em época de eleição, têm a função fundamental de construir com coerência, com dedicação, uma proposta alternativa de sociedade, dialogar com a classe trabalhadora, organizá-la e resistir aos ataques que ela sofre.

Também reforço a ideia, que aqui já foi bastante afirmada, de que isso não é um interesse particular desse ou daquele partido. Nós conhecemos a história o suficiente para saber como os regimes autoritários se implantam.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUÍS IASI – E eles nem sempre vêm com pompas e luzes. Às vezes é uma derrota aqui, uma derrota ali, uma mudança aqui e, quando se vê, já é tarde demais para reagir. Eu acredito e confio que a nossa classe saberá reagir a isso, como tem sabido reagir.

Deixar uma saudação especial aos professores universitários, minha categoria, que está em greve. A UFRJ está em greve, tentando negociar. E dizer que a democracia que defendemos também é essa. É aquela do seu fundamento, da democracia direta, das decisões coletivas, das construções políticas coletivas e é essa que nós seguiremos defendendo, com essa, contra essa ou sob qualquer atentado aos direitos que vierem desse Congresso Nacional.

Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade. Eu acho que a proposta que foi feita aqui, e que é essencial, é uma grande mobilização para que isso seja rejeitado em segundo turno na Câmara dos Deputados e que o Senado saiba avaliar isso como um ataque severo aos direitos políticos e reagir como lhe cabe.

Eu, como o povo brasileiro ou boa parte do povo brasileiro, duvido muito, pelo grau de comprometimento que esta Casa acaba tendo com os interesses privados que a financiam. Mas é nosso dever fazer essa batalha também nessa esfera, cobrar, fazer com que as questões sejam tratadas com a seriedade que elas exigem e muitas vezes não pela seriedade daqueles que vão tratá-la.

E é nesse sentido que o PCB vai mobilizar sua base na defesa desses direitos e na continuidade dessa luta, que vai muito além dessa conjuntura amarga que nós estamos vivendo neste momento. Grande abraço a todos e a gente se vê aí na luta, porque a luta vai seguir e vai ficar muito mais intensa do que as pessoas imaginam. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Prof. Mauro Luís Iasi, que falou pelo PCB.

Luiz Araújo, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), por favor, com a palavra.

O SR. LUIZ ARAÚJO – Bem, eu queria aproveitar o ritmo das últimas falas para falar duas coisas. Primeiro, a esquerda brasileira, no sentido mais amplo do termo, Paim, está se defrontando com um dilema, que outros países também já se defrontaram. Se é verdade que nós temos tido um crescimento das lutas no último período – isso é verdade –, é verdade também que nós temos presenciado um avanço do conservadorismo, não só em atos concretos no Parlamento, mas em relação ao comportamento e a aceitação dessas medidas pela população. É produto de mágica, mas é produto do que se fez no último período. Se é verdade que as manifestações de junho nos animaram, e a geração que está aqui na mesa se animou com o retorno às ruas da juventude, é verdade também que essa manifestação era produto do que essa juventude experimentou na política e na luta nesse período, e os partidos de esquerda sofreram muito para se manter para se manter e se mantiveram nas manifestações.

Então, concordo com o Iasi de que o conservadorismo, as mudanças vêm, e, às vezes, a gente não consegue reconhecer essas sementes conservadoras quando elas vão aparecendo, e o sentimento antipartido, que se disseminou no Brasil, é talvez o nosso maior adversário, neste momento, para fazer uma mobilização em defesa da existência dos partidos.

Uma das derrotas que ocorreu na reforma pretendida pelo Cunha era acabar com os partidos via o voto distrital, que era institucionalizar o que nós presenciamos, que é o voto nas personalidades, nos puxadores de voto e não em programas partidários. Então, sempre há mais maldades possíveis de serem implementadas.

Quanto mais estivermos unidos para derrotar a cláusula de barreira pelo que antidemocrático ela tem, pelo ataque à democracia, mais aliados teremos. Quanto mais isso ficar restrito à sobrevivência dos partidos, menos aliados teremos, pensando na disputa neste espaço parlamentar, já que aqui que vai se travar uma batalha, de fora pra dentro, de pressão social, mas de convencimento. Menos aliados teremos quanto mais nos afastamos desse debate com a falsa justificativa de que é um problema de nanicos, de legenda de aluguel. O

Cezar colocou bem, que nós temos caminhos mais simples e eficazes para acabar com as legendas de aluguel, não uma legenda grande de aluguel, mas as pequenas legendas que são criadas para dividir tempo eleitoral nas disputas regionais ou para acomodar interesses regionais contrariados.

Então, eu acho que a mobilização é um caminho, mas eu acho que é necessário ligar isso ao que eu coloquei, que é a centralidade. A cláusula de barreira faz parte, entra, digamos, no bojo, que é legalizar. Por incrível que pareça, como a Vanessa colocou, talvez esse fosse o momento mais propício para derrotar o financiamento privado. Nunca se discutiu tanto e se informou tanto à população de que o financiamento privado nada mais é do que a legalização da propina, inclusive nas doações legais. Tudo isso se fala e é neste momento que está se constitucionalizando o financiamento privado.

Colocar o bloco na rua é a saída para enfrentar os tempos sombrios, mas o pior que nós podemos fazer hoje é menosprezar esses tempos, é desconsiderar os sinais que nós estamos vivemos e os motivos que levam a isso. O PSOL se soma a essa mobilização, seja através da nossa bancada na Câmara e no Senado, seja a nossa presença no movimento social, como tem se somado à luta da sociedade civil, para apresentar uma reforma política digna do nome, que amplie os espaços democráticos, que restrinja o financiamento privado e que garanta iguais condições de disputa, que elas não existem.

E a reforma está aprofundando essa exclusão, ou, como o Cezar falou,...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ARAÚJO – ...se tínhamos medidas restritivas, nós estamos vivendo medidas "extintivas" – não sei se já há no dicionário essa palavra, mas a gente pode reivindicar também a inserção dela no dicionário político.

É uma tentativa de extinguir e de implantar o que eu chamo de tripartidarismo, restringindo a possibilidade de você se expressar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concluindo.

O SR. LUIZ ARAÚJO – Mesmo que, no momento, pela proposta que foi aprovada na Câmara, o PSOL não seja atingido diretamente, mas, como partido de esquerda, nós todos somos atingidos pelas restrições que estão sendo feitas antes dessa última votação pelas anteriores, pela diminuição do tempo na televisão, pelas restrições dos espaços políticos no Brasil.

Eu espero que o Senado reverta essa situação e que a mobilização seja suficiente para evitar que esses tempos sombrios se consolidem no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Luiz Araújo, que falou pelo PSOL.

Eu vou dar a palavra, para uma saudação rápida, como anunciei e o faço em todas as audiências, aos Deputados Estaduais, Federais e Senadores presentes.

Concedo a palavra ao Deputado Federal Cabo Daciolo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Cézar Britto me pergunta se ainda fala. Claro, você aqui é destaque, você vai encerrar esta audiência pública.

O SR. CABO DACIOLO (S/Partido – RJ) – Presidente e todos da Mesa e todos aqui presentes.

Eu fiz questão de estar aqui hoje, Presidente, primeiro, porque eu tive a oportunidade de conhecer uma pessoa muito especial e que me ensinou muito sobre a luta, cujo nome é Cyro Garcia. No nosso movimento dos Bombeiros no Estado do Rio de Janeiro, quando houve muita perseguição e muita luta no momento contra o Governo de Sérgio Cabral, sempre esteve presente conosco. Mesmo sendo uma unidade militar, em determinado momento, envolve não só os bombeiros, mas também a Polícia Militar. E o PSTU, assim como o PSOL, esteve presente conosco nessa luta.

Eu vim aqui para colocar nosso gabinete, que está no anexo 4, sala 803, à total disposição da luta dos trabalhadores de nosso País. Dizer ao PCO, ao PCB, ao PPL, assim como ao PSTU, que podem contar comigo para derrotarmos essa cláusula de barreira. Podem contar com nossos esforços, com nossa força, para que isso não venha a acontecer.

Pedir a todos que, se houve, em determinado momento, algum erro de minha parte, se não ficou claro para todos que a minha luta é pelos trabalhadores de nosso País, eu estou me esforçando para melhorar. Eu tenho me esforçado para melhorar.

Ao mesmo tempo, queria deixar bem claro a todos aqui que eu não prego religião e que eu não tenho religião nenhuma. Eu sou cristão. Eu acredito em Jesus Cristo, acredito no sobrenatural. Só isso! Dizer a todos aqui que estou aqui há cinco meses e eu não vi nada aqui sendo votado para o povo. Tudo é contrário ao povo: foi a terceirização, foi a MP 664, MP 665, agora vem a redução da maioridade penal... Mas me dá uma esperança de transformação, Senador. Eu acredito ainda na mudança e na transformação, porque eu visualizo que, na

verdade, muitos dos que aqui estão sentados no Parlamento não estão aqui para atender o interesse do povo e sim para quem os colocou aqui dentro, quem financiou a campanha deles.

E, aí, ficou claro para mim – e consegui observar – por que o hospital público está sucateado e por que as faculdades públicas estão sendo sucateadas. Porque quem está bancando muitos deles são esses donos de plano de saúde, são os danos de faculdades particulares, empresas. E ficou claro isso.

Então, é um momento muito feliz para mim aqui no Parlamento. Eu queria dizer a todos que foi na última semana quando tivemos a vitória com o povo, concentrado nas galerias, dizendo não à redução da maioridade penal. E a felicidade de ver todo aquele povo de esquerda, ali presente, cantando o Hino Nacional. Eu prezo muito pelo nacionalismo, pelo patriotismo, pelo civismo. E eu visualizei o povo de esquerda ali em luta para uma melhora real e verdadeira de nosso País.

Então, podem contar comigo, me ajudem a melhorar e poder dizer que juntos somos fortes; que nenhum passo daremos para trás e que Deus está no controle.

Obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deputado Federal Cabo Daciolo.

De imediato, passar a palavra, como último convidado, para encerrarmos, e vamos para os encaminhamentos, ao ex-Presidente da OAB, Dr. Cezar Britto.

O SR. CEZAR BRITTO – Primeiro, agradeço ao Presidente Paim a oportunidade de estar aqui, aos companheiros que nos escutaram, aos companheiros que nos escutam via televisão, nesse debate que é fundamental.

Mas vou fazer uma análise mais à direita, porque à direita escutei a expressão coincidência. É coincidência que tenha se votado a terceirização? É coincidência que se tenha votado a modificação do conceito de trabalho escravo? É coincidência o debate sobre financiamento empresarial de campanha? É coincidência a discussão do conceito de família? É coincidência falar-se, no Brasil, de novo, em ditadura militar, a volta de militar? É coincidência, no Brasil, se falar e se revelar que existe agora um clube de empreiteiras que são criadas para fazer ataques às obras públicas municipais, estaduais e federais? É coincidência as redes sociais falarem: "Põe os negros do Haiti em Cuba"? É coincidência, ou a gente tem que começar a pensar que é muita coincidência para ser coincidência.

Há de fato uma ideia clara posta, no Brasil, que se assume, sem vergonha, sem máscara, do que se quer para uma determinada parcela da sociedade que quer se fazer como um todo. Um debate que se faz, diante de tantas coincidências, é como reagir. Claro que uma manifestação popular é fundamental, e a OAB e as entidades que integram a coalizão para reforma democrática continuam nas ruas, vamos visitar os Parlamentos, esta semana, de novo, para pedir que rejeitem a constitucionalização do financiamento privado de campanha.

Mas eu queria fazer uma reflexão, quando nós debatíamos a necessidade das cotas no Brasil, quando nós falávamos em contas sociais, cotas raciais, cotas para as mulheres, e as pessoas respondiam, com meritocracia: "Importante é o mérito, você apostando no mérito, um dia vai chegar". E aí uma das mulheres com quem eu discutia... eu fiz isso, escrevi um livro contando a história do Brasil, na ótica de uma família de negros, escrevi agora uma peça de teatro, em relação às mulheres, que é minha forma, também, de externar a minha defesa às cotas. E eles dizem: "Mas isso vai chegar um dia. Um dia vai chegar". Eu digo: "Mas eu não posso antecipar em 100 anos esse dia?" Eu não posso antecipar para agora, para viver, no paraíso do hoje, a perspectiva da igualdade?

Se eu posso antecipar, todas as medidas de antecipação são fundamentais.

E discutir no Parlamento que é fundamental acabar com essa cláusula de barreira, que quer, não coincidentemente, acertar o nosso alvo, que é tirar a voz da esquerda ideológica, nós temos que buscar o Parlamento mesmo. Não podemos perder essa perspectiva, porque o Parlamento pode ter a força de uma guilhotina, cortar o nosso direito de voz.

Se ele tem a força da guilhotina, que pode tirar o nosso poder de voz, temos mesmo que estar aqui. É esse o sentido de todos estarmos aqui, dizer que essa guilhotina nós não aceitamos. Cortar a voz, nesse mundo em que não há coincidência do que se quer é fundamental para a sobrevivência da democracia no conceito que nós entendemos. Que a democracia é aquilo que está lá na Constituição: "O governo do povo para o povo", ou como dizia Dom Helder Câmara, sobretudo quando falava da igreja: "A igreja com o povo, não só para e de, mas com o povo".

Se nós compreendermos que democracia é com o povo, cortar a voz do povo...

(Soa a campainha.)

O SR. CEZAR BRITTO – ...é o autoflagelo da própria democracia. Por isso que é importante nós debatermos aqui. E vou dizer, como advogado que sou, e não posso deixar, às vezes, de usar a expressão da advocacia, nós aprendemos, desde cedo, que todo direito tem que ter uma ação que o acompanhe, que o faça real. Quando eu posso compreender o direito da existência de partidos políticos, se eu retiro o direito de ação, que

é o direito de falar. Como é que eu posso dizer que existe o direito de representar a sociedade se o direito de falar em nome da sociedade é cortado prematuramente.

Por isso que esse tema é importante, facilmente resolvível. Se a questão é evitar o aluguel, que venha uma lei ordinária proibindo o aluguel que não nos atinge. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o ex-Presidente da OAB Cezar Britto.

Deixem-me ir aos encaminhamentos.

Quero dizer que, apesar do clima muitas vezes numa audiência como esta, de um certo pessimismo, eu entendo que a crítica é positiva, mas sou um eterno otimista, porque, se for um eterno pessimista, vou para casa cuidar dos netos. Eu não quero fazer isso, eu não quero fazer isso.

Então, entendo a indignação, a revolta e tenho viajado o País todo e percebo que lá estão jovens, lá estão sindicalistas, lá estão idosos, está a OAB, está o Ministério Público, estão os partidos mais ligados à esquerda, acreditando que essa mobilização nacional que estamos fazendo poderá barrar o PL da terceirização. Porque, se não acreditarmos que vale a pena fazer esse bom combate, não vamos.

Então, por isso, quero passar essa visão aqui. Eu conversei com o Senador Renan Calheiros ele disse que aqui no Senado iria ser diferente. Esse PL da terceirização não será votado a toque de caixa. Pedi uma audiência no plenário do Senado e foi realizada; pedi um mínimo de estrutura para TV Senado me acompanhar por todo o País, porque a TV Senado, dentro do possível, acompanha, mas quando não acompanha, faz parceria com as assembleias, é gravado lá e remetido para cá. Então, estamos conseguindo fazer um volume muito bom, já fui a oito Estados. Fortaleza será no dia 20; Amazonas, 29 de julho. Eu suspendi o meu recesso aqui e estou fazendo essa cruzada em âmbito nacional.

Em todos os eventos – vejam como o povo quer discutir – a Casa esteve lotada. Em todos, ficou gente do lado de fora querendo discutir essa maldita terceirização, querendo discutir, inclusive, o fortalecimento da democracia e muitos, claro, entram e colocam claramente o que significa essa investida que vem da Câmara para cá em relação à questão de diminuir a responsabilidade penal, a própria reforma política, enfim, tudo aquilo que aqui hoje vocês colocaram.

Por isso, vou propor fazer alguns encaminhamentos que vão na linha dessa forma de atuarmos aqui dentro do Parlamento, mas como dizia o já falecido Adão Pretto, que você conheceu, líder dos sem-terra, com um pé na rua e um pé no Parlamento, porque, se não apostarmos também no Parlamento, deixaremos que eles toquem a política e nós não queremos isso. Nós queremos a política na sua abrangência, nós queremos mais Deputados Estaduais, Federais, Prefeitos, Vereadores, vinculados a essa visão de esquerda que nós aqui representamos e vocês representam muito bem.

Por isso, vou aos encaminhamentos de forma tal que vamos trabalhar pelo apoio, sim, a uma reforma política – mas pelo menos essa palavrinha – sem nenhuma exclusão, para que todos tenham direito aos espaços aqui pleiteados tão corretamente por vocês. O espaço na televisão – e vou além – embora você tenha dito por duas vezes que não é importante, pelo menos que se mantenha também o espaço na TV, o reconhecimento dos partidos e também do fundo partidário. Por que vamos deixar com o fundo partidário só os partidos considerados grandes? Acho que temos que garantir, sim, o fundo partidário.

Acatando o seu encaminhamento, em 28 de agosto, vamos fazer aqui audiência pública sobre anistia; dia 3 de agosto já está marcado sobre os haitianos. Digo mais, saindo daqui, como resultado desta audiência, pedir para o Presidente Renan Calheiros – e claro que vamos argumentar – que haja, no plenário do Senado, uma audiência pública sobre a forma política, com a presença dos convidados que estão nesta mesa.

Esses encaminhamentos levam o debate para dentro do plenário, porque, se eu marcar uma reunião com o Presidente, por mais que ele demonstre boa intenção, o bom mesmo é um debate no plenário do Senado, com a presença de vocês e com a presença do nosso querido Cezar Britto.

Esses encaminhamentos estão bons para o momento de hoje? (*Palmas.*)

Se não estiverem, podem me xingar, não há problema.

Eu terminaria, só para dar uma noção da importância destas audiências públicas... E vocês estão lá representados, podem ter certeza de que não houve nenhum exemplo que não tivesse sempre um representante de cada central, de todas as centrais. Todas as centrais sempre estiveram em todos os eventos.

Há um pequeno vídeo de quatro minutos e depois encerramos. O vídeo mostra a de Pernambuco, que ocorreu nesta sexta-feira. Já passamos no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está bom!

O importante é ver a manifestação do ato. Senão, vocês me deixam falando ali e eu mando ficar uma hora e meia aí.

Mas, pessoal, muito obrigado a todos.

Acho que foi importante e, mais do que nunca, o Brasil todo está assistindo a este momento, em que foi manifestado aqui que nós não queremos, não aceitaremos, vamos fazer um bom combate para que não haja a exclusão de partidos históricos e comprometidos com o nosso povo, com a nossa gente do campo e da cidade.

E eu acho que o melhor espaço de tudo que aqui nós encaminhamos é assegurarmos uma audiência, chamada Comissão Temática, lá, no Plenário do Senado, com as galerias lotadas e fazer o bom debate de uma reforma política verdadeira e sem exclusão, que aqui vocês representaram e representam muito bem.

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 2 minutos.)

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZESSETE DE JUNHO DE 2015.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia dezessete de junho de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes, Donizeti Nogueira, Lídice da Mata e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Walter Pinheiro, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 14ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião é destinada à realização de Audiência Pública em atendimento RDR 18/2015 de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e Davi Alcolumbre, que requer, nos termos do inciso II art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade apurar informações e discutir os resultados e desdobramentos das 11ª e 12ª Rodadas de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na Bacia da Foz do Amazonas, no extremo norte do País. A Audiência é realizada com a presença dos seguintes expositores: Clayton de Souza Pontes, Coordenador Geral de Reservas, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, representante do Ministério de Minas Energia; Florival de Carvalho, Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, representante de Magda Maria de Regina Chambriard, Diretora-Geral da ANP; José Antônio Cupertino, Gerente-Geral de Ativos Exploratórios da Petrobras, representante de Aldemir Bendine, Presidente da Petrobras; Ulisses Martins, Diretor de assuntos corporativos da Total E&P do Brasil Ltda, representante de Maxime Rabilloud, Diretor-Geral da Total E&P do Brasil Ltda; Ivan Simões Filho, Vice-Presidente de Relações Institucionais da BP Exploration Operating Company Limited, representante de Guilhermo Quintero, Presidente da BP Exploration Operating Company Limited; César Guimarães Pereira, Gerente de Exploração da Margem Equatorial da Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A., representante de Lincoln Rumenos Guardado, Presidente da Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.; e João Clark, Presidente da Ecopetrol S.A. Encerrada a exposição dos convidados, usa da palavra o Senador Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Davi Alcolumbre,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 14ª Reunião da Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Há alguns comunicados que esta Comissão recebeu e eu gostaria de dar ciência a todos que aqui participam e estão presentes.

Antes de compormos a Mesa e darmos início à nossa reunião, comunico que, na terça-feira, dia 2 de junho de 2015, o Sr. Vinícius Lummertz tomou posse no cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo, Embratur. A Secretaria desta Comissão se fez presente na pessoa de seu Secretário, Dr. Marcos Guevara, que participou da posse do Presidente da Embratur, representando esta Comissão e a equipe técnica desta Comissão.

Nós desejamos, em nome da Comissão, como Presidente, muito sucesso ao Presidente Vinícius na consecução dos objetivos daquela importante autarquia, que, com certeza, muito pode contribuir com o turismo brasileiro.

Recebemos também, na semana passada, o Ofício nº 040, de 2015, da Assessoria Parlamentar da Anac, assinado pelo Chefe da Assessoria Parlamentar da Agência Nacional de Aviação Civil. O presente documento informa a esta Comissão irregularidades operacionais no Aeroporto de Fonte Boa, no Estado do Amazonas, desde o ano de 2007, alertando para possíveis e iminentes sanções que restrinjam a operacionalidade do referido aeroporto. O documento encontra-se na Secretaria da Comissão à disposição deste colegiado.

Feitos estes comunicados, passamos agora para a pauta da reunião.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 18, de 2015, da CDR, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, subscrito por este Presidente, com a finalidade de apurar informações e discutir os resultados e desdobramentos da 11ª e 12ª Rodadas de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na Bacia da Foz do Amazonas, no extremo norte do País.

Gostaríamos de registrar que se encontram presentes para a audiência pública as seguintes autoridades.

Sr. Clayton de Souza Pontes, Coordenador-Geral de Reservas, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, Representante do Ministério de Minas e Energia. Eu gostaria de aproveitar para convidar que ele já pudesse compor a Mesa.

Sr. Clayton, por gentileza, fique à vontade. Representa o Ministro Eduardo Braga.

Sr. Florival de Carvalho, Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, representante da Srª Presidente da Agência, Drª Magda Maria de Regina Chambriard, Diretora-Geral da ANP. Convido o Sr. Florival para compor a Mesa.

Convido também o Sr. José Antônio Cupertino, Gerente-Geral de Ativos Exploratórios da Petrobras, representado também o Presidente da Petrobras, Sr. Aldemir Bendine.

Convido também o Sr. Ivan Simões Filho, Vice-Presidente de Relações Institucionais, representante de Guillermo Quintero, Presidente da BP Exploration Operating Company Limited.

Convido também para compor a Mesa o Sr. Ulisses Martins, Diretor de assuntos corporativos da Total E&P do Brasil Ltda., representando o Sr. Maxime Rabilloud, Diretor-Geral da Total E&P do Brasil Ltda.

Convido o Sr. César Guimarães Pereira, Gerente de Exploração da Margem Equatorial, representante de Lincoln Rumenos Guardado, Presidente da Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

Bom dia! Seja bem-vindo.

Em virtude da disposição da Mesa, nós temos dois convidados, ainda, que logo mais, a partir do momento em que se começar a audiência pública, nós vamos pedir a dois expositores que tenham feito a sua participação possam acompanhar na galeria, no plenário, e convidar os outros dois participantes da audiência para compor a Mesa. Portanto, eu quero registrar a presença dos dois e, daqui a pouco, convidá-los para compor a Mesa.

Registro a presença do Sr. João Clark, Presidente da Ecopetrol S.A.. Muito obrigado! Logo em seguida, o senhor vai compor a Mesa, para fazer suas considerações.

Registramos também a presença do Sr. Cláudio Costa, Gerente de HSE da Total E&P do Brasil Ltda.

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência desta Comissão adotará as seguintes normas: cada convidado terá quinze minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Primeiro, antes de iniciarmos a exposição, eu quero agradecer à Comissão, aos Senadores e Senadoras, pela aprovação do requerimento, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e subscrito por mim.

Quero agradecer a presença do Senador Wellington Fagundes e agradecer o apoio de todos os Senadores quando da manifestação do requerimento solicitando esta audiência, para que pudéssemos debater algo que é muito novo para o Estado do Amapá, que é a exploração de petróleo na costa do Estado do Amapá com a 11ª Rodada da Licitação da ANP, da chamada Foz do Amazonas.

Portanto, é de fundamental importância podermos ter mais conhecimento sobre o que efetivamente está acontecendo ali na costa do Estado do Amapá, especificamente nos limites do Município de Oiapoque,

ao norte do Estado do Amapá. Com certeza, este debate na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal proporciona isso para nós, todos os Senadores da Comissão, mais especialmente a nós, e falo do meu caso e do Senador Randolfe, que compomos esta Comissão, porque somos Senadores do Estado do Amapá. E será muito importante para entendermos o que está acontecendo desde 2013, em que pé está esse processo, de que maneira isso afetará o Estado do Amapá e o Brasil no sentido de que pode proporcionar uma geração de emprego, uma geração de renda, uma cadeia produtiva, um conhecimento tecnológico, um conhecimento científico para a nossa região. E poderemos ter por parte dos senhores, todos os interessados, todos os entes que participam desse processo, aqui na Casa, no Senado Federal, poderemos ouvir dos senhores como está isso, em que pé está e, a partir daí, buscar e vislumbrar essa parceria, para desenvolver um Estado que precisa muito, que é o Estado do Amapá, a Região Norte como um todo, para que possa utilizar da melhor maneira possível essa nova fronteira que é a exploração do petróleo e gás, que, se Deus quiser, haverá na costa do Amapá e, com certeza, vai dar a possibilidade de, ali no extremo Norte do Brasil, vislumbrarmos algumas alternativas de desenvolvimento a partir dessa cadeia produtiva da exploração do petróleo e do que gera ao entorno agregado com ela.

Convido para iniciar a sua explanação o Sr. Clayton de Souza Pontes.

Para fazer a sua exposição, conforme o art. 94, §2º, do Regimento Interno, V. Sª terá quinze minutos.

O SR. CLAYTON DE SOUZA PONTES – Bom dia a todos.

Senador Davi Alcolumbre, demais Senadores e participantes, é uma satisfação estar aqui representando o Ministério de Minas e Energia, o Ministro Eduardo Braga.

Eu vou buscar destacar aqui os principais aspectos relativos à política energética para a atividade de exploração e produção no País.

Buscando ser sintético, aqui é o arcabouço legal de E&P. Temos lá a lei que regulamentou a quebra do monopólio, a Lei nº 9.478, de 1997. Ela trata da política energética, instituiu o CNPE, criou ANP e definiu as regras para os contratos de concessão.

Em 2010, tivemos a aprovação da Lei nº 12.351, relativa ao contrato de partilha, ao regime de partilha, que criou também o Fundo Social.

No mesmo ano, a Lei nº 12.304 criou a Pré-Sal Petróleo S.A, visando à gestão dos contratos de partilha e à comercialização da produção de petróleo que couber à União.

A Lei nº 12.276 regulamentou a cessão onerosa, autorizou a contratação da cessão de 5 milhões de barris à Petrobras pela União, também na região do pré-sal.

Em seguida, decorrente das discussões em torno da distribuição dos *royalties*, tivemos a aprovação da Lei nº 12.734, que estabeleceu o percentual de 15% para os *royalties* a serem cobrados na região do pré-sal. E também ampliou a distribuição dos recursos de *royalties* e PE por meio do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que se encontra parcialmente suspensa pelo STF.

Em 2013, tivemos a aprovação da Lei nº 12.858, que destinou recursos da renda petrolífera para as áreas de educação e saúde, principalmente. Eu acho que isso pode contribuir para mostrar o resultado da atividade no País.

Hoje, dos nossos 7,5 milhões de quilômetros quadrados de bacias sedimentares, nós temos atividades em várias regiões do País, como resultado inclusive do esforço da União de ampliar o conhecimento e propiciar exatamente esse desenvolvimento regional, gerar emprego e renda. Dessa área de bacias sedimentares, nós consideramos que cerca de 2,8 milhões de quilômetros quadrados tenham potencial para a geração de petróleo e gás. E temos hoje 312,17 mil quilômetros quadrados de área concedida entre campos e blocos exploratórios – 359 blocos concedidos, em fase de exploração, 430 campos em fase de produção. E também, como resultado da abertura de mercado, temos hoje cerca de 110 empresas como parceiras ou operadoras de atividades de exploração e produção no País.

Então, aqui vale destacar a região do pré-sal, onde vigora o regime de partilha da Lei nº 12.351, atividades da Petrobras que tivemos recém-descobertas aqui na região de Sergipe e Alagoas. E também essa região aqui, que é o foco da reunião de hoje, na Bacia da Foz do Amazonas, onde tivemos vários blocos adquiridos por ocasião da 11ª Rodada.

A 12ª Rodada foi composta basicamente de blocos em terra.

Esse aqui foi da 10ª Rodada.

Na 11ª, tivemos blocos ofertados na Bacia do Paraná e Parnaíba, um bloco que também não chegou a ser arrematado, e alguns campos maduros aqui também.

No MME, nós temos um estudo, desenvolvido pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética), que é o zoneamento, onde buscamos tratar de definir a importância petrolífera diária, para contribuir com as atividades de planejamento do Ministério. Então, só para ilustrar, aqui temos a área das bacias efetivas, onde você tem o

aumento do fator de chance para a descoberta de reservatórios de petróleo e gás natural. Então, em vermelho, seriam as áreas com maior potencial dentro de cada uma dessas bacias, que é a região do pré-sal.

Aqui o tipo de fluido que nós, de acordo com o conhecimento atual, esperamos também encontrar em cada uma dessas bacias.

Aqui é um foco na região da foz do Amazonas, Água Profunda 1, setor Água Profunda 2, esse bloco aqui, Água Rasa 2 e Água Rasa 1, onde temos aqui alguns blocos também.

Aqui também, para posicionamento nosso, a cidade de Macapá e a cidade de Belém.

Aqui vizinha a Bacia do Pará-Maranhão, e para cá temos a descoberta de Zaedyus, na Guiana, que também motivou o interesse das empresas petrolíferas pela disputa de blocos por ocasião da 11ª Rodada, além das ocorrências de petróleo e gás também na costa oeste da África.

Aqui é um detalhe das bacias, os setores, que vou passar rapidamente. Depois, isso aqui deve ser discutido com maior detalhe pelas empresas.

Aqui é a relação de blocos que estão hoje com concessão nessa região também da foz do Amazonas, esses dois da 5ª Rodada da Petrobras, e mais 12 aqui de diversas empresas, da 11ª Rodada.

Aqui os valores de bônus de assinatura, expectativa de investimento para cumprimento do programa exploratório mínimo, o percentual de conteúdo local para cada uma dessas fases – fase de exploração e fase de desenvolvimento.

Com relação à política energética, nós temos lá a Resolução nº 8 do CNPE, de 2003. Na época, tínhamos uma expectativa de atingir a autossuficiência em petróleo, porque ela foi tangenciada ao longo desse tempo. Em 2012 e 2013, chegou a reduzir nossa produção nacional e aumentar o consumo, ficamos um pouco mais distantes. Mas agora, em 2015, deveremos retornar a obter essa autossuficiência líquida na produção de petróleo.

Em termos de concessão, que era o regime que figurava na época, nós tínhamos a expectativa de buscar sempre compor as nossas rodadas com blocos em bacias maduras e também campos marginais, buscando basicamente a manutenção da atividade de exploração e produção, geração de emprego e renda, principalmente nas áreas onde a produção de petróleo está em declínio.

As áreas de nova fronteira, onde não se têm descobertas, ou então o conhecimento ainda é pequeno, buscando ofertar blocos, visando à atração de investimentos, para o aumento do conhecimento geológico, e também, no futuro, descoberta de novas províncias produtoras.

Blocos de elevado potencial, como a região do pré-sal, bacia de Campos, Santos e Espírito Santo, principalmente, onde temos a expectativa de contribuir para o aumento da segurança energética no fornecimento de petróleo e gás natural no médio e longo prazo.

Outro ponto importante dessa resolução é que ela estabelece a necessidade de haver uma manifestação conjunta entre a ANP e o Ibama, buscando indicar já a viabilidade ambiental desses blocos, para garantir que o empreendedor tenha uma menor dificuldade no licenciamento desses blocos, no licenciamento ambiental das atividades de petróleo e gás.

Na região do polígono do pré-sal, onde o risco exploratório é baixo e tem também um elevado potencial, vigora atualmente o regime de partilha de produção. Na oferta de novos blocos, temos lá um cuidado em considerar a capacidade da indústria nacional na oferta desses blocos, buscando estabelecer o percentual de local a ser contratado, a constar em contrato, para os blocos que sejam ofertados.

Isso aí busca também garantir que tenhamos o devido desenvolvimento tecnológico e contratação de bens de serviço no País, da mesma forma que ocorre com os blocos contratos no regime de concessão.

Recentemente, estamos buscando ampliar o estudo ambiental das nossas áreas, por meio da Portaria Interministerial nº 198 MME/MMA, de 2012. Foi instituído um instrumento denominado Avaliação Ambiental de Área Sedimentar, onde vamos buscar promover um estudo prévio para também garantir que os blocos ofertados tenham maior viabilidade, sejam classificados em áreas: aptas; inaptas, onde você tiver um regime de proteção integral, por exemplo; e áreas em moratória, em que se torna necessário adquirir mais informações para garantir a viabilidade para a atividade de exploração e produção de petróleo. Isso aqui está em construção entre o MME e o MMA.

Um ponto importante que a gente busca na construção da seleção dos blocos que são ofertados em certames é contar com os estudos geológicos, que são normalmente conduzidos pela ANP em detalhe, em que há valoração, identificação de áreas e um tratamento para definir valores de bônus de assinatura, estabelecer programa exploratório mínimo a ser cobrado. E há também lá a indicação dos blocos que tenham potencial para a oferta para você construir o seu conjunto de blocos em cada um dos certames.

O planejamento setorial e a seleção dos blocos são feitos pelo MME. Existem lá os zoneamentos, que eu já mencionei, que a gente utiliza para montar o conjunto. E esses blocos são submetidos à aprovação pelo CNPE e Presidência da República.

Outro ponto importante da seleção dos blocos é a composição do pacote de dados, com informações relevantes sobre as áreas ofertadas, e também o trabalho de divulgação que é feito, normalmente, pela ANP, buscando atrair o interesse das empresas e também valorizar os recursos minerais da União.

Sobre a capacidade da indústria tanto na contratação, na modalidade de concessão, quanto no regime de partilha, a gente busca sempre identificar a faixa de conteúdo local a ser ofertada pelo concessionário da modalidade de concessão ou, então, definir esses percentuais, buscando sempre colocar alguma gradação, para sempre ampliar a nossa aquisição de bens e serviços pelos concessionários no País também.

Outro ponto importante é a questão da segurança jurídica dos certames. A gente entende que, ao ofertar áreas desimpedidas, com relação à questão do licenciamento e também com relação à questão da regulação, é muito importante contribuir para a valorização dos recursos da União e a atração de investimentos.

Então, concluindo, acho que estou mais ou menos no tempo, quanto à atuação da MME, a gente pode afirmar que busca ser conforme a política energética em vigor e também de acordo com as diretrizes do Governo. E a regulação da ANP busca sempre imprimir a cobrança de melhores práticas e o cumprimento dos contratos e também contribui fortemente para a atividade das empresas e para que a atividade realmente se traduza em benefícios para o País.

Da mesma forma, as empresas contratadas, na condução de suas operações, a gente considera que, na modalidade de concessão, com o conteúdo local ofertado, elas passam também a ser consideradas parceiras no desenvolvimento da indústria de fornecimento de bens e serviços e também passam a ter uma maior preocupação com o cumprimento de prazos, preço e qualidade e também vão interferir na identificação da comercialidade das atividades, das descobertas que elas vierem a obter.

O custo benefício dessas ações também certamente entra na conta para declaração de comercialidade, da mesma forma que a infraestrutura de apoio aos locais em que há preocupação por parte do Governo de ampliar e fortalecer a infraestrutura do País também contribui para reduzir custos e aumentar o esforço exploratório do empreendedor.

Por fim, quanto às descobertas, a gente entende que a exploração de petróleo e gás ocorre em ciclos: ocorre o aumento do investimento, o aumento do conhecimento geológico. Numa determinada contratação, você pode não ter resultados positivos, mas, da mesma forma que ocorreu na região do pré-sal, com o avanço do conhecimento, a gente pode atingir, pode romper barreiras tecnológicas ou, então, barreiras do conhecimento e obter sucesso na atividade de exploração e produção. E ela é importante para o desenvolvimento da produção de petróleo e gás, segurança energética, geração de receitas locais e também o próprio ciclo motiva a continuidade dos investimentos.

Por fim, os investimentos em infraestrutura local contribuem para a qualidade de vida, geração de emprego e renda, e também atraem novos investimentos na indústria petrolífera.

Muito obrigado.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Agradecemos as palavras do Sr. Clayton.

Passamos, agora, para o próximo orador. Concedo a palavra para o Sr. Florival de Carvalho, para fazer a sua exposição.

O SR. FLORIVAL DE CARVALHO – Obrigado, Senador Davi Alcolumbre, Presidente desta Comissão, a quem eu saúdo.

Gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Rocha, aqui presente; de cumprimentar aqui o Clayton, companheiro de Ministério, de Governo; e de cumprimentar aqui também os demais colegas representantes da indústria de petróleo e gás.

Também, Senador, vou ser rápido aqui, dentro dos quinze minutos permitidos. Espero nem usá-los integralmente.

Como o Clayton acabou de falar na sua apresentação, temos ali o marco regulatório do setor de petróleo e gás, com a lei principal, a Lei nº 9.478, que é a chamada Lei do Petróleo, e as demais leis aprovadas no Congresso Nacional que regulamentam todas as atividades do nosso setor, não só de petróleo, como também do gás natural e, mais recentemente, o dos biocombustíveis.

Aí nessa apresentação temos exatamente que, a partir da Lei nº 9.478, Lei do Petróleo, de 1997, altera-se o regime de exploração e produção de óleo e gás no Brasil. Até então, havia o monopólio da Petrobras; e, a partir de 1998, ele passa a ser exercido inicialmente através de concessões via modelo licitatório realizado pela ANP.

Em 2010, depois da descoberta do pré-sal, nós tivemos também um novo modelo, que foi o modelo da cessão onerosa, no qual o Governo transfere para a Petrobras, a partir de descobertas realizadas pela ANP de 5 bilhões de barris e, em contrapartida, o Governo Federal recebe da Petrobras ações, aumentando a sua participação no capital acionário. E também ocorre a criação de um novo marco regulatório, a partir da des-

coberta do pré-sal, que foi o regime de partilha dentro do polígono do pré-sal, apresentado ainda há pouco aqui pelo o Clayton.

A partir daí, foram feitas diversas rodadas licitatórias. E, agora, em 2015, vamos realizar, em 7 de outubro, se não me falha a memória, a 13ª Rodada de Licitações. E também tivemos uma rodada de pré-sal que foi realizada em 2013, com a licitação do prospecto de Libra, já no modelo de partilha de produção.

Dentro do cenário atual, também ainda há pouco mostrado pelo Clayton... Aí é o mapa do Brasil. Essa região mais clara são exatamente as bacias sedimentares onde há a possibilidade de descoberta de petróleo e de gás. A parte mais escura é a parte exatamente de não bacias. E podemos também observar ali que há grande atividade petroleira no Brasil, evidentemente, no litoral do Rio de Janeiro, São Paulo, e hoje também já chega ao Espírito Santo. Mas há também atividades, a partir das rodadas de licitações de blocos exploratórios, em várias regiões do País. No interior do Amazonas, temos duas bacias, a Bacia do Amazonas e a Bacia do Solimões, com atividade exploratória e também atividade de produção de gás; nós temos também, no interior do Maranhão, hoje, campos exploratórios de produção de gás; temos atividades no interior de Minas Gerais, do Pará, do Mato Grosso e também no litoral do Nordeste, principalmente no litoral do Sergipe e Alagoas; e também já existem atividades na chamada Margem Equatorial, de Natal até o Oiapoque, aqui na bacia da foz do Rio Amazonas.

Então, nessa 13ª Rodada, licitaremos 266 blocos – blocos em terra e também blocos em várias bacias sedimentares, tanto *onshore*, como *offshore*.

A atividade exploratória e de produção de óleo e gás é uma atividade demandante de tempo. Desde a assinatura dos contratos entre a Agência Nacional de Petróleo e as empresas ganhadoras dos blocos licitados, vai um longo tempo de atividades, envolvendo desde aquisições de dados geoquímicos, aquisições sísmicas, perfuração de poços, toda a interpretação desses dados colhidos para saber se aquela descoberta encontrada é comercial ou não e, a partir daí, entrar em fase de desenvolvimento e, efetivamente, concluir o início de produção. Dependendo de ser óleo ou gás, dependendo de ser terra ou mar, dependendo da infraestrutura já existente ou não, do conhecimento daquela bacia ou não, nós temos aí entre oito, dez, às vezes, até de oito a quinze anos entre a assinatura do contrato e, efetivamente, a produção. Então é um investimento de longo prazo.

Isso é um rápido cenário das reservas existentes hoje no Brasil. Nesses dados, nós ainda não estamos contemplando os reservatórios de pré-sal; são os chamados reservatórios de pós-sal.

Hoje há uma reserva de óleo de 16 bilhões. Para que se entenda um pouco isso, em 16 bilhões de reserva – repito, excluindo os reservatórios de pré-sal –, hoje nós conseguimos cerca de 700 milhões de barris por ano. Então, em 16 anos, com 700 milhões, nós temos em torno de 25 anos de petróleo, fora o pré-sal. Se mantivermos o consumo de óleo atual, sem o pré-sal, hoje, nós temos 25 anos de produção. Com o pré-sal, isso vai a 50, 60 anos, quando anexarmos as reservas de pré-sal.

Temos reserva de 470 bilhões de metros cúbicos de gás. A produção atual é de 2,4 milhões/dia. Se multiplicarmos isso por 365 dias, chegamos a esse número de 700 milhões de barris de óleo por ano e a uma produção de 95 milhões de metros cúbicos de gás.

Hoje, em termos de exportação, nós importamos óleo leve e exportamos óleo pesado. Nessa conta entre exportação de pesado e importação de leve, há um saldo de 400 mil barris/dia, que ajuda na balança comercial. Em contrapartida, temos um déficit no consumo de gás de quase 48 milhões. Desses 48 milhões, 30 milhões são do gasoduto, compra de gás da Bolívia, e o restante, cerca de 18 milhões, é das unidades de regaseificação de gás que existem hoje em Pecém e também no Rio de Janeiro. Evidentemente, esses dados mudam bastante com o advento do pré-sal.

Focando aqui um pouco no objeto da audiência, tratamos do que chamamos de Margem Equatorial e da 11ª Rodada de Licitações. Já que a 12ª foi toda ela em terra, essa 11ª atingiu a Margem Equatorial, que são esses blocos de uma cor meio esverdeada. Estas foram as áreas ofertadas: a Bacia do Ceará; depois, a Bacia Potiguar, subindo ali por dentro de Natal; a Bacia de Barreirinhas; depois, Pará-Maranhão; e a Bacia da Foz do Amazonas. Então, foi toda uma área nova, chamada de novas fronteiras, que a 11ª Rodada licitou e, consequentemente, com grandes êxitos em termos de aquisição de blocos por parte de diversas empresas, não só brasileiras, mas também empresas estrangeiras.

Essas áreas que nós colocamos em licitação, ou seja, todos esses blocos que estão coloridos provêm já de descobertas existentes pela Petrobras mesmo antes de 1997, das concessões, e também de rodadas anteriores, quando foram ofertados os blocos. E aí nesses pontos, uma descoberta não só de petróleo e de gás, em alguns casos também tanto descoberta de petróleo e de gás, porém descobertas que, na maioria dos casos, não foram ainda comerciais, exceto ali no litoral do Ceará – já há produção – e também na Bacia Potiguar, tanto em terra como em mar.

Isso foi a 11ª Rodada, os resultados. Acho que o Clayton já mostrou isso aí. Nós vamos passar, porque esses dados já foram apresentados, mas destacando que, dos blocos licitados, nós pegamos esse setor AP1, que é

esse setor de águas profundas. Na 11ª Rodada, ofertamos nove blocos, dos quais oito foram arrematados, mas infelizmente em um deles o contrato não foi assinado, com a OGX. Ficaram sete blocos em águas profundas, com um bônus ofertado de 750 milhões, que é aquela primeira linha ali, ou seja, um bônus relativamente alto, sendo um desses blocos com um recorde de 345 milhões em termos de bônus de assinatura. E ali as outras áreas da bacia, com menor importância.

Essa 11ª Rodada foi uma das rodadas mais exitosas da agência, que resultou em 2,5 bilhões de arrecadação – está errado ali o dado –, em termos de bônus de assinatura, e um compromisso de investimento de 5,8 bilhões que as empresas estão realizando exatamente nesse período.

Podemos ver aí uma ampla participação de empresas brasileiras e internacionais. Hoje nós temos cerca de 70 empresas petroleiras no Brasil – coincidentemente, metade brasileiras e metade estrangeiras. Ali há apenas o leque de algumas, que participaram exatamente da 11ª Rodada, entre grandes empresas e também pequenas empresas, muitas delas atuando aqui na Margem Equatorial. Já mostramos um pouco isso.

Este foi o resultado ali da Foz do Amazonas: foram 14 blocos e 7 grandes operadoras – Petrobras, Total, Brasóleo, BHP, Ecopetrol, BP e Queiroz Galvão –, que são exatamente as empresas que estão realizando as contratações.

Previsão de investimentos na Foz do Amazonas: US$746 milhões, que são o Programa Exploratório da 11ª Rodada. Esse compromisso vai até agosto, setembro de 2018. Convertendo isso hoje em real, estamos falando de um compromisso exploratório de R$2,1 bilhões, R$2,3 bilhões aqui na Foz do Amazonas.

Hoje, existem dois blocos que vieram da 5ª Rodada, que são da Petrobras e hoje estão em avaliação. São aqueles bloquinhos, esses dois bloquinhos pequenos de cor azul. A Petrobras fez uma perfuração e, infelizmente, perdeu o poço. Ela está com o compromisso de refazer esse poço, mas está com o pedido de suspensão de contrato em virtude de dificuldade de licença ambiental. Estamos torcendo para que essa licença saia e a Petrobras assuma o compromisso de refazer esse poço nesses dois bloquinhos da 5ª Rodada.

Também, falando de 11ª Rodada e de Margem Equatorial, há 30 blocos aqui na Bacia de Barreirinhas e Pará-Maranhão. Isso mostra toda uma área exploratória, que vem desde Natal até chegar ao Oiapoque. Estamos falando de um compromisso, na Bacia de Barreirinhas, de US$575 milhões; mais Pará-Maranhão, de 73 milhões – isso, da 11ª Rodada, em 2013. Investimentos na faixa de US$650 milhões, ou seja, também em torno de R$2 bilhões, em Barreirinhas. Em Pará-Maranhão, da 9ª Rodada, mais 125 milhões. Ou seja, se acumularmos os investimentos de Foz do Iguaçu, Pará-Maranhão, Barreirinhas e tal, estamos falando de mais de R$5 bilhões de investimentos até 2018, na fase exploratória, entre aquisição sísmica e perfuração de poços.

Um problema que temos hoje é exatamente a falta de licença ambiental. Desses 30 blocos de Pará-Maranhão e Barreirinhas, 18 estão suspensos pela ANP porque as operadoras não conseguiram as licenças ambientais para a realização de sísmica e de perfuração de poços. Já levamos isso ao Ministério, também levamos aos governadores da área e estamos também fazendo uma força-tarefa junto ao Ibama para ver se conseguimos as licenças...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLORIVAL DE CARVALHO – Exatamente, área em mar, Ibama.

Prossigo: para que todos esses investimentos que falei, ou seja, mais de R$5 bilhões possam ser efetivamente realizados.

Como comentários finais, acho que o Brasil... Aqui há muita gente já de cabelo branco. Lembramos os anos 80, nos quais os postos de gasolina fechavam às oito horas da noite e abriam às seis da manhã. E, no final de semana, fechavam na sexta-feira de noite e só abriam na segunda-feira de manhã. E imaginar um País como o nosso, das nossas dimensões, que tem um modelo de desenvolvimento rodoviário como modelo modal...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP. *Fora do microfone*.) – Dei-lhe mais um pouco de tempo.

O SR. FLORIVAL DE CARVALHO – Estou terminando. Obrigado, Senador.

Imaginem como nós desenvolvíamos este País, dependendo do seu principal modelo de transporte, à noite, com os postos de abastecimento fechados e nos finais de semana! O Brasil fez um grande esforço – e aí ressalto o esforço que a Petrobras fez nesses anos – e, em 2006, chegamos à autossuficiência.

A autossuficiência é uma conta que é feita não só com o petróleo que é exportado, mas também o petróleo que é importado, porque nós precisamos de petróleo leve, exatamente, porque o nosso... No pré-sal, produzimos o leve. Mas o petróleo que não é do pré-sal ainda é um petróleo pesado, e é preciso petróleo leve para poder misturar para refinar. E também o balanço entre exportação de derivados e importação de derivados, incluindo naftas e outros.

Nesse balanço, em 2006, nós chegamos à autossuficiência. E aí, a partir de 2008, como medida anticíclica, houve esse grande consumo. Nós estamos crescendo hoje. Até 2013, 2014... O crescimento de combustível, entre 2004 a 2014, cresceu cerca de 6% ao ano – crescimento chinês. E isso levou também ao desequilíbrio. A partir de 2014 e 2015, estamos importando bem mais gasolina, o que gerou, novamente, um desequilíbrio, e passamos nessa conta a ser deficitários. Mas há um grande esforço.

O pré-sal eu acho que é uma grande descoberta, tem grandes reservas. Temos, hoje, descobertas no litoral de Sergipe e Alagoas extremamente promissoras. São reservas provadas, Senador. Estamos também muito esperançosos de que nós conseguiremos as licenças ambientais, para que as empresas possam vir para a Margem Equatorial, como eu mostrei ali, realizem esses investimentos e façam a descoberta tão necessária não só para o desenvolvimento do País, mas, principalmente, para o desenvolvimento dessa região, de cujas dificuldades econômicas e financeiras nós sabemos.

A ANP busca cumprir o seu papel, que é realizar as rodadas, atrair investimentos, atrair emprego, atrair tecnologia, no sentido de que possamos desenvolver o Brasil e, consequentemente, gerar emprego e renda de qualidade.

Agradeço ao Senador pelos minutos dados a mim e fico aqui para as respostas no debate posterior. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Nós agradecemos também ao Diretor da ANP, Sr. Florival.

Quero registrar a presença do Senador Donizeti, que participa da nossa audiência.

Passo a palavra, agora, ao Sr. José Antônio Cupertino, para fazer a sua exposição.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO CUPERTINO – Obrigado, Senador Davi.

Senhoras e senhores presentes, Senadores, colegas, bom dia.

Eu serei breve, não gastarei todo o tempo, porque a Petrobras não é a operadora desses blocos. Deixarei mais tempo para os operadores conduzirem as suas explanações.

A Petrobras participou da 13ª Rodada de Licitações da ANP em dois consórcios. Um deles, liderado pela Total, que é a operadora, e engloba cinco dos seis blocos; a outra sócia, a BP; e um sexto bloco, onde a BP é a operadora e a Petrobras participa em todos eles com 30% do compromisso exploratório. Esses blocos foram adquiridos segundo um compromisso de unidades de trabalho, que significa o compromisso que temos que demandar durante a fase de exploração, que vai se encerrar no ano de 2018, passa pela aquisição de dados sísmicos fundamentais para a determinação dos locais de perfuração, e a perfuração dos poços propriamente ditos, que vão falar da potencialidade da área, para seguirmos o próximo passo, que é a avaliação de uma eventual descoberta.

Volto a ressaltar que essa é uma área de fronteira com grandes problemas não só pelo desconhecimento geológico, mas também fronteira em termos de operação, tendo em vista que existe uma distância muito grande entre os principais centros do País. Mas esse é um ponto para o operador colocar.

Nós temos um compromisso. Na primeira fase, já está cumprido o levantamento sísmico. Ainda existe um remanescente em termos de atividades, que são as perfurações dos poços. Infelizmente, hoje, encontra-se ainda na fase de obtenção da licença ambiental. Nós temos uma previsão de liberação dessa licença somente no final do ano 2016. Nesse tempo, o consórcio vai desenvolver toda a estratégia de como atuar na margem do Estado do Amapá, nos conhecidos blocos da Foz do Amazonas, e, então, partir para a fase de perfuração dos poços, que dura aproximadamente um ano e meio, dois anos essa atividade. Então, vai dizer se a área tem ou não potencial, para nós entrarmos num plano de avaliação a ser submetido à Agência Nacional.

Era isso, em termos gerais. É a posição que nós temos.

Volto a ressaltar, a Petrobras tem interesse na área. Entretanto, a posição é de sócio em consórcios, não tendo a voz. Nossos representantes são os operadores Total e BP.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Passamos, agora, a palavra ao Sr. Ivan Simões Filho.

O SR. IVAN SIMÕES FILHO – Agradeço muito o convite, a oportunidade de apresentar aqui nossas atividades.

Srªs e Srs. Senadores, colegas de Mesa, bom dia a todos. É um prazer estar aqui.

Por favor, passe o próximo eslaide.

Inicialmente, eu gostaria de apresentar rapidamente a BP, uma das maiores empresas de petróleo do mundo. Nós estamos presentes aqui no Brasil desde 1957. Talvez a marca mais conhecida da BP seja a Castrol, nossa empresa no ramo de lubrificantes, que se estabeleceu aqui no Brasil em 1957. Estivemos aqui na época

dos contratos de risco. Estivemos aqui também com uma parte de energia solar e, hoje, nós temos cinco negócios localizados em quinze Estados do Brasil e mais o Distrito Federal.

Vamos tratar, hoje, da exploração e produção de petróleo e também da parte de combustíveis de aviação. Vocês já devem ter visto os tanques da BP aqui, no aeroporto de Brasília, e em vários aeroportos do Brasil.

Na parte de combustíveis, temos três usinas de produção de etanol, em Goiás e em Minas Gerais, no Triângulo Mineiro: a Castrol, como eu já mencionei antes, e a NFX, que é uma *joint venture*, um consórcio da BP para fornecimento de combustível marítimo no Porto do Açu.

Especificamente na área de exploração e produção, nós temos 22 blocos em diversas bacias brasileiras. Alguns, nós operamos; outros, a Total ou a Petrobras ou a Anadarko operam para nós. Em termos de área concedida, somos a segunda maior empresa do Brasil em águas profundas, depois da Petrobras, com essas 22 concessões, especificamente, seis na região do Amapá, também na Bacia de Barreirinhas, Ceará e Potiguar, nessas demais aqui, operadas pela Petrobras, e outra operação em Barreirinhas e na Bacia de Campos.

Mostrando, mais uma vez, esse mapa das áreas concedidas na região da Foz do Amazonas, a BP opera esse bloco, a Total opera para nós outro. A Queiroz Galvão está aqui presente. Nós temos feito estudos em conjunto com a Queiroz Galvão, com a Total, com outras operadoras da área, para caracterizar a região.

Depois dessa breve introdução, eu gostaria de falar um pouco sobre o ciclo de exploração e produção de petróleo. Potencialmente, é um ciclo bastante longo. Nós temos duas fases principais: uma fase de exploração – e, no jargão petrolífero, exploração significa prospecção, pesquisa, procura de petróleo –, e uma segunda fase, que é a fase de produção, aí, sim, o petróleo é extraído e produzido.

Nós estamos ainda numa fase bem inicial de todo esse processo. Potencialmente, isso vai nos levar até meados desta década, se tivermos sucesso em descobrir petróleo em quantidades comerciais. E aqui embaixo damos um pouco mais de detalhes sobre essa fase inicial.

Hoje, nós temos o compromisso firme, através do Programa Exploratório Mínimo, que são aqueles poços que temos a obrigação de perfurar até 2018. No total, entre os blocos operados pela Total ou pela BP, isso chega a até dez poços a serem perfurados até agosto de 2018, quando se encerra o primeiro período exploratório, que tem duração de cinco anos.

Ao término desse primeiro período exploratório, as empresas têm a opção de, ou entrar num segundo período de mais três anos – nesse caso, elas se comprometem a perfurar poços adicionais – e, na eventualidade de uma descoberta, entrar num plano de descoberta cuja duração é negociada com a ANP. As atividades são negociadas com a ANP e são função dos resultados da etapa anterior.

Então, potencialmente, isso nos leva a até 2021, 2022 ou 2023, dependendo das eventuais descobertas das atividades. E, a partir desse momento, havendo uma descoberta comercial, se faz a declaração de comercialidade – já se descobriu, avaliou e viu que ela é comercialmente viável – e essa declaração de comercialidade inicia a fase de produção, que tem duração de 27 anos, inicialmente, uma etapa de desenvolvimento, em que é colocada toda a infraestrutura de produção – plataformas, dutos, plantas de processamento etc. –, até que, efetivamente, comece a produção.

Um pouquinho mais de detalhe sobre esse ciclo. A primeira etapa é o acesso. Ele pode ser dado através de rodadas de licitação, que é o caso que nós estamos falando aqui, da 11ª Rodada, quando adquirimos esses blocos. As empresas podem ter acesso através de negociações de cessão parcial de direitos, em que elas entram em blocos já concedidos, ou, eventualmente, através de fusões e aquisições. Vocês devem ter ouvido, por exemplo, a Shell pretendendo comprar a BG. É outra forma de acesso. Nós já tivemos esse acesso através da 11ª Rodada e agora estamos na fase de exploração, que, como falei antes, leva de cinco a dez anos aproximadamente.

Então, a primeira etapa é a geração de prospectos. O que significa isso? Nós já fizemos uma aquisição sísmica na região. Para quem não está tão familiarizado, a sísmica é uma espécie de ultrassom da terra, o mesmo princípio físico, ondas que se propagam, batem nas camadas, voltam para serem registradas. Esse tempo que elas levam se propagando é convertido em imagens de debaixo da subsuperfície. Esses dados são processados e interpretados para localização dos poços que vão ser perfurados. Antes de perfurar, no entanto, nós precisamos de toda a parte do licenciamento ambiental, da logística, até chegar à perfuração. Então, há os estudos de impacto ambiental para o licenciamento. Nós já concluímos esses estudos, apresentamos ao Ibama. Trabalhamos em conjunto com a Total e com a Queiroz Galvão, para fazer um estudo unificado da área.

Estamos, agora, vendo as sondas que vão ser usadas na perfuração, as bases de apoio logístico, os barcos de apoio, helicópteros, heliportos etc., para finalmente chegarmos à perfuração dos poços. Os primeiros poços são chamados de pioneiros, poços de mais alto risco de encontrar ou não petróleo. Em caso de descoberta, há a avaliação e esperamos chegar ao momento de declaração de comercialidade, que inicia a fase de produção de 27 anos, inicialmente, o desenvolvimento da infraestrutura e, finalmente, a produção. Aí, sim, entra pagamento

de *royalties*, eventualmente, de participações especiais, como estabelecido no contrato de concessão. Até que, no final da vida útil do campo, as atividades se encerram, a área é restaurada e abandonada ao término disso.

Então, para ilustrar um pouco o que eu falei antes, a sísmica, essas imagens, que, para um leigo, às vezes, é difícil de interpretar. É a mesma coisa de quando vamos fazer um ultrassom: olhamos para aquilo e não conseguimos enxergar direito o que está ali, mas o médico consegue. Então, os nossos geólogos e geofísicos conseguem interpretar as diversas camadas, fazer mapas das regiões e estabelecer os locais propícios para perfuração. Aí, sim, vem o navio-sonda, em alto mar, e perfura poços. Eventualmente, pegam amostras das rochas perfuradas e constatam a presença de petróleo.

Isso é só para ter uma ideia do tamanho do estudo de impacto ambiental, um estudo bastante extensivo, que olha com detalhes vários aspectos das áreas a serem exploradas.

Aqui, para falar um pouco dos sistemas de produção. Caso entremos na fase de produção, se instalam vários poços no fundo do mar, vários dutos, eventualmente, várias plataformas. Aí, sim, a atividade passa a ser num volume muito maior, os investimentos passam a ser muito maiores, a geração de emprego, a geração de *royalties*, participação especial, que só ocorre quando vier, se vier – esperamos que sim –, mas, como sempre, esse é um negócio de alto risco, e, numa área de fronteira exploratória, a probabilidade de encontrar petróleo é bastante baixa, na ordem, digamos, de 10%. Quer dizer, para cada dez poços perfurados, em média, se descobre um produtor. Então, é esse o ciclo de E&P.

Atividades na região. Já foram perfurados mais de 70 poços no mar, na Bacia da Foz do Amazonas, entre o Amapá e o Pará, mas só três em águas profundas, operados pela BP, em parceria com a Petrobras e com a Total. Entre 1999 e 2005, tivemos uma campanha exploratória. Investimos mais de US$300 milhões para perfurar esses três poços. Infelizmente, não encontramos nada que fosse comercialmente viável. Pelas regras da concessão, tivemos que devolver as áreas para a União, que voltaram mais tarde a ser licitadas.

E aí vem a pergunta: se já se gastou tanto dinheiro e não se descobriu nada, o que é que estamos fazendo ainda na região? Por que estamos de volta? Bom, há vários motivos para isso. Um deles é o motivo tecnológico. As tecnologias de aquisição e processamento de dados sísmicos melhoraram muito nessa última década. Hoje, conseguimos enxergar um pouco mais claro a subsuperfície.

Outro fator muito importante foi uma série de descobertas na costa da África e também na Guiana, num novo conceito geológico, diferente daquele que estávamos olhando antes. Se antes estávamos procurando acumulações dentro de um certo conceito geológico que não se provou frutífero na região com os dados que nós adquirimos, hoje nós estamos olhando um conceito geológico um pouco diferente, que foi aberto por conta dessas descobertas. Notem que, quando eu falo em descobertas aqui, não necessariamente essas descobertas são comercialmente viáveis. Há cerca de dez descobertas, na África e também nas Guianas, mas só uma delas, até agora, se provou comercial, que é a de Jubilee.

Então, recapitulando: vários poços perfurados, alguns poucos com descobertas e menos ainda com descoberta comercial. Isso ilustra um pouco a dificuldade. Quando falamos em procurar uma agulha no palheiro, talvez seja procurar uma agulha em vários palheiros, sendo que só em um deles tem agulha. Então, é deste sonho que estamos correndo atrás: encontrar petróleo nesse novo conceito geológico na região e também em outras áreas da margem equatorial.

Quais são os próximos passos? O que pretendemos fazer agora?

Como parte do processo de licenciamento ambiental, temos que fazer audiências públicas em que nós somos convidados a apresentar o nosso projeto e a sociedade como um todo opinar, participar disso. Mas, como esse é um assunto extremamente complexo, antes da audiência pública, nós pretendemos levar essa exposição que mostra universo do petróleo, desde o petróleo no dia a dia, como é que ele se forma, o que a gente faz para procurar, quais são as medidas de segurança e as formas de energia alternativa.

Para que nós fazemos isso? Para procurar educar a população em geral, e tudo isso em uma linguagem tecnicamente correta, mas acessível a qualquer pessoa, desde o pescador até o doutor da universidade, todos eles podem entender um pouco melhor e ter a possibilidade de participar de uma forma mais informada nas audiências públicas.

Nós fizemos isso quando perfuramos na Bacia de Camamu-Almada, na Bahia. A gente começou o engajamento com as comunidades locais e via uma certa ansiedade, apreensão, informações que não correspondiam à realidade e achamos que a melhor maneira de poder dialogar de uma forma transparente e aberta com a sociedade em geral era através da educação sobre as complexidades da indústria do petróleo. Então, percorremos, na época, vários Municípios na região da Bahia, onde nós estávamos perfurando. Infelizmente, o poço foi seco, e nós tivemos que devolver a área para a União sem encontrar nada, mas pelo menos um legado de educação sobre o tema do petróleo ficou ali na região. E uma das coisas mais gratificantes foi ver a participação: as crianças vinham com a escola e, depois, traziam seus pais para verem também. Um rapaz disse: "Olha,

eu aposto com qualquer um de vocês que, daqui a cinco anos, eu vou estar trabalhando nessa indústria do petróleo". Então, só isso de despertar o interesse, a vocação, pelo conhecimento já foi algo bastante gratificante, e pretendemos continuar com isso.

Para aqueles que tiverem oportunidade, inclusive, de estar em São Paulo até o começo de agosto, essa exposição está lá no Museu Catavento, que é um museu de Ciência, em São Paulo, muito interessante. Quem tiver oportunidade, pode ver a exposição lá.

Outro legado que estamos deixando para a região e para o Brasil como um todo, e aí não falando especificamente da BP, mas falando através do IBP, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, há vários projetos de ampliação do conhecimento.

(Soa a campainha.)

O SR. IVAN SIMÕES FILHO – Já vou concluir daqui a pouquinho.

O projeto de proteção e limpeza de costa, que é um projeto em que a gente mapeou em detalhe todo o litoral brasileiro, mostrando os trechos da costa mais sensíveis e que devem ser prioritariamente protegidos, no caso da eventualidade de um acidente – a gente espera que nunca aconteça, mas temos de estar preparados, caso venha a acontecer. Como chega ao local, como é que pode ser o acesso para as equipes operacionais, como fazer. Então, isso já está à disponível. E essa base de dados pode ser usada não só para a indústria do petróleo, mas para qualquer um que tenha interesse em estudar a costa do País.

Outros projetos em andamento: Projeto de Proteção de Fauna. Elaborar um banco de dados das espécies que habitam nosso litoral. Esse trabalho está sendo feito em conjunto com o Ibama e, mais uma vez, isso pode ser usado pelos pesquisadores de qualquer área de interesse no assunto.

Projeto da Base Hidrodinâmica da Margem Equatorial. Levantamento de uma série de dados que permitem compreender melhor a hidrodinâmica da região e que, mais uma vez, podem ser usados por várias instituições.

Nós estamos começando agora o nosso processo de conhecimento da região de engajamento. Temos procurado trabalhar o máximo possível junto das instituições locais. Usamos a Universidade Estadual, o Instituto Estadual de Pesquisa, que nos apoiou bastante no estudo de impacto ambiental, porque a gente entende que quem melhor conhece a região são os moradores locais, as pessoas que pesquisam a região. Então, em vez de trazer consultores de fora para estudar, procuramos o conhecimento local, e isso foi muito importante para a gente poder fazer um estudo de impacto ambiental da melhor forma possível, e vamos procurar sempre estar usando, na medida do possível, o que o Estado pode oferecer, como, por exemplo, a base de apoio logístico aéreo no Oiapoque, as comunidades locais para dar treinamento para apoiar em eventuais respostas a emergências, e por aí vai.

Então, as conclusões finais.

Primeiro, os resultados exploratórios na África e nas Guianas reativaram o interesse das empresas pela Margem Equatorial Brasileira. Apesar desse interesse, estamos ainda em um estágio muito inicial, em que existe uma grande incerteza se existe ou não petróleo na região e, se existir, se é comercial ou não.

Os investimentos iniciais, compromisso firme que temos hoje é, até 2018, perfurar dez poços de prospecção, de pesquisa, para eventualmente continuar com atividades adicionais de avaliação em caso de descoberta. Hoje, não podemos dizer que haja volumes comerciais de petróleo até que a fase exploratória seja concluída, e isso muito provavelmente na primeira metade da próxima década.

E uma eventual declaração de comercialidade, aí sim, abre caminho para investimentos mais significativos, com desenvolvimento da infraestrutura local, geração de empregos e pagamento de participações governamentais *royalties*, participação especial, etc., potencialmente indo até a metade do século.

Então, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a oportunidade de prestar esses esclarecimentos. Aqui tem os meus dados de contato e, a qualquer momento, estou disponível para informações adicionais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Obrigado, Sr. Ivan Simões.

Passamos, agora, a palavra ao Sr. Ulisses Martins, Diretor de Assuntos Corporativos da Total.

O SR. ULISSES MARTINS – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Alcolumbre. Em nome da Total E&P do Brasil, agradeço a oportunidade e saúdo as demais autoridades presentes, colegas de mesa.

Bom, evitando ser repetitivo, até porque o colega Ivan da BP já explanou, já fez uma apresentação bastante interessante e elucidativa do tema. Vou passar para os senhores aqui algumas informações adicionais, falar rapidamente sobre a Total, o Grupo Total.

Nós somos uma empresa global de energia, de origem francesa, com presença em mais de 130 países, nas áreas de exploração, produção e refino e químicos, *marketing* e serviços e energias renováveis.

Como uma empresa comprometida com uma energia melhor, nosso objetivo é de atender a crescente demanda global por energia, de uma forma mais sustentável, segura e inovadora.

Nós estamos presentes no Brasil desde 1975. Possuímos no segmento de exploração e produção de petróleo um portfólio robusto e diversificado na costa brasileira – os senhores verão adiante. Atualmente, nós participamos em 17 blocos exploratórios, sendo sete deles com o papel de operador. E acreditamos, lógico, no potencial do País e, por isso, a nossa intenção é de compromisso de longo prazo com o Brasil.

Como falei, esse é o portfólio da Total hoje. Nós estamos presentes em toda a costa brasileira, desde a Bacia de Pelotas até a Foz do Amazonas – que é o objeto do nosso encontro aqui hoje. Operamos cinco desses blocos aqui, um deles em parceria com o BP e Petrobras.

Alguns aspectos que gostaríamos de ressaltar.

Na realidade, no panorama mundial da indústria do petróleo, ocorreu uma mudança forte de paradigma. O primeiro ponto é que o petróleo não é mais um recurso escasso como se falava algum tempo atrás. A própria Arábia Saudita mudou a sua estratégia. Hoje ela foca no aumento da sua participação no mercado e não mais na manutenção do preço. Isso faz com que a competitividade nos custos seja uma prioridade para a indústria, porque custo é fator primordial para o sucesso do negócio.

Nós temos uma declaração óbvia disso, feita pelo ministro de petróleo da Arábia Saudita, quando diz que se ele reduzir a sua produção de petróleo, o preço do barril subirá e países como Rússia, Brasil e Estados Unidos tomariam parte da participação dele no mercado. Então para ele é simples, porque o seu custo de produção na Arábia Saudita é muito baixo se comparado com o custo de produção no resto do mundo. Falando de Brasil então, é muitíssimo baixo. Isso faz com que realmente haja uma mudança nesse paradigma.

O que acontece? No Brasil, alguns anos atrás, tivemos o segmento de águas profundas, Bacias de Campos e de Santos, depois, em 2006, entramos na era do pré-sal. Qual será próxima era?

Nós acreditamos nas novas fronteiras, nas margens abruptas, lá na Margem Equatorial, que contempla a Bacia da Foz do Amazonas. Isso hoje é, como o próprio nome diz, uma nova fronteira. O Ivan colocou muito bem, é uma área de incerteza, mas nós apostamos. Já estivemos lá.

Aqui os senhores podem ver as empresas que têm presença no Brasil, como já foi mostrado pelos outros colegas da mesa. Aqui nós podemos ver que a Total já participou, já esteve presente na Foz do Amazonas em outras campanhas exploratórias, campanhas de pesquisa, junto com BP e Petrobras. Então, por que voltamos? Como disse o Ivan, novas tecnologias, novas perspectivas nos motivam a acreditar, apostar e procurar reservas de petróleo nessa região.

Para ilustrar um pouco, nos últimos 20 anos foram perfurados nos cinco continentes aproximadamente 700 poços. Vemos a quantidade de poços com descoberta comercial numa taxa de sucesso em torno de 4%, ou seja, é uma taxa muito baixa. O risco é muito alto e a probabilidade de sucesso é baixa em novas fronteiras.

Quando se fala de Margem Equatorial, Margens Abruptas, foram perfurados 101 poços. Destes 101, 53 foram secos. Dos 48 restantes, só 25 com um volume que justificasse um desenvolvimento. Então, de novo, uma taxa de sucesso em torno de 5%, o que reforça a afirmativa de que é uma área de incerteza com uma taxa de sucesso baixa, mas que nos motiva. Nós acreditamos. Todo dia nós torcemos para que se faça uma descoberta em que se consiga partir para o desenvolvimento e a produção dessas áreas.

Para não ser repetitivo, a ideia era passar algumas informações adicionais. Meus contatos estão aqui. Qualquer dúvida, qualquer questionamento que os senhores tiverem que não esteja colocado aqui, *a posteriori* podem me endereçar via *e-mail*, porque será respondido com o maior prazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Agradecemos também ao Sr. Ulisses.

Convidamos agora, para fazer uso da palavra, o Sr. César Guimarães Pereira, Gerente de Exploração da Margem Equatorial, representando Lincoln Rumenos Guardado, Presidente da Queiroz Galvão.

O SR. CÉSAR GUIMARÃES PEREIRA – Bom dia, Senador Davi Alcolumbre, demais Senadores, autoridades presentes. Gostaria de agradecer a oportunidade. Infelizmente o Dr. Lincoln Rumenos teve uma atividade programada neste período e não pôde comparecer. De qualquer modo, agradecemos muito a oportunidade de apresentar nossas atividades na Margem Equatorial.

Começando a apresentação, quero dizer que a Queiroz Galvão é uma empresa de capital nacional, genuinamente nacional, é um conglomerado de grande porte. E uma das empresas do grupo é a Queiroz Galvão Exploração e Produção.

Atualmente, a empresa Queiroz Galvão Exploração e Produção tem 14 concessões ou participa de 14 concessões no Brasil, começando pela parte norte, da Foz do Amazonas até a Bacia de Santos. A Queiroz Galvão participa de 14 concessões em oito bacias diferentes, um portfólio bastante diversificado. E houve uma aposta muito grande na Margem Equatorial, nessa rodada 11ª da ANP, em 2013.

Nessa Margem Equatorial, nós temos concessões em quatro blocos: dois no Pará e no Maranhão; dois nessa parte, em frente ao litoral do Maranhão; uma concessão na Foz do Amazonas, onde houve talvez a maior disputa do *round* 11 – e a Queiroz Galvão conseguiu a participação em um bloco –; além disso, temos participação também em um bloco no Ceará, que é operado pela companhia Total. Desses quatro blocos da Margem Equatorial, a Queiroz Galvão opera três.

Em destaque também do portfólio da companhia há um campo de produção de gás, o Campo de Manati, na Bahia, que já foi um dos maiores produtores do Brasil. Até o ano passado, era o maior produtor de gás, destaque entre os campos brasileiros.

Há três campos em desenvolvimento que a companhia opera. A Queiroz Galvão opera Atlanta e Oliva, e esse Camarão Norte é operado pela Petrobras, um projeto que ainda está em avaliação. E há uma descoberta de grande porte no pré-sal, no Carcará.

Voltando à questão da Margem Equatorial, ao bloco Foz do Amazonas, a concessão, o consórcio é formado pela Queiroz Galvão Operadora, com 35%; a Premier Oil, uma empresa inglesa, com 35%; e a Pacific Rubiales, que é franco-canadense colombiana, com 30%.

Esse início da concessão – aqui está um esquema simplificado – começou em 2013. Foi feita a aquisição sísmica ao longo de 2014. A sísmica está em fase final de processamento, já está em avaliação esse processo, e a intenção de furar um poço é mais próximo ao final do período, ou seja, em 2018. O poço exploratório, que é o compromisso desse bloco, seria perfurado a partir do segundo trimestre de 2018.

Não vou voltar ao ponto, mas é uma área de fronteira exploratória de alto risco, espera-se um prêmio alto – obviamente as companhias estão buscando esse prêmio. É uma atividade bastante cara, pela característica da região de águas ultraprofundas, poços profundos também. E aqui há somente um destaque, mostrando o bloco operado pela Queiroz Galvão, com água acima de três mil metros a lâmina d'água ou mais ou menos na metade do bloco, e a cerca de 180km do litoral do Amapá. Aqui está ruim para ver o número, mas é próximo disso.

O SR. FLORIVAL DE CARVALHO – Cento e sessenta e cinco.

O SR. CÉSAR GUIMARÃES PEREIRA – Cento e sessenta e cinco, corrigindo, é o que está no eslaide. Pois não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÉSAR GUIMARÃES PEREIRA – Depende da área em que você estiver.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Estou perguntando aqui para o Dr. Ulisses quem é o mais distante, quem é o mais próximo. Parece-me que a Queiroz Galvão está mais distante, não é isso?

O SR. CÉSAR GUIMARÃES PEREIRA – É. Olhando aqui, uma linha reta saindo do nosso bloco até o litoral, dão 165Km. Se se fizer referência ao Oiapoque, vão dar uns 180Km ou 200Km; se se fizer referência ao Porto do Pará ou mesmo ao Porto de Santana, vai dar muito mais do que essa distância.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Os da British e da Total são mais próximos?

O SR. CÉSAR GUIMARÃES PEREIRA – São aqueles ali. Este aqui é Queiroz Galvão; este bloco é o BP, e o restante é operado pela Total. São pouco mais próximos.

Bom, basicamente esta é a atividade pretendida aqui. Não vou me estender muito em relação ao que já foi bastante explorado pelos colegas.

Algumas atividades que vemos, que já estão sendo realizadas e que já foram destacadas, principalmente na apresentação do Dr. Ivan, é a questão desse licenciamento ambiental, a parceria com as instituições locais, que foi efetivamente feita. A Queiroz Galvão, em relação a essa operação dela, estamos abrindo filiais nos Estados onde opera para recolhimento de ICMS e ISS.

Já foi citada também a questão do aeroporto de Oiapoque, a base suporte logístico aéreo do projeto.

Aqui há mais um eslaide que mostra a questão do licenciamento ambiental. Já é uma realidade. O licenciamento, em termos históricos, nós temos que, em agosto de 2014, foi emitido um termo de referência de Classe 1.

A área de estudos envolve 35 Municípios. São seis no Estado do Amapá.

Foi feito um diagnóstico ambiental único. Isso aqui, talvez, seja inovador, em termos de operação no Brasil, essas empresas estarem colaborando, buscando sinergia, buscando otimização de recursos.

Estamos finalizando o protocolo, entregando-o em julho de 2015. Essa é a prévia para obtenção da licença.

E algumas parcerias já feitas e que devem continuar, com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (Iepa), Uepa, etc..

À medida que avançarem as atividades lá, esperamos ter um resultado bem-sucedido no nosso poço e avançar para uma fase de produção, mas tendo em mente que os prazos são relativamente longos. A partir da

descoberta do poço pioneiro, realizado em 2018, teriam de sete a dez anos, pelo menos, para se ter o início na atividade de produção.

Então, basicamente, era isso.

A Queiroz Galvão agradece novamente a participação, agradece a oportunidade de esclarecer aqui alguns pontos.

Estamos à disposição.

Não há aqui, na apresentação, meu endereço, mas eu o deixo aqui com o Senador Davi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Obrigado, Sr. César.

Passamos imediatamente a palavra ao último expositor, ao Sr. João Clark, Presidente Ecopetrol S.A.

O SR. JOÃO CLARK – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador Davi Alcolumbre; demais Senadores; demais autoridades presentes; colegas da indústria.

Muito obrigado pelo convite.

Tenho apenas este eslaide da Ecopetrol para mostrar. Vou falar um pouco da Ecopetrol.

Ecopetrol quer dizer Empresa Colombiana de Petróleos. A Ecopetrol é a maior companhia da Colômbia. Fazendo um paralelo, é a Petrobras da Colômbia, empresa que tem 84% do seu capital acionário pertencente ao governo da Colômbia. No seu conselho de administração há três ministros de Estado. A indústria do petróleo, na Colômbia, é responsável por 30% do Produto Interno Bruto do país.

A Ecopetrol é uma empresa que tem toda a sua história, desde 1950, baseada na exploração e produção de petróleo em terra no país colombiano. É uma empresa que produz hoje 850 mil barris por dia e, em 2006, ela resolveu se internacionalizar e sair do *onshore*, da exploração em terra, para o *offshore*, que é a exploração marinha.

Nessa decisão de se internacionalizar e sair da Colômbia, os países que ela escolheu foram, obviamente, o Peru, devido à sua proximidade geográfica, e o Brasil. Em seguida, ela foi aos Estados Unidos, para o Golfo do México. Hoje em dia, o foco maior – e o maior interesse de crescimento da companhia – está exatamente no Brasil e no Golfo do México.

Ela chegou ao Brasil em 2006 e, pelos eslaides anteriores, principalmente o eslaide do Diretor Florival aqui, vocês recordam que a 9ª rodada foi em 2006 – em 2007, se não me engano –, foi em 2007, depois houve a 10ª rodada que foi só em terra. E durante um longo período de cinco anos ou mais não houve rodada de oferta de blocos para áreas *offshore,* e isso deixou a companhia recém-chegada no Brasil sem condições de aumentar seu portfólio, a não ser via *farm-in*, conforme o Ivan mostrou anteriormente. Isso aconteceu com todas as companhias e é compreensível. Afinal, em 2006, a Petrobras anunciou ao mundo a descoberta de uma grande província de petróleo, que teve um impacto muito grande na indústria do petróleo naquela ocasião e houve, obviamente, todo um repensamento da indústria, enfim, do País sobre a regulação etc.

Então, durante esse período a Ecopetrol ficou trabalhando com *farm-in*, entrando em blocos em parcerias com outras companhias, esperando a nova rodada que saiu em 2013.

Finalmente, em 2013, na 11ª rodada, a Ecopetrol entrou, e nós ofertamos para onze blocos na Margem Equatorial e ganhamos três desses onze blocos.

Na questão da Foz do Amazonas, nós aplicamos para quatro blocos daqueles de águas profundas, onde estão – me empreste aqui; obrigado –, aqui nessa área, a Total, a BP, a Queiroz etc., também participamos, mas perdemos a licitação e ganhamos apenas esse bloquinho aqui em água rasa. Na verdade, nesse setor de água rasa apenas duas companhias conseguiram arrematar blocos: a Ecopetrol aqui e, ao norte – estou tremendo um pouco, desculpem-me –, mas ao norte a Brasoil.

Neste bloco aqui, eu costumo dizer que sou o primo mais novo, o menorzinho dos operadores da Margem Equatorial. É um bloco de água rasa, é um bloco com bastantes riscos exploratórios. Como viram anteriormente, já foram feitos vários poços na região de águas rasas. A gente chama de a plataforma continental, antes do talude. Não houve sucesso comercial ainda nessa região. A distância desse bloco até a costa é de mais ou menos 130km em linha reta. A distância desse bloco à cidade de Caiena é de aproximadamente duzentos e poucos quilômetros e até a cidade de Macapá, de uns 500km. Ou seja, é um bloco de água rasa, mas vocês podem ver que ele está muito distante da costa. Ou seja, ele tem praticamente os mesmos problemas de logística, ambientais etc., que os blocos de água profunda têm. Nós estamos muito próximos do talude continental, que é o momento em que passa de água rasa para água profunda, que é exatamente esta região aqui, limite, daqui para cá já é água profunda.

Então, nós estamos muito próximos da água profunda. Ou seja, compartilhamos das mesmas dificuldades operacionais que existem nessa região.

A Ecopetrol ganhou esse bloco apenas com o compromisso de sísmica. Nós não temos a obrigação de perfurar o poço num primeiro período. Ou seja, nossa atividade firme será apenas a aquisição de dados sísmicos, o processamento, a interpretação e a avaliação geológica desses dados.

Caso se confirme, nesses estudos que serão feitos com sísmica 3D e interpretação geológica, o potencial, aí nós vamos locar um poço e passar para o segundo período exploratório. Obviamente que se os estudos mostrarem que o potencial continua com risco muito elevado, a empresa pode decidir devolver o bloco.

Nesse meio tempo – são cinco anos de primeiro período – estaremos acompanhando o desenvolvimento dos poços das companhias parceiras, assim como a parte de logística, de como será feita a aproximação e a infraestrutura necessária para, se decidirmos continuar, compartilhar os avanços.

Eu queria agradecer, em nome da Ecopetrol. Fiz questão de representar a Ecopetrol nesta audiência. A nossa empresa se sente muito honrada de estar aqui, e estamos disponíveis para qualquer informação adicional ou pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Obrigado ao último expositor.

Passamos a palavra, imediatamente, ao autor do requerimento, subscrito por mim, como Presidente desta Comissão, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Obrigado, Senador Davi, Presidente desta Comissão. Meus cumprimentos a todos os convidados desta audiência pública.

O Dr. Ivan e o Dr. Ulisses já haviam estado conosco no último domingo, em Macapá. Tivemos um diálogo preliminar sobre o objetivo desta audiência, que é identificar como se dará, em que tempo se dará e que vantagens levará para o Estado do Amapá a exploração de petróleo na costa amapaense, que nós esperamos, e creio que os senhores também, seja bem-sucedida.

Eu queria fazer algumas perguntas, primeiro, basicamente destinadas às empresas que serão concessionárias dos lotes de águas profundas. Creio que são, peço que me corrijam se eu estiver errado, a British, a Total e a Petrobras, não é isso? A Queiroz Galvão, perdão. Pois bem. A questão é a seguinte: o maior bônus de assinatura da 11ª rodada da ANP, realizada em 2013, no valor de 349.950.000 é o da foz do Rio Amazonas.

Então, eu queria perguntar aos senhores – já comentaram sobre isso –, concretamente, e em decorrência até do valor do bônus de assinatura, quais são as expectativas de produção comercial de petróleo e gás nessa reserva da foz do Rio Amazonas.

A outra questão, diretamente vinculada ao que nós desejamos que seja mobilizado por essas empresas para o Estado do Amapá diretamente nessa fase. Já aprendi, Dr. Ivan, mais ou menos, quando estive na ANP, que são três fases. A primeira fase, de pesquisa e exploração. Exploração não é exploração como comumente se pensa. E, por fim, produção, que é o que nós todos desejamos.

A pergunta que faço é a seguinte: na fase primeira, de pesquisa e exploração, e depois, concretamente, na produção, quais seriam os benefícios diretos para o Estado do Amapá e para os Municípios confrontantes? E quais são os Municípios confrontantes da exploração?

Se fosse possível, eu gostaria de ter todo esse detalhamento do que pensam em mobilizar na economia local e nos Municípios confrontantes. Quais instalações as empresas detentoras da concessão pensam em se comprometer em instalar no Amapá?

Outra pergunta é também em relação a uma razão que, indiretamente, mobilizou esta audiência. Há duas semanas, aproximadamente, houve duas notícias que causaram preocupação para todos nós, lideranças políticas do Amapá e para a sociedade. Nós tomamos conhecimento de que uma grande empresa de logística, que tem o capital majoritariamente francês, que é a Necotrans, havia informado que decidiu implantar as suas instalações no Estado do Pará. Isso nos trouxe preocupação, principalmente relativamente à mobilização e aos interesses da Total. Então, eu pergunto, especialmente para o Ulisses, qual seria a relação existente entre essa decisão da Necotrans com a exploração das reservas da foz do Rio Amazonas em costa amapaense.

Nesse mesmo período, agência de notícias do Pará também noticiou que, no dia 1º de junho último, uma comitiva da Guiana Francesa, capitaneada pelo Sr. Rémy-Louis Budock, que é o Diretor do Grand Port Maritime de Guyane, visitou o Governador do Pará. E foi tratada a pauta de se estudar a viabilidade de cooperações para que o Pará possa ter uma plataforma da Total. Pelo menos, isso é o que tinha sido divulgado lá. Eu pergunto ao Ulisses se tem maiores informações sobre essa visita. Se, de fato, foi tratado esse tema e como a Total está pensando as suas atividades a partir da pesquisa, exploração e produção.

No mais, parece-me que os outros aspectos que eu tinha a perguntar foram esclarecidos pelo Ivan e também pelos demais expositores.

Há uma intenção de, já agora, na fase de pesquisa e exploração, ter uma base de operação no Município de Oiapoque, que é onde devem se deslocar os helicópteros. Então, enfim, haveria essa base de apoio. Ivan já havia esclarecido isso para nós no último domingo e voltou a reafirmar agora.

Solicito, complementarmente, as exposições e os eslaides dos senhores, que são muito ricos nos detalhes sobre como vai se dar a exploração na costa amapaense. Então, eu solicito dos senhores, obviamente sendo possível, cópia dessas exposições, que acho que são esclarecedoras para nós.

Por enquanto, Presidente Davi, eram esses os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Agradeço, Senador Randolfe.

Complementando, quero fazer uma pergunta ao Diretor da ANP, pois talvez ele possa me esclarecer. Em um dos blocos – eram oito –, a OGX deu um lance no leilão, e parece que não assinou contrato. Enfim, como é que fica isso? Outra empresa – a Total, a British, a Petrobras ou outros parceiros – poderia ficar com aquele lance que a OGX deu, mas para o qual não quis assinar o contrato? É para a ANP essa pergunta.

A outra pergunta que eu queria fazer é para as empresas. Acho que também é para o Ulisses. Eu estava olhando, ainda há pouco, os 14 blocos que foram licitados, que dão um valor de US$746 milhões, que é esse período de exploração de, pelo que foi dito aqui pelo Ivan, perfurar dez poços. Isso dá, pelo dólar de hoje, mais ou menos, R$2,1 bilhões

Eu queria saber, detalhadamente, esses R$2,1 bilhões serão investidos em quê? Será R$1 bilhão para o navio, talvez para fazer o poço. De mão de obra vai gastar quanto, nesse período? Eu queria, se fosse possível, ter um detalhamento desses R$2,1 bilhões, nesses dez poços. O que efetivamente, nas minúcias, o que... O transporte do helicóptero que eu vi ali, então, tem um percentual que vai gastar no transporte do helicóptero; os operários... Se fosse possível, não detalhar talvez, assim, quantidade de operários técnicos necessários para esse primeiro momento, mais eu queria saber o que efetivamente pode ser, desse recurso, investido no Amapá, por exemplo. Já que estamos falando de 150km, 200km do Município de Oiapoque.

E eu já ouvi também, do Ivan e do Ulisses, sobre a questão de utilizar o aeroporto do Oiapoque, mas como uma base operacional para os helicópteros transportarem as pessoas durante esse início agora de exploração. Então, eu queria ter uma noção disso para esses próximos cinco anos. Refiro-me a esses R$2,1 bilhões. Como se dará a divisão desse recurso, a aplicação desse recurso nesse início de exploração?

E, também, deixar um questionamento que me foi feito pelo Senador Paulo Rocha, e aí eu acho que faltou a participação do Ibama, aqui nesta audiência, mas vai ficar a solicitação para as empresas e para o próprio Governo, a Petrobras, ANP, enfim, se o Ibama, em função de tudo isso que a gente viu aqui, se ele está preparado hoje, se ele tem um departamento específico cuidando disso dentro da instituição nacional, se existe essa distribuição de técnicos, no tamanho da necessidade de dar uma licença ambiental para tantos blocos que foram licitados na 11ª rodada? Se, dentro desse planejamento de tempo das empresas e do próprio Governo, o Ibama vai acompanhar na velocidade do que é necessário para iniciar a exploração?

Então, esse foi um questionamento do Senador Paulo Rocha, que me fez ainda há pouco, antes de sair. E eu acho que a Petrobras, a ANP, ou até mesmo as empresas podem me responder se o Ibama está preparado para dar celeridade na questão das licenças ambientais para as empresas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente Davi, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Só para completar o que disse V. Exª em relação à questão do Ibama. Eu pergunto também às empresas, à ANP, se no diálogo –parece-me que atuação fundamental do Ibama será na eventual futura fase seguinte –, também tem atuação nesta fase agora. Pois bem, eu pergunto, tanto nesta fase agora, como na fase seguinte, eu pergunto aos senhores, qual a contribuição que nós podemos dar nesse sentido e quais os instrumentos de conteúdo local para assegurar que os investimentos que ocorram no Amapá possam ser firmados junto com o Ibama? Esclarecendo o conteúdo local, porque há duas formas de conteúdo local, falo da comunidade local. Quais os condicionantes para que comunidade amapaense possa dialogar com o Ibama? Inclusive alternando, substituindo por alguns condicionantes que sejam mais complexos para serem respondidos pelas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Então, eu passo a palavra para os esclarecimentos na ordem que acharem conveniente. (*Pausa.*)

Dr. Ulisses, então, tem a palavra.

O SR. ULISSES MARTINS – Bom, falando sobre o questionamento em relação à GPM, Gran Port Maritime e a Necotrans. Na realidade, a GPM, Gran Port Maritime, trata-se de um *pool* de empresas estabelecidas na Guiana Francesa e que têm por missão desenvolver negócios da Guiana Francesa.

Nós, Total E&P do Brasil, não temos nenhum contrato assinado com eles, não temos nenhum compromisso assumido com eles e, em momento algum, a Total E&P do Brasil esteve com o Governo do Pará ou encontrou-se com eles, tratando de qualquer assunto relacionado à instalação no Estado do Pará. Tampouco sabemos de alguma missão que tenha por objetivo falar em nome da Total sobre a instalação de navio sonda e alguma coisa desse tipo. Isso nós desconhecemos.

Outro ponto que foi abordado com relação aos investimentos, na realidade, esses investimentos, que deverão ocorrer nessa primeira fase, a maioria deles está relacionado, é claro, à perfuração, ao aluguel de sondas. Sabemos que é um custo alto. Hoje para perfurar cada um desses postos tem um custo aproximado de US$120 milhões, US$150 milhões. Então, é um custo elevado. A gente está falando só do aluguel do navio sonda. Temos aí outros custos associados que, realmente, têm bastante peso.

O detalhamento dos investimentos nesses próximos anos, como eu e o Ivan já havíamos colocado anteriormente, são condicionantes, são condicionados a cada poço. Depois que é furado o poço, dependendo do resultado daquele poço, vai ser dado um tratamento para o seguinte. É uma sequência lógica. Fica difícil detalhar, antes de começar, como serão feitos os investimentos e os gastos. Posso garantir que a maioria desses custos está relacionado à atividade de perfuração ao navio sonda.

Se os colegas quiserem complementar com algo. (*Pausa.*)

O SR. IVAN SIMÕES FILHO – Bom, como o Ulisses bem colocou, o custo com a sonda é o principal custo. Dependendo, o aluguel de uma sonda pode chegar à faixa de US$500 mil por dia ou até mais. Eu não saberia precisar qual o percentual, mas certamente o maior de todos é o aluguel da sonda. Uma sonda dessas sempre vem com a sua tripulação. São pessoas altamente especializadas. Cada indivíduo que está na sonda tem um papel muito preciso a desempenhar, um serviço muito preciso para desempenhar. Então, não vai ser com pessoas escolhidas localmente que essas sondas vão operar; ela opera com a sua própria tripulação.

Associada à perfuração, existe uma série de outros serviços, como o de perfilagem de poços, serviços de cimentação, que são feitos também por empresas especializadas, que têm representantes, funcionários embarcados nas sondas.

Em terra, o serviço de transporte aéreo é um componente também bastante importante, tendo em vista a distância da costa. Estima-se que cada voo deva durar em torno de duas horas ou até mais. Então, esse é um custo grande, mas nada comparado ao da sonda.

Nessa fase inicial, como é altamente especializada, a geração de empregos locais é muito restrita. Apenas a do pessoal que dá apoio ao helicóptero, eventualmente a parte de hotelaria, em que os serviços são prestados aos técnicos que vão embarcar e desembarcar. Será aberta uma filial no Estado, para gerenciarmos as operações, mas não é uma geração, digamos, muito grande de emprego. Essa geração maior viria no caso de uma declaração de comercialidade, durante a fase de desenvolvimento e toda a produção do campo.

O Município confrontante é o Oiapoque, é o Município confrontante a todos esses blocos que estão ali na região. Dentro do Amapá, nessa fase inicial, tem a questão dos estudos de impacto ambiental. Usamos muito o apoio das universidades, a Iepa, a Ueap, através de convênio com a Fapeap. Estamos conversando também com a Unifap, para estabelecer convênio com essas universidades e instituições de pesquisa, que permita nos apoiar na medida do necessário e dos estudos complementares que, porventura, sejam exigidos pelo Ibama.

Quando mencionamos a base aérea, ali vai ter que instalar, provavelmente, a Air BP, a nossa empresa do ramo de combustível de aviação vai estar lá presente para poder fornecer combustível para as aeronaves ou qualquer outra que queira se instalar ali na região.

Como parte dos nossos preparativos, fazemos preparativos para resposta emergência, mais uma vez procuramos operar com o máximo de condições de segurança possível, com uma série de redundâncias para evitar acidentes, mas esses acidentes podem ocorrer. Se vierem a correr, temos que estar preparados. Uma parte integral do nosso processo de preparação para respostas a eventuais acidentes é trabalhar com as comunidades locais, dar treinamento aos pescadores, caso eventualmente precisemos usar suas embarcações para colocar boia de contenção. Então, costumamos mobilizar muito a população local, oferecendo treinamento de curta duração, mas que tenha um impacto positivo para a região.

Detalhes de investimentos dos poços é aquela coisa que já falamos, principalmente a sonda.

Está faltando alguma, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Tinha a questão do Ibama. Não sei se a empresa pode falar ou se vai falar a Petrobras.

O SR. IVAN SIMÕES FILHO – Não, o Ibama, com relação especificamente à pergunta se ele tem uma divisão para... (*Falha na gravação.*)

... licenciamento de petróleo e gás natural. Então, tem uma equipe especializada com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Mas atende no tempo necessário? Porque eu vi, ali, que tem um planejamento para entrega do relatório, parece-me, audiência pública final de 2016. É isso?

O SR. IVAN SIMÕES FILHO – Não sei o prazo que o Ibama tem para dar o resultado, mas foi entregue recentemente para eles, eles estão analisando agora e devem dar um retorno.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Mas a experiência de vocês com o Ibama, está sendo num prazo razoável ou está atrasando o início da perfuração do poço?

O SR. IVAN SIMÕES FILHO – Nós não tivemos, a BP especificamente, nenhum atraso por causa de licenciamento ambiental. É um processo que demanda muito, é bastante trabalhoso, mas até hoje não tivemos, a BP especificamente, um atraso por conta disso.

O SR. CLAYTON DE SOUZA PONTES – Bem, sobre esse ponto nós, lá no Ministério, estamos participando de uma iniciativa junto com o Ibama, com a ANP e com as demais empresas operadoras de sísmicas, buscando acelerar, buscando dar um processo de gestão mais forte, para tentar acelerar a emissão dos documentos relativos ao processo de licenciamento. Isso está sendo feito exatamente porque havia uma queixa do setor relativa à emissão de licenças, principalmente para as sísmicas, porque sem as sísmicas acontecer, não tem como as demais atividades, principalmente a perfuração, serem conduzidas. Nesse sentido, esperamos estar contribuindo. As reuniões têm ocorrido com certa regularidade e o resultado até este momento está sendo positivo, esperamos contribuir para acelerar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Dr. Florival.

O SR. FLORIVAL DE CARVALHO – Exatamente. O Ibama nos preocupa, sim, Senadores, em virtude, exatamente, dos prazos que têm a fase exploratória.

Como citei em uma das transparências, por exemplo, a da Bacia de Barreirinhas e Pará-Maranhão são 30 concessões, das quais 18 hoje estão em suspensos ou em processo de suspensão, em virtude da falta da licença ambiental, principalmente de sísmica e de perfuração. Preocupa-nos, e bastante.

Uma pergunta que o senhor fez sobre o bloco da OGX, que ela não assinou o contrato, infelizmente só foi ela que fez oferta nesse bloco. Caso um segundo tivesse feito a oferta, ela não assinando, evidentemente ela pagou uma multa, porque ofertou e não contratou, mas nesse caso específico não houve uma segunda proposta, consequentemente o bloco está lá para, no futuro, voltarmos a licitar mais uma vez.

Outro esclarecimento também. Esse investimento que vimos da 11ª rodada na Bacia de Foz do Amazonas, estamos falando em US$750 milhões, esse é o investimento mínimo, Senador. Ou seja, isso é a obrigação mínima que as empresas têm com a ANP de investir nessa região, com aquisições sísmicas e, evidentemente, a perfuração de poços.

Se os resultados forem positivos, evidentemente os investimentos aumentarão e crescerão. Há também, nesse caso dos principais blocos da Foz do Amazonas, um compromisso de, no mínimo, 37% de controle local na fase exploratória. Isso a ANP apura após a fase exploratória. Eles têm que provar para a Agência que... (*Falha na gravação.*)

... não especifica exatamente o Estado, mas empresas brasileiras. Evidentemente que as empresas procuram que naquele Estado, onde tem aquela atividade, se é possível fazer essa contratação.

Tem mais um ponto importante, que eu acho que pode ser muito interessante para o Amapá. A gente tem levado isso, eu já fui ao Amapá conversar com os reitores, tenho conversado na Andifes muito, volta e meia tenho reuniões da Andifes, que nesses contratos, tanto nos contratos de concessão como no contrato da cessão onerosa, como também nos contratos de partilha, há um instrumento, uma cláusula, chamada de cláusula de PID, que obriga as empresas, caso aqueles campos sejam produtores em grande quantidade, elas são obrigadas a investir em pesquisa e desenvolvimento 1% do faturamento bruto daquele campo. Ou seja, hoje todas as empresas aqui já têm sociedade como Petrobras em campos que já estão produzindo, então, têm esse compromisso.

Nós estamos falando em recursos bastante vultosos. A nossa projeção mesmo com esse preço de petróleo a US$60 e US$65, estamos projetando para os próximos dez anos que os campos que estão hoje em produção e que vão entrar em produção, principalmente ali dentro do polígono do pré-sal, vão gerar cerca de R$30 bilhões e desses R$30 bilhões, no mínimo R$15 bilhões têm que ser investidos nas universidades e centros de pesquisa do Brasil.

É por isso que tenho ido à Andifes com muita frequência. Fui inclusive, na 11ª rodada, logo após a 11ª rodada, em 2013, conversei com os reitores das universidades da Margem Equatorial, alertando que iria ter os investimentos e que as demandas, principalmente de estudos ambientais vão ser grandes e é necessário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Esses investimentos são das empresas?

O SR. FLORIVAL DE CARVALHO – Das empresas. Esses recursos ficam com as empresas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Qual é o total?

O SR. FLORIVAL DE CARVALHO – Estamos falando, nos próximos dez anos, de R$30 bilhões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Trinta bi?

O SR. FLORIVAL DE CARVALHO – Trinta bilhões de reais, dos quais até 50%, se a empresa tiver centro de pesquisa no Brasil, ela pode investir no centro de pesquisa, a Petrobras faz esse investimento no centro, a parte dela, e os outros 50%, no mínimo ou outros 50%, têm que ser investido nas universidades de centros de pesquisa. Para isso, as universidades têm se credenciado na ANP, mostrar que têm habilidades e aptidões para desenvolvimento daquelas linhas de pesquisa e, com isso, as empresas ofertarem os seus serviços para serem contratadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Há uma prioridade – desculpe-me interrompê-lo –, uma preferência por instituições de ensino das áreas que estão em pesquisa.

O SR. FLORIVAL DE CARVALHO – Sim. A ANP regulamenta isso. Inclusive coloca que aquelas instituições têm que ter determinadas habilidades para poder ser credenciada, e as empresas só podem contratar as instituições credenciadas pela Agência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Do Amapá, só tem o curso de Ciências Ambientais da Unifap, se não me engano.

O SR. FLORIVAL DE CARVALHO – Ah! De cabeça eu não sei, Senador, me desculpe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – O Dr. Ulisses está confirmando que é a Unifap.

O.k..

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Eu gostaria de fazer o registro da participação em nossa audiência pública, representando o Governo do Estado do Amapá, a Secretária Renilda Nascimento da Costa. Seja bem-vinda, Secretária! Em seu nome e em nome do Governo do Amapá é muito importante a participação da senhora nesta audiência pública, que debate a exploração de petróleo na costa do nosso Estado. Queria fazer esse registro da sua participação aqui, representando o Governador, que aqui não pôde estar, em virtude de outros compromissos assumidos, pedindo que a senhora o representasse e participasse desse encontro.

Eu questiono os expositores se alguns dos senhores têm alguma consideração, para fazer para encerrarmos a audiência. (*Pausa.*)

Em nome da Comissão, nós agradecemos a participação de todos os senhores nesta audiência pública, que, com certeza, esclareceu muitas dúvidas que nós – especialmente no meu caso e no caso do Senador Randolfe, autores do requerimento – tínhamos relacionadas à questão desse processo todo de exploração de petróleo na costa do nosso Estado do Amapá.

Com certeza, o debate, nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, esclarece muitos desses pontos. Não faltará oportunidade para estarmos juntos novamente ouvindo os senhores, tanto da iniciativa privada quanto dos órgãos governamentais, porque eu tenho certeza de que esse é o espaço do debate, é o espaço do diálogo, às vezes, é o espaço dos confrontos de ideias, mas estamos aqui justamente para isso. Com certeza, o interesse foi alcançado com êxito, de poder ter um pouco mais de conhecimento técnico de uma área tão técnica e específica que é a exploração de petróleo realizada em nosso País.

Portanto, em nome da Presidência, em nome do Senador Randolfe, em nome dos Senadores que participaram da audiência – Senador Paulo Rocha, Senador Wellington Fagundes, Senador Donizeti, Senador José Pimentel –, de todos os Senadores que passaram pela Comissão, nós agradecemos a presença de todos os convidados e de todos os presentes em nossa reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião de audiência pública.

Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM PRIMEIRO DE JULHO DE 2015.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia primeiro de julho de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senado-

res José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Walter Pinheiro, Gladson Cameli, Simone Tebet, Ricardo Ferraço, José Medeiros, Elmano Férrer, Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Maria do Carmo Alves, Fernando Bezerra Coelho, Lídice da Mata e Eduardo Amorim. Assina a lista de presença, como Senador não membro da Comissão, o Senador Sergio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, João Alberto Souza, Randolfe Rodrigues e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 15ª Reunião, que é dada como aprovada. Conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à Deliberação de Matérias. ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 24, de 2015 – CDR. "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR para discutir a demarcação de terrenos de marinha. Para a realização da Audiência Pública sugiro a participação dos seguintes convidados: Sr. Nelson Barbosa – Ministro de Estado do Planejamento; Exma. Sra. Cassandra Maroni Nunes – Secretária Nacional do Patrimônio da União". **Autoria:** Senador Dário Berger. Resultado: Adiado. ITEM 02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 25, de 2015 – CDR. "Requer com fundamento no art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República, Edinho Araújo, para que compareça à Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal, em Audiência Pública, para prestar informações sobre o processo de concessão do porto de Santana, no Amapá". **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Adiado. ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2012 – Não terminativo – "Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor que taxas de serviço, quando cobradas por hotéis, motéis ou similares, integram a remuneração dos empregados dessas empresas e dá outras providências". **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela Rejeição. Resultado: Retirado de pauta, a pedido da Relatora. ITEM 04 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, DE 2012 – Não terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autor: Rodrigo Rollemberg. TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66 DE 2014 – Não terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos". **Autoria:** Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014. Resultado: Adiado. ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2015 – Não terminativo – "Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco". **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas do Relator. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR, com as Emendas 01 e 02-CDR. ITEM 06 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, de 2015 – Não terminativo – "Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, para dispor sobre a concessão de benefício às famílias durante os períodos de eventuais calamidades". **Autoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatoria:** Senador Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2015 – Não terminativo – "Altera a Lei nº 12.096, de 2009, que "autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES" e dá outras providências". **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação com emenda do Relator. Resultado: Retirado de pauta, a pedido do relator. ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2011 – Terminativo – "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues". **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. Resultado: Aprovado o Projeto, com as emendas nºs 01 e 02-CCJ/CDR, por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, sendo considerada a presença do Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão, apenas para efeito de quorum, e desconsiderado o voto do Senador Fernando Bezerra Coelho, por exceder o quantitativo de votos do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia. ITEM 09 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, de 2011 – Terminativo

– "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para dispor sobre os convênios, contratos e parcerias firmados com o Ministério do Turismo." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador José Medeiros. **Relatório:** Pela prejudicialidade. Resultado: Declarado prejudicado o projeto, por 09 (nove) votos, nenhum contrário e nenhuma abstenção, sendo considerada a presença do Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão, apenas para efeito de quórum. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43 de 2013 – Terminativo – "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para limitar a multa no caso de resilição ou alteração do contrato de hospedagem." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela rejeição. Resultado: Rejeitado o projeto, por 08 (oito) votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção, sendo considerada a presença do Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão, apenas para efeito de quórum. ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85 de 2015 – Terminativo – "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que "dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf – e dá outras providências." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatório:** Pela aprovação com 3 emendas do relator. Resultado: Retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Davi Alcolumbre,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 15ª Reunião da Comissão.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Aprovado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Comunicados e convites.

Antes de iniciarmos a reunião, comunico que recebemos expediente da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão (Anapar), encaminhando-nos exemplar de publicação daquela instituição intitulado "Previdência complementar: mais proteção para o trabalhador brasileiro". Essa publicação busca informar as características básicas da previdência complementar, os direitos e as necessidades dos participantes e o funcionamento das entidades fechadas de previdência complementar.

Entendendo que essa publicação nos instrui para atuarmos com maior conhecimento de causa sobre o assunto previdência complementar, informo-os de que ela está à disposição deste Colegiado, na Secretaria da Comissão.

Feitos os comunicados, passamos agora para a pauta da reunião.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não!

Pela ordem, tem a palavra o Senador Gladson.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Primeiramente, quero parabenizar V. Exª pelo grande trabalho que está fazendo à frente da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Eu, que sou amazônida, como V. Exª, queria pedir que, se possível, V. Exª consultasse meus Pares sobre uma inversão de pauta, porque ainda tenho de ir para outra Comissão para relatar outro projeto lá. Então, eu queria pedir essa oportunidade à Mesa, à Presidência, de fazer essa inversão de pauta. Consulto meus Pares também. É o item 6.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não, Senador Gladson.

Consulto os demais Senadores se têm alguma objeção sobre a inversão de pauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, vamos inverter a pauta e passar ao item 6, que é relatado pelo Senador Gladson Cameli.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2015
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, para dispor sobre a concessão de benefício às famílias durante os períodos de eventuais calamidades.
Autoria: Senador Sérgio Petecão.
Relatoria: Senador Gladson Cameli.
Relatório: pela aprovação.
Observações: *– A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*
– A matéria constou na pauta da 14ª Reunião, em 27/05/2015.

Passamos a palavra ao Relator, para proferir seu voto.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 102, de 2015, de autoria do Senador Sérgio Petecão (PSD – AC), o qual "altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, para dispor sobre a concessão de benefício às famílias durante os períodos de eventuais calamidades".

A proposição, em seu art. 1º, acresce o art. 1º-B à Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, com o objetivo de permitir que o pagamento das despesas realizadas pelo ente beneficiário com os recursos transferidos pelo Ministério da Integração Nacional para a execução das ações de defesa civil, de assistência às vítimas e de restabelecimento de serviços essenciais seja efetuado por meio do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC), vinculado à conta específica mantida em instituição financeira oficial federal, nos termos estabelecidos pelo Poder Executivo.

No §2º do art. 1º-B, o projeto estabelece que o representante legal do órgão ou entidade do Estado, do Distrito Federal ou do Município beneficiário será a autoridade responsável pela administração dos recursos com o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, competindo-lhe entre outras responsabilidades, definir os servidores, empregados públicos ou famílias portadores do CPDC.

O art. 2º do PLS 102/2015 dispõe que as despesas com a execução das ações do Cartão correrão à conta de dotações consignadas anualmente no Orçamento da União, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira.

O art. 3º da proposição contém a cláusula de vigência.

Na justificativa, o autor argumenta que o projeto de lei visa a aperfeiçoar o já existente Cartão de Pagamento de Defesa Civil, ampliando a concessão do Cartão às famílias atingidas pelas calamidades a fim de que possam reestruturar-se materialmente dos danos sofridos.

A regulamentação do CPDC ficaria a cargo do Poder Executivo, cabendo-lhe identificar as famílias beneficiárias, o valor e a duração do benefício.

O PLS nº 102, de 2015, foi encaminhado às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

Análise.

Consoante disposto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em seu art. 104-A, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional opinar sobre matérias pertinentes a integração nacional e outros assuntos correlatos.

O Decreto nº 7.505, de 27 de junho de 2011, alterou o Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, para dispor sobre o Cartão de Pagamento de Defesa Civil. De acordo com o art. 9º-B do Decreto 7.257/2010, acrescido pelo Decreto 7.505/2011, compete à autoridade responsável pela administração dos recursos com o uso do CPDC definir os servidores ou empregados públicos, com vínculo permanente, portadores do cartão.

O PLS 102/2015 inclui as famílias, além dos servidores e empregados públicos, no rol de portadores do CPDC. Assim, o projeto amplia a concessão do CPDC às famílias vítimas de calamidades públicas para que, por meio do cartão, possam reestruturar-se materialmente dos danos sofridos.

O Cartão de Pagamento de Defesa Civil foi criado para garantir agilidade no repasse dos recursos para a assistência às vítimas de calamidades públicas, bem como possibilitar maior transparência e controle social dos gastos.

Na forma como está estruturado atualmente o CPDC, somente os gestores estaduais e municipais podem utilizar o cartão para ações de defesa civil, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.

Com a modificação constante do projeto, as famílias vitimadas por desastres naturais, tais como inundações, alagamentos e deslizamentos de terra, poderão receber auxílio financeiro direto, de modo a satisfazer suas necessidades emergenciais na aquisição de cestas básicas, medicamentos e produtos de higiene e limpeza.

O uso direto do Cartão de Pagamento de Defesa Civil por desabrigados e desalojados poderá beneficiar a economia dos Municípios atingidos, uma vez que os recursos distribuídos serão direcionados para o comércio e a rede de serviços locais.

As garantias de maior transparência e de controle social permanecerão, pois, segundo o §4º do art. 9º-B do Decreto nº 7.257, de 2010, o uso do CPDC não dispensará o órgão ou entidade do Estado, Distrito Federal ou Município beneficiário da apresentação ao Ministério da Integração Nacional da prestação de contas do total de recursos recebidos, nos termos da legislação vigente.

O voto, Sr. Presidente, senhor autor do projeto, Senador Sérgio Petecão: diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2015.

Queria parabenizar o Senador Sérgio Petecão por essa brilhante ideia, uma vez que o Estado que nós representamos, o Estado do Acre, tem passado, nos últimos anos, por várias alagações do Rio Acre, Rio Juruá, Rio Tarauacá e Rio Envira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão.

Colocamos em votação o relatório que conclui pela aprovação do projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos para as providências cabíveis.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Com a palavra, o Senador Petecão, autor do projeto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Para não atrapalhar a votação, preferi falar depois que acontecesse, mas, na verdade, eu queria só agradecer ao Senador Gladson, que é Senador pelo meu Estado também, o Estado do Acre, pelo seu voto favorável. Também quero falar um pouco da importância desse projeto.

Esse é o tipo do benefício que torcemos para que ninguém tenha necessidade de receber.

Nós, lá no Acre, este ano passamos pela maior enchente, pela maior alagação, como dizemos na região, que já aconteceu em nosso Estado. Em várias oportunidades, pude presenciar que – V. Exª é do Amapá e também conhece o problema –, o Governo Federal chega com um benefício para as pessoas atingidas, mas, como não conhece o dia a dia da região – eu vi isso várias vezes, andando pelas áreas atingidas –, chega com colchões. Aquelas pessoas não precisam de colchões naquele momento, precisam de água potável. Às vezes, chega com caixas d'água, mas as pessoas precisam de remédios.

Na verdade, o objetivo do projeto é criar esse instrumento, esse cartão, a fim de que os gestores levem recursos para as pessoas atingidas, as pessoas mais carentes, as pessoas necessitadas, pois são elas que sabem de que estão precisando.

Portanto, agradeço aos Senadores da Comissão e ao Sr. Presidente por terem dado a maior celeridade possível e aprovado esse projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – O Senador Gladson Cameli solicitou inversão de pauta. Gostaria de informar à Comissão que os itens 1 e 2 da pauta são requerimentos, e como seus autores, os Senadores Dário Berger e Randolfe Rodrigues, não estão aqui para defendê-los, iniciamos a pauta com o requerimento de informações apresentado pelo Senador Gladson Cameli.

Retornando à ordem, o item 3 da pauta tem como Relatora a Senadora Regina Sousa, que também solicitou que fosse retirado de pauta porque gostaria de defender a matéria com a sua participação.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2012
– Não terminativo –

Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor que taxas de serviço, quando cobradas por hotéis, motéis ou similares, integram a remuneração dos empregados dessas empresas e dá outras providências.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senadora Regina Sousa
Relatório: Pela rejeição.
Observações:
– A Matéria segue à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – No mesmo sentido, comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que o item nº 11 também será retirado de pauta, pois é preciso ler um requerimento apresentado pelo Senador Benedito de Lira no plenário do Senado que diz respeito à matéria. São dois projetos parecidos: um tem relatoria do Senador João Alberto Souza; outro, do Senador Walter Pinheiro. Tratam da criação e da competência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Portanto, serão apensados a partir do requerimento lido no plenário do Senado.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2015
– Terminativo –

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que "dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf – e dá outras providências.
Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação com 3 emendas do relator.
Observações:
– Votação Nominal.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Eu gostaria de me beneficiar do mesmo instituto que o Senador Gladson Cameli utilizou, se houver quórum, obviamente, para a votação dos projetos terminativos. Eu relato dois projetos terminativos, que são os itens 8 e 10, mas isso só será possível se houver quórum para votação. Se não, está desconsiderada a minha proposição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senadora Lídice, estamos buscando viabilizar a participação dos Senadores a fim de que haja quórum regimental para aprovar matérias terminativas, como a que V. Exª levanta nesta ocasião, assim como o Senador José Medeiros. Nesse sentido, a Assessoria está entrando em contato com os gabinetes e convocando os Senadores que estão participando de outras Comissões para que aqui compareçam e que possamos encaminhar a pauta, principalmente em relação às matérias terminativas.

Eu inclusive estou encaminhando um ofício para os gabinetes dos Senadores e das Senadoras que fazem parte desta Comissão. Assinei-o ainda há pouco e aproveito para fazer a leitura no sentido de solicitar a participação dos membros da Comissão, para que possamos dar celeridade à pauta, que está muito extensa, e de algumas matérias cujo quórum regimental é de pelo menos nove Senadores na Comissão.

Vou aproveitar para fazer uma leitura:

Ofício Circular nº 006, de 2015.

A S. Exªs Senadores membros da Comissão de Desenvolvimento Regional de Turismo.

Sr. Senador, Srª Senadora, primeiramente, gostaria de agradecer todo o empenho que V. Exª dedicou aos temas abordados nesta Comissão durante todo o primeiro semestre deste ano. Não obstante o esforço de V. Exª, esta Comissão tem como meta a deliberação de todas as matérias que estejam em condições de apreciação até o início do recesso parlamentar de julho.

Diante disso, solicito a V. Exª especial atenção para a reunião do próximo dia 8 de julho, data em que, mediante esforço concentrado, tentaremos deliberar sobre todas as matérias ainda pendentes de abstenção nesta Comissão. Por isso, reforço mais uma vez a importância de vossa presença na reunião.

Com os meus cordiais cumprimentos,

Senador Davi Alcolumbre,

Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pela ordem, para solicitar a V. Exª e aos demais companheiros que eu possa apresentar uma sugestão extrapauta, oralmente, e depois encaminhar o requerimento imediatamente à Mesa, para que esta Comissão possa realizar uma audiência pública a respeito de um tema que considero extremamente importante para o desenvolvimento do nosso País, especialmente para as nossas Regiões Nordeste, Norte, que é o tema da economia criativa. Eu gostaria de propor uma audiência pública com a Profª Cláudia Leitão e com outros convidados, cujos nomes enviarei, para que possamos discutir as possibilidades da economia criativa e o desenvolvimento regional.

Encaminharei por escrito o documento para aprovação na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senadora Lídice, a Secretaria da Comissão me informa que existe um requerimento nesse sentido, já aprovado na Comissão, de autoria do Senador José Pimentel.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Então, pronto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Ele trata basicamente do mesmo tema, mas isso não impede que V. Exª encaminhe, para que seja uma audiência proposta por V. Exªs.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pois não. Eu não conheço os nomes indicados pelo Senador Pimentel. Gostaria, portanto, que ele nos enviasse, para que pudéssemos aditar nomes para essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não. Com certeza, a Secretaria da Comissão encaminhará a V. Exª as sugestões feitas no requerimento, que já foi aprovado, para que V. Exª possa também, dentro do sentido do espírito em que V. Exª planeja essa audiência pública, que, com certeza, acontecerá nesta Comissão, encaminhar também as sugestões que V. Exª achar pertinentes.

Nós temos ainda o impasse da questão dos projetos terminativos. Portanto, nós votamos a inversão da pauta do Senador Gladson, que não era terminativo, que era o item 6.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Há o 3.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – O 3 foi retirado pela Senadora Regina, Relatora.

Sobre o 4, o Senador Pimentel, através da sua assessoria, havia pedido 15 ou 20 minutos. Então, nós o estamos aguardando, para que possamos deliberar ainda hoje, na sequência, por ser não terminativo.

O item 5 é a mesma situação. O Senador Humberto Costa também está sendo convocado para que possa aqui fazer a leitura do seu relatório.

O item 6 já foi aprovado.

Já que sou Relator da matéria do item 7 e estou presente, eu gostaria de passar a Presidência...

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Na verdade, eu vim falar exatamente sobre esse item 7.

Eu já havia falado com o Senador Caiado da proposta de um acordo: nós poderíamos aprovar o projeto sem a emenda do art. 3º, que veda a questão do BNDES, crédito para infraestrutura realizada em outros países. Eu acho que, se nós retirássemos essa emenda, nós poderíamos aprovar o projeto conforme a nossa posição.

Então, eu proporia esse acordo ou que V. Exª retirasse de pauta para dar tempo de negociarmos.

Diante do acordo, eu posso presidir a sessão para V. Exª relatar.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2015
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.096, de 2009, que "autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES" e dá outras providências.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação com emenda do Relator.
Observações:
A Matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

Realmente, eu acho que se trata de um importante projeto, porque dispõe da concessão de subvenção econômica do BNDES focada no desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E nós especialmente do Nordeste nos ressentimos muito da concentração de investimentos do BNDES no eixo Sul, Sudeste. Por isso mesmo, acho que é um projeto que merece ser acolhido, claro que com a discussão daquilo que for considerado impróprio.

Mas acho que esse projeto traz à tona um debate extremamente importante. E, levando em conta que se trata de uma instituição... Como nem o autor, nem o Relator estão presentes...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Ah, o Relator está.

Se V. Exª puder retirar para marcarmos um processo de conversa a respeito, eu acho que seria muito bom, até porque, por se tratar de um Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, deve buscar desenvolver, de maneira integrada, o País inteiro, inclusive por ser originário das cabeças pensantes do Nordeste. O Banco do Nordeste é uma das instituições que resultou do projeto de gente como Rômulo Almeida, baiano, nordestino, um dos principais planejadores econômicos deste País, no Governo de Getúlio Vargas, e que deu continuação a essa luta; depois também, no caso da Bahia, ele foi o principalmente responsável pelo planejamento e implantação do Polo Petroquímico de Camaçari.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Acatando a sugestão da Senadora Lídice e o pleito do Senador Paulo Rocha, eu, como Relator da matéria, solicito a retirada de pauta da matéria e que seja incluída como item da próxima reunião.

Temos a felicidade hoje de termos presentes a autora do projeto do item 5, Senadora Lídice, e o Relator da matéria, Senador Humberto Costa. Assim, retomamos a votação da pauta com o item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2015
– Não terminativo –

Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Pela aprovação com duas emendas do Relator.
Observações:
– A matéria segue à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Com a palavra, V. Exª, Senador Humberto Costa, como Relator da matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 86, de 2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que "institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco".

A proposição, em seu art. 1º, descreve o objetivo da lei.

O art. 2º estabelece os princípios para revitalização da bacia do Rio São Francisco.

O art. 3º dispõe sobre os objetivos que nortearão as ações relacionadas à revitalização.

O art. 4º descreve as ações prioritárias para a revitalização da bacia hidrográfica.

O art. 5º determina que os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e dos programas de apoio.

O art. 5º determina que os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e dos programas de apoio e incentivo à conservação no âmbito da bacia hidrográfica do rio São Francisco serão aplicados, prioritariamente, na recuperação de áreas degradadas relacionadas à preservação dos recursos hídricos.

O art. 6º dispõe que o Poder Público, em todos os níveis, promoverá a criação e ampliação de unidades de conservação em áreas comprovadamente essenciais para a produção de água na bacia hidrográfica.

O art. 7º estabelece que os Estados inseridos na bacia hidrográfica do rio São Francisco devem dispor de órgão gestor de recursos hídricos capacitado, com técnicos próprios e em número suficiente para atender às demandas relacionadas a recursos hídricos.

Já o art. 8º contém a cláusula de vigência da lei, que entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação ao projeto, a autora argumenta que as iniciativas relacionadas à revitalização da bacia do rio São Francisco carecem de coordenação e de maior aporte de recursos, o que impediria o êxito em relação ao objetivo principal de buscar soluções para os problemas socioambientais que têm ocasionado a degradação da bacia e, consequentemente, a diminuição da produção de água.

Ademais, o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco receberia recursos modestos e suas ações, além de dispersas, seriam insuficientes para reverter o quadro de degradação da bacia.

Em tal contexto, a criação de uma lei que estabeleça normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco poderia contribuir significativamente para aperfeiçoar a coordenação das iniciativas de revitalização, nos níveis federal, estadual e municipal, e, com isso, lograr melhores resultados.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise

Consoante disposto no Regimento Interno do Senado Federal – RISF, em seu art. 104-A, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional opinar sobre matérias pertinentes a integração nacional e outros assuntos correlatos.

O PLS 86/2015 tem como objetivo instituir normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

A bacia do rio São Francisco há tempos tem sofrido com o crescimento socioeconômico sem planejamento, o que alterou significativamente as condições de qualidade e volume de seus recursos hídricos.

Os impactos se fazem sentir nas mais diversas atividades, a exemplo da captação de água para abastecimento de núcleos urbanos e indústrias, irrigação, circulação de balsas, atividades turísticas, geração de energia elétrica e aquicultura.

No intuito de reverter o quadro de degradação ambiental, foi criado, em 2004, o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), que tem como objetivo executar ações integradas para recuperar, conservar e preservar o meio ambiente da bacia e mitigar os impactos ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável.

A revitalização da bacia do rio São Francisco envolve diversos tipos de ação, entre elas, esgotamento sanitário, ligações intradomiciliares, controle de processos erosivos, gestão de resíduos sólidos, preservação de nascentes e de matas ciliares.

As ações de revitalização têm apresentado resultado aquém do esperado e os recursos empregados apresentam níveis de execução orçamentária abaixo dos inicialmente previstos.

Segundo o Ministério da Integração, o programa passou a limitar a revitalização aos locais onde há obras de transposição do rio São Francisco, havendo necessidade de execução de obras de preservação de nascentes, replantio da mata ciliar, obras de saneamento básico em cidades ribeirinhas e ações para contenção de erosões em toda a extensão do rio.

Como ilustração da baixa execução orçamentária, dados do sistema Siga Brasil referentes ao programa de Saneamento Básico, sob responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, cujas ações envolvem esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos, abastecimento público e ligações intradomiciliares nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, mostram dotação autorizada de R$ 286,2 milhões para o exercício de 2014, dos quais foram executados somente R$ 75 milhões.

Assim, acreditamos que a aprovação de lei que regulamente as normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco poderá contribuir decisivamente para a reversão do quadro atual de degradação ambiental.

Apesar do mérito do projeto, no entanto, julgamos que devam ser retirados do texto os itens I e X do art. 4º e modificada a redação do item I do art. 3º, pois tratam da expansão da infraestrutura para reservação hídrica, inclusive mencionada como prioritária, ação não diretamente relacionada à revitalização da bacia.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, com as seguintes emendas. As emendas seguem a partir daí, duas emendas.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Em discussão.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, é apenas para agradecer o Senador Humberto Costa por seu relatório, que aprova a nossa proposta.

Todos nós que somos nordestinos sabemos a importância do Rio São Francisco para a vida do Nordeste e nos incomodamos com a sua degradação cada vez maior.

Esse projeto surgiu de um grande debate que tivemos em 2014 no Estado da Bahia, quando do processo eleitoral. Nós tivemos a ideia, e assim propusemos, da criação de um corredor ecológico de proteção ao rio, às suas margens, aos seus afluentes. Com o Ministério, essa proposta não me sai da mente, nós haveremos de encontrar uma forma de viabilizá-lo, mas infelizmente nós não temos a possibilidade de, por iniciativa do Legislativo, transformar em realidade. Nesse debate, então, resolvemos propor que as normas que hoje compõem um plano de proteção, de revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, que não sai do papel há muitos anos, pudesse se transformar em lei para que nós tivéssemos um roteiro claro e impor à Nação brasileira, ao Governo brasileiro a sua execução.

Quero agradecer, portanto, a dedicação do Senador Humberto Costa por sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Continua em discussão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu queria trazer a minha manifestação de alegria com a iniciativa desse projeto da Senadora Lídice da Mata, com o relatório do Senador Humberto Costa, que abriga, através de lei, uma iniciativa muito, muito importante, que é a revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco.

Nós precisamos cuidar melhor do nosso rio, proteger as nossas nascentes, reflorestar as nossas matas ciliares, ampliar a reservação dos tributários do São Francisco para que possamos afastar as possibilidades, no futuro, de vivenciarmos a crise que hoje nós estamos enfrentando no São Francisco.

Queria dizer, Sr. Presidente, que a essa aprovação hoje aqui deve até, após a deliberação desta Comissão, ser solicitada, por requerimento, a urgência, para que a gente rapidamente possa apreciar isso em plenário, porque isso se soma ao esforço do Governo brasileiro no sentido de liderar a agenda ambiental em nível global.

Os jornais de hoje noticiam a visita da Presidenta Dilma aos Estados Unidos, com amplo espaço no noticiário internacional. A Presidenta antecipou as metas brasileiras para a reunião da COP 21 em Paris, onde assumiu o compromisso do desmatamento zero até o ano de 2030; a Presidenta anunciou a disposição, através de iniciativa do Governo Federal e do setor privado brasileiro, de promover um programa de reflorestamento de 12 milhões de hectares; e, mais do que isso, a Presidenta, ao lado do Presidente Barack Obama, anunciou o compromisso da matriz energética brasileira, sem contar a matriz hidrelétrica, de que, entre 20% e 30% da geração de energia brasileira possa ser embasada em geração de energia limpa a partir da energia solar, da energia eólica, da energia de biomassa.

Estamos vivendo claramente um momento importante do nosso País. As nações do mundo inteiro se preparam para esse encontro em Paris, no início de dezembro. Portanto, a iniciativa da Senadora Lídice da Mata vem se somar a essa consciência cada vez maior de que é preciso ter uma matriz de desenvolvimento diferenciada, em que a gente tenha um olhar mais cuidadoso para a proteção do nosso meio ambiente. Como falou o Papa Francisco, a ecologia é que tem de estar ligada ao sentido da preservação da própria espécie humana.

Portanto, é com alegria que participo desta sessão da Comissão de Desenvolvimento Regional, para poder apoiar e dar aqui meu voto, com alegria, a essa iniciativa que traduz uma das coisas mais caras para nós que somos do Nordeste, que é a proteção do nosso querido Velho Chico.

Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sr. Presidente, sei que há uma preocupação de V. Exª em votar; vamos ser bem objetivos.

Quero me incorporar ao entusiasmo que grassa nesta Comissão neste instante, tanto pelo projeto da Senadora Lídice da Mata como pelo relatório do Senador Humberto Costa. Na verdade, quanto mais se revitalizar a bacia hidrográfica do Rio São Francisco, mais vamos ter água para a transposição das águas do Rio São Francisco. Nós somos daqueles que esperamos com grande ansiedade a chegada da doação da água da bacia do Rio São Francisco no Rio Grande do Norte, principalmente, que é o meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Continua em discussão.

Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Eu queria também me somar aos demais Senadores e Senadoras por este avanço, ao tempo em que eu queria deixar aqui nesta Comissão uma preocupação: a Chesf, aliás, digo melhor, a Codevasf tem também o Rio Parnaíba integrando a sua jurisdição, a sua ação.

Entretanto, o Rio Parnaíba está também morrendo. É um rio permanente, cuja bacia hidrográfica é integrada por vários outros rios periódicos, rios secos, e que está a merecer também uma atenção do Governo Federal.

Reconheço o avanço que, através dessa iniciativa da nossa companheira, Senadora Lídice da Mata, cujo projeto teve a relatoria do nosso também competente Senador Humberto Costa... Mas eu queria deixar registrado aqui nesta Comissão essa questão relacionada também à revitalização e o fortalecimento da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, problema tão delicado quanto o Velho Chico. O nosso é o Velho Monge, Rio Parnaíba. Uma preocupação que eu queria externar e deixar registrada aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Ainda em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão.

Passamos para a votação do relatório que conclui pela aprovação da matéria com duas emendas do relator. Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para as providências cabíveis.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Apenas para registrar, ainda que não exista poder desta Comissão Especial para deliberar sobre esse tema, nós também vamos levá-lo ao debate na comissão que acompanha o processo de transposição do Rio São Francisco, para vermos se alguém tem alguma sugestão para esse projeto, ou até mesmo como... Poderíamos já começar a pensar em termos de incorporar à comissão especial preocupações muito justas que estão colocadas aqui neste projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Nós que agradecemos, Senador Humberto.

Estamos no limite do número para votar o projeto agora, com nove Senadores no plenário. Temos dois projetos terminativos. A Senadora Lídice e o Senador José Medeiros estão aqui aguardando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pelo menos que seja breve, porque preciso ir à CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Será rápido.

O item 7 foi retirado. O item 6 foi aprovado.

Cinco minutos, Senador Humberto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Se eu não me engano, o projeto do item 8 já foi lido, é apenas para votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Isso, Senadora Lídice, já foi lido.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Eu quero explicar aos Srs. Senadores para que votem com tranquilidade. Trata-se de uma modificação proposta pelo Senador Rodrigo Rollemberg para incluir na Lei Geral do Turismo a definição entre prestadores de serviço turístico dos albergues, pelas características que têm, e os albergues possam ser beneficiados no período das Olimpíadas agora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Encaminhado pela Relatora, com a presença das Srªs e dos Srs. Senadores, a matéria já foi apreciada pela CCJ, na primeira reunião, ocorrida em 29/10, o relatório foi lido e sua discussão encerrada e adiada para votação hoje.

A matéria constou da pauta da 6ª Reunião, do dia 8, da 10ª Reunião, do dia 6 de maio, e da 14ª Reunião, do dia 27 de maio.

Portanto, havendo quórum qualificado, abro a votação, lembrando que será votação nominal, visto o caráter terminativo do projeto nesta Comissão.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação com emendas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Em votação nominal o projeto, ressalvadas as emendas.

Vamos submeter à chamada nominal.

Como vota o Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Davi Alcolumbre, com a Relatora.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senadora Lídice da Mata, Relatora.

Portanto, dez votos favoráveis ao relatório.

Está aprovado o projeto.

Consulto os Srs. Senadores e Srªs Senadoras se podemos repetir a mesma votação do projeto para as Emendas nºs 1, da CCJ, e 2, da CCJ.

Todos estão de acordo?

Aprovado.

As emendas serão incorporadas ao texto final do projeto aprovado e encaminhado à Presidência do Senado Federal.

Passamos agora ao item 9, e solicito rapidamente a presença das Srªs e dos Srs. Senadores para que possamos manter o quórum. Trata-se do item 9, Projeto de Lei nº 522, de 2011. Terminativo.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para dispor sobre os convênios, contratos e parcerias firmados com o Ministério do Turismo.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – O Relator José Medeiros, que passa a fazer a leitura do seu voto.

Algumas observações: a matéria já foi apreciada pela CCJ e constou da pauta da 6ª Reunião, do dia 8/4, da 10ª Reunião, do dia 6/5, da 14ª Reunião, do dia 27/5.

A votação tem que ser nominal.

Novamente concedemos a palavra ao Relator da matéria, Senador José Medeiros, para que faça a leitura do seu relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, para não procrastinar, já passo direto à análise e vou ser bem sucinto.

No que tange ao mérito, encontra-se o principal problema da proposição e a prejudicialidade do projeto, porque o projeto se referia ao Programa "Bem Receber Copa", que foi lançado em abril de 2010, com a finalidade de capacitar 306 mil profissionais para a Copa do Mundo.

Então, ele se referia ao evento da Copa do Mundo ainda, perdendo, de certa forma, o objeto.

Por fim, ressalte-se que as parcerias da União com Estados, Distrito Federal e Municípios, encetadas por meio do Ministério do Turismo, continuarão a ser regidas pela Lei das Licitações, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que também é objeto de intensos debates que visam alterá-la ou mesmo substituí-la na integralidade.

Então, o voto é pela prejudicialidade do projeto, tendo em vista que era um programa para a Copa do Mundo.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passamos agora à votação nominal do Projeto e vamos submetê-la à chamada nominal.

Uma orientação: quem acompanha o voto do Relator, pela rejeição, vota "não". Pela prejudicialidade da matéria.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Davi Alcolumbre, com o Relator.

Senador José Medeiros, voto conhecido, com o Relator.

Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com o meu conterrâneo, que é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Encerrada a chamada.

Dez votos "não", com o Relator.

Esta Presidência declara prejudicado o Projeto.

A Presidência do Senado Federal será informada da decisão do Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Item nº 10. Este será o último item terminativo da pauta.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2013
– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para limitar a multa no caso de resilição ou alteração do contrato de hospedagem.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

– Em 18/09/2013, a Comissão Realizou Audiência Pública para instruir a matéria.

– A matéria constou na pauta da 6ª Reunião, em 08/04/2015, e na 10ª Reunião, em 06/05/2015, e na pauta da 14ª Reunião, em 27/05/2015.

– Votação nominal. A Presidência concede a palavra à Senadora Lídice da Mata para fazer a leitura do seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, é também um relatório que nos vamos posicionar pela prejudicialidade, pela rejeição. Esse posicionamento foi tomado, com o conhecimento da autora do Projeto.

Trata-se de um projeto, como já foi dito, para limitar a multa, no caso de resilição ou alteração do contrato de hospedagem. Foi amplamente discutido com o setor de hospedagem no Brasil.

Compreendemos que, embora a matéria não exiba qualquer inconstitucionalidade formal, ela não traz benefícios ao setor de hospedagem no Brasil.

Esse aumento dos preços expulsará os consumidores de classes sociais mais pobres no mercado de turismo, em lugar de contribuir para a redução das desigualdades sociais, um dos objetivos da nossa República.

Um outro efeito danoso que a proposição ocasionará é o fato de que privilegiará o turismo internacional em detrimento do turismo doméstico. Como se sabe, os contratos de hospedagem firmados com estabelecimentos hoteleiros de outros países não são regidos pela legislação brasileira, mas, sim, pelas normas estrangeiras, em razão do disposto no art. 9º da Lei de Introdução de Normas ao Direito Brasileiro.

Isso quer dizer que a proposição em tela é implorar uma limitação apenas às empresas hoteleiras brasileiras e, consequentemente, provocará a majoração dos preços somente para a hospedagem no Brasil que estimulará os consumidores a buscarem turismo no exterior.

Sob essa ótica, vê-se que a proposição conflita com os esforços do Estado brasileiro em fortalecer o turismo nacional.

Ante o exposto, votamos pela rejeição do projeto. Nós conversamos com a Senadora Ana Amélia, explicamos as razões, e ela também se colocou com a compreensão das dificuldades do projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão. Colocamos em votação nominal o projeto.

Submetemos à chamada nominal.

Como vota o Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Com a Relatora, Exª.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Votando com a Relatora, vota "não".

Como vota o Senador Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Como vota a Senadora Simone Tebet?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Está certo.

Senador Davi Alcolumbre, com a Relatora.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senadora Lídice da Mata. Relatora.

Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove.

Dentro do Regimento da Comissão, está rejeitado o projeto.

A Presidência do Senado Federal será informada da decisão do Colegiado.

Eu agradeço a participação dos Senadores e Senadoras pelo fato de que pudemos encaminhar algumas matérias que estavam pendentes da pauta, Convoco os Senadores para a próxima reunião, para darmos encaminhamento a todas as outras matérias que estão aguardando tanto decisão terminativa como não terminativa na reunião do dia 8.

Nada mais havendo a tratar, sob orientação do Senador Paulo Rocha, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM OITO DE JULHO DE 2015.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia oito de julho de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Simone Tebet, João Alberto Souza, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Elmano Férrer, Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Dário Berger, Lídice da Mata e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Walter Pinheiro, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 16ª Reunião, que é dada como aprovada. Conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à Deliberação de Matérias. ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 24, de 2015 – CDR. "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR para discutir a demarcação de terrenos de marinha. Para a realização da Audiência Pública sugiro a participação dos seguintes convidados: Sr. Nelson Barbosa, Ministro de Estado do Planejamento; Sra. Cassandra Maroni Nunes, Secretária Nacional do Patrimônio da União." **Autoria:** Senador Dário Berger. Resultado: Aprovado. ITEM 02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 25, de 2015 – CDR. "Requeiro com fundamento no art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República, Edinho Araújo, para que compareça à Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal, em Audiência Pública, para prestar informações sobre o processo de concessão do porto de Santana, no Amapá". **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Retirado de tramitação pelo autor. O Senador Davi Alcolumbre passa a presidência para o Senador Paulo Rocha, às dez horas e quatorze minutos. ITEM 03 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 26, de 2015 – CDR. "Requer, com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o plenário desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que seja realizada audiência pública destinada a debater o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR, instituído pela Lei º nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 e as implicações decorrentes de sua eventual suspensão para a Amazônia Legal. Para a referida audiência, sugere a presença dos seguintes convidados: Representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; Representante da Azul Linhas Aéreas; Representante da Sete Linhas Aéreas; e Representante da MAP Linhas Aéreas". **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. Subscreve o Requerimento o Senador Davi Alcolumbre. O Senador Davi Alcolumbre retoma a presidência da Reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. ITEM 04 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 27, de 2015 – CDR. "Requeremos, nos termos regimentais, em aditamento ao RDR nº 8, de 2015, aprovado em 08 de abril de 2015, o acréscimo da seguinte convidada: professora Cláudia Leitão, para participar da Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para debater a importância da economia criativa no desenvolvimento regional e a implantação de políticas públicas para o fortalecimento do setor, em especial para as micro e pequenas empresas". **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2012 – Não terminativo – "Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor que taxas de serviço, quando cobradas por hotéis, motéis ou similares, integram a remuneração dos empregados dessas empresas e dá outras providências." **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela rejeição. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR, concluindo pela rejeição da matéria. ITEM 06 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408 DE 2012 – Não terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014 – Não terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador José Pimentel (Substituído por Ad Hoc: Senador Donizeti Nogueira). **Relatório:** Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR, concluindo pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014. O Senador Davi Alcolumbre passa a presidência para o Senador José Medeiros, às onze horas

e onze minutos. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2015 – Não terminativo – "Altera a Lei nº 12.096, de 2009, que "autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES" e dá outras providências". **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação com emenda do Relator. Resultado: Aprovado o relatório, sendo a emenda reformulada pelo Relator, acatando sugestões do Senador Donizeti Nogueira e da Senadora Simone Tebet, que passa a constituir o Parecer da CDR, com a Emenda nº 1/CDR. O Senador Davi Alcolumbre retoma a presidência da Reunião às onze horas e vinte e um minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Davi Alcolumbre,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião da Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federa*l, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Comunicados e convites:

– Comunico a este Colegiado que tivemos alteração na composição da comissão com a inclusão do Senador Douglas Cintra (PTB/PE) ao nosso Colegiado. Ao Senador Douglas Cintra dou as boas-vindas, externando meu desejo de que tenha um exitoso desempenho de seu mandato em nossa Comissão.

– Comunico que recebemos o Ofício nº 050/2015/Aspar-Anac, assinado pelo Chefe da Assessoria Parlamentar da Agência Nacional da Aviação Civil, George Alex Lima de Souza. O presente documento informa irregularidades operacionais no aeroporto de Carauari, no Estado do Amazonas, especificamente no setor de segurança operacional e da aviação civil. As irregularidades foram percebidas em inspeções de rotina ocorrida entre 16 e 18 de junho de 2015. O expediente alerta para possíveis e iminentes sanções que restrinjam a operacionalidade do referido aeroporto, o que causará transtornos para a população local e para a aviação regional. O documento encontra-se na Secretaria da Comissão à disposição deste Colegiado.

– A Secretaria-Geral da Mesa editou as Instruções Normativas nºs 4 e 5, ambas de 2015, publicadas no Boletim do Senado Federal nº 5790, Seção II, Edição nº 1, de 3 de julho do ano corrente. A Instrução Normativa nº 4 "estabelece procedimento para a confecção e disponibilização dos documentos eletrônicos, de cunho legislativo, no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional." Já a Instrução Normativa nº 5 estabelece procedimentos referentes à declaração de prejudicialidade e à manifestação de inconstitucionalidade de proposições no âmbito das comissões." Quero informar que esta presidência adotará os procedimentos informados a partir de 3 de agosto de 2015, data em que as instruções normativas entram em vigor. Assim, peço a atenção deste Colegiado e sua assessoria aos novos procedimentos normativos.

Feitos esses comunicados, passemos à pauta.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à deliberação de proposições.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 24, DE 2015

– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR para discutir a demarcação de terrenos de marinha.

Para a realização da Audiência Pública sugiro a participação dos seguintes convidados: Sr. Nelson Barbosa, Ministro de Estado do Planejamento, e Exmª Srª Cassandra Maroni Nunes, Secretária Nacional do Patrimônio da União.

Autoria: Senador Dário Berger

Observações:

– A matéria constou da pauta da 14ª Reunião, em 27/05/2015, e da 16ª Reunião, em 01/07/2015.

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador Dário Berger, para fazer o encaminhamento do seu requerimento.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, dos grandes problemas que os Municípios litorâneos enfrentam hoje está relacionado à questão dos terrenos de marinha; terrenos de propriedade exclusiva da União.

Já me manifestei a respeito disso em outras oportunidades e disse que essa questão é um entulho autoritário da época do Império, que não avançou, que não se resolve e que traz um prejuízo significativo à população desses Municípios.

Portanto, para discutir essa matéria, porque ela suscita muitas dúvidas e questionamentos, é que estou apresentando a esta Comissão este requerimento no sentido de buscar esclarecer algumas dúvidas e fazer os encaminhamentos devidos no sentido de representar milhares e milhares, se não milhões, de pessoas que enfrentam esse tipo de problema, principalmente nos Municípios litorâneos.

O convite, como V. Exª já mencionou, está relacionado ao Ministro de Estado do Planejamento e também à Secretária Nacional do Patrimônio da União. A justificativa, sintetizando, é a seguinte, Sr. Presidente:

As áreas definidas como terrenos de marinha, hoje tidas como de propriedade exclusiva da União, trazem grande prejuízo à população dos Municípios litorâneos pela imposição do pagamento de foro, arrendamento e taxa de ocupação sobre esses imóveis, restrições à iniciativa privada e, em especial, por interferir na autonomia municipal quanto ao ordenamento do solo urbano.

Portanto, Sr. Presidente, o presente requerimento tem por objetivo discutir as ações no sentido de que a metodologia de demarcação das áreas de marinha seja revista em especial quanto a Orientação Normativa Geade-002, de 12 de março de 2001, porquanto o texto legal não respeita as mudanças que ocorreram na geografia física e biológica desde os idos de 1831.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente, que submeto à apreciação dos nobres Senadores, pedindo, evidentemente, sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Continua em discussão o requerimento.

Senador Donizeti. Depois, Senadora Simone.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Quero apenas parabenizar o Senador Dario Berger pela importância da matéria, pela percepção da necessidade de se resolver problemas que já estão consolidados do ponto de vista da ocupação e não estão resolvidas do ponto de vista da legislação. Então, penso que é muito conveniente e muito importante esse requerimento, e a ele sou favorável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, parabenizo o autor da proposição, Senador Dário, pelo requerimento de audiência pública. Acho que essa é uma questão importante e que também preocupa. Eu ouvi essa discussão pela primeira vez aqui, no Senado, na voz do nosso Senador Ferraço, do PMDB, do Espírito Santo, que tem, inclusive, uma proposição a respeito.

Quero só, no sentido de colaborar, sugerir que pudéssemos fazer aqui um adendo para que depois não se possa dizer que não há informações necessárias. Acho que é importante, uma vez que, como foi dito aqui, desde o Império esse instituto do aforamento existe, portanto, desde essa época famílias, gerações têm pago o aforamento, as taxas de ocupação, que o Ministro de Estado de Planejamento pudesse trazer ao conhecimento da Casa, não só da Comissão, os valores pagos anualmente.

Estamos falando de quê? Do que isso representa na receita do Poder Público, para que isso possa auxiliar não só o Senador Dário, mas o Senador Ferraço até no sentido de uma legislação que possa, se não extinguir, diminuir o percentual da taxa de aforamento. Isso ajudaria de alguma forma. Que seja oficializado o requerimento no sentido de que o Ministro traga essa informação numérica, ou seja, de qual é o valor arrecadado hoje no Brasil, por Estado, em relação aos terrenos de marinha. É apenas com o intuito de colaborar, Senador Dario.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Muito bem colocado pela Senadora Simone. Inclusive, acrescentando, uma boa ideia puxa outra ideia.

Quem sabe, pudessem trazer uma espécie de cadastro para sabermos exatamente a quantidade desses terrenos, as suas implicações, quais seriam as providências ao longo de todo esse tempo em que o Ministé-

rio está desempenhando, sobretudo porque temos um projeto de lei do Senador Ricardo Ferraço, um projeto extraordinário, um sonho, vamos dizer assim, de milhares e milhares de pessoas que possuem esses terrenos.

Senadora Simone, como fui prefeito de Florianópolis por oito anos, pude perceber as dificuldades com relação à ocupação de solo para se fazer qualquer tipo de obra. Na verdade, Sr. Presidente, nessa questão dos Municípios que, como Florianópolis, são uma ilha, não se tem uma definição concreta de quem é o terreno. Em qualquer lugar da ilha, o terreno é da União, é do Estado, é do Município? Então, existe um conflito existencial enorme.

E o que é pior: além disso, pessoas que estão lá há 200 anos, ocupando a orla são impedidas, inclusive, de fazer pequenos reparos e pequenas reformas nas suas construções, o que causa um problema sério e cria um clima de desesperança, de baixa autoestima, de tristeza da população acerca desse assunto, que, na minha opinião, é uma das prioridades que o Governo Federal tem que colocar na pauta para discutir. Não só a demarcação para transformar novamente todos os proprietários de terreno de marinha em uma espécie de inquilino do Governo Federal, porque o Governo Federal, todo ano, cobra uma taxa...

Aqui, no Senado Federal, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados várias tentativas já foram feitas. Já se entrou com projeto de lei para regulamentar essa questão, mas infelizmente ele não avançou. É um tema relevante, que precisa ser discutido. Por isso, é muito importante a participação dos Srs. Senadores, especialmente da Senadora Simone Tebet, que dá uma sugestão importante, para que o Ministro possa esclarecer, vamos dizer assim, a amplitude a magnitude que esse projeto e que esse requerimento representam para a sociedade, especialmente do meu Estado e da parte litorânea.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Na verdade, Senador Dário, Senadora Simone, como estamos convidando o Ministro e a Secretária do Patrimônio, entendemos que eles trarão as informações. No entanto, peço que fique registrado, se o Senador Dário concordar – já o fez – que pudéssemos também, no encaminhamento do convite – peço à Secretaria da Comissão – solicitar juntamente aos expositores, o Ministro e a Secretária, as informações referentes a quanto foi arrecadado pelo menos nos últimos dez anos.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A ideia, Sr. Presidente, é que, sabendo, por Estado, quanto ano a ano é arrecadado, possamos não só ver a possibilidade de diminuir sem causar um impacto financeiro para o Governo Federal – não é esse o objetivo – , mas também dependendo da situação, até rever, como prevê o projeto do Senador Ferraço, embora não o conheça na integralidade, a situação dessas ocupações. A preocupação não é só com o arrendamento e com o fato de continuar pagando quase que o preço de um aluguel, vamos dizer assim, até porque ele é anual, mas também porque o que está acontecendo é o seguinte: como são áreas antigas, onde nada pode ser feito sem a oitiva e anuência do patrimônio da União, temos áreas com imóveis já depredados.

Em algumas situações, em algumas regiões – não sei se é o caso de Florianópolis – poder-se-ia até discutir a redefinição territorial dessas áreas, um encurtamento, uma diminuição, volto a dizer, sem impacto financeiro. Daí a importância desses números para contribuir com a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Para darmos um prazo temporal, talvez os últimos 20 anos?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Os últimos cinco anos é prazo suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Ah, está bem. Secretário, essa é a sugestão.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Talvez nem seja necessário tanto; quem sabe, os dois últimos anos, o último cadastramento ou coisa assim para que possamos ter efetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Será feita essa observação.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ...uma ideia do que isso efetivamente representa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Quanto a União arrecadaria com essa cobrança anual dessas taxas. E, além disso, Senador Dario, fazer uma observação – não percebi se V. Exª fez – da inclusão do nome de pessoas no cadastro de inadimplentes do Governo. Porque, quando não se paga essa taxa, a pessoa vai para o cadastro do Governo Federal, de inadimplência, o Cadin, e fica sem poder acessar outros benefícios em virtude de estar no cadastro de não pagadores do Governo Federal.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado, com as observações feitas pela Senadora Simone.

Antes de passarmos ao item 2 e darmos a palavra ao Senador Donizeti, comunico que, como o autor do requerimento, Senador Randolfe, retirou o item 2 e não está presente para defender o item 3, sugiro à Comis-

são que passemos direto ao item 4, já que a autora do requerimento, Senadora Lídice da Mata, encontra-se presente. Portanto, solicito aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras que passemos diretamente ao item 4.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 27, DE 2015
– Não terminativo –

Requeremos, nos termos regimentais, em aditamento ao RDR nº 8, de 2015, aprovado em 08 de abril de 2015, o acréscimo da seguinte convidada: professora Cláudia Leitão, para participar da Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para debater a importância da economia criativa no desenvolvimento regional e a implantação de políticas públicas para o fortalecimento do setor, em especial para as micro e pequenas empresas.
Autoria: Senadora Lídice da Mata

A Senadora Lídice da Mata tem a palavra para defender o seu requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, agradeço muito a deferência de colocar logo em votação esse requerimento, primeiro, porque, como temos Comissões que ocorrem ao mesmo tempo, estou em votação na CAS e precisaria voltar para lá. Em segundo lugar, porque se trata de um requerimento muito simples, rápido.

Na semana passada, apresentei a ideia de que fizéssemos uma mesa-redonda sobre a discussão da economia criativa, os caminhos da economia criativa no Brasil. Como já havia um requerimento do Senador Pimentel, fizemos uma análise dessa proposta do Senador Pimentel e acrescentamos a Prof. Cláudia Leitão, que já foi Secretária de Economia Criativa no Ministério da Cultura, é professora de administração na Universidade Federal do Ceará e uma grande especialista no estudo, na discussão, na implantação, na experiência de economia criativa no mundo inteiro.

Agradeço o apoio das Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Continua em discussão o aditamento do requerimento feito pela Senadora Lídice da Mata.

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

A informação correta sobre o item 2 é que o Senador autor do requerimento, Senador Randolfe, pediu a retirada de tramitação do requerimento. Portanto, não voltará para a próxima pauta da Comissão.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 25, DE 2015
– Não terminativo –

Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja CONVIDADO, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República, Edinho Araújo, para que compareça à Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal, em Audiência Pública, para prestar informações sobre o processo de concessão do porto de Santana, no Amapá.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Observações:
– A matéria constou da pauta da 16ª Reunião, em 01/07/2015.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não, Senador Donizeti, perdão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Visto que tenho que ir para a Comissão de Educação e tenho interesse no item 7 e vendo que a Senadora Regina tem a mesma obrigação de ir para a Comissão de Educação, peço que, logo após o item 5, pudéssemos votar o item 7.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Com certeza, Senador.

Vamos só encaminhar o item 5, de que a Senadora Regina é Relatora e se encontra presente, e rapidamente passaremos ao item 7.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2012
– Não terminativo –

Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor que taxas de serviço, quando cobradas por hotéis, motéis ou similares, integram a remuneração dos empregados dessas empresas e dá outras providências.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senadora Regina Sousa
Observações:
– A Matéria constou da pauta da 16ª Reunião, em 01/07/2015;
– Segue à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Regina Souza para fazer a leitura do seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, o relatório é simples.

Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 21, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, que acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor que taxas de serviço, quando cobradas por hotéis, motéis ou similares, integram a remuneração dos empregados dessas empresas e dá outras providências.

Relatório:

Vem a exame desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

O projeto acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que as taxas de serviço de até 10% cobradas em hotéis, motéis e similares devem ser consideradas gorjeta e rateadas, nos termos de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Sustenta o autor, na justificação do projeto, que essa taxa é, por vezes, cobrada junto com as diárias. Argumenta que o objetivo do projeto é garantir que os montantes auferidos sejam de fato repassados aos trabalhadores, em vez de incorporados pelos empregadores, o que caracterizaria um indevido acréscimo do preço.

A adoção da Lei, argumenta, representaria um reforço na remuneração dos trabalhadores, com a respectiva melhoria dos serviços prestados.

O Projeto foi distribuído a esta CDR e, em caráter terminativo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senadora Regina...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – ... à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Até o presente momento, não recebeu emendas.

Voo passar direto para...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Para o voto.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – ...o voto?

Mas tenho que explicar porque há gente interessada. Lerei rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Sim, sim.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É que, analisando o art. 457 da CLT, vemos que já está claríssimo que pertence ao trabalhador a chamada gorjeta, a taxa. Ela já pertence. Entendemos que não precisa... Primeiro porque particulariza, citando só hotéis, motéis e deixa os outros fora. Entendemos também que essa parte deve ser estimulada para que os sindicatos negociarem em suas convenções coletivas.

O empregado, na relação com o seu patrão, às vezes, é pressionado a dizer que recebeu mesmo não tendo recebido ou a devolver. Então, é um dinheiro que o cliente doa. O nome já está dizendo: é gorjeta, não pertence ao patrão, mas, às vezes, há a pressão. Então, deve haver sindicado. Já trabalhei com isso, inclusive, orientando sindicatos e trabalhava muito essa questão da gorjeta.

Por isso, entendemos que o artigo da CLT já dá conta desse direito. Basta os sindicatos estarem atentos e cobrarem dos patrões o cumprimento da lei. Por isso, encaminhamos pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela rejeição do projeto.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Passamos ao item 7, solicitado pelo Senador Donizeti.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2015
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.096, de 2009, que "autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES" e dá outras providências.
Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação com emenda do Relator.
Observações:
– A matéria constou da pauta da 16ª Reunião, em 01/07/2015;
– A Matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Solicito ao Senador José Medeiros que presida a reunião para que eu faça a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a palavra, o Senado Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – O Projeto de Lei nº 145, de 2015, do Senador Ronaldo Caiado, altera a Lei nº 12.096, de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e dá outras providências.

Vou fazer uma breve leitura do relatório do projeto e, em seguida, passamos ao encaminhamento da votação.

Submete-se à deliberação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o Projeto de Lei nº 145, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

O projeto de lei é constituído de três artigos. O art. 1° define o objetivo da lei, que é o direcionamento obrigatório de financiamentos do BNDES, a taxas subsidiadas, para essas regiões.

Para esse fim, o art. 2° acrescenta o art.1º-A à Lei nº 12.096, de 2009. O *caput* direciona o mínimo de 35% dos recursos dos financiamentos a taxas subsidiadas do BNDES para tomadores situados naquelas regiões.

Seguem-se dois parágrafos. O §1º esclarece o conceito de taxa subsidiada e o §2º impõe a observação do comando do *caput* para as operações que forem contratadas a partir da publicação da nova Lei.

O art. 3° é a cláusula de vigência.

O projeto foi originalmente distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Passamos, de imediato, ao voto.

Em virtude do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2015, nos termos da seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-CDR
(AO PLS Nº 145, DE 2015)

O art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2015, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º Acrescente-se o seguinte art. 1º-B à Lei nº 12.096, de 2009:
'Art. 1º-B. Na concessão de financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a taxas subsidiadas, no mínimo 35% dos recursos deverão ser direcionados a projetos situados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, associados às finalidades elencadas no art. 1º.

Sala da Comissão, – Senador **Davi Alcolumbre.**

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador José Medeiros, Presidente, Senador Davi Alcolumbre, Relator, eu quero propor uma emenda, para acrescentar um parágrafo único, que diz o seguinte: "Não havendo demanda que permita o cumprimento do disposto no *caput*, os recursos poderão ser redistribuídos entre as demais regiões do País".

Eu justifico isso da seguinte forma: pode acontecer de não haver a demanda e, como nós estamos dizendo que deve ser aplicado nessas regiões, os recursos ficarão contingenciados, presos, e não serão aplicados, em prejuízo do próprio País ou de outras regiões.

Então, eu gostaria de pedir aos Senadores e Senadoras aqui presentes que acrescentemos esse parágrafo único para dar a garantia de que, se não houver a demanda para cumprir o que nós estamos aprovando... E eu quero, inclusive, parabenizar o Senador Caiado por ter apresentado esse projeto de lei para garantir esses 35% para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; porém, eu quero também resguardar o direito da instituição, em não havendo a demanda, poder redistribuir esses recursos.

Então, eu peço que seja aprovada essa emenda, acrescentando-se, assim, o parágrafo único a esse projeto de lei.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Antes de mais nada, uma questão de ordem: é possível a apresentação de requerimento nesta fase, após lido o relatório? (*Pausa.*)

Não há problema?

Pois bem; então, eu vou discutir não apenas o projeto como a emenda do ilustre Senador Donizeti.

Primeiramente, como foi dito pelo Senador Donizeti, parabenizo o Senador Caiado. Confesso que eu tinha essa mesma ideia; pensei até em propor algo parecido. Ainda bem que não o fiz, porque acho que o projeto de S, Exª ficou melhor do que aquilo que, a princípio, eu proporia.

Gostaria de dizer ainda que, talvez, esse seja um dos projetos mais importantes que tenhamos votado neste semestre na Comissão de Desenvolvimento Regional, principalmente num momento em que estamos discutindo a unificação da alíquota de ICMS, o que vai acabar com a chamada "guerra fiscal" – e eu entendo que não é uma guerra, mas, sim, um incentivo fiscal – e vai diminuir ou, muitas vezes, impedir que investimentos de pequeno, médio e grande portes fiquem restritos aos grandes centros, deixando de ir para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com isso gerando dificuldade em relação à geração de emprego, renda, e também abalando, de alguma forma, a economia dos Estados dessas regiões.

Neste momento em que está avançada essa discussão aqui, no Senado, esse projeto vem em boa hora. Algumas observações apenas precisam ser feitas, eu acho até no intuito de ajudar.

O Senador Caiado, na justificativa ao projeto, colocou que, em 2013, a participação dos Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste ficou na ordem de 18,8% dos recursos do BNDES. E, aí, eu queria já trazer uma informação nova: dos dados do balanço do BNDES do primeiro trimestre de 2014, já houve um salto de 18,8% de participação dessas regiões para 28,9%, Senador Donizeti. Então, na realidade, o que o Senador Caiado está propondo não é passarmos da participação, nos recursos a serem captados pelo Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de 18% para 35%, mas de 28,9% para, quase 30%, para 35%. Nós estamos, pois, falando de algo em torno de 6% só.

Eu não vejo como nós não termos investimentos para que sejam captados esses recursos. Eu confesso que tenho uma preocupação: enquanto nós não tivermos no BNDES a transparência de conhecermos, passo a passo, aquilo que entra no sentido de captação de recursos, e aquilo que sai, a não ser através desses balanços, ou seja, enquanto nós não temos ainda essa transparência, preocupa-me a emenda do Senador Donizeti. Eu entendo a posição de S. Exª no sentido de que o dinheiro não pode ficar parado, mas eu não vejo como, na prática, isso vá acontecer.

Estamos falando aqui – e eu fiz alguns levantamentos – do seguinte: de 2009 a 2014, não até o final do ano, porque o balanço não havia sido fechado, o BNDES conseguiu, tanto em recursos captados quanto em retorno de carteira, portanto recursos para serem financiados, algo da ordem de R$488 bilhões, vamos colocar aí, em cinco anos. São quase R$100 bilhões por ano! Houve transações de operações da ordem de 1,254 milhão. Foram, então, 1,254 milhão de tomadores de recursos do BNDES. Desse total, como eu disse, ficaram 77,8% nas Regiões Sudeste e Sul, 28,9% nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, afora os 3% entre as regiões que foram financiadas.

E esses recursos, na sua grande maioria – também dados coletados aqui –, foram para grandes investimentos. Algo da ordem de 55% do que foi captado se destinou a grandes investimentos, ou seja, 35% para a indústria de transformação e 34% para obras de infraestrutura.

E é aqui que eu quero chegar, Senador Donizeti. Como 34% foram para obras de infraestrutura, se nós não tivermos tomadores de financiamento no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, Sr. Presidente, de modo a chegarmos aos 35%, é muito simples: o BNDES é obrigado a financiar os Estados das Regiões Norte, Nordeste e

Centro-Oeste na parte de infraestrutura, e nós chegamos aos 35%. Não vejo como não pegar! Nossos Estados são carentes de rodovias duplicadas, de aeroportos regionais, em ferrovias etc.

Então, Senador Dário, eu não vejo como não ter a utilização desses recursos nessas regiões.

Eu entendo o posicionamento do Senador Donizeti; acho louvável a preocupação que ele tem no sentido de que o dinheiro não fique parado, mas nós não podemos nos esquecer de que o BNDES não só financia particulares, mas empresas estatais e o próprio Poder Público. E ele pode fazê-lo nas obras de infraestrutura, tão necessárias e de que somos tão carentes nos nossos Estados, no meu caso, do Centro-Oeste, nem como do Norte e do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bem, eu entendo a preocupação da Senadora Simone, mas, por outro lado, eu não estou propondo retirar recursos das regiões; ao contrário, eu aprovo a ideia, sou a favor. Agora, nós estamos fazendo uma lei que é para ficar. Pode acontecer que, num dado ano, não se consiga aplicar os 35%, e o dinheiro, naquele ano, vai ficar parado.

E uma outra coisa: o BNDES, uma vez aprovada essa lei, não aplicando os 35% na Região Amazônica – porque, mesmo havendo demanda, se ele não quiser aplicar –, estará ferindo a lei. Do meu ponto de vista, a emenda é necessária só para resguardar um eventual acontecimento de não aplicação dos recursos.

Assim, a meu ver, parece razoável, necessário, que haja essa salvaguarda. Então, por isso, estou defendendo a emenda, insistindo mesmo nela, Senadora Simone, só para resguardar. Eu espero que nós cheguemos ao ponto, já que as Regiões Sul e Sudeste são mais desenvolvidas, de inverter, aplicando 65% nessas outras regiões, que são três grandes regiões, com um déficit histórico em relação a investimentos.

Mas nós temos que salvaguardar a questão de que, em não alcançando, por qualquer motivo, a instituição tenha como redistribuir os recursos, para que esses não fiquem paralisados, deixando de gerar os empregos necessários ou de dar respostas às necessidades de outras regiões, uma vez que nós não conseguimos apresentar a demanda para os 35%.

Então, eu queria pedir aos Senadores e à Senadora aqui presentes que aprovemos essa emenda, não como um prejuízo para a região, mas como uma salvaguarda, caso ocorra a ausência de demanda pelos 35%, no mínimo; e, assim, a gente possa redistribuir os recursos, para o bem do País e para o bem do povo brasileiro.

Assim, Senadora Simone, eu queria pedir, inclusive, a sua compreensão, porque, nisso aí, não vai nada contra o projeto; é apenas uma salvaguarda caso ocorra uma baixa demanda, num determinado ano, por um determinado motivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a palavra a Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu também não tenho absolutamente nada contra a sua emenda, Senador Donizeti. O que me preocupa é a falta de transparência dentro do BNDES, e, num determinado momento, entre o BNDES escolher um financiamento para a iniciativa privada e uma obra de infraestrutura a ser realizada, que os governos dos Estados ou as empresas estatais mesmo estaduais solicitem, eles fiquem com esse terceiro. Se o BNDES não financiasse obras de infraestrutura no interior deste País, eu não teria absolutamente nenhuma ressalva em relação à sua emenda.

Eu conheço a realidade do Centro-Oeste, não conheço as realidades do Norte e do Nordeste, mas, pelos próximos 30 anos, vão faltar recursos do BNDES para financiar as tantas obras de infraestrutura que nós necessitamos.

No meu Estado, eu tenho, pelo menos, oito aeroportos regionais que precisam de recursos, inclusive do BNDES, para serem financiados. Nós não temos nenhuma rodovia duplicada. Agora que começou, pelo regime de concessão, a duplicação da BR-163, que começa lá no Mato Grosso (do Norte), na terra do Senador José Medeiros.

Então, a partir do momento em que nós temos tanta carência de obras de infraestrutura no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, inclusive na parte ferroviária, tão necessária para o escoamento dos grãos do Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, pelo Porto de Paranaguá ou mesmo pelo Porto de Santos, eu não vejo como vai sobrar dinheiro para ser distribuído para outras regiões. E lembro que, hoje, nós já consumimos 28,9%, 29% dos recursos financiados pelo BNDES. Ou seja, 6% ainda é pouco para realizarmos as obras necessárias de infraestrutura.

É apenas por isso, Senador Donizeti, em que pese a sua... Eu entendo o seu posicionamento, mas também quero que V. Exª entenda o meu.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sr. Presidente. apenas para mais uma ponderação.

Na minha compreensão, o BNDES tem que aplicar, no mínimo, os 35%. Ele não poderá aplicar esses recursos se houver demanda, seja demanda por projetos de investimento, seja demanda para financiamento de empresas, de investimento, seja para infraestrutura. Ele vai ter que aplicar os 35%. Então, se ele não aplicar, ele não cumpriu a lei. Mas é preciso, do meu ponto de vista, garantir essa salvaguarda.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Sr. Presidente, Senador José Medeiros, como Relator da matéria, eu gostaria de lembrar que, na semana passada, o projeto havia entrado na pauta; havia um artigo que o Governo, especialmente o Senador Paulo Rocha, solicitou que nós retirássemos – o art. 2º do projeto... Na verdade, era o art. 1º-B, que dizia: "No apoio às exportações brasileiras, fica vedado ao Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conceder crédito a governos estrangeiros e financiar projetos e obras de engenharia e de infraestrutura a serem realizadas em outros países".

Então, tentamos construir um acordo. Para tanto, eu conversei com o autor do projeto, conversei com o Senador Paulo Rocha, que estava representando os interesses do Governo, que não concordava com esse artigo e que, portanto, se nós não retirássemos de pauta na semana passada e apresentássemos um novo relatório, retirando esse artigo, que proibia empréstimos do BNDES a outros países, que nós não o votaríamos hoje aqui.

Confesso que, como Relator, entendi a posição do Senador Donizeti, mas também compreendi, agora, os argumentos da Senadora Simone, que, embasada em números, coloca muito claramente que falta um pouco mais de 6% para que o BNDES atinja essa obrigatoriedade, que é o que diz aqui o artigo do projeto de lei que nós estamos votando, de autoria do Senador Caiado.

Aqui se diz assim: "Na concessão de financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a taxas subsidiadas, no mínimo 35% dos recursos deverão ser destinados às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste".

Então, aqui, nós estamos obrigando a que, no mínimo, sejam gastos 35%, quando hoje está em 28,9%, conforme relatado pela Senadora Simone Tebet. Ou seja, eu tinha – e ainda tenho, daí a importância do debate – o entendimento de que a emenda do Senador Donizeti, única e exclusivamente, tinha o interesse de que, caso não fossem atingidos os 35%, que esses cerca de 6% hoje restantes não fossem revertidos para o Tesouro e não fossem para nenhuma outra região do Brasil.

Eu entendo que seja isso que V. Exª gostaria de propor quando fala em salvaguardar os recursos destinados, pois esses 35% serão, a partir do momento em que o projeto se tornar lei, obrigatoriamente aplicados nessas três regiões.

Quando o Senador Donizeti apresentou essa subemenda, protocolada na Comissão no dia de ontem, eu tive, confesso, o desejo de incorporá-la, porque entendi também, Senadora Simone, que o que o Senador Donizeti pretende com essa proposição é não perder, caso a gente chegue ao ano de 2015, por exemplo, com 33,5% de investimento, o 1,5% restante, isto é, que esse percentual não seja perdido e que não seja destinado a nenhuma outra região.

Mas, Senador Donizeti, a preocupação da Senadora Simone também é válida, quando diz que não conhece os critérios que fazem com que as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não cheguem aos 35%.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só para colaborar, Sr. Presidente.

Senador, não é só por isso. Não é que hoje nós só tenhamos 28,9% dos financiamentos porque faltam projetos; é porque não são escolhidos os projetos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na realidade, há um critério de discricionariedade, que é natural, é de direito do BNDES. Há um colegiado que escolhe: "Vou optar por esse projeto no Sudeste em detrimento de um do Norte do País".

Então, na realidade, hoje, mesmo se nós não pensássemos nas obras de infraestrutura, não faltam tomadores de recursos, ou seja, pessoas que querem investir nessas regiões e que não conseguem financiamento. Eu poderia apontar, pelo menos, três grandes empreendimentos no meu Estado. Nós chegaríamos a 40%, 45% facilmente. Não é esse o objeto; nós não podemos jamais prejudicar o Sudeste e o Sul do Brasil. Não é isso!

É que eu só não consigo entender como nós podemos imaginar que nós não vamos ter investidores na ordem de 35% dos recursos que, hoje, se encontram no BNDES; e ainda que não tivéssemos, mas nós temos os investimentos na área de infraestrutura.

Eu quero fazer uma sugestão, até porque não sou daquelas que gostam de polemizar. Quando eu polemizo, eu fico, depois, incomodada. Eu sou muito pelo consenso. Assim, se o Senador Donizeti permitir, eu acho que nós poderíamos, então, fazer o seguinte em relação à emenda de S. Exª – é uma sugestão.

Se eu pudesse ver a emenda de S. Exª – confesso que tomei conhecimento agora –, nós poderíamos deixar categoricamente colocado e, com isso, não prejudicar em nada o objetivo dele.

Assim, onde está "não havendo demanda que permita o cumprimento do disposto no *caput*, os recursos poderão ser redistribuídos entre as demais regiões do País", ficaria algo como: "não havendo demanda que permita o cumprimento do disposto no *caput*, seja em relação a investimentos, seja em relação a projetos de

infraestrutura dos governos e de suas estatais..." Isso para deixar claro: se houver projetos, ele não poderá alegar que, por uma vírgula do projeto, não vai conceder.

E é isso que acontece na prática. Eu conheço um pouquinho dessa realidade. Por que se opta por um projeto de celulose, como aconteceu no meu Estado, e não se opta por um projeto automotivo? Isso fica a critério, e, em não se optando por esse, opta-se por um projeto no Rio de Janeiro. É uma questão de decisão do órgão colegiado. E nós queremos só amarrar exatamente o projeto para que nós possamos cumprir fielmente a intenção do autor do projeto, Senador Caiado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu não tenho nada contra, até porque, neste caso, nós estamos melhorando ainda mais a lei. Uma vez aprovado, esse projeto vira lei, e nós o estamos melhorando ainda mais, já que ele não dava conta disso.

Com essa emenda e com o adendo da Senadora Simone, nós estamos dando mais perfeição à lei, mais efetividade a ela, porque não fica só nos projetos de investimento privado, podendo ser também alcançado pelos projetos de investimento do setor público.

Então, não tenho nada contra. Acho que, com isso, nós estamos melhorando a lei e garantindo que o BNDES não tenha critérios que tergiversem sobre a aplicação ou não, se há ou não demanda.

Então, eu tenho concordância com a nova redação proposta pela Senadora Simone Tebet.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – ,Como Relator da matéria, então, eu faço as incorporações apresentadas tanto pelo Senador Donizete, no sentido de salvaguardar a aplicação nessas regiões, como também do adendo feito pela Senadora Simone, que diz que não só será concedido o empréstimo do BNDES para a iniciativa privada, mas também para o Poder Público, tanto governos estaduais como municipais, que queira acessar esses recursos através de projetos nessas três regiões.

É isso?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim; isso já é possível, mas seria o seguinte: só passaria o remanescente, o restante do percentual não atingido, depois de ter analisado os projetos estatais de obras de infraestrutura. Eu acho que, com isso, nós preservamos o espírito da iniciativa do Senador Donizeti, que tem pertinência – e eu disse isso, ou seja, não é essa a questão –, mas atende a preocupação, na prática, com o que realmente acontece. Eu acho que nós precisamos, através da lei, amarrar bem essa questão.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Tudo bem!

Incorporo, pois, as ponderações feitas pela Senadora Simone Tebet e pelo Senador Donizeti ao nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, só para colaborar um pouco com essa questão, ainda porque eu tenho muita admiração pelo Senador Ronaldo Caiado, bem como por V. Exª.

Esse projeto de lei, pelo que percebo, abre um precedente preocupante, uma vez que estabelece, fixa valores, objetivamente, para determinadas regiões, o que é justo e é legítimo em se tratando das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, notadamente as duas primeiras, que são regiões que merecem uma atenção diferenciada do ponto de vista do Governo Federal.

Entretanto, como representante do Sul, não me sinto à vontade para votar esse projeto de lei, porque, além do precedente, daqui a pouco, eu também poderia apresentar um projeto de lei estabelecendo um mínimo de aplicação no Sul do Brasil, vamos dizer assim. E isso tira...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim, fico com 65%, mas é fruto, vamos dizer assim, da aprovação de projetos que, efetivamente, são distribuídos ao BNDES, que, numa análise técnica, imagina-se, aprova os projetos com maior viabilidade econômica e financeira para as respectivas regiões.

Portanto, a impressão que tenho é que nós não precisamos de mais leis. Eu até estou pensando em pedir a revogação de todas as leis e implantar aqui, no Congresso Nacional, os Dez Mandamentos, porque, assim, fica mais fácil de a gente discutir. Não é possível que, a depender da situação, vem à luz a necessidade de nós estabelecermos critérios para desenvolver determinadas regiões, quando, na verdade, isso deveria ser um projeto nacional, um plano nacional de desenvolvimento.

Aliás, lembro-me aqui de que a Polônia só se desenvolveu, cresceu e prosperou quando implantou a descentralidade, com o que buscou integrar aquelas regiões menos desenvolvidas com apoio financeiro, infraestrutura e planejamento, para que elas pudessem se desenvolver. E esse não é o caso que nós estamos estabelecendo aqui, pelo qual nós vamos fixar o que já está em quase 30% com mais 5% ou menos 5%.

Na verdade, o BNDES deveria ter uma posição firme, clara e objetiva em relação a esse assunto de desenvolvimento, aplicando os recursos onde mais se necessita aplicar, e não em detrimento de outros Estados

e outras regiões que já fizeram o seu dever de casa e que, de repente, poderão ser prejudicados pela aprovação do projeto de lei.

De forma que eu reconheço o desejo e a iniciativa: já que o Governo não faz, os Parlamentares aqui estão estabelecendo o mínimo de investimento para que projetos dessa natureza possam ser aplicados nessas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Entretanto, eu volto a dizer que estou com dificuldade em votar esse projeto de lei, entendendo que não seria necessário mais uma lei para que o BNDES fizesse a sua parte. O que nós temos que fazer é uma legislação para que o BNDES torne transparentes todas as suas ações. Coisa que não existe. Eu não sei exatamente quase nada do que o BNDES faz, financia, onde financia, porque não existe essa disposição. Quando existir essa disposição, a gente vai ter um novo desenho para o Brasil e para o desenvolvimento regional de todo o nosso País.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Donizeti, vamos votar rapidamente, mas eu queria fazer uma pequena ponderação em virtude das palavras do Senador Dario Berger.

Senador, eu entendo o que V. Exª coloca que, como Senador de um Estado do Sul do País, fica incômodo para V. Exª acompanhar um projeto que delimita ou limita um percentual até 35% para essas três regiões do Brasil. Mas quero dar um exemplo a V. Exª: o autor do projeto e eu como Relator do projeto, quero falar do meu caso, do Norte, do meu Estado do Amapá.

O sentido desse projeto é que, já que o BNDES não tem esse discernimento que V. Exª cobra e que todos cobramos que tenha, ele tenha essa sensibilidade de aplicar os recursos nos Estados que mais precisam. Eu quero dizer a V. Exª que a União também é responsável por isso, não só o BNDES. E quero dizer que a União deu um presente ao Planeta ao criar o maior parque de floresta tropical do mundo no meu Estado do Amapá, em 2002.

Em 2002, 30% do território do Estado do Amapá foi constituído em uma área de preservação, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. O Estado do Amapá tem 70% protegida. Ou seja, o Estado do Amapá ficou inviabilizado de produzir até o alimento para as pessoas consumirem. Hoje, nós não temos terra, não temos condições de plantar, a exploração mineral está prejudicada porque o parque foi criado na região mais rica do Estado do Amapá, onde há ouro, minério de ferro, enfim. Portanto, estamos engessado pelo Governo Federal.

Então, quando o Senador Caiado apresenta uma proposta dessa de viabilizar pelo menos até 35% de recursos do BNDES para projetos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, eu entendo que é uma forma de compensar Estados como o meu Estado do Amapá, que estão inviabilizados tecnicamente de produzir, de gerar emprego, de gerar riqueza.

Portanto, é uma forma de compensação, sim. Eu entendo isso como uma forma de compensação para Estados que não podem. E quero citar o Estado de Roraima também, onde, há alguns anos, foi criada a Raposa Serra do Sol, que é uma terra indígena, e que era uma área de produção de grãos, de alimentos para as pessoas. Aí o Governo Federal criou a Raposa Serra do Sol.

Tecnicamente, o Presidente Fernando Henrique acabou com a possibilidade do Amapá se desenvolver criando o Parque do Tumucumaque. E o Presidente Lula, com inveja dele, acabou com a possibilidade de Roraima produzir alimento, com a Raposa Serra do Sol.

Todos os dois Presidentes fizeram mal para o Amapá e para Roraima, no meu entender, porque deixaram os dois Estados submissos a isso aqui: a oportunidade do Governo Federal, no dia em que bem entender, aplicar os recursos para desenvolver esses dois Estados brasileiros.

Então, é nesse sentido que eu falo a V. Exª que nós precisamos também ter esse sentimento de Pátria, de Brasil, para viabilizar regiões que precisam desses investimentos. Parece que 35% é muito para Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas não é, porque realmente, no nosso caso do Norte, precisamos muito mais do que isso do Governo Federal.

Isso é um limitador que vai proporcionar, com certeza, o incremento da economia, da capacidade de desenvolvimento sustentável do nosso Estado, da produção com responsabilidade, das nossas florestas, do manejo florestal, da pesca, enfim, de condição de sobrevivência do Amapá.

Era essa consideração que gostaria de fazer aos Srs. Senadores desta Comissão.

E, Presidente, incorporo a sugestão do Donizeti, a sugestão da Senadora Simone, e apresentarei o relatório atendendo às duas sugestões, como Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – *Ad argumentandum* ainda, meu caro Dário, o sentimento que nos move aqui é a chamada concepção de um desenvolvimento no País que é para tirar as diferenças regionais. Entendeu? O Centro-sul do País tem um processo de desenvolvimento que vem há séculos e as nossas regiões foram sempre usadas como colônias para fortalecimento desse desenvolvimento.

O polo madeireiro, que depois se transformou em móveis do Paraná, é tudo madeira da Amazônia. A mão-de-obra do Centro-Sul vem do Nordeste.

Agora, o Pará está vocacionado, exatamente por essa concepção de desenvolvimento, a produzir mais energia – e é verdade – para desenvolver o País. Cada percentual de crescimento tem uma demanda de produção de energia. E temos que produzir energia limpa. É a Amazônia que tem o poder das águas para produzir energia. Tudo bem. Aí vem o processo da energia, que tem o produtor, o transmissor e o distribuidor.Entram, de novo, os setores, que vão fazer a transmissão para poder levar energia para o Sul.

Olhem como é cruel demais, porque o grande produtor de energia, no bolo, ganha uma migalha, que é o tal do *royalty*. Quem ganha com produção de energia, além da energia em si, para movimentar a mola do desenvolvimento, o ICMS, tudo fica também lá na ponta, no consumidor.

Então, aí eu não diria governos, para não estabelecer uma relação de oposição e governo, é a União, que deve muito para as nossas regiões.

Antes era em tudo, podem ver. Nos concursos para universidades, adivinhem para onde eram destinadas mais vagas! Para a USP, a UFRJ, etc. Aí a sobra ia para as universidades do Centro-Oeste, do Norte, e tal.

Vagas da Capes para formar doutores. Apenas as sobras vão para as nossas universidades. Isso está naturalmente mudando – é verdade. Mudou e muito, nos últimos anos. Mas ainda há essa visão de desenvolvimento.

Eu falo aqui muito francamente, muito abertamente, na questão de governo. Se eu, Senador do PT e do Governo da Dilma, falar: Presidenta, tem que ajudar mais o Pará, a região. Ela vai fazer uma conta: "Mas nós estamos investindo 25 bilhões em Belo Monte, nos portos do Miritituba, fizemos uma concessão agora." Aí já é uma questão nossa interna, porque é tudo para ser entreposto da produção que vai daqui para o Centro-sul. Tudo para ser entreposto, para facilitar. Como nós estamos numa visão estratégica perante o Mercado Comum Europeu, perante o mercado norte-americano e na dobra do mercado asiático, então nós somos estratégicos para o desenvolvimento do País.

Olha que essa iniciativa não é nem de partidos de governo, aqui é tudo do bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Incorporo, sim. Nós estamos entrando no...

O que nos move não é esse sentimento de oposição e governo, mas é esse sentimento de parlamentares da região que se articulam num processo de, através de uma legislação dessa, irmos em busca ou forçar a União à busca de resolver o problema das diferenças regionais.

Não é nada de preconceito ou algo contra o Centro-sul. Mas a busca de como somos inseridos no desenvolvimento nacional, de que forma somos envolvidos no desenvolvimento nacional. Com as nossas riquezas, nossos potenciais? Lá também nós temos brasileiros e brasileiras capazes de processar o desenvolvimento para poder gerar cidadania lá.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Bem, eu sou obrigado a concordar com tudo que o Senador Paulo Rocha acaba de mencionar com relação a esse assunto.

Eu acho também que nós, como homens públicos, temos muitas responsabilidades. Dentre elas, inclusive nesta Comissão, está lutar diariamente e permanentemente para reduzir as desigualdades e também as "descentralidades", para que efetivamente nós possamos construir um País integrado num desenvolvimento sustentado.

Mas eu continuo achando ainda que isso deveria ser uma posição de governo. Mas, como o Governo não faz, nós estamos estabelecendo uma regra objetiva, para que o Governo, então, faça aquilo que é preciso fazer e que deveria fazer. Lamentavelmente, essa é a grande questão.

Não há nenhuma dúvida disso. É evidente que eu saio em defesa da minha região, mas não em detrimento do desenvolvimento das outras regiões, sobretudo daquelas que mais precisam. Portanto, eu quero parabenizar o Senador Paulo Rocha por essa exposição e dizer que comungo também com seu pensamento de que o País precisa se descentralizar e o desenvolvimento precisa atingir todas as regiões, sobretudo aquelas que mais precisam.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidente, só para dar uma informação ao Senador Paulo Rocha. Não sei se o Mato Grosso do Sul colonizava o Mato Grosso, mas o certo é que foi feita uma aliança aqui pela ex-colônia de Goiás, que é o Tocantins, com Mato Grosso do Sul, para poder melhorar essa situação do projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Em votação o relatório, que conclui pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta e pelas alterações propostas pela Senadora Simone Tebet e Senador Donizeti Nogueira.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos para as providências cabíveis.

Devolvo a Presidência ao Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Agradeço a compreensão dos Srs. Senadores e queria solicitar que, se possível, daqui a pouco, apreciemos as emendas da LDO, porque precisamos de quórum qualificado de nove Senadores.

Quero registrar a presença do Senador Douglas Cintra, que agora faz parte como membro titular desta Comissão. Registrei, ainda há pouco, na sua ausência, que V. Exª, com certeza, vai engrandecer o trabalho desta Comissão, Senador Douglas.

Vamos conduzir a reunião nas propostas que não exigem quórum qualificado. E, quando precisarmos do quórum, pedirei à assessoria que os convide nas Comissões aqui do lado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Item 6:

ITEM 6
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, DE 2012
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2014
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.
Autoria: Senador Paulo Bauer
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014.
Observações:
– A matéria constou da 16ª Reunião, em 01/07/2015;
– Segue à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Designo o Senador Donizeti como Relator *ad hoc*, para fazer a leitura do relatório do Senador José Pimentel.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sr. Presidente, como apresentado na ementa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 408, de 2012, do Senador Rodrigo Rollemberg, altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias; e o PLS nº 66, de 2014, do Senador Paulo Bauer, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.

Encontram-se nesta Comissão, tramitando em conjunto, duas proposições que visam a alterar o art. 4º, III, da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Esse dispositivo exige que se reserve uma faixa não edificável de quinze metros ao longo de cursos d'água, ferrovias e rodovias. O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 408, de 2012, do ex-Senador Rodrigo Rollemberg, pretende aumentar a largura dessa faixa para trinta metros.

O autor considera que, no Brasil, "com notável frequência", as ocupações urbanas aproximam-se tanto das rodovias "que estas perdem seu caráter inicial de vias de tráfego rápido, passando a assemelhar-se a vias urbanas, em prejuízo das funções a que a estrada originalmente implantada deveria atender". Para ele, esse processo de desvirtuamento, "presente não apenas em rodovias, mas também em ferrovias", não apenas impede uma operação segura e eficaz dos sistemas de transporte, mas também "enseja graves ameaças à segurança física de moradores e transeuntes". Entende, ainda, que a modificação proposta permitirá tornar a lei de parcelamento do solo urbano "mais consentânea" com o novo Código Florestal, que define como áreas de preservação permanente faixas de largura mínima de trinta metros ao longo de cursos d'água.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 66, de 2014, do Senador Paulo Bauer, substitui a exigência de quinze metros por uma regra flexível, segundo a qual poderiam ser estabelecidas faixas não edificáveis e limitações à edificabilidade necessárias para garantir a segurança, a saúde e o conforto da população e a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural, não se fixando em lei uma metragem pré-definida.

Determina, ainda, que as faixas não edificáveis e limitações à edificabilidade incorporem as servidões e restrições: (i) vinculadas a infraestruturas de transporte, saneamento, energia e telecomunicações ou (ii) fixadas em ato administrativo editado no âmbito das políticas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.

O autor argumenta que não se pode "pretender fixar de antemão as dimensões precisas de cada restrição, pois estas dependem de uma avaliação do território que se pretende urbanizar ou reurbanizar".

Nesse sentido, a reserva de uma faixa de quinze metros de cada lado "pode revelar-se insuficiente para alguns casos e excessiva ou mesmo desnecessária para outros". Dessa forma, o projeto substitui "um critério rígido por um princípio flexível, a ser operacionalizado no contexto de cada projeto de parcelamento do solo".

As proposições tramitam em conjunto por força da aprovação do Requerimento nº 274, de 2015, do Senador Valdir Raupp, tendo sido distribuídas às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à ultima a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

A análise.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Donizeti, como a matéria já foi distribuída e como V. Exª foi designado Relator *ad hoc*, na ausência do Senador Pimentel, com a concordância do Relator, solicito a V. Exª que pudesse passar diretamente ao voto, para que a gente possa dar prosseguimento à reunião.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bacana.

Só vou ler os dois últimos parágrafos da análise.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Para garantir a preservação da segurança da população e a proteção ao meio ambiente, o PLS nº 66, de 2014, altera também o parágrafo 3º do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, para determinar que as faixas não edificáveis e limitações incorporem as servidões e restrições vinculadas a infraestruturas de transporte, saneamento, energia e telecomunicações; ou fixadas em ato administrativo editado no âmbito das políticas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.

Dessa forma, ao reconhecer a necessidade de se tratar desigualmente situações desiguais, o PLS nº 66, de 2014, não transige com a exposição da população e do meio ambiente a riscos, uma vez que a definição dos limites a serem observados advirá de análises criteriosas de cada caso específico.

Voto:

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 66, de 2014, e pela rejeição do PLS nº 408, de 2012.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela rejeição do PLS 408, de 2012, e pela aprovação do PLS 66, de 2014.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para as providências cabíveis.

Gostaria de passar a Presidência ao Senador Paulo Rocha, para que eu pudesse subscrever um requerimento e fazer a defesa.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Item 3:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 26, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o plenário desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que seja realizada audiência pública destinada a debater o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR, instituído pela Lei º nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 e as implicações decorrentes de sua eventual suspensão para a Amazônia Legal.

Para a referida audiência, sugere a presença dos seguintes convidados:

– Representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República;

– Representante da Azul Linhas Aéreas;

– Representante da Sete Linhas Aéreas; e

– Representante da MAP Linhas Aéreas;

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Davi Alcolumbre, que subscreve também o Requerimento de nº 26.

Para discutir, tem a palavra V. Exª.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Obrigado, Presidente, Senador Paulo Rocha.

Gostaria de cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues e de subscrever o requerimento de autoria desse eminente Senador do meu Estado do Amapá, que diz respeito ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, um programa criado pelo Governo Federal através da Lei nº 13.097, de 2015, que é oriunda de uma conversão de uma Medida Provisória nº 656, de outubro de 2014.

Faço a subscrição do requerimento do Senador Randolfe, porque o Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional consiste na subvenção econômica para viabilizar rotas entre cidades pequenas e médias do interior do País e destas cidades para as capitais com o intuito de oferecer passagens aéreas com preços compatíveis com os oferecidos pelo transporte rodoviário, tendo como objetivo principal integrar comunidades isoladas à rede nacional de aviação civil e facilitar o acesso a regiões com potencial turístico.

O programa assegura também que a subvenção de rotas com origem ou destino na região da Amazônia Legal terá prioridade sobre aquelas das demais regiões. Em função do programa, diversas companhias aéreas já estudaram planos para atuar no segmento da aviação regional e na Região Norte do País, bem assim há uma enorme expectativa da população de ter acesso a esse meio de transporte.

No caso, o Amapá, Estado que represento, subscrevendo o requerimento do Senador Randolfe, é um Estado que é praticamente uma ilha. Hoje só se chega ao Estado do Amapá ou via fluvial ou via aérea. Portanto, é de grande valia e de muita importância esse Programa Nacional de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Recentemente, notícias veiculadas na imprensa dão conta de uma possível suspensão do programa em função do contingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil, vinculados ao programa, inviabilizando-o totalmente.

Diante do exposto, em função da importância do programa para a população da Região Norte e sobremaneira para o Amapá, solicito o apoio dos nossos Pares para o presente requerimento.

É o pedido que faço.

Como autor do requerimento, Sr. Presidente Paulo Rocha, acaba de chegar, eu queria comunicar, Senador Randolfe, a V. Exª que subscrevi o requerimento de V. Exª na sua ausência, portanto, me solidarizo com o requerimento e agora faço parte também da proposição feita por V. Exª, a qual estava defendendo agora há pouco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Ficou mais bem representado, Presidente.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Em discussão.

Tem a palavra o autor do requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, sem muito a acrescentar, esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT – PA) – É autoexplicável.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – ... além de ser autoexplicável, trata de um debate fundamental para não somente o meu Estado, o Amapá, mas a Amazônia Legal. É o problema... Ano passado foi apresentada uma medida provisória que criava um programa nacional de incentivo à aviação, notadamente a aviação regional, e seria importante nós termos um debate envolvendo os protagonistas porque, em especial, Presidente Paulo Rocha, Senador Davi, na nossa região da Amazônia, nós não temos tido a implementação das ações desse programa.

Portanto, considero necessário tratarmos desse tema com o Sr. Ministro da Aviação Civil e com os representantes das empresas aéreas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Não havendo mais quem queria discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Presidência providenciará a data da audiência para o devido debate.

Inclusive, Senador Randolfe e Senador Davi, eu dou uma sugestão. Acho que a gente deveria adotar a iniciativa de ir ao Ministério, porque, ao que sei, para isso não há problema de orçamento, até porque esse plano tem condições de financiamento, porque o próprio setor tem um fundo para viabilizar exatamente a construção desses aeroportos, que chamamos naquela região de aeroportinhos, exatamente para viabilizar e fortalecer, inclusive, não só pelo problema de transporte a própria população, mas o setor das empresas regionais.

Pois não, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidente, é para reafirmar o que está dizendo. Na apresentação do Ministro Padilha aqui, ele colocou isso muito claramente para nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Tem fundo, tem dinheiro.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Tem fundo. Só demanda articular os projetos. E acho que é importante para nós, da Região Amazônica, por exemplo, fazer essa reunião com o Ministro e, inclusive, ver se é possível estabelecer um conjunto de prioridades para esse primeiro momento.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Paulo Rocha, inclusive, uma informação que tive é a de que esse fundo da aviação é um fundo que tem alguns milhões de reais, se não me engano, mais de R$1,8 bilhão, segundo a informação que nós temos. E esse fundo só pode ser realizado única e exclusivamente, pela criação dele, na construção e justamente na viabilização de aeroportos regionais. Esse recurso só pode ser gasto efetivamente na infraestrutura aeroportuária, em construção de aeroportos, ampliação de terminal de passageiros e de cargas. O que o Governo tem feito nos últimos anos é apenas reservar esse dinheiro, não investir, guardar para dar como garantia para o superávit primário esse recurso do fundo, já que ele não pode gastar com outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Repasso a Presidência ao titular.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Não foi votado? Não. Foi sim.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Presidência providenciará a data para a devida audiência.

Repasso, portanto, a Presidência ao Presidente titular.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Agradeço o Senador Randolfe por apresentar esse requerimento e por me dar a oportunidade de subscrevê-lo.

Agradeço aos Senadores que participaram desta audiência e gostaria de dar um informe aos Senadores e Senadoras que iniciaremos, logo após o encerramento desta reunião, a 18ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para definirmos as emendas que a Comissão apresentará à LDO. Portanto, peço a todos que permaneçam em seus lugares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM OITO DE JULHO DE 2015.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia oito de julho do ano de dois mil e quinze, na sala de Reuniões número 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel,

Paulo Rocha, Simone Tebet, João Alberto Souza, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Dario Berger, Lídice da Mata, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Walter Pinheiro, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, Wellington Fagundes e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem por objetivo a discussão e a votação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2016 (PL nº 01/2015-CN) a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Em seguida a Presidência passa a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador José Medeiros, para proferir o seu Relatório e fazer suas considerações. O Coordenador explana que foram apresentadas 47 (quarenta e sete) Emendas ao PL nº 01/2015-CN, de autoria dos Senadores: Simone Tebet, Lídice da Mata, Romero Jucá, Randolfe Rodrigues e Lúcia Vânia, sugerindo a aprovação das Emendas de Inclusão de Metas agrupadas em três grupos conforme o número de Emendas de Inclusão de Metas possíveis na LDO. Primeiro grupo representado pela Emenda de número 10, segundo grupo representado pela Emenda de número 20 e terceiro grupo representado pela Emenda de número 32. Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação, a Comissão aprova o parecer indicando as seguintes Emendas de Meta, assim renumeradas: **Emenda nº 01 – Programa 2054 – Planejamento Urbano / Ação 1D73 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Quantidade/Meta: 300; Emenda nº 02 – Programa 2076– Turismo / Ação 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turísticas – Quantidade/Meta: 2.000; Emenda nº 03 – Programa 2051– Oferta de Águas / Ação 14VI – Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água – Quantidade/Meta: 300.** Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as Emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a Ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata e a submete a aprovação. **A Ata é aprovada**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Davi alcolumbre,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 17ª Reunião da Comissão.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 1, de 2015 – CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016, e dá outras providências.

Esclareço que, conforme aprovado em relatório preliminar, na forma do art. 87, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a Comissão poderá apresentar até 3 emendas de metas e qualquer número de emendas de texto.

A Comissão somente poderia receber sugestões de emendas de membros de seu colegiado e referentes a matéria de sua competência.

Por esta razão deixou de receber dez sugestões de emendas encaminhadas à CDR pelo Senador Wilder Moraes e 3 sugestões encaminhadas pelo Comando do Exército.

Na forma regimental, a Comissão recebeu 47 sugestões de emendas de metas.

Foi designado Coordenador das sugestões de emendas o Senador José Medeiros.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para fazer a leitura do seu relatório e as suas considerações.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, se V. Exª permitir, vou passar diretamente ao voto.

Explico que foram apresentadas, como V. Exª aqui citou, 47 emendas. No entanto, com a impossibilidade de escolher todas elas, como só podia escolher três, o critério foi pela consciência.

As que tinham maioria de indicações de Senadores, essas foram escolhidas.

Voto.

Somos pela apresentação, por esta Comissão, das seguintes emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (AMP-LDO 2016):

a) de número 10, da Senadora Lídice da Mata, referente ao Programa 2054 – Planejamento Urbano e Ação 1D73 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, a qual contempla os objetos das emendas de nº 01, da Senadora Simone Tebet, nº 18, do Senador Romero Jucá, nº 30 do Senador Randolfe Rodrigues e nº 38, da Senadora Lúcia Vânia, o que demonstra a importância da matéria, pois todos os Senadores que apresentaram emendas priorizaram tal ação;

b) de número 20, da Senador Romero Jucá, referente ao Programa 2076– Turismo e Ação 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, pois contempla objetos abordados nas emendas de nº 02, da Senadora Simone Tebet, nº 11, da Senadora Lídice da Mata, nº 31, do Senador Randolfe Rodrigues e nº 40 da Senadora Lúcia Vânia, o que demonstra a importância da matéria, pois todos os Senadores que apresentaram emendas priorizaram tal ação;

c) de número 32 do Senador Randolfe Rodrigues referente ao Programa – 2051 Oferta de Água e Ação Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água cujo programa também foi objeto das emendas de nº 6, da Senadora Simone Tebet, nº 12 da Senadora Lídice da Mata e nº 23 do Senador Romero Jucá.

Entendemos que essas propostas são as que melhor sintetizam as indicações de prioridades encaminhadas pelos Senadores a esta Comissão.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Em discussão o relatório e considerações do coordenador das emendas, Senador José Medeiros. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo nobre Coordenador permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Ficam aprovadas as emendas propostas ao anexo de metas e prioridades da LDO 2016 de números 10, 20 e 32, que são renumeradas como 1, 2 e 3 respectivamente.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I da resolução nº 1/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Neste sentido, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Agradeço a participação dos Senadores e Senadoras na presente reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE MAIO DE 2015.

Às oito horas do dia vinte e oito de maio de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Dário Berger, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Douglas Cintra e Fátima Bezerra. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado e Lúcia Vânia. Justifica a ausência, a Senadora Ana Amélia, em razão de integrar a missão brasileira para participar da 83ª Assembleia Geral da Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) nas cidades de Paris/França, Bruxelas/Bélgica e Genebra/Suíça, entre os dias 22 e 29 de maio de 2015. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa sobre a realização da 4ª edição da Rondônia Rural Show, a maior feira agropecuária da Região Norte, uma feira voltada para a inovação, novas tecnologias e oportunidades de negócios para o setor agropecuário, realizada anualmente pelo Governo do Estado através da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária (Seagri), em parceria com o Governo

Federal, principalmente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que mantém a sua presença desde a primeira edição dessa feira, feita para aproximar os nossos agricultores das novas tecnologias brasileiras. Após referência à edição da Rondônia Rural Show e a manifestação dos Senadores Waldemir Moka e Donizeti Nogueira, o Senhor Presidente dá inicio à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 7, de 2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de conhecer as diretrizes e os programas prioritários do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com a participação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado, Patrus Ananias. Os Senhores Senadores Waldemir Moka, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Blairo Maggi, Donizeti Nogueira, Fátima Bezerra, José Medeiros e Acir Gurgacz fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Acir Gurgacz,** Vice-Presidente da CRA.

(Texto com revisão)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 7, de 2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, que tem por objetivo conhecer e debater as diretrizes e os programas prioritários do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a presença do Exmo Sr. Ministro Patrus Ananias.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública, peço licença para fazer algumas colocações.

Nesta manhã de quarta-feira, em Ji-Paraná, a 4ª edição da Rondônia Rural Show, a maior feira agropecuária da Região Norte. Eu tinha me programado para participar da solenidade de abertura, juntamente com nosso Governador Confúcio Moura, mas permaneci aqui em Brasília por conta da agenda cheia de compromissos e das votações importantes que aconteceram e ainda acontecem hoje aqui no Senado Federal; e também para poder participar desta importante audiência pública com a presença do nosso Ministro Patrus Ananias.

Mas, amanhã, estaremos presentes à feira em Ji-Paraná juntamente com os ministros do MDA, Ministro Patrus Ananias, que também segue para Ji-Paraná hoje à noite; com o Ministro da Pesca e Aquicultura Hélder Barbalho, que também já confirmou presença. E também vão levar o seu apoio aos nossos agricultores, empresários e investidores.

A Rondônia Rural é uma feira voltada para a inovação, novas tecnologias e oportunidades de negócios para o setor agropecuário, realizada anualmente pelo Governo do Estado através da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária (Seagri), em parceria com o Governo Federal, principalmente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que mantém a sua presença desde a primeira edição dessa feira, feita para aproximar os nossos agricultores das novas tecnologias brasileiras.

É uma feira nova, criada há apenas quatro anos, e que cresce com o mesmo vigor da atividade agropecuária do nosso Estado. Uma prova disso é que, mesmo com o fim dos investimentos de grande monta da construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, que mantiveram o crescimento do PIB de Rondônia entre 6 a 8% nos últimos anos, as novas projeções do PIB de Rondônia indicam uma tendência de crescimento de 5% ao ano.

O vácuo de capital da redução dos investimentos resultantes da construção das usinas hidrelétricas está sendo preenchido exatamente pelo agronegócio e pelas agroindústrias, que estão se instalando no nosso Estado. No entanto, Rondônia precisa ampliar seu parque industrial. Temos que ampliar a nossa capacidade de processar a carne do peixe, do frango, do boi, processar a soja, o café, o milho, o arroz, o feijão, o cacau e a castanha entre outros produtos produzidos no nosso Estado de Rondônia.

Nesse contexto, as feiras agropecuárias, como a Rondônia Rural, são importantes porque abrem portas e muitas possibilidades para os nossos agricultores, também para empresários e para novos investidores que queiram investir em Rondônia. Servem para que os agricultores possam aperfeiçoar a produção com novas tecnologias, troca de conhecimentos e novas técnicas à disposição dos nossos agricultores e para que os investidores conheçam melhor o potencial e a localização estratégica de Rondônia no contexto do agronegócio brasileiro.

Para este ano, já estão assegurados R$ 400 milhões para financiamentos durante a feira. Cerca de 370 empresas do setor agropecuário do Brasil e de países como a Espanha, Peru, Bolívia, Rússia, Alemanha, Estados Unidos, Panamá e África do Sul já confirmaram presença, portanto, estarão participando da feira, em Rondô-

nia. A expectativa é que tenhamos um grande volume de negócios, não só internamente, mas também para exportação dos produtos brasileiros, que começou a crescer a partir do ano passado.

Os organizadores da 4ª Rondônia Rural têm uma expectativa de público flutuante durante os quatros dias de feira em torno de 80 mil visitantes e um volume de negócios de até R$ 700 milhões.

Portanto, fica aqui o nosso convite para que a população de todo o nosso Estado de Rondônia e a de todo o País prestigiem o evento e possam conhecer o potencial de crescimento, de desenvolvimento do nosso Estado de Rondônia. Tanto agricultores quanto empresários não percam essa oportunidade de adquirirem novos conhecimentos e fazerem bons negócios.

Essa feira teve início há quatro anos exatamente com a expectativa de atrair novos empresários para investirem no Estado de Rondônia, para que a população brasileira possa conhecer o potencial agrícola, pecuário que existe no nosso Estado.

Nós temos um Estado um pouquinho maior que o Estado do Paraná, por exemplo, mas temos apenas aproximadamente 1,6 milhão de habitantes em todo o Estado de Rondônia, ou seja, temos muito ainda que crescer. Essa é a expectativa que nós temos não só com a Rondônia Rural Show, de que de *show* não existe nada, é apenas uma feira de tecnologia, momento em que ocorre uma aproximação entre os Governos do Estado, dos Municípios e Governo Federal com os agricultores, fortalecendo a agricultura através de novas tecnologias, através de financiamentos, através de programas de Governo.

Por isso a importância da presença, sempre, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Pesca, Ministério da Agricultura, que sempre participam e fazem parte do crescimento e do desenvolvimento não só do Estado de Rondônia, mas de todo o nosso País.

Rondônia é muito jovem, Senador Moka, nós queremos chegar ao nível de desenvolvimento que está hoje, por exemplo, o Estado de V. Exª, Mato Grosso do Sul. Nós estamos trabalhando em ritmo acelerado para isso. É evidente que o tempo que nós vamos levar para chegar ao ponto que Mato Grosso do Sul chegou é muito menor, porque hoje a tecnologia à disposição dos nossos agricultores é muito maior, assim como as facilidades de financiamentos e os programas de Governo. Então, o tempo de desenvolvimento será diferente, será muito mais rápido.

Estamos vendo, com essa tecnologia toda à disposição dos nossos agricultores, o potencial de desenvolvimento que há, hoje, não só na agricultura, evidentemente, mas no nosso caso, no agronegócio em si, esperamos conseguir alcançar, aliás, alcançar não é o ponto, mas levar o crescimento que saiu do Rio Grande do Sul, passou pelo Paraná e pelo Mato Grosso do Sul e está no Mato Grosso, ao nosso Estado de Rondônia.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas Rondônia, Presidente Acir Gurgacz, tem um potencial muito grande. Já estive muitas vezes em Rondônia e pude constatar, realmente, que possui um potencial muito grande. É o tipo do Estado que tem uma vocação, como o nosso também tem, para o chamado desenvolvimento agropecuário. Sempre começamos na agricultura e pecuária, mas vem o passo da agroindustrialização, que é quando agregamos valores aos chamados produtos primários.

Mato Grosso do Sul iniciou isso com as usinas. Temos um polo muito grande também de florestas, papel e celulose, e, agora, está entrando de maneira muito forte também a madeira e a borracha, a seringueira.

Mas vocês estão fazendo isso quase que de forma conjunta. Então, é essa a facilidade. Por isso, acho que V. Exª tem razão. Em muito menor tempo, Rondônia será, e já é, uma das grandes fronteiras agrícolas em expansão no nosso País.

Quero parabenizar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado.

Da mesma forma, também Tocantins. Amanhã, teremos um evento importante, Senador Donizeti. V. Exª levará a Comissão para debater, discutir as novas tecnologias, assistência técnica. Assim, participamos desse desenvolvimento. Parabenizo V. Exª também pela atuação e pela iniciativa de levar esse debate para Palmas.

Dessa forma, estamos trabalhando o País como um todo: nossa Rondônia, seu Tocantins, o Mato Grosso do Sul, do Senador Moka, o Mato Grosso, do Senador Blairo. Enfim, essa atuação tem feito diferença no crescimento e no desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

V. Exª tem a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – É verdade, Presidente, Senador Acir.

O senhor falava também da feira de Rondônia. Acabamos de passar pela Agrotins, um evento extraordinário.

O que tenho percebido, e estive no Rio Grande do Sul, na feira de Não-Me-Toque, também na audiência pública da Comissão de Agricultura do Senado, presidida pela Senadora Ana Amélia, é que o processo de agroindustrialização, de mecanização da agricultura do Brasil, tem sido tão rápido que só mesmo nessas feiras para podermos nos situar e apreender o que realmente está acontecendo.

Na Agrotins, por exemplo, desde agricultura familiar ao agricultor de grande porte, havia demonstrações de desenvolvimento científico e tecnológico extraordinárias. A Embrapa, que vem fazendo um trabalho extraordinário, no nosso Estado, com toda precariedade que tem, a empresa de assistência técnica rural estava presente com inovações para a agricultura familiar, um negócio muito bom.

Amanhã, às 14h, no auditório da Unitins, em Palmas, na Universidade Estadual do Tocantins, vamos fazer mais uma das nossas audiências públicas, nosso seminário, para debater agricultura de baixo carbono e a piscicultura.

O Tocantins, hoje, tem um centro de desenvolvimento da piscicultura da Embrapa. Vamos ter oportunidade, amanhã, de debatermos com técnicos, produtores, autoridades políticas. Estamos fazendo uma mobilização. Acredito que o evento vai ser muito bom. A Embrapa, do que já conheço no Tocantins, amanhã, vai poder mostrar, não só para as pessoas que estarão presentes, mas para o Brasil, o que tem trabalhado em relação à agricultura de baixo carbono, a piscicultura lá no nosso Estado e no Brasil. Então, aqueles que estiverem nos assistindo agora, por gentileza, compareçam amanhã, em Palmas, no auditório da Unitins, às 14h, para esse evento que promete ser extraordinário.

Uma coisa que o senhor, falou, Senador Acir, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aqui no Senado está viajando pelo Brasil. Isso permite-nos compreender melhor a realidade brasileira, conhecer a diversidade que é o nosso País, em cada setor e, de forma mais responsável e comprometida, a gente poder debater os problemas aqui na Comissão e também legislar em favor do Brasil e do setor da agricultura e reforma agrária no nosso País. Acredito que essa iniciativa da Senadora Ana Amélia, nossa Presidente, de fazer essas audiências públicas às sextas-feiras em diversos locais do País foi uma iniciativa muito acertada e está dando muito certo. Estamos muito animados.

Para mim, é uma novidade muito boa – eu que sou novo aqui no Senado – poder estar discutindo o setor com as maiores autoridades deste País na área é, para mim, mais um mestrado.

Ministro Patrus Ananias, seja bem-vindo à nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem, Senador Donizeti. De fato a ida da Comissão de Agricultura a outros Estados é muito importante, para aproximar a população do Senado e também o Senado da população, e também para conhecer de perto, Senador Moka, quais são os problemas que existem em várias brasileiras. É claro que cada qual aqui defende o seu Estado, mas temos a responsabilidade de analisar a agricultura e o agronegócio como um todo. E, para isso, precisamos, muitas vezes, conhecer *in loco* o que está acontecendo. Então, de fato, a atuação desta Comissão tem sido um diferencial nesta Casa.

Comunico à Comissão que amanhã, dia 29 de maio de 2015, sexta-feira, às 14h, será realizado, na cidade de Palmas, no Estado de Tocantins, o 6º Seminário do Ciclo de Debates e Palestras da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em cumprimento ao Requerimento nº 20, de 2015 da CRA, de autoria do Exmo Senador Donizeti Nogueira, com a finalidade de debater o potencial, bem como os gargalos para o desenvolvimento da aquicultura e pesca no Estado de Tocantins; bem como discutir a agricultura de baixo carbono e as perspectivas para o Estado de Tocantins.

Mais uma vez, meus cumprimentos ao Senador Donizeti pela iniciativa e desejo um bom encontro, uma boa audiência, que tenhamos bons resultados.

Com muita satisfação, recebemos, hoje, aqui na Comissão, o nosso colega Ministro Patrus Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o qual temos uma relação muito boa nesta Comissão, que temos construído ao longo do tempo, com muito diálogo e parceria em termos das políticas públicas e dos programas que interessam aos nossos agricultores e ao desenvolvimento do nosso País.

O MDA, desde que foi criado, no ano de 2000, tem sido a casa da agricultura familiar e tem trabalhado com muito vigor na organização do meio rural, pois, além de ser responsável pela assistência técnica e o fomento da atividade agrícola nas pequenas propriedades rurais, é também responsável pela reforma agrária e pela regularização fundiária.

Portanto, ao receber o Ministro Patrus Ananias, queremos conhecer as diretrizes e os programas prioritários do MDA, bem como também saber em que medida o contingenciamento anunciado pelo Governo Federal afetará a pasta e quais as perspectivas para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016, que será lançado no próximo dia 15 de junho, qual a quantidade de recursos que teremos para o Pronaf neste ano e quais são as taxas de juros que serão praticadas. Uma das nossas grandes preocupações e debates nesta Comissão, Ministro Patrus Ananias, é exatamente a quantidade de recursos que vamos ter e, principalmente, a taxa de juros.

Nós debatemos, várias e várias vezes, aqui, todos os Senadores, essa preocupação em relação aos cortes, não os cortes já efetivados, mas desde o começo do ano, quando havia essa expectativa. Sempre procuramos dar o apoio para que o MDA não tivesse um corte muito grande ou considerável com relação ao Plano Safra da Agricultura Familiar.

Nós entendemos que isso é importante para o desenvolvimento do País. O que sustenta ainda a economia brasileira é exatamente o agronegócio. E quando falamos de agronegócio, falamos do pequeno, do médio, do grande, mas principalmente da agricultura familiar. Então, é nesse sentido que temos o prazer de recebê-lo aqui sempre com um pedido especial: a regularização fundiária da Amazônia, principalmente no Estado de Rondônia.

Temos algumas regiões com problemas. Esta semana me pronunciei, no plenário do Senado, sobre uma questão específica na cidade de Machadinho d'Oeste, onde está prestes a ocorrer um conflito de terras. Pessoas que foram assentadas há mais de 20 anos pelo Incra estão lá agora sendo ameaçadas por invasões. Pessoas que entraram naquela região antes de chegar à estrada, antes de ter energia, antes de ter a infraestrutura e ainda não têm o documento da sua terra. Mais de 20 anos, Senador Moka, e ainda não têm a titularização da sua área. Isso gera uma insegurança muito grande.

Sabemos que os desafios são enormes para essa conquista e sabemos também que, a partir do Programa Terra Legal, as coisas começaram a andar com relação à regularização fundiária, mas andaram de forma lenta ainda. Talvez agora, com toda a informática à disposição do Ministério, com avanços em relação a este tema da regularização e com essas ferramentas novas da tecnologia, possamos avançar mais rapidamente.

Então, agradecendo, em nome dos demais Senadores, a sua presença, passo a palavra a V. Exª.

O SR. PATRUS ANANIAS – Bom dia.

Quero saudar os Senadores presentes aqui na pessoa do Senador Acir Gurgacz, que preside esta reunião. Quero prestar aqui também as minhas homenagens à Senadora Ana Amélia, Presidente desta Comissão, agradecer o convite e dizer da minha satisfação pessoal de estar aqui. Eu estive há poucos dias também na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e é com muita alegria que compareço hoje para prestar as informações devidas e ter uma relação de diálogo, de troca de informações, de ideias com os Senadores que aqui representam os Estados, as unidades federadas do nosso País.

Embora eu tenha feito uma trajetória política mais vinculada às questões urbanas, comecei como Vereador, em Belo Horizonte, fui o Relator da Lei Orgânica do Município, depois Prefeito de Belo Horizonte, quero dizer aqui também que tenho origens profundas no meio rural. Eu sou filho de fazendeiro, fui praticamente criado numa fazenda próxima à Bocaiuva, minha cidade natal, onde passei a minha infância, a minha juventude. Tenho, então, uma ligação profunda com os problemas rurais. E, quando a Presidenta Dilma me convidou para assumir o Ministério do Desenvolvimento Agrário, eu recebi o convite como uma convocação para prestar serviços ao nosso País numa área que tem muito a ver com a minha história, com a minha formação e com os nossos compromissos em relação ao Brasil.

Vou fazer uma apresentação sucinta, tentando ser o mais breve, para termos um tempo maior, Senador Presidente, para a nossa conversa posteriormente.

Um breve histórico do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Foi criado, em 1982, o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Em 1985, houve uma modificação para Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Foi extinto em 1989. Foi incorporado, em 1990, ao então Ministério da Agricultura. Em 1996, foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e, em 1999, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária foi transformado no Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar. E, desde 2000, nós temos, então, o nosso Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Quero também aqui fazer um breve relato do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que é uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, agora sob a Presidência da nossa companheira Maria Lúcia Falcón. Nós estamos buscando – e certamente vamos conseguir, inclusive, com o apoio desta Casa, do Congresso Nacional – uma integração cada vez maior entre o Ministério e o Incra para alcançarmos os nossos objetivos.

O Incra iniciou a sua trajetória histórica em 1964, com a edição do Estatuto da Terra e a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o antigo Ibra, e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, o Inda, que substituíram a Superintendência de Reforma Agrária, a antiga Supra, anterior a 1º de abril de 1964.

Em 1966, houve a instituição do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária; em 1970, a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que, portanto, é anterior ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, resultando da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária com o Instituto de Desenvolvimento Agrário. Nós tivemos, em 1985, a instituição do novo Plano de Reforma Agrária. O Incra foi extinto em 1987, integrado ao Mistério da Agricultura, mas voltou, foi novamente criado, recriado em 1989.

Nós temos alguns dados sobre agricultura familiar e sobre o mundo rural brasileiro. Nós temos aproximadamente 30 milhões – para ser mais exato, segundo o Censo 2010, 29,8 milhões – de pessoas que vivem no Brasil no meio rural, representando 15,6% da população brasileira, sendo que desse total 47,4% são mulheres e 26% jovens de 15 a 29 anos.

Na verdade, nós estamos trabalhando agora no Ministério numa ação integrada com o Incra e com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, nós estamos buscando um novo conceito de ruralidades. Trago aqui um dado que considero muito importante. Nós temos no Brasil mais de três mil Municípios – para ser exato, 3.914 Municípios – com menos de 20 mil habitantes, com raríssimas exceções de pequenos Municípios que se organizam em torno de uma indústria, a grande maioria desses Municípios, quase a totalidade, é de Municípios rurais. Nesses Municípios moram trabalhadores, trabalhadoras, agricultoras, agricultores familiares, pequenos e médios produtores rurais, o comércio que se organiza ali é em função das demandas da população rural. Então, nós estamos trabalhando a perspectiva de integrar esses Municípios num novo conceito territorial de ruralidades para que nós possamos trabalhar benefícios para essas comunidades, integrando esses Municípios.

É impossível, por mais que nós queiramos, levarmos uma escola, uma unidade de saúde para cada agricultor familiar, até mesmo para seus assentamentos, quando são assentamentos menores. Então, nós temos de pensar esses Municípios como pontos também de convergência da população rural e pontos de serviços relacionados com a educação, com a saúde, com a cultura, mercados para que esses agricultores familiares possam vender os seus produtos, integração com a vida urbana, com o que ela tem de melhor, espaço para atividades esportivas, atividades lúdicas, espaços de convivência. Esse é um dado interessante.

Nesses Municípios com menos de 20 mil habitantes vivem mais de 32 milhões de pessoas, sendo que 19 milhões moram nas sedes desses pequenos Municípios e que mais de 13 milhões moram na área rural ou em pequenos distritos. Então, se nós acolhermos mais a população desses Municípios, haverá em torno de 50 milhões de brasileiras e de brasileiros vivendo na área rural ou diretamente vinculados à atividade rural, à atividade agrícola.

Vou fornecer aos Srs. Senadores e Senadoras e às demais pessoas que aqui nos honram com sua presença – comecei um pouco abruptamente e me esqueci de fazer as saudações também aos integrantes da nossa equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário, aos nossos secretários, aos integrantes da nossa equipe aqui presentes, às demais pessoas que aqui nos honram, aos servidores do Senado Federal –, dados sobre a agricultura familiar no Brasil, que, como já vimos, então, responde por 74% de um total de 16,5 milhões de postos de trabalho rurais e gera 33%, segundo dados de 2010, do valor bruto da produção agropecuária.

Aqui, temos alguns dados relacionados à produção da agricultura familiar, produção muito expressiva de alimentos que compõem a mesa, que compõem a segurança alimentar da população brasileira: são 80% da produção de mandioca; aproximadamente 70% da produção de feijão, e, também na mesma faixa, está a produção de hortaliças; mais de 50% da produção de suínos, de leite e de aves.

É importante lembrar – é um dado importante que não podemos perder de vista nem olvidar na memória – que o Brasil, no ano passado, em 2014, saiu do mapa da fome. A FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) retirou o Brasil do mapa da fome, reconhecendo o êxito das políticas de combate à fome e de segurança alimentar e nutricional que foram implantadas, além de outras políticas sociais que também convergem para a segurança alimentar, como o combate à pobreza e à miséria, e que foram implantadas no Brasil nos últimos anos.

Aqui, há alguns dados que mostram a expressão da agricultura familiar no Brasil. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, a área rural, o setor rural brasileiro tem quase 5,2 milhões de estabelecimentos produtores, de propriedades rurais. Desse total de 5,2 milhões de estabelecimentos, 84%, 4,4 milhões de propriedades, são de agricultura familiar. Agora, esse total de 84%, 4,4 milhões de um total de 5,2 milhões, ocupam uma área correspondente a 24% dos estabelecimentos rurais. Se ampliarmos um pouco mais e formos além da agricultura familiar, pegando pequenos produtores que não estão diretamente ligados à agricultura familiar, esse total chega a 90% dos estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 29%. Portanto, aproximadamente 70% estão nas mãos das maiores propriedades. Se excluirmos os médios produtores, em torno de 7%, nós teremos 3% de todos os estabelecimentos pertencendo a grandes produtores: 3% detêm 48% da área dos estabelecimentos rurais privados no Brasil.

Esses são alguns dados também que posso mostrar. Esses são os dados do Pronaf, que, como sei, é um tema que está presente hoje por conta do Plano Safra.

Com relação ao Plano Safra, no próximo dia 15 de junho, a Presidenta Dilma Rousseff vai apresentar os dados do Plano Safra. Nós estamos ainda em fase de encaminhamentos e de acertos com as áreas da Fazenda e do Planejamento do nosso Governo.

Estamos acertando também alguns encaminhamentos jurídicos, técnicos que mencionaremos hoje aqui, para que a Presidenta possa anunciar. O que ela já anunciou mais recentemente, num encontro com entidades representativas da agricultura familiar, é que não haverá retrocesso em relação aos anos anteriores, especialmente no que diz respeito aos valores.

Nós tivemos, no Pronaf, nos últimos anos, uma evolução muito significativa. O Pronaf, como nós vimos, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Na safra do período 2002/2003, nós tivemos investimentos na faixa de R$2,3 bilhões. Em 2014/2015, fechando agora nos meses de junho/julho, nós tivemos R$24,1 bilhões. Então, num período pouco superior a 10 anos, 11, 12 anos, nós saímos de R$2,3 bilhões para R$24,1 bilhões.

Aqui também nós temos alguns dados com relação aos assentamentos. A soma da área de todos os assentamentos do Brasil é superior a 88 bilhões de hectares, o que equivale a cerca de 10% do Território nacional e a 1/4 apenas da área de todos os estabelecimentos agropecuários, pela razão que mencionamos anteriormente.

Agora vou falar um pouco aqui, já caminhando para a parte final da nossa exposição, sobre os objetivos estratégicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em sintonia com o Incra e também em sintonia com outros Ministérios, dentro das diretrizes do Governo da Presidenta Dilma; quais são os nossos objetivos, os nossos compromissos estratégicos. Eu prefiro falar "objetivos", prioridades, compromisso nosso de realizar, mas é claro que vai depender também de parcerias: da participação dos governos estaduais, dos governos municipais, da participação da sociedade, das entidades e movimentos ligados à luta pela reforma agrária e pelo desenvolvimento da agricultura familiar. O Brasil é um país muito grande. Nós vimos aqui a questão da regularização fundiária. Então, temos que somar esforços para alcançar esses objetivos.

Quero saudar aqui o meu amigo, o Senador Paulo, aqui presente. Sua presença nos honra. Não estava presente quando fizemos as saudações aos demais Senadores.

A nossa primeira prioridade, para a qual estamos colocando todo o nosso empenho, é trabalharmos na perspectiva de assentar com dignidade todas as famílias e pessoas que estão hoje acampadas no Brasil. Sabemos que esse é um objetivo ousado. Por isso mesmo que eu disse aqui que precisamos construir, e estamos trabalhando nesse sentido, boas e saudáveis parceiras com os entes federados, com outros Ministérios, com a sociedade civil. Nós temos um desejo profundo no coração: até o final de 2018, até o final do Governo da Presidenta Dilma, não termos mais nenhuma pessoa, especialmente nenhuma criança, na lona. Esse é o nosso grande desejo, objetivo. Estamos trabalhando nesse sentido, levantando todos os acampamentos no Brasil.

Nós já temos uma ação integrada com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem um grande acúmulo na parte de cadastramento, por conta dos programas sociais, do Bolsa Família. Sessenta mil pessoas já estão devidamente cadastradas nesses acampamentos. Vamos cadastrar os demais para identificar bem as pessoas, saber a faixa etária, gênero, nível de escolaridade, aptidão para atividade agrícola. E o segundo ponto, desdobrando esse, é trabalharmos a perspectiva de transformar todos os espaços da agricultura familiar em espaços produtivos, visando especialmente à produção de alimentos saudáveis, que efetivamente promovam a saúde e a vida das pessoas, que contribuam para a soberania alimentar do nosso País e para a segurança alimentar e nutricional do nosso povo, mas que sejam, ao mesmo tempo, além de espaços autossuficientes, produtivos, espaços de vida.

Daí a importância do conselho que mencionei anteriormente das ruralidades, que é trabalharmos, Senador Acir, na perspectiva de levar as políticas públicas para os espaços da agricultura familiar, especialmente para os assentamentos. E também outros espaços ligados, por exemplo, a agricultores vinculados ao crédito fundiário, com políticas públicas relacionadas à educação, o Pronaf, voltado para a agricultura, a Escola Família Agrícola, atividades culturais, atividades esportivas, saúde, saneamento básico, infraestrutura, estradas vicinais para ligar as comunidades rurais, os espaços da agricultura familiar com as cidades próximas.

Aqui entra uma questão muito importante para nós também, que é manter no campo a nossa infância e a nossa juventude rural. E aí essas atividades são fundamentais, assim como a inclusão digital. Estamos entrando em entendimento com o Ministério das Comunicações e com os governos estaduais para levarmos a internet, os mais modernos meios de comunicação e de tecnologias para essa juventude, desenvolvendo atividades tecnológicas, culturais, esportivas e educacionais, para que esses jovens lá permaneçam.

Entre essas prioridades – não vou me alongar muito –, também há um esforço para ampliar, e estamos trabalhando nesse sentido, o perfil de renda dos beneficiários do crédito fundiário, de R$15 mil para R$100 mil e o patrimônio de R$30 mil para R$200 mil. Nós entendemos que os atuais beneficiários do crédito fundiário, os que estão sendo beneficiados, não podem receber créditos, eles devem receber é apoio. Para quem tem uma renda de até R$15 mil e um patrimônio de até R$30 mil no meio rural é preciso ampliar a fim de garantir inclusive que possam cumprir seus compromissos no que diz respeito aos financiamentos.

Estamos também priorizando a questão da regulação fundiária, como já foi mencionado aqui, na Amazônia Legal. No Ministério existe uma secretaria, a Serfal, voltada exclusivamente para a regularização fundiária na Amazônia. O Secretário Sérgio, nosso companheiro, está aqui presente, ao lado de outros secretários.

Também estamos trabalhando muito com a nossa ouvidoria em políticas para promover a paz no campo. Existe hoje um quadro de violência em algumas regiões do Brasil relacionado com conflitos fundiários. O

Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da nossa ouvidoria, integrado com o Incra, outros ministérios do nosso Governo, como o Ministério da Justiça, com órgãos públicos, com o Poder Judiciário e o Ministério Público, pretende viabilizar ações políticas que promovam a paz e que cada vez mais reduzam os espaços de violência e de morte no campo relacionados a conflitos agrários. Que os conflitos sejam processados pacificamente, democraticamente, por vias legais.

Também estamos trabalhando no sentido de acertarmos algumas questões jurídicas. Além do crédito do Pronaf, em que estamos trabalhando a questão de manter o montante do crédito e as taxas de juros negativas, também estamos, em uma ação integrada – é importante registrar – com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) viabilizando o Suasa, que diz respeito à regulamentação sanitária específica para a agroindústria familiar. Estamos trabalhando também no sentido de valorizar a agricultura familiar agregando valor, estimulando o cooperativismo, a agroindústria, a agroecologia, para que os produtores possam desenvolver suas potencialidades do ponto de vista financeiro e tecnológico, e do ponto de vista pessoal também, familiar, comunitário. O Suasa possibilita que os agricultores que agregam valor aos seus produtos possam vendê-los fora do Município. Muitas vezes, o Município, por lei municipal, autoriza a venda local, mas não possibilita que o agricultor familiar venda o seu produto em outros Municípios e em outros Estados ou regiões do Brasil.

Recentemente, a Presidenta Dilma, numa sessão no Palácio, com a presença da Ministra Kátia Abreu, com a nossa presença, com a presença também da Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, formalizou essa cooperação, que brevemente estará funcionando e possibilitando que os agricultores vendam seus produtos, é claro que com as cautelas necessárias do ponto de vista da higiene e dentro dos critérios de sanidade, etc.

Nós estamos trabalhando também na perspectiva de colocar em funcionamento o novo seguro da agricultura familiar, que dará mais garantia ao agricultor contra fatores climáticos, por exemplo, que venham assentar sua produção, vincular também ao Plano Safra.

No Garantia Safra, nós estamos trabalhando – a Presidenta deve anunciar no próximo dia 15 – a expansão do programa para outras regiões do País, em especial, Municípios da Região Norte, exatamente na área onde está o maior desafio da questão da regularização fundiária.

Um outro aspecto importante também, nós estamos expandindo as ofertas de Ater, que diz respeito à extensão rural, à Assistência Técnica em Extensão Rural, com foco na juventude. Vimos recentemente um evento aqui em Brasília, com a presença da Presidenta Dilma com a juventude rural, quando a Presidenta anunciou recursos de formação de extensão rural voltados especialmente para a produção da juventude e também na perspectiva da expansão da produção agroecológica e também na assistência para o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que nós estamos também implementando, numa ação integrada com o Ministério do Meio Ambiente.

E nessa perspectiva nós estamos construindo também – a Presidenta Dilma deverá anunciar brevemente, a decisão final será da Presidenta –, nós estamos encaminhando todos os documentos necessários do ponto de vista jurídico, da questão dos regimentos internos, gestão administrativa, dos nomes, para nós constituirmos a Anater (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), que vai dar, seguramente à assistência técnica e à extensão uma nova dimensão no Brasil, integrando com a ação das EMATERs nos Estados e com outros órgãos de assistência técnica à agricultura, especialmente à agricultura familiar.

Como eu disse, há um esforço nosso... Nós temos no Brasil, é importante lembrar, uma agricultura familiar diferenciada. Eu tenho visitado, por exemplo, assentamentos, espaços da agricultura familiar em algumas regiões do Brasil que são experiências consolidadas, exitosas, esplêndidas. Eu estive agora, por exemplo, domingo e segunda-feira em assentamentos em Santa Catarina, estive com a Presidenta Dilma no Rio Grande do Sul, em Eldorado do Sul, onde a agricultura familiar produz arroz da mais alta qualidade, beneficia o arroz e industrializa. Então, nós temos experiências e espaços muito consolidados e temos espaços da agricultura familiar com maiores dificuldades por razões várias: no Semiárido do Nordeste do Brasil, no Norte, questões de acesso a mercados, questões tecnológicas. Então, nós vamos trabalhar – quero enfatizar isso – nesses três níveis, primeiro estimular o cooperativismo.

Está muito claro que a agricultura familiar precisa agregar valor, unir esforços, maximizar os recursos, criar sinergias, vinculando o cooperativismo à agroecologia que, além da questão ambiental, da questão da saúde, promover a vida, tem também um espaço comercial, agrega valor aos agricultores familiares porque os produtos agroecológicos, os produtos preservados de agrotóxicos, etc. têm o valor maior no mercado. E vinculado também à agroecologia, como eu disse, nós estimularmos a agroindústria.

Também um tema caro à Presidenta, que deve ser também anunciado, é a questão das compras públicas. Nós temos hoje uma legislação que vincula que 30% da merenda escolar deve vir, por força de lei, da agricultura familiar. Nós estamos trabalhando a perspectiva de ampliar essas contas públicas para outras esferas da Administração Pública: setor de saúde, hospitais, Forças Armadas, polícias, presídios, enfim, outros setores

no sentido de estimular que outros órgãos públicos, entidades e instituições privilegiem também a compra da agricultura familiar.

Já mencionei aqui que nós trabalhamos também no Ministério com as chamadas populações tradicionais, populações de comunidades tradicionais. Não é uma ação específica nossa, em alguns casos, mas interage com outros Ministérios. Há uma incidência também da questão dos quilombolas, das comunidades indígenas, dos extrativistas, populações ribeirinhas.

Nós estamos muito preocupados e também priorizando, além da juventude, a questão das mulheres. Esse é um outro desafio que nós estamos trabalhando com muita seriedade. O crédito exclui muito ainda as mulheres, é muito voltado para os homens, e nós queremos que as mulheres também se tornem pessoas ativas nesse contexto, que elas possam também obter o crédito em igualdade de direitos e oportunidades em relação aos homens.

Como as mulheres têm também a questão da família, nós estamos pensando também – isso é um tema também caro à Presidenta Dilma, já falamos sobre isso – nos chamados "quintais produtivos", em que a mulher possa ter atividades próximas da casa, a produção de alimentos para o consumo familiar, que também é importante, de qualidade.

Há também um empenho nosso, e vamos continuar a ampliar, o Programa Minha Casa, Minha Vida rural, tanto no setor de construção como no setor de reforma de construções já existentes.

E agora já no final, já falamos, eu quero insistir um pouco na questão territorial, nós consideramos essa questão do território muito importante como fator de desenvolvimento, como espaço onde se encontram as políticas públicas, espaço de convergência das políticas públicas.

Nós sabemos hoje que nenhuma política pública, por mais importante que seja... A educação por exemplo, que é fundamental, que é exemplar, porque a educação, ao mesmo tempo que é um direito da pessoa, da criança, do jovem, do ser humano, da família, é também um bem público, um bem coletivo, é um fator fundamental para o desenvolvimento político, econômico, social do País, um fator de expansão das possibilidades individuais e coletivas. Mas, mesmo a educação, não se viabiliza sozinha. Porque uma criança na escola não aprende sem ter saúde. A criança não tem saúde se não tiver comida em casa. O direito humano à alimentação adequada, se não tiver água potável, saneamento básico, moradia e assim por diante. A questão, então, do território possibilita o encontro dessas diferentes ações e dessas diferentes políticas públicas.

Nós estamos também agora empenhados em fortalecer o nosso Ministério, atualizá-lo, dar-lhe uma estrutura para que ele possa implementar, efetivamente, em sintonia com outros Ministérios, em parceria com outros órgãos públicos, entes federados, com organizações da sociedade civil, que ele possa, efetivamente, cumprir as suas altas finalidades.

E, por último, Srs. Senadores, demais pessoas aqui presentes, nós estamos propondo um tema, uma discussão no Brasil. O nome que nós estamos dando originalmente, mas sujeito a críticas, questionamentos, é nós fazermos uma Conferência da Terra no Brasil. E nessa conferência nós discutirmos as questões ligadas à terra, inclusive, sobretudo, a questão da água: que terra, que solo, que Brasil – lembrando o Hino Nacional brasileiro, "Dos filhos deste solo és mãe gentil" –, que solo nós queremos deixar para as meninas e os meninos de amanhã, para as gerações futuras; como conciliar a produção agrícola, fundamental para o desenvolvimento do nosso País e para a segurança alimentar do nosso povo, como conciliar a produção eficaz de alimentos de qualidade, saudáveis, com a preservação ambiental, com a preservação dos nossos recursos naturais; como conciliar a função social da terra com a propriedade privada da terra, seja a agricultura familiar, sejam os pequenos, médios e grandes produtores rurais. Esse é um tema que está muito colocado hoje para nós.

Eu tenho colocado essa proposta onde estamos presentes, junto às entidades, movimentos sociais, eu tenho levantado essa possibilidade de nós promovermos, a partir dos Municípios, a partir das universidades, das igrejas, dos movimentos sociais, crescendo depois para os Estados, para as diferentes regiões do Brasil, até chegarmos aqui em Brasília numa grande conferência nacional sobre a questão da terra.

Era isso, para iniciar a nossa conversa, que eu tinha a dizer. Eu quero saudar aqui, além do Senador Acir, Vice-Presidente da Comissão que hoje nos preside, a presença dos Senadores Wellington Fagundes, Waldemir Moka, Paulo Rocha, do Senador Donizeti Nogueira, que esteve aqui conosco e saiu, e também do Senador Douglas Cintra.

Agradeço com o coração aquecido a presença de todos e agora eu me coloco à disposição para ouvi-los e nós estabelecermos, então, aquilo que o saudoso educador brasileiro Paulo Freire colocava como sendo o momento maior das relações humanas: o momento do diálogo, superando o momento do monólogo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado ao nosso Ministro Patrus Ananias, que faz aqui uma explanação importante sobre o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Também registro a presença do Sr. Adhemar Lopes Almeida, que é Secretário de Reordenamento Agrário; Sr. João Guadagnin, Secretário de Agricultura Familiar; e Sérgio Lopes, nosso assíduo participante aqui das nossas audiências públicas, dos debates, que é responsável pela regularização fundiária na Amazônia Legal, que está precisando sempre de um incentivozinho, não é, Sérgio?, para que as coisas possam caminhar.

Registro a ausência da Senadora Ana Amélia, pois está junto com a Ministra Kátia Abreu, Ministra da Agricultura, na Organização Mundial da Saúde Animal, a OIE, que se reúne em Genebra. Estão debatendo as questões de saúde animal, que é um tema importante para o nosso País. Por isso a presença importante da Presidente desta Comissão juntamente com a Ministra Kátia Abreu.

Lembro aos nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, que queiram participar com perguntas, opiniões ou sugestões, podem fazê-lo através da internet: www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone: 0800-612211, lembrando que a ligação é gratuita.

Iniciando a fala dos nossos Senadores, a inscrição é pela ordem de chegada, como já fazemos há vários anos, passo a palavra ao Senador Waldemir Moka, para fazer os seus questionamentos ao nosso Ministro Patrus Ananias.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Presidente, Senador Acir Gurgacz.

Na realidade, o requerimento de pedido do convite ao Ministro Patrus Ananias é da nossa Presidente, Senadora Ana Amélia, cuja ausência V. Exª já justificou.

Confesso e acho que, como a gente diz na fronteira, a franqueza conserva a amizade, que eu tenho uma militância num segmento da chamada agricultura tradicional, notadamente o médio produtor rural. É a característica fundiária do meu Estado.

Aqui do meu lado está o Wellington, do Mato Grosso do Sul.

O que Santa Catarina chama de grande propriedade, para nós lá é média propriedade. Então, propriedade de 300 hectares, que em Santa Catarina em função do mapa fundiário do Estado, porque acho que Santa Catarina é um modelo de Estado. Eles não têm problema fundiário, são pequenas e médias propriedades.

Então, os assentamentos no meu Estado têm uma dificuldade, Ministro Patrus Ananias... Por exemplo, essa questão da visão de tornar os assentamentos próximos das cidades, uma visão territorial de ruralidade, isso acho que é mais fácil e eu acho que isso é importante. Não discordo. Eu digo que, em determinados Estados, isso é mais difícil em função da distância dos assentamentos. Os assentamentos ficam longe das cidades. É difícil você achar... Por exemplo, você terá que colocar um ônibus para as crianças irem à escola, ou, então, ter uma escola no assentamento, pelo menos de ensino básico. Não há como, pelo menos em curto prazo, fugir dessa realidade. Não na nossa realidade.

V. Exª disse, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, que as cooperativas são muito fortes, Senador Paulo Rocha. Então, os pequenos agricultores se associam e ficam mais fortes.

Eu fico feliz quando o Ministro coloca aqui que quer estimular essas cooperativas, porque é a forma que eu vejo de você fortalecer.

Em algum momento, esses assentamentos têm de ganhar a maioridade. Eles têm de, sozinhos, deixar... Sempre será necessária a ajuda do Poder Público, porque ela é necessária, mas é necessário diminuir essa dependência cada vez mais, até para sobrar dinheiro para que se possam fazer novos assentamentos. Senão, vamos ficar num ciclo...Como assentar mais gente, se nós temos dificuldade em dar estrutura mínima para esses assentamentos?

Eu tenho uma relação muito cordial com o Ministro Patrus Ananias, que tem uma visão, para mim, é muito interessante. O fato de ter sido vereador e prefeito de uma das maiores cidades do País, Belo Horizonte, uma belíssima cidade, essa visão urbana para a agricultura familiar é muito importante, porque o agricultor familiar mora lá e pelo número das pessoas fixadas.

Eu sei disso porque, em 1982, quando me elegi vereador, eu fui para um assentamento que as pessoas chamavam de Padroeira, porque Nossa Senhora Aparecida é a padroeira do Brasil. Eu atendi como médico lá, cuidei das pessoas. Eu me lembro de que o nosso Governador em 1982, o Dr. Wilson Barbosa Martins, tinha sido cassado pela revolução. Então, era o primeiro Governador eleito democraticamente depois de 1964. E ele começou a fazer, então, o assentamento. E essas pessoas foram transportadas em caminhões. Eu me lembro daquilo. As crianças, quando chegaram ali, não tinham estrutura nenhuma. E eu, então, jovem médico... Na época, eu era jovem. Pode acreditar, Senador Arcir Gurgacz, que, em 1982, eu era bastante jovem.

Agora, trazendo para o lado realmente mais objetivo que gostaríamos de saber, embora o Ministro já tenha reafirmado isso e eu já tenha ouvido também da Ministra Kátia Abreu, que disse que, para essa área da agricultura, a Presidente Dilma fará um esforço no sentido de que, no mínimo, ela vai preservar o orçamento do ano passado, embora ouçamos do Ministro Levy que o ideal é o orçamento de 2012 ou 2013.

Qual é a preocupação, Ministro? É a preocupação dessas pessoas. Por exemplo, a agricultura depende do chamado pré-custeio, que é um recurso que vai para a mão do produtor com o qual ele começa a adquirir produtos, insumos para a próxima safra. Esse dinheiro quase sempre vem nessa época e é fruto do chamado depósito à vista, no Banco do Brasil, que caiu. E eu já ouvi que não vai haver esse recurso para o chamado pré-custeio. Essa é uma preocupação, porque o produtor acaba indo parar na mão de quem? Daqueles que financiam, porque isso existe. Só que os juros desses que financiam são muito elevados.

Eu fico pensando, então... Não sei como funciona isso na agricultura familiar. Essa é a minha primeira pergunta. Embora, Ministro Patrus – eu já lhe disse isto pessoalmente –, com a não retomada do Deputado Federal João Grandão, eu assumi a agricultura familiar e tenho ajudado, tenho feito um trabalho naquilo que eu posso, e acho que eles gostam dessa franqueza, dessa sinceridade com que eu trato essas coisas.

Um dia desses, fui surpreendido no meu gabinete. Eles vieram para uma conferência aqui, chegaram num grupo de 40. Eu acho isto importante para mim, porque me dá condição de mostrar...

Eu acho Ministro, V. Exª colocou números, por exemplo, da pequena propriedade. Eu digo o seguinte: a meu juízo, a grande propriedade é e sempre será importante para o nosso País. Por quê? Porque ela é a responsável hoje pela grande exportação. Imagine o que seria do nosso País se não tivéssemos as grandes propriedades para exportar a soja, o algodão. Nós não teríamos recursos para financiar essas áreas sociais tão importantes e necessárias. Então, o que temos que fazer? Somar os esforços e enxergar isso da forma mais positiva possível.

Eu presidi aqui a Comissão Mista do Cooperativismo e, então, estimulei o cooperativismo nas pequenas propriedades como forma de eles comprarem melhor e de eles venderem melhor os seus produtos.

Então, eu saúdo a vinda do Ministro aqui. Embora não tenhamos essa tradição, no meu Estado, o pessoal da agricultura familiar sabe que pode contar comigo naquilo em que eu posso ajudá-los e que terão sempre em mim um parceiro que pretende fazer com que eles possam se emancipar. O meu sonho é de que possamos ter, neste País, a cada dia, a cada ano que passa, milhares e milhares de pequenos agricultores, como no sul do País, uma agricultura familiar cada vez mais forte, mais competitiva, mais organizada. Nós hoje temos feiras. Eu já as vi lá no Mato Grosso do Sul. É impressionante a Embrapa trabalhando com tecnologia para o pequeno produtor, com o microtrator, o sistema de irrigação para pequenas propriedades... Essa tecnologia vai melhorar muito a agricultura familiar. Eu sonho com essa agricultura familiar de homens e mulheres de mãos calejadas, mas sendo cada vez mais estimulados para que terem, com a venda dos seus produtos, uma renda cada vez melhor, a ponto de ele chegarem, em algum momento, até a aumentar a sua propriedade. Por que não? Eu penso que esse é o estímulo que a gente tem que dar. Ninguém pode querer sonhar em sempre ser um pequeno agricultor; as pessoas têm que sonhar em ser médios ou grandes produtoras. É isso que motiva as pessoas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Passo a palavra agora ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia, Senador Acir, Ministro Patrus.

Ministro, há poucos dias, nós tivemos, aqui, uma audiência pública na qual estavam representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eu fiz uma indagação que não pôde ser respondida na hora, mas ficaram de me dar a resposta. O que me angustia é que eu estou procurando há mais de três ou quatro anos no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Trata-se de um projeto que nós começamos, eu acredito, há dez anos. É um recurso liberado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para o Município de Rondonópolis, em Mato Grosso, minha cidade natal, para a construção do primeiro Centro de Apoio à Agricultura Familiar. Foi um projeto que idealizamos junto com os técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Envolvemos, no projeto, a Universidade Federal, a Secretaria de Agricultura e outros organismos da área, como a Emater, e conseguimos adquirir uma área exatamente anexa à Universidade Federal, com o objetivo de que esse Centro de Apoio à Agricultura Familiar fosse um centro de pesquisa, um centro de manipulação dos produtos, com laboratório – o recurso, na época, foi de R$ 2 milhões – e também que servisse de ensino aos alunos, principalmente do curso de zootecnia da Universidade Federal. Tudo isso foi feito em conjunto com eles. O recurso foi repassado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, integralmente, e, até hoje, a obra está lá abandonada, inclusive com parte do recurso ainda na conta da Prefeitura. Equipamentos foram comprados, e, até hoje, isso não é utilizado. Eu já pedi muitas vezes à fiscalização do Ministério do Desenvolvimento Agrário para tomar uma decisão do que fazer com aquilo. Penalizar o Município? Não sei. Eu acho que é encontrar uma forma de solucionar porque ninguém está usando. Hoje é uma área nobre da cidade.

Eu queria, mais uma vez, fazer um apelo ao Ministério, agora na figura, diretamente, do Ministro, porque eu gostaria de uma posição. Eu cobrei muito do superintendente em Mato Grosso, no ano passado, que fosse lá. Aliás, vêm cobrando isto vários, e não se consegue uma resposta.

Ou seja, o dinheiro público que poderia muito bem servir em toda essa cadeia que o...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Há quanto tempo foi isso?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Uns 12 anos, uns 12 anos. O Ministro era o Miguel Rossetto.

Ou seja, o Ministério cumpriu o papel de repassar o recurso.

Mas esse é o problema. Se não há uma fiscalização... Como a gente sabe, ele distribuiu muitos equipamentos às prefeituras do Brasil. Eu participei, inclusive, de vários eventos desses, entregando retroescavadeiras, caminhões, enfim. Mas, pelo menos no meu Estado, a gente não consegue perceber o que está sendo feito desses equipamentos, que programa de sustentação, porque vai lá e entrega o equipamento para fazer a piscicultura. Só que o equipamento sozinho não vira. Então, a gente percebeu muito mais a preocupação em fazer a aquisição para estimular a indústria do que para resolver o problema do pequeno assentado, como disse aqui o Senador Moka.

Então, se esse pequeno produtor não tiver um apoio continuado, e, aí eu digo, não só o apoio financeiro, mas o acompanhamento da produção, a gente vê pouco resultado no nosso Estado com a característica de ser um Estado muito grande. Hoje, no nosso Estado, tudo é campeão de produção: é o maior produtor de soja, o maior produtor de milho, o maior produtor de bovino, o maior produtor... Só que o pequeno produtor está realmente abandonado há muito tempo. Não há uma política de Estado de apoio ao pequeno agricultor. A dificuldade do pequeno produtor começa no que produzir. De repente, vão lá e decidem "vamos plantar tomate". E aí, muita gente plantando tomate, sobra tomate, e o preço cai demais. Mas o mais difícil para ele é a comercialização.

Por isso, quando nós fomos ao Ministério e foi lançado esse programa dos Centros de Apoio à Agricultura Familiar, eu, como médico veterinário, fiquei muito entusiasmado, porque o pequeno produtor precisa da assistência técnica, da pesquisa e, principalmente, da extensão e de uma orientação sobre como comercializar, porque tem toda dificuldade. No supermercado, hoje, existe o quê? A necessidade do código de barreira, a inspeção sanitária. Às vezes, nós criamos aqui a legislação e os prefeitos de lá começam a área sanitária, a aplicar, e esse produtor, às vezes, consegue produzir um produto de qualidade, mas não tem a capacidade, a cadeia não permite que ele faça, que ele atenda a essas exigências sanitárias.

Então, o senhor, que tem uma experiência muito grande, especialmente nessa questão da agricultura familiar... A gente vê que vários Ministérios, de repente, fazem as mesmas ações, e isso fica dissipado, não tem uma coisa... Então, o recurso público, que é escasso, acaba sendo... Um vai lá e entrega isso, outro entrega aquilo, cada um faz uma cerimônia, e o produtor fica lá.

A gente vê a comercialização hoje... Eu tive a curiosidade de ir a uma feira na minha cidade. Chegando lá, um pequeno agricultor, que não sabe vender... Vou dar dois exemplos. Um produtor chegou lá com 15 frangos. Um frango custa R$ 25,00. Ele vendeu o frango por R$ 15,00 para o intermediário, e, na hora, ali, o intermediário vendeu por R$ 25,00. Quem ganhou dinheiro? Claro que foi o intermediário. O produtor, para voltar... Ele acaba não tendo o resultado.

Eu ia dar um segundo exemplo mas me falhou aqui...

Mas, realmente, o pequeno tem dificuldade se não for organizada a cadeia.

Nós temos grandes Estados, o nosso País é rodoviário, e, ao longo das estradas brasileiras, poderíamos aproveitar para criar esses centros de comercialização. O Estado de Minas Gerais tem muitos, onde passamos e vemos a fartura do campo sendo produzida, porque também, quando é concentrado nas feiras, por não haver uma organização, quem ganha dinheiro é o intermediário, não o produtor, diretamente.

Então, não sei o que o senhor pensa, o que o Ministério está planejando para ajudar esses produtores ou o que esses ministérios que são correlatos estão planejando para tentar fazer um programa único, juntos, principalmente agora, num momento de crise.

Também temos lá o problema dos indígenas. Não vemos um programa, tentamos, às vezes até com algumas prefeituras, ajudá-los na produção. Aí vem a Funai, com toda a dificuldade, e questiona que estamos querendo tirar os costumes dos indígenas. Mas eles estão passando fome! No Mato Grosso do Sul, temos uma população indígena muito grande, que já está confinada, não tem terra. Inclusive, uma etnia, no Mato Grosso do Sul, os Terenas, acabou indo para Mato Grosso. Foi uma confusão ali na região sul de Mato Grosso, durante três a quatro anos, fechando estradas... Aí, conseguimos encontrar uma área no norte, de 50 mil hectares, e estão lá os Terenas.

Agora, de 15 dias para cá, os índios estão fechando a estrada, cobrando pedágio, criando uma confusão danada na região de Comodoro, porque, na verdade, eles não têm estrada, não tem como produzir. E, quando conseguimos – e tivemos uma experiência exitosa em Primavera do Leste –, a Funai vai lá e diz que não é para fazer aquilo, que estamos atrapalhando a cultura dos índios.

Temos exemplos de áreas, como lá no Parecis, onde foi feita uma estrada dentro da reserva indígena, passando pela reserva indígena, em que eles cobram pedágio, há 12 anos, recebendo muito dinheiro. Essa foi uma experiência exitosa. Mas naquela área que poderia produzir e gerar riqueza não pode ser feito.

Partindo para o Incra... Já falei que temos chamado o Incra lá de "incravado", porque, realmente, como disse o Senador Moka, os assentamentos do Incra não conseguem fazer a emancipação.

Agora, nós tivemos uma operação lá, a Terra Prometida, e eu até gostaria que o senhor fizesse algum comentário, porque virou uma confusão nacional, e parece que a coisa acaba só na ação policial, e não estamos vendo o que virou aquilo.

Mas, na questão dos assentamentos no Mato Grosso, onde temos muitos assentamentos, pelo fato de as pessoas não terem emancipação e, consequentemente, não terem o documento, cobramos, mas o Incra não vai para resolver. São assentamentos antigos, assentamentos com mais de 20 anos.

Vou dar o exemplo da cidade de Nobres, que tem um potencial turístico como Bonito, no Mato Grosso do Sul. Lá não é bonito, é mais do que bonito, é lindo. Essa é a diferença.

Todo esse potencial é dentro da área de assentamento do Incra. Então, os assentados estão lá, algumas pousadinhas foram feitas, mas não há como fazer investimento de financiamento, porque não há documento. Eles cobram há muito tempo, vem, vai, governo passa, entra um novo governador, "vai resolver", e a gente vem aqui no Incra e não consegue solucionar. Aquilo ali poderia gerar muita riqueza, muito emprego, mas não se consegue.

Então, eu queria perguntar mais especificamente sobre essa questão de Nobres, se tem como V. Sª encaminhar uma solução.

Além disso, também há a questão de muitas cidades que foram feitas dentro do assentamento, principalmente em Mato Grosso, e que também não conseguem fazer a documentação da área urbana.

O senhor falou da Anater. Eu vejo como muito positivo, mas espero que não seja mais um órgão de burocracia centralizado em Brasília, com uma estrutura muito grande, cuja ponta fique dependendo da burocracia de Brasília, sem conhecer a realidade de cada um que está lá.

Então, Ministro, dada a sua experiência, como disse aqui o Senador Moka, o senhor, por ser, durante toda a sua vida, um político e um advogado, conhece muito essa questão social.

No Estado de Mato Grosso, ficamos tristes de ver que nossos produtos hortifrutigranjeiros ainda são, em sua maioria, importados de Goiás ou de São Paulo. Lá, nós tivemos alguns projetos de irrigação, mas, infelizmente, a maioria dessas áreas que foram compradas pelo Incra não tinham aptidão, pois a terra onde foram implantados alguns sistemas de irrigação era de má qualidade, e a conta de energia era mais cara do que tudo que era a capacidade de produção.

Então, não é uma coisa feita analisando o planejamento econômico do projeto.

Enfim, eu gostaria de convidar o seu Ministério para que pudéssemos fazer, não sei se por uma audiência pública, uma vistoria no Mato Grosso, dentro da nossa realidade, porque, com a crise agora, já começa a existir o desemprego, e essas pessoas que estavam muito bem na cidade ainda poderiam ver uma solução no campo.

Nós temos a Embrapa, que chegou ao Mato Grosso, em Sinop, e está fazendo um bom trabalho, mas, na verdade, para o pequeno produtor, ainda deixa muito a desejar, exatamente em função da extensão rural.

Então, isto é o que eu gostaria.

De qualquer forma, quero parabenizá-lo pela sua história de vida. Tenho certeza de que V. Exª é um idealista e espero que o senhor consiga dominar o setor como um todo, criar uma política, com os ministérios envolvidos, com os órgãos envolvidos, para que a gente possa ter começo, meio e fim e, principalmente, organizar a cadeia produtiva para que o pequeno produtor tenha resultado na sua produção, inclusive conseguindo chegar à comercialização, que é onde acho que sobre alguma coisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Passo a palavra ao Senador Paulo Rocha, nosso último inscrito para os questionamentos ao nosso Ministro, para fazer suas colocações.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Sr. Presidente, quero saudar os nossos Senadores e Senadoras. Um abraço carinhoso ao companheiro e amigo Ministro Patrus Ananias.

Ministro, sua ida para lá não foi surpresa. A exposição do seu sentimento de querer implantar todo esse programa, as coisas de que necessitamos no campo... Você conhece o nosso País, conhece a vida do nosso povo e conhece as diferenças que existem entre o pobre e o rico no nosso País, as diferenças regionais, enfim. Dentro do seu próprio Estado, um Estado rico, também há essas diferenças. Acho que, com esse conhecimento, sem dúvida nenhuma, a sua colaboração no Governo Dilma vai ser importante, principalmente nessa questão.

Eu vou comentar aqui a posição do Moka, que tem muito a ver com a evolução da questão no Pará e na Região Amazônica. Tem uma questão curiosa do Moka, Ministro. Como venho do chão da fábrica, eu tento chegar aqui às 7h30, que é, mais ou menos, o horário que o operário chega na fábrica, para registrar presença, pensando que eu sou um dos primeiros, mas o Moka já registrou às 7h da manhã.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu sou tirador de leite. (*Risos.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Bom, eu queria comentar duas coisas. Primeiro, a questão no concreto. Eu não tenho dúvida nenhuma da sua competência, do seu compromisso e da sua responsabilidade nesse Ministério. Mas eu tenho uma preocupação, exatamente mostrando essa questão da diferença regional, com a questão do orçamento do seu Ministério. E eu sei que nós temos que te ajudar a brigar, no interior do Governo, por mais orçamento para esse ministério. Inclusive, eu acho que você pode contar com o Parlamento nas chamadas movimentações internas de orçamento quando chegarem aqui, porque eu acho que uma comissão como esta, como a comissão da Câmara, tem capacidade, a partir das chamadas emendas de bancada...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª tem o meu compromisso de ajudá-lo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – ..., de fazer as chamadas movimentações, para, exatamente, ir ao encontro da priorização de um ministério tão importante como esse para o desenvolvimento do nosso campo brasileiro. É lógico que sabemos que é importante na indústria e nos outros campos da economia, mas nós sabemos o quanto é importante o desenvolvimento rural e agrário do nosso País, porque são realmente riquezas que devem brotar da visão de um desenvolvimento de baixo para cima, e não... Consertando até uma visão de desenvolvimento, principalmente nas nossas regiões mais distantes, aquela visão de desenvolvimento de cima para baixo, que começou com uma visão só a partir do grande. Mas essa ideia de inclusão do pequeno misturado com o médio e com o grande é que eu acho que deve ser a grande solução para o desenvolvimento do nosso País, principalmente quando se coloca a questão das diferenças regionais.

Então, a questão do orçamento... E é bom ter esse conhecimento da realidade. Muito se reclama do Incra, etc. Uma coisa é o orçamento do Incra para o Espírito Santo, por exemplo, outra coisa é o orçamento para o Mato Grosso, para o Pará ou para...

Eu estou olhando o meu Estado ali. O Município de São Félix do Xingu, onde uma vicinal tem 180km. Isto, só uma vicinal. Imagina dar conta de todo o Estado. É aquilo que ele estava falando: colocar o assentamento lá no interior da floresta, a 180km, é difícil.

Inclusive, o Moka falou em tirar leite. Nessa região chamada Lindoeste, a pequena produção lá é de leite. Mas, chegando a época do inverno, o leite apodrece porque não tem como sair de lá. Nem o caminhão trucado consegue. Então, tem que ir atrás de trator para puxar o caminhão trucado e poder chegar ao mínimo da produção que o pessoal produz lá.

Então, realmente, tem que dar conta dessas diferenças, e eu acho que tem vontade política, tem decisão política, mas o problema é a viabilidade de processar isso. Então, para mim, a questão do orçamento do seu Ministério é estratégica, inclusive, para esse processo.

Outro assunto que eu queria levantar aqui é a questão... Por isso que me referi ao Moka. Eu venho de um Estado que já foi campeão em conflito agrário, em morte no campo. Você viu que, nos últimos anos, isso diminuiu muito devido à intervenção, naturalmente, de governos, etc. Essa questão do conflito entre o grande e o pequeno diminuiu porque há um processo de visão de que o melhor para o campo e o seu desenvolvimento é exatamente combinar o pequeno, o médio e o grande nesse processo produtivo. Nosso País é grande. Nele, cabem o grande, o médio e o pequeno. Não é preciso matar para se assegurar esse processo.

Bom, avançamos em regras, exigências, etc. Há uma consciência... Digo isto aqui porque, na minha história lá, eu estava do lado dos pequenos, porque fui Presidente da CUT, fui organizador do sindicato, etc. Então, participei desses enfrentamentos. Mas há uma evolução de todos, do grande do pequeno, da indústria madeireira, nesse processo da devastação, nesse processo do uso da terra, da sustentabilidade.

Então, qual é a questão? E aqui eu me volto para o Sérgio, porque acho que ele já identificou isso. Hoje, a questão de prioridade do nosso Ministério para a nossa região é a questão da legalização da terra. O Lula foi muito feliz, com sua sensibilidade, por conhecer todas as regiões, a nossa região, ao criar a Secretaria Especial da Legalização da Terra da Amazônia, porque esse é o central da questão hoje. Não é só a regularização fundiária, mas também a legalização ambiental. Tanto o grande quanto o pequeno estão batendo na porta dos nossos gabinetes para resolvermos o problema da legalização, porque tudo está girando em torno desse processo. Quando o grande ou o pequeno produtor que quer avançar na produtividade vai ao banco de desenvolvimento – por exemplo, no Banco da Amazônia, no nosso caso –, é exigido dele um conjunto de documentos – e é correto o banco exigir –, mas, no entanto, ainda fica está emperrado, porque não há uma interação dos vários órgãos de Governo capaz de assegurar esse processo.

Estou dizendo isto, amigo e companheiro Ministro Patrus, porque, numa região como a nossa, os grandes erros de governos se devem ao fato de atuarem por seus órgãos. O Incra tem uma política, o Ibama tem uma política, o Ministério da Agricultura tem uma política... Aí, se não houver uma interação, como chamo, de ação de governo para poder identificar o conjunto do problema e atacar como governo, não, como órgão ou como ministério, isoladamente, não vamos conseguir resolver os problemas urgentes que requerem, hoje, a ação de governo.

Então, para a nossa Amazônia, acho que essa sua ideia da Conferência da Terra é uma iniciativa importante, porque ela acaba aproximando os que conflitavam antes, para poder ser responsabilizado pelo desenvolvimento do campo, desenvolvimento do interior do nosso País.

Então, acho que já saímos daquele conflito. O Governo tem que sentar com o grande e o pequeno para todos buscarem a saída para o nosso desenvolvimento. Então, a questão da Conferência da Terra pode cumprir esse papel importante.

Mas aqui deixo uma sugestão que vou dar para a Kátia Abreu, para a Ministra do Meio Ambiente, para o cara da Funai: nós temos que fazer a ideia do cooperativismo, que também acho que é a saída para o campo, para o pequeno produtor. Acho que devemos ter também uma visão de mutirão, que chamamos de "puxirão" lá na Região Amazônica, que é um conjunto dos órgãos que tratam da questão do desenvolvimento do campo para agir coletivamente nas regiões onde há essa questão da ausência do desenvolvimento.

Não sei se é a mesma realidade, que já evoluiu bastante – haveremos de reconhecer –, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, mas acho que, para a nossa realidade, da Amazônia, do Mato Grosso, etc., essa ação coletiva de governo é fundamental.

Então, eu queria parabenizar e nos colocar à disposição, tanto lá, na nossa região, no nosso Estado, por nossa influência do nosso papel de liderança, para poder organizar os setores produtivos, seja do grande, seja do pequeno, para a gente poder ser esse parceiro na política de governo, para poder avançar o nosso desenvolvimento.

Vou dar um exemplo muito claro dessa questão da ação de Governo.

O companheiro Lula colocou como prioridade, que era tudo que ele queria, asfaltar a Transamazônica. Do Bico do Papagaio até a divisa com o Amazonas são mil quilômetros de estrada. Então, ele queria asfaltá-la, porque ela foi aberta pelos militares, com aquela visão de segurança nacional de integrar para não entregar... Mas a Transamazônica se transformou numa estrada que era chamada de "transamargura", porque os produtores foram incentivados a irem para lá, mas eles não tinham condição de produzir. Vários projetos faliram lá porque não havia condição de escoamento da produção.

Pois bem, o Lula queria asfaltar. Começou. Mas começa assim: "Ah, tem que fazer o plano executivo. Manda para o DNIT". Aí, o DNIT passa três anos para fazer o plano executivo. Aí "ah, tem que ter licença ambiental. Manda para o Ibama". Aí, o Ibama passa mais um ano para... Aí "ah, tem índio no meio da estrada. Manda para a Funai". Aí, passam mais outros dois anos, etc.

Conclusão: já se passaram 12 anos – começou no início do governo Lula – oito do governo Lula e quatro do governo da Dilma, e a Transamazônica ainda não concluiu seu asfaltamento, por causa deste processo, que eu acho, que é uma ação de governo.

Se o Governo disser "vamos fazer uma estrada de mil quilômetros dentro da Amazônia", senta, um ano, com todos os órgãos! Quando começar, está tudo resolvido, em termos de governo, para poder processar os avanços.

É por isso que eu dou este exemplo, para mostrar como uma ação na Amazônia deve ser uma ação de governo integrada entre todos os seus órgãos, para a gente poder responder ao cidadão que está, há tantos anos, lá, dentro do mato e com esses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

A respeito do que comentaram os Senadores Moka, Wellington e Paulo Rocha, Ministro Patrus Ananias, desde que nós estamos aqui, nesta Comissão, esta Comissão tem sido uma grande parceira do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Não é por uma questão de quem está no Governo, mas pela importância do Ministério, pela importância da agricultura familiar. Esta Comissão tem priorizado sempre, ao final do ano, colocar emendas específicas para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – o Senador Moka sempre foi nosso parceiro – na tentativa de estar engordando o orçamento do Ministério, pois sabemos da importância que tem o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a agricultura familiar.

Todos nós desta Comissão temos tido uma atenção especial a essa questão da agricultura familiar. Sabemos da importância do grande e do médio produtores rurais, mas o grande tem condições de atuar com menos apoio do governo, tanto do federal, quanto do estadual e dos municipais. E sabemos que a agricultura familiar precisa de uma atenção especial do Governo, como disseram o Senador Wellington, o Senador Moka

e o Senador Rocha. Então, a presença do Estado junto à agricultura familiar é através do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Eu gostaria de participar junto com V. Exª, Senador Paulo Rocha, dessa questão da produção com o meio ambiente e da infraestrutura e do não apoio dos órgãos do Governo com relação ao meio ambiente. Parece que há um conflito, no próprio Governo, da produção da infraestrutura com relação à preservação, e não tem que haver.

Eu cito sempre o exemplo da BR-319. Não conseguimos... Agora, sim, estamos conseguindo fazer a manutenção da BR-319. Mas a visão dos ambientalistas é de que, se abrir a estrada, vai haver desmatamento ilegal, porque desmatamento legal é possível. Mas é o contrário: se não há estrada, não há como fiscalizar, porque o transporte do desmatamento ilegal feito na Amazônia é feito pelos rios, onde não dá para fiscalizar, só via satélite. Se tivermos as estradas em perfeitas condições, vamos ter a presença da Polícia Rodoviária Federal, da polícia ambiental e o acesso da fiscalização.

Há um conflito de interesses. Eu entendo que, quanto mais estradas nós tivermos, vamos ter mais proteção ambiental em nosso País, especialmente na Amazônia. Mas não vamos entrar nessa questão, porque, senão, vamos mudar o foco e nos estender, e nós teremos o início da Ordem do Dia às 10h.

Senador Wellington, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, só para fazer um questionamento ao Ministro.

No passado, já discutimos a possibilidade de o Governo desapropriar áreas, preferencialmente, à beira das rodovias, principalmente federais. Aqui, o Senador Paulo Rocha falou que deveria ser feita uma estrada em uma região onde ainda não haja desenvolvimento. O Governo investe muito. Uma estrada como a Transamazônica. Mas vamos falar de qualquer outra estrada, como, por exemplo, no Mato Grosso, a BR-174, onde o valor da terra ainda é relativamente pequeno. Pois bem, o Governo faz o asfalto, o Governo faz o investimento, e não há nada de área pública, por exemplo, para construir uma pista de avião. Penso que, na Amazônia, ao se fazer uma estrada, a cada 200 quilômetros tinha que haver pelo menos uma pista de avião, que não custa quase nada, ao lado da rodovia para salvar vidas em caso de acidentes, enfim, principalmente para a reforma agrária.

Vocês já estudaram alguma coisa nesta área? Isto já foi pensado? Já foi discutido?

Às vezes, o Incra compra terras em áreas muito distantes da infraestrutura, e isso dificulta a educação, a saúde, dificulta tudo. Então, acho que seria muito mais fácil de atender as pessoas se fossem compradas áreas próximas da infraestrutura ou antes de o Governo fazer a infraestrutura.

Esta é uma sugestão. Eu gostaria de ouvir a sua opinião, já que o senhor é um estudioso da área.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu esqueci de dizer, mas prometi que diria.

Quero aqui, de público, elogiar pela construção das casas nos assentamento feitos por mão de obra da cooperativa do pessoal da chamada agricultura familiar. Realmente, é um padrão que não perde para nenhuma outra empresa urbana. É impressionante. Eu já estive em várias inaugurações. É um programa muito bom porque se fixam ali, naqueles assentamentos, naquelas colônias, em imóveis muito bem construídos e feitos por eles mesmos.

Eu queria registrar isto e dizer que a agricultura familiar do Mato Grosso do Sul, apesar de todas as dificuldades, é uma agricultura muito forte e o pessoal tem muita determinação e muito empenho.

Então, eu queria saudá-lo e dizer ao Ministro que, às vezes, começamos a reclamar e nos esquecemos de falar do lado positivo que isso tem nos nossos Estados.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Passo a palavra, então, ao nosso Ministro Patrus Ananias para responder aos nossos Senadores.

O SR. PATRUS ANANIAS – Muito obrigado, Senador Acir.

Eu quero, primeiro, registrar aqui, com muita alegria, que o Senador Waldemir Moka já nos deu a honra da sua visita, da sua presença no nosso Ministério, assim como o nosso querido companheiro Senador Paulo Rocha. E quero dizer que gostei da frase – gostei, escrevi e vou guardar – "a franqueza conserva a amizade".

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É uma expressão da fronteira. Sou nascido na fronteira do Brasil com o Paraguai.

O SR. PATRUS ANANIAS – Eu sempre disse – é outra forma de dizer – que a fraternidade e a franqueza, quer dizer, a sinceridade, são irmãs gêmeas. Gostei.

Não tenho dúvida, Senador Moka – e é um tema que o Senador Paulo Rocha colocou – que temos de considerar as diferenças territoriais do Brasil. No próprio processo da reforma agrária e do reconhecimento da agricultura familiar, os módulos rurais são variáveis. Sabemos perfeitamente.

Fui a esse assentamento em Santa Catarina e, como menino da roça, fiquei com água na boca. A média das propriedades é de 10 hectares. Dez hectares em Minas Gerais são 10 mil metros quadrados e o alqueire

mineiro é de 48 mil metros quadrados. Fiz as contas: dez hectares dá pouco mais do que dois alqueires na minha região, no norte de Minas. Dois! No norte de Minas, isso é considerado um quintal grande, um "lotefundio". Temos que considerar isso mesmo e trabalhar esse conceito, muito diferenciado no Brasil, de pequena e de grande propriedade considerando a diversidade, que é a riqueza do nosso País.

Essa questão dos assentamentos das cidades é um desafio. Penso que este novo conceito que estamos trabalhando – para o qual precisamos do apoio da sociedade, do Congresso Nacional, do Senado Federal –, esse novo conceito de territorialidade pode ajudar neste sentido de integrarmos ao conceito de território rural esses pequenos Municípios espalhados pelo Brasil afora, até como forma de ajudar no desenvolvimento desses Municípios. São quase quatro mil com menos de dois mil habitantes! É muito mais que a metade dos Municípios brasileiros.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas, no meu Estado, a realidade não é diferente. Então, tenho dez municípios com mais de 50 mil.

O SR. PATRUS ANANIAS – Quanto mais nós criarmos condições de desenvolvimento desses Municípios, estradas, mais eles podem se tornar polos irradiadores do desenvolvimento regional, porque outro grande tema no Brasil hoje é pensarmos um projeto nacional brasileiro, pensarmos o desenvolvimento integral integrado e sustentável de nosso País, mas considerando as diversidades regionais e, portanto, o desenvolvimento das diferentes microrregiões, mesorregiões e macrorregiões do Brasil.

Dentro do Plano Safra, que o Senador também mencionou, estamos procurando aperfeiçoá-lo, Senador, inclusive a questão do pré-custeio. Houve um aumento muito significativo dos recursos. Em pouco mais de dez anos, saltamos de pouco mais de R$ 2 bilhões para mais de R$ 24 bilhões.

Como eu já disse aqui, temos que trabalhar a questão das mulheres, em como garantir que o financiamento chegue às mulheres. Temos que trabalhar a questão da juventude, em como criar linhas de crédito para os jovens, para que eles sejam motivados a permanecer no campo, na vida rural. Também temos que pensar na questão de conciliar bem as diferentes de formas de financiamento, custeio e investimento.

Então, está na nossa linha de preocupações, de aperfeiçoamento, e vou considerar com muito carinho – nós vamos, porque é sempre um trabalho coletivo – o que V. Exª colocou aqui com muita propriedade.

Também gostei muito do que foi dito em relação à habitação. Vamos dar uma ênfase grande ao Minha Casa Minha Vida rural. É uma questão importante, porque é mais barato. Podemos estimular a autoconstrução, estimular a construção compartilhada, os mutirões comunitários, etc.

Quero agradecer muito sua presença, Senador Waldemir Moka, sua intervenção e o carinho que tem tido conosco, com nosso Ministério. As portas do Ministério e as portas do nosso coração continuam sempre abertas.

Ao Senador Wellington também quero agradecer as referências afetuosas, generosas que foram feitas à minha pessoa e ao nosso Ministério de Desenvolvimento Agrário...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu gosto tanto dos mineiros que arrumei uma mineira para casar.

O SR. PATRUS ANANIAS – Que coisa boa!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Então, vocês são gente boa!

O SR. PATRUS ANANIAS – Eu também acho também, sem falsa modéstia. Já que você cutucou, vou lembrar um verso do Carlos Drummond de Andrade, nosso poeta maior: Minas é um mistério que nem os mineiros sabem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Permita-me registrar a presença do representante da agricultura familiar, o Blairo Maggi, da família Maggi, lá do Mato Grosso.

O SR. PATRUS ANANIAS – Senador, muito obrigado pela sua presença. Muito obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado pela referência, Senador Moka, mas é familiar mesmo. Comecei a fazer agricultura com cinco hectares. Então, sou um representante da agricultura familiar que evoluiu, que deu certo.

Obrigado, Moka.

O SR. PATRUS ANANIAS – Eu fico muito honrado aqui, Senador, com a sua presença e quero prestar-lhe as minhas homenagens por seu trabalho, sua liderança e sua contribuição para o desenvolvimento do nosso País.

Eu vou olhar, Senador Wellington, com muita atenção essa questão dos recursos de Rondonópolis. Eu anotei aqui. Está ali o nosso assessor para assuntos parlamentares, o ex-Deputado César. Vamos dar um retorno ao Senador de onde é que estão esses R$2 milhões, porque, para nós, Senador – eu digo de coração –, o dinheiro público é sagrado.

Dentro do nosso Ministério – eu vou me permitir colocar aqui sem nenhuma arrogância, mas dentro de uma linha de compromisso –, nós trabalhamos com quatro valores fundamentais, inclusive na construção da nossa equipe: o compromisso ético, o mais absoluto respeito ao dinheiro público, o compromisso social,

a sensibilidade, porque nós trabalhamos com pessoas, famílias que lutam com dificuldades, então há o compromisso efetivo com os trabalhadores e trabalhadoras rurais, com os agricultores familiares sem terra, com os pequenos e os médios produtores, a competência técnica, que é importante também – a ética se traduz também na eficácia dos serviços públicos –, e o trabalho de equipe, a integração, o trabalho integrado, porque ninguém faz nada sozinho.

Então, nós vamos olhar com muito carinho. E eu assumo aqui o compromisso público de dar um retorno a V. Exª sobre essa questão.

Eu penso, Senador, dentro da sua intervenção, que nós tivemos importantes avanços, desdobrando, inclusive, a colocação do Senador Moka. Tivemos a ampliação dos recursos do Pronaf... Mas, na mesma linha do Senador Moka, que o senhor coloca – e achamos muito importante –, nós temos que trabalhar no aperfeiçoamento.

V. Exª coloca a questão da produção e da comercialização. Eu penso que aí a Anater, evitando o risco, também já mencionado, de se tornar uma estrutura centralizada, mas trabalhando de forma descentralizada com as Ematers nos Estados, buscando ações integradas também com os Governos Municipais e Estaduais, a Anater pode ajudar, pode cumprir esse papel.

Outro fator fundamental também na comercialização é a educação, a formação. O Pronatec está cumprindo e vai cumprir, certamente, um grande papel no desafio da Escola Família Agrícola, porque nós temos que capacitar também o nosso produtor rural, o pequeno, o médio, de todos os níveis, para que ele produza com eficácia, de preferência, como dissemos, alimentos saudáveis, mas que produza em quantidade para a sua sustentabilidade e para contribuir com a segurança alimentar do Brasil e temos também que informá-lo, que ajudá-lo a processar corretamente os seus produtos, que educá-lo também para a economia, no sentido de acesso aos mercados, à venda, etc. Nós também registramos aqui, com muita atenção, a sua contribuição.

Na questão dos indígenas, os conflitos fazem parte. Eu penso que a democracia é o território dos conflitos. O importante foi o que disse aqui o Senador Paulo no sentido de que os conflitos sejam processados pacificamente. Nós temos conflitos, às vezes, de pequenos produtores com pequenos produtores, de agricultores familiares com territórios quilombolas... Então, o desafio que se coloca é nós trabalharmos nessa perspectiva de processarmos os conflitos pacificamente, ouvindo as partes e buscando a solução que convenha melhor aos interesses do País, da coletividade, etc.

Nós estamos trabalhando muito para que o Incra seja cada vez menos um espaço "incravado".

Na verdade, Senador, nós temos ouvido muito os servidores. Houve certo, digamos, esquecimento da situação do Incra. A situação dos servidores, por exemplo, não é boa. Eles ficaram muito inferiorizados em relação aos seus colegas do Governo Federal. Os agrônomos do Incra ganham menos do que os agrônomos do Ministério da Agricultura, do Ministério do Meio Ambiente. Então, nós estamos trabalhando também com seriedade, ouvindo o pessoal, motivando-os, na perspectiva do tempo também, considerando as possibilidades do Erário, o momento, e estamos trabalhando no sentido de reequilibrar essa situação.

O grande momento que nós estamos vivendo é essa integração do Incra com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nós vamos somar esforços, vamos maximizar os nossos recursos...

E fica aceito aqui o convite para uma visita a Mato Grosso. Não precisa ter ciúme, não, porque os dois Estados são muito bonitos. Como eu conheço o Pantanal nos dois – já visitei o Pantanal no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul – e como eu venho de uma região, o norte de Minas, que é seca, eu fico com água na boca. Aquela fartura de água! Oh, beleza!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agora, querer comparar Nobres com Bonito é um exagero, né? (*Risos.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Mas, Ministro, eu convido o senhor e o pessoal do Mato Grosso para visitarem Alter do Chão.

O SR. PATRUS ANANIAS – Ah, sim! Dizem que é lindo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Aí a beleza de Bonito vai ficar muito atrás.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ministro, a nossa bronca com Mato Grosso do Sul e Mato Grosso é pelo Pantanal: quem tem mais Pantanal, qual é o Pantanal mais importante... E nós brigamos vários dias e várias horas com isso.

O SR. PATRUS ANANIAS – Deixa como está.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Só que o nosso argumento final, para derrotar o Senador Moka e o Mato Grosso do Sul, é o de que as nascentes do Pantanal estão em Mato Grosso. Se eles não concordarem conosco, nós vamos fechar as vertentes, as nascentes, e seca o Pantanal. Aí eles também não têm mais nada.

O SR. PATRUS ANANIAS – Não convém, não.

No Pantanal, o senhor sabe que houve um belíssimo encontro literário. O grande escritor que Minas Gerais deu ao Brasil e ao mundo e que é a minha paixão pessoal, João Guimarães Rosa, do *Grande Sertão Veredas*, visitou o Pantanal lá no começo dos anos 50. E quem o acolheu lá e o dirigiu pelo Pantanal foi o então desconhecido poeta Manoel de Barros.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu lhe mandei um livro do Manoel de Barros. Espero que o senhor tenha recebido.

O SR. PATRUS ANANIAS – Tenho. Recebi, claro. Belíssimo! Quero, primeiro, agradecer aqui, Senador. Belíssimo! Muito bom!

Eu sei que o tempo está se esgotando também. A conversa ganhou uma dimensão mais afetuosa, muito grata ao coração, por sinal...

Senador Paulo Rocha, querido Senador, meu fraterno amigo, companheiro, no tema que V. Exª aborda, na linha do Senador Wellington, quanto às diferenças regionais do Brasil, isso é fundamental. É a riqueza do nosso País, inclusive. Nós temos que fazer disso uma virtude nacional e trabalhar isso.

Considero fundamental também um tema que o Senador Paulo Rocha colocou, que é a integração das ações de governo... Esse é outro tema. Tanto que, quando eu coloquei aqui as condições para integrar a nossa equipe... Eu gosto de trabalhar com pessoas que saibam trabalhar em equipe, que tenham o espírito de solidariedade, de complementação. Eu considero inteiramente. Por isso, eu acho que a questão territorial, nesse novo conceito de ruralidades que estamos trabalhando no Ministério, no Incra, é fundamental, porque é no território que nós podemos promover o encontro das ações. É o que chamamos de intersetorialidade ou transversalidade. Isso é fundamental. Eu considero. Não vou nem esticar mais, porque penso que o Senador Paulo colocou muito bem. O assunto já tinha sido tratado também anteriormente pelos Senadores que me antecederam. Nós temos que caminhar nesse sentido. Não é fácil, não.

Eu lembro, Senador Paulo, quando nós estávamos à frente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que nós promovemos aqui, em Brasília, um grande evento. Foi um simpósio internacional sobre políticas sociais. E veio um representante da Suécia,um *expert* em políticas sociais, que, por sinal, falou muito fundo ao meu coração, porque ele é filho de um político sueco que marcou muito a minha geração, que foi o Primeiro-Ministro Olof Palme, que morreu assassinado, inclusive na Suécia, quando exercia o cargo de Primeiro-Ministro, pelos seus compromissos humanitários, etc.

O filho do Primeiro-Ministro Olof Palme disse uma coisa primorosa: "Todos os órgãos querem a integração das políticas públicas, desde que seja sob o seu comando". Esse é o desafio. Cada um acha que a sua área é a mais importante. E depois também, além da integração setorial entre os diferentes órgãos – Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Meio Ambiente, Educação, Cultura, Saúde –, há outro desafio, que é a integração entre os entes federados, do Governo Federal com os governos estaduais, com os governos municipais. Mas esse é um desafio fundamental.

Para nós colocarmos, efetivamente, eficácia na ação administrativa, para nós fazermos com que realmente as políticas públicas cheguem a tempo e a hora para as pessoas, as famílias, as comunidades, a eficácia pressupõe isto que foi colocado aqui: nós temos que integrar as políticas públicas.

Então, está muito bem colocado. Vamos trabalhar no Ministério com essa perspectiva e levar sempre à frente...

Eu fiquei muito feliz também, Senador Paulo, amigo, companheiro de tantos anos, com o seu apoio – foi um alento bom – a essa nossa ideia da Conferência da Terra. A partir da sua intervenção, eu me sinto mais estimulado a continuar com essa discussão, porque ela pode, inclusive, ter um papel importante nessas ações integradas, a partir da discussão dos territórios.

Eu quero agradecer ao Senador Acir, à Presidência desta reunião, a ênfase que ele deu à importância da agricultura familiar; também, faço, aqui, um apelo – eu gostei muito da sua intervenção com relação às emendas – aos Senadores: contribuam com o nosso Ministério.

Nós não estamos discutindo, neste momento em que nós estamos vivendo, nós reunimos a nossa equipe do Ministério e colocamos o seguinte: a gente só reclama, a gente só pede mais dinheiro quando gasta o que já tem. Então, eu coloquei um desafio lá, sabe, Senador Paulo, para a nossa equipe. Disse-lhes: "Os recursos são esses. Nós vamos trabalhar com determinação, com muita força de vontade, para aplicá-los da melhor maneira possível. E, quando os recursos já estiverem bem aplicadinhos, todos eles, nós vamos procurar a Presidente Dilma e dizer a Sua Excelência: 'Presidente, fizemos o dever de casa. A senhora pode nos ajudar mais um pouquinho, aqui, agora'?" E nós pedimos essa ajuda, também, aos Senadores, com as suas boas e generosas emendas.

Por último, ainda, o Senador Wellington colocou a questão da desapropriação à beira das rodovias. Esse é um assunto interessante, também, à luz dos territórios.

Na verdade, vamos colocar aqui com franqueza, ficou um certo trauma nacional na questão agrária? Ficou. Estou lembrando aqui agora, ficou um certo trauma nacional, e está na hora de superar isso, quando o então Presidente João Goulart fez aquele decreto desapropriando as terras à beira das rodovias. Então, assim, ficou um assunto meio...Então, eu acho que está na hora de nós superarmos esse trauma nacional e discutir com seriedade as estradas que vão ser construídas, as estradas que estão sendo construídas, qual a melhor maneira de nós promovermos o desenvolvimento sustentável, inclusive, ao longo dessas estradas.

Finalmente, eu quero agradecer, Senador Acir, quero agradecer de coração a acolhida aqui. Foi uma conversa muito fraterna. Eu fiquei extremamente lisonjeado, para mim, uma conversa educativa. Incorporei muitas ideias, sugestões, devidamente anotadas, e que nós vamos levar avante, se Deus quiser, contando sempre com a solidariedade, com a compreensão dos Senadores que, também, representam esta Casa.

Não é, Senador Donizeti?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem.

Muito obrigado, Ministro Patrus.

Nós temos ainda o Senador Blairo Maggi para fazer a sua intervenção. E, por último, vou ler as perguntas que os internautas fizeram para o Ministro e que precisam ser respondidas e analisadas.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente Acir Gurgacz. Cumprimento os colegas Senadores e, também, o Ministro Patrus Ananias, cumprimentar pelo seu trabalho.

Eu não acompanhei a sua explanação, mas eu tenho uma pergunta e uma preocupação a colocar, não sei se foi levantado aqui, durante as colocações dos Senadores.

O Governo tem um programa de biodiesel, que, ao ser implantado, ainda no Governo do presidente Lula, esse programa de biodiesel era para se utilizar a mamona, pinhão manso e outras coisas mais, mas, infelizmente, essas culturas não estão implantadas e elas não conseguiram dar resposta nem agronomicamente nem economicamente para que pudesse levar adiante a intenção do Governo, que era de fazer com que a agricultura familiar fosse a grande fornecedora de matérias-primas para esse programa de biodiesel.

Como o programa é importante, na falta dessas matérias-primas, foi utilizado o óleo de soja degomado e, diga-se de passagem, esse programa dá sustentação aos preços da soja no Brasil. Quer dizer, é um programa muito importante, porque nós temos um excesso de óleo no mundo, e esse excesso derruba os preços do óleo e, consequentemente, tira a liquidez dos produtores. Então, o programa de biodiesel é um programa muito importante para o setor do agronegócio brasileiro.

Mas como não se conseguiu fazer isso com essas culturas, e existe uma determinação no programa de que, para ter o Selo Social e ter reduções de impostos, no caso, as empresas, quer sejam médias, pequenas, grandes que são as transformadoras do óleo vegetal em biodiesel, têm que ter o Selo Social, ou seja, uma parceria com a agricultura familiar.

E aí é que entram, então, os assentamentos, entram as pequenas propriedades, que recebem, dessas indústrias de biodiesel, assistência técnica, e recebem um preço diferenciado, e que tem dado a manutenção de centenas de pequenas propriedades, não só em Mato Grosso do Sul, que as têm, mas no Rio Grande do Sul, no Paraná e Santa Catarina. Onde tem indústria de biodiesel tem esse programa do Selo Social, e as empresas vão e fazem, então, assistência técnica e pagam um preço diferenciado para esse produtor, melhor do que eu recebo da minha soja, vendendo para o mercado interno.

Então, é um programa de abrangência social e econômica muito grande. Social e econômica, porque, como eu disse, mantém os preços do óleo e consegue fazer com que na pequena propriedade haja uma renda maior do que se ele tivesse puramente no mercado frente a frente com os demais.

Muito bem. Então, não há o que reclamar, não há reparo a fazer na questão do programa. E aqui não é nem uma pergunta, Ministro, é mais para que a gente possa olhar o que tem acontecido no Estado de Mato Grosso, e aconteceu, há pouco tempo, em uma operação da Polícia Federal, em um dos assentamentos, em Itanhangá, Ipiranga, nessa região, porque os assentamentos, no Brasil, nessas regiões, não foram ainda emancipados. Então, nem sempre, e eu concordo que a lei diz que quem deve estar na propriedade é quem recebeu a propriedade, mas nem sempre acontece assim. Com o passar dos anos, 10 anos, 15 anos, houve troca de proprietário, sim. O fato é que houve a troca.

Então, essas empresas fornecedoras dessa tecnologia, e que compram a soja de preço diferenciado, elas precisam financiar os produtores rurais que lá estão. E essa ação da Polícia Federal, se ele olhar pura e friamente a lei, eles têm até razão, porque, na realidade, quem é o produtor não é o que deveria estar lá no lote. Não é verdade? Então, está-se financiando algo que – entre aspas – "não parece muito legal". Mas a intenção do programa é essa: transferir tecnologia, transferir recursos e que a renda seja colocada.

Então, deveríamos ter uma preocupação maior com esses assentamentos de, efetivamente, emancipá-los. Sei que é uma coisa bastante complicada, tem Incra no meio, tem uma série de coisas, mas tentar resolver esse problema para eliminar essa barreira. Caso contrário, se gente não conseguir fazer isso, as empresas, para não correrem risco de processos pelo Ministério Público Federal ou até ações da Polícia Federal a mando da Justiça, obviamente, elas retirem esses apoios. E esses assentamentos, principalmente na região de Mato Grosso, que eu falei, de Ipiranga, Itanhangá, Tapurah, Lucas do Rio Verde, que são assentamentos muito antigos, precisam, então, resolver a situação, para que esse grande programa, como já fiz aqui o elogio, quero voltar a ressaltar a importância desse programa, mas que está faltando uma perna, e essa perna pode ser quebrada por falta de ação política de nós podermos resolver esse problema. Inclusive, o ex-Prefeito de Lucas do Rio Verde, o Marino Franz, que tem uma indústria de biodiesel, ele acabou sendo envolvido nessa operação policial, e a região inteira sabe que da boa intenção do ex-Prefeito, o Marino, que financia esses produtores, mas como eu disse, legalmente, dentro da lei, não está muito correto.

Então, eu gostaria de apelar junto ao Ministro, para que se a gente pudesse fazer uma frente para resolver isso. Inclusive políticos, Deputados que tentaram ajudar nessa regulamentação, nesse cuidado com as propriedades, acabaram sendo arrolados como incentivadores também de invasão, de forçar o pequeno produtor a sair do campo. Enfim, a gente sabe que tem muitas histórias nesse meio. Para evitar isso, se nós pudéssemos ajudar a regulamentar, a resolver esses problemas, como disse, um programa socialmente justo, economicamente importante, tem tudo para continuar dando certo, mas nós precisamos arrumar essa perna para que esses produtores não percam – não é, Senador Moka – a oportunidade de poderem continuar produzindo e recebendo, diria assim, um subsídio, realmente é um subsídio da indústria de óleos vegetais para o pequeno produtor, em função do Selo Social que o Governo exige isso.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Primeiro, Ministro, justificar a minha ausência temporária, aqui, que eu tinha que participar de uma reunião da Frente Parlamentar do Biodiesel, da qual eu sou Secretário-Geral. Então, tive que ir lá, porque hoje era o dia da posse.

Segundo, de tudo o que se disse aqui, e pegando aproveitando o gancho do que disse o Senador Blairo Maggi sobre a questão da assistência técnica, eu imagino que o senhor já tenha tratado disso aqui, porque sob o meu ponto de vista, é o principal gargalo da agricultura familiar. Então, se o senhor já falou, não será preciso se delongar sobre isso, mas a assistência técnica, hoje, é o principal gargalo da agricultura familiar.

No mais, agradecer a sua presença, que, certamente, trouxe, para esta Comissão, informações muito relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Bem, Ministro, nós temos aqui algumas perguntas que foram feitas pela internet. Vou lê-las para que o senhor possa respondê-las.

Pergunta de Tiago Souto Bezerra:

Ministro, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) está com valores defasados, pois, define hoje R$ 28.500,00 para cada unidade habitacional. A Caixa Econômica não aprova mais projetos, pois a inflação tornou esse valor impraticável. Há articulação para aumentar esse valor?

Pergunta de Edy Natividade/MT:

> Eu me preocupo, pois as pessoas do assentamento comercializam os lotes e, com isso, os moradores têm dificuldade em fazer associações para implantar melhorias para o assentamento. Gostaria que fosse feita uma investigação criteriosa com urgência nos assentamentos.

Também o Nilton Costa de Moura, do Rio Grande do Norte: "Quando irão ser titulados os assentados que se encontram há mais de dez anos inscritos na Reforma Agrária".

A Maria de Fátima Anselmo, de São Paulo, diz o seguinte:

Estou acompanhando a audiência pública para conhecer as diretrizes e os programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Acredito que a falta de interesse e competência interfere no desenvolvimento do país.

A Anna Flavia Schmitt Baranski – não tem aqui a sua localidade – diz o seguinte:

> Os pequenos agricultores devem ser justiçados pela União e terem a oportunidade de trabalhar com qualidade; e as commodities de alta qualidade também devem ser vendidas para o nosso comércio interno, pois o brasileiro só tem comido sobras de comida.

São essas as perguntas dos nossos internautas, Sr. Ministro, que participam da reunião, por meio da interatividade do Senado.

Passo a palavra a V. Exª para responder aos nossos internautas.

O SR. PATRUS ANANIAS – Bom, primeiro eu quero agradecer aqui a presença, a intervenção do Senador Blairo Maggi, dizendo que eu gostaria de até, depois, Senador, nós aprofundarmos essa reflexão sobre a questão do biodiesel, que é uma coisa que eu venho acompanhando desde o período anterior, no governo do Presidente Lula, quando nós estávamos, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e essa questão se colocou.

Nós temos, hoje, alguns desafios, isso nós devemos colocar. É fundamental para a produção de alimentos, no Brasil, a produção das *commodities* para o consumo interno e para a exportação. Agora, por outro lado, eu considero – e isso tem a ver com a última pergunta que foi feita aqui da Anna Flavia – fundamental nós consolidarmos essa conquista que nós tivemos, consolidarmos e avançarmos, no sentido de superarmos definitivamente no Brasil a fome, a desnutrição, e garantirmos a segurança alimentar e nutricional de toda a população brasileira. Aí nós precisamos também produzir alimentos para o consumo interno: arroz, feijão, mandioca, a partir da mandioca, a farinha, o milho, para a produção também ração etc. Então, eu vejo esse desafio também de nós conciliarmos isso. Porque há um risco, não sei se V. Exª concorda comigo, mas ele vem também da própria experiência de estar sempre ligado à atividade rural, da produção de grãos mais rentável no momento, do ponto de vista do preço de *commodities* etc., é mobilizar também a produção da agricultura familiar.

Por exemplo, eu conheço algumas realidades, no Triângulo Mineiro, agricultores familiares começam a plantar cana para atender à demanda das usinas, quando o preço do açúcar, do álcool, do etanol está mais alto. Então, é como garantir também uma certa estabilidade, para quem produz, digamos assim, a cesta básica da alimentação do nosso povo possa continuar produzindo nesse sentido.

Essas questões legais, que o senhor menciona também, vamos trabalhar com atenção. Não há nenhuma dúvida de que nós queremos a emancipação dos assentamentos, mas é um processo. Vimos aqui, mais cedo, hoje, a diferença regional do País, o que é um assentamento próximo a uma cidade desenvolvida, o que é um assentamento em terras efetivamente produtivas, perto de importantes mercados consumidores, o que é uma agricultura familiar mais distante, no Semiárido do Nordeste ou na região da Amazônia etc.

Quanto à questão mencionada por um internauta também a respeito da troca, da venda dos terrenos é um assunto que precisa ser discutido. Ontem mesmo tive uma reunião longa com o pessoal do Mato Grosso, em que me disseram que as pessoas estão vendendo os assentamentos, dando lugar, novamente, a propriedades mais concentradas, propriedades familiares etc.

Senador Blairo, o senhor quer fazer alguma colocação?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sim, Ministro, se V. Exª me permitir.

V. Exª tem toda razão na questão da produção de alimentos *versus* produção de combustíveis ou biocombustíveis. É claro que onde você está produzindo alimento – mandioca, alface – não se deve trocar isso para fazer biocombustível. Porém, como o senhor mesmo disse, existem assentamentos perto de cidades, assentamentos mais próximos de áreas extremamente férteis. Quando eu me refiro a esses campos, eles estão no meio do Centro-Oeste, então, plantar alface, morango, beterraba ou qualquer outra coisa, não vai vender. Esse agricultor familiar não sobrevive. Então, ele tem que buscar o que o mercado consegue dar a ele. Nesse aspecto, é importante que seja colocado.

Também temos uma discussão, não é bem a sua área, mas, já que estamos discutindo, por exemplo, a questão de fazer etanol de milho. Também há a preocupação de tirar a produção de alimento para fazer etanol. Porém, o milho, no Centro-Oeste, se não fizer etanol, não há o que fazer. Haja bico de frango e focinho de porco para comer todo o milho que se faz: 20, 30 milhões de toneladas em Mato Grosso. Então, tem que buscar alternativas.

Agora, claro, como disse outro dia aqui: não é crível, não é possível, ninguém deve admitir que vou fazer combustível em detrimento da comida, mas, se tenho comida suficiente, posso usar as terras para fazer biocombustível. É nessa direção que nós conversamos e acho que fechamos o nosso pensamento, na mesma linha que V. Exª está colocando.

O SR. PATRUS ANANIAS – Sem dúvida. E temos uma coisa fantástica que é o Brasil, esse território brasileiro. Podemos produzir alimentos em quantidade, podemos produzir biodiesel, trabalhando as diversidades regionais, as potencialidades, as características das diferentes regiões do Brasil. Nós estamos de acordo, o País realmente comporta essa diversidade.

Agradeço, Senador, a sua presença.

Respondendo rapidamente, Senador Acir, o nosso internauta Tiago Souto Bezerra, quero dizer que, com relação ao Minha Casa Minha Vida Rural, estamos trabalhando na perspectiva de aumentar o valor, sim, e tornar viável, ampliar o Minha Casa Minha Vida Rural. Aqui, é claro, que nós trabalhamos também com a diversidade, por exemplo, da autoconstrução, a possibilidade não só da construção, como também da reforma e a melho-

ria de moradias já existentes, trabalhar também, uma coisa muito bonita que há no Brasil, tanto na área rural como na periferia das grandes cidades, regiões metropolitanas, que é o mutirão, a forma compartilhada de as pessoas construírem casas, melhorarem seus espaços de habitação e convivência.

Outra questão colocada pela Edy Natividade, sobre a comercialização dos lotes nos assentamentos, um assunto que nós tratamos já aqui. Nós temos que buscar um equilíbrio nisso. De um lado, quando a gente promove os assentamentos, promove a reforma agrária, a gente garante o acesso e a propriedade da terra. Agora, por outro lado também, a pessoa que passa a ter sua terra e logo vende, há uma coisa um pouco errada nesse aspecto. Talvez estabelecer um prazo de carência para a pessoa. Trabalhar também outras dimensões da propriedade. Porque entre a propriedade pública e a propriedade privada, existem hoje novas formas: a propriedade familiar, a propriedade comunitária. Então, talvez estabelecer certos limites, porque muitas vezes a pessoa vende o seu lote em detrimento do interesse da família: da esposa, dos filhos etc. Eu penso que nós devemos construir formas democráticas, corretas, mas garantir que as pessoas permaneçam efetivamente na terra.

Senadora, que bom você estar aqui presente, muito obrigado.

Nós estamos trabalhando também, respondendo à questão do Newton, nós estamos trabalhando com prioridade, em uma ação integrada do Ministério com o Incra, a titulação dos assentamentos. Nem sempre é uma coisa fácil. Esse é um assunto que eu não tratei aqui hoje, dada a exiguidade do tempo e também outras questões que afloraram, mas nós estamos trabalhando – está o nosso Secretário Sérgio, da Serfal – a questão da regularização fundiária no Brasil. O Incra inclusive agora está trabalhando intensamente conosco nessa área também. Não é um assunto fácil não. A questão da terra no Brasil é um assunto delicado desde as Capitanias Hereditárias. Então a questão da titulação, da posse da terra, pessoas que têm posse há muitos anos mas que não regularizaram a situação. Outros que são proprietários e que se tornaram proprietários por formas muitas vezes não muito corretas, se apropriando de terras outras de terceiros ou de terras devolutas de propriedade do Estado. Então o acerto da questão, sobretudo na região da Amazônia, em algumas regiões do Brasil, de definir exatamente, fazer o rastreamento histórico da propriedade das terras é um desafio que nós estamos enfrentando.

Eu tenho que prestar uma homenagem aqui à nossa querida Senadora Fátima, amiga também e querida.

A Maria de Fátima enfatizou um ponto relacionado com o interesse e as competências, as diretrizes do Ministério. É claro que nós trabalhamos em várias frentes, mas eu disse aqui e quero reiterar: o Ministério do Desenvolvimento Agrário em sintonia com o Incra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, trabalhamos hoje com duas linhas estratégicas, que mobilizam nossas energias, que é assentar, em condições dignas, os acampados e transformar todos os espaços da agricultura familiar, aí incluindo os assentamentos – nós temos agricultores familiares que não estão em assentamentos – em espaços decentes, produtivos e, ao mesmo tempo, espaços de vida, que criem condições para que as nossas crianças, os nossos jovens, as nossas famílias permaneçam no campo. Para isso, nós estamos fazendo um levantamento com dados de todos os acampamentos e assentamentos e de todos os espaços da agricultura familiar no Brasil.

E, por último, antes de passar aqui para a nossa Senadora Fátima Bezerra, eu quero fazer um comentário com relação à intervenção da Anna Flavia. É claro que a agricultura familiar deve, precisa, está sendo e será cada vez mais apoiada no Brasil. É o motivo do nosso encontro aqui, da nossa conversa o reconhecimento da importância da agricultura familiar como geração de trabalho, emprego, renda, na produção de alimentos saudáveis para compor a mesa da população brasileira, das famílias e das comunidades brasileiras, nós trabalhamos nessa perspectiva da segurança alimentar. No entanto, eu tenho uma ressalva à intervenção da Anna Flavia, Senador Donizeti, quando ela fala das sobras de comida. O Brasil teve avanços notáveis nos últimos anos. Eu penso que é uma conquista histórica, civilizatória, quando a FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – retirou o Brasil do mapa da fome. Nós estamos vencendo uma luta secular contra a fome e a desnutrição, a pobreza, a miséria extrema.

Isso é uma conquista, não apenas governamental, do Governo Federal, também com a adesão de muitos Governos Estaduais, Municipais, da sociedade, mas é uma conquista do povo brasileiro. E precisamos avançar nesse sentido. Então, eu discordaria, com muito respeito e com muito carinho da Anna Flavia, quando ela fala das sobras de comida. Acho que houve um avanço notável e que precisamos manter, consolidar e ampliar, no sentido de garantir sempre uma mesa cada vez mais farta e saudável para toda a população do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Ministro, esta Comissão tem se preocupado muito em debater essa temática.

E, para que V. Exª tenha uma pequena noção, hoje já estiveram aqui presentes à Comissão vários Senadores e Senadoras, mesmo tendo que participar de duas, três comissões concomitantemente. Veja, V. Exª que acabam de chegar o Senador José Medeiros e a Senadora Fátima Bezerra.

Assim sendo, passo a palavra a Senadora Fátima Bezerra, mesmo estando nas considerações finais.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – E hoje é quinta-feira, não é, Senador Donizeti Nogueira.

Cumprimento V. Exª, que preside os trabalhos neste exato momento. Quero cumprimentar o Senador José Medeiros e saudar aqui os nossos convidados e convidadas

Eu gostaria de fazer um cumprimento muito especial ao Ministro Patrus Ananias, companheiro, por quem tenho muita estima, muito respeito; companheiro com quem tive o privilégio de conviver mais de perto, quando no exercício do mandato Federal na Câmara dos Deputados. Eu gostaria de cumprimentar também, Patrus, a sua equipe.

Mas, meu caro Ministro, estou aqui exatamente para dizer da nossa mais do que esperança, da nossa confiança, da nossa convicção de que V. Exª, exatamente pelo seu preparo, pela sua trajetória, pelo seu espírito republicano, pelo compromisso, que tem pautado toda a sua trajetória, em defesa da justiça social e, portanto, dizer que, com base exatamente nessa história e nessa trajetória, da esperança e da confiança no seu trabalho, juntamente com a sua equipe, à frente do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Não pude chegar antes, face às várias atividades que temos aqui no Parlamento, V. Exª tem conhecimento disso, mas estava ouvindo o seu diálogo com os Senadores. E acho, Patrus, muito importante a sua preocupação em lincar, cada vez mais, a questão do Incra com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Ministro sabe que as atribuições e as demandas que chegam ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e que chegam também ao Incra são demandas muito desafiadoras, até porque são demandas, meu caro Ministro, fruto de séculos, digamos assim, de abandono. E essas demandas, na verdade, representam um passivo de falta de comprometimento do Estado brasileiro com a inclusão social exatamente no setor rural, lá no campo.

Por isso mesmo que é muito desafiador. Veja V. Exª, por exemplo, a minha Região, o Nordeste. Como se não bastasse o quanto é necessário ainda avançarmos do ponto de vista dos novos assentamentos já existentes, para dar a esses assentamentos condições de sobrevivência, com dignidade, como V. Exª bem colocou, como se não bastasse ainda o quanto temos que avançar também na expansão e fortalecimento da questão da agricultura familiar, como se não bastasse tudo isso, o Nordeste, assim como o Vale do Jequitinhonha, enfrenta situação peculiar, que são as intempéries climáticas.

Senador Donizeti Nogueira, vamos agora, por exemplo, lá no Nordeste, caminhando já para o terceiro ano consecutivo de irregularidades no que diz respeito à questão das chuvas. E V. Exª faz ideia do que isso significa, das consequências da falta de chuvas, da seca, como se diz, para a vida das pessoas na zona urbana, meu caro Ministro Patrus, e mais fortemente ainda para a vida das pessoas que moram lá no campo, lá no sítio, lá na zona rural.

Digo isso porque sei que entre as diretrizes e os programas prioritários do Ministério do Desenvolvimento Agrário, dentro dessa visão da intersetorialidade, com certeza o Ministério está atento – e tem que estar muito atento – em como dialogar com as outras esferas de Governo no que diz respeito à questão da política hídrica, ou seja, à questão da água, no que diz respeito à questão das estradas, da infraestrutura rodoviária, no que diz respeito à questão do crédito, Ministro, como o Pronaf e outros financiamentos, que precisam ter um olhar muito especial, até porque nós não podemos tratar os desiguais de forma igual – o senhor sabe muito bem disso –, à questão, por exemplo, do acesso à educação, à saúde, à segurança, à questão da ação social, enfim, Ministro, é isso.

Quero aqui, portanto, saudar a sua vinda para o Ministério e, ao mesmo tempo, dizer ao senhor e a toda sua equipe o quanto nós aqui, como Bancada do Partido dos Trabalhadores, e quanto o nosso mandato também está aqui à disposição para colaborar nessa perspectiva de que possamos, realmente, avançar no que diz respeito à questão da reforma agrária com sustentabilidade e avançar fortemente na questão da expansão e do fortalecimento da agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Senadora.

Vamos ouvir o Senador José Medeiros e, em seguida, devolveremos a palavra ao Ministro para encaminharmos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de falarmos com o Sr. Ministro Patrus Ananias.

Ministro, eu vou fazer algumas perguntas, inclusive as farei por escrito para não me alongar – sei que V. Exª já passou a manhã inteira aqui.

Na semana passada, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou a proposição que amplia a área de abrangência do benefício Garantia Safra para todo o País. Essa proposição teve como origem o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 238, de 2012, de autoria do Senador Antonio Russo, que incluiu o Centro-Oeste na área de abrangência do Garantia Safra e ainda será apreciado na Comissão de Finanças e Tributação e na de Constituição e Justiça e de Cidadania, ambas daquela Casa.

Esse assunto é de bastante importância para todos o País, uma vez que a seca é fenômeno que afeta, em maior ou em menor grau, todas as regiões brasileiras.

Quanto a isso, vale lembrar que a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2012, que dispõe sobre o Garantia Safra, já autoriza o Poder Executivo a incluir agricultores familiares de outros Municípios situados fora da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), conforme consta da Lei nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012. Todavia, apesar de já possuir autorização legislativa para tanto, ainda hoje o benefício é concedido pelo Governo Federal somente para agricultores residentes em Municípios localizados na área da Sudene, conforme se verifica a partir dos relatórios públicos de implementação do Garantia Safra, disponíveis no sítio do Ministério do Desenvolvimento Agrário na internet.

Com relação a esse assunto, eu gostaria de perguntar qual a opinião do Sr. Ministro sobre eventual aprovação do projeto que estende o Garantia Safra a todo o País?

Qual o motivo de o Ministério ainda não ter implementado o Garantia Safra para outras regiões?

Segunda pergunta. À luz do cenário da alta burocratização da regularização fundiária no País, eu gostaria que o Ministro do Desenvolvimento Agrário nos dissesse quais seriam as estratégias para acelerar o processo de regularização fundiária no País, sobretudo na Região Centro-Oeste, onde temos um gargalo. Mas creio que na região do Senador Donizeti também é grande, porque eu já o ouvi falando sobre o assunto aqui. Creio que em quase todas as Regiões – Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País.

Ainda sobre os gargalos procedimentais da regularização fundiária, desponta o constante conflito de competências. Por exemplo, em áreas de fronteira, há várias exigências a serem cumpridas perante diversos órgãos. Indago ao Ministro se não seria possível a concentração desse processo em um único órgão. O que impede que o procedimento seja otimizado para essa finalidade? Há necessidade de modificação de alguma legislação?

Sobre esse tema, Ministro, nos aflige também uma questão mais paroquiana lá do Estado, que é a nomeação do diretor do Incra. O órgão está padecendo – isso os movimentos sociais nos trazem – de falta de estrutura. Não foi nomeado o diretor. Nós temos recebido inúmeras demandas dos movimentos sociais – inclusive, alguns estão aqui nos assistindo hoje, como o Genilton –, que vieram nos pedir socorro. Chegou a um ponto em que eles já estão programando fechar rodovias. Eles não conseguem audiência no Incra, provavelmente porque não houve nomeação lá ainda. Ontem, nós os recebemos em nosso gabinete e eles já trouxeram a notícia de que já planejam, no início deste mês, fechar todas as rodovias do Estado, o que não é muito difícil, porque temos poucas lá, apenas alguns corredores. Como nós já estamos com um gargalo, Senador Donizeti – a 174 está há 12 dias fechada pelos índios –, se fechar mais outra, o Estado para. Então, aproveitamos para pedir socorro a V. Exª nesse sentido.

Quero aqui aproveitar para parabenizar o superintendente da Polícia Rodoviária Federal de Mato Grosso, que, já antevendo isso, vem há muito tempo protelando essas invasões, conversando com os movimentos sociais e pedindo. Mas esta semana, ele me ligou e falou: "Eu não dou conta mais, porque eu não consigo dar vazão a isso, eu não consigo também que eles sejam recebidos." Óbvio, não é nem da alçada dele.

Então, foi muito boa a sua presença aqui hoje, que pode nos dar uma luz sobre esses assuntos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Ministro, para corroborar, quero dizer que, quanto à questão da Polícia Rodoviária Federal, ela tem sido um exemplo para nós nesses momentos de tensão nas estradas. Para não ficar como se fosse uma coisa só do Senador José Medeiros, que é da categoria, eu também faço essa referência à Polícia Rodoviária Federal, que tem contribuído muito nesses momentos de conflito nas estradas.

Então, com a palavra o Ministro, para nossa conclusão.

O SR. PATRUS ANANIAS – Bom, primeiro, quero agradecer à Senadora Fátima, que é uma amiga fraterna de muitos anos e de muito boas jornadas, pelas palavras de esperança e confiança no nosso trabalho, na nossa equipe. Eu vou até aproveitar, Senadora Fátima, para fazer também referência aos integrantes da nossa equipe aqui presentes: o Francisco Nascimento, Diretor Substituto de Administração do Incra, aqui representando a nossa companheira, a Presidente Maria Lúcia Falcon, que está no Pará discutindo as situações de regularização fundiária e outros temas; nosso companheiro Sérgio Lopes, da Serfal; o companheiro João Guadagnin – aqui colocaram errado, colocaram aqui que o Guadagnin é da Secretaria de Reordenamento Agrário, mas até onde eu sei, ele é da Secretaria de Agricultura Familiar; a Severina Cavalcante, nossa querida companheira, agora na Secretaria de Desenvolvimento Territorial; nosso companheiro César, Assessor para Assuntos Parlamentares, e, com ele, o companheiro Alisson, que também trabalha com o César na Assessoria de Assuntos Parlamentares.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – E já elogiar, Ministro, porque eles já estão despachando ali. Eu os vi despachando com o pessoal do Estado.

O SR. PATRUS ANANIAS – Isso é bom. Tem que trabalhar mesmo. É boa coisa.

Quanto à colocação da Senadora Fátima, primeiro, quero enfatizar, Senadora, que nós estamos trabalhando muito sintonizados, o Ministério com o Incra. E aqui eu quero prestar uma homenagem a nossa nova Presidente do Incra, a Maria Lúcia Falcon, que está realmente ajudando muito nesse processo também, integrando com o nosso Ministério, a Serfal, o reordenamento agrário nessa questão da regularização fundiária no País.

A partir da sua colocação, Senadora Fátima, quero fazer um registro, aqui, que mostra os avanços notáveis que nós tivemos no Brasil nos últimos anos por conta das políticas sociais: por conta do Bolsa Família, por conta do Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, por conta do PAA, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, as aposentadorias rurais não contributivas, o caso, por exemplo, do BPC, o Benefício de Prestação Continuada, que garante o salário mínimo para as pessoas idosas com mais de 65 anos e as pessoas com deficiência incapacitadas para o trabalho e que sejam pobres. Porque a minha região, o norte de Minas – e você mencionou com muito carinho o Vale do Jequitinhonha –, tem características climáticas parecidas com o Semiárido nordestino. E é isso mesmo. Três anos de muito pouca chuva no período da chuva, e de seca vigorosa no período da seca. Porque, para nós, lá é isso: é o tempo da chuva, o tempo das águas, e o tempo da seca.

Com todas essas dificuldades climáticas, essas secas bravas, nós não tivemos, no norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, no Nordeste do Brasil, no Semiárido, aquilo que a gente via com muita tristeza alguns anos atrás: aquelas multidões famintas clamando por um prato de comida; eram criadas aquelas frentes de trabalho sem nenhum critério de política pública. Nós não temos mais as vidas secas, os retirantes, do Graciliano Ramos, os fabianos e as sinhás vitórias, por conta disso. Então, quero fazer esse registro...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – É verdade. Permita-me, o senhor tem toda razão. E eu conheço bem de perto essa realidade, sou migrante lá da Paraíba, nasci em uma cidadezinha chamada Nova Palmeira, vim para o Rio Grande do Norte, que me acolheu de forma tão generosa, mas senti na pele isso. Porque lembro uma das últimas secas que vivi naquela época na minha região, que foi dura, foi exatamente no ano de 1970. E o quadro era esse mesmo, como o senhor aqui disse "Vidas Secas", lembrando o nosso Graciliano Ramos.

Lembro que, naquela época, não era só o gado que morria, era gente que morria também.

O SR. PATRUS ANANIAS – Pois é. Então, sua belíssima intervenção fraterna, generosa, como sempre, solidária e comprometida, ao falar das intempéries climáticas, que são reais, nós temos que nos colocar diante dela. Daí a importância de nós discutirmos a questão da terra, a questão da água, o nosso compromisso com as gerações futuras, com as meninas e meninos de amanhã, e que Brasil nós queremos deixar para eles, então, me fez lembrar isso. Algo de muito bom aconteceu no Brasil, para não termos mais aqueles retirantes, o drama.

Eu lembro, no norte de Minas, quando eu era criança, jovem ainda, passado até recente, uma seca um pouquinho mais brava era uma tragédia. As pessoas abandonavam suas terras, não havia nenhuma política pública de apoio a essas pessoas e famílias.

Por último, quero agradecer a intervenção do Senador José Medeiros, aqui nos honrando com sua presença, com sua participação.

Nós discutimos aqui hoje bastante, Senador – e foi muito gratificante para mim, ajudou-me e me ensinou muito, aprendi muito aqui hoje –, essa questão das diversidades regionais do Brasil.

Nós temos que considerar que uma coisa é a agricultura familiar hoje no sul do Brasil: facilidade dos meios de comunicação; facilidade de transporte; assentamentos próximos às cidades, próximos, portanto, aos mercados consumidores; terras efetivamente produtivas; a questão da água, acesso a esse bem fundamental. E nós sabemos que, por várias razões, e também por razões históricas, por razões culturais e por outras razões, fatores também climáticos etc., o Semiárido nordestino, uma grande Região do Nordeste, região da seca do Brasil, que incorpora, inclusive, a minha região, de onde eu venho, o norte de Minas, o chamado Sertão de Minas, o Vale do Jequitinhonha, são regiões que lutam com maiores dificuldades. Não vou dizer que sejam regiões mais pobres, mas são seguramente regiões mais empobrecidas.

Eu insisto em falar também que, além de fatores climáticos, há fatores culturais, há fatores ligados à concentração da terra, há fatores históricos, há fatores ambientais. Então, o fato é que o Garantia Safra começou vinculado... Mas se os recursos não são muitos, se nós trabalhamos com recursos escassos – e sempre trabalhamos na gestão pública –, a gente tem de fazer escolhas, fazer prioridades. Por isso escolhemos inicialmente, certamente foi opção, eu não estava no Ministério, quando se definiu uma região como região prioritária. Mas a prioridade não quer dizer excluir os outros. Eu, particularmente, trabalho com a perspectiva de levar o Garantia Safra para todo o País. Como foi muito bem colocado aqui também, a questão climática hoje e a questão da água estão se tornando um fator nacional.

Agora, é um pouco isto: a minha experiência como Prefeito em Belo Horizonte; depois a experiência como Ministro do Presidente Lula, implantando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, agora, no Governo da Presidenta Dilma, no Ministério do Desenvolvimento Agrário e nas minhas experiências aqui no Congresso,

como Deputado Federal, ensinaram-me que, por mais que apliquemos com rigor os recursos públicos, como devemos aplicar, eliminando toda forma de corrupção, de desvio do dinheiro público, nós sempre teremos um desafio: as carências, as necessidades, sobretudo num País como o Brasil, que acumulou, ao longo de 500 anos de história, uma dívida social muito alta, então, nós temos necessidades, carências, desafios que são maiores do que os recursos. Nós temos de trabalhar com prioridades. É nesse sentido que nós fizemos essa escolha. Quando falo nós, porque eu participei do projeto, do processo, não como Ministro diretamente, mas integrando, na época, o governo do Presidente Lula no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nesse sentido de priorizarmos uma região em que historicamente, pelos fatores mencionados, as pessoas lutam com maiores dificuldades, aí a incidência de pobreza é maior. Mas concordo inteiramente com sua intervenção e com sua preocupação. O nosso desejo e compromisso é ir gradativamente ampliando o Garantia Safra para todas as regiões do País.

E o outro aspecto também da sua intervenção muito oportuna, agradeço muito sua contribuição, nós estamos empenhados também em acelerar o processo de regularização fundiária. Eu mencionei aqui antes. Nós temos no Brasil um desafio histórico. A questão da terra no Brasil é um tema muito presente na história do Brasil, nos estudos sociológicos, econômicos, na literatura brasileira. Eu fiz um comentário aqui hoje, brinquei – brinquei não, é sério –, mas a questão da terra começou no Brasil de uma forma muito complicada com as Capitanias Hereditárias. Depois vieram as Sesmarias, o rei dava terra a rodo aos seus protegidos. A Lei de Terras do Brasil, de 1850, não ajudou na democratização da terra e mesmo a regularização, porque ela acabou, de alguma forma, referendando o regime anterior por várias formas das Sesmarias. Então, a apropriação de terras devolutas. Nós temos no Brasil, às vezes, dificuldade de saber quem é dono da terra. Muitos agricultores familiares historicamente, que nós chamávamos de sitiantes, posseiros, pequenos agricultores, muitas vezes se apropriaram da terra há muitos anos, famílias, gerações, mas não têm o documento, não têm a escritura.

Nós estamos fazendo, no Ministério agora, um verdadeiro mutirão, uma ação integrada envolvendo três áreas: o Incra, é fundamental estar integrando conosco; duas secretarias, o Sérgio está aqui, a Serfal, especialmente para a região da Amazônia e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, com acompanhamento efetivo do próprio Ministro e da nossa Secretária-Executiva, para nos apropriarmos efetivamente da questão da terra no Brasil, buscando também ações integradas, como foi bem colocado aqui, envolve muitas vezes o Ministério da Defesa, áreas relacionadas com a segurança nacional.

(Soa a campainha.)

O SR. PATRUS ANANIAS – Há a questão também do próprio Ministério da Agricultura. Estamos buscando ações integradas com outros Ministérios e, na medida do possível, também procurando envolver governos estaduais, há as terras também dos Estados, para equacionarmos esse desafio.

E a questão que colocamos com muita lealdade também, primeiro, fechamos – digamos assim – a nossa equipe dirigente do Ministério, que é sempre um processo, podemos também ir fazendo as adequações, as mudanças, mas nós constituímos a equipe dirigente do Ministério muito recentemente, considerando que é um Ministério que já existia com avanços, com conquistas. Mas tivemos que fazer alguns ajustes, alguns acertos, até por conta mesmo do estilo de cada um e, no caso, do estilo aqui do Ministro, das prioridades etc., a presidência do Incra, a direção do Incra,

Então nós estamos agora trabalhando os provimentos também dos cargos regionais, as delegacias – os delegados regionais do Ministério – e os superintendentes regionais do Incra. E aí também é forçoso reconhecer isso. Há também aí, nesses cargos estaduais, ocorre uma mediação também política, que nós estamos trabalhando, no sentido, da melhor maneira possível, para que nesses cargos também sejam mantidos os compromissos fundamentais que nós temos, e sei que são os compromissos do Governo da Presidenta Dilma, que é buscar pessoas que tenham compromissos éticos, que tenham compromissos sociais, que tenham competência para gerir a coisa pública e fazer com que as políticas públicas cheguem efetivamente às pessoas, às famílias, às comunidades às quais elas se destinam e que sejam pessoas também que trabalhem em equipe. Porque as conquistas políticas são conquistas coletivas. Na vida, e muito menos na política, política com P maiúsculo, a arte de construir o bem comum, ninguém faz nada sozinho; são construções coletivas, então nós queremos também pessoas que somem conosco, que tenham interlocução com os movimentos sociais, com as organizações que trabalham especialmente na linha da reforma agrária e da agricultura familiar, que tenham interlocução com a sociedade civil, então, nós estamos trabalhando nesse sentido de compormos equipes com essas mediações.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Presidente, permita-me.

Eu levantei essas questões, Ministro, porque eu acho muito importante, já que o senhor está montando essa equipe, colocar, pelo menos no caso do Estado de Mato Grosso, que historicamente a gente notava uma dificuldade muito grande dessas pessoas negociarem, conversarem. E eu digo isso – isso aqui é reconhecendo com muita sinceridade – que o PT nasceu no berço da negociação. Tinha um diretor do Ministério do Planeja-

mento, que se chamava Duvanier. Ele é da escola ainda lá do sindicalismo. E ele tratava com todas as categorias, e ele conversava, nunca se furtou a conversar. Montou a chamada mesa permanente de negociação, e nunca se furtou a conversar. Eu acho que esse modelo seria muito importante com os movimentos sociais. Porque eu acompanhei por diversas vezes paralisações deles, Senador Donizeti, simplesmente porque eles não tinham conseguido ser recebidos. Eles iam às vezes cinco, dez vezes, e aí o senhor sabe a realidade de Mato Grosso, que são distâncias muito grandes, às vezes eles saem lá do interior do Estado, vêm para Cuiabá, eles acampam no Incra, e ninguém recebia. Então, como já está montando, eu já deixo esse pormenor.

Já encerro, Senador Donizeti, lá em Mato Grosso nós temos no Município de Tangará da Serra, segundo me disseram, um dos maiores assentamentos do País, chama-se Assentamento Antônio Conselheiro. Só para o senhor ver: parece uma coisa surrealista a gente falar em falta d'água no Mato Grosso. Mas, por incrível que pareça, a grande dificuldade deles hoje é a construção de um poço. Então para que o senhor veja a dificuldade e os desafios que o senhor tem para enfrentar. Nós temos, próximo a Rondonópolis, uma região que até bem pouco tempo não tinha dificuldade de água, também foi abordado pelo pessoal da Grota Vermelha, também solicitando poço. Então, cada vez mais, o senhor vai estar se deparando com esses desafios. É por isso que a gente traz isso aqui. No mais, eu agradeço.

O SR. PATRUS ANANIAS – Quero agradecer, Senador Donizeti, a sua intervenção, vamos trabalhar na perspectiva das questões que V. Exª muito bem levantou, a questão do Garantia Safra e de acelerar os processos de regularização fundiária, e também os nossos assentamentos e a composição da nossa equipe.

Eu quero mais uma vez agradecer, Senador Donizeti, a oportunidade desse encontro, para mim, muito gratificante. Eu tenho, assim, o maior respeito pelo Poder Legislativo. Eu fui com muito orgulho Vereador em Belo Horizonte, fui Deputado Federal, sou Deputado Federal hoje licenciado, tenho um grande respeito pelo Senado Federal e vim aqui hoje com o coração aquecido e quero agradecer a acolhida, mais do que respeitosa, fraterna, e diria mesmo, afetuosa com que fui recebido aqui no Senado Federal.

Quero, mais uma vez, agradecer e agradecer também a participação dos internautas. Deixar também aqui o nosso abraço fraterno a todas as pessoas aqui presentes – servidores, trabalhadores da imprensa, jornalistas, integrantes da nossa equipe do Ministério, da área de comunicação, da assessoria de comunicação, e deixar também um abraço afetuoso aos telespectadores às pessoas que estão nos assistindo pela TV Senado. E dizer que estamos sempre abertos aos Senadores e Senadoras. As portas do nosso Ministério estão sempre abertas.

Eu aprendi muito aqui hoje. Anotei atentamente todas as intervenções, e elas também serão devidamente processadas nos nossos trabalhos dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Ministro, nós temos a agradecer ao Ministério pela presença constante. O Sérgio, nosso Secretário de Regularização Fundiária, já esteve aqui conosco, então, eu quero agradecer.

Eu quero terminar dizendo o seguinte: ouvi o Ministro Afif Domingos dizer, ontem, Ministro, que nós temos falado muito em crise. É crise para cá, problema para lá, e que ele tem tentado perceber as oportunidades que nós temos agora.

Hoje, por acaso, eu li uns versos do Raul Seixas que dizem assim: "Mamãe, eu não quero ler jornal, mentir sozinho eu sou capaz". É o seguinte: se a gente for pautar pelo Brasil que está nos meios de comunicação, parece que o Brasil acabou. Na verdade, o Brasil não acabou, ele está indo. E certamente essa oportunidade que nos está sendo oferecida agora, o que me preocupa é se nós, Senador José Medeiros, estamos preparados para aproveitar a oportunidade que temos de fazer o Brasil dar um salto muito grande. E eu acredito que estamos. Quando a gente tem os Ministros que vêm aqui, e todos os Ministros que estiveram aqui, todos os representantes do Governo Federal que estiveram aqui conosco nesta Comissão têm dado respostas e têm apontado caminhos.

Hoje, o senhor nos apontou caminhos aqui que, certamente, em curto espaço de tempo, nós teremos superado as dificuldades que enfrentamos neste momento, em função de que se precisa fazer um ajuste, porque nós, acima de tudo, amamos o Brasil. Nós acreditamos no Brasil. E como acreditamos no Brasil, amamos o Brasil, somos apaixonados por ele, não haverá obstáculos a nos cercar, a nos impedir de continuar crescendo.

Então, nós queremos agradecer, mais uma vez, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário por sua presença aqui. Também dizer que a Senadora Ana Amélia gostaria de estar aqui, mas não pôde, porque está em viagem.

Informo a nossa turma lá do Tocantins que amanhã, no auditório da Unitins, teremos uma audiência pública da Comissão de Agricultura do Senado, para discutir a agricultura de baixo carbono e piscicultura.

Está encerrada esta audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Obrigado.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 57 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 11 DE JUNHO DE 2015.

Às sete horas e cinquenta e nove minutos do dia onze de junho de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Blairo Maggi, Benedito de Lira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. Justifica a ausência, a Senadora Ana Amélia, em razão de participar da Conferência da Organização Internacional de Pacientes Dermatológicos (IDPOC), no âmbito do Congresso Mundial de Dermatologia 2015, em Vancouver, Canadá, entre os dias 9 e 12 de junho de 2015. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente dá inicio à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, de 2015 – NãoTerminativo – EMENTA: Dispõe, no que se refere às unidades consumidoras de energia elétrica da classe rural, sobre prazo de restabelecimento do fornecimento de energia elétrica e a reparação de prejuízos causados por falha do sistema de distribuição. Autoria: Deputado Zé Silva. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela rejeição do PLC nº 11, de 2015. 1- A matéria será posteriormente apreciada pela CI. Resultado: Retirado da pauta a pedido do Relator, Senador Douglas Cintra. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2014 – Terminativo – EMENTA: Declara de interesse social, para fins de desapropriação destinada à reforma agrária, as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos da União em obras de irrigação, drenagem, açudagem, e outras espécies de melhoramentos, que não estejam cumprindo sua função social, e dá outras providências. Autoria: Senador Roberto Requião e outros. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela rejeição do PLS nº 90, de 2014. 1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Resultado: Adiado. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2014 – Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil. Autoria: Senador Alfredo Nascimento. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição do PLS nº 135, de 2014. 1- Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. 2- A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. 3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Anunciada a matéria, após a leitura do Relatório pelo Senador Flexa Ribeiro, o Senador Blairo Maggi usa da palavra para discutir a matéria. Resultado: A Presidência encerra a discussão da matéria e adia a votação para a próxima reunião deliberativa. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, de 2015 – Não Terminativo – EMENTA: Institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e dá outras providências. Autoria: Senador José Agripino. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 104, de 2015. 1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2- A matéria será apreciada pela CE e posteriormente pela CCJ em decisão terminativa. Resultado: Retirado da pauta a pedido do Relator, Senador Waldemir Moka. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, de 2015 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 12.096, de 2009, que "autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES" e dá outras providências. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 144, de 2015, com três emendas que apresenta. 1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2- A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Anunciada a matéria, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka, tendo os Senadores Blairo Maggi, Acir Gurgacz e Ronaldo Caiado usado da palavra para discutir a matéria, procede-se à votação do relatório. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, pela aprovação do PLS nº 144/2015, com as Emendas nº 1-CRA a 3-CRA. ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 29, DE 2015 – EMENTA: Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para analisar os seguintes subtemas referentes à Política de Defesa Agropecuária no Brasil: a) panorama da defesa agropecuária brasileira e internacional (histórico e desafios atuais); b) diagnósticos e perspectivas da estrutura federal de defesa agropecuária; e c) evolução e execução orçamentária e achados de auditorias, recomendações e determinações dos órgãos de controle. Para a Audiência Pública, sugere a participação de Representantes da Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária (SBDA); da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA); do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical); da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). Autoria: Senador Dário Berger. Observação: Avaliação da

Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 30, DE 2015 – EMENTA: Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para analisar os seguintes subtemas referentes à Política de Defesa Agropecuária no Brasil: a) defesa agropecuária e integração dos entes da federação; e b) Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). Para a Audiência Pública, sugere a participação de Representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA); das Secretarias Estaduais de Agricultura; da Confederação Nacional de Municípios (CNM); do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa); e da União Nacional dos Fiscais Agropecuários (Unafa). Autoria: Senador Dário Berger. Observação: Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 31, DE 2015 – EMENTA: Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para analisar a interação entre os órgãos de defesa agropecuária e o setor produtivo agropecuário. Para a Audiência Pública, sugere a participação de Representantes da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV); da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA); da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC); da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC); da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Autoria: Senador Dário Berger. Observação: Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 9: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 32, DE 2015 – EMENTA: Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para analisar o papel do setor privado na defesa agropecuária: desafios para a segurança alimentar e ambiental. Para a Audiência Pública, sugere a participação de Representantes do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG); do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (SINDAN); da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos (AENDA); e da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV). Autoria: Senador Dário Berger. Observação: Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 10: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 33, DE 2015 – EMENTA: Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para analisar o papel da vigilância sanitária agropecuária quanto à inserção mercadológica da produção agrícola familiar. Para a Audiência Pública, sugere a participação de Representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer); do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA); e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Autoria: Senador Dário Berger. Observação: Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 11: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 34, DE 2015 – EMENTA: Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para analisar a defesa agropecuária em Santa Catarina e a construção de um padrão de excelência: experiências e desafios. Para a Audiência Pública, sugere a participação de Representantes da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina; da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri); da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc); da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc); e da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Santa Catarina (Fetaesc). Autoria: Senador Dário Berger. Observação: Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 12: REQUERIMEN-

TO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 35, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e a prerrogativa do art. 50, § 2º, da Constituição, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do RISF, que sejam solicitadas à Senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as informações referentes à Política de Defesa Agropecuária no País. Autoria: Senador Dário Berger. Observação: Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015. Resultado: A Comissão aprova a apresentação do Requerimento de Informações para o Plenário do Senado Federal. ITEM 13: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 36, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e a prerrogativa do art. 50, § 2º, da Constituição, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do RISF, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) as informações referentes à Política de Defesa Agropecuária no País. Autoria: Senador Dário Berger. Observação: Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015. Resultado: A Comissão aprova a apresentação do Requerimento de Informações para o Plenário do Senado Federal. ITEM 14: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 37, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, em conformidade com o art. 96-B, § 2º, do RISF, que sejam solicitadas ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) as informações referentes à Política de Defesa Agropecuária no País. Autoria: Senador Dário Berger. Observação: Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015. Resultado: A Comissão aprova a apresentação do Requerimento de Informações para o Plenário do Senado Federal. ITEM 15: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 38, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, combinados com o art. 104-B, incisos IV e XIV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para debater ações que visem à fixação do homem no campo e ao fortalecimento da agricultura familiar, com os seguintes convidados: Maria Lúcia de Oliveira Falcón – Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Kátia Abreu – Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Alberto Ercílio Broch – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Adhemar Lopes de Almeida – Secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA). Autoria: Senador José Medeiros, subscrito pelo Senador Acir Gurgacz. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 16: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 39, DE 2015 – EMENTA: Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na cidade de Ijuí, Rio Grande do Sul, no dia 10 de julho de 2015, com o tema "Mercados e Perspectivas para o futuro da produção leiteira do Brasil". Para tanto sugere a participação dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Alexandre Guerra – Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado do Rio Grande do Sul (SINDILAT-RS); Sr. Gilberto Piccinini – Presidente do Instituto Gaúcho do Leite (IGL); Sr. Paulo do Carmo Martins – Chefe-Geral da Embrapa Gado de Leite; Sr. Carlos Joel da Silva – Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS); Sr. Jorge Rodrigues – Presidente do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Rio Grande do Sul (CONSELEITE-RS/FARSUL); Sr. Clair Tomé Kuhn – Presidente da Emater/RS; Sr. Edmundo Klotz – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA). Autoria: Senadora Ana Amélia, subscrito pelo Senador Acir Gurgacz. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 17: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 40, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e dos artigos 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para discutir o Cadastro Ambiental Rural – CAR. Nesse sentido, sem prejuízo da inclusão de outros convidados, indica-se o Engenheiro Florestal e Agrônomo, Raimundo Deusdará Filho – Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro – SFB, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente – MMA. Autoria: Senador Donizeti Nogueira, subscrito pelo Senador Acir Gurgacz. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM 18: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 41, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e dos arti-

gos 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia – CCT, para discutir o Programa de Produção de Etanol Social da Amazônia. Para tanto, sugere que seja convidado o Sr. Márcio Silveira, Reitor da Universidade Federal do Tocantins; e Sr. Djalma Bezerra Mello, titular da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Autoria: Senador Donizeti Nogueira, subscrito pelo Senador Acir Gurgacz. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Encerradas as deliberações, o Senador Acir Gurgacz usa da palavra para manifestar acerca do anúncio do Plano Safra 2015/2016; do lançamento das obras de infraestrutura, feito pela Presidente da República, com relação às concessões, para avançar ainda mais no que diz respeito ao escoamento da produção agrícola; e ainda acerca do preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Na oportunidade, os Senadores Ronaldo Caiado e Waldemir Moka manifestam acerca dos temas apresentados pelo Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Acir Gurgacz,** Vice-Presidente da CRA.

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

Passemos ao item 1.

Houve um pedido do Senador Douglas Cintra para retirá-lo de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2015
– Não terminativo –

Dispõe, no que se refere às unidades consumidoras de energia elétrica da classe rural, sobre prazo de restabelecimento do fornecimento de energia elétrica e a reparação de prejuízos causados por falha do sistema de distribuição.
Autoria: Deputado Zé Silva
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela rejeição do PLC nº 11, de 2015.
Observações:
1- A matéria será posteriormente apreciada pela CI.

Vamos, então, ao item 2.

O Senador Paulo Rocha não se encontra. Portanto, nós vamos aguardar a chegada do Relator.

Item 3.

O Senador Flexa Ribeiro também não se encontra. Vamos aguardá-lo; daqui a pouco ele chegará, nós o apreciaremos.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 2015
– Não terminativo –

Institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e dá outras providências.
Autoria: Senador José Agripino
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 104, de 2015.

Observações: *1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.*
2- A matéria será apreciada pela CE e posteriormente pela CCJ em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Relator, Senador Waldemir Moka, para proferir seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu estou com o relatório pronto, mas houve um pedido do pessoal do Senar, uma contribuição que eu achei valiosa, que, infelizmente só me chegou ao conhecimento ontem. Eu estou pedindo a retirada de pauta desse projeto para que eu possa atender essa contribuição do Senar. Mas eu estou a postos para fazer o relatório do item 5 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem, retirado de pauta o item 4. Vamos ao item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, DE 2015
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.096, de 2009, que "autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES" e dá outras providências.
Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 144, de 2015, com três emendas que apresenta.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2- A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Waldemir Moka, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, eu vou direto à analise do projeto, porque ela é bem completa e bem elucidativa.

Nos termos do art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, deliberar sobre projeto de lei que verse sobre agricultura, pecuária e abastecimento.

Entendemos que não há óbices constitucionais ao projeto em análise, pois, nos termos do art. 7º, do art. 22, da Constituição Federal, compete à União legislar sobre política de crédito. Ademais, o assunto em tela não figura entre as competências privativas do Presidente da República, previstas nos arts. 61 e 84, da nossa Carta Magna.

O PLS tampouco apresenta óbice no tocante à juridicidade de regimentalidade. Porém, consta na técnica legislativa a necessidade de aprimoramento, de modo que apresentamos algumas emendas de redação, apenas para adequar o texto. Entendemos que o objetivo expresso no art. 1º seria mais adequado se fizesse parte da ementa, com a consequente renumeração dos artigos. É apenas aí, a nossa Consultoria aprimorando, do ponto de vista da técnica legislativa.

Finalmente, sob o aspecto formal, cabe observar que a matéria não tem implicação direta sobre o sistema tributário e orçamentário. Vale dizer, não implica renúncia de receita nem aumenta despesa fiscal. A subvenção ao BNDES já foi aprovada em 2009, e o PLS apenas direciona recursos já aprovados.

A propósito, a proposição é meritória, pois não há razão para que o setor agrícola receba menos recursos do BNDES, quando os outros setores da economia têm acesso privilegiado a eles. As atividades agropecuárias são consideradas um dos três grandes setores que compõem a economia, ao lado da indústria e dos serviços.

Essa divisão em setores é um recurso analítico que possibilita quantificar a contribuição de cada um dos três setores, chamados de primário, secundário e terciário, para o processo de formação e a expansão do produto interno bruto ou da renda nacional.

Essa divisão fez alguns defenderem que o setor industrial agregaria mais valor em seu processo de transformação de matérias-primas em bens industrializados, gerando empregos com melhores salários. Na verdade, na economia moderna, com o conceito de agronegócio, também chamado de complexo agroindustrial, que engloba a industrialização e a comercialização dos bens agropecuários, a produção do chamado setor primário pode envolver geração de valor e avanços científicos iguais ou maiores do que quaisquer outros. Para exemplificar, basta pensarmos na biotecnologia.

O PLS em análise corrige esse equívoco ao estabelecer um mínimo de 20% para os novos financiamentos subsidiados do BNDES. Cabe registrar que, ainda que proponha o direcionamento para a agropecuária dos

financiamentos subsidiados do BNDES, o nobre autor não deixa de criticar o subsídio de cerca de R$30 bilhões ao ano transferido pela instituição a seus clientes e patrocinado pelo Tesouro Nacional.

O voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 144, de 2015, com as emendas de redação, que, na verdade, Sr. Presidente, já foram colocadas na ementa e, consequentemente, renumerados os artigos. Então, eu não preciso nem ler porque não há alteração do texto, apenas uma adequação da chamada técnica legislativa.

O nosso voto, portanto, é favorável. Parabenizo o autor, o Senador Ronaldo Caiado, porque acho que esse é realmente um projeto meritório. Hoje, se colocarmos em percentual, o chamado agronegócio recebe por parte do BNDES apenas um percentual de 7,7%, principalmente nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Estado do Ronaldo Caiado, se ele me permite, já está em um grau de industrialização bem mais avançado. Porém, em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, nós estamos iniciando a chamada agroindustrialização. Certamente é por isso mesmo que o Senador Ronaldo Caiado pede essa destinação. A agroindústria precisa desse tipo de financiamento porque é ela que vai agregar valor aos chamados produtos primários.

Então, eu sou favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado pelo seu relatório.

Em discussão a matéria.

Para discutir, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente Acir Gurgacz. Também bom dia ao Senador Ronaldo Caiado, ao Senador Moka.

Quero cumprimentar o Senador Caiado pela iniciativa, aqui relatada pelo Senador Moka, e dizer da importância da mesma para o agronegócio brasileiro e principalmente para nós, do Centro-Oeste, que temos aqui, como já foi dito, a responsabilidade de alavancar a economia do País. Afinal, hoje o único setor da economia brasileira que está dando resultados e gerando superávits é a agricultura, a pecuária; enfim, esse agro que nós fizemos com bastante competência.

E, diferentemente do que muitos defendem, de que a atividade agrícola é primária, como se fosse assim: ela é primária porque ela é a mais antiga, eu entendo que ela é primária porque é a primeira, é a principal, porque sem ela não há como se desenvolver, não há como gerar alimentos para as pessoas.

Portanto, é a partir da agricultura que nós temos outras atividades. Ela precisa ter a oportunidade de transformar as proteínas vegetais que nós temos, das quais somos grandes produtores, em algo mais valioso, que também gere emprego no campo, gere renda no campo, a fim de que as pessoas que vivem no interior do Brasil, no interior do Centro-Oeste, possam também ter oportunidades de empregos também fora das porteiras das fazendas.

As fazendas estão cada vez mais tecnológicas, com mais tecnologias disponíveis, diminuindo sempre a quantidade de pessoas disponíveis ou necessárias para as atividades agrícolas. Portanto, precisamos, sim, criar mecanismos para que recursos sejam direcionados para essa região, que os empresários olhem que temos potencial combustível para geração dessas indústrias, e quando digo combustível é matéria-prima, e que os recursos sejam suficientes para as empresas se estabelecerem lá.

Começamos um processo de agroindustrialização, como foi dito pelo Senador Moka, no Estado de Mato Grosso há algum tempo. Isso é uma construção e não significa que é do governo A, B, C ou D, mas é uma sequência de coisas que vêm acontecendo que, tenho certeza absoluta, num futuro recente, não ficaremos devendo muita coisa neste sentido para os Estados do Sul, que têm a tradição e a maior parte dessa agroindustrialização, notadamente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Queremos que o Centro-Oeste tenha essa condição. Então, para isso precisamos de dinheiro e, por isso, o projeto do Senador Ronaldo Caiado vem ao encontro disso. Temos a matéria-prima, temos espaço para crescer, mas precisamos de recursos suficientes para desenvolver isso.

Então, quero parabenizar, mais uma vez, o Senador Ronaldo Caiado por essa iniciativa e o Senador Moka pela relatoria. Votarei favorável à matéria, porque entendo que ela é de extrema necessidade para nossa região. Vamos deixar incluir o seu Estado junto, que também é agrícola. Ele fica na Região Norte, mas com a economia ligada ao Centro-Oeste, parecida com o Centro-Oeste, pela forma de conduzir as coisas, a estrutura fundiária da região. Enfim, vocês só estão geograficamente no Norte, mas com a economia, a intenção e a vontade igualzinha à do Centro-Oeste, sem nenhuma diferença.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É fato. A diferença entre a nossa Rondônia e o Mato Grosso é que estamos começando agora a produção de grãos, estamos num momento de transformação. O Mato Grosso já produz em grande escala e passa a industrializá-lo. Estamos ainda avançando na produção de grãos e esperamos que, com certeza, chegaremos ao que é hoje o Tocantins, o que é

o Mato Grosso do Sul e ao que é o Mato Grosso também. É evidente, Senador Caiado, que com um projeto dessa natureza vamos ter aporte necessário, financeiro, para que possamos avançar mais rápido na produção e depois na industrialização.

Com a palavra o autor do projeto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, nossos colegas Senadores.

Quero, em primeiro lugar, agradecer à relatoria do nobre Senador Waldemir Moka, pois sei do seu conhecimento, da sua dedicação à causa e, ao mesmo tempo, o seu discernimento em poder dar a importância, a relevância, a um projeto que vem em sintonia com aquilo que é demanda da região, que tem esse potencial que o Senador Blairo Maggi coloca não só de expansão, mas também... Moka e eu podemos falar por sermos médicos.

É interessante constatar que esse é o setor que mais absorve tecnologia, ou seja, é algo impressionante hoje a ciência aplicada à agropecuária. Imaginar – e o Senador Blairo Maggi pode atestar isso – o que é cada grão de soja em termos de biotecnologia, o avanço na pesquisa e o Brasil se mostrando hoje competente internacionalmente exatamente por isto, por esta capacidade de modernizar a produção de grãos e a produção carne, de proteína!

Sr. Presidente, em relação a esse projeto, eu o acho extremamente oportuno. Sabemos da luta da Ministra da Agricultura em buscar crédito para financiar o setor primário. Ela apresentou agora um Plano Safra em torno de R$196 bilhões. Nós sabemos que isso está ali para custeio, armazenamento, investimento no setor. Sabemos também que hoje temos um saque maior na poupança, temos também um menor percentual de depósito à vista, que compromete, em parte, aquele repasse ao financiamento do setor primário.

Quando nós buscamos uma fonte que já é subsidiada por medidas e medidas provisórias que já foram aprovadas na Casa e que já destinam valores substantivos para essa equalização da taxa de juros, é fundamental que nós pensemos nessa alternativa para amanhã não levarmos, Senador Acir Gurgacz – V. Exª, que conhece a matéria também a fundo – a um processo de endividamento novamente do setor rural. Nós já saímos dessa fase. Ou seja, hoje, o que nós pretendemos é exatamente não deixar com que o *mix* que vai ser proposto a partir de agora faça com que a taxa de juros seja muito alta e, com isso, incompatível com a atividade da agropecuária, principalmente, a agroindústria.

Dessa maneira, nós estamos apresentando esse projeto. Quero agradecer as palavras do Senador Moka, com a preocupação de também direcionarmos também esses incentivos que são dados por isenções, às vezes, nas Regiões Sul e Sudeste, por intermédio das isenções de IPI, como também de repasse de maior montante do BNDES.

O objetivo é exatamente este: voltar um pouco os olhos também para o setor que tem sido o esteio ou a coluna vertebral da economia brasileira.

Como tal, Sr. Presidente, eu agradeço o Relator, como também já as falas dos Senadores Moka, Blairo Maggi e de V. Exª, e peço o apoio de todos na aprovação do projeto.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem.

Havendo quórum, nós vamos, então, para a votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Voltamos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela rejeição do PLS nº 135, de 2014.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.

2- A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra, o Relator, Senador Flexa Ribeiro, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, Srs. Senadores, o PLS nº 135, de 2014, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, como V. Exª já anunciou, tem por finalidade estabelecer exigência para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

O PLS altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A proposição estabelece que a Anvisa deve avaliar anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

Sr. Presidente, na justificativa, o autor coloca como argumento que a Food and Drug Administration (FDA) e a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESA) analisam cerca de trezentos tipos de alimentos por ano, inclusive industrializados, nos Estados Unidos da América e na União Europeia, respectivamente. Enquanto isso, no Brasil, a Anvisa fez análise de apenas 13 alimentos, conforme o seu relatório do ano de 2012. Então, ele propõe que a Anvisa possa fazer a fiscalização de maior número de itens.

Esse projeto já foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e agora à CRA como terminativo. Não foram oferecidas emendas.

O problema da Anvisa, como de todas as outras agências de fiscalização e controle, é a falta de orçamento. Elas têm fonte específica de orçamento, tanto a Anvisa, como a Anatel, como a Agência Nacional de Águas, todas elas, mas, lamentavelmente, essas fontes que alimentam os recursos dessas agências reguladoras são desviadas pelo Executivo para compor superávit primário. Então, o que é preciso, na realidade, para que a Anvisa possa fazer – e é necessário – uma fiscalização de maior número de itens é que haja recursos e pessoal.

O projeto, apesar da sua importância, da preocupação do Senador Alfredo Nascimento, não inova no ordenamento jurídico, como disse, porque já versa sobre competência normatizada da Anvisa.

Então, o voto, Sr. Presidente é pela rejeição do PLS n.º 135 de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem, o Relator concluiu pela rejeição do PLS nº 135 de 2014.

Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Para discutir, Presidente.

Eu quero cumprimentar o Senador Flecha pelo relatório, pela decisão de propor aqui que seja rejeitado o projeto, porque, como foi dito, a Anvisa tem muitas atividades, e a que ela se propõe, pelo menos no setor agrícola, tem sido muito demorada, muito lenta, muito devagar as decisões a serem tomadas. E isso cria problemas, porque, se a gente hoje aprovar a obrigatoriedade de uma coisa que está correta, ela deve ser cumprida, deve ser feita, deve ser acompanhada. Ninguém deve produzir alimentos com toxicidade em comida. Agora propor para que todos possam e devam ser fiscalizados pela Anvisa, daqui a um ano nós não vamos mais ter alimento na mesa. Infelizmente é assim que funciona. Não que nós não queiramos fazer a análise de toxicidade, deve ser feita, mas a estrutura que essa agência tem hoje não dá para isso.

Portanto, eu vou acompanhar aqui o voto do Senador Flecha e dizer que está absolutamente correta a sua posição nesse relatório. Lamento que seja um projeto do Presidente do meu Partido, Alfredo Nascimento, mas aqui a gente não tem que votar pelas pessoas e, sim, pelas matérias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem. Meus comprimentos ao Senador Flecha pelo relatório.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, como esse projeto é terminativo, nós precisamos de quórum qualificado.

Portanto, eu o retiro de pauta para que a gente possa aguardar quórum qualificado, já com a discussão encerrada. Assim que houver quórum qualificado, nós voltaremos à votação dessa matéria, que é terminativa.

Vamos aos requerimentos.

Esclareço que os itens 6 a 14 da pauta, ou seja, os requerimentos de nºs 29 a 37 de 2015, de autoria do Senador Dário Berger, são objeto da avaliação da política pública realizada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, sobre defesa agropecuária no País no exercício de 2015, referente ao Requerimento nº 14 de 2015.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Consulto o Senador Dário Berger, bem como a Comissão, se podemos apreciá-los em globo.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Era a minha proposição para V. Exª .

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Ah, muito bem.

Como não houve objeção, votação em globo dos requerimentos 29 a 37 de 2015.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 29, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para analisar os seguintes subtemas referentes à Política de Defesa Agropecuária no Brasil: a) panorama da defesa agropecuária brasileira e internacional (histórico e desafios atuais); b) diagnósticos e perspectivas da estrutura federal de defesa agropecuária; e c) evolução e execução orçamentária e achados de auditorias, recomendações e determinações dos órgãos de controle. Para a Audiência Pública, sugere a participação de Representantes da Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária (SBDA); da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA); do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical); da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Autoria: Senador Dário Berger

Observações:

Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 30, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para analisar os seguintes subtemas referentes à Política de Defesa Agropecuária no Brasil: a) defesa agropecuária e integração dos entes da federação; e b) Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). Para a Audiência Pública, sugere a participação de Representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA); das Secretarias Estaduais de Agricultura; da Confederação Nacional de Municípios (CNM); do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa); e da União Nacional dos Fiscais Agropecuários (Unafa).

Autoria: Senador Dário Berger

Observações:

Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 31, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para analisar a interação entre os órgãos de defesa agropecuária e o setor produtivo agropecuário. Para a Audiência Pública, sugere a participação de Representantes da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav); da

Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA); da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec); da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec); da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).
Autoria: Senador Dário Berger
Observações:
Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 32, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para analisar o papel do setor privado na defesa agropecuária: desafios para a segurança alimentar e ambiental. Para a Audiência Pública, sugere a participação de Representantes do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG); do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (SINDAN); da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos (AENDA); e da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV).
Autoria: Senador Dário Berger
Observações:
Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 33, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para analisar o papel da vigilância sanitária agropecuária quanto à inserção mercadológica da produção agrícola familiar. Para a Audiência Pública, sugere a participação de Representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer); do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA); e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).
Autoria: Senador Dário Berger
Observações:
Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 34, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para analisar a defesa agropecuária em Santa Catarina e a construção de um padrão de excelência: experiências e desafios. Para a Audiência Pública, sugere a participação de Representantes da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina; da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri); da Com-

panhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc); da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc); e da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Santa Catarina (Fetaesc).
Autoria: Senador Dário Berger
Observações:
Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 35, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e a prerrogativa do art. 50, § 2º, da Constituição, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do RISF, que sejam solicitadas à Senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as informações referentes à Política de Defesa Agropecuária no País.
Autoria: Senador Dário Berger
Observações:
Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015.

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 36, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e a prerrogativa do art. 50, § 2º, da Constituição, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do RISF, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) as informações referentes à Política de Defesa Agropecuária no País.
Autoria: Senador Dário Berger
Observações:
Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015.

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 37, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, em conformidade com o art. 96-B, § 2º, do RISF, que sejam solicitadas ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) as informações referentes à Política de Defesa Agropecuária no País.
Autoria: Senador Dário Berger
Observações:
Avaliação da Política Pública no exercício de 2015, referente ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015.

Para encaminhar, Senador Dário Berger.

Também não precisa fazê-lo uma a um, Senador, pode fazer um relato ou um resumo de todos em uma única fala. Não há necessidade de ler todos os requerimentos.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, Presidente, encontra-se à deliberação desta Comissão os requerimentos que V. Exª acaba de mencionar, cuja análise esta Comissão concordou que seja feita em globo.

Passo, então, a fazer a leitura de forma sintética e reduzida, para que os Srs. Senadores possam ter conhecimento mais amplo dos requerimentos e das pessoas que serão convidadas para as audiências públicas, para que a gente possa discutir essa questão.

São os Requerimentos 35, 36, 37, 38. Não, o nº 38 é do Senador José Medeiros. Eles todos têm por finalidade analisar os subtemas referentes à política de defesa agropecuária no Brasil: a) a defesa agropecuária e a integração dos entes federados; b) o sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária.

Para a audiência pública, Sr. Presidente, a sugestão é a participação de representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Secretarias Estaduais de Agricultura, da Confederação Nacional dos Municípios, do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária e da União Nacional dos Fiscais Agropecuários. Esse seria, então, referente ao Requerimento nº 35.

Passo agora a fazer também a leitura sintética e reduzida do Requerimento nº 36 – todos os Srs. Senadores já se encontram com ele na íntegra, à disposição. Para a análise do Requerimento nº 36, para analisar a interação entre os órgãos de defesa agropecuária e do setor produtivo agropecuário e para a audiência pública estamos sugerindo a participação de representantes da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários, da Associação Brasileira de Proteína Animal, da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, da Confederação da Agricultura e Agropecuária do Brasil e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

Partimos, então, para o próximo Requerimento, o de nº 36, ou melhor, 32 – desculpe-me, Sr. Presidente – , que visa a analisar o papel do setor privado na defesa agropecuária, verificar os seus desafios para a segurança alimentar ambiental. Para a audiência pública, estamos sugerindo a participação de representantes do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal, do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Saúde Animal, da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos e da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários. Esse seria o item.

O de nº 33, Excelência, seria para analisar o papel da vigilância sanitária agropecuária quanto à inserção mercadológica da produção agrícola familiar. Para a audiência pública, sugere-se a participação de representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério de Pesca e Agricultura, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

O próximo requerimento objetiva analisar a defesa agropecuária em Santa Catarina e a construção de um padrão de excelência, com experiências e desafios. Para a audiência, estamos sugerindo a participação de representantes da Secretaria de Agricultura e Pesca de Santa Catarina, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, também de Santa Catarina, da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina e da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares, também do Estado de Santa Catarina.

Item 12, Requerimento 35, da mesma forma: Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e a prerrogativa do art. 50, §2º, da Constituição, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216, que sejam solicitadas à Senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as informações referentes à Política de Defesa Agropecuária no País.

Requer, ainda, o Requerimento 36, que se estabeleça o procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento essas questões todas que já relatei no requerimento anterior, que sejam solicitadas também ao Senhor Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) as informações referentes à Política de Defesa Agropecuária no País.

Da mesma forma, Sr. Presidente, solicitamos ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União as informações referentes à Política de Defesa Agropecuária no País.

São esses os requerimentos e são essas as entidades solicitadas que submeto à apreciação da Comissão e de V. Exª. Desejando incluir ou subtrair algum dos convidados, os senhores fiquem plenamente à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Dário Berger, pelo belo trabalho que faz com relação a esse tema, que é da maior importância para todo o nosso País.

Em votação os requerimentos.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 29 a 37, de 2015, na CRA.

Informo que os Requerimentos de Informação nºs 36, 37 e 38 serão encaminhados à Mesa para decisão, nos termos do art. 215, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 38, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, combinados com o art. 104-B, incisos IV e XIV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para debater ações que visem à fixação do homem no campo e ao fortalecimento da agricultura familiar, com os seguintes convidados: Maria Lúcia de Oliveira Falcón – Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Kátia Abreu – Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Alberto Ercílio Broch – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Adhemar Lopes de Almeida – Secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA).
Autoria: Senador José Medeiros

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Esse é o Requerimento nº 38, de 2015, da CRA, de autoria do Senador José Medeiros. Como o Senador não está presente, eu o subscrevo para não deixarmos de aprovar, de apreciar o requerimento.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 16.

Da mesma forma, eu também subscrevo o Requerimento nº 39, de 2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, para que possamos apreciá-lo.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 39, DE 2015
– Não terminativo –

Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na cidade de Ijuí, Rio Grande do Sul, no dia 10 de julho de 2015, com o tema "Mercados e Perspectivas para o futuro da produção leiteira do Brasil". Para tanto sugere a participação dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Alexandre Guerra – Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado do Rio Grande do Sul (SINDILAT-RS); Sr. Gilberto Piccinini – Presidente do Instituto Gaúcho do Leite (IGL); Sr. Paulo do Carmo Martins – Chefe-Geral da Embrapa Gado de Leite; Sr. Carlos Joel da Silva – Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS); Sr. Jorge Rodrigues – Presidente do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Rio Grande do Sul (CONSELEITE-RS/FARSUL); Sr. Clair Tomé Kuhn – Presidente da Emater/RS; Sr. Edmundo Klotz – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA).
Autoria: Senadora Ana Amélia

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 17, Requerimento nº 40, de autoria do Senador Donizeti.

Eu também o subscrevo, para a gente poder apreciar o Requerimento.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 40, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e dos artigos 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para discutir o Cadastro Ambiental Rural – CAR. Nesse sentido, sem prejuízo da inclusão de outros convidados, indica-se o Engenheiro Florestal e Agrônomo, Raimundo Deusdará Filho – Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro – SFB, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Extrapauta. Requerimento nº 41, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que também subscrevo.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 41 , DE 2015

Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e dos artigos 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia – CCT, para discutir o Programa de Produção de Etanol Social da Amazônia. Para tanto, sugere que seja convidado o Sr. Márcio Silveira, Reitor da Universidade Federal do Tocantins; e Sr. Djalma Bezerra Mello, titular da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Não havendo mais nenhum tema para ser votado e antes de encerrar a nossa presente reunião, faço, aqui, as minhas considerações, que eu gostaria de ter feito no início, mas, para maior agilidade, nós iniciamos pelas votações.

Srªs e Srs. Senadores, o anúncio de que a agropecuária empresarial terá R$187,7 bilhões de financiamento para o Plano Safra 2015/2016, ou seja, 20% a mais do que na safra anterior, feito pelo Governo na última terça-feira, e a perspectiva de que a agricultura familiar tenha aproximadamente R$30 bilhões no plano que será anunciado no próximo dia 15 trazem boas expectativas para os agricultores e deve manter o bom desempenho do setor.

Esse incremento na oferta de crédito que tanto cobramos, e muitas vezes discutimos aqui, na Comissão de Agricultura, deverá proporcionar segurança à agropecuária numa fase especialmente difícil da economia nacional, com o aperto nas contas públicas, incluindo juros altos para o combate à inflação.

Lembro que discutimos aqui, nesta Comissão, com a Ministra Kátia Abreu e também com o Ministro Patrus Ananias, do MDA, a importância de o Governo ampliar a oferta de crédito e subsídios de juros para segurar a elevação dos juros com relação a crédito rural. Foi um debate que fizemos aqui. Debatemos amplamente, discutimos com ambos os Ministros, para que houvesse um aumento de oferta e não tivesse juro elevado para os nossos agricultores.

A Senadora Ana Amélia, nossa Presidente, sempre alertou, em todas as reuniões da CRA, para a importância de o Governo tomar medidas preventivas, manter o mesmo volume de créditos, no mínimo, e aumentar os investimentos na infraestrutura, para evitarmos que as dificuldades macroeconômicas afetem a agricultura brasileira.

Com esse Plano Safra, que foi anunciado, e com esse projeto de lei que aprovamos hoje, Senador Moka, acerca do qual V. Exª fez um belo relatório, nós estamos incrementando, ainda mais, o agronegócio. Em um ano em que o Brasil teve crescimento negativo de 0,2% no primeiro bimestre, o agronegócio cresceu 4,7%. Então, essa é a realidade do agronegócio brasileiro. Quanto mais nós avançarmos, mais teremos condições de ajudar a economia brasileira.

Com o lançamento das obras de infraestrutura, feito pela Presidenta, nessa semana, com relação às concessões, que é o que falta, para que possamos avançar, ainda mais, no que diz respeito ao escoamento da produção agrícola, eu entendo que o Brasil caminha a passos largos, para que possamos chegar ao ponto de sermos o maior produtor de alimentos do mundo e de podermos exportar, avançando mais ainda no que se refere ao saldo positivo da balança comercial.

Esse tema tem sido debatido amplamente aqui, por todos nós, principalmente pelos Senadores Moka, Blairo Maggi e Caiado. Nós temos debatido essa questão de avançarmos, principalmente, na nossa Região Norte, uma das regiões onde temos espaço para aumentar a produtividade – sem haver desmatamento – o que é muito importante.

Outra questão importante para que os agricultores possam trabalhar dentro da segurança jurídica e de um modelo de agricultura sustentável é a necessidade de retomarmos a campanha pelo preenchimento do Cadastro Ambiental Rural. Infelizmente, temos ainda agricultores que não sabem o que é o CAR. Nos rincões, em regiões distantes, temos ainda agricultores que não têm conhecimento sobre o CAR, e, por isso, há necessidade de termos uma forte campanha nacional, junto com Estados, Prefeituras, cooperativas e associações, para que possamos fazer com que o CAR aconteça.

Depois do CAR, teremos o PRA, mas antes do PRA, teremos que fazer o CAR. Nós trabalhamos muito para que esse prazo fosse ampliado. Conseguimos que fosse ampliado por mais um ano, e um projeto que vai tramitar pedirá mais três anos de prazo para o preenchimento do CAR, mas o fato é que hoje temos mais um ano para que o nosso agricultor possa fazer isso. Portanto, é um motivo de preocupação e atenção que sempre discutimos, nesta Comissão, e fica aqui, mais uma vez, o pedido para que o Governo Federal faça, Senador Caiado, uma campanha nacional para a execução do CAR, que envolva também Estados e Municípios, associações, cooperativas e EMATERs, para que possamos avançar no CAR.

Com a palavra, o Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo por essa luta, principalmente para poder divulgar essas exigências de aprovação da época da Código Florestal. Graças à sua atuação, também foi possível essa prorrogação que já havia sido prevista em lei. Porém, um dado que V. Exª cita e do qual tive ontem a constatação, pelo Presidente da Emater do meu Estado de Goiás, é algo preocupante.

É um Estado que, relativamente, tem uma boa estrutura no setor do interior, no setor rural, e os dados que o Presidente da Emater me trouxe ontem mostram que 47% das propriedades do Estado de Goiás têm uma renda inferior a um salário mínimo. Presidente, eu jamais imaginei – talvez aí está o motivo que explique tamanho êxodo rural –, que houvesse carência nessa proporção.

Essas pessoas estão quase que economicamente inviabilizadas de aplicar essas regras que nós aprovamos, sem que haja uma política, primeiro, de divulgação; em segundo lugar, de um apoio direto das Emater, que estão muito, hoje, desestruturadas – está certo? –, sem uma condição mínima, às vezes, de avançar nessa área de suporte a essas propriedades rurais com novas ideias, propostas e, também, até, no auxílio na comercialização dos produtos ou na orientação das atividades do setor rural em regiões mais carentes.

Com isso, eu não só apoio a tese levantada pelo Presidente como também acho que é um fato que eu quero – e solicitei a eles mais detalhes em relação a isso – discutir, nesta Comissão, esse quadro que tem me preocupado hoje, pois já vivemos num Brasil onde apenas 20% da população brasileira está no interior, ou seja, fora das cidades.

Há essa concentração, hoje, no setor urbano, e cada vez mais com a tecnologia chegando, mas nós temos também um percentual alto de migrantes, que são aqueles que estão sem alternativa. Eles não tiveram a oportunidade de ser educados e muito menos de poder acompanhar a modernização da agropecuária brasileira.

A Emater tem uma função relevante nisso, e esta Comissão, aqui, tem essa função de pensar na nossa agropecuária brasileira e, principalmente, nessas propriedades, hoje, familiares, que estão sendo desestruturadas. E é muito preocupante – e, aí, falando do lado social – e não é interessante, para ninguém, ver, realmente, essa proliferação, cada vez mais, de áreas carentes na região de grandes cidades no Brasil.

Eu apoio a tese levantada, aplaudo a iniciativa de V. Exª e acho que é uma oportunidade também de nós envolvermos, aí, os Municípios e os Estados, nessa divulgação, orientação, e eles assumirem parcelas necessárias para que possamos avançar no CAR, e que as pessoas mais carentes do setor rural possam ter acesso, também, a custo zero, a esse processo, hoje, de fazer não só o georreferenciamento da sua propriedade, mas, também, aquele prospecto que é do CAR. Apesar de simples, é, para eles, complexo e impossível de ter ali. Até aquele um ponto, que seja, na sua propriedade, já é um referenciado.

Então, eu acho que é extremamente oportuna a preocupação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Caiado.

De fato, é uma preocupação grande exatamente com as pequenas propriedades e com as pessoas que têm uma renda muito baixa. Eles não têm condições de fazer o CAR. Se não houver o envolvimento das Secretarias de Agricultura dos Municípios, através do apoio também das Emater e do governo do Estado, nós não teremos um avanço no CAR.

Nós dizíamos, aqui, com o Senador Moka – nós debatemos amplamente na aprovação do Código Florestal –, que nós estamos aprovando uma coisa para o agricultor executar. Se nós não dermos condições para ele executar, nós vamos criar uma lei para que o agricultor fique ilegal perante a lei. Então, nós temos a obrigação de ficar alertando e pedindo para que haja uma ação de governo, em cadeia federal, estadual e municipal, e as associações, para que a gente possa avançar com relação ao CAR.

Outra questão que eu abordo é a questão das faixas de fronteiras. Há o projeto de lei que trata da regularização das terras em faixas de fronteiras, o PLC 90, de 2012, no Senado, e o PL 2.742, de 2003, na Câmara dos Deputados, que já aprovamos aqui no Senado, e ontem foi aprovado, sem alteração, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, pelo Deputado Federal, nosso ex-colega e amigo, Sérgio Souza, do PMDB do Paraná, que foi nosso companheiro aqui no Senado até o ano passado. Agora o projeto será apreciado de forma terminativa na CCJ da Câmara.

Eu tive o prazer de ter sido o relator dessa matéria aqui no Senado, na CRA e na CCJ também. E, junto com os senhores, construímos e aprovamos uma proposta aqui na Comissão de Agricultura.

É certo que esse projeto foi construído com base em muito diálogo com a sociedade, através de audiências públicas e reuniões, também e principalmente com os produtores rurais, que vivem hoje nas faixas de fronteira, que compreendem 150km a partir da linha de fronteira do Brasil com países limítrofes.

Também seria oportuno, se isso não for feito, não conseguiremos cadastrar 5,6 milhões de propriedades.

É uma matéria importante que foi aprovada ontem na Comissão de Agricultura e volta para cá, para que ela seja terminativa. O projeto que discutimos amplamente aqui, Senador Moka, que foi aprovado sem nenhuma mudança, o que mostra que o debate feito nesta Comissão foi muito positivo.

Consulto os Senadores se alguém gostaria de fazer alguma colocação.

Senador Moka, com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Bem objetivamente.

Essa questão levantada pelo Senador Caiado, lembro-me, a atual Ministra, Senadora Kátia Abreu, falava disso quando Presidente da CNA. Ela, em um levantamento que fez, ficou assustada com o número de propriedades rurais em que a renda era inferior a um salário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É preocupante.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não conheço a realidade, a estatística do Mato Grosso do Sul, mas não deve ser muito diferente, porque, na verdade, principalmente onde predomina só pecuária – e é o caso de Goiânia e Mato Grosso do Sul, há regiões que é só pecuária – essas pequenas propriedades – pequenas para nós, estou falando de 200, 300 hectares, que, no caso de Santa Catarina, já seria uma grande propriedade, isso tudo é muito relativo –, mas uma propriedade de 200 hectares no Mato Grosso do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É grande.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... só pecuária, o lucro, a renda que esse produto tem é muito pequena. Isso sabemos, porque há um custo de manutenção.

Estou colocando o que a Senadora e hoje Ministra Kátia Abreu levou para o Ministério da Agricultura, está criando um departamento para cuidar exatamente desse segmento.

Quando se fala em produtor, o cara pensa no grande produtor ou no médio, mas temos ainda regiões inteiras e bolsões de dificuldade financeira muito forte.

E, agora, para finalizar, V. Exª levanta essa questão do CAR. Tenho feito uma campanha quase que pessoal no sindicato, alertando que, embora prorrogado, precisamos fazer. Percebo que algum produtor, por desinformação parece que tem um certo receio de fazer o CAR.

Então, temos que colocar abertamente que esse CAR é necessário, até porque sem o CAR ele não vai acessar mais nenhum tipo de financiamento, ele simplesmente não vai existir como produtor rural. É isso que preocupa.

Adiamos, e corretamente, mas acho também que, ao mesmo tempo, que façamos campanha, temos que dizer também da necessidade e esclarecer que esse CAR não vai trazer nenhum tipo de infortúnio, de dificuldade para o produtor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pelo contrário.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Longe disso, ao contrário, trará somente acesso e mais facilidade para ele desenvolver a sua produção.

É nesse sentido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 7 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 54 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 18 DE JUNHO DE 2015.

Às sete horas e cinquenta e nove minutos do dia dezoito de junho de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Dário Berger, Paulo Rocha, Lasier Martins, Flexa Ribeiro, Douglas Cintra e Elmano Férrer. Deixam de comparecer os Senadores Donizeti Nogueria, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, José Medeiros, Wellington Fagundes e Blairo Maggi. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, recorre à compreensão de todos para que não seja realizada a audiência pública objeto da presente reunião, em razão do falecimento do ex-Presidente da Câmara dos Deputados Paes de Andrade, que será velado nas dependências do Congresso Nacional a partir das 8 horas desta manhã. Comunica também, que o Senador Blairo Maggi apresentou no Plenário do Senado Federal voto de pesar pelo falecimento de Olacyr Francisco de Moraes, falecido no dia 16 de junho, grande investidor em pesquisa, desenvolveu, em convênio com a Embrapa e com a Universidade Federal de Viçosa, milhares de linhagens de soja e trigo, até chegar à variedade ideal para o cultivo no Cerrado, gerando maior produtividade nessa região. Após esse registro, a Senhora Presidente dá início à deliberação dos seguintes requerimentos: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 42, DE 2015 – EMENTA: Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no dia 22 de junho de 2015, às 16h, na sede da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, para debater o Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016, com a presença da Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Kátia Abreu. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 43, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 102, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para debater as propostas de revisão do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, também denominado de Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), que é uma importante parte do compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), assumido pelo Brasil na 15ª Conferência das Partes – COP15 ocorrida em Copenhague, no ano de 2009, elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Para tanto, solicita que seja convidado o Sr. Roberto Rodrigues, ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Autoria:** Senador Waldemir Moka. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Encerrada a deliberação, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, informa que juntamente com a Senadora Lídice da Mata, da Bahia; o Senador José Medeiros, do Mato Grosso; o Senador Valdir Raupp, de Rondônia; e o Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso, foram recebidos, ontem, pela Sra. Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para tratar da questão da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC – que é a comissão da produção do cacau e também da produção de cacau em si, porque os produtores sofrem com o problema de comércio internacional com a especulação do produto e o prejuízo aos nossos exportadores – no tocante à realização de concurso público. Em resposta, a Sra. Ministra expôs que o Ministério prepara um amplo planejamento, inclusive na área dos fiscais federais agropecuários, um projeto global de modernização do processo de gestão e de planejamento, com investimento grande na área de inovação, e que será necessário fazer investimentos muito expressivos na área da pesquisa – Embrapa, Ceplac, na área da defesa agropecuária – e que estão suspensos todos os concursos, inclusive o dos fiscais federais, até que seja concluído esse grande e ambicioso plano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A reunião de hoje destinar-se-ia à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 29, de 2015, do Senador Dário Berger, que tem por finalidade os seguintes temas: discutir e analisar o panorama da defesa agropecuária brasileira e internacional (histórico e desafios atuais); diagnósticos e perspectivas da estrutura federal de defesa agropecuária; e evolução e execução orçamentária e achados de auditorias, recomendações e determinações dos órgãos de controle.

Eu queria agradecer a presença da Drª Suely Xavier de Brito Silva, Fiscal Estadual Agropecuária da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, representante da Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária; do Sr. Luis Eduardo Pacifici Rangel, Fiscal Federal Agropecuário, Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Dr. Maurício Rodrigues Porto, Presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários; do Sr. Claudio Antonio de Almeida Pi, Diretor de Auditoria das Áreas de Produção e Comunicação da Secretaria Federal de Controle da Controladoria-Geral da União (CGU); e do Dr. Aderbal Amaro de Souza, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU).

Eu queria primeiramente agradecer imensamente a presença de todos os senhores, mas penso que é prudente de nossa parte que não façamos a reunião hoje em função da morte, do passamento do ex-Presidente da Câmara dos Deputados Paes de Andrade, que estará sendo velado nas dependências do Congresso Nacional, a partir das 8 horas desta manhã.

Eu peço a compreensão, até por um gesto humanitário, um gesto de civilidade e de respeito a uma pessoa que teve uma grande participação na história do País, no sentido de que nós cancelemos a audiência pública e façamos uma breve deliberação, por questão de urgência, de alguns requerimentos que estão pendentes, porque na segunda-feira a Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, discutirá o Plano Safra em Porto Alegre. Então, eu preciso da aquiescência dos colegas Senadores para aprovar, em caráter extrapauta, este requerimento.

Eu agradeço imensamente a todos os que vieram e vamos, com o Senador Dário Berger, ver uma nova data para esta audiência, entendendo que todos saberão as razões, justificadas plenamente para o cancelamento da reunião de hoje.

Muito obrigada aos senhores. Eu agradeço também a presença dos Senadores aqui que dão a colaboração para que nós tomemos as deliberações.

Antes disso, eu queria também comunicar que o Senador Blairo Maggi, nesta semana, requereu um voto de pesar pelo falecimento de Olacyr Francisco de Moraes, que faleceu no dia 16 de junho.

Na justificativa do voto, que foi aprovado por unanimidade no plenário do Senado, o Senador Blairo Maggi lembrou que Olacyr de Moraes foi um dos maiores empresários brasileiros, pioneiro no cultivo da soja na região do Cerrado e no desenvolvimento de variedades no cultivo do algodão, tornando o Brasil um exportador de produtos.

Grande investidor em pesquisa, desenvolveu, em convênio com a Embrapa e com a Universidade Federal de Viçosa, milhares de linhagens de soja e trigo, até chegar à variedade ideal para o cultivo no Cerrado, gerando maior produtividade nessa região.

Faço a questão deste registro em função da relevância que teve a presença de Olacyr de Moraes no cenário do agronegócio brasileiro.

Eu quero apresentar, então, de pronto, o Requerimento nº 42, de minha autoria, requerendo a realização de um círculo de debates, no âmbito da comissão, no dia 22 de junho, segunda-feira, às 16 horas, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, para debater o Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016, com a presença da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento. Agradeço o apoio.

O Requerimento nº 43, de autoria do Senador Waldemir Moka, requer, nos termos do disposto no art. 58, §2º, uma audiência pública no âmbito da Comissão de Agricultura para debater as propostas da revisão do plano setorial de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura, também denominado de Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), que é uma importante parte do compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa assumido pelo Brasil na 15ª Conferência das Partes (COP 15), ocorrida em Copenhagen, na Dinamarca, no ano de 2009, elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Para tanto, solicito que seja convidado o ex-Ministro Roberto Rodrigues, parar falar sobre esse tema.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka, autor do requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, apenas dois registros: um sobre Olacyr de Moraes e outro sobre um grande Líder do meu partido, Paes de Andrade, que foi, inclusive,

Presidente Nacional do PMDB e Presidente da Câmara, e está sendo, como V. Exª disse, velado aqui no Congresso Nacional.

Dessa forma, acho que V. Exª age acertadamente, embora eu saiba o transtorno que isso pode acarretar aos nossos convidados, o que é natural, mas é difícil, para nós, ter essa atividade.

Eu fui procurado, ainda ontem, pelo ex-Ministro Roberto Rodrigues, que é o coordenador do chamado Observatório do Plano ABC. E, de dois em dois anos, é preciso fazer revisão. Esse Plano ABC é o que, na minha avaliação, é o que há de mais moderno em termos de agricultura; é a integração, hoje, de agricultura, pecuária e floresta.

Ele propõe aqui... E é muito interessante o documento. Eu disse a ele: eu acho que você deveria vir até a Comissão de Agricultura e colocar isso, porque aqui a responsabilidade é do Mapa (Ministério da Agricultura) e do MDA.

Eu acho que é importante que o Ministro Roberto Rodrigues possa dar essa contribuição, até porque, na minha avaliação, é muito difícil a gente ter alguém com a capacidade, com o conhecimento do ex-Ministro Roberto Rodrigues, que se disponha a ajudar num plano que, além de tudo, está recuperando áreas degradadas, principalmente pastagens degradadas, e colocando aí florestas, uma das coisas mais inteligentes nos últimos tempos, a meu juízo, em termos de recuperação, que beneficia a chamada agricultura ou produção sustentável.

Então, é nesses termos que é vazado o meu requerimento, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu conto com o apoio integral desta Comissão, Senador Moka, dada a responsabilidade que o Brasil tem nesse tema. Se é um compromisso que o Brasil assumiu internacionalmente, ele precisar cumprir.

Então, eu submeto ao Plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do Senador Waldemir Moka para convidar o ex-Ministro Roberto Rodrigues para tratar da questão da COP 15 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, eu quero também associar-me aos votos de pesar pela morte de dois grandes brasileiros: um da área empresarial e outro da área política.

Olacyr de Moraes foi, como já foi dito, um grande empresário não só no agronegócio, mas em outras áreas da iniciativa privada, e foi o pioneiro, inclusive, no plantio de soja e algodão, que levou o Mato Grosso a ser hoje o maior produtor do Brasil.

O Deputado Paes de Andrade teve uma vida política bastante intensiva para o desenvolvimento do nosso País, chegando, inclusive, interinamente, a assumir a Presidência da República. Ele é sogro do Senador Eunício Oliveira. Então, quero estender os votos também à família do Senador Eunício Oliveira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Também a Comissão endossa a manifestação de V. Exª ao nosso colega Eunício Oliveira, Líder do PMDB aqui no Senado Federal, de autuação destacada na Casa.

Paes de Andrade, como todos lembram, foi Deputado Federal pelo Ceará. Ontem foi aprovado coletivamente, por iniciativa do Senador Tasso Jereissati, do PSDB, um voto de pesar pela morte de Paes de Andrade, que presidiu a Câmara dos Deputados por muito tempo e teve um trabalho destacado na Câmara Federal.

Considerando a aprovação disso, Senador Dário Berger, o senhor, que é o autor na Comissão, diante do ocorrido e do velório aqui no recinto do Congresso, na Câmara dos Deputados, do Deputado Paes de Andrade, que faleceu ontem, nós deliberamos coletivamente a suspensão da audiência de hoje em respeito ao ato que está acontecendo.

Nós vamos remarcar, então. Eu espero também que V. Exª compreenda os nossos convidados com muita solidariedade e espírito de compreensão. Eles entenderam. Não é fácil reagendar, mas a gente não pode dispor da vida como gostaríamos.

Então, eu agradeço muito a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores, Senado Flexa, Senador Moka, Senador Aziz, Senador Dário Berger, especialmente os convidados da audiência de hoje. E vamos agendar assim que possível essa audiência, que é muito importante, com o ex-Ministro Roberto Rodrigues.

Na segunda-feira à tarde, estaremos realizando audiência com a Ministra Kátia Abreu para debater o Plano Safra no âmbito dos interesses do Rio Grande do Sul, às 16 horas, na Assembleia Legislativa.

Quero também participar e compartilhar com os senhores, para finalizar, que ontem a Ministra Kátia Abreu recebeu os Senadores Lídice da Mata, da Bahia; o Senador José Medeiros, do Mato Grosso; o Senador Valdir Raupp, de Rondônia; o Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso; e, a mim, como Presidente da Comissão.

Foi um pedido da Comissão para tratarmos da questão da Ceplac, que é a comissão da produção do cacau, e também da produção de cacau em si, porque os produtores estão sofrendo um problema de comércio internacional com a especulação do produto e o prejuízo aos nossos exportadores.

O Brasil voltou a exportar cacau de excelente qualidade, está fazendo grandes pesquisas, e há o pedido feito pela Ceplac, especialmente, com o apoio dos Parlamentares, de um concurso público, porque são 600 novos servidores. O Brasil hoje tem três grandes Estados produtores, inclusive o Pará do Senador Flexa, mas Rondônia é o terceiro maior produtor, Senador Acir. É o maior produtor, uma zona importante. O Maranhão também produz, o Mato Grosso tem uma produção menor, e a Bahia também é o maior produtor.

É uma área em que o Brasil pode voltar a ter o espaço que teve, e a Ministra foi muito clara: neste momento o Ministério está preparando um amplo planejamento, inclusive na área dos fiscais federais agropecuários, e a exposição dela deixou muito claro que é um projeto global de modernização do processo de gestão e de planejamento do Ministério, com investimento grande na área de inovação.

E vai ser preciso fazer investimentos muito expressivos na área da pesquisa – Embrapa, Ceplac, na área da defesa agropecuária – aí estão os fiscais federais agropecuários. Ela suspendeu todos os concursos, inclusive o dos fiscais federais – precisaria ser feito um novo concurso –, na medida em que vai estar concluído esse grande e ambicioso plano.

Ela está mesmo disposta a isso com o apoio da Presidente da República, e acho que o Brasil vai ganhar, até porque ela assegurou que isso será feito antes da metade do ano de 2015. Portanto, já para iniciar concursos, se for o caso, em 2016. Ou seja, eu penso que é melhor aguardar isso para esse plano, que ele saia do papel, a fazer um concurso agora, sem regras gerais de que política de pesquisa ou defesa agropecuária será seguida pelo Governo brasileiro. Então, são compreensíveis e até elogiáveis as iniciativas modernizantes que estão sendo aplicadas.

Nós vamos ficar continuadamente fiscalizando, apoiando no que entendermos que seja correto e também exigindo mudanças naquilo que seja necessário fazer, com o apoio das categorias, evidentemente.

Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Srª Presidente, nobres colegas Senadores, só para registrar o meu apoio ao requerimento do Senador Moka.

Entendo que é importante esse debate, essa discussão. E também cumprimento V. Exª pela decisão tomada de cancelar as atividades desta Comissão em função do passamento do nosso ex-Presidente da Câmara. Entendo que é pertinente, e nós temos que realmente nos curvar aos fatos que a vida nos coloca à frente em momentos de tristeza de familiares. Foi importante a sua decisão, tem o nosso apoio, e vamos transferir essa audiência. Teremos outras oportunidades, com certeza, para esse debate que também é muito importante para a agricultura brasileira.

Meus cumprimentos, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada.

A audiência do Senador Dário Berger – para encerrar – tinha por objetivo a questão relacionada à defesa agropecuária, uma vez que ele é o Relator na Comissão desse tema que devemos entregar, até o final do ano, como proposta de trabalho e prioridade. Então, obrigada Senador também pela compreensão, mas renovo o agradecimento a todos os convidados que aqui compareceram para falar do tema.

Nós reagendaremos, e serão novamente convidados.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 7 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 16 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 25 DE JUNHO DE 2015.

Às oito horas e sete minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia e dos Senadores José Medeiros e Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, Romero Jucá e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Donizeti Nogueria, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Lúcia Vânia e Blairo Maggi. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica o recebimento do Ofício nº 23, de 2015, datado de 11 de junho de 2015, subscrito pelo Deputado Estadual Francisco dos Santos Sampaio, do PCdoB, de Roraima, que encaminha relatório sobre a problemática fundiária daquele Estado da Região Norte do País. Comunica o falecimento,

aos 80 anos, de Antônio Augusto Fagundes, mais conhecido dos tradicionalistas sulistas como Nico Fagundes. Em seguida, comunica a participação da Sra. Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no 7º Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em Porto Alegre/RS, no dia 22 de junho, para detalhar o Plano Safra 2015-2016, especificamente nas áreas de interesse do Rio Grande do Sul, quando foi constatado que o problema maior hoje está localizado na lavoura de arroz, uma das lavouras mais tecnificadas, uma das lavouras mais importantes do Rio Grande do Sul, o maior produtor de arroz irrigado do País, pois responde, praticamente, pela metade da produção nacional. Comunica também a liberação, pela União Europeia, da entrada da soja desenvolvida pela Embrapa e pela BASF no mercado europeu, que cria mais uma concorrência na produção de sementes transgênicas para os produtores, o que é extremamente favorável, pois havia uma dependência da marca Monsanto, dos Estados Unidos, e agora o produtor tem alternativas. Após as comunicações, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, dá inicio à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 38, de 2015, de autoria do Senador José Medeiros, com a finalidade de debater ações que visem à fixação do homem no campo e ao fortalecimento da agricultura familiar, com a participação do Sr. Adhemar Lopes de Almeida – Secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Sr. Pedro Celso Antonieto – Coordenador do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (representante de: Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA); Sr. César Aldrighi – Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (representante de: Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA); Sr. Zenildo Pereira Xavier – Secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (representante de: Alberto Ercílio Broch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG). Os Senhores Senadores José Medeiros, Ana Amélia, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado e Wellington Fagundes fazem uso da palavra. No decorrer da audiência pública, a Senhora Presidente coloca em votação o seguinte requerimento: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 45, DE 2015 – EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do disposto no art. 58, da Constituição Federal e no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a debater a respeito da "Demarcação de Terras Indígenas". Para tanto, requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Justiça José Eduardo Cardozo. **Autoria:** Senador Waldemir Moka. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, comunico aos colegas Parlamentares o recebimento do Ofício nº 23, de 2015, datado de 11 de junho de 2015, subscrito pelo Deputado Estadual Francisco dos Santos Sampaio, do PCdoB, de Roraima, que encaminha relatório sobre a problemática fundiária daquele Estado da Região Norte do País.

A presente reunião destina-se a audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 38, de 2015, desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria do Senador José Medeiros, que tem por finalidade debater ações que visem à fixação do homem no campo e ao fortalecimento da agricultura familiar.

Antes de chamar os convidados, algumas breves e importantes comunicações.

Ontem – uma notícia triste para os gaúchos, especialmente para quem gosta da música regional do sul do País –, faleceu, aos 80 anos, Antônio Augusto Fagundes, mais conhecido dos tradicionalistas sulistas como Nico Fagundes.

O Nico Fagundes foi jornalista e advogado. Em 1955, ele passou a fazer parte do Instituto de Tradições e Folclore da Divisão de Cultura do Estado e, durante oito anos, fez formação em folclorismo, especializando-se em cultura afrogaúcha.

Tornou-se professor de danças folclóricas e literatura gauchesca no Instituto de Tradições e Folclore. Viajou para a Europa como sapateador do grupo Gaudérios e morou em Paris por quatro meses. Iniciou pesquisa de indumentária gaúcha e se tornou a maior autoridade sobre este assunto no Rio Grande do Sul.

Foi um dos fundadores do conjunto de folclore internacional batizado de Os Gaúchos, do qual foi diretor durante 15 anos. Fundou também, no Instituto de Tradições e Folclore, a Escola Gaúcha de Folclore, de nível superior, que funcionou durante seis anos. Atuou como titular nas cadeiras de danças folclóricas e indumentária gaúcha. Foi diretor da escola durante seis anos.

Nico Fagundes deixa um legado também porque foi um dos criadores do programa Galpão Crioulo, que andou pelo Brasil inteiro, e foi o compositor de uma das músicas mais bonitas do repertório do Rio Grande do Sul, o chamado Canto Alegretense, cuja letra é um verdadeiro hino à sua cidade natal, Alegrete, região da fronteira do nosso Estado, Senador Moka.

Então, perde o Rio Grande, mas perdem também a cultura brasileira e a cultura regional.

A solidariedade desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária à família Fagundes e as homenagens ao nosso querido Nico Fagundes – eu fui amiga dele e de toda a sua família.

Ontem, nós tivemos várias festividades aqui, em Brasília. Uma delas, da Ministra Kátia Abreu, do Ministério da Agricultura, foi uma festa junina que, na verdade, foi uma confraternização de todos os servidores do Ministério e dos órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura. Foi uma bela festa na Casa do Cerrado. E me chamou a atenção o nível de confraternização que a Ministra Kátia Abreu criou para reunir os servidores do Ministério, que passa por uma transformação e planejamento estratégico, do que a Ministra está cuidando.

A Ministra Kátia Abreu esteve, por iniciativa desta Comissão, na segunda-feira, no final da tarde, em Porto Alegre para detalhar o Plano Safra 2015-2016 especificamente naquelas áreas que interessam ao Rio Grande do Sul.

Foi constatado que o problema maior hoje, Senador Moka, está localizado na lavoura de arroz, uma das lavouras mais tecnificadas, uma das lavouras mais importantes do Rio Grande do Sul, o maior produtor de arroz irrigado do País, pois responde, praticamente, pela metade da produção nacional. Mas, hoje, os custos de produção estão muito acima do custo dado ao preço mínimo do produto. Enquanto o custo de produção é de um pouco mais de R$40,00 por saca, o preço da saca do produto é vendido ao produtor a R$31,00.

Então, essa defasagem está criando uma situação de endividamento, aprofundando os problemas preexistentes, podendo chegar a uma possível redução da área plantada. E essa é a pior situação a que podemos chegar, porque o País acaba dependendo de importação, e o agricultor fica numa situação, digamos, de muita dificuldade. E, neste momento, com o dólar alto, nós temos que fazer o caminho inverso, de produzir e exportar, porque há uma procura, uma grande demanda por arroz. Inclusive, o México tem interesse em importar arroz. Então, nós deveríamos fazer o caminho inverso, exportando e não importando o excedente que nós temos. E hoje o Brasil tem uma grande reputação com os institutos, não só com a Embrapa, mas especialmente, no caso do Rio Grande do Sul, com o Irga, o Instituto Rio Grandense do Arroz, que faz estudos genéticos para novas variedades, mais adaptadas ao gosto do consumidor brasileiro e também às condições econômicas dos produtores.

Outra notícia importante desta semana é a da liberação, pela União Europeia, da entrada da soja desenvolvida pela Embrapa e pela BASF no mercado europeu. Essa aprovação cria mais uma concorrência na produção de sementes transgênicas para os produtores, o que é extremamente favorável, pois havia uma dependência da marca Monsanto, dos Estados Unidos, e agora o produtor tem alternativas. Mas o mais importante é que a Europa, ao abrir esse mercado, está criando um espaço novo nessa produção tão importante do Brasil, um dos maiores produtores de soja.

Ontem, também houve uma celebração muito bonita em Mato Grosso do Sul, liderada pelo nosso Senador Moka, pela Senadora Simone Tebet, pelo prefeito da cidade. Mas eu gostaria de dar a palavra ao próprio anfitrião, que recebeu lá, eu diria, um quórum qualificado de Senadores, Ministros de Estado, Deputados e muitos convidados dos Ministérios, numa das mais bonitas festas. Aliás, isso já se tornou tradicional, aqui, em Brasília, no calendário das comemorações regionais.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Srª Presidente.

É verdade: a festa do Leitão no Rolete é uma festa de São Gabriel do Oeste, uma cidade do interior do meu Estado. Na verdade, é uma festa tradicional de São Gabriel do Oeste que começa no final de julho ou começo de agosto e que passou a ser realizada há alguns anos, por decisão do prefeito, junto com a câmara de vereadores, e que conta principalmente com o patrocínio das cooperativas, em especial a Cooperativa Aurora. Aliás, o diretor-presidente dessa cooperativa estava lá na nossa festa.

São Gabriel do Oeste, suas autoridades, o Executivo e o Legislativo municipal encontraram essa forma para divulgar os produtos nessa festa tradicional, que é um agradecimento, porque nós convidamos, vamos dizer assim, o segundo e o terceiro escalões dos Ministérios. Os que estiveram na festa perceberam que o pessoal que estava lá é o pessoal que, no dia a dia, aqui, em Brasília, ajuda os Municípios, não só de São Gabriel do Oeste, mas do Brasil inteiro. Então, é justo trazer uma iguaria, eu diria, para eles.

Os produtores fazem o preparo daquela festa com muito cuidado. Vem toda uma equipe de São Gabriel do Oeste, liderada pelo Prefeito Adão Rolim, além de vários produtores. As pessoas não sabem, mas, às vezes, quem está na lida ali é um produtor rural, principalmente produtores de suínos, e eles fazem aquilo com tanto carinho, com tanta dedicação que a festa tornou-se tradicional.

Então, eu aproveito para agradecer a presença de V. Exª, como Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, como também agradeço ao Senador José Medeiros, aqui presente. Houve uma época em que a festa recebeu pelo menos uns 25 Senadores. É difícil acontecer a reunião de tantas... Mas é uma festa realmente muito bonita. Houve a presença também de uma dupla famosa lá do Estado, Tostão e Guarani, da minha época.

Então, tudo isso tudo, com as pessoas que vão lá, a assessoria dos gabinetes... A festa não é do Senador Moka, mas da Bancada Federal de Mato Grosso do Sul. Nós ajudamos, a minha equipe ajuda, os assessores das outras Bancadas ajudam, e nós conseguimos, assim, fazer essa festa.

Eu agradeço a V. Exª pela lembrança dessa que é uma das tradições do Mato Grosso do Sul.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Moka, eu posso testemunhar e faço questão disso porque tenho participado de todas elas. É impressionante – V. Exª chamou atenção para isto –, primeiro, a qualidade dos animais abatidos para essa festa. Para as pessoas entenderem, é um animal inteiro. Nós tínhamos até que trazer uma imagem para os nossos telespectadores verem o que nós vimos lá. Um tempero que serve para qualquer paladar. Um tempero maravilhoso, uma alimentação saudável, animais jovens, carne muito macia. O leitão é servido à pururuca, o famoso preparo que deixa a carne com um courinho crocante.

Como disse V. Exª, a festa promove não apenas São Gabriel do Oeste, no Mato Grosso do Sul, mas promove também uma atividade, a cadeia produtiva da suinocultura, extremamente relevante não só para o seu Estado, mas para toda a Região Sul do País. Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná – especialmente Santa Catarina, que é zona livre de aftosa sem vacinação – exportam carne suína para mercados exigentes, especialmente para a Rússia e para outros mercados. Chegamos a exportar para o Chile e para outras regiões.

Então, eu também parabenizo as autoridades lá de São Gabriel do Oeste.

Eu queria só que V. Exª lembrasse a data dessa festa, porque vale a pena. Para quem mora perto, para quem gosta de assistir a festas típicas, eu acho que vale a pena prestigiar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vai do final do mês de julho, acho que 30 de julho, até o dia 2 de agosto. Eles fazem dois, três dias seguidos. É claro que lá há vários atrativos, não é só a festa em si. Além da dança, da música, há várias brincadeiras, como, por exemplo, a Pega do Porco. A festa é surpreendente. Mas, sem dúvida alguma, o que chama a atenção é o porco no rolete. Quero até fazer justiça aqui, porque o pessoal de Toledo insiste em dizer...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Toledo fica no Paraná.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – O pessoal de Toledo, no Paraná, insiste em dizer que a festa do Porco no Rolete começou lá. Começou mesmo, mas eu brinco dizendo que começou no Mato Grosso do Sul. Mas foram eles que, certamente, levaram essa tradição para São Gabriel do Oeste, onde ela virou tradição do Mato Grosso do Sul.

Sem dúvida alguma, é uma das festas mais... Nós temos algumas festas impressionantes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – São Gabriel do Oeste fica a quantos quilômetros de Campo Grande?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É uma distância relativamente pequena. Eu acho que são uns 150km ou 160km, no máximo. É pertinho, mas apenas agora a rodovia BR-163 está sendo duplicada. Neste momento, ela ainda é uma rodovia pesada, com muitos caminhões, porque liga o Mato Grosso do Sul ao Mato Grosso. Então, há um tráfego muito intenso, sobretudo de carretas. O pessoal do Mato Grosso acaba trazendo a soja, os grãos, até Campo Grande pela BR-163.

Eu agradeço a V. Exª, agradeço ao Senador Acir Gurgacz... A turma da Comissão de Agricultura estava lá em peso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Para valorizar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós somos muito unidos mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É verdade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado a todos os Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Moka.

Parabéns, mais uma vez, a São Gabriel do Oeste e à sua população, aos produtores, especialmente à Cooperativa Aurora, ao prefeito e à primeira-dama da cidade, à câmara de vereadores, à Bancada federal do Mato Grosso do Sul, representada aqui por três valorosos Senadores, o Senador Moka, a Senadora Simone e o Senador Delcídio do Amaral.

Eu também queria comunicar aos senhores a presença dos convidados: Sr. Pedro Celso Antonieto, Coordenador do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que convido para ocupar seu lugar à Mesa; Sr. Adhemar Lopes de Almeida, Secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que também convido para ocupar seu lugar à Mesa; Sr. Zenildo Pereira Xavier, Secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que representa o Presidente Alberto Broch; e Sr. César Aldrighi, Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Antes de conceder a palavra aos palestrantes, eu gostaria de dar a palavra ao Senador José Medeiros, autor do requerimento, para explicar brevemente as razões, que são autoexplicáveis, desta audiência pública requerida por S. Exª.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores palestrantes, até para ser breve, Senadora Ana Amélia, vou ler algumas coisas que escrevi para não me estender muito e não cansar os palestrantes, nossos telespectadores e os ouvintes.

O objetivo principal desta audiência é justamente debater o assunto e fazer certas reflexões sobre números, sobre a situação, mais ou menos na linha daquela música do Renato Russo que pergunta que país é este.

Cabe fazer a seguinte indagação: nós somos um país urbano pleno ou somos um país rural? Quantas pessoas há no meio rural? Precisamos fazer essas reflexões, que creio serem importantes para melhorarmos a vida do homem no campo. É questão recorrente para nós que nos empenhamos pelo desenvolvimento com inclusão social, é um problema sempre colocado pelos que defendemos uma democracia plena, e não apenas aquela em que as pessoas têm direito de votar e de serem votadas.

É claro que não deixamos de fazer indagações sobre a identidade nacional brasileira. O que somos afinal? Uma nação urbana plena? Uma terra em que, além de a maioria da população viver nas cidades, não há lugar para o homem no campo?

Desde a década de 50, os movimentos migratórios respondem pelo esvaziamento do campo. Entre 1950 e 1980, a maioria dos migrantes do campo para a cidade saíram das Regiões Sudeste e Sul. De 1990 para os dias atuais, o Nordeste foi quem mais contribuiu para esses números.

Minha família mesmo – eu tenho falado aqui constantemente, a Senadora Ana Amélia também faz parte desse rol de brasileiros – saiu do campo e foi para a cidade. Minha família saiu do Rio Grande do Norte e foi morar no Mato Grosso, já num outro movimento, que foi o da expansão das fronteiras agrícolas em direção ao Centro-Oeste. Era outro momento, mas não diferente do momento dessas famílias que hoje vivem no campo.

Ao propor esta discussão hoje, temos em mente essas e outras questões que dizem respeito, afinal de contas, aos grandes temas que afetam o Brasil.

Desde as sesmarias, como se dão a distribuição e a posse de terras rurais? É uma pergunta que temos de nos fazer.

Qual é o verdadeiro papel de uma reforma agrária? De que precisa o homem do campo para se fixar? Direito à luz, água, telecomunicações, saúde, escolas são privilégios só dos moradores das cidades?

Uma grande ironia que cerca a reforma agrária neste nosso contraditório País é que o Estatuto da Terra só veio a se tornar lei após as lutas camponesas das décadas de 50 e 60, mas, ironicamente, a lei que o criou, a Lei nº 4.504, já foi aprovada em plena ditadura, cujo regime encarregou-se de fazer exatamente o contrário.

Uma das questões que se colocam nos últimos anos é esta: nosso modelo voltado para a exportação de bens agrícolas tirou da agenda a reforma agrária? Será que os movimentos sociais concordam com essa perspectiva?

A ideia de uma cédula da terra, proposta pelo Banco Mundial e implantada entre nós a partir de 1997, é a saída de mercado em contraposição à ideia clássica da reforma agrária?

Para se ter ideia da oscilação nesse campo, em 2006, 136 mil famílias foram beneficiadas com assentamentos promovidos pelo Incra. Porém, em 2011 foram assentadas apenas 22 mil famílias e em 2012, pouco mais de 10 mil famílias. Qual o significado desse decréscimo?

Entretanto, há outros sinais. Ao mesmo tempo em que assistimos a essa queda nos assentamentos, o Governo Federal aparenta manter uma política pública para o setor. Basta ver a quantidade de iniciativas. Há o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Pronaf e as ações de contribuição no Fundo

Garantia-Safra. E não podemos esquecer o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultores familiares e seus empreendimentos, programas de assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária e, ainda, – e já me encaminho para o final, Srª Presidente – programas de assistência técnica especializada para mulheres rurais e organização produtiva de trabalhadores rurais.

Mas os questionamentos não podem ser esquecidos.

Quanto, de fato, está sendo executado, do Orçamento da União, para essas iniciativas?

Falo de reforma agrária, Srª Presidente, justamente porque acho que a grande reforma é melhorarmos a vida dessas pessoas que estão no campo hoje, é fixar no campo o homem que lá está. Essa é a grande preocupação.

Nós temos debatido esses temas, a Senadora Ana Amélia tem sido incansável nos debates sobre a agricultura nacional, e a nossa preocupação, demonstrada nesta audiência, se dá justamente porque essa parte da agricultura não é coadjuvante no setor; ela é muito importante, e, por vezes, a maioria dos conflitos vêm justamente daí.

Só para ilustrar, nesta semana, em Mato Grosso, na BR-364, por causa de questão de cestas básicas, o movimento dos trabalhadores assentados invadiu uma rodovia e acabou acontecendo um trágico acidente, com quatro veículos envolvidos e várias pessoas feridas.

Então, ao mencionarmos os números... Em 22 junho, a Senhora Presidente anunciou a liberação de R$28 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar. Segundo as autoridades do setor, há uma aposta na configuração de uma classe média rural em nosso País. Na cerimônia, foi anunciada a intenção de se destinarem 30% dos recursos aplicados na aquisição de alimentos, pelos órgãos federais, para aqueles produzidos pelos agricultores familiares, os quais passariam a receber R$1,3 bilhão a mais ao ano.

Esse conceito de agricultura familiar, por outro lado, ainda é cercado por alguns mitos. Quem é mesmo agricultor familiar? Quantas são as famílias que lidam com esse tipo de produção? Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, o agricultor familiar rural é aquele que pratica atividade no meio rural e que tem a sua família ali como mão de obra.

Então, essas discussões todas são interessantes para sabermos do que essas pessoas necessitam. Qual é o nível de endividamento delas?

Então, foi por isso, com esse objetivo, que requeri esta audiência pública para discutirmos todo esse arcabouço que cerca o tema, para que possamos melhorar e avançar na sua compreensão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Eu penso também que concentraremos o foco na forma de manter esse agricultor na terra. O êxodo rural é uma situação complicada determinada pela baixa renda em todos os níveis da produção agropecuária do nosso País.

Eu passo a palavra, de imediato, ao Secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Dr. Adhemar Lopes, por dez minutos, tempo que cada expositor terá.

Antes de passar a palavra ao Dr. Adhemar Lopes, eu passo a palavra, pela ordem, ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Ana Amélia, no meu Estado do Mato Grosso do Sul, nós temos, há muito tempo, um problema de demarcação de terras indígenas.

Ontem ou anteontem, aconteceu uma invasão em determinada região de Aral Moreira. Eu chamo de invasão porque é uma propriedade. A população indígena invadiu. É um conflito que se estabelece... Hoje, o Bom Dia Brasil registrou cenas de acirramento mesmo. É claro que o produtor vai reagir quando determinada quantidade de índios adentrar sua propriedade.

Eu queria propor um convite para que o Ministro da Justiça viesse a esta Comissão.

Em Mato Grosso do Sul, essa situação já se arrasta por muito tempo. Nós temos uma fazenda em Sidrolândia, Fazenda Buriti, que só falta... Nós temos que resolver essa situação. Se querem fazer a demarcação, só há um jeito: a desapropriação com o pagamento das benfeitorias e do valor da terra nua. Não adianta invadir. Essas invasões vão acabar com vítimas de um lado e de outro.

Eu gostaria de ver uma solução para esse problema. E quero ressaltar que, desta vez, houve um grave acirramento, com todas as possibilidades de acontecer uma tragédia, não só lá em Aral Moreira, mas também em outros lugares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Inclusive no meu Estado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu queria pedir a permissão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – No meu Estado, a situação é semelhante, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... para requerer novamente a presença do Ministro da Justiça. Ele fala em resolver, mas não resolve. Há quanto tempo nós estamos... Não há uma decisão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Moka, esse problema não é só do seu Estado, pois ocorre também no Rio Grande do Sul. Ele envolve também pequenos agricultores. É uma situação social dramática. São problemas muito graves.

Eu sugiro a V. Exª encaminhar um requerimento, que a Comissão, coletivamente, encaminhará ao Ministro da Justiça, acolhendo o seu requerimento. Também numa decisão coletiva, eu encaminharei ao Ministro José Eduardo Cardozo convite para que ele venha conversar conosco aqui numa agenda que faremos dependendo da agenda do Ministro. Vamos fazer um convite para que ele esteja aqui.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – ..., isto é muito importante, porque isso ocorre não apenas nos dois Estados, mas no Brasil inteiro.

Ficamos preocupados, porque não sabemos, às vezes, quem manda: o Ministério da Justiça ou a Funai, que, às vezes, faz... É importante essa discussão.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senadora Presidente Ana Amélia, Srs. Senadores, senhores convidados, na mesma linha: o Pará não é diferente dos demais Estados.

É impressionante como as coisas são feitas aqui, em Brasília, sem que a autoridade se preocupe com a realidade local. Há inúmeros problemas de áreas de reservas, indígenas ou ambientais, feitas sem que o Governo procure, antes, fazer o levantamento do que está consolidado lá.

Temos um problema de uma área de uma reserva indígena de Apitereua. Há mais de dez anos que há uma discussão entre a Funai e os assentados porque ela foi criada em cima de um assentamento do Incra. Já existia o assentamento do Incra, mas criaram uma reserva indígena. São 750 mil hectares e 141 índios. E já se tentou fazer um acordo entre os índios e os não índios: os índios concordaram em ficar com 550 mil hectares e os não índios, onde está o assentamento do Incra, em ficar com 200 mil hectares. A Funai não aceitou. E aí continuam as pendengas, fora as outras que existem.

Eu acho que é importante que possamos discutir isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Está-se percebendo a gravidade da situação. É pertinente que o Ministro da Justiça venha até esta Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, essas áreas de reserva são feitas por decreto do Presidente da República. Eu acredito que nós poderíamos ter um projeto para que as áreas de reservas, sejam indígenas, sejam ambientais, sejam de qualquer tipo, sejam aprovadas no Senado, para que, depois, sejam homologadas pelo Presidente. Nós, aqui, representamos os Estados, que é onde estão as reservas. Então, é preciso que o Governador do Estado e a sociedade tenham conhecimento antes da homologação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Já existem algumas iniciativas parlamentares nessa direção, que o Senador Moka conhece. Vamos ver como está o andamento dessas matérias que começaram na Câmara e se elas podem ajudar a mitigar o problema.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Adhemar Lopes, por dez minutos, para sua exposição, já encaminhando dentro do foco que se pretende dar aqui na audiência. Com a palavra o Dr. Adhemar, a quem já agradeço antecipadamente pela presença.

O SR. ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

É uma satisfação estar novamente aqui, nesta Comissão, para tratar de temas relacionados ao rural brasileiro. Eu já tive oportunidade de participar aqui, com vocês, de um debate sobre regularização fundiária.

Eu cumprimento os Senadores aqui presentes, em particular o Senador José Medeiros, o autor do requerimento, mas também não deixo de trazer aqui o nosso forte abraço ao Senador Moka, que nos apoiou na aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 145, que foi bastante importante para a revisão de um dos instrumentos que nós vamos apresentar aos senhores.

O debate que o Senador José Medeiros traz é bastante amplo, bastante rico, bastante importante, mas eu vou, inicialmente, falar um pouco de três instrumentos, que são os instrumentos que estão sob a nossa responsabilidade na Secretaria de Reordenamento Agrário, justamente para incidir sobre essa realidade, buscando, numa das dimensões, as condições para que os brasileiros e as brasileiras do rural possam fazer a opção de permanecer no campo para desenvolver seus projetos de vida, ajudando-nos a reverter o processo de êxodo do campo brasileiro, que nós acreditamos estar relacionado à falta de condições e não a uma opção dessas famílias.

Na nossa Secretaria, nós trabalhamos com três instrumentos: o programa Arca das Letras, o Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária do Brasil e o Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Eu peço para passar para a próxima lâmina.

O programa Arca das Letras é uma iniciativa muito interessante, criado a partir de 2003. São minibibliotecas, disponibilizadas para as comunidades rurais, com pouco mais de 200 títulos. Para cada biblioteca dessa entregue para uma comunidade rural, são capacitadas duas pessoas da comunidade que atuam como agentes da leitura, estimulando o processo de leitura e atividades culturais, como rodas de contadores de história, atividades de teatro, atividades de música. A ideia é explorar e estimular o cultural, resgatando as expressões culturais do rural brasileiro. Nós já distribuímos mais de dez mil bibliotecas pelo País e estamos presentes em mais de dois mil Municípios. Essa é uma atividade que foge do foco da produção e da geração de renda, mas, sem dúvida nenhuma, é uma das dimensões indispensáveis para que criemos uma condição de vida adequada e saudável no rural brasileiro.

O segundo programa – perdão pela agilidade, mas é um esforço para me manter dentro do tempo proposto – é o Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária do Brasil. Acredito que aqui reside um dos grandes desafios para o Brasil. Isso é Governo Federal, são governos estaduais, são os Municípios, são as populações tradicionais, as populações indígenas. A dependência de um cenário em que nós tenhamos apropriado o conhecimento do que é a nossa malha fundiária, de quantos imóveis existem, de qual é a dimensão desses imóveis, de que tipo de uso está sendo feito, sem dúvida nenhuma, é um aspecto bastante importante para orientar as políticas públicas nos diversos entes da Federação.

Esse programa não é uma ação restrita à nossa Secretaria. Nós atuamos, na nossa Secretaria, em apoio aos governos estaduais. Então, como os senhores sabem, o Território brasileiro está sob jurisdição da União nas áreas de fronteira, nas áreas de rios interestaduais, nas reservas naturais e está sob jurisdição dos Estados o restante do Território. Dentro dessa jurisdição, nós encontramos uma realidade tanto de desconhecimento do mosaico que é o universo de imóveis que existem dentro de um determinado território, como também da grande presença de áreas devolutas em determinadas regiões, ou seja, áreas que ainda estão sob domínio do Estado, que ainda não foram levadas a primeiro registro e que, portanto, podem ser tituladas pelos governos estaduais, assim como de áreas de particulares em que, embora já tenham título de domínio, por algum motivo, a cadeia dominial foi quebrada, por exemplo, no processo hereditário, do pai para o filho, de gerações em gerações, e assim por diante.

Nós estamos atuando aí e temos uma meta para 2015 e 2016. Nos já temos acordo e estamos atuando em 124 Municípios brasileiros, que estão agrupados em 81 Territórios Rurais e da Cidadania, num universo de dez Estados, que são as áreas que estão assinaladas em amarelo. Isso está dentro de um universo de 48 convênios e parcerias que firmamos com os governos estaduais, num investimento de pouco mais de R$64 milhões. Já cadastramos 120 mil imóveis, georreferenciamos 80 mil e titulamos pouco mais de 64 mil propriedades.

Num balanço geral, no último período, nós realizamos 20 contratos com os Estados, atuamos em quase 300 Municípios, num total de, aproximadamente, 140 mil títulos de propriedades que pretendemos atender, as quais passam a ter sua segurança jurídica na propriedade.

Nós trabalhamos, Srªs e Srs. Senadores, com um *software*, que nós disponibilizamos para os governos estaduais, que é um aplicativo que nós desenvolvemos, todo ele, em plataforma livre. Portanto, ele é disponibilizado aos governos estaduais sem qualquer custo para que o governo estadual possa montar e gerir a sua malha territorial, para ele ter a dimensão da sua realidade territorial.

Aqui, há um exemplo das possibilidades que esse *software* nos permite.

Com esse *software*, nós capturamos todos os vértices do imóvel. Ao fazer essa captura, o *software* vai gerar as peças técnicas necessárias à regularização ou à titulação desse imóvel, seja a titulação em área pública, seja a posse em área de particular, para entrada judicial com pedido de usucapião, além de proporcionar um conhecimento detalhado, para a sociedade brasileira, da realidade dentro daquele Município.

Este é o Município de Santana do Matos, no Rio Grande do Norte, e o Município anterior era o Município de Beberibe, no Estado do Ceará. É um desenho real da ocupação que há dentro desse Município. Então, nós, aqui, podemos verificar a realidade brasileira, em particular do nosso Nordeste, que é a de uma grande presença de minifúndios. Do universo de imóveis que foram identificados nesse Município, praticamente 95% deles têm uma dimensão de até quatro módulos fiscais. Ou seja, é uma realidade de imóveis que se enquadram na agricultura familiar. O que nos preocupa é uma presença muito forte de pequenos imóveis...

(Soa a campainha.)

O SR. ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA – ..., quase mil imóveis, na dimensão de até um módulo fiscal, sendo que a mediana é de menos de meio módulo fiscal. Então, são pequenas propriedades e uma política fundiária

incidindo sobre essa situação para reverter essa realidade de muito pequenas propriedades indicada como uma política pública de ordenamento fundiário.

Finalmente, há o Programa Nacional de Crédito Fundiário, que complementa as ações de reforma agrária. Eu comemoro aqui a aprovação, pelo Senado, do Projeto de Lei nº 145, em abril do ano passado – o Senador Moka foi o Relator –, que vai nos permitir aprimoramentos a esse programa. É um programa que financia a aquisição de imóveis rurais por trabalhadores sem-terra ou por trabalhadores com pouca terra.

Aqui, é importante firmar que não há contraposição ou sobreposição com as ações de desapropriação patrocinadas pelo Incra. O Incra atua nos imóveis acima de 15 módulos fiscais quando verificado o não cumprimento da função social, em particular no que diz respeito à questão da produtividade. Nós, do Crédito Fundiário, só financiamos áreas que têm menos de 15 módulos fiscais ou imóveis que, tendo mais que essa dimensão, não sejam de interesse para desapropriação, ou seja, imóveis produtivos cujo proprietário tenha interesse em disponibilizá-lo.

Para concluir, rapidamente, só apresento umas imagens para dizer da importância, Ana Amélia, desse programa.

Esse imóvel... Esse é o Odair, um agricultor do Paraná que comprou esse lote de terras vizinho ao lote da sua família. Então, é um aspecto dessas possibilidades que um instrumento como o Incra não daria conta e que um instrumento como o Crédito Fundiário nos permite. Esse jovem não vai mais para a cidade e acumula tecnologia e conhecimento para continuar no campo.

Atuamos no Nordeste brasileiro e em outras Regiões do País com várias linhas de financiamento.

Em linhas gerais, é um programa que tem proporcionado, no mínimo, no ponto de partida, condições dignas de existência para essas famílias e um patamar adequado para que elas possam se inserir nos processos produtivos.

Aí há um exemplo de disponibilidade de água, de habitação e de energia elétrica.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Dr. Adhemar Lopes, Secretário de Reordenamento Agrário do MDA.

Eu passo, de imediato...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ..., a palavra ao Dr. Pedro Celso Antonieto, Coordenador do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural do Mapa.

Antes, Dr. Pedro Celso, peço licença, porque concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Acir Gurgacz...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Obrigado, Srª Presidente e nossos convidados...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ..., Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ..., peço licença para fazer uma colocação porque tenho de acompanhar o Ministro da Educação, que vai a Rondônia agora, às 9h30.

Eu só gostaria de cumprimentar os nossos convidados e de dizer que, de fato, a questão agrária brasileira teve uma evolução muito grande. Nós estamos, nesta Comissão, desde 2010, atuando fortemente na questão da agricultura, principalmente da agricultura familiar, e vemos que o MDA teve um crescimento muito grande. Basta dizer que o Plano Safra 2015-2016 tem R$28,9 bilhões. É um crescimento grande, fruto de um trabalho forte dos técnicos do MDA, não só dos ministros que por lá passaram e do Ministro que está lá hoje, o Ministro Patrus Ananias, porque a equipe que compõe o Ministério do Desenvolvimento Agrário conhece os problemas que têm os agricultores e tem atuado fortemente para resolvê-los.

A questão dessa regularização fundiária é um tema recorrente, com o Terra Legal e essa situação toda. Nós sabemos que tem avançado muito.

Nós estamos trabalhando junto com a Consultoria para fazermos algumas modificações na regulação dessa regularização fundiária no Terra Legal na Amazônia, pois o agricultor já está lá na terra já há 30 anos e recebe um título da sua terra que não é definitivo. É uma coisa que eu não sabia. Quanto mais estudamos, mais aprendemos que há mais coisas para resolver.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Há prazo. Depois é renovado o prazo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E há mais dez anos de prazo para o acompanhamento do MDA, para que, ao final desses dez anos, se ele cumprir todos os quesitos de um contrato que é infindável, ele possa ter o seu título definitivo, diferentemente do que ocorria antigamente, quando o agricultor comprava a terra, pagava e era dono dela, podendo fazer com ela o que bem entendesse, obedecendo à legislação, evidentemente.

Assim, nós estamos trabalhando para ver se conseguimos ajudar o MDA. Não é uma questão contra o MDA, não é isso. É que o próprio Ministério cumpre as normas que nós mesmos aprovamos aqui, no Congresso Nacional.

Nós estamos trabalhando para diminuir essas burocracias, Presidente. Eu vou apresentar, daqui a dez ou quinze dias, o resumo desse trabalho, um trabalho importantíssimo, e vamos levá-lo aos técnicos do Ministério para que eles possam nos assessorar a fim de fazermos algo exequível que ajude o Ministério, para que possamos ter essa regularização fundiária mais rápida e definitiva. Nós temos que levar essa segurança jurídica ao campo.

Eu cumprimento, pelo trabalho, todos os técnicos do MDA, que realmente têm feito a diferença. Nesses cinco para seis anos que estamos aqui trabalhando efetivamente, principalmente na agricultura, dá para perceber exatamente a evolução que houve nessa relação do Governo com o agricultor.

De fato, hoje, o agricultor tem motivos para permanecer na terra e não vir mais para a cidade. Aquela discriminação que dizíamos que havia com o agricultor, que acredito ainda haver, está diminuindo, mas graças a um trabalho conjunto do Congresso Nacional, dos Ministérios, do Governo.

Eu gostaria somente de cumprimentar e desejar um bom trabalho para todos, mas peço licença para me retirar desta importante audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – De qualquer maneira, Senador Acir Gurgacz, fica o questionamento de V. Exª.

Modestamente, com relação à questão da redução da burocracia, concordo plenamente com V. Exª, mas suspeito que seja uma prudente medida no sentido de evitar uma especulação imobiliária rural passar a terra, em curto espaço de tempo, não havendo condições técnicas ou outra forma de evitar isso.

Aí estaria o MDA, que quer estimular a agricultura familiar, estimulando a concentração, porque o mundo inteiro poderia comprar essa terra com mais facilidade. Pode ser que esse seja um dos aspectos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Estamos falando de um agricultor que está na terra já há 20 ou 30 anos. Então, se ele tinha de especular, já o fez. Não é esse o ponto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Mas é uma boa questão para o Dr. Adhemar Lopes, Secretário de Reordenamento Agrário.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É claro que, se fizermos um assentamento agora, precisaremos ter alguns limites, evidentemente. Mas essas pessoas já estão na área há muito tempo, são famílias que já estão consolidadas na área e tudo mais.

Obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço a V. Exª. Boa viagem na sua missão, em Rondônia, com o Ministro da Educação, Prof. Janine.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Passo, então, a palavra ao Dr. Pedro Celso Antonieto, representante do Mapa, para também, em dez minutos, fazer sua exposição.

O SR. PEDRO CELSO ANTONIETO – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, a quem agradeço muito pela oportunidade, Srªs e Srs. Senadores, quero falar muito pouco aqui, pois tenho certeza de que a minha Ministra vai ter muito prazer em vir aqui, sua Casa de origem. Ela está viajando com a nossa Presidente e, por isto, não pôde vir.

Esse assunto é bastante interessante e palpitante no nosso Ministério. Nossa Ministra tem-nos recomendado, até com bastante severidade – ela é muito exigente quanto a isso –, fazer melhorar a condição e a situação social do nosso agricultor. Ela vem dizendo, desde o dia em que tomou posse, no seu discurso de posse, que quer melhorar a situação social, elevar para classes mais altas as classes sociais mais baixas, transformando-as numa classe mais abastada e de melhor rendimento no meio rural.

Essa atividade vai muito além daquilo que fazemos normalmente, que é assistência técnica e extensão no meio rural. Isso passa principalmente por uma atividade de assistência, previdência, escolaridade e de uma série de outras coisas, porque, queiram ou não, quem manda hoje são as mulheres. Precisamos colocar no meio rural algo que seja atrativo para o filho do agricultor permanecer e morar com a sua futura esposa no meio rural. E eles já identificaram algumas necessidades. Elas, por exemplo, não querem que seus filhos fiquem dentro dos ônibus, sendo transportados; querem que, ao invés disso, se leve a professora para o meio rural.

Nossa Ministra já está bem sensibilizada para esse tipo de coisa e nos prometeu conversar com o Ministro da Educação para saber o que se pode fazer em termos de núcleos estudantis, para que não seja preciso mais fazer o transporte dessas 30 crianças por ônibus, mas para que, isto sim, se leve a professora para lá, como já o foi anteriormente.

Outra atividade que temos feito bastante e que já está bem assentada no papel – quando a nossa Ministra vier, ela vai falar sobre isso e trazer números detalhados para os senhores – é a da organização da família de um modo geral. É o que temos feito.

Se não tratarmos da organização da família e organizarmos a propriedade... Nós estamos preocupados com aqueles produtores tradicionais cujos filhos já estão em idade de se casar e estão saindo de casa, não com aquele que está sem discriminação de tamanho ou de qualquer ordem.

Organizar essa produção, para eles, significa fazer com que eles minimizem o risco da produção, ou seja, tirá-los daquilo que sempre foi o hábito da monocultura, fazendo com que tenham pelo menos um cheque mensal para comprar o sal e o sapato, o que não podem produzir em casa. Esse tipo de atividade faz com que eles tenham, mensalmente, alguma renda, e a monocultura não lhes oferece esse tipo de coisa. Uma monocultura faz com que o agricultor, depois de um ano, fique frustrado. Mesmo que a produção seja bastante grande e promissora em termos de oferta, o seu produto pode ter um rendimento bastante baixo.

Então, essa diversidade de ocupação de mão de obra da família como um todo, dentro da propriedade, durante o ano inteiro, inclusive levando as condições de pequenas indústrias para a transformação desse produto no meio rural, com indicação geográfica, com colocação de origem, faz com que os agricultores passem a consumir, de preferência, aquilo que é consumido na sua região, o que tem sido feito hoje na aquisição de alimentos para as escolas, hospitais e restaurantes comunitários.

Nossa Ministra tem feito muitas recomendações para nós quanto a isso, e estamos trabalhando firmemente para que os nossos agricultores melhorem sua condição de vida, para que eles tenham oportunidade não só de trabalhar, mas também de ter uma atividade social no seu meio. Não iremos conseguir segurá-los no meio rural se não tivermos um mínimo de qualidade de vida, inclusive para os nossos técnicos. Fazemos capacitação e levamos os técnicos. Da mesma forma que ele se capacita e vem embora, ele também traz junto a capacitação se não estiver no meio no dia a dia, se não for uma assistência técnica continuada.

Esse tipo de coisa é muito preocupante, porque, se não deixarmos a nossa marca fechando ciclos dentro da agricultura, não temos sucesso algum no meio agrícola. Eles são bastantes dóceis, é muito fácil trabalhar com eles, mas eles são muito habituados a trabalhar da mesma maneira que trabalhavam seus pais.

Temos de mudar e mostrar a eles que eles podem fazer tudo o que os pais faziam com melhor condição, melhor qualidade, trabalhando menos. Temos alguns núcleos já implantados que têm feito bastante sucesso. Inclusive, há um, no Rio Grande do Sul, na Granja Ortiz, em que conseguimos, do mesmo animal, no mesmo período de ordenha, aumentar 30% da produção sem mexer em absolutamente nada, a não ser no trato animal e no manejo.

Todos sabemos que quem ordenha as vacas pela manhã são as mulheres, porque os homens vão direto para a roça. Elas levantam às cinco horas da manhã para ordenhar a vaca. Estamos orientando para que não façam isso, para que levantem às sete, que durmam um pouco mais, porque o primeiro pastejo do animal, com calma, tranquilo, que faça com que ele venha a ruminar no lugar em que está sendo ordenhado, aumenta em 15% a sua ordenha.

É um negócio muito interessante. A FAO hoje já está até escrevendo... Ela ficou tão impressionada, que pegou o nosso *case* e está escrevendo sobre isso. Será publicada neste ano, no livro da FAO de 2015, essa nossa experiência, determinada pela nossa Ministra, recomendando como...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO CELSO ANTONIETO – Isso não está escrito em lugar nenhum ainda, Senador. Isso vai ser passado para V. Exª com detalhe no momento em que V. Exª precisar. No seu Estado, já temos um núcleo próximo para ser implantado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É curioso, porque minha mãe, por exemplo, acordava... Às vezes, havia um baile na fazenda, mas, independente da hora em que terminasse o baile, ela tinha que estar lá às cinco horas da manhã para ordenhar as vacas. Então, eu fico surpreso com essa afirmação de que, se fosse às sete...

O SR. PEDRO CELSO ANTONIETO – Daria para dormir um pouco mais.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ..., a produtividade seria maior.

O SR. PEDRO CELSO ANTONIETO – Seria maior, porque ela já vem mais calma e não estressada. Ao invés de ela vir com interesse de pastejo, ela já vem ruminar no estábulo onde vai ser ordenhada.

Então, isso facilita muito. É algo extremamente simples. É observação.

Por isso, não estamos chamamos de programa disso ou programa daquilo. Chamamos isso de filosofia de produção, porque não eliminamos ninguém desse meio: nem o produtor, nem o tamanho e nem o que ele queira produzir. Vamos organizar essa produção.

Qual a nossa finalidade? A partir do instante em que temos uma produção organizada, podemos orientá-los para a compra coletiva, para a venda coletiva. Com isso, nós o estamos levando a decidir criar a sua associação e a sua cooperativa. Não podemos induzi-los. Eles têm de se identificar com esse tipo de coisa. Não havendo produção, não existe cooperativa, não existe associação.

Eles precisam associar-se em torno de um interesse comum. Estamos mostrando para eles que eles podem eliminar uma série de passos entre o produtor e o consumidor se relacionando diretamente, através de suas associações e cooperativas.

Isto tem encantado a nossa Ministra, que está firme nisso.

Vou deixar de falar um pouco porque tenho certeza de que a minha Ministra vai ficar muito feliz de vir falar a esta Comissão, para os senhores, porque todos são ligados à terra, ligados à produção.

Muito obrigado, senhores, pela oportunidade.

Estamos sempre á disposição no Ministério, sempre com muito prazer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Dr. Pedro Celso Antonieto, Coordenador do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural do Mapa, muito obrigada pela didática exposição de V. Exª.

Eu gostaria de antecipar que, no dia 10 do mês de julho, uma sexta-feira, faremos, na cidade de Ijuí, um ciclo de debates desta Comissão, a partir das 14 horas, no auditório da Unijuí, um auditório bastante grande, para debater toda a cadeia produtiva do leite.

Aquela região, noroeste do Rio Grande do Sul, é marcada pela produção de leite, mas é preciso, dentro dessa lógica de mais tecnologia, de pequenas iniciativas de manejo, de gerenciamento da produção, obter uma lucratividade e um resultado melhores.

Percebi, quando estive lá, que, no caso específico do leite, às vezes, por falta de orientação, o produtor de leite perdia a ração, perdia a silagem por não fazer a compactação do silo, porque entrava ar, estragava, fermentava, deteriorava o leite.

Isso provoca um problema também. É preciso não haver perda daquele silo, que é muito importante, especialmente no frio, na região fria.

No caso do leite, a vaca está comendo permanentemente para produzir o leite. Então, ela precisa, na alimentação, de um cuidado especial, tudo dentro dessa lógica e dessa filosofia de que fala o Dr. Pedro Celso.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Srª Presidente Ana Amélia e Senador Waldemir Moka, vejam a importância desta Comissão e dos debates que acontecem nela.

Com certeza, amanhã, algumas propriedades já vão estar com 30% de aumento na sua produção de leite devido á informação dada aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E vai haver gente querendo comprar uma vaquinha aqui para aplicar esse receituário.

O SR. PEDRO CELSO ANTONIETO – Se V. Exª me permite, Senadora, outra atividade que temos orientado, mesmo dentro do nosso programa Balde Cheio, que é da cadeia do leite, é para otimizar o uso da terra fazendo uma poupança e integrando a pecuária à floresta.

Já debatemos isso aqui e vimos que não só a poupança da família pode ser feita plantando árvores no meio da pastagem do gado, mas que também o sombreamento para o gado é importantíssimo, para que ele não precise caminhar procurar sombra para o seu descanso e para ruminar. Esse tipo de coisa aumenta muito a conversão alimentar do animal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Pedro Celso. Penso que também na hora dos debates ampliaremos o grau de informação. Essa é uma informação relevante que V. Exª traz.

Passo, de imediato, a palavra ao Dr. César Aldrighi, Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra.

Com a palavra o Dr. César Aldrighi.

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – Bom dia, Senadora Ana Amélia.

Bom dia, Secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar Lopes, Dr. Pedro Celso, do Ministério da Agricultura, e Sr. Zenildo, que compõe a mesa conosco pela Contag, com quem já travamos grande debates sobre a reforma agrária.

Senadora Ana Amélia, trago aqui um abraço da Presidenta do Incra, Lúcia Falcón, que se encontra em agenda em São Paulo. Justifico aqui sua ausência e trago aqui um abraço dela e a disposição de travarmos outros debates e diálogos, certamente, com a presença dela conosco.

Senador José Medeiros, é uma alegria estar aqui por conta do seu requerimento. Espero que a nossa apresentação traga alguns elementos que venham ao encontro das questões levantadas no seu requerimento, mas tenho certeza de que questões poderão não ser atendidas, mas, desde já, colocamos nossa assessoria à disposição da sua no caso de, eventualmente, a minha apresentação não conseguir contemplar as expectativas do requerimento.

Senador José Medeiros, V. Exª se referiu ao Plano Safra e ao anúncio, pela Senhora Presidenta e pelo Ministro Patrus Ananias, de recursos do Pronaf e de um conjunto de ações, incluindo a aquisição prioritária de alimentos da agricultura familiar pelos programas de compras institucionais.

Nesse mesmo evento, a Presidenta da República encomendou ao Ministro Patrus Ananias um novo plano para a reforma agrária. Então, temos 30 dias para formular esse plano. O Ministro está com essa responsabilidade. O que vou tentar apresentar aqui, Senador José Medeiros, é um pouco das bases, das premissas para que consigamos reverter aquele quadro colocado por V. Exª do decréscimo dos assentamentos no País.

Vou abordar como pressuposto a nova ruralidade do Brasil, que a nossa Presidenta, Lúcia Falcón, tem debatido nos fóruns de que tem participado, trazer um pouco dos números da reforma agrária atual, uma questões levantadas no requerimento de V. Exª, as políticas públicas e, no final, as perspectivas.

Hoje, esse é o quadro que nos provoca a formular um plano para a reforma agrária. Aqui, ficou muito pequeno, mas são 115 mil famílias acampadas no Brasil. Esses pontinhos amarelos são acampamentos espalhados pelo País e os pontinhos verdes são as possibilidades de aquisição diária para novos assentamentos.

Então, essa é a grande questão. Temos, aproximadamente, 120 mil famílias acampadas esperando por terra, o que deve ser o grande desafio do plano que será apresentado pelo Ministro Patrus Ananias e pela Ministra Lúcia Falcón nos próximos dias. E, com certeza, eles terão muita satisfação de vir discutir aqui, Senadora Ana Amélia, nesta Comissão tão importante, uma ação de assentamento dessas famílias que o Incra vai fazer, como disse o Secretário Adhemar, em muita harmonia com as ações que a Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA faz.

Senadora Ana Amélia, uma das bases para reflexão de um plano para repensar o rural brasileiro é justamente a provocação de que esse estudo, apoiado pelo IICA, coordenado pela Universidade Federal do Sergipe, com o conjunto de universidades espalhado pelo Brasil, é um novo enfoque sobre a ruralidade brasileira.

Não aparece aqui, no canto, mas o dado do IBGE que trata do rural e do urbano a partir dos perímetros urbanos das cidades, que são decretos dos prefeitos, das câmaras de vereadores, o dado do IBGE que nós temos hoje é de 16% da população no meio rural.

Esse estudo mostra que mais de três mil Municípios brasileiros têm menos de 20 mil habitantes e mostra as ligações que esses pequenos Municípios têm com o meio rural. Esse estudo, coordenado pela Profª Tânia Bacelar, mostra que a população que vive nos pequenos Municípios rurais com menos de 20 mil habitantes passou de 16% para 37% da população brasileira, como está aqui, neste cantinho.

Então, 37% da população brasileira hoje está dentro dos conceitos desse estudo do IICA com as universidades federais que mostra a relação da população que está nos pequenos Municípios e que vive na pequena cidade, mas que depende da produção rural.

Somando esse raciocínio ao estudo do IBGE das redes urbanas, vemos que todo o desenvolvimento do País – e esse estudo mostra as grandes cidades e as relações que elas têm com as pequenas cidades – demonstra que nós temos grandes investimentos nas grandes metrópoles e não temos nas pequenas cidades. Pensando um projeto de desenvolvimento rural, em que você insere assentamentos, e não percebendo como se dá essa relação das famílias assentadas com a cidade, nós estamos, com certeza, projetando mal a reforma agrária.

Esse estudo do IBGE mostra os grandes centros, a importância das grandes metrópoles, o quanto ficam vazios e o quanto têm de se deslocar as pessoas para ter os serviços. E eles vão estudando uma série de serviços.

Não aparece aqui, mas esse é o mapa do deslocamento para o serviço de saúde, que demonstra o quanto precisa se deslocar uma pessoa que está nessa região para os grandes centros de saúde.

Então, a ideia, com esses estudos, é nós produzirmos uma reflexão de quais são as bases e as necessidades para um plano de reforma agrária para os pequenos Municípios, que são 37% da população rural brasileira, pelo estudo inicial. E aí se passa a ter um conjunto de desafios, porque essas pessoas que estão lá no primeiro mapa – as 120 mil famílias acampadas –, nos assentamentos, experimentam, no seu dia a dia, o fluxo do rural para o urbano. Elas fazem fluxos para buscar serviços de saúde, fazem fluxos para buscar serviços no comércio, na agricultura, e isso traz uma experiência urbana, e é com isso que queremos trabalhar com o plano de reforma agrária.

Os números da reforma agrária, Senador José Medeiros, que temos hoje são de 9,2 mil assentamentos, de, aproximadamente, 970 mil famílias assentadas, de 1 milhão de lotes, de 4 milhões de pessoas, de 88 milhões de hectares.

Se nós olharmos o mapa, que não está aparecendo aqui, veremos as características regionais dessa reforma agrária, em que teremos de pensar e debater com muito carinho. Nós temos 23% dos assentamentos na Região Norte. Só que esses assentamentos correspondem a 44% das famílias no Brasil. Então, nós temos, hoje, 44% da reforma agrária na Região Norte – não aparece aqui do lado – , mais 35% no Nordeste e o restante distribuído aqui, nas Regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste.

Eu posso, Senadora Ana Amélia, disponibilizar todas as informações, inclusive aquelas que deram origem aos gráficos. Aí, tentaremos ser sintéticos e...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ótimo. Vamos distribuir para todos os Senadores.

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – O.k.

Bom, na sequência, em relação a esse conjunto de famílias que estão acampadas e a esse conjunto de famílias, Senador, que estão nos assentamentos, o grande desafio é articulá-los com as políticas públicas para o desenvolvimento, para fazer com que essas famílias possam se fixar no campo, como requer V. Exª, no requerimento.

(Soa a campainha.)

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – Das 970 famílias, 655 estão no CadÚnico, que é um sistema público – quem tem fé pública para colocar as pessoas nesse cadastro são os Municípios –, 415 mil recebem Bolsa Família, 42 mil estão recebendo Bolsa Verde, aquele apoio dado pelo Ministério do Meio Ambiente para as famílias que estão, especialmente, na Região Norte, agora também no Nordeste, na Caatinga, que mantêm a floresta em pé, 79 mil estão recebendo o fomento do Brasil Sem Miséria... Nós ampliamos muito o serviço de assistência técnica e extensão rural. Estamos com 401,2 mil famílias assentadas sendo atendidas. Vou mostrar um gráfico, a seguir. Praticamente 9 mil famílias estão vendendo produção dos assentamentos para o Programa de Aquisição de Alimentos.

Eu coloquei aqui embaixo a importância da infraestrutura básica para que essas famílias permaneçam no campo. Então, é tarefa do Incra articular para que elas tenham estradas, água, que não aparece aqui no final, habitação e energia elétrica. Então, nós temos parte disso no orçamento do Incra, mas buscamos parcerias com Estados, com os Municípios, com o Programa Água para Todos, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, com o Programa Minha Casa, Minha Vida e o Programa Luz para Todos.

Aqui, um destaque para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

Uma pesquisa feita pela ONU e pela Unesco mostrou que nós fizemos, nesse período de 1998 até 2014, período em que desenvolvemos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 320 cursos em 1,8 mil Municípios, com 82 instituições de ensino, alcançando 164 mil estudantes, que vão desde a educação de jovens e adultos até a universidade, com graduação.

Essa é a distribuição dos cursos no Brasil. É operada pelas superintendências regionais, com instituições de ensino reconhecidas pelo MEC. Esse é um tripé importante que vou referir ao final da minha apresentação.

Assistência técnica e extensão rural.

Nós começamos, em 2003, com 20 milhões, com 42 mil famílias, e alcançamos, em dezembro, 365 mil famílias, com R$392 milhões. É um programa que vem se firmando com o passar do tempo. A Lei de Ater, de 2010, tem um papel fundamental dizendo que é quando começa a contratação dos serviços, e não por convênios, e o avanço da presença dos profissionais nos assentamentos. Por isso, é um programa de assessoria técnica social e ambiental. Ele vai além da assistência técnica, vai à organização do assentamento, e há toda a orientação ao licenciamento do assentamento e das atividades que devem ser licenciadas para serem executadas.

Aqui, a importância da articulação dos egressos dos cursos de educação com os profissionais que estão na extensão rural.

Aqui é uma imagem da participação dos alunos dos programas de educação com os extensionistas no Acre.

Programa de Agroindustrialização. É um programa que tem a participação do BNDES, da Fundação Banco do Brasil e do Incra. Ele tem essa distribuição, que posso detalhar aos senhores – estou vendo que o meu tempo está chegando ao final –, mas a grande estratégia aqui é a de que as agroindústrias financiadas pelo BNDES, pelo Banco do Brasil, com articulação dos Ministérios, devem ser a âncora do processo de desenvolvimento dos assentamentos.

Perspectivas.

Quero falar, de forma muito rápida, Senadora Ana Amélia, que o nosso plano deve ter um tripé básico: a partir da terra, o cooperativismo, que já foi aqui referido – é importante o tecido social e a organização das famílias assentadas articuladas naquele território, que é muito mais rural do que urbano, onde os assentamen-

tos se inserem –, a agroindústria familiar, organizando todo o processo de produção, com assessoria técnica, e aqui, no final, o conhecimento técnico.

Vamos buscar isso com instrumentos de crédito, assessoria técnica, programas de educação formal e agroindustrialização. E os planos não podem ser feitos assentamento por assentamento; eles devem ser discutidos com a sociedade como um conjunto de assentamentos, um conjunto de Municípios, pensando a agroindustrialização como âncora do processo de desenvolvimento, com forte articulação com Estados, Municípios, instituições de ensino, pesquisa e extensão. E tenho certeza de que, à medida que ele for colocado no papel, como foi encomendado pela Presidenta Dilma, teremos o maior orgulho de discutir nesta Comissão, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada pela exposição, muito clara e didática, Dr. César Aldrighi, representante do Incra.

Eu, agora, passo a palavra ao último expositor. Já ouvimos aqui a parte oficial, a parte institucional, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Agricultura e o Incra, e agora ouviremos a ponta, quem recebe esses serviços, que é a Contag.

Então, passo a palavra ao Zenildo Pereira Xavier, que representa os agricultores.

O SR. ZENILDO PEREIRA XAVIER – Inicialmente, cumprimento a nossa Senadora e, ao mesmo tempo, justifico a ausência do nosso Presidente, que está sendo representado por mim. Honra-nos muito, neste momento, a oportunidade de debatermos temas tão relevantes. Ao mesmo tempo, cumprimento o nosso Senador José Medeiros, autor do requerimento para realização desta audiência, cumprimento o nosso Senador Moka, a Senadora, na pessoa de quem me permito cumprimentar todas as mulheres aqui presentes, o nosso Secretário Adhemar, estendendo meus cumprimentos aos demais companheiros, o nosso colega César Aldrighi e o Dr. Pedro Celso.

Para nós, é importante... Permitam-me a ousadia de discordar um pouco do tema com relação à fixação do homem no campo. É muito comum usarmos a palavra "fixação", mas o campo brasileiro é muito mais dinâmico. Fixar é uma palavra meio forte. O agricultor familiar é muito mais dinâmico do que, simbolicamente, a palavra quer dizer.

Eu gostaria que passasse para a próxima tela.

Como eu disse, a concepção do homem no campo, que é, ao mesmo tempo, fortalecimento da agricultura familiar.

Vejam este gráfico, muito bem representado pela FAO. Discordamos deste contexto. Para mim, é um equívoco da urbanidade, tão bem falado aqui. Até o Senador Medeiros, inicialmente, perguntou se o campo brasileiro hoje é rural ou urbano. Eu posso dizer que o campo brasileiro é rural. São um equívoco essas informações, esses dados, com os quais nós não concordamos, porque a História nos mostra que, nas décadas de 60, 70 e 80, a população veio para o campo, mas visando à mão de obra, ao acúmulo de riqueza, e não veio visando a melhores condições de vida, em busca de uma agricultura familiar verdadeiramente sustentável, com todo o equilíbrio do homem e da diversidade.

Então, conforme esse gráfico aí, em 2018, nós temos 10%. Esse dado, para nós, é irreal, não dialoga com a realidade brasileira. O Dr. César Aldrighi disse muito bem que a maioria dos Municípios hoje tem a sua cultura rural. No caso do meu Estado do Espírito Santo, se, em alguns Municípios hoje, a questão rural saísse deles, principalmente a agricultura, esses Municípios seriam eliminados, ou seja, sumiriam, porque há uma participação direta da agricultura neles. Portanto, reafirmo que, hoje, a nossa realidade é mais rural, não urbana, como se diz.

Nós temos aqui dois modelos de projeto bem claros.

Aqui, temos o quadro da matriz tecnológica. De um lado, temos a Revolução Verde, que está bem clara neste primeiro painel, que tem um trator, que é um pacote tecnológico. Nós temos um campo com uma tecnologia de fato do agronegócio que, ao mesmo tempo, leva apenas à visão da quantidade, não da qualidade. De um lado, temos um campo com máquinas, mas esvaziado de pessoas, de homens e mulheres e da sua diversidade, e, de outro lado, temos um projeto, da agroecologia, com uma diversidade de alimentos, sobretudo um equilíbrio entre a fauna e a flora, o homem e a floresta, respeitando a sua diversidade, dos camponeses, sobretudo das comunidades tradicionais. Enfim, é uma diversidade com relação ao respeito com a natureza, com a agroecologia e com todo o seu sistema de fauna e flora. De outro lado, preocupa-nos muito um sistema... A tecnologia é boa, mas, da forma como está sendo colocada, traz consigo, cada vez mais, o esvaziamento do campo brasileiro. A tecnologia substitui a mão de obra do campo. Muitas dessas pessoas que não se qualificaram estão vindo para a cidade. Com isso, há um bolsão de pobreza.

A gente sabe que hoje os senhores têm conhecimento da situação da violência, das drogas nas grandes cidades e que isso remete à questão do campo.

Temos aqui os transgênicos. A transgenia é uma via hoje, na minha concepção, da linha dos agrotóxicos e apenas sua biodiversidade. O que quero dizer com isso? Quero dizer, por exemplo, que, quando a transge-

nia vem para ajudar um alimento, na composição de um elemento para garantir uma subsistência, uma deficiência de uma proteína, enfim... Mas o que está sendo estabelecido hoje abre uma janela para a questão do agronegócio, que é um pacote tecnológico, sobretudo do "Pacote Verde" da agricultura, que hoje traz acúmulo de agrotóxicos.

Só rapidamente, nós temos, para o próximo ano, a previsão de um milhão de toneladas de produtos com agrotóxicos, sendo 5,2% de veneno para cada habitante. E nós sabemos que isso é um efeito estufa, porque o gasto na saúde brasileira hoje é reflexo da transgenia. Então, estamos muito preocupados com a questão dos transgênicos. Consideramos muito prejudicial, além das políticas voltadas a esse investimento.

Tomemos como exemplo o pepino e o pimentão. Temos ali no gráfico 80% deles contaminados por agrotóxicos. Isso é muito grave! No exemplo da uva, 56%.

Ali embaixo, os senhores podem em vermelho que quase 50% de agrotóxicos ainda não são permitidos por essa questão da cultura. Como eu disse, isso gera um efeito estufa na saúde do povo brasileiro. É isso o que nós queremos? É esse tipo de agricultura que nós queremos para os nossos filhos e netos? Então, não defendemos essa política dos transgênicos, que hoje tem sido um grande mal, uma perversidade para a saúde do brasileiro e para o campo brasileiro.

Também aqui, o caminho inverso. Recentemente, a lei da rotulagem, Lei nº 4.680, de 2003, obrigou as empresas a identificarem um "T" como símbolo dos produtos transgênicos. Mas eu fico envergonhado sinceramente, porque, em 28/4/2015, foi aprovado um PL na Câmara, por iniciativa do Deputado Luiz Carlos Heinze, que extingue a rotulação obrigatória de alimentos. Isso é enganar o povo brasileiro. Nós sentimos, como brasileiros, envergonhados, porque o povo brasileiro, sobretudo, precisa que essa informação seja colocada de forma muito clara e objetiva, sobre os riscos dos produtos transgênicos. Então, é direito do povo brasileiro. Nossos Senadores e Deputados foram eleitos, para que o povo brasileiro tenha o direito de saber a identificação dos riscos que isso traz para a segurança alimentar.

Repudiamos isso, porque é um projeto que não está claro, mas o povo brasileiro tem o direito de ser esclarecido quanto aos riscos que os transgênicos trazem.

Aqui também, da mesma forma, a via cega dos mercados. A gente vê aqui vários produtos transgênicos que causam um sério risco à saúde do brasileiro. Não preciso simbolizar, porque os senhores sabem muito bem a concentração que há nesses produtos.

Reafirmo que nós não somos contra o agronegócio. O agronegócio tem sua importância para a economia brasileira. Somos contra a concepção, contra a forma como está sendo colocada a questão do agronegócio, de um lado, porque sabemos que contribui para o PIB brasileiro, mas, ao mesmo tempo, ameaça nossa soberania alimentar e nutricional.

(Soa a campainha.)

O SR. ZENILDO PEREIRA XAVIER – Ressalto que seremos lembrados como um país fonte de alimentos contaminados, haja vista que países europeus já estão começando a fazer uma política diferenciada de qualidade de produtos, principalmente preocupados com a alimentação dos seus povos. Acho que o Brasil também é diferente. Nós precisamos avançar nesta política de ter alimentos saudáveis, como a agricultura familiar e como o sistema agroecológico, que é uma alternativa.

Nós temos aqui também, nessa mesma concepção da disputa de projeto, um gráfico triste, reflexo dessa política das mudanças climáticas e do agronegócio, que não tem respeito com o meio ambiente, com sua biodiversidade e que traz como consequência esse solo que está aí, que, para nós, é muito triste. É isso que eu não quero ver para os meus filhos. Não se respeita o meio ambiente, a sua diversidade, a sua cultura, porque só se pensa na quantidade, e não na qualidade.

De outro lado, temos ali uma demonstração de produção de alimentos que tem um equilíbrio da fauna e da flora, com animais, em que o homem respeita a natureza, a água, a qualidade de vida. É, sobretudo, uma produção de alimentos saudável.

Eu queria só citar uma frase de que eu gosto muito: "Quando a última árvore tiver caído, quando o último rio tiver secado e o último peixe for pescado, vocês vão entender que dinheiro não se pode comer".

Queria reportar-me à Encíclica do Papa Francisco. A Igreja tem feito um grande trabalho, e o Papa Francisco resgata isso que, para nós, é muito importante, quando fala em "Cuidado da casa comum".

Eu creio, senhores e senhoras, que nós precisamos rediscutir essa política, porque, o Brasil hoje – e não só ele – está indo mais pelo lado da quantidade. E nós estamos preocupados com a qualidade, com as nossas futuras gerações.

Nós temos um projeto alternativo de desenvolvimento rural, sustentável e solidário que também nos orienta nesse sentido, principalmente quanto ao princípio de diretrizes para um desenvolvimento rural, sus-

tentável e solidário no Brasil, que indica que não há desenvolvimento sem fortalecimento da expansão da agricultura familiar por meio de uma reforma agrária ampla e massiva.

Sem dúvida, eu não gosto de usar a expressão "fixação do homem no campo", mas, para permanecer o homem no campo, é preciso que perpasse pelo acesso à terra, principalmente pela reforma agrária. O que está acontecendo hoje no Brasil é que, cada vez mais, a terra está sendo concentrada pela estrangeirização, por uma política de Estado que ainda privilegia o agronegócio.

De outro lado, há a violência no campo, as disputas nos movimentos sociais, porque são terras da União que estão na mão de grandes proprietários e que não cumprem a função social. É isso que nós precisamos discutir.

Já conquistamos muitas coisas. Queremos aqui entender que nós conquistamos muito, como já se disse aqui: habitação... Quanto ao Pronaf, nós saltamos para 28,9 bilhões. Isso é muito importante, além da habitação e de várias políticas públicas. Mas isso não é o suficiente para que, de fato, o homem fique no campo com qualidade de vida. É preciso avançar muito mais.

Eu queria que os senhores olhassem este cenário aqui. Vê-se uma casa. Hoje é importante, numa política de governo, o projeto de habitação. É muito triste ver um modelo que é vítima do agronegócio, sobretudo da concentração da terra, mas hoje os trabalhadores estão tendo a oportunidade de uma política de governo pela qual nós lutamos, como é o programa de habitação Minha Casa, Minha Vida. Aqui, nós temos o exemplo de uma casa de uma família com o homem no campo, com a biodiversidade e com a produção de alimentos.

Queria reafirmar o nosso compromisso: nós continuaremos na rua lutando para um Brasil melhor, sobretudo para uma agricultura familiar saudável; não um modelo de um campo vazio onde só haja máquinas, eucaliptos, cana e soja, mas um campo brasileiro que, de fato, tenha a biodiversidade da produção da agricultura familiar e que, sobretudo, preserve o homem em equilíbrio com a fauna, a água e as comunidades tradicionais.

Então, agradeço e queria deixar umas frases: Fixar o homem no campo apenas não resolve o problema. É preciso garantir a opção de viver no campo como um modo de vida plena.

É isto que nós defendemos: que o homem tenha condições de viver de forma satisfatória e em equilíbrio com a natureza.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Zenildo. Embora tenha saído um pouco do foco do debate, em função de trazer uma questão técnica – claro –, mas, do ponto de vista desta Comissão, que é de agricultura e reforma agrária, nós entendemos que não são incompatíveis os dois níveis de produção. Hoje, o Brasil não está numa situação pior do ponto de vista econômico e social – social é emprego –, por conta do papel que o campo representa na balança comercial.

Então, nós temos de ver esse processo, entendendo que um país tropical, como o Brasil, é diferente dos países do hemisfério norte, como os países da Europa, que são os nossos concorrentes.

A Europa não precisa aplicar defensivos como o Brasil simplesmente porque as baixíssimas temperaturas praticamente são os defensivos naturais em relação a todas as contaminações.

Então, essa é uma referência necessária a ser feita. Ademais, é preciso acreditar que os nossos organismos, como a Anvisa – vou citá-la –, na liberação dos produtos agrícolas, têm um critério extremamente rigoroso para sua liberação. Portanto, o que está no mercado segue isso.

Lembro também que o brasileiro hoje vive muito mais do que vivia há 30 anos, quando, no campo, havia uma produção absolutamente dentro dos princípios um pouco defendidos pelo Zenildo. Hoje, apesar de todo esse cenário que o Zenildo mostrou, nós temos uma taxa de longevidade maior.

Houve uma grande polêmica em relação a vários produtos, e temos que ver que a tecnologia existe para ajudar os homens, as mulheres e a humanidade dentro de uma lógica. É claro que nós não podemos ter uma economia ou um sistema capitalista selvagem. Não é isso. Nós entendemos que o capitalismo precisa, quanto mais possível... Por isso somos defensores ardorosos do cooperativismo. Entendemos, Zenildo, que esse é, sim, um caminho também de um capitalismo mais solidário.

Então, dentro dessa lógica, é preciso posicionar a compreensão da Comissão de Agricultura no sentido de haver, sim, uma possibilidade de compatibilização da agricultura familiar dentro da natureza, explicitada muito bem pelo César Aldrighi, pelo Adhemar Lopes, pelo próprio Pedro Celso e, em alguma medida, pelo Zenildo. Entendemos que é preciso haver essa convivência geral. Até ele usou uma expressão: "O efeito estufa sobre a saúde". Eu não entendi bem. O efeito estufa é sobre o ambiente. Como é que o efeito estufa tem impacto na saúde das pessoas?

O SR. ZENILDO PEREIRA XAVIER – Permita-me, Senadora. Alguns relatos e estudos apontam que o índice de agrotóxicos usado na alimentação brasileira leva a uma concentração de resíduos que, no futuro, pode causar grandes doenças, principalmente o câncer. Isso é fato. Tudo o que se coloca no solo é absorvido pela planta, pelo sistema radicular. Então, qualquer pessoa que tenha conhecimento sabe disso – não precisa ser

agrônomo, nem técnico. Tudo o que se joga no solo... Por exemplo, um solo que tenha cada vez mais agrotóxicos fica dependente. Para você produzir, cada vez mais, será necessário aumentar a quantidade de insumos, o que leva a uma concentração de resíduos químicos, de agrotóxicos nos produtos, como mostra aquele gráfico, causando algumas doenças.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu agradeço.

O efeito estufa é uma questão sobre o clima, sobre o aquecimento global; a redução ou o aumento de mais ou menos chuvas sobre a produção. É um debate, Zenildo, que você traz e que nós vamos continuar acompanhando e debatendo aqui na Comissão.

Eu queria convidar o Senador José Medeiros para assumir a presidência da Comissão. Eu vou fazer alguns questionamentos. Como ele é o requerente, ele assume a presidência, porque tenho também uma relatoria na Comissão de Relações Exteriores.

Aproveitando a presença de todos, antes dos questionamentos aos nossos oradores, submeto à apreciação dos Senadores Ronaldo Caiado e José Medeiros o requerimento do Senador Waldemir Moka, propondo a realização de uma audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para debater a questão relacionada à demarcação de terras indígenas. O requerimento é do Senador Waldemir Moka, convidando o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para debater esse tema.

EXTRAPAUTA

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 45, DE 2015

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do disposto no art. 58, da Constituição Federal e no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a debater a respeito da "Demarcação de Terras Indígenas". Para tanto, requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo.
Autoria: Senador Waldemir Moka

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Waldemir Moka.

Vamos, de pronto, Senador, buscar a melhor data para fazer essa audiência pública.

Então, Senador José Medeiros, por gentileza. Eu, Ana Amélia, Presidente da Comissão, quero agradecer ao César Aldrighi, ao Adhemar Lopes, ao Pedro Celso Antonieto e ao Zenildo Xavier a participação nesta nossa audiência pública. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Bem, feitas as exposições pelos palestrantes, a Senadora Ana Amélia quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Senador Moka, V. Exª está com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – O requerente é V. Exª. V. Exª quer fazer as primeiras perguntas? V. Exª tem a primazia.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Então, vamos lá.

Creio que, basicamente, eu tinha algumas referências a fazer com relação ao que o Zenildo falou, mas a Senadora Ana Amélia já bem colocou aqui e não vejo conflito. Tenho algum reparo, Zenildo. Vejo o agronegócio do menor ao maior. Penso que, do grande negócio da agricultura brasileira, ele faz parte; é uno. Vejo que, quando se separa, só perde o pequeno. Lógico que existe o que melhorar, e é nesse debate que vamos conseguir, mas isso é tema para outro debate. Creio que, nesta audiência, o foco é como melhorar; aí, independentemente da temática, como melhorar a vida desse homem trabalhador no campo.

Então, tenho algumas perguntas para os participantes.

A Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem sido fundamental para apoiar, fomentar e promover o cooperativismo e associativismo rural no País, ao longo dos últimos anos, contribuindo para promover a fixação do homem no campo. Não obstante os grandes avanços recentes, as comunidades tradicionais, a exemplo de quilombolas e indígenas, ainda não recebem os benefícios dessa política por habitarem áreas que dispõem de pouca infraestrutura. Nesse contexto, pergunto ao ilustre representante do MAPA, que nos honra com sua presença, que medidas do Poder Público podem caminhar para ampliar o cooperativismo nas áreas de difícil acesso no Brasil.

Ainda, o orçamento do Plano Safra da agricultura de 2015 e 2016, lançado nesta semana, tem sido elogiado por representantes de entidades de trabalhadores rurais e movimentos sociais ligados ao campo. Des-

taca-se, contudo, que o acesso de determinados produtores ao crédito e uma política clara de reforma agrária ainda representam desafios a serem superados pelo Governo Federal.

Na opinião do representante do Incra, quais políticas podem ser adotadas para ampliar ainda mais o acesso ao crédito por parte dos assentados da reforma agrária?

E ainda: o constante apoio técnico é imprescindível para a fixação do homem no campo, embora o Zenildo não goste desta palavra. Digo fixação, porque, se a qualidade for boa, leia-se melhoria, porque, se está boa, a pessoa não vai sair de lá, vai ficar. Ciente dessa realidade, o Governo Federal sancionou, em 2013, a lei que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que ainda não está em funcionamento. A nomeação do Sr. Paulo Cabral como Presidente da Anater, realizada nesta semana, é indício de que a agência finalmente sairá do papel. Nesse contexto, pergunto ao representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que medidas complementares precisam ser encaminhadas para que a Anater inicie suas atividades. É possível que as medidas sejam concluídas neste ano ainda?

Por último, ainda sobre as políticas de assistência técnica e extensão rural, pergunto ao representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, se, em sua opinião, o funcionamento da Anater é suficiente para atender às expectativas dos produtores rurais referentes à oferta de assistência técnica no campo e quais medidas adicionais poderiam ser consideradas pelo Poder Público para garantir a sua oferta a todos os pequenos agricultores do Brasil.

Creio que o objetivo, Senador Moka, desta audiência, o grande debate, é, no final, poder responder algumas perguntas do tipo: o que fazer para esse trabalhador que está no campo produzir mais e melhor?

Parte disso já foi respondido hoje. Fiquei muito contente com essa informação, porque minha família passou a vida inteira no campo, Senador Moka. O meu pai levantava à 1 hora da manhã para tirar o leite da vaca. Se soubéssemos disso, teríamos dormido bem mais e teríamos mais produtividade. Lembro que, naquela época, com 9 anos de idade, eu ficava dormindo até que ele pedia para mandar mais um bezerro, e eu lá dormindo. Às vezes, levava uma "peiada", porque mandava dois bezerros, ou não mandava; podia muito bem ter levantado mais tarde.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Medeiros, para os sulistas, a "peiada" não é entendida. É uma surra mesmo, porque peia é um termo mais do Centro-Oeste, do Nordeste. A minha secretária Regina fala muito em peia. "Peiada" é surra. No Sul, no Rio Grande, é surra mesmo.

Pena que o senhor era menino quando levava uma peia, uma surra, porque não fazia o dever de casa na hora de tirar o leite, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Para nós, a peia, que peia a vaca, é um pedaço de corda e, por isso, fala-se peia: bate-se com a corda.

Quero deixar a palavra... Acho que podemos fazer as perguntas em bloco e depois...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Então, está aberto.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Primeiro, agradecer a presença aqui do Pedro Celso Antonieto, do Zenildo Xavier, do Dr. Adhemar Lopes, Secretário de Reordenamento Agrário do MDA; e do Dr. César Aldrighi, Diretor de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento do Incra.

Ouvi o Ministro Patrus e percebo que ele quer introduzir – e está introduzindo – essa questão da territorialidade, que é até uma crítica que o Zenildo fez. Determinados assentamentos estão tão distantes das pequenas cidades que é muito difícil esse conceito. Se pegarmos Santa Catarina, Paraná, são lugares próximos, mas o Pedro Celso diz que a Ministra Kátia Abreu acha melhor pegar uma pessoa, uma professora e levar para o assentamento e fazer a escola, quer dizer, talvez até com calendário específico para aproveitar melhor, porque o calendário agrícola é diferente muitas vezes do calendário escolar. Aliás, é uma das poucas convergências nossas, Zenildo, em relação a essa questão.

Tenho minhas dúvidas, não é que discorde, mas tenho dúvida se isso funcionaria, no Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, com a distância. Talvez, numa cidade menor. Claro que o ideal seria se pudéssemos incorporar, mas ele tem razão quando diz que as cidades funcionam muito em função do campo. Essa é uma realidade, e sempre foi assim. As pessoas fazem ali e levam o produto para ser vendido, para ser comercializado. Isso é uma realidade pelo menos no meu Estado.

No mais, Zenildo, gostaria imensamente de discutir com você sobre agronegócio e agrotóxicos, mas não é o tema aqui, e não quero polemizar. Você introduziu um tema, e somos também disciplinados regimentalmente: se abrirmos esse debate não vai parar mais. Só queria dizer que não tem nenhum produtor... Esse

negócio de agroquímico é muito caro e, se pudessem colocar menos, com certeza colocariam. O transgênico veio para evitar a quantidade de agrotóxicos que têm de colocar no algodão e na soja.

Agora, ainda dentro desse assunto, acabamos falando. Não dá para se pensar em produção em grande escala de soja, de algodão, que não seja usando essas tecnologias. Simplesmente o País deixaria de produzir em grande quantidade. Agora, isso não tira o valor de se ter – aí acho correto – em pequenas propriedades um outro tipo de produção, que é a produção com preocupação maior. Aí, sim, como disse o Senador José Medeiros, não temos que separar isso. Temos de fazer do agronegócio uma coisa só, até porque os pequenos produtos da agricultura familiar... Campo Grande sediou, a pedido da Asbraer, um encontro de extensionistas rural, e acho fundamental hoje ter a presença do técnico.

Os técnicos hoje, César, estão muito atarefados para lidar com o crédito, e sobra pouco tempo para se dedicarem à técnica do plantio, ao como fazer. Penso que isso sobrecarregou o extensionista. Não seria agora, com a vinda da Anater, se vamos ter o extensionista que vai lá e dedica mais tempo para ajudar, para orientar no plantio mesmo; e não ajudar o pequeno produtor a preencher formulário, para ele ter acesso ao crédito do Pronaf. Na verdade, o técnico é o cara que faz essa parte para o pequeno produtor, porque às vezes é complicada a burocracia.

Então, acho que vocês tinham que ter essa preocupação. Talvez colocar um burocrata para fazer isso e deixar o extensionista mais preocupado com a técnica do plantio. Vejo dessa forma.

Acho que o Incra, ouvi do Ministro Patrus, esteve muito desmotivado, e gostei do que o Ministro falou aqui, de que tem é preciso motivar o pessoal do Incra; que o pessoal do Incra tem de voltar a ter aquela motivação que já existiu, mas que hoje ficou desmotivado.

Fico feliz, Adhemar, e reconheço que a agricultura familiar teve um avanço enorme. Sempre digo o ditado de que a franqueza conserva a amizade. Sempre representei a agricultura de escala, mas não sou produtor rural. Sou médico e professor. Pode ter certeza de que, como médico, se eu tivesse alguma preocupação com a transgenia, eu seria contra. Ao contrário, a ironia está mostrando que se está isolando uma proteína da soja que está estabilizando o vírus do HIV. Veja o quanto isso é importante.

São coisas que a transgenia permite. Em algumas plantas, é possível melhorar o valor nutricional de determinados alimentos. Depende de como se usa, depende de como se vai fazer isso. Acho que esta questão, Adhemar, é o objetivo do requerimento do Senador José Medeiros: como fazer para melhorar isso?

Talvez o cooperativismo seja a melhor forma, porque, quando esses pequenos produtores se reúnem – já vi isso no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande – em cooperativas de pequenos produtores, eles compram melhor e vendem melhor.

Então, organizados, são muito fortes. Eles, organizados, começam a fazer parte de uma grande cadeia, que é a cadeia do agronegócio, incorporando o pequeno produtor, incorporando renda para aquele que tem 10 hectares, 15 hectares, 20 hectares, mas que, somados, começam a produzir também quase em escala competitiva.

Acho que o que temos de fazer, Senador José Medeiros, não querendo responder o que V. Exª quer, é exatamente fazer com que o nosso agricultor familiar tenha o aporte do recurso, sobretudo técnico. E insisto nesta coisa do extensionista rural, que acho fundamental.

Vou dar um exemplo: a erva-mate, no meu Estado, Mato Grosso do Sul, é nativa na região do sul do Estado, na fronteira. A expansão da soja, por razões econômicas, acabou com a erva-mate, só que estamos importando a erva-mate do Mato Grosso do Sul. Em um hectare de erva-mate, a indústria vai até a propriedade e paga de R$10 mil a R$12 mil por um hectare de erva-mate. Imagine um pequeno produtor que conseguisse ter de três a cinco hectares de erva-mate. Qual seria a renda dele? E essa erva-mate serve inclusive, porque é uma cultura permanente, para aquela questão da reserva legal.

Nisso tudo, a orientação vai ajudar. Acho que seria por aí. Agora, para erva-mate, você precisa de cinco anos para a primeira colheita. O que fazer para que esse agricultor possa esperar por cinco anos a primeira colheita? Que tipo de consorciamento vamos fazer? O feijão, a melancia, a abóbora? Ele precisa ter uma fonte de renda para sobreviver enquanto espera esse tipo de poupança, porque isso é quase uma poupança.

Não tenho perguntas específicas e não gosto de perguntar, porque todos nós aqui temos outras coisas.

Fiz questão de vir aqui, mas sou um daqueles que hoje é um grande parceiro da agricultura familiar do Mato Grosso do Sul. O pessoal do Mato Grosso do Sul sabe que eu os defendo, sabe que quero o avanço deles, embora, em alguns pontos, tenhamos divergências, mas divergimos no campo das palavras e não de forma conflituosa; não é a minha vocação.

Torço por uma agricultura familiar forte, competitiva e, sobretudo, organizada. Em associação ou em cooperativa, mas os associados, conforme o Pedro Celso disse, vão comprar e vão vender melhor.

Fico por aqui meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – O Senador Caiado quer falar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Simplesmente peço desculpas por ter chegado fora do horário. O Senador Moka me relatou toda a exposição feita. Como membro da Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, quero dizer que esta nossa posição em defesa do setor produtivo primário tem sido uma história de vida; dizer da minha preocupação: realmente, principalmente nós, Senadores e lideranças políticas, temos uma responsabilidade muito grande, que é de diminuir conflitos, algo com que – acredito – todo estadista, todo líder político deve ter uma preocupação maior na vida. Trata-se de poder conter conflitos, trabalhar para harmonia da população, trazer a paz para que as pessoas possam produzir.

Essa sempre foi uma luta que encabecei durante toda a minha vida, buscando aquilo que é fundamental, que é a segurança jurídica, tanto no setor urbano quanto no setor rural; buscando a oportunidade de crescimento das pessoas sem criar o clima de jogar uns contra os outros, que é uma política muito danosa, muito negativa. A política deve ser feita com espírito de todos desenvolverem suas capacidades; sua condição de amanhã, na sua profissão, desenvolver as capacidades que você não só adquiriu na sua formação como também o dom que Deus lhe deu.

Sr. Presidente, quero dirigir-me ao representante do Ministério da Reforma Agrária.

É muito comum e muito frequente o Ministério ter uma série de dificuldades de nos responder um ponto: quanto à emancipação dos assentamentos. Essa é uma pergunta que fazemos há exatamente uns 20 anos, e é sempre uma situação nunca respondida; ou seja, todos os cidadãos brasileiros pagam pela reforma agrária. Não é uma conta que sai do bolso somente de alguns. Todos os cidadãos, hoje, ao pagarem os impostos, estão pagando uma política de aplicação no projeto da reforma agrária.

Agora, quando você entra numa faculdade, no final, você começa a exercer a sua profissão e a caminhar com suas próprias pernas. A reforma agrária tem este objetivo; ou seja, as pessoas seriam ali incluídas em um projeto, essas pessoas seriam previamente identificadas como pessoas que têm vocação para o setor rural, que têm interesse em desenvolver a atividade, e que, amanhã, possam ter uma melhor qualidade de vida.

O que nós estamos observando é que esse mecanismo não conteve o êxodo rural; pelo contrário. No seu requerimento, V. Exª cita que, principalmente os jovens, mais de 1,5 milhão de jovens, deixaram o setor rural. Ou seja, eles não enxergam mais, na atividade rural, uma perspectiva de ganho de vida.

Em segundo lugar, o quanto... Infelizmente, nem o MDA nem o Incra vão poder me responder. É uma luta antiga nossa, para que identificássemos os assentados. Isso não existe, porque eles não querem fazer a identificação biométrica, eles não admitem ter ali um cadastro das pessoas que já foram beneficiadas! Não admitem! E, com isso, nós temos uma situação que nos chega com denúncias de norte a sul, de leste a oeste. Ou seja, qualquer funcionário do Incra e do MDA sabe muito bem que não precisa ir longe... Na cidade de Cristalina, uma das regiões mais produtivas de Goiás, a poucos quilômetros de Brasília, veem-se os terrenos todos sendo alugados, arrendados ou vendidos.

Ontem, eu conversava com o líder político de Governador Valadares, Minas Gerais, que me disse: "Caiado, tinha uma fazenda da Embrapa dentro da cidade, desenvolvimento de técnica do setor rural. Foi desapropriada, foi passada para o Incra; houve assentamento. Não tem ninguém atuando na fazenda, e ela simplesmente é alugada para os produtores rurais, que têm lá a pecuária".

Isso você não vê apenas em um lugar ou em outro; isso, infelizmente, chega a 90%. Em Trindade, cidade a 20 quilômetros da minha cidade de Goiânia, havia uma propriedade rural cujo produtor rural tinha vinculado ao Ibama, se não me engano, 3 mil hectares de mata virgem. Foi totalmente invadida, destruída, jogada abaixo, e nada aconteceu: ninguém foi preso, ninguém teve de pagar por aquilo. Destruíram! Não tem reserva legal, não tem nada.

Você deseja comprar qualquer madeira de forma ilícita? Onde é o mercado dela? Nos assentamentos. Então, eu acho que essa tese...

O Incra e o MDA precisavam entender que as críticas são no sentido de auxiliar os rumos da reforma agrária. Reforma agrária não é briga ideológica. Se o viés for ideológico, não há como existir acordo. Agora, se o viés for produção, por que não se tem, então, uma cobrança do índice de produtividade?

Presidente, Senador José Medeiros, por que os movimentos, principalmente o Incra e o MDA cobram do Ministério da Agricultura?

Alterar os índices de produtividade, para que as terras sejam desapropriadas. Por que esse parâmetro não existe nos assentamentos que já estão assentados há mais de 20 anos?

Quer dizer, isso aí é algo que chega a ser afrontoso, porque o pequeno e o médio produtor, que não estão incluídos no... A condição de você não ser desapropriado é ser médio produtor na somatória de suas propriedades. E cada Município tem um parâmetro de módulos fiscais para que você seja incluído ou não em médio produtor.

Então, nesse processo, vê-se a preocupação com a qualificação, com a melhoria, com exceções especificamente em alguns projetos de assentamento nas regiões do País onde o cooperativismo seja uma força forte. Principalmente no sul do Brasil, que tem a cultura do cooperativismo, há alguns assentamentos que realmente acredito possam ter sido emancipados. Mas, na grande maioria dos assentamentos hoje, o Incra não consegue nos mostrar quantos foram assentados, qual é o perfil do assentado e qual é o resultado final depois de anos ali instalados. Qual é sua condição de sobrevida: renda *per capita*, melhoria na educação, condições de saúde; enfim, esses dados são fundamentais.

A sociedade brasileira não suporta mais ser, a todo momento, solicitada com o aumento da carga tributária, e os resultados não serem repassados para que mostrem que existiu, exatamente, um resultado positivo para a melhoria da qualidade de vida.

Por exemplo: quantos assentamentos... Não discuto crédito rural, pois isso é uma prerrogativa que todos devem ter. Crédito rural é um direito que todo produtor rural deve ter e, mais do que isso, o seguro-rural que este Governo não teve competência de implantar até hoje.

Agora, o que eu discuto é: quantos, hoje, assentados, sobreviveriam, dos que ainda não venderam seus lotes, dos que ainda não arrendaram seus lotes, sem a presença do Bolsa Família? Quantos foram assentados no Brasil? Quantos continuam sobre seus lotes? E qual é a produção real de cada assentamento no final de cada safra?

Acho que esse é um balanço que deve ser feito, porque é preciso ter muita humildade para reconhecer que ninguém mais do que esta Comissão luta para que o setor sobreviva a esse avanço, que existe hoje, da produção de escala. Então, para que isso possa existir, nós temos de ter metodologias diferentes: uma metodologia para a produção em escala; outra metodologia para o cidadão viver no campo.

E aí não é assentado, não, Presidente!

E aí vou falar de pequenos e médios produtores rurais, hoje, que não têm condição de produção de soja em escala, muito menos de cana, que antigamente era bom, mas o setor quebrou. Agora, na produção de leite, na pequena escala de produção de milho e em algumas outras variedades, qual é a condição de eles manterem suas famílias? Qual é a condição de eles fazerem estudar um filho? De arcarem com as despesas?

Então, são demandas que nós temos de interrogar, porque nós não podemos fazer apenas o populismo da distribuição. Nós temos de exigir que uma pessoa, ao ter os benefícios do governo, seja obrigada, também, a demonstrar que, com aquela alavancada que foi dada, contribuiu para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de sua família, o aumento da produção e, ao mesmo tempo, que não passou a ser mais um migrante para o entorno das grandes cidades do País.

Eu convivo com uma realidade dura! Refiro-me ao Entorno de Brasília. Talvez V. Sªs morem em Brasília, mas não conheçam a realidade do Entorno de Brasília. É o maior êxodo rural; são as cidades com o maior crescimento habitacional, por ano, em todo o País. Se buscarem ali, verão que todos os cidadãos são migrantes de regiões do interior e de propriedades rurais.

Então, nossa discussão é muito mais ampla. Não é discussão de quem tenha mais terra com quem tenha menos terra; quem pode ser assentado e quem não pode ser assentado. A discussão tem de ser sobre como nós vamos fazer para que as ferramentas aplicadas pelo Governo, com o dinheiro da população brasileira, possam trazer melhorias no dia a dia do cidadão, o que eu combato duramente. No momento em que se faz política de campanha eleitoral à frente de um governo, não existe nada mais nocivo no mundo.

Eu sou médico. Não cabe a mim dizer ao paciente que ele vai sair de lá, milagrosamente, melhor do que era antes do acidente. Não, eu não tenho esse dom! Nós temos de ter a capacidade de dizer a verdade às pessoas. E a verdade também tem de ser dita, para que elas possam compartilhar da recuperação. O assentado não pode ser apenas a pessoa que tem a carteirinha do partido. Ele não pode ser uma tendência ideológica.

Em qualquer país do mundo... Na França, por exemplo, a distribuição é feita dentro de todo um preparo; é quase um vestibular para que a pessoa possa ter aquele credenciamento. Ele tem uma qualificação, sim! Ele tem um Pronatec muito mais sofisticado para ser qualificado a ter a condição de ocupar aquele pedaço de terra. Existe um zoneamento econômico-ecológico. Ele é obrigado a produzir dentro daqueles parâmetros. E o Governo, com isso, arca com o compromisso de mantê-lo no campo.

Então, ou nós vamos caminhar para um processo como esse, ou nós vamos ver estruturas serem, amanhã, agredidas, invadidas, simplesmente pelo fato de que o distributivismo poderia, amanhã, trazer algum resultado.

Encerro, portanto, dizendo que nós temos uma pesquisa, feita pelo Ibope, contratada pela CNA. Criticaram, xingaram a pesquisa e tudo, mas nunca conseguiram dados para contraditar aquilo que lá foi colocado.

Esta Comissão, por exemplo, de agricultura, poderia marcar uma audiência, visitar esses assentamentos e ver as condições subumanas em que eles lá vivem. Pergunto se uma propriedade rural, do Incra, instalada, suportaria uma vistoria do Ministério do Trabalho? Ela teria as condições que vocês exigem de um setor rural

hoje? O Ministro seria detido? Ele seria escravocrata? A função social é obrigatória na propriedade rural como também nos assentamentos.

Não se exclui assentamento da condição de cumprir aquilo que é lei. A lei não tem dois pesos e duas medidas. Por que os assentamentos do Incra não precisam ter as regras de habitação, de alimentação, de água, de vestimenta que são necessárias na outra propriedade? Dois mundos? Dois pesos e duas balanças?

Então, isso, Presidente, precisamos ter a coragem de poder deixar isso às claras para a sociedade saber. Isso não é ser contra A e nem ser contra B. Isso é exigir que o parâmetro que existe na lei – assim é na democracia – faça todos estarem subordinados à lei. E, no Brasil, não! Há pessoas que se identificam acima dela – e pronto e acabou! E podem fazer tudo: podem desmatar, podem descumprir o Código Florestal, podem descumprir a legislação trabalhista, podem não ter condições de retribuir aquilo que é feito em forma de empréstimos.

Então, nós precisamos saber que Brasil nós queremos: o da demagogia ou aquele que dá oportunidades, mas, ao mesmo tempo, dá condições de exigir o resultado final. São os desafios que nós já estamos formulando ao Incra e ao MDA há muito tempo.

Eu encerro, Sr. Presidente. Quero parabenizá-lo pela iniciativa e cumprimentar os demais palestrantes. Essa é uma demanda que nós fazemos há muito tempo, e gostaria que o MDA e o Incra pudessem fornecer dados amanhã a esta Comissão da Reforma Agrária do Senado Federal, e que nós pudéssemos constatar *in loco*, porque papel é uma maravilha. Para operar no papel é uma maravilha: não sangra! Então, eu chego e tal, opero... Toda cirurgia no papel é uma maravilha. Agora, para operar o doente *in loco* é outra realidade. Então, essa realidade precisa ser escancarada. E, às vezes, na vida, você precisa ter a coragem de dizer: "Olha, eu errei". A vida é isso. Ninguém aqui é acima do bem e do mal. Ninguém aqui é perfeito. Todo mundo pode errar. Qualquer cidadão pode errar.

Então, o Incra e o MDA precisavam fazer uma autocrítica e dizer: "Olha, por favor, nós precisamos mudar os rumos". Temos hoje um estoque de terras desapropriadas e pessoas que deveriam estar assentadas. Onde elas estão? O que essas terras estão produzindo? O povo brasileiro pagou por isso. Simplesmente, não precisa dar satisfação? É outra pedalada? É outro petrolão? Sobre essa situação, nós temos de perguntar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Bem, com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, nosso companheiro José Medeiros, Senador Ronaldo Caiado e todos os que estão aqui como palestrantes.

Primeiro, quero cumprimentá-lo, Presidente, pela oportunidade desta audiência. Acho que os temas abordados são bastante relevantes, mas há a preocupação que o requerimento de V. Exª traz, que é exatamente a fixação do homem ao campo. V. Exª tem a preocupação, em seu requerimento, de debater essas ações que possam fortalecer também a agricultura familiar por meio da fixação do homem ao campo.

O Senador Ronaldo Caiado colocou aqui vários aspectos. Eu estive há algum tempo em Portugal, e lá a gente pôde ver a grande preocupação daquele país, porque a juventude, principalmente com a Eurocopa... Criou-se naquele país uma expectativa muito grande de transformação – muita infraestrutura foi construída, com grandes programas habitacionais – à custa de endividamento. Isso tirou praticamente as pessoas do campo. Portugal é um país pequeno, tendo como característica – que não é tecnológica – a força na produção rural.

Eles passaram a vender suas terras principalmente para os espanhóis. Foram construídos oito estádios em Portugal. Há vias e autopistas em todo o lugar, e o país vivendo uma situação complicada, porque os jovens e suas famílias não queriam mais produzir no campo. Então, eu penso que um país com aquela característica correu um risco muito grande e vai levar muito tempo para que conseguir recuperar-se.

O Primeiro-Ministro, enfim, o governo, fazendo todos os esforços possíveis para tentar voltar as pessoas ao campo. Mas, depois que a pessoa perde a cultura... O homem do campo tem a cultura arraigada em seus costumes, mas, depois que ele perde isso, é difícil fazer com que ele volte ao campo. É muito difícil.

Então, no Brasil também, apesar de o País ser muito grande, muitos desses grandes programas de incentivo ao êxodo rural foram feitos no Brasil em momentos diferentes. Hoje, cito como exemplo Mato Grosso, um Estado com 900.000km^2. Mas eu diria que, talvez, em todo o Centro-Oeste e, no caso, Mato Grosso, com 900.000km^2, nós temos 3,5 milhões de habitantes – só! E há uma população muito pequena no campo, porque o Estado hoje está calcado, principalmente, na produção de extensão. As grandes produções de soja, milho...; a pecuária, hoje, de sobrevivência, está evoluindo muito, mais para quem é um agricultor competente, porque a fabricação da comida... Mato Grosso está aumentando muito o rebanho, mas não do pequeno.

Hoje, nós importamos, ainda, grande parte de nossos hortifrutigranjeiros, sendo o maior produtor de carne. Já somos um grande produtor de aves, somos um grande produtor de carne suína e outras variedades, mas ainda importamos muito nossos hortifrutigranjeiros. Eu tive a oportunidade de estar agora no lançamento

do Plano Safra, da agricultura, no Palácio, momento em que foram anunciados lá, mais uma vez, muitos bons programas, o que nos deixa até bastante esperançosos.

Mas faço uma pergunta que creio seja genérica: no entendimento de vocês, o que falta? O que está sendo positivo na aplicação desses recursos para que cheguem ao homem do campo e ele saiba utilizá-lo?

Vemos também – e aí eu acho que a Contag pode falar um pouco – muitos pegarem financiamentos. Esses financiamentos são às vezes dirigidos para que o cidadão, por exemplo, que quer comprar uma vaca de leite. Ele cria uma associação, um grupo, e o banco consegue um crédito. São vários produtores, e, agora, existe dinheiro para a vaca de leite. Juntam-se lá, saem à busca das vacas de leite e compram produtos de péssima qualidade sem que haja uma fiscalização efetiva. Aí, o cidadão, que já não tem muita capacidade técnica, não tem assistência técnica, não tem a orientação, pega uma vaca, que já está em final de produção, que tem outros tantos problemas, não sabe como vai pagar. Como ele vai cumprir o papel de produzir, se o produto dele não tem qualidade?

Eu ouvi aqui o Dr. Pedro falando um pouco do Balde Cheio e de outros programas que já foram falados aqui. Mas eu queria ouvir mais de vocês sobre o senso crítico.

Eu sou da Base, e acho que não há problema em fazermos autocrítica. E queremos aqui, principalmente nesta Comissão, dar condições para que os órgãos correlatos possam ter apoio.

Por exemplo, lá no lançamento, a Presidente anunciou a nomeação do Presidente da Anater. A Anater foi criada há algum tempo, mas não havia ninguém. Então, ela anunciou. Com isso, criou-se também a expectativa de a Anater agora funcionar e a de que teremos 130 mil propriedades – parece-me que é a meta para este ano – e com assistência técnica.

De que forma vocês entendem que o Governo está preparado ou está se preparando para fazer esse programa de assistência técnica, que, a nosso ver, é o maior problema? Porque o pequeno produtor desorganizado, sem saber o que produziu e o que deve produzir, mesmo produzindo, tem uma dificuldade muito grande na comercialização dos seus produtos. No programa, também foram anunciadas algumas formas para que o pequeno produtor pudesse também ter maior facilidade na comercialização. E, inclusive, que 30% das compras do Governo, para merenda escolar, presídios e outros programas, devem ser da agricultura familiar.

Isso é muito importante, mas, se não houver uma fiscalização, se não houver, efetivamente – e acho que a Contag pode falar mais –, uma condição para que isso aconteça verdadeiramente, a coisa fica disfarçada, como temos visto em programas da alimentação escolar: em alguns lugares, funciona; em outros, não.

Tenho aqui algumas perguntas preparadas pela assessoria, que vou ler. Eu queria saber também em relação ao Mato Grosso, ao Incra... Eu já disse e vou falar mais uma vez que lá chamamos o Incra de "Incravado", porque temos muitos programas, muitos projetos...

Na outra audiência, estava aqui o Prefeito de Colniza, Município que tem um dos maiores assentamentos do Brasil, dizendo que está lá totalmente abandonado. Ele faz o que é possível com suas maquininhas, mas não tem condição de manter as estradas, porque são milhares de quilômetros para uma prefeitura pequena dar atenção.

Então, faz-se o assentamento, Sr. Presidente, mas não se dá sequência para que o cidadão fique no campo, produzindo, principalmente o pequeno. Se ele não tiver assistência técnica e estrada, fica difícil. E V. Exª, que é do Mato Grosso, sabe que as nossas distâncias são muito grandes. Para sair de Colniza e chegar ao mercado consumidor maior, são 500 mil km de distância.

Eu queria saber do Incra também sobre a questão da terra prometida, que também foi muito alardeada. Até agora, não vimos a conclusão disso, de como o Incra está vendo.

Além disso, lá temos muitos assentamentos que não tiveram a sua emancipação. Quero citar aqui o caso de Rondonópolis, por exemplo, o assentamento da Gleba Rio Vermelho. Na audiência passada, eu indaguei sobre mais um assentamento em Rondonópolis também, de cujo nome não me lembro aqui, e o Incra ficou de nos dar resposta. Até agora, não tive resposta. Da mesma forma em relação ao MDA.

Nós questionamos aqui, Sr. Adhemar, sobre um projeto – tive oportunidade, como Deputado Federal, de trabalhar junto ao MDA –, que foi o primeiro centro de apoio da agricultura familiar no meu Estado. Parece-me que, naquela época, era o primeiro do Brasil. O Ministério liberou recursos da ordem de R$2 milhões. Nós fizemos um projeto em parceria com a universidade. Aliás, esse centro foi construído exatamente na área desapropriada pelo Município ao lado, anexa à universidade, porque o objetivo era fazer uma parceria com a universidade para servir também de extensão à pesquisa e à comercialização, orientação na comercialização. Isso foi há mais ou menos 12 anos.

O recurso foi liberado; a construção foi executada parcialmente; equipamentos foram comprados. E só não foi totalmente depredada, porque essa propriedade está exatamente ao lado da universidade, ao lado da

guarita da universidade, com o guarda da universidade. Até acabamos tirando a cerca para ficar como se fosse única, dentro da própria universidade.

Mas é incrível que não consigamos uma solução. A Prefeitura tem recursos. Eu já pedi fiscalização, já fui ao Ministério várias vezes. Na última audiência que tive, a assessoria do Ministério me chamou aqui do lado: "Olha, fique tranquilo, Senador. Amanhã, nós vamos dar uma resposta para V. Exª." Eu só fiquei na excelência, Presidente, porque a resposta não veio.

Então, é muito ruim fazermos uma audiência pública aqui, com autoridades que se comprometem com a Comissão – não é só comigo, mas com a Comissão – de dar resposta, porque o que estamos fazendo aqui é uma audiência pública... Inclusive, internautas devem estar participando, pessoas estão acompanhando. Se um Senador pergunta, diz o problema e não consegue a resposta, como um cidadão em um assentamento vai ter a resposta? E isso é um recurso público desperdiçado.

O MDA fez o seu papel de liberar o recurso, mas não fez a outra etapa de fiscalizar e acompanhar, para que aquele recurso fosse verdadeiramente bem aplicado.

Como é um assunto de que já venho falando há muitos anos, alguma coisa precisa ser feita para que tenhamos até credibilidade. E, quando digo nós, somos nós, Parlamentares, e vocês, os órgãos.

Então, como estava aqui preparado, eu quero ler, primeiramente, ao MAPA. Segundo o autor do capítulo denominado Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso, contido no livro *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*, lançado, em 2014, pela Embrapa em parceria com a Unicamp, que diz:

A proximidade com as cidades, o acesso à educação, a facilidade de comunicação, a circulação das informações e o aumento de oportunidade de trabalho e vida nas cidades têm, portanto, contribuído para redefinir o funcionamento do mercado de trabalho e para elevar a escassez de mão de obra, que vai se tornando cada vez mais problemática, tanto para o setor patronal, como o de agricultura familiar, que já não conta com oferta abundante de trabalho familiar.

Aliás, os censos demográficos mostram que, entre 1970 a 2010, o número de pessoas ocupadas na área rural manteve certa estabilidade, situando-se entre 12 a 13 milhões, mas com uma tendência de queda.

De pouco adianta a agricultura familiar ser a maior empregadora de mão de obra no meio rural se os jovens não querem nele trabalhar [pelas razões expostas].

A pergunta é se V. Sª considera uma tendência irreversível e que de pouco adiantam as políticas que visam fixar os jovens no meio rural, dado que, a despeito de conseguirem elevar a renda, dificilmente tais políticas terão o condão de lhes proporcionar os confortos que o meio urbano oferece.

Também ao Ministério do Desenvolvimento Agrário: uma das linhas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a de crédito de investimento para jovens – Pronaf Jovem –, no valor de até R$15 mil por beneficiário, destinado a maior de 16 até 29 anos. Dado que a linha mencionada foi criada pela Resolução nº 3.206, de 24 de junho de 2004, do Conselho Monetário Nacional, quantos contratos de crédito nessa linha de financiamento foram concedidos nesses dez anos? Qual o valor total contratado ano a ano? E, sobretudo, qual a avaliação do MDA quanto aos resultados alcançados? Houve efetivo aumento de renda dos jovens que formaram o público-alvo da linha de financiamento? Esses jovens permanecem na atividade rural familiar?

Também ao Incra: quantos jovens rurais de 16 a 29 anos hoje ocupam os cerca de 9 mil assentados tutelados pelo Incra? Que ações particulares da reforma agrária o instituto tem tomado para evitar a migração desses jovens para os centros urbanos? O Incra também diagnostica um processo de envelhecimento dos assentamentos? Se sim, dada essa realidade, qual o prognóstico do instituto para o sucesso da reforma agrária nos próximos anos?

À Contag: no capítulo denominado... Ele não está, não é?

Podemos aguardar ele chegar, Sr. Presidente, e, aí, eu faria essa pergunta à Contag.

A gente pode ir respondendo aí, porque já tem outras tantas perguntas. Mas eu vou, aqui, inclusive, pegar o nome do outro assentamento lá, no Município de Rondonópolis, porque eu não tive a resposta do Incra, só para deixar bem claro.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Obrigado, Senador Wellington.

Eu já vou passar aos palestrantes.

Só acrescento que, em contato com assentados de Mato Grosso, eu vou passar para dar subsídio a vocês também, porque o nosso objetivo é justamente melhorar a vida do homem no campo. A Contag de Mato Grosso passou a ter algumas dificuldades lá, na região, o que mais aflige os assentados, e aqui eu vou citar

algumas delas: falta de assistência técnica e assistência rural, tanto para elaboração de projetos, como para acompanhamento da execução dos projetos.

Existem Municípios no Mato Grosso que têm mais de mil famílias assentadas da Empaer, que, no caso, é a similar dessa nova agência federal que foi criada, e, dessa forma, é impossível desenvolver um bom trabalho.

É preciso mais qualificação de mão de obra e mais tecnologia para serem empregadas na pequena propriedade, que possam otimizar as pequenas áreas e consigam gerar renda.

É preciso disponibilizar mais formas de acesso a maquinários. Muitas patrulhas mecanizadas que seriam destinadas à agricultura familiar estão sendo utilizadas por muitos Municípios em Mato Grosso para coleta de lixo e manutenção de logradouros públicos, desviando-se da sua função primordial.

Então, são algumas preocupações que eles nos passaram.

E, aqui, eu recebi, também, uma sobre o Pronaf. No Pronaf A, foram mantidos os juros de financiamento em 0,5% ao ano, porém o Mais Alimento, que atende à maioria das famílias de agricultores familiares, passou de 2% para 5,5% ao ano, e o custeio, de 2% para 4,5% ao ano, e até mais em outras categorias.

É verdade que aumentaram, de R$24 bilhões para R$28 bilhões, os recursos, mas ficou mais caro acessar esses recursos.

Então, a grande preocupação deles lá, também, é a favelização rural, porque, da forma que está, o sistema não está servindo para produção, e, sim, para endividamento e consequente empobrecimento dessa população.

Quero passar ao representante do Incra, para começar as suas perguntas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, se o senhor me permitir. Estou aqui com a liderança ao telefone. Como esse assentamento já foi motivo da nossa audiência e eu não tive resposta, eu queria colocar aqui uma das lideranças do assentamento, só para que ele expusesse.

E eu gostaria que, Lima, você falasse o nome do assentamento, a origem, que aí foi banco da terra. Explica rapidamente aqui para a gente. Vamos ver se é possível a gente conseguir o som.

Pode falar.

(A seguir, reproduz-se conversa telefônica realizada com o uso de viva-voz.)

O SR. JOSÉ GOMES DE LIMA – Na verdade, o assentamento tem 14...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ GOMES DE LIMA – ... e, infelizmente, ele só teve o início depois de...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Alô.

O SR. JOSÉ GOMES DE LIMA – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Pode repetir. Pode falar.

O SR. JOSÉ GOMES DE LIMA – Na verdade, é um assentamento que já tem 14 anos que, e, infelizmente... (*Ininteligível.*)

O SR. JOSÉ GOMES DE LIMA – A partir dali, nós só tivemos problemas, lá, problemas até... (*Ininteligível.*)

O SR. JOSÉ GOMES DE LIMA – Nós tivemos que tirar dinheiro do Pronaf para colocar água.

Depois deu problema nas moradias, os materiais vieram pela metade, problema de estrada, mas o mais grave de tudo é a questão da legalização do assentamento.

O assentamento não é legal, e as pessoas, as 150 famílias que estão lá não conseguem acessar os benefícios do Governo Federal, quais sejam: Pronaf, principalmente Pronaf, e os investimentos em estrutura para o assentamento. E as pessoas estão desistindo; acabam vendendo, negociando, porque, realmente, elas não têm acesso a esses benefícios do Governo por conta da legalização do assentamento, sobre o que, infelizmente, até hoje, ainda não obtivemos uma resposta positiva, tanto do Governo do Estado, e, principalmente, do Governo Federal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Como é o nome do assentamento?

O SR. JOSÉ GOMES DE LIMA – É assentamento Banco da Terra, Fazenda Esperança, fica na MT-270, uma rodovia estadual que liga o Município de Rondonópolis ao Município de Guiratinga, em Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E quantas pessoas, quantas famílias assentadas têm lá?

O SR. JOSÉ GOMES DE LIMA – São 150 famílias assentadas. É o maior assentamento desse projeto do Banco da Terra, no Estado do Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – É uma associação só, não é?

O SR. JOSÉ GOMES DE LIMA – São 5 Associações, e essas associações estão se fundindo em uma só, porque já foi feito um novo levantamento aqui. Nós tivemos de financiar, novamente, a leitura de toda a estrutura da terra; foi feito um levantamento de toda a estrutura da terra, para que esse projeto fosse individualizado,

ou seja, que cada lote fosse colocado no nome das pessoas, porque, até então, são duas escrituras da terra que estão no nome de 60 pessoas, ou seja, duas associações; e, no nome de 90 pessoas, que são três associações.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Então, o assentamento é de 2004?

O SR. JOSÉ GOMES DE LIMA – É, de 2004. Nós estamos com 14 anos, já vamos para 15 anos lá.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – É, também, na reunião, vocês disseram que tentaram, no Banco do Brasil, muitos, até, pagar a prestação e não conseguem. É isso?

O SR. JOSÉ GOMES DE LIMA – É. As pessoas estavam indo ao Banco, fazer o depósito, porque, na verdade, não tinha um destino para o pagamento desse dinheiro, e o dinheiro ficava, na verdade, sem um destino-fim. Quer dizer, as pessoas iam ao banco, pagavam, mas, na verdade, elas não estavam pagando nada, porque, como não estava organizado, não tinha um destino-fim do pagamento dessa dívida.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Então, está perfeito.

Muito obrigado.

(Fim da conversa telefônica.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Então, eles estão lá, desde 2004, muitos foram ao banco para pagar, pagaram, mas o banco não consegue responder, porque, na individualização, esse dinheiro não existe; não foi pago ao Governo. O dinheiro está no banco e não se consegue fazer a emancipação, ou seja, a conclusão, a documentação.

Acho que aí ficou bem entendido.

E, por incrível que pareça, como é um assentamento não muito longe da cidade, está tendo até uma boa produção, e isso porque a gente conseguiu, também, levar, lá, técnicos da Embrapa; levamos alguns técnicos da Empaer, à época, e começou a ter um pouco de produção.

É importante dizer também que, para todo o sistema de água, o banco contratou a empresa; ou seja, foi feita a licitação, contratou-se e não se pagou. Também, a empresa, um empresário relativamente pequeno, da cidade, quebrou, e até hoje não recebeu. E eu acho que, na época, era um recurso da ordem de quase R$5 milhões. Mas foi contratado, e o serviço, executado.

Aí, eu me lembro, na época, porque eu fui a uma reunião lá, que o empresário estava querendo arrancar os canos. Só que, para arrancar os canos, ficava mais caro do que o cano que estava lá.

Então, virou aquela situação, pois os assentados, também, não queriam deixar que se retirassem os canos. Claro, porque já estava lá, feito.

Então, isso também dificultou, inclusive, a questão da habitação, a fixação das pessoas, porque não foi concluído o trabalho dessa água.

Mas eu quero salientar que, desse assunto, nós falamos aqui na última reunião. Faz 60 dias, foi-me prometida uma resposta, que, até hoje, não tive.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Desse assentamento específico, o representante do MDA, que aqui estava, na Comissão, prometeu; aliás, a assessoria parlamentar... O assessor do Patrus Ananias me chamou aqui, ao lado e disse: "Olha, Senador, fique tranquilo que nós vamos dar a resposta amanhã".

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Amanhã.

Concedo a palavra ao representante, Dr. César Aldrighi.

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – Senador José Medeiros, primeiro, quero reportar-me à sua primeira pergunta: quais medidas poderiam ser adotadas para acesso ao crédito para reforma agrária?

Não há dúvida de que o acesso ao crédito tem que se dar no momento em que a família tem condições de já definir o seu projeto produtivo.

No processo de reforma agrária, naquele primeiro mapa, as famílias, via de regra, saem do acampamento, entram no assentamento e precisam de um processo de aprendizado que, de 2010 para cá, a gente tem créditos de instalação no orçamento do Incra mais bem organizados, para que a família não precise endividar-se com o Pronaf, com o banco para poder acessar o crédito.

Então, o melhor momento é, feito o assentamento, fazer o acesso às políticas públicas previstas na Lei nº 13.001, que são aqueles créditos iniciais previstos lá com rebate de 80% para instalação da família, e, a partir daí, a assistência técnica.

Temos tentado priorizar aquelas 400 mil famílias com assistência técnica de um universo de 950 mil; ou seja, atendemos cerca de 42% das famílias com a assistência técnica por conta de limitações de orçamento. E não só por causa disso. No caso de Mato Grosso, por uma série de histórias de convênios com a Empaer, com a

fundação da Empaer, que me parece que é a Fundaper. E, como nós tivemos uma série de problemas no andamento dos convênios, com prestação de contas, os órgãos de controle recomendaram que não fossem feitos convênios, o que resultou em um vazio grande de trabalho da Empaer com o Incra e com as outras entidades. Por isso, temos no Mato Grosso uma situação diferente do restante do País, que é uma taxa de cobertura de assistência técnica muito baixa.

O Senador Wellington tem toda a razão quando levanta um questionamento por conta do histórico que tivemos nos últimos anos lá. Estamos tentando agora, e espero que a Anater crie um ambiente institucional que possibilite que as operadoras de assistência técnica – a Empaer, que é estatal, e as cooperativas e entidades que prestam assessoria técnica no Mato Grosso – possam acessar os recursos que serão disponibilizados via Empaer.

Tivemos um vazio de assistência técnica praticamente de 2008 até 2013. Em 2013, fizemos um chamamento público, contratamos assistência técnica para sete mil famílias, estamos ampliando no norte do Mato Grosso, na região da Terra Prometida, numa parceria com a universidade aqui de Brasília, para fazer um levantamento de todos os assentamentos por conta daquela situação, a fim de fazer a regularização ambiental e o levantamento de dados socioeconômicos, que serão lançados no CAR para podermos ter a regularização ambiental dos assentamentos e a identificação daquelas pessoas que estão e das que não estão regularizadas no sistema do Incra.

Então, não tenho dúvida...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – No Mato Grosso, nós temos 140 mil agricultores familiares. Desses, 90 mil aproximadamente são assentados da reforma agrária, incluindo projeto do governo do Estado também. O restante, em torno de 50 mil, são os chamados tradicionais.

O Incra responde por 83 mil famílias assentadas, e só, Sr. Presidente, pouco mais de dois mil ao longo da história receberam seu título de posse definitiva. Ou seja, é um sistema em que as pessoas ficam desesperançadas.

Portanto, mais de 80 mil ainda estão esperando pelo documento da terra que garante acesso aos recursos do Plano Safra.

E, quando falei aqui da gleba Rio Vermelho, é porque é um assentamento de mais de 30 anos – acho que quase 30 anos. E há outro assentamento que também já questionamos aqui, localizado em Nobres.

Nobres tem um potencial turístico muito grande. Brincando, falamos que lá é até mais do que em Bonito, no Mato Grosso do Sul. Lá é lindo, com todo aquele potencial. No entanto, esse potencial é exatamente dentro de uma área que foi desapropriada pelo Incra, e as pessoas não têm como fazer o investimento. Onde poderia haver um turismo rural fantástico, não existe, porque eles não têm como contrair empréstimos para construir pousadas, etc. O que existe lá é irregular, e a gente não consegue regularizar. Estou colocando esse assunto aqui, porque já passamos por vários governos, e não se consegue nada.

Já estivemos em audiências com os governadores – com o Governador Blairo, com o Governador Silval Barbosa –, já estivemos no Incra, já tivemos reuniões em Mato Grosso sobre o assunto, e não sai. Por isso, chamamos de "Incravado".

Por isso, perguntamos sobre essa questão do Plano Safra que foi anunciada, porque, se a pessoa ficar na terra abandonada, não vai conseguir produzir.

E Mato Grosso também, por parte do Governo do Estado, e quero também concordar, porque o Governo só pensa no grande: querem ser o maior produtor de soja, o maior produtor de milho, o maior produtor de rebanho, maior, maior; e o pequeno está abandonado.

Quero dizer aqui que sou médico veterinário, trabalhei muito no campo, em assistência técnica. Essa denúncia que fiz sobre quando sai o crédito agrícola é uma realidade que eu, como médico veterinário, constatei em muitos casos. O produtor arruma o crédito, eles se juntam e sempre tem um intermediário, um sabido que vai lá e compra aqueles produtos que não têm capacidade. Ou seja, não há um programa com começo, meio e fim.

A piscicultura, por exemplo... Fala-se tanto na piscicultura, e não há a cadeia organizada para fazer a produção, desde a alevinagem, a criação, a engorda e, depois, o abate. No caso do Mato Grosso, a maioria dos peixes produzidos está indo para Tocantins, para fazer a manipulação lá.

É vergonhoso para um Estado como o nosso dizer que somos o maior produtor agrícola do País, maior produtor de carne, e os nossos pequenos produtores, abandonados. E também por parte do Governo do Estado.

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – Só para concluir, Senador José Medeiros, o tema que foi o centro da questão do Senador Caiado, que também é levantado pelo Senador Wellington, é todo o processo de titulação dos assentamentos.

No processo de 1998 para cá, o que temos de novo nesse cenário? A Lei nº 13.001, que está em regulamentação, Senador.

Então, me comprometo, Senador José Medeiros, para que o grupo de trabalho que está formulando a regulamentação possa dialogar com a Comissão, porque mudanças virão. A Lei nº 13.001 altera a Lei Agrária

brasileira, que é a Lei nº 8.629, e daí vem um conjunto de regulamentações. Primeiro, o decreto e, depois, os normativos do Incra. Acho que isso vai interferir bastante no processo de identificação dos parâmetros necessários para a titulação e as formas de titulação.

Sobre as demais questões que o Senador Caiado levanta, proponho levá-las para a nossa assessoria parlamentar e para a presidência do Incra, a fim de que possam ser discutidas com a Comissão e com a assessoria do Senador todas as questões por ele levantadas, que, embora apresentadas como de cunho desenvolvimentista e de renda, falam sobre a reforma agrária. E acho que é interessante que a nossa assessoria e a direção do Incra dialoguem com a Comissão e com o que o Senador aqui levanta.

Certamente ficou gravado, e acho que podemos acessar. Assim, eu apresento para a nossa Presidenta, para a direção. Anotei uma série de questões que ele levanta e vou pedir para a nossa assessoria entrar em contato com o senhor para ver de que forma responder as questões.

Depois, eu entro nas últimas questões da Contag.

Sobre Terra Prometida, Senador Wellington, é um caso que o Incra junto com a Polícia Federal estão acompanhando. Foi constituído um grupo de trabalho e, diria assim, 50% do trabalho... Não tenho essa informação se chegou exatamente à metade, mas já faz mais de 30 dias que esse grupo está indo ao Mato Grosso, está indo aos assentamentos, está levantando as informações Como é de sigilo da Polícia Federal, não tenho hoje o que lhe prometer, ou dizer se é possível informá-lo sobre isso. Mas podemos consultar a Polícia Federal sobre em qual estágio está e ver o nível de informação. Certamente, sua assessoria também poderá entrar em contato com...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu gostaria que V. Sª desse uma explicação, até porque estamos em uma audiência pública, e muitos certamente a estão assistindo através dos meios de comunicação – TV Senado, internet, Rádio Senado.

Como o Incra tem feito com esses assentamentos, por exemplo, com o caso da gleba Rio Vermelho, em Rondonópolis, e tantos outros, onde foram feitos os assentamentos? Ou seja, o Incra desapropriou a terra, assentou as pessoas e, ao longo do tempo, por essa falta de presença do próprio Governo, e estou me referindo ao Governo Federal, estadual e municipal, porque também não podemos colocar a responsabilidade sem a parceria. Eu acho que, para funcionar, tem que haver a parceria, sim.

Por isso, o Município também, a meu ver, tem a responsabilidade, apesar de que muitos Municípios ficam onerados. Como o Incra, às vezes, desapropria, assenta, e não coloca o recurso necessário, a prefeitura tem que fazer as estradas, tem que fazer a escola, tem que fazer o posto de saúde e tem que manter. Então, fica mais difícil.

Mas a pergunta que eu faço é a seguinte: esses assentamentos já de muito tempo, a grande maioria deles, não são mais clientela da reforma agrária. Aqueles originais assentados já venderam para um, que já vendeu para outro, que já vendeu para outro. Existem muitos casos em que você vai lá e já virou fazendinha ou até fazenda grande dentro dos assentamentos. As pessoas fizeram benfeitorias, e não houve a presença lá do Estado para inibir esse processo, mesmo, ao longo tempo, havendo muitas denúncias. Mas o Estado não foi lá para fiscalizar, não foi lá para cobrar. E o que fazer com essas propriedades que hoje, a grande maioria, não são clientelas. Não sei se a Contag pode me ajudar depois a falar um pouco. Não falei da questão dos quilombolas também. Lá em Mato Grosso, nós temos áreas tradicionais. A Presidente anunciou desapropriações, mas não anunciou nenhuma de Mato Grosso.

É só para esclarecer, porque não podemos causar medo, mas também temos que falar a realidade. Muitas pessoas ficam comprando inclusive áreas dessas, que às vezes já são próximas da cidade, construindo pistas de avião, empresas sendo instaladas, porque a terra está muito... Inclusive, há um caso já em que está sendo feito assentamento urbano, porque há área que já virou área urbana. Faz-se o loteamento e também não tem documento. Como resolver isso, de forma bem clara? Até para esclarecer àquelas pessoas que ainda, na boa-fé, vão comprar terras nessas condições.

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – A compra é ilegal, para começar com essa afirmação.

Há alguns mecanismos para coibir a compra. Hoje nós atendemos, basicamente, em Mato Grosso, por demanda do Ministério Público Federal. Com as condições, recursos e capacidades que temos, nós temos atendido às denúncias do Ministério Público Federal. E estimulamos, tentamos dialogar com as prefeituras. Muitas das prefeituras de Mato Grosso – V. Exª, com certeza, conhece mais do que eu – são originárias de projetos de assentamento, foi uma intervenção fundiária que acabou virando um Município.

É importante a discussão com o Município, para que os assentados, dada a falta de assistência técnica que nós temos no Estado de Mato Grosso, possam saber que é irregular a compra e a venda.

Nós temos um normativo interno, que é a Instrução Normativa nº 71, do Incra, que regula quais os procedimentos e quais os critérios legais para você ter acesso ou não a um lote de reforma agrária. Está previsto na legislação, na Lei nº 8.629, e você tem que cumprir. Há aquilo que pode e aquilo que não pode. Você não

pode ser um comerciante. Você não pode ter outra propriedade acima de módulo fiscal. Há todos os critérios previstos na lei, e estes são checados *in loco*.

A verdade é que não temos condições de checar todos os casos, porque a dinâmica econômica, especialmente do norte de Mato Grosso, onde o valor de um lote é muito grande, a especulação se torna uma coisa difícil de se conter. Mas na medida do possível se tem feito essa fiscalização *in loco*, tem se acompanhado o Ministério Público. E é exatamente essa questão, Senador, que eu acredito que deva mudar na questão da regulamentação da titulação e dos lotes da reforma agrária na Lei nº 13.001.

Aponta-se, pelo menos nas discussão preliminares, que haja uma espécie de declaração do assentado semelhante à declaração do Imposto de Renda que fazemos, para que ele declare anualmente que está ali produzindo e está fazendo uso daquela área de terra. E nós fiscalizaremos aqueles que não tiverem declarado corretamente por conta da limitação de recursos.

Este é um caminho que está sendo apontado, para que consigamos, digamos assim, na modernização da informática, que os assentamentos tenham acesso à informática. Já temos a Sala da Cidadania, que está em desenvolvimento. Lá ele vai acessar uma espécie de página dele. Ele entra com sua data de nascimento, com o seu CPF, e ele vai acessar. Ali, ele vai ter que declarar que ele está fazendo uso daquele lote, e vai ser checado, com o sistema oficial, se ele está cadastrado lá no Incra. Então, pensamos em avançar. Imaginamos que aí nós chegaremos a 50% ou 60% das famílias que estiverem regularmente declaradas. Aí passamos a um processo de fiscalização, o que reduz muito o nosso leque hoje.

Você tem um assentamento de 100 famílias. Se você tem problema em 20 ou 30, você acaba tendo que vistoriar 100. E nós queremos, com isso, ir modernizando, para conseguir ter efetividade na fiscalização. Mas é ilegal. Tem que cumprir os critérios que estão previstos na legislação, e deve ser regulamentado nesse sentido, para podermos ter mais agilidade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas V. Sª acredita que pudéssemos criar algum mecanismo legislativo para legalizar aquilo que está, digamos, consolidado, e essas pessoas tivessem que pagar para o próprio Incra, para, com isso, o Incra ter os recursos para comprar outras áreas?

Em Mato Grosso, terra não é problema. Há muita terra à venda lá. E tirar um negócio desse, em que houve a omissão do Estado, e desorganizar, digamos, inclusive com infraestruturas. Esse loteamento que eu digo já é loteamento de classe média alta, com casas boas, piscinas, enfim, outras situações mais, e virou chácara de lazer. E até que gera empregos, porque as pessoas ficam lá trabalhando também, custeadas pelos proprietários, que são comerciantes ou outro tipo de empresários.

Você já tem alguma experiência dessa forma?

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – As alterações previstas, Senador, na Lei nº 13.001, apontam para esse tipo de situação, que precisa de regulamentação. Eu não tenho como afirmar ao senhor se precisa de algum remédio legislativo ou jurídico para... Se é suficiente ou não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu queria propor aqui que vocês do Incra pudessem fazer uma parceira aqui com a Comissão...

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – Sem problemas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – ... para que pudéssemos trabalhar isso, Presidente. V. Exª colocou a proposta que é a fixação do homem no campo. Então, eu acredito que, para esses consolidados, temos que arrumar uma forma de resolver. E talvez vocês que estão vivendo o dia a dia pudessem subsidiar aqui a Comissão, para fazermos uma proposta da Comissão, quem sabe.

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – O.k..

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Não seria um projeto individual, mas um projeto da Comissão, talvez, com isso, tendo mais peso, para termos uma tramitação mais rápida, se for o caso.

Nós queremos paz no campo também. Não adianta promovermos a briga, nós queremos paz. Então, assentar mais, com condições. Quem tem, pode pagar e quer pagar, pague.

O SR. CÉSAR ALDRIGHI – Eu aceito o desafio de pegarmos a nossa área do Incra que discute a regularização. Não sei se pode ser provocado pela Comissão, ou se o Incra responde ao questionamento do Senador Wellington.

Para finalizar, por conta do tempo, Senador, com relação à Contag de Mato Grosso, o Zenildo tem conhecimento. Nós temos tentado fazer um calendário de ir ao Estado. Então, o que eu poderia dizer ao senhor é que as questões que V. Exª leu aqui procedem. O nível de cobertura de assistência técnica, de qualificação dos assentamentos, por iniciativa do Incra, nos últimos tempos, diminuiu.

Nós estamos indo ao Estado, junto com a direção da Contag, para debater os problemas com as federações. Chama-se Fetagri, em Mato Grosso. Não é isso? Então, devemos ter uma agenda com a Fetagri. Talvez fosse interessante a sua participação, da Comissão. A ideia é identificar os problemas, junto com a Federação.

Além desses, eu já sei que há outros, pelo diálogo que temos com a direção Contag, com relação à instalação dos assentamentos, infraestruturas, e tal. Então, procede. Eu acho que valeria fazermos esse acompanhamento da nossa discussão com as federações. E não tenho nenhum óbice em informar a Comissão do andamento das questões levantadas e do planejamento para resolver. A gente tentar debater e estabelecer uma matriz que possa chegar à solução ou à minimização dos problemas.

Penso que abordei as questões minimamente, Senador.

Nós nos colocamos à disposição para que a nossa assessoria possa subsidiar a Comissão, se ficou alguma questão em aberto.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Nós agradecemos, Dr. César.

Passamos a palavra para o Dr. Adhemar Lopes, Secretário de Reordenamento Agrário do Ministério.

O SR. ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA – Obrigado, Senador José Medeiros.

Eu quero registrar a significância e a relevância das questões que foram abordadas e levantadas e que nos ajudam muito na reflexão do aprimoramento da política pública. Penso que o Parlamento tem essa missão, entre tantas outras, de ajudar a sociedade brasileira nessa reflexão e, nos seus diversos ambientes, poder fazer avançar essas políticas públicas.

E um pouco neste ambiente de formulação, de reflexão, eu queria começar a responder por uma questão que eu acho que está presente em todas as falas e que dialoga com aquilo que são os principais desafios que estão colocados hoje, não só para a sociedade brasileira, mas para o Planeta como um todo.

E, particularmente aqui para nós, para o povo brasileiro, o desafio de fazer o debate e de dar conta da produção de alimentos para saciar uma população crescente. E produzir alimentos com qualidade, produzir alimentos saudáveis e fazer com que esses alimentos cheguem a quem ele precisa chegar, para que o esforço de inclusão, que vem sendo feito, particularmente nos últimos anos, seja respaldado pela oferta de alimentos saudáveis para atender a nossa população.

Esse é um desafio que vem acompanhado de perto do desafio de ter um modelo de desenvolvimento que garanta uma sustentabilidade, particularmente na questão ambiental. Não só na questão ambiental, na questão social também. Mas, particularmente, na questão ambiental. Assim como nos esforçarmos para criar ocupações, para fazer frente à necessidade do crescimento da nossa população, dos jovens que estão chegando ao mercado de trabalho, até para o enfrentamento da questão do êxodo rural. Todos esses desafios, tendo presente um modelo de desenvolvimento que foi praticado até hoje e que naufragou, se esgotou, que foi um modelo de desenvolvimento orientado para as cidades, para a industrialização e que, agora, acaba enfrentando o desafio de dialogar com grandes centros urbanos, que convivem com grandes problemas. As cidades, por si só, os grandes centros não vão dar conta de enfrentar. Rever esse modelo de desenvolvimento é muito importante.

Então, eu acho que, de todos os limites, os desafios, as fragilidades, mas também as fortalezas que nós temos nas políticas públicas – particularmente aquelas focadas para o campo brasileiro, para o rural brasileiro – têm, acima de tudo isso, uma orientação que tem que ser perseguida, que é essa orientação: de qual é o modelo e de que forma nós podemos acentuar esse modelo, que foi essencialmente focado na industrialização, na urbanização, de ele poder ser um modelo que olhe para todo o nosso território. Particularmente, considerando que a maior parte dos nossos Municípios têm característica rural. Então, aquela identificação que se faz – que o César muito bem trouxe –, quando se pensa a questão da reforma agrária, quando se olha o Censo, a composição da população brasileira, ainda se faz o recorte do rural e o recorte do urbano. O recorte, na verdade, de quem está no campo, na atividade agropecuária e de quem está morando na sede do Município.

Enquanto que esse conceito, ainda que pesem a importância e a relevância dele para a orientação de algumas políticas públicas, algumas ações, esse conceito precisa evoluir, e é isso que nós estamos discutindo no ambiente do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Hoje, a gente discute o Município rural, procurando justamente compreender essa composição, essa solidariedade, essa relação que existe nesses pequenos Municípios, que são Municípios essencialmente rurais. E, portanto, quando eu olho uma política pública, eu tenho que olhar a política pública nessa direção. E é nesse sentido que o Ministro vem trazendo esse debate de territorialização, de novo conceito de ruralidade, para que a gente consiga fazer o enfrentamento e entender, desenvolver o rural e estancar, vamos dizer assim, o êxodo, é um processo que necessariamente precisa ser respondido pela qualidade de vida que se oferta no rural brasileiro, para que o cidadão brasileiro, o jovem brasileiro, ele faça a opção de ficar no campo e não na cidade.

Eu, pessoalmente, não aposto na tese de que o êxodo rural é inexorável. Eu não aposto nessa tese. Eu reconheço que isso é uma tendência, hoje, mas eu reconheço que essa tendência existe porque nós ainda – e quando eu digo nós são os diversos entes federados – o Governo Federal, o Governo Estadual, os Municípios, as organizações da sociedade brasileira –, nós ainda não demos conta de reverter esse modelo de desenvolvimento pra fazer com que a educação seja uma educação do campo e não uma educação levada da cidade para

o campo, e que, portanto, não dialoga, não valoriza aquilo que são as culturas locais, aquilo que é a maravilha da vida no campo, que é diferente da maravilha que pode ser a vida numa cidade.

Então, quando a gente olha a saúde, a educação, os aparelhos de lazer, quer dizer, o conjunto de políticas que precisam ser repensados dentro desse modelo, e eu acho que a nossa sociedade vem caminhando nesse sentido. Programas do Governo Federal como, por exemplo, o Programa Saúde da Família, o Programa Mais Médicos, são todos programas que dialogam e se somam com as políticas de apoio à atividade agropecuária, seja do grande, seja do pequeno, mas, principalmente para garantir um rural brasileiro com gente. Então, acho que é esse enfrentamento que a gente faz.

E olhando pra esse desafio, nós temos uma alternativa em termos de modelo de desenvolvimento que se apoia na agricultura familiar, no modo de produção diferente, no modo de produção que, necessariamente, dialoga com o ambiente, porque o agricultor familiar não só trabalha naquela fazenda, ele vive e ele cria os filhos naquela fazenda. Quando ele derruba árvore, quando ele polui o rio, é dessa árvore e desse rio poluído que a sua família vai depender. Assim, a relação natural que o agricultor familiar tende a ter com a natureza já é uma relação de sustentabilidade nesse aspecto ambiental.

Então, reforçar esse modelo, representa reforçar características que têm que fazer parte de um rural que tenha uma maior sustentabilidade. Então, um rural que consiga dialogar com a diversidade, e essa diversidade no tipo de alimento, no que comemos, no que levamos pra casa. Eu participei, recentemente, de uma palestra, e o palestrante nos trouxe um dado que realmente me surpreendeu, eu não tinha me atentado para isso, que hoje, no Brasil inteiro, nós comemos feijão carioquinha ou o feijão preto. Ponto. Existem diversas variedades de feijão que não conseguem chegar ao mercado. E essa diversidade, essa riqueza de possibilidades que nós temos para colocar no prato do brasileiro é uma diversidade que dialoga com as condições de produção que eu tenho em cada uma das regiões. Aquilo que eu vou comer no Nordeste não é o que vou comer no Norte, não é o que eu vou comer no Sul, e todas essas produções podem carregar uma diversidade que garante uma qualidade, um padrão de sustentabilidade, e tudo que está ligado à nossa alimentação, que é uma das características das culturas regionais que nós temos.

Então, é nesse modelo que a gente aposta, é esse modelo que a gente quer construir. Sim, é um ideal, com certeza, mas são os ideais que nos orientam na organização das nossas estruturas, das nossas políticas públicas, daquilo que a gente quer perseguir.

Assim, quando a gente olha para o Plano Safra, que foi anunciado com R$28,9 bilhões, total acordo com as observações de que, simplesmente, esse valor não é suficiente; só o valor do crédito. Ele é uma das bases que vem orientado, vem articulado esse financiamento com a agroindustrialização e com a ação cooperativa. Portanto, esse é o tripé, como a Presidenta anunciou no Plano Safra, que sustenta a política de financiamento da nossa safra agora para 2015/2016, e que vem, com certeza, articulado com o conhecimento, que é o assessoramento técnico, com várias políticas pontuais, como por exemplo, a comercialização.

Esse é, sem dúvida nenhuma, mais um grande salto e uma afirmação do Estado brasileiro em relação àquilo que ele pretende em termos de futuro, em termos de desenvolvimento, que é abrir mercado, é profissionalizar cada vez mais a nossa agricultura familiar, orientando as nossas ações para a produção de alimentos. Não é só o acesso à terra, é o acesso à terra é para produzir o alimento, garantindo a sustentabilidade.

E nessa base toda desse modelo há um elemento que é essencial. Lembrando os dados do Censo agropecuário, e aqui não é para dizer quem é maior, quem é menor, mas é para mostrar a relevância que o Censo agropecuário de 2006 demonstrou da agricultura familiar e o potencial que essa agricultura consegue ter quando ela responde, primeiro, por 84% dos estabelecimentos rurais do Brasil. Isso são 4,5 milhões de estabelecimentos espalhados por esse nosso Brasil em uma área de 24% de toda a área agricultável; essa é a área que esses 84% de estabelecimentos da agricultura familiar ocupa.

(Soa a campainha.)

O SR. ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA – Dentro desse universo, essa agricultura familiar consegue ter uma contribuição de quase 40% do valor bruto da produção brasileira. Isso é para mostrar a significância e a importância desse agricultura familiar, e, mais do que isso, a viabilidade dela para produzir os alimentos de que a nossa sociedade precisa, articulado com a necessidade de produção de riqueza para fazer a nossa economia girar.

Como o Senador Wellington lembrou, são pouco mais de 12 milhões de ocupações no nosso campo brasileiro, quer dizer, é uma capacidade que a agricultura familiar tem, que é essa geração de empregos, e uma forte presença na produção de alimentos: quase 90% da mandioca, 70% do feijão, quase 50% do milho, 60% do leite, 50% das aves.

Eu trago esses dados para demonstrar que é possível apostar em um modelo em que a agricultura familiar tenha um peso cada vez maior no enfrentamento dos desafios que estão dados para a humanidade hoje

na produção de alimentos, na criação de ocupações, na geração de riquezas. E o Plano Safra dialoga com isso e se orienta para isso.

Uma das bases aí lembradas, entrando em alguns aspectos fundamentais que foram levantados, é a Anater. A Anater, o conhecimento é, sem dúvida nenhuma, a pedra fundamental e principal nessa nova etapa que nós temos. A Presidenta anunciou o Paulo Cabral como Presidente da Anater, e é importante lembrar o seguinte: a criação da Anater não suspende tudo aquilo que vem sendo realizado, Senador José Medeiros, em relação a assessoramento técnico para a agricultura familiar. Então, aquilo que está em andamento continua em andamento, e nós temos aí um investimento na faixa de R$700 milhões, orientados para o financiamento da assistência técnica, e esse investimento continua sendo feito. A chegada da Anater vai nos dar maior eficiência na prestação desse serviço à agricultura familiar.

Os próximos passos agora são a constituição da diretoria da Anater e a definição dos contratos de gestão que serão firmados com o MDA, em particular, que é o grande protagonista do assessoramento técnico para o Brasil, até pela dimensão do seu público, por tudo o que realiza e pelo orçamento que tem disponível para isso.

Além disso, trazer a questão nesse projeto de desenvolvimento. E aí o grande debate, entre outros, as questões que cada vez mais se colocam presentes em relação a esse antagonismo, digamos assim, que, em determinados temas, se colocam em relação ao grande agronegócio empresarial e à agricultura familiar. Então, onde é que isso se encontra, onde é que está esse conflito? Abstraídos os aspectos ideológicos que, com certeza, essa discussão carrega, e isso não é menos importante, mas, abstraídos dos aspectos ideológicos, essa contraposição se dá até mesmo pelo esgotamento que nós encontramos, cada vez mais, de ocupação do Território nacional.

Então, determinadas situações até de ampliação de produção, de áreas. As fronteiras agrícolas, 15, 20 anos atrás, eram maiores; hoje o Território já está praticamente ocupado. E aí se encontra uma contradição: o que vai prevalecer em uma determinada região? Vai prevalecer uma grande produção de grãos, de *commodities* para exportação, que têm um papel, têm uma contribuição no nosso projeto de desenvolvimento do Brasil – o Governo brasileiro aposta nesse setor, entende a importância desse setor –, ou vai ser um Território ocupado por pequenas propriedades, por exemplo, na produção de agroecológicos?

Portanto, é uma discussão de ocupação do Território para a qual nós precisamos encontrar mecanismos para disciplinar que não seja só um mecanismo de mercado. Porque, quando se discute pelo mecanismo de mercado, a agricultura familiar fica em desvantagem. É por isso que a gente diz que o Estado brasileiro precisa entrar regulando essa relação. É claro que o Estado brasileiro amparado em um processo democrático de definição de regras, de como se dão as regras de ocupação, mas essas regras precisam ser empreendidas porque eu acredito que muitos dos conflitos, muitas situações de violência que a gente percebe no rural brasileiro hoje decorrem da faltam de instrumentos, não necessariamente de leis, mas de instrumentos para fazer com que essas leis aconteçam.

Hoje está muito presente uma discussão sobre governança fundiária. Nós estamos travando muito essa discussão no ambiente do Ministério do Desenvolvimento Agrário e nós entendemos esse debate de governança fundiária como a necessidade de o Estado brasileiro se fortalecer em relação aos instrumentos para fazer valer processos democráticos na decisão da ocupação e uso do Território nacional. Eu acho que esse é o caminho para a gente buscar um processo que permita harmonizar as relações e harmonizar os interesses que são conflitantes em determinadas dimensões. Não é possível ter uma grande produção de grãos, seja lá qual for, ao lado de uma produção de agroecológicos, porque numa primeira pulverização eu acabo com a agroecologia que está do lado.

Então, esse tema precisa ser colocado na mesa, e nós começamos a avançar, particularmente, a partir da orientação que vem carregada nas diretrizes voluntárias de boa governança da terra e dos recursos naturais, que é a diretriz da FAO, aprovada no ano de 2013, se não me falha a memória.

Assim, eu acho que é esse debate que nós precisamos trazer. E, dentro desse debate, nós temos uma pedra fundamental, que é a segurança jurídica e a regularização fundiária. Não é possível a gente regular, estabelecer esse processo de pactuação de interesses se a gente não tiver a segurança de que quem está naquele imóvel de fato tem o direito de estar naquele imóvel. E isso diz respeito ao grande produtor, isso diz respeito ao posseiro, isso diz respeito a todas as populações e às situações possíveis de ocupação e de uso do Território brasileiro. É essa a direção e nessa direção nós estamos avançando.

No caso do Banco da Terra, lá do Mato Grosso, que foi um assentamento que foi trazido, eu registro aqui as nossas desculpas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário por não ter dado seguimento ao questionamento que foi colocado, mas nós vamos verificar o ocorrido para que isso não tenha acontecido e evitar que isso volte a acontecer. Mas o Banco da Terra...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – O senhor salienta que, nesse caso lá, o Banco do Brasil joga a culpa para o MDA...

O SR. ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA – Não, claro, eu vou tratar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas se são eles que liberaram o financiamento e que recebem, não há dinheiro no Banco do Brasil que foi recebido dos proprietários então?

O SR. ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Nesse caso aí precisa ser feito um levantamento então.

O SR. ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA – Não, claro, Senador. Eu vou tratar... Eu não vou ter condições de resolver a particularidade, mas eu acredito que eu vou responder ao problema, que não é só um problema desse assentamento em particular. Esse é um problema que a gente vem buscando superar já há vários anos, isso já tem quase uma década de tentativas de superação de situações que foram criadas a partir desse programa, que foi o Programa Banco da Terra. E aqui não...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Nesse caso, Dr. Adhemar, eu queria uma resposta no particular. Proponho-me, inclusive, se for o caso de o Ministério mandar alguém lá, a estar acompanhando, fazer uma reunião na comunidade, porque lá os problemas são do começo do assentamento; terra boa, tudo, mas o começo da consolidação, ou seja, a questão da água, tudo isso que foi feito e que não tem resposta.

O SR. ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E o banco não dá resposta, o MDA não dá resposta. Então, eu penso que tem que ir lá fazer uma fiscalização *in loco*, conversar, para unir, digamos, todos os entes necessários.

E aí, inclusive, já aproveito, já que V. Sª está aí colocando, para indagar também se hoje existe dificuldade na relação do Incra com o MDA? O MDA tem autonomia, ou há um comando no Incra para desenvolver as políticas que o MDA realmente pretende? Porque o Ministério da Agricultura, a gente percebe que está um pouco distante; e o Ministério da Agricultura, acho que acabou, com a criação do MDA, tendo outra vertente, às vezes até fazendo a mesma coisa, mas... Eu queria que o senhor também colocasse. A gente ouve o Ministro Patrus Ananias, e ouvi-lo também é muito bom, porque é uma pessoa competente, é um idealista, mas aí, na hora da ponta, o idealismo fica a desejar.

O SR. ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA – Olha, Senador, eu retomo a questão do Banco da Terra, mas na questão da nossa relação MDA x Incra, o Incra é a nossa autarquia. E, como autarquia, ele tem a missão de dar concretude àquilo que são as políticas que são desenhadas e são desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, claro, são políticas que são construídas muito a partir do insumo que o próprio Incra nos fornece, porque ele está na ponta, porque ele está fazendo a execução da política.

Então, hoje eu diria que, eu pelo menos e no ambiente do Ministério, nós não percebemos qualquer distanciamento em relação à autarquia e a administração direta do MDA. Pelo contrário. Essa discussão de territorialidade, vocês viram, o nosso companheiro, o nosso Diretor do Incra, César, começou pelo conceito de nova ruralidade, que é justamente o que está nos orientando na organização do Plano Safra e das demais políticas. Então, hoje a gente tem uma perfeita articulação e sintonia entre os dois órgãos.

Senador, perdoe-me, porque o desafio é muito grande de, dentro do tempo, poder tratar essa questão dos dois Ministérios. Pontualmente, vou deixar registrado o seguinte: esse desenho já chegou a ser questionado em várias oportunidades. Por que dois Ministérios para fazer a mesma coisa? A gente sempre responde da seguinte forma: o fato de a gente ter um Ministério do Desenvolvimento Agrário orientado para a agricultura familiar, para as pequenas propriedades, no Brasil, permitiu que a gente construísse mais do que um leque de políticas, mas uma compreensão sobre a dinâmica desse segmento da sociedade brasileira, que depende de um tipo diferente de abordagem. A abordagem que se faz para o grande é completamente diferente da abordagem que se faz para a agricultura familiar. Como eu disse, o grande, não é que ele não viva, não dependa do campo, mas os filhos dele pegam um avião e vão estudar nos grandes centros, na Europa. O filho do agricultor, não, ele está ali na comunidade. Então, as relações culturais são completamente diferentes. Por isso, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário foi fundamental, foi acertadíssima essa decisão, tomada com uma participação, uma presença muito grande das organizações dos agricultores familiares, e acho que vem demonstrando uma assertiva. Nós não percebemos no ambiente de Governo um conflito entre os dois Ministérios. A gente percebe formulações que, em alguns aspectos, refletem opiniões um pouco diferentes, mas, de forma alguma, isso interfere no desenho institucional e na missão dessas duas organizações, que vêm se somando. Inclusive, no Plano Safra. Uma das grandes realizações foi o decreto da Presidenta instituindo, regulamentando o Suasa, que é o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, que, para a agricultura

familiar, vai ser fundamental, e contou com a contribuição fundamental da Ministra Kátia Abreu, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Voltando rapidamente ao Banco da Terra, Senador, vou lhe pedir que aceite o meu compromisso de responder ao seu gabinete pontualmente, em relação a esse assentamento citado. Mas, tratando de forma geral neste momento, dizer que os projetos do Banco da Terra, particularmente na Região Centro-Oeste – foi diferente na Região Sul –, a execução desse programa acabou tendo muitas fragilidades e gerando determinadas situações como essa que estamos vivendo no Mato Grosso. Houve um primeiro problema no Banco da Terra. O Banco da Terra foi apresentado como uma alternativa ao Incra. Na época, diziam que era a reforma agrária de mercado, sem conflito, sem bagunça. Resultado: o Banco da Terra, como programa, não reúne os instrumentos necessários para fazer uma intervenção numa grande fazenda. Quem reúne esses instrumentos é o Incra. E uma política desenhada de forma diferente. O Incra compra para a União, essa terra passa a ser um patrimônio da União, seleciona as famílias e assenta nessa fazenda. E assiste essas famílias até que elas cheguem a uma condição de consolidação e, quando está consolidada, portanto, a emancipa, a titula e está resolvida a vida dessa família. Mais um agricultor familiar.

O Banco da Terra, como uma política de financiamento de compra da terra, é diferente. Desde o início, o cidadão comprou, a terra é dele, a terra não é do Estado. Portanto, a capacidade de o Estado ingerir, interferir é menor, porque é uma propriedade privada gerida por uma associação de direito privado. Portanto, o Estado não pode tudo ali dentro.

Então, isso gerou uma série de dificuldades que a gente vem tentando enfrentar, e o Congresso Nacional nos apoiando, quando, em 2008, aprovou a Lei nº 11.775, lei que possibilitava a individualização desses contratos e o financiamento dessas dívidas. Não obtivemos êxito em muitas das situações, dado a complexidade social que se criou nesses ambientes e que o Senador testemunhou aqui para gente. É uma realidade complexa. É uma realidade que hoje reúne conflitos que, em alguns lugares, há mais de uma década para serem resolvidos.

Em 2013, houve uma nova resolução do Conselho Monetário Nacional, a Resolução nº 4.178, que novamente permitiu, deu uma nova oportunidade, a repactuação dessas dívidas, e sempre diminuir e individualização dos contratos, e diminuindo o endividamento. Então, a taxa de juros do Banco da Terra, que chegou a ser de 10% foi rebaixada para 2%, que era a possibilidade de os agricultores e agricultoras desse assentamento identificado fazerem isso. Eles quase chegaram lá. A liderança relatou. Eles conseguiram medir e individualizar os lotes. Agora, a questão dominial, a questão do negócio quando envolve o imóvel rural e um financiamento bancário é extremamente complexa do ponto de vista inclusive documental. A burocracia exigida, a burocracia no sentido da documentação, do registro, é muito complexa, é muito grande. E isso acabou gerando dificuldades tanto para o agente financeiro quanto para a comunidade de apresentar a sua documentação em dia, não ter restrição cadastral, de o agente financeiro ter tempo para analisar essa documentação e no tempo estabelecido pela resolução e concluir essas negociações. O tempo se esgotou no dia 31 de janeiro deste ano. Portanto, todas essas comunidades estão agora sujeitas à inscrição de dívida ativa da União para que a garantia, que é o imóvel, ressarça o recurso do Fundo de Terras.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Dr. Adhemar, mais um minuto para concluir.

O SR. ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA – Eu vou concluir em um minuto.

Nós estamos em contato com o Banco do Brasil, estamos apurando o conjunto de casos que se caracterizam como um esforço frustrado e para que, conjuntamente com o Banco do Brasil, com o Conselho Monetário Nacional, e não havendo possibilidade de nesses ambientes resolver a situação, vamos recorrer, Senador José Medeiros, ao apoio do Parlamento para que nos permita como uma medida legal acolher o esforço desses agricultores e agricultoras sem, de forma alguma, abrir mão da garantir aquilo que é o objeto da política pública, que é beneficiar a agricultores e agricultoras.

Então, esse esforço vem todo acompanhado sempre da difícil missão de fazer a separação daqueles que se apropriaram indevidamente de áreas para outras atividades que não a produção de alimentos. E isso torna mais ainda mais complexo esse processo.

Portanto, vamos apresentar uma manifestação pontual relativa a esse assentamento. Nosso Delegado de Mato Grosso, Nelson Borges, já trabalho na nossa área junto aos assentamentos do Banco da Terra, é conhecedor das realidades, vai nos apoiar, vai fazer contato com as lideranças que nós vamos buscar junto ao seu gabinete, para dar esse tratamento individualizado, mas, ao mesmo tempo, nós vamos buscar, caso seja necessário, o apoio deste Parlamento, desta Casa, para poder aprovar qualquer medida legal necessária para garantir o sucesso, do esforço, do empenho dessas famílias para regularizar essa situação.

E, finalmente, Senador, agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui participando com vocês no Senado, nesta Comissão. E quero nos colocar à disposição, inclusive para retomar e para aprofundar esse

tema de governança fundiária, Senador José Medeiros, que eu acho que foi um recorte que não tivemos muito a possibilidade, porque o tema é bastante amplo, mas que acho que seriam bastante enriquecedoras as contribuições que a gente poderia trazer para esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Rapidamente, vou passar a palavra para o Dr. Pedro Celso Antonieto, que dispõe de dez minutos. Vamos dar uma tolerância, que também foi dada a todos, mas pedimos que seja dentro da possibilidade...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar a notícia que recebi agora e também transmitir as minhas condolências às duas famílias, pelo passamento do pai do Paulo Jorge, um jornalista da nossa cidade, muito conhecido, da Rádio Clube. Ele faleceu aos 78 anos ontem, o Sr. Jorge Mangueira de Souza.

Também faleceu, agora pela manhã, a mãe do Dr. Rogério Salles, que foi Governador de Mato Grosso, Vice-Prefeito da nossa cidade, e inclusive candidato a Senador nessa eleição. Disputas à parte, eu tenho muito respeito pela sua família. A Srª Ema faleceu aos 88 anos. Ela é a mãe de sete filhos de uma família tradicional, os primeiros a levar o plantio de soja para região sul de Mato Grosso. Portanto, em nome de toda a família, eu quero aqui transmitir as nossas condolências e registrar o papel que a Dona Ema e o seu esposo, como chefe de família, tiveram no incentivo da produção agrícola da região. Todos os seus filhos são bastante dedicados, a exemplo do Luiz Sales, que é uma liderança classista do cooperativismo naquela região. Então, é uma família de destaque, e eu gostaria de fazer esse registro. Tenho certeza de que V. Exª, que os conhece muito bem, está na mesma linha que aqui estamos colocando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Obrigado, Senador Wellington, pelo registro, e nossos sentimentos também à família do Paulo Jorge e do Governador José Rogério Salles.

Com a palavra, o Dr. Pedro.

O SR. PEDRO CELSO ANTONIETO – Eu muito pouco teria mais a acrescentar, porque o diagnóstico feito pelos Srs. Senadores foi bastante preciso, quando nós tratamos do vazio de assistência técnica em extensão rural neste País. Nós sabemos o que aconteceu nos anos 90 e o que causou esse tipo de coisa. Não há necessidade de se fazer comentário a respeito.

Na nossa Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – através do nosso Secretário Caio Rocha e também da nossa Ministra –, nós trabalhamos dentro do Ministério, como a única Secretaria que trabalha com prospecção, fomento e desenvolvimento. Uma das coisas que ali dentro é proibido é o divisionismo: nós não podemos trabalhar dividindo e sim somando, sempre. Nós temos que ser agregadores sempre. Para quem trabalha com cooperativismo e associativismo, não podemos trabalhar com divisão, olhando divisão nenhuma, nem estabelecendo qualquer parâmetro que seja divisionista.

Por isso, nós queremos dizer que trabalhamos, inclusive agora, junto com o MDA, ajudando-os a desenvolver, junto com a FAO, programas do cooperativismo para a economia solidária. Trabalhamos também com o pessoal do Ministério da Pesca, atendendo cooperativistas, associativistas e pesqueiros do Brasil todo, capacitando-os, treinando-os, e organizando cooperativas de demanda voluntária, como também, principalmente, organizando e capacitando o pessoal que trabalha nas administrações das cooperativas.

Esse tipo de coisa faz com que o diagnóstico feito pelos Senadores seja bastante preciso: nesse *gap* existente entre o familiar e o grande, fica bastante claro que o pequeno e o médio estão soltos, sem nenhuma assistência, sem nenhuma orientação. Nesse tipo de coisa é que nós estamos querendo entrar, por determinação, e vamos fazer esse trabalho, para que possamos uma grande área do Brasil que está sendo subutilizada na produção.

O Senador Wellington sabe muito bem. Quando ele era ainda Deputado Federal, nós trabalhamos no Mato Grosso, no Banco Mundial, e nós tínhamos um programa lá, em que ao invés de o agricultor vir nos procurar, nós procurávamos o agricultor. Fizemos isso inclusive dentro do Prodeagro, o senhor lembra bem. Na saúde indígena, nós mudamos os parâmetros todos para esse tipo de coisa. Ao invés de levarmos o médico à aldeia – quem desse sorte de estar doente naquela época era atendido, se não... –, nós começamos a levar o pessoal, índios e índias, para a cidade, capacitá-los e depois devolvê-los a suas aldeias. Pelo menos o atendimento básico teriam. É o que nós estamos fazendo também com os agricultores, para quando a gente faz a capacitação, não trazer de volta a informação, para que fique capacitada gente da terra, gente que trabalha com ela e que é fixada na região.

Esse tipo de atividade que estamos fazendo nós não estamos discriminando. Estamos abertos sempre, principalmente, a trabalhar com cooperação técnica de todo e qualquer Ministério a qualquer instante. É até proibido falar em divisão em pequeno, grande, médio e familiar. Todo agricultor é um produtor com potencialidade cada dia maior, cada vez que ele se associa, está junto e se cooperativa. Então, essa é a nossa meta: fazer com que, cada dia mais, eles estejam juntos, para que não haja atravessadores, para que nós eliminemos essas intermediações e ele possa fazer toda a atividade dele, de ponta a ponta. E mais: crescer. Nós temos cooperativas – não vamos citar nomes aqui – que hoje são das maiores empresas, principalmente agropecuárias, de abate de aves e outros animais, que estão no mercado e são formadas por pequenos produtores. Com isso, eles se fortalecem muito e ganham muito.

É o que eu tenho a dizer para os senhores.

Coloco à disposição o Ministério. É uma satisfação estar aqui.

Cumprimento os senhores pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Finalizando, então, o Sr. Zenildo fará uso da palavra.

A minha pergunta em relação a V. Sª eu deixei para ler agora, mas aqui, na verdade, a gente faz um pouco uma análise sobre o capítulo denominado "Sustentabilidade, sustentação da produção de alimentos e o papel do Brasil no contexto global". Aí, claro, há preocupação principalmente com a formação. Eu acredito que essa é uma preocupação que a Contag tem, e aqui a pergunta: quantos trabalhadores rurais, não proprietários ou posseiros, quantos são no meio rural hoje?

Quais os papéis e os desafios do Senar, da Anater, do Sebrae e de outras entidades que atuam no meio rural na capacitação de trabalhadores rurais, para que esses atendam à crescente demanda por mão de obra capacitada e especializada, e tenham a sua renda elevada?

Qual a demanda por alfabetização e conclusão do ensino fundamental dos trabalhadores rurais, e que importância têm os investimentos de Municípios e Estados nessa educação formal para elevação da renda dos trabalhadores e a sua fixação no campo?

Eu percebo que essa é sempre uma preocupação da Contag, porque, se você eleva a capacidade educacional, as pessoas terão muito mais acesso aos programas de assistência técnica, com crítica inclusive do que é certo e do que está errado.

Então, eu gostaria que V. Sª fizesse – em pouco tempo, pois infelizmente estamos aqui no avançado da hora – uma explicação das angústias que a Contag tem, ou se efetivamente a Contag sente que esses programas como o Senar, que está apoiando, estão sendo bem aplicados.

O SR. ZENILDO PEREIRA XAVIER – Primeiramente, respeitosamente ao nosso Senador autor, o Senador Medeiros, e também a Senadora que saiu, eu não acho que o tema, a exposição que eu coloquei, não dialoga com o que foi pretendido aqui hoje.

Acho muito oportuno e importante este espaço. Imaginem se nós tivéssemos a mesma ideia, o mesmo pensamento! No Brasil democrático, temos que divergir, porque isso faz parte da democracia brasileira. Acho que é isso que ajuda a avançar.

De outro lado, Senador, fico feliz, porque o senhor tem provocado algumas ações que eu também reafirmo e com as quais concordo, como fez na sua explanação, e demonstra uma preocupação – é notável isso – com relação à questão da assistência técnica.

Sabemos que, em inúmeros casos, muitos agricultores realmente são iludidos por não terem uma assistência técnica diferenciada. Eu queria dizer aqui que a assistência técnica, hoje, está sendo privatizada, e não mais pública, o que é dever do Estado. Por isso, cria-se essa deficiência com a inadimplência, principalmente dos assentados da reforma agrária.

Quando não há assistência técnica – falo como técnico que sou –, com certeza não há uma qualidade de fato, até mesmo na questão do pagamento daquela dívida contraída pelo Pronaf, embora seja um crédito subsidiado com juros baixos. Mas isso leva à inadimplência dos nossos agricultores. Portanto, é culpa também do Estado brasileiro, por omitir-se, por não ter condições.

Para provocar aqui – acho que está muito gostoso este debate –, é preciso, de fato, garantir o recurso da assistência técnica. Por exemplo, nós temos aqui o seguinte dado: "Com recursos de menos de R$300 milhões, realmente fica difícil a Anater se consolidar." Eu não acredito nisso, porque como nós queremos chegar a esses resultados com proposições para que o agricultor permaneça no campo, se não há assistência técnica gratuita de fato e de qualidade? O que há no campo brasileiro, hoje, são grandes empresas que estão se aproveitando do recurso dos agricultores, iludindo e não compreendendo a cultura, a logística daquele Município, daquele lugar. Ou seja, estão levando uma cultura, um projeto que não condiz com a realidade daquele agricultor. E nós temos inúmeros fatos tão bem relatados pelo senhor.

Eu também gostaria – haja vista a informação que tenho, mas talvez eu possa estar equivocado – de abordar a questão do cooperativismo, tão bem falado aqui pelo nosso Dr. Pedro. Nós sabemos da importância que isso tem. Agora, a informação que tenho, por exemplo, é de que a reforma da lei do cooperativismo está aqui, no Senado, e nós precisamos da aprovação dessa lei. Então, para avançarmos no campo brasileiro, naquilo que defendemos, acho que os senhores também têm um papel... Fazemos um pedido a V. Exª, aos Srs. Senadores, porque é importante a lei, por exemplo, da criação da Unicopas e também a manutenção da OCB. Para nós, é importante avançar nesse contexto, já que estamos falando de políticas públicas que, de fato, garantam isso ao agricultor.

O Estado exerce o seu papel, e o Senado brasileiro também precisa fazê-lo, porque isso é importante para alavancarmos e avançarmos na questão do cooperativismo, porque é nessa área que também que se discute a produção. E foi muito importante a aprovação do Suasa – não tenho dúvida disso. Acho que o Governo brasileiro está de parabéns, tanto o MDA, conduzido pelo Ministro Patrus Ananias, quanto o MAPA, conduzido Senadora Kátia Abreu. Acho que isso vai dar um salto de qualidade na produção da agricultura familiar.

Agora, o que me deixa inquieto, e acho que não fui bem interpretado, e quando reafirmei aqui a questão de dois modelos. Quero aqui reafirmar, senhores e senhoras aqui presentes e nossos telespectadores, que não estamos falando que somos contra o agronegócio. Nós estamos falando da concepção, da forma como o agronegócio tem sido colocado.

Eu queria me reportar, e é uma pena que o Senador Caiado não esteja aqui, porque eu gostaria de falar diretamente para ele, mas eu acho que o Senador está equivocado; acho que ele não conhece a realidade brasileira e os assentamentos da reforma agrária. Ele está falando de uma visão que, para mim, é reproduzida pelo sistema do agronegócio, sobretudo pela Bancada Ruralista. Para mim, esse é um discurso meramente reproduzido pela Bancada Ruralista – não tenho dúvida disso. Agora, eu gostaria que o Senador fosse conhecer os assentamentos. Como sou filho da reforma agrária, posso reafirmar: temos assentamentos, hoje, que têm uma produtividade muito além de muitas propriedades que não cumprem, de fato, o seu papel da função social.

Eu queria – acho que é um desafio, Senador – parabenizar, talvez seja o momento, o Ministro Patrus Ananias, que tem colocado, de forma muito concludente, a possibilidade de discutirmos a questão da função social da terra. Desde 1964, não se discute isso. Talvez fosse inovador discutir realmente o assunto, porque, pelo que o Senador coloca, a questão do desmatamento, a desgraça, sobretudo, está na reforma agrária. Eu quero reafirmar que nós temos problemas, sim, na reforma agrária, sobretudo a omissão do Governo brasileiro, não só deste nosso Governo que elegemos, mas dos últimos governos brasileiros também, que não fizeram o papel de casa.

Agora, eu queria que o Senador também discutisse aqui as grandes propriedades que, prova disso, são responsáveis pelo trabalho escravo brasileiro. Nós temos inúmeros casos relatados de famílias que estão em condições subumanas e são escravizadas. E isso não tem sido discutido aqui, nesta Casa de Leis. Como também não trazem para discutir o verdadeiro papel das grandes propriedades que são terras públicas federais, que são da União. É isso que nós precisamos discutir.

Então, por que não trazem para a Câmara também, já que nós estamos provocando ações para fixar o homem no campo? Eu acho que é necessário, Senador, que discutamos a verdadeira função social e não criminalizemos a reforma agrária, como se ela fosse a responsável pela desgraça e como se ela não produzisse. Temos fatos, sim. Inclusive, eu quero aqui dialogar com o Senador Wellington, quando ele relata que há muitas famílias que realmente estão lá fazendo da reforma agrária o seu condomínio. Agora, isso não é problema nosso. Acho que é problema do Estado. O Estado brasileiro, na verdade, não reconhece o seu Território brasileiro e não tem gestão. E por onde passam as leis? Elas passam pela Câmara, pelo Senado, pelas prefeituras. Basta entender, senhores e senhoras, hoje a composição que está no Congresso Nacional, que está no Senado.

A reforma agrária, sem dúvida nenhuma, é uma questão ideológica e tem que ser ideológica. Agora, o que acontece é que, às vezes, o modelo que é aqui dialogado apenas pertence a um grupo. Não estou querendo dizer que o agronegócio não é importante. Já foi falada da sua importância. Agora, nós queremos discutir a questão de produtos pela sustentação do seu povo.

Eu estive na França, a exemplo disso. É claro que se explica a história da guerra que houve naquele país. O governo se preocupou em garantir a produção de alimentos para a sua população. Há todo um contexto. Agora aqui, no Brasil, acho que precisa se discutir a questão da estrangeirização da terra. Quantas empresas hoje têm grandes porções de áreas, milhões de hectares e não se discute o seu papel.

E aí o povo brasileiro... Está aí, foi bem relatado: 120 mil famílias acampadas. E o que acontece hoje? Uma falta da missão do governo ao não corrigir essa regularização. Eu acho que é preciso, sim, dar legitimidade àquele cara que precisa ter a posse da terra, ter a sua escritura. Até mesmo ter a sua titularização é você garantir a legitimidade daquela família. Nós não estamos falando desse agricultor.

Nós estamos falando das grandes áreas do Brasil hoje que estão na mão de grandes empresas que não são brasileiras. Nós estamos falando de grandes áreas que estão na mão de grandes fazendeiros que não cumprem a sua função social, fazendas que estão colocadas para a questão do plantio de maconha, e é preciso discutir isso para a reforma agrária.

Agora, infelizmente, eu quero aqui reafirmar e dizer aos senhores e às senhoras que a legislação brasileira, principalmente o Judiciário brasileiro... E sabemos quando a balança, o peso... Costumamos dizer que há um peso e uma só medida, mas geralmente a corda – eu ouvia meu pai falar isso e ele sempre fala – só estoura do lado mais fraco. E aí o Deputado Caiado diz o seguinte: "Ah, mas é porque a reforma agrária não produz". Agora em que dia já veio aqui discutir, por exemplo, os trabalhos escravos que estão colocados nessas fazendas, os trabalhadores que são mortos pela reforma agrária, pelo direito da terra, como aconteceu no Estado do Mato Grosso, Senador? É lamentável. Morreu um casal dos trabalhadores lá, lideranças que foram mortas, assassinadas covardemente, e até agora não se tem uma resposta para realmente cumprir.

Eu sei que é um papel da justiça brasileira, mas sabemos que isso não vem para discussão. Como aconteceu, em Belo Monte, no Pará, um carro passou por cima de dois trabalhadores. Isso não tem sido discutido. Que Brasil é esse em que só discutimos a questão de um lado e não se discute do outro?

(Soa a campainha.)

O SR. ZENILDO PEREIRA XAVIER – Então, eu acho que é importante, quando os movimentos sociais vêm para pautar... E concordo que, nos assentamentos, daquelas famílias que não cumprem a sua função, realmente o Estado precisa tomar. E aí cabe ao Incra fazer isso. Não cabe a nós. Acho que está correto. Está correto. Agora precisamos também discutir o outro lado da moeda. Eu falo como filho de assentados que sou. Sou formado em técnico agrícola, trabalho na assistência técnica, tenho viajado esse Brasil como um todo e posso reafirmar que temos problemas, sim, nos assentamentos.

Por outro lado, pela política, às vezes, chega aos Estados, chega ao Incra, e aquele servidor não faz a execução do recurso como deveria ser feito, como também há muitos governadores e prefeitos que não dialogam pela agricultura familiar, que não têm uma visão da importância da agricultura familiar, da condição de alimentos saudáveis. Esses recursos acabam sendo desviados e não há uma auditoria que fiscalize isso de fato.

Então, companheiros e companheiras, me permitam dizer assim, Senadores presentes aqui, o problema não é só do lado da reforma agrária, dos pequenos agricultores, que, pelo menos, são vítimas desse processo, é omissão por parte do Estado. É omissão por parte dos órgãos públicos, que não fazem a fiscalização de fato, como tão bem colocado aqui pelo Senador.

Acho que, a partir do momento em que o Estado brasileiro começar a ter controle do Território brasileiro e pensar no povo como soberania da democratização da terra, estaremos caminhando para uma sociedade mais justa e solidária.

O que vejo, hoje, é criminalizar a reforma agrária, como se fosse um monte de vagabundos que produzem. Eu gostaria de dizer que cada assentamento desses – eu sou filho de assentado – se tivesse um assentamento, hoje, com o apoio de fato do Estado, sobretudo dos órgãos, das instâncias, tanto do Judiciário quanto das camadas federais e municipais, o Brasil seria outro. Cada família que está assentada é menos uma família que está nos bolsões da favela, na prostituição, porque ela esta produzindo alimento. Temos problemas? Sim, mas temos a grande diferença de que os assentamentos hoje, a realidade da reforma agrária, ainda é o caminho para garantir a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis para essa família.

Uma coisa que queria explicar, que não se discute, é a inflação hoje. É importante que a sociedade brasileira compreenda o papel da reforma agrária. Por que o feijão tem feito crescer a inflação? Porque as áreas que produziam o feijão, a mandioca, o trigo, estão se perdendo, estão diminuindo. Por outro lado, o agronegócio, as grandes áreas, as grandes fazendas, estão se tornando hoje produção de *commodities*, que têm sua importância, como a cana, o eucalipto, a soja. Mas, a soja, vale aqui dizer, meramente serve para a produção de ração, de exportação para outros países de animais, como a criação de cavalos. E a produção de alimentos, como o feijão? Estamos importando o feijão preto, uma vergonha para um país como o Brasil, que tem terra, que tem tecnologia de fato, que tem condições de produzir. Cada vez mais o povo brasileiro está pagando caro pela inflação dos alimentos da cesta básica, o feijão, o arroz, o trigo. Isso se deve ao fato de estarem diminuindo cada vez mais as áreas que poderiam, Senador, produzir alimentos para garantir a soberania do nosso povo. Quando falo no povo brasileiro não é somente o povo do campo, o alimento que chega à mesa dos senhores e das senhoras vem da agricultura familiar. Eu faço um desafio. O agronegócio produz *commodities,* cana, soja, mas não produz a melancia, não produz o feijão, não produz o arroz. É por isso que é fácil dizer que a inflação está aí e é culpa do Governo. O Governo tem sua parcela de culpa, mas será que estamos fazendo o nosso dever de casa?

Então, acho que é uma reflexão que o Brasil, o Senado Federal, a Câmara Federal, deveriam fazer sobre o verdadeiro papel da reforma agrária, o verdadeiro papel da valorização do homem do campo, porque acho que é inovador. V. Exª tem trazido esse tema, mas é importante a gente discutir. Dentro desse contexto, tem muitas coisas que são do viés ideológico, e também técnico, e por omissão do Governo. Então, se cada um fizer a sua parte, com certeza, a gente vai chegar num Brasil mais fraterno, mais solidário.

Obrigado.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Medeiros, eu gostaria de registrar também a presença do nosso Deputado Ezequiel, do Mato Grosso, nosso Coordenador. É um prazer tê-lo nesta audiência pública.

Com a palavra o Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Agradeço a presença também do nosso Coordenador da Bancada, Deputado Ezequiel. Por favor, nós o convidamos para fazer parte, mesmo já estando no final da nossa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Eu não posso convidá-lo para ser o Presidente da Comissão, mas, quem sabe, daqui a quatro anos, ele poderá estar aqui.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Exato.

Sr. Presidente, eu creio que esta audiência cumpriu o seu papel de iniciar essa discussão. Parabéns aos palestrantes pelos temas aqui tratados. Eu vejo que é o início de uma discussão.

O diagnóstico foi feito, creio que impossível seria fazer melhor, porque os problemas foram levantados e, quando isso acontece, a vantagem é que a solução, com certeza, está a caminho. Agora, o desafio aqui é que a solução possa vir mais rápido, porque ouvi o Senador Wellington, que está nesta Casa já há quase 30 anos no Legislativo brasileiro, que acompanha problemas que se arrastam há 20, 30 anos. Eu vejo que a agricultura, essa pequena agricultura, tem um desafio, tem adversários, mas eu não vejo, Zenildo, que o desafio e a grande luta a ser travada seja contra o agronegócio. Eu insisto em dizer que esse debate não ajuda, porque o agronegócio, pelo Estado ou apesar do Estado, ele vai estar aí e vai existir, porque ele subsiste em si só; ele é viável economicamente.

O nosso desafio, a nossa luta a ser travada é que a agricultura familiar possa ter sucesso tal qual esse grande tem.

Quanto a questões de criminalidade de ambas as partes, eu creio que não cabe criminalizar nem o pequeno e nem cabe criminalizar o grande. A lei que está aí, o ordenamento jurídico, ela que cuide, e que o Estado tome conta dos excessos que cada um cometer. Mas o nosso desafio aqui, a luta a ser travada é, com certeza, eu creio, melhorar as condições daquele homem que está lá no Mato Grosso, que está lá no Nordeste, que está lá no Amazonas. E, aí, a grande preocupação nossa deve ser a educação, sim, dele; a infraestrutura; a estrada; a regularização fundiária. O Senador Wellington citou aqui: existe muita gente querendo e está louco para isso regularizar, e aquela coisa toda travada. Eu creio que caminhamos e começamos.

Aqui louvo a iniciativa do Senador Wellington em insistir nesse quesito em relação aos órgãos estatais, porque, Dr. Adhemar, eu vejo que existem pessoas lá que, se pudessem, devolviam a terra para se livrar da dívida; eles estão assim: "Olha, eu preciso ter meu CPF limpo novamente." E são inúmeros. Eu fiz um requerimento aqui na Comissão de Agricultura, Senador Wellington, pedindo, justamente, para a gente fazer um levantamento desse endividamento, porque esse é um problema para o homem do campo. Então, são inúmeros os problemas.

Eu vejo que existem inúmeros programas, e eu louvo a capacidade deste Governo e de outros também. Parece que o marqueteiro vem na frente: os nomes dos programas são lindos, bacanas e anunciados em pompa e circunstância; mas, depois, com o passar do tempo, vem aquela frustração, aquele gosto de "cachimbo velho na boca", porque o homem no campo ouve essa coisa toda e fala: "Olha, agora vão vir R$20 bilhões, R$30 bilhões." Mas, efetivamente, não acontece. A coisa acaba não chegando. Agora mesmo foi anunciado o Plano Safra, e algumas pessoas já me abordaram, até o pessoal do agronegócio, falando: "Olha, cadê o dinheiro?" Eu falei: "Olha, calma. O dinheiro, parece que sai; em meados de julho vai chegar."

Então, o campo tem pressa de que esses problemas sejam resolvidos. E nós demos um pontapé muito interessante nessa discussão hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Esta Presidência gostaria de, aqui, mais uma vez, registrar que esta audiência pública foi proposta pelo Senador Medeiros. Então, a Presidência agradece ao Senador Medeiros em nome de toda a Comissão.

E, aqui, queremos agradecer ao César, representando o Incra; ao Adhemar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Inclusive, eu não percebi bem se V. Sª disse, mas no lançamento do Programa, a Presidente incumbiu o Ministro Patrus para que ele, em 30 dias, desse uma resposta em relação ao crédito fundiário.

O SR. ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Então, vocês estão estudando – não é? – uma nova modelagem para que o crédito fundiário possa também ser mais um instrumento. Até porque, culturalmente, a gente percebe lá, Dr. Adhemar, que a clientela do crédito fundiário é um pouco diferenciada. Então, são aqueles que, às vezes, culturalmente, entendem que não devem ficar lá nos movimentos, são aqueles que entendem que não devem ficar na fila de espera, nem nos acampamentos; enfim, a maioria é ex-proprietário rural que acabou tendo que vender a sua propriedade por essa ou por aquela circunstância e que foi para a cidade achando que seria a melhor forma de educar os filhos; aí ele se frustra e gostaria de voltar à terra. Então, acho que é uma clientela, que é um modelo que a gente não pode abandonar também: o crédito fundiário.

Quero, aqui, agradecer também ao Dr. Pedro Celso, representando o nosso MAPA. A Ministra, também, tem feito um bom trabalho, tem sido muito dinâmica, e tem dado respostas, pelo menos quando esta Comissão aqui cobrou, a Ministra Kátia Abreu tem sido bastante ágil na tomada de decisão. Eu penso que isso, também, é muito importante.

Eu estou hoje como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento, e penso que o Ministério da Agricultura, também, tem um papel fundamental, porque, quando o Ministério pensa, pelo menos conjuntamente com o Ministério do Transporte essa questão da logística, é melhorar a competitividade, principalmente do nosso produtor rural. Porque, hoje, infelizmente, nós temos um transporte calcado ainda muito no rodoviário.

Então, a gente precisa buscar as alternativas do investimento nas ferrovias, nas nossas hidrovias, enfim na logística. E no armazenamento também, que é outro aspecto importante e que, hoje, a maioria da nossa produção ou está a céu aberto ou em cima dos caminhões. Por isso o papel importante também da Ministra da Agricultura.

E ao Zenildo, representando a Contag – acho que ele colocou as suas posições.

E a função do Parlamento é esta mesmo: é o contraditório. Acredito que seria bom que os Senadores estivessem aqui, Zenildo, mas, também, infelizmente, hoje nós temos eventos grandes no Brasil, principalmente o São João, e também, ainda neste momento, algumas outras atividades na Casa. Mas eu tenho certeza que o Senador Caiado, competente que é, tem uma boa assessoria, o que você falou aqui não vai ficar talvez sem resposta ou pelo menos sem o conhecimento dele. E a Comissão também, claro: isso aqui é distribuído para todos os Parlamentares.

Então, não só V. Sª teve a oportunidade aqui de falar publicamente, de questionar, de colocar os posicionamentos da Contag, mas esta Presidência entende, como o Senador Medeiros, que o produtor – o maior, o médio, o grande –, cumpre o seu papel, porque a balança comercial é hoje positiva nessa área. Então, tem sido uma das áreas que tem ajudado muito o Brasil, principalmente Estados como o Mato Grosso, em que temos terras extensas, eu penso que nós não poderíamos ter nenhum problema de conflito agrário desde que cada um fizesse a sua parte, principalmente se o Governo não fosse omisso. E, aí, eu acho que a omissão que existe acaba gerando os conflitos não desejáveis.

No entanto, eu penso, como homem do campo, que, realmente, um Estado como o Estado do Mato Grosso não poderia ter uma situação de ser o maior produtor, praticamente, de todas as *commodities* agrícolas, de toda a produção agrícola, e ser um importador de hortifrutigranjeiro. Assim como, também, o Brasil importar feijão, arroz – que já importamos. Aliás, somos dependentes até hoje, ainda, da importação trigo. E eu já tive oportunidade de falar aqui sobre como um país consegue, às vezes, de forma inteligente, mudar até o hábito alimentar de uma nação – o que aconteceu com o Brasil na década de 50. O nosso hábito alimentar era o milho, era a broa de milho, enfim. E, aí, os Estados Unidos mandaram para cá o trigo, as fábricas de macarrão, porque eles precisavam exportar, e até hoje o brasileiro é dependente da importação de trigo. E abandonamos, praticamente, a nossa comida original que era através principalmente do milho.

Eu penso que, também, todo o setor, principalmente o pequeno, tem que ser o grande parceiro das empresas de pesquisa; e as empresas de pesquisa, também. Principalmente a Embrapa, porque o nosso banco genético, muita coisa, está se perdendo. Então, eu acho que, as nossas tradições, é fundamental que o Brasil as preserve.

A gente falou aqui de alimento transgênico e se o mundo tem necessidade do alimento transgênico, mas, se a gente, também, não conservar o nosso banco genético, isso pode ser muito pernicioso para o País, principalmente para as nossas futuras gerações. E, aí, o pequeno produtor tem um papel fundamental, acredito.

Eu sou o Presidente também da Comissão Senado do Futuro, e esse é um dos temas que a gente vai ter que discutir, porque o futuro do País depende também de uma agricultura tradicional, principalmente pela qualidade do produto. E, aqui, falou-se em como é que se vai separar a cultura orgânica, os territórios, definir os territórios onde a gente pode ter uma produção orgânica saudável, com um preço melhor, mais valorizada, com uma mão de obra também mais valorizada. Isso é importante para o País, e nós precisamos definir isso. Nós não podemos deixar essa coisa de a larga escala tomar conta de tudo e, aí, a gente, daqui a pouco, ser um País em que, se você quiser comer uma comida orgânica, não há, ou não sabe a origem do produto.

O SR. ZENILDO PEREIRA XAVIER – Senador, permita-me, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Pois não.

O SR. ZENILDO PEREIRA XAVIER – Eu quero, aqui, enaltecer, dizendo o seguinte: parabenizar o Senador José Medeiros, mas também a V. Exª.

Eu acho que é importante nesta Casa esta Comissão, que traz um tema que eu sei que é polêmico, porque, se não fosse polêmico, com certeza a gente tem diversos argumentos e questões ideológicas e a gente vai ter a nossa posição quanto ao movimento e vocês, como chefes de Estado, enfim... Mas eu acho que esse é o momento de a sociedade brasileira ter oportunidade para que a gente possa discutir. Realmente, o Brasil precisa discutir ações como essa. Acho que ganha, aqui, o Senado, sobretudo quando traz esse tema, para que a gente possa avançar. Eu acho que através das grandes intervenções, das divergências, é que a gente consegue construir um Brasil melhor. E é claro, é óbvio, que a gente não vai sair daqui, talvez, concordando com os mesmos argumentos – nós vivemos num país democrático –, mas nós temos nossa posição, nós respeitamos também.

Agora, só quero dizer o seguinte, como eu já frisei: a gente sabe da importância do agronegócio, que tem a sua importância. Agora, o que nós estamos dizendo aqui é a questão das concepções que estão sendo colocadas e que isso traz prejuízo, também, sobretudo, para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Eu acho que é importante registrar, aqui, que até culturalmente a gente tem um certo antagonismo, porque quando a gente fala em agronegócio sempre vem o pensamento do médio e grande, mas o agronegócio é a complexidade da cadeia, ou seja, desde o criador do frango caipira, desde a hortaliça orgânica, desde o leite, enfim, esse é o agronegócio. É a complexidade toda. Mas, no Brasil, infelizmente, está se batizando o agronegócio como se fosse só o grande. A gente tem que respeitar o grande e, por isso, no nosso Estado, principalmente em Mato Grosso, eu tenho cobrado dos Governos do Estado, desde o Governo Blairo, o Governo Silval, e, agora, o Governo Pedro. Penso que, realmente, essa área do pequeno está muito abandonada. A nossa Emater, a nossa Empaer, que tinha, lá, uma estrutura muito grande – e aqui eu quero fazer referência à memória do Senador Jonas Pinheiro, que sempre foi um extensionista e sempre apoiou o grande, mas apoiava também o pequeno. Então, nós precisamos não só ter harmonia, mas também temos que ter a garantia da produção do pequeno, do médio e do grande vivendo de forma harmônica.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Quando a gente vai ao supermercado, na verdade, aquela parte do agronegócio que aparece no supermercado não é nem do grande. Ela vem da pequena agricultura. A maioria do que a gente compra no mercado, na verdade, vem da pequena agricultura. Então, ela faz parte, sim, dessa cadeia do agronegócio.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Eu vou encerrar, mas é por isso, Adhemar, que eu vejo o papel do MDA, de ajudar a organizar a cadeia, porque o produtor pequeno realmente passa na mão do atravessador, e, aí, o lucro vai embora, praticamente todo.

Eu já disse, aqui: chegando a uma feira, na minha cidade, um pequeno sitiante, de um assentamento rural, levou, lá, 15 frangos para vender. Eu cheguei, com outras pessoas, para comprar, mas o atravessador já estava lá, o negócio já estava feito, e o produtor de frango, que teve, lá, todo o trabalho para produzir, vendeu o seu frango, e o atravessador, simplesmente, em questão de cinco, dez minutos, conseguiu ganhar 50% do valor. Ou seja, o produtor vendeu por 20 e o atravessador por 30. Ou seja, quem ganhou dinheiro nessa história? Mas por quê? Porque o pequeno não tem, às vezes, a facilidade para comercializar.

Na minha cidade, Rondonópolis, criaram, inclusive, uma feira, que foi financiada pelo MDA, a grande feira do final de semana, mas que, na verdade, são só atravessadores. Agora se criou uma data, na quarta-feira, que é só da agricultura familiar. E está sendo um sucesso.

Então, eu penso que o Ministério da Agricultura e, principalmente, o MDA têm que exigir, nos seus programas, a obrigação de que o Município que receber o recurso tenha os dias, enfim, tenha a forma de organizar e de estimular para que o pequeno saiba produzir e saiba, principalmente, comercializar o seu produto. Aí, as cooperativas – enfim, tudo são mecanismos –, mas principalmente os centros que são construídos, as feiras livres e outras construções importantes teriam, também, uma forma de organizar e de orientar o pequeno produtor.

Nada mais havendo a tratar, eu quero, aqui, mais uma vez agradecer a todos os expositores em nome dos Ministérios; ao Senador Medeiros, por haver proposto essa audiência pública, com um tema relevante; agradecer a presença do Deputado Ezequiel aqui.

Mato Grosso é muito grande, as nossas angústias são muito grandes, por isso fizemos questão de estar aqui nesta quinta-feira, mesmo com a Casa praticamente vazia, dada a importância que representa esse tema.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 2 DE JULHO DE 2015.

Às oito horas e três minutos do dia dois de julho de dois mil e quinze, no Plenário n° 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueria, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, Blairo Maggi, Lasier Martins, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Lúcia Vânia, José Medeiros e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica o recebimento do Ofício 643, de 2015, subscrito pela Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, Vereadora Jussara Osorio de Almeida, datado de 22 de junho de 2015, que solicita uma reunião no Município de Uruguaiana em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul e com a Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa daquele Estado, para tratar do tema "mercados e perspectivas para o futuro da produção agrícola e pastoril, além de linhas de crédito, também dos encargos tributários sobre insumos agrícolas". Comunica a abertura de prazo para apresentação de emendas à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), o PLN 01, de 2015, do Congresso Nacional, Mensagem n° 98, de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016. Em seguida, o Senador Waldemir Moka propõe que por meio da LDO a Comissão evite que haja o contingenciamento dos recursos destinados à vigilância sanitária. Comunica ainda o encaminhamento de convite ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para, aqui nesta Comissão ou em seu gabinete, tratar dos conflitos envolvendo demarcações de terras indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul. Após as comunicações, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, dá inicio à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento n° 31, de 2014, de autoria do Senador Ruben Figueiró, apresentado como conclusão do Parecer da CRA sobre o aviso n° 63/2013, que encaminha cópia do Acórdão n° 2.303/2013, do Tribunal de Contas da União, proferido nos autos do processo Tribunal de Contas 011.726/2013-0, referente à auditoria operacional para avaliar a efetividade dos procedimentos de controle adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na emissão do Informe de Avaliação Toxicológica, com a participação da Sra. Ana Maria Vekic – Gerente-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (representante de: Ivo Bucaresky, Diretor-Presidente substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA); Sr. Júlio Sérgio de Britto – Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (representante de: Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA); Sr. Márcio Freitas – Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Sr. Reginaldo Minaré – Consultor de Insumos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (representante de: João Martins da Silva Júnior, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA); Sra. Silvia de Toledo Fagnani – Vice-Presidente Executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal – SINDIVEG (representante de: Wellis Pascoal, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal – SINDIVEG). Os Senhores Senadores Blairo Maggi, Waldemir Moka, Donizeti Nogueira e Ana Amélia fazem uso da palavra. Após as considerações finais dos expositores, a Senhora Presidente informa que providenciará, isoladamente, encontro com os Ministros da Saúde, Meio Ambiente, Agricultura, e Desenvolvimento Agrário para tratar dos desafios referentes ao processo de registro de agrotóxicos no Brasil. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Amélia,** Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Ofício 643, de 2015, subscrito pela Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, Vereadora Jussara Osorio de Almeida, datado de 22 de junho de 2015, que passo a ler. O ofício é encaminhado a esta Presidência:

Ao cumprimentá-la cordialmente, servimo-nos do presente para, em atenção ao requerimento do Vereador Ronnie Mello, protocolizado nesta Casa sob o nº 08787/2015, solicitar a V. Exª que determine, em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul e com a Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa daquele Estado, para que, em conjunto, possam realizar uma reunião extraordinária no Município de Uruguaiana.

Justificamos este pedido em razão de que, tendo em vista a atual conjuntura do cenário agrícola em nosso País e sendo o nosso Município em região da fronteira oeste um dos maiores produtores de grãos e tendo na pecuária uma das maiores fontes econômicas, acredito ser de grande valia às referidas Comissões e à Secretaria de Estado.

Como tema para debate nesta reunião, proponho que se trate sobre mercados e perspectivas para o futuro da produção agrícola e pastoril, além de linhas de crédito, também dos encargos tributários sobre insumos agrícolas.

Atenciosamente, Presidente, Vereadora Jussara Osório de Almeida.

Um comunicado à Presidente da Comissão: comunica a abertura de prazo para apresentação de emendas à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), o PLN 01, de 2015, do Congresso Nacional, Mensagem nº 98, de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016, e dá outras providências. Abertura do prazo, dia 2 de julho, hoje, quinta-feira, às 8 horas, e encerramento, dia 7 de julho de 2015, terça-feira, às 18 horas.

Então, feitas essas comunicações, eu queria...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nessa LDO nós sempre temos um problema de contingenciamento, principalmente dos recursos na área de vigilância sanitária. A LDO... Como não se consegue uma lei que vete esse contingenciamento, mas é possível, através da LDO, pelo menos neste ano, ou deste ano para o ano que vem, evitar esse contingenciamento, era preciso uma iniciativa aqui da Comissão junto à Presidente da Comissão ou ao Relator, no sentido de que a gente pudesse propor que não se contingenciasse nem... Porque nós conseguimos aqui...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A questão da defesa sanitária?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS. *Fora do microfone*.) – Embrapa também...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para pesquisa, por exemplo, não é contingenciado, mas, para vigilância sanitária, nós não conseguimos nunca aprovar uma lei que impedisse. Então, às vezes, anualmente, na LDO, se consegue através de...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ... entendimento, ou requerimento, iniciativa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – De iniciativa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria saber, Senador Moka, se V. Exª pode fazer um requerimento, nós subscrevemos coletivamente, para encaminhar à Presidência da Mesa do Senado, para ver qual é regimentalmente o melhor caminho.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu penso que o texto, esta questão, eu acho que não é... Tem até no meu gabinete a Érika, o Marcello conhece bem, que pode fazer o texto. Mas eu acho que o ideal seria a apresentação como um requerimento da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Da Comissão. Certo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho que teria um peso maior, porque se trata de um texto pedindo o não contingenciamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O seu entendimento é que é para todo o orçamento para a agropecuária ou apenas para os setores prioritários, como defesa sanitária, por exemplo, ou financiamento?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – No orçamento, vem recurso exclusivo para a Vigilância Sanitária, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É. É defesa sanitária.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aí, a gente pede para que esses recursos que serão aprovados... Porque a LDO apenas define a diretriz.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ótimo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Depois, quando vier a LOA, que é a Lei Orçamentária Anual, ela vai vir com recursos destinados à Vigilância Sanitária, mas aí, já com um pedido nosso de que, vamos dizer... Na verdade, acaba se contingenciado, porque são os convênios que o Governo Federal faz com os Estados. Aí, como há um contingenciamento aqui, acaba que esses convênios não são feitos nos nossos Estados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Perfeito.

A Comissão encaminhará e agradece muito a colaboração de V. Exª, Senador Moka, porque é o único setor da economia brasileira que, neste momento de crise, está, digamos, conduzindo como locomotiva a economia, com números positivos.

Se o setor não fosse bem, a situação estaria agravada, ainda, do ponto de vista global, porque quando se fala em agricultura, não se fala apenas no produto em si, no produto agrícola, mas se fala numa cadeia produtiva que envolve metalmecânica, máquinas e implementos agrícolas, fala-se em sementes, fala-se em defensivos, fala-se em todo o maquinário que envolve a produção agropecuária, em transporte, em todos os segmentos, fertilizantes. Então, é uma cadeia extremamente dinâmica, que ativa vários setores. A gente costuma dizer que quando o campo vai bem, a cidade também vai bem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós tivemos uma notícia muito boa, através da Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, recentemente, de que a abertura, a compra da carne *in natura* de Estados brasileiros, exportação, com vacinação contra febre aftosa, por exemplo, quer dizer, era um mercado de que a gente estava fora, se não me falha a memória, há 10 anos.

É claro que uma das primeiras coisas, quando as missões vêm aqui para fazer esse tipo de inspeção, é ver se existe exatamente esse controle da chamada vigilância sanitária. A base desse controle são recursos, junto com os Estados.

Na verdade, os Estados sempre gastam duas ou três vezes mais do que o Governo Federal, mas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Isso acontece não só nesse setor, também na saúde, Senador, o senhor é médico e sabe melhor do que eu...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Conheço bem isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ... todo esse drama aí. Como é, também, um Senador municipalista, eu penso que V. Exª está sintonizado com essa realidade.

Eu queria, por fim e não menos importante, lembrar que, por requerimento do Senador Waldemir Moka e dado o recrudescimento dos conflitos envolvendo demarcações de terras indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul, encaminhamos ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, uma solicitação: ou o Ministro vem aqui para falar, por um convite, ou o Ministro recebe no seu gabinete – estou disposta a acompanhá-los – uma comitiva de lideranças que queiram levar o problema.

Quero cumprimentar V. Exª pela iniciativa e dizer que nós vamos tentar por essa via.

Já conversei com a Liderança do Governo, com o assessor parlamentar Leandro, assessor parlamentar do Ministério da Justiça aqui no Senado Federal, ontem à noite, argumentando que isso tem que ser muito breve, e sugeri que fosse entre quarta ou quinta-feira da próxima semana, para permitir que V. Exª possa, então, avisar as pessoas para essa audiência.

Então, é muito importante isso, Senador Moka, e estou empenhada pessoalmente na obtenção desse encontro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero agradecer a V. Exª pela agilidade com que a Comissão fez o contato, pediu. Na quarta-feira, tão logo... Aliás, na segunda-feira, antes de vir para Brasília, a pedido do Deputado Federal Marun, houve uma reunião na Assomasul, que é a Associação dos Prefeitos de Mato Grosso do Sul, com a presença dos produtores principalmente de Amambai, Aral Moreira e Coronel Sapucaia, com as lideranças também, os vereadores e as vereadoras, os prefeitos, mas principalmente os produtores, os proprietários que tiveram essas terras invadidas.

O nível de acirramento que está lá é muito grande. Ainda mais, aproveito para dizer que não sei por que o Deputado Federal do seu Estado, Paulo Pimenta, foi para Mato Grosso do Sul, segundo o pessoal de lá, num helicóptero da Polícia Rodoviária Federal, e acabou descendo na propriedade, conversou com os índios, e não falou com nenhum produtor rural. Essas são umas coisas... Em nome dos chamados direitos humanos.

Ora, Presidente, imagine como é que fica o produtor. Quer dizer, ele tem a sua propriedade invadida, e aí aparece um Parlamentar de outro Estado – eu não sei o que ele representa, se é a Comissão ou não, porque não se identificou – e conversa com os índios. Eles usam o termo "ocupar". Eu acho que esse é o termo errado, pois você ocupa aquilo que não tem dono e que está abandonado. Ocupar uma propriedade em que há gente produzindo, em que há gente que tem documentos, chama-se invasão. Não há outro nome para isso. Eu não aceito este termo: foi ocupado. Foi invadido mesmo.

Se não houver uma reação, uma mediação, o que eu já venho tentando fazer há muito tempo, para que a gente possa realmente corrigir esse tipo de distorção, vai haver enfrentamento lá. E isso é uma coisa que a gente não vai conseguir impedir. Depois vão responsabilizar... E o pior de tudo é que o vilão da história ainda é o proprietário, é o produtor que teve a sua propriedade invadida. É assim que está colocada a questão. Quer dizer, não é possível um negócio desses! A gente tem que reagir contra esse tipo de coisa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Moka, eu imagino que o Deputado tenha requerido o apoio da Polícia Rodoviária através da Mesa da Câmara dos Deputados, pela Comissão de Direitos Humanos. Isso também poderia ser feito pela Comissão de Agricultura do Senado Federal no mesmo encaminhamento, pedindo as mesmas coisas ou outras iniciativas para fazer o mesmo contato, seja com os produtores, seja com os indígenas.

Então, eu não estou justificando a ação do Deputado Paulo Pimenta, mas eu penso que ele se valeu exatamente da competência que tinha pela Comissão de Direitos Humanos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas não avisou ninguém, não fez contato com ninguém e, o pior, eu acho que teria que ouvir os dois lados, o que não fez. Agora, vai lá, desce lá de avião... Eu estou falando porque isso foi público. O cara deu uma declaração lá, o proprietário. Ele conversou com os índios que invadiram a propriedade. E o cidadão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não há o contraditório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... o produtor rural que teve a sua propriedade invadida não teve...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não há o contraditório e, numa democracia, a gente precisa ter exatamente o senso de respeitar isso.

Eu queria, então, dizer que nós já fizemos o encaminhamento. O Senador Moka já falou.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia, Presidente, bom dia, Senador Moka, Senador Acir.

Com relação a essa discussão que se trava sobre as questões indígenas – eu não sei se o Senador Moka fez referência a isso –, ontem, o Presidente Renan pautou a PEC 71, de 2011, que versa sobre a questão da...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Da indenização.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ... da indenização, do pagamento em dinheiro pelas terras que serão declaradas ou que são declaradas terras...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Para fins de demarcação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ...indígenas. Exatamente. Então, a partir de ontem, teremos seis reuniões e depois poderemos levar a matéria para o Plenário para ser votada. Acho que isso é uma grande conquista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É o único caminho para pacificar...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – É o caminho porque...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ... uma área em conflito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ... se for declarada terra indígena uma propriedade de alguém, o cidadão receberá em dinheiro a parte equivalente às terras e também o equivalente às suas benfeitorias. Feito isso, o cidadão poderá comprar uma área em outro lugar e vai produzir. Então, eu acho que isso vai pacificar e também vai diminuir muito...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – As tensões.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – As pretensões que se têm, porque, afinal de contas, vai ter que haver orçamento da União para pagar tudo isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É verdade.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Então, vai-se eliminar um grande conflito que há. Isso vai resolver essas questões do Mato Grosso do Sul e outras tantas que há. E eu espero que a gente, no final dessas seis reuniões, possa, de fato, votar. Vamos ter todo esse período para discutir no plenário. A cada sessão também nós podemos discutir, e faremos essa discussão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É um caminho prático para esse tema, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – E ontem foi garantido realmente, o Senador Blairo, na verdade, todos fizemos o apelo também e eu disse isto, Senador Blairo, nessa reunião com os produtores rurais: que o melhor caminho era o caminho do entendimento. Já se chegou, um ano atrás, a uma mesa de negociação, mas o que o Governo ofereceu pelas terras era um preço muito abaixo do valor da propriedade, mas é uma questão. Pelo menos nós tentamos. Agora, vamos tentar de novo.

Mas o pior é que nesse caso, especificamente, Senadora Presidente, a terra, a propriedade nem terra de índio é. Ela foi simplesmente invadida. É contra isso... E o pessoal sugeriu numa legislação, nós votamos isso na época, de invasão de terra que terra invadida não pode mais ser demarcada, no caso, por exemplo dessa questão, como já existiu na legislação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Duas iniciativas, então: a audiência com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, requerida pelo Senador Moka, e também, como, informou o Senador Blairo Maggi, já se iniciou o processo de leitura da PEC nº 71, que trata da indenização das terras.

A reunião desta manhã, Srªs e Srs. Senadores e nossos telespectadores da TV Senado, destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 31, de 2014, de autoria do Senador Ruben Figueiró, aprovado como conclusão de um parecer da CRA sobre o aviso nº 63/2013, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.303/2013, do Tribunal de Contas da União, proferido nos autos do processo Tribunal de Contas 011.726/2013-0, referente à auditoria operacional para avaliar a efetividade dos procedimentos de controle adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na emissão do Informe de Avaliação Toxicológica.

No dia 30 de outubro de 2014, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou um parecer sobre o Aviso nº 63, de 2013, do Tribunal de Contas, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.303, de 2013, bem como os respectivos relatórios e voto que o fundamentam, referente à auditoria operacional para avaliar a efetividade dos procedimentos de controle adotados pela Anvisa.

Na oportunidade, decidiu-se pela realização de audiência pública nesta Comissão para debater os problemas identificados pelo TCU.

Em agosto de 2012, a Gerência-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária constatou irregularidades na concessão do Informe de Avaliação Toxicológica de sete agrotóxicos. O levantamento identificou o deferimento de produtos sem a necessária avaliação toxicológica, a falsificação da assinatura do gerente-geral e o desaparecimento de processos em situação irregular.

O jornal *Folha de São Paulo* da data de hoje publica uma informação dizendo que o Governo contraria lei e libera agrotóxico mais nocivo à saúde. À *Folha de São Paulo*, a agência Anvisa justificou a liberação como sendo um erro, afirmando que o produto foi classificado como mais tóxico, porque não conseguiu fazer os testes corretamente agora. Agora mesmo, sem parte dos exames, a Anvisa vai reclassificar o produto como menos nocivo a fim de regularizá-lo. Para que um defensivo agrícola possa ser comercializado, informa o jornal *Folha de São Paulo*, é necessária a aprovação do Ibama, da Anvisa e do Ministério da Agricultura, que avaliam a eficácia agronômica e, por fim, emitem o registro.

É exatamente por esses temas que nós estamos agora iniciando esta audiência pública, comunicando a presença da Srª Ana Maria Vekic, Gerente-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – convido-a para estar aqui conosco à Mesa –; do Sr. Reginaldo Minaré, Consultor de Insumos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; do Sr. Júlio Sérgio de Britto, Coordenador-Geral de Agrotóxicos do MAPA; da Srª Silvia de Toledo Fagnani, Vice-Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg). O Sr. Henrique Mazotini, Presidente da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários, não compareceu tampouco enviou representante.

Informo à Comissão que, por uma questão de democratizar o máximo possível o nosso debate e tendo em vista que também o Ibama tem essa responsabilidade, autorizei a oitiva do Sr. Márcio Freitas, Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Vamos começar pela chegada dos nossos palestrantes. Nós vamos dar dez minutos para cada palestrante, em função de que temos também várias outras agendas. As perguntas, ao longo das exposições de cada um, vão também ativar mais o debate sobre esse tema.

Então, com a palavra, a Drª Ana Maria.

A SRª ANA MARIA VEKIC – Bom dia. Obrigada, Senadora Ana Amélia, pela oportunidade de estar aqui debatendo esse assunto. Bom dia aos colegas que estão aqui à mesa.

Eu gostaria de registrar que a nossa Superintendente de Toxicologia está aqui, a Drª Silvia Cazenave.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Bem-vinda, Drª Silvia.

A SRª ANA MARIA VEKIC – Por gentileza, o senhor pode colocar a apresentação. Eu vou me desculpar por uma questão já de princípio: eu imaginava que teria vinte minutos para...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É, mas...

A SRª ANA MARIA VEKIC – Eu vou tentar então simplificar um pouco essa apresentação e ir...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Direto ao ponto.

A SRª ANA MARIA VEKIC – ... aos pontos-chave. (*Pausa.*)

Bem, o que eu imaginava desta audiência pública era que a gente pudesse discutir um pouquinho as alternativas para o aprimoramento do processo de registro de agrotóxicos.

Então a nossa tentativa aqui, aquilo que a gente sempre começa apresentando, é a missão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que é proteger e promover a saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços.

Eu vou passar direto pelas atribuições da gerência, então, para a gente tentar otimizar o que significa um agrotóxico, a lei que rege o registro desses agrotóxicos, a definição que ela tem. Vale salientar que os agrotóxicos, para serem utilizados, pesquisados, comercializados, enfim, para que eles possam ser manipulados no País, precisam de registro. E esse registro é um registro complexo, porque ele tem a avaliação dos setores de saúde, meio ambiente e agricultura, cada um com a sua área de competência.

Esse trabalho eu trouxe só para a gente ter um foco um pouco do que significa, às vezes, a intoxicação, porque é muito difícil a gente valorar isso, os custos para o SUS das intoxicações por agrotóxicos. Então é difícil achar trabalhos nesse sentido. Acho que essa é uma área em que se deve pesquisar muito ainda.

Essa é uma tese de doutorado de um economista, Wagner Soares, da ENSP, da Fiocruz. Ele valorou as externalidades negativas associadas ao uso de agrotóxicos no Paraná, isso na produção de milho. Ele afirma no trabalho dele, entre outros aspectos, que os resultados indicam que os custos de intoxicação aguda – porque os de intoxicação crônica são muito difíceis de a gente valorar hoje, de identificar o nexo causal – podem representar cerca de 64% dos benefícios do agrotóxico e, na melhor das hipóteses, quando as características de risco dos estabelecimentos se encontram muito bem controladas ou ausentes, elas podem significar 8% dos benefícios do uso de agrotóxicos.

Bom, a nossa avaliação tem por objetivo, então, prevenir e promover a saúde dos trabalhadores expostos e da população em geral na ingestão dos alimentos.

O que eu comentei antes é que, no caso das intoxicações por agrotóxicos, a gente tem uma figura que representa um pouco disso, porque o que se conhece são as intoxicações agudas. As crônicas, em que são muito difíceis de se estabelecer nexo causal, a gente imagina que possam ser muito maiores, pelos indicativos da própria Organização Mundial da Saúde, de trabalhos que vemos, até porque essa associação é difícil de ser feita pelo próprio serviço médico.

Esse é um eslaide que vocês já conhecem. É só para mostrar que o processo é analisado em cada um dos órgãos de Governo, no que diz respeito às características ambientais, toxicológicas e agronômicas. É um procedimento que não tem validade. O registro de agrotóxico não tem uma validade determinada e só é revisado no caso de, após a comercialização, se identificar algum risco toxicológico ou alguma indicação de uma agência de governo de outro país ou de uma organização internacional da qual o país seja signatário. Nesse caso, procede-se à reavaliação.

A avaliação toxicológica e a classificação têm por objetivo, trabalham com as vias dérmica, inalatória, oral e com efeitos de irritação. A gente tem por objetivo identificar efeitos sistêmicos, agudos, subagudos, sintomas crônicos, mutagenicidade, reprodução, problemas com fetos, de teratogenicidade, carcinogenicidade, neurotoxidade e problemas metabólicos pelos próprios metabólitos dos IAs e os resíduos que se encontram nos alimentos após a aplicação na lavoura.

Via de regra, os produtos têm por objetivo controlar fungos, insetos, herbicidas e, da mesma forma como eles atuam nesse controle, a gente pode esperar características para os humanos. Então, os fungicidas, que atuam na divisão celular, via de regra, vão ter uma baixa toxicidade, uma elevada preocupação crônica, porque eles atuam na divisão celular. Então, quando a gente vai analisar um produto dessa categoria desperta a atenção sempre para problemas de câncer, teratogênese e mutagênese.

Os inseticidas, via de regra, têm elevada toxidade aguda, porque se espera, por nocaute, que eles venham a combater o inseto. Geralmente, isso são problemas de neurotoxicidade e alguns problemas de desregulação endócrina que se espera.

Os herbicidas vão atuar no crescimento ou na interrupção do crescimento de uma planta não desejada na lavoura. Então, da mesma forma, eles podem atuar no que diz respeito aos humanos. Eles têm uma toxicidade aguda variável, mas, na toxicidade crônica, a gente pode esperar problemas de reprodução, desregulação endócrina e desenvolvimento em gerações sucessivas. Então, esses são os efeitos que nos levam...

Aqui eu vou passar um pouco mais rápido, são todos os estudos que a gente avalia para se chegar a uma conclusão.

Aqui, em um estudo em especial eu vou me deter um pouco mais, que é o estudo da CL50 Inalatória, considerando a matéria citada pela Senadora Ana Amélia na introdução de nossa conversa, que é uma matéria que saiu na *Folha de S.Paulo* de hoje. O que ocorre com esse estudo? Esse estudo é muito difícil de ser conduzido, você tem de transformar substância em vapor para que ela possa ser inalada pelo rato que vai ser exposto a essa substância. O problema principal desse estudo é que a gente não consegue ter um tamanho de partículas uniformizado, de forma que essa substância esteja num tamanho de partículas que seja respirável, que chegue ao pulmão. Então, nas câmaras inalatórias, o que se consegue é que se chega a um valor x que é o respirável, e não se consegue uma concentração maior. Então, no estudo, a gente tem quatro categorias de classificação de um produto. Cada categoria está dividida numa faixa de concentração. Como ele não consegue um tamanho de partícula suficiente, ele não consegue uma concentração para testar as doses menos tóxicas. A dose mais tóxica, que foi aonde ele chegou nesse estudo específico, é que estaria dentro da Classe II, mas nesse estudo não morreu nenhum animal, nenhum animal conseguiu ser exposto à substância ou respirar a substância. Então, efetivamente, ele não sendo exposto, a gente não pode classificar o produto por isso. Existe uma padronização para isso, que está prevista nos *guidelines* internacionais. O que ocorreu foi que a técnica colocou simplesmente "maior que" e não atentou para o fato de que nenhum animal morreu e que não deveria usar isso na classificação final. Usou esse valor e classificou erroneamente. Por isto estamos revendo, frente à identificação, porque não houve morte de nenhum dos animais. Então, é um estudo que não tem condições de classificação e também não pode ser repetido para melhorar a condição porque não se consegue atingir o tamanho de partículas. Então, foi essa a questão que nos levou a isso. Existe uma outra matéria com a nossa explicação.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA MARIA VEKIC – Agora, eu vou pular para um último. Isso é uma coisa interessante, mas eu acho que talvez alguns dos senhores já até tenham visto isso. A questão é preocupante para a gente algumas vezes, mas aqui tem um universo de situações que se têm que pensar para a agricultura, pensando nas propostas e no que o registro tem. E ele pode melhorar para isso. Eu não vou me deter muito, mas aqui é uma questão do nosso modelo de produção e sustentabilidade, exemplos que a gente tem da quebra do café, do cacau, a introdução de alvos exóticos, a indisponibilidade de inimigos naturais que podem nos auxiliar. Enfim, são fatores que... E esse eu acho que é o ponto-chave da nossa discussão, quando se pensa o que se pode melhorar com a regulação e procedimentos.

Aí a gente tem que entender qual é o nosso principal problema, o que é o problema. Hoje, nós temos uma fila de espera de registros muito grande. E qual é o problema? É a fila? A gente vai atender a agricultura ou a gente vai atender a indústria de agrotóxicos? Qual é o interesse maior? Essa fila hoje é elaborada por ordem de prioridade e ordem de chegada. E o que temos solicitado muito no âmbito do CTA, discutido muito com os colegas de agricultura e de meio ambiente é que a gente precisa ter um indicativo do que é a necessidade do agricultor brasileiro para priorizar a agricultura e não a fila da indústria de agrotóxicos, porque priorizando a fila em função da agricultura nós teremos muito mais objetividade no nosso trabalho.

Uma outra questão que precisa ser pensada é a questão de mercado: segurança e disponibilidade. Antes de ontem, nós estávamos num seminário de vigilância sanitária onde a gente trata um pouco da disponibilidade de medicamentos no país quando, às vezes, temos uma falta. Hoje o que ocorre? Com relação à nossa indústria de agrotóxicos, muita coisa está vindo de fora. Mesmo os produtos formulados que se produziam aqui deixam de ser produzidos no País, e a gente fica um pouco na mão dessa indústria de fora. Isso é uma coisa que eu acho que a regulação pode nos auxiliar e precisa pensar.

No que diz respeito à questão de prioridade de registro, eu acho que é muito importante estabelecer essa prioridade com base nas necessidades agrícolas. A reavaliação e as judicializações são coisas importantes que nos tiram... Um dos processos de reavaliação em que a Anvisa trabalhou teve mais de 49 intervenções judiciais. Isso é muito difícil porque a gente passa mais tempo respondendo a intervenção judicial do que atendendo às próprias características. Isso pode ser revisado de alguma forma? Pode. Pensando em validade do registro, isso pode nos ocasionar mais problemas, mas pode nos trazer mais benefícios na reavaliação. Isso é uma questão a ser pensada e avaliada.

Clones, que são produtos que entram na nossa fila à medida que o registro tenha validade indeterminada. Eles vão ser comparados com um produto que está registrado há muito tempo, desatualizado e precisa de uma revisão muito grande. Não é um clone simplesmente, às vezes.

A carta de autorização. Algumas empresas cedem uma carta de autorização para outras. O que ocorre? Isso nos traz um problema, porque, se a validade do registro é indeterminada, a empresa diz um dia: "Eu não quero mais ceder essa carta de autorização", e isso acaba às vezes... Não é um problema de registro, mas acaba trazendo isso para a gente.

A equivalência é uma outra questão. E as priorizações. Do ponto de vista de equivalência, hoje, por exemplo, nós temos em torno de 180 processos de glifosato entre a fila e os que estão em avaliação. A cada produto técnico, um produto formulado é priorizado. Então, priorizar glifosato quando a gente tem 180 na fila e mais de 100 produtos registrados, seria melhor a gente priorizar produtos que não têm disponibilidade no mercado ainda e competitividade. Então, são questões que eu trago.

A taxa de registro que hoje a gente tem é uma questão importante também. A Anvisa tem uma taxa de registro que varia entre R$180,00 e R$1.800,00. A título só de comparação, as taxas de registro da agência americana variam de US$630 mil para um novo ingrediente ativo, enquanto, na Anvisa, são R$1.800,00 para uma empresa de grande porte.

São questões que precisam ser revistas, sim, e outras que eu deixo aqui e que considero bastante importantes também.

Ainda um outro ponto muito importante, considerando qual deve ser a prioridade de nossa fila, se a prioridade agrícola ou a prioridade dos pleitos de registro, precisa haver, sem sombra de dúvida, um dimensionamento de recursos humanos e sistemas nos três órgãos de Governo para que a gente possa atender esses interesses e, realmente, dimensioná-los adequadamente, dimensionar o Governo para que ele possa realmente atender aquilo que é importante, disponibilizando pessoas para isso.

Outro aspecto comparativo interessante é que a agência americana que faz a avaliação tem 854 pessoas trabalhando nisso, ao passo que aqui, o número do Ibama eu não tenho, o correto, mas não chega nem a 100 servidores entre os três órgãos. O Ministério da Agricultura trabalha com cinco servidores. Então, é muito difícil estabelecer essas prioridades e toda essa discussão com um número de servidores tão reduzidos até para que se possa discutir as prioridades.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Drª Ana Maria. Foi bastante esclarecedora.

Eu passo, imediatamente, a palavra ao Dr. Júlio Sérgio de Britto, Coordenador de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura. Em seguida, falará o representante do Ibama.

O SR. JÚLIO SÉRGIO DE BRITTO – Bom dia a todos; bom dia, Senadora; bom dia, Srs. Senadores; bom dia, colegas.

Eu estou aqui hoje substituindo meu Diretor, Dr. Girabis Ramos, que, por problemas particulares, não pôde comparecer.

Na qualidade de Coordenador de Agrotóxicos, não tendo feito nenhuma apresentação para expor aos senhores, eu queria me ater, basicamente, ou seja, dentro da exposição que a Dr. Ana Maria nos colocou, à revisão de todo o processo de registros de agrotóxicos que estão muito bem fundamentados dentro da nossa legislação.

Quero ressaltar que essa nossa lei de agrotóxicos tem 26 anos e, antes disso, nós, do Ministério da Agricultura, por meio do decreto da defesa sanitária vegetal, de 1934, já tratávamos também da regulamentação e do registro dos defensivos agrícolas e da evolução. Com a lei, deu-se a entrada da avaliação ambiental que já era feita naquela oportunidade pelo Ministério da Agricultura, ou seja, essa divisão tripartite tem favorecido muito e tem, muitas vezes também, prejudicado o bom andamento das avaliações.

Por vários aspectos que já foram até colocados pela Drª Ana, eu queria me ater, basicamente, a toda a dificuldade – não menos importante – de diversos projetos, diversas propostas de alterações da legislação que tramitam, não só nesta Casa, no Senado Federal, como também na Câmara dos Deputados. Diversas propostas vêm sendo, por diversos setores, também discutidas no sentido de promover a melhoria e tentar direcionar como a gente poderia estar trabalhando com níveis de segurança, seja do ponto de vista de qualidade da saúde e do meio ambiente, mas também oportunizando à agricultura que a nossa agricultura possa dispor das melhores tecnologias, dos melhores insumos oportunamente e, assim, garantir níveis de produtividade que nós temos obtido nos últimos dez anos.

Eu queria me ater, então, basicamente, a um aspecto que foi levantado e que nós estamos discutindo com muita profundidade dentro do Ministério da Agricultura, que é a questão das prioridades de registro. Nós entendemos, sim, que quem define e quem deve definir essa prioridade é o Ministério da Agricultura, e nossa prioridade é a agricultura brasileira e não a indústria de defensivos ou de agrotóxicos. Se os interesses da agricultura coincidirem com os interesses da indústria, muito bem, vamos em frente. Mas estamos trabalhando nisso.

Estamos com uma proposta já sendo avaliada, uma proposta de uma portaria a ser assinada pela Srª Ministra da Agricultura, no sentido de se estabelecer essa prioridade e que essa prioridade possa ser discutida dentro também dos órgãos de Governo, saúde e meio ambiente, no sentido de buscar atendimento a essa prioridade que, fundamentalmente, busca, vamos dizer, três aspectos prioritários: primeiro, atingir problemas fitossanitários.

Então, a cada ano, nós vamos reunir toda a equipe do Ministério, principalmente da área de sanidade vegetal e da área de inspeção dentro da Secretaria de Defesa Agropecuária, e prever, dentro daqueles produtos, as prioridades que sejam do ponto de vista de sanidade vegetal, quais as ocorrências fitossanitárias que existem na nossa agricultura.

Hoje, nós temos o exemplo claro de duas emergências sanitárias – o caso da helicoverpa armigera e o caso da broca-do-café – com a retirada do endosulfan há três anos. Isso permitiu um avanço maior da doença. Os produtos que se encontram registrados hoje não têm uma eficiência muito grande para isso. Tivemos que adotar a liberação emergencial de um ativo que tinha um bom controle do ponto de vista agronômico para ser utilizado no controle da broca-do-café. E há uma questão que continua recorrente, apesar de haver muitos produtos registrados, que continua com uma definição de priorização de avaliação, que é a questão da ferrugem da soja. Então, sempre continua.

Essas seriam as primeiras prioridades do ponto de vista de atender uma demanda do setor agropecuário, do setor agrícola. Em cima disso, deveríamos também priorizar produtos para Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente.

A reedição, a revisão da Instrução Normativa nº 01, de 2010, publicada em 2014, permitiu que avançássemos bastante com relação a isso.

Hoje, já temos mais de 300 culturas inseridas nos registros de defensivos do ponto de vista de Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente, adotando o procedimento da Instrução Normativa nº 01, de 2014, que permite a extrapolação de dados, de limites básicos de resíduos das culturas cabeças-de-chave para as culturas menos expressivas, garantindo a possibilidade de recomendação agronômica para utilização dessas culturas, sem perder a segurança. Ou seja, que esses limites extrapolados não são... A segurança na utilização desses produtos, que a população, o consumidor não corra risco no seu consumo.

Também se considerar dentro das prioridades a questão de indústrias nacionais. Este é um ponto para que temos chamado a atenção também: que aquelas indústrias estabelecidas no Brasil, até por questão de garantia da oferta do insumo oportunamente, que tenham produtos nessa linha, que atendam essa demanda de priorização do Governo também sejam prioritárias, a fim de garantir um abastecimento por força da própria indústria nacional e não depender de importações desses insumos.

Acredito que, de maneira geral, esses seriam os pontos-chave que queria deixar ressaltados aqui, essa questão que está sendo tratada, está sendo observada dentro do Ministério. Acho que, em pouco tempo, estaremos divulgando essa sistemática de priorização. Com isso, vamos poder evoluir, melhorar e ir ao foco do nosso problema hoje.

Os outros procedimentos administrativos que foram elencados aqui pela Drª Ana têm sido objeto de discussão no Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos. Um dos maiores problemas que temos, hoje, dentro do Ministério é a nossa estrutura, ligada direto nisso também.

Na questão da equivalência, nós conseguimos, com empenho muito forte da nossa Ministra junto ao Presidente da Embrapa, a disponibilização de cinco químicos da Embrapa, que hoje estão trabalhando, prestando serviço à Coordenação-Geral de Agrotóxico, na avaliação da equivalência dos produtos técnicos. Nós temos, hoje, duas químicas na Coordenação: uma é da nossa estrutura do Ministério, uma fiscal federal agropecuária; a outra já era uma química cedida pela Embrapa, no ano passado, para trabalhar na equivalência. Agora, conseguimos esse convênio com a Embrapa, que disponibilizou cinco químicos, que já estão trabalhando na avaliação de equivalência. Acreditamos que isso vai dar evolução mais rápida nas avaliações de fase 1 da equivalência.

E diversos procedimentos administrativos vimos discutindo do ponto de vista de melhoria no procedimento de avaliação e liberação de novos produtos no mercado.

Basicamente, são esses os comentários que eu tinha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigado, Dr. Júlio Sérgio.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Márcio Freitas, que é Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas.

Queria só explicar e, em nome da Comissão, pedir desculpas ao Ibama, porque, na verdade, nós, aqui, quando montamos uma audiência, especialmente neste caso, que é para seguir uma orientação do Tribunal de Contas da União, porque tem uma questão formal e regimental, então, nós dependemos da Consultoria Legislativa do Senado Federal. É ela que traz, digamos, toda a formatação de como deve ser e quais os órgãos.

Então, quando isso veio, foi neste formato. O Ibama, como parte, não poderia estar fora desse debate. Então, eu quero dizer que não foi nenhum ato de democracia da Presidência, mas uma obrigação termos chamado.

Então, agradeço a V. Exª.

Com a palavra, o Dr. Márcio Freitas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

Eu não entendi, nós estamos fazendo uma audiência pública obrigados pelo TCU?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, não é obrigado. É que há um requerimento do Senador Ruben Figueiró, baseado numa auditoria pedida pelo Senado, pelo TCU, sobre esta matéria. E, regimentalmente, essa é, digamos, a orientação que a gente precisa seguir. É uma avaliação para que nós tenhamos essa responsabilidade na Comissão, Senador. Isso faz parte da...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – E, depois, nós mandamos isso aqui para o TCU?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu não sei. A Secretaria que me informa o procedimento legal desta audiência pública. Eu vou informar a V. Exª aqui. (*Pausa.*)

Senador, na abertura da audiência, há um procedimento regimental que o próprio TCU encaminha à Comissão. Como nós temos que cumprir esta função, que é da relação, porque o TCU é um órgão fiscalizador auxiliar do Congresso Nacional... O Requerimento é o de nº 31, de 2014, do ex-Senador Ruben Figueiró, do Mato Grosso do Sul, do PSDB, aprovado como conclusão do Parecer da CRA, portanto, desta Comissão, sobre o Aviso nº 63/2013, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.303, de 2013, do Tribunal de Contas da União, proferido nos autos do processo nº 11.726, de 2013, referente à auditoria operacional para avaliar a efetividade dos procedimentos de controle adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, na emissão do informe de avaliação toxicológica, uma vez que, nessa auditoria do TCU, foram constatadas algumas irregularidades. Então, o motivo desta audiência é o cumprimento de um requerimento, provocado pelo Aviso do Tribunal de Contas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Que nós, então, vamos encaminhar para o TCU?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sim, vamos fazer isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – O resultado desta audiência?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Exatamente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Está bem. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador.

Dr. Márcio Freitas, com a palavra.

O SR. MÁRCIO FREITAS – Muito obrigado.

Agradeço, mais uma vez, o convite, a oportunidade de estar aqui, nesta Casa e nesta Comissão, para discutir esse tema que tem grande relevância para o País.

A gente tem se deparado com essa discussão em vários fóruns, seja nos fóruns preocupados com a questão da segurança química e com a questão da segurança de saúde e meio ambiente, seja nos fóruns do setor produtivo preocupados com a disponibilidade dos insumos para o desenvolvimento da nossa agricultura.

O que eu gostaria de pontuar, eu vou ser bastante breve, até porque o meu papel aqui é bastante secundário na temática desta audiência, o que eu gostaria de destacar aqui são algumas questões que eu acho importantes.

A primeira delas é que, quando a gente discute a problemática de agrotóxico, invariavelmente, discute a questão do registro, e isso se deve muito ao fato de que o registro é uma das poucas atitudes regulamentadas em relação ao controle sobre o uso de agrotóxicos.

Nós temos na lei a previsão de um controle de uso pelos Estados, nós temos várias questões. A maior parte dos problemas que nós temos de saúde pública e de meio ambiente são decorrentes do mau uso. A maior parte dos problemas que nós temos de resistência a pragas e de fitossanidade são decorrentes de contrabando, de uso ilegal ou da falta de assistência rural.

Então, nós temos uma série de problemas decorrentes do uso de agrotóxicos que não são propriamente regulados pelo registro. Mas, como o registro é das poucas atividades que está devidamente regulamentado, é natural que o foco e o fórum de discussão acabe sendo o CTA e os três órgãos responsáveis pelo registro.

Mas eu queria chamar a atenção para o fato de que precisamos discutir questões mais amplas, para além do registro, que são as questões de uso mesmo de agrotóxicos, as questões de regulamentação de aplicadores. Nós temos um grande problema no País – isso não é desconhecido de nenhum de nós –, que é a questão da qualidade da mão de obra no País, de uma maneira geral; as questões relacionadas ao mau uso de agrotóxicos; as questões de mau gerenciamento, seja no transporte, seja no estoque desses produtos.

Nós temos as questões que foram levantadas aqui pelos meus colegas. Hoje, por falta de assistência rural, quem praticamente presta esse serviço de assistência rural são as empresas, dentro do seu interesse comercial, e isso acaba criando essas distorções que a Drª Ana comentou aqui, que é o fato de que cada em-

presa precisa montar o seu *kit*, o seu pacote tecnológico para vender para o agricultor. Esse pacote tem que ter um combo, que vai desde o herbicida até o fungicida, passando por todos os produtos. Isso sobrecarrega de maneira bastante significativa a fila de registro. Nós tivemos, nos últimos anos, um incremento de mais de 70% nas solicitações de registro de agrotóxicos no País, e os quadros técnicos que são responsáveis por essa avaliação se mantiveram praticamente com o mesmo número, ou às vezes até decresceram em relação à situação de quatro anos atrás. Daí vem essa necessidade colocada pelos meus colegas, de a gente racionalizar um pouco essas prioridades, essa fila, que antes era cronológica e vinha no sentido do interesse do registro no País.

Houve um crescimento muito grande. O Brasil é hoje o maior consumidor de agrotóxicos, em volume de comercialização. Então, é um mercado atraente. Muitas empresas querem ter seus produtos registrados no País, para comercializar e disputar esse mercado. Isso é natural e é saudável que aconteça. Isso pode inclusive trazer uma redução de preços dos produtos para o agricultor, mas nós temos uma capacidade limitada de registro, e é preciso então que a gente inverta um pouco essa prioridade, e coloque a prioridade da agricultura, das novas pragas, do controle fitossanitário, *vis-à-vis* a esse interesse de disponibilização dos produtos.

Isso se deve também ao fato de que nós temos uma capacidade definida de registro. Isso é importante ter claro. Hoje, com a capacidade que nós temos nos três órgãos – pelo menos no Ibama nós temos esse número muito claro, definido –, nós atendemos em torno de 60% a 65% da demanda dos últimos quatro anos. Ou seja, a nossa capacidade de atendimento não atinge toda a demanda. Nós não conseguimos atender 100% da fila de registro. Daí vem a demora do registro, tão reclamada pela indústria química.

Nós temos outras questões também para discutir, como a própria questão da sobrevivência da indústria química brasileira, que tem sofrido muito com a concorrência da indústria do exterior. Nós perdemos muito a capacidade local de produção e formulação de agrotóxicos no País. Mas essas são questões, como eu disse, que estão para além do registro e não são foco exatamente desta nossa discussão. Mas acho que é importante a gente ter em mente que o registro é limitado no sentido de resolver todos os problemas que permeiam a questão da cadeia produtiva e a questão da disponibilidade de produtos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO FREITAS – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O Senador Blairo pede para fazer uma comunicação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – É só para aproveitar o que a Drª Ana já falou e o que o Dr. Márcio está falando. Eu vou ter que sair daqui a pouco, Presidente. Os dois já disseram o seguinte: basicamente, o que é o interesse do agricultor? Novas pragas, novos produtos. É exatamente esse ponto que – vamos dizer assim – vem pegando na agricultura. Novas pragas, novas doenças vêm surgindo na agricultura. Todo dia, para nós, que trabalhamos na agricultura, é uma luta, é um eterno aprendizado, e o que você sabia no ano passado já não vale mais este ano. Eu sou engenheiro agrônomo, e quando volto para a fazenda tenho que reaprender, me reciclar, porque as coisas já mudaram. O que tem acontecido na agricultura é isso.

Por exemplo, ferrugem asiática na soja é uma espada na cabeça do agricultor e da agricultura brasileira. Há só dois ou três produtos que ainda suportam um ou dois ou três anos pela frente. Se novos produtos não vierem, novas moléculas, sei lá como chamam, não entrarem no mercado, uma hora destas estaremos sujeitos à quebra de todas as resistências, e uma safra inteira brasileira vai embora. Planta-se soja para colher 58, 60 sacas por hectare. Milho também tem esse problema de fungicida. Se não fizerem as aplicações e os produtos não combaterem esses fungos, a produtividade cai para 20 sacas por hectare e, às vezes, até menos. Então, o prejuízo econômico para o País é muito grande sobre três produtos que estão aí. Sei que há outros produtos que estão na fila, que têm uma enorme dificuldade para andar.

Talvez uma das conclusões aqui, já ouvindo dois que se pronunciaram, olhando realmente o interesse da agricultura, a necessidade, posso até dizer assim, com a pouca estrutura que os órgãos têm, seja priorizar aquilo que é similar, que já está lá, se já tem alguma coisa que faça o combate. Que talvez isso possa ficar na fila e os outros andarem. Só faço essa observação, porque estou vendo que as conversas estão convergindo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Concordo plenamente com V. Exª, Senador Blairo Maggi, até porque, nos três casos, a grande deficiência, primeiro, é um enfraquecimento das equipes responsáveis no campo técnico para elaborar este trabalho. Então, não havendo uma política de reforço, o Dr. Márcio falou que a capacidade de atendimento nos registros é de apenas 60%, é claro que poderíamos chegar a 90%, não precisa chegar a 100%, Dr. Márcio, chegar a 80%, 90% já é um avanço substancial. Vejam, o MAPA tem cinco químicos que vieram da Embrapa. A Anvisa, que é o centro e o eixo, e o Ibama da mesma forma estão deficitários em relação a recursos humanos qualificados.

Então, o cenário é realmente preocupante, e esta Comissão terá a responsabilidade de encaminhar ao Governo brasileiro uma discussão mais ampla no Senado Federal sobre isso, já que sabemos que a agricultu-

ra, Dr. Márcio , Dr. Júlio, Drª Ana Maria, Dr. Reginaldo, Sílvia, é a galinha dos ovos de ouro. Na situação em que estamos hoje, é o único setor que está sendo locomotiva para resolver muitos dos problemas que temos. Essa abordagem foi feita pelo Dr. Márcio.

A interrupção foi valiosa pelo que colocou o Senador Blairo Maggi.

Por favor.

O SR. MÁRCIO FREITAS – Agradeço os apartes, porque, de fato, esta é uma questão que nos preocupa. E como eu disse, estas questões especificamente de equipe, de priorização, de podermos atender à demanda são fundamentais do ponto de vista do registro. Mas temos que entender que para novas pragas, resistência às pragas, também há outras ações que são as que eu estava comentando, quer dizer, assistência rural, combate a contrabando. Estamos entrando com produtos que, às vezes, mais geram resistência do que efetividade no combate às pragas. Então, a essas outras questões precisamos também ter atenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Aí é duplo prejuízo: econômico e ambiental.

O SR. MÁRCIO FREITAS – Duplo prejuízo: econômico, ambiental, de saúde pública, além de termos um problema muito sério, e aí a preocupação específica do Ibama...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E evasão fiscal.

O SR. MÁRCIO FREITAS – E evasão fiscal e tudo mais. A preocupação fundamental do Ibama, e por isso o Ibama participa deste processo, é a questão ambiental. Temos organismos de solo, qualidade de água, inclusive os inimigos naturais que são muitas vezes aliados no combate às pragas, os produtos biológicos, que priorizamos no Ibama, no sentido de ter mais alternativas tecnológicas de combate. Todas essas questões permeiam a preocupação do Ibama, no sentido de preservar isto que é o nosso diferencial em relação a outros países muitas vezes.

A nossa biodiversidade, sempre digo, existe para o bem e para o mal na agricultura. Temos uma grande diversidade de pragas, temos uma grande dinâmica de surgimento de novas pragas, mas, por outro lado, temos duas, três safras, quando os outros países têm uma só, graças às nossas condições de solo, de clima, de qualidade de água e tudo o mais. Então, nós precisamos preservar esse nosso diferencial também, e esse é o papel do Ibama.

Eu só queria comentar que esses esforços e essa discussão nós temos travado no âmbito dos três órgãos. Nós temos uma relação muito grande com os organismos internacionais que fazem registro de agrotóxicos. Então eu diria que, do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista dos procedimentos, nós adotamos os mesmos procedimentos que os países desenvolvidos utilizam. Isso nos dá segurança em relação à exportação de produtos brasileiros, e é importante destacarmos isso. Nós temos 26 anos de *expertise* criada nos três órgãos em relação ao registro. Eu acredito que do ponto de vista da segurança, da eficiência dos produtos, da segurança de saúde e segurança ambiental, o registro tem conseguido cumprir esse papel, e isso é importante destacar.

Olhamos sempre para os problemas e, às vezes, esquecemos os ganhos que tivemos ao longo desse processo. Sem dúvida, temos muito o que avançar ainda nessa questão do registro, mas temos, com muita clareza, e eu comentei isso... Quanto ao prazo, por exemplo, de avaliação que temos no País, todo mundo reclama do prazo, nosso problema não é prazo. Nós levantamos a linha do tempo do processo de análise dentro do Ibama. Nós cumprimos, praticamente em todos os serviços – se contarmos o tempo em que o processo chega à mão do técnico e sai da mão do técnico –, atendemos o prazo legal, ou ficamos muito próximo do prazo legal de 120 dias. Às vezes chega a 180, 200 dias, mas o problema não é a análise em si, o problema é a fila, a demanda. O tempo que se leva – e hoje estamos levando, para moléculas novas, cerca de 2 ou 3 anos para analisar um produto – não é o tempo de análise na mão do técnico. Esse tempo de análise na mão do técnico é até menor do que é na EPA nos Estados Unidos. O nosso problema é: a demanda é maior do que a nossa capacidade de registro!

E aí nós temos que definir de um lado e de outro. Quer dizer, primeiro priorizar a fila, torná-la mais inteligente e mais a serviço da agricultura nacional e, de outro lado – como bem disse a Senadora Ana Amélia –, aumentar a capacidade das equipes para que saiamos desses 60% e vamos para 80%, 90%. Porque 100% talvez não seja efetivo, necessário e viável economicamente.

Mas, basicamente é isso, eu fico à disposição para complementar essas...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO FREITAS – ... discussões.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Márcio. Foi muito esclarecedor, uma posição muito sensata e equilibrada. Ficamos – aqui na Comissão – confortados com essa visão sobre o quadro geral desse tema, que é tão importante e tão complexo também.

Como se viu, não é só a questão do produto em si, é um conjunto dos impactos que o produto gera e também dos interesses que estão dentro desse processo. E, também, da possibilidade de o Brasil, dentro da biodiversidade, conseguir avançar nos produtos biológicos. Nós aprovamos aqui uma lei de política pública de estímulo a esses produtos de controle biológico.

Eu convido agora para fazer uso da palavra o Dr. Reginaldo Minaré, que é Consultor de Insumos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O SR. REGINALDO MINARÉ – Bom dia a todos, bom dia Senadora Ana Amélia. Grato pelo convite de poder participar desta audiência e trazer um pouco da visão da agricultura a respeito desse sistema do qual a agricultura não é usuária, a agricultura não participa e não tem pleitos de registro junto aos órgãos. A agricultura utiliza aquilo que é produzido e colocado no mercado para disponibilizar produtos ao trato cultural.

Muito se fala que, nas próximas décadas, continuará a procura global crescente por alimentos, fibras e energias provenientes da prática agrícola. Isso se deve ao crescimento da população e ao aumento do poder aquisitivo. "A agricultura deve se preparar para garantir a segurança alimentar", essa é uma frase que mundialmente se fala. E segurança precisamos pensar em dois sentidos: primeiro, no sentido de certeza e convicção de que haverá alimentos; segundo, no sentido de ter alimento de qualidade, seguro e confiável para o consumo. Se a primeira hipótese não existir, a segunda deixa de ser relevante. E a agricultura precisa ter as ferramentas para viabilizar esses dois sentidos da palavra segurança na produção principalmente de alimentos.

Para exercer a sua atividade empresarial e garantir a produção, o agricultor lança mão de diversas tecnologias, máquinas, sementes, mudas, fertilizantes, defensivos, ração, modelos de gestão e sistema de cultivo. E essas tecnologias estão na origem da produção. Diversos outros mercados existem após a produção.

Nesse ponto abordarei a questão dos defensivos, dos agrotóxicos. Trata-se de um desafio constante a produção agrícola no Brasil e no mundo, visto que, não sendo controladas, podem arruinar a produção. E aí o que arruína a produção são as pragas, doenças e ervas daninhas.

No Brasil, a ferramenta para esse controle tem o nome de agrotóxico. Para o agricultor não é um nome interessante e para o mercado agrícola brasileiro também não. O *marketing* dessa palavra é zero.

Nos protocolos do Mercosul, o nome é fitossanitário. Na União Europeia, o nome é fitofarmacêutico. São nomes mais palatáveis, evidentemente. Então, no Brasil, que tem um aporte muito grande de migrantes europeus, é muito comum a gente que tem familiares na agricultura ouvir os mais antigos falar que vão bater um remédio nas plantas. Vem daquela expressão da União Europeia: fitofarmacêutico.

Os agrotóxicos são utilizados pelos agricultores no mundo todo, não é uma prática isolada do agricultor brasileiro. Muitas vezes, lendo alguma matéria na mídia, parece que isso é uma peculiaridade do agricultor. O agricultor brasileiro é que gosta de usar. Não é, é algo que é necessário à produção.

Aqui vou abordar um ponto que é caro ao agricultor, que é a questão de posição de Estado a respeito de um produto que é fundamental para a agricultura. E o estudo comparado tem como base a União Europeia.

O Regulamento nº 11.007, de 2009, sobre produtos fitofarmacêuticos, possui considerações que merecem destaque. Antes do texto normativo propriamente dito, há diversos considerandos que a Comissão Europeia, o Parlamento europeu apresentaram como motivos para a produção desse regulamento. Um dos considerandos diz que a utilização de produtos fitofarmacêuticos constitui um dos meios mais importantes para proteger os vegetais e os produtos vegetais contra organismos prejudiciais, incluindo infestantes, e para melhorar a produção agrícola.

Aqui é uma definição do Bloco Europeu, ou seja, é um produto importante para proteger os vegetais, é uma definição de gente grande, ou seja, é um produto necessário.

Outro ponto. Os produtos fitofarmacêuticos também podem, contudo, ter efeitos desfavoráveis sobre a produção vegetal. A sua utilização pode envolver risco e perigo para o homem, para os animais e para o ambiente, nomeadamente se forem colocados no mercado sem terem sido testados e autorizados oficialmente e se forem utilizados de forma incorreta. Ou seja, é um produto necessário, é um produto que oferece risco, desde que não se siga aquilo que está estabelecido para a sua autorização oficial e a sua forma correta de uso. É outra definição importante que o Bloco Europeu já tem. E isso se aplica para todos os Estados do Bloco.

Outro ponto. O objetivo do presente regulamento é incrementar a livre circulação de tais produtos e garantir a sua disponibilidade nos Estados membros. Outro ponto que levou a União Europeia a estabelecer esse regulamento foi incrementar a livre circulação de tais produtos e garantir a sua disponibilidade.

Observa-se que o regulamento da União Europeia está lastreado por uma política bem definida para o Bloco que destaca o reconhecimento da importância do produto, a necessidade de cuidados com o seu uso e a relevância do incremento da circulação e garantia da disponibilidade.

No Brasil, nós temos também uma norma. Em lei de agrotóxicos, decreto, são três os órgãos envolvidos: MAPA, Anvisa e Ibama.

Aqui faço uma observação: tivemos uma missão recentemente ao Canadá e Estados Unidos para conhecer o sistema deles. Lá, há um tempo, havia essa divisão de estrutura de registro. Hoje não se tem mais três órgãos deliberando sobre o registro, hoje é concentrado. Nos Estados Unidos é no órgão ambiental, no Canadá é no órgão de saúde. De acordo com o que ouvimos lá, esse modelo de divisão de registro é um modelo para o qual Estados Unidos e Canadá não querem voltar. O modelo de análise concentrado e interdisciplinar nos Estados Unidos e no Canadá é o modelo que eles consideram mais interessante e produtivo para a prática desses registros.

Do sistema que temos em vigor hoje destaca-se: não corresponde à legislação uma política de Estado bem definida nem uma posição clara de Governo sobre os agrotóxicos, diferentemente da União Europeia, cuja posição é clara. Basta ler os considerandos que antecedem a lei, é uma posição clara.

Aqui, temos algumas dificuldades com relação à própria atuação de parte de grupos que se baseiam dentro do Governo. Então, geralmente, ao final do ano, temos uma publicação, principalmente na Anvisa, com relação ao Para, que estampa em todos o jornais que o alimento brasileiro está envenenado. Encontram-se resíduos em produtos de produtos que não têm o registro para determinada cultura e colocam como se toda aquela cultura estivesse envenenada. Por exemplo, quando falam que o pimentão está envenenado e não identificam os lotes, qual o local daquela produção que teve aquele resíduo detectado, o agricultor que produz pimentão, nos próximos três meses, provavelmente pode jogar sua produção fora porque o mercado não vai comprar. Então, é um ponto que prejudica.

Temos um grupo no Ministério do Desenvolvimento Agrário chamado GEA que atua no acompanhamento do mercado de agrotóxicos de transgênicos no Brasil. É quase um antissistema de registro de agrotóxicos e um antissistema de registro de transgênicos, e isso fomentado pelo Poder Público. Ou seja, o Poder Público tem uma lei que permite agrotóxicos, o Poder Público gasta dinheiro público para fazer esse registro, mas outro órgão de Governo também fomenta um grupo que emite opiniões contrárias àquela que o órgão oficial emitiu, ou seja, e as passagens... Não é um grupo que tem...

(Soa a campainha.)

O SR. REGINALDO MINARÉ – ... remuneração, mas é um grupo que recebe passagens para se reunir, ou seja, dinheiro público também sendo gasto para uma atividade que vai exatamente no sentido contrário do sistema estabelecido.

Divergência entre os órgãos, inclusive sobre a necessidade e segurança dos produtos. É muito comum a gente, em algumas audiências, verificar que alguns representantes de órgãos do Governo dizem: "Precisamos mudar o modelo de produção agrícola no Brasil, precisamos banir os agrotóxicos". Só que ninguém apresenta um estudo de viabilidade dessa mudança. Quem vai financiar essa mudança? É possível produzir sem agrotóxicos? É possível oferecer segurança alimentar aos brasileiros, com um alimento a custo acessível, sem essa ferramenta, baseado no sistema orgânico? Falar de mudar o sistema de produção agrícola é muito fácil. Agora, apresentar um estudo de viabilidade com custo e informar se isso vai diminuir a produção no Brasil, esse estudo ninguém apresentou até hoje.

Pouco comprometimento com a garantia da disponibilidade dos produtos aos agricultores. Esse ponto é extremamente grave para a agricultura. A área de fruticultura no Brasil sofre com esse problema.

O sistema de registro é muito dispendioso, moroso e as empresas têm o foco nas grandes culturas. Então, a berinjela, a alface, determinadas frutas, o produto não chega a ser registrado. E aí, o agricultor, em alguns casos, utiliza produtos indicados indiretamente por algum agrônomo ou por algum compadre, que servem para combater aquela praga mas não têm o registro no sistema brasileiro – e poderiam ter, se houvesse uma agilidade, uma facilidade de se ter esse registro.

E também nosso sistema é contaminado com a tensão entre disputa de mercados por empresas com produtos patenteados e produtos genéricos. Ouvimos, textualmente, o Presidente da Federação da Agricultura do Canadá dizer que, quando há produtos genéricos no mercado, tende a diminuir 50% o custo dos produtos para os agricultores. Em um mercado em que o agricultor precisa administrar custo, isso é importante.

Então, se temos um produto cuja patente expirou, é claro que há respeito à propriedade intelectual. A CNA a respeita, tal qual respeita a propriedade da terra. Porém, quando expira o prazo de patente, qualquer outro é livre para apresentar produto no mercado, e, nesse caso, se o sistema de registro é moroso, se demora-se

seis anos para se colocar um produto no mercado, se a patente de um produto cai, e o genérico só vai entrar daqui a cinco, seis anos no mercado, é quase que uma extensão da patente, de forma indireta.

Se um fungicida para soja tem um mercado de R$300 milhões, R$400 milhões ao ano, manter o preço desse produto como se patenteado fosse é interessante para determinados setores. O mercado de agrotóxicos, no Brasil, bate US$12 bilhões ao ano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. REGINALDO MINARÉ – É uma possibilidade.

Concluindo, Senador, o agricultor, desde 2005, sofre com o resultado medíocre desse sistema. Não é um sistema pelo qual o agricultor tem simpatia: os produtos não chegam; os produtos não se apresentam; a concorrência do mercado é muito baixa; e o custo do agricultor brasileiro é muito alto.

Então, a proposta que a CNA está defendendo é modificar esse sistema de registro. Há mais de quinze anos que esse mesmo assunto que está sendo discutido aqui, é discutido na Câmara, no Senado, e não muda. Assim, é um sistema que, do ponto de vista do agricultor, já se esgotou. Instituir um modelo semelhante ao da CTNBio seria uma alternativa que consideramos viável: um modelo interdisciplinar e transparente.

(Soa a campainha.)

O SR. REGINALDO MINARÉ – Eram essas as considerações, e fico à disposição para perguntas possíveis.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O Dr. Reginaldo Minaré é Consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Muito obrigada. Foi uma exposição clara do posicionamento da entidade que representa os produtores rurais.

Agora, para encerrar, a Vice-Presidente Executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal, a Drª Silvia de Toledo Fagnani.

A SRª SILVIA DE TOLEDO FAGNANI – Bom dia. Antes de tudo, eu queria agradecer pelo debate. Eu tenho uma apresentação, acho que deve estar entrando, e, de antemão, já me desculpo se a minha voz faltar, pois a gripe me pegou nesta semana.

O Sindiveg representa, praticamente, todas as indústrias de defensivos agrícolas no País.

Posso pegar aqui? Obrigada.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SILVIA DE TOLEDO FAGNANI – Acho que não vou precisar. Obrigada.

Tudo o que foi falado aqui é muito importante, e parece que tudo foi feito para chegar aonde eu gostaria de chegar. Parece até que a gente combinou a fala.

(Intervenção fora do microfone.)

(*Risos.*)

Muito do que eu iria falar já foi falado. O processo de registro, no Brasil, tem submissão nos três Ministérios – Agricultura, Anvisa e Ibama –, sendo que o Ministério da Agricultura é responsável por consolidar os dados e emitir o registro federal. Depois, precisam ser feitas inscrições estaduais em todos os Estados em que forem utilizados esses produtos, e ainda é necessário fazer o acompanhamento e registro da venda. Ademais, qualquer alteração pós-registro precisa ser validada pelos três Ministérios que fazem avaliação da eficácia agronômica, toxicológica e ambiental. As três avaliações são, na visão da indústria, extremamente importantes e não devem deixar de ser feitas. Nós primamos pelo rigor na análise e pela ciência adotada no processo.

A situação é caótica. Nós acompanhamos a fila pelo *site* da Anvisa, cuja última atualização é de maio de 2015. A Anvisa separa a fila em três situações: registro de produto técnico equivalente; registro de outros produtos técnicos e formulados; e pós-registro. Somando todos esses processos na fila, em maio, existiam 2.437 processos.

O MAPA também publica a situação dos processos na fila e pode-se ver uma grande variação na emissão de registros. Em 2007 e 2008, houve uma força-tarefa motivada pela Casa Civil, por isso houve um grande aumento no número de registros, mas ele sofre bastante variação. Notem que o registro de produtos novos, esse verdinho, em 2007 e 2008, houve um grande número de registros, 21, 11, depois caiu para 8, 3, 2, 1, 3. Aqui, se não me engano, não há nenhum registro de produto novo. Este ano ainda não saiu nenhum registro de produto novo.

Nós entendemos que o registro de produtos genéricos é muito importante para garantir que o produto chegue ao agricultor e para que o preço chegue a um nível ótimo, mas também é muito importante se aprovarem novos registros no País. São novas tecnologias disponíveis no mundo todo, em países de agricultura competitiva com a agricultura brasileira, e os agricultores não podem usar essas tecnologias porque elas demoram muito a serem aprovadas.

Em 2013 e 2014, o MAPA aprovou vários registros em caráter emergencial. Isso, na nossa visão, é mais um ponto que mostra o colapso do sistema regulatório no Brasil. Como não se consegue aprovar registros por vias normais e a agricultura precisa de produtos, em caráter emergencial, para atender essas pragas que vêm aparecendo a cada dia, novas pragas, o Ministério precisou lançar mão de um regulamento para registros emergenciais.

Avaliando a fila por um sistema que se chama Geagro, um sistema particular que publica todas as publicações do Diário Oficial, em 2014, a média do tempo para registro de um produto de empresas de pesquisa e desenvolvimento estava em 59,1 meses; para empresas de produtos genéricos, 42,1 meses. Então, estamos falando de quatro a cinco anos para sair um registro de defensivo. É importante lembrar que a lei estabelece que a análise deve ser feita em 120 dias e, como o Márcio bem falou, o tempo de análise tem sido respeitado pelos órgãos, o problema é a fila. Só que a fila vem entrando num círculo vicioso. Quanto maior a fila, mais produtos entram na fila, porque as empresas têm interesse em guardar um lugar. Nós não defendemos essa prática, mas ela é inevitável, pela ineficiência do sistema.

Analisando o histórico dos processos concluídos pela Anvisa – e coloco Anvisa porque ela é a mais demorada, mas também é a mais transparente, colocando quais são os números da fila –,nós chegamos numa média de mais ou menos 130 processos analisados por ano, mas entra uma média de 260, o dobro. Fazendo uma análise desse tempo, lá aparecia 2.400 processos na fila, mas eu falo de 2.213, tirando os pedidos de pós-registro, com uma média de 130 processos por ano, a gente pode concluir que um processo que entre hoje pode levar 17 anos para ser aprovado. Então, isso é o caos estabelecido no sistema regulatório. Isso não pode ser resolvido só com estabelecimento de prioridades. Estabelecimento de prioridades é importante neste momento, porque precisamos sair dessa situação, mas estabelecimento de prioridades nada mais é do que uma confissão de que o sistema está em colapso.

Quais são as razões para essa morosidade? A primeira é falta de pessoal, como a Drª Ana Maria bem colocou. Nos Estados Unidos, são mais de 800 profissionais trabalhando nisso, e no Brasil a gente não chega a cem. Além de não chegar a cem, temos três ministérios fazendo, às vezes, o mesmo trabalho. Então, pouca gente fazendo o mesmo trabalho. Não existe um sistema informatizado único, em alguns casos nem existe sistema informatizado. Os procedimentos são extremamente burocráticos e a legislação ainda precisa de regulamentação em alguns pontos, como avaliação de risco, por exemplo.

Tudo isso traz muito prejuízo para a agricultura e para a indústria. Então, primeiro a defasagem de tecnologias entre o Brasil e outros países agrícolas.

Hoje existem tecnologias muito mais modernas que estão sendo aplicadas na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, que não chegam ao Brasil ou levam dez anos para chegar ao Brasil.

O que já foi muito falado é que o uso contínuo pode aumentar a resistência a alguns produtos e a dificuldade para o manejo da resistência.

A falta de previsibilidade acaba afugentando as empresas aqui do Brasil. A evasão de investimentos fabris é muito clara. De 2005 para cá, a desindustrialização é crescente.

E o aumento no contrabando e falsificação de produtos. Isso tem sido cada vez mais grave. Com a situação do benzoato, nos últimos dois anos, a gente acredita que o contrabando no Brasil passe de 10% do mercado. Então ele é uma grande empresa concorrente no mercado, e sem segurança, sem registro, sem controle algum. A gente sabe que é um problema de polícia o contrabando, mas ele está originado na questão regulatória.

O BNDES fez, no mês passado, um estudo sobre o potencial de diversificação da indústria química brasileira. Eles analisaram quais seriam as indústrias que poderiam investir mais no País. E a indústria de defensivos agrícolas foi apontada como a de maior potencial de investimento no Brasil, porque ela tem o maior déficit relativo da indústria química, tem o maior mercado potencial, a agricultura do mundo está aqui. Ela tem o maior potencial de investimento porque todas as empresas têm interesse em estar no Brasil e precisa de aprimoramento da regulamentação. Então, não precisa de políticas tributárias estabelecidas para a indústria vir ao Brasil, precisa só que seja mexida na regulamentação.

Segundo o BNDES, num cenário conservador, foi feita uma análise de impacto direto até 2030. E, se a regulamentação fosse corrigida, se tivéssemos uma melhora em todo esse cenário regulatório, num cenário conservador, em que a produção local fosse de 100% do consumo interno de formulação e 50% da síntese, nós

teríamos um incremento de investimento de US$1,7 bilhão na indústria de defensivos. Isso poderia chegar até US$5,3 bilhões num cenário otimista, no qual produzíssemos 30% do consumo mundial.

Não é nada demais, o consumo do Brasil de defensivos hoje chega a 22,5% do consumo mundial. Então, com o aumento da necessidade de alimentos, seria muito fácil chegar a 30% do consumo mundial. Haveria um incremento na balança comercial de US$7 bilhões por ano num cenário conservador e poderia chegar-se a US$18 bilhões, e um aumento no PIB de 3,6 bilhões até 8,2 bilhões. A arrecadação poderia aumentar de US$6 milhões para US$1,4 bilhão por ano, e conseguiríamos agregar de 4,6 mil empregos diretos a 10,4.

Então, o que precisa ser feito para atingir isso?

É necessário mudanças urgentes no sistema regulatório. Essas mudanças precisam ser na lei, no decreto e em algumas instruções normativas.

Sabemos da dificuldade de se alterar uma lei, mas temos propostas de alteração de instruções normativas, que chamamos de medidas desburocratizantes, que são muitos simples e que poderiam limpar até 40% da fila.

Essas propostas vêm sendo discutidas com os agricultores e podem ser feitas todas através de instrução normativa rapidamente pelos órgãos registrantes.

Eu serei muito rápida, porque o meu tempo está acabando. São seis mudanças substanciais. Seria um aprimoramento na questão do Registro Especial Temporário, que é registro para pesquisa e que originalmente deveria ser feito só para produtos novos não registrados no Brasil. Essa era a ideia em 1989, quando foi feita a lei, e que a regulamentação mudou isso.

Portanto, se tivéssemos registros especiais temporários só para produtos novos, se a questão dos registros para exportação fosse simplificada, registros já feitos no Brasil e só precisam de uma alteração de nome, ou registros feitos exclusivamente para a exportação, eles poderiam ser simplificados. Se tivéssemos uma lista positiva de componentes e de embalagens e que as empresas pudessem simplesmente adotar essas alterações por meio de notificação de componentes e de embalagens. Se o registro de clones fosse mais simplificado e fosse exatamente idêntico a matriz, como já é feito para medicamentos, só essa medida de clone poderia eliminar 30% da fila existente.

Por fim, alguns procedimentos administrativos, exclusivamente do Ministério da Agricultura, poderiam ser feitos em apenas 30 dias, mudanças de CNPJ, alterações de endereço. Por uma simples publicação no *Diário Oficial*, isso acabaria limpando bastante a fila.

Eu queria agradecer e poderia discutir mais sobre isso, se for necessário.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agora começa o tempo para discussão, Drª Sílvia de Toledo Fagnani, que é Vice-Presidente Executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal. Agradeço de antemão as exposições muito didáticas, muito claras. É isso que dá efetividade ao nosso trabalho.

Quero apenas lembrar que a FAO, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura, está projetando o Brasil como o País que terá o maior protagonismo na produção de alimentos do mundo, para os próximos anos, até 2020, em setores que vão ter grande destaque, como café, horticultura e frutas tropicais. Quero também dar destaque à questão da economia, há um crescimento de demanda pela exportação, e o Brasil poderá ser o maior produtor e exportador, considerando o comportamento da região asiática. Então, a FAO está reconhecendo essa posição, até pelos movimentos, pelas políticas de erradicação da fome e redução da pobreza, não apenas aqui, mas em outras partes do mundo.

Com a palavra, o Senador Moka, o Senador Blairo Maggi.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Blairo vai falar primeiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Blairo está com a palavra, depois Senador Moka e Senador Donizeti.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Presidente, obrigado, Senador Moka, por ter me concedido a primazia de abrir as questões.

Acho que, do que foi dito aqui, vale a pena a gente levar para frente, como sugestão, já que vamos cumprir alguma coisa do TCU, que realmente a gente possa fazer uma análise dessa questão da fila, que é muito interessante. Todos se manifestaram, inclusive, muito rapidamente, pode-se chegar à conclusão de que a fila está sendo utilizada de forma até indevida: colocam-se muitos pedidos na fila, como disse o representante do Ibama, o Dr. Márcio, essa fila vai ficar grande e vai demorar para andar. Consequentemente, os produtos novos vão demorar para entrar em atividade, ganhar seus registros, para que se faça uso desses herbicidas e inseticidas.

Por outro lado, também chamo atenção, porque não sei se é a mesma fila para retirar os produtos, se está na mesma fila ou tem um *fast track*, uma fila rápida. Porque, quando vem uma solicitação para retirada de algum produto, a gente percebe que é muito rápido, no caso do endosulfan, no caso de outros produtos reti-

rados de circulação, por outros motivos. A gente ouve muitas lendas, lendas urbanas e lendas rurais também, de que o endosulfan foi retirado porque alguns países deixaram de utilizar. Aí vem histórias de Taiwan, histórias de Cingapura, quer dizer, são países que não têm agricultura de larga escala, como nós temos. Então, parece-me, pelas lendas, não conheço muito bem, que os parâmetros utilizados não seriam equivalentes, vamos chamar assim, para poder fazer a mesma análise. Esse é o assunto que depois eu gostaria de ouvir dos senhores.

Cada vez que se retira um produto desses, e agora há solicitação da Anvisa – o Senador Moka me passou aqui, depois deve falar – para a retirada, por exemplo, do glifosato. Vai ser feito um estudo, e vamos imaginar que o glifosato seja retirado de circulação hoje, que não possa mais ser utilizado. O que tem para colocar no lugar dele? Quanto custa? Quais são as consequências da retirada de um produto desses do mercado?

Primeiro, pode-se dizer que o grande programa de plantio direto, a grande conquista da redução de CO^2, diminuição de combustível na agricultura, os ganhos que tivemos, estarão ameaçados, porque o glifosato faz parte, é inerente, é uma coisa grudada no plantio direto.

Não há como pensarmos em continuar a fazer plantio direto, sem a presença de um produto desses, ou um análogo, ou similar, alguma coisa, e com preços competitivos, porque não adianta vir – não sei quanto é o preço hoje do glifosato, mas deve ser R$2 ou R$3, ou US$2 ou US$3, por litro. Se vier um produto com US$10 por litro, já inviabiliza. Não há como tocar o negócio. Então, sempre que se vai fazer uma análise dessas, tem-se que fazer uma análise no conjunto, e não especificamente sob um olhar ou de uma única coisa; tudo isso é interligado.

Quanto à questão dos transgênicos mesmo, sobre a qual também pedem reavaliação, há uma concepção errada no meio de tudo isso de que, uma vez liberado um produto transgênico, esse produto vai dominar o mercado, ele é o berço esplêndido dos agricultores. Não é assim! Na agricultura, como a gente mexe com seres vivos, tudo é muito rápido – tudo é muito rápido!

A tecnologia do primeiro RR já foi. Se o produtor hoje quiser plantar alguma coisa só com aquela tecnologia, ele não vai colher. Quer dizer, as tecnologias que vêm vindo, os novos produtos que vêm vindo, na realidade, são sempre mais uma ferramenta para o agricultor, de planejamento que ele tem.

Eu vou dar um exemplo para os senhores: nós temos, em Mato Grosso e em muitos Estados, principalmente aqui na região mais quente, problemas de nematoides no solo. É um negócio violento e, se você não cuidar, a sua lavoura também desaparece.

Aí você tem variedades que estão aí que são resistentes a pragas, a lagartas; são as chamadas intactas, das coisas intactas. Mas, se você colocar uma variedade dessas, porque não quer se incomodar com a lagarta, você não colhe, porque há nematoide. E a tecnologia embarcada não há naquelas variedades que são resistentes lá naturalmente no solo. Então, você tem que fazer uma programação bastante grande. Ver talhão por talhão, propriedade por propriedade; o que esse agricultor tem ali; o que ele pode lançar daquele arsenal que ele tem, para poder chegar ao final e colher.

Então, eu queria dizer para os senhores que a situação na agricultura não é fácil. E todo agricultor usa inseticida, herbicida, porque ele precisa. Ninguém usa porque quer.

Gastamos na agricultura – peguei os números agora – em torno de... A soja, por exemplo, custa US$170 por hectare, só de uso de inseticida, herbicida e fungicida por hectare; o milho custa US$60 por hectare; o algodão custa US$450 por hectare. Isso, para você sair com essa lavoura no fundo, no final, combatendo as pragas, e ainda perdemos para as pragas muitas vezes, porque você não consegue ter uma eficiência 100% sobre tudo isso.

A agricultura, o agricultor, melhor dizendo – como disse aqui o representante da CNA, o Reginaldo – não usa isso, porque gosta de usar, porque quer gastar dinheiro. Pelo contrário, se pudéssemos produzir sem o uso desses produtos, seria maravilhoso. Isso, porque, primeiro: afeta o meio ambiente? Claro, que afeta, ninguém está dizendo que não afeta. Provoca danos na saúde das pessoas? Claro!

Tem que haver os controles, tem que haver os EPIs, tem que haver a maneira mais simples de utilizar. Por exemplo, no passado, a gente usava a versão agrícola, e usa-se muito no Centro-Oeste. Ficávamos como bandeira para o avião – e eu fiz muito isso; ficava lá na ponta do talhão; vinha o avião em cima de você. Cada vez em que vinha o avião, você tentava sair correndo, mas, no meio da lavoura, você não consegue. E tomava um banho de produto que estava sendo colocado. Era um banho – literalmente um banho!

Hoje não se faz mais isso. Hoje os aviões têm GPS, que marca os talhões. Eles tiram os tiros deles pelo GPS, e não há mais ninguém na lavoura. São evoluções que vem vindo e que vão ajudando o uso desses produtos, sem afetar ou diminuir a atividade desses produtos sobre os seres humanos.

Então, eu concordo, sim, que tem que haver fiscalização, que tem haver o controle, que tem que estudar, mas as coisas também têm que ser olhadas do lado econômico. Não é? Se não quisermos ter nenhuma agressão ao meio ambiente, se não quisermos ter nenhum tipo de problema, temos uma opção a fazer: não produzir.

E não produzir implica não só a economia brasileira, mas a alimentação da população. Há muita gente que fala assim, Senadora Ana Amélia: "Não, vocês produzem soja para vender para ET." Para! Quem que quer comprar alguma coisa para jogar fora? Quem compra é porque precisa.

Eu diria que se hoje houvesse uma praga mundial na soja, como aconteceu com a batatinha, no caso dos ingleses, em que morreram milhões e milhões de pessoas de fome, morreriam bilhões de pessoas de fome, em um ano, se não houver soja, se não houver milho, se não houver os produtos que nós produzimos e que são a base da nossa alimentação.

Há pessoas que acham que nunca comem soja, que nunca comem milho. Quando nós nos levantamos pela manha, uma das primeiras coisas que fazemos é escovar os dentes. Ali tem óleo de soja, que é o produto básico para fazer a pasta dental. Começa por aí. Vamos comer um ovo: o ovo é 70% de milho e 30% de soja. Vamos comer *bacon*: é porco, e porco também é isso. Assim como frango. Vamos comer chocolate: contém lecitina de soja. Vamos tomar leite, etc. Então, são atividades massacradas no dia a dia pela opinião pública, principalmente a urbana, que não as conhece e critica, como se fizéssemos porque queremos fazer. Não, nós fazemos porque somos obrigados a fazer.

Para não me alongar muito, para não falar o dia inteiro sobre o assunto, eu acho que tem que haver muito bom senso. Que ameaças temos pela frente? Em quanto tempo essa ameaça pode nos pegar?

Para a ferrugem asiática existem três produtos atualmente. Desses três, apenas um entrou no mercado nos últimos dois anos. O resto é mais antigo, mas vai chegar o momento em que vai começar a quebrar essa resistência. E quebra mesmo. Não é que os insetos, as pragas adquirem resistência àquele produto. Naturalmente, um ou dois indivíduos daquela população têm resistência. E como os demais vão morrendo, os resistentes vão ganhando velocidade, vão crescendo, até chegarem ao ponto em que se sobressaem porque os demais ficaram enfraquecidos e morreram. É assim. Está aqui o médico, o Dr. Moka. Na humanidade também é assim, sobrevivem os mais fortes. Esse é um processo natural que vai acontecendo no dia a dia.

Então, nós precisamos ter um pouco de conhecimento geral. Vamos fazer isso? Vamos, mas esperem aí. Qual é a repercussão geral disso tudo? A minha preocupação, claro, é sempre com a minha atividade. Por exemplo, eu e os agricultores de Mato Grosso – os que eu conheço, e somos o maior produtor de soja do Brasil – fazemos parte de uma associação muito forte, que é a Aprosoja, e procuramos, como a Ampa faz com o algodão, monitorar tudo isso, inclusive a qualidade das águas. Nós não podemos ser responsabilizados pelo que vai dar errado ou que está dando errado. Nós temos que ter todo esse cuidado.

Eu gostaria de pedir aos que fazem parte da Mesa que, sempre que forem reavaliar alguma coisa, deem uma olhada no conjunto da economia, no que pode acontecer, no prejuízo que poderá causar. Indiretamente, todos têm a ver com o que nós temos feito.

Para finalizar, Senadora Ana Amélia, eu gostaria de deixar registrada essa questão da fila, para que possamos observá-la com mais atenção. Como disse aqui o representante do Ibama, Dr. Márcio, e eu acho que os demais concordam, depois que o processo começou, ele está dentro dos prazos estabelecidos. E se começou, está dentro do prazo e termina dentro do prazo, o problema está antes. E nós devemos olhar isso com muito carinho.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Existe um problema maior ou tão grave quanto, Senador Blairo, que me chamou a atenção na exposição da Drª Ana Maria e que acredito que já abordamos aqui em uma lei eu acho que da Senadora Kátia Abreu.

É o seguinte: existe uma gama muito grande de produtos registrados e não comercializados. Esse é um trabalho ocioso e aparentemente de reserva de mercado a um determinado produto, mas aquilo é investimento, foi feito um trabalho, e não serviu para nada. porque o produto não vai ser comercializado. E pode vir um outro, um sucedâneo, porque a patente fica guardada para o detentor daquele registro.

Esse é outro problema que nós temos que avaliar, e a indústria tem que falar sobre isso. Se é necessária uma regulamentação para definir o prazo de obrigatoriedade para que aquele produto que foi liberado esteja presente no mercado, ou vamos continuar trabalhando e ter um percentual substancial disso. É um trabalho que não teve eficácia.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Minha cara Presidente, Senadora Ana Amélia, Silvia, Reginaldo, Drª Ana, Dr. Júlio, Márcio, agradeço a presença de todos.

Não sei de quantas audiências públicas sobre agrotóxicos, Reginaldo, eu já participei desde Deputado Federal. Acho que sou o recordista aqui. E, além da fila, uma coisa que me chama atenção é essa coisa... Não é possível mais conviver com esse modelo. Não tem como. Nós temos que concentrar isso, tem que haver um comando só. Porque começa aquela história, "na saúde, não vamos abrir mão da questão médica". Eu, por

exemplo, é difícil eu raciocinar senão como médico. É muito difícil. Por isso tem que haver um órgão só. Não quero prorrogar esse debate, mas minha sugestão, até para a gente cumprir, é que, por exemplo, a Ministra Kátia Abreu, o Ministro Patrus, o Ministro Chioro...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Izabella Teixeira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... e a Izabella possam se reunir e decidir como vamos definir; com a nossa ajuda aqui, da Comissão, ter uma conversa a respeito disso, de como se vai colocar. Não precisa... Quer dizer, pode ser na Anvisa, o pessoal vai lá para a Anvisa; pode ser na saúde, o pessoal da Anvisa vai para lá. Tem que haver uma estrutura que tenha um único comando. Senão, não vamos sair disso. Isso é uma questão.

A questão da fila, da morosidade, aí tem de tudo. Agora, o que é mais diferente, e eu gostei, é o seguinte. Nós temos que atender a necessidade da agricultura. Para mim, isso é... Não tenho nada a ver com indústria, e não é essa a prioridade. A prioridade é a agricultura. A agricultura depende disso. Porque, senão, não adianta. Agora, não tem sentido dar prioridade à indústria A, B ou C. Para mim, não faz o menor sentido isso. Para mim, a prioridade... Como diz o Blairo, nós temos aqui a ferrugem na soja, qual é a prioridade? E aí, como existe uma fila, essa fila vai ter que ter como critério a prioridade da agricultura, e não a prioridade da indústria A, B ou C. Então, a minha resposta aqui é muito clara: a prioridade é o produto que a agricultura, sobretudo brasileira, tem que ter.

E é preciso ter cuidado mesmo com essas declarações. Há essas comparações com o Brasil. O Brasil é um país que... Querer comparar, por exemplo, o Brasil com um país europeu, não dá para comparar, gente! Nós temos um clima tropical. Aqui, nós temos o plantio do milho, a safrinha, a soja. Há lugares aqui em que você faz três colheitas ao ano, no Brasil. Não é tão incomum, é quase que já real. Em alguns lugares, o pessoal já está querendo colher quatro vezes ao ano, enquanto que lá, a neve, por si só, encarrega-se de neutralizar um monte de fungo, dessas pragas todas. Não temos isso aqui, mas temos o privilégio de produzir três vezes ao ano.

Então, essas coisas precisam ser pesadas. E aí temos o lado comercial, a disputa lá em cima. O Brasil é muito – muito – competitivo. E aí existe um pessoal que, às vezes, não raciocina, mas é usado, porque imagine... Uma vez, eu perguntei: "Está bem, orgânico, como se produz soja em grande escala desse jeito?" Não há como produzir!

Agora, é claro que, se você começar a criar barreira ambiental ou fitossanitária, começa a elevar o custo de produção dos nossos produtos. Elevando esse custo de produção, nós vamos colocar esse custo lá em cima e o nosso produto se torna menos competitivo. É o caso da agricultura europeia – agora nem tanto –, que era altamente subvencionada. Produzir açúcar a partir de beterraba e comparar com o nosso açúcar de cana, primeiro, o nosso tem melhor qualidade; segundo, o preço é lá embaixo. O produtor compete é com o tesouro europeu.

Essas coisas nós temos que olhar. Eu tenho certeza, Drª Ana, eu vejo, a gente sente na fala das pessoas a sinceridade, a vontade, a determinação. Eu quero elogiar o trabalho que vocês fazem na Anvisa. Eu sei que é um trabalho sério, mas temos que ver o conjunto.

O Márcio falou aqui claramente. Quando começamos a analisar, nós damos conta do prazo. O problema não é esse, o problema é que eles não conseguem a demanda. É por isso que eu falo: pegar a Kátia, o Patrus, a Izabella e perguntar: olha, como é que vamos resolver isso? Tem que dotar de mais servidores a estrutura? Tem que ter mais gente para fazer isso?

Temos que começar por aí. Vamos resolver isso nesta audiência pública? Não. Daí o meu encaminhamento, Senadora Presidente.

Ele falou em extensão rural. Eu sou médico. Estamos aqui com a chamada superbactéria. Não é muito diferente isso não. Primeiro, é falta de higiene e uso indiscriminado de antibióticos. O sujeito vai criando uma bactéria resistente, resistente e aquela resistente começa a proliferar. Daí a pouco, a população de bactéria resistente é tão grande que contamina o ambiente. Então, é a mesma coisa. Se não há um extensionista lá no local orientando como usar o produto, vai usar de forma errada, vai usar produto pirata, contrabandeado, e isso vai trazer resistência. O prejuízo é enorme.

É fundamental o trabalho da extensão rural. Não dá para pensar em fazer agricultura sem um trabalho. Eu sugiro que tratemos isso, primeiro, distensionando. Todos nós queremos a mesma coisa. Eu, como médico, a prioridade é a saúde, lógico. De que adianta ter uma grande produção com alimentos contaminados? Mas, como disse o Reginaldo aqui, a primeira coisa é ter a produção. Se não tiver o produto, fica difícil.

Eu tenho uma sugestão. Todo mundo conhece aqui o Nelson, do meu gabinete, um economista muito ligado ao setor rural. Cada um de nós tem um assessor, não é Ana? Então, vamos juntar e trazer como encaminhamento. Vamos conversar com os quatro ministros da área. Vamos ver se conseguimos, com essa parceria com esses quatro ministros, uma nova legislação, ou um novo modelo, para que possamos, a partir desse novo modelo, implementar e atacar de imediato, emergencialmente, a questão da fila. Para mim, a questão da fila

é o critério. O principal é atender à agricultura e não às indústrias. Eu acho que esse é um critério que diminui bem essa fila. Tem gente que está querendo guardar lugar, como disse a Silvia aqui.

Silvia, eu sempre fui parceiro, sou parceiro, não porque tenho interesse na indústria, mas acho que sem as indústrias, sem esses produtos, não tem como produzir. Eu não posso também criminalizar a indústria, os agrotóxicos. Dá a impressão de que o agricultor faz de maldade, não é?

Vou colocar aqui...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Vamos lavar a planta aí.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou encharcar isso aqui para...

Não faz sentido isso, não é? Não faz sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Moka, a sua sugestão é, primeiro, a conversa com os ministros...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É, eu acho que é isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ...promovida pela Comissão...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – São quatro Ministérios – MAPA, Meio Ambiente, Saúde e MDA –, mas o senhor falou de uma questão, Senador, que talvez hoje seja a mais viável e fundamental, porque envolve também as entidades que representam os agricultores. No caso, aqui está a CNA, mas também as outras entidades, como Fetag, Contag. Chama-se extensão rural.

Em todas as questões, o manejo inadequado de produtos representa riscos. Então, nessa questão é fundamental, porque quem é o extensionista hoje? É o vendedor do produto. É o combo, de que falou aqui o Dr. Márcio. Além de, eventualmente, ele não aplicar corretamente, vai perder dinheiro, porque ele vai pagar mais por um gasto que talvez não precisasse fazer nessa gestão dos produtos que são defensivos.

Então, considero esse ponto da extensão rural uma questão crucial sob todos os aspectos, assim como a uniformidade nos procedimentos.

O Senador Blairo Maggi...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É o mais difícil...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É, claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...porque você esbarra na perda de poder, naquela questão política, mas sem haver um modelo centralizado... Eu não estou dizendo... As atribuições continuam as mesmas, mas tem que haver um comando nisso e prazos para fazer isso funcionar, senão daqui a mais um mês, dois meses nós vamos participar de outra audiência pública para discutir o mesmo problema, que é a questão... Lembro uma vez que nós tivemos uma audiência pública aqui porque as abelhas estavam provocando uma distorção...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu fiz o requerimento. Eu fiz o requerimento sobre isso, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu me lembro daquilo. E depois se chegou à conclusão de que não tinha nada a ver com as abelhas. E o assunto morreu. Mas até aquela época...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Moka, o Dr. Márcio tem uma ponderação sobre esse tema.

O SR. MÁRCIO FREITAS – Só para esclarecer que o assunto não morreu. Ele continua em reavaliação no Ibama. As empresas estão desenvolvendo os estudos. No mundo inteiro está acontecendo isso. O Presidente dos Estados Unidos inclusive fez, no ano passado, uma força-tarefa para discutir esse assunto. Quer dizer, o assunto continua...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Na ordem do dia.

O SR. MÁRCIO FREITAS – O que arrefeceu, Senador, e considero importante destacar isso, é que nós chegamos a uma resultante, digamos assim, que não causou mais conflito. As empresas estão sendo pró-ativas no sentido de desenvolver os estudos requisitados pelo Ibama e os produtos estão no mercado com restrições que foram negociadas junto com a agricultura, então o Ibama e a agricultura estabeleceram os critérios para o uso dos produtos, no sentido de mitigar os riscos. Então nós conseguimos configurar uma situação em que o conflito se amenizou, digamos assim. Esse é um mérito de todos nós.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas eu me lembro de que, por conta disso, o pessoal queria... Lembra? O pessoal parou, tinha que parar de usar. E começou, lá no Mato Grosso...

Eu me lembro de ter ido à Casa Civil, porque o pessoal ficou desesperado. Em Serra, houve uma proibição: tem que tirar o produto e não pode mais ser usado. Era a lagarta de soja, se não me engano. Havia um produto que estava sendo usado. E fomos parar na Casa Civil, numa reunião emergencial. Virou um problema político aquilo.

Então, antes que isso aconteça, vamos pensar de forma mais tranquila como é que nós podemos fazer essas coisas acontecerem, sem ter que discutir as mesmas questões, porque elas são repetitivas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço, Senador Moka, as valiosas colaborações, também as explicações do Dr. Márcio. Casualmente, fui eu que requeri, provocada não por um produtor, mas por um cidadão que se interessava pelo assunto, talvez um ambientalista. O tema era interessante e o trouxemos para a Comissão de Agricultura.

Eu passo a palavra para o Senador Donizeti...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Senadora, se me permite.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ...porque acredito que ele quer apresentar os convidados que estão nos honrando com a presença aqui.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Isso.

Quero cumprimentar o Deputado Fábio Garcia, de Mato Grosso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Bem-vindo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ... Deputado Adilton Sachetti, também de Mato Grosso, que passam por aqui rapidamente para fazer uma visita à nossa Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ficamos muito felizes. Sejam todos bem-vindos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Também são ligados à agricultura. Os dois Deputados têm atuação grande na agricultura em Mato Grosso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – São sempre bem-vindos.

Com a palavra, o Senador Donizeti Nogueira, do PT, do Estado do Tocantins.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu cheguei um pouquinho atrasado, há duas das exposições que eu não ouvi, mas, do que eu ouvi das considerações feitas pelos colegas Senadores e pela Senadora, para mim, uma coisa está clara: eu penso que essa pode ser a melhor saída. Acho que há um conjunto de coisas a serem feitas, mas ter um órgão próprio, único, que reúna as três competências para trabalhar isso junto parece-me o melhor caminho.

Como resolver isso, acho que está sendo dado; vamos conversar com o Ministro e tudo, porque, se eu entendi bem, o produto da agricultura passa lá no Ibama, passa no MAPA e passa na Anvisa. É isso?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Anvisa é Saúde.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Pois é.

Então, se passa nos três lugares...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Quatro.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Ainda tem que ir para o Ministério da Saúde?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, não. A Anvisa é porque é vinculada à Saúde.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Anvisa, MAPA e Ibama, três lugares. Se têm que passar lá, são três trabalhos. Se há uma equipe trabalhando conjuntamente, não só se ganha tempo, como diminui-se o retrabalho e outras coisas mais.

Essa questão do trabalho ocioso, ou seja, por reserva, eu entro lá, peço o registro, vou ter que fazer, mas nem sei se, de repente, eu vou produzir o produto. Então, eu acho que precisa haver, no critério de avaliação para liberação do registro, o cronograma em que vai ser produzido esse produto. Se ele vai ser produzido daqui a 15 anos, então, eu vou deixá-lo lá no fim da fila e dar prioridade àquele que vai ser produzido daqui a 2 anos.

Eu entendi, quando a Drª Silvia, vice-presidente do sindicato, coloca, porque já sabe que vai demorar mesmo, então, "já estamos nos precavendo".

Também tenho ouvido – não é a primeira vez em que ouço isso aqui nesta Comissão – que, às vezes, pede-se o registro, mas não se vai produzir o produto e fica guardando tempo.

Acho que tem que haver um critério, um cronograma: "Estou pedindo o registro e quero entrar em produção desse produto em tal tempo".

Outra questão parece cisma, mas há retirada de produto que vem encomendada. Esse é o sentimento que temos, porque entra, no lugar daquele produto que foi retirado, outro que é três vezes, quatro vezes mais caro, sendo que aquele que era mais barato estava cumprindo a função, às vezes, bem. "Ah, mas há o problema ambiental, há o problema da saúde, etc." Eu não sei se isso é bem verdade. Eu fico na preocupação e na desconfiança de que é mais a ganância do retorno...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sr. Senador, se me permite, já que V. Exª levanta uma dúvida, eu gostaria que a representante da indústria desse uma palavra sobre essa dúvida,

porque penso que é bom, é um esclarecimento pelo qual, certamente, outros que estão acompanhando esta audiência estão interessados.

Por favor, Drª Silvia.

A SRª SILVIA DE TOLEDO FAGNANI – A retirada de produtos do mercado sempre vem depois de uma reavaliação – a retirada não voluntária. Ela sempre vem depois de uma reavaliação, normalmente promovida pela Anvisa, e agora nós temos algumas pelo Ibama.

Essas reavaliações deveriam ser provocadas por gatilhos internacionais, por alguma situação que aconteceu fora do País e que foi notificada: produtos que foram banidos em terceiros países ou que tiveram alguma notificação em convenções internacionais que motivam a Anvisa, no caso, que foi a que mais promoveu reavaliações, a começar a reavaliação.

Isso também acontece porque o registro no Brasil não tem prazo de validade, nem poderia ter, porque, se você leva 15 anos, para fazer um registro, estabelecer que o registro tenha 15, 20 anos, seria impossível. Então, a discussão do modelo é necessária.

O que acontece é que realmente algumas empresas deixam de ter interesse em defender suas moléculas, depois de algum tempo, porque elas são genéricas. E isso cai na mão de muitas empresas, e fica difícil – isso a gente reconhece –, mas o processo de reavaliação sempre é motivado por uma questão internacional, exceto no caso do glifosato, que aconteceu pelo excesso de uso, o que, a nosso ver, é uma aberração. Começou uma reavaliação porque era o produto mais usado, e não porque há alguma restrição internacional.

Então, essa é a situação atual.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Drª Silvia.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – (*Fora do microfone*.) o mais demandado e contrariava a concorrente ou por que ele estava causando algum dano?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Só um pouquinho.

Entra aqui um usuário, um consumidor, um produtor que conhece o usuário no sentido de usar o insumo, o agrotóxico.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Senadora, nós estamos cassando a palavra do Senador Donizeti Nogueira, mas é pelo debate.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, é porque ele levantou...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – A colocação que V. Exª faz é muito pertinente, mas esse início à retirada não significa que só a indústria é responsável. Quem faz a provocação no Ibama? Quem faz a provocação na Anvisa para retirar?

Eu também fico com sérias dúvidas se esse processo é um processo realmente de interesse público...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – De concorrência.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ... ou é de concorrência. É isso que a gente precisa olhar também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Bem levantado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Por fim, quanto a essa questão dos transgênicos, no que eu compreendo, que é muito pouco, a questão dos transgênicos é para diminuir o uso de agrotóxicos, porque ele tem resistência a algumas coisas etc.

Entretanto, há uma discussão de grupos no País, e eu não estou assumido posição A, nem B, mas, se o transgênico permite usar menos agrotóxico, em tese, ele deveria ser benéfico; eu quero pensar que ele é benéfico. Eu não tenho conhecimento suficiente e acho que vocês poderiam discorrer um pouco sobre isso.

Sobre a agricultura, existe a questão do manejo. E já foi falado aqui sobre a questão da assistência técnica. Eu vou falar só sobre uma questão.

Eu trabalhei, nos primeiros anos da minha vida, como supervisor de venda, na área agrícola. E eu vendia semente de milho. Na semente de milho, para espantar não sei o quê, coloca-se um corante, e ela fica meio vermelhinha.

Um dia, cheguei no campo. O cidadão estava plantando, estava tudo vermelhinho, e eu meti a mão, porque aquele vermelhinho do milho não fazia mal. E a semente que estava plantada estava pintada, mas era do Furadan, e eu fui parar no hospital.

Então, existe a questão do manejo que vai dar segurança para a saúde. E vai haver a questão do manejo também que vai controlar o uso, fazer a rotação necessária, para poder você também combater os inimigos da agricultura, porque, com rotação, algumas coisas você consegue combater.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu agradeço ao Senador Donizeti.

Agradeço também a presença do Senador Valdir Raupp, do PMDB, de Rondônia; do Senador Ronaldo Caiado, que esteve aqui; dos demais Senadores que nos prestigiaram; do Senador Acir Gurgacz, que é o nosso Vice-Presidente, também de Rondônia, do PDT.

Eu vou passar a palavra por dois minutos para cada um dos expositores, para que cada um faça uma...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Só gostaria de fazer uma brincadeira com o Senador Donizeti Nogueira. Quando o Furadan pega assim, tem que usar sulfato de atropina na veia. Na hora, resolve – é verdade, é um antídoto!

Uma vez, nós fizemos um plantio de arroz, em Mato Grosso, e tratamos a semente com Furadan. E veio um bando de pombos e começaram a desmaiar, a morrer. Montamos uma operação urgente lá: compramos muito sulfato de atropina e, quando o pombo caía, aplicava-se sulfato de atropina no pombo, e ele levantava e ia embora.

Então, aprendi bem com esse negócio! (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu passo a palavra, então, começando pela última expositora, a Drª Silvia.

Em seguida, o Dr. Reginaldo, o Dr. Márcio, o Dr. Júlio e, finalmente, a Srª Ana Maria.

A SRª SILVIA DE TOLEDO FAGNANI – Antes de mais nada, eu queria dizer, concluindo a questão da prioridade, que até a indústria concorda que quem deve estabelecer as prioridades é a agricultura. Realmente, os produtos são usados na agricultura. E entendemos que essa não deve ser uma concorrência da indústria, e sim uma decisão do Ministério, que é quem sabe o que deve ser priorizado ou não.

Mas continuamos dizendo que a priorização é a confissão do estabelecimento do caos no processo de registro. Então, nós ansiamos pelo momento em que o modelo seja mudado e que não haja mais essa fila, que não seja mais necessário guardar lugar na fila, a que também somos contra. Hoje, a reserva de lugar na fila se tornou um comércio de empresas que se estabeleceram no Brasil para fazer registros de gaveta. Isso é inaceitável. A indústria também tem problemas com isso e não quer que aconteça mais. Nós somos contra o registro de gaveta, somos contra a fila.

(Soa a campainha.)

A SRª SILVIA DE TOLEDO FAGNANI – Somos a favor da mudança do modelo e o estabelecimento de priorizações somente em situação paliativa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Drª Silvia.

Agora, o Dr. Reginaldo Minaré.

O SR. REGINALDO MINARÉ – O que temos discutido bastante na CNA é que toda essa gama de insumos de que o agricultor necessita para viabilizar a produção, comparada com a pujança da agricultura e da pecuária brasileira, a política de Estado voltada a esses insumos é uma política deveras acanhada. Aliás, não existe. E a mesma dificuldade que o agricultor encontra com relação aos defensivos ele encontra com relação a fertilizantes, sementes e mudas e rações.

Esses insumos, por exemplo, que estão quase todos concentrados na Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, fomentam um mercado bilionário, de mais de 100 bilhões ao ano. O trabalho de regulamentação e o trabalho de acompanhar as reavaliações de produtos tem que ser um trabalho deveras profissional, com visão estratégica por parte do Governo, porque é um mercado bilionário. E nesse universo de mercado bilionário há dezenas de mazelas. Por exemplo, a do mercado de registro.

(Soa a campainha.)

O SR. REGINALDO MINARÉ – O Estado promove o registro de determinado produto, por exemplo, um produto genérico, e ele pode não ser colocado no mercado por diversas razões. Talvez porque aquele que registrou queria vender o registro e não encontrou comprador. Talvez porque aquele que registrou seja o único detentor de um registro de genérico, de uma patente que já expirou, e ele pode alugar aquele registro para o interessado em manter o preço elevado do produto. Ele pode receber um aluguel anual desse registro e deixá-lo na gaveta, e o agricultor sem concorrência.

O agricultor precisa de concorrência no setor de insumos. Porque o preço do produto que o agricultor produz, na maior parte das vezes, é estabelecido em Chicago. O agricultor não estabelece preço. Então, ele tem que controlar custo. E se ele não tiver condições de controlar custo, não tem condições de competir. Isso está prejudicando o agricultor brasileiro, em especial a área de fruticultura, pois não há produtos, nem novos nem genéricos, e precisa haver.

Precisa ter um olhar diferente, precisa mudar o modelo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Trinta segundos, Senadora. Trinta segundos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador, eu prefiro interromper agora e depois voltar.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Mas é porque eu acho que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É pertinente o que ele está falando.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Na verdade – está aqui o Senador Blairo Maggi, que pode confirmar isto –, nos últimos dez anos pelo menos, praticamente triplicou a produção no País. E me parece que as estruturas de atendimento para isso continuam as mesmas de há quinze, vinte anos. Daí já se vê que falta investimento nessa área, que é o que ele está dizendo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E foi a constatação de todos que aqui fizeram exposição, de todos os órgãos do Governo, especialmente.

Muito obrigada, Dr. Reginaldo Minaré, pela conclusão.

Dr. Márcio Freitas, com a palavra.

O SR. MÁRCIO FREITAS – Eu vou ser bastante breve.

Eu gostaria, primeiro, de cumprimentar a todos. Acho que chegamos rapidamente, em pouco tempo, a um consenso bastante razoável em relação a quais são os problemas. Talvez não tenhamos o mesmo consenso em relação a soluções para o problema, mas já é uma grande coisa nós consensuarmos em dois ou três pontos fundamentais para resolvermos o problema que estamos enfrentando e que é reconhecido por todos.

Acho muito interessante as propostas que saíram, os encaminhamentos para a solução dos problemas. Temos concordância com praticamente tudo que foi colocado aqui.

Como eu comentei, provavelmente, o único temor que nós temos é que nós, que trabalhamos nessa área há bastante tempo e vivenciamos o problema, naturalmente, temos a pretensão de saber quais são as soluções. Às vezes, tememos um pouco aquela velha prática de jogar a criança fora junto com a água do banho. Então, na hora de resolver o problema...

Mas acho que foram boas as situações e os encaminhamentos, as propostas de encaminhamento foram muito felizes no sentido de conjugar os esforços e reunir os interessados. Acho que a gente vai num bom caminho dessa forma.

E, como eu disse, acho que estamos num bom caminho para a solução. Precisamos só ter essa atenção com relação a onde atacar, porque muitas vezes pensamos... O risco que eu temo, particularmente, é que percamos a experiência que temos. De fato, hoje, temos, no País, equipes bem estruturadas e uma boa concepção de quais são os problemas.

As ideias de comando único, as ideias de racionalização e de critérios para a fila são bem-vindas, acho que ninguém discorda que isso daria mais celeridade ao processo.

Precisamos discutir esse modelo, e aí é preciso, de fato, fazer um debate bastante amplo.

Cumprimento a todos e agradeço a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço, Dr. Márcio.

Já passo a palavra para o senhor, Senador Moka.

O Dr. Márcio falou que, num curto espaço de tempo, pudemos passar o assunto. Aqui, os Senadores dizem que sou muito apressada, Dr. Márcio, mas acho que a objetividade traz um rendimento maior, e isso, realmente, é muito importante.

Passo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou ser muito objetivo. A primeira condição de conversar com os ministros é que os ministros tenham... Quero conversar e dizer para eles: queremos que os ministros decidam politicamente – depois de ouvir as pessoas que estão diretamente trabalhando nisso, é evidente. É evidente que a Anvisa, a ANA têm que ser ouvidas; no Ibama, no MAPA, a mesma coisa. Quer dizer, a decisão pode ser política, mas quem vai dizer o que não funciona e o que funcionaria num outro modelo, eu vou defender que sejam vocês ou pelo menos quem vocês indiquem junto aos ministérios.

Agora, não dá para tomar uma decisão nesse nível sem começar a conversar com os ministros da área. Não acredito, porque a solução política vai passar por essa decisão. Nunca me passou pela cabeça, e tenho certeza de que pela cabeça de ninguém aqui, que essa decisão possa ser tomada, ainda que politicamente, sem que a parte mais importante sejam os técnicos que vivenciam isso há 20, 25 anos. Jamais. Tenho certeza de que a Comissão não cometeria esse equívoco nunca.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Essa é a posição da Comissão, Senador Waldemir Moka.

Passo a palavra, então, ao Dr. Júlio Sérgio de Britto, que aqui representa o Ministério da Agricultura. Ele é o Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária.

O SR. JÚLIO SÉRGIO DE BRITTO – Muito rapidamente, eu queria concordar com as deliberações da Comissão. Foi bastante produtivo, foi bastante elucidativo para todos nós no sentido da necessidade que temos de rever esse assunto, de procurar as soluções para essas dificuldades que temos encontrado no campo.

E eu queria salientar aqui, finalmente, as preocupações que temos quando defendemos que a prioridade da agricultura é para a agricultura e tem que ser para a agricultura.

Segundo um estudo recente de ameaças fitossanitárias de pragas que não existem, pragas exóticas na agricultura brasileira, levantamento realizado dentro do Departamento de Sanidade Vegetal, com o apoio da Embrapa, são mais de 400 ameaças fitossanitárias a todas as lavouras de produção agrícola brasileira.

Mais recentemente, tivemos evidência de novas pragas que entraram no País: planta daninha, um *amaranthus*, uma espécie de caruru exótico ao País, que vai demandar um esforço muito grande; um nematoide na folha da soja; uma nova espécie de helicoverpa na Região Norte de País, que é uma espécie mais resistente a condições de seca.

Com relação especificamente ao que foi colocado pelo Senador Donizeti, a questão dos produtos transgênicos, da biotecnologia, da vinda da biotecnologia, tem-se discutido muito que ela promoveu o aumento de uso de um determinado produto. Isso não é muito real. Houve o aumento de uso de um produto, porém em detrimento da redução de uso de vários produtos, que permite o controle eficiente de plantas daninhas com apenas um produto.

E também quero destacar a linha da biotecnologia, que insere resistência a pragas e, com isso, reduz o uso de produtos agrotóxicos, principalmente inseticidas, que é a linha que o Ministério e todos nós temos procurado evidenciar em termos de linha de produtos mais eficientes, com riscos toxicológicos e ambientais menores. Nessa linha, os produtos biológicos são de interesse não só da agricultura, como também, principalmente, dos órgãos de meio ambiente e de saúde e da própria indústria, de busca direta de produtos cada vez mais eficientes e cada vez menos restritivos, do ponto de vista de saúde e meio ambiente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Júlio.

Para a última manifestação, passo a palavra à Drª Ana Maria, representante da Anvisa.

A SRª ANA MARIA VEKIC – Eu queria agradecer a oportunidade. Como o Senador Waldemir falou, já participamos de muitas audiências públicas, inclusive para discutir esse mesmo assunto, na Câmara.

Queria parabenizar os Senadores que estiveram aqui pela qualidade dos questionamentos e das posições de cada um de vocês. Isso reflete uma maturidade – talvez até pelo grande número de audiências públicas – na discussão desse assunto e acho que ela tem que prosseguir sim, e muito.

Realmente, não é a priorização que vai resolver tudo, mas há muitas outras coisas que precisam ser tratadas em conjunto.

Quanto à questão de um único órgão – o Minaré citou que visitou o Canadá e Estados Unidos –, existem alguns países que têm cinco, seis agências trabalhando. A União Europeia tem cinco ou seis e ainda tem uma autoridade para toda a União Europeia, que é a EFSA.

Tive oportunidade de conversar com a diretora da agência do Canadá e ela diz que não feliz ficando em uma agência só. Então, são várias coisas que precisam ser discutidas. É preciso ouvir a experiência dos outros e qual é o nosso melhor modelo.

Eu só preciso fazer um comentário, Senadora, se a senhora me permite, que acho muito relevante para a discussão, que é a questão das reavaliações, especificamente do glifosato, que foi mencionado. O glifosato vem sendo reavaliado no mundo inteiro e foi concluída a reavaliação na União Europeia há pouco. Os Estados Unidos também estão reavaliando. Ele foi revisto pela Agência Internacional de Câncer, referência para a Organização de Saúde agora, e ela concluiu características que são proibitivas. Essa discussão, para nós, Senador Blairo Maggi, passa, primeiro, por aquilo que está determinado por lei. Algumas características determinadas por lei não nos permitem, tecnicamente, tomar outras decisões. Essas decisões têm que ser tomadas em outra instância mesmo.

Um dos motivos da reavaliação do glifosato foi a solicitação da própria Monsanto, que é a empresa proprietária da molécula, que queria fazer uma revisão da ingestão diária aceitável, que é estabelecida pela Anvisa.

Uma das questões internas do País são os casos de intoxicação e os casos em que encontramos resíduos acima dos limites. Como o glifosato é um dos produtos mais usados no País, evidentemente o número de intoxicações também aumenta, em detrimento disso.

Eu queria deixar aqui também outra questão muito relevante para nós, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que é a questão das reavaliações e de outra fila que podemos ter que assumir, que é uma fila judicial.

Nós recebemos uma determinação, uma liminar judicial, agora, para que a Anvisa proceda à reavaliação de cinco produtos que estão faltando. Recebemos outra ação, da Justiça de São Paulo, para reavaliar um produto que não estava na nossa lista. Recebemos uma recomendação do Ministério Público em função da soja transgênica resistente ao 2,4-D, que reavaliássemos o 2,4-D.

Então são pautas muito complexas que vão entrando na nossa agenda.

Nós temos o prazo de 90 dias para reavaliar todos esses produtos. É evidente que nós vamos parar praticamente todo o setor para colocar essas pessoas nessa reavaliação. E a responsabilidade que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem ao tomar uma decisão é muito grande. Então, se contrariarmos a Agência Internacional de Câncer, referência para o Ministério da Saúde, nós temos que ter muitos argumentos técnicos. Nós não podemos tomar uma decisão inconsequente, retirar um produto do mercado se não tivermos argumentação.

Então, esse prazo vai ser muito curto, nós não temos a decisão final do IARC publicada e nós temos outros produtos na reavaliação que são problemáticos também. Posso citar alguns, como Carbofurano, que é um produto problemático, o Paraquat, que é um herbicida também problemático, o 2,4-D, que está sendo revisto. Então, isso precisa de muita fundamentação técnica, porque as indústrias têm muito poder em sua mão para buscar toda a ciência do mundo a fim de comprovar que o produto não é tóxico, que ele não causa problema. E nós temos que ter toda a estrutura técnica, formação e capacitação na nossa área técnica para nos contrapor a isso, porque nós recebemos Prêmio Nobel para discutir conosco na Anvisa a respeito das condições técnicas de uma reavaliação.

Nós somos extremamente questionados. Essa questão é muito polarizada no País. Da mesma forma que a Comissão de Agricultura está pedindo celeridade na fila e a aprovação de produtos, nós temos outras comissões que nos pedem exatamente o contrário: não aprovem produtos, retirem produtos.

Então, todas as nossas ações e decisões têm que estar muito bem fundamentadas tecnicamente, para que nós tenhamos segurança nas nossas decisões. E é isso que nós vimos buscando, e precisamos de tempo para isso, precisamos de formação.

Outra coisa que eu queria deixar para vocês é que foi a própria Anvisa quem motivou e identificou alguns casos de informes de avaliação toxicológica que saíram em desacordo com o que deveria ter saído, foi a própria Anvisa quem solicitou a auditoria que encaminhou esses casos para a Corregedoria e depois o Senado motivou essa auditoria especial do TCU que foi concluída.

As principais conclusões dessa auditoria, eu posso resumir em duas: todos os órgãos que participam do processo precisam de mais gente trabalhando e nós precisamos de um sistema conjunto que nos dê possibilidade de trabalhar, porque um sistema pode nos ajudar mais do que um único órgão nessa questão. Não estou minimizando um único órgão, mas são questões fundamentais que precisamos analisar.

Eu gostaria, mais uma vez, de parabenizá-los pela riqueza das discussões e de fazer um comentário sobre o que Senador Blairo citou, que considero relevante para a nossa discussão.

O senhor disse que o algodão hoje tem um custo de US$450 por hectare, enquanto a soja tem um custo de US$170 por hectare. O que isso significa? O algodão tem uma cultura milenar. O desenvolvimento de resistências a pragas é muito maior, como o senhor mesmo disse.

Então, práticas agronômicas precisam ser adotadas em conjunto. A solução não é a única ferramenta necessária, senão o custo vai aumentar. E nós sabemos que o algodão deixou de ser produzido no País há muitos anos por causa disso. É uma questão com que a soja pode se deparar daqui a algum tempo, e não está vinculada somente ao registro.

Há alguns exemplos que eu citei, como o do cacau, e o senhor citou o da batata, que precisamos trabalhar da forma como vocês estão propondo, de uma maneira holística e responsável, uma vez que o Brasil tem por mérito a produção agrícola. É o indicador principal do nosso PIB. Se quisermos continuar assim, nós temos que pensar como os senhores estão propondo: com maturidade, com tranquilidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria agradecer novamente à Drª Ana Maria, que é Gerente Geral de Toxicologia da Anvisa, ao Dr. Júlio Sérgio de Britto, Coordenador Geral do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, ao Dr. Márcio Freitas, Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Ibama, ao Dr. Reginaldo Minaré, Coordenador de Insumos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA, à Drª Silvia de Toledo Fagnani, Vice-Presidente Executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg).

Todos deram uma excelente contribuição, mas agradeço especialmente, e mais ainda, aos Senadores que aqui contribuíram para já formatarmos um elenco de procedimentos necessários, que não se esgotam, caro Senador Blairo, Senador Moka, Senador Donizeti. Vamos tentar um encontro com os Ministros, isoladamente, e também buscar, com a Consultoria Legislativa do Senado, alguns procedimentos em relação às questões. Mas

todas elas dependerão de uma oitiva dos próprios encarregados desse serviço, que também têm uma escassez de recursos humanos na elaboração desses registros.

Nós estamos falando de um País, como reconhece a FAO, que será o maior protagonista mundial na oferta de alimentos. Então, nós temos que ter essa responsabilidade, não apenas com o consumidor brasileiro, do ponto de vista da saúde e da sustentabilidade; do ponto de vista do produtor, da sua saúde, da sua sustentabilidade; do ponto de vista do sistema produtivo brasileiro com tecnologia que permita dar sustentabilidade com preservação ambiental, com produtividade e competitividade. Hoje se diz que o Brasil é um produtor competitivo da porteira para dentro; da porteira para fora, não, porque falta toda a estrutura, inclusive essa da regulação, em que a escassez de recursos humanos fica muito clara e muito evidente.

Aliás, apenas para lembrar, quando esta Comissão discutiu as agências reguladoras no Brasil, que têm um papel extremamente relevante, não apenas a Anvisa, mas todas elas, viu-se que apenas uma ou duas estavam funcionando nos padrões internacionais. No resto, estavam todas elas dependendo de execução orçamentária, com contingenciamento orçamentário impactando seu funcionamento e sua funcionalidade, portanto, não tendo o funcionamento que é a interface entre quem produz e quem consome – serviço ou produto.

Então, eu queria agradecer imensamente a todos os expositores e dizer que esta Comissão está aberta também para que eles tragam alguma eventual sugestão, porque aqui nós já vimos algumas propostas que foram oferecidas.

Queria também lembrar aos colegas Senadores sobre a audiência pública a ser realizada na quinta-feira, da mesma forma como foi feita hoje esta audiência pública. Senador Blairo Maggi, que levantou a questão sobre por que estamos fazendo este debate, por conta de um aviso, o disposto na Resolução no Senado, foi convocada uma audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para debater o Programa Nacional de Reforma Agrária, em nível nacional, especialmente a ocupação irregular de lotes; a situação do assentados em relação à questão ambiental; a aptidão produtiva dos imóveis destinados à reforma agrária; e viabilidade dos assentamentos no País, com o intuito de buscar alternativas para o aprimoramento desse processo, com a presença dos seguintes convidados: Ministro do Desenvolvimento Agrário ou seu representante; Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e representante do Tribunal de Contas da União. Esse requerimento é do Senador Benedito de Lira.

Comunico também que será realizado, na cidade de Ijuí (RS), o 8º Seminário do Ciclo de Debates e Palestras desta Comissão, no dia 10 de julho, sexta-feira próxima, às 14h, no auditório da Unijuí, com a finalidade de tratar do seguinte tema: "Mercados e Perspectivas para o Futuro da Produção Leiteira do nosso País".

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Desculpe, eu fiz uma... Esse requerimento da reforma agrária vem também de um parecer do Tribunal de Contas que não está explícito aqui no requerimento; ele é do Senador Rubem Figueiró, que teve a missão de também representar. São dois avisos do TCU: o primeiro, sobre a questão dos agrotóxicos; o segundo, sobre a questão da reforma agrária. Apenas para esclarecer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, o Senador Ruben Figueiró, que não tem mais assento aqui, tinha dois caminhos: podia deixar aí na mesa e dizer aos Senadores que tomassem conhecimento do TCU, ou optar pelo caminho que acho foi o mais proveitoso. A recomendação do TCU acabou rendendo uma audiência pública que, sem sombra de dúvida, produziu um efeito.

Eu só apenas quero dizer que, quando falamos em comando único, nós não estamos pensando num único organismo. É um comando único, mas com os organismos, evidentemente, que já estão envolvidos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu entendo como política de governo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É, mas o comando tem que ser único. Há uma coordenação, alguém que decida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Moka, eu lhe agradeço muito, sobretudo por essa observação de V. Exª, lembrando o nosso querido Senador Ruben Figueiró, que teve aqui uma destacada atuação nesta Comissão e é do seu Estado.

Essas recomendações acontecem em todas as demais comissões, dependendo do tema. V. Exª chama a atenção de ele poder ter optado, digamos, por mandar arquivar ou fazer alguma recomendação, mediante um parecer da consultoria técnica, que podia ter sido feito. E eu penso que, quando nós decidimos fazer isso, foi não apenas para valorizar o trabalho da auditoria do TCU, que é um órgão fundamental a cada dia que passa, não apenas nessa área, mas em todas as outras em que tivemos a convivência.

A colaboração que o TCU tem dado como órgão fiscalizador, mas, sobretudo, a iniciativa do Senador Ruben Figueiró de valorizar a auditoria do TCU e a decisão da Comissão, ao acolher essa iniciativa, estão respondendo a um compromisso com a sociedade brasileira, não apenas com os agricultores, mas com a sociedade brasileira, que são os consumidores.

Não podemos pensar apenas em quem compra o nosso produto lá fora, Senador Blairo Maggi, mas também devemos pensar que o maior consumidor está aqui dentro do nosso País, aqui dentro.

Então, quando se fala de carne de abate clandestino, temos que ver que o maior interessado é o brasileiro, que é ele que está consumindo 80% da carne produzida no País. E, de novo, o Mato Grosso é um dos grandes produtores brasileiros...

(Intervenção fora do microfone.)

(*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Há controvérsias sérias, porque eu sou do Rio Grande do Sul e tenho que defender o melhor churrasco. E a minha terra, Lagoa Vermelha, Senador Moka, não adianta...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vocês não estão falando daquele *tucurin* que há lá, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Do quê?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Daqueles boizinhos que fogem da fronteira da Argentina para cá. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ah, Senador, isso acontece só com o defensivo, em que há contrabando. Com o gado não. O gado vem sozinho, não precisa trazer.

Senador Moka, muito obrigada. Obrigada a todos os Senadores e aos nossos palestrantes. Muito obrigada a todos os que acompanharam esta audiência pública.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE JULHO DE 2015.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia oito de julho de dois mil e quinze, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia**,** reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: Donizeti Nogueira, Delcídio Amaral, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, José Medeiros, Paulo Rocha, Lasier Martins, Ricardo Ferraço e Elmano Férrer. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao **PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2015-CN – PLDO 2016**. O Senhor Relator, Senador Waldemir Moka, profere a leitura do relatório. Em seguida a Presidente coloca em discussão. Usa da palavra para discutir o Senador Donizeti Nogueira. Encerrada a discussão passa-se a votação do Relatório o qual é aprovado com louvor. São as seguintes emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA: **Emenda nº 1-(METAS E PRIORIDADES):** Ação 20ZV: Fomento ao Setor Agropecuário – Acréscimo de meta: 60.000 – Produto: Projeto/apoiado (unidade); **Emenda nº 2-(METAS E PRIORIDADES):** 210X: Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – Acréscimo de meta: 1.000.000 – Produto: Território apoiado (unidade); **Emenda nº 3-(METAS E PRIORIDADES):** Ação 20Y0: Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola – Acréscimo de meta: 20.000 – Produto: Iniciativa de Fomento Implementada (unidade); **Emenda nº 4-(TEXTO):** Emenda aditiva – Item 63; **Emenda nº 5-(TEXTO):** Emenda aditiva – Item 63; **Emenda nº 6-(TEXTO):** Emenda aditiva – Item 63; **Emenda nº 7-(TEXTO):** Emenda modificativa – Artigo 3; **Emenda nº 8-(TEXTO):** Emenda aditiva – Artigo 35; **Emenda nº 9-(TEXTO):** Emenda modificativa – Artigo 90 Parágrafo 5; **Emenda nº 10-(TEXTO):** Emenda aditiva – Item 63. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 24ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião se destina à apreciação das emendas desta comissão ao Projeto de Lei nº 1, de 2015, do Congresso Nacional (Mensagem nº 98/2015, na origem), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.

Esclareço que foram apresentadas 76 emendas à LDO, sendo 35 de texto e 41 de inclusão de metas.

Eu, com muito prazer, concedo a palavra ao Senador Relator Waldemir Moka, para proferir o seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srª Presidente, primeiro agradeço a designação de V. Exª para que eu fosse o relator da LDO na Comissão de Agricultura.

Relatório.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1, de 2015, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (LDO 2016) compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2016, nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e do parecer preliminar de que trata os seus arts. 85 e 86, a Comissão de Agricultura tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que propõe alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2016:

A) texto do projeto;

B) anexo 1 – relação dos quadros orçamentários consolidados;

C) anexo 2 – relação das informações complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2016;

D) anexo 3 – despesas que não serão objeto de limitação de empenho;

E) anexo 4.1-A – metas anuais 2016 e 2018;

F) anexo 4.2 – demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não havendo limite quanto ao número de emendas de texto.

O anexo de metas e prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão e de ações constantes da Lei Orçamentária para 2013 e 2014, bem como de ações decorrentes de iniciativas constantes do Plano Plurianual 2012 a 2015, Lei 12.593, de 18 de janeiro de 2012, observado o limite de três emendas por comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Encontram-se em análise por esta Comissão 76 propostas de emenda, sendo 35 ao texto e 41 ao anexo de metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.

É o relatório.

Análise.

As propostas de emendas ao texto 24 a 48, 50 e 52, todas do Senador Flexa Ribeiro, são de competência regimental de outras comissões. A impressão que tenho é de que a assessoria do Senador Flexa Ribeiro mandou todas as suas emendas para esta Comissão, sendo que, evidentemente, nós aproveitamos as que são da Comissão de Agricultura e inadmitimos as outras porque não tem como acolhê-las nesta Comissão, mas sem prejuízo de ele apresentá-las individualmente.

Devem ser admitidas pela Comissão de Reforma Agrária e Agricultura e oferecidas às respectivas comissões ou diretamente à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Comissão Mista de Orçamento, como emenda individual ao projeto da LDO 2016.

As demais propostas de emendas são restritas às competências regimentais desta Comissão, além de atenderem às disposições constitucionais. O mérito de cada emenda será devidamente avaliado no momento oportuno, pela Comissão Mista de Orçamento.

Todas as emendas de texto, como não há limite, nós admitimos e encaminhamos à Comissão Mista de Orçamento.

Voto.

Do exposto, somos pela apresentação por esta Comissão das emendas ao texto da LDO 2016, nos termos das propostas 15, 17 e 18; do Senador Waldemir Moka, 49; 51, do Senador Flexa Ribeiro; 55, do Senador Donizeti Nogueira; e 58, da Senadora Ana Amélia.

Esse é o texto que pede que os recursos da Embrapa não sejam contingenciados, Srª Presidente.

Adicionalmente, adotamos o critério de uma emenda para cada um dos três Ministérios. Esta Comissão é diretamente ligada ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca. Então, cada um dos Ministérios mereceu uma emenda, e as emendas escolhidas foram aquelas que tiveram a maior convergência. É um critério absolutamente democrático e, a meu juízo, o mais justo possível.

Adicionalmente ao atendimento de maior número de propostas apresentadas, somos pela apresentação, por esta Comissão, das emendas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, nos termos:

1) da Proposta nº 20 na Ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura, do Senador Romero Jucá, porque foi o que apresentou primeiro, nela aglutinadas as Propostas: 2, do Senador Waldemir Moka; 13, do Senador Valdir Raupp; 54, do Senador Donizeti Nogueira; 60, do Senador Acir Gurgacz; e 75, Senadora Lúcia Vânia. Vejam a quantidade de Senadores que apresentaram a mesma proposta. Daí a nossa escolha.

2) da Proposta nº 64 na Ação 210X – Apoio ao Ministério do Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Senador Acir Gurgacz, nela aglutinada a Proposta 6, do Senador Waldemir Moka;

3) Proposta nº 9, da Ação 20Y0 – Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola do Ministério da Pesca e Aquicultura, do Senador Waldemir Moka, nela aglutinada a proposta do Senador Acir Gurgacz, conforme quadro abaixo.

Então, Srª Presidente, o critério utilizado foi uma emenda para cada ministério e, das emendas escolhidas naquele ministério, as que foram as mais convergentes.

Esse é o nosso voto, esse é o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Srªs e Srs. Senadores.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor, eu queria muito agradecer ao consultor jurídico, da Consultoria do Senado, o Consultor Lacerda. Sem ajuda do Lacerda, evidentemente, nós não teríamos apresentado esse relatório, Srª Presidente. Então, ao Lacerda e à minha fiel escudeira, a Érika, meu muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como Presidente da Comissão, quero endossar o registro e o agradecimento à assessoria da Consultoria Legislativa e à assessoria do gabinete do Senador Waldemir Moka, que foi o nosso zeloso, competente e dedicado relator.

Em discussão, o voto do Senador Waldemir Moka.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidenta, boa tarde, sempre rigorosa com o horário.

Senador Waldemir Moka, nosso relator, acabei não seguindo todo o texto. Para compreensão minha, esse conjunto de propostas e emendas aqui será incluído?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – As emendas do texto, essa aqui, por exemplo, fomento ao setor agropecuário Matopiba, está acolhida aqui. Da Senadora Ana Amélia também, é uma aditiva, a sua é modificativa, da Embrapa, pesquisas e inovações para a agropecuária. As emendas de texto não têm limite, então,as encaminhamos dentro do relatório para a Comissão Mista do Orçamento. Não sei se fui claro.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Agora, para mim, está claro. Então, está contemplada, como emenda de texto, essa do Matopiba.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Feitos os esclarecimentos, o que me resta é parabenizar o Senador Moka, que, em tempo tão curto, conseguiu produzir um relatório tão bom, graças à assessoria da Comissão e à assessoria legislativa do Senado, e dizer que está muito bem colocado e que estou de acordo com o relatório do nosso Relator Waldemir Moka.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria agradecer a presença dos Senadores e agradecer de novo a valiosa colaboração do Senador Moka, que, em breve tempo... Eu queria pedir desculpas a ele, porque foi avisado tardiamente. A Comissão teve um descuido na comunicação e, aí, vale à Presidente, mais do que ninguém, pedir desculpas, mas saber que estávamos dando a um exemplar Senador a missão de preparar isso. Como ele sabia que dispunha de uma colaboração muito eficiente e competente da Consultoria Legislativa do nosso Senado, só me resta pedir que sua assessoria, Senador Moka, pela produtividade de suas emendas, dê umas aulinhas à minha assessoria, nessa área, Senador. Vamos aprender muito.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, conto com a Érika, que tem larga experiência nessa questão orçamentária. Ainda hoje, tive que justificar na CAS a quantidade de emendas, mas porque apresenta de forma regimental e de forma oportuna, olhando o que contém o Orçamento. Mas eu queria deixar claro que, na verdade, o Dr. Marcelo conversava com a Érika, os dois conversando como se V. Exª tivesse falado comigo, e eu já soubesse. Eu, lamentavelmente, não sabia, mas acho que também não atrapalhou em nada, o relatório ficou pronto a tempo. Sinceramente, esse é o critério que eu apresentaria de qualquer jeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria dizer, Senador Moka, por estar aqui, o Senador Donizete também, na convivência, o Senador Moka introduziu na análise de orçamento seto-

rial das comissões temáticas, quando presidiu a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, nos dois exercícios parlamentares anteriores – no ano passado e ano anterior –, introduziu esse mecanismo de juntar, de aglutinar emendas análogas para igual finalidade.

Com isso, democraticamente, acolheu em grupos por temática. No caso da CAS, temática. Aqui, como ele explicou muito bem, no caso da CAS, teríamos o Ministério da Saúde, mais precisamente, e financiamento da saúde. Aqui temos três ministérios, com naturezas distintas, com igual interesse: da Pesca, do Desenvolvimento e Reforma Agrária, e o próprio Ministério da Agricultura.

Então, esse modelo tem sido extremamente elogiado, porque contempla a maior parte das emendas propostas, por áreas de interesse. Também, pela Comissão, tomei a iniciativa de festejar a Matopiba, porque acho que, mesmo não sendo da região, como Presidente, é relevante o projeto apresentado por V. Exª.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidente, primeiro só tenho a agradecer pela oportunidade de estar convivendo com a experiência de vocês e dizer que podem contar comigo, como membro da Comissão, como da equipe, para a gente fazer as coisas sempre da melhor maneira para o povo brasileiro.

Embora eu não soubesse, fico contemplado, acho que é a maneira mais correta, estaríamos, inclusive, provocando retrabalho desnecessário se não aglutinássemos. Está de parabéns o Senador Moka, pelo trabalho que realizou antes e hoje nesse relatório.

Senador, parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço muito, temos que festejar.

Não havendo mais quem queira discutir, está em votação o relatório muito competente do Senador Waldemir Moka.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, com louvor, do Senador Moka, que passa a constituir o parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Será feita a comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 48 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2015.

Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença do Senhor Senador Hélio José. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Vicentinho Alves. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, para tratar da integração das universidades com o setor empresarial na promoção do avanço técnico-científico para a inovação, atendendo ao Requerimento nº. 31/2015-CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Igor Manhães, Diretor de Fomento à Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; Milton Mori, Diretor Executivo da INOVA – UNICAMP; Cláudio José Marinho Lúcio, Consultor; Luís Afonso Bermúdez, Decano de Administração da Universidade de Brasília – UnB; Célio Cabral de Sousa Júnior, Gerente da Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às dezessete horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Uma boa tarde. Boa tarde a cada uma e a cada um.

Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza hoje, 29 de junho de 2015.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2015, desta Comissão, que tem por objetivo tratar do tema integração das universidades com o setor empresarial na promoção do avanço técnico–científico para inovação.

Para tal, tenho a honra de convidar para compor a Mesa os expositores seguintes: Igor Manhães, que é Diretor de Fomento à Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Milton Mori, Diretor Executivo da Inova, Unicamp; Cláudio José Marinho Lúcio, consultor da empresa Porto Marinho; Luís Afonso Bermúdez, Decano de Administração da Universidade de Brasília – está chegando –; e o Sr. Célio Cabral de Sousa Júnior, que é Gerente da Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Eu comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou programas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou do Alô Senado, através do número 0800- 612211.

Passamos às exposições.

Durante o curso desta audiência, a Mesa poderá fazer questionamentos e comentários, mas nós vamos nos guardar, sobretudo para o final, salvo com o conjunto de perguntas que enviamos – não é isso? – e que eu vou ler, para que quem esteja nos assistindo saiba. Na medida do possível, eu gostaria muito de que cada um de vocês respondesse a uma, duas ou todas.

A primeira, que vem dividida em duas: no seu ponto de vista, quais são as principais dificuldades para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação? E o que fazer para incrementar a produção científica e tecnológica do País? Fico com vontade quase que de parar nessa pergunta, porque ela é de uma abrangência e de uma importância muito grande, tanto que eu vou repetir, depois faço a outra: no seu ponto de vista, quais são as principais dificuldades para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação? E o que fazer para incrementar a produção científica e tecnológica do País?

A segunda seria: quais são as principais dificuldades que enfrentam aqui, especificamente, os parques tecnológicos e as incubadoras de empresas em nossas universidades?

Terceira: há diversos aportes de distintas origens sobre as dificuldades das instituições científicas e tecnológicas em realizarem compras e contratações necessárias para dar a devida celeridade às pesquisas. Há inclusive críticas ao uso da Lei nº 8.666/93 nesse campo. A pergunta é: qual é a sua opinião? Como ultrapassar esse obstáculo? Ou seja, a Lei 8.666 é um entrave ao funcionamento do sistema nacional de ciência e tecnologia. Como ultrapassar esse obstáculo?

Quarta: o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa, assim denominado Fundo Verde-Amarelo, criado em 2004, tem cumprido o seu papel, mas o que se pode fazer para melhorá-lo?

Quinta: quais são as dificuldades de se conceder bolsas para atividades de extensão e transferência de tecnologia?

E sexta e última: como adotar um regime especial que permita que universidades e institutos de pesquisa retenham talentos, sobretudo no campo da inovação?

Essas são as perguntas que nós fizemos. Como vocês percebem, nós não fomos muito dentro do tema central, que é a relação universidade-empresa, mas vocês têm toda a liberdade de falar sobre isso.

Nós temos aqui um limite geral entre dez e quinze minutos, mas não vamos cortar a palavra sem mais nem menos. A única coisa é que 18 horas teremos que terminar.

Vou passar a palavra, na ordem da chamada que fiz, começando pelo Igor Manhães.

O SR. IGOR MANHÃES – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador Cristovam Buarque, e em nome dele, cumprimento todos aqui presentes na Mesa.

Em primeiro lugar, gostaria de pedir desculpas, em nome do Ministro Armando Monteiro e também do Secretário de Inovação, Marcos Vinícius de Souza. Ambos estão em missão para Estados Unidos, juntamente com a Presidente da República, não puderam participar aqui e me pediram que os representasse.

É uma honra, Senador, falar de um tema tão caro e tão importante como a interação universidade-empresa. Esse tema é de fundamental importância, norteia as ações da Secretaria de Inovação e do MDIC e também norteia as ações de diversos outros órgãos, como o Ministério da Ciência e Tecnologia, de uma política industrial, de uma estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação, e, também, de projetos de leis que tramitam aqui nesta casa e também na Câmara dos Deputados. Um exemplo, o PL nº 2.177, que tramita na Câmara dos Deputados, que, em breve, deve vir ao Senado; e também o Projeto nº 619, que foi colocado aqui com o mesmo tema.

Começo com eslaides, sei que a maioria de vocês já conhecem, mas é para ressaltar e mostrar a importância e o peso da academia da ciência tecnologia no nosso País.

Aqui, como vocês podem ver, de 1996 a 2012, quando o dado é disponível, tivemos um aumento de mais de quatro vezes no número de mestres e doutores por ano. Em 2012, tivemos 13.900 doutores e aproximadamente 47.100 mestres sendo formados aqui. Isso mostra a evolução do nosso País e, obviamente, reflete na produção científica que aumentou, de 2000 até 2012 – também quando o dado é disponível –, três vezes o número de artigos científicos publicados.

Em 2000, tínhamos uma participação de 1,17% da produção científica no mundo e, em 2012, tínhamos 2,45%. Essa produção e esse crescimento se traduzem na posição do Brasil em termos de produção científica. Estamos hoje em 13º no *ranking* de produção científica, só que temos um outro problema: nos principais *rankings* de inovação, o Brasil não performa tão bem. Então, por exemplo, no Global Innovation Index de 2014 – eu trouxe o dado aqui –, o Brasil está na posição de 61 nesse *ranking*, e o tema aqui proposto, de interação universidade-empresa, de como levar essa riqueza de conhecimento que está sendo produzido na academia para as empresas, para o mercado, é de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso País.

Trouxe aqui alguns argumentos para mostrar o porquê da importância desse tema. A cooperação em ICT-Empresa é uma questão de competitividade, aquelas empresas que estão cooperando com os ICTs já estão saindo na frente dos competidores, estão buscando recursos humanos de mais qualidade, estão tendo acesso a pesquisadores de alto nível, como mostrei anteriormente, estão tendo acesso a novas ideias, a novas tecnologias, tendo oportunidade de transferência de tecnologia do que está sendo feito nas universidades e, também, encontram, muitas vezes, uma neutralidade de ambiente que permite até a cooperação entre empresas que são concorrentes no âmbito, numa parceria com a universidade.

As empresas também têm buscado talento e infraestrutura para desenvolvimento de projetos, devido a um alto custo de recursos humanos, de pesquisadores, mestres e doutores; e também, devido à complexidade das pesquisas e à necessidade de laboratórios que elas têm.

Outro argumento. A cooperação é algo estratégico: 8,1% dos investimentos em P&D no mundo já são via inovação aberta – *crowdsourcing*. Então, isso mostra o quanto é importante, o quanto hoje em dia as empresas estão cooperando com cadeia de fornecedores, com as universidades, com institutos de pesquisas e estão levando isso para frente.

Por último, um último argumento é a questão do quão estratégico é isso no mundo, a questão dos TTOs, que são os Technology Transfer Offices, que são os núcleos de inovação tecnológica que têm fora do País e o trabalho que eles já vêm desempenhando.

Tive oportunidade, no ano passado, de visitar o Yissum, em Israel, e ver como eles estão trabalhando. Também tive oportunidade de estudar e conversar com pessoas do Cambridge Enterprise, do MIT, e ver como isso tem funcionado lá, para nos ajudar e trazer ideia de como fortalecer esses importantes atores do nosso ecossistema de inovação, que são os núcleos de inovação tecnológica.

Aqui mostro um pouco o que temos feito, um dos principais marcos de inovação no nosso País, que também fala muito sobre o tema e abre espaço para compartilhamento de laboratórios, para a relação entre empresas e universidades, a nossa Lei de Inovação, Lei nº 10.973, de 2004. Eu separei aqui os três principais pontos da lei: primeiro, criar um ambiente propício às parcerias, estruturação de redes e de projetos internacionais de pesquisa tecnológica; ações de empreendedorismo tecnológico; criação de incubadoras e parques; compartilhamento de laboratórios, a partir da Lei de Inovação, de 2004. As ICTs públicas puderam abrir seus laboratórios para empresas, para que pudessem fazer projetos cooperados. Também temos aqui a questão da participação de ICTs no processo de inovação. As ICTs hoje podem celebrar contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de propriedade intelectual, tudo por meio dos núcleos de inovação tecnológica, que são quem administra propriedade intelectual da universidade. A Lei de Inovação permitiu que o pesquisador pudesse receber recursos para exploração de sua criação e também diversos instrumentos de incentivo à inovação na empresa, que eu não vou entrar em detalhes por não ser o tema desta audiência pública.

Um dos primeiros instrumentos que eu trouxe, que vem evoluindo desde a Lei de Inovação e que tem promovido essa interação entre universidades e empresas é a Embrapii (Empresa Brasileira de Inovação Industrial), que foi criada em 2013 e teve como objetivo explorar sinergias entre instituições de pesquisa e tecnologia e empresas industriais. Ela funciona, como eu imagino que o senhores saibam, ela foi inspirada no modelo da Fraunhofer e funciona num modelo de financiamento um terço, um terço, um terço. Então, a empresa vai até o instituto, o foco é na demanda empresarial, no compartilhamento do risco do projeto, e a empresa financia um terço; o instituto, um terço; e a Embrapii, um terço, Governo.

Outros três programas do CNPq, eu só vou passar rapidamente por eles até por conta do nosso tempo, são: primeiro, o RHAE Pesquisador na Empresa, que permite a inserção de mestres e doutores em empresas

privadas, para agregar e pegar esse pessoal de alta qualidade que temos na universidade e levar para que façam pesquisa e desenvolvimento nas nossas empresas. Foram milhares de empresas beneficiadas. Destaco a informação de que 90% das empresas beneficiadas são pequenas e médias empresas.

Aqui um dado interessante. Um estudo do CNPq mostra que de cada 1 milhão investido no programa surgem 26 novos produtos, 8 registros de propriedade intelectual, 23 artigos científicos e 35 apresentações em congresso, o que mostra o impacto desses investimentos.

Um outro programa é o Inova Talentos – RHAE Trainee, também uma parceria CNPq-IEL, que é um programa que basicamente quer pegar aquele aluno de graduação, inserir e capacitar dentro das empresas. Então, ele pega aquele aluno que está saindo da universidade, da graduação, e coloca dentro da empresa. A empresa apresenta a demanda, apresenta o seu projeto, que é analisado, e depois o pesquisador júnior entraria na empresa.

O terceiro programa do CNPq seria o Doutorado na Indústria. Nesse programa, a ideia é colocar aquele pesquisador doutor que está fazendo doutorado dentro da empresa. Então, ele tem seis meses para encontrar uma empresa interessada...

(Soa a campainha.)

O SR. IGOR MANHÃES – ... em seu projeto e, uma vez identificada, ele passa a ter um orientador tanto na academia quanto dentro da empresa e vai ter uma imersão dentro da empresa do seu projeto.

Não vou entrar em detalhes aqui, porque creio que há duas pessoas que vão falar sobre o tema, que vão falar sobre parque tecnológico, vão falar da importância dos parques, desse ecossistema criado, onde se tem universidades, empresas, *startups*, incubadoras, órgãos de governo muitas vezes trabalhando nesse ecossistema, nesse ambiente de inovação. Eu não vou me alongar aqui, apenas vou citar um dado – são dados de 2012 –: nós temos 94 parques tecnológicos hoje no Brasil. E precisamos fortalecer esses ecossistemas, que são importantes atores para a promoção da inovação no País.

Aqui eu coloco também para vocês alguns desafios e propostas. Como eu coloquei anteriormente, um dos principais atores de promoção dessa interação entre universidade e empresa são os Núcleos de Inovação Tecnológica. Eles são atores fundamentais, e aqui hoje, em nosso País, temos algumas dificuldades que precisam ser superadas. Por exemplo, os NITs precisam de mais autonomia. Muitas vezes, a negociação de um projeto com uma empresa ou um licenciamento demora muito tempo porque o NIT depende de diversos níveis de assinatura e acaba sendo um processo um pouco mais lento do que o *timing* da minha empresa para o projeto.

Um outro problema seria a questão de orçamento. É fundamental que esses Núcleos de Inovação Tecnológica tenham, sim, um orçamento próprio para gerir suas atividades.

Por último, em relação aos NITs, eles precisam de pessoal qualificado, eles precisam de pessoas com experiência de mercado e que, ao mesmo tempo, conheçam a realidade da universidade e consigam ver: quais são os projetos que estão sendo desenvolvidos, quais são as tecnologias que estão surgindo no âmbito da universidade para fazer a ponte com as empresas. Ele também precisa saber e atender as demandas dessas empresas, também precisa conseguir prospectar projetos nelas.

Bom, eu coloquei aqui, como vocês podem ver, uma porta de entrada centralizada, uma equipe de mercado multidisciplinar. Os NITs têm de fazer algo que é tendência no mundo, nos escritórios *Technology Transfer Offices,* que é não ser um órgão para a administração da propriedade intelectual da universidade, e, sim, além disso: na prestação de serviços tecnológicos de pesquisas conjuntas, quando procurado por empresas, eles têm que saber atender essa demanda e responder a isso.

Algo que também é fundamental para o sucesso da interação, dessa integração entre esses importantes atores é a questão de pesquisadores em dedicação exclusiva dentro das empresas. Hoje temos uma limitação do número de horas que esses pesquisadores podem gastar em projetos com empresas. É fundamental que a gente rediscuta se essa limitação de cento e poucas horas – eu não tenho o número exato aqui – atende a necessidade. A meu ver, é algo que precisa ser rediscutido, porque ter um pesquisador que fica duas horas dentro da universidade talvez não seja o interesse. E pelo que eu tenho conversado tanto com a academia tanto com empresas é algo que precisa ser rediscutido.

Precisamos também pensar em formas e iniciativas para estimular o empreendedorismo nas ICTs. Hoje em dia, você tem uma quantidade enorme de pesquisadores, de alunos saindo da universidade com uma tecnologia muito boa, com uma ideia fantástica, só que eles não têm conhecimento algum de realidade de mercado, de como conversar, de como fazer o seu negócio crescer. Para isso existem diversos instrumentos e programas de governo e da iniciativa privada. Temos o Sebrae, temos também um programa do Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que é o InovAtiva Brasil, que é um programa de capacitação, mentoria e conexão dessas *startups* e empreendedores. Basicamente, nós os capacitamos, preparamos e depois eles submetem os projetos, selecionamos os melhores e colocamos um mentor para cada. A nossa rede

de mentores é uma rede altamente qualificada. Estou falando de diretores de P&D, CFO, CTOs de grandes empresas, investidores que estão ali querendo ajudar aquele cara, aquele empreendedor a levar a ideia dele, a tecnologia dele ao mercado.

E, por último, a conexão que é tanto inserção internacional... Já levamos esse programa para o Vale do Silício; neste ano vamos levar os finalistas do programa para o Reino Unido e também para o Vale do Silício novamente e também fazemos a conexão deles com investidores-anjo, fundos de VC e também na cadeia de grandes empresas.

O último ponto que eu gostaria de colocar aqui nesta questão de empreendedorismo é que precisamos pensar em novas formas de interação entre esses empreendedores e as universidades e as tecnologias que estão no âmbito dessa universidade, porque há diversos empreendedores que não são pesquisadores, mas que têm interesse em ter acesso a essas tecnologias, em estabelecer uma parceria. Eles têm capital; eles têm *network*; eles têm conhecimento para levar essa tecnologia até o mercado. Então, nós temos de pensar em formas de promover isso.

Eu trouxe aqui também, por último, dois exemplos internacionais de políticas que foram bem-sucedidas em outros países. O primeiro exemplo é o da Suécia, um dos países mais inovadores do mundo, que diminuiu o recurso para ICT individualmente e para a empresa individualmente e passou a dar mais recursos para aqueles projetos conjuntos. Foi uma forma que eles criaram para estimular a parceria entre universidades e empresas. O segundo é a França, que está estruturando um programa no qual a ICT que tiver vários projetos e que for trabalhando com empresas vai ter uma espécie de pontuação que vai beneficiar na hora de obter recursos junto ao Governo.

Senador, por último, eu coloquei uma das perguntas que o senhor havia feito sobre a questão do Fundo Verde-Amarelo. Como vocês sabem, o Fundo Verde-Amarelo foi criado no âmbito do FNDCT para assegurar recursos para cooperação ICT-Empresas. É um instrumento fundamental de cooperação entre ICT e empresas que precisa, sim, ser discutido, que tem – eu coloquei aqui na apresentação, como vocês podem ver – como principais motivações das empresas: lançar novos produtos e tecnologias para ganhar mercado, melhorar produtos e processos, acesso a capital não reembolsável, e também reconhecimento de qualidade, ou seja, uma empresa que trabalha com ICT de alto nível num projeto já tem o reconhecimento de outras pessoas, de outras empresas que sabem que aquela tecnologia foi desenvolvida com muita qualidade naquela ICT.

E algumas melhorias que deixo aqui para reflexão são: assegurar continuidade e volume dos recursos do Fundo Verde- Amarelo; diminuir a burocracia e os documentos necessários e pensar em novas formas para isso; promover projetos com maior risco, procurar projetos de maior risco para serem estimulados; e também rediscutir a questão de contrapartidas.

Agradeço a oportunidade, Senador Cristovam Buarque. Agradeço a todos e me coloco à disposição para responder a eventuais questionamentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero agradecer a sua apresentação muito consistente e passo a palavra ao Milton Mori.

O SR. MILTON MORI – Boa tarde a todos.

Professor e Senador Cristovam Buarque, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui.

Gostaria de falar um pouco sobre o nosso ecossistema de empreendedorismo e inovação da Unicamp, que tem uma cultura mais antiga dos NITs do Brasil, e eu vou mostrar para vocês algumas coisas em que estamos trabalhando.

A origem da Inova Unicamp começou bem antes da Lei de Inovação. É um história, para mim, de empreendedorismo. Acho que a Unicamp nasceu com uma integração muito forte, prestando serviços à comunidade, interagindo com a empresa desde o seu nascimento com o grande Professor e Reitor Zeferino Vaz.

Eu gostaria de dizer para vocês que, na década de 70, 80, passava uma empresa na Unicamp, que tem um polo industrial muito forte, copiava dos professores as pesquisas e levava para as empresas. Em 1980, então, nós repensamos e decidimos criar uma comissão permanente de propriedade industrial. Foi criada em 1984, e apareceu a primeira patente da Unicamp na década de 80.

Em 1990, meu grande amigo Carlos Vogt, que foi reitor também, um grande empreendedor, saiu para visitar Silicon Valley, em 1990, MIT, o Research Triangle Park, na Carolina do Norte, e voltou todo animado, trouxemos duzentos empresários e não aconteceu nada. Não tínhamos, no momento, oportunidade para fazer um parque de incentivo tecnológico da Unicamp. Aí, entrou um outro reitor, mudou de nome, Edistec, e, finalmente, Carlos Brito, que é o atual Diretor Científico da Fapesp, mudou o nome para Agência de Inovação Inova Unicamp. Com isso, então, muitas universidades copiaram esse nome: a Agência de Inovação da USP – desculpem dizer isso –, a Agência de Inovação da Unesp, e assim por diante.

A nossa missão sempre foi a de promover e fortalecer o ecossistema de empreendedorismo e inovação. Nós trabalhamos em cinco eixos principais: propriedade intelectual; transferência de tecnologia; pesquisa com empresas; empreendedorismo – temos curso de empreendedorismo na graduação e na pós-graduação; temos cinco competições de inovação na Unicamp, uma é considerada nacional, que é o chamado Desafio Unicamp, onde nós usamos essas patentes da Unicamp e capacitamos alunos através de modelo de negócios –; e, finalmente, nós da Agência de Inovação controlamos também e fazemos a gestão do Parque Científico e Tecnológico.

Aqui estão os números da Inova em 2014, no ano passado. Nós estamos chegando, Prof. Cristovam Buarque, até o ano que vem, a 1.000 patentes, quando a Unicamp completa 50 anos. Nós estamos hoje com 945 patentes vigentes – ontem eu acabei saindo –, 945. Setenta e sete foi o recorde histórico de pedidos de patente, em 2014. Pedidos de patentes de tratados de cooperação de patentes, 12. E temos 60 patentes licenciadas.

Eu quero também explicar a vocês o gargalo entre pedidos de patentes e concedidas com licenciamentos. Cento e dez empresas nós prospectamos no ano passado. São empresas que nós buscamos em reuniões, em conferências, em congressos, em *workshops* e trazemos para a Unicamp. Dessas empresas, algumas estão em negociação e 11 firmaram contratos de licenciamento em 2014.

Muito bem. Campinas, como todos sabem, tem uma universidade reconhecida internacionalmente, que ocupa hoje o 15º lugar entre as melhores universidades com idade de menos de 50 anos e que está em segundo lugar na América Latina. É um berço da ciência, tecnologia e inovação, uma força econômica e industrial da região e tem uma localização estratégica: perto de um aeroporto internacional, perto de São Paulo e perto de cidades como Ribeirão Preto, Sorocaba. Então, é um lugar estratégico.

Isso aqui eu queria mostrar para vocês, para aqueles que perguntam o que está fazendo a Unicamp. A Unicamp tem hoje afiliadas. Isso aqui são dados de novembro do ano passado. Já vou contar para vocês. Estão fazendo um levantamento este ano para soltarmos em setembro.

No ano passado, em novembro, nós tínhamos 254 empresas ativas, são chamadas empresas filhas. O que são empresas filhas? São empresas fundadas por ex-alunos da Unicamp e por ex-professores. E também empresas que licenciam patente da Unicamp e usam essa patente como atividade principal. Essas são as chamadas empresas filhas. E nós, com a nossa pesquisa, no ano passado, em novembro, estamos hoje chegando a 17 mil empregos através dessas nossas empresas filhas, com faturamento de mais de R$2 bilhões.

Há um levantamento que está saindo agora, em setembro nós vamos soltá-lo. O faturamento está em mais de R$3 bilhões. Isso significa, em moeda americana, US$1 bilhão. Esse é o nosso ecossistema na Unicamp.

Eu quero citar para vocês aqui a Movile, que é de um aluno que saiu da Bahia, na década de 90, com 17 anos, e falou: "Eu quero ir para uma universidade empreendedora". Ele fez o curso de graduação no Instituto de Computação. Com 20 anos, ele vendeu um jogo aplicativo para crianças, ganhou dinheiro como aluno, tem 45 anos de idade, e essa empresa é a nossa empresa filha com maior faturamento, R$600 milhões por ano. Está em 20 países, inclusive na Disney.

Num almoço do reitor com ele, Fabrício Bloisi, Diretor-Presidente, o reitor perguntou-lhe: "O que vocês vendem mais hoje, hein, Fabrício?" "É um aplicativo para crianças de dois anos e três anos." Aí o reitor chegou à casa dele e falou para o seu netinho de dois anos e meio: "Garoto, fala para o vovô de qual desses aplicativos você gosta mais." "Ah, vovô, é este aqui: Movile."

É muito gratificante vermos um aplicativo sendo usado não só no Brasil, mas também lá fora. Está em vinte países. É uma *startup* de classe mundial.

Essas são nossas empresas filhas, 326. Algumas morreram, algumas foram vendidas. E as ativas estão em 254. E 95% estão na região metropolitana de Campinas; 69% são microempresas; 5% fora do Estado.

Essas são as nossas empresas: TI em primeiro lugar, depois consultoria, porque, como é na minha área, de gás e petróleo, é muito mais fácil fazer um aplicativo e sair com uma empresa, é muito dinâmico. Mas a engenharia está em terceiro lugar, com 10%, e assim por diante. Essas são nossas empresas com as áreas de atuação.

Queria falar um pouco sobre a honestidade do setor empresarial, queria apresentar para vocês alguns gargalos que temos – temos gargalos também. Nós temos dificuldade de comercialização de patentes, como vocês viram. Nós estamos chegando a 1.000 patentes, 60 licenciamentos, que é o maior número de licenciamentos de universidades no Brasil, nem a Rússia passa da gente. Qual a dificuldade? Alguém falou aqui, na sessão anterior, Cristovam Buarque, na validação – não sei se foi o Marcos. Mas o que está acontecendo? Na área de biotecnologia, biomassa, saúde, fazemos uma descoberta, uma invenção nos laboratórios e uma empresa licencia: "Opa, essa ideia é boa." Depois de um ano, um ano e pouco, a patente volta para nós. Por quê? Porque não foi feita uma coisa chamada prova de conceito que tem nos parques da França, da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos. Nós não temos isso. E o que é isso? O que vem a ser prova de conceito? É passar de escala de laboratório para escala piloto e custa caro. Nenhum parque brasileiro tem essa prova de conceito.

(Soa a campainha.)

O SR. MILTON MORI – A Petrobras tem, a Braskem tem, mas tem que ter no parque uma empresa que faça esse trabalho para nós. A validação de uma inovação radical ou incremental tem que passar por uma validação de prova de conceito. Então, esse é um impasse nosso.

Também há o impasse da divulgação das nossas patentes. Se a gente entrar no *site* da Inova verá aproximadamente 945 patentes. Ninguém entra, nenhuma empresa entra no *site* para ver 80 páginas, 150 páginas de uma patente. O que nós estamos fazendo? Entramos em contato com uma empresa que vê a ideia e fala: "Nossa, ideia Brasil? Onde?"

Com a Inova nós estamos fazendo um resumo da patente em uma página bem escrita, resumidamente, mostrando seus benefícios e com uma linguagem bem fácil que pode também ser usada no LinkedIn, SlideShare só que estamos tentando também com o WhatsApp porque, ao bater o olho, ele já instala – "Opa, isso me interessa" – e liga para a Inova. Isso tem aumentado muito a procura da nossas patentes agora, mas é uma coisa difícil, porque tem 935 patentes no passado e estamos fazendo devagar. Estamos fazendo, em média, 8 a 9 patentes por mês.

Outra coisa que nós temos também é uma ferramenta chamada – não sei se todos conhecem – Questel Orbit, onde procuramos, antes de encontrar a invenção nos laboratórios; a Inova é bastante proativa. Deixem-me dizer uma coisa: a Inova tem 45 pessoas. O Igor falou que os NITs precisam de qualificação. Nós temos 45 pessoas, das quais 10 a 12 pessoas têm PhD e mestrado. São pessoas qualificadas. Temos um jurídico, temos também oito pessoas em propriedade intelectual para fazer redação, oito pessoas em parcerias, cinco pessoas no parque e temos a parte de *marketing*, comunicação e administrativa.

NITs que estão em todo o País com quatro ou cinco pessoas não resolvem, não sai nada. Nós, com 45, estamos tendo dificuldade de encontrar pesquisas inovativas dentro dos laboratórios. É um trabalho insano e bastante intensivo.

Alguns entraves que estamos encontrando estamos resolvendo dentro da Unicamp. Por exemplo: os professores não querem...

Cristovam Buarque, posso falar mais um pouco?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pode.

O SR. MILTON MORI – Então, queria dizer uma coisa para vocês: quando a gente vai para o laboratório com um agente da Inova e fala para o professor: "Isso aqui pode ser uma invenção", ele fala: "Eu quero publicar, eu quero publicar, é minha carreira." O que nós falamos? Tem o INPI, disso todos sabem.

Não sei se o Marcos tem os dados, mas, em 2003, nós levávamos 7 anos em média para uma patente ser concedida; em 2008, passou para 9 anos; em 2013, para 11 anos. Tem um *backlog*, como eles chamam, que é acúmulo de patentes, que tem hoje 980 patentes a serem analisadas por examinador. Se dividirmos isso por 365 dias, dá 2,7 patentes por dia. Impossível. Impossível. Nos Estados Unidos são 77 patentes por examinador, Cristovam. É razoável, levam de um ano e meio a dois. Na Europa, em torno de 90. Na Coreia, 78. É por aí.

Agora, 980 patentes por examinador? Tem que haver uma reestruturação do INPI. Capacitação de pessoal e melhores salários. Tem um aluno meu que entrou, ficou três meses e foi embora, porque o salário é ruim.

Muito bem. Falei de provas de conceito. Sobre necessidade dos NITs de infraestrutura já falei também.

Nós precisamos urgentemente de revisão das normas regulatórias. São marcos regulatórios do nível federal e do nível estadual.

Falta de liberdade às universidades, aos centros e aos institutos de pesquisa para comercialização de suas patentes. Por exemplo, Butantan, Adolfo Lutz, que estão perto, que estamos capacitando. Sabiam que eles não podem assinar as patentes, que têm que passar para o governador? Esse é o nosso marco regulatório federativo e estadual.

Investimento em *spin-off*. É muito difícil para um pesquisador que recebe recurso do CNPq e da Fapesp, ou da Capes ou da Finep. Essa propriedade fica 100% na universidade. Ele não consegue fazer mais nada, ele só consegue licenciar, mas ele não pode ser diretor, por exemplo, acionista. Ele quer ter essa empresa para ele e não é possível nem com tempo parcial, nem aposentado. Onde está isso? Nas normas regulatórias.

Perspectivas. A Lei nº 8.666/93, sobre a qual falaram antes de eu vir aqui, é anticiência. Vou contar uma história para vocês. Nós estamos no parque, um professor, numa chamada da Finep, chamada Funtec, seguiu a chamada, encontrou uma empresa, Tecnometal, e falou: "Vamos produzir um material avançado de silício." Toparam. Foram R$10 milhões, e está até hoje parada. Entrou o Ministério Público, e não resolve. Falaram que tinha que ter licitação. É mais ou menos assim. Falam para mim: "Milton Mori, para você escolher aluno de mestrado e doutorado você tem que fazer licitação." Desculpem-me dizer isso.

Sobre sistema de registro de INPI já falei para vocês. É demorado e não sei como resolver. Tanto é, o Senador Cristovam Buarque deve saber melhor que eu, que não tem ninguém que está querendo pegar o INPI, porque tem que arrumar a casa, tem que ter autonomia, uma reestruturação forte para avançarmos na inovação. Sem isso o País não vai. Não adianta falarmos em recursos. Não adianta.

Outra coisa que queria falar também, carga tributária, todo mundo sabe. Vamos pular esse aqui.

Aqui também: morosidade para abertura de uma empresa. Nós temos uma comunidade de Startups da Unicamp que fala: "Milton Mori, temos que diminuir o tempo de abertura de empresas." Estava levando 128 dias e agora parece que soltaram um rojão, baixaram para 102 dias. Deem uma olhada: Canadá leva 5 dias; Nova Zelândia, meio dia; Macedônia, 2 dias. Nós levamos 105 dias. Para fechar então, o Banco Mundial nem tem o número.

É isso, minha gente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A ruptura com a burocracia no Brasil é um dos pontos mais difíceis. Acho que tem uns cinco séculos isso, já temos bem uns quarenta anos de tentativa, e Ministério de Desburocratização não se consegue.

Passo agora ao meu amigo Luís Afonso Bermúdez. Aliás, ao Cláudio José Marinho, desculpem-me. É para não dizerem que eu estava privilegiando Pernambuco. (*Risos.*)

O SR. CLÁUDIO JOSÉ MARINHO LÚCIO – Quer começar, Bermúdez, aqui?

Tem uma apresentação minha aí. Isso. Tem quatro eslaides só, juro.

Senador, é um prazer e uma honra estar aqui na audiência a seu convite, conterrâneo, o que me permite matar-lhe a saudade, pelo menos com a foto, da ilha do Recife. Esse, evidentemente, é um dos objetivos, nobre, tanto quanto a sua iniciativa de nos trazer aqui para discutir tema tão relevante. O outro, naturalmente, é para falar, só apoiar a fala, de uma experiência de um parque tecnológico. Então, estou mergulhando num dos temas. Vou ser bem breve, vou ser bem objetivo nas propostas para isso.

É um dos parques tecnológicos o Porto Digital, já tem 15 anos, um dos mais bem-sucedidos no País hoje. Para essa ilha do Recife, o lugar onde nasceu a nossa cidade, aqui, em 1534, um istmo com pescadores – a elite açucareira morava em Olinda, aqui ao norte –, para esse lugar onde nasceu a cidade, com o esvaziamento da função portuária, com a criação do Porto de Suape, no ano de 2000, uma iniciativa público-privada – universidade, empresas e Governo do Estado – conseguiu atrair, ao longo dos 15 anos, 250 empresas.

Havia, no ano de 2000, duas empresas na área de tecnologia da informação. Hoje, em tecnologia da informação, economia criativa, serviços associados, nós temos 250 empresas. Essas empresas empregam 7.500 pessoas e o faturamento – nós fazemos pesquisa de monitoramento a cada dois anos; há uma nova em andamento – já supera R$1 bilhão. São bem-sucedidas, mas isso pode cair como um castelo de cartas se nós não tomarmos cuidado com algumas coisas, e me permita, a seu convite, falar delas.

O tema é até ortogonal ao que o senhor traz, da inovação pela interação universidade-empresa, mas vou fazer uma observação à margem, de trinta segundos: que a principal a esse ecossistema são as leis trabalhistas atrasadas que nós temos. É um tema, Senador, que talvez o senhor possa também abordar.

Um dos centros de inovação mais importantes daí, uma das âncoras, como nós o chamamos, o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (Cesar), foi criado por professores do centro de informática, é uma organização sem fins lucrativos, emprega mil pessoas desses 7 mil, mas a legislação trabalhista exige, por ser atrasada, como sabemos que é, que, por exemplo, aquele que sair 3 minutos antes do meio-dia ou voltar 3 minutos antes da 1 hora para a sua hora de almoço ali registre uma autuação que custa a esse grupo de professores empreendedores R$900,00.

O Cesar passou por 5.000 microautuações desse tipo. Se for pagar, se fosse por termo de ajustamento de conduta em andamento, se fosse pagar isso, significaria quase que levar toda a sua margem de lucro, e sabem os senhores que, entre aspas, "lucro", numa atividade como essa de pesquisa e inovação, significa a única forma de utilizar recursos livres para investimento em inovação. Porque a maior parte dos recursos que vão para esses institutos, pesquisas e empresas, para inovação, para pesquisa e desenvolvimento, estão absolutamente vinculados a uma legislação que nós criamos. Fui parte disso, presidi o fórum dos secretários de ciência e tecnologia – está aqui Lourenço, estamos juntos, no começo dos anos 2000 –, fiz parte honrosamente disso, mas a legislação que criamos ainda é muito amarrada, absolutamente amarrada e o Mori trouxe alguns exemplos. Seria, portanto, redundante falar sobre isso.

Queria, portanto, ao apoiar a minha fala numa observação transversal, dizer que é tão frágil o que nós estamos criando, apesar de aparentemente tão vitorioso, tão bem-sucedido! E 26 Estados brasileiros já foram visitar o Porto Digital para tentar fazer os seus. O Porto Digital já recebeu 120 delegações, delegações. O critério de monitoramento por ano, para ver o que é isso que nós estamos fazendo no Nordeste do Brasil, é ter mais

de três pessoas de uma determinada organização ou instituição. Por mais bem-sucedido que seja, é extremamente frágil diante da fragilidade institucional que nós temos no País para fazer inovação.

Indo direto ao ponto do que me pediram, e conversei com muitos dos meus companheiros nessa iniciativa, estamos juntos nisso, eu, pelo menos, há 28 anos e, nesta iniciativa, há 15 anos, o recurso que nós temos para a fase que é a mais agregadora de valor ao processo de inovação é zero, uma vez que nós não temos recursos da Lei de Informática. Estou falando especialmente no caso de um polo, ou parque, ou *cluster* ou APL de TI na Lei de Informática, recursos livres para aplicar nesta fase de estudos e de ação, prototipagem e avaliação etc., porque são absolutamente vinculados à Lei de Informática, que foi extremamente importante, quero ressaltar, mas vinculados a um mecanismo que é a empresa de *hardware,* que é beneficiada pela redução de IPI se fizer investimento em desenvolvimento de *software*, por exemplo. Evidente que essa empresa pega esse item desenvolvimento e contrata as ICTs, as agências de inovação etc. Portanto, nós estamos entrando na fase terminal do processo de agregação de valor. Isso é um desafio, inclusive para o monitoramento que fazem as agências que financiam, Finep, CNPq, todos os que financiam a inovação.

Nós temos discutido muito e temos usado um modelo de inovação dos três horizontes, muito de vocês sabem o que é isso, H1, H2, H3. Eu vou, brevemente, falar desses eixos aqui para mostrar o que é o tamanho do desafio. Nesse eixo, nós temos a maturidade e mercado. No outro, tecnologia, o mercado existente, que é o adjacente a ele, e um novo mercado. No da tecnologia, uma tecnologia que é madura, já existe, inexiste ou uma tecnologia existente, mas não nesse mercado, uma tecnologia emergente.

A maior parte dos nossos projetos, os que são apresentados por pessoas tão inovadoras e pelas empresas contratadas através dos incentivos da Lei de Informática e outros, está nos mercados existentes. Nós estamos aqui, 45%. No mercado adjacente, aquele em que se você usar a mesma tecnologia, mas buscar um outro mercado, portanto, não é inovação no sentido clássico, 44%. Aqueles em que nós podemos trabalhar com novos mercados, com novos produtos, correspondem a 11%. Isso é uma avaliação de 15 anos de trabalho aí na área, especialmente do Cesar, essa é uma avaliação feita pelo Cesar.

Portanto, o que levaria o País, Senador, e esse é o objetivo da sua Comissão e do seu incentivo ao trazer-nos aqui, a inovar de forma competitiva está nessa faixinha amarela e, nessa faixinha amarela, os incentivos que nós temos para fazer isso. Os mecanismos que nós temos para nos ajudar nesse sentido ainda são muito precários.

É por essa razão que eu concluo com esses quatro pontos, olhando só a Lei de Informática, mas que poderiam ser aplicados também a outras leis, inovação, entre outras. Na discussão e na prática diária que temos nas centenas e milhares de horas que já dedicamos a esse arranjo inovador no bairro do Recife, nós queremos trazer para o senhor, Senador, uma pequena pauta, uma pequena agenda.

Primeiro, a regulamentação que chamamos há pouco, na conversa prévia que tivemos...

(Soa a campainha.)

O SR. CLÁUDIO JOSÉ MARINHO LÚCIO – ... a regulamentação dos investimentos em incubação e participações s*tartups* da Lei de Informática. O mecanismo já existe, precisa ser regulamentado. Nós não estamos ousando na inovação, em projetos mais inovadores com as empresas incubadas porque há receios, e nós já falamos muito disso aqui, receios dos gestores das incubadores, receios dos gestores de instituições como o Cesar e outras em avançar numa floresta de indefinições, e, diante de um clima, como sabemos, no País, em que há a busca de culpados: aqueles que precisam, de fato, estar na cadeia, e outros, como o professor, coitado, têm medo hoje de fazer qualquer iniciativa mais ousada.

Priorizar o teor de inovação na avaliação dos projetos incentivados. Olhando aqui para os companheiros do CNPq, da Finep e outros, a avaliação que fazemos é de que os recursos para inovação, como já disse, são destinados ao desenvolvimento pela forma de contratação das grandes empresas. A Motorola, por exemplo, vai para lá para contratar pessoas para desenvolver.

Para podermos avançar para um centro de tecnologia, como anunciamos na semana passada, com um investimento de 40 milhões – o Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco –, foram necessários uns 20 anos de maturação de relacionamento, para que houvesse um mínimo de confiança deles em ali instalar algo na cadeia de valor, o que está a um passo além do desenvolvimento. Isso é importante registrar.

Então, a busca de critérios de avaliação, do teor de inovação dos projetos que estão sendo contratados é fundamental para nós.

Estender a elegibilidade dos projetos incentivados para essas fases que citei há pouco: estudos, ideação e prototipagem. Como uma empresa inovadora, ou um instituto, pode ser estimulada ao risco, num ambiente de medo, diante de tantas restrições de vários tipos?

A terceira e a quarta são bem simples. A Lei de Inovação que temos para a área de TI é uma lei de *hardware*, mas nós estamos trabalhando com uma empresa de *software*. Esse é um arranjo bem brasileiro. Apesar

disso, nós evoluímos o que evoluímos, não só ali, mas também em vários outros parques tecnológicos, em vários outros Estados e lugares, mas é uma lei de *hardware*. Precisamos de uma lei de *software*, de incentivo direto à empresa de *software*. Nós temos incentivo indireto e, portanto, estamos atrelados à estratégia das empresas de *hardware*.

Obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Cláudio.

Passo a palavra ao Luís Afonso Bermúdez.

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ – Boa tarde, Senador.

Muito obrigado pelo convite para participar desta audiência. É provocativo, porque todos que estamos aqui, pelo perfil, temos um passado que nos condena. Esse passado que nos condena nos faz opinar aqui sobre certas coisas e transformá-las, em alguns minutos, em muros de lamentação. Mas eu não vou me lamentar. Eu vou tentar responder às perguntas que me foram encaminhadas, baseado na experiência da Universidade de Brasília. O senhor tem culpa na semente daquelas belezas que o senhor está vendo lá e do nosso símbolo máximo: o Minhocão.

Todas as universidades têm que prestar contas, hoje, para os órgãos de controle, para o "sistema U", tão malfadados aqui. Não compartilho dessa opinião, porque acho que são necessários. Eles hoje não precisam controlar onde está o dinheiro. Eles querem saber se estamos cumprindo a nossa missão. Esses são os relatórios de gestão que hoje estão nos cobrando.

Está aqui uma bela missão. Não preciso dizer para vocês a missão da Universidade de Brasília, porque estão descritas, com todas as vírgulas, todas as ações que temos que fazer, desde o compromisso com a ética até o compromisso com a saúde, embora não esteja claro ali – os nossos hospitais universitários fazendo parte do Sistema Único de Saúde.

Mas isso nos faz lembrar uma coisa – sem nenhum compromisso histórico, porque isso vem do dia a dia da universidade, do que estamos sendo cobrados. E nós, cada vez mais, seremos cobrados pelo desenvolvimento regional, onde nós estamos.

Experiências neste País. Acho que temos aqui um reitor que implantou uma universidade numa região diferente. O quanto representa, hoje, para a região, a presença da universidade lá? Esses são os nossos grandes cacifes para apostarmos na nossa função nesse mundo disputado que nós vemos aí.

Hoje temos a teoria da tríplice hélice: governo, ensino superior e empresas. Mas o mais importante dessa tríplice hélice é o vento que ela produz ou a energia que ela produz e que vai se espalhando. Ali eu coloquei somente alguns pontos: laboratórios; classes; novas aulas; interação; pesquisa, desenvolvimento e inovação. É isso que essa hélice, colocada aí, traduz para nós.

Obviamente, além disso, conhecida figura para quem atua nessa área – não é, professor? – são as patentes. A universidade produz isso tranquilamente, mas para que saia uma patente, um *paper*, um artigo da universidade, por baixo tem muita coisa. E essa muita coisa está baseada naquilo ali à esquerda, no DNA de nosso estudante de graduação e de pós-graduação. Se ele não for bom, se ele não for bem formado, aquilo ali é água. À direita, é uma água. E quem mais precisa, nessa relação que nós temos ali, nessa região universidade? É a gestão dessa interface dinâmica, é a gestão da transferência do conhecimento. Aqui eu não estou falando de nenhum dos lados. Eu estou falando da universidade para a região e da região para a universidade. Se nós não estivermos colocados e com antenas em determinados pontos da sociedade, nós não sabemos o que vem depois. A universidade não sabe isso, se ela não tiver esses pontos fora dela. É isso que essa figura tenta colocar dessa interface, que tem que ser dinâmica. Isso aí não é coisa de engenheiro. Isso é uma coisa que se mexe, que produz vento, que produz resultado.

Eu vou concordar – eu não combinei com a senhora – que, para que a gente tenha inovação e empreendedorismo, tem só uma palavra: transgressão, e um ambiente em que a gente permita isso, com criatividade, com curiosidade, com liberdade. Nas formas em que hoje estamos, é muito difícil que eu diga que alguém vai empreender esse seu produto inovador, se ele não recebeu toda a bagagem anterior, de transgredir, de pensar diferente, de pensar uma coisa nova. Nós não estamos ensinando a nossa juventude a pensar a coisa nova.

Quem mais precisa disso no Brasil? Permitam-me. Tem um outro lado, que é o Sebrae, que depois vai falar aqui. Presidi o conselho do Sebrae e participei da criação, em 1990, do sistema Sebrae, que a Constituição criou. Muitos empresários, à época, não queriam o Sebrae, porque era mais um imposto. Era 0,6% da folha de pagamento a mais, e isso era ruim. Na época, o CNPq fazia parte do Sebrae, a Finep... Batalhamos para que isso existisse e se cumprisse o artigo da Constituição que dava o privilégio para as pequenas empresas, quem mais precisa no Brasil. A grande empresa não precisa dessa relação com a universidade. Ela hoje é mundial, ela vai a outras universidades ou vem aqui mesmo. Ela sabe onde está o conhecimento de que ela precisa. Mas o pequeno, o médio empresário, não sabe onde é que está. Há alguns anos, quando havia aquela propaganda que

todos nós conhecemos, se brincava lá na UnB, dizendo: "Olha, o Reitor põe o tapete vermelho quando o grande empresário sobe a rampa da UnB; mas o pequeno, que vai lá de chinelo, nem sempre de Havaianas legítimas, não sabe aonde ir na Universidade de Brasília, e ele não sobe a rampa". A rampa é o nosso prédio. Isso é que nós temos que incentivar, essa relação com o pequeno, e aí passa por uma série de gargalos. Aí o pequeno me procura na universidade, para eu lhe prestar uma assessoria técnica de como proteger o conhecimento dele. Eu digo para ele: primeiro, meu caro pequeno, você assina esse contrato com a Universidade de Brasília, que eu tenho que mandar para a Procuradoria Jurídica, porque a lei exige que todo documento que o reitor tem que assinar passe por lá. E ele vai embora! Primeiro, porque não tem jurídico; segundo, porque vai demorar, no mínimo da boa vontade de uma área como essa, de 15 a 30 dias. Depois, perdeu o *timing*. É esse que precisa mais.

Essa aqui é muito antiga, peguei de aulas de transferência de tecnologia. As figuras são velhas, mas elas continuam a dizer alguma coisa. Transferência de tecnologia é daquele laboratório para o saco do supermercado, que é reciclável – aviso isso. Quando eu sou acionado na universidade para prestar um serviço de que aquele abacaxi que está lá é um abacaxi que não tem nenhuma doença, que pode ser consumido, e que eu tenho que testar porque deu determinado problema, é isso que faz a transferência de tecnologia. E é por isso que a universidade está sendo cobrada cada vez mais para responder à expectativa da sociedade no seu atendimento da coisa mais simples: a sacola do supermercado.

Permita-me, Senador, não fazer propaganda, que é uma das coisas que a gente também não sabe fazer, mas dizer que a Universidade de Brasília, desde 1986, tomou como política um centro que gerenciasse a relação da Universidade com a sociedade, que chamou de Centro de Apoio e Desenvolvimento Tecnológico. Desde lá se passou a cuidar de todos esses interesses. Talvez tenha sido a primeira universidade a falar junto com a Unicamp do polo de alta tecnologia.

Hoje, se o Senador que está a minha direita fizesse o que fez na época, nós dois iríamos para a cadeia, porque nós criamos uma sociedade anônima com 44 empresários de Brasília – a universidade tinha 44% e os empresários 56% das ações da Braintec (Brasília Informática e Tecnologia) S.A. Hoje é impossível fazer isso. Se qualquer reitor de universidade pegasse seus recursos próprios e aplicar numa S.A., um ministro do TCU bateria à nossa porta, Senador. E isso foi feito, essa experiência, ou seja, nós temos experiências muito boas e tentativas boas. Não vamos colocar culpa nos "Us", mas na falta de legislação, que não deixa claro. Na época, o reitor não foi irresponsável, não. Na época, nós éramos uma fundação de direito privado, portanto, aplicávamos onde queríamos os nossos recursos arrecadados.

Esse foi o caminho que, como o Prof. Mori colocou aqui, percorremos aqui na Universidade de Brasília até esses últimos anos: criar vários mecanismos, criação de empresas, encubadora, que depois de algum tempo passou a ser multiencubadora, que atendida a todas as áreas. Obviamente, isso passa por definir vários eixos estratégicos, transferência de tecnologia, ensino, pesquisa e difusão do empreendedorismo, desenvolvimento empresarial, gestão da cooperação institucional.

O que posso dizer? Isso tornou fácil difundir para a sociedade, porque existiu a lei de inovação, que chamou esse ecossistema de núcleo de inovação tecnológica das ICTs no País. Cada um deu o gostinho regional que quis, só que esqueceram de dizer uma coisa às ICTs, sejam públicas ou privadas: "Olha, vocês podem contratar pessoas diferentes, porque isso não existe nos quadros da universidade, isso não existe nos quadros das ICTs, não existem os laboratórios e, se existe uma nova função, a Constituição diz isso lá, se existe uma nova função para um órgão público exercer, tem que ser dado recurso humano." E não foi dado, ou não foi permitido se trabalhar com novos recursos humanos nisso aí.

Isso, o que está em letra ali, existe. É uma semente. É a primeira universidade a ter uma empresa privada dentro do seu campus – bem ou mal foi dentro de uma política de abertura da universidade –, a Autotrac, que pertence ao Nelson Piquet, que faz rastreamento de sinais satélites em toda a América Latina hoje. E essa política nos permitiu dizer que hoje nós temos um DNA na Universidade de Brasília, e muitas das universidades brasileiras têm esse DNA, que é essa cadeia. Se tirarmos um dali, usando o conceito de DNA, não existe mais. Então, a legislação, se não é própria, tem que ser adaptada, senão entorta toda aquela cadeia que está ali. Eu não sou da área de biotecnologia nem de biologia, mas me permito usar há muitos anos essa figura para dizer: é preciso, nesse ecossistema em que as universidades precisam se relacionar com a sociedade, que tenhamos esses ingredientes associados.

Aí estão as funções que, acho, Senador, respondem um pouco a tudo o que foi perguntado. Sim, nós temos que reconhecer uma coisa: a função e a missão de cada uma. Eu não posso misturar a missão de uma empresa, que é vender e ter resultado, com a missão da universidade, que é produzir conhecimento e difundi-lo da forma mais efetiva possível, com o retorno que a sociedade exige. Da mesma forma, o Estado deve nos dar as condições de operacionalizar essas missões todas de todos esses atores que estão ali: indústria, comércio, serviço, agentes locais, prefeituras, entidades que colaboram com o desenvolvimento regional.

Senador, isto é um desenho daquele Senador Vern Ehlers para defender o Bayh-Dole Act no Senado americano – eles gostam muito do Vale da Morte – e dizer: "Olha, isso aqui é o que vai permitir fazer a pontezinha entre a pesquisa básica e a inovação, porque aqui existe um vale da morte: se não houver essa pontezinha, não vai acontecer nada". Este é o original da figura que tem 26 anos, apresentada no Congresso americano – essa figura está na página do Congresso americano.

Para nós, eu não vou ser tão pessimista em dizer que nós não temos uma legislação a caminho. Eu acho que o novo marco regulatório é, sim, propício. Exige, sim, alguns ajustes. E somos muito demorados em fazer ajustes. O Projeto de Lei nº 2.177, para o qual, amanhã de manhã, há alguma audiência na Câmara dos Deputados, é chave para todos nós, pois ele resolve uma série de problemas pontuais da gestão das ICTs – não é das universidades, mas das ICTs (Instituições de Ciência e Tecnologia) –, o que nos abre uma perspectiva muito boa.

Senador, também há uma coisa que me preocupa. como professor de universidade, que são os jovens que estão aí – como o senhor disse, não há tantos jovens aqui, nesta sala. A Lei Geral da Pequena Empresa colocou um desafio à universidade brasileira, pois toda profissão regulamentada neste País pode abrir sua pequena empresa, qualquer que seja o segmento. O que a classifica como pequena ou média é o faturamento dela: 3,6 milhões – também está na Casa algo que dobra ou que aumenta em não sei quanto esse valor. Esse é o desafio, Senador: nós incluirmos esses jovens para criarem novos empreendimentos neste País, seja em comércio, seja em serviços, seja em indústria. Nós precisamos desses novos mecanismos para esses jovens que estão recebendo recursos do Fies, Senador, e se endividando. Eles vão terminar a sua faculdade e dizer: "Não tenho emprego e estou com uma dívida lá na frente. O que eu faço?". Então, nós temos de pensar, sim, nessa juventude que está aí, porque a pior coisa são os jovens desesperados sem emprego.

E, rapidamente, eu não quero ser o bonsai: bonitinho e pequenino no meu *campus;* eu quero estar nessa selva que está aí, disputando e sendo uma árvore grande, para que eu possa dar sombra para outras árvores.

Para que possamos fazer isso, e respondendo rapidamente às perguntas, em relação às dificuldades para o desenvolvimento cientifico, eu acho que passam, sim, por um aspecto cultural. Termos de ter a mídia, os difusores de ideia, aqueles que sabem transmitir boas ideias fazendo esse trabalho de mudar uma cultura de que empreender com inovação neste País é bom, em todas as áreas, inclusive nas sociais.

Alguns anos atrás, o CNPq do Canadá publicou, em página inteira – eu não achei isso nos meus arquivos em casa ontem à noite –, num jornal do Canadá, o seguinte: inovação também é ciência social. Havia a discussão, tão célebre nossa, sobre recursos que saem das ciências sociais e vão para outra área. Eles publicaram isso.

E há outro que tem a ver com educação básica. Alguns anos atrás, o Presidente Clinton, em algum momento, diminuiu os recursos para as disciplinas de Física, Matemática e Ciências no ensino básico americano. Num domingo, no *New York Times*, os 50 maiores empresários americanos publicaram um manifesto ao Presidente Clinton, de quem eram amigos, dizendo: "O senhor está nos cortando a competitividade da indústria americana." Isso se ele cortasse o investimento daquele ano no ensino básico em Matemática, Ciências e Física. Isto nós não temos, infelizmente, no nosso setor empresarial: que, quando há corte na educação básica, eles saibam o que é importante para eles ou não.

Incrementar a produção científica no País é, sim, a difusão daquilo que é feito nas universidades, daquilo que é feito nos institutos, nos laboratórios. Nós não sabemos difundir isso.

E outro ponto: eu não sei – estou aqui do lado do Ministério da Saúde – quais são as necessidades de desenvolvimento de equipamentos médicos, das doenças que estão aí, para resolver os problemas do País. Eu não tenho esse levantamento. Eu não sei se o Estado brasileiro pode me encomendar para resolver o problema dos equipamentos médicos, por exemplo, das UTIs só dos nossos hospitais universitários. Podíamos encomendar muito para a Engenharia Biomédica da UnB: resolvam esses novos equipamentos. Porque, até algum tempo atrás, Senador, esses equipamentos, por exemplo, vinham de fabricantes com atestados de que funcionavam, de grandes centros de pesquisa. Hoje nós temos, de qualquer parte do mundo, esses equipamentos sem nenhum laudo. E nós temos condições, em muitas dessas áreas, de desenvolver. Então, a política de encomendas do Estado brasileiro... Ou sinalizar: "Nos próximos dois anos, nós precisamos disso. Senhores empresários, 'senhoras ICTs', candidatem-se, porque os recursos estão aqui". Esse é um mecanismo que funciona. Funciona na Comunidade Europeia, nas chamadas dos Programas-Quadro da Comunidade Europeia; funciona nas chamadas do ISBN americano; em vários outros países, isso aí é um mecanismo utilizado com sucesso.

Parques tecnológicos – modelo de gestão: o Regime Jurídico Único não serve para a gestão dos parques científicos e tecnológicos e incubadoras de empresas nas ICTs brasileiras.

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ – Permitam-me ser bem peremptório nisso: regime jurídico único não serve para a gestão. Compras e contratações, da mesma forma – acho que esse é um dos pontos que está sen-

do resolvido –, a Lei nº 8.666 não pode e não deve ser utilizada para as compras na área de pesquisa e desenvolvimento. Nós precisamos de um regulamento de compras próprio, como, por exemplo, nós damos para o Sistema S. Com certeza, o Tribunal de Contas tirou o Sistema S da 8.666. E nós estamos pedindo a mesma coisa: um tratamento para a área de ciência e tecnologia, um regulamento de compras. Digam como será esse regulamento, nos princípios constitucionais, que são os mesmos da 8.666. É disso que nós precisamos, Senador.

Por último: estímulo à interação universidade-empresa – ações de conhecimento e encontro de necessidades. Quantos reitores de universidades estiveram em federações de indústrias nos últimos dois anos? Poucos. Eu sei que o senhor frequentava bastante a Fibra. Também frequento, ainda, a Federação das Indústrias, mas quantos se relacionam nessas demandas? A Fibra, a Federação do Comércio, a Federação da Indústria, comércio e serviços...

Fundo Verde-Amarelo: não deu resultado. O Fundo Verde-Amarelo foi usado, pontualmente, em algumas ações, em alguns editais. Entendemos até que a situação econômico-financeira do País não permite. Mas, desde o começo, desde a sua criação, ele pouco foi usado. E era especificamente para promover a relação universidade-empresa. Pouquíssimos editais com esse objetivo, Senador. Pouquíssimos! Acho que dá para contar nos dedos. Talvez o MDIC possa nos informar o número desses editais que aconteceram.

E a legislação: bolsas para atividades de extensão e transferência de tecnologia – foi o que me pediram. Fiscalização trabalhista: se foi contado aqui que não dá lá no Porto Digital... Eu tenho pena de uma pequena empresa, da qual escutei um depoimento, que tinha uma bolsa DTI, do CNPq, do programa RHAE. Chega um fiscal da Delegacia Regional do Trabalho e diz o seguinte: "Ele entra às 8h e sai às 12h, entra às 14h e sai às 18h, relação trabalhista". "Não, mas eu sou bolsista do CNPq." "Não interessa." Taque-lhe multa.

Na pequena empresa, o Porto Digital era próprio para a pequena empresa. Por quê? Falta dizer, a legislação é perfeita, é clara, bolsa, mas falta dizer que...

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ – ... as bolsas, por incrível que pareça, as bolsas do CNPq são isentas. Nas bolsas de extensão que se aplicam, temos todo o problema de fiscalização trabalhista, esclarecimento ao nosso usuário do sistema.

Permita-me terminar, Senador, rapidamente. Aí, deixo talvez a minha sugestão, se me permitem, da minha atuação atual de gestor da Universidade de Brasília. Digo que a universidade precisa de um novo modelo de atuação, nós precisamos de novos perfis profissionais para atender essa relação, uma forma de planejamento e gestão diferente, um novo marco regulatório e, vou ser mais ousado, nós precisamos da figura jurídica diferente da universidade brasileira. Nós não somos organização social, nós não somos empresa, nós não somos autarquia, nós não somos mais fundação. Enfim, o que nós somos para poder atender essas demandas da sociedade? Vamos criar a figura ou o estatuto, o regimento novo das incertezas brasileiras. Como é que elas podem ser regidas? Ninguém está pedindo para não ser fiscalizado; ao contrário, eu quero é ser desafiado. Está ali. É isso que nós... Permita-me, Senador, dizer-lhe isto: eu gostaria de uma nova figura das universidades brasileiras, sejam elas públicas ou privadas.

Eu termino rapidamente. Se alguém quer ver um exemplo de universidade que muda o modelo, está aí, é colocado num consórcio de universidades, para não dizer que não citamos exemplos.

Permita-me usar essa frase que há muito tempo uso com meus alunos de inovação: que é difícil realmente fazer qualquer coisa nova.

Era isso, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Você falou aqui que não queria fazer propaganda. Fico muito feliz que essas coisas de que o senhor falou começaram no meu período de reitor. (*Risos.*)

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O CDT e outras irresponsabilidades como a *Brain Tech* e uma outra, que eu acho que foi mais irresponsável, e nos esquecemos das coisas. Naquela época, era proibido importar computador, era um negócio complicadíssimo. Montamos uma fábrica de microcomputador, comprávamos peças no Paraguai. Maior irresponsabilidade ainda, os nomes dos computadores eram: Honestina 1, Honestina 2... Com isso, a gente colocou computador na universidade antes da maioria; estou falando de 1985, quando tudo isso era ainda muito primário.

Passo a palavra agora ao Célio Cabral de Sousa.

O SR. CÉLIO CABRAL DE SOUSA JÚNIOR – Boa tarde, Senador.

Em nome do Sebrae, agradeço o convite e cumprimento os demais colegas da Mesa, todos os presentes.

Bom, tenho talvez o desafio de falar depois de tantos colegas que abordaram já temas de fato centrais para este debate, esta agenda. Mas vou tentar fazer um esforço aqui, inclusive, em nome do Sebrae, para colocar um pouco a visão do pequeno negócio e a visão das empresas à luz desse cenário como um todo.

Eu estruturei um pouco a nossa conversa a partir de um desafio, duas questões de fundo ou talvez premissas e algumas proposições, tentando responder, de certa forma, ao que nos foi apresentado inicialmente pelo Senador.

Bom, se eu pudesse talvez resumir num único desafio tudo que foi falado e tudo que se vislumbra daqui para frente, eu diria que nosso desafio é transformar conhecimento em PIB. Se eu pudesse resumir em uma frase, Senador, seria essa. No Brasil, hoje conseguimos atingir um certo patamar do nível de conhecimento científico e tecnológico, mas o grande desafio, acho, que permeia tudo que foi falado, é transformar isso em PIB e em realidade para as nossas empresas, sobretudo para os pequenos negócios.

Das questões de fundo que eu gostaria de colocar antes de entrar nas proposições, a primeira acho que foi de alguma forma abordada pelo Prof. Bermúdez, que é a questão cultural. Temos aí talvez uma herança ibérica que dificulta muito essa relação universidade-empresa, uma relação em que existe uma aversão grande ao risco. O risco não é visto com bons olhos, tanto do ponto de vista acadêmico quanto do ponto de vista empresarial. Isso acaba gerando uma certa distinção de interesses entre a pesquisa acadêmica e a pesquisa necessária ao desenvolvimento empresarial. E a questão cultural, de certa forma, acaba permeando muitos desafios. O empresário não procura a universidade porque acha que não vai ser atendido no tempo que ele precisa, que aquilo não vai ser feito de acordo com suas necessidades. Por outro lado, o professor da universidade acha que o empresário está indo ali para, de alguma forma, usufruir daquele conhecimento que vem sendo gerado há tanto tempo, que seria uma entrega daquele conhecimento público a uma iniciativa privada. Enfim, essa dificuldade de estabelecer uma relação sadia e produtiva permeia, de certa forma, toda essa discussão.

Há outra questão de fundo. Eu diria que o debate, da forma como está sendo trazido, é um debate relativamente recente no Brasil. Estamos falando de uma Lei de Inovação de 2004, quando as universidades começaram a estruturar os seus limites. Apesar de todas as iniciativas anteriores a isso, o debate, do ponto de vista pelo menos da regulamentação desse processo, é relativamente recente. Então, acho que ainda temos um sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação bastante imaturo, se compararmos com as experiências internacionais.

Exemplificando melhor a questão cultural, tive, há pouco tempo, a oportunidade de fazer algumas visitas a alguns países, e um deles foi à Alemanha, para conhecer, de fato, seu sistema nacional de inovação. Eu perguntei a eles, a uma grande universidade, como era a relação das empresas com o ambiente acadêmico, qual a dificuldade que eles teriam em fazer com seus pesquisadores, de fato, interajam com as empresas, que dediquem parte de seu tempo ao desenvolvimento de projetos de interesse empresarial. De certa forma, eles tiveram até dificuldade de entender a minha pergunta, como se aquilo não fizesse parte da realidade deles. Eles me disseram: "Olha, aqui, para você ser um doutor, você tem que ter tido, no mínimo, cinco anos de experiência em alguma empresa, em alguma indústria. Então, eu já trabalhei numa grande indústria, o meu colega aqui ao lado também já trabalhou, e agora nós somos diretores da universidade. Pode ser que amanhã eu volte para a indústria, pode ser que venha alguém da indústria trabalhar aqui na universidade. Então, é uma relação natural, é um fluxo muito comum e que acaba favorecendo muito essa integração."

Bom, postas essas questões, premissas ou questões de fundo, eu queria colocar alguns pontos importantes. O primeiro, talvez um ponto macro, seria a necessidade de pensarmos numa estratégia nacional para ciência, tecnologia e inovação com uma visão de longo prazo e uma visão estruturante, termos, de fato, um planejamento nacional das nossas ações de ciência, tecnologia e inovação. Não uma ação de governo, mas uma construção conjunta da sociedade civil organizada que busque pensar em ações que, no longo prazo, se legitimam; que não fiquemos reféns do ciclo político, da dificuldade que encontramos em razão das descontinuidades dos programas e das políticas públicas.

Apesar da nossa Lei de Inovação ser de 2004, de lá para cá, tivemos diversos e bons programas que foram descontinuados, programas que não tiveram perenidade até mesmo para se justificarem perante a sociedade no longo prazo. Então, construir esse plano de onde queremos chegar com ciência, tecnologia e inovação, no Brasil, é central, para que as instituições consigam pensar sua estratégia à luz dessa diretriz macro que seja colocada.

Eu acho que hoje, no Brasil, nós conseguimos alcançar certa estruturação razoável do nosso sistema, porque temos, de fato, todas as instituições que nós identificamos em todas as experiências do mundo. Temos uma boa estrutura de universidades, parques tecnológicos, incubadoras, instituições de apoio, fundações de amparo à pesquisa, o Governo olhando isso com bons olhos, mas, às vezes, a sensação é de que está cada um caminhando para um lado. Não temos ainda convergência de vetores e convergência de ações de complemen-

taridade desses programas e políticas públicas. Eu acho que esse é um ponto central para se pensar, eu diria, como política pública mesmo de incentivo à ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

Um segundo ponto, que está ligado ao primeiro, é a definição de prioridades. Eu acho que estratégia é, às vezes, definir o que você não vai fazer. Então, se não tivermos prioridades, o recurso é escasso e não conseguimos atingir aquela estratégia anterior que eu comentei. Então, acho fundamental pensarmos nessas prioridades interessantes.

Como exemplo, também, uma experiência de quando estive visitando a Coreia, para conhecer o sistema de inovação daquele país. Percebi que todos falavam de indústria criativa. Todas as instituições, não só o governo, mas instituições e representações das indústrias, instituições representativas dos pequenos negócios, todos falavam em indústria criativa, porque ali era a diretriz e a definição de Estado que o país agora vai trabalhar, com o foco na indústria criativa. Então, a capacidade que eles tiveram de fazer com que essa diretriz transbordasse para suas universidades, para suas instituições de apoio e até para as grandes empresas, como Samsung, LG e Hyundai, é algo impressionante. Então, aquela diretriz acaba sendo colocada como uma diretriz de nação, e todos caminham naquele sentido. Portanto, acho que definir prioridades é fundamental.

Bom, um terceiro ponto, que também o Prof. Bermúdez chegou a comentar, é a necessidade de repensar a formação dos nossos futuros profissionais que vão trabalhar com inovação e tecnologia dentro dos nossos centros de conhecimento, das nossas universidades e das nossas empresas. Se queremos uma atitude nova, temos que pensar em uma formação diferenciada, e isso envolve, sem sombra de dúvida, a ementa e a grade curricular dos nossos cursos, sobretudo dos cursos de Engenharia no País. Em poucas universidades hoje, a gente tem abertura para que esses estudantes façam cursos de empreendedorismo, busquem abrir suas empresas, tenham uma visão mesmo de mercado e de onde ele quer chegar com aquela pesquisa acadêmica. Precisamos abrir um pouco a formação desses nossos profissionais, acho que isso é fundamental. E, do ponto de vista dos pequenos negócios, eu acho que, também, isso se coloca como a grande sementinha que vai trazer aquelas empresas que a gente quer para o futuro, as empresas de alto potencial de base tecnológica que começam com esse repensar lá na graduação, nos cursos tecnológicos desses profissionais.

Bom, outro ponto, acho que agora entrando mais, afunilando um pouco do ponto de vista do pequeno negócio, é uma tratativa, talvez, diferenciada no acesso dessas empresas ao conhecimento.

(Soa a campainha.)

O SR. CÉLIO CABRAL DE SOUSA JÚNIOR – Hoje, para um pequeno negócio ter acesso ao conhecimento dentro da universidade, a dificuldade é enorme. Acho que os NITs, hoje, conseguiram se estruturar para tratar bem do tema de propriedade intelectual, para começar a abordar de forma mais profissional essa agenda nas universidades, mas a propriedade intelectual por si só não vai trazer os resultados que a gente quer e não vai levar esse conhecimento para o mercado. Então, pensar na relação universidade-empresa além da propriedade intelectual, eu acho fundamental. Portanto, serviços tecnológicos para a pequenos negócios é central, e muitas vezes isso vai ser muito mais importante do que um processo de transferência tecnológica, que, às vezes, é burocrático e demorado para o pequeno negócio.

O Sebrae hoje, unicamente com o Sebraetec, que é um programa de apoio ao serviço tecnológico, a gente conseguiu investir, em média, ao ano, 300 milhões, apoiando aí 92 mil empresas, mas acho que ainda é pouco. Precisamos ampliar isso e com outros parceiros, ampliar a participação das nossas universidades e dos centros tecnológicos de excelência nessa agenda. Então, facilitar o acesso do pequeno negócio a esse conhecimento de ponta é fundamental, e aí eu acho que é importantíssimo pensarmos nisso além da propriedade intelectual. A relação de confiança, a relação do dia a dia, a relação da consultoria do serviço tecnológico do pequeno negócio, é muito importante. Trazer isso para a realidade dele, de uma forma fácil e tranquila nessa relação, não necessariamente dependendo de uma relação jurídica ou de uma relação mais complicada e burocrática.

Outra questão: acho que é muito importante pensarmos do ponto de vista, agora, do pesquisador, do profissional acadêmico, que tem sua meta como profissional de crescimento de carreira – e hoje, no Brasil, é avaliado a partir dos critérios da Capes –, que tenhamos como um dos critérios a relação desse profissional com as empresas, não só a produção científica de artigos e patentes, mas também quais os projetos que aqueles profissionais têm em parceria com a empresa. Acho que esse poderia ser um ponto talvez bem específico, mas que facilitaria muito a vida daquele profissional que se dedica a gerar o conhecimento que essa relação com o empresário também fosse considerada na sua avaliação de carreira.

Outro ponto, agora bem direcionado às questões que nos foram colocadas em relação à Lei 8.666. Concordo que, de fato, não podemos tratar ciência, tecnologia e inovação da mesma forma que tratamos a construção de uma rodovia, a construção de uma ponte, de uma estrada. São lógicas muito distintas, e é uma relação totalmente diferente entre prestadores de serviço, entre demandantes desse processo de desenvolvimento

tecnológico. Não podemos usar a mesma lógica de fiscalização de uma obra, de uma construção física, para um conhecimento inteligível que é a ciência, tecnologia e inovação. Então, pensar alternativa a isso acho fundamental. O Prof. Bermúdez também tocou nesse ponto, colocando umas sugestões.

Outro ponto que a gente poderia pensar como estratégico, Senador, seria pensarmos talvez em criar um regime diferenciado para contratação, para investimentos em pesquisa e desenvolvimento, assim como fizemos na época da Copa do Mundo. Por que não pensarmos num regime de contratação diferenciado para investimentos em P&D?

E, para finalizar, acho que é central pensarmos em uma visão de mundo. Se estamos falando de ciência, tecnologia e inovação, tanto do ponto de vista da academia, quanto do da universidade... Porque hoje eu diria que, no Brasil, conseguimos, estamos muito próximos da fronteira do conhecimento,...

(Soa a campainha.)

O SR. CÉLIO CABRAL DE SOUSA JÚNIOR – ... e é fundamental que os pequenos negócios olhem para isso também com uma visão internacional e uma visão de competitividade no longo prazo, buscando se diferenciar não no mercado nacional, mas no mercado internacional. Acho que é isso que traz a perenidade dessas ações.

É isso, Senador.

Agradeço.

Estamos à disposição para continuar o bate papo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Quero dizer que terminamos em cima da hora, são 18 horas. Até poderíamos ter um debate bem maior, mas vamos ter que continuar em contato. De qualquer maneira, isso aqui vai para a televisão, vamos passar isso. Os Senadores vão receber a transcrição das falas de vocês, eu e minha equipe vamos estudar, e vamos ver o que transformamos daqui em instrumentos legais, não necessariamente em leis – o Marcos Formiga fez questão de dizer que já temos leis demais –, mas em instrumentos legais que permitam atender, por exemplo, às colocações que foram feitas aqui, como superar os pontos que você trouxe, Bermúdez. Então, nós vamos trabalhar em cima de tudo isso aqui.

Eu quero agradecer a cada um que esteve aqui presente, aos que assistiram, aos que vão assistir ainda em Casa.

E está encerrada a reunião.

(Iniciada às 16 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 58 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015.

Às nove horas e dois minutos do dia trinta de junho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Valdir Raupp, Omar Aziz, Hélio José, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Delcídio do Amaral, Telmário Mota, Gladson Cameli, Sandra Braga e Eduardo Amorim. Comparece a Senhora Senadora Vanessa Grazziontin, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, para debater a situação da Biotecnologia no Brasil, em especial do Centro de Biotecnologia da Amazônia, atendendo aos Requerimentos nº. 06/2015-CCT, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota, nº. 38/2015-CCT, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Marcelo Crivella, nº. 40/2015-CCT, de autoria dos Senadores Omar Aziz e Marcelo Crivella, e nº. 41/2015-CCT, de autoria dos Senadores Sandra Braga e Marcelo Crivella. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Dácio Montenegro Mendonça, Representante do Movimento Pró-CBA; Emmanuel Ribeiro Sales de Aguiar, Superintendente Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; Fernando Lourenço Nunes Neto, Diretor de Tecnologias Inovadoras da Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; Spartaco Astolfi Filho, Professor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Rafael de Sá Marques, Diretor do Departamento do Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambien-

te – MMA. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senadores Omar Aziz, Valdir Raupp, Walter Pinheiro, Sandra Braga, Telmário Mota e Vanessa Graziottin, não membro da Comissão. Neste momento, a Senhora Senadora Sandra Braga requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. Subscreve o requerimento a Senadora Vanessa Grazziontin, não membro da Comissão. **Extrapauta, Item 1: Requerimento nº 46, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Sandra Braga, Angela Portela, Hélio José, Omar Aziz, Telmário Mota e Valdir Raupp, que requerem "a realização de Audiência Pública desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, a ser realizada em Manaus-AM, para debater sobre o Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, sua reestruturação, planejamento e relação com o Polo Industrial de Manaus. Para debater o tema sugerimos os seguintes convidados: Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Armando Monteiro Neto; Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Senhor Aldo Rebelo; Secretários de Ciência e Tecnologia dos Estados da Região Amazônica; Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Roraima – IACTRR, Senhor Marcelo de Magalhães Nunes; Representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus- SUFRAMA; Representante do Movimento Pró-Centro de Biotecnologia da Amazônia – Pró-CBA; e Representante do Sindicato dos Funcionários da Suframa". O requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23º Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza neste 30 de junho de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2015-CCT, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota; Requerimento nº 38, de 2015-CCT, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Marcelo Crivella; Requerimento nº 40, de 2015-CCT, de autoria dos Senadores Omar Aziz e Marcelo Crivella; e Requerimento nº 41, de 2015-CCT, de autoria da Senadora Sandra Braga e do Senador Marcelo Crivella. Todos aprovados pelo Plenário.

Esta audiência destina-se a debater a situação da Biotecnologia no Brasil e, em especial, do Centro de Biotecnologia da Amazônia.

Para tanto, tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Sr. Jailson Bittencourt de Andrade, o Sr. Dácio Montenegro Mendonça, o Sr. Rafael de Sá Marques, o Sr. Spartaco Astolfi Filho, o Sr. Emmanuel Ribeiro Sales de Aguiar e o Sr. Fernando Lourenço Nunes Neto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O Rafael de Sá Marques, Diretor do Departamento do Patrimônio Genético, da Secretaria de Biodiversidade e Floresta, do Ministério do Meio Ambiente está chegando.

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e no Alô Senado, através do número 0800612211.

Eu vou passar a palavra, na ordem em que chamei, inicialmente, ao Sr. Jailson Bittencourt de Andrade, que é Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Vamos tentar ver se é possível, tendo em vista o grande número de palestrantes, concentrar em dez, quinze minutos.

Não vou ficar cortando o tempo, mas, se for possível manter nesse período, seria bom.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Não é nem questão de ordem; aliás, não sei nem onde cabe o que eu vou fazer aqui, mas, objetivamente, nós vamos discutir só o Centro de Biotecnologia da Amazônia?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Essa é a ideia, não? Embora tenhamos tantas audiências, tantos...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Não, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É debater a situação da biotecnologia no Brasil, em especial do Centro de Biotecnologia da Amazônia.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – O.k. Eu vou sugerir aos nossos queridos convidados, a esses persistentes – porque nessa área a pessoa tem que ser persistente, pois não é uma coisa fácil não – por quem eu tenho todo respeito, por todos eles, que eles pudessem, depois dessa conversa que teremos aqui, apresentar uma proposta mínima para que, depois, Senador Cristovam, nós pudéssemos agir politicamente nos órgãos. Porque não basta a gente ficar sabendo dos problemas...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – A pessoa chega aqui, conta um monte de problemas, mas não tem nem uma proposta para o problema, não diz qual é a solução, e nós não estamos capacitados a dar essa solução por eles.

Então a sugestão é que, na exposição dos senhores, também se fale sobre os encaminhamentos que devemos dar. Depois a nossa Secretaria vai nos dar o mínimo, e, aí, a gente faz uma Comissão, Senador, vai aos Ministérios que devemos procurar para que a gente possa encaminhar essas propostas dos nossos convidados.

É essa a sugestão que eu queria dar, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito. Muito boa. E eu vou tomar o cuidado de, depois de cada apresentação, se não houver sugestões sobre o que fazer, de perguntar.

Com a palavra o Jailson.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Obrigado.

Bom dia, Senador Cristovam Buarque, é uma honra estar aqui, Senador Aziz, Senador Raupp. As primeiras palavras são um cumprimento afetuoso do Ministro Aldo Rebelo, que pede desculpas por não estar aqui; ele está na comitiva presidencial nos Estados Unidos e nos pediu que o representássemos nesta sessão. E a segunda palavra, também por recomendação do Ministro, é um agradecimento ao Senado, primeiro à Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, que fez uma emenda de R$149 milhões para biotecnologia, fármacos e medicamentos, o que mostra o apreço por essa área – na LOA, isso caiu para 10%, cerca de R$15 milhões –, e ao Senador Cristovam e ao Deputado Tripoli, que fizeram emendas da ordem de R$1,7 milhão, ela assinada pelo Senador Cristovam, para métodos alternativos de experimentação com animais, o que mostra o apreço desta Casa.

Em relação ao Ministério de Ciência e Tecnologia, nós temos desempenhado várias ações, inclusive algumas delas datam quase que da criação do Ministério, na área de Ciência e Tecnologia. A rede mais antiga que nós temos em relação à rede de Ciência e Tecnologia é o CBAB, que envolve, inicialmente, Brasil e Argentina e, em um segundo momento, o Uruguai. Essa rede tem 29 anos e já formou cerca de cinco mil alunos em cursos entre os dois países.

Temos três redes, a Bionorte – o Spartaco, que está aqui, certamente vai dar boas informações sobre elas –, mas temos uma Renorbio, que é uma rede que envolve dez Estados – nove Estados do Nordeste, mais o Espírito Santo, daí serem dez Estados –, mais 36 instituições federais. Nessa Renorbio o Ministério já aplicou cerca de R$4,5 milhões, temos 230 pesquisadores, 600 estudantes de doutorado, já formamos cerca de 230 doutores e ela já solicitou 220 patentes.

A Rede do Centro-Oeste, da mesma maneira, envolve três Estados do Centro-Oeste, mais o Distrito Federal, 18 instituições de ensino superior. Já foram formados 130 doutores, há 120 doutores como estudantes e já solicitaram pelo menos 32 patentes.

Então, o Ministério tem uma atenção especial com a biotecnologia, é considerada uma das áreas estratégicas do Ministério de Ciência e Tecnologia. E, após a reunião em que o Ministro Aldo esteve aqui nesta Comissão do Senado, e que eu o acompanhei, ele pediu uma atenção especial à área de biotecnologia e, mais especial ainda, ao Centro de Biotecnologia da Amazônia.

Nos dois sentidos, nós temos uma Coordenação de Saúde de Biotecnologia – o Dr. Luiz Henrique Canto está aqui –, uma das coordenações mais ativas do Ministério da Ciência, Tecnologia, que, inclusive, tem interações com vários países, com os Estados Unidos, através do NIH, com a China, com a Índia, com a Holanda; e, neste momento, estamos preparando um memorando de entendimento para que seja assinado com o governo alemão, quando da visita da primeira-ministra Angela Merkel. Então, são várias ações na área de Biotecnologia.

E exatamente, na semana passada, tomou posse no Ministério o Dr. Bruno Nunes, que será o Coordenador-Geral da área de biotecnologia.

A primeira encomenda que o Ministério fez ao Dr. Bruno Nunes é que organize todo o sistema, todas essas redes de biotecnologia que nós temos, no sentido de nós formarmos um grande sistema ou um grande programa nacional de biotecnologia, de maneira que envolva desde instituições públicas a empresas e que envolva a parte de alimentos, a parte de medicamentos, de fármacos, de energia, especialmente, a parte de bioenergia. Então, a ideia é que o MCTI passe a ter um grande sistema articulado de biotecnologia. Essas são linhas bem gerais em biotecnologia.

Agora, chegando ao CBA.

Após a reunião daqui, inclusive o próprio Senador Aziz pediu informações, falou sobre essa questão do CBA, nós tivemos reuniões com os coordenadores das três redes, inclusive, com o Professor Spartaco, que está aqui, discutimos a situação dessa organização. E a nossa ideia, no Ministério da Ciência, Tecnologia, é que, ao organizar esse sistema nacional de biotecnologia, haja algumas cabeças nesse sistema, como se fosse uma espécie de hidra, em regiões e em biomas distantes do País, por exemplo, no Sudeste, onde nós temos o Laboratório Nacional de Biotecnologia, que é um desses possíveis centros, e, no Norte, a nossa expectativa, esperamos fortemente, é que o CBA seja essa cabeça do sistema na Região Norte. E que se tenha isso totalmente organizado no País.

Para tal, o Ministro Aldo conversou com o Ministro Armando Monteiro; nós tivemos uma reunião no Ministério da Ciência, Tecnologia, envolvendo a nossa Secretaria, além do Secretário Marcos Vinícius, o Dr. Gustavo Saboia, e o Dr. Fernando Nunes, aqui presente. Nessa reunião, nós avaliamos a situação, naquele momento – Isso faz duas, três semanas –, do CBA. O Dr. Nunes, certamente, vai informar com mais detalhes, mas a ideia era que o Ministério, o MDIC, estava fazendo uma ação emergencial para resolver, para apagar, vamos dizer, o incêndio naquele momento, e nós combinamos que nos encontraríamos, após duas ou três semanas, para dar partida à discussão entre os dois Ministérios para resolver, talvez, a questão mais crônica do CBA, que é transformar o CBA numa organização social, que foi a discussão nossa, envolvendo os dois Ministérios, o MDIC e Ministério da Ciência e Tecnologia.

Com isso, nós resolveríamos a governança do CBA e, ao mesmo tempo, permitiria esse sonho, que é organizar o sistema, tendo o CBA como uma dessas cabeças do sistema na Região Norte.

Então, para tal, nós temos alguma experiência no Ministério da Ciência e Tecnologia na organização de OSs. Por exemplo, o CNPEM, em Campinas, onde está o LNBio, é uma organização social ligada diretamente ao Ministério.

E temos uma experiência recente, a criação do INPOH – Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias. O INPOH foi criado a partir de uma articulação do MCTI com outros Ministérios: o MCTI, o Ministério da Pesca, o Ministério da Marinha, a Marinha do Brasil e a Secretaria dos Portos. Então, esse modelo nós passamos para os colegas do MDIC, para que avaliassem, que é uma possibilidade de fazer, transformar o CBA em uma OS ligada aos dois Ministérios, como também com possibilidade de incluir outros Ministérios, se assim o desejarem.

Quer dizer, essa é uma frente bastante larga, mas o sonho nosso, no MCTI, é ter o CBA e ter o CBA como parte, como uma dessas cabeças desse sistema de biotecnologia, que nós estamos organizando.

Então, Senador Cristovam, demais Senadores, de uma forma bastante breve, esta é a visão, neste momento, do Ministério da Ciência e Tecnologia em relação à biotecnologia, em geral, e, em especial, em relação ao CBA.

Certamente, tanto eu, quanto o Dr. Bruno, o Dr. Luís Canto estamos à inteira disposição de V. Exªs para responder a qualquer questionamento, como também atender a qualquer solicitação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado pela observância do tempo. V. Sª foi bastante sintético; mas, aí eu aproveito esses minutos que faltam para trazer a pergunta do Senador Aziz: o que o MCTI quer que nós façamos aqui?

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Senador, vou tentar lhe responder com a mesma objetividade com que o professor está perguntando. O que nós imaginamos é que, se nós considerarmos a Amazônia – o CBA não é de Manaus, o CBA é um centro de biotecnologia da Amazônia –, juntando os Senadores da Amazônia, eles são 1/3 desta Casa. Então, 1/3 dos Senadores desta Casa podem fazer o que acharem que é mais conveniente e mais efetivo.

Da parte do Ministério de Ciência e Tecnologia, nós diremos que, para nós, hoje, é quase que uma obsessão ter o CBA como uma das entidades ligadas ao Ministério, porque isso permitirá um avanço grande nessa área. Porque não é só a biotecnologia uma das áreas que nós estamos organizando; são três novas coordenações: a segunda coordenação é de águas e a terceira coordenação é de energia. E os três novos coordenadores, todos

jovens doutores, funcionários do Ministério, muito bem qualificados, e a ideia é que essas três coordenações trabalhem em articulação. Ou seja, nós vemos, no caso de biotecnologia...

(Soa a campainha.)

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – ... da forma mais ampla possível, como eu disse, envolvendo empresas, envolvendo instituições, envolvendo todo o sistema.

Nós vemos a parte de águas das veredas ao oceano profundo, ou seja, um sistema que vai do oceano profundo, chega à costa brasileira, passa pelas baías, segue os rios, chega às veredas, inclusive os rios aéreos e os demais corpos d'água. E a ideia é ter uma ação extremamente articulada em que, de novo, biotecnologia será uma grande ferramenta para garantir a potabilidade da água, inclusive garantir o reuso e garantir o uso adequado, minimizando o uso da água na produção de energia e na produção de alimentos.

E vemos a questão de energia também desde o pré-sal até a parte de biocombustíveis, passando por energia eólica, passando por energia solar, ou seja, de uma forma bastante integrada. E essas três coordenações trabalharão com uma visão única de que transportar água e entregar água de qualidade depende de energia; produzir energia depende de água, e os alimentos são consequência de um ambiente de produção adequada de energia e de uma minimização do uso de água como também do uso da terra.

Então, essa ação nossa tem sido uma ação completamente articulada e, brevemente, se os senhores desejarem, nós podemos voltar – o Ministro Aldo, eu ou outro secretário – para falar de como as ações de biotecnologia, água, energia e alimentos estão completamente articuladas no Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Senador Cristovam, o que o Secretário falou hoje, aqui, agora para a gente é o sonho que nós temos – a realidade é essa. Aí há que se louvar o desprendimento do Ministro da Indústria e Comércio, o nosso querido colega Senador Armando, porque ele, realmente, desde o primeiro momento, tomou uma decisão. Se a decisão é paliativa ou não, ele teve a coragem de tomar a decisão, coisa que ninguém teve antes. Então, essa iniciativa tem que ser louvada: quando ele passa para o Inmetro – e não vou discutir aqui o mérito, se está no lugar certo ou não –, ele tomou uma decisão.

Mas a decisão mais correta – e, aí, tem que haver a anuência, realmente, do Ministro da Indústria e Comércio... Porque o que acontece hoje? Ela está ligada ao Ministério da Indústria e Comércio por causa da Suframa – só isso! –, mas uma coisa não tem nada... Mesmo havendo uma diretoria de inovação dentro do Ministério da Indústria e Comércio, eu acho que a inovação que eles buscam ali é outro tipo de inovação, a inovação na área de informática, a inovação na área de produção.

Aqui nós estamos falando em pesquisa. Então, eu acho que o Ministério de Ciência e Tecnologia, sim... Se vai ser OS, se vai ser de outra forma – e, aí, a gente tem que ver o que mais está dando certo no País... Eu não sei quantos institutos há nessa área de biotecnologia no Brasil, mas conheço alguns que, realmente, dão resultados positivos. E o que a gente busca é esse resultado positivo.

Então, se há esse entendimento entre o Ministro Aldo e o Ministro Armando, a minha sugestão é a de que seja só com um Ministério, porque, com mais de um, não dá certo, pois dificilmente teremos duas pessoas tão compreensivas, em dois Ministérios, como o Ministro Armando, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e o Ministro Aldo Rebelo, no Ministério da Ciência e Tecnologia, e também os seus colaboradores diretos dentro dos Ministérios. Isso porque, antes, tivemos experiências muito negativas. Com o atual Governador de Minas, o Pimentel, tentamos, de toda forma, e não conseguimos. Durante quatro anos, lutamos para que isso acontecesse. Aí, o Ministério da Ciência e Tecnologia tinha que fazer uma reunião: Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério do Meio Ambiente, Casa Civil e mais alguns. Aí não dá; nunca se vai chegar a um consenso!

Então, hoje, a decisão do Ministro Armando tem que ser louvada, mesmo que seja paliativa, como foi colocado agora, na expectativa de que em semanas nós teremos uma solução definitiva.

Mas acho, Senador Cristovam, que a melhor coisa é cada um no seu cada um. O Ministério da Ciência e Tecnologia é o Ministério que tem que olhar com outros olhos o Centro de Biotecnologia da Amazônia.

E não tenho nada contra o Ministro Armando – vamos deixar claro. Ele teve a coragem de tomar uma decisão, coisa que ninguém teve antes. Durante 13 anos, nenhum Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio tomou a decisão; o Ministro Armando teve essa coragem.

Então, eu fico muito feliz com as suas palavras, Jailson. Acredito que o Estado do Amazonas, a Amazônia em geral – e, aqui, os Senadores da Amazônia, como a Senadora Sandra, o Senador Valdir Raupp e eu – ficamos muito felizes com essa preocupação neste momento. Quer dizer, as coisas, depois da última vinda do Ministro Aldo aqui e do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio aqui, andaram com rapidez, coisa que antigamente não havia acontecido. Andaram com rapidez, Senador Cristovam!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Dácio Montenegro Mendonça, que representa o Movimento Pró-CBA.

O SR. DÁCIO MONTENEGRO MENDONÇA – Bom dia, Srs. Senadores, representantes presentes aqui!

Fico muito grato pela oportunidade, Senador Cristovam Buarque e toda a Comissão, que abre este espaço para a biotecnologia no Brasil e, em especial, para o Centro de Biotecnologia da Amazônia. Creio que os senhores têm, pelo menos, um pouco de conhecimento sobre o que é biotecnologia e sobre a questão do centro, como já foi falado, que já se alastra há 13 anos, sem a personalidade jurídica. Então, este é um dos pleitos que conta do nosso manifesto, que foi entregue para cada um dos senhores, através da Comissão, ou do *e-mail*, passado pela Secretaria.

E esse manifesto tem um resumo bem básico de todo o histórico do CBA e do nosso pleito, que seria a continuidade dos bolsistas durante esse processo de transição. Isso foi atendido, e estamos agora através do Inmetro, por essa atitude do Ministro Armando Monteiro. O outro pedido seria essa audiência pública aqui no Senado, no que fomos atendidos também.

Os outros dois seriam a questão do modelo de gestão – que defina o modelo de gestão para esse centro de biotecnologia – e a questão da personalidade jurídica. São coisas bem distintas o modelo de gestão e a personalidade jurídica – que fique claro isso também. São coisas que caminham paralelamente, mas são diferentes.

Então, o CBA realiza diversos projetos, mas não pode realizá-los de maneira plena, vamos dizer assim, justamente por causa desses entraves jurídicos e administrativos que impedem a saída de um produto tecnológico. Por exemplo, há estudos sobre um anticancerígeno, a partir de diversas moléculas de micro-organismos, que não saiu até hoje por conta de não haver o CNPJ. Então, como passar esse produto tecnológico e perder todo esse trabalho, tirando do CBA e passar por uma determinada empresa? Esse foi aquele problema que houve lá atrás com a indústria farmacêutica.

Então, é preciso dar uma atenção, porque nenhuma empresa também faz um acordo de cooperação, faz um determinado plano ou parcerias com uma empresa sem CNPJ. Creio que nenhum dos senhores iria fazer um acordo que não tivesse uma segurança jurídica. Então, é nesse sentido que nós batemos nessa tecla, porque é preciso que se defina isso.

Como foi falado, há ainda a questão de diversas uniões interministeriais. Houve um decreto, que eu posso citar aqui, que é muito plausível, do Presidente Lula – um decreto do dia 4 de janeiro de 2008 –, quando foi instituído um Comitê Interministerial para definir, em 60 dias, a questão do modelo de gestão. Vejam: "interministerial", então, comporto por vários Ministérios, e não foi feito. Apenas em 2010, dois anos depois, foi feito um modelo de gestão, enviado para o MPOG, que, até hoje, se arrasta por lá. De 2010 até 2015 são cinco anos, e não se tem uma definição.

Então, está faltando o quê? Não é só vontade administrativa, vontade jurídica, e, sim, política. Nós precisamos das parcerias dos senhores, Senadores e Deputados, junto com os Ministérios que estão envolvidos, porque, se não se tem essa parceria, esse conjunto de forças para unir, porque é a Bancada Federal do Amazonas que precisa trabalhar em conjunto, porque a biotecnologia é uma alternativa para o nosso Estado do Amazonas. Não só para o Estado do Amazonas, mas para toda a Região Norte, porque a Zona Franca de Manaus, o PIM, vamos dizer, não suporta toda a economia. É preciso ter uma alternativa, porque, se acaba o PIM, acaba toda a economia da Região Norte, e com a economia, os empregos, como é a situação hoje com a questão da MP nº 660. Então, isso afeta toda a Região, e é lamentável não se ter uma alternativa.

O projeto inicial – o Professor Spartaco pode falar melhor depois – envolve a bioindústria, os biocosméticos, os biofármacos. Então, essa era a linha para se seguir, juntamente com as parcerias de pesquisa e desenvolvimento, pelas quais as empresas iriam investir, construindo parcerias bem produtivas, estabelecendo um vínculo maior.

Então, a questão do Inpa e da Embrapa são coisas distintas também. É pesquisa? Sim! A questão acadêmica. Vai nessa linha. Mas do CBA já iria sair, de fato, o produto tecnológico da Amazônia – do tucumã, do açaí, do buriti, coisas nossas mesmo.

Então, seria nesse sentido. Já pensaram sair, para as mulheres aqui presentes, a questão do biocosmético? Seria maravilhoso! Uma base a partir do tucumã. Seria uma coisa totalmente inovadora. E onde é que tem o tucumã plantado? É no Amazonas o grande potencial.

Então, precisamos explorar mais não só a questão das macromoléculas, mas das micro, que são micro-organismos presentes na nossa Floresta Amazônica. Da Floresta Amazônica não se conhece, até hoje, a imensidão de produtos que poderiam sair de lá.

Então, é nessa linha que trabalhamos, mas, infelizmente, não se pode mostrar o que se está fazendo ali, os projetos de alguns doutores. Alguns projetos são, de certa maneira, secretos por causa da personalidade jurídica. Há sempre esse questionamento.

Então, nós, os pesquisadores, tratamos nessa linha todas as dificuldades expostas para os senhores. A questão, principalmente do CNPJ, trava muito as coisas, e os pesquisadores vêm trabalhando diuturnamente por conta disso, porque, vamos dizer, aquele centro foi iniciado para colher a planta e fazer sair o produto tecnológico lá no final. Então, os laboratórios estão interligados ali. E não se tem nenhuma coisa no Amazonas nesse sentido.

Então, como proposta, aqui, para o Senado, creio eu, a Comissão do Movimento Pró-CBA, a gente trata da criação de uma subcomissão dentro desta Comissão de Ciência e Tecnologia. E creio que seria muito plausível a criação dessa subcomissão, para que os Senadores trabalhem nesse sentido, em parceria com os Ministérios, para que estejam interligados, o que é muito importante.

E, sobre o que Sr. Jailson falou, quanto à questão de trabalhar em conjunto, creio que se devem chamar também os coordenadores, que estejam inseridos desde o início, para que trabalhem em conjunto sobre esse modelo de gestão. E isso porque são eles que estão envolvidos no processo desde o início e conhecem a realidade, quer sejam os coordenadores, quer sejam os pesquisadores, que também estão ali envolvidos de maneira mais pontual.

Então, é necessária essa ação conjunta, porque de nada valeria apenas o Ministério trabalhar sobre a questão do modelo de gestão. É preciso chamar esses pesquisadores, que estão envolvidos durante todo esse tempo, para que se construa esse modelo coletivamente. É isso que pedimos, porque, havendo a orientação dos pesquisadores, que estão lá desde o início, trabalhando nos seus projetos, alavancando a ciência e tecnologia, que possuam toda uma expertise...

(Soa a campainha.)

O SR. DÁCIO MONTENEGRO MENDONÇA – ... nas suas coordenações específicas, seria muito importante essa parceria para que construamos em conjunto esse trabalho com o CBA.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Recebi uma sugestão da própria Mesa de inverter a ordem das falas. E vou segui-la, porque creio que avançará no debate. No lugar de chamar agora o Rafael de Sá Marques e o Spartaco Astolfi Filho, eu vou chamar o Emmanuel Ribeiro Salles de Aguiar, Superintendente Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Suframa.

Depois, eu volto à ordem.

O SR. EMMANUEL RIBEIRO SALES DE AGUIAR – Bom dia, Presidente, Senador Cristovam Buarque! Bom dia, Senadores presentes! Bom dia a todos e todas presentes!

Eu sou o Superintendente atual de Planejamento, em exercício, da Suframa, desde o final de fevereiro de 2015, em função da exoneração do ex–Superintendente.

Eu vou fazer uma breve apresentação do CBA, para que alguns que não conhecem totalmente o CBA possam entender um pouco sobre o CBA.

Aí há uma imagem do Centro de Biotecnologia da Amazônia.

Pode passar à próxima.

O CBA é um centro tecnológico voltado para a promoção de inovação tecnológica por meio de processos e produtos da biodiversidade amazônica, por meio de ações integradas com universidades e centros de pesquisa do setor público e privado, fomentando um ambiente favorável à inovação em toda a cadeia produtiva.

A missão é promover a inovação tecnológica de processos e produtos, incentivando e criando as condições básicas para apoiar o desenvolvimento das atividades industriais baseado na exploração sustentável da biodiversidade amazônica.

A visão – a visão que todos queremos e com a qual todos nós sonhamos – é ser um centro de referência internacional em biodiversidade, biotecnologia e bioindústria, compromissado com a agregação de valor à biodiversidade da Amazônia. Este é o sonho de todos nós, sonho que estamos perseguindo aqui juntos.

Aqui é um breve histórico.

Em 1999, deu-se início à construção do CBA. A pedra fundamental foi lançada em 1997.

O CBA foi criado em 1998. E, se vocês observarem, o CBA foi criado no âmbito do Probem, com a participação do MDIC, do MCTI e do MMA. E foi criada também a Bioamazônia, que era uma associação, qualificada como OS, para fazer tanto gestão do Probem/Amazônia, como a gestão do CBA.

Em 2002, ele foi inaugurado, e a Suframa passou a ficar responsável, porque a Bioamazônia, que havia sido, inicialmente, qualificada para fazer a gestão do Probem e do CBA, foi descredenciada. E, então, a Suframa assumiu esse papel que era da Bioamazônia. Ela cuidou de toda a parte estruturante do CBA, que foi dividida em duas etapas – a fase 1 e a fase 2: a construção, a instalação dos laboratórios e a implementação dos laboratórios, com a contratação de bolsistas pesquisadores para que o CBA pudesse ser tocado.

Em 2005, o CBA passou a integrar formalmente a Política Industrial e Tecnológica, a antiga PITCE, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Em 2008, como foi dito pelo Dácio, foi instituído um Comitê Interministerial, que apresentou uma proposta de uma personalidade jurídica para o CBA, que era uma Empresa Pública. Isso foi alçado às esferas superiores, mas não vingou. Isso se deu em 2012.

Em 2012, ainda, foi apresentada uma nova proposta, que também não vingou. A expectativa era de que, em 2014, essa questão da personalidade jurídica do CBA estivesse definida. Infelizmente, não foi possível. Como 2014 foi um ano político, infelizmente, novamente nós não conseguimos resolver essa questão da personalidade jurídica.

E surgiu um impasse, porque se encerrou o convênio que nós tínhamos com a FDB – Fundação de Defesa da Biodiversidade da Amazônia, com quem nós fazíamos a gestão do CBA, e, também, nós estávamos com compromisso junto com os órgãos de controle, que, há anos, vêm nos cobrando essa questão da definição da personalidade jurídica. Quer dizer, nós também temos os órgãos de controle no nosso costado, já, nos cobrando, constantemente, essa definição da personalidade jurídica.

Quando chegou 2014, esse convênio era improrrogável. Então, houve a necessidade de nós buscarmos uma alternativa. Então, qual foi essa alternativa? Foi a gente criar essa parceria com o Inmetro. Nós fizemos um termo de cooperação com o Inmetro, um termo de cooperação técnica, em que o Inmetro foi a Manaus e fez um diagnóstico do CBA e, no final de tudo, ficou definida a necessidade de se fazer uma parceria com o Inmetro, no sentido de a gente dividir a responsabilidade, fazer uma gestão compartilhada.

Ou seja, a Suframa fazia aquilo que ela sabe fazer bem feito e o Inmetro nos ajudaria a fazer a gestão científica e tecnológica do CBA. E, nesse intervalo, a gente fazer todas as discussões necessárias que precisam ser feitas, nesse intervalo, inclusive a prioritária, que é a definição da personalidade jurídica do CBA, porque nós temos que entender que já se passaram 10 anos. Então, a personalidade jurídica é uma prioridade? É, mas nós também precisamos fazer uma avaliação de todos os programas, de todos os projetos e um ajuste nos laboratórios que já estão instalados, que estão precisando sofrer ajustes, e também definir como serão os novos laboratórios que ainda precisam ser criados e definidos no CBA.

Então, isso está tudo dentro desse contexto dessa parceria com o Inmetro, não só discutir a personalidade jurídica, como também discutir toda essa fase intermediária, que é a avaliação dos laboratórios que já existem e a avaliação dos novos laboratórios a serem implementados.

Isso está consolidado aqui, nesse acordo de parceria com o Inmetro. Na verdade, vai ser uma gestão compartilhada, que tem a duração de dois anos, e, nesses dois anos, vai ser discutido tudo isso de que não estamos falando.

A diretriz de atuação do CBA, a partir desse entendimento com o Inmetro, a atuação conjunta do MDIC, da Suframa e do Inmetro com o objetivo de consolidar o CBA com uma estrutura de alta capacitação tecnológica, visando o desenvolvimento da biotecnologia na Amazônia e, sobretudo, o seu apoio à geração de inovação no setor produtivo brasileiro que atua na área de biotecnologia.

As premissas desse processo: foco no desenvolvimento tecnológico e inovação; atendimento das necessidades empresariais para o desenvolvimento de produtos de base tecnológica; prestação de serviços técnicos, científicos e laboratoriais à iniciativa privada, o que o CBA já vinha fazendo, mas, em função de não ter uma personalidade jurídica, isso é muito prejudicado; e, também, a discussão de um planejamento para que o CBA torne-se sustentável financeiramente.

Aí, uma ideia da infraestrutura.

O CBA está numa área de 20 mil m², com uma área já construída de 12 mil m². Nós temos 25 laboratórios para pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos, uma central de produção de extrato, uma planta piloto de processos industriais, uma incubadora, um biotério, um *showroom*, que vai fazer parte dessa fase complementar em que falta estruturar o CBA, áreas de apoio ao empreendedorismo e gestão de inovação e área administrativa: alojamento, refeitório, almoxarifado e prédio central.

Essa é uma ideia do centro. Nós temos inclusive alojamento aqui, refeitório. É uma estrutura muito boa, muito interessante. Assim é como ele está dividido: a coordenação de produtos naturais, toxicologia e farmacologia, central analítica, microbiologia, unidade de tecnologia de bioprodutos, biologia molecular, uma incubadora, produção de extratos e a unidade de processo industrial.

Estamos iniciando um processo de recuperação do prédio, que está precisando de algumas reformas. Já estamos iniciando esse trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. EMMANUEL RIBEIRO SALES DE AGUIAR – Aqui está o quadro atual de colaboradores. Esse é o nosso quadro atual, Senador. Nós temos um total de 51 pessoas trabalhando, entre doutores, pós-doutores, mestres, especialistas e graduados técnicos.

Aqui está o de farmacologia, que é comandado pelo Professor Antônio José Lapa, conceituado pesquisador.

Essa é a coordenação de central analítica, do Sr. Massayoshi Yoshida, também muito conceituado, que cuida dessa parte de coordenação analítica. O Rudge Procópio, da parte de biologia, Tetsuo Yamane, da parte de biologia molecular, o Professor Valdir, da parte de produtos de química e produtos naturais e a Professora Simone, da cultura de tecidos vegetais. E temos a unidade tecnológica de bioprodutos, comandada pela Professora Maria Katherine. Temos o núcleo de geração de negócios e o núcleo de informação biotecnológica.

Essas são as coordenações, como os laboratórios estão divididos.

Se vocês observarem, temos um laboratório de microbiologia, de fermentação, de análise microbiológica, de descontaminação e a central analítica. Então, cada laboratório com as suas divisões.

Esses são os investimentos já realizados. Suframa, MMA, MCTI, Fapeam e iniciativa privada. Já foram investidos mais de 100 milhões na infraestrutura, em laboratório, prédios e equipamentos. São investimentos já realizados.

Esses são os financiadores do CBA, os colaboradores que, ao longo desses dez anos, participaram conosco, as instituições parceiras que nos ajudam muito.

Então esse é o CBA. O que estou ouvindo aqui é muito importante, a necessidade que nós temos, Senador, de, o mais rapidamente possível, definir essa questão da personalidade jurídica do CBA, deixando claro que essa parceria com o Inmetro que nós acabamos de montar tem a finalidade de discutir todo esse processo e fazer essa gestão compartilhada do CBA. E, nesse contexto, fazer todas as discussões no sentido de encontrarmos o melhor caminho para o CBA.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dr. Emmanuel, embora esperemos que as perguntas sejam feitas depois, tenho uma curiosidade: em termos de produto, como trabalhos publicados, patentes que existam, é possível que algo seja apresentado? Se não agora, depois?

O SR. EMMANUEL RIBEIRO SALES DE AGUIAR – Não, agora não, mas nós temos um material bem amplo sobre CBA que podemos disponibilizar a todos vocês. É o histórico completo do CBA desde a sua inauguração, com todos os trabalhos desenvolvidos. Nós podemos disponibilizar isso a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra, agora, ao Sr. Fernando Lourenço Nunes Neto, Diretor de Tecnologias Inovadoras, da Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. FERNANDO LOURENÇO NUNES NETO – Primeiramente, obrigado, Senador Cristovam Buarque, pelo convite e obrigado, demais Senadores, pela presença. Gostaria de agradecer, em nome do Ministro Armando Monteiro e do Secretário de Inovação, Marcos Vinícius, a oportunidade de estar nesta Casa para apresentar um pouco do que estamos fazendo para, como bem disse o Senador Omar Aziz, desenvolver ou tomar as ações necessárias para que se coloque a questão CBA no rumo.

Eu vou poupar nosso tempo, porque nosso tempo é exíguo. Esses dados já foram apresentados pelo colega da Suframa, o Superintendente Emmanuel, mas só para focar na missão, no que é a missão do CBA, no que nós esperamos do CBA como missão, que é fazer a conexão da academia, da biotecnologia com a indústria, com o setor produtivo.

Como mencionou o colega Dácio, aqui na mesa, fazer a ligação, criar uma alternativa ao Polo Industrial de Manaus. O CBA não é só da Amazônia, é do Brasil inteiro, e é uma oportunidade que temos de incluir a Região Amazônica no mundo e, incluindo a Região Amazônica no mundo, incluir o País – mais Brasil no mundo, que é um dos nossos mantras dentro do Ministério.

Então, desde o início do mandato do Senador licenciado Armando Monteiro, atual Ministro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foi-nos apresentada a problemática do CBA e, de posse do relatório realizado pelo Inmetro, fizemos o levantamento dos problemas e a urgência no endereçamento desses problemas.

A nossa constatação aliada à pressão que tínhamos pelo exíguo prazo nos colocou na situação de: temos que tomar uma decisão para que os pesquisadores, o centro, as pesquisas e as linhas de pesquisa que lá estão sendo desenvolvidas não sejam perdidos, que não haja o prejuízo da falta de continuidade dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos.

Então, entramos em contato com o Secretário Jailson, no MCTI, o Ministro Armando entrou em contato com o Ministro Aldo e conversaram e, desde a determinação do Ministro pedindo ao Secretário Marcos e a mim que endereçasse efetivamente a questão do CBA, nós buscamos uma solução que fosse: num primeiro momento, concentradora das decisões, porque era um momento emergencial, mas que se abrisse a oportu-

nidade para que, num segundo momento, que é o momento que começamos a viver agora, se trouxesse os atores relevantes para que se discutisse, então, o Centro de Biotecnologia da Amazônia com a cara e com o papel que se quer dar.

Então, os problemas que estão ali listados – peço desculpas por não estarem tão claros ou tão legíveis –, de uma forma geral, bem sinteticamente, resumem o problema que o CBA vem enfrentando nesses 13 anos: falta de personalidade jurídica, dificuldade na gestão de patrimônio, adequação da infraestrutura, que não necessariamente está alinhada com as linhas de pesquisa e as bolsas ali distribuídas, e uma falta de avaliação e medição de resultados.

Com o vencimento do convênio em 15/06, o que tomamos de ação: fizemos o diagnóstico de situação do CBA, através de uma integração com o MDIC, Inmetro e Suframa; conversamos com os demais Ministérios, com os demais atores da região, ainda de uma forma reduzida; assinamos um termo de execução descentralizada no dia 16/06, o Termo nº 001, de 2016, que é um termo que prevê essa fase de transição, onde essa tríade administrará, fará a gestão do Centro de Biotecnologia da Amazônia, sendo assessorada por um comitê consultivo, onde se propõe a participação mais ampla da academia, da sociedade local e dos demais atores que possam contribuir para a construção de um centro nos moldes que pensamos para o CBA; e, emergencialmente, fizemos a prorrogação das bolsas, para evitar prejuízo aos bolsistas e à continuidade das pesquisas que vinham sendo realizadas, algumas em fase final, no Centro de Biotecnologia da Amazônia.

O que nós queremos do CBA e o que vemos como uma grande oportunidade?

Na linha do que o Ministro Armando endereçou no pronunciamento do PNE é inserir mais Brasil no mundo. Nós queremos transformar o CBA em polo global de bioeconomia, com a participação do setor produtivo local e nacional, da academia, principalmente das comunidades locais, aqueles que usam como base para a criação de valores recursos da biodiversidade da Amazônia.

O que verificamos dentro do nosso diagnóstico e o que esperamos como missão do CBA?

A missão do CBA é fazer a ligação entre a academia e a indústria no quesito de biotecnologia ou, mais amplamente, na bioeconomia.

Hoje ele está ali naquela linha CBA atual, que está um pontilhado vermelho, e está de certa forma concorrendo com o Inpa, a UFAM, Embrapa, entidades extremamente capacitadas, além da Rede Bionorte, Rede de Biotecnologia Norte, o Professor Spartaco poderá explicar com mais clareza. Mas ele vem a ser mais um centro. O que nós queremos é colocar o CBA na posição para a qual ele foi pensado originalmente. É fazer a ligação das tecnologias, do desenvolvimento dos produtos e atender as demandas da sociedade com essa mudança.

Então, as oportunidades que já verificamos, de início, que existe uma grande necessidade para teste de produtos com base biotecnológica, desenvolvimento de tecnologias, desenvolvimento produtivo local, certificação de produtos, fomento a *startups*, fomento à economia local.

O nosso plano de ação está de forma bem resumida aqui na parte inferior. Nós tínhamos 30 dias para fazer uma operação emergencial, que se conclui com a assinatura do Termo de Execução Descentralizada no último dia 16.

Temos 90 dias para terminar de desenhar a operação de transição, que deve percorrer, esperamos, no máximo dois anos. Durante essa operação de transição, então, é que terá efeito o termo de Execução Descentralizada, assinada entre as partes.

Essa é a nossa colocação, sendo bem pragmático dentro do que estamos propondo dentro do MDIC.

Obrigado a todos e bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu agradeço.

Quero pedir licença, antes de passar a palavra ao Sr. Spartaco Astolfi Filho, Professor da Universidade Federal do Amazonas, para me ausentar um pouco para ir à Comissão de Educação.

Assim, peço ao Senador Lasier, que é o único que não é da região amazônica, para que venha presidir aqui.

Estão inscritos, obviamente, os autores: Senadores Omar Aziz, Valdir Raupp e a Senadora Sandra Braga.

Peço licença a todos que aqui estão, dizendo que vou tentar voltar o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – É um prazer participar mais ativamente desta Comissão, consciente de que esse Centro é de uma extraordinária importância porque nenhum país do mundo tem uma biodiversidade igual à nossa. E nós estamos hoje tomando conhecimento de como funciona ou de como não funciona.

Eu fiquei muito impressionado há pouco, quando o Dr. Fernando, no rol de problemas, diz que está nos faltando a avaliação e medição dos resultados. Isso concentra muito a nossa preocupação, mas ficará para depois das perguntas.

Vou me furtar de fazer perguntas, porque os meus colegas Senadores terão toda a prioridade.

Então, seguindo a ordem, já orientada pelo Senador Cristovam, com a palavra o Dr. Spartaco.

O SR. SPARTACO ASTOLFI FILHO – Bom dia a todos.

Gostaria de agradecer primeiramente ao Senador por esta oportunidade, à Senadora Sandra Braga por ter especificamente me convidado e de explicitar a minha satisfação por estar na presença dos ilustres Senadores da Amazônia e do nosso Estado, o Amazonas.

Provavelmente eu fui convidado por causa do grande tempo que me dediquei. Antes de me dedicar ao Centro de Biotecnologia, eu era Professor da Universidade de Brasília. E fui para Manaus a convite de um grupo ligado ao Governador Gilberto Mestrinho. Foi quando surgiu a primeira ideia do CBA e o primeiro projeto. Depois nós fizemos outro projeto, não deu certo, terminou o mandato do Governador Mestrinho. E depois nós fizemos um projeto para o Centro se tornar a Universidade Federal do Amazonas.

Esse projeto foi muito bem costurado e se parece muito com essa terceira tentativa nossa, desse CBA que está sendo apresentado, inclusive na estrutura de laboratórios. E ele foi submetido ao Programa Norte de Pesquisa e Pós-Graduação, que era uma ação conjunta do CNPq, da Capes e da Finep. O CNPq chegou a dar bolsas e recursos à Capes para o desenvolvimento, mas naquele momento a Finep não tinha recursos para bancar a infraestrutura. Foi daí que se articulou com outros profissionais, via Ministério do Meio Ambiente, porque ali havia a Secretaria de Políticas da Amazônia. E surgiu esse novo projeto, o Programa Probem e o CBA tal como foi mostrado. Quer dizer, os nossos esforços são bem anteriores a isso.

Na realidade, o sonho, digamos, meu, de colegas e de muitas pessoas que foram aderindo a essa causa é algo muito nobre que nos move até hoje, no sentido de criar alternativas para o desenvolvimento da Amazônia mantendo a floresta em pé, utilizando biotecnologia para agregar valor aos produtos da floresta e, com isso, melhorar, digamos, o nível econômico e social da população. Esse sonho nos moveu e nos move até hoje. Várias ações foram realizadas, inclusive paralelamente, dentro desse ideal e eu gostaria de citar algumas.

Em certo momento, como aquela primeira tentativa de CBA não deu certo, eu fui convidado para integrar o quadro da Universidade Federal do Amazonas. Então eu me desloquei da UnB para lá. Criamos cursos relacionados à biotecnologia, de atualização e de especialização. No começo, o mestrado em genética. E procuramos reforçar os cursos, tanto o de graduação quanto os de pós-graduação que existiam.

Em determinado momento de que me lembro muito bem, quando o CBA estava terminando a construção do prédio, o Superintendente da Suframa à época, Dr. Antônio Sérgio Mello, me chamou e falou: "Spartaco, o CBA está quase pronto. Como é que nós vamos habitar esse CBA?"

Nós tínhamos estudado bastante a possibilidade de criar um curso de doutorado em biotecnologia unindo todas as forças possíveis do Estado do Amazonas. E eu relatei essa intenção. Ele ficou muito animado e falou: a Suframa vai bancar. E fez isso. Na época ele cedeu 2,5 milhões. A Suframa aplicou. E nós montamos o que chamamos Programa Multi-institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia, que tem a participação do Inpa, da UFAM, da OEA, da Embrapa, do Instituto de Medicina Tropical, da Fiocruz. Esse doutorado começou em 2002. Nós só criamos o mestrado em 2003. A ênfase era no doutorado, por quê? Nessa época a UFAM não tinha nenhum curso de doutorado, para vocês terem uma ideia. Foi o primeiro curso coordenado pela UFAM de doutorado. Esse curso ajudou a alavancar a criação de outros mestrados e doutorados.

Então, esse curso formou até hoje 178 doutores, 88 mestres e tem cerca de 150 alunos. É uma rede local. E essa rede foi inicialmente muito apoiada pela Suframa e, posteriormente, pela FAPEAM e, sem dúvida, também, pelos outros órgãos de fomento, como o CNPq e Capes.

Mas houve um papel fundamental da Suframa dentro desse contexto do PROBEM, que era formar pessoal, no caso, altamente qualificado para esse sonho desse polo de bioindústria.

Então, várias ações foram tomadas, não foi só a construção do prédio e início do funcionamento.

Eu acho que é muito importante citar que, posteriormente, a pedido do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, a gente montou a Rede Genômica da Amazônia. Para os vários Estados da Amazônia, a gente conseguiu montar estrutura de biologia molecular, bioquímica, bioinformática essencial para o desenvolvimento da biotecnologia.

E, mais recentemente, no final de 2008 e 2009, o MCTI criou a Rede Bionorte, que é uma rede que envolve a Amazônia Legal, praticamente 60% do Território Nacional. E essa Rede tem hoje 25 projetos em rede na ordem de 500 pesquisadores, além de um curso de doutorado que envolve as 22 principais instituições da Amazônia Legal da área de biodiversidade, conservação e biotecnologia. São 178 professores, quase 400 alunos, e mais 150 pesquisadores associados.

O curso de doutorado é novo, ele está no seu terceiro ano, indo para o quarto. Agora, estão começando a sair os doutores. Saíram os cem primeiros doutores. Mas, a partir do fim do ano, todo dia terá uma defesa de doutorado na Amazônia voltada para tecnologias de conservação e tecnologia industriais.

Essa é uma ação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, e obviamente não só é uma ação integrada desse Ministério, é da Secretaria de Ciência e Tecnologia dos nove Estados da Amazônia Legal e das

Fundações de Amparo à Pesquisa. É uma ação integrada, robusta e que, sem dúvida, será de extrema importância para concretizar esse nosso sonho que ainda está de pé.

Preciso falar um pouco do Estado nas ações importantes para essa área. No final do governo do Amazonino Mendes, inclusive o fator determinante foi um estudo que a comunidade científica e empresarial fez para dar suporte à política de biotecnologia e bioindústria do Estado. Havia sido criada a Universidade do Estado e foi criada, então, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas e a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Essas duas estruturas foram extremamente bem geridas e passaram a ser exemplos... A Amazônia não tinha nenhuma fundação de amparo à pesquisa. O nosso Estado foi exemplo para a Amazônia. Hoje, todos os Estados da Amazônia têm fundação de amparo à pesquisa.

É preciso explicitar que o então Governador Eduardo Braga, hoje Ministro, implementou isso nos dois mandatos e que o ex-Governador Omar Aziz, hoje Senador, aqui presente, manteve e, inclusive, reforçou essa parte. Então, essa ação que o Estado do Amazonas deu como exemplo reforçou todo o sistema de ciência e tecnologia da Amazônia Legal.

Então, gente, nós estamos em outro momento. Não é o momento de 20 anos atrás, quando do primeiro desenho do CBA. O CBA não está sozinho. E é preciso entender que essa parte do CBA extremamente importante, que é a fase que vai ligar os produtos da academia, os produtos da própria pesquisa da CBA com a indústria, é uma pequena parte da cadeia de conhecimento da bioindústria. Bioindústria começa lá na matéria-prima, na coleta, no controle de qualidade. Tem que ter infraestrutura montada para isso, para ter matéria-prima de boa qualidade. A pesquisa que vai trazer novos produtos em cima disso normalmente é feita pelas instituições de ciência e tecnologia, pelo Inpa, pelo Embrapa e correlatos, Instituto de Medicina Tropical.

Depois que se faz isso – isso é feito num tubinho de ensaio –, entram os testes... Se for, por exemplo, para a área de saúde, entram os testes pré-clínicos, autorização da Anvisa. Antes, já teve que ter autorização do Conselho de Patrimônio Genético. A autorização da Anvisa...

Depois dos testes pré-clínicos... Senador, hoje é muito difícil fazer testes pré-clínicos no Brasil. Depois daquele episódio do Instituto Royal, que foi invadido e soltaram os cachorrinhos, praticamente não pudemos fazer testes pré-clínicos. Tem um instituto, que acabou de ser montado no Rio Grande do Sul, coordenado pelo Professor Calixto, que faz testes pré-clínicos em roedores. Hoje, as empresas farmacêuticas brasileiras têm que contratar serviços dos Estados Unidos, do Canadá e da Coreia para fazer testes pré-clínicos. Então, a cadeia não é tão simples.

Depois disso vêm os testes clínicos, que a Anvisa tem que autorizar. E, muitas vezes, a empresa manda o documento para a Anvisa e ela, que deveria demorar dois meses, demora um ou dois anos para autorizar.

Então, em termos de biotecnologia no País como um todo, o arredondamento dos marcos legais ainda é importante. A gente sabe do esforço do Parlamento para aprimorar a Lei de Acesso ao Patrimônio Genético. Está melhor do que estava. Mas nós temos coisas de ordem prática ligadas ao MDIC, por exemplo... Vou citar só um exemplo, relacionado comigo.

Quando eu era professor na UnB, um pouco antes, nós desenvolvemos, junto com a Biobrás, a empresa mais importante de biotecnologia humana da época no País, a tecnologia de fazer insulina humana por engenharia genética. Esse processo foi até ser vendido e exportado. Chegou-se realmente ao produto final. Infelizmente, depois, a Novo Nordisk, após três anos de *dumping* na Biobrás e de ter perdido a causa na Organização Mundial do Comércio, veio e comprou a Biobrás. Mas nós fizemos a patente e aplicamos ao mesmo tempo, em 1998, nos Estados Unidos e no INPI, aqui. Em 2000, a nossa patente foi concedida nos Estados Unidos. E sabem quando ela foi concedida pelo INPI? Alguém arrisca uma data? Em 2010 – dez anos depois!

Como pode uma empresa de biotecnologia, por exemplo, sobreviver a uma análise de patente de dez anos? Então, nessa cadeia toda obviamente nós temos que acertar essa questão, mas temos muitas coisas para acertar no País. E nessas coisas o nosso Parlamento é essencial, pela consciência disso e pelo apoio político.

Então, voltando, para eu encerrar, porque sei que passei do tempo, e peço desculpas, no assunto do CBA, gente, nem o MIT faria qualquer coisa se não tivesse uma personalidade jurídica. Exigir desses heróis que estão lá... Aliás, 80% dos pesquisadores do CBA fomos nós que escolhemos, eu pessoalmente convidei-os entre os melhores. Outros que estão lá são nossos ex-alunos, como o Dácio, a Katherine, por exemplo. Eles não podem fazer nada.

Então, por exemplo, o CBA não pode pedir no Proinfo um equipamento... O Dácio não pode aplicar no universal do CNPq para ter recurso. Ficou tudo dependente da Suframa, que obviamente teve toda boa vontade de manter a estrutura até aí. Então, isso não há condições!

Outra coisa, a forma de gerir. Não adianta ter CNPJ, se fizer gestão errada. Mesmo sem CNPJ, o CBA teria funcionado muito melhor se não tivesse voltado as costas para as ICTs da Amazônia, principalmente. Então, num certo momento, na maioria desse tempo, o CBA, talvez por causa de um gestor que achava que o CBA

tinha que interagir só com empresa... Está certo, mas quase não há empresa de biotecnologia no Brasil e muito menos na Amazônia. Então, não interagiu com ninguém e voltou as costas para a academia, que é onde se faz realmente a invenção, o grande conhecimento. No Brasil, nós não temos tradição... O Brasil não é a Coreia. Na Coreia, mais da metade da pesquisa é feita na empresa. No Brasil, não. Noventa por cento, pelo menos, são feitas nas instituições de ciência e tecnologia das universidades do instituto de pesquisa. Portanto, se se voltar as costas para isso, não se vai fazer nada.

Para encerrar, em relação à interação com o Inmetro, até agradeço ao Dr. Emmanuel, que me passou os termos – ontem à noite a gente conversou um pouquinho – dessa interação com o Inmetro. Eu gostei, de uma maneira geral, mas tenho uma certa preocupação. Quer dizer, em relação a resolver o problema, vocês estão de parabéns. Vocês vão resolver o problema, o Dácio ia ficar sem emprego se não fosse isso, bem como os colegas. Mas me preocupa um pouco que essa questão de se resolver de imediato, em dois anos, como para esse termo está previsto prorrogação para 60 meses, cinco anos, que se passe mais cinco anos com essa questão.

Então, no meu ponto de vista, como sugestão, Fernando e Emmanuel, procurem realmente cumprir aquele prazo e procurem consultar ao máximo as ICTs.

Por exemplo, agora a gente, depois de 20 anos ...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Professor...

O SR. SPARTACO ASTOLFI FILHO – Pois não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Eu não quero lhe interromper, apenas contribuir para o debate.

O Secretário de Políticas do Ministério da Ciência e Tecnologia e o Diretor de Inovação do Ministério de Indústria e Comércio confirmaram aqui o entendimento entre o Ministro Aldo Rebelo e o Ministro Armando. Quer dizer, há boa vontade política nesse momento. O Dácio cobrou há pouco e ele tem razão. O que faltava era boa vontade. E quanto mais ministérios envolvidos mais demorará para se resolver. Quanto menos ministérios envolvidos muito mais rápido nós vamos resolver.

Então, eu prestei muita atenção a uma cobrança feita pelos Senadores quando aqui esteve presente o Ministro da Ciência e Tecnologia e quando esteve presente o Ministro Armando Monteiro. Tanto o Ministro Aldo como o Ministro Armando já tomaram a decisão política. Espero que não aconteça de passar mais cinco anos, terminar o nosso mandato de Senador e a gente não conseguir resolver, até porque isso se arrasta há mais de 13 anos. Não é mais um parto, é uma falta de respeito com quem quer fazer pesquisa no Brasil.

O SR. SPARTACO ASTOLFI FILHO – Senador, se o senhor me permite, os prazos que nós colocamos ali foram para dar algum conforto para que a gente consiga fazer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SPARTACO ASTOLFI FILHO – Muito provavelmente serão cumpridos antes dos prazos. Nós temos uma equipe lá apaixonada pelo tema e comprometida com a resolução e com o endereçamento dos problemas relacionados especificamente, nesse caso, ao CBA. Nós queremos não só incluir o setor acadêmico, o setor científico, que são cruciais para o desenvolvimento de produtos da área da bioeconomia, mas também queremos fomentar o setor econômico, fomentar o desenvolvimento e a implementação de empresas, de *startups* de diferentes tamanhos, de diferentes portes, mas que possam vir a concretizar o sonho de transformar o CBA ou aquele Centro em um corredor, em um polo econômico alternativo ao PIM.

Essa é a nossa determinação. Nós estamos sendo bem pragmáticos. Até para dentro do próprio sistema MDIC, considerando as dificuldades que tem e o protocolo que deve ser seguido para se conseguir assinaturas, fomos pessoalmente a cada Conjur, a cada Procuradoria garantir que a assinatura fosse feita em um prazo o mais rápido possível, para que não se comprometesse tanto o emprego das pessoas que lá estão, as bolsas dos bolsistas que lá estão, como as linhas de pesquisas que estão sendo desenvolvidas no Centro. Esse é o nosso comprometimento.

Complementando, Senador, estamos trabalhando para que os prazos sejam antecipados e não postergados.

Agradeço, Senador Omar Aziz, por isso. A gente percebe, realmente, a vontade política. Inclusive, quando se pergunta o que se espera do Senado, a gente espera, realmente, um grande apoio político para que isso aconteça.

Agora, Fernando, nós que estamos há 20 anos nisso, diz que gato escaldado tem medo até de água fria, então, vamos procurar respeitar o prazo. Nós, por exemplo, da Rede Bionorte estamos totalmente à disposição.

Eu gostaria de lembrar que o MCTI tem grande experiência na área, porque tem várias OSs funcionando. Inclusive, semana retrasada, eu deu uma palestra em um curso de bioprospecção no LNBio – Laboratório Nacional de Biociências – que está funcionando de uma maneira extremamente boa. Então, tem lá o LNBio, o

MCTI e nós para darmos o apoio que vocês necessitarem a hora que precisarem, pelo menos no que se referir à Rede Bionorte.

Muito obrigado por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – O agradecimento é nosso Professor Spartaco.

Fechando, então, o rol de expositores convidados, vamos conceder a palavra ao Dr. Rafael de Sá Marques, que é o Diretor do Departamento de Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Muito bom dia a todos!

Bom dia Senador Martins!

Em nome da Ministra Izabella Teixeira, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar no Senado Federal, falando sobre o desenvolvimento da biotecnologia e um pouquinho sobre o CBA.

Sinto, depois de ter ouvido as apresentações dos demais colegas, que a gente tem um momento singular, porque os Ministérios estão alinhados, o Governo está alinhado no desenvolvimento da biotecnologia, especialmente naquilo que motivou o surgimento do CBA que, com bem disse o Professor Spartaco, é por meio da agregação de valor ao uso das especificidades biológicas da nossa biodiversidade, de a gente conseguir fazer uma economia a partir da floresta em pé. Então, a melhor estratégia de conservação da floresta e gerar renda para a população que vive na floresta. E o CBA se insere nesse contexto e é um contexto mais amplo.

Eu acho que os resultados que o CBA obtém, do ponto de vista de projeto de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico, poderia, com certeza, ser muito melhores, se a gente tivesse uma estrutura institucional mais bem-arranjada, como a gente já viu aqui, mas de qualquer forma, do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, e a gente tem uma interlocução forte com a biotecnologia hoje, o desenvolvimento de inovação a partir da biodiversidade, porque o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético está lá no Departamento de Patrimônio Genético, e a gente sabe da dificuldade que é passar pelo CGEN para se poder fazer pesquisa.

Então, acho que nossa apresentação hoje vai ser um pouco mais focada não só no CBA, porque todo mundo aqui já falou muito bem do CBA – vamos falar um pouco do CBA, na sua relação com o CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético) – mas também do contexto em que se insere a biotecnologia hoje e como esse contexto está se modificando rapidamente e das perspectivas que temos de futuro em cima dessas mudanças.

Também vou falar um pouco sobre os riscos que ainda existem para o desenvolvimento da biotecnologia no Brasil hoje.

Bom, para quem não conhece o assunto, na verdade, a Lei nº 13.123 foi recentemente sancionada pela Presidenta no dia 20 de maio de 2015, passou pela Câmara, passou por esta Casa revisora, voltou à Câmara e, nesse percurso, teve contribuições importantíssimas no Senado. O Senado teve papel muito importante para dar qualidade à lei que acabou sendo sancionada pela Presidenta Dilma e que tem algumas características que vou reforçar aqui.

Antes de falar da nova lei, vou passar aqui um pouco a ideia... O Senador Cristovam Buarque, antes de nos deixar, fez uma pergunta ao Emmanuel sobre os resultados de pesquisa, etc. Temos lá, por meio do CGEN, uma maneira de aferir um diagnóstico do que o CBA está fazendo.

Então, é importante dizer para os senhores que o CBA, em primeiro lugar, apesar de toda a precariedade, do ponto de vista da legislação de acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios, está plenamente regular. Ele é detentor de uma autorização especial do Conselho de Patrimônio Genético –poucas entidades têm essa autorização especial – e faz todas suas pesquisas dentro do marco legal. Mesmo sendo um marco legal, digamos assim, bastante complexo, o CBA, talvez muito mais por conta dos cérebros e das pessoas que estão lá dentro do que da sua condição institucional, consegue fazer então esse trabalho; e tem também um projeto de manutenção e extensão do banco de biodiversidade do CBA. É um projeto importante para nós.

Do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, é importante que se constituam essas coleções *ex situ*. Há pesquisadores e centros de pesquisa hoje que estimam que, no mundo, a biodiversidade está desaparecendo. Estamos perdendo biodiversidade. Então, há uma estimativa de que, pelo menos, 15 mil espécies desapareçam todos os anos.

Isso é uma estimativa, claro, mas o número é tão alto que já é de se assustar.

Outra estimativa nos diz que cerca de 1500 espécies são catalogadas, identificadas anualmente. Isso não quer dizer que estamos salvando 10% das que desaparecem. Quer dizer que estamos sabendo quais são os 10% das que estão desaparecendo.

Então, esse é um trabalho importante. Se não tivermos, num país que, pelo que se estima, tem de 20 a 22% da biodiversidade do mundo, institutos de pesquisa especializados, capacitados, com apoio governamen-

tal, investimento privado, para poder identificar nossa biodiversidade e mapear a partir dela os usos, vamos perder essa biodiversidade sem saber o que estamos perdendo.

Depois, vou citar alguns casos interessantes.

O Ministério do Meio Ambiente recebeu uma solicitação há pouco tempo, num outro departamento. O diretor, colega, veio falar comigo da dificuldade que teve, porque lhe perguntaram qual seria o impacto econômico da perda de algumas espécies de peixe da Amazônia.

Para calcular o impacto econômico, as pessoas estavam querendo ver, se o peixe desaparecesse, quanto iriam deixar de ganhar com a pesca ou com a possibilidade da pesca. Mas estamos esquecendo que esse é o menor ganho que se poderia ter disso.

Vou dar só um exemplo. Antes dos anos 80, se a jararaca desaparecesse do Brasil, qual seria o impacto econômico? Quase nenhum. Mas, um dia, um pesquisador brasileiro descobriu um princípio ativo no veneno da jararaca. Esse princípio ativo está hoje presente num remédio, num fármaco usado para fazer o controle da pressão arterial, e essa empresa, só no ano de 2010, dado que consegui obter, teve faturamento bruto mundial de US$5 bilhões. Então, agora sabemos o impacto.

Antes dos anos 80, eu poderia dizer que o impacto era zero se a jararaca desaparece. Mas hoje eu tenho como dimensionar isso.

Agora, qual é a dimensão de todas as espécies que estão por serem descobertas, pesquisas que podemos desenvolver?

Dentro desse contexto, o que nós queremos deixar aqui, de forma muita clara, o papel importantíssimo que a biotecnologia tem, não só para a conservação da biodiversidade, mas para a inserção do Brasil numa economia do futuro, porque, se analisarmos bem, veremos que a indústria farmacêutica e a indústria de cosméticos são as indústrias que, apesar de toda a crise, continuam crescendo. Esse mercado cresce acima de dois dígitos, como é o caso da indústria de cosmético de alto padrão. Então, se o Brasil, que tem toda a potencialidade de se desenvolver e participar desse mercado, não fizer uso da biotecnologia, não disponibilizar o conhecimento tecnológico para fazer essa integração entre a Academia e empresas, nós vamos perder mais uma vez o trem da história, e eu acho que nós temos todas as condições para não perder esse trem.

Então, vamos para o contexto da nova legislação.

Primeiramente, a lei nova descriminaliza os pesquisadores, estudantes e instituições de pesquisa. Antigamente, um pesquisador que não tivesse autorização do Cegen e desenvolvesse o seu estudo... Vamos baixar mais ainda: um estudante de mestrado, antes de defender a dissertação, se ele tivesse que aguardar uma autorização de pesquisa, ele poderia levar dois anos aguardando. Aí eu queria saber qual escolha ele ia fazer. Ele esperaria dois anos e perderia o prazo da universidade para entregar o seu trabalho ou ele faria a pesquisa e ficaria sujeito a uma multa do Ibama.

Um colega nosso, fiscal do Ibama, disse que, às vezes, é convidado para feiras de ciência. Ele fica com dó, mas não vai, porque, se ele for, o Ministério Público vai cobrar dele que multe todo mundo. Ele vai sair da feira de ciência com um catálogo de multas. E os caras que o convidaram vão ficar zangados com ele. Então, ele não vai e deixa de saber o que está acontecendo, para não gerar responsabilidade.

Isso se dava por conta de uma legislação feita num contexto em que a situação política do País pedia muito mais uma preocupação com o controle da biopirataria do que com o desenvolvimento da biotecnologia e da inovação a partir da biodiversidade. Finalmente, estamos corrigindo esse erro, digamos, esse ambiente institucional legal para pesquisa. Então, hoje, em vez de autorização prévia do Cegen, nós temos, na nova legislação, o cadastro de pesquisa. Em vez de o pesquisador ficar aguardando autorização, ele simplesmente cadastra sua pesquisa. Se no cadastro ele tiver os dados que estão sendo pedidos, ele está automaticamente legalizado, não tem que esperar ninguém e toca a pesquisa dele.

Facilita o depósito de patentes no INPI, porque, antes, você tinha que aguardar a regularização, e o processo de regularização era complexo. Hoje, as instituições de pesquisa e as empresas que estão irregulares, por meio do cadastro, não precisam mais aguardar...

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – ...a partir da vigência da nova lei, a autorização do Cegen, fazem o cadastro e, com isso, têm condição de ter a sua patente analisada ou até de acelerar os seus processos.

Segurança jurídica, que estimula também o investimento privado em P&D. Isso é um problema. Eu cheguei um pouco atrasado e peço desculpas, mas não vi a apresentação do MCTI, mas deve ter sido dito aqui que o Brasil, em termos de investimento público em inovação, se equipara, em percentual do PIB, aos países ricos, aos países mais desenvolvidos. O que não há no Brasil é investimento privado em inovação, e é isso que

nos deixa para trás. Então, precisamos corrigir isso. É claro que um ambiente institucional jurídico mais claro, objetivo, com segurança jurídica, facilita a participação das empresas. É isso que estamos construindo.

Na nova legislação, a gente tenta reduzir burocracia, o tempo de desenvolvimento de novos produtos.

O fato gerador da repartição de benefícios é claro, objetivo e ocorre só quando houver exploração econômica.

Antigamente, uma empresa que fazia uso da biodiversidade era obrigada a repartir os benefícios que ela obteria a partir do uso da biodiversidade antes de saber se aquele produto, se aquele desenvolvimento tecnológico que ela estava fazendo geraria mesmo um produto ou não. Então, ela já estava tendo um investimento pesado em inovação e, antes de saber se aquele investimento teria retorno, ela já tinha que repartir o benefício. Isso era um problema também em termos estimativo, porque gerava outro efeito perverso, que é o de a empresa sempre, para minimizar riscos, fazer repartição de benefícios pelo valor mais baixo possível, porque aquilo pode não dar retorno um dia. Então, se prejudicava, no caso de ela obter sucesso, um retorno maior para as comunidades locais, para fazer o desenvolvimento não só de estratégias de conservação, mas também de valorização do conhecimento tradicional associado, o que acelera muito a pesquisa. Se você pega um conhecimento tradicional de uma comunidade local que já usa determinada planta, determinado animal para um certo objetivo, você poupa anos de pesquisa. Isso faz parte da nova lei.

Estimula regularização.

Há outros detalhes da legislação. Vou passar, porque meu tempo já está se esgotando.

Desculpe-me, Senador. Quanto tempo eu ainda tenho, só para eu tentar me ater a ele?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Cinco minutos.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Está bem. Cinco minutos. Obrigado.

Então, a nova lei, no nosso entendimento, favorece o uso sustentável e a conservação da biodiversidade. Ela cria um programa nacional de repartição de benefícios. O foco é na conservação e proteção da biodiversidade, porque, antes, por incrível que pareça, uma empresa que fizesse acordo com um provedor de patrimônio genético, na legislação anterior, esse provedor poderia ser não uma comunidade local, um povo indígena ou uma comunidade tradicional.

Poderia ser simplesmente um fazendeiro que tem uma fazenda ao lado daquela comunidade, tem aquele patrimônio genético que cresce na sua fazenda e ele faria um acordo.

A partir do acordo de repartição de benefícios, a empresa faria uma inovação, mas a repartição de benefícios que deveria ser usada para conservar aquela biodiversidade para que ela continuasse existindo – do nosso ponto de vista da inovação, podemos considerá-la como uma infraestrutura biológica para a indústria de biotecnologia –, às vezes, não era feita. O fazendeiro que recebeu a repartição de benefícios fazia uma piscina, comprava um carro. Que impacto isso tem na conservação da biodiversidade? Nenhum. Então, hoje a nova lei resolve isso, a repartição de benefícios só pode ser usada para conservação da biodiversidade e valorização do conhecimento tradicional associado. Simplifica, fortalece as políticas de conservação.

Uma estratégia que norteou essa legislação – ela foi feita em parceria entre vários ministérios – é que saímos então daquele foco em controle para um foco em fomento e inovação, adensamento de cadeias produtivas.

Vocês devem ter reparado, como prova da integração e dos ministérios que estamos dizendo aqui, que, na apresentação do Dr. Fernando, num dos eslaides, está mencionado que um dos papéis que o CBA pode cumprir é o desenvolvimento das comunidades locais. Isso faz parte da nossa estratégia, porque é por meio dessas comunidades que conservamos a biodiversidade.

Desenvolvimento de setores como fitoterápicos. Os senhores sabiam que, na Alemanha, 50% de todos fármacos consumidos são fitoterápicos? Esse é um mercado que o Brasil poderia estar abastecendo e não está. Não abastecemos nem o mercado brasileiro, que dirá o alemão, e o nosso potencial é longo para isso. Temos um terreno longo pela frente.

Fortalecimento dos povos e comunidades é importante, valorização e proteção do conhecimento, o uso intensivo de tecnologias da informação na gestão da informação para garantir a rastreabilidade e o respeito à legislação de acesso e repartição de benefícios.

Bom, uma comparação rápida entre as duas legislações é que, antes, tínhamos uma legislação excessivamente burocratizada; hoje ela é fácil, ágil, tem regras claras, legaliza e incentiva a pesquisa – antes ela criminalizava. Ela estimula a inovação e o lançamento de novos produtos – antes ela travava a inovação. Para vocês terem uma ideia, em 14 anos tivemos apenas 136 contratos aprovados no CGEN de repartição de benefícios. Nós estamos falando de um país que tem 20% da biodiversidade, tem a sétima indústria do mundo, tem uma economia diversificada e temos 136 contratos? Então, a legislação realmente trazia problema para o desenvolvimento, inclusive, do CBA.

Bom, aqui falamos um pouco sobre o fato de que a inovação perpassa todas essas áreas. Estamos falando aqui de estratégias de integração de políticas públicas. É disso que falamos, não só das estratégias que o Governo Federal está traçando para a biotecnologia, mas, por exemplo, no Pronatec, há várias outras estratégias do Governo, vários planos e várias políticas de governo. Hoje, para um observador atento fica evidente a integração entre os órgãos do Governo, pelo menos entre aqueles que têm a atividade principal nessa área, isso é importante.

Agora, perspectivas para biotecnologia no Brasil e no mundo.

Essa linha que vocês estão vendo aí, a linha branca, é a linha de redução do custo, é a linha da Lei de Moore. A Lei de Moore diz que, a cada 18 meses, a capacidade dos transistores, a capacidade dos processadores dobra com o mesmo preço ou a capacidade se mantém com a metade do preço investido.

Então, na verdade, essa é a linha de custo. Aí está mostrando a queda do custo para manter a mesma capacidade de processamento.

Não é nem no genoma; no genoma a diferença é maior. A curva de redução de custo para o mapeamento genético está caindo dez vezes mais rápido do que a Lei de Moore. Isso significa que daqui a dez anos talvez a gente possa comprar um *kit* de mapeamento genético na farmácia. Isso nos indica que temos um grande potencial, espero, de identificação das espécies que sobrarem até lá, se soubermos conservar bem.

Um alento para nós é que o Brasil foi considerado pela CDB, em relatórios inclusive da OCDE, um dos países que melhor desempenho tem na conservação da biodiversidade, na criação de áreas de proteção, de unidades de conservação e outras estratégias. O Código Florestal, por exemplo, é uma lei que poucos países têm; uma lei de biodiversidade como esta, menos ainda. Nós somos referência internacional para a questão da legislação de acesso e repartição de benefícios.

Agora, vou falar um pouco – tenho mais dois ou três eslaides apenas para falar – de riscos ao desenvolvimento da biodiversidade. Isso é muito importante. Geralmente, o Governo vem e fala do lado bom da coisa, o que está dando certo. Agora, onde estão os riscos?

Existe um PL que chegará ao Senado, está na Câmara. Esse eslaide está diferente dos demais porque o aproveitei de uma apresentação numa audiência pública que fiz lá na Câmara dos Deputados. Na verdade, fui convidado lá não como representante do MMA; fui lá convidado como especialista em inovação, porque trabalhei muito tempo nessa área.

Um dos problemas que vemos é que – e aí o Prof. Spartaco pode contribuir neste debate – estamos saindo da burocracia do CGEN pela lei nova, em que o pesquisador não precisaria mais da autorização do CGEN para fazer a sua pesquisa. Com a aprovação de um PL como este, ele vai sair do CGEN e cair no colo de uma empresa privada, que vai ter que autorizá-lo ou não. E aí não há tempo, a empresa pode cobrar dele *royalties*. O que nós estamos dizendo é o seguinte: o PL cria condições para o patenteamento da matéria base da inovação e não da inovação. Um dos tripés da inovação é a atividade inventiva, ou seja, a capacidade humana de fazer transformação sobre a matéria base, que são as moléculas, as enzimas, as proteínas.

Além da questão ética que está por trás desse tema, isso tudo são substâncias da natureza, não são substâncias inventadas pelo homem. O homem até pode inventar substâncias similares sintéticas, o que a nossa lei já permite que sejam patenteadas. Qual o problema aqui? Neste quadro, estamos vendo que há a matéria base, que são as substâncias encontradas na natureza, e a inteligência humana agindo sobre essa matéria base e gerando novos produtos e novos processos. Essa parte, sim, é patenteável. Pode haver enzima nova criada, sinteticamente. Isso é patenteável. Agora, se começamos a permitir o patenteamento da matéria base, estamos dizendo o seguinte: uma substância encontrada na natureza – por exemplo, a molécula da água – poderá ser patenteada. Eu posso desenvolver um processo que transforma água em gelo, eu patenteio o processo, mas isso não quer dizer que eu vou patentear a água. Eu não sou dono da água. E as substâncias encontradas na natureza são assim. Então, isso é um alerta que faço. Isso é um risco.

Sempre que esse PL apresentado pelo Deputado Mendes Thame, em 2005 ou 2006, não sei, é renovado ou tirado da gaveta, há um debate forte, e aí ele volta para a gaveta. Desta vez, eu sinto que a Câmara está com um pouco mais de empenho na sua aprovação.

Nós estamos preocupados, sim, com o desenvolvimento da inovação a partir do uso da biodiversidade. Isso pode ser uma nova trava para a biodiversidade. Acabamos de tirar uma do CGEN, e virá essa nova trava, com questões éticas ainda por cima. Eu estou falando aqui só de desenvolvimento tecnológico e de ganhos do ponto de vista econômico. Agora, ainda há questões éticas sobre isso.

Aqui, há a opinião de algumas autoridades sobre o tema da patenteabilidade. O argumento principal de quem defende a patente sobre a matéria base, substâncias encontradas na natureza, é o de que ela ajudaria na inovação, ela fortaleceria a inovação, mas aqui eu estou trazendo a posição de algumas entidades e de algumas pessoas que são importantes e respeitadas com o entendimento contrário. O Prof. James Watson, por exemplo,

é um dos descobridores da estrutura do DNA. Nos Estados Unidos, a Suprema Corte americana estava julgando, no processo de uma empresa que estava pleiteando a patente do código genético humano que permitiu fazer o diagnóstico do câncer de mama da Angelina Jolie, se a empresa teria ou não direito de patentear aquela parte do código genético humano e não a tecnologia de uso daquela substância encontrada na natureza.

Nesse processo, a posição dele foi esta: "O patenteamento de genes isolados da natureza pode impedir o avanço da ciência". A própria Suprema Corte foi unânime, os nove ministros da Suprema Corte votaram contra, negando o direito à patente. A Associação de Patologia Molecular, que envolve empresas que fazem pesquisa e desenvolvimento, foi contra. Ali, há um relatório – estou mencionando o Gipi (Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual) – que tem uma posição sobre esse tema também, já anterior. Ali, há alguns ministérios que fazem parte: o MAPA, o Ministério da Fazenda, o MCTI, o Ministério da Cultura, o Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde, o próprio MDIC, o MMA, que eu estou aqui hoje representando, a Casa Civil e o Ministério das Relações Exteriores. A Embrapa, a Anvisa e a INPI também participaram do debate. E o Gipi foi contra isso. Então, isso é um alerta que eu faço.

Por que isso é importante? Porque há impactos. A patente é um contrato social, não é um prêmio para o pesquisador. A patente envolve um contrato social em que a sociedade abre mão de um mercado concorrencial mais perfeito para que haja um monopólio, que é uma imperfeição no mercado concorrencial, em nome da inovação, para que, no futuro, a sociedade possa ter mais inovação, para incentivar a inovação e para disponibilizar aquele conhecimento que, de outra forma, o pesquisador iria querer manter sigiloso, como um segredo industrial. Para que ele não se preocupe com isso, ele tem o monopólio jurídico e pode disponibilizar o conhecimento para outros inovadores usarem. E, então, há o benefício da inovação.

Quando se tira dos critérios de patenteabilidade justamente o pilar da inovação, que é a atividade inventiva, você cria essas dificuldades. E quem ganha e quem perde com isso? Bom, todos os usuários e consumidores do sistema de inovação, que podem ser desde um consumidor de um fármaco, que vai consumir um fármaco que veio da inovação, até um setor agrícola que faz uso de defensivos agrícolas, de agroquímicos envolvidos, por meio da inovação, *startups* que fazem uso da inovação, perdem. Todos que pedem estão listados ali, no lado da direita. Quem ganha? Bom, há algumas empresas que vão ter capacidade maior do que as outras de fazer, enquanto ainda é muito caro fazer mapeamento genético, a identificação de substâncias da natureza, isolá-las e patenteá-las. São muito poucas.

Agora, isso não quer dizer que não queiramos que essas empresas atuem no Brasil. Nós queremos sim. O Ministério da Ciência e Tecnologia acabou de anunciar, nos Estados Unidos, uma estratégia para atração de centros de P&D.

Nós achamos que a biotecnologia não funciona sem parceria, e o Brasil precisa fazer parceria não só entre academia e empresas, mas também entre todos os cérebros que estão aqui e os cérebros que estão no exterior. Assim, se faria o desenvolvimento biotecnológico da nossa biodiversidade porque ela é tão grande, que sozinhos não vamos desenvolver todo o seu potencial. (*Falha na gravação.*)

Não precisamos de regras que restrinjam a inovação, como é essa do PL 4961, mas, sim, de fomentar o ecossistema de inovação a partir do surgimento de mais – inovação é cérebro, gente, inovação é conhecimento – doutores, mais mestres, mais engenheiros, laboratórios e infraestrutura tecnológica. Então, a Rede Norte é muito importante nesse papel porque fomenta a inovação. Vocês sabem que, nos Estados Unidos, muita gente diz que lá o setor privado é muito importante para a inovação. É sim, mas o governo investe monstruosamente em inovação.

Então, lá eles têm uma Finep, o Darpa, que é uma Finep com dinheiro do BNDES para fazer fomento. Escuto muitos discursos simplistas, que dizem que basta o Brasil copiar a legislação americana ou alemã que vai ser um País inovador e vai virar potência tecnológica. Não, nós fizemos isso em 96. Cadê? A Lei de Patentes é isso, um acordo internacional que internalizamos com regras que os países ricos adotavam. E cadê? Isso foi importante, mas faltou toda a cadeia que antecede o patenteamento, que é exatamente o fomento à inovação, a disponibilização de mais cérebros, mais doutores e mestres, regras claras e menos judicialização na pesquisa, não fazer a banalização da atividade inventiva.

Muito obrigado. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito proveitosa sua exposição, Dr. Rafael.

Bom, então, encerrada as exposições vamos às perguntas dos nossos Senadores aos nossos convidados, seguindo a ordem de inscrição. Concedo a palavra ao Senador que conhece muito bem a região, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Obrigado, Sr. Presidente, não sou eu, mas aqui estou acompanhado de duas Senadoras do Estado do Amazonas e do o Senador Raupp, de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Aliás, o que menos conhece aqui sou eu, porque sou do extremo Sul e estou aprendendo muito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Aliás, é o único lugar em que há um instituto funcionando ainda, viu? Lá no Rio Grande do Sul tem um instituto que funciona bem. Ali, o Walter, meu querido Senador Walter Pinheiro, da Bahia, onde também tem uma biodiversidade muito grande.

Mas eu tenho que concordar com todos. Cada um se coloca de uma forma, mas tenho que levantar algumas preocupações. Assistindo ontem aos jornais, e hoje de manhã também, vi que a Presidente Dilma está indo para a Califórnia fazer um pré-acordo, junto com o Ministério do Meio Ambiente, de acabar, em dez anos, com o desmatamento irregular. Eu sou favorável, completamente favorável a isso.

E, ouvindo o Dr. Rafael falar, parece que estamos falando... Ele está falando do Governo a que ele pertence, vejam que ele coloca ali aquilo que o Governo tinha que fazer, mas não está fazendo, as necessidades, correto? Não é o Senado. Há um PL de um Deputado segundo o qual, daqui a pouco, a minha mãe não vai poder fazer chá com a planta lá de casa, porque ele patenteou, e ela não pode fazer mais o chá, não é? Vão dizer: "Não, olha, não pode, porque senão a senhora vai ser presa, a senhora está usando uma planta em um chá..." Ou, senão, a copaíba, que o pessoal coloca na garganta para melhorar, ninguém mais vai poder mais usá-la para fazer isso lá na minha região.

Então, a gente se preocupa não é? Parece engraçado, mas é uma realidade.

E por que isso? Temos um compromisso, que a nossa Presidente irá assinar, que não é um... Eu não vou falar da mandioca aqui, eu vou falar de algo realmente que pode ter um valor agregado muito grande se houver o conhecimento, como foi colocado pelos senhores aqui. E, para ter o conhecimento, temos que formar essas pessoas.

Eu tive a oportunidade de passar um tempo curto no Governo, fiz a minha parte, colaborei, e, no último ano, pedi para o meu secretário de Ciência e Tecnologia o seguinte: "Deni, quero ver o que produzimos". E tive a felicidade de chegar lá e tomar um vinho de cupuaçu. Se era bom ou não, isso não vem ao caso, mas, para mim, aquilo foi um grande... Eu falei: "olha, temos produtos pesquisados aqui na nossa região que estão na prateleira, estão gerando emprego, estão gerando renda, estão dando condições". E é disso de que precisamos quando falamos em economia sustentável da Amazônia, em economia sustentável para preservar o meio ambiente. Agora só haverá essa economia se realmente estivermos capacitados e conhecermos a nossa região.

Vejam só, avançamos, por um lado, com a criação de reservas, com a criação aleatória, preserva na marra e tal, e o Centro de Biotecnologia da Amazônia está há 13 anos esperando para ser regularizado. Então, o Governo Federal faz um discurso bonito para o mundo: "vamos assinar um documento segundo o qual em dez anos o Brasil se compromete ao desmatamento zero e regular". E eu volto a dizer, sou favorável; sou favorável. Agora não vá dizer para um caboclo da minha região que ele não vai desmatar, que ele não vai derrubar alguma coisa, e ele vendo o filho dele morrer. Não diga isso para mim – não quem mora aqui em Brasília, não quem mora na Califórnia. Não faça isso.

Então, é uma obrigação nossa, e esse problema não vem de hoje, não começou comigo aqui no Senado; esse problema já se arrasta há muitos anos. E eu espero agora, volto a repetir, pelas palavras do Dr. Jailson, pelas palavras do Dr. Fernando, que devemos chegar a um entendimento comum para que possamos realmente produzir. Produzir o quê? Conhecimento. É isso, produzir conhecimento. Se vamos ter, ou não, capacidade, nos próximos anos, de conhecer toda a nossa biodiversidade é uma coisa, mas tenho certeza absoluta de que, se isso tivesse funcionando há 13 anos, já teríamos conhecido boa parte dela. No entanto, se passarmos mais 13, 14 ou 15 anos, aí é que não vamos conhecer nada. Aí vamos ter que fazer aquilo que o PL quer: "olha, temos que entregar tudo isso para quem tem capacidade de gerenciamento porque não temos capacidade de gerenciar."

Eu fiz convênios pela Fapeam, Professor Spartaco, para que o CBA pudesse funcionar, porque eles não tinham recursos. Como não podia a Suframa passar diretamente esses recursos para o CBA, eram repassados para a Fapeam, e a Fapeam fazia os projetos, financiava os projetos para que aquilo não ficasse parado. Aí o Senador Raupp disse: "Omar, isso é tudo lá?" E eu disse: "Isso é tudo lá, caboclo; tudo Isso é que nem a festa de Parintins, há uns caboclos pávulos, que, lá atrás, inventaram uma festa no meio da floresta, que é uma ilha, e que é uma das coisas mais lindas a que podemos assistir, feita por homens e mulheres parintinenses que fazem isso há anos.

Então, dizem: "mas como isso lá na Amazônia?" Parece até que é um negócio que caiu do outro mundo. Não! Lá há pessoas, homens e mulheres, que têm capacidade de pensar, de agir e de se desenvolver sem a necessidade de ingerência de outros, é isso o que estamos pedindo.

Respeito muito vocês por uma razão muito simples; volto a repetir aquilo que eu disse lá no início. O Senador Lasier não estava aqui, mas eu disse: "Olha, esse pessoal é persistente, qualquer um desistiria porque é muito difícil." Fazer um projeto, apresentar esse projeto, colocar uma banca julgadora para dizer se vai financiar

ou não, você sabendo que está querendo o melhor, é uma burocracia enorme. Aí, quando sai o projeto, vem a questão do repasse financeiro, e isso está acontecendo agora na Petrobras. Lá no Rio de Janeiro há centenas de jovens que fazem pesquisa para a Petrobras e não estão recebendo o recurso.

Veja bem: esses problemas todos que estamos tendo são uma cadeia de problemas que estão acontecendo no País. Isso é preocupante para todos nós.

Então, eu não quero fazer pergunta, porque todos os questionamentos, tudo o que vocês falaram, para mim, aos meus ouvidos, soa como uma música muito bonita, como uma toada do Garantido e do Caprichoso, o que vocês falaram, aqui, para mim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sim, mais do campeão Caprichoso. Belíssima a apresentação do Caprichoso, Vanessa. Belíssima! Aliás, o povo parintinense é muito bom. O amazonense, por si só, é um povo bom, paciente, mas que tem uma criatividade que poucos têm no mundo. Poucos têm.

Eu quero voltar a essa questão e dizer o seguinte: eu quero pedir a colaboração dos senhores.

Vejam bem, isso não é para a nossa geração mais. Talvez a gente não esteja nem vivo quando estiver funcionando, pessoal. A nossa geração perdeu, aí, anos, infelizmente. Por mais esforço que vocês tenham feito, a nossa geração perdeu um tempo enorme, mas para a geração dos nossos filhos, dos nossos netos, para que eles possam usufruir das riquezas que o Brasil tem e que foram preservadas, há séculos, por homens e mulheres que abriram mão de ter uma qualidade de vida boa para preservar aquilo para uma nação.

Então, não são só leis que vão resolver, mas, sim, um investimento que nós possamos fazer.

Eu espero e, pessoalmente, vou convidar os Senadores para a gente ter uma reunião conjunta com o Ministro da Indústria e Comércio, com o Ministro da Ciência e Tecnologia, para que a gente possa correr e não esperar mais 10 anos, professor, como o senhor disse há pouco.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Senador Omar, se V. Exª me permite e com a permissão do nosso Presidente, eu acho que nós poderíamos fazer o seguinte, Senador Omar: eu acho que nós poderíamos levar um convite ao Ministro Aldo Rebelo, da Ciência e Tecnologia, com quem eu tenho falado muito a respeito do assunto, e ao Ministro Armando Monteiro, para que ambos possam fazer uma viagem a Manaus e, lá, nós debatermos sobre o CDA. Isso vai ser inédito.

Nós já levamos Ministro de Indústria e Comércio, e Ministro de Ciência e Tecnologia separadamente. Acho que se fizermos o convite em nome da bancada, a gente vai conseguir fazer essa reunião e com ela seja muito mais produtiva, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Olha, para mim, eu concordo, até porque nós vamos ouvir a comunidade acadêmica, que é a peça mais importante nesse conjunto que precisamos que funcione. Sem a comunidade acadêmica, nós não vamos estar fazendo absolutamente nada.

Aquilo que você que você falou, Rafael – vou lhe chamar de Rafael –, é o que eu sempre disse: se levar o conhecimento, o desenvolvimento chega. Chegando o desenvolvimento, melhora a qualidade de vida.

Estas três coisas têm que chegar: conhecimento, desenvolvimento e qualidade de vida. Está certo?

Sem isso, não vai funcionar. Absolutamente, nunca vai funcionar. E nós não estamos pedindo isso para o Amazonas, vamos deixar claro. Não é para Manaus, não, porque para lá estão convidados todos os cientistas do Brasil e do mundo, para que a gente possa... A UEA, por exemplo, a Universidade Estadual do Amazonas, de que, há pouco, o Prof. Spartaco falou: nós estamos fazendo, lá, a cidade universitária, agora, com muita dificuldade financeira, mas está sendo dada continuidade. É uma obra que não vai ficar pronta em dois ou três anos, mas a UEA já fez um convênio com Harvard e nós estamos discutindo, lá, questões importantes neste momento. Importantes!

Se vocês virem o trabalho que a Embrapa fez em relação ao açaí, que é sazonal e, hoje, você tem uma produção de açaí maior; o trabalho da Embrapa com o guaraná... Quer dizer, nós temos pessoas que querem contribuir, só que, muitas vezes, há o desânimo, não é pessoal? O cara desanima, não tem jeito! Ele vive de quê? Do trabalho dele. Se ele não tem o trabalho, ele não vai conseguir viver, e não dá para ser romântico numa área tão importante. Não dá para ser romântico e também não dá para discutir, aqui, ideologicamente. Nem o romantismo, nem ideologicamente dá para a gente discutir a questão da nossa biodiversidade.

Era essa a colaboração que eu queria de vocês, e a Senadora Vanessa, a Senadora Sandra, eu, o Senador Raupp, o Senador Walter, vou pedir para outros Senadores, para que a gente faça e, aí, convidar os outros Senadores, Vanessa, da região para que estejam presentes. Não somos só nós, não, porque isso é importante para a Amazônia como um todo. Para a Amazônia como um todo e para o Brasil, com certeza absoluta.

V. Exª, Presidente Lasier, já está convidado, de antemão, para estar junto com a gente lá nessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Serei dos primeiros a me inscrever.

Bom, Senador Aziz, pelo pronunciamento de V. Exª, dos nossos convidados, estamos percebendo que esta reunião de hoje é magnífica, porque ela ajuda a trazer luz para esses dias sombrios que estamos vivendo na economia, de tantas perspectivas ruinosas que temos ouvido, lido, acompanhado. E, aí, nós nos damos conta do que é a riqueza da biodiversidade, do que temos perdido, por exemplo, esse fato de, há 13 anos, não estar regularizado o Centro de Biotecnologia. O que podemos tirar dali, e foi dito aqui, numa das exposições, que o propósito final é a bioeconomia, e isso vai ajudar extraordinariamente o nosso desenvolvimento econômico e social, E estamos perdendo isso?

Eu estou chegando à conclusão – venho lá do Sul, onde pouco se ouve falar na biodiversidade da Amazônia, do Pantanal mato-grossense, que, realmente, são riquezas extraordinárias – de que, assim como perdemos tanto, até agora, por má gestão da Petrobras, que é uma fonte de energia fabulosa que temos – hoje já estamos em quarto lugar, no mundo, depois da descoberta do pré-sal – estamos perdendo essa outra riqueza, de que pouco se fala, que é a biotecnologia que temos, ainda por descobrir, por industrializar, na Amazônia.

Então, esses pronunciamentos que estamos ouvindo aqui nos renovam as esperanças. Soluções nós temos, o Brasil é, como todos dizem, um País muito rico – sétima economia do mundo – mas com uma desigualdade abissal, assombrosa, porque não sabemos explorar nossas riquezas.

E eu estou inclinado a pensar o seguinte: tanto quanto o pré-sal, a biodiversidade da Amazônia está junto, como maior força ainda.

Então, olha, chega a entusiasmar uma reunião como esta.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Lasier Martins, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores, eu já estou precisando aqui de um fitoterápico, porque estou resfriado. Acho que um óleo de copaíba, não é?

Bom, acho que seria direcionado, mais, para o Ministério da Ciência e Tecnologia, Dr. Jailson; o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Dr. Fernando; e, talvez, alguma coisa para o Meio Ambiente e a Suframa.

Eu estava lendo as matérias aqui e, pelo que foi dito, os convênios se encerraram em junho, em meados de junho, com a Suframa e com a Fundação de Defesa da Biosfera, a FDB. E temo que a burocracia brasileira, que hoje está aumentando, possa piorar, para chegar aos recursos, R$4 milhões, R$5 milhões que a Suframa... Tudo bem que a Suframa está ligada ao Ministério da Indústria e Comércio. Então, não deveria haver esse problema de aportar recursos, mas, quando se encerra um convênio e vai começar outro, aí a burocracia pode emperrar e atrapalhar, como, no Brasil, tudo demora muito.

Pois não.

O SR. FERNANDO LOURENÇO NUNES NETO – Senador, sem querer interromper sua exposição.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Claro, se tiver resposta, é bom.

O SR. FERNANDO LOURENÇO NUNES NETO – Exato.

Mesmo antes do encerramento, do vencimento do convênio, dentro do MDIC, formamos um grupo tarefa que desenvolveu um termo de execução descentralizado, dentro do corpo do MDIC. O que possibilitou isso foi a utilização das instituições que estão vinculadas ao MDIC, Suframa e Inmetro, para garantir que não houvesse a descontinuidade que poderia ser causada com o vencimento desse convênio com a FDB, lá, em 15 de junho.

Então, no dia 16 de junho, o convênio já havia sido assinado, pelo Ministro Armando, pelo Professor Jornada, que é o Presidente do INMETRO, e pelo Superintendente Interino da Suframa, o Sr. Gustavo Igrejas.

Hoje, neste momento em que estamos falando aqui, já estão dois profissionais, dois técnicos do INMETRO, em Manaus, interagindo com os pesquisadores e com os fornecedores do Centro para garantir que os equipamentos de manutenção crítica – porque existem equipamentos caríssimos que são mantidos no Centro – estejam devidamente mantidos e que recebam lá os insumos que precisam receber. Só para tentar enriquecer o processo.

O SR. EMMANUEL RIBEIRO SALES DE AGUIAR – Complementando, Senador, houve essa preocupação. Como havia o encerramento, esse convênio, essa parceria com o INMETRO, já estão assegurados todos os recursos para 2015. Então, não teremos problema para dar continuidade às especialidades do CBA neste ano de 2015, porque já asseguramos esses recursos, que serão repassados para o INMETRO para fazer essa gestão das bolsas e essa questão do abastecimento dos laboratórios com insumos. E a Suframa vai continuar fazendo a parte dela, que é a manutenção, garantindo que o Centro tenha todas as condições para que os laboratórios possam continuar.

Com relação aos anos de 2016, 2017, até 2019, que é o novo PPA, nós também já tivemos a preocupação de garantir todas as iniciativas para alocarmos os recursos necessários, que serão precisos, nos anos de 2016,

2017, 2018 e 2019. Estamos trabalhando essa questão para assegurar a parte, pelo menos, orçamentário-financeira do Centro, naquilo que compete à Suframa.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu falo isso, Sr. Presidente, porque os recursos poderão até ser ampliados, porque a Suframa devolve anualmente para os cofres do Tesouro em média 300, 400 milhões por ano, que deveriam ser investidos na Amazônia e não são. Há muito tempo: isso vem desde o final do governo Fernando Henrique; depois passou o Lula, 8 anos; a Dilma, 4 anos; e esses recursos da Suframa vêm para o superávit primário e não voltam nunca mais.

Antigamente, os recursos eram mais divididos entre os Estados da Amazônia ocidental, principalmente entre os quatro Estados da Amazônia ocidental; hoje não são mais. Então, eles vêm para o Tesouro Nacional, fazer superávit primário. Então, R$4 milhões, R$5 milhões investidos no CBA é uma ninharia diante do que a Suframa arrecada anualmente.

Eu queria perguntar também sobre... Foi dito aqui que 160 pedidos de patente? E foi dito também, pelo Rafael, que nos Estados Unidos, mais, são entidades públicas, e aqui para a iniciativa privada poderia complicar um pouco mais. Mas o Brasil está tão lento nas suas decisões que demora 11 anos para se conseguir uma patente, enquanto nos Estados Unidos são de dois a três anos. Quer dizer, a média mundial acho que varia de três a quatro, cinco anos. No Brasil está demorando 11 anos; já foi quatro – estão piorando a cada ano e isso tem desanimado muitos pesquisadores, muitos cientistas.

Outro ponto é que já tivemos 200 pesquisadores no CBA. Hoje são apenas 48, é isso? Enquanto deveria ter aumentado, hoje tem um quarto, praticamente; menos de um quarto do que havia no passado.

Então, eram essas as indagações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Dirige a quem a pergunta, a todos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Dr. Jailson. Ah, perfeito.

Eu só queria dizer o seguinte: quero entregar a Presidência dos trabalhos a quem de direito: o Senador Hélio José, que é o Vice-Presidente da CCT.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, só... Eu terei de ir para a CAE. Eu quero não só manifestar meu apoio a essa iniciativa que, na minha opinião, não é uma iniciativa só para o Amazonas – acho que é importante lembrar isso aqui, senão fica parecendo que o povo do Amazonas aqui está defendendo só o seu umbigo. Ali, na realidade, não está o umbigo; ali está, inclusive, uma outra coisa do Brasil.

Portanto, acho que esse debate é importante com esse contorno. E eu queria só registrar, além do meu apoio, que vi a intervenção do Sr. Rafael, do Ministério do Meio Ambiente, e acho que o grande problema, Governador Omar, é que não temos uma política de biotec no Brasil. Não adianta fazer cópias. Fizemos várias parcerias com a Alemanha, fizemos várias parcerias com os Estados Unidos, mas, assim, são parcerias pontuais. Precisamos ter nossa política de biotec, esse é que é o problema central. E não se faz biotecnologia, não se trabalha para a bioeconomia, principalmente, se não houver uma série de componentes encaixados nisso.

San Diego tem muito mais e não tem a diversidade que tem a Amazônia. Eu estou falando San Diego, a cidade que hoje é a sétima cidade americana. San Diego, durante muito tempo, foi conhecida como a cidade dos veteranos de guerra e de uma outra atividade que, enfim, não era muito boa para a cidade: a cidade dos largados, das pessoas que iam para lá muito mais até... Hoje é uma potência, e uma potência em biotecnologia. É a sétima cidade americana, onde estão os maiores centros de pesquisas. Inclusive um brasileiro é pesquisador em San Diego e é uma das figuras para cuja repatriação trabalhamos aqui, Rafael, durante muito tempo, para que o Brasil pudesse tocar a política de biotecnologia.

Por diversas vezes, procurei o Governo Central aqui, para discutirmos, para repatriarmos esse pesquisador brasileiro. Todo mundo achava que a gente queria um cargo para ele. O cara é professor com doutorado na Universidade da Califórnia, em San Diego, pesquisador. Era o terceiro homem da Novartis, pediu para sair da Novartis, porque disse: "minha vida não é isso. Eu não passei a minha vida inteira estudando para ficar aqui só produzindo remédio para a Novartis; quero fazer outra coisa". E hoje é um dos 50 pesquisadores do mundo que estudam, inclusive, a cadeia do Alzheimer. Um rapazinho de quarenta e poucos anos! Saiu do Brasil com vinte e dois e foi fazer em San Diego o que podia estar fazendo no CBA da Amazônia.

Portanto, assim como esse de que estou falando, e me refiro a Cláudio Juazeiro, há milhares e milhares e milhares de pessoas, Omar, que perdemos a partir disso, pela ausência de uma política de investimento, de tratar isso enquanto nação. Não é um bibelô da Amazônia, não é preservar uma folhinha, preservar aqui, e aí ficar com discurso de que a floresta está sendo desmatada ou coisa do gênero, e tal. O que devemos fazer é o aproveitamento dessa floresta, dessa biodiversidade, desse celeiro, para produzirmos biotecnologia no Brasil.

Eu quero só registrar isso, porque esse é um debate que fazemos há muitos anos aqui no Congresso Nacional, e, para Manaus, Senadora Sandra... Aí todo mundo diz: "não, basta a gente dar a lei lá, vai renovando lá, de Manaus, de Manaus, de Manaus, Lei de Informática, Zona Franca, Zona Franca", como se fosse uma benesse, como se fosse algo que resolve. Mas resolve o problema de quem? É correto fazer isso. Agora, é muito pouco para o que temos ali em toda aquela região. É muito pouco, mas muito pouco. Agora, esse processo não é um processo, na minha opinião, que se ajusta só à questão de esquecimento ou de falta de orientação. Na minha opinião, é pior, porque é de irresponsabilidade com o processo de desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria agradecer ao nosso Senador Walter Pinheiro. Eu acho que o Senador Raupp fez as perguntas, não é? Perfeito.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Presidente, eu sei que respondeu algumas indagações, Presidente Hélio, mas eu queria complementar com mais uma questão ainda. No passado, deu um trabalho danado para o Brasil quebrar, derrubar dois pedidos de patentes, ou duas patentes, do açaí e do cupuaçu. E agora, com todas as pesquisas que temos sendo desenvolvidas na Amazônia, uma empresa australiana, está entrando no Brasil via Acre, para implantar fábricas de açaí em pó.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Maravilha.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – O açaí, que estava sendo exportado para o mundo inteiro em polpa, que é uma coisa difícil até, porque tem que ter gelo e muito mais, agora está sendo desenvolvido por uma empresa australiana e vai produzir no Brasil o açaí em pó. Enquanto isso, os nossos empresários estão ficando para trás. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Omar, queria cumprimentá-lo como ex-Governador do Amazonas, uma pessoa entusiasta dessa questão. Você tem que ir lá para a CAE agora, daqui a pouquinho...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Isso. Daqui a pouquinho também vai estar fazendo as perguntas aqui à nossa Senadora Sandra Braga, e eu queria propor, que já ouvíssemos as perguntas da Sandra Braga, o Raupp fez as perguntas dele, e fossem respondidas em bloco.

Então, Senadora Sandra Braga, por gentileza, também do Amazonas, é muito importante estarmos juntos.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentar todos da mesa, os convidados, e agradecer a presença do Prof. Spartaco, atendendo a um requerimento nosso. Muito obrigada. Sua experiência como responsável pela criação e idealizador desse centro foi importante para todos. Prof. Emmanuel, meu professor, não sei se ele se lembra. Eu gostaria de cumprimentar todos, também o Senador Raupp, o Senador Omar, pelo requerimento desta audiência pública.

Estivemos em outra audiência pública, em que o Ministro Armando Monteiro estava presente. Naquela ocasião, os convênios estavam se encerrando. Nem o CBA nem nós tínhamos, naquele momento, um posicionamento a respeito de como iria se resolver essa questão. Foi quando ele se antecipou, falando da transferência da Suframa para o INMETRO. Como bem disse o Fernando Lourenço Nunes, imediatamente, esses contratos foram renovados, de maneira que não houve interrupção, e aquela angústia foi diminuindo.

Mas o que eu queria colocar é que, no momento em que foi feita a transferência, procurei ouvir os pesquisadores acerca do que eles achavam dessa solução e o que esperavam disso tudo. Conversei – gostaria de citar o nome do Prof. André Luís Willerding, não sei dizer bem o nome, é mais ou menos isso –, e ele nos passou o seguinte, e vejo que é a opinião de todos: essa transferência é paliativa, que resolve aquele problema imediato, porque a perspectiva era de fechar, e, de repente, isso acabou.

Mas o problema maior é exatamente o que todos colocaram aqui: dar personalidade jurídica a esse centro, para que ele possa efetivamente fazer um planejamento estruturado de investimento, a fim de que consiga realizar sua missão. Aliás, vou repetir as palavras do Dr. Fernando: a importância desse centro não é só para nós do Amazonas, da Região Norte, mas para todo o Brasil, porque o CBA é a ferramenta tecnológica que transforma nossa biodiversidade no nosso desenvolvimento sustentável. É isso. Agora, como fazer isso? Portanto, o Prof. André Luís me dizia o seguinte: o mais grave não é renovar os contratos, as bolsas; o mais grave é perder a oportunidade de lançar uma nova economia, um novo modelo de economia para a Região, que é o modelo de economia verde. Então, muito mais além do que essas preocupações do dia a dia da gestão é perder essa oportunidade. Daqui a dez, vinte anos – discordo do Senador Omar – quero estar viva com o resultado dessa pesquisa, desse trabalho, já que temos hoje o nosso modelo econômico ancorado na Zona Franca. Então, essa nova perspectiva de modelo econômico, para nós, é tudo a respeito do nosso futuro.

Eu gostaria de fazer a seguinte pergunta, porque já compreendemos muito bem desde a criação, da concepção do centro até suas dificuldades durante esses 13 anos.

Eu só perguntaria o seguinte: até agora, o que alcançamos em termos de pesquisa, mesmo vivendo com toda essa dificuldade, com toda essa história. E o que pretendemos, em termos de pesquisa, para o futuro? Já sei que todos nós queremos a personalidade jurídica, queremos uma série de mudanças, para que possamos fortalecer o centro, mas, no que diz respeito à pesquisa, o que, efetivamente, alcançamos até hoje e o que esperamos para frente, para o futuro?

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço à Senadora Sandra Braga, nossa professora do Amazonas, sempre com sua delicadeza e com perguntas tranquilas, bem centrada na área de educação e na área da tecnologia.

A Senadora Vanessa Grazziotin tinha nos solicitado também uma intervenção. Por favor, Senadora, também do Amazonas. Hoje nós estamos bem representados aqui pelos manauaras, os amazonenses e também pelos sulistas que estão no Amazonas, há muito tempo, como a Senadora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nortistas, nordestinos... Isso é o que faz do Brasil essa bela Nação que é a nossa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Presidente, eu quero cumprimentar todos os convidados e dizer que a importância que a gente dá a esse tema – e não é de agora –, reflete-se no fato de que os três Senadores do Amazonas aqui estão. A gente não atua no tema somente nesses momentos, mas em diálogos e em conversas com o Ministro.

Não quero fazer nenhum questionamento. Eu só pedi a palavra, Sr. Presidente, para cumprimentar todos os participantes e dizer da luta que eu conheço, sobretudo do Prof. Spartaco, não é Professor? O Dr. Dácio, que aqui está, é um pouco mais jovem do que nós, Prof. Spartaco, não viveu o momento em que a primeira formatação jurídica do CBA era de uma organização social. Sua primeira ação foi assinar um convênio com uma multinacional de medicamentos, e a participação do Brasil era só remeter amostras, para serem estudadas fora. Era apenas isso. Abstrata, salvo engano, não?

Foi uma ação nossa – do corpo científico com o Parlamento –, que fez com que aquele contrato fosse anulado. De lá para cá, infelizmente, não vou repetir o que foi dito por todos, pelos colegas Parlamentares, mas, de lá para cá, está-se, até hoje, sem se encontrar uma personalidade jurídica correta que coloque o CBA nos eixos, ou seja, que faça o CBA desenvolver a função que ele precisa desenvolver.

Não carece mais falar da importância sobre a qual todos aqui já falaram. Eu apenas assino embaixo. Não pude ficar aqui, nesse curto espaço de tempo, porque fui à reunião da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. Lá já havia um requerimento para a gente fazer uma audiência a respeito disso, e acabou-se de aprovar um requerimento para fazer a audiência em Manaus. Então, seria importante que a Comissão de Ciência e Tecnologia também se integrasse, para a gente dar sequência àquilo de que se falou.

Eu acho que o mais importante disso tudo... Muitas vezes, a gente é criticado: "O Parlamento não decide nada, só faz blá-blá-blá". Mas, não fossem o blá-blá-blá do Parlamento e ações concretas que a gente toma, certamente, as coisas estariam piores do que estão hoje.

Sobre o novo convênio com o INMETRO, eu comungo, totalmente, com as opiniões dadas aqui, sobretudo pelo Prof. Spartaco, que foi o pronunciamento que ouvi na sua integralidade. Acho que, provisoriamente, é importante, para não se pararem as atividades. Agora, esse período tem que ser utilizado da melhor forma possível, porque a gente não pode produzir soja, criar gado é uma novela – de fato é –, porque a gente não é adaptado para isso.

Então, todo mundo diz: "O desenvolvimento tem que ser sustentável", mas sustentável como? Sustentável desta forma: desenvolvendo pesquisas, elaborando e produzindo produtos, encontrando produtos a partir da nossa riqueza natural, da nossa biodiversidade.

Então, quero cumprimentar aqui o Senador Raupp e o Senador Omar, que foram os autores, a Senadora Sandra, e dizer que eu não tenho dúvida nenhuma: quiçá até o final do ano, mas, de 2016, isso não passa. Acho que 2016 é um compromisso nosso! Não pode passar disso! Precisamos apresentar, de fato, o novo CBA, que serve não só à Amazônia brasileira, mas ao Brasil!

É isso. Parabéns a todos. Muito obrigada, Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradecemos à nossa aniversariante de ontem. Não sei se os presentes sabem, mas, ontem, tivemos a graça de mais um aniversário da nossa Senadora Vanessa Grazziotin.

Queria registrar a satisfação de estar aqui no meio de tantas autoridades neste setor tão importante para o nosso País, que é o setor da pesquisa, o setor da biotecnologia, numa reunião de tamanha relevância como esta.

Quando o Senado discutiu e aprovou a Lei da Biodiversidade, já deu uma cota de colaboração, para que possamos avançar nessa área tão importante, da biotecnologia. O nosso CBA, sem dúvida, é excelência na questão da biotecnologia.

Como um goiano do cerrado – e sabemos quanta riqueza há na biodiversidade do cerrado em Goiás ou em Corumbá do Goiás –, sou Senador pelo Distrito Federal E não tenho dúvida daquilo que significou a questão da biodiversidade, tão discutida aqui no nosso Senado Federal e também nesta audiência pública.

Registro, Senadoras Vanessa Grazziotin e Sandra Braga, Senadores Romário e Valdir Raupp, que, com certeza, a Comissão de Ciência e Tecnologia vai-se fazer representar, lá em Manaus, nessa importante audiência que a CMA deve ter aprovado, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agora, não é?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Seria importante que a Senadora Sandra Braga e os Senadores Raupp e Romário apresentassem um requerimento, para que possamos fazer em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Com certeza. Também acho que seria ótimo e subscrevo esse requerimento com toda a tranquilidade. Podemos fazê-lo oralmente, conforme foi feito. Concordam, Senadora Sandra Braga e Senador Raupp?

Subscrevemos esse requerimento em conjunto e o formalizamos, para fazê-lo em conjunto com a CMA.

Vamos começar, na ordem, pela resposta às questões e também pelas considerações a cada uma das autoridades aqui presentes.

Com muita alegria, quero passar a palavra ao nosso representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Sr. Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Senador Hélio José, Senador Valdir Raupp, Senadora Sandra Braga, Senadora Vanessa Grazziotin, colegas da mesa e da plateia, a mensagem que o Ministro Aldo Rebelo me pediu que trouxesse sobre a biotecnologia e o uso de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento nacional é uma mensagem de que o MCTI tem pressa. O MCTI quer fazer agir o mais rápido possível a intensificação de ciência, tecnologia e inovação na direção do desenvolvimento nacional.

Em relação à biotecnologia, estima-se que o negócio é da ordem de três trilhões de euros.

Os temas que o Brasil poderá liderar em 2022 estão ligados à biotecnologia. O Brasil lidera hoje a produção de etanol, por cana, em primeira geração, com uma relação que é o melhor biocombustível existente no mercado. Para cada unidade de energia utilizada para etanol de primeira geração de cana no Brasil, recolhem-se oito unidades. Isso é uma liderança.

Hoje, no Brasil, há uma empresa, já instalada, produzindo etanol de segunda geração, celulósico. Novamente, o País está avançando a passos largos. E acreditamos que, brevemente, teremos boas posições para etanol de terceira geração, inclusive usando água, iodo e fixação de CO_2. Então, esse é um ponto intenso para o Brasil.

Por outro lado, o Ministro também pede que reitere que ele vê o uso de biotecnologia e de ciência, tecnologia e inovação no País com a leitura da bioeconomia nos seis biomas nacionais, quer dizer, não só na Amazônia. Isso precisa ser visto da Amazônia ao Pampa, passando pelo Cerrado, pela Mata Atlântica, pelo Pantanal e pelo Semiárido. Então, a visão precisa ser a mais ampla possível. Certamente, temos pressa nesse sistema.

Em relação ao CBA especificamente, que é a pergunta dos Senadores, acredito que a pressa seja maior ainda, Senador Raupp. Um aspecto que V. Exª colocou e que, para mim, professor que sou, é extremamente sensível: um centro como o CBA não se sustenta 51 pesquisadores e 8 doutores.

Quer dizer, isso é extremamente subdimensionado. A manutenção de uma situação dessa, quer dizer, mantém-se o prédio, mantém-se o sistema ligado aos tubos, mas não avança.

Então a nossa visão – e a interação exatamente com o MDIC é fortemente nesse sentido – é de que isso tem pressa. Isso precisa ser feito o mais rapidamente possível. É preciso não só aumentar os investimentos. O MCTI, como a tabela que foi mostrada, é o ministério que mais investiu no CBA em recursos.

Hoje, mantemos 27 bolsistas e temos todo o cuidado para que nisso não haja descontinuidade, mas é pouco, é muito pouco, e há muita pressa, inclusive em fixar mais cérebros na Amazônia. Eu acho que, além do CBA, precisamos levar uma quantidade grande de cérebros e pisar no acelerador nessa parte.

Então, essa é a mensagem do Ministro Raupp para os senhores e que o MCTI está pronto para avançar e para pisar no acelerador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Do Ministro Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Creio que, com certeza, o nosso ex-Ministro Raupp também estaria junto. (*Risos.*)

Eu queria passar a palavra para esse jovem, uma pessoa brilhante, o Dácio Montenegro Mendonça, representante do Movimento Pró-CBA.

O SR. DÁCIO MONTENEGRO MENDONÇA – Quero agradecer novamente a oportunidade de falar um pouquinho.

A pergunta da Senadora Sandra Braga referente às pesquisas: existe um documento, que, creio, será disponibilizado à Secretaria, que é o Memorial do CBA, que vai de 2004 a 2013. Nele, estão todas as teses desenvolvidas, os doutorados, as dissertações de mestrado, todos os projetos que foram desenvolvidos lá, em parceria com o Bionorte também. Então, tudo está entrelaçado.

Posso citar também os grandes projetos atuais, vamos dizer: o Projeto Fitodermo, que já está há cinco anos, em parceria com o MCTI e o Finep. Ele que desembolsa o dinheiro, o Finep. Ele é o grande fomentador dessa pesquisa. E ela está na fase final. Creio que até o final do ano tenhamos todos os resultados. Depois, o Emmanuel também pode explorar um pouquinho essa questão das pesquisas.

E para o futuro, há a bioeconomia, como foi falado por alguns Senadores. Então, trata-se de explorar essa linha da bioeconomia, biofármacos, biocosméticos e bioindústrias também, forçar essa linha, que é o futuro para o Amazonas, para a Região Norte também.

Agradecer a minha formação, que foi na Universidade Federal do Amazonas, minha formação como químico. E a minha atual, que é o Centro Universitário do Norte (Uninorte), onde faço atualmente engenharia de controle e automação. Então, quero unir, unificar. Vamos expandir conhecimento, nunca é tarde para adquirir conhecimento.

Precisamos automatizar esses processos, vamos dizer, com enfoque nos cromatógrafos, área em que atuo, para otimizar esses processos nas pesquisas, juntando a química com o controle e a automação.

Agradeço também à Senadora Vanessa Grazziotin, ao Senador Omar Aziz também e a toda a bancada do Norte.

Quanto à questão do Senador Valdir Raupp, posso citar também, porque me recordei agora, a questão da Embrapii. A Embrapii foi constituída de uma maneira muito rápida e eficaz. O MCTI e o MDIC podem dar uma olhada na construção desse modelo da Embrapii, porque, como trabalham com informática, TI (Tecnologia da Informação), foi uma consolidação muito rápida, mas que é um modelo para se aplicar no CBA. Eu creio que é de grande valia poder pesquisar sobre a consolidação da Embrapii na presidência do Ministro Raupp, anterior ao Aldo Rebelo. Ele consolidou essa empresa Embrapii, foi um projeto dele.

Agradeço também a todos os pesquisadores do CBA, que estão, com certeza, nos vendo lá e contribuindo, *on-line*, para a pesquisa e também a Suframa, que sempre está nos apoiando durante todo esse período, apesar de todas as dificuldades. Com certeza, somos parceiros, para alavancar a Ciência e Tecnologia não só no Amazonas, mas em toda a Região Norte. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço ao nosso querido Dárcio, um jovem cientista, e registro aqui a presença do nosso subscritor desta reunião, nosso querido Senador Telmário Mota. Já estamos em uma fase de respostas finais e agradecimentos, e pergunto a V. Exª se tem alguma questão a colocar, porque ainda temos aqui cinco dos nossos palestrantes para falar.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – O senhor poderia colocar o nosso requerimento – de Vanessa – para aprovação em conjunto da nossa audiência em Manaus? Já está na sua mesa aí.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Sim. Em seguida, eu vou colocar, tá, Senadora Sandra, o.k.?

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – É o requerimento, vamos dar uma lida e...

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – ... e colocar em votação aqui.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – E peço licença a todos, ainda tenho que passar em duas Comissões...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Ah, é?

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Mas eu quero deixar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Podia votar logo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Então vamos votar logo. Então o requerimento...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Eu quero subscrever o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Porque, pelo que senti rapidamente, é uma audiência pública sobre esse assunto no Amazonas. E eu sou de Roraima, como é que eu vou ficar fora? Eu quero incluir, eu quero subscrever e também convidar a Secretaria competente do meu Estado para participar disso, está certo, Sr. Presidente? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Com certeza e eu também, como representante do Cerrado brasileiro aqui no Goiás, também subscrevo o requerimento, vamos lá.

O SR. DÁCIO MONTENEGRO MENDONÇA (*Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, posso falar uma questão?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pode sim, Dácio.

O SR. DÁCIO MONTENEGRO MENDONÇA – Presidente, é questão que propus também, não sei se é plausível, de criar uma Subcomissão do CBA dentro da CCT.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k.

O SR. DÁCIO MONTENEGRO MENDONÇA – Creio que possa avaliar a questão, porque seria uma parceria desta Comissão junto com os Ministérios, para articular diretamente com o Senado, a questão do CBA. Creio que seria uma grande força para somar, a construção da política da biotecnologia no Amazonas, na Região Norte.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Com certeza. Com certeza, Dácio. Não vejo nenhuma dificuldade em trabalharmos em conjunto. Vamos ler aqui:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 46, DE 2015

– Não terminativo –

Nos termos regimentais, requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, a ser realizada em Manaus-AM, para debater sobre o Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, sua reestruturação, planejamento e relação com o Polo Industrial de Manaus.

Para debater o tema sugerimos os seguintes convidados:

Marcos Vinicius de Souza, Secretário de inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus- SUFRAMA;

Representante do Movimento Pró-Centro de Biotecnologia da Amazônia – Pró-CBA; e

Representante do Sindicato dos Funcionários da Suframa;

Gabinete do G do Amazonas.

Os dois Ministros: do MCTI, Ministro Aldo Rebelo, e do MDIC, Ministro Armando Monteiro;

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – E do Secretário, do Secretário de Estado Marcelo Nunes, que é o Secretário da Secretaria de Tecnologia, Ciência e Tecnologia, do Estado de Roraima, que eu já, depois, Sr. Presidente, discrimino com maior precisão, tá?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Certo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Muito obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, porque o que definimos aqui – lá também foi feito isso – de convidar os Ministros, é óbvio que os Ministros sabem quais secretários devem levar, mas a proposta para o Secretário de Ciência e Tecnologia de Roraima era importante, acho que poderia colocar todos os secretários de ciência e tecnologia...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ... da Amazônia. Seria muito importante.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Só uma questão de ordem. Eu estou favorecendo, porque o secretário lá é do PCdoB. Como eu gosto muito da Senadora Vanessa, eu quero prestigiar. (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois, olha, Sr. Presidente, eu não sei se os dos outros Estados são também. (*Risos.*)

Eu acho muito adequado esse convite a todos os Secretários de Ciência e Tecnologia dos demais Estados amazônicos e não vejo nenhum tipo de problema em colocar isso aqui.

Assinam esse requerimento os Senadores Vanessa Grazziotin, Senadora Sandra Braga, Senador Valdir Raupp, Senador Omar Aziz, que havia se registrado também, o Senador Telmário Mota e o Senador Hélio José.

Os Senadores que concordam com o referido requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o nosso requerimento.

Dando continuidade às respostas, passamos agora a palavra para o Sr. Emmanuel Ribeiro Sales de Aguiar, Superintendente-Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

O SR. EMMANUEL RIBEIRO SALES DE AGUIAR – Senador Hélio, é um dia hoje muito salutar, muito gratificante para nós, que somos da Suframa.

Eu sou um funcionário de 33 anos de Suframa e acompanho essa questão do CBA desde a sua concepção. E ver aqui reunidos todos esses órgãos, todos esses Ministérios buscando uma solução para o CBA é muito gratificante, não há nada mais gratificante para nós que, ao longo desse tempo, temos lutado dentro das nossas posses, dentro das nossas condições limitadas. Por quê? Porque não temos conhecimento científico, tecnológico, não temos *expertise* nessa área científica e tecnológica para conduzir, como deve ser conduzida, a questão dos programas, dos projetos do CBA. E é gratificante também por ter tido aqui à minha frente duas Senadoras que foram minhas alunas em Manaus, ainda jovens, no Segundo Grau.

Então, só tenho a agradecer esta oportunidade que está sendo dada à Suframa, de reunir em torno dessa proposta, uma solução para o CBA. Eu quero agradecer também muito ao Prof. Spartaco que, ontem à noite, apesar do cansaço, apesar de ter chegado tarde, não mediu esforços para sentar comigo para conversarmos sobre o CBA. Ele é um professor, ele conhece o CBA desde o início e é gratificante ver seu entusiasmo. Apesar de todas essas dificuldades, ele ainda é um entusiasta, pois acredita que podemos encontrar uma solução para dar o rumo que o CBA precisa ter.

Então, eu só queria agradecer e dizer da satisfação nossa de podermos reunir todas essas pessoas, todas essas autoridades em torno de uma solução definitiva para esse importante órgão e para o desenvolvimento da região. Entendemos que é preciso criar uma alternativa econômica para a região. Não podemos viver exclusivamente do polo industrial de Manaus. E o CBA é, sem dúvida, um centro que pode nos dar uma ajuda fundamental, importantíssima para se criar uma alternativa econômica para a região.

Agradeço, Senador, a presença de todos e o apoio dado à Suframa; agradeço ao MDIC e a todos aqueles que estão envolvidos nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Nossos agradecimentos ao Emmanuel Ribeiro Sales de Aguiar, da Suframa.

Passamos a palavra agora ao Sr. Fernando Lourenço Nunes Neto, Diretor de Tecnologias Inovadoras da Secretaria de Inovação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério ocupado pelo nosso Ministro Armando Monteiro, Senador da República também.

O SR. FERNANDO LOURENÇO NUNES NETO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de agradecer a esta Comissão o convite feito e a oportunidade que tivemos aqui de debater um tema tão importante para todo o País, como bem disse o Senador Raupp e a Senadora Sandra Braga.

Segundo solicitação que foi feita pelo então Presidente, Senador Cristovam Buarque, que aqui estava, no sentido de que sempre deveríamos terminar nossas apresentações com solicitações acerca do auxílio de que precisaríamos, do que a Casa, o Senado poderia ajudar no desenvolvimento das ações que pendem ainda para que se enderece o tema CBA, sugiro dois pedidos, que, acho, são extremamente relevantes e estão alinhados até com esse requerimento conjunto que está saindo com a CMA. O primeiro é a defesa, na alocação de recursos para o próximo ano, de que o Centro possa não só ficar com a manutenção, como bem disse o Secretário Jailson, das suas atividades correntes, mas que possa desenvolver novas linhas de pesquisas, alinhadas com a área acadêmica, com a área científica e com o setor produtivo, de forma a conquistarmos aquilo que queremos para a Região e para o Centro, que é a inserção da bioeconomia do mercado global. É mais Brasil no mundo, como bem disse o Ministro Armando Monteiro em seu pronunciamento sobre PNE.

O outro pedido é que nos auxiliem, a Bancada amazonense, presente em massa nesse momento, na discussão e na condução desse tema com a sociedade amazonense para que possamos encontrar o melhor modelo possível, exequível para o CBA, certo? Estou falando dos pesquisadores, dos bolsistas, das entidades políticas, dos representantes das secretarias de tecnologia da Amazônia, do Governo Federal, dos governos estaduais, enfim. Que possamos, de forma conjunta, traçar o melhor possível para o Centro, o melhor possível.

Dentro do MDIC, temos o mandato claro do nosso Ministro Armando Monteiro, do Secretário Marcos Vinicius, do empenho, da dedicação, da paixão para que se resolva o problema da melhor maneira possível.

Agradeço a oportunidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado ao nosso querido Fernando Lourenço Nunes. Ficam registradas as duas solicitações de recursos e avanços nas pesquisas e também a participação efetiva, que hoje se demonstrou aqui, da Bancada amazonense na divulgação.

Vamos passar a palavra a um senhor muito entusiasta e muito importante na área, da nossa Universidade Federal do Amazonas, Sr. Spartaco Astolfi Filho, jovem batalhador pela biotecnologia brasileira.

O SR. SPARTACO ASTOLFI FILHO – Agradeço muito por esta oportunidade a todos os Senadores.

Obviamente, o encaminhamento já está dado. Portanto, não vou repetir. Vou, talvez, na linha do nosso Secretário da Ceped, do MCTI, de que temos pressa. Vou juntar algumas coisas que foram faladas ao resultado científico de pesquisadores da rede Bionorte.

Acho que não temos outra opção e temos muita pressa. Por quê? Se lembrarmos de que o Senador Omar Aziz falou, e concordo com ele, em como pedir para um ribeirinho ou uma pessoa de lá não derrubar uma árvore se não for dada uma alternativa econômica para ela? Por exemplo, derrubar para fazer um pasto. Essas alternativas vêm do desenvolvimento, do conhecimento da biodiversidade, do manejo da floresta e de alternativas biotecnológicas. Não há opção, por um lado. Por outro lado, não temos tempo.

Vou citar aqui um trabalho que nos dá muito orgulho. É um trabalho publicado ao final do ano passado, início deste ano, por um conjunto de dezenas de pesquisadores do mundo, entre os quais vários da rede Bionorte, do Estado do Mato Grosso, Nova Xavantina, de Rondônia, de Manaus, de vários lugares.

Eles passaram mais de dez anos analisando a Floresta Amazônica em vários pontos, computando o nascimento de árvores, morte de árvores, tamanho de árvores, e a conclusão é a seguinte: estão morrendo mais árvores na Amazônia do que nascendo. Essa é uma publicação da melhor revista do mundo, a *Nature*, e não sabemos o porquê disso.

Por outro lado, vamos imaginar o seguinte: nós, biólogos, de uma maneira geral, temos ciência, e acredito, como muitos pesquisadores, que a Amazônia tem um equilíbrio, mas é instável. Não é um equilíbrio como o daqueles bonecos que você bate e volta, bate e volta. Tem um limite. Vai chegar a um ponto do desmatamento que vai ser irreversível. Por quê? Ele afeta os ciclos dos minerais, o ciclo da água, do carbono, dos minerais até chegar a um ponto em que os ciclos não mais se sustentam. Ninguém sabe exatamente qual é esse ponto, ninguém sabe nem se já chegamos nele.

Então, pelo princípio talvez da precaução, não temos mais tempo. Temos que criar essas opções, temos que dar opções para não haver o desmatamento, para que haja um manejo sustentável, para o desenvolvimento da bioindústria, está certo? Então, não temos mais tempo para perder. E o CBA é uma espécie, inclusive, de símbolo disso.

Temos que fazer o CBA funcionar, ele está no final da nossa cadeia de desenvolvimento bioindustrial. Por isso, um pouco da minha agonia. Vamos definir essa OS no prazo em que vocês apresentaram realmente. OS é a entidade que vai gerir o CBA. E agradeço até o INMETRO pela dedicação em tamponar esse período e não deixar o CBA interromper suas atividades. E agradeço muito esta oportunidade, o.k?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Prof. Spartaco, nós é que agradecemos por termos uma pessoa tão entusiasta igual ao senhor para questões tão importantes quanto esta que estamos relatando aqui.

E eu gostaria, antes de passar a palavra para o nosso último palestrante, de registrar que hoje, no dia 30 de junho, é o Dia do Profissional em Biotecnologia. Hoje, dia 30, comemoramos o Dia do Profissional em Biotecnologia.

A Biotecnologia se define como a ciência que desenvolve produtos e processos por meio de processos biológicos. Suas áreas de atuação encontram-se nos mais diversos setores.

Esse foi um registro da nossa assessoria, do Prof. Livônio. Agradeço a lembrança, ainda não tínhamos aqui feito esta justiça à biotecnologia, então, é com muita alegria que registro aqui esta data.

Para concluir, vamos passar a palavra ao nosso querido representante do Ministério do Meio Ambiente, da nossa Ministra Izabella, o Sr. Rafael de Sá Marques, Diretor do Departamento do Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente, para suas respostas e considerações finais.

Por favor.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Obrigado, Senador Hélio.

Eu queria agradecer mais uma vez, em nome da Ministra Izabella Teixeira, a oportunidade de estar aqui e apenas reforçar a mensagem do Ministério do Meio Ambiente de que temos plena consciência e temos feito um esforço para incluir, nas políticas e nas prioridades do Ministério do Meio Ambiente, o desenvolvimento

de cadeias produtivas a partir do uso do patrimônio genético e do conhecimento tradicional como alternativa de sustentabilidade para a floresta em pé e apara as populações que precisam de renda e vivem nos biomas brasileiros.

O Prof. Spartaco estava ali mencionando seu desespero, sua ânsia de ver o problema resolvido porque estamos perdendo muitas oportunidades. Só para exemplificar sua fala e a sua ânsia, havia mais um caso que me esqueci de mencionar na minha apresentação, que é de um peixe amazônico do qual podemos extrair uma substância da sua bexiga natatória e que tem um preço entre R$160,00 e R$185,00 o quilo e é usado como cola cirúrgica.

No entanto, se vendermos o peixe, a carne dele no mercado custa de R$2 a R$7 o quilo.

Essa é a diferença de fazermos uso ou não da biotecnologia para o desenvolvimento de uma economia a partir do patrimônio genético, do conhecimento tradicional associado, trazendo renda para as populações que vivem ali. Não só subsistência; isso não é política de preço mínimo, isso é política de inclusão social, com renda considerável, em cadeias produtivas que são viáveis no Brasil, como talvez em nenhum outro País. E o Ministério do Meio Ambiente tem consciência disso e tem trabalhado para isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço ao Rafael. Acho que a lembrança que ele coloca aqui é muito importante, porque é uma forma de inclusive darmos melhores condições de vida a todos os nossos brasileiros, inclusive com relação ao bom aproveitamento da nossa biotecnologia na Amazônia, no Cerrado e nos vários biomas brasileiros.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Não, não, Sr. Presidente. Questão de ordem, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – A Senadora Angela está ligando aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Sim.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – E ela está pedindo também para subscrever o requerimento, porque é da maior importância. Os principais órgãos federais e também essa própria Secretaria são muito ligados à Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – A Senadora?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Angela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Ah, sim.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – E ela está ligando aqui e pedindo que também a incluíssemos.

Mas também, antes de encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Eu queria, primeiro, parabenizar o Rafael, o Manoel, o Fernando, o Jailson, o Dácio, o Prof. Spartaco, todos e ressaltar a importância desse órgão ali na Amazônia.

Vejam, agora mesmo, fomos à Venezuela, por essa questão interna da Venezuela, e na verdade, como Senador, fui preocupado, sim, com a Venezuela, porque é país vizinho, é um país em que a democracia sempre foi mais consistente. Quando vivíamos na ditadura, eles estavam em democracia. E faz parte do Mercosul. E o Brasil, neste momento, se coloca estrategicamente como o País que deve estar além dos interesses materiais. Vejam, por exemplo: a Europa hoje se sustenta – estamos vendo a Grécia quase rompendo esse sistema – porque passa dos interesses só comerciais. Vai muito mais do que isso. E o Mercosul, para vingar, deve também repetir isso.

E sem nenhuma dúvida, esse segmento da Amazônia é da maior importância, porque hoje o Brasil é um País exportador de matéria prima. A gente manda para a China a matéria prima e depois compra. Por exemplo, o ferro. A gente manda, estão fabricando os ônibus lá, estão montando aqui no Brasil, ainda é mais em conta, ainda sai mais em conta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – É. Então veja, é preciso que ali haja essa total integração.

Eu vejo aqui um canal enorme de darmos essa grande pegada. O professor está preocupado, já disse que está na hora de começar a sair do discurso, da falácia, para a prática, e é verdade. Eu acho que isso se dará com essa nova regra da biodiversidade...

O Rafael estava falando agorinha ali de um peixe; e o veneno da cascavel, que vale uma fortuna? E se mata cascavel nesses Estados lá como se fosse brincadeira. Então, quando educarmos o homem do campo, o

índio, o ribeirinho, informando que a cascavel tem um valor científico da maior importância, no lugar de ele vê-la como um adversário, ele a verá como um parceiro Então, 1g hoje de veneno de cascavel vale não sei quanto mais do que 1g de ouro. Portanto, é importante extrair aquele veneno.

Temos valores imensuráveis na nossa Amazônia, a maior biodiversidade do mundo, sem nenhuma dúvida. E Roraima está contextualmente incluída nisso. O desenvolvimento ali naquela região é a redenção de toda aquela área.

A economia do Amazonas, se começou a se fortalecer pela Zona Franca, caminhou pelo turismo, que é muito forte, o Amazonas hoje tem dois milhões, só em Manaus, e tem vida própria, mas é um Estado ainda extremamente consumidor. E nós somos o Estado do contracheque, vivemos do contracheque. Setenta por cento da população... É um Estado pequeno em população, com 500 mil habitantes. Nós temos...

O Rafael não vai sair, porque quero conversar com ele.

Agorinha a Senadora Angela estava ligando aqui, e nós vamos levar a Ministra lá, porque o Estado de Roraima já contribuiu muito, em todos os sentidos. Nós precisamos melhorar, dar oportunidade. Roraima tem uma savana que é um campo.

Tanto é que um Lôbo D'Almada foi para lá, levou o gado bovino, fez uma adaptação, porque o Amazonas não suportava gado, porque era mata. Eles levaram para lá, viram que era possível, ali era um Município do Amazonas.

Então, é importante fazer essa integração, fortalecendo o Estado amazônico, que está anos-luz à frente dos demais Estados. O Amazonas tem de entender que tem de contribuir sempre. Eu acho que, hoje, sem nenhuma dúvida, muitos não têm dimensionada a importância desta reunião aqui, mas para nós, que somos caboclos daquela Região, sem nenhuma dúvida, é muito importante.

Quero parabenizar a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradecer ao Senador Telmário Mota. V. Exª colocou com muita propriedade as questões. Quero homenagear o Professor Spartaco e o Dácio, um jovem, duas gerações que se encontram em prol da biotecnologia nacional.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os presentes. Muito obrigado. Um abraço. (*Palmas.*)

(Iniciada às 09 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2015.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia sete de julho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Omar Aziz, Hélio José, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Delcídio do Amaral, Telmário Mota, Gadson Cameli, Rose de Freitas e Fernando Bezerra Coelho. Comparece a Senhora Senadora Fátima Bezerra, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, dividida em duas partes. **1ª parte:** reunião de trabalho com a finalidade de apresentar o Plano de Trabalho para avaliação da "Formação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência Sem Fronteiras", política pública a ser analisada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos do artigo 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal. O Relator designado é o Senador Omar Aziz. O Plano de Trabalho é aprovado. **2ª parte:** Audiência Pública destinada a debater a política de universalização da banda larga no País, atendendo aos Requerimentos nº. 24/2015-CCT, 36/2015-CCT e 48/2015-CCT, de autoria do Senador Walter Pinheiro. Neste momento, os Senhores Senadores Walter Pinheiro e Angela Portela requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 48, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Angela Portela e Walter Pinheiro, que requerem "... ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do Regimento Interno do Senado e em aditamento ao Requerimento n.º 24, de 2015 – CCT, que versa sobre a realização de Audiência Pública para debater a política de Universalização da Banda Larga no País, a inclusão do seguinte convidado: Senhor Erich Matos Rodrigues, Presidente-Executivo da ABRINT". O requerimento é aprovado. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores

Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações – MiniCom; Jorge Bittar, Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras; Carlos José de Almeida, Prefeito do Município de São José dos Campos – SP; e Erich Matos Rodrigues, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações – Abrint. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senadores Lasier Martins, Angela Portela, Telmário Mota e Fátima Bezerra, não membro da Comissão. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza hoje, 7 de julho de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nós temos hoje, em primeiro lugar, mas eu pergunto se devemos ou não inverter a ordem – talvez queiram invertê-la, mas eu preferia seguir –, o primeiro item da pauta, que seria a leitura pelo Senador Aziz do documento relacionado à análise que nós temos de fazer da política pública, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, para ciência e tecnologia, com especial enfoque no Programa Ciência sem Fronteiras.

Passo a palavra ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque; bom dia Srs. Senadores, Srª Senadora.

Nós temos uma avaliação de políticas públicas direcionadas à formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência sem Fronteiras.

Vou ler a análise que fizemos, a apresentação, mas, se os Senadores e as Senadoras tiverem alguma proposta para as audiências públicas que iremos fazer até o final do ano para chegar com relatório pronto até dezembro, vamos repassar mais ou menos o cronograma, se algum Senador ou Senadora quiser dar alguma contribuição, será muito bem-vinda.

No âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, no exercício de 2015, foram selecionadas como objeto de avaliação as políticas públicas voltadas para a formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque para o programa Ciência sem Fronteiras.

A formação de recursos humanos é necessária para que a gente possa fazer qualquer tipo de pesquisa ou ter conhecimento. Sem isso não chegaremos a lugar algum. Não basta ter prédio bonito. Prédio bonito não faz sozinho a pesquisa, não traz soluções. O que traz soluções é a mente humana.

O Programa Ciência sem Fronteiras foi instituído pelo Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, e tem como objetivo propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.

O art. 2º do decreto traz os objetivos específicos do programa. Sob o ponto de vista de uma atividade de avaliação de políticas, é fundamental o conhecimento detalhado desses objetivos, insumo essencial para uma análise da efetividade do programa.

Na concessão das bolsas, são contempladas as seguintes áreas do conhecimento: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação); Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos.

Esta é a nossa proposta.

O instrumento principal da análise a ser realizada será a consolidação e análise das informações recebidas por diversos meios. Primeiramente, serão enviadas requisições de informações aos órgãos diretamente

ligados à execução do CsF, a saber: Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Prevê-se, ainda, em paralelo, consulta ao Tribunal de Contas da União, com o objetivo de verificar a existência de algum trabalho de monitoramento e avaliação do Programa, em andamento, naquele órgão. Caso necessário, poderão ser realizadas, ainda, reuniões entre técnicos do Senado Federal e técnicos das instituições responsáveis pela concepção e implementação do programa.

Prevê-se, ainda, a realização de pesquisa com beneficiários do CsF com o objetivo de colher informações para elaborar indicadores de avaliação.

Temos aqui o DataSenado e queremos fazer um apanhado daqueles que fizeram o Ciência sem Fronteiras para que tenhamos o diagnóstico sobre se isso esta valendo a pena ou não. Além disso, sobre aquilo que poder ser melhorado para que possamos, ao final, encaminhar uma proposta.

A pesquisa será realizada pelo DataSenado, órgão do Senado Federal cujo objetivo é desenvolver pesquisas que sirvam para estreitar a comunicação entre o Senado Federal e as necessidades e desejos da sociedade.

Ao mesmo tempo, propõe-se a realização de três audiências públicas em Brasília, reunindo representantes dos órgãos envolvidos na implementação do CsF – CNPQ e Capes –, representantes das universidades federais e representantes dos seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Defesa e Ministério da Saúde.

Sugerimos, ainda, a realização de análise de execução orçamentária, sob responsabilidade da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf).

As informações coletadas serão analisadas e organizadas na forma de um relatório preliminar das atividades, a ser apreciado no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia. Finalmente, após as devidas correções, o relatório conclusivo será apresentado no final de 2015, para votação e aprovação na Comissão.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Aziz pelo trabalho, pela qualidade com que veio, e coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Aziz, depois conversamos para iniciar os trabalhos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Será na segunda quinzena de agosto. Vamos entrar em recesso branco a partir do dia 17, segundo informação que tenho, da Mesa, e só voltaremos a trabalhar depois do dia 4 de agosto. Isso não quer dizer que não possamos ter reuniões nesses dias.

Então, proponho que iniciemos após o dia 15 ou dia 17 as reuniões. Faremos um cronograma das audiências públicas.

As audiências públicas não estão fechadas. Se houver entidades, instituições ou pessoas que queiram participar, serão muito bem-vindas para contribuir com esse relatório final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem. Obrigado, Senador.

Passamos à segunda parte desta reunião, que é uma audiência pública.

Hoje a audiência pública se dá em atendimento aos Requerimentos nº 24 e 36, de 2015, de autoria do Senador Walter Pinheiro, aprovados, ambos, pelo Plenário. A audiência pública se destina a debater a política de universalização da banda larga no País.

Para tal, tenho a honra de convidar para compor a Mesa os seguintes convidados: Sr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; o amigo Sr. Jorge Bittar, Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A (Telebras); e o Sr. Carlos José de Almeida, Prefeito do Município de São José dos Campos, onde vem sendo feita uma experiência muito interessante relacionada com educação e uso da internet.

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, em banda larga talvez, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania. Ou pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vamos passar às exposições pelos convidados e, ao final, falarão as Srªs e Srs. Senadores, na ordem de inscrição, com prioridade aos Senadores requerentes desta audiência pública.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar comentários e questionamentos.

Quero informar que temos um requerente e agora mais uma requerente, a Senadora Ângela Portela, que também subscreve e indica o Sr. Erich Matos Rodrigues, Presidente da Abrint, que eu chamo para compor a Mesa também.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, a pedido do nosso Senador Walter Pinheiro, que está chegando neste momento, a gente solicita a aprovação desse requerimento para que também possa participar da audiência pública o Sr. Erich Matos Rodrigues, Presidente Executivo da Abrint.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ponho em discussão.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Bem, serão 15 minutos para cada um, mas eu não vou cortar a palavra, embora a campainha vá tocar automaticamente para avisar vocês.

De qualquer maneira, quanto mais rápida for a apresentação, eu acho que 15 minutos é pouco tempo, a gente terá mais tempo para o debate.

Passo a palavra, na ordem que convidei para a Mesa, começando pelo Sr. Maximiliano Martinhão.

O SR. MAXIMILIANO MARTINHÃO – Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, bom dia.

Srs. e Srªs Senadores, é uma satisfação estar aqui e poder tratar desse tema de grande relevância para o País, que é a situação da universalização da banda larga no Brasil.

Eu preparei uma pequena apresentação para abordar os temas. Nessa apresentação, Senador Cristovam, eu faço uma reflexão do trabalho que foi feito nos últimos anos em torno da banda larga, o desenvolvimento que tivemos e, a partir daí, o trabalho que temos feito na Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, olhando para o futuro.

Então, primeiro, quero dizer que, desde a criação do Plano Nacional de Banda Larga, em 2010, ainda no governo do Presidente Lula, inúmeras ações foram tomadas pelo Governo Federal para promover o desenvolvimento da banda larga no Brasil. Lançamos inúmeros editais de posições orbitais para implantação de infraestrutura de satélites; fizemos um grande número de desonerações para incentivar a construção de infraestrutura de banda larga; desoneração para as redes de banda larga; desoneração para *smartphones;* desoneração de computadores; desoneração de *tablets*; reativamos a Telebras. Sobre a Telebras o Presidente Bittar poderá dar mais informações. Mas reativamos a Telebras para construir uma rede nacional de telecomunicações em banda larga neutra, capaz de prestar serviços para todos os operadores. Realizamos leilões de radiofrequência para implantar no Brasil a telefonia móvel de quarta geração.

Enfim, defendemos, e o Congresso apoiou, a edição do Marco Civil da Internet. Fizemos uma regulamentação da qualidade do serviço de banda larga que não existia no Brasil. Isso foi feito a partir de uma diretriz política num decreto da Presidenta Dilma. Enfim, um grande conjunto de iniciativas foram feitas para colocar banda larga na agenda política de desenvolvimento do País. Com isso, os resultados aparecem.

Desde a criação do plano, o número de domicílios com acesso a banda larga cresceu mais de 56%, quase 57%, segundo dados do IBGE. Peço desculpa porque ali na apresentação houve uma desformatação no que eu trouxe, está meio embaralhado, mas eu vou dizer os números. O crescimento de domicílios com acesso à internet foi de mais de 56%. Chegamos a 31,2 milhões de domicílios com acesso à internet no Brasil. O número de acesso de banda larga fixo no Brasil desde a criação do plano cresceu mais de 60%. Houve uma explosão do acesso à banda larga móvel. As pessoas querem ter o acesso à banda larga móvel onde quer que elas estejam. O *smartphone* virou uma grande ferramenta de acesso à internet. Tivemos um crescimento, desde a edição do plano, de mais de 735% no número de acessos de banda larga no País. Isso segundo dados fechados em dezembro de 2014. Com isso, a gente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – V. Sª disse que nós temos 31 milhões de domicílios com banda larga?

O SR. MAXIMILIANO MARTINHÃO – Exatamente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Quantos domicílios tem o Brasil?

O SR. MAXIMILIANO MARTINHÃO – Em torno de 60 milhões.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Não existe isso.

O SR. MAXIMILIANO MARTINHÃO – O número de acessos de banda larga móvel no Brasil cresceu de maneira muito rápida, a ponto de o Brasil, conforme dados da União Internacional de Telecomunicações, superar a média das Américas. Então, o Brasil está seguindo para alcançar o número dos países desenvolvidos em termos de banda larga móvel.

A banda larga fixa, por sua vez, não cresceu na mesma velocidade que a banda larga móvel. Você vê que o crescimento, desde 2010 até 2013, não foi tão grande como aconteceu na banda larga móvel, que tem uma taxa de crescimento muito rápida. Por isso esses resultados.

E esses resultados levaram o Brasil a ter um reconhecimento internacional. A União Internacional de Telecomunicações, no seu relatório, afirma que a banda larga móvel no Brasil vem se expandindo em um ritmo três vezes mais rápido que o ritmo do mundo. A Associação Mundial dos Operadores Móveis reconheceu os trabalhos do Governo brasileiro, dando ao Brasil um prêmio de excelência governamental no desenvolvimento da banda larga móvel. O Fórum Econômico Mundial, no relatório anual que faz sobre as diversas infraestruturas do País, afirmou que, de todas as infraestruturas econômicas do País, a infraestrutura de telefonia móvel e a telefonia fixa são as melhores, comparadas às demais.

Então, todos esses trabalhos que fizemos, Senador Cristovam Buarque, levaram a que a gente alcançasse resultados. Mas, fazendo uma reflexão importante, a gente tem que olhar para aquilo que era objeto do Programa Nacional de Banda Larga e fazer uma reflexão.

Quando o Programa Nacional de Banda Larga foi criado, ele tinha como objetivo endereçar três questões do País: primeiro, a banda larga era concentrada, estava disponível para poucos, não era disponível para toda a população, não estava disponível a toda a população; a velocidade nossa de banda larga era considerada baixa em relação à comparação com o resto do mundo; e o preço da banda larga era relativamente alto para as características da população brasileira.

Se a gente fizer essa reflexão, a gente consegue identificar que, no aspecto de concentração, a gente superou esse desafio. Então, a banda larga está disponível em todo o Brasil, tanto no serviço fixo quanto no serviço móvel. Na questão da velocidade, a gente acredita que ainda existe muito a ser feito, a gente precisa trabalhar para alcançar uma maior velocidade – eu vou mostrar dados comparativos que mostram essa necessidade. E também na questão do preço, embora existam pacotes de serviços de banda larga móvel que chegam a R$0,99 por dia, ainda precisamos trabalhar na questão preço para que mais pessoas possam ter acesso à internet no País.

Um aspecto importante que temos que relativizar é o acesso móvel à banda larga. Se pensarmos no longo prazo, veremos que o acesso móvel não vai dar conta da evolução do tráfego na internet no nosso País. Ele serve como ferramenta para a pessoa acessar a internet, mas se pensarmos na evolução de tráfego, na demanda de tráfego, que está crescendo de maneira muito rápida, o acesso móvel não tem a capacidade de dar vazão a todo o tráfego que será demandado.

Hoje em dia, o tráfego mensal em uma residência é de 53 gigabits/segundo; em 2019, será de 87 gigabits/segundo. Se olharmos um pacote do serviço móvel, um *smartphone,* de 10 gigabits/segundo, veremos que ele é ofertado hoje pelas operadoras por preços da ordem de R$229,00. Então, não será através desse meio que vamos conseguir universalizar a internet e nem conseguir dar vazão à necessidade de tráfego que tem a população.

Outra característica do serviço móvel é que ele sempre possui uma franquia. Essa franquia é necessária porque o serviço móvel faz uso de um recurso escasso que é onda de rádio. Como é um recurso compartilhado, você tem que dimensionar a rede para determinada quantidade de tráfego. Essa é uma necessidade do sistema, mas essa franquia tem criado grande disputa entre operadoras e consumidores no acesso á banda larga pelo sistema móvel.

No aspecto da velocidade, quando consideramos as pesquisas, temos aqui uma entidade que faz pesquisas sobre velocidade na internet, a Akamai. Não é a melhor pesquisa que existe porque faz a pesquisas sobre os serviços que fazem uso dessa empresa em particular. Então, não é de toda a internet brasileira, mas é uma pesquisa que usa uma determinada metodologia, e é feita de maneira frequente. E o que está acontecendo, quando olhamos essa pesquisa, é que a velocidade média da internet de outros países, como Rússia e Estados Unidos, por exemplo, vem crescendo em velocidade maior do que a brasileira, embora ela venha crescendo. Então, precisamos criar política para aproximar a velocidade média da conexão da internet no Brasil à velocidade média dos países com que o Brasil disputa mercado, disputa investimentos econômicos e por aí vai. E a banda larga móvel não será capaz de fazer isso. Precisamos fazer um investimento em banda larga fixa, com fibra ótica.

Por que a velocidade da banda larga no Brasil está dessa forma? Está dessa forma porque o Brasil possui inúmeras carências. No setor de telecomunicações é a carência da disponibilidade de infraestrutura de fibra ótica. Fibra ótica é um meio de comunicação que tem capacidade, como podemos falar, ilimitada, diferentemente da comunicação via rádio. E o Brasil é um País carente de infraestrutura de fibra ótica. Hoje, menos de dez por cento dos domicílios brasileiros têm fibra ótica próxima a eles. Então, a maior parte da rede física que chega até os domicílios brasileiros é de redes baseadas em cabos de cobre, em fios telefônicos. Apenas em pequena parte dos domicílios brasileiros chega fibra ótica.

A utilização de longos trechos de cabos de cobre representa uma limitação ao aumento da velocidade da banda larga no Brasil. Ali não está aparecendo, mas menos da metade dos Municípios brasileiros são abordados com fibra ótica. Então, se considerarmos o fato de a fibra ótica chegar até a sede de um Município brasileiro, veremos que em menos da metade da sede dos Municípios brasileiros chega fibra ótica.

Essa situação faz com que a capilaridade da estrutura de suporte da banda larga de alta velocidade seja limitada, e precisamos endereçar esse desafio.

Muito se fala, muitos técnicos defendem o seguinte: "Vamos potencializar o cobre. Vamos potencializar o fio de cobre."

E aí eu faço, num caráter um pouco didático, uma pequena comparação – sei que muita gente é apaixonada pelo fusca, não estou fazendo nenhuma comparação em detrimento do fusca –: o último grande investimento na rede de cobre que aconteceu no Brasil foi em 2002, em função da privatização do setor de telecomunicações, quando foram estabelecidas algumas metas até 2002. Os últimos grandes investimentos na rede de cobre foram em 2002. Depois disso, a rede envelheceu, assim como, na minha figura ali, o fusca envelheceu.

Se a gente partir para a ideia de potencializar o cobre, dar uma ajeitada no cobre para gente... Eu até faço uma brincadeira: vamos usar um martelinho de ouro, que se usa na funilaria, e vamos voltar a estimular o cobre. No final, vamos ter, novamente, uma infraestrutura que não é avançada. A gente vai ter alguma coisa que não será uma infraestrutura avançada, quando a gente comparar com os demais países com que o Brasil concorre em investimentos.

Diferentemente de fazermos um investimento em potencializar a chegada de fibra ótica nos Municípios brasileiros, que é uma coisa que vai perenizar. Eu coloquei aqui a imagem de uma obra de arte famosa. Seria uma obra de arte de infraestrutura. Se a gente aplicar em fibra hoje, daqui a 20 anos, quando olhar para trás, a gente ainda tem uma infraestrutura de altíssima capacidade, capaz de atender às necessidades do País.

(Soa a campainha.)

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – Realmente, Senador, é bem rápido.

Aqui eu faço a comparação com países como a África do Sul, Alemanha, Austrália, Áustria, China, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Nova Zelândia, Reino Unido, República Tcheca, Suécia. Todos esses países têm plano de banda larga que envolve alcançar velocidades entre 25 e 100 Megabits por segundo.

É isto que a gente tem que buscar: criar um plano de banda larga aqui no País que permita a gente ter condições de concorrer com isso aqui, para atrair investimentos.

Essa é a proposta do Programa Banda Larga para Todos, uma segunda fase do Programa Nacional de Banda Larga, que visa dobrar o número de acessos à internet banda larga. Quando o plano começou a ser elaborado, nós tínhamos no Brasil 150 milhões de acessos à banda larga. Então, a gente está propondo alcançar: 300 milhões de acesso à banda larga, a velocidade média da banda larga fixa atingiu 25 Megabits por segundo; modernizar a gestão dos serviços públicos – aqui a grande preocupação nossa é com melhorar a infraestrutura de acesso à internet para 40 mil escolas e 23 mil unidades básicas de saúde, dentro do programa.

Como isso será feito? A proposta é chegar com a fibra ótica em 90% dos Municípios brasileiros. Novamente eu peço desculpas, porque desalinhou aqui. Mas é chegar com a fibra ótica próxima a 45% dos domicílios brasileiros, focados em regiões metropolitanas, mais cidades acima de 100 mil habitantes; 1.284 cidades com menos de 100 mil habitantes. Isso seria feito através de leilões reversos – eu posso explicar mais a frente o que seriam os leilões reversos. Seriam incentivos fiscais com leilões reversos. E também através de empréstimos para pequenos provedores.

As ações do Banda Larga para Todos, na Telebras, seriam: implantação dos satélites gestacionais de defesa e comunicações estratégicas, um satélite de altíssima capacidade capaz de prover a banda larga em todo o País; lançamento de dois cabos submarinos, um para os Estados Unidos e outro para a Europa. Em relação ao da Europa, na semana passada, a gente já concluiu o acordo de acionistas da empresa que vai fazer o lançamento desse cabo – o Presidente Bittar pode falar mais sobre isso. Continuar os investimentos na rede nacional e nos anéis metropolitanos.

Em suma, do ponto de vista de benefícios para a sociedade em geral, hoje, 80% dos acessos estão concentrados em 4% dos Municípios brasileiros.

Dos acessos acima de 12Mbit/s, 80% estão em 1% dos Municípios.

Fazendo esse programa Banda Larga para Todos, a gente consegue tirar, com infraestrutura capaz de prover aqueles 25Mbit/s, em todos os domicílios de 3 a 5 salários mínimos e em parte dos domicílios de 2 a 3 salários mínimos. Então, em todos esses domicílios a gente conseguiria chegar com a infraestrutura capaz de prover 25Mbit/s.

Concluindo, Senador Cristovam, por que é importante a gente fazer uma ação para melhorar a velocidade da internet, a cobertura, a infraestrutura brasileira? Porque isso, do ponto de vista para a economia, para as empresas, resulta em maior produtividade, economia de tempo, recursos materiais; permite às empresas a adoção de processos industriais, de prestação de serviços mais eficientes; permite inovar nos seus negócios tradicionais, redução de custos, geração, também, de novos produtos e negócios.

Para as famílias, é mais uma alternativa de comunicação. A gente deixa de pensar só no telefone fixo. Através da banda larga, você faz comunicação Voz sobre IP, pode fazer comunicação de vídeo, tem mais acesso à informação de saúde, de educação, pode fazer compras on-line, ter acesso a serviços públicos on-line, teletrabalho, redução de desvantagens para pessoas de locomoção comprometida.

Para a economia, existe um grande conjunto de estudos que dizem que dobrar a velocidade média da internet, no País, pode acrescentar 0.3% ao PIB brasileiro. Isso significaria, com dados do PIB de 2014, um crescimento de 16,5 bi a mais em relação ao PIB de 2014.

Quintuplicar a velocidade média pode aumentar a renda domiciliar mensal da família em torno de 5,7%. Em cada família brasileira, considerando, aí, a renda familiar de R$2,8 mil, significaria um incremento de renda de R$164,00.

Então existem inúmeros benefícios para a gente continuar promovendo a banda larga para todos, e no que a gente vem trabalhando é para o lançamento desse programa Banda Larga para Todos, com vista a alcançar esses objetivos.

Basicamente, era isso o que eu tinha para apresentar, Presidente.

Eu estou à disposição para responder as perguntas que forem surgindo ao longo do debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Eu passo a palavra, agora, ao Sr. Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR – Bom dia a todos. Eu quero agradecer pelo convite da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado e dizer que eu estou, há cerca de dois meses, à frente da presidência da Telebras e gostaria de fazer uma apresentação que pudesse refletir o que a empresa construiu até agora e quais são as ações para o futuro da Telebras e, sobretudo, a contribuição da Telebras para a universalização da banda larga no Brasil.

Talvez até esse tema, tal como está redigido ali, não reflita bem, quer dizer, na verdade, é uma contribuição da Telebras. Quando se fala de banda larga, no Brasil, isso pressupõe todo o planejamento e a coordenação do Ministério das Comunicações, todas as ações de todos os entes públicos brasileiros e, também, das operadoras privadas em nosso País.

Eu vou pedir licença para fazer um breve comentário, antes, sobre a importância estratégica da banda larga e das tecnologias de informação para o presente e o futuro do País.

Entendo que o grande objetivo nacional deva ser o de ampliar a produtividade econômica para que, com o aumento da produtividade econômica, nós possamos ampliar, também, a remuneração do trabalho e, com isso, promover desenvolvimento e, ao mesmo tempo, justiça social.

O desafio da produtividade, de se ampliar a produtividade nacional, para que nós possamos dar um novo salto de desenvolvimento econômico e social de nosso País, tem muito a ver com educação, sobretudo o papel da educação pública, a capacitação profissional e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.

Para isso, a banda larga e as tecnologias de informação, ou seja, as aplicações são instrumentos essenciais para que a gente possa revolucionar a economia e a sociedade brasileira, ou seja, para que o Brasil possa ingressar nas condições da economia, da sociedade e do conhecimento que são próprios do século 21.

Uma breve informação sobre a Telebras: a Telebras foi criada, foi uma empresa pública estatal. Era coordenadora de todas as empresas públicas do setor, as chamadas teles estaduais, as empresas de cada Estado de nosso País, assim como a Embratel, que era a grande operadora nacional e internacional também.

Com a privatização, a Telebras era para ter sido extinta em 1998. Ocorre que havia a necessidade de se constituir, naquele momento, a Anatel. Então, a Telebras não foi desativada, permaneceu ativa apenas do ponto de vista jurídico, cedendo os seus quadros técnicos para o início da estruturação da Anatel, a agência nacional reguladora de telecomunicações, e assim permaneceu durante um longo período.

No final da década passada, por volta de 2008, o Governo Federal, fazendo uma reflexão sobre o estado da banda larga no País, concluiu que, além das operadoras privadas, exatamente por conta, talvez, desse cenário que o Maximiliano aqui trabalhou, ou seja, de que a banda larga existe, mas está concentrada nos grandes centros do País, numa parcela disponível, com qualidade e velocidade apenas para uma parcela ainda relativamente diminuta da população, pelo menos no que diz respeito ao grande desafio de banda larga em alta velocidade e com qualidade, o Governo resolveu também, ao lado do lançamento do Plano Nacional de Banda

Larga, reativar a Telebras, para que ela cumprisse um papel complementar no mercado de telecomunicações de nosso País.

Ali, estão listadas algumas das razões que justificaram a reativação da Telebras. Uma delas é a de corrigir falhas de mercado.

Então, no próximo eslaide, nós vamos mostrar que, pela simples entrada da Telebras no mercado de telecomunicações, o preço da banda larga no mercado de atacado, no Brasil, caiu muito, porque havia uma certa situação quase monopolista de certas concessionárias que detinham o serviço de comunicação e que cobravam valores altos inclusive para os pequenos provedores, que estão aqui representados, na mesa, pela Abrint, associação dos pequenos e médios provedores de internet do País.

Então, a entrada da Telebras no mercado representou uma queda de mais de 50% nos preços médios da internet no atacado, no País.

Em segundo lugar, contribuir para a universalização do acesso, e nós vamos mostrar, aqui, o que tem sido feito nessa direção.

Em terceiro lugar, viabilizar os pequenos e médios provedores. Isso tem a ver com a primeira informação sobre preço de internet: um pequeno provedor compra internet em larga escala e faz a distribuição local. São mais de quatro mil pequenos e médios provedores, no País, que levam a internet às residências de muitas famílias brasileiras e que tinham muita dificuldade em fazê-lo por conta da baixa disponibilidade e dos preços altíssimos da internet no atacado.

Então, a entrada da Telebras contribuiu para que eles pudessem melhor desenvolver o seu papel no desenho da banda larga de nosso País.

E ser uma empresa, também, que, ao constituir redes, pudesse realizar e estimular as parcerias no compartilhamento de redes.

Como o Maximiliano disse, a fibra ótica tem uma grande capacidade, Senador. Ela tem uma capacidade praticamente ilimitada: se transmite o sinal na forma de comunicações ópticas.

Então, só para se exemplificar, você abre o espectro de luz, o arco-íris que nós temos e constitui filtros e, em cada parcela do espectro de luz, se pode criar um canal de comunicações. Então, tudo depende da sua capacidade de constituir muitos filtros que segreguem cada faixa do espectro de luz e, cada faixa dessa, acaba se constituindo num canal de transmissão de informações digitais em altíssima velocidade. Então, a fibra pode ser sempre atualizada pela atualização dos equipamentos de modulação, de transmissão dos sinais. O custo fundamental é o custo de implantar uma fibra ótica, o custo de atualizá-la, de torná-la com velocidades compatíveis com o estado da alta tecnologia é um custo, digamos assim, marginal.

Na verdade, não faz sentido que tenhamos várias redes de fibras óticas paralelas umas em relação às outras. O ideal é que haja uma rede de fibra ótica e que essa rede seja compartilhada pelo maior número possível de provedores. Assim, recomendam as boas práticas econômicas.

Nós temos 130 milhões de brasileiros sem acesso à Internet no Brasil, pela criação da Telebras houve uma redução de 54% na queda do valor do *megabit* após a reativação da Telebras. Nós temos muitos pequenos prestadores de serviço de comunicação multimídia no País que são nossos parceiros. Enfim, o Presidente da Abrint vai aqui se referir ao papel dessas empresas ao lado, evidentemente, das grandes operadoras nacionais que são importantes também no mercado.

Em relação às ações que estamos desenvolvendo a ideia é que, no Governo Federal, nós possamos articular bastante os principais entes que lidam com tecnologia de informação e comunicação, produzindo as devidas sinergias entre esses entes. O Serpro é uma grande empresa de tecnologia da informação, a Dataprev e também empresas do Governo Federal, os Correios são hoje uma empresa importante no País. Enfim, o serviço de distribuição de correspondências tradicionais é um serviço declinante, mas os Correios têm um papel importante na distribuição de encomendas em nosso País.

A ideia é que, pela presença física dos Correios em praticamente todos os Municípios de nosso País em parceria com as tecnologias da informação, possamos disponibilizar uma série de serviços públicos a nossa população. Então, a parceria Telebras com o Serpro, com a Dataprev, com os Correios, Empresa Brasil de Comunicações – ali está pequenininho – mas é o Ministério da Justiça que também tem uma rede imensa de comunicações no País porque, enfim, dentro do Ministério da Justiça está a Policia Federal, estão a Polícia Rodoviária Federal e uma série de sistemas, está a relação com as secretaria estaduais de segurança pública, com a disponibilização de centros de comando e controle e uma série de demandas importantes.

A ideia então é que a Telebras – e é o que está sendo desenvolvido – possa fazer alianças estratégicas com esses entes, de tal maneira que cada um possa entrar com a sua especialidade, com a sua *expertise,* a Telebras entrando cm redes, o Serpro entrando com uma série de tecnologias de informação, a Dataprev também, os

Correios com a sua infraestrutura física para que a gente possa revolucionar a prestação de serviços públicos não só serviços públicos nacionais, federais, mas também em parceria com governos estaduais e municipais.

Os projetos estratégicos da Telebras a que eu gostaria de me referir. É importante ressaltar que a Telebras ressurgiu em 2010, ressurgiu praticamente das cinzas, do nada. Em 2010, não havia nada e teve que se reconstituir enquanto empresa, contratar seus quadros técnicos, realizar concurso público, desenvolver projetos, tudo isso num ambiente da cultura do serviço público brasileiro que, todos sabem, é um ambiente complexo, difícil etc. e tal.

A despeito disso, em pouco mais de quatro anos, a Telebras tem uma rede nacional de fibras óticas que cobre grande parte do território brasileiro que está ali demarcado. Essa rede é uma rede de altíssima qualidade, ouso dizer superior à qualidade de qualquer operadora privada, sobretudo por dois aspectos. Primeiro, nós temos uma parceria forte com as empresas de energia elétrica, então, nós usamos o sistema de aterramento das empresas de energia elétrica para desenvolver as nossas fibras óticas. Como não são fibras enterradas, estão menos sujeitas a rupturas por conta de ações de obras públicas e coisas dessa natureza. Então, é uma rede de grande estabilidade. Em segundo lugar, é uma rede de grande segurança também. As redes da Telebrás foram desenvolvidas com esse conceito de terem segurança quanto à continuidade do serviço, não havendo interrupção do serviço, e segurança no sentido de ser menos vulnerável à invasão de terceiros, ou seja, a se ter episódios como os que aconteceram, aqueles famosos denunciados pelo Snowden, que motivaram, inclusive, um decreto da nossa Presidenta, definindo a necessidade de redes nacionais seguras de governo.

A maior parte dos equipamentos implantados pela Telebrás são equipamentos de fabricação nacional no estado da arte da tecnologia, equipamentos, portanto, que não têm o chamado *backdoor*, as portas de acesso que facilitaram tanto a obtenção de dados ilegais, conforme denúncia ocorrida naquela época.

A esta rede básica de comunicações, que chamamos de *backbone* ou *backhaul*, quando se chega às cidades, nós estamos desenvolvendo agora a capilarização dessa rede, desenvolvendo as chamadas redes metropolitanas, redes que possam chegar aos principais pontos dessas regiões metropolitanas que estão aí listadas. Esse é o investimento que está em curso neste momento, neste ano, por parte da Telebrás.

Um projeto importante nosso é o Projeto Amazônia Conectada. Nosso, quero dizer em parceria com o Exército Brasileiro, em parceria com a empresa de Processamento de Dados do Amazonas, com a Rede Nacional de Pesquisa, dentre outros, um projeto de implantação de cabos subfluviais, cabos óticos subfluviais em toda a Bacia do Amazonas, permitindo, portanto, o acesso a todas as localidades distantes daquela região, permitindo um apoio ao desenvolvimento das pesquisas, desenvolvimento científico daquela área, permitindo um apoio a todos os mecanismos de segurança desenvolvidos...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE BITTAR – ... pelo Exército Brasileiro.

Outro projeto estratégico da Telebrás que está em fase adiantada de desenvolvimento é a implantação do satélite geoestacionário de defesa e comunicação. É um satélite de banda larga de última geração. Ali está demonstrada, de alguma maneira, a cobertura do satélite. Ele, na verdade, cobre todo o Território brasileiro, será o único satélite em banda larga de altíssima velocidade que cobre todo o Território brasileiro. Portanto, nós poderemos chegar a qualquer ponto do Território brasileiro e também cobrindo toda a plataforma marítima brasileira.

Com este satélite, nós poderemos desenvolver uma grande capilaridade na nossa rede. O investimento é de R$2,2 bilhões, a capacidade do satélite – há um erro ali no Português, aquele "throuput" tem um gh depois do ou – a capacidade de 60Gbps, a capacidade total do satélite, portanto, um satélite de altíssima velocidade. Ele tem dois grandes centros de controle, um aqui em Brasília, na área da Aeronáutica, ali ao lado do aeroporto e outro na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, na estação de rádio da Marinha. São megacentros de controle desse satélite, e cinco *gateways*, que são pontos localizados em várias regiões do País: em Salvador, em Campo Grande, no Rio de Janeiro, em Brasília e em Florianópolis, que servem tanto para a manutenção do satélite em órbita geoestacionária sobre o Território brasileiro, como também para interligar as conexões do satélite com toda a rede terrestre de banda larga.

O lançamento do satélite está previsto para o terceiro trimestre de 2016, no próximo ano, ele está rigorosamente dentro do cronograma e o início da operação será no primeiro trimestre de 2017.

O satélite é uma parceria, como está naquele círculo, entre a Telebrás e a Embraer, numa parceria que está permitindo que essa empresa, essa *joint venture* construída entre a Telebras e a Embraer possa adquirir conhecimento tecnológico na integração de satélites. Então, existe toda uma visão de desenvolvimento de tecnologia nacional própria também, além de dispormos de um mecanismo, de um artefato de comunicação

de última geração que nos vai permitir a chegar a todos os rincões da Amazônia, das fronteiras brasileiras, das áreas rurais de nosso País.

Como disse o Maximiliano, nós acabamos de celebrar, na última terça-feira, um acordo de acionistas entre a Telebras e uma empresa espanhola, com forte participação de capitais suecos, portanto, uma empresa europeia para o lançamento de um cabo entre o Brasil, mais precisamente Fortaleza e a Europa do lado de lá, Portugal será o ponto de chegada, o outro ponto do nosso cabo. É um cabo de grande capacidade também, são investimentos de US$185 milhões, esse cabo conta com forte apoio da União Europeia porque servirá para toda a área de pesquisa e desenvolvimento.

Nós temos, na América do Sul, importantes áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e científico com o é o caso do ESO – European Southern Observatory que é o observatório astronômico do Sul que já funciona no deserto de Atacama, no Chile, que é o melhor ponto de observação astronômica e que precisa de redes de alta velocidade para se comunicar com a Europa e toda a rede de pesquisa brasileira é parte do ESO, cujo acordo de cooperação, aliás, o Brasil é o único País fora da Europa que é integrante ativo dessa importantíssima rede de pesquisa. Além disso, temos pesquisas em aceleradores de partículas e uma larga escala de cooperação entre toda a rede de pesquisa brasileira e sul-americana em que a rede de comunicações é a rede Claro e a rede europeia de Internet, a chamada rede Geante e a nossa rede nacional é parte integrante disso que é a chamada Rede Nacional de Pesquisas.

A capacidade do satélite até 30 *terabits* por segundo é uma capacidade imensa por conta exatamente de ser de fibras óticas, com equipamentos de última geração e o início de operação desse cabo está previsto para o segundo semestre de 2017.

Aqui, é o último ponto dessa minha apresentação – na verdade é o penúltimo – mas é o mais relevante é que sobre a nossa rede de banda larga, com satélite, com fibras óticas, com cabo nós estamos desenvolvendo um sistema de distribuição de conteúdos que é um sistema inteligente, é o chamado CDN, lamentavelmente, os termos todos, Senador, o senhor me desculpe, mas são todos em inglês por conta da dinâmica do mundo das comunicações, mas é um sistema de distribuição de conteúdos que em inglês é Content Delivery Network que é um sistema inteligente que facilita a distribuição de conteúdos culturais e educacionais em todo o Brasil e será uma plataforma extremamente importante para que possamos disponibilizar conteúdos educacionais em todas as escolas do Brasil, quer dizer, com satélites, com redes de banda larga poderemos chegar, com grande velocidade de conexão, a todas as escolas do Brasil. Podemos distribuir essas conexões na forma de redes *wi-fi* nessas escolas e, além disso, distribuir conteúdos educacionais e culturais a todas as escolas do Brasil através de uma rede inteligente, de última geração também de distribuição desses conteúdos.

Enfim, eu costumo dizer que a Telebras não pode ser vista apenas como uma empresa que vende *bits*, nosso negócio não é vender *bits*. Nosso negócio é contribuir para desenvolver soluções que possam melhorar a economia e, sobretudo melhorar a vida dos cidadãos e cidadãs brasileiros. É a nossa proposta e, com isso, temos dialogado com o MEC, temos dialogado com o Ministério da Saúde, com todos os demais órgãos federais para desenvolver aplicações de última geração que melhorem a qualidade dos nossos serviços públicos, que reduzam custos, que aumentem a eficiência de nosso sistema em áreas como educação, saúde, segurança pública e cidades inteligentes.

Nossa visão não é a visão da Telebras em substituição a das operadoras privadas, quer sejam as pequenas operadoras, quer sejam as grandes operadoras, mas de construção de parcerias para que possamos, inclusive, viabilizar a meta do plano Banda Larga para Todos, do qual a Telebras é um dos pilares.

Isso que gostaria de colocar, me colocando também à disposição para o debate, para os esclarecimentos necessários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Vou passar a palavra agora ao Sr. Carlos José de Almeida, que é Prefeito do Município de São José dos Campos.

O SR. CARLOS JOSÉ DE ALMEIDA – Bom dia a todos, queria saudar o Senador Cristovam Buarque e todos os Senadores, agradecer o convite e dizer que fui convidado aqui para expor um pouco da experiência que temos hoje do uso da internet e das tecnologias de comunicação na área da educação. Como tudo na vida, é um processo que estamos desenvolvendo, felizmente, com grande sucesso e também com os desafios naturais de uma experiência nova.

Preparei uma apresentação e, enquanto o pessoal coloca, queria dizer que nosso objetivo, o nosso grande desafio, assim que assumimos a Prefeitura, foi, em uma cidade onde a tecnologia é a tônica – São José dos Campos sedia o INPE, o DCTA, empresas como Embraer, muitas empresas na área de defesa –, colocar essa tecnologia a serviço da cidadania, da população. Fui Deputado Federal durante dois anos aqui e participei da

Comissão de Ciência Tecnologia da Câmara. Era interessante, porque todos olhavam pra mim e diziam o seguinte: "Lá, você não tem problema com internet banda larga, uma cidade desenvolvida no Estado de São Paulo". E eu dizia que a mesma desigualdade que temos no Brasil, quando se trata de São Paulo e de outras regiões, se tem dentro de uma cidade como essa, onde se vai ao centro da cidade, com o seu *smartphone*, e tem um 4G funcionando muito bem, mas, na periferia, em alguns bairros, não tem o mesmo serviço. Nós resolvemos começar fortemente na educação.

A primeira coisa que fizemos foi investir na construção de uma infovia Municipal, ligando todos os pontos, absolutamente todos os pontos, da Prefeitura com fibra ótica. Então, são 690km de fibra ótica, 913 pontos na cidade. Portanto, toda unidade de saúde, toda escola, todo centro comunitário, todo centro poliesportivo, tem um ponto com fibra ótica que, no futuro, evidentemente queremos utilizá-lo para fornecer banda larga, internet, gratuitamente, para a comunidade. Vamos conseguir cobrir 90% do território municipal.

Bom, como disse, resolvemos começar mais forte nas escolas. Estamos oferecendo, em todas as escolas da rede. Nossa rede tem 45 escolas de ensino fundamental e atende metade dos alunos do ensino fundamental da cidade – a outra metade é atendida pelo Estado. Estamos chegando com 30 megas nas escolas de ensino fundamental e dez nas de ensino infantil.

Só para se ter uma ideia, esse é o território do Município na sua parte urbana. Mais de 60% do Município está aqui, em zona rural. Todos esses pontos são os pontos da Prefeitura, onde chegamos com a fibra ótica.

Qual o desafio que colocamos na educação? Temos uma escola que foi moldada em um período em que não tínhamos nenhuma dessas tecnologias que estão na mão de todas as crianças. Temos um aluno que, muitas vezes, em um *smartphone* ou na televisão ou com colega, vê tecnologia, mas uma escola que não utiliza esses recursos com todo o seu poder, com todo o seu potencial. Evidentemente, isso torna a escola uma coisa um pouco aborrecida, um pouco chata. Então, nosso desafio: como utilizar essa tecnologia na escola.

Primeiro, aproveitamos essa oportunidade. É uma cidade de base tecnológica, que já tem uma rede com qualidade, com bom índice no Ideb, mas que tem um trauma, que eu acho que é meio comum nas escolas, que é aquela situação de a prefeitura ou de o Estado comprar, adquirir algum tipo de equipamento tecnológico e colocar aquilo na escola sem um envolvimento dos professores, de forma isolada em muitas vezes. No nosso caso, nós encontramos equipamentos que estavam lá aposentados, computadores lá na sala dos professores que nem tinham saído da caixa. Então, a nossa preocupação era a seguinte: como nós melhorarmos ainda mais essa rede, atendendo essas demandas e, ao mesmo tempo, promovendo uma inclusão digital. Não seria simplesmente colocando o equipamento na mão do aluno, do professor, isoladamente.

Então, o que nós procuramos fazer? Nós procuramos criar um sistema integrado, em que os professores, todos eles, receberam um *notebook*; em metade da nossa rede, todos os alunos receberam um *tablet*; todas as salas de aula dessas 17 escolas, que são a metade da nossa rede, as maiores escolas, estão equipadas com um projetor inteligente, interativo – não é a lousa digital, porque nós chegamos à conclusão de que ela é muito cara e dá muita manutenção. Então, há um equipamento em que o professor usa um *mouse* sem fio, que está aqui na mão dessa professora, e, aí, ele consegue interagir, ele pode abrir um vídeo, ele pode escrever, desenhar, tudo isso. Todas as escolas, como eu falei, estão com o acesso à banda larga. E o mais importante: tudo isso integrado em rede com o sistema, de maneira que o professor consegue controlar o uso do *tablet* do aluno, então, no meio da aula, ele pode travar todos os *tablets*, para dizer prestem atenção aqui. Ele pode mandar para os alunos um teste rápido com dez perguntas e imediatamente ter uma avaliação e saber exatamente, do conteúdo que ele expôs, o que foi absorvido, o que não foi, tudo isso. Então, isso tornou o ambiente da escola muito mais interessante, muito mais agradável, muito mais dinâmico. O professor está dando uma aula, surge uma questão qualquer sobre o vulcão do Chile, ele pode abrir na hora a internet, abrir um vídeo, abrir um *site*, enfim, isso é um recurso muito importante. Esse é o sistema do ensino fundamental.

Inicialmente nós começamos com *tablet* apenas para os alunos do 5º ao 9º ano, para nós testarmos e verificarmos como seria a receptividade. Conversando com os alunos e com os professores, decidimos ir até o 1º ano. Nós percebemos que, quanto à ferramenta, havia uma preocupação muito grande dos pais, aquele debate: um equipamento na mão da criança, a criança vai acessar a rede, vai estar sujeita a conteúdos inadequados, tudo isso. Então, nós procuramos construir muito esse sistema, conversando com os alunos, conversando com os professores e envolvendo os pais. Aliás, os primeiros a receber o equipamento foram os professores. Entregamos o equipamento, investimos fortemente em treinamento, demos seis meses, para que os professores tivessem um pouco mais de segurança com o equipamento, para, depois, chegar aos alunos, porque evidentemente os alunos, em dois, três dias, devoram tudo isso. Nós tínhamos uma preocupação de manter o professor no mesmo ritmo e nós sabemos que você tem professores de diversas gerações, com perfis diferentes, então você tinha que trabalhar isso e respeitar muito isso.

Na educação infantil, nós achamos que não existe acúmulo ainda para você entregar um equipamento na mão de uma criança tão nova. Então, nós trabalhamos com salas de leitura interativas, onde você tem os *tablets*, você tem toda essa infraestrutura, mas os professores levam a criançada, em determinados momentos, com atividades mais acompanhadas, mais controladas.

Bom, quais foram as cinco diretrizes do programa?

Primeiro, ter uma infraestrutura robusta, que dê credibilidade, porque nós sabemos que não há nada mais desanimador do que o sujeito comprar uma banda larga e, na hora em que ele for utilizar, ela não funcionar. Então, fizemos um grande investimento nisso.

Segundo, foco no professor, porque, como eu disse, nós temos professores de várias gerações, com vivências diferentes, com relações diferentes com tecnologia. Antevíamos alguma resistência – ela foi menor do que nós imaginávamos, mas ela existe, é um desafio –, por isso investimos muito no professor.

O objetivo pedagógico: nós procuramos fazer com que esses equipamentos tenham mecanismos de segurança e travas. Não impedimos, evidentemente, que o aluno acesse a internet, mas procuramos encaminhar muito para o uso pedagógico dessa tecnologia.

Quarto: a incorporação dos pais. A forma que encontramos para resolver esse problema de muita insegurança e de um certo conservadorismo – "Mas com esse equipamento na mão da criança, o que é que ela vai fazer? Daqui a pouco ela está conversando com alguém. Daqui a pouco a criança está suscetível à violência e tudo isso" – foi fazer o seguinte: para que a criança pudesse levar o equipamento para casa, ela tinha que ter a autorização dos pais. Dissemos o seguinte: "Não é a Prefeitura, não é o Estado que vai decidir se a criança leva ou não leva o equipamento. É o pai e a mãe". Só que, para o pai e a mãe poderem autorizar o filho a levar o equipamento, têm que participar, pelo menos, de uma atividade de capacitação na escola. Isso foi muito interessante porque comprometeu os pais nesse processo.

Por último, nós temos trabalhado para que isso não seja apenas um programa de governo ou de gestão, mas um programa de Estado. Por isso, nós aprovamos uma lei instituindo o programa e, mais do que isso, fizemos questão de colocar muitos professores de carreira à frente do programa. Evidentemente, também isso ajuda a vencer algumas resistências, mas é importante para que o programa não seja uma moda, que vá realmente se consolidar.

O ambiente da sala de aula da escola muda bastante.

Aqui, por exemplo, uma mãe e a sua filha na sala de aula num processo de capacitação para usar o equipamento.

Aqui a mesma coisa.

Os números: 17 escolas de ensino fundamental. Eu falei 17 mil alunos. Aqui estão 15 mil – o processo sempre está se ampliando. São 238 salas, 61 salas de leitura de educação infantil – na verdade, já são mais. Os *notebooks* foram entregues a todos os professores e os *tablets*, para os alunos. Na nossa meta, se o dinheiro der, até junho de 2016, devemos concluir e universalizar em toda a nossa rede.

O objetivo, o foco é a melhoria do ensino, o estímulo à cooperação – temos vários parceiros: a Fundação Lemann, o CTI Renato Archer de Campinas, que tem nos ajudado bastante, a Unifesp, o Parque Tecnológico de São José –, à capacitação e ao apoio permanente, que é fundamental. O programa não sai a 200km por hora, ganhando velocidade. A todo momento, você tem que investir na formação, na capacitação da professora – essa moça aqui não é uma atriz, mas uma professora da nossa rede que deu entrevista a uma emissora de televisão.

Outro objetivo é o respeito à autonomia do professor – temos procurado valorizar bastante isso, porque a coisa mais comum, volto a dizer, é o equipamento, na escola, encostado, sem utilização, porque não se produziu o engajamento do professor – e, evidentemente, a inclusão digital.

Todas essas escolas que estão recebendo essa infraestrutura estão recebendo também uma antena para que se abra esse sinal para a comunidade do entorno. Nós não fizemos isso ainda, porque, exatamente, queremos dar passo a passo, consolidando, para não queimar o programa.

Aqui são alguns parceiros com que temos trabalhado. Como eu disse...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS JOSÉ DE ALMEIDA – ...o Renato Archer, o Instituto de Campinas, que eu acho que muitos conhecem, tem nos ajudado com oficina de programação de computação.

O primeiro uso dessa estrutura é para o professor tornar a sua aula mais interessante, mais dinâmica, mais envolvente, mas temos estimulado o uso também, por exemplo, para trabalhar programação, construção de conteúdo, de *sites*, para, evidentemente, ter um uso amplo. Temos condição, por exemplo, numa escola, de fazer um festival de cinema, oficina de vídeo, porque esses projetores têm uma qualidade muito boa.

A Fundação Lemann tem disponibilizado algumas plataformas, por exemplo, a plataforma Khan, que trabalha o ensino de Matemática usando essas tecnologias com *games*, coisas desse tipo. A Universidade Federal de São Paulo tem nos ajudado também – o Parque Tecnológico de São José, principalmente – a fazer um *link* desse trabalho com o setor produtivo, com a pesquisa. Estamos, também, numa conversa bem adiantada com o Google para uma parceria.

É isso. Eu tinha trazido um vídeo, mas o tempo já se esgotou. Depois, podemos colocar à disposição da Comissão. São quatro minutos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos colocar. Não há problema nenhum.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Um cineminha. Exatamente.

O SR. CARLOS JOSÉ DE ALMEIDA – Só para esclarecer, esse vídeo não é da Prefeitura. É de uma entidade de jovens. Os jovens produziram o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Enquanto isso, Prefeito, se acabar o dinheiro... Quanto é, por aluno, o custo?

O SR. CARLOS JOSÉ DE ALMEIDA – Mais ou menos R$1 mil por ano por aluno. (*Pausa.*)

Com som, fica melhor ainda. (*Risos.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É possível fazer coisas como essas. Quadro negro tem que ir para o museu. É como carruagem. Colocar um aluno para assistir aula de Astronomia no quadro negro é como ir para o Rio Grande do Norte de carruagem. É mesmo! Não estou fazendo... É até pior a aula do que a carruagem. Mudou a cabeça dos meninos. Eles não querem mais esse negócio de um pontinho branco ser o Sol e outro pontinho branco, a Terra.

Não vamos ter 5.564 carlos josés, nem 564 Municípios no Brasil com a renda de São José dos Campos. E mesmo em São José dos Campos, com a Embraer, com tudo isso, ele disse: "Se tiver dinheiro, vamos adiante". Só federalizando, Senadora, só federalizando, no ritmo viável. Se chovesse dinheiro, não daria para fazer isso em menos de 10 anos no Brasil inteiro, ou até mais. Não é falta de dinheiro, é falta de maneira até de fazer, dos recursos físicos e da preparação dos professores, que, em alguns lugares, e temos que reconhecer aqui, não vão conseguir dar esse salto. É diferente o professor de alguns Municípios dos do Município de São José dos Campos. Em alguns, eles não vão dar o salto. Vamos ter que levar os professores.

Só para dar um exemplo disso: um governador do Distrito Federal criou um programa chamado "Adote uma escola". Eu adotei uma escola. Foi o Governador de dois mandatos atrás. Eu adotei uma escola em Planaltina, um bairro mais pobre, e consegui um empresário que colocasse uma lousa inteligente. O diretor da escola escolheu uma sala de alunos de 14, 15 anos que estavam para sair da escola, às vésperas de abandonar. Nenhum saiu! Como disse uma professora no filme, as crianças querem ir para escola para poder usar o computador. Na minha casa, todo fim de semana, eu tenho que brigar com minha neta de 4 anos, porque ela quer meu iPad o tempo todo. Se isso aqui estiver na mão de uma criança, eles vão querer ir para a escola. Agora tem que ser para usar pedagogicamente e não para ficar com joguinho, como minha neta faz, porque ela quer aqueles joguinhos dela, porque também é muito pequena.

Temos que fazer isso, mas não vejo como fazer nas costas dos Prefeitos, porque nem todos são Carlos José, com a formação dele, com a visão dele, com a vontade dele, nem todos estão em São José dos Campos.

Por isso...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Exatamente, Senador, permita-me. Por isso, o desafio nosso, Senador Cristovam, de, à luz do que estabelece o novo Plano Nacional de Educação, regulamentar o artigo da Constituição que trata do Sistema Nacional Articulado de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Isso é fundamental. Isso é prioridade, isso é foco. O próprio nome já diz Sistema Nacional Articulado de Educação...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...que quer dizer...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ...que quer dizer exatamente isto: o pacto federativo.

O Sistema Nacional Articulado de Educação significa exatamente isto: a gente regulamentar para fazer com que os três entes do Governo – Federal, estaduais e municipais – possam estabelecer pactos não só no campo da cooperação, mas também no campo do orçamento, no campo da sustentação financeira, para que, programas como esse que o Prefeito Carlinhos acaba de apresentar – e eu quero aqui saudá-lo pelo modo

como o fez – não fiquem só em São José dos Campos ou em algumas capitais e cidades, possam se tornar uma realidade do cotidiano das escolas pelo País inteiro.

Estou dizendo isso, até porque V. Exª concorda comigo que a tese do Sistema Nacional Articulado de Educação dialoga com o que V. Exª defende, que é o tema da federalização.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pode ser.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Isso está na nossa Constituição. O Brasil, nós precisamos dar esse passo, no sentido de regulamentar a Constituição do Sistema Nacional Articulado de Educação, para fazer frente a desafios como esse – V. Exª sabe tanto quanto eu, aliás, sabe muito mais do que eu –, fazer frente às metas do novo Plano Nacional de Educação.

Nós vamos ter uma audiência pública amanhã, na Comissão de Educação, da qual V. Exª faz parte, exatamente para fazer um balanço do primeiro ano de vigência do novo Plano Nacional de Educação, cujas metas são ousadas, que dizem respeito à universalização da banda larga na escola.

Mas quero apenas dialogar com V. Exª e concordar, sim, que iniciativas como essas, ousadas e necessárias, só se tornarão realidade se houver, de fato, uma parceria muito forte com o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador, me permita também.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Temos ainda um palestrante.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Eu sei. E vamos ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas eu acho que está bom este debate. O Erich não se incomoda, ele disse para mim.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Como o momento é muito bom, então permita.

Em primeiro lugar, Senador Cristovam, hoje é daquelas manhãs em que a nossa Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação atinge rigorosamente a sua finalidade. Desde logo, quero me congratular com o Senador Walter Pinheiro e a Senadora Ângela por terem requerido a vinda desses personagens tão importantes que aqui estão, hoje, à nossa disposição.

Percebo, Senador Cristovam, o seu entusiasmo, do qual compartilhamos, porque a sua bandeira, saudavelmente obstinada, é pela prosperidade, pela disseminação, pelo avanço, pela valorização da educação no Brasil.

Temos aqui um exemplo trazido pelo Prefeito Carlos José de Almeida, de São José dos Campos, que talvez só seja possível porque é um Município diferenciado, é um Município rico, que tem a Embraer, o Inpi, essas instituições. Tenho até tenho curiosidade, mais tarde, quando forem abertas as perguntas, de saber a arrecadação do Município de São José dos Campos e o confronto com as despesas, se é um Município superavitário, se é endividado etc.

Também, mais tarde, quero ouvir do Prefeito Carlos José sobre o currículo, porque ele nos deu a impressão de que as escolas de São José dos Campos revolucionam esse currículo tradicional, antigo, das escolas do ensino fundamental. Até porque ele disse, a certa altura, que o conteúdo curricular é feito conforme assunto do dia a dia, que é algo realmente revolucionário. Então, se ele puder nos detalhar, porque ele tocou nesse assunto muito de passagem.

Eu queria fazer este registro agora por não conter o entusiasmo com que nós ouvimos até agora. E mais tarde, quando forem abertas as perguntas, também quero fazer uma pergunta ao Presidente da Telebras, o Dr. Jorge Bittar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador. Quer que responda agora ou espera?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – A seu critério.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos aproveitar o momento para esta resposta apenas.

O SR. CARLOS JOSÉ DE ALMEIDA – O Município de São José tem aproximadamente 650 mil habitantes. O orçamento do Município, o orçamento próprio, ou seja, as transferências constitucionais da receita, é algo em torno de R$1,8 bilhão. A arrecadação do Município, nos últimos anos, tem ficado estável. Ela viveu uma década de crescimento muito grande e ela tem ficado instável, porque é um Município industrial. Todos nós sabemos das dificuldades da indústria no País. Então, a gente tem perdido muita receita, especialmente aquela que vem da atividade econômica, ICMS em particular, da atividade econômica industrial.

É um Município que, felizmente, não tem nenhum problema de endividamento. É um Município que, ao longo do tempo, várias gestões, três décadas, não se endividou. Não tem problemas, por exemplo, com precatórios, uma situação que muitos Municípios têm. Vive hoje um problema de capacidade de investimento. Como o serviço, a receita foi crescendo ao longo do tempo, o Município foi fazendo investimento, o custeio foi

crescendo. Aí, essa receita há mais ou menos quatro anos está estacionada. Então, você não tem muita margem para investimento com recursos próprios. Mas é um Município que tem uma situação financeira boa. Não é nenhuma... Nós temos Municípios que são pequenos com uma receita muito grande. Não é o nosso caso. É um grande Município, com uma receita bem razoável.

Em relação ao currículo, o que acontece? Nós temos toda a base curricular. Como eu disse, a rede nossa já é uma rede boa. O que eu acho assim que destaca é essa capacidade que o professor tem de, no meio de uma aula, quando um aluno levanta um assunto do momento, que ele viu na televisão ou que ele ouviu falar, imediatamente pegar um conteúdo e um conteúdo dinâmico e trabalhar com os alunos. Nós tivemos um exemplo.

O Ministro da Educação do Equador foi conhecer esse projeto. O Presidente do Equador visitou o parque tecnológico, algumas instituições da cidade, viu o programa e mandou o Ministro conhecer. Aí nós levamos o Ministro numa escola. Não vamos fazer uma apresentação em gabinete. Levamos numa escola. Ele entrou numa sala de aula. Coincidentemente, tinha um funcionário do Inpi que também é professor da rede dando aula de geografia. "Esse senhor aqui é Ministro da Educação do Equador. Onde é o Equador"? Então, ele abriu o Google Earth e foi lá... Então, dá assim uma dinâmica muito grande para a aula.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Imagine isso num quadro-negro.

O SR. CARLOS JOSÉ DE ALMEIDA – Ficava mais difícil.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu também gostaria de me antecipar na fala porque, daqui a pouco, eu tenho uma outra Comissão.

Eu gostaria de parabenizar o Senador Walter Pinheiro. Eu sou uma parceira dele na solicitação para convidar o Ministério das Comunicações, a Telebras e o prefeito, para que a gente pudesse discutir um pouco aqui o Plano Nacional de Banda Larga. Sem dúvida alguma, é inegável os grandes avanços que foram apresentados aqui em relação à implantação do plano – 82% de alcance da banda larga fixa e móvel em nosso País. São indiscutíveis os grandes avanços. Esses números aí representam, sem dúvida nenhuma, que o Plano Nacional de Banda Larga está avançando, está evoluindo, nesses quatro anos de implantação.

Mas eu tenho sido insistente em relação a essa expansão, a esse cuidado do Plano Nacional de Banda Larga na Região Norte. A Região Norte é uma região que, sem dúvida nenhuma, todos os Senadores da região reclamam muito aqui, porque a gente observa que a prioridade é sempre as regiões metropolitanas. As empresas, as operadoras também têm interesse maior de atuar mais nas regiões metropolitanas.

Em relação ao meu Estado, Roraima, nós não temos a carência que o senhor colocou aqui, como Presidente da Telebras, da infraestrutura de fibra. Nós temos no Estado infraestrutura de fibra, os cabos de fibra ótica que vêm do linhão de Guri, da Venezuela, atravessam todo o Estado de Roraima e vão para o Amazonas.

Mas se nós temos a infraestrutura de fibra, que é essencial para a implantação do Plano Nacional de Banda Larga, por que a gente não avança? Por que, dos 15 Municípios de Roraima, nós temos apenas três Municípios que têm o Plano Nacional de Banda Larga?

Nas nossas escolas públicas, nós temos apenas a metade das escolas, e todas concentradas na capital, que têm o Plano Nacional de Banda Larga.

Então, a gente queria que houvesse uma ação articulada, um interesse maior da Telebras também. A gente sabe que a Telebras foi recriada para cumprir objetivos estratégicos, para corrigir falhas do mercado – e aí eu vejo uma falha do mercado em relação às operadoras que atuam na Região Norte, porque não tem demonstrado preocupação em fazer o *backbone* interior. Quer dizer, em Roraima nós temos o cabo de fibra ótica da linha de transmissão de energia e não houve, ainda, uma ação efetiva da operadora que atua lá, que é a Oi, para fazer a distribuição, o *backbone* no interior.

Então, a gente queria que houvesse esse interesse do Ministério das Comunicações, da Telebras, pois a Telebras anunciou o satélite geoestacionário de defesa e comunicação que vai atuar no Brasil inteiro, vai cobrir o Brasil inteiro, mas será somente no próximo ano e a implantação é para 2017. Enquanto isso nós queríamos que houvesse uma ação mais efetiva, mais comprometida dos órgãos para que a gente pudesse cobrar da operadora Oi, porque ela fez um contrato com o Governo brasileiro para oferecer banda larga em todas as escolas públicas do Norte do Brasil e isso não está acontecendo.

Eu já falei sobre isso em inúmeras audiências públicas, aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, mas, efetivamente, nós não vimos medidas efetivas do Governo, do Ministério das Comunicações, da Telebras, para que se pudesse amenizar essa diferença, essa desigualdade regional, que é gritante. Então, eu queria um posicionamento de vocês em relação a essa desigualdade regional quanto à implantação do plano nacional de banda larga.

A Senadora Fátima Bezerra colocou aqui, com muita propriedade, as metas do Plano Nacional de Educação, e a inclusão digital é uma delas.

O prefeito apresentou um projeto belíssimo aqui, que é uma Município rico que tem uma condição muito melhor para implantar um plano desse modelo, mas a grande maioria dos Municípios brasileiros, das escolas municipais e estaduais, precisam, Senadora Fátima, sem dúvida nenhuma, de um compromisso maior para tirar os nossos alunos das escolas públicas do atraso e incluí-los, de forma mais clara, mais propícia, nesse mundo digital, que é um mundo que não dá mais para retornar ao quadro-negro. Esse quadro-negro que o Senador Cristovam Buarque quer que seja aposentado, quer que se coloque nos museus.

Então, a gente queria, também, colocar o nosso posicionamento para que o Poder Público pudesse olhar com mais cuidado para essa região que está excluída. Já é uma região distante, de difícil acesso, fora do eixo econômico do País. Se ficar também isolado do ponto de vista digital, aí é um atraso que não dá para a gente aceitar.

Era isso que eu queria colocar, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou passar a palavra ao Erich.

E queria lembrar um coisa que muita gente esquece, o quadro-negro só tem uns duzentos e poucos anos. Antes disso, a aula era dada só na voz ou com um quadrinho na mão do aluno.

Deve ter sido uma resistência enorme para adotar o quadro-negro. Agora, é um outro salto, não tem jeito, imaginem a aula sem o quadro-negro, como era até 250 anos atrás? Agora é essa nova realidade da interação, da interatividade, melhor dizendo.

Bem, eu passo a palavra ao Sr. Erich Matos Rodrigues, que é Presidente Executivo da Abrint.

O SR. ERICH MATOS RODRIGUES – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Eu gostaria de saudá-lo, saudar os demais Senadores e Senadoras, agradecer à Senadora Ângela Portela e ao Senador Walter Pinheiro pelo convite para estarmos aqui.

Eu acho que a nossa participação como associação de empresas que estão levando, interiorizando a banda larga no País, vem a calhar com todos os temas que estão sendo discutidos aqui.

Evidentemente, está no nosso sangue, desses empreendedores que estão Brasil afora toda a vibração não somente pela tecnologia, mas pelo que a tecnologia pode proporcionar às pessoas.

O Presidente Bittar esteve no nosso evento, no nosso sétimo encontro que foi realizado em São Paulo há um mês, que reuniu 2,3 mil pessoas e cem expositores. Ele, num momento de empolgação, eu acho, disse que os provedores eram os bandeirantes do século XXI. E nós gostamos de ter sido chamados assim.

Eu trouxe uma pequena apresentação: quem somos, qual a nossa área de atuação, qual a taxa de crescimento que essas empresas têm tido, quais os desafios e como nós podemos contribuir com a universalização do País.

A Abrint foi fundada em 2008. Registrados nos provedores de acesso à internet, há 2 milhões de acesso de banda larga. E 78% dessas empresas, que têm a licença da Anatel, que se chama SCM, são cadastradas no Simples Nacional. Há um número impressionante: dos 5.565 Municípios, todos eles têm pelo menos uma empresa com SCM regional autorizado atuando nessa cidade.

Esse aí ainda é do evento anterior e está um pouquinho desatualizado, mas é só para se ter uma ideia de quantas pessoas temos conseguido mobilizar para os nossos eventos em torno do provimento de acesso, das pequenas e médias empresas provendo acesso à internet.

Aqui, eu trouxe alguns números, que são bem recentes, pois são números de maio de 2015. Há 2.121 empresas atuando, e 1.928 dessas empresas estão em apenas um Estado, ou seja, uma característica intensamente local, bem municipal e bem regional. Metade das empresas está em um Município do País.

Que tecnologia elas estão usando? Aqui, há uma grande revolução em curso. Começou-se utilizar fortemente a tecnologia de rádio, e, a cada momento, as tecnologias de banda larga, seja por fibra, seja por cabo, têm crescido fortemente.

A grande maioria dos provedores de acesso à internet dos pequenos e médios provedores atende até mil assinantes. E essas empresas estão onde? Elas estão nesse tipo de comunidade. Eu até chamo atenção dos Srs. Senadores: quando estiverem em periferia ou no interior do País afora, prestem atenção, pois essas antenas não são antenas de SKY, são antenas de pessoas que pagam para ter acesso à internet, certamente, pensando não só em entretenimento, mas na educação de seus filhos. Nós também estamos nos grandes centros, competindo com as grandes empresas também.

Evidentemente, para fazer essa interiorização que nós estamos apresentando, há lugares sem energia. Há aqui um exemplo de utilização de energia solar. Evidentemente, inclusive no Norte do País, há uma dificuldade tremenda. Eu fiquei com pena, porque eu não achei uma foto em que há uma antena imensa de rádio sendo carregada por um jegue, ou seja, só dava para chegar a esse local de jegue. Cruzando os céus, aí também há mais antenas para cima e para baixo.

Eu queria alertar sobre a taxa de crescimento. Esta é a taxa de crescimento mensal. As residências atendidas com fibra ótica têm crescido a 5,9%/mês. Já há 252 empresas declarando que têm fibra ótica, entregando fibra ótica, não é utilizando fibra ótica em suas redes – esse número passa de mil –, mas entregando fibra ótica ao assinante em pequenas cidades, presentes já em 149 cidades. Esses são dados da Anatel.

Em 2014, 50% da produção do maior fornecedor de fibra ótica brasileiro... O presidente da Furukawa declarou que mais de 50% da produção deles, de fibra ótica, já era vendida somente para provedores de internet.

Bem, o que tem acontecido nessa dinâmica é que nós temos que nos dividir. Além de fazer as redes urbanas, nas cidades, para distribuir através de fibra ótica, nós temos construído também, em consórcio ou individualmente, *backbones* para conseguir ter mais saída de banda. Nós estamos, no momento, com uma expectativa bastante alta com o dinamismo do presidente Bittar e com o apoio do Ministério das Comunicações, para que essas redes realmente possam chegar às cidades onde nós atuamos e que os poucos recursos que nós temos, e que são recursos próprios, nós possamos direcioná-los para criar a rede urbana, que é a grande carência do País, considerando que estamos num país de dimensões continentais e que todo investimento em infraestrutura não é simples, não exige pouco investimento. Realmente são altos investimentos.

Bem, nós temos defendido, nós achamos que a grande solução, não só para a nossa atividade, mas vem a calhar com as limitações de investimento do Poder Público... Volto a dizer, são investimentos muito fortes para qualquer nação, ainda mais para o momento que o País atravessa.

Então nós fizemos um levantamento de todas as cidades brasileiras, e nesse levantamento das cidades brasileiras, dos 10 mil distritos, em 1.284 distritos com menos de 100 mil habitantes, nesses 1284 distritos, é viável se fazer uma rede de fibra ótica. Quer dizer, isso se paga. Nós não precisamos de subsídio do Governo, o mercado vai pagar para ter um solução com fibra ótica na porta do domicílio, oferecendo uma solução *triple play,* isto é, com dados, televisão e telefonia. Então é levar para essas 1.284 cidades – que se confundem com os distritos, nesse caso, porque o distrito é tão pequeno que é a própria cidade –, levar uma realidade que só existe nas grandes cidades.

Evidentemente nós precisamos ter acesso a linhas de crédito, que hoje as grandes operadoras já têm, e as empresas que investem em infraestrutura já têm. Mas volto a dizer: nós não precisamos de subsídio, nós precisamos ter acesso a essas linhas de crédito, para poder fazer quase que uma revolução, levando, como a gente vai ver aqui à frente, nós conseguirmos levar a domicílios...

Distritos a serem cobertos, 1.284. Aqui está dividido por região. Nós conseguimos levar, para cobrir 40 milhões de pessoas, volto a dizer, em cidades com menos de 100 mil habitantes, com uma rede de alta velocidade, uma rede à prova de futuro, como se tem colocado aqui. Em defesa dessa linha, nós temos argumentos, nós temos uma expectativa de taxas, evidentemente de investimentos de longo prazo em infraestrutura, e temos a expectativa de que as garantias do projeto sejam recebíveis e que a... Voltando a dizer, isso é tudo indústria nacional, as fibras e os equipamentos de indústria nacional, um forte incentivo à indústria nacional.

Do ponto de vista do desenvolvimento social, acho que o Maximiliano já colocou muito bem.

Eu aproveito e registro que o Ministério das Comunicações tem estudado alternativas para que se deem essas garantias, tem estudado um fundo garantidor. Então nós estamos também com bastante expectativa de que esse projeto possa andar e que a gente possa levar essa realidade para o interior do País.

Basicamente, de forma resumida, é isso. Eu também estarei à disposição dos senhores.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Nós temos quatro inscritos. A tradição... Não sei se o Regimento diz que os autores têm prioridade, mas o Senador Telmário pediu preferência diante de uma urgência que ele tem.

Portanto, consulto os Srs. Senadores sobre se podemos fazer isso.

Senador Walter, pode ser?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu estou saindo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está saindo? Não é possível.

Então, suspendemos a reunião de vez.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não, não. Deixe-o falar. Vou para a CAE, como ele também.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem.

Então, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Primeiro, Sr. Presidente, agradeço aos Senadores.

(*Interrupção do som.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Está vendo que a internet até aqui falta de vez em quando? A comunicação.

Então, estamos em uma votação terminativa em outra comissão, mas muito interessante – e quero parabenizar todos os expositores – o que aqui foi colocado.

Como eu tive de sair rapidamente, não sei se vou fazer uma pergunta que alguns Senadores já fizeram. Mas queria aqui falar com o Maximiliano.

Sou da Região Norte, do Estado de Roraima, e ali temos – vi o Erich colocando alguma situação – uma carência imensurável. Chega-se ao ponto de ser lastimável: alguns Municípios nossos, ali, sem total comunicação.

Então, vi aquele projeto, que o Jorge, inclusive, falou: com relação à integração da Amazônia, Jorge. E é importante que Roraima seja beneficiada nisso, porque o nosso Estado já é prejudicado até por algumas questões geográficas, no sentido de não estar incluído nos principais projetos nacionais. Agora, o Acre, Rondônia, com essa ferrovia, vão se encontrar com o céu.

E Roraima tem sido vítima. É um lugar bem, estrategicamente. Nós podemos ali cair no mercado caribenho, e há a Venezuela, que não produz quase nada e que é uma grande importadora do Brasil – a Venezuela até mais do que a China, em manufaturados. Mas de repente nós estamos travados para algumas questões administrativas, políticas e também por essa infraestrutura que é necessária. Então, queria que déssemos prioridade àquela região.

Agora, queria aproveitar aqui, Carlos, e parabenizá-lo pelo trabalho que fez. Só nos municie um pouco: apesar de seu Município ser rico, segundo alguns comentários que se ouvem aqui, próximos – os universitários nos disseram isso, e o Senador Cristovam confirmou –, esse trabalho maravilhoso que você fez ali foi com recursos próprios, houve parceria? Fale-nos um pouco como foi a parte estrutural, financeira e organizacional disso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu gostaria que a gente fizesse outras perguntas, pode ser?

Passo a palavra à Senadora Ângela Portela.

O Senador Walter Pinheiro tinha pedido para passar um filme. Está aí?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ah, é junto com a apresentação dele. Ah, que pena!

Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu já fiz as minhas colocações e gostaria depois de ter alguns esclarecimento a respeito dos pontos que coloquei aqui, em relação ao Plano Nacional de Banda Larga, especificamente na Região Norte do Brasil.

Como o Senador Telmário colocou, na verdade, o Senador Telmário enfatizou o quadro que colocamos aqui, em relação à internet no norte do Brasil. Todos os Senadores do norte se ressentem disso, e, em todas as audiências públicas, a cobrança, a exigência tem sido sempre nesse rumo, nesse sentido.

Observamos que o plano está muito bem contemplado na regiões das grandes cidades, nas regiões metropolitanas, mas há, sem dúvida nenhuma – reafirmo aqui –, a necessidade de olhar para a Região Norte do Brasil.

Era isso que queria colocar, para objetivamente termos um retorno dos órgãos do Governo Federal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Bem, agradecendo a oportunidade, Senador Cristovam, queria fazer uma pergunta ao Presidente Jorge Bittar, porque quase todos os ministros que temos trazido tanto a esta Comissão como à de Infraestrutura, ao final das exposições, sempre têm falado da falta de recursos, em contingenciamento, etc.

Há poucos dias, o Ministro dos Transportes descreveu as inúmeras obras que estão por serem realizadas, mas todas com dificuldades de recurso.

Eu até cheguei a dizer que é uma pena, mas as declarações se caracterizam pelo gerúndio – nós estamos planejando, estamos procurando, estamos propondo etc. – quando o que nós precisamos é a concretização das obras.

Então, o Presidente Jorge Bittar disse algo que é elementar, mas que é importante repetir: a Telebras existe para contribuir com o crescimento da economia do País e melhorar a vida dos cidadãos, das cidades inteligentes, educação, saúde, segurança, etc., isto é, a importância da Telebras é transcendental para o desenvolvimento do Brasil. Mas, quando o Presidente mostra que cerca de 130 milhões de brasileiros não têm acesso à internet em domicílio, dá-nos uma ideia das carências.

Assim, a minha pergunta, Presidente Bittar, é bem objetiva. Sabendo da crise que nós estamos vivendo, da falta de recursos, em inúmeros ministérios, na Telebras, o que nós estamos precisando, para a universaliza-

ção da banda larga – que é muito importante, evidente –, que recursos, que possibilidades nós temos de concretização imediata para esse setor, que é tão importante para o nosso desenvolvimento econômico em geral?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, demais colegas Senadores, gostaria de saudar aqui os nossos convidados. É uma alegria encontrar com o companheiro Jorge Bittar, agora à frente desse novo desafio muito importante. Queria de saudar também Carlinhos, com quem tivemos também a alegria de conviver na Câmara dos Deputados, quando lá ele exerceu também um mandato de Deputado Federal; com o Maximiliano. Gostaria de cumprimentar aqui o meu conterrâneo, o Senador Hélio José, que é lá do Rio Grande do Norte, e quero aqui dizer da dedicação e do empenho de Erich a esse tema, da seriedade educação e do preparo dele.

Então, Carlinhos, primeiro, vou dizer uma coisa: você deveria receber todos os prêmios – prefeito amigo da criança, prefeito empreendedor, prefeito nota 10 na educação, na comunicação, exatamente pela sua sensibilidade, pelo seu empenho. Claro que o Município de São José, como aqui você já colocou, tem uma realidade diferente da existente na maioria dos Municípios pelo País afora. Entretanto, foi preciso, claro, exatamente você ir em busca de parcerias.

O mais importante é constatarmos a seriedade do programa, a sustentabilidade do programa, quer dizer, não é a banda larga pela banda larga; não é o *tablet* pelo *tablet* – de maneira nenhuma! É um programa, conforme a gente viu aqui, ancorado em toda uma filosofia pedagógica. Portanto, é um programa que, sem dúvida nenhuma, tem um papel muito importante para que a gente possa avançar naquilo que é o grande o desafio da educação no nosso País, que é a melhoria da qualidade do ensino.

Então, chama-me atenção exatamente isto: como a ferramenta do *tablet* pode ser usada da melhor maneira possível para promover exatamente o acesso ao saber, a melhoria da qualidade do ensino, que está sendo assegurada e que o Estado tem a obrigação de assegurar às nossas crianças e aos jovens? Eu acho que essa experiência é importante que seja mais divulgada. Vou, inclusive, falar com Undime e com as entidade no campo da educação.

Segundo, é aquilo que já coloquei agora há pouco para o Senador Cristovam: eu tenho muita esperança, meu caro Jorge Bittar, a quem quero também fazer uma saudação especial, porque sei da sua trajetória, sei da sua história, sei, inclusive, do seu preparo. Você está numa área com que efetivamente você tem identidade profissional. Você tem preparo e tem conhecimento dessa área.

E, à luz do compromisso que você tem com o Estado republicano, à luz do compromisso que você tem com a construção de uma sociedade justa, fraterna, sem dúvida nenhuma, meu amigo, você vai dar uma grande contribuição à frente da Telebras.

É como eu estava dizendo agora há pouco para o Senador Cristovam e para os demais Senadores aqui: eu não sou pessimista, de maneira nenhuma, muito pelo contrário. Nós temos todas as possibilidades de avançar no campo da educação, da tecnologia, da ciência e da inovação. Nós temos todas as possibilidades, Senador Cristovam, nesta próxima década, de dar passos mais ousados. Pode parecer lugar comum, pode parecer o óbvio, mas eu vou continuar sempre a insistir na agenda da educação. E agenda da educação, para mim, é botar debaixo do braço o Plano Nacional da Educação, para que cada vez mais o País perceba o quanto é importante realizar as metas desse plano, que tem a ver com o que em boa hora o Senador Cristovam traz para debate nesta Comissão, que é a questão da inclusão digital.

Quando o Senador Cristovam fala em aposentar o quadro-negro, é verdade. Isso é coisa da idade da pedra, literalmente. Nós estamos agora na era do conhecimento, na era da tecnologia. Esta é a sociedade do conhecimento, quer dizer, é impossível pensar que a escola no nosso País possa, de repente, prescindir de uma ferramenta tão importante, tão necessária como o acesso à internet. Isso é básico. Portanto, nós temos que avançar nessa direção, de modo que o Estado brasileiro dê condições para que isso aconteça. E quando se fala na escola é exatamente pelo lugar que ela ocupa na sociedade, pelo caráter estratégico que ela tem como campo de acesso ao saber, de formação do indivíduo, como espaço importante para a formação da sua cidadania.

A você, Erich, a minha saudação também. Sei do seu esforço. E é só, Senador Cristovam. A Maximiano, também. Parabenizar você, a Senadora Ângela, Walter, enfim, a Comissão de Ciência e Tecnologia pela realização do debate que, com certeza, será o primeiro de muitos que nós faremos ao longo do tempo para avançar naquilo que todos desejamos, que é a universalização.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero ler algumas perguntas que a Comissão preparou, o grupo que vem trabalhando comigo. É o seguinte: a Comissão de Ciência e Tecnologia, em 2014, fez um debate sobre a banda larga e aprovou um relatório elaborado pelo Senador Anibal Diniz, do qual constam 14 recomendações. Uma delas foi aumentar a velocidade da banda larga nas escolas

públicas, urbanas e rurais e integrar as políticas para oferta de equipamentos de laboratório dos conteúdos digitais e da capacitação dos professores.

Eu pergunto: além do que nós já vimos aqui, o que o Governo Federal tem feito para atender a essa recomendação do Senado Federal, sugerida na época pelo Senador Anibal Diniz, ou seja, aumentar a velocidade da banda larga nas escolas públicas? Nós vimos o claro exemplo de uma cidade e nós vemos como o Governo Federal vem espalhando a possibilidade de banda larga, mas queria que cada um respondesse.

Segunda pergunta: a qualidade de acesso à rede municipal de computadores é reconhecidamente um elemento fundamental para o acesso ao conhecimento. Um fator cada vez mais importante, como já vimos aqui, é a velocidade. O que tem sido feito para colocar nossas universidades e centros de pesquisa nos padrões mundiais de excelência usando a banda larga?

Terceira: na aplicação do novo modelo de TV digital, o Governo irá garantir acesso à internet em banda larga pela televisão a todos os domicílios?

Quarta: em relação ao programa da Prefeitura de São José dos Campos, o que impede que essa experiência seja adotada pelo Ministério da Educação?

Essas são as perguntas que a Comissão tem a fazer.

Passo a palavra, na ordem, das falas que tivemos, começando, portanto, pelo Maximiliano.

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – Obrigado, Presidente.

Gostaria de começar mencionando as considerações das Senadora Ângela Portela e do Senador Telmário Mota. A questão da desigualdade, Senador, sempre tem sido uma preocupação constante nas nossas políticas de telecomunicações. Essa semana, a gente concluiu um programa de desoneração que fizemos, para estimular a construção de estrutura de telecomunicações em todo o País. E, nesse programa de desoneração, na política que foi criada, havia uma preocupação muito grande de descentralizar os investimentos em direção à Região Norte e à Região Nordeste do País.

E o que a gente constatou, nesse programa, que é o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga, em que o Governo Federal fazia desonerações do PIS, Cofins e IPI, para implantação de infraestrutura em telecomunicações de banda larga no País, é que, na Região Norte e na Região Nordeste, a gente conseguiu um nível de investimento em relação ao PIB maior do que nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Então, a gente alcançou esse objetivo de estimular investimentos nessas regiões através desse programa. É claro que isso é só um exemplo do que a gente vem fazendo.

As características da Região Norte demandam da gente um pouco de criatividade. E esse projeto que foi mencionado pelo Presidente Bittar... Cheguei no Ministério das Comunicações em junho de 2011 e, pelo pouco conhecimento que tenho da Região Norte do País, falaram-me assim: "Olha, o único caminho, para chegar às pessoas da Região Norte é através dos rios." Então, é natural que a gente faça a implantação da infraestrutura de fibra ótica no leito do rio. E aí os especialistas disseram para mim: "Não, mas isso não vai dar certo. Isso é impossível, não dá, porque, no leito do rio, passa tronco de árvore, passa grande material orgânico. Vai romper a fibra ótica, e isso não vai dar certo!" Enfim, fiquei meio preocupado com isso, mas não desisti da ideia e continuei consultando algumas pessoas. E consultei o ex-Ministro das Comunicações Juarez Quadros, que é da região, ele é de Belém, do Pará: a gente está com essa ideia desse cabo submarino, subfluvial, no leito do Rio Amazonas e o pessoal disse que não daria certo e tal. E ele me falou assim: "Mas, Max, havia um cabo telegráfico da Western que ligava Manaus a Belém. Era uma concessão da época do império e isso funcionava na década de 60. É impossível que a gente não consiga fazer isso!"

E aí a gente uniu esforços com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e, através de um grande conjunto de esforços – Telebras, Mistério da Defesa, Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, MCTI, a Secretária de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas, um grande conjunto de entidades –, consegui começar a colocar esse projeto em andamento. Então, a região nos demanda um pouco de criatividade.

No caso concreto, Senador, não faz 15 dias que recebemos uma pequena comitiva do Estado de Roraima, trazendo-nos aqui as perspectivas de desenvolvimento econômico do Estado, potencial de fornecer produtos para a Venezuela, potencial de fornecer produtos até para a China, através de um corredor que está sendo pensado via o Pacífico. E, para isso, a comunicação é essencial. Eles trouxeram essas preocupações e, inclusive, mencionaram o que a Senadora Ângela Portela mencionou: o fato de que o cabo que passa, que cruza, na verdade, corta o Estado de Roraima, por alguma questão muito específica, não foi sangrado, para chegar até as cidades – é um cabo de fibra ótica que corta o Estado de norte a sul, mas ele não foi sangrado.

A partir dessa informação, eu já convoquei os representantes da Oi, já solicitei informações ao representante da Oi, no sentido de encontrarmos uma maneira de atender os Municípios do Estado com fibra ótica no menor tempo possível. Então, já começa essa conversa.

Dentro de todas as questões que mencionei, da dificuldade geográfica, criamos um programa de desoneração específico para comunicações via satélite. Algumas cidades na Região Norte têm algumas centenas de quilômetros de distância, de norte a sul, de leste a oeste, dentro de um mesmo Município. Existem populações que estão em localidades muito distantes da sede municipal. Precisamos de comunicação por satélite para chegar a essas populações. Criamos um programa de desoneração para baratear o custo da comunicação por satélite para essa região. Também trabalhamos dessa forma.

Para sintetizar, quero dizer que estamos atentos às questões da Região Norte. Eu também vou fazer um levantamento na Anatel sobre a preocupação que a Senadora mencionou a respeito da banda larga nas escolas.

Banda larga nas Escolas é um programa que começamos em 2008, no Brasil. Hoje, são mais de 70 mil escolas brasileiras urbanas que têm acesso à banda larga. Em função do leilão do 4G, começamos um programa para fazer a conexão das escolas rurais. Outras quase 40 mil escolas rurais serão conectadas com banda larga. É verdade que precisamos trabalhar essa questão, porque a velocidade da conexão ainda não está a par da necessidade das escolas.

Tive oportunidade de, na minha apresentação, abordar esse tema. A nossa proposta para o Banda Larga para Todos é chegarmos com infraestrutura de fibras óticas até 40 mil escolas urbanas, para dar esse salto na comunicação das escolas.

Senador Presidente Cristovam, o primeiro ponto que o senhor abordou, da avaliação feita no ano passado pelo Senador Anibal Diniz, acho que falamos sobre a importância e a necessidade de aumentar a velocidade da banda larga. Acho que minha apresentação foi só sobre isto, sobre a nossa preocupação de que estamos perdendo terreno na velocidade de conexão da internet brasileira e que precisamos implementar esse programa de implantação de fibras óticas através de incentivo do Governo Federal, para que possamos chegar ao final do programa com velocidade média de conexão de 25 *megabits* por segundo na banda larga fixa, que é a velocidade que eu mostrei de um conjunto de países que têm programas de banda larga semelhantes ao nosso.

O senhor mencionou também a importância e a necessidade de conectar centros de pesquisa. No programa Banda Larga para Todos vimos trabalhando com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), dentro de um projeto que a RNP possui chamado Projeto Veredas, que significa levar conexão de banda larga de um *gigabit* por segundo, uma velocidade bastante significativa, a todos os centros de pesquisa e desenvolvimento do País. Nós começaríamos com 500 centros de pesquisa e desenvolvimento, a RNP, com esse tipo de conexão. Então, já faz parte do projeto.

O senhor mencionou também a questão da interatividade na televisão digital. O nosso padrão de televisão digital, um dos mais modernos do mundo, permite a interatividade. Agora, estamos implementando o processo de desligamento da televisão analógica. Vamos começar, ano que vem, por Brasília. A primeira grande cidade a ser desligada será Brasília, em abril do ano que vem. A digitalização do sistema de televisão vai permitir todo esse mecanismo de interatividade, agregação de conteúdos, melhoria do serviço de televisão que já é prestado à população.

Não faz muito tempo, Senador, fizemos um ato com o Ministério da Educação, em que criamos uma política para implementação do canal de televisão, o Canal da Educação. Também fizemos isso.

Eu não estou capacitado para falar sobre a pergunta que foi dirigida às políticas do MEC, mas eu vou, enfim, pegar essa questão que foi levantada e dirigi-la ao MEC e trazê-la de volta para a Comissão.

Senador, basicamente, é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado pela resposta.

Passo a palavra ao Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR – Uma parte do que eu ia falar, ou boa parte do que eu ia falar, o Max já me poupou, porque a gente trabalha com grande sintonia. Eu quero destacar aqui que o nosso Ministro Berzoini tem sido incansável na busca de avançar no desenvolvimento da banda larga no País e harmonizar essa questão, seja no Ministério, seja na relação com os outros ministérios e outros órgãos de governo.

Eu vou, aqui, responder objetivamente.

Sobre Região Norte, além do que foi colocado sobre a Amazônia Conectada, acho que o nosso satélite – não falta muito tempo, sei que todos nós somos muito ansiosos –, daqui a um ano e meio mais ou menos, estará no ar. E o satélite tem assim o dom da ubiquidade, ele pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Então, ele será um instrumento extremamente eficaz para levar banda larga de grande velocidade para qualquer localidade, às escolas, às unidades de saúde, às unidades administrativas das prefeituras e assim por diante e ser um ponto de referência até para que pequenos provedores possam fazer a distribuição local.

Evidentemente, o custo do *megabit* num satélite é um pouco mais alto do que o *megabit* de uma fibra ótica. Todos aqui podem imaginar o aparato tecnológico que é para botar um bichão de muitas toneladas a

36 mil quilômetros de distância do planeta Terra, de forma geoestacionária, quer dizer, ele fica parado sobre todo o território brasileiro, com dois megacentros de operações, com cinco antenas grandes, que chamamos de *gateways*, e operando com toda a rede local. Trata-se de um satélite de grande capacidade e especializado em banda larga e poderá ser um instrumento extremamente importante para levar banda larga para essas regiões que não estão atendidas no País, que é exatamente uma das missões da nossa Telebras.

Evidentemente, aquilo que estiver a nosso alcance, para complementar redes locais, acessando as cidades também por fibras óticas, nessa história da fibra do linhão que vem da Venezuela... A Oi tem um papel importante porque ela tem até a obrigação regulatória de levar a internet às escolas, isso já há bastante tempo, mas, evidentemente, naquilo que a Telebras puder contribuir também, nós procuraremos fazê-lo efetivamente.

Vamos fazer um diagnóstico profundo da realidade do Estado de Roraima e de outras regiões da Região Norte do País, o Amapá, Rondônia, além do Amazonas e Pará, para que possamos, efetivamente, dinamizar essas ações.

Mas eu registro que o programa Amazônia Conectada é um passo extremamente importante. Porque desenvolvermos tecnologia apropriada para ter um cabo sob o leito dos rios nos permitirá grande agilidade e facilidade de chegar a locais distantes da Amazônia, hoje só acessíveis por satélite, já que é difícil você estender fibras óticas de outras forma naquela região extremamente importante de nosso País.

O Senador Lasier que nos coloca a questão dos recursos. Sinceramente, a Presidenta Dilma colocou o tema da educação e da internet em banda larga como alguns dos temas prioritários do Governo. Os recursos para investimento nos satélites estão absolutamente mantidos, os investimentos para aumentar a capilaridade das nossas redes de fibras óticas, tais como previstos, estão também assegurados assim como os recursos para o nosso cabo submarino.

Sinceramente, apesar de vivermos um período de grandes restrições fiscais no País por conta da necessidade que há de reorganizar aspectos da nossa economia, o que registro aqui, dado o fato de que banda larga é prioridade de governo, ele não sofreu nenhum tipo de sanção por conta do Governo Federal.

O que eu acho importante é a ideia de que Ministério das Comunicações e Telebras trabalhem intensamente com os Ministérios respectivos.

Então, sobre o tema da educação, o que há de novo e o que há de velho? Levar a internet nas escolas. Isso é de 2005 ou 2006. O que há de velho? Um computador por aluno, lembram? Há alguns anos, a partir do professor MIT americano Nicholas Negroponte, o Governo Federal resolveu distribuir internet no *tablet* para alunos. Isso são coisas fragmentadas. O que há de novo é a experiência de São José dos Campos: você tratar o tema da banda larga, das tecnologias da informação ligadas à educação de maneira sistêmica. Isso implica ter acesso a grande velocidade, o *wi-fi* nas escolas e, preferencialmente, nas próprias comunidades para que a criança possa, também na sua casa, acessar a internet ou o *wi-fi* ou a chamada "quarta geração" das comunicações móveis, o LTE, como nós o chamamos também, e dispor de conteúdos por meio de um sistema nacional.

A nossa Senadora Fátima Bezerra fez aqui menção ao Plano Nacional de Educação e ao Sistema Articulado de Educação, ou seja: União, Estados e Municípios. Uma das ideias que vem sendo desenvolvida no interior desse programa é ter um currículo básico nacional para todo o ensino básico, o que não impede de ele ser complementado por conteúdos regionais e até por conteúdos locais, mas que você tenha uma espinha dorsal e esses conteúdos poderiam estar todos disponíveis na rede por meio de um sistema nacional de distribuição desses conteúdos para todas as escolas e para todos os alunos.

Vejam bem, o MEC gasta alguns bilhões de reais por ano... Então, o dinheiro para a banda larga não é só o dinheiro que está no Ministério das Comunicações, mas o que pode ser feito para transformar o que está hoje em papel, por exemplo, por intermédio dos livros didáticos, gradualmente, em conteúdos interativos, em conteúdos na forma da internet e chegando nas escolas via banda larga. Então, é usar, de maneira diferenciada, os recursos que já existem, cujos Ministérios já têm dotação e, às vezes, muito grande. O Ministério acho que gasta mais de R$5 bilhões por ano com livros didáticos, que algumas escolas sequer os usam. Alguém falou que eles servem para ficar escorando uma cadeira, para não sei o que lá, porque nem todas as escolas públicas do País usam os livros que são confeccionados pelo MEC e distribuídos em um sistema de logística caro para todas as escolas de nosso País. Nós podíamos revolucionar isso com esses conteúdos por meio da internet e conteúdos de grande qualidade e disponibilizados em todas as escolas.

Agora, a questão central, ainda também reverenciando à exposição de nosso Prefeito, é mudar a cabeça dos professores, ou seja, que os professores e a metodologia e a pedagogia estejam adaptadas a essa nossa realidade. De nada adianta botar internet, botar conteúdo, botar *tablet* ou o que mais de tecnologia se possa disponibilizar, o projetor interativo e essas coisas todas, se o professor não mudar. Para isso, então, é preciso uma revolução pedagógica e uma revolução também na capacitação dos professores, simultaneamente com a implantação desse novo sistema.

Eu tive a oportunidade de abrir um diálogo com o MEC e estamos procurando trabalhar uma parceria entre Ministérios das Comunicações, Telebras e Ministério da Educação para a gente montar um grande sistema nacional. O fato de nós termos um satélite, redes de fibras óticas, as próprias operadoras privadas disponíveis, será uma grande oportunidade de a gente caminhar na direção do Brasil, Pátria Educadora, como o quer nossa Presidenta Dilma.

Por fim, eu gostaria de fazer algum comentário...

Aumentar a velocidade nas escolas... Eu já me referi aqui acerca do tema do satélite e de outras formas de acesso às nossas escolas. Quer dizer, 1 *megabit* não é nada! Tem de ser 30 *megabits* ou mais, dependendo do tamanho das escolas, efetivamente.

A questão da rede de pesquisas e desenvolvimento, o Max fez menção. A Rede Nacional de Ensino e Pesquisas é parceira estreita conosco da Telebras. A despeito de estar há pouco tempo, já me reuni por, pelo menos, três vezes com Nelson Simões, que é o Presidente da RNP.

Ela será nossa parceira no cabo, nas ligações com a Europa e também na interiorização do acesso em banda larga a todas as universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento do País, já que, no interior, ainda há algumas unidades que não recebem banda larga em alta velocidade, como deseja a RNT. E nós estamos trabalhando juntos nisso.

A TV digital é uma grande oportunidade. Lembro apenas o seguinte, acrescentando o que o Max aqui já colocou, o Governo disponibilizou um sistema de televisão digital que compreende a interatividade, a possibilidade de acesso. As emissoras comerciais não utilizaram esse sistema. Justamente agora com o desligamento do sistema analógico, o Governo vai distribuir uma caixinha de acesso para as famílias de baixa renda, que permitirá que, através do sistema de TV digital, se tenha um canal a mais para levar conteúdo, serviços públicos às populações de baixa renda. Isso permitirá também que essas populações possam se conectar também à internet, além da televisão, da interatividade do sistema de televisão. Já há experiências comprovadas, não é, Max? A experiência foi onde?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE BITTAR – Na Paraíba e outra aqui; experiências extremamente bem-sucedidas, que foram inclusive premiadas como projeto piloto utilizando o sistema de televisão digital.

A questão de São José dos Campos e MEC é por conta do nosso Prefeito.

Obrigado.

Ah, sim, só uma pequena informação sobre a Abrint e os pequenos provedores. Os pequenos provedores têm um papel extremamente importante na capilarização da rede. Eu usei esta expressão: bandeirantes do século XXI. Os bandeirantes iam atrás de pedras preciosas, abrindo caminhos e desbravando o nosso País. Os pequenos provedores não vão atrás de pedras preciosas, eles levam pedras preciosas às pessoas na medida em que levam o acesso a este mundo maravilhoso da internet para muitas famílias de baixa renda e periferias de grandes cidades, no interior de nosso País.

Eles precisam de mais apoio. O Ministério está provendo um fundo garantidor para que eles tenham acesso a crédito. O senhor sabe que, para alguém ter acesso a crédito, os bancos pedem que se demonstre que não se precisa do financiamento. Então, o que o Ministério está fazendo é um fundo garantidor que dê garantias de até 80%, não é isso, Max?, para que os pequenos provedores tenham acesso a crédito de qualidade. Assim, eles poderão melhorar os seus equipamentos e ampliar seus investimentos.

Em segundo lugar, eu pessoalmente fui ao Sebrae – e vou ter uma reunião de trabalho brevemente com a Abrint – para que o Sebrae desenvolva um programa nacional de qualificação na gestão dessas pequenas empresas e assessoria técnica também, para que eles possam se qualificar do ponto de vista tecnológico e, assim, sobreviver. Eles geram milhares e milhares de empregos no Brasil e, ao lado das grandes operadoras, são muito importantes para a nossa população também.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra ao Prefeito Carlos José.

O SR. CARLOS JOSÉ DE ALMEIDA – Bom, eu queria agradecer as palavras da Senadora Fátima Bezerra, do Senador Lasier e responder ao Senador Telmário.

Essa história de que somos um Município rico... Vou relativizar um pouco isso. A receita da Prefeitura em relação à população não está entre as maiores do Brasil. Nós temos pequenos Municípios que, por distorções até da repartição dos tributos, têm às vezes R$4.000,00, R$5.000,00 de receita por habitante. No nosso caso, é algo em torno de R$3.000,00. Mas eu acho que o mais importante é a definição clara de prioridades.

O nosso programa foi bancado com recursos financeiros do Município integralmente. Para isso, por exemplo, no primeiro ano da nossa gestão, os investimentos em educação saltaram de 25% para 27%, que é um incremento em torno de R$35 milhões, R$40 milhões a mais que foram investidos em educação, basicamente para suportar o investimento inicial desse programa.

Agora, nós tivemos muito apoio de um recurso que não é financeiro, mas é muito importante: o conhecimento e a experiência. Então, nós tivemos o apoio do MEC.

Para entender bem a experiência que nós tivemos aqui do computador por aluno, o que estava acontecendo nos Municípios, o conteúdo, nos ajudou muito o governo do Uruguai, que tem uma experiência bem ampla de computador por aluno. Nós aproveitamos muito da experiência deles para construir o nosso projeto. Aquilo que foi falado aqui, enfatizado pelo Jorge Bittar é muito importante: simplesmente colocar equipamento, colocar infraestrutura numa escola não resolve, pode até ser um problema, pode até gerar uma rejeição. Tem-se que construir um sistema que funcione, que tenha credibilidade.

Então, por exemplo, uma das coisas que nós aprendemos no Uruguai. Nós tínhamos um receio muito grande, ao entregar o equipamento ao aluno, do índice de perda, de roubo, de avaria. O que nós aprendemos no Uruguai? Fundamental o envolvimento da família e fundamental o trabalho de conscientização do aluno, mostrar para ele que aquilo é um recurso importante, como ele tem que utilizar, fazer muitas campanhas mostrando que há sistemas de bloqueio, tanto que, por exemplo, o índice de perda, furto ou roubo no Uruguai é bem menor do que na experiência que nós temos no Brasil. O índice que estamos conseguindo em São José é muito positivo também, nesse sentido, porque nós aproveitamos aquela experiência. Então, este é um recurso muito importante, não é financeiro, mas ajuda bastante.

Eu queria dizer uma coisa. Muitos Municípios nos visitam e, evidentemente, quando as pessoas verificam o custo, às vezes ficam um pouco desanimadas. O importante é que, muito mais do que o modelo exatamente como nós montamos lá, é o conceito, é o princípio de você usar a tecnologia na escola. O essencial é você ter a banda larga. Isso é fundamental. Nós estamos colocando a sala interativa em todas as salas de aula de uma escola. Mas pode-se ter uma sala de aula inicialmente, como uma sala ambiente. Então, o programa pode ser implantado gradativamente.

Por fim, gostaria de dizer que o investimento que estamos fazendo lá é gratificante. Uma das coisas que enfatizei aqui, e queria reforçar isso, é o envolvimento da família, que é fundamental no processo de aprendizagem e de educação para que um projeto desse dê certo. Em uma da entregas que fizemos, em uma escola que fomos implantar, estavam lá a mãe e a filha mexendo no *tablet*, as duas assim. Aí, eu virei para as duas e perguntei: "Quem está ensinando para quem?" Elas pararam um pouco e responderam assim: "Nós estamos aprendendo juntas." Acho que essa é a grande lição e contribuição que podemos dar com esse projeto para outras experiências.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O professor do futuro, com essas interatividades, será uma espécie de antena que capta o conhecimento naquele momento e não aquele que ele aprendeu nos livros do passado. Muitas vezes, o aluno já chega sabendo porque navegou na véspera pelo conhecimento novo que o professor não viu ainda.

Para essa revolução no processo educacional é que eu não sei se nós – aí, digo nós, não os brasileiros, digo toda a humanidade – estamos preparados ou se vamos levar ainda algumas décadas tateando. Eu achei interessante, uma hora você falou algo neste sentido, de que não dava para saber como deve ser, em algum momento da sua palestra, mas nós temos que ir tentando.

Passo a palavra ao Erich Matos Rodrigues para responder as perguntas.

O SR. ERICH MATOS RODRIGUES – A parte que nos cabe é bem curta. Queria só registrar que a banda larga nas escolas, pela nossa vivência em cidades menores e por estar muito perto das escolas, das prefeituras, das delegacias, até cedendo gratuitamente acesso para esses entes públicos prestarem seus serviços, é que realmente o País tem muito a andar no campo do acesso nas escolas.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte fez um estudo na Região Metropolitana de Natal e visitou as 682 escolas.

Das 682 escolas, apenas 12% tinham a velocidade prometida, no caso pela operadora Oi. No tocante às demais escolas, algumas tinham problemas com o próprio equipamento, que não estava instalado, mas, na grande maioria, o índice de insatisfação beira os 90% – mais de 80% de insatisfação – com a velocidade de acesso na escola. Isso é um estudo de 45 páginas, bem documentado, com todos os relatórios detalhados. Esse estudo fica à disposição, e vou enviá-lo para a Senadora Fátima, como também posso enviar ao Senador Cristovam. Fica à disposição como referência.

Sobre os desafios da Região Norte, é evidente que nós, provedores, temos esses desafios, mas quero dizer que a internet que existe lá é porque nós estamos lá. Nas pequenas cidades da... A Região Norte é onde nós

temos o nosso maior índice de participação no mercado. Então, exatamente o que nós temos defendido, como associação dos pequenos e médios provedores, é que nós topamos ir lá roer o osso, mas nós não precisamos – volto a dizer – de incentivos, de benesses para ir lá roer o osso: nós precisamos dos mínimos meios para que possamos fazer esse trabalho de atender a essas áreas que são menos atraentes e de acesso mais difícil. Não tenho dúvidas de que, se criássemos uma linha de financiamento diferenciada para os provedores que fossem atender à Região Norte, com certeza nós conseguiríamos atender com uma velocidade maior e estando perto do nosso cliente, que é o nosso perfil.

Para terminar, sobre o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (REPNBL), nós ficamos de fora por uma discussão com a Receita de que a maioria dos provedores já tinham um incentivo fiscal por serem optantes do Simples. Nós discordamos, nós entendemos que o regime especial é para compra de insumos, o que não se confunde com o imposto sobre a prestação do serviço, mas, infelizmente, quando nós levantamos essa bandeira, as coisas já estavam na etapa final de aprovação. Nós registramos aqui a expectativa de que, no próximos regimes de incentivo, nós pelo menos tenhamos, mais uma vez, isonomia com as operadoras maiores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com isso, terminamos.

Está satisfeita com a resposta, Senadora? O Senador Lasier também?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Estou, inclusive com o relatório que o Erich vai enviar para nós sobre a situação lá do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu agradeço a presença de todos e convido os Senadores a continuarem aqui, por um pouco de tempo, porque o Senador Medeiros vai apresentar nossas propostas de emendas orçamentárias da Comissão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Vamos fazer uma foto aí atrás com os convidados?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Fazemos e colocamos na rede interativa de São José dos Campos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2015.

Às onze horas e cinquenta e oito minutos do dia sete de julho de dois mil e quinze, na sala 07, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Omar Aziz, Hélio José, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Vicentinho Alves, Telmário Mota, Gladson Cameli, Rose de Freitas e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os senhores Senadores João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei n.º 01, de 2015 – CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências". Nesse momento, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador José Medeiros, relator das Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 3 (três) emendas de metas e prioridades ao PL nº 01/2015 – CN: Emenda n.º 01: 20UQ – "Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável"; quantidade de meta: 300; apresentada pelos Senadores Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp e Cristovam Buarque. Emenda n.º 02: 20V8 – "Apoio a Projetos de Inclusão Digital"; quantidade de meta: 400; apresentada pelos Senadores Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp e Cristovam Buarque. Emenda n.º 03: 8924 – "Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária"; quantidade de meta: 300; apresentada pelos Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 4 (quatro) emendas de texto ao PL nº 01/2015 – CN: Emenda n.º 04: Referência: Corpo da Lei – Artigo 21. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto "Art. 21 A. A aquisição de bem ou direito e a extinção de obrigação com a entrega de títulos representativos da dívida pública dependerá de prévio empenho à conta da respectiva dotação e do reconhecimento da receita de operação de crédito". **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. Emenda n.º 05: Referência: Corpo da Lei – Artigo 3. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "Art. 3A O documento final do relator desta LDO deve conter uma análise forma l prospectiva do impacto de curto (1 ano), médio (5 anos) e longo prazo (20 anos) das decisões orçamentárias contidas nesta Lei sobre as principais variáveis macroeconômicas da nossa economia e sobre a sociedade brasileira. Parágra-

fo único. Dentre as variáveis elencadas no caput deste artigo constarão pelo menos: geração de emprego, redução da pobreza, taxas de crescimento econômico, capacidade de inovação, competitividade e vulnerabilidade externa". **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. Emenda n.º 06: Referência: Corpo da Lei – Artigo 16. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto proposto: "Inclusão do art. 16A. Na elaboração da proposta orçamentária para 2016 , o Poder Executivo deverá avaliar inicialmente as propostas relativas à educação, à saúde e às ações voltadas para crianças de zero a seis anos, áreas que deverão ter prioridade na alocação dos recursos. § 10 Não serão objeto de limitação de empenho e de movimentação financeira as despesas abrangidas pegas áreas mencionadas no caput deste artigo. inclusive as autorizadas por créditos abertos e reabertos no exercício de 2015 e as relativas a restos a pagar inscritos no exercício de 2014. § 2 Os pagamentos das despesas abrangidas pelas áreas mencionadas no caput, quando relativas a créditos reabertos no exercício de 2015 e a restos a pagar inscritos em 2014, serão efetuados à conta dos seguintes recursos, considerados individual ou conjuntamente: I) reserva de recursos específica constante da lei orçamentária de 2016; 11) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, até o limite de eventual excesso de resultado primário produzido no referido exercício; IV) excesso de arrecadação; e V) arrecadação normal do exercício, caso em que a meta de resultado primário deverá ser reduzida no montante correspondente. § 3° A abertura de créditos adicionais para o atendimento das áreas a que se refere o caput deste artigo dependerá; I) no caso de suplementares e especiais, de cancelamentos compensatórios, quando a fonte indicada não for o excesso de arrecadação; 11) no caso de extraordinários, de redução da meta de resultado primário no montante correspondente, quando a fonte indicada não for cancelamentos compensatórios ou excesso de arrecadação. § 4° No final do exercício de 2016, será cancelada a nota de empenho para a qual não tiver sido celebrado o respectivo contrato, convênio ou instrumento congênere, ou não tiver sido verificada condição, prevista na legislação, que determine a obrigação de pagar. Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica à nota de empenho que substitui o instrumento contratual, nos termos da legislação aplicável. § 5° O Poder Executivo adotará providências com o objetivo de gerar resultado primário em 2016 suficiente para: I) cumprir a meta prevista no art. 2° nesta lei, a qual será reduzida, durante a execução orçamentária, com base no art . 3º desta lei e § 2º, V, e § 3º, 11, deste artigo; e 11) reservar recursos, na forma de excesso de superávit primário em relação à meta ajustada na forma do inciso I deste parágrafo, para atender às áreas mencionadas no caput deste artigo, no que se refere a: a) restos a pagar inscritos em 2015; e b) despesas relativas a créditos a serem reabertos no exercício seguinte". **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. Emenda n.º 07: Referência: Corpo da Lei – Artigo 3. Tipo da Emenda: Modificativa. Texto Proposto: "Art. 3º As prioridades e metas da administração pública federal para o exercício de 2016, atendidas as despesas contidas no Anexo III e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, serão devidamente identificadas na lei orçamentária, devendo ter precedência na alocação e na execução da lei orçamentária para 2016. § 1º A identificação das ações prioritárias de que trata o caput levará em conta o disposto na Lei do Plano Plurianual 2016-2019 e no Anexo de Prioridades e Metas desta Lei. § 2º É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações prioritárias referidas no caput deste artigo, ressalvado impedimento de ordem técnica ou legal. § 3º A obrigatoriedade de que trata o parágrafo anterior limita-se, quanto às programações incluídas no Congresso Nacional, aquelas correspondentes a obras e empreendimento de caráter estruturante em andamento de iniciativa de bancada estadual e até o montante correspondente a 0,8% (oito décimos por cento) da receita corrente líquida de 2015. § 4º Os restos a pagar de anos anteriores de programações oriundas de emendas de bancada estadual poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no caput deste artigo. §5º Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida no art. 2º desta Lei, as programações prioritárias definidas neste artigo e o montante definido no § 3º poderão ser reduzidos em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias". **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao PL nº 01/2015 – CN, o Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da presente Ata, que é dada como aprovada, e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e três minutos determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está aberta uma nova reunião para discutir a contribuição desta Comissão às emendas orçamentárias.

Eu passo a palavra, diretamente, ao Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria parabenizar pela audiência, porque muito temos que falar ainda sobre esse tema, até porque uma coisa que aflige a população, que não consegue entender, e eu também não, é como você contrata um pacote

de internet com, por exemplo, 10 *megabytes*, e consegue receber, às vezes, 600 Kbytes. É como se você fosse à feira comprar um saco de farinha, e só viessem 20% da farinha. Então, é um raciocínio que espero que, em breve, não tenhamos que fazer mais.

Indo direto ao ponto, foram feitas 51 emendas, e o objetivo, a meta era que pudéssemos escolher todas com muita relevância, mas só se podem escolher três emendas. Então, vou passar direto para a análise.

No que concerne às propostas de emenda de inclusão de meta, após análise acurada de seu conteúdo, não obstante reconheçamos o inegável mérito de todas elas, optamos por selecionar as seguintes: Propostas de Emenda 1, 24 e 29 – Apoio à Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável – Acréscimo de Meta: 300, apresentadas pelos Senadores Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp e Cristovam Buarque; Propostas de Emenda 2, 23 e 30 – Ação 20V8 – Apoio a Projetos de Inclusão Digital – Acréscimo de Meta: 400, apresentadas pelos Senadores Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp e Cristovam Buarque; Propostas de Emenda 22 e 21 – Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária – Acréscimo de Meta: 300, apresentadas pelos Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque.

Dessa forma, conseguimos acolher as indicações de todos os Senadores que apresentaram propostas de emenda de inclusão de meta.

As emendas de texto propostas coadunam-se com as competências regimentais desta Comissão, atendendo às disposições constitucionais e legais. Aprovamos o encaminhamento de todas as propostas. A análise de mérito de cada emenda caberá à CMO.

Passo ao voto.

Em face do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática delibere pela apresentação à Comissão Mista de Orçamentos:

1. De emendas para a elaboração do Anexo de Metas e Prioridades do PLDO, nas seguintes ações: Ação 20UQ – Apoio à Extensão Tecnológica; Ação 20V8 – Apoio a Projetos de Inclusão Digital; e Ação 8924 – Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária – Acréscimo de Meta: 300.

2. De emendas ao texto do projeto de lei, nos termos das propostas listadas no Anexo 2 deste Parecer.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Eu consulto os Senadores se querem fazer qualquer comentário. (*Pausa.*)

Não havendo qualquer comentário, eu passo à votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Nos termos do art. 87 combinado com o art. 84, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas desta Casa e aprovadas.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Antes de encerrar, passo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, eu tinha me esquecido de pedir extrapauta do PDS nº 88. Então, peço para, se possível, pautá-lo na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem. Na próxima, pautaremos.

Está encerrada a reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 3 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2015.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia quatorze de julho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Rau-

pp, João Alberto Souza, Omar Aziz, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Vicentinho Alves, Delcídio do Amaral, Telmário Mota e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Comparece a Senhora Senadora Ana Amélia, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, José Medeiros e Marcelo Crivella. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, dividida em duas partes. **1ª parte, Item 1: Requerimento n.º 45, de 2015-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Lasier Martins, Cristovam Buarque e Hélio José, que requerem "... nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos representantes abaixo para participarem, como convidados, da audiência pública que instruirá a matéria tratada no PLC nº 34, de 2015, conforme Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação n.º 42/2015, aprovado na reunião realizada em 23 de junho de 2015. 1) Representante da ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação; 2) Representante do CIB – Conselho de Informações sobre Biotecnologia". O requerimento é aprovado. **Item 2: Requerimento n.º 47, de 2015-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque, que requerem "... o aditamento, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, do Requerimento nº 42, de 2015-CCT, que trata de audiência pública destinada a debater o tema 'extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, de modo destacado', para que sejam feitas as seguintes substituições ou acrescidos os seguintes nomes aos convidados: Professor Dr. Paulo Kageyama- Professor da Universidade de São Paulo, em substituição à profa. Dra. Ana Cláudia Farranha, da Universidade de Brasília; Professora. Dra. Marijane Lisboa- Professora da PUC-SP; Sra. Elci Maria Checchin Bueno, Presidenta em exercício do Idec, em substituição ao Sr. Vidal Serrano Jr". O requerimento é aprovado. **Item 3: Requerimento n.º 49, de 2015-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque, que requerem "... o aditamento, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, ao Requerimento nº 42, de 2015-CCT, que trata de audiência pública destinada a debater o tema 'extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, de modo destacado', para que seja estendido o convite de participação ao seguinte convidado: Maurício Guetta, Advogado do Instituto Socioambiental-ISA". O requerimento é aprovado. Neste momento, os Senhores Senadores Hélio José e Telmário Mota requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 4: Requerimento n.º 50, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Telmário Mota, Cristovam Buarque e Hélio José, que requerem "... a realização de audiência pública nesta Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, para discutir a normatização das redes sociais, sob o ponto de vista do anonimato, intimidade, invasão de privacidade, direito à liberdade de expressão, prática de crimes e identificação dos criminosos, desburocratização do processo judicial em casos de conteúdo envolvendo crianças em situação de violência sexual (pedofilia), dentre outros assuntos correlatos. Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: Representante do Ministério Público da União; Dr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal; Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Deputado Alessandro Molon – PT/RJ, Relator do Marco Civil da Internet; Sr. Alexandre Hohagen, Vice-Presidente do Facebook na América; Representante do Twitter; Sr. Fábio Coelho, Presidente do Google; e a atriz Carolina Dieckmann". O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 5: Requerimento n.º 51, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senhor Senador Hélio José, que requer "..., nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 35, de 2015, aprovado na 17ª Reunião, Extraordinária, em 02 de junho de 2015, nesta Comissão, para promover a inclusão do nome abaixo relacionado: – Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura – Cabo – MMDS – DTH e Telecomunicações – SINSTAL, a senhora Vivien Mello Suruagy". O requerimento é aprovado. **2ª parte:** Audiência Pública destinada a identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento de tecnologias de informação no Brasil, atendendo ao Requerimento nº. 44/2015-CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Sérgio Pauperio Serio Filho, Executivo de Relações Institucionais e Oportunidade Social da TOTVS; Luiz Francisco Gerbase, Presidente da Associação P&D Brasil; Sérgio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – Brasscom; Virgilio Augusto Fernandes Almeida, Secretário de Políticas de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; e Sérgio Cavalcante, Diretor-Geral do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife – CESAR. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Omar Aziz e Ana Amélia, não membro da Comissão. Prosseguindo, o Presidente

agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às doze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Hélio José,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de julho de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2015.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Antes do início da nossa reunião propriamente dita, esta Presidência fará um breve relato das atividades realizadas por esta CCT no primeiro semestre de 2015.

Isso será feito *a posteriori*, porque vou inverter a pauta para começarmos a audiência pública, já que todos os convidados já se encontram aqui, e nós não temos número suficiente para deliberar os requerimentos. Por isso, vamos passar para a nossa audiência pública.

Srªs s e Srs. Senadores, iniciando a segunda parte da reunião, realizaremos hoje uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2015, da CCT, de autoria do Senador Cristovam, aprovado pelo Plenário da CCT.

Destina-se esta audiência pública a identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento de tecnologias de informação no Brasil.

Para tal, temos a honra de convidar para compor a Mesa de expositores os seguintes convidados: o Sr. Sérgio Pauperio Serio Filho, Diretor de Relações Institucionais e Oportunidade Social, da TOTVS. Tudo bem, Sérgio. Seja bem-vindo!

O Sr. Luiz Francisco Gerbase, Presidente da Associação P&D BRASIL;

O Sr. Sergio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom);

O Sr. Virgílio Augusto Fernandes Almeida, Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI);

O Sr. Sergio Cavalcante, Diretor Geral do Centro de Estudos Avançados do Recife (CESAR);

Justifica a sua ausência o Sr. Fábio Gandour, Pesquisador Chefe da IBM Brasil.

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800 612211.

Passaremos, então, às exposições pelos convidados e, ao final, às Srªs e Srs. Senadores presentes, na ordem de inscrição.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que assistem a esta reunião.

Cada expositor terá o tempo de cinco a dez minutos para suas apresentações.

Passo, então, a palavra ao Sr. Sérgio Pauperio Sério Filho, executivo das Relações Institucionais e Oportunidade Social da TOTVS.

O SR. SÉRGIO PAUPERIO SERIO FILHO – Bom dia a todos. Já comecei com uma surpresa, pois achei que seria o último. Mas, tudo bem. Vamos lá!

Bom, como já apresentado, eu venho aqui falar um pouco sobre a TOTVS. Primeiramente, bom dia a todos. Obrigado pela oportunidade de poder contribuir com um tema que é tão importante e relevante para o nosso País.

Para contribuir com a discussão, em primeiro lugar, eu gostaria de apresentar um pouco da TOTVS. Apresentá-la exatamente como uma empresa de tecnologia de ponta, uma empresa brasileira extremamente moderna, com uma gestão muito forte e uma governança também forte, e que apresenta resultados muito consistentes.

Logo de início, sempre gostamos de apresentar as nossas diretrizes atuais, que passam pelo eslaide que está na tela. Então: "Pensando juntos, fazemos melhor", e uma palavra que começamos a usar este ano que é

a "Competitive-se". Isso vale para empresas, como para o próprio Brasil, e com o mote de que, hoje, o futuro já chegou. Então, "Hoje é um bom dia para modernizar a sua empresa" e "Pensando em inovar a sua gestão, deixe a TOTVS pensar junto com você".

A TOTVS é uma empresa que, nos últimos anos, decidiu colocar efetivamente os nossos *stakeholders* no centro. Então, os nossos clientes, a sociedade, no centro, buscando sempre maior produtividade, maior essencialidade e maior competitividade para todos.

Então, no primeiro bloco do "Quem somos", a TOTVS é uma empresa de *softwares,* serviços, plataforma e consultoria. É de origem 100% brasileira. Está presente em 39 países e 11 centros de desenvolvimento, sendo nove no Brasil, um no México, e um nos Estados Unidos.

Hoje, temos soluções para dez segmentos da economia e para todos os tamanhos de empresa, por meio de um modelo de filiais e franquias. Alguns pontos de destaque: a TOTVS hoje é líder de *software* de gestão, conhecida aí como ERP, no Brasil e na América Latina, com mais de 50% de *market share*. É uma das dez maiores empresas de ERP do mundo e uma das únicas do hemisfério sul que detém tecnologia própria. Ela tem um modelo de distribuição com caráter empreendedor, misturando filiais e franquias, e tem soluções conduzidas aí pelo conceito que chamamos de tecnologia fluida, que é de fácil utilização, fácil implementação, simples e móvel, que promove produtividade e colaboração.

Essencialidade. Então, para nós é muito importante realmente atender especificamente às necessidades das pessoas; agilidade, conectividade, que é uma realidade hoje, e, claro, tudo na nuvem, a famosa *cloud*.

O nosso último produto saiu com o mote de: "Essa será a última versão da vida da sua empresa". Ou seja, exatamente começar a buscar uma nova realidade.

Em termos de tecnologia de ponta e produtos modernos, a TOTVS, através das soluções que ela oferece, flexíveis, escaláveis e inovadoras, apresenta-se como uma empresa transversal, exatamente porque hoje ela não fica só especificamente em um ponto da economia. Ela apresenta soluções para vários segmentos, aí passando, de maneira transversal, por soluções como sistemas de controle de finanças, sistemas de controle de estoque, recursos humanos, contas a pagar e contas a receber, e algumas soluções verticalizadas para cada segmento.

Então, dando alguns exemplos, na parte de manufatura, por exemplo, existe toda a parte, além da parte de gestão, de chão de fábrica; na parte de agroindústrias, eu tenho controle de grãos, controle de estoque; na parte de construção e projetos, estudos de viabilidade de projetos; na parte de andamento de projetos; na parte da saúde, gestão hospitalar; e na educação, a própria gestão das academias.

Um outro ponto de transversalidade da nossa empresa é exatamente o porte das empresas que elas atendem.

Então, hoje a TOTVS vai desde as pequenas até as grandes empresas, tendo como quórum principal as pequenas e médias, que são o motor da nossa economia hoje.

Alguns números de destaque: 60% da colheita da cana-de-açúcar hoje passam por alguma solução da TOTVS. Estamos presentes em mais de 700 instituições de ensino, e 27% de todas as empresas listadas na Bolsa usam solução TOTVS nas suas gestões. Em microempresa, existem mais de 38 mil clínicas, escritórios e mais de 10 mil lojas e pequenos varejistas.

Um outro ponto que gostamos de destacar é que a TOTVS é uma empresa de tecnologia de verdade. Temos inovado o nosso *core* e valorizamos a proximidade com os nossos clientes.

A TOTVS acredita que a tecnologia é de maior valor quando é possível se conectar com as pessoas. Por isso, temos um modelo de distribuição extremamente moderno e capilarizado, que permite estejamos presentes em todos os Estados brasileiros. É como se fosse o Senado Federal: em cada um dos Estados da União, eu tenho um representante TOTVS, por meio de um centro de desenvolvimento, por meio de uma unidade ou por meio de uma franquia.

Dos meus 12 mil colaboradores, mais de 3 mil são direcionados para o desenvolvimento de novas soluções.

A TOTVS está em um setor global. Realmente, ela propõe ter produtos globais. Nesse sentido, eu também preciso me globalizar. Então, similar à estratégia no nosso País, eu também tenho uma estratégia de internacionalização e de exportação. Para atender isso, eu tenho hoje mais de 400 funcionários espalhados em 39 países, também com modelo de franquia em modelo de unidade *progress,* com dois centros de desenvolvimento: um no Vale do Silício, que tem o perfil muito de trazer tecnologias para o País; e um no México, na região de Querétaro, que tem um caráter mais de localização.

Para uma empresa moderna de tecnologia, não basta só você desenvolver as suas próprias soluções. Para que você não seja dependente de outras empresas ou dependente de tecnologias criadas em outras localidades do País, para que eu seja uma empresa realmente desenvolvedora de soluções, muitas vezes, além de criar dentro de casa, eu também preciso passar por um processo de compra e de aquisição de tecnologias.

Então, isso também faz parte de um processo e na nossa estratégia também está essa questão de aquisição de tecnologias. Isso vem dando resultados. A TOTVS apresenta ano a ano resultado consistente, que viabilizou algo que, para nós, é fundamental. P&D para a TOTVS não é opção, é *core*. O coração da nossa empresa é pesquisa em desenvolvimento. Então, se eu não inovar, eu fico fora do mercado e não consigo atender efetivamente as necessidades dos públicos que estão à minha volta.

Então, neste sentido, eu aproveito todo o meu crescimento para viabilizar um forte investimento para viabilizar pesquisa e desenvolvimento. Então, nos últimos cinco anos, a TOTVS investiu 250 milhões somente em pesquisa e desenvolvimento, representando uma participação de mais de 10% na sua receita líquida.

Bom, o nosso setor que está em mudança. Quais são os desafios do nosso setor hoje? De uma maneira bem simplificada, passo aqui por um conceito de *software*. *Software* nada mais é do que sequência de instruções, execuções e manipulações por um processador ou por uma máquina.

Na verdade, *software* é uma das melhores maneiras de apresentar o capital intelectual do mundo atual. E é também a importância de que o nosso País esteja sendo preparado. No começo, era relativamente simples. A nossa maior preocupação era simplesmente você ter uma codificação e uma programação adequada e você ter uma estrutura correta nas suas empresas para viabilizar o que chamamos aqui de estruturas de camadas, que passa pelo *hardware*, sistemas operacionais, banco de dados, *softwares* intermediários e aplicação.

O problema é que hoje está tudo conectado. A realidade já mudou. O *software* está em vários dispositivos. Ele está na internet, ele está no seu computador de casa, ele está no seu dispositivo móvel, ele está no seu escritório, ele está na sua televisão e, muitas vezes, hoje, na nuvem.

Isso ampliou potencialmente a complexidade do relacionamento do setor. Só que isso também abriu portas. Se você projetar para a frente e pensar no conceito de internet das coisas – que acredito que vai ser apresentado aqui – em que você passa a ter uma comunicação máquina a máquina, somada a serviço, viabilizamos que as cadeias de valores brasileiras deixem de ser uma ilha e passem a estar amplamente integradas. Quer dizer, você proporciona um ganho de custo, um ganho de produtividade e um ganho de escala em todas as cadeias, proporcionando exatamente essa ligação que está representando aqui.

Trouxemos alguns exemplos que estão na cadeia de manufatura, onde normalmente você tem fornecedores, produção e distribuidor. Antes vistos de maneira isolada, passam a poder ser acompanhados de maneira integrada e geram uma grande eficiência e um grande valor agregado para o setor.

O ponto principal que estamos trazendo aqui é exatamente essa questão do país do futuro e o ponto da virada.

Essa realidade atual também está passando por um processo de mudança que torna um desafio muito grande para o nosso País não ficar fora de uma cadeia global.

É até estranho falar, mas, provavelmente, há tempos, eu viria aqui e falaria somente a minha parte do "tecnês": só os *nerds* apresentando aqui a parte técnica da tecnologia. Mas, hoje, para entendermos toda a complexidade do setor e os desafios, temos de começar a analisar as coisas que vão além da tecnologia.

Passamos a entrar em temas de comportamento humano e da natureza humana em si.

Então, nesse sentido, a TOTVS acredita que pensar o futuro, na verdade, é fazer o hoje. E o "Competitive-se" é para todos, para as empresas e para o País. Nós estamos entrando numa nova realidade, em que indivíduos, empresas, sociedades, todos estão querendo, nas suas contribuições, estar presentes, expressar-se, colaborar, compartilhar, influenciar, ser percebido e ser único.

Estamos entrando numa realidade de governança colaborativa, de uma sabedoria em grupo...

(Soa a campainha.)

...de uma transferência radical de uma cultura do "faça você mesmo". Tudo isso em um ambiente global, conectado, de mobilidade e de muita simplicidade.

Isso gera um grande desafio para a nossa sociedade. É um desafio de viabilizar esses novos comportamentos.

E como a TOTVS acredita que isso seja possível?

São três pilares de mudanças fundamentais: educação – aqui não vou me estender muito, porque outros da Mesa, eu acredito, deverão falar disso. Mas é basicamente isto: formação e capacitação de profissionais. Temos uma posição privilegiada no globo. Como o nosso fuso horário é muito próximo do mercado americano, isso cria um potencial muito grande de expansão. A questão da infraestrutura, que é o acesso à rede, primeiramente da banda larga, incentivo *datacenter* e tecnologia. A tecnologia está no centro de maneira proposital. A tecnologia tem de passar a ser estratégica para o nosso País.

Isso está organizado em três pilares também: competitividade, fomento em inovação e ecossistema integrado.

Dentro de competitividade, estamos falando em proporcionar maior segurança jurídica e equidade tributária, ampliar o apoio à internacionalização de empresas brasileiras. Como eu falei, como país, eu não tenho opção. Para ser o global, eu preciso me internacionalizar.

O nosso setor é um setor de amplo capital humano. Então, é importante ampliar e incentivar o fomento de profissionais de TI; facilitar o acesso a novas tecnologias. Hoje, o nosso setor é uma cadeia global. Então, o Brasil tem de ter facilidade para buscar essas soluções onde elas estiverem, até para minimizar a sua dependência também – este é um país gerador de novas tecnologias. Ampliar a proteção de direitos autorais e propriedade intelectual. Dentro de fomento e inovação, aprimorar incentivos à produção de novas tecnologias – esse é um conceito que vou explanar no próximo eslaide de TI replicável; ampliar o consumo de tecnologias, facilitando o acesso a incentivos e visando uma maior produtividade e competitividade.

Aqui é o seguinte: temos muitos programas de financiamento e fomento à inovação. O ponto principal aqui é acesso, é a facilitação a esses programas. E um ecossistema integrado. Não adianta pensarmos de uma maneira isolada. Para ter um ecossistema forte, igual ou similar ao que encontramos no Vale do Silício, eu preciso intensificar a relação e a cooperação entre academia, Instituto Ciência Tecnologia e o setor privado. Eu preciso aprimorar o incentivo ao surgimento e manutenção de *startups,* o que é fundamental para esse ecossistema, e desenvolver cada vez mais um mercado de capital de risco com investidores especializados em tecnologia. Este é um grande tabu aqui, no Brasil: ter investimentos de capital de risco. Acho que o nosso desafio é trazer, importar culturas de mercados, como o americano e o europeu, onde é aceitável que, para cada dez investimentos que você faz, nove não vão dar certo; um vai dar certo, e você sabe que aquele vai compensar todos os outros.

Mas por onde começar? E trazemos aqui duas propostas.

Um ponto de partida são os projetos que já estão em discussão aqui no Congresso. O primeiro deles é o de segurança jurídica tributária. Aqui não vou me alongar, porque também acredito que é um tema que já tem sido muito debatido aqui. A TOTVS só coloca a sua preocupação de que a combinação das discussões que estão sendo feitas pode ter um impacto muito negativo no setor e acabar desestruturando um setor que tem forte crescimento no nosso País.

Então, só chamamos a atenção para o cuidado de não se olhar de maneira isolada a discussão da desoneração, do ISS, do PIS/Cofins, da terceirização, da privacidade de dados e segurança da informação. Que se olhem de maneira conjunta esses pontos.

Fomento e Inovação.

Acompanhamos com alegria a aprovação do Código Nacional de Ciência e Tecnologia. É um primeiro passo, mas ele ainda não trata de alguns pontos que são sensíveis nesse ecossistema.

E os pontos da virada, para encerrar. São os pontos que achamos que devemos discutir o quanto antes. E acredito que esta Casa pode ser um ambiente adequado para isso.

Como eu falei, em tecnologia, estamos saindo de uma realidade de verticalidade e estamos indo para uma realidade de transversalidade. Então, é importante que complementarmente à política de incentivos às verticais, que haja políticas também transversais. Então, nesse sentido, é importante um plano nacional específico para atender à informação, tentando facilitar acesso, viabilizar a inovação e incentivar a produção.

É fundamental o aprimoramento da legislação de propriedade intelectual. Eu soube que, nesta Casa, recentemente, houve uma discussão sobre o tema. Sabemos de todas as dificuldades do INPI e deixamos como sugestão aqui um primeiro passo, que seria muito importante: é o Brasil avançar nos acordos internacionais. Essa seria uma forma, pelo menos provisória, de resolvermos o problema. E um modelo complementar de legislação trabalhista.

O setor de tecnologia tem alta capacidade intelectual. Então, temos a possibilidade de criar um modelo complementar que realmente fortaleça esse setor, sem nenhum demérito às conquistas que já tivemos no passado, na nossa legislação.

Fomento à inovação.

É fundamental o aperfeiçoamento da Lei da Informática. A Lei da Informática hoje é voltada especificamente para *hardware*, mas, projetando a realidade da internet das coisas e a comunicação máquina a máquina, ela é o plano de fundo perfeito para que, se expandirmos para sensores e *softwares*, criemos as condições necessárias para incentivar a expansão dessa nova tecnologia que se apresenta no nosso País.

A Lei do Bem. Também é fundamental o seu aperfeiçoamento, é muito importante. A TOTVS é uma grande usuária dela, mas há uma série de questões a serem aprimoradas. Ali é a própria Lei da Inovação.

O último ponto do fomento.

Atualização do marco normativo de compras públicas. Nesse sentido, sabemos que o Brasil tem um grande volume de investimentos na parte de pesquisa. O ponto de atenção para o qual chamamos é que a cadeia inteira de valor de inovação não para na pesquisa. Para ela ser efetivamente uma inovação, ela efetivamente

tem de ter uma ligação com o seu usuário final. Ela tem de ter uma experiência de uso, tem de estar ligada, tem de ter um objetivo e tem de ser essencial.

Nesse sentido, um investimento na inovação tem de ter o racional inverso. Ou seja, eu primeiro preciso buscar a necessidade que se apresenta para, depois, buscar a solução na academia. Esse seria o modelo ideal de inovação.

Então, nesse contexto, o que seria importante?

Que o Governo passasse a atuar nos pontos mais críticos e de maior risco para esse processo, tanto se apresentando como um comprador de inovação, um estimulador de inovação, fazendo com que as empresas passem pelo que chamamos do famoso "vale da morte". O momento mais crítico de uma inovação é quando você a tira da pesquisa, começa a criar o seu desenvolvimento e começa a ganhar escala, que é onde o setor privado normalmente entra. E esse é um momento extremamente importante, extremamente crítico. E é por isso que, muitas vezes, excelentes ideias que surgem na nossa academia acabam não indo para o mercado.

O último ponto, como falei, é o Ecossistema Integrado. Tivemos em 2012 uma grande evolução, colocando uma legislação específica para *startups*, mas ela também já precisa de uma atualização, principalmente nessa questão do risco, dando mais segurança para que elas consigam desenvolver-se. Criar uma *startup* não é difícil; o difícil é mantê-la viva nos anos e achar empresas que se interessem para continuar o desenvolvimento delas.

Por último, o fomento ao capital de risco especializado em tecnologia da informação.

Como eu falei, precisamos importar algumas culturas e encarar de uma forma mais natural essa questão de que o risco da inovação, o risco da perda do investimento faz parte do processo de desenvolvimento de um país no processo de inovação.

Bom, de forma geral, eram essas as minhas contribuições. O que eu deixo aqui de recado para a Casa é que realmente temos um desafio de fomentar essa indústria. Essa indústria tem o potencial de alavancar o desenvolvimento de várias outras indústrias. Ela tem o perfil de também aprimorar o desenvolvimento de geração e distribuição de renda, porque é um setor inclusivo, onde é fácil entrar, pois o primeiro emprego é muito tranquilo no nosso setor, e ele tem um alto potencial de desenvolvimento. Então, o profissional começa num primeiro emprego em uma função técnica, mas acaba evoluindo em uma função extremamente relevante com capital intelectual muito alto.

Esse é um grande passo para o Brasil começar a conquistar o mundo. O potencial nós temos. Acho que não adianta, como eu falei, mais fazer só políticas voltadas para as verticais. Temos de complementar essas políticas pensando em políticas transversais, sob o risco de fazermos investimentos só tentando resolver problemas passados. O Brasil precisa começar a olhar para a frente e buscar alcançar o que há de mais moderno nas cadeias globais.

A transversalidade realmente permite alavancar todos os setores da economia e realmente viabilizar o nosso País do futuro.

Então, é isso.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero agradecer o Sérgio Pauperio Serio Filho, executivo da TOTVS, cumprimentar a todos e a todas aqui presentes, em especial o nosso querido Presidente da CCT, Senador Cristovam Buarque; S. Exª, o Senador Lasier, e S. Exª, o Senador Omar Aziz, Líder do meu Partido nesta Casa, o PSD.

Eu gostaria de dar continuidade, convidando para fazer uso da palavra o Sr. Luiz Francisco Gerbase, Presidente da Associação P&D – Brasil.

São de cinco a dez minutos.

O SR. LUIZ FRANCISCO GERBASE – O.k.

Exmo Sr. Senador Cristovam Buarque; Exmo Sr. Senador Hélio José, bom dia, em nome de V. Exªs, cumprimento todos os outros Senadores e Congressistas.

Eu tenho a honra aqui de representar uma associação brasileira chamada P&D Brasil, que congrega uma série de empresas, justamente muito ligadas à questão do desenvolvimento de tecnologia.

Dentro do mundo da informática, onde cerca de 1,5 mil empresas fabricam, no País, equipamentos e *softwares*, existem uma 500 que estão abrigadas e seguem a chamada Lei da Informática, que é uma política industrial que tem viabilizado o desenvolvimento de informática no nosso País, sob o ponto de vista industrial, bem como do desenvolvimento de tecnologia.

É importante lembrar que, dentro dessas 500 empresas, um grupo de cerca de 150 desenvolve tecnologia aqui, no País, do zero. Esse é um patrimônio nosso, brasileiro, porque desenvolver tecnologia e o que é tecnologia tem de ser aos poucos muito bem entendido pela sociedade.

Quando se fala aqui em tecnologia, é comum confundir tecnologia com saber fazer. Saber fazer não é suficiente. É importante saber como funciona, ou seja, criar a receita do bolo. Nós não estamos falando aqui em saber fazer o bolo, que é uma atividade industrial, que os países sabem fazer em geral, mas criar a receita do bolo é o fundamental. É nesse aspecto que essas indústrias se destacam. São indústrias aí com uma média de idade de 25 anos, que nasceram aqui, no País, e têm a sua base tecnológica desenvolvendo-se neste País, com engenheiros aqui residentes.

Há uma enorme diferença entre fabricar e criar. É esta a nossa defesa; é este o nosso objetivo: justamente levar esse tipo de empresa a um novo patamar, a um crescente patamar.

Lembro que a própria Constituição, no Capítulo IV, de Ciência e Tecnologia, considera o mercado interno integrante do nosso patrimônio nacional, cabendo incentivá-lo a viabilizar a autonomia tecnológica. Isso é o que a nossa Constituição já entende como fundamental.

A nossa missão como associação é justamente promover o desenvolvimento econômico e tecnológico dessas mesmas empresas. Essas empresas têm o seu perfil basicamente ligado ao setor de informática, de TICs e automação. É ali o nosso foco.

E, como associados, que tipos de características essas empresas têm?

Basicamente, essas empresas dominam o ciclo tecnológico. Elas sabem criar, a partir do conhecimento que o Brasil possui em muitos centros, focos, enfim, parques tecnológicos. Mas essas empresas buscam esse conhecimento e o transformam em um produto, em um valor de mercado. Isto é realmente a inovação: transformar conhecimento em valor.

Essas empresas começam já a exportar. Essas empresas se espalham pelo Brasil, desde o Sul, até o Nordeste, e têm uma alta diversidade de mercados. Elas vão desde a informática até a indústria, passando pela automação bancária, por exemplo.

Bom, é indiscutível que a tecnologia nacional faz parte de um patrimônio não só econômico, mas, também, de soberania.

Não há país que exista hoje de forma importante se não tiver o domínio de algumas tecnologias que são base para o seu desenvolvimento, permeando, aí, os setores de defesa e vários outros.

Vejam o seguinte em relação aos últimos anos: esse gráfico aqui mostra, rapidamente, aqui, nessa faixa azul, quantas máquinas são necessárias num país como o Brasil. Quer dizer, a demanda por tecnologia, por máquina, tem sido crescente e numa velocidade exponencial, como se diz. Se vocês compararem aí, isso aqui é um quadro que mostra o quanto se importa em diferentes setores, em que máquinas representam hoje 26% do total de nossas importações. Ou seja, é ali que a tecnologia embarcada dos outros países é comprada; é aqui que se paga aquilo que não se tem. Produtos químicos, transporte e mais alguns produtos com valor agregado representam aquilo de que o Brasil precisa para a sua economia.

Por outro lado, o que nós exportamos? Basicamente, senhores, vocês sabem: minério de ferro, açúcar, soja, café, carne e aves. É essa a moeda de troca que nós temos hoje. A pergunta é onde nós vamos parar trocando o importante patrimônio que se tem, que é o setor primário, mas tendo de pagar uma conta que já não é mais possível pagar. Não é por nada que a nossa balança comercial sofre a problemática de hoje.

Se vocês compararem rapidamente, aqui, só um produto, o ferro, o nosso maior produto de exportação, que pagava a conta do setor eletroeletrônico, ele já não paga mais. Sabe-se que o ferro, por vários motivos, vale menos hoje, mercado menor, enquanto a nossa conta do déficit continua subindo. Nosso déficit, aqui, essa barra vermelha, em 2013, já superou o do ferro, e, em 2014, provavelmente, mais ainda.

É galopante o aumento da demanda por produtos tecnológicos. E, só para assustar um pouco mais, hoje em dia, sabe-se que um *laptop*, um *notebook*, equivale, mais ou menos, ao cérebro de um inseto, mas, em seis anos, ou seja, em 2040, por aí, já seria do tamanho do cérebro de um rato. Em 2060, de um ser humano, e, quem sabe, em 2080, do total dos seres humanos que habitam este Planeta. A evolução continuará a existir, e isso é muito rápido.

Temos exemplos, aí, de empresas que surgem do nada. Antigamente, levavam-se 20 anos para se criar uma empresa de US$1 bilhão. As empresas tinham essa evolução. Hoje em dia, uma empresa como, por exemplo, a Uber, que é essa empresa que viabiliza o uso de carros em vez de táxis, que é uma discussão mundial hoje, já vale US$14 bilhões em cinco anos. A evolução tecnológica existe e vai continuar acelerando.

As empresas que fazem parte dessa associação estão aí. São cerca, hoje, de 40 empresas que representam outras 200. Essas empresas nasceram no País, a maioria delas. Existem empresas transnacionais, aí, também. É uma associação que congrega aquelas empresas que queiram desenvolver tecnologia no País, não importa a origem do capital, mas é isto o que nós queremos: empresas fortes que tenham o domínio tecnológico.

Essas empresas contribuem já, não é futuro, para a nossa economia. Elas permeiam todos os setores industriais. Nós estamos falando, aí, da indústria, do comércio, da infraestrutura. São produtos eletrônicos e *softwares* que fazem a economia funcionar.

Nós estamos falando, aqui, de empresas que já exportam, que já viabilizam o pré-sal, por exemplo. Uma plataforma de petróleo hoje que está produzindo no pré-sal, por exemplo, a P58, é completamente automatizada com tecnologia nacional. Lá está a nossa engenharia fazendo funcionar um navio que é uma cidade.

Então, esses exemplos existem. Existem empresas fazendo automação de usinas hidrelétricas, com total conhecimento e tecnologia nacional.

O que fazem essas empresas? Investem fortemente em P&D, em pesquisa e desenvolvimento. A média das nossas empresas desse setor é que cerca de 14% do faturamento vão à pesquisa e desenvolvimento.

É inegável, todos sabem, a relação entre investimento em P&D e a riqueza de um país. Vocês podem ver esse gráfico aí, onde, nos Estados Unidos, uma média de 2,5% a 3% do PIB são investidos em P&D, e sabe-se o PIB *per capita* que eles têm. E aqui está o Brasil, um pouquinho acima da média, uma China investindo muito, ainda com um PIB baixo, mas certamente deslocando-se para a direita.

Bom, só para nível de comparação, pesquisa e desenvolvimento, nível mundial, é da ordem de 1,7%. O Brasil é meio por cento. Nosso tipo de empresa investe 14%. Uma indústria farmacêutica é da ordem de 10%. Ou seja, não há – não há – meios de evoluir e de fazer essa troca de valores na balança comercial se nós não tivermos um valor minimamente compatível com o que faz o mundo. Se o mundo desenvolve mais valor, nós teremos que trocar esse valor, na mesma moeda, e não vai ser com o setor primário que vamos segurar isso.

Por exemplo, uma indústria do nosso setor transforma aquilo que importa para o mercado interno. Ela importa, vamos dizer, dois, para vender aquele mesmo produto por aproximadamente cinco. Ou seja, ela multiplica...

Desculpe, aqui fiz um erro de interpretação. O nosso tipo de indústria importa um para vender por cerca de cinco. Ela multiplica aquilo que importa por cinco. Isso se chama valor agregado; é colocar inteligência em cima do insumo.

Nosso insumo fundamentalmente hoje são *chips*. O resto, tudo, é feito aqui. *Software* é feito aqui, eletrônico é feito aqui, o engenheiro é residente aqui.

Eu vou pular isso aqui.

Isso aqui é um gráfico que mostra o quanto se importa e o quanto se faz de eletrônica e de produtos nesse setor.

Aqui, é uma rápida exposição de qual a diferença de um produto importado *versus* um produto com tecnologia nacional. A um produto importado, revendido aqui, no País, se agrega cerca de 30% de valor eminentemente na questão comercial. Importando o produto, você agrega algum serviço nacional. Mas, se você desenvolve este produto aqui, nós temos 85% de valor agregado; aquilo que é construído no País. Isso significa emprego de alta qualificação, porque nós estamos empregando aí engenheiros, técnicos e softwaristas, para, baseados em alguns componentes, criar um novo produto.

Qual a nossa visão? Aonde queremos chegar com essa contribuição da associação?

É, justamente, trazer valor para os seus associados como referência e desenvolvimento tecnológico nacional.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ FRANCISCO GERBASE – Nós queremos levar estas empresas a um crescimento e à exportação daquilo que fazem aqui.

Quais são nossos desafios?

Eu não quis colocar obstáculos, porque eu acho que desafios é mais agradável. "Obstáculos" parece que é muito difícil remover. Desafios são esses aí. Este é o nosso mapa estratégico.

O que nós precisamos, basicamente, para fazer com que essa semente, ainda semente, talvez, perto de outros países, mas o que precisamos fazer para que essas empresas aumentem seu faturamento e exportem? Não podemos ficar esperando aqui, no País, a competição. Temos de ir para fora. E nós podemos fazer isso.

Talvez, o que seja mais importante no dia de hoje – e o meu sentimento é justamente a promoção da cultura de valor agregado – é fazer com que a sociedade entenda a diferença entre produzir e criar a receita do bolo.

A nossa maior dificuldade tem sido esta: fazer com que o nosso povo, o nosso governante entenda essa diferença. Não somos países mais de produzir com a força bruta do músculo. Nossa saída é uma só, é usar mais o nosso cérebro. Se nós não entendermos isso, seremos entendidos pelos outros países como países apenas de mercado potencial, como já somos.

Enfim, essa é basicamente a nossa missão, uma série de processos por baixo disso que nós temos trabalhado fortemente em todo o País, e temos um plano, sim. Esse plano nós chamamos de PDTN, Política de

Desenvolvimento Tecnológico Nacional, que publicamos no fim do ano passado nesse documento, disponível a todos vocês no nosso *site* e que também entregarei em mãos aqui ao nosso Senador; traz não só algumas propostas e soluções, mas a nossa visão de que este setor realmente pode contribuir, em muito, para todo o País, em vários setores.

O PDTN se baseia em cinco ações ao longo do tempo, que são ajustes na nossa importantíssima base de legislação, que existe – o Brasil construiu isso ao longo de 30 anos. Ela é invejável, comparada a outros países, e precisamos mantê-la e aperfeiçoá-la.

Mas temos, sim, muita coisa para fazer. Temos aí verbas do petróleo, e é preciso pensar em como se aproveitar essa riqueza que está sendo, já, produzida do pré-sal, sim, e como usar essa riqueza para alavancar esse tipo de empresa que já tem competência. Não é sonho, pessoal. São 30 anos de empresas fazendo isso. Só precisamos multiplicar isso aí.

Há outras propostas, mas eu vou encerrando por aqui.

Vamos deixar esse material para vocês e estamos abertos aqui, em Brasília, para continuar discutindo esse tema que tanto nos entusiasma, porque nós sabemos o resultado que ele traz.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Cristovam, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu sei que o correto seria falar depois, mas faz de conta que eu estou na Mesa.

Eu preferi, inclusive, ficar aqui, para ter mais possibilidade de debate.

Eu queria alertar, até para os que ainda vão, que o objetivo desta audiência é como superar os obstáculos.

Em geral, quando as pessoas vêm aqui, eles costumam falar o que eles estão fazendo – não é, Senadora Ana Amélia? – e o que já foi feito, por exemplo, nos últimos 30 anos.

Nossa pergunta é: o que a gente pode fazer nos próximos 30? Qual o dever de casa que a gente não está fazendo?

No final, eu vi; os dois últimos tocaram no final. Ou não tem problema? Já está pronto aqui e está tudo resolvido, por exemplo?

Então, o que vocês acham? – e não diretamente relacionado à área de cada um. Cada um foi convidado pelo que representa na sua instituição, claro, mas eu quero que cada um traga a ideia para o conjunto da Nação brasileira.

Como a gente vai abrir a porta para o mundo da inovação? E tomara que o Brasil passe para o outro lado desse mundo.

Acho que concordam que hoje nós estamos do lado de cá. Nós não fazemos parte dos países inovadores. Basta olhar os remédios que tomamos, os equipamentos médicos que usamos, os computadores, telefone; tudo isso foi inventado fora. Pode até ter sido fabricado aqui. O Brasil já é um país do "*made in Brazil*", mas não é um país do "*created in Brazil*". Ainda não somos um país da criação; já somos da fabricação, um passo a partir dos anos 50.

Então, a pergunta, eu queria aproveitar e insistir: o que vocês fariam se fossem Senadores, para que a gente começasse a abrir as portas para que o Brasil avance ao mundo da inovação?

Essa é a angústia que nós vivemos. Eu queria transmitir um pouco a nossa angústia. Nós não estamos com a sensação de que tudo já foi feito. Nós não estamos com a sensação de que já estamos caminhando com a velocidade necessária. Agora essa é a sensação. Pode ser errada, pode ser que seja questão de esperar mais 10 anos, 15 anos, fazendo o dever de casa de hoje.

Aí, tudo bem. Então, aí, a palavra "obstáculos" que a gente colocou na convocação dessa audiência não se justifica.

Eu estou partindo da ideia, que é uma sensação de muitos, de que há obstáculos fortes, começando pela educação de base. Começando lá, onde nós incineramos os cérebros ao negar escola. Há 13 milhões de potenciais cientistas analfabetos. Ninguém pode dizer que um daqueles cérebros não teria sido um grande cientista. Poderia vir a ser. Desperdiçamos.

Dificilmente, chegando analfabeto aos 30 anos, vai conseguir ser um grande físico ou qualquer outro profissional. Será um grande cidadão, uma grande figura humana, um personagem maravilhoso, mas talvez não um cientista. Aliás, também não chegará a ser pianista se chegar aos 30 anos sem ter se sentado na frente de um piano. Não será nem jogador de futebol se não viu bola no comecinho, se não brincou com bola.

Então, a nossa angústia, para a qual a gente trouxe vocês para nos ajudar a tentar resolver, é: quais são os obstáculos que estão atrapalhando o Brasil e como superar esses obstáculos?

Então, ao mesmo tempo em que seria bom ouvir o que é feito hoje, eu gostaria de arrancar de vocês o que é que vocês, como pessoas do ramo, têm a nos dizer sobre como apagar esses obstáculos, superar esses obstáculos, passar por cima deles, e o que é que a gente deve fazer para isso. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria parabenizar o Senador Cristovam pela provocação, que acho muito procedente, e dizer que, por exemplo, nós, aqui, do Distrito Federal, a gente tem uma cidade, a Cidade Digital, que a gente começou a conceber na época em que o Senador Cristovam era Governador do Distrito Federal, que até hoje não se desenvolveu.

Para nós que estamos na Capital Federal e que precisamos realmente de indústrias não poluentes, de indústrias de eletroeletrônicos e coisa e tal e de desenvolver realmente o cinturão industrial aqui é muito importante ouvir de V. Sªs como a gente pode superar esses obstáculos, essas condições todas, para desenvolvermos toda essa área.

Eu sonho que vamos conseguir implementar de fato a Cidade Digital no Distrito Federal até o final deste governo que estamos tendo agora, que tem apenas seis meses.

O Sr. Sérgio Pauperio e o Sr. Luiz, no final, podem dar a resposta ao Cristovam, não é? Os próximos, se já quiserem entrar nessa questão da provocação, podem ficar à vontade.

O nosso próximo inscrito para fazer uso da palavra é o Sr. Sérgio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, Brasscom.

Sérgio, de cinco a dez minutos.

Fique à vontade.

O SR. SÉRGIO PAULO GALLINDO – Muito obrigado.

Primeiramente, quero agradecer a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pelo convite e a V. Exª, Senador Hélio José, pela Presidência aqui, na Comissão, e quero destacar a participação dos demais Senadores, a quem saúdo, e, também, a participação de V. Exª, Secretária de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal, Marise Nogueira Guebel, que nos honra com a sua presença nessa audiência.

Senador, vou tentar identificar coisas bastante mais práticas que nós consideramos como inibidoras do nosso setor.

Primeiramente, uma rápida apresentação sobre a Brasscom.

É uma associação que congrega 38 empresas, estamos indo aqui para a 38ª, que acabou de se alistar. É uma associação que mescla empresas de grande porte. Cerca de 40%das empresas são norte-americanas e 30% são as grandes empresas brasileiras de tecnologia, algumas não muito conhecidas – destaco aqui nomes como a Algar, a BRQ, CI&T, a Locaweb, Linx, TOTVS, Stefanini, Resource, além de algumas outras –, e temos um conjunto de empresas francesas, alemãs, indianas e também uma empresa inglesa.

É uma associação pequena em termos de número de empresas, mas elas respondem, talvez, pela maior participação do produto do setor.

Cumpre destacar também que 60% delas são empresas que trabalham no setor de serviços de tecnologia e que 20% são empresas típicas de *software*, como é o caso da Microsoft, da Oracle, da própria TOTVS, que é o nosso grande representante local, e da Linx, e as demais são empresas de semicondutores, como é o caso da Intel, ou fabricantes de equipamentos, como é o caso da Dell, da EMC e da Cisco.

A formação do nosso Conselho reflete a diversidade das empresas e das nacionalidades. Temos dois vice-presidentes empresários brasileiros e dois executivos de empresas americanas. O Presidente é o Laércio Consentino, que também é o Presidente da TOTVS, e ali nós temos os demais Conselheiros.

A nossa diretoria é composta por três pessoas, e uma delas, o Sérgio Sgobbi, está presente nesta nossa audiência.

Muito bem. A primeira coisa que eu gostaria de passar em termos de mensagem a todos aqui é o tamanho do nosso setor, e isso é importante, porque realça a importância e o impacto desse setor em todas as áreas da nossa vida.

Então, o setor, combinando a parte de tecnologia da informação e comunicações, em 2014, produziu R$483 bilhões em termos de produção e mercado, sendo que R$252 bilhões representam a produção interna e o mercado de tecnologia da informação e comunicação, separando-se a parte de serviços de telecomunicações.

O nosso mercado interno de TI, ou de TIC, é o sétimo maior do mundo. É um mercado de R$142 bilhões, ou cerca de R$60 bilhões. Não só o tamanho absoluto, mas a participação no PIB é muito importante. O setor, agregadamente incluindo telecom, é quase 9% do PIB e emprega cerca de 1,5 milhão de trabalhadores dentro dos diversos subsetores que a gente já vai ver. E, além disso, é também um setor de alto potencial de crescimento. No ano de 2014, nós crescemos 7,7%, mas o que mais impressiona é a curva de crescimento ao longo

dos últimos anos. Eu costumo dizer que o setor de TIC é a China dentro do Brasil em termos de setor de produção que envolve várias atividades econômicas.

E, falando das atividades econômicas, aqui, nós temos um extrato das várias atividades que são contempladas dentro do setor de TIC.

O nosso mercado de provedores é, basicamente, 55% do mercado total, sendo 44% é produção de tecnologia da informação e comunicação que se verifica dentro dos nossos próprios clientes ou empresas públicas que produzem também tecnologia da informação e comunicação, como é o caso do Serpro, da Dataprev e outros.

Dentro do setor de provedores privados, cerca de 53% dessa produção é de *hardware* – ou seja, aqui nós estamos falando da parte industrial do nosso setor – e o restante, 47%, é a parte de *software* e serviços, e *software* a gente agrupa em serviço por conta do peso da mão de obra como insumo à produção.

Vale, aqui, ressalvar também as taxas de crescimento. O setor de produção de *software* e venda de *software* no Brasil, no ano de 2014, foi o que mais cresceu: 11,6%. Claro que o decréscimo da economia impactou a todos. Esse crescimento, no ano passado, em *software*, foi de 17,5%, e em *hardware*, de 18,8%. Então, houve uma queda substantiva. Mas, ainda assim, o setor, com seus 7,7%, é um setor que cresce substantivamente acima do potencial da economia brasileira.

Alguns dados a mais importantes.

Agora, falaremos de efetivos inibidores. Aqui, o primeiro deles, que é a parte de infraestrutura de telecomunicações. Nós não crescemos em tecnologia da informação e comunicação sem infraestrutura.

E, aqui, a gente tem a evolução da parte de telecomunicações em termos de linhas telefônicas de voz, que são as duas camadas inferiores do gráfico, e as linhas de banda larga, que são a parte superior do gráfico.

Nós atingimos cerca de 60% de cobertura com banda larga, *vis-à-vis* as linhas de comunicação de voz, o que é pouco para o Brasil, principalmente quando a gente considera que a parte de 4G, que é o que de fato proporciona uma experiência capaz de transformar a vida do cidadão brasileiro, ainda é pequena em relação às demais tecnologias.

Eu diria que a massificação da oferta de banda larga – e, hoje, nosso maior potencial é através de telefonia sem fio – é fundamental, é um insumo essencial para o desenvolvimento do setor como um todo.

Então, a infraestrutura de comunicação deve ser tratada com a mesma prioridade, com o mesmo enfoque, por exemplo, com que se tratam estradas e ferrovias. É a infovia do futuro que vai levar ao desenvolvimento do setor como um todo.

Um segundo aspecto aqui é a produção de dispositivos, porque não adianta você prover por comunicação se nós, cidadãos, todos nós, não tivermos o dispositivo para acessar.

E aqui a gente vê uma brutal transformação do perfil de utilização das tecnologias de comunicação. As duas curvas superiores, a azul e a roxa, são os novos dispositivos de acesso, os *smartphones* e os *tablets*, que todos aqui já estão equipados com eles.

Reparemos que a taxa de crescimento de 2010 até 2014 foi de 80% ao ano só nesses dispositivos, que, praticamente, passaram a dominar toda a oferta de dispositivos e eliminaram, praticamente, os celulares tradicionais, aqueles que só carregam voz, o que significa dizer que, hoje, a capacidade de processamento e uso das aplicações está na mão de cada cidadão brasileiro, e isso tende a continuar.

Daqui vem já, uma segunda decorrência: os incentivos de produção local precisam ser trabalhados. A gente precisa aperfeiçoá-los e torná-los mais ágeis e inserir o Brasil nas cadeias globais de produção. Isto, para que toda a sociedade possa se beneficiar do uso dessa comunicação.

Estamos caminhando para uma computação cada vez mais na nuvem, cada vez mais centralizada. O crescimento exponencial que nós observamos na parte de oferta de dispositivos não se verifica no crescimento da infraestrutura computacional. As duas camadas superiores desse gráfico falam do crescimento dos servidores e do *storage*, que são os equipamentos que vão ter dentro dos grandes centros de dados, os *datacenter*. Crescemos linearmente nessa área. O que é que isso significa dizer? Que o Brasil tem uma vantagem competitiva que é a nossa reserva de mercado própria do idioma. Muito do que a gente consome é produzido no Brasil e está sendo armazenado no Brasil, mas desse gráfico a gente pode inferir que muitas das aplicações que hoje são disponibilizadas a cada um de nós estão sendo processadas e armazenadas em *datacenters* fora do Brasil. O Brasil está subinvestido nessa área. E por que isso não é de se estranhar? Fizemos um estudo em conjunto com o MCTI, contratada a Frost & Sullivan, que mostra que o custo de investimento no Brasil para implantação de um *datacenter* é 42% mais caro do que o custo equivalente nos Estados Unidos, para um *datacenter* típico de US$60 milhões, US$61 milhões de investimento. E cerca de 80% dos insumos de construção são equipamentos importados.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO PAULO GALLINDO – Precisamos trabalhar a desoneração disso, porque a cadeia é onerada em mais do que 22%, em toda a parte de investimentos, e é uma desoneração que não causa prejuízo ao Erário, porque ou a gente desonera e tem o investimento, ou o investimento não vem.

O mesmo acontece na parte de operação. O Brasil também é cerca de 26% mais caro, ou, por outra, 64% mais caro do que os Estados Unidos em operação de *datacenter*. Também é uma carga tributária muito forte.

Um segundo ponto, que nós estamos agora debatendo, e esse ponto acabou de chegar ao Senado, é a questão da desoneração da folha de pagamento.

Quando esse mecanismo foi introduzido, em 2011, aqui, no Brasil, o setor de TIC foi utilizado como setor piloto dessa política pública, que, para nós, foi uma política estruturante. Um setor que sofria de falta de competitividade internacional, tem uma força de trabalho que ganha 2,2 vezes mais do que a média de salário nacional, um setor que compete internacionalmente e que tem a maior longevidade educacional entre seus trabalhadores precisava de um instrumento de incentivo ao seu desenvolvimento.

Quando nós analisamos o impacto dessa política no setor de 2010 até 2014, nós vemos um crescimento de 88 mil postos de trabalho dentro de uma base de quase 415 mil que foram produzidos até o ano passado e que haveria uma tendência a continuar o crescimento nos próximos anos, atingindo mais 12 mil postos de trabalho, mas é significativo mostrar que o crescimento da receita do setor – ali, o número está errado, eu peço perdão – que foi de 14,6%, foi menor do que o crescimento da renda do trabalhador, que foi de 16,4%, e a manutenção disso é importante.

O que nós avaliamos como consequência desse dever de casa é que o setor produziu equilíbrio arrecadatório se nós somarmos a parte previdenciária, o imposto de renda da pessoa física e o FGTS, que, no segundo ano, já produzimos um superávit arrecadatório de cerca de R$157 milhões em relação a 2011, quando a política foi adotada no Brasil, e que, no ano passado, já produzimos um superávit acima de R$524 milhões.

Muito bem.

Quais são – vou passar esses eslaides aqui rapidinho – os riscos que o setor hoje corre? E, aqui, nós temos, de imediato, nas nossas mãos algo para ser feito. A aprovação que veio da Câmara dos Deputados para o Senado Federal, mantendo o aumento da alíquota da contribuição previdenciária para 4,5%, tem o poder, por si só, de produzir uma erosão dos empregos, nos próximos dois anos e meio, de cerca de 81 mil postos de trabalho e uma erosão de salários de 0,5% ao ano. Ou seja, o aumento da contribuição desorganizará um setor de serviços que levou quatro anos para ser construído, e essa desorganização não é um bom negócio, porque, dentro do agregado das arrecadações nos três anos, se nós mantivéssemos a política do jeito que ela está hoje, teríamos um superávit R$360 milhões de arrecadação.

Pulando o próximo *chart*, eu diria que nós, a partir de duas semanas atrás, começamos um engajamento dentro do setor e estamos propondo para debate, nesta Casa, o conceito de uma reoneração da folha de pagamento republicana. Nós entendemos que, pelos méritos do setor, *vis-à-vis* o desenvolvimento de serviço e tecnologia, nós precisaríamos manter a política como ela está hoje – 2% de alíquota e obrigatoriedade do recolhimento sobre a receita bruta –, mas nós estamos abrindo aqui uma possível discussão para que adotemos que... O recado que a Câmara nos deu é que o único setor que merece ser mantido como está é o setor da cesta básica. Mas nós estamos aqui propondo ao Senado que reflita que o sacrifício que seja feito seja equitativo para todos os setores: uma possível alíquota de 3% para os setores contemplados no art. 7º e de 1,5% no art. 8º, mantendo-se a obrigatoriedade do recolhimento sobre a receita bruta, porque esse recolhimento é um importante instrumento de inibição da informalidade do trabalho, que foi uma característica do nosso setor nos anos anteriores a 2011.

Então, aqui, Senador, vai uma primeira medida prática, está certo? E mais: essa política é estruturante. O Brasil precisa dela no longo prazo. Então, que esse aumento das alíquotas da desoneração seja temporário, que ele seja anticíclico no aumento, não na redução, porque nós precisamos ser competitivos.

Então, aqui, nós estamos colocando uma discussão para esta Casa que já está apoiada por essas quatro entidades. E o nosso setor é o único em que as associações patronais, Abes e Brasscom, o nosso sindicato patronal, o Seprosp, a Confederação Nacional dos Serviços, que está por detrás do Seprosp, o nosso sindicato dos trabalhadores, o SindPD, e a Central dos Sindicatos do Brasil, que também é dos trabalhadores, estão unidos em prol dessa Casa. É uma medida concreta.

Seguindo, ainda, em assuntos concretos nesta Casa... Peço perdão por estar me estendendo, mas vou usar o tempo da IBM, que está desculpada por problemas de saúde. Eu até conversei com eles...

Também está nesta Casa o projeto de lei de terceirização, outro projeto absolutamente essencial para a saúde do nosso setor.

O nosso setor, como eu já disse, não defende a precarização do trabalho. Ele entende, por outro lado, que uma lei de terceirização moderna é a melhor arma para a gente coibir a terceirização do trabalho, porque nós já temos, no Brasil, 12 milhões de trabalhadores terceirizados.

Quais são as características que nós gostaríamos de ver tratadas aqui nesta Casa? Primeira, a questão de distinção de atividade-fim e atividade-meio. O nosso setor é um setor que tem a terceirização de atividade-fim como parte de uma política moderna de gestão empresarial. Não é incomum que um grande integrador de serviços de informática, ao ser contratado pelos seus clientes, tenha competência para executar 70% do serviço e recorra à terceirização para empresas menores e mais especializadas para os outros 30%. É terceirização de atividade-fim, sim, mas é uma terceirização visando eficiência, visando economia, visando a especialização técnica. E é isso que está por trás da terceirização no mundo inteiro: a superespecialização das atividades.

Outro assunto importante: a lei introduziu um grau de oneração sobre a terceirização não só em termos de cauções, de reservas, de fianças, mas também de substituição tributária, o que pode inviabilizar uma moderna política de gestão pela sua onerosidade. Precisamos analisar essas questões e aperfeiçoar esse instrumento. O fato é: precisamos, sim, de um instrumento legal que nos permita segurança jurídica nas terceirizações. A economia também se traduz em dinheiro. Nós temos, hoje, cerca de quatro milhões de novos processos trabalhistas entrando na Justiça do Trabalho com um estoque de 3,9 milhões de processos.

Todo o aparato da Justiça do Trabalho – números publicados pelo CNJ – custa ao Brasil R$13 bilhões por ano, e nós temos, presos no balanço das 36 maiores empresas de capital aberto do Brasil, R$25 bilhões em provisões ou reservas por litigância trabalhista. Custa caro. A gente precisa reduzir a insegurança jurídica na área das relações de trabalho, e esse projeto é um início.

O setor não se move só pelo presente; o setor de TIC se move pelas tendências, e há uma necessidade constante, eu diria que paranoica, de que o setor esteja sempre motivado e se preparando para usar as novas tendências e criar as novas soluções. Destacamos cinco aqui: computação em nuvem, parte analítica, *big data* – a própria Presidente, na visita aos Estados Unidos, nos inquiriu, e não tínhamos a resposta, quantos engenheiros de algoritmo nós tínhamos no País e disse que o Google tem seis mil, mas a gente vai levantar essa informação –, internet das coisas, que, como onda tecnológica é a maior onda que nós temos pela frente, com a possibilidade e um mercado de quase US$9 trilhões em nível mundial, redes sociais, em que o Brasil já é líder, com mais de 70 milhões de brasileiros conectados, e segurança digital, que é fundamental hoje, perpassa por todos os setores.

Eu vou destacar aqui apenas internet das coisas, que é esse fenômeno incrível em que os objetos, os sensores, a física que nos cerca será e deverá ser conectada à internet, e ela vai interagir naturalmente conosco, com todos os seres humanos, com todas as empresas. Estamos falando de ir de cerca de 15 bilhões de dispositivos conectados para cerca de 50 bilhões. Então, não são só os computadores que vão fazer parte da nossa vida, mas tudo. Tudo.

No Brasil, nós temos convicção de que há algumas áreas em que há vocações naturais para o florescimento dessa tecnologia dentro do conceito, como o colega falou ali, de criação de tecnologia. A agricultura é uma delas.

Este é o exemplo de uma máquina produzida por um fabricante nacional, a Jacto, que já vem equipada com computação embarcada. Nós precisamos conectar todas essas máquinas e criar uma grande internet das coisas nas áreas em que nós temos competência.

E, aqui, o que a Brasscom tem feito atualmente – e essa é uma outra área de engajamento com esta Casa – são estudos visando produzir políticas públicas que possam identificar o que a gente chama, em inglês, de *sweet spots* para o Brasil, as intersecções das verticais, em que nós temos vocações naturais, com os subsetores onde nós podemos recuperar o atraso.

Nós cremos que há um potencial para o desenvolvimento de uma nova indústria de semicondutores, talvez de baixa complexidade, voltada a sensores, das diversas formas que estão surgindo: *beacons*, sensores agrícolas de umidade, de acidez, sensores de insetos, sensores de energia, sensores vestíveis. Há uma oportunidade, mas há uma oportunidade ainda maior de alavancar as vocações naturais, como é o caso da produção de *software* e integração de grandes sistemas e operação de grandes sistemas. É uma outra pauta a trabalhar aqui, nesta Casa.

E, aí, eu faço aqui um resumo. Eu não vou entrar em detalhes aqui, porque já me estendi demais, mas, além das questões que estão em tramitação na Casa, – já falei de duas delas: a terceirização e o projeto de lei da desoneração da folha de pagamento –, também tramita aqui, no Congresso Nacional, a lei que mexe com o ISS, de importância fundamental para o setor, não só para os serviços, mas também para a parte dos serviços em nuvem, e vem aí no segundo semestre a uniformização do PIS e Cofins pelo regime não cumulativo, que

tem o condão de criar um aumento de carga tributária enorme no setor de serviços. Precisamos discutir isso e tomar as decisões corretas.

Várias políticas públicas de instrumento e fomento, que temos listadas ali, passam pela Lei do Bem. Até vou deixar aqui para o Sérgio Cavalcante comentar um pouco sobre essa questão de inovação. Precisamos continuar aperfeiçoando essas políticas. Passam por internet das coisas, de que eu já falei, passam pela proteção e aceleração da produção de propriedade intelectual no Brasil. Precisamos ter um sistema de produção e reconhecimento de patentes e proteção a essas patentes. Precisamos estar interligados com os Estados Unidos. Patente é dinheiro, e o Brasil não tem esse hábito, não valoriza isso. Isso está no centro da inovação, porque a inovação é P&D aplicado.

O Senador Cristovam Buarque falou sobre capital humano. Aqui, nós precisamos massificar a produção de mão de obra e aumentar o intercâmbio dessa mão de obra no mercado internacional. Propusemos à Presidenta Dilma, na missão aos Estados Unidos, criar um estágio sem fronteiras, permitir ao estudante brasileiro passar dois anos nos Estados Unidos trabalhando. Eu experimentei isso. Eu fui aos Estados Unidos fazer mestrado em Ciência da Computação e me foi permitido, pelo estágio, pelo financiamento da Comissão Fulbright, ficar um ano e meio trabalhando nos Estados Unidos, e isso mudou a minha carreira. É isso que a gente precisa fazer para todo mundo.

E precisamos também reconhecer que o trabalhador da era do conhecimento é um trabalhador que não é hipossuficiente diante do empregado. Ele quer flexibilidade no seu tempo, ele não se incomoda de trabalhar longas horas, mas tirar um dia de folga. Ele não precisa, às vezes, do rigor na sua hora de almoço. Ele tem autonomia para negociar inclusive a sua própria remuneração. O trabalhador do futuro é quase que um empreendedor, e a nossa lei laboral hoje é rígida. A gente também precisa pensar em como adaptar o nosso marco legal laboral para esse trabalhador do conhecimento.

Em resumo, Srs. Senadores, Exªs, fica aqui uma proposta muito concreta: que nós possamos ter aqui, com base no art. 7º do Regimento Interno desta Casa, a criação de uma subcomissão, dentro desta Comissão de Ciência e Tecnologia, voltada à tecnologia da informação e comunicação em que possamos reunir os melhores especialistas da indústria, das associações, com os especialistas desta Casa, para passar claramente, como o Senador Cristovam nos provocou, das ideias às proposituras e das proposituras às novas políticas públicas, que vão nos permitir não só manter a pujança do setor no seu tamanho, no seu crescimento, mas também na transversalidade que ele tem como indutor de modernidade de inovação, de eficiência para a sociedade, para os agentes econômicos e para os Estado brasileiro na prestação do serviço ao cidadão.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Peço desculpas, mas aqui, ao lado, está havendo uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e estão cobrando minha presença, porque faltam três votos para aprovar um diretor da CVM, e é muito ruim a gente ficar com a votação pendente.

Além disso, logo em seguida começa uma audiência com o pessoal do Tribunal de Contas para discutir as contas da Presidente Dilma e eu fui um dos autores da convocação. Então, eu vou ter que ir lá, mas tentarei voltar o mais rápido possível.

Devo dizer aos cinco que tudo isso aqui está sendo gravado e é transcrito, e nós nos debruçamos para ler tudo isso com muito cuidado, e daqui vai sair um documento final com a opinião de cada um de vocês.

Então, não se preocupem com o fato de sermos poucos aqui, pois cada um de nós tem muitas outras atividades, mas tudo isso vai ser usado. Além disso, em algum momento, a TV Senado vai passar as falas de vocês, pois esta é uma audiência que traz muitas vantagens para todos nós. Creio que vamos ter, sim, subsídios para a ideia de como superar os obstáculos à inovação no Brasil.

Então, peço desculpas por meu ausentar, mas vou tentar voltar aqui, mas eu sou um dos autores da convocação e, ao mesmo tempo, tenho que dar esse voto lá.

Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Cristovam, tranquilo.

Eu queria convidar o Senador Omar para dirigir aqui, para eu dar o voto também lá para a CVM, porque faltam três, mas voltarei imediatamente depois do voto. Eu acho que isso não tem demora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O próximo inscrito...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não sou da Comissão de Ciência e Tecnologia – estou aqui por interesse na matéria –, mas quero fazer uma observação quanto à fala do Sérgio Gallindo sobre terceirização.

Eu gostaria de informar que estive com o Ministro do Trabalho, Manoel Dias, e junto com a Presidente da Assespro no Rio Grande do Sul, que é ligada a TI, para tratar exatamente dessa matéria.

Como acontece em alguns setores, como o setor automotivo, por exemplo, que tem o chamado sistemista, que tem um tratamento diferenciado no contrato de trabalho, também pensamos que, pela natureza desta atividade, é possível. Mas o Ministro criou um grupo de trabalho e entendeu, teve sensibilidade, – ele tem uma assessoria também sensível à natureza da atividade de TI – e está em Porto Alegre para discutir, iniciar o debate em torno desse assunto da terceirização, avaliando exatamente a natureza e as características.

Então, é uma demanda que encaminhamos pela Assespro, pela Presidente Letícia, para encaminhar. Eu queria até registrar o agradecimento ao Ministro Manoel Dias pelo seu trabalho, que foi de grande sensibilidade para esse assunto, e por ele ter assessores que também conhecem o tema, e criar um grupo de trabalho já é um primeiro passo para entender a diferença.

Os dois setores que hoje, no Brasil, na crise econômica, estão sustentando a economia são a agricultura e a área de TI.

Muito obrigada.

O SR. SÉRGIO PAULO GALLINDO – Senadora, folgo em saber dessa sua informação e nos colocamos inteiramente à disposição para participar dessas discussões, desses grupos de trabalho.

A Brasscom e a Assespro trabalham muito próximas em várias pautas de desenvolvimento do setor. Então, felicito-a por isso e também o Ministro e nos colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Maioria/PSD – AM) – O próximo orador é o Sr. Virgílio Augusto Fernandes Almeida, Secretário de Políticas de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. VIRGILIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA – Bom dia a todos!

Mais uma vez, eu queria agradecer o convite da CCT para vir aqui falar sobre a tecnologia da informação no Brasil e agradecer ao Senador Omar Aziz, que é o Presidente eventual desta Comissão.

Eu vou tentar dar uma visão estratégica de por que o Brasil tem que investir cada vez mais em tecnologia de informação. Na verdade, vou mostrar por que isso tem que ser urgente para o País. Não podemos esperar pelas razões que vou mostrar aqui.

Eu gostaria de dizer que o Ministro Aldo Rebelo tem dado uma prioridade, tem dado uma importância clara a esse setor de tecnologia de informação em todas as suas ações, inclusive nas questões relativas ao orçamento do Ministério.

Basicamente, vou ser bem objetivo falando sobre a economia digital e o crescimento econômico, a globalização e o panorama brasileiro de tecnologia da informação e inovação e as barreiras ao desenvolvimento.

O primeiro ponto é claro. Tecnologias digitais são elementos-chaves das modernas agendas econômicas, industriais e políticas. Se olharmos, no cenário internacional, as questões de relações internacionais, as questões econômicas, veremos que todas elas hoje passam por debates relativos a dados, a tecnologias digitais, a monitoramentos internacionais, a movimentação de dados, e nós vamos ver que são essenciais na formalização desse setor.

Por exemplo, a Alemanha considera que o setor digital é chave para o crescimento econômico alemão. E não só para o setor digital, mas para o crescimento da própria indústria automobilística alemã. O Ministro das Finanças da Alemanha, há pouco tempo, deu uma declaração dizendo que a Alemanha não exporta veículos, exporta *software* sobre quatro rodas. Cada vez mais se liga à necessidade da modernização da indústria através das tecnologias digitais. A União Europeia, por exemplo, diz que 21% do crescimento de produtividade do produto interno bruto deve-se às tecnologias digitais. Ou, por exemplo, mais recentemente, o Primeiro Ministro da China, numa proposta do governo de modernizar a indústria chinesa, coloca um plano de expansão da internet como chave da modernização, não do setor de TICs, mas modernização da própria indústria chinesa. E, mais recentemente ainda, um país também em desenvolvimento, a Índia, propõe um grande plano chamado A Índia Digital.

Então, o que estamos vendo é que os países se preparam para ocupar o espaço nesse futuro digital. E é aí que o Senado tem um papel muito importante neste País.

Para se ter uma ideia, essa tabela mostra qual era o valor das principais empresas de internet em 1995 e 20 anos depois. Em 1995, as principais empresas de internet tinham um valor de mercado de US$16 bilhões; 20 anos depois, esse valor alcança a cifra US$2,415 trilhões.

Mas há vários fatos importantes: primeiro, o tamanho dessa economia; segundo, nós só temos empresas americanas ou chinesas entre as grandes empresas da internet. Ou seja, a economia cresce de uma maneira

veloz nesse setor digital, das empresas de internet. Certamente, não temos nenhuma empresa nesse setor, mas, com ações estratégicas do País, poderemos ter grandes empresas brasileiras nesse setor.

Outro ponto importante é o tamanho dessa chamada economia da internet.

Um estudo recente da OCDE mostra uma previsão da economia para 2016. Nós temos ali o PIB desses países. Naquela coluna depois das bandeiras nacionais, temos, por exemplo, o Reino Unido com uma estimativa de US$2,3 trilhões de PIB para 2016, sendo que 8% desse PIB devem-se à economia da internet. O Brasil tem a expectativa de US$2,1 trilhões e a economia de 2,2%, abaixo do valor médio dos países em desenvolvimento e bem abaixo também dos países desenvolvidos.

Isso tem duas leituras interessantes. A primeira é que precisamos crescer, mas, principalmente, que temos espaço para crescer. Essa talvez seja a mensagem mais importante. Se o Governo, se o Senado e a Câmara propuserem legislações adequadas, temos condições de crescer rapidamente nesse setor.

E o mais importante, respondendo ao Senador Cristovam Buarque, é que temos que agir rapidamente, porque as mudanças ocorrem muito rapidamente. Vou dar dois exemplos aqui: primeiro, este é o crescimento da *web*, que é o que a gente usa todos os dias na internet. Em menos de 20 anos, nos países ricos, 80% da população acessa a *web* de maneira constante; no mundo, 40%; e nos países em desenvolvimento, 20%. O Brasil está em torno de 50%.

Mas o mais importante é esse pequeno gráfico aqui. Os telefones demoraram 75 anos para alcançar 50 milhões de usuários, a internet demorou quatro anos, e o joguinho *Angry Birds*, que muitos devem conhecer, demorou 35 dias para alcançar 50 milhões de usuários. Isso mostra a dramaticidade da velocidade dessa evolução. O País tem que agir rapidamente, o País tem que acelerar para entrar nessa economia digital.

Outro exemplo claro é o WhatsApp. Em menos de três anos ele atingiu 30 bilhões de mensagens por dia, e o SMS, que todo mundo usava antigamente, caiu aceleradamente.

Tudo isso passa uma mensagem clara: o País tem que se preparar para essa rapidez dos novos tempos.

Outro ponto importante – acho que é algo que já foi falado pelos outros participantes – é que as questões das tecnologias digitais não se restringem mais a um único setor. Daqui a pouco vai ser sem sentido falar no setor de TICs, pois todos os setores serão digitais. Toda a indústria depende das tecnologias digitais, e aquilo mostra essa revolução da internet das coisas ou da internet industrial. Todo processo produtivo vai depender dessas tecnologias digitais. E quando falo de tecnologias digitais, estamos falando de internet, de *software*, de redes, tudo isso interligado.

Globalização e o panorama brasileiro de TI.

Só para chamar a atenção dos Srs. Senadores, o mapa de cima tem as rotas comerciais do passado, onde os navios faziam o comércio das mercadorias, e embaixo nós temos as rotas dos cabos óticos, por onde passam os dados do comércio, onde passa a riqueza global. Nós podemos notar que essa riqueza trafega principalmente entre a América do Norte, a Europa e a Ásia.

O Brasil, uma exceção no Hemisfério Sul, tem oito cabos ligados aos Estados Unidos. Inclusive, para ir para a Europa, o Brasil passa pelos Estados Unidos, o que gera algumas questões importantes e estratégicas para o País. O Brasil está, no momento, trabalhando em um projeto concreto de criação de um cabo que vai ligar Fortaleza a Lisboa, e a Telebrás é uma das empresas acionistas participante desse projeto.

Então, ali está a clara representação da amostra desse mundo digital, das interações entre comércio e riqueza neste mundo digital.

Outro ponto interessante é mostrar que os países, hoje em dia, são classificados por um índice – isso foi publicado na *Harvard Business Review* há três meses – de evolução digital. Nós temos na parte de cima os países que estão à frente, que são Cingapura, Hong Kong, Suíça, Estados Unidos, aquele grupo de *Stand Out,* temos os países que ficaram para trás, que são República Tcheca, Hungria, Egito, Quênia, temos os países que pararam no tempo, como a França e a Itália, e temos os países que têm chance e estão evoluindo rapidamente, que são Brasil, México, Chile, Turquia, China, Tailândia.

O importante desse gráfico é dizer que podemos tanto subir quanto descer. Isso vai depender das ações do Governo, vai depender das condições criadas no País.

O panorama digital no Brasil – já foi falado – é um setor enorme e importantíssimo por duas razões: pelo tamanho que ele representa – aproximadamente 8% do PIB – e, principalmente, por ser o setor que leva a inovação aos demais setores da sociedade. Então, se buscamos a produtividade, se buscamos ter uma sociedade, uma economia mais competitiva, ela passa, necessariamente, pelo setor das tecnologias digitais.

Não vou ler cada um desses dados, mas um ponto importante que nós, Governo e setor privado, precisamos usar melhor é essa capacidade que o Brasil tem, que a sociedade brasileira tem de ser receptiva às novas tecnologias. Somos o segundo país em uso do Facebook, somos um dos quatro maiores mercados do Google, somos um dos três maiores mercados do Twitter... Isso tem uma adesão rápida da sociedade brasileira, e não

só apenas na questão das relações sociais, desse lado mais lúdico das tecnologias digitais, mas do lado, muito essencial ao País, por exemplo, do setor financeiro. Ali, temos um crescimento de números de transações financeiras que passam pela internet. Alguns bancos, hoje, chegam a ter 91% de suas transações financeiras passando pela internet. Ou seja, isso é vital ao setor financeiro. E o setor financeiro responde bem a isso.

Ali, nós temos os investimentos do setor financeiro em 2014: US$11,9 bilhões em investimentos em tecnologia de informação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VIRGILIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA – É fundamental também, mas talvez não tenha a magnitude do setor financeiro.

Então, o setor financeiro mostra quão essencial e quão crítico é esse setor para o País. E o que nós temos no Brasil para isto? Nós temos, como já foi mencionado aqui, um arcabouço legal e institucional muito importante para a construção desse futuro. Nós temos a Lei de Informática, com a Portaria nº 950, a Certics, que é a Certificação de Tecnologia Nacional de Tecnologia de Software e Serviços, para utilização da Lei do Uso do Poder de Compra, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e *Displays*, a Lei do Bem... Esses mecanismos já são extremamente importantes para acelerar o Brasil na direção de um Brasil digital, mas também precisam de algum aperfeiçoamento.

A Lei de Informática, no ano passado, foi renovada aqui, no Congresso, no Senado e na Câmara, por mais 20 anos. Ela tem sido essencial, como tem sido mostrado aqui.

O Brasil tem também uma construção muito importante, o arcabouço institucional para a governança da internet, que é o Comitê Gestor da Internet, que faz 20 anos este ano e dá ao Brasil, internacionalmente, o modelo mais moderno de governança da internet. Não é apenas o governo, mas o governo, o setor privado e a sociedade civil, a academia, compõem esse Comitê Gestor da Internet, que foi o inspirador de uma legislação hoje considerada exemplar no resto do mundo, que é o Marco Civil da Internet.

O próximo passo importante é a Lei de Proteção de Dados Pessoais, que esteve sob consulta pelo Ministério da Justiça e que vai ser fundamental para esse Brasil digital, onde dados são elementos tão importantes quanto outros insumos.

Em relação a programas estratégicos, temos o CEI Brasil, para construção da indústria de semicondutores, e temos exemplos importantes da indústria de semicondutores, como o Ceitec, que é uma empresa do Governo, mas tem a HDMI, com Smart, e o projeto da Unitec, em Minas Gerais. Enfim, são vários projetos mostrando que a indústria de semicondutores, ainda que pequena, vem crescendo no País e é fundamental para essa soberania tecnológica que o País, necessariamente, tem que alcançar.

O próximo ponto é a política industrial do Brasil. É a política para *hardware*, semicondutores e *displays*, são os incentivos, é a formulação, através de legislação. É importante dizer que a legislação é fundamental para dar uma estrutura permanente para o setor, porque, às vezes, as políticas mudam, o governo muda, mudam os ministros, mas a legislação permanece. Então, temos que ter legislações modernas que possibilitem a entrada do Brasil como um *player* importante neste mundo digital.

Temos, por exemplo, também, programas estratégicos como o de *software e* TI Maior e temos um programa para criar uma ciberinfraestrutura para pesquisa e desenvolvimento. Vou mostrar alguns exemplos concretos.

Por exemplo, o TI Maior tem várias iniciativas. Há um grande programa de *startups*, chamado de Startup Brasil, foi lançado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em 2012, e o Brasil Mais TI, que é um despertar vocacional para os jovens. Por lá já passaram mais de 160 mil jovens, que treinam a qualquer hora do dia. São cursos gratuitos oferecidos pelo Governo. O mais interessante é que, observando os horários de pico do treinamento desses jovens – isto me surpreendeu muito –, um dos horários de pico é quatro horas da manhã. Por quê? Porque é um horário antes do trabalhador da indústria, do trabalhador da construção civil sair. E eles querem fazer esses cursos para se qualificarem para um emprego melhor.

Então, temos que trabalhar cada vez mais oferecendo condições.

Outro ponto importante é a atração de centros globais de pesquisa e desenvolvimento para o Brasil.

E aqui o Certificado de Tecnologia de Software para uso nas compras públicas, na margem de preferência.

Ciberinfraestrutura. Se compararmos, temos as estradas, que são importantes hoje, mas temos que preparar o País para ter uma infraestrutura cibernética para as universidades, para os institutos de pesquisa. E isso o Ministério da Ciência e Tecnologia tem feito, por exemplo, através dessa combinação de redes, capacidade de armazenamento, computação em nuvem e supercomputação.

A Rede Nacional de Pesquisa tem 1.219 instituições ligadas a ela e 3,5 milhões de usuários em 27 Estados. Todos os Estados da União estão ligados, alguns deles com uma capacidade extremamente competitiva internacionalmente, entre eles Rio, São Paulo, Brasília e Minas Gerais. Instalamos computação em nuvem

em dois *datacenters* na Região Norte, um em Recife e outro em Manaus, e, em agosto, agora, o Ministro deve inaugurar o Centro de Supercomputação em Petrópolis, que coloca o Brasil como sede de um dos 50 maiores computadores existentes em operação. Tudo isso é para que tenhamos no País condições para que os jovens se aperfeiçoem e façam aqui o desenvolvimento tecnológico.

Startups Brasil. Vemos que essa iniciativa atrai. Em dois anos, foram quase três mil, sendo que 600 projetos vêm de outros 37 países. Ou seja, o Brasil atrai talentos. Nós queremos atrair talentos para o País.

Centros Globais de P&D. A IBM tem um centro, a Google tem um centro de desenvolvimento, a GE, a HP, e, nos últimos quatro anos, a Microsoft, a Intel, a EMC^2, a SAP, a Huawei e a Baidu assinaram memorandos de entendimento para instalação de centros de P&D no País.

Um ponto fundamental – já estou chegando próximo ao final – é a formação de capital humano para tecnologias. Nós temos 69 programas de pós-doutorado em computação, sete programas em nível 7 da Capes, que é o mais alto, 25 programas de doutorado, 67 programas de mestrado, 2.000 cursos superiores.

Também temos o programa de formação de engenheiros para semicondutores, onde o Rio Grande do Sul tem uma grande concentração de empresas não só na região de Porto Alegre, mas também em São Leopoldo, na Unisinos, temos o Brasil Mais TI, que é uma plataforma de capacitação *online* do MCTI junto com o MEC, com cursos gratuitos, onde mais 150 mil jovens já foram treinados.

Então, trabalhamos no Governo para fortalecer isso. Mas ainda há muito o que fazer e vou colocar isso.

Bem, aí chegamos à questão de qual a ligação das tecnologias digitais com inovação? A inovação é chave e as tecnologias digitais são uma chave para a inovação. E vou mostrar o porquê.

Uma pesquisa feita nos Estados Unidos há dois anos perguntou à sociedade ampla, em termos de empresas, da academia, quais os dez produtos em companhias que mudaram o mundo nos últimos dez anos. Qual foi a resposta obtida? Desses dez produtos, nove são ligados à tecnologia da informação: *e-mail*, Google, iPhone, Amazon, Netflix, Twitter, Facebook, YouTube, Craigslist. Isso foi há dois anos. De dois anos para cá, outras surgiram que são inovações: Uber, RBI & B, Snapchat, Instagram.

Ou seja, a inovação está essencialmente ligada a esse desenvolvimento das tecnologias digitais, e o Brasil tem que entrar nesse barco com mais intensidade.

Pois bem, quais são as barreiras ao desenvolvimento da tecnologia da informação no País? Primeira: devemos ter uma visão do que queremos para esse futuro digital. Esta visão é clara: todo brasileiro tem que ter acesso a esse Brasil digital. Ele tem que ser inclusivo. Os cidadãos têm que estar confiantes e habilitados a usarem os recursos e serviços digitais, de modo a aumentar a qualidade de vida e as possibilidades de trabalho. Isso tem implicações fundamentais. Nós temos que criar um ambiente seguro no País. Precisamos ter um setor da economia digital forte, inovador e, principalmente, competitivo internacionalmente.

Eu mostrei, naqueles mapas, tudo interligado. O mundo é interligado. Se focalizarmos apenas no mercado interno, não teremos condições de ter produtos que façam essa diferença. Precisamos ter empresas brasileiras, especialmente as pequenas e médias, usando amplamente as tecnologias digitais de modo a operar *online*, capturar oportunidades locais e globais, aumentando o faturamento doméstico internacional. Precisamos ter um crescimento sustentável, inteligente e inclusivo.

Quais são os pontos que eu acho necessários? Primeiro, formação de recursos humanos qualificados. E aí os senhores podem dizer que já temos vários programas. Mas nós não temos a escala compatível com um país que é a sétima economia do mundo. Nós temos que formar muito mais gente do que nós formamos hoje.

E eu classifiquei em duas categorias: precisamos ter engenheiros e cientistas de computação de classe internacional, que sejam, por exemplo, competitivos numa contratação para uma grande empresa global, competindo com os engenheiros dos Estados Unidos, com os engenheiros do Reino Unido, com os engenheiros da França. Nós temos alguns, mas não na dimensão de que o País precisa.

Precisamos ter tecnologias digitais como parte da formação do ensino fundamental e do ensino médio. Nós temos que ter um foco que até hoje tem sido deixado de lado. Nos Estados Unidos, esse foco se chama STEM, que é Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática. Temos que dar essa formação ampla para o jovem brasileiro.

Outro dia saiu um anúncio interessante de um grande jogador de basquete americano fazendo cursos de programação. Uma revista americana perguntou a ele por que ele estava gastando tempo aprendendo a programar. Ele respondeu que, se ele não aprender a programar, não será capaz de entender a complexidade do mundo moderno.

Então, precisamos disso. Precisamos treinar em grande escala alunos com capacidade de entender a matemática, precisamos aumentar o contingente de engenharia, de tecnologia e de ciências. Nós precisamos de investimentos em P&D em áreas estratégicas permanentes e crescentes. Temos tido investimentos, mas eles, às vezes, oscilam. Como, por exemplo, podemos sonhar em ter um Brasil digital se não tivermos uma ciberse-

gurança adequada não só para o sistema financeiro, mas para o próprio Governo, para as suas informações, para a sociedade? Então, essas áreas estratégicas... E o Ministro Aldo Rebelo tem falado repetidamente na importância de a cibersegurança ser um programa do Estado brasileiro. Então, temos que definir, e o Senado tem o papel muito importante de nos dar essa visão.

Temos que ter uma expansão acelerada do acesso aos serviços digitais, seja através da expansão da banda larga, com o Banda Larga para Todos, seja, também, através da expansão de dispositivos e de serviços que o próprio Governo tem que oferecer à sociedade.

Vou dar um exemplo. O Primeiro-Ministro da Índia, recentemente, disse que quer, ao final de seu mandato, que todo indiano, 1,2 bilhão de indianos, possa resolver os seus problemas com o governo com um celular de baixo custo ou um *smartphone* de baixo custo.

Então, nós temos que ter essa visão estratégica. Precisamos ter empresas inovadoras na economia digital. Eu mostrei ali que as empresas do setor de internet que têm valor de mercado de US$2 trilhões são empresas da China e dos Estados Unidos. Para nós termos isso, temos que ter a criação de muitas empresas, temos que ampliar a escala e as condições de apoio às *startups*, temos que valorizar o empreendimento de base tecnológica, o risco, o investimento e a cultura do risco.

O Vale do Silício funciona muito bem porque aquele empresário que falha, na verdade, é até mais valorizado, pois ele aprendeu com aquilo e pode, da próxima vez, ser bem-sucedido. Essa é a cultura do investimento de risco. Mas é a cultura, também, do desenvolvimento dessa associação entre empresas avançadas e universidades. Precisamos ir nessa direção.

São essas algumas sugestões. E creio que o Senado vai trabalhar nessa formulação de uma visão importante para o Brasil digital.

Muito obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Só um minutinho, Senador Omar. Com toda certeza, já lhe darei a palavra, mas, antes, quero cumprimentar o Virgílio pelo entusiasmo. É muito bom saber que o Governo brasileiro tem um Secretário de Políticas de Informática que realmente aposta no grande potencial do nosso País.

Com a palavra o nosso Senador Omar Aziz, pela ordem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados, este é um debate importante, mas acredito que nós sairemos prejudicados do debate porque não estamos debatendo. Vocês estão fazendo uma exposição da área em que cada um atua. E, como são cinco convidados, é humanamente impossível debatermos, já que nós temos que participar de outras comissões. Eu, por exemplo, tenho interesse de estar agora na CDH, que está discutindo a questão da terceirização, das cooperativas de médicos. Como é uma coisa importante para o meu Estado, tenho que estar presente lá. Eu também gostaria de estar na Comissão de Assuntos Econômicos, onde estão o Ministro Luís Adams, da CGU, e o Ministro do Planejamento, porque eu tenho interesse em saber sobre essa questão das "pedaladas". Portanto, são coisas inerentes ao nosso trabalho. No entanto, tenho por obrigação pelo menos emitir a minha opinião sobre essa área para os senhores.

Como fui designado para fazer um debate sobre um programa do Governo para jovens que estão estudando e tendo conhecimento em outros países, o Ciência sem Fronteiras, espero, depois, convidar alguns dos senhores para que possamos esmiuçar um pouco mais o assunto.

Mas quero colocar a minha opinião. Existe um velho ditado que diz que, se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé. Noventa e nove porcento das indústrias que estão atuando no Brasil são estrangeiras, são de tecnologias estrangeiras. O que nós produzimos são aplicativos, nada que está nas prateleiras ou nas grandes lojas de eletroeletrônicos do Brasil. Não tem absolutamente nada produzido por nós. Estamos aqui batendo na mesma tecla e dizendo "precisamos disso e tal".

Quero dar o exemplo da Zona Franca de Manaus. Sou ex-governador do Amazonas, sou Senador da República e luto muito para que aquilo possa se desenvolver e que possamos criar novas gerações com novas culturas. Isso é cultural também. Não é do nada que as coisas acontecem. O mundo não começou há dois mil anos, como todos nós imaginávamos há algum tempo. Muito anteriormente, a China já tinha produzido muita tecnologia, coisas de que não tínhamos nem conhecimento aqui, na América do Sul. Somos um país novo comparado a essa referência que vocês trazem. Ou seja, à exceção dos Estados Unidos, os outros países são bem mais antigos e têm uma cultura muito maior na questão de produzir conhecimento.

Assim, o Ciência sem Fronteiras é um dos maiores programas que o Brasil tem. Não conheço nenhum outro programa de conhecimento tão forte como esse. Mas, quando eu falei que, se a gente não vai à montanha, vamos trazer a montanha a nós, eu quis dizer que, nas indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus,

nas indústrias instaladas em outros polos de eletroeletrônicos e de informática neste País, parte do P&D delas deveria ser voltada a trazer conhecimento através de pessoas, de seres humanos, para cá.

Vamos dar um exemplo aqui. Qual é o único país que produz tecnologia para televisão digital? Coreia. O Japão não produz mais, pois – já falei isto aqui mais de uma vez – não existe mais nenhuma indústria de televisão no Japão. A Sharp não existe, a Hitachi não existe, a Sony não existe. Se você pegar a indústria finlandesa, também não tem mais. Só tem coreana. É Samsung e LG, que têm noventa e poucos por cento do mercado nacional na produção e na venda.

Na área de informática, a tecnologia é pior ainda. Ela avança rapidamente. Enquanto você está produzindo uma coisa, eles já estão criando dez outras. E a gente fica correndo atrás. Quando se fala em indústrias de semicondutores no Brasil, eu fico pensando em como instalar uma indústria dessa no Brasil se não temos recursos humanos para que possamos produzir e adiantar tecnologia para o mundo. Caso contrário, estaremos comprando essa tecnologia, nos condicionando a isso... Vemos, por exemplo, que os Estados Unidos conseguiram até grampear o telefone do avião da Dilma. E nós não sabemos nem como isso é feito. Não temos nem noção porque não temos tecnologia, porque a nossa tecnologia, infelizmente, é muito mais atrasada em relação a de países até menos desenvolvidos que o nosso. Não podemos dizer que a Índia é mais desenvolvida que o Brasil, que a qualidade de vida da Índia é melhor do que a do Brasil. Não é. Ela tem uma população cultural... Se importarmos mil engenheiros eletroeletrônicos, conseguimos montar uma indústria de semicondutores. Não se monta uma indústria de semicondutores com menos de mil ou dois mil aqui. E devem ser dois mil "cabras" metidos a sabidos mesmo, para que possamos produzir tecnologia e possamos estar à frente.

É por isso que eu digo que, com cinco debatedores, cada um com sua opinião, não temos como aprofundar isso. Mas eu acredito nisso. Tive uma reunião com a Samsung. Fui à Samsung e perguntei onde estava o dinheiro do P&D. Fiquei esperando alguma coisa nova. Também vou a outras indústrias que produzem tecnologia...

No meu Estado, 5% do faturamento de uma indústria – nos outros Estados é 4%... Não é pouco dinheiro; é bastante dinheiro. Não se pode dizer que está faltando dinheiro para pesquisa. Não é verdade! Estão faltando, sim, projetos que permitam que tenhamos condições de ter produtos nossos nas prateleiras.

Precisamos acabar com a cultura de achar que temos que fazer um projeto para nós mesmos. Por exemplo, eu quero escrever uma tese, mas essa tese é só para mim, não serve para mais ninguém. É aquela tese que a pessoa defende, mas não serve para a sociedade. O que queremos é tecnologia que sirva para a sociedade.

Os números que o Governo nos apresenta, dizendo que temos 60% da área do Brasil coberta, não são verdadeiros. Na minha região não tem celular, muito menos internet, que funcione no interior. Essa conversa é para Brasília, para São Paulo, para o Rio de Janeiro, não para as Regiões Norte e Nordeste, onde também há brasileiros, e brasileiros em condição de produzir. Não estão produzindo porque não têm acesso às novas tecnologias.

Assim, eu queria me colocar à disposição e dizer que vou convidá-los a participar de um debate sobre o Ciência sem Fronteiras, porque temos que ter objetivos. Não adianta mandarmos os jovens para fora se, quando eles voltam, não têm onde aplicar o conhecimento que adquiriram, pois o tipo de equipamento com que trabalham lá, o tipo de modernidade com que se acostumam não encontram aqui – esse deve ter sido o teu caso, Sérgio –, ou, pior, não encontram nada.

Portanto, não adianta formar mão de obra, e falo de mão de obra intelectual, qualificada, e voltar ao País e não poder passar o aprendizado para todos aqueles que realmente querem aprender e tenham aptidão para isso, pois nem todo mundo nasce com aptidão para ser um craque de futebol, mas todo mundo quer ser jogador de futebol. Todos nós aqui, quando jovens, queríamos ser jogadores de futebol, mas nem todo mundo tem aptidão. Assim acontece também nessa área de informática, de inovação. Nem todos os brasileiros têm aptidão. Uns têm, outros não. Alguns vão preferir outra profissão. Mas, para aqueles que têm, precisamos dar todas as garantias de que terão igualdade de condições de pesquisa em relação aos estudantes de países mais desenvolvidos nessa área.

Temos comprado tecnologia... Fala-se muito sobre... Estamos criando uma expectativa muito grande em relação a esses jovens que estão estudando fora do País, para que eles tragam esse conhecimento, mas podemos trazer pessoas que tenham interesse econômico dentro do Estado, através de lei...

Por exemplo, uma indústria se instala no Brasil. Um por cento do dinheiro do seu P&D tem que ser destinado a trazer para o Brasil mentes que façam pesquisa dentro do Brasil, para patentear dentro do Brasil. Se não quiser, não se instala no País, não tem problema. Só que vai perder um mercado consumidor de 200 milhões de habitantes, que passa por um momento de crise, mas que é um mercado consumidor importante para o mundo. Correto?

É esta a questão que deixo. Volto a repetir: se a montanha não vem a nós, nós vamos à montanha. Se a gente não consegue buscar a curto ou a médio prazo essa tecnologia, trazer para cá... E há indústrias instaladas

de norte a sul deste País que têm incentivos. Há pouco se falou sobre PIS/Cofins, mas há outros incentivos que o Governo brasileiro dá para que essas indústrias sejam instaladas aqui. Mas não é só para produzir e gerar emprego. O único ganho que o Brasil tem com as indústrias de informática, com as indústrias de eletroeletrônicos é a geração de emprego, porque arrecada pouco com elas. Então, temos que ter lucro em alguma coisa. E qual seria esse lucro? O P&D dessas indústrias, ou seja, parte do dinheiro destinado a ele teria a obrigatoriedade... Indústrias como a Samsung, LG e outras e outras mais que existem – e vocês sabem que há muitas indústrias no Brasil – poderiam estar trazendo, dos locais onde produzem novas tecnologias, pessoas para fazerem essa pesquisa no Brasil. Caso contrário, vamos ficar à mercê... É como medalha olímpica... Um país como o Brasil, com 200 milhões de habitantes, perde para um país que tem oito milhões de habitantes em número de medalhas olímpicas. E nós vibramos quando um brasileiro consegue uma medalha olímpica. Correto? Senão, vamos ficar, como ficamos em relação à conquista de medalhas olímpicas, torcendo para aparecer um brasileiro que se destaque naquela modalidade e traga uma medalha para a gente, quando isso é natural em outros países, pois o cara ganha um monte.

Não quero que aconteça na área de inovação e tecnologia o que acontece, muitas vezes, no esporte brasileiro de alto rendimento, onde a gente torce muito que dê certo, mas é a nossa realidade. Nessa área, não podemos perder. Se perdermos, vamos ficar para trás. Se ficarmos para trás, vamos ser dependentes. E a nossa dependência tecnológica não pode continuar da forma como está.

Por isso, acredito muito no patriotismo e na inteligência do Ministro Aldo Rebelo, por quem tenho um respeito muito grande. Ele militou comigo quando jovem, nós éramos do mesmo partido político, na militância política pela redemocratização do País. Sei das ideias dele e compactuo com muitas coisas que ele pensa. Mas quero dizer que o Ministério da Ciência e Tecnologia está em boas mãos. Diga a ele que acredito muito nele, da mesma forma como acredito nos outros companheiros que estão aqui. Tenho certeza absoluta que podem contribuir muito com o País, pela experiência que vocês têm e pelos erros que já cometemos. Aqui, ninguém pode dizer que acertou tudo. Mas temos que tirar um aprendizado deles para não mais cometê-los no futuro.

Não me digam... Uma única coisa ninguém pode me dizer: que não há recursos para P&D. Se ele está sendo focado para a indústria, para pesquisa e desenvolvimento, é uma coisa, mas não se pode dizer que falta dinheiro. Não está faltando dinheiro. Há uma indústria que dá 300 ou 400 milhões por ano de P&D. Então, é um recurso bastante alto.

O que estão faltando são projetos e recursos humanos, e isso não encontramos nas prateleiras. Agora mesmo estão debatendo terceirização de médicos etc. Você tem que discutir com as cooperativas. Mas chegamos a uma cooperativa de pediatras e não há pediatras. Você constrói um hospital infantil, mas não tem pediatra, e não é porque não queiram, mas porque não tem no mercado. Simplesmente não tem. Na minha região não há pediatras. Assim, constrói-se um hospital bonito, equipa-se, mas não há médicos no mercado. E não é porque o Estado não queira contratar, mas porque não há no mercado médicos pediatras para contratar.

E assim é com outras especialidades que são importantes. Uma, por exemplo, de que todos vamos precisar, pois estamos chegando na idade: a profissão de gerontólogo. Quantos geriatras vocês conhecem neste País? E hoje há uma discussão sobre isso, da qual eu tenho que participar, até porque tenho que cuidar do meu futuro nessa área. Não adianta ser Senador da República, velho, e não ter alguém para cuidar. Então, daqui a pouco vou lá lutar em causa própria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero agradecer...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Mas quero dizer aos senhores que estou à disposição para que possamos debater e nos aprofundarmos no assunto.

Acho, Senador Hélio, e vou conversar com o Senador Cristovam, que podemos fazer três ou quatro reuniões, não tem problema. Mas penso que deveríamos diminuir o número de convidados. Se houvesse apenas dois convidados, poderíamos fazer um debate e nos aprofundarmos um pouco mais. Vocês falam, nós falamos aqui, mas não chegamos a conclusão nenhuma. Quer dizer, não sai nenhuma proposta.

Tenho essa proposta que vou discutir com o Ministro, mas quero que você a adiante, sobre a questão do P&D. Indústria incentivada, indústria que tem benefício do Governo brasileiro é obrigada a trazer recursos humanos para o País. Tem que trazer. E não para montar equipamento, mas para criar, ter tecnologia nova.

Queria que você levasse isso ao Ministro, Virgílio, para que possamos nos aprofundar e ouvir a sociedade, as universidades, os cientistas, enfim, ouvir todo mundo sobre o assunto. Não sou o dono da verdade, mas tenho uma proposta objetiva para isso a curto prazo. Uma indústria grande, que tem um faturamento de seis ou sete bilhões por ano, tem condições de montar um baita laboratório e trazer, por exemplo, 20 coreanos, 20 chineses para cá, chamar mais 20 brasileiros e, juntos, ver no que vai dar esse angu. Alguma coisa de bom vai sair, tenha certeza absoluta, no português claro e simplório, que é o meu jeito de ser. Mas é prático. É prático.

Era isso que eu queria falar, Sr. Presidente. E peço desculpas, mas tenho que ir para outra comissão agora.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero agradecer V. Exª, Senador Omar, pela colaboração tão importante e dizer que nesta Casa Senador fala quando achar que deve falar. Não tem essa questão. A Senadora Ana Amélia também quer falar?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu não tenho a mesma verve do Senador Omar Aziz, que foi governador. Eu fui uma simples jornalista, Senador, gostaria de ter esse preparo. Eu era obrigada a cumprir um horário de 30 segundos.

Apenas uma observação: eu fiquei muito bem impressionada com o que o Virgílio falou. Como costumamos lembrar aquela velha história do Garrincha, se ele combinou com os russos quando jogou – e todo mundo se lembra disso, mesmo sendo muito jovem –, eu gostaria de saber se o Secretário Virgílio e o Ministro Aldo Rebelo, que têm uma cabeça muito aberta, combinaram com o resto do Governo. Porque isso é uma visão muito moderna de um setor desafiador para o nosso País...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Perfeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ... e que tem uma coisa fantástica que é a criatividade.

A TI e a inovação requerem cérebros muito abertos, muito espertos, e o Brasil tem se revelado nesse aspecto. Os grandes aplicativos das grandes companhias americanas são desenvolvidos por brasileiros, o que prova a nossa capacidade.

Agora, há dois pontos fundamentais. A questão da segurança cibernética e a questão também da formação de mão de obra. Há um programa muito bom e muito festejado, que é o Pronatec, não só o Ciência sem Fronteiras. E o Pronatec foi comprometido agora por um corte violento de orçamento. O próprio Ciência sem Fronteiras também está com desembolsos atrasados e a defesa cibernética também tem sucessivamente cortes no orçamento. Temos eventos mundiais – agora teremos uma olimpíada – e essa questão é crucial.

Estamos, assim, perdendo o caminho dos veículos não tripulados, os VANTs, por isso, precisamos que haja não só o entendimento, é importante a consciência disso, mas que as ações de Governo tenham coerência com essa visão moderna, necessária e atualizada disso.

Agradeço também, endosso os elogios, as referências do Senador Aziz a respeito da atuação do Ministro, porque o acompanho há muito tempo na questão da biossegurança. Tratamos muito isso no Brasil, foi um grande debate, vencemos, e o Ministro tem esse papel de estadista, digo assim, de nacionalista que é.

Portanto, queria cumprimentá-lo, mas me preocupam esses desafios e essa visão moderna que o senhor trouxe aqui, de uma área desafiadora. Se o Brasil não se antenar para isso, perderemos a corrida dessa evolução econômica também. Cumprimento o Secretário Virgílio.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Secretário, vou só deixar o Sérgio Cavalcante concluir e a palavra será repassada a V. Exª para poder continuar. Desculpa.

Sr. Sérgio Cavalcante, Diretor-Geral do Centro de Estudos e Sistemas Avançados de Recife (Cesar).

O SR. SÉRGIO CAVALCANTE – Obrigado, Senador Hélio José, obrigado ao Senador Cristovam Buarque também pelo convite por estar aqui. Cumprimento a todos aqui no plenário.

Meu nome é Sérgio Cavalcante, sou superintendente do Cesar há 10 anos, mas trabalho com inovação há 30; há 25 anos ensino na Universidade Federal de Pernambuco, comecei jovem, há uns 10 anos mais ou menos.

O que gostaria de colocar aqui, só tenho, para nossa sorte, quatro eslaides – não vou entrar mais detalhes sobre o Cesar, acho que não é isso que viemos discutir aqui –, são alguns pontos. Primeiro, acho que temos uma oportunidade imensa com informática. Informática tem uma diferença grande do ponto de vista das tecnologias de um modo geral, das engenharias de um modo geral. Se você começa a trabalhar com engenharia civil, por exemplo, e não tem nenhum tipo de preparo, se torna ajudante de pedreiro, depois se torna pedreiro, vai subindo, carpinteiro etc, mestre de obras. Quando chega a esse ponto, não consegue evoluir, não tem base suficiente para entrar na faculdade de engenharia civil. Portanto, fica estagnado. Informática, por outro lado, permite degraus menores. Se você tiver uma base matemática, que não precisa ser tão profunda assim no começo, e lógica, e souber ler e escrever, você pode ser treinado para o primeiro patamar da informática. E, a partir desse primeiro patamar, podemos fazer educação continuada, sim, e a pessoa pode chegar a todos os níveis.

Temos a prática de fazer isso. O Cesar faz isso em duas escolas que são do Instituto Oi Futuro – uma no Rio de Janeiro, outra em Pernambuco –, que são escolas estaduais. Essas duas escolas chamadas de Nave estão consideradas entre as 20 mais inovadoras do mundo pela Microsoft, e são escolas de ensino médio. Uma delas é a única escola estadual que está entre as mil mais inovadoras, as mil melhores escolas do Brasil. É a única escola estadual que está nesse caso, porque adotamos uma educação diferenciada, uma educação junto com programação de *software,* com *design* de *software* também, isso é uma coisa muito importante.

E o que coloquei ali também para o protagonismo? O modelo brasileiro de educação é o que chamo de modelo "tudo de bandeja"; é um modelo que vem desde o fundamental 1, 2, ensino médio e faculdades

também; é um modelo em que o aluno fica esperando que seja dado um livro-texto, uma apostila e todos os eslaides sejam fornecidos. Os alunos, de modo geral, hoje, na faculdade, não levam nem caderno para anotar, porque esperam que o professor não saia daquele trilho, não sabem nem onde fica a biblioteca. Se você perguntasse onde ficava a biblioteca do colégio, não sabiam nem que tinha.

Como é que conseguimos criar pessoas analíticas, capazes de conseguir analisar a quantidade de informações que temos hoje à disposição, se elas não são capazes de observar várias fontes diferentes, se são capazes apenas de observar uma única fonte, um livro-texto, um eslaide, o que o professor está dizendo? Ou seja, se tornam profissionais passivos, e precisamos de profissional protagonista, profissional proativo, aquele que observa e não aquele que apenas recebe informação e diz: "Olha, resolva o problema que eu achei para você".

Sou engenheiro eletrônico e posso dizer que o engenheiro, de modo geral, é muito bom para resolver problemas, mas é ruim para achar. Precisamos ter mais gente capaz de achar problemas, mais gente capaz de perceber oportunidades. E, nesse aspecto, tenho a dizer o seguinte: o Brasil é excelente; é um país que tem uma coisa péssima: é cheio de problemas, e uma coisa ótima: é cheio de problemas. Ao mesmo tempo em que é cheio de problemas, é cheio de oportunidades. Acontece que estamos olhando muito para essa parte aqui de desenvolvimento.

Essa parte de desenvolvimento é onde a tecnologia basicamente entra. A tecnologia é meio para o desenvolvimento de soluções que foram propostas aqui, em que entendemos e caracterizamos bons problemas, em que fazemos a prototipagem e avaliação; a partir daqui, fazemos desenvolvimento. Isso aqui é barato; em termos relativos, é mais caro; mas, em termos absolutos, é mais barato que isso aqui. Brasília foi muito mais barata de conceber do que de construir, como tudo. A arquitetura de um prédio é mais barata do que a construção desse prédio. Se estamos com pouco dinheiro no momento, por que não aproveitamos o tempo para planejar, para conceber, para pensar, para que, quando a crise estiver indo, consigamos fazer, de forma planejada, estruturada?

Infelizmente, não há incentivos para essa parte aqui. As leis de inovação do Brasil, as leis de informática etc. não trabalham. Não é que a lei não trabalha, vamos deixar claro; é que, no entendimento das pessoas que auditam, tem que haver um produto no final. Se tem que haver um produto no final, então não é inovação; se já sei qual o produto que vou desenvolver no final, isso não é mais inovação, é só desenvolvimento. Inovação envolve risco, inovação envolve você não saber na partida o que você vai produzir.

Um exemplo que algumas pessoas já conhecem: imaginem que temos uma linha de produção de pasta de dente e, nessa linha, temos o problema que é: nas caixas de pasta de dente, de vez em quando, a pasta em si não entra, fica só a caixa vazia e a embaladora automática embala aquilo ali e vai para o mercado. Suponhamos que a gente não possa mexer nessa máquina que coloca pasta. Temos que achar um jeito de tirar essa pasta da linha de produção. Se eu falar com um engenheiro qualquer – faço isso com meus alunos na universidade – a palavra peso, todos eles proporão a solução, que é colocar uma balança de alta precisão na linha de produção para identificar as caixas que estão vazias. Isso é natural, as pessoas concebem coisas baseadas no seu contexto. Bom, para produzir uma balança específica para aquela linha de produção de alta velocidade, de alta precisão e específica, diria que vai custar R$1 milhão. Agora, se colocar um ventilador, custa R$50,00 e dá o mesmo resultado. Não o mesmo resultado, você vai economizar R$999 mil.

Ou seja, a questão da caracterização do problema e a questão do tipo de gente que você tem para conceber soluções é fundamental. Se colocarem só engenheiros numa sala, eles sairão com a balança; se colocarem engenheiros e crianças, sairão com o ventilador, ou *designers* ou outras pessoas que são capazes de conceber ou de perceber coisas diferentes. Por isso que, lá no Cesar, temos antropólogo, psicólogo, um médico de informática – ele fez medicina, depois chateou-se e fez informática; ótimo para nós, porque temos os dois.

A questão é: como fazemos com que essa fase aqui seja entendida melhor? Como justificamos que sabemos que o Nordeste tem seca desde 1500, quando o Brasil foi descoberto, e toda a parte de produtos para irrigação de gotejamento vem de Israel? E por que Israel trabalhou com isso? Porque Israel tem um deserto e resolveu fazer, focar em problemas reais que eles têm. Como não estamos focando nos nossos problemas? Por que não estamos focando nos que temos, que são os bons problemas?

O Brasil tem problemas demais, e, desses problemas, interessam ao Brasil e interessam ao mundo a solução. Será que as nossas universidades que são públicas, são da sociedade, não deveriam ter um direcionamento em alguns setores, pelo menos, para resolver problemas da sociedade? Ou a autonomia universitária, nesse aspecto, está sendo mal utilizada?

Estou colocando alguns casos para vocês entenderem que deveríamos ter soluções mais interessantes nesse aspecto. Aqui, por exemplo, há uma coisa importante: a 8.666 não está adequada a uma contratação de um produto final que não foi concebido ainda. Ora, por que não fazemos como o Exército? O Cesar fez todo o planejamento do Exército para as ações, o que ele deveria ter para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas.

O Cesar participou da fase 1, que é a construção do plano básico e executivo, mas não podemos participar da fase 2, que é a execução propriamente dita.

A fase 1 é essa aqui. Quem faz, quem descobre se você vai fazer uma balança ou se vai usar um ventilador é essa fase aqui, mas, uma vez que você descubra, alguém terá que fazer para você, e isso pode ser feito pela 8.666. Você pode contratar essa parte aqui com o time bem definido e contratar outra licitação, outro termo de referência para essa parte aqui. Porque, se continuarmos achando que tem que mudar a lei, enquanto a lei não mudar, o Brasil não vai inovar na parte pública. Não é melhor, talvez, nos adequarmos ao que temos hoje?

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO CAVALCANTE – A Lei de Informática. Discordo de alguns comentários que colocam – não foi comentado aqui, claro – que a Lei de Informática tem que acabar. A Lei de Informática é uma construção. Nós passamos pela primeira fase, que é a criação de competência e reputação, isso foi feito. A partir da Lei de Informática, institutos foram criados – o Cesar veio antes disso, o Cesar é de 1996 –, mais competências foram criadas, pessoas se tornaram mais próximas de indústrias multinacionais e isso é fundamental, mas precisamos de outras fases, precisamos de uma fase em que a Lei de Informática seja usada para prospecção e concepção, para você prospectar problemas, conceber soluções. A lei hoje está muito focada em desenvolvimento, como coloquei no eslaide passado.

Uma terceira fase, que talvez pudesse ser em paralelo, é a construção de cenários, a criação do futuro. O futuro nos espera, o futuro se constrói. Então, temos que construir nosso futuro. Vamos esperar o bonde ou vamos fazer o bonde? Estaremos juntos com esse bonde que vai chegar aqui? Não é uma questão de modificação da lei, é de interpretação de como isso deve ser utilizado e incentivo maior para que essa parte de prospecção, de entendimento de problemas reais que temos aqui seja realmente bem caracterizada e a solução seja concebida. Cenários são fundamentais, cenários são fundamentais para dizermos assim: como é que achamos que estará o Brasil daqui a 50 anos? Recife estará debaixo d´água pelas previsões do nosso clima. Se estará debaixo d'água, o que vamos fazer? Ou ficaremos esperando? Como vamos resolver o problema da poluição dos nossos rios? Existe tecnologia? Existe. Podemos desenvolver tecnologias nossas? Claro que podemos. Posso fazer uma tarrafa com fios de metal, não sei, só estou colocando que essas coisas têm que ser propostas.

Os Estados Unidos criam desafios o tempo todo, desafios muito interessantes. A Nasa tem um desafio agora: robôs que possam entrar em usinas nucleares e fechar certas comportas, por conta de Fukushima. Os últimos desafios da Nasa criaram os carros da Google, os carros autônomos vieram dos desafios da Nasa.

Relações de trabalho, não vou me alongar aqui, são problemas que conhecemos bem, mas, obviamente, há um problema muito sério que é o seguinte: não se pode pegar uma pessoa que está inovando, que acabou de ter uma ideia e passou o tempo dela, e fazê-la soltar o lápis e sair. Isso não funciona.

As leis trabalhistas de 1937 não são adequadas ao nosso mundo atual. As pessoas no Cesar querem chegar, algumas vezes, um pouco mais tarde, dormir um pouco mais, querem almoçar em 30 minutos, voltar, para sair antes do engarrafamento que haverá no final da tarde – em 1937, não tinha, mas hoje tem. Só que não podem fazer isso. Se fizerem, somos multados em R$1 mil. Ano passado, o Cesar teve 5,5 mil eventos que geraram R$5,5 milhões de multas, mas 5,5 mil em 550 pessoas são 10 eventos por ano; e 10 eventos por ano são menos de 1 por mês. Se a pessoa chegou com 59 minutos do intervalo do almoço é um evento.

Há um absurdo – por causa do tempo, cito só esse caso em particular –: o Cesar paga remuneração por deslocamentos em viagens. Muitos dos nossos clientes são europeus e americanos. Então imagine que um colaborador nosso passe 20 horas para chegar ao seu destino final entre conexões e tudo, porque é contado o total, certo? Essas 20 horas são computadas como tempo de trabalho, mas, obviamente, durante as 20 horas, não posso dizer que dei o intervalo para o almoço, para o jantar, para ele descansar. E o Cesar é multado por isso também. Então, estamos pagando o deslocamento e sendo multados pelo deslocamento. Isso é só para que entendam que um país de serviços e de inovação não pode ter leis tão antiquadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria agradecer o nosso querido Sérgio e passar à Senadora Ana Amélia, se ela quiser fazer alguns questionamentos, algumas perguntas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sobre essa questão que o Sérgio levanta, parabéns por Pernambuco ter essa visão e ter feito um trabalho inovador, com essa projeção de qualidade.

Quando falei com o Ministro Manoel Dias, nessa semana passada, e com a Presidente da Assespro, disse que hoje um jovem programador não precisa sair de casa para fazer o trabalho dele e ninguém controla o tempo que ele gastou; ele pode gastar 30 minutos, se ele for muito preparado, ou uma hora, e estará livre. Então, essa amarra está totalmente desatualizada do momento que estamos vivendo, porque a natureza dessa atividade está muito distante de 60 anos atrás, quando a nossa lei foi criada.

Por isso é preciso, o Virgílio fala nisso, essa transversalidade do setor para todas as áreas do Governo, seja para a indústria, seja o próprio incentivo para pagar. Quer dizer, aplicar a 8.666? Não apliquem ali. Apliquem no seguinte, para fazer o planejamento. Estamos amarrados a vários processos que não estão adequados a um país em atividade.

Aqui aprendi muita coisa. Já tinha interesse por isso, mas, claro, quanto mais ouvimos e aprendemos, melhor para compreender e trabalhar para esse setor. Acho que, de fato, essa criação desse grupo de trabalho do Ministro tem que entender. Assim como já entendeu que o setor automotivo é diferente, criou o sistemista, temos que também criar uma forma, e isso não vai tirar, em nenhum momento, o direito do trabalhador, está assegurado para ele. O que é mais importante? Manter a lei, uma hora, duas horas de refeição, ou ele ir para casa mais cedo duas horas? Duas horas, ele ganha duas! Não se estressa, chega a casa e convive com a família. Acordo coletivo deveria prevalecer para os envolvidos. De que adianta o legislador imaginar isso se não é ele quem está vivendo dessa forma?

Temos também que modernizar a compreensão do nosso sindicalismo brasileiro, do trabalhador, nessa visão de ajuste, porque, senão, vamos continuar amarrados a uma visão não atualizada dessas mudanças radicais, senão, perderemos de novo o bonde da história em relação a vários setores. Por isso é importante que o Governo tenha a transversalidade em todas as áreas, do trabalho à ciência e tecnologia, à indústria e comércio, à visão até do outro lado da rua, da praça.

Parabéns a todos vocês pela aula que deram aqui, porque os que pude ouvir me ensinaram muita coisa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia, sempre tão participativa.

Para passar a palavra para as considerações finais, quero ouvir, primeiro, o Sr. Antônio Neto, Presidente da Assespro e do SINDPD, para breve exposição também.

Por favor, Antônio Neto.

O SR. ANTÔNIO NETO – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos. Senti-me instado a falar com a palavra do Sérgio e, com a questão da Senadora, inclusive, sobre a questão do direito do trabalhador e da legislação.

Na verdade, assim como o Dr. Sérgio falou sobre como ele interpreta a 8.666, vou esperar mudar a lei para fazer ou vou fazer para o lado de cá? Com a CLT é a mesma coisa. Posso afirmar ao senhor e a todos os presentes que o SINDPD de São Paulo tem banco de horas, jornada flexível e ponto por exceção, que firma com as empresas para que deem condição de fazer, além do *home office*, trabalho em casa, ou seja, sem a mínima dificuldade, e não seriam multadas nem em R$1,00, Dr. Sérgio, se tivessem esses acordos com o Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados de Pernambuco.

Posso lhe orientar nesse sentido, porque, com isso, você terá um banco de horas, uma jornada flexível, em que se entra mais tarde e sai mais cedo, e ponto por exceção. Nós, lá em São Paulo, achamos que aquela história de você entrar e marcar o livro – entra às 8h, sai às 12h, volta às 13h e sai às 17h – é burro. Então, criamos o ponto por exceção. Vamos criar no computador o que é exceção: cheguei atrasado, faltei, fiz horas extras, e aí você monta. São três acordinhos simplérrimos, algumas empresas que têm acordo conosco sabem disso: banco de horas, que está na legislação, só que lá o banco de horas não é de um ano, mas quatro meses; jornada flexível, ou seja, a tal da jornada núcleo se quiserem fazer e, se não, ponto por exceção; e há o *home office* para aqueles que trabalham em casa, ou seja, temos todas as condições. Não é a CLT que impede nada, é a vontade dos sindicatos.

O SR. SÉRGIO CAVALCANTE – Só para esclarecer, temos esses acordos, está no nosso acordo coletivo, mas há coisas que o acordo não pode sobrepor à lei, e o intervalo de uma hora para o almoço é lei, então, não há como fazer um intervalo menor do que uma hora.

Com relação à jornada de trabalho e ao caso do Cesar, em particular, acho que não cabe aqui discutir, mas podemos conversar depois.

O SR. ANTÔNIO NETO – Podemos conversar depois, claro, será uma honra porque, inclusive, se com jornada flexível você não controla entrada e saída de almoço...

O SR. SÉRGIO CAVALCANTE – Se o SINDPD de Pernambuco fosse mais flexível como o de São Paulo, talvez não tivéssemos tantos problemas, embora tenhamos sido também autuados em Sorocaba.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pessoal, fiz uma exceção aqui, na verdade, até peço desculpa à Senadora Ana Amélia, porque não a consultei para conceder a palavra fora do Regimento a outras pessoas que não da Mesa, mas acredito que colaboraram, porque o Antônio Neto é uma personalidade das centrais sindicais e fiz questão de ouvi-lo, peço desculpa a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Mas acho que ele deu uma contribuição das mais importantes ou tão importante quanto as que foram dadas, pois mostra que também na área... Por isso falei que era preciso que os sindicatos estivessem e o que ele diz vem me preencher as dúvidas que eu tinha. Fico feliz. Parabéns pelo que vocês fazem, porque isso é, diria, um *aggiornamento*, uma atualização absolutamente adequada, inteligente, prática, que beneficia quem? O trabalhador que está nesse setor. Isso é, diria, sindicalismo de resultados, esse é o sindicalismo de resultado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero parabenizar a todos os expositores aqui, antes de passar a palavra para as considerações finais e mais algumas questões que queiram colocar, e dizer que, realmente, a preocupação, para nós da CCT, é muito grande com o futuro do nosso País. Acho que as provocações que o Senador Cristovam colocou sobre como conseguirmos avançar poderiam ser bem colocadas agora, neste momento final de todos, porque precisamos mesmo, tanto eu quanto a Senadora Ana Amélia e todos os membros da CCT e do Senado Federal, ter uma concepção, uma clareza de quem trabalha na área e de como podemos superar as dificuldades para poder avançar nesse setor tão importante, porque o nosso País é rico por natureza, com vários cérebros. Minha filha mesmo está na Escócia, viajou semana passada, faz o quinto ano de Medicina, vai fazer um ano de Ciência sem Fronteiras lá numa cidade da Escócia, e sei o tanto que são importantes esses intercâmbios. Por isto aquela colocação do Senador Omar Aziz, preocupado com essa questão do Ciência sem Fronteiras, do melhor aproveitamento, para não se perder; a justa colocação da Senadora Ana Amélia sobre a questão do Pronatec; a questão do Fies, porque muitos alunos poderiam estar estudando neste momento, mas não estão; já tinham uma parte do dinheiro, mas não têm mais para continuar estudando. Nosso País precisa investir nessas questões para poder superar os entraves tecnológicos e a questão do conhecimento.

Gostaria de passar, em ordem inversa, para as considerações finais, dando a palavra ao nosso querido Sérgio Pauperio Filho.

O SR. SÉRGIO PAUPERIO SERIO FILHO – Primeiro, queria cumprimentar a Comissão pela iniciativa. Acho que é importante começarmos a debater amplamente esses pontos, que são pontos realmente estratégicos.

Aproveito também para apoiar a proposta feita pelo Sérgio Paulo Galindo. Acho que a formação de uma subcomissão realmente propiciará um ambiente mais adequado e que possamos debater alguns temas com mais profundidade. Acho que realmente – os cinco debatedores – trouxemos uma série de pontos de vista que, na grande maioria, foram convergentes, mas cada um deles dá uma palestra por si só. Acho que é importante continuarmos com essa iniciativa e debater esses pontos.

Queria aproveitar aqui, Virgílio, para fazer uma observação: naquele seu eslaide, faltou a TOTVS. Temos que lembrar que temos nove centros de desenvolvimento no Brasil, e também de pesquisa. Acho que a TOTVS é uma prova concreta de que o Brasil tem vocação para tecnologia da informação. Somos uma empresa que, efetivamente, desenvolve as nossas tecnologias. São tecnologias próprias e mais de 95% delas feitas aqui no Brasil. Vamos conversar um pouco mais sobre esse ponto.

Entrando na última provocação do Senador, acho que todo mundo, de uma forma geral, falou da importância da formação do capital humano. Isso realmente é um primeiro ponto a ser trabalhado. É importante destacar que capital humano, no nosso setor, é global, portanto, o profissional aqui concorre com profissionais do mundo inteiro. Então realmente esse seria um dos pontos primários, básicos, para começarmos a trabalhar, seja por aproximação da academia com as empresas, seja pela proposta, que também foi feita, de ampliar o programa Ciência sem Fronteiras para um estágio sem fronteiras.

Não vou aqui entrar em pontos que sabemos importantes, como a questão da segurança jurídica. Como o Sérgio Cavalcante falou, temos legislações de incentivo, mas a segurança jurídica também é impeditivo. A questão da infraestrutura também é fundamental, citamos aqui a questão da infovia da informação.

Como destaque final, acho que temos que provocar, no Brasil, exatamente o fortalecimento da integração do ecossistema de inovação, acho que isso é o fundamental, e buscar, cada vez mais, essa aproximação, pegando exemplos que acontecem em outros países, que têm realmente integrado academia, setor privado, centros de desenvolvimento e o próprio papel do setor público como um agente de fomento à inovação. Como o Senador falou bem, temos muito dinheiro de investimento em P&D, mas a reflexão tem que ser onde ele está sendo colocado e se está respeitando a cadeia de inovação que passa por observar qual a necessidade real da sociedade.

Acho que essas são as contribuições que tenho para dar por último.

Agradeço novamente a iniciativa e a oportunidade de estar aqui dividindo a experiência da TOTVS com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço, Sérgio Pauperio, e passo a palavra ao Sr. Luiz Francisco Gerbase, Presidente da Associação P&D Brasil.

O SR. LUIZ FRANCISCO GERBASE – Gostaria de agradecer muito o convite à Associação P&D Brasil, colocar as nossas ideias e trazer para vocês o que mais me preocupa na verdade, que é o conhecimento sobre o que existe efetivamente no Brasil de empresas que desenvolvem tecnologia sim. Parece-me aqui, ao longo das apresentações, que a percepção é que o Brasil não sabe fazer isso; a percepção é que o Brasil tem um longo caminho a ser criado.

Volto a dizer, temos cerca de 200 empresas oficialmente cadastradas na chamada Portaria 950, que existem há cerca de 25, 30 anos, fazendo tecnologia altamente sofisticada aqui no País. São engenheiros, 10 mil engenheiros de formação eletrônica e de *software,* criando produtos – sim, produtos – que deixam de ser importados, que passam a ser produzidos aqui no País, que estão na economia, viabilizando uma série de setores sofisticados. Temos, sim, essas empresas.

Quando escuto, às vezes, institutos ou centros de desenvolvimento que devem ser trazidos de fora, fico pensando: e aqueles que já estão aqui nessas 200 empresas? Será que o Brasil os conhece? Tenho a impressão de que não; tenho a impressão de que o Brasil se coloca aí um pouquinho inferiorizado.

Portanto, lembro, essas empresas existem e talvez seja para elas que devemos voltar o foco antes de criar muita outra coisa. São elas que já existem, um patrimônio de 30 anos, volto a dizer, originário da Lei da Informática, da malfadada reserva de mercado que criou isso tudo, sim, porque sou testemunha, assim como muita gente é.

E uma grande diferença que percebo de percepção é entre criar tecnologia, produzir tecnologia e usar tecnologia. Usar tecnologia todos nós sabemos, todos nós estávamos hoje com esse dispositivo aqui. Uma certa neblina se coloca nesse tema quando usar se confunde com criar. Esse produto aqui é criado num país, produzido noutro e usado por nós, temos que separar isso. E as leis e marcos legais acho que têm se voltar muito ao que existe, ao que já existe. Marcos regulatórios que já existem talvez possam ser consolidados. Esta é a nossa proposta: que esta Comissão analise o que já existe, olhe o que já existe de patrimônio industrial e intelectual e faça essas empresas se desenvolverem antes de quererem criar outra coisa nova, se não as perderemos nesse ambiente.

Muito obrigado e parabéns para todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço ao Sr. Luiz Francisco Gerbase.

Cumprimento nosso Senador Randolfe, que está aqui presente também, nesta audiência.

Prosseguiremos agora com o Sr. Sérgio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom).

Antes disso, quero fazer uma provocação. Você, Gallindo, defendeu bastante aqui a questão da Lei da Terceirização, que está causando um intenso debate aqui nesta Casa, inclusive com o Senador Paulo Paim indo a todos os Estados brasileiros, fazendo um profundo debate sobre essa questão. Queria que V. Sª nos esclarecesse como conciliar o ser humano, a necessidade do trabalho, a necessidade de uma situação de um país que tem tantas dificuldades com relação às relações trabalhistas, com a sua defesa um tanto quanto forte desse processo da terceirização. Foi colocado que, na visão de vários Pares aqui desta Casa, não se coaduna com o atual momento do País aprovarmos dessa forma o que está vindo lá da Câmara. Seria importante, durante as suas considerações, que ouvíssemos também, do lado de um executivo do setor, quais são suas visões nesse sentido do ser humano, do trabalhador, da sobrevivência dele e essa questão dessas necessidades.

Obrigado.

Quer falar, Senadora Ana Amélia?

O SR. SÉRGIO PAULO GALLINDO – Primeiramente, queria agradecer, em nome de V. Exª, Senador Hélio José, a oportunidade, o convite, e a abertura deste espaço e deste tempo para um debate que acho essencial para o nosso País, dada a importância do setor que já, hoje, pavimenta a rota do Brasil para o futuro.

Comentei somente dois pontos em relação à terceirização que acho que são importantes e merecem um esclarecimento, mas vou acrescentar o fundamento. O que o nosso setor – pelo menos na visão que a Brasscom tem e por tudo que temos conversado com outras associações – não defende e não tolera é a precarização do trabalho, isso não passa pela nossa cabeça. Entretanto, não entendemos que uma ferramenta de gestão, que é o exercício da terceirização, seja uma ferramenta sinônimo de precarização. Passa primeiro por esse entendimento básico.

Acho que muito do debate foi um pouco contaminado por essa polarização. Vou lhe dar um exemplo muito concreto de como podemos entender terceirização como algo absolutamente mágico do ponto de vista da realização de negócios. Existe uma licença aqui no Brasil, que já foi aprovada pela Anatel, chamada de MVNO, que permite a criação do que chamamos de operador móvel virtual, ou seja, uma empresa que se organiza para prestar um serviço de telefonia móvel sem ter rede. Esse modelo foi desenvolvido na Europa, foi extremamente popularizado nos países escandinavos, onde empresas que dominavam seu mercado alvo, um nicho de mercado, entendiam uma dinâmica daquele usuário, conseguiam organizar seus negócios, com-

prando infraestrutura de uma operadora existente, comprando o sistema de faturamento de um *shopping,* uma *software house*, que fazia esse serviço, e, com poucos empregados, montavam negócio e agregavam valor.

A pergunta é: ter uma torre de difusão de radiofrequência é atividade-fim ou meio para uma operadora de telecomunicação? Dar manutenção nesse equipamento é atividade-fim ou atividade-meio? Processar o faturamento e emitir a fatura para o cliente é atividade-fim ou é atividade-meio?

Ou seja, esse é um experimento que está, digamos assim, no espectro mais agressivo dessa discussão, que demonstra que atividade-fim ou atividade-meio é simplesmente uma caracterização de natureza de gestão. Cada empresa vai definir aquilo que é o núcleo da sua atividade e, portanto, investir nesse núcleo, segundo as competências, para tirar daquela atividade aquilo que toda empresa busca, que é a lucratividade e que traz, na consequência, a geração do valor agregado social.

Existe uma métrica macroeconômica chamada EVA (Economic Value Added) que soma todo agregado que uma empresa produz: impostos, salários, lucro agregado. Acho que é nisso que o Brasil precisa se concentrar e buscar. Precisamos ser um país que busca o valor agregado e o valor agregado é extremamente etéreo, mas muito concreto, porque é tangibilizado monetariamente. Esse é o primeiro ponto. Quer dizer, precisamos olhar para essa questão desapaixonadamente, desdogmatizá-la, permitir que a gestão empresarial e a gestão do Estado... E o Estado brasileiro já faz isto desde a época da publicação do Decreto nº 200: dizer que as atividades de Estado, aquelas que são essenciais, devem ser feitas pelo servidor público e as atividades rotineiras, aquelas que não são essenciais, podem ser terceirizadas. Isso não é uma coisa nova. Passa primeiro por aí.

Em segundo lugar, sempre há, em todo mercado, um mau operador econômico, aquele que usa de ardil para usufruir de benefícios que não são lícitos. Existe todo um outro arcabouço legal para você coibir essas práticas. Temos o nosso arcabouço de defesa do direito econômico que vai atrás de práticas monopolistas, de práticas abusivas. Temos também, no âmbito das telecomunicações, o programa de metas de qualidade, que coíbe a má prestação do serviço. Não podemos confundir o combate das más práticas com o fomento das boas práticas. São coisas que precisam ser tratadas de maneira distinta e desdogmatizada.

Então, de que precisamos? De uma lei moderna que permita ao agente econômico utilizar-se de uma ferramenta moderna de gestão, que ele vá definindo e ajustando o que entende, que é o seu negócio nuclear, e terceirize aquilo que ele não entende, para que não tem competência, sem precarizar o trabalho e sem que isso seja onerado. É isso que estamos defendendo. É necessário um debate aprofundado sobre essa matéria.

Queria concluir, Senador, se me permite. Espero ter respondido à sua indagação, primeiro, reiterando aqui a minha sugestão de montarmos mesmo a subcomissão, porque tecnologia é negócio, é negócio empresarial, é negócio público e é atividade econômica em benefício de um País e precisamos olhar essa realidade com a complexidade que ela impõe. É capital humano, é capital de risco, é inovação, é trabalho, é produção, é escala, é escala global. O Brasil precisa aspirar a escalas globais. É como o Senador falou: precisamos aspirar a sermos o primeiro em medalha de ouro em olimpíada, é a isso que precisamos aspirar, e isso implica uma multitude de problemas.

Continuando na analogia do esporte, por que o voleibol feminino e masculino são o que são e ainda, de certa forma, pedalamos em outros esportes para os quais teríamos aptidões naturais, como é o caso dos esportes de atletismo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PAULO GALLINDO – É que sete a um dói muito! Foi nessa semana?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PAULO GALLINDO – Exatamente.

Então, é isto: ou seja, é um assunto muito complexo, não há um remédio, não há uma bala de prata, não há uma coisa só que resolva. Precisamos estar aqui com o fórum de discussão permanente, de reflexão e de proposição de políticas públicas, que são várias, são várias, são inúmeras; acho que aqui só arranhamos a superfície.

Mas queria voltar aqui à prioridade do dia: a reoneração republicana da folha de pagamento. Se temos que fazer um esforço de ajudar o Governo na arrecadação da Previdência, que façamos, mas que seja republicano, que todos façamos com a mesma proporção e que não abramos mão do recolhimento sobre a receita bruta, porque esse é um grande instrumento contra a informalidade do trabalho, que assolou nosso setor no passado e gradualmente vem sendo superado.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade, e nos colocamos aqui à inteira disposição desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço ao Sr. Sérgio Paulo Gallindo.

Como membro da Comissão de Direitos Humanos, quando houver outro debate sobre terceirização, vou convidá-lo para fazer o contraponto a outros que lá estarão, com certeza, para debater, defender, colocar, esclarecer os pontos de vista que são importantes para um setor tão importante quanto esse.

Vou inverter a ordem, para ouvirmos o nosso MCTI por último. Queria passar agora para o nosso querido Sérgio Cavalcante, Diretor do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (Cesar).

O SR. SÉRGIO CAVALCANTE – Obrigado, Senador, pelo convite para estar aqui. É um prazer poder discutir esse tema.

Vou concluir, chamando a atenção, mais uma vez, acho que vocês já ouviram esse questionamento, para o fato de estarmos passando por três revoluções. O Brasil ainda está na revolução industrial, entra na revolução do conhecimento, mas precisamos passar, de uma forma mais contundente, para a revolução da concepção. Concepção, obviamente, é conhecimento, é coisa de serviço, uma coisa de cabeça realmente, mas estamos pouco preparados para isso.

Quando se fala em conhecimento, lembramos que há fábricas de *software*, gente trabalhando com conhecimento que não necessariamente está fazendo as duas partes inicias, que é identificação, caracterização do problema e concepção da solução. Muitas vezes, você é contratado ou alguém chega a você para fazer um desenvolvimento. Não que não haja inovação no desenvolvimento, claro que há. Fazendo a comparação com o que falei sobre a construção de Brasília, é óbvio que novas técnicas de construção foram desenvolvidas durante a construção de Brasília, mas a concepção de Brasília é que veio e trouxe mais inovação em si.

Como fazemos para o nosso povo, os nossos estudantes, os nossos profissionais estarem mais preparados para serem mais proativos, mais protagonistas e mais preparados para encontrar problemas? Por que, quando alguém chega para mim e tem uma ideia, quero saber o que ele está tentando resolver. Só para vocês terem uma ideia, no passado – o Cesar faz parte do Startup Brasil, que o Virgílio mencionou –, recebemos 200 propostas no Startup Brasil, e escolhemos sete. Um grande número de propostas são aplicativos para bar, restaurante, festinha e ônibus, porque é o universo dos nossos estudantes. Como eles não conversam com o médico, com o administrador, tentam resolver tecnologia para o contexto deles. Como fazemos para haver uma troca maior dessa informação? Primeiro, como nós aumentamos o contexto, a percepção das pessoas e os ensinamos a enxergar problemas como oportunidades? É isso que acho que temos trabalhar melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero agradecer ao nosso debatedor, Sérgio Cavalcante, do Cesar.

Tenho realmente bastante esperança em um Brasil bem melhor, um Brasil nos trilhos, que se acerte bem. Por isso fiz questão de inverter aqui, Virgílio. Acho sua colocação bastante patriótica. Já tivemos oportunidade de ouvir duas vezes o Aldo Rebelo, nosso Ministro, colocando as necessidades de realmente avançarmos nessa área. E ouvirmos os setores altamente organizados que discutem com bastante clareza e competência esse ramo. É muito importante ouvirmos do nosso Executivo os caminhos, as provocações, que é possível superar.

Aqui nesta Casa, vou propor a criação da Subcomissão de Tecnologia, Informação e Comunicação, como estão propondo, debatermos na próxima reunião da nossa Comissão. Vou subscrever esse pedido, até porque eu acho que as comunicações brasileiras precisam melhorar muito. Acho que até haverá uma audiência pública, se não me engano, nesta semana ou na semana que vem, com as operadoras de telefonia do País, porque a situação está muito ruim. Como o Senador Omar colocou, nós temos sombreamento e dificuldade de sinal em grandes áreas do País e a gente precisa melhorar essa questão das comunicações.

Eu queria ouvir, então, o Virgilio Augusto Fernandes Almeida, Secretário de Políticas de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O SR. VIRGILIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA – Muito obrigado, Senador.

Eu queria, primeiro, agradecer pelos comentários da Senadora Ana Amélia sobre a questão, e do Senador Hélio José, e dizer o seguinte: este debate, esta audiência que tivemos aqui, hoje, é fundamental para colaborar na construção daquilo que vai ser o Brasil digital. Grande parte da vida cotidiana, grande parte da operação das empresas, grande parte do funcionamento do Governo, tudo isso se apoia nesse conjunto de tecnologias que formam as tecnologias digitais.

Eu gostaria de fazer um sumário de pontos importantes que, na nossa visão, do Governo, têm que ser considerados. O primeiro – e eu vou começar com um fato –: outro dia, houve um chamamento da Casa Civil para uma reunião para tratar da questão digital. Eu imaginei que fosse uma reunião de quatro ou cinco pessoas e havia 30 pessoas de mais de 10 diferentes Ministérios. As questões iam desde impostos, regulação, propriedade intelectual, direitos humanos, todas relacionadas às tecnologias digitais. Estava lá a Cultura, dizendo o seguinte: as tecnologias digitais, a internet, são a essência da ação da Cultura. Estavam lá o Ministério da Justiça com suas questões, o MDIC, o MCTI, o MPOG, a Defesa, a Secretaria-Geral da Presidência, todos com questões essenciais de solução de algum aspecto desse, vamos dizer, futuro digital do País. São questões que chegam à Casa Civil e que têm que ser resolvidas, e, aí, levam a essa questão. O próprio Governo tem que se organizar para criar essa visão, e isso vem sendo feito paulatinamente.

Eu acho que alguns pontos, e aqui eu agradeço pelas várias colaborações dos colegas de Mesa, essa construção do Brasil digital tem que seguir alguns caminhos especiais. Ela tem que ser rápida, ela tem que ser eficiente, e, para isso, ela precisa de uma parceria público-privada. As construções têm que ser entre o Governo e as empresas. O Governo, às vezes, não é tão rápido quanto precisa, mas ele gera as políticas públicas fundamentais; as empresas têm que agir rapidamente. Então, nessa construção do Brasil digital, as parcerias público-privadas são fundamentais.

Eu vou dar alguns exemplos aqui. Por exemplo: a questão de formação de capital humano qualificado requer, certamente, uma atuação maior do próprio do Governo, mas uma inserção internacional requer uma atuação de competitividade das empresas, de produtos que sejam capazes de competir internacionalmente.

Essa inserção global se faz não só através das empresas, mas de acordos internacionais. O próprio Ministro Aldo Rebelo tem buscado esses acordos, seja com o Brasil, seja com os Estados Unidos, seja com os países dos BRICS, uma série de ações para ampliar os acordos internacionais, e as empresas têm que, certamente, buscar esses mercados internacionais.

Então, essa construção do Brasil digital passa por uma ação estruturada do próprio Governo, pelas parcerias público-privadas e por essa ação do Legislativo de ajudar a criar essa visão para o futuro. E eu acho que esta reunião, aqui, foi um ponto de partida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço ao Virgilio e, não tendo mais nada a tratar, encerro esta audiência pública.

Passaremos, depois, para as deliberações da CCT.

Neste momento, eu gostaria que tirassem uma foto de toda a Mesa. Se os Senadores Randolfe e Ana Amélia quiserem chegar aqui para tirar essa foto conosco, seria importante. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Amigos, eu gostaria que retornássemos aos trabalhos. (*Pausa.*)

Dando prosseguimento à reunião da CCT, vamos a dois requerimentos extrapauta. Antes, damos prosseguimento à pauta.

O Item 1 é de autoria do Senador Lasier e subscrito pelos Senadores Cristovam Buarque e Hélio José.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 45, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos representantes abaixo para participarem, como convidados, da audiência pública que instruirá a matéria tratada no PLC nº 34, de 2015, conforme Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação n.º 42/2015, aprovado na reunião realizada em 23 de junho de 2015.

1) Representante da ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação;

2) Representante do CIB – Conselho de Informações sobre Biotecnologia.

Autoria: Senador Lasier Martins e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O próximo requerimento é não terminativo também.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 47, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro o aditamento, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, do Requerimento nº 42, de 2015-CCT, que trata de audiência pública destinada a debater o tema "extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, de modo destacado", para que sejam

feitas as seguintes substituições ou acrescidos os seguintes nomes aos convidados: Professor Dr. Paulo Kageyama- Professor da Universidade de São Paulo, em substituição à profa. Dra. Ana Cláudia Farranha, da Universidade de Brasília; Professora. Dra. Marijane Lisboa- Professora da PUC-SP; Sra. Elci Maria Checchin Bueno, Presidenta em exercício do Idec, em substituição ao Sr. Vidal Serrano Jr.
Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Randolfe, vamos lá. Faça a defesa do RCT 47, de 2015. É de sua autoria, não é? Item 2.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, há dois requerimentos na pauta de nossa autoria e ambos tratam, Presidente, da audiência...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Tanto o Item 2, quanto o 3, não é, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – V. Exª está com a palavra. Obrigado. Desculpe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Não, à vontade, Presidente.

Trata-se, na verdade, Presidente, de aditamento a uma audiência que já aprovamos aqui sobre o projeto de lei oriundo da Câmara, que trata da extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, de modo destacado.

Então, já há outros convidados para essa audiência e nós sugerimos – e, aí, eu já faço a justificativa dos dois requerimentos – que sejam aditados, para essa audiência pública prevista para ocorrer no próximo dia 11 de agosto, os seguintes nomes: Prof. Dr. Paulo Kageyama, da Universidade de São Paulo, que virá em substituição à Profª Drª Ana Cláudia Farranha, da Universidade de Brasília; a Profª Drª Marijane Lisboa, da PUC; a Srª Elci Maria Checchin Bueno, presidenta em exercício do Idec, em substituição ao Sr. Vidal Serrano Jr..

No outro requerimento, já adiciono, eu sugiro que seja incluído na Mesa o Sr. Maurício Guetta, advogado do Instituto Socioambiental.

Esses são os requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência, tranquilo, acolhidos os requerimentos.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação os requerimentos, o Item 2 e o Item 3.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

(É o seguinte o item também aprovado

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 49, DE 2015
– Não terminativo –

Requeiro o aditamento, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, ao Requerimento nº 42, de 2015-CCT, que trata de audiência pública destinada a debater o tema "extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, de modo destacado", para que seja estendido o convite de participação ao seguinte convidado:
Maurício Guetta, Advogado do Instituto Socioambiental-ISA.
Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:)

Agora, há dois requerimentos extrapauta. Solicito a inclusão deles.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Requerimento nº 50, de 2015, do Senador Telmário Mota, subscrito por mim e pelo Senador Cristovam.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 50, DE 2015

– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de audiência pública nesta Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, para discutir a normatização das redes sociais, sob o ponto de vista do anonimato, intimidade, invasão de privacidade, direito à liberdade de expressão, prática de crimes e identificação dos criminosos, desburocratização do processo judicial em casos de conteúdo envolvendo crianças em situação de violência sexual (pedofilia), dentre outros assuntos correlatos.

Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades:

• Representante do Ministério Público da União;

• Dr. Leandro Daiello Coimbra – Diretor-Geral da Polícia Federal;

• Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho – Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;

• Deputado Alessandro Molon – PT/RJ – Relator do Marco Civil da Internet;

• Sr. Alexandre Hohagen – Vice-Presidente do Facebook na América;

• Representante do Twitter;

• Sr. Fábio Coelho – Presidente do Google; e

• A atriz Carolina Dieckmann.

Autoria: Senador Telmário Mota e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Esse é o requerimento.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queiram discutir, coloco em votação.

Quem concorda com o requerimento permaneça como está. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

O último requerimento extrapauta, Requerimento nº 51, de 2015, é de minha autoria.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 51, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 35, de 2015, aprovado na 17ª Reunião, Extraordinária, em 02 de junho de 2015, nesta Comissão, para promover a inclusão do nome abaixo relacionado:

– Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura – Cabo – MMDS – DTH e Telecomunicações – SINSTAL, a Srª Vivien Mello Suruagy.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o referido requerimento.

Os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o referido requerimento.

Amanhã, quero comunicar a todos, teremos uma audiência pública para debater a má qualidade do serviço de telefonia móvel no Brasil e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pela população.

Estarão presentes o Proteste, o Procon–DF, a Anatel, o SindiTelebrasil, o MiniCom, Ministério das Comunicações, e o Sinstal. Essas entidades estarão presentes.

O horário da nossa audiência pública será às 9 horas do dia de amanhã, neste plenário.

Sem mais nada para discutir, considero encerrada a referida reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2015.

Às nove horas e quatorze minutos do dia quinze de julho de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Marcelo Crivella, Vincentinho Alves, Delcídio do Amaral, Gladson Cameli, Sandra Braga, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, para debater a má qualidade dos serviços de telefonia móvel no Brasil e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pela população, atendendo aos Requerimentos nº. 35 e 51/2015-CCT, de autoria do Senador Hélio José. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Maria Inês Dolci, Coordenadora do Departamento de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PROTESTE; Paulo Márcio Sampaio, Diretor-Geral do Procon-DF; Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL; Marcelo Cama Proença Fernandes, Consultor Jurídico e de Relações Institucionais do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura – Cabo – MMDS – DTH e Telecomunicações – SINSTAL; Roberto Pinto Martins, Superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; e Artur Coimbra de Oliveira, Diretor do Departamento de Banda Larga da Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações – STE/MiniCom. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Amorim e José Medeiros. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às treze horas e quinze minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Hélio José,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero dar um bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza neste dia 15 de julho de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata de reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Srªs e Srs. Senadores, iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 35 e 51, de 2015, da CCT, de autoria do Senador Hélio José, e aprovados pelo Plenário da Comissão.

Destina-se esta audiência pública a debater a má qualidade do serviço de telefonia móvel no Brasil e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pela população.

Para tal, temos a honra de convidar, para compor a mesa de expositores, os seguintes convidados: a Srª Maria Inês Dolci, Coordenadora do Departamento de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste).

Maria Inês está aí?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O Sr. Paulo Márcio Sampaio, Diretor-Geral do Procon-DF.

Também não está por aqui?

O Sr. Roberto Pinto Martins, Superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Como você está, Paulo?

Está bem, Roberto? Como é que vai?

Roberto, sente-se aqui.

O Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL).

Está bem? Prazer, Eduardo.

O Sr. Artur Coimbra de Oliveira, Diretor do Departamento de Banda Larga da Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (STE/MiniCom).

Está aí o Sr. Artur?

Bom dia, Artur? Como é que vai? Você está bem?

O Sr. Marcelo Cama Proença Fernandes, Consultor Jurídico e de Relações Institucionais do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura – Cabo – MMDS – DTH e Telecomunicações (SINSTAL).

Marcelo, prazer. Seja bem-vindo.

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular; assim, as pessoas que têm interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-61-2211.

Passaremos, então, daqui a pouquinho, à exposição dos convidados.

Nobres colegas aqui presentes nesta mesa, esse é um assunto muito recorrente em nosso País, porque a reclamação está muito grande por falta de sinais em vários pontos das cidades, dos Estados. Ontem mesmo, eu ouvi aqui o nosso Senador, ex-governador do Amazonas por oito anos, Omar Aziz, deixando claro que em várias áreas do Estado do Amazonas não é possível obter o sinal. Aqui também, no próprio Distrito Federal, se você sair a 10, 15 quilômetros do DF, você já não consegue mais sinal de telefonia.

Então, de acordo com o levantamento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), no mês de maio passado, as quatro operadoras de telefonia móvel que exploram serviços de telefonia no Distrito Federal não conseguiram atingir as metas de qualidade de completamento de chamadas, estabelecidas no regulamento geral da qualidade do órgão. A falha, aliás, vem se repetindo desde o início deste ano, isso na capital do País. Os problemas se repetem quando analisamos os levantamentos relacionados à entrega de mensagens de texto e à taxa de atendimento pessoal ao usuário.

A preocupação é maior, pois vemos que, em alguns casos, os números são bem menores do que a meta estabelecida. Para se ter ideia, no quesito completamento de chamada, no mês de maio, uma operadora teve índice de 49,42%, sendo que o índice mínimo estabelecido no regulamento é de 67%.

Como são números que comprometem a qualidade do serviço e impactam diretamente no setor produtivo, precisamos saber o que as operadoras e a Anatel estão fazendo para sanar este problema. Afinal, estamos falando de um serviço extremamente importante, cuja qualidade impacta não só no desenvolvimento de diversos setores da economia, mas na segurança de nossas famílias.

Eu gostaria de que, durante a exposição, o nosso representante da Anatel respondesse às seguintes perguntas: quantos Procedimentos de Apuração por Descumprimento de Obrigações (PADOs) a Anatel abriu contra as operadoras de telefonia móvel? Quantos resultaram em multa? Como é o processo de fiscalização do serviço móvel pessoal?

Para os representantes do sindicato das operadoras, se possível: quais investimentos as operadores estão fazendo para resolver esta questão específica do completamento da chamada? Qual a maior dificuldade das operadoras no processo de completamento de chamada, a dificuldade com a interconexão e com o sinal?

Para o nosso querido Paulo, do Procon, que serve para todos os Procon do Brasil, no levantamento da Anatel, os índices de reclamação do serviço de telefonia móvel têm sido considerados aceitáveis, apesar de alguns serviços estarem abaixo da meta. Qual o índice de reclamação geral do serviço móvel pessoal no Procon?

Pessoal, este tema é de constante reclamação para todos nós que trabalhamos com meios políticos. Então, é de grande relevância esta audiência pública. Como chamamos um grupo muito grande de palestrantes, devido à importância do tema, vamos rapidamente passar às exposições. O tempo deve ser de cinco, no máximo oito minutos, para darmos prazo para todos exporem e passarmos para os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras perguntarem.

Vamos passar a palavra à Srª Maria Inês Dolci, Coordenadora do Departamento de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Proteste.

A SRª MARIA INÊS DOLCI – Muito bom dia. Em nome da Proteste, agradeço o convite. É uma satisfação estar aqui, principalmente para falar de um tema que a Proteste acompanha desde a sua fundação. Cumprimento o Senador Hélio José, Vice-Presidente da CCT, pelo qual cumprimento todos os Senadores, os presentes e os colegas de Mesa.

A Proteste é uma associação de defesa do consumidor com mais de 200 mil associados no Brasil todo e 14 anos de história. Temos revista de testes comparativos, um grande trabalho feito em relação a mudanças que o mercado vem promovendo a partir dos nossos testes, dos nossos estudos, das orientações, das intermediações que fazemos. Há intercâmbio de conhecimento com entidades internacionais, são organizações que hoje contam com mais de 1,2 milhão de associados pessoas físicas em vários países. Também temos intercâmbio com a Consumers International, que congrega 120 países, com mais 250 associações.

Neste ano, haverá um congresso mundial em Brasília da Consumers International e também do ICRT (International Consumer Research and Testing), que foi criado justamente para promover os testes comparativos no mundo. Fazemos orientações, temos mais de 70 mil atendimentos só em 2014, várias ações civis públicas, ações coletivas, mais de 75 mil inserções na mídia só em 2014. Nossa prioridade, quando fazemos os testes, é segurança, defesa do consumidor, saúde e meio ambiente.

Com antecedência, evidentemente, de dois anos, programamos todos os testes e estudos na nossa entidade. Recentemente, também fizemos a cartilha da telefonia, para ajudar o consumidor a entender um pouco mais o setor.

Tivemos várias vitórias e vocês receberão estes eslaides que estamos autorizando. Portanto, no entendimento da Proteste, a privatização no Brasil foi bem-sucedida no aspecto do acesso. E os números comprovam isso. Em junho de 2014, por exemplo, pudemos ver que temos 1,138 milhão de reclamações registradas na Agência e, portanto, os acessos que hoje temos são de 283,4 milhões de telefones móveis no País e 45 de telefones fixos.

Aumentou a oferta, mas os consumidores estão insatisfeitos com a qualidade do serviço que vem sendo prestado desde as privatizações.

Hoje temos, pelos dados da própria Anatel, que o Sr. Roberto Martins depois poderá comprovar, que 42% dizem respeito só a cobranças indevidas, não reconhecidas pelo consumidor. Isso foi na telefonia celular.

Na telefonia fixa, em 2014, a Anatel tem um percentual de 42% em relação à qualidade do fixo.

Não poderia deixar de trazer aqui que, em 2012, pudemos parabenizar a Anatel pela suspensão dos planos de celulares móveis, justamente pela má qualidade, pela falta de informação, pelos problemas que os consumidores tiveram. Porém, 15 dias depois, a Anatel autorizou que novos planos fossem vendidos perto da época do Dia dos Pais.

Também tivemos e acompanhamos quando ela liberou a venda de chips da Claro, da TIM, da Oi, quando também tivemos problemas diversos. Portanto, a telefonia fixa no Brasil poderia mudar no entendimento da nossa entidade, que vem acompanhando o setor desde as privatizações.

Há metas de telefonia fixa cumpridas em dezembro de 2005, mas têm uma estrutura que é a mesma desde 1998, portanto não percebemos investimentos em infraestrutura nacional.

A Proteste entende que assinatura básica serve para remunerar serviços, porém não do valor que hoje nós consumidores pagamos. Poderia ser um valor simbólico de uns R$10 e não R$42, R$49, como hoje acontece. E também que pudéssemos ter uma franquia livre, ou seja, quando ultrapassar o limite da franquia para chamadas locais, o consumidor não precisaria pagar e hoje ele paga.

Também somos contra a redução de 40% da planta atual dos telefones públicos, dos orelhões; então, propomos o uso dessa infraestrutura para *hotspots* de acesso à Internet, que hoje é necessário no País, ainda mais com o marco civil da Internet recém aprovado pelo Governo.

Temos perdas, o consumidor tem muitas perdas. A lei do SAC, que é do serviço de acesso condicionado, aprovado em 2009, em 2011, em tese, acabou alterando um artigo da Lei Geral de Comunicações, viabilizando

que as concessionárias prestem todos os tipos de serviço, e essa mesma lei determinou, portanto, que a Anatel adotasse mecanismos regulatórios para propiciar o compartilhamento dos ganhos das teles com os consumidores. Mas a receita auferida com a exploração do STFC vem subsidiando injustamente a implantação de redes privadas, o que é expressamente proibido pela Lei Geral de Telecomunicações.

Além disso, também nosso acompanhamento aponta omissões. A omissão das autoridades tem provocado uma baixa participação da telefonia fixa nas telecomunicações. Hoje percebemos que a qualidade deixou de existir, não se tem um acompanhamento efetivo. Portanto, cada vez mais os consumidores acabam migrando para outros meios de comunicação, como o móvel, o pré-pago, o pós-pago, para economizar.

Esta decisão da Anatel de não aplicar o modelo de custos para as tarifas de varejo, mas só no atacado, em 2019, é lesiva ao setor, fere direitos da concorrência e também dos consumidores.

Cinquenta por cento dos acessos fixos da banda larga utilizam a infraestrutura da STFC e quanto ao *backhaul,* nossa entidade mantém uma ação civil pública, com decisão transitada em julgado, e o saldo da troca de metas do *backhaul* de 2008 é de R$1,4 bilhão.

O que deveria mudar na móvel? Na móvel, já enviamos ofício à Anatel, estamos postulando que não haja cobrança de *roaming*. Na Comunidade Europeia esta cobrança já está acontecendo. No Brasil, temos projetos de lei que já estão sendo aprovados, um deles recém aprovado, há 15 dias, que deveria ter uma continuidade. Deve-se considerar que essas chamadas e os dados trafegam na mesma rede, sem pagamento de adicionais pelo uso de infraestrutura de outra empresa. Então, não haveria necessidade dessas cobranças.

Em relação ao 3G, a Proteste foi para estrada, percorreu mais de cinco mil quilômetros, em 12 Estados. Percebemos problemas, entramos com ações judiciais contra todas as empresas para que o consumidor tivesse acesso. E não só têm o acesso adequado, como também o 4G já vem sendo autorizado.

Temos feito vários trabalhos nesse sentido, criamos ferramentas para que o consumidor pudesse entender um pouco mais o que vem acontecendo. Não quero me tornar muito longa, mas quero apresentar apenas mais uns três eslaides. Temos que pensar resumidamente o que podemos melhorar em termos de telefonia no Brasil, do ponto de vista do consumidor. Fazer um acordo entre Judiciário, Legislativo, Executivo, para a criação de uma via rápida das multas, porque, segundo o Procon-SP, foram aplicados 440 milhões em multas às teles, porém só 0,66% dessas multas foram efetivamente levadas adiante, tiveram efetividade.

Também criar um indicador público, semelhante, por exemplo, ao IDSS, de saúde suplementar, cruzando dados sobre a qualidade dos serviços prestados, com as reclamações com os investimentos no setor.

Retomar as suspensões das vendas de *chips*, enquanto os índices de reclamações estiverem tão elevados como hoje podemos perceber.

Criar um Selo Anatel, em parceiras com entidades públicas e privadas, até para testar a qualidade do serviço, divulgar mais os direitos dos consumidores, a partir da nova legislação das teles, que é muito boa e foi implantado agora o regulamento do consumidor. Também, por exemplo, o que se tem que fazer é o monitoramento constante para que se possa melhorar esse cenário.

A cobrança do *roaming* é uma proposta que trazemos também para acabar.

Implantar um novo modelo de custo, a fim de que o consumidor pague preços módicos pelos serviços que são contratados.

Melhorar a competição e a infraestrutura do 3G, do 4G, para que o consumidor possa ter acesso para que a baixa renda não seja penalizada pelos serviços que, às vezes, pagam e não tem acesso.

Trouxe aqui, já finalizando, Senador, uma reflexão do especialista Ethevaldo Siqueira, que gostaria de ler na íntegra.

Ele diz:

É claro que existem problemas nas telecomunicações, que as operadoras nos tratam mal, que há áreas mal servidas ou congestionadas. Sempre criticamos esses aspectos. Aliás, é bom dizer que os serviços não são melhores exatamente por falta de fiscalização rigorosa da Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel), o que significa omissão dessa agência federal, não apenas nessa área, mas também de regulação, no planejamento e na defesa do usuário. Nesse aspecto, nenhum governo cumpriu essas obrigações fundamentais: [nenhum dos governos, o atual e os anteriores].

Em todo o mundo, privatizar é uma estratégia de governo e não uma questão ideológica. Na realidade, só há, dois tipos de privatização ou de desestatização: as privatizações feitas com rigor e honestidade e as mal feitas, eivadas de vícios ou com desonestidade. Retorno financeiro: mais de R$600 bilhões.

E já me apresso a antecipar que o retorno econômico-financeiro da privatização da Telebras e de tudo que ocorreu em função dela ao longo de 15 anos e meio, foi o ingresso adicional de mais de R$600 bilhões aos cofres públicos.

A rigor, foram R$603,2 bilhões que ingressaram nos cofres públicos em decorrência da privatização da estatal de telecomunicações, de 1998 até o final de 2013. E sem incluir nesse valor os R$440 bilhões de recursos privados investidos na infraestrutura do setor nesse período.

O jornalista lembra também que:

O Governo Federal mete a mão em recursos que deveriam, por lei, serem aplicados em telecomunicações – e confiscou, do ano 2000 até 2014, a impressionante quantia de R$81 bilhões confiscados ilegalmente dos três fundos setoriais. Para quem não conhece o assunto, esses fundos são o FUST, o FISTEL e o FUNTTEL.

Não estamos nos referindo apenas ao confisco dos fundos setoriais praticado ao longo deste governos, mas também aos dois anos finais do segundo mandato de Fernando Henrique. Agora se esses R$81 bilhões confiscados pelos três governos, do ano 2000 a 2014, tivessem sido investidos numa infraestrutura moderna de banda larga, esse montante, somado ao investimento privado no setor, teria dado ao Brasil uma rede de banda larga de primeiro mundo.

Concluindo, faço minhas as palavras de Ethevaldo Siqueira: temos má qualidade de serviços, porque as teles não são fiscalizadas como deveriam e pelo uso indevido dos fundos de telefonia. Sem mudar isso, o cenário, na opinião na Proteste, continuará exatamente o mesmo.

Obrigada pela atenção e desculpem-me por ter ultrapassado os minutos concedidos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria agradecer à Srª Maria Inês Dolci, pela brilhante exposição, ao mesmo tempo que passo imediatamente a palavra ao nosso diretor do Procon-DF, Sr. Paulo Márcio Sampaio.

O SR. PAULO MÁRCIO SAMPAIO – Bom dia, Senador Hélio José, em nome de quem saúdo os demais Senadores presentes, o Dr. Roberto Pinto Martins, Superintendente da Anatel, o Dr. Artur Coimbra Oliveira, diretor da Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, o Sr. Eduardo Levy, representante da Febratel, a Srª Maria Inês Dolci, representante do Proteste e o Dr. Marcelo, presidente do Sindicato, representando o sindicato, além dos senhores e das senhoras, onde identifico a presença do meu amigo Paulo Vítor, sempre acompanhando as ações do Senador e do Procon do Distrito Federal.

Na verdade, o Procon do Distrito Federal é uma autarquia especial vinculada à Secretaria de Justiça do Distrito Federal. A nossa atuação no âmbito nacional tem um elo de ligação com a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e da Associação dos Procons Brasil, da qual faço parte como membro e representante.

Pretendo colocar alguns dados sobre a telefonia móvel, exatamente em relação a este primeiro semestre de 2015. O Instituto de Defesa do Consumidor, durante esse período, apurou, como disse muito bem a representante do Proteste, a Srª Maria Inês, alguns fatos que trazem preocupação.

Nesse primeiro momento, temos alguns índices que são apresentados em relação à telefonia celular onde se percebe que houve, do início do ano, de janeiro até junho, um grande índice de reclamações apresentadas somente no Procon do Distrito Federal. Tivemos um pico no mês de março, quando foram registradas 994 reclamações sobre a telefonia celular especificamente. De uma forma geral, esse número é acrescido quando nos referimos à telefonia de uma forma mais abrangente.

Ainda em relação ao ranking das reclamações por parte de fornecedores, as grandes operadoras em relação à telefonia móvel, que é o foco atual da discussão no Brasil, identificamos que, entre as cinco principais operadoras, a empresa Claro atingiu um índice de 2.837 reclamações somente no primeiro semestre deste ano no Distrito Federal.

Em relação a esses índices, podemos apresentar para vocês quais seriam os principais problemas apresentados em Brasília, no Distrito Federal, em relação à telefonia celular. Nesse aspecto, temos assuntos, como a cobrança indevida, que é o grande fator de reclamação. Recebemos, nos primeiros seis meses, em torno de 2,5 mil reclamações, que se estendem até a questão da venda, oferta e publicidade enganosa que é prestada, oferecida pelas operadoras para os consumidores do Distrito Federal.

Ainda em relação a isso, já falamos sobre a atuação do Procon, que, durante estes primeiros meses, realizou várias audiências de conciliação. Entre essas audiências, temos os índices de resolutividade das quatro principais operadoras. Observamos que a TIM Celular tem um índice de resolutividade de 89%, ou seja, em 89% das situações conseguimos fazer com que houvesse conciliação entre o interesse do consumidor e o serviço prestado por essa operadora. O índice menos elevado ou mais baixo, na verdade, é da operadora Claro, com 64%.

Todos esses índices superam a meta de 50%, exigida como um nível aceitável por parte do Procon Brasil, da Senacon do Ministério da Justiça. Portanto, as quatro operadoras já apresentam índices de resolutividade superando a média. Vimos, por parte dessas empresas, uma disposição em colaborar com a construção e com a realização de uma relação consumerista mais eficiente dentro do Distrito Federal. (*Pausa.*)

Parece que houve uma pequena falha no equipamento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Enquanto o pessoal vai ajeitando para o Paulo retornar sua fala, quero comunicar que, daqui a pouco, terei que me retirar. O Senador Telmário Mota está vindo para assumir a Presidência, porque tenho um compromisso com o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, às 10 horas, tanto eu quanto o Senador Omar Aziz.

Todavia, quero dizer a vocês que esta questão será acompanhada de muito perto pela CCT, tanto por mim, quanto pelo Senador Cristovam e pelos demais membros da CCT, porque a reclamação é grande demais. O Proteste, o Procon, que está colocando que daqui a pouco será reativada a questão...

Paulo, se você quiser acompanhar pela sua...

Senador Cristovam, tudo bem?

Acredito que precisamos debater com muita tranquilidade esta questão, porque é uma questão de cidadania e precisamos, de fato, retornar a uma situação mais tranquila, para os sinais de telecomunicação no Brasil de telefonia móvel, pois a situação que está é complicada.

Senador Cristovam, tenho um compromisso com o Ministro Levy, que está nos aguardando às 10 horas no gabinete dele. Então, V. Exª poderia fazer a gentileza de assumir os trabalhos, enquanto vou lá e retorno rapidinho? Queria dizer ao senhor que a Srª Maria Inês Dolci já falou, que o Paulo Márcio, do Procon-DF está falando. Houve uma pequena pane nas transparências, que está sendo ajeitada. E, em seguida, daremos continuidade.

Está bem, Senador?

Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Hélio, diga ao Levy que corte menos dinheiro do setor de ciência e tecnologia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF. *Fora do microfone.*) – Com certeza, Senador. É necessário. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Substituo o Senador Hélio José, pedindo que V. Sª continue a sua exposição.

O SR. PAULO MÁRCIO SAMPAIO – É um prazer, Senador, estar aqui com sua presença, ex-governador do Distrito Federal, do qual temos bastantes recordações. Agradeço a honra de estar aqui compondo esta Mesa com o senhor. Muito obrigado. É um grande prazer para mim e para o Procon do Distrito Federal estar aqui presente.

Retomando, gostaria de mencionar os índices em relação aos fornecedores com maior número de reclamações. Vocês podem observar que, entre as reclamações apresentadas no Procon, os oito primeiros itens, considerando a NET Brasília, operadora de TV a cabo, todas elas se referem a telecomunicações, todas elas se referem à parte de comunicação.

Cabe a mim também deixar registrado que o Procon do Distrito Federal, em todas as oportunidades em que esteve presente com a Anatel, participou das reuniões contando com o apoio da Agência, sempre com a percepção de que a Agência tem desempenhado com muita competência seu papel, intermediando as relações de consumo das operadoras com os usuários, com os consumidores, respeitando e observando aquelas orientações que surgem do meio do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, da Senacon, dos Procon Brasil.

Obrigado à Anatel por todas as vezes em que estivemos juntos e pela compreensão que tem tido com os usuários em apoiar e fazer com que se cumpra sua missão, seu papel de regular o sistema de comunicação no Brasil. O Procon do Distrito Federal se alia à Agência nesse sentido. Identificamos, e Sr. Superintendente, estive com a Drª Elisa há poucos dias, e nós identificamos que realmente existe uma carência muito grande em relação à divulgação de informações. A nossa população não tem informações suficientes em relação ao uso da telefonia e ao uso das telecomunicações. Esse não é um fator novo, não existe nenhuma novidade nisso. Eu já estive na Anatel no período de 2001 a 2007 e lá já nos debatíamos com essa dificuldade, com essa deficiência. É óbvio que esse serviço de divulgação precisa ser capitaneado pela Agência, mas precisa ser apoiado e desenvolvido de forma muito mais intensa por parte das operadoras.

Deixo aqui um registro no sentido de que a Senacon e os Procons Brasil têm todo interesse de receber, na mesa de negociação, para conversarmos, para esclarecermos, para tratarmos de uma estratégia que leve ao consumidor o esclarecimento sobre os sistemas de telecomunicações, sobre o uso dos recursos de telecomunicações. É um fator muito importante, hoje em dia, a divulgação das informações.

Na última sexta-feira, participando de um programa na TV Câmara, com a participação ao vivo do consumidor, identificamos que muitas informações não chegam ao consumidor. No momento em que o consumidor é esclarecido sobre aquilo que está acontecendo em relação à telefonia móvel, à telefonia fixa, ele se convence de que existe uma regulamentação. Pode não estar muito satisfeito com as condições, porque não dá para esquecer que, no Brasil, temos a telefonia móvel mais cara do mundo, temos um serviço prestado de uma forma muito precária, muito morosa, muito difícil, complicado para o consumidor entender que ele pague tão caro por tão pouco. Isso necessita que aprimoremos nossos meios de comunicação, aprimoremos a regulamentação, enfim, que possamos prestar um serviço melhor para nossa Nação. O povo brasileiro precisa muito mais

de informação e de educação do que ter a sua disposição simplesmente um recurso de alta tecnologia, que ele tem muita dificuldade para utilizar.

Coloco o Procon do Distrito Federal à disposição de vocês e, no momento oportuno, poderei esclarecer qualquer dúvida, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós é que agradecemos as suas colocações. Obrigado pelas palavras a meu respeito.

Passo a palavra agora ao Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – Bom dia a todos; bom dia, Senador Cristovam, cuja campanha em prol da educação faço questão de registrar, em meu nome e em nome do setor de telecomunicações.

Vou procurar mostrar aqui algumas coisas que ouvi hoje, outras que tenho ouvido e que são similares, mas vou procurar que elas não têm a menor sustentação.

Antes de mostrar alguns slides, ouvi a representação do Proteste comentar, e eu acompanhei, a pesquisa que foi feita nas estradas, de que não havia sinal nas estradas. E não é para haver mesmo. Não é para haver, porque a política pública brasileira estabelece a não necessidade de atendimento de um metro de nenhuma estrada federal, estadual ou municipal.

Nós setor de telecomunicações, e aqui estamos falando da telefonia celular, tem seu serviço prestado através da execução dos leilões de espectro e, nos leilões de espectro, as empresas têm um conjunto de obrigações a serem cumpridas. Esse conjunto de obrigações, entre outras coisas, exigem uma certa abrangência geográfica. Se eu fizer aqui uma demonstração para os senhores, vou mostrar como o País vem, há muitos anos, desde que o telefone celular foi utilizado, começou a ser utilizado no Brasil, como é a política pública brasileira de telecomunicações.

Em relação à questão falada sobre o Procon, dois aspectos, a última tabelinha mostrou algumas empresas que apresentam os números, e apresenta ali os números absolutos. Se observarmos, o ano de 2014, que é o dado que tenho, o Distrito Federal tem 6,3 milhões de telefones celulares. Em 2014, 1.610 reclamaram, o que significa duas reclamações para cada 10 mil clientes, no ano inteiro, o que não me parece um número tão absurdo, apesar de que o nosso esforço é no sentido sempre de reduzir essa quantidade de reclamações.

Temos muitas reclamações relacionadas à cobertura, locais onde... Aqui, o Senador Hélio José falou sobre deslocamento nas estradas, o Senador Omar Aziz, do Estado do Amazonas, que é enorme, estava aqui presente, e tenho um eslaide para mostrar que o maior Município do Brasil é Altamira, que tem um distrito que fica a 900 quilômetros da sede, de Altamira – um distrito fica a 900 quilômetros! Não há nenhuma obrigação, em nenhuma política pública, de cobrir nenhum distrito do Brasil... Nenhum distrito do Brasil tem obrigação de ser coberto pela política pública brasileira de telefonia celular.

Temos investido muito: R$31 bilhões em 2014. Os investimentos alcançaram 22% da receita líquida. Quando o Senador Hélio José saiu hoje, permita-me, Senador Cristovam, o senhor pediu que não nos cortem os investimentos na área de ciência e tecnologia. Temos mantido o investimento crescente na área de telecomunicações, alcançado 22% da receita líquida das empresas. São poucos os países que têm esse percentual.

Os celulares em banda larga já representam 63% do total de acessos. A grande maioria, 97% das novas ativações, são em móveis. Todos querem estar conectados o tempo todo.

De acordo com o IBGE, na pesquisa PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, em 2013, considera pessoas com dez anos mais. Pessoas com dez anos ou mais, 130 milhões usam o celular, 75% da população. A questão aqui é como atender os outros 25%. A população quer dados com mobilidade.

Desde 2001, e foi comentado isso aqui pela representante do Proteste, Maria Lúcia, que falou sobre os fundos. Aliás, o comentário é interessante, porque ela fala do Ethevaldo, que comenta que foi uma boa privatização, face à quantidade de recursos que entraram nos cofres públicos. Mas desses 84 bilhões, 7% apenas foram aplicados. A grande parte deles é o Fistel, o Fundo de Fiscalização de Telecomunicações. Precisamos aplicar esses fundos para melhorar ainda mais a cobertura principalmente.

As taxas do Fistel são um grande impedimento à entrada desse percentual de 25%, que ainda não usa o telefone celular. Tenho aqui um dado do JP Morgan, que mostra o Fistel comparando com o percentual desta palavrinha aqui chamada Arpu, porque é a receita por usuário, *Average Revenue Per User*, a receita média por usuário. Então, esta curva preta mostra a receita por usuário. No Brasil, ela vem caindo, caindo, caindo e está aqui, segundo um banco de investimento estrangeiro, abaixo de R$20,00, em torno de R$18,00. Como essa taxa Fistel é fixa e se mantém a mesma, ela proporcionalmente vai valendo hoje mais de 6% da receita média dos celulares brasileiros. A diminuição do valor do Fistel, que já arrecadou aquela quantidade de recursos e não são utilizados nem 7%, pode incluir a população que não tem acesso ainda ao celular e à banda larga.

O Brasil, por outro lado, por mais que haja um esforço de passar a imagem de que são empresas ricas, temos uma das menores margens de lucro do mundo. Isso significa ganhos antes do investimento, taxas, depreciação e amortização. O ganho das empresas, essa margem brasileira é a mais baixa das empresas celulares do mundo.

O preço do minuto do celular, e aqui gostaria de fazer um comentário sobre aqueles que acham que o Brasil é um dos países mais caros do mundo, que isso só pode ser uma absoluta falácia, porque não teríamos queda desses valores, R$0,14 o valor do minuto, a queda do valor da banda larga nos últimos cinco anos, o valor médio de um mega de R$29,40 por R$8,67. Nenhum desses dados são da associação que represento, são dados de terceiros.

O reajuste da telefonia fixa, que aqui também foi falado, é quase sete vezes menor do que a inflação desde 2005. O reajuste da inflação, o IPCA foi de 59%. O índice de sobresserviços de telecomunicações já é mais baixo, o IGP-DI, 65%, e o reajuste das tarifas fixas 9,5%, de 2005 a 2013.

A conta média no Brasil é de R$18,20, basta pegar qualquer balanço das empresas, basta pegar o relatório da Anatel de 2014, basta ver bancos de investimento. A UIT diz que é R$220, porque a UIT busca o dado dentro do *site* da Anatel em que aparecem os preços referenciados. É como se, em um hotel, alguém achasse que o preço que se paga pela hospedagem é o preço que está escrito atrás do balcão. Não é. Quem faz reservas de hotel sabe realmente o quanto paga por uma tarifa que não é o que está escrito. Se a conta média brasileira fosse de R$220, representaria 28% do salário mínimo. O Brasil tem 283 milhões de celulares, não pode ser caro. Se a conta fosse R$220, as empresas teriam arrecadado R$750 bilhões no seu relatório, que é auditado pela CVM. As empresas faturaram um sétimo desse valor em 2014.

Então, é preciso avaliar com cuidado, quando se fala, porque dizer que a conta média brasileira de celular é R$220 é praticamente 30% do salário mínimo. Esse número não se sustenta.

Acrescento que o estudo de uma consultoria independente, vendo a realidade brasileira, o minuto do celular do Brasil é o quarto mais barato entre países pesquisados. A banda larga móvel pré-paga brasileira tem o segundo preço mais barato. O mesmo estudo mostra que o Brasil tem, sim, a maior carga tributária entre 18 países pesquisados. Esta carga tributária de 43% significa que, quando uma empresa presta R$100 de serviço a alguém, envia uma conta de R$143 – R$100 ficam com a empresa e R$43 são recolhidos basicamente ao ICMS.

A competição brasileira, e quando fala em competição, é uma política pública vitoriosa, o indicador Herfindahl-Hirschman, que mede a concentração do mercado com base de *market share*, considera que o Brasil é um dos mais competitivos do mundo. Quando falamos que só há quatro empresas celulares no Brasil, esquecemos que poucos países têm tantas empresas celulares funcionando hoje.

A sociedade demanda cobertura em todos os lugares. Precisamos atender estradas, distritos, lugares remotos. A cobertura dos serviços móveis é resultado dos leilões de frequência. A cobertura em estradas e atendimento aos distritos nunca foram consideradas necessárias, porque nunca fizeram parte de nenhum leilão. De acordo com os editais, um Município será atendido quando a área de cobertura contenha pelo menos 80% da área urbana do distrito-sede do Município atendido. Assim como nos editais, está definido o cronograma de implantação. Não há, então, em nenhum edital, a obrigação de cobertura em estradas. Perdoe-me o Proteste, ao fazer os testes nas estradas, onde existir cobertura não há obrigação e onde não existir cobertura, também não há obrigação. Os Municípios aqui estão, se uma estrada tem cobertura, ou ela tem uma área economicamente interessante, ou ela faz parte dos 80% da área de um distrito-sede.

A obrigação de cobertura do 3G também tem uma regra, umas obrigações a serem feitas. Até 2019, estão ali, 5.570, que são todos os Municípios brasileiros. Em 2017, as obrigações da política pública nos levam a 4.417. Nós já temos cobertura em 4.044, então estamos praticamente atingindo a meta de 2017, estamos em meados de 2015.

Quanto à cobertura de 4G, na frequência de 2,5, também há umas regras a serem cumpridas. Nós temos hoje, em 159, nós já ultrapassamos a meta de 2016 da cobertura do 4G. A faixa de 700MHz, que foi leiloada no final do último trimestre do ano passado, não tem nenhuma obrigação de cobertura.

O cronograma de implantação da cobertura de banda larga móvel prioriza centros urbanos. O 3G só chegará em 100% das cidades com menos de 30 mil habitantes em 2019. O 4G, em 2019, estará nos Municípios com até 30 mil habitantes. Nas áreas onde há obrigação de cobertura, o desafio são as legislações que dificultam – e até impedem – a instalação de infraestrutura.

Como os senhores sabem, nós temos as nossas torres no alto dos prédios. A Organização Mundial de Saúde, em Genebra, tem uma torre no alto do seu prédio; o principal hospital de estudo e tratamento de câncer em Londres tem uma no alto do seu prédio; mas um morador do DF obteve, na Justiça, veto a torre próximo à sua casa, com receio de saúde. Se há veto a torres próximo a casas, nós não podemos ter nenhuma torre no alto dos prédios, porque estão mais próximas às pessoas do que, efetivamente, próximas às casas.

Não há como existir infraestrutura de telefonia celular, em nenhum lugar do mundo, sem as antenas. E as antenas precisam ficar cada vez mais próximas às pessoas, porque são cada vez menores e têm menos potência. Se alguém tem receio da frequência e da potência de telefonia, ou da frequência que é emulada pela Estação Rádio Base, em Brasília, tenha muita preocupação, porque a estação, a antena de televisão fica no meio do Eixo e emite uma potência similar à potência da celular... Desculpe-me, uma frequência similar à frequência da celular, com uma potência pelo menos 1 milhão de vezes maior.

E por que são frequências próximas? Basta ver a discussão que nós tivemos para o uso da frequência do 700MHz, porque estavam ocupando canais de televisão. Então, são frequências muito próximas e são conhecidas, no mundo inteiro, como frequências que não causam mal à saúde. Ao contrário, por exemplo, de um raio X.

Assim, questionamentos sobre cobertura e qualidade precisam ser ponderados. As empresas têm cobertura nessas áreas? Se não há obrigação de cobertura, sinto muito, mas a reclamação – é óbvio que precisa existir –, mas não há a obrigação de cobrir um determinado ponto, infelizmente.

Há impedimento para instalação de antenas em áreas? Nós temos, no Brasil, legislações que nos impedem de ter sinais próximo a zoológico; sinais próximo a Mata Atlântica; sinais próximo a hospitais; sinais próximo a escolas; sinais próximo a postos de gasolina; sinais próximo a teatro. Nós precisamos é de sinais próximo às pessoas, e as pessoas estão nesses pontos, nesses lugares. Então, não é possível manter isso assim.

A análise de quantidade de reclamações deve levar em consideração a enorme quantidade de clientes, a variedade e a complexidade. Nós vivemos uma situação paradoxal: nós registramos, nos nossos celulares, o nome das pessoas, e as contas só registram os números. Quem recebe uma conta celular que, em média, vem com seis páginas e 420 registros vai ficar doido, se tiver que buscar informação por informação.

Mas, de qualquer forma, nós temos trabalhado. As nossas reclamações diminuíram nos registros da Anatel, que controla 14 indicadores de telefonia por empresa e por unidade da Federação. Aqueles indicadores que nós não atingimos nós estamos próximos de atingimento das metas.

Aqui, Sr. Paulo, nós procuramos fazer, e está totalmente correta, a necessidade de uma campanha de informação sobre o uso da internet móvel. Nós estamos com uma campanha na internet; fizemos uma campanha grande na televisão; temos vários vídeos educativos. Eu vou pular, pelo tempo, me perdoem, mas isto está na internet. Temos o simulador de consumo de internet móvel, para que todos possam, efetivamente, saber escolher o melhor pacote de dados com franquia possível.

Nós precisamos de um licenciamento ágil de legislações que possibilitem o incentivo do investimento e de mais investimentos, obviamente. Nós precisamos utilizar os fundos; ter melhores parcerias com Estados e Municípios; talvez ter troca de obrigações, para podermos ampliar, geograficamente; e ter um novo modelo de edital que não seja, única e exclusivamente, arrecadatório.

Somos essenciais, conectamos pessoas e temos consciência de sermos o maior instrumento de inclusão digital. Mas vou lembrar uma frase, Senador – e o senhor me corrija se eu estiver errado –, em que o senhor diz que dar para alguns muito de internet pode aumentar a desigualdade.

Nós precisamos ter políticas que possam levar àqueles que não têm a internet mais próxima. Durante cinco anos, todos os anos, apresentamos sempre como achamos que deveríamos fazer o uso de fundos naqueles locais onde é mais difícil, onde não há obrigação, para que a população pudesse ter o acesso ao celular e à banda larga, para que as desigualdades regionais brasileiras fossem reduzidas. É muito importante que a política pública leve isso em consideração.

Se alguém me perguntar quais são os Municípios que ainda não têm a internet 3G, são os Municípios de IDH mais baixo, porque as obrigações, nesses Municípios, são as últimas a serem cumpridas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu que agradeço.

Só queria esclarecer: de quem é a frase "dar muito de internet e aumentar a desigualdade"?

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – Não. Que eu me recorde, perdoe-me, da sua autoria. Onde alguém já tem internet, e ali há mais recursos de internet, aumenta as desigualdades sobre aqueles que não têm internet. Quem não tem internet...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ah, entendi.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, tem que se dar muito para todos.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – Para todos!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso! Claro, claro. Temos que dar muito para todos.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – E nós temos condição de dar muito para aqueles onde os Municípios já são os mais ricos. Hoje é assim que a política funciona.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Temos que dar muito para todos. E, claro, eu sempre insisto: internet só funciona para valer para quem sabe ler, senão não consegue usá-la plenamente. Por isso, a gente tem que ter também um bom programa de educação, para que as pessoas tenham não só a possibilidade da internet, mas saibam como acessá-la.

Eu costumo dizer que, quando se fala em privatização, eu digo: Não tenho nada contra, se ela publiciza o bem. Existem coisas estatais que não são públicas; existem coisas que, ao serem privatizadas, ficam públicas. A telefonia é um exemplo. Dificilmente, a telefonia totalmente estatal teria chegado a esses 236 milhões. A privatização foi uma forma de publicizar.

A Embraer não existiria se não fosse estatal no início, mas não cresceria e se transformaria em uma entidade pública, a serviço do Brasil, se tivesse continuado estatal. Então, o debate não deve ser entre ser estatal ou ser privada, mas sobre como ser público, ou seja, a serviço do público. Um hospital público não é aquele cujo dono é o Governo. Um hospital público é aquele em que não há fila para entrar, quando se está doente; em que, ao sair, você sai com saúde e não doente nem mais pobre. Mas se é uma entidade privada financiada com dinheiro do Estado, ou se é um órgão do Governo, não importa. E a verdade é que muitos dos hospitais ditos públicos hoje foram privatizados, a serviço dos próprios servidores, que se transformaram em donos e usam-nos não para fazer um serviço público, mas como uma propriedade deles.

Então, a publicização da telecomunicação veio graças à privatização. É verdade que se não houvesse lá atrás uma Telebras estatal, talvez a gente não tivesse conseguido chegar onde chegou.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA (*Fora do microfone*.) – Trabalhei 20 anos lá.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está vendo? (*Risos.*)

Nem você estaria com a formação para fazer isso.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA (*Fora do microfone*.) – Eu devo tudo a ela.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Deve tudo a ela.

A Embraer teve o seu papel fundamental como entidade estatal, até que chegou o momento em que fica melhor pública. Agora, há entidades estatais que, se privatizadas, perdem completamente a capacidade de ser pública. Eu acho, Senador Wilmar, meu suplente, que está aqui, a Petrobras, dificilmente, prestaria um serviço mais público se fosse privatizada. Não consigo imaginar.

Mas as comunicações são um exemplo do sucesso da publicização de um serviço que era estatal e ficou, de fato, público, ao ser privatizado no seu funcionamento, e público no seu atingimento. Atinge o público, graças a uma gestão privada.

Esse conceito, meu caro Wilmar, a gente não está conseguindo fazer com competência, dentro das chamadas forças progressistas, por um viés em que, em vez de querer serviço ao público, queremos ter a propriedade estatal. E aí vê-se o Estado como uma finalidade e não como um meio, em alguns casos, e não como um meio, em outros casos.

Era isso o que eu queria falar, para dizer do impacto que eu senti ao assistir, mas acho que a gente vai ter debates aqui depois, com alguns mostrando que não é tão simples nem tão bom.

Eu passo a palavra, agora, ao Marcelo Cama Proença Fernandes, Consultor Jurídico e de Relações Institucionais do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviço e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura.

O SR. MARCELO CAMA PROENÇA FERNANDES – Eminente Senador Cristovam, agradeço, inicialmente, o convite para participar desta audiência pública, cumprimento V. Exª e demais autoridades na pessoa de V. Exª também.

Dado o convite de última hora que foi feito à entidade que eu represento, a Sinstal, infelizmente, não foi possível fazer essa apresentação mais detalhada, em mídia digital, até por uma deficiência minha no manejo dessas questões mais modernas, mas vou tentar expor, brevemente, para não tomar muito tempo dos senhores, aquilo que convém ao Sinstal, aquilo que interessa ao Sinstal, no âmbito dessa ampla discussão que se estabeleceu a propósito da necessária qualidade que deve haver no serviço de telefonia móvel brasileiro, das grandes questões que se apresentam e das dificuldades que se põem, especialmente para os consumidores.

E qual é o papel do Sinstal nesse contexto específico? O Sinstal constitui uma entidade sindical que agrega, aproximadamente, 7 mil empresas chamadas terceirizadas que prestam serviços para as empresas de telefonia móvel celular. Então, são participantes, Senador, são protagonistas do processo de prestação de serviço de telefonia celular ao consumidor, ainda que de maneira indireta, muitas vezes, mas também, em alguns momentos, de forma mais efetiva.

O sindicato hoje representa entidades privadas que agregam, aproximadamente, 1 milhão de empregados. Nós estamos falando de 1 milhão de empregados, em 7 mil empresas que atendem, praticamente, todas as empresas que atuam no segmento de telefonia móvel e de telefonia fixa e que, consequentemente, estão intrinsecamente relacionadas às atividades das empresas de telecomunicações no País.

Para se ter um exemplo, no âmbito da telefonia móvel, as empresas que integram o Sinstal operam centrais de teleatendimentos, os conhecidos e populares *call centers,* instalam as antenas, fazem a manutenção da rede de fibra ótica. Então, quando estamos discutindo qualidade de serviço de telefonia móvel, necessariamente, nós estamos falando também das atividades das empresas que prestam serviço às operadoras de telefonia móvel – as terceirizadas. Consequentemente, estamos falando do Sinstal e das atividades desse sindicato. Nessa qualidade, nesse contexto, nesse quadro, Senador, que nós viemos aqui e agradecemos, imensamente, a possibilidade de estar aqui prestando alguns esclarecimentos.

Qual é o problema? Qual é a dificuldade que o Sinstal vê? Qual é a faceta muito específica das dificuldades de qualidade hoje enfrentadas na área de telefonia móvel que não tenha sido debatida, devidamente aprofundada e devidamente examinada pelos órgãos públicos e órgãos regulatórios competentes? A relação que se estabelece entre as operadoras de telefonia e as suas terceirizadas. As operadoras de telefonia, muitas vezes premidas por custos excessivos, muitas vezes premidas por metas desnecessárias ou muito rigorosas – tal como aventado pelo Levy, antes da minha fala –, acabam transferindo essas dificuldades financeiras e de custos para as suas terceirizadas, que prestam serviços muito importantes para elas, E acabam ou precarizando financeiramente a relação contratual que se estabelece entre empresas responsáveis do setor – aquelas representadas pelo Sinstal – ou pior, contratam empresas que não têm absolutamente a menor condição técnica, jurídica e financeira de prestar os serviços, e, em consequência, sofre o consumidor, sofre o consumidor.

Isso porque são centrais de teleatendimento mal operadas, fibras mal mantidas, antenas mal instaladas, por empresas – me perdoem a expressão – chamadas "gatas", entre aspas, empresas que não prestam, apropriadamente, o serviço. Então, a dificuldade, eminentes Senadores, não está no conceito da terceirização, está na forma com que ele é feito algumas vezes. O conceito é bom e é usado em amplas partes do mundo. A dificuldade está nessa necessidade de corte de custos, nessa obsessão por resultados financeiros que, muitas vezes, levam a relações contratuais absolutamente desiguais que põem as terceirizadas em uma situação difícil, ou, pior, que levam à contratação de empresas que não têm condições de prestar aquele serviço e, uma vez mais, resultam em prejuízos, inevitavelmente, sempre a ele, ao consumidor.

Assim, é preciso que esse debate se ponha de forma clara, de forma transparente, e não apenas no âmbito de uma audiência pública, mas no âmbito dos órgãos de regulamentação, do Ministério das Comunicações e, especialmente, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações. A Anatel precisa se conscientizar, admitir e reconhecer as circunstâncias de que 7 mil empresas, 1 milhão de empregados estão atuando no setor e precisam ser fiscalizados e, mais do que isso, protegidos, ter as suas relações contratuais examinadas. Essa relação econômica que se estabelece precisa ser reconhecida como uma realidade do setor e, consequentemente, examinada, discutida, debatida, por quem de direito, notadamente pelos órgãos públicos e também, Maria Inês, pelos órgãos de defesa do consumidor.

Nós estamos à disposição de vocês. Eu falo aqui na qualidade de um consultor jurídico externo, mas tenho certeza de que o Sinstal também tem interesse em debater com todos os atores e todos os protagonistas essas questões. O que nós não podemos mais é deixar de reconhecer essa inegável realidade fática, as dificuldades que se apresentam para as empresas do setor, e até uma tendência de demonização e culpabilização das empresas, quando a realidade e a situação em que elas se colocam é muito distinta. Eu volto a repetir e peço desculpas se estou sendo repetitivo, mas estão sendo premidas por corte de custos. E mais: empresas que não representam o conceito e que não representam as entidades sérias têm atuado no setor, causando prejuízos a todos – às operadoras, ao setor público, aos consumidores, especialmente a eles, e também, sem dúvida nenhuma, às próprias terceirizadas que querem prestar o serviço de forma adequada e de forma correta.

É, portanto, necessário reconhecer que a melhoria do serviço móvel – dentre outros fatores diversos e inegáveis – passa, necessariamente, pelo melhoramento da atuação das terceirizadas, não só o aprimoramento técnico da prestação do seu serviço, mas também pelo melhoramento das condições em que trabalham, condições técnicas e financeiras. É preciso estabelecerem-se regras mais claras de contratação dessas empresas pelas operadoras, as maiores interessadas. É preciso, quem sabe, estabelecer-se um cadastro de controle, um cadastro nacional, um sistema de *scoring*, por meio do qual empresas terceirizadas sérias adquiram reputação cada vez melhor e possam, efetivamente ser contratadas, prestar o serviço e aprimorar esse serviço para os consumidores.

Então, é preciso relembrar, e eu gostaria de enfatizar não só a relevância econômica desse segmento e as dificuldades que enfrenta, mas as circunstâncias de que a maioria das empresas terceirizadas são de enorme

seriedade, querem prestar um bom serviço e têm conhecimento de que as operadoras têm o mesmo desejo. Nós reconhecemos essa circunstância e admitimos que as operadoras telefonia móvel têm buscado o aprimoramento da qualidade, mas este aprimoramento perpassa, necessariamente e indiscutivelmente, por um melhor relacionamento com as terceirizadas, na forma e nos moldes em que eu vinha expondo.

Eu peço desculpas pela brevidade e pela ausência de recursos interativos mais consistentes, dados, de fato, ao pouco tempo, mas essas são as considerações que eu tinha a fazer, eminente Senador. Eu agradeço, imensamente, a possibilidade de estar aqui, na manhã de hoje, prestando esses esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós é que agradecemos. Haverá espaço depois para outras considerações.

Agora eu passo a palavra ao Roberto Pinto Martins, Superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Bom dia a todos. Cumprimento o nosso querido Senador Cristovam Buarque, ex-Reitor da universidade onde tive a imensa satisfação de me formar engenheiro na área de Eletrônica e Telecomunicações. Cumprimento também o Senador José Medeiros, que nos prestigia nesta audiência, e os nossos colegas de Mesa.

Às vezes, eu me lembro um pouco de um comentário que eu li, há algum tempo, sobre a época em que foi escrito *Leviatã*. Dizia-se que *Leviatã* conseguiu contrariar todos aqueles que o leram e os que não o leram. Então, a telefonia me lembra um pouco essa passagem. Parece que a telefonia móvel contraria todos aqueles que têm acesso à telefonia e aqueles que também não têm acesso, porque querem ter acesso. Esse eu acho que é o nosso grande desafio. Se imaginarmos um país com as dimensões do Brasil, com mais de 8 milhões de quilômetros quadrados e 15,7 mil Municípios, em que só a telefonia fixa dispõe, em mais de 16 mil localidades, o acesso individual, é uma tarefa bastante complexa. É esse desafio que nós estamos enfrentando, levando essas telecomunicações aos usuários brasileiros. Eu acredito que hoje, talvez, seja o serviço público mais universalizado que nós temos.

Para que possamos entender a complexidade dessa questão, nós precisamos de indicadores que reflitam o que está ocorrendo nesse setor. Eu aproveito para fazer um comentário sobre o que o Levy mencionou a respeito da questão das estradas, não só sobre a questão das estradas, mas há a questão dos distritos também. Eu acho que as empresas de telecomunicações não deveriam ter essa postura de dizer: "Olha, se o regulamento não me obriga, eu não vou". Eu acho que têm que pensar nos seus consumidores. Se o consumidor demanda o serviço, por que eu preciso esperar o Estado me impor uma obrigação?

Para procurarmos entender um pouco a complexidade dessa questão, eu tentei dividi-la em dois grandes mundos. No mundo propriamente dito das telecomunicações, eu digo: Isso aqui é um problema de engenharia, o engenheiro resolve essa questão aqui. Esse é o mundo das redes de telecomunicações, onde eu tenho serviço, onde não eu não tenho serviço, onde tenho serviço que funciona de uma forma precária ou não condizente com a regulamentação... Então, como exemplo, nós temos a velocidade da banda larga não condizente com o que determina a legislação; nós temos queda nas conexões, nas ligações, interrupções na prestação do serviço; a pessoa tenta fazer o acesso à prestação do serviço e não consegue a prestação do serviço. Eu digo que isso é um problema de rede.

Nós temos uma outra questão que eu denomino de relacionamento das prestadoras com os seus consumidores, que não é um problema propriamente dito de telecomunicações. Qualquer empresa tem problemas de relacionamento com seus consumidores.

São questões relativas a cobrança, a oferta de serviço. Às vezes, o consumidor não entende a oferta do serviço. Ele comprou um produto e achou que estava comprando uma coisa, mas está comprando outra. Isso não é telecomunicações! Isso é um outro tipo de comunicação. Os contratos que não deixam claro, que deixam dúvidas; o usuário que tenta cancelar o serviço e não consegue, tem que pedir "pelo amor de Deus" para cancelar o serviço; problemas na habilitação, a empresa marca: "Eu vou na sua casa tal dia resolver" – está agendado e não aparece.

Nós procuramos entender isso e dar o tratamento, porque, se não mapeamos os indicadores de forma correta, nós daremos a solução equivocada para o problema. Como nós tratamos esses dois grandes mundos? Basicamente, eles estão divididos em dois grandes regulamentos na Anatel, ou dois grandes conjuntos de regulamento. Um regulamento, razoavelmente recente, trata, especificamente, do Direito do Consumidor, e há outro conjunto de regulamentos que denominamos de regulamento da qualidade da prestação do serviço, pois está muito próximo à rede do serviço de telecomunicações.

Feitas essas considerações iniciais, para que tenhamos uma ideia, isso aqui é a distribuição, no ano de 2014, do que nós denominamos de serviço móvel pessoal – é a telefonia móvel –, na Anatel. A Anatel tem um

serviço ao consumidor. O consumidor não resolve... Os filtros são assim, Senador, quando o consumidor não resolve o problema na operadora, em geral ele recorre à Anatel. Se esse negócio continuou não resolvido, provavelmente ele vai procurar os PROCONs e, assim, sucessivamente.

Então, primeiro, a empresa tem que resolver o problema do consumidor na empresa. Não faz sentido isso ir passando, porque você aumenta até o custo operacional da empresa e o custo do próprio Governo de ficar cuidando dessas coisas. Essa é a distribuição. Quando olhamos para essa distribuição, e, certamente, não foi uma coincidência, ainda este ano, participando de uma audiência na Câmara dos Deputados, foram apresentados os dados estatísticos do Sindec, que são razoavelmente parecidos com isso.

Para o que eu chamaria atenção aqui? Quinze por cento das reclamações que chegam à Anatel – aliás, que chegaram ao Sindec – são relativas ao mau funcionamento da rede; 85% é de relacionamento com o consumidor: é uma conta que veio errada, é um serviço que o consumidor não pediu e que veio na conta, mas a prestação do serviço está funcionando. Esse número é muito próximo do número contabilizado das reclamações na Anatel. Na Anatel, não. Na Anatel, nós recebemos 3 milhões de reclamações. No caso da telefonia móvel... No caso da telefonia móvel, são cerca de 1 milhão de reclamações por ano. Quando se pondera... E é o mais reclamado na agência. Agora, é de se esperar que a telefonia móvel – ou pelo menos não é de se assustar – que a telefonia móvel tenha um número de reclamações maior do que os outros serviços. Por quê? Porque é disparado... Olha só, ela tem 280 milhões de acesso! O outro tem 45, o outro tem 24, o outro tem 18.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Então, quando se relativiza isso, vê-se que, do ponto de vista relativo, ela não sofre tantas reclamações quanto parece.

Não sei se ainda tenho mais um tempinho.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fora do microfone*.) – Tem.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Então, esses são outros dados do Sindec que acho também importantes. A telefonia fixa é a mais reclamada no Sindec.

Talvez isso seja o motivo de maior perturbação, porque ela tem sete vezes menos usuários. Como alguém que tem sete vezes menos usuários do que outro tem mais reclamação do que o outro? Isso configura um problema, mas nós temos ali a telefonia celular em segundo lugar; a questão dos bancos comerciais; a questão dos cartões de crédito; e, assim, sucessivamente. Agora, quando se relativiza isso, 390 milhões de acessos ativos; conta corrente e cartão de crédito, 210 milhões de acessos.

Eu dei uma olhada na Abecs, e são cerca de 10 bilhões de transações de cartão de crédito por ano. Em telecomunicações, os números são abissais. Se nós olharmos só a telefonia móvel – e não estou falando aqui de conexões à internet –, só de chamadas telefônicas, naquilo que se denomina de horários de maior movimento, são quase 140 bilhões de chamadas completadas. Estamos falando de números que têm uma grandeza relativa muito distinta! Não é que não se tenha aqui... "Ah, assim está bom". Não está bom, não. Nós temos que melhorar, mas nós não precisamos também tornar o problema pior do que é. Nós temos que olhar o problema na sua real dimensão e procurar entendê-lo. Pelos dados da Agência, por exemplo, hoje o Estado, do ponto de vista relativo, que mais reclama – não sei se porque os consumidores tendem a reclamar mais ou exatamente porque a rede é pior – é o Estado de Minas Gerais.

Como atacar essa questão? Identificado o problema, quais as ações para tentarmos resolver essa questão? Uma dessas ações... Até para dar instrumento para o consumidor, porque o consumidor também não é um dependente, tendo os instrumentos, ele vai procurar os seus direitos junto aos órgãos, ou seja, a Anatel, o Procon ou a própria Justiça. É preciso que ele tenha essa facilidade. Então, nós estabelecemos e alteramos uma série de deficiências que nós percebíamos nos regulamentos anteriores, focando essa questão do consumidor, do relacionamento do consumidor com a prestadora.

Por exemplo, uma das coisas que geravam grande reclamação – não vou dizer que gerava mais reclamação – era cancelamento. A pessoa não quer mais o serviço. Eu cheguei a receber ligações de pessoas dizendo: "Seu Roberto, me ajuda a cancelar esse serviço!". Há alguma coisa pior do que você não querer o serviço e a empresa não cancelar o serviço? Você fica maluco, você fica louco! Como entramos nisso?

É o seguinte: agora o cancelamento é automático. O consumidor chegou, e isso tem que estar disponível lá no *call center,* tem que haver um número lá, tem que estar no primeiro nível de decisão: "Eu não quero falar com a operadora para cancelar!" Ele clica lá e está cancelado! Acabou! Ele não tem mais responsabilidade. Se a empresa não cancelar, ele não vai pagar mais nada por aquilo.

Eu digo assim: precisava disso? A minha pergunta é essa. Eu acho que não precisava! As empresas tinham que ter resolvido isso sem essa ação. A empresa tem que olhar para o consumidor, não precisa ficar olhando e esperando o Estado estabelecer: você tem que fazer assim, tem que fazer assim, tem que fazer assim. É, mais

ou menos, como eu penso, mas não fizeram, e aí nós temos que procurar dar essas ferramentas, esses instrumentos, porque isso está impossível. E, assim, sucessivamente, com outras informações.

A questão, por exemplo, das gravações.

Antes, quando o usuário ligava para a empresa, esta era obrigada a gravar, mas, quando a empresa ligava para o usuário, não era obrigada a gravar. Então, a empresa não gravava, e você não tinha um... Não, agora, então, você vai gravar. Você vai gravar na entrada e na saída! E assim vai. O espaço reservado ao consumidor, o histórico de todas as interações que o consumidor fez com a empresa, disponível no *site* e, assim, sucessivamente.

Então, temos uma expectativa de que, com essa nova configuração, com esse novo regulamento, uma série dessas reclamações passe a um ser resolvida, facilitando 85% das reclamações que chegam; de que o consumidor tenha mais facilidade e a gente consiga reduzir esse número, facilitando a vida desse usuário, desse consumidor dos serviços de telecomunicações. É claro também que apenas um instrumento, um regulamento, não temos a expectativa de que isso, por si só, vai resolver.

As empresas têm que internalizar essa questão, e a Anatel tem que atuar nas fiscalizações, nas avaliações das respostas aos consumidores, porque a Anatel recebe 3 milhões de reclamações por ano. É claro que a Anatel não vai resolver o problema do cancelamento da empresa. Quem tem que cancelar é a empresa! Isso é encaminhado para a empresa, que tem que dar uma resposta ao consumidor, uma resposta à Anatel e dizer: "O problema está resolvido". O consumidor ficou satisfeito, então, o problema está resolvido, e não vamos atuar mais nisso. Nós temos que fazer o controle, essa avaliação qualitativa das respostas aos usuários, e não mandar uma resposta qualquer ao usuário! Fiscalizações e processos de acompanhamento e controle, a essência da superintendência na qual nós estamos hoje.

Para facilitar a vida do consumidor, para o consumidor ter um melhor entendimento do que está ocorrendo, a Anatel começou a entrar também no mundo das telecomunicações móveis, porque, até pouco tempo atrás, talvez um ano atrás, a Anatel só estava no mundo das telecomunicações fixas. Se você queria alguma informação da Anatel, ou você ligava para o *call center* da Anatel, ou você entrava no *site* da Anatel. Então, nós passamos a desenvolver...

Existem hoje três aplicativos disponíveis para o consumidor. Neste aplicativo chamado Anatel Serviço Móvel, o usuário acompanha, nos 5.570 Municípios, a localização de todas as Estações Rádio Base; o serviço que é prestado, se é 2G, 3G ou 4G; e também tem disponível quatro grandes indicadores; não tem todos os indicadores de qualidade, mas são quatro indicadores que eu acho que permanecerão pelo resto da vida, enquanto existir telecomunicações.

Isso porque, ao se tentar usar um serviço de telecomunicações, duas coisas, necessariamente, precisam acontecer. Uma é a conexão. Isso sempre vai ter que existir. Conseguiu se conectar ou não conseguiu se conectar? Se você conseguiu se conectar e isso caiu, no meio do caminho, sem que você quisesse... Só pode cair quando você desligar, seja o telefone, o *tablet* ou um outro meio qualquer. Então, estamos disponibilizando também, para esses 5.570 Municípios, esses quatro indicadores, para tecnologia para voz; para dados; tecnologia 2G, 3G e 4G.

Ainda no campo dos indicadores, também temos um aplicativo hoje por meio do qual a pessoa não precisa mais pegar o telefone e ligar...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – ... para a Anatel, para fazer a reclamação. Ela pode fazer isso do seu próprio *smartphone*, de qualquer local em que estiver, pode fazer isso, e também há um aplicativo que mede a velocidade da banda larga móvel.

Para concluir, para que vocês tenham ideia, dentro desse conjunto, isso foi uma consequência – a Drª Maria Inês mencionou – de uma suspensão do serviço que a Anatel fez, há algum tempo, em 2012. Estamos acompanhando aquele conjunto de indicadores. O que nós detectamos? Agora, nós acompanhamos Município a Município. Antes, a Anatel, basicamente, acompanhava pelo que se chama código de numeração, pelo 61, pelo 92. Isso é um negócio muito grande! Então, temos que ir reduzindo esse acompanhamento, e estamos fazendo isso hoje, por Município, os dados, por Município.

O que nós detectamos? Olha, há uma porção de Municípios em que existe pelo menos uma operadora e em que existe pelo menos um indicador que está fora do nível – vamos dizer assim – desejado. Estabelecemos uma cautelar determinando que esse número fosse reduzindo. Esse gráfico mostra um pouco isso, mas, em maio de 2015... Ali está por trimestre. Nós determinamos a medição por trimestre, mas recebemos isso mensalmente. Começamos a perceber que alguma ação está sendo feita.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Eu ainda teria mais algumas coisas, pessoalmente, para falar sobre a questão da banda larga, da medição da banda larga móvel, que hoje está disponível também. É uma medição mensal que não é feita por Município, é feita por Estado, de forma estatística. O resultado disso está também disponível no *site* da Anatel, para que todos possam compartilhar.

Então, Senador, eu vou encerrar, porque acho que talvez os debates sejam até mais elucidativos. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu que agradeço em nome de todos.

Eu gostaria de chamar o Senador José Medeiros para me substituir, tendo em vista um compromisso agora, às 12 horas. Vamos instalar a Comissão do Futuro, da qual eu sou membro. Voltarei aqui antes de terminar, espero. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a palavra agora, o Dr. Artur Coimbra de Oliveira, Diretor do Departamento de Banda Larga.

O SR. ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA – Bom dia. Obrigado, Senador José Medeiros, agradeço ao Senador Cristovam, ao Senador Hélio também, que foi autor do requerimento, e cumprimento todos os Senadores aqui presentes, bem como todos os membros da Casa, meus companheiros de Mesa e todos que estão presenciando esta audiência pública.

O Ministério das Comunicações tem o papel de formulador de políticas para o setor, o que, obviamente, diferencia-se do papel de uma agência reguladora, que é acompanhar o dia a dia do setor, digamos assim. Então, é muito difícil tratar do assunto qualidade, sem entrar em questões regulatórias. Vou acabar repisando alguma coisa do que foi falado pelo Superintendente Roberto Pinto Martins, mas vou tentar também levantar algumas questões importantes para este debate.

Antes de analisar os problemas, efetivamente, do setor, é importante ter em conta duas curvas de evolução. A curva verde é a curva que mostra o número de acessos em serviço de telefonia móvel, em geral – 2G, 3G, 4G –, e a gente vê que houve um crescimento muito forte, a partir de 2005, e essa curva começou a estacionar em 2011/2012.

Esse crescimento que aconteceu pôs à prova não só a qualidade da rede porque você aumentou em quase três vezes o número de usuários que havia há dez anos, mas a principal pressão disso realmente foi sobre os canais de atendimento, as centrais de relacionamento com o usuário, que tiveram que ser multiplicadas, os servidores tiveram que ser ampliados para dar conta dessa nova demanda de usuários.

A segunda curva – a curva azul – mostra os acessos em banda larga e, sobretudo, em banda larga móvel. Você tem uma disparada muito grande a partir de 2010, coincidentemente, quando foi lançado o Programa Nacional de Banda Larga. Essa curva continua subindo exponencialmente; ela não se atenuou, digamos assim. Isso significa que a pressão sobre a rede vai ser muito maior nos próximos anos. Quer dizer, banda larga efetivamente consome recursos de rede de transporte, mas também de acesso mais significativo do que, pura e simplesmente, serviços de voz, e isso tende a impactar na qualidade. Então, nada mais coerente do que tratar do problema da qualidade agora quando a gente está enfrentando a ascensão vertiginosa dessa curva.

É importante falar que o Poder Executivo está atento a esse caminho que o serviço está tomando, tanto é que, em 2011, a Presidenta Dilma expediu o Decreto nº 7.512 que justamente determinou que a Agência firmasse regras e obrigações de qualidade para as empresas. Então, a Agência, de uma maneira muito eficaz, fez dois regulamentos: o regulamento de gestão da qualidade da banda larga fixa e da banda larga móvel, que também se estende à telefonia móvel em geral, que é o que o Superintendente Roberto Martins apresentou.

Em relação ao consumidor, também foi apresentado pela Anatel todas as iniciativas recentes. Foi criada uma superintendência do consumidor, dentro da Agência, o que não existia, há poucos anos e uma série de ações começam a ser feitas: o Regulamento Geral dos Direitos do Consumidor, uma série de aplicativos da Anatel, inclusive esse aplicativo recém-lançado, que permite ao consumidor fazer reclamações por meio do seu celular, por meio do aplicativo, sem ter que telefonar para o *call center* da Agência. Esse aplicativo está sendo muito elogiado, porque é muito eficaz, tem uma boa resposta das operadoras, também, em resolver os problemas, e isso traz economia significativa para o Poder Público também na gestão dos seus canais de atendimento.

Para além do Poder Executivo, é importante reconhecer que o Senado Federal tem tido um papel especial na expansão dos serviços, mas sobretudo na preocupação com a qualidade. Então, a gente tem, por exemplo, a Lei nº 12.715, de 2012, que desonerou os *smartphones* de tributos federais, o PIS e o Cofins. Isso barateou enormemente os *smartphones*, aumentou a produção industrial brasileira, de forma que, hoje, mais de 90% dos celulares vendidos no Brasil são *smartphones;* não são celulares 2G ou menos sofisticados – 90% ou mais são *smartphones*! E, para isso, concorreu o Senado Federal, que contribuiu desonerando os *smartphones*.

Houve a Lei nº 12.865, de 2013, que também contou com presença marcante desta Casa, referente a pagamentos móveis, permitindo que os celulares sejam usados como instrumentos de bancarização da população, bancarização essa que está muito menos universalizada do que os serviços de telecomunicações; e três leis específicas que contribuíram significativamente – ainda estão contribuindo e vão contribuir – para a melhoria da qualidade do serviço.

A Lei nº 12.715, de 2012, que criou o Regime Especial do Programa Nacional de Banda Larga, que é um regime tributário que, basicamente, desonera os investimentos das empresas em redes de banda larga. A gente vai ver um pouco mais sobre isso. Enfim, estimula o investimento e a melhoria da qualidade em virtude desse investimento.

Houve a Lei das Antenas, que foi um projeto de lei oriundo desta Casa (Lei nº 13.116, de 2015), que criou regras mais claras e objetivas para que esses eventos narrados pelo Presidente Eduardo Levy não se repitam mais, tais como a dificuldade de obter licença, de obter cobertura, restrições para cobertura. Então, é uma lei que organizou, digamos assim, essa área.

E temos a Lei nº 13.096, de 2015, que desonerou o Fistel, retirou os tributos, as taxas de fiscalização incidentes sobre as microcélulas. O que são microcélulas? São basicamente áreas de cobertura; são equipamentos, antenas de celular, digamos assim, de menor potência que cobrem áreas menores e que são especialmente importantes justamente para corrigir aquelas deficiências de cobertura que acontecem, muitas vezes, em grandes centros, em que as grandes células e grandes antenas, com grandes coberturas, não são capazes de resolver. Então, o barateamento dessa solução permite a melhoria da qualidade também, e o Senado Federal, como esse eslaide mostra, tem sido bastante atencioso em relação a essa causa.

Agora, em relação ao regime especial do PNBL há boas notícias e há algumas notícias preocupantes. A boa notícia é que tivemos aí, cadastrados pelas empresas nesse regime, ou seja, que aderiram a esse benefício fiscal, R$17,7 bilhões em investimentos que vão ser realizados até o final de 2016. Isso é muito positivo. Igualmente positiva é a porção de investimentos dedicados aos acessos móveis, a redes móveis: R$6,5 bilhões são exclusivamente dedicados à rede móvel, o que é muito maior do que qualquer outro segmento de rede dentro do programa. Então, existe uma visão das empresas, também, de investir nos serviços móveis para, evidentemente, melhorar a cobertura e a qualidade.

Dentro desse programa, existem 3.724 Municípios contemplados e, até agora, 1.046 projetos aprovados. E existem alguns projetos em avaliação também.

Um dado interessante surge quando a gente plota esses investimentos no mapa e vê a concentração desses investimentos – esse especificamente para serviços móveis. A gente vê um bom investimento – esse é um mapa de investimentos sobre o PIB –, uma boa concentração no Sul, Sudeste e Nordeste, o que é muito positivo porque o Nordeste sofre muito com qualidade do serviço, mas uma coisa que preocupa é que, talvez, hoje, a região que mais tenha dificuldade de acesso ao serviço é a região Norte, a Amazônia Legal, digamos assim. E não existem tantos projetos de investimento submetidos para essas regiões. Então, esse é um fator que preocupa um pouco. Se, por um lado, o programa é positivo porque vai permitir o aumento do investimento de uma forma geral; por outro lado, essa desigualdade preocupa um pouco ainda o Ministério das Comunicações.

Esses gráficos já foram trazidos pelo Superintendente Roberto Martins, da Anatel. É importante só repisar. De fato, telefonia celular hoje é o...

(Soa a campainha.)

O SR. ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA – ... serviço com maior número de acessos e, proporcionalmente, tem um baixo número de reclamações. A telefonia fixa, que é um serviço em regime público, sujeito a obrigações de continuidade e universalização, um serviço concedido, tem muito mais reclamações. Exatamente por isso gera também mais preocupação.

Também repisando isso que já foi trazido pelo Superintendente da Anatel: qualidade, hoje, representa, digamos assim, algo em torno de 5%, 10% do que a agência recebe de reclamação. O principal problema está efetivamente nos relacionamentos ligados, sobretudo, à cobranças indevidas, e essas reclamações de cobrança são as mais diversas possível. As mais comuns são essas aí: ativação e cobrança de planos não contratados, seja de planos de dados, planos de *roaming*, cobranças de serviços de valor adicionado que não foram contratados, custo de notícias, horóscopo, todo tipo de coisas; ligações cobradas não realizadas, ou seja, ligações que são cobradas e o usuário diz que não realizou; áreas sem cobertura – a questão da cobertura que foi levantada; a falta de planos focados no consumo de dados, isto é, uma série de consumidores que gostaria de ter certos planos focados em consumo de dados ou consumo efetivo e têm dificuldade de encontrar esses planos. Temos reclamações nesse sentido e reclamações também referentes a treinamentos pelos *call centers*, ou seja, o atendimento das operadoras. A gente vê que a boa parte disso é questão de relacionamento efetivamente.

Contribui decisivamente para a qualidade do serviço o fato de que muitos Municípios brasileiros não têm uma competição muito significativa. Especialmente em 32%, ou seja, um terço dos Municípios brasileiros em que só há uma operadora. Isso, na verdade, se constitui em monopólio.

Agora, entendo quando o Presidente Eduardo Levy diz: "Olha, só existe uma empresa nesses 32% de Municípios porque foi o que o edital do serviço móvel, edital de licitação de frequência, determinou. Os editais não determinaram a cobertura por outras empresas desses Municípios e tampouco determinaram a cobertura de estradas. É o mesmo argumento: se o edital não obrigou, as empresas não vão fazer. Esse é o argumento. Agora, independentemente de concordar ou não com ele, é um fato, e a gente tem que analisar isso.

Existe uma coisa que a gente tem que debater nesse momento que é o uso eficiente desse espectro. O espectro de radiofrequência utilizado para prestar serviços móveis é um bem público, gerido pelo Estado e colocado a disposição por meio de licitações de radiofrequência para que as empresas utilizem e prestem serviços. Agora, naqueles 32% de Municípios que só têm uma operadora, na verdade, existem cinco operadoras que têm licença para prestar serviços, mas só uma está prestando. Então, temos que avaliar em que medida o uso desse espectro está sendo eficiente.

Existe um regulamento da Anatel sobre esse assunto; então, será que não seria o caso de o Estado retomar essa radiofrequência que não está sendo utilizada para colocar a disposição de alguém que efetivamente queira utilizar? Essa é uma questão que realmente tem que ser aprofundada, porque, se uma operadora tem a radiofrequência e não a utiliza por 15 anos, qual a perspectiva que se tem de efetiva utilização desse espectro?

É importante destacar que, além das questões de qualidade de rede, que demandam muitos investimentos, existe uma série de ajustes que podem ser feitos pelas operadoras que são ajustes de gestão que demandam muito pouco investimento, desde otimizar as redes móveis que já existem, redes móveis que já estão implantadas; otimizar a configuração dessas células; ampliar a cobertura das redes móveis em localidades não sede. Eventualmente isso pode ser feito com custos muito baixos, com uso de microcélulas agora que já foram exoneradas pelo Fistel.

E, também, a melhoria nas relações de consumo. A gente entende que as empresas têm feito uma evolução nesse sentido, firmaram compromissos, um compromisso público com o código de conduta específico, nos últimos meses. A gente tem que estudar de que forma esse código de conduta não poderia ser ampliado e se tornar mais concreto, menos principiológico e mais concreto.

Além disso, o aumento da transparências das empresas. A gente vê que boa parte das reclamações, sejam referentes à qualidade, sejam referentes à relacionamento, de uma forma geral, com o consumidor, podem ser resolvidas com investimentos relativamente baixos quando comparado ao que é feito, hoje, de R$6,4 bilhões na PNBL, ou seja, uma série de pequenos ajustes para resolver os problemas.

E o Ministério está sempre a disposição para debater com o Senado Federal e com as demais entidades do Poder Público e da sociedade que queiram se aprofundar em soluções sobre isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria cumprimentar o nosso Artur Coimbra de Oliveira, quase o Zico. Alguém lembra o nome do Zico? Artur Coimbra, nosso grande atleta do Flamengo.

Parabéns pela posição do Ministério das Telecomunicações.

Como nós concluímos as exposições, eu queria passar aos nossos queridos Senadores.

Temos aqui o nosso Senador por Sergipe, nosso Senador Eduardo Amorim, e também nosso Senador pelo Mato Grosso, que estava aqui fazendo a gentileza de presidir os trabalhos para mim, o nobre Senador José Medeiros.

Gostaria de saber se ambos gostariam de fazer suas perguntas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Eduardo Amorim, por gentileza.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Bom dia, senhores; bom dia, Presidente; bom dia, Senador José Medeiros; bom dia a todos que estão nos acompanhando e nos assistindo também.

Sejam bem-vindos a esta Casa. Que bom que temos essa oportunidade de debater um tema tão importante e tão atual para todos nós, brasileiros. Há mais telefones móveis nesse País do que cidadãos. Então, todos pagamos. Alguns têm até mais de um, e também já tive, mas não desejo mais.

O questionamento é o seguinte: segundo empresas especializadas em consultorias no mundo inteiro, o sistema de telefonia e de banda larga do Brasil é um dos mais caros e, com certeza, um dos piores do planeta. Recentemente, fizemos até um discurso no plenário sobre pagarmos tanto e termos um serviço tão ruim. Por exemplo, segundo o relatório da consultoria especializada americana Camae, "a velocidade média de conexão da internet móvel brasileira é apenas 1,8 Mbps". Isso nos põe atrás, por exemplo, de países vizinhos como

a Bolívia, como o Chile, como a Colômbia, como o Paraguai, como o Uruguai e como a Venezuela, para falar apenas aqui do continente sul-americano. Para comparar com apenas um desses países, no Uruguai, a velocidade média de conexão é 3,5 Mbps, aproximadamente, o dobro do Brasil. Essa é a primeira pergunta que faço.

Segunda pergunta.

Segundo outra consultoria, outra empresa, a UIT – União Internacional de Telecomunicações, que é um organismo filiado às Nações Unidas, um pacote de serviços de 51 minutos em chamadas e 100 mensagens de textos por mês de um plano pré-pago, no Brasil, custa em média US$48,32, isso equivale ao triplo da média mundial, que é em torno de US$16,90. Em uma comparação desse valor com países, por exemplo, do BRICS, na China, o mesmo pacote de serviços que, no Brasil, custa quase US$50,00 é orçado em US$4,04; na Índia, US$2,91; na Rússia, US$7,34; na África do Sul, US$20,40. Vejamos, então, que, pelo menos em serviço, o usuário brasileiro paga 3 vezes o que paga um usuário chinês e muito mais do que paga, mais de 12 vezes, um usuário indiano. O fato é que isso nos coloca na 119ª posição no *ranking* de serviços de telefonias mais acessíveis, à frente apenas de alguns países como Haiti, Zimbábue e Etiópia.

Por que pagamos tão caro e temos um serviço tão ruim? O que se tem ouvido em outras audiências de representantes do setor é que aqui se tributa demais, aqui se paga imposto demais, mas suponhamos que o preço do pacote padrão no Brasil, isento de tributo, ficasse em torno de US$33,00, isso ainda nos colocaria bem acima desses países. Praticamos, desculpa a expressão, nesse setor, um capitalismo que só vê o lucro ou não é isso que essas empresas de consultoria ligadas ao setor estão nos informando?

O fato é que não temos um serviço de qualidade e pagamos muito, muito por esse serviço. As empresas de telefonia estão num *ranking* de campeãs de um título não muito bom nos Procons pelo Brasil afora. Como usuário brasileiro, me sinto, muitas vezes, usurpado, traído. Deixe de pagar para ver se continua tendo o serviço. Mas, na verdade, o Estado é que deveria proteger todos nós. Não temos outra proteção, senão o poder do Estado, para controlar, afinal de contas é uma concessão.

Deixo esses questionamentos e, com certeza, os questionamentos de muitos brasileiros. Pagamos muito e temos muito pouco de volta. Poderia ser diferente? Poderia ser melhor essa relação consumidor/prestador de serviço? O Estado não poderia estar nos protegendo muito mais? Sei que há ainda muita coisa a evoluir, mas, ficando atrás de tantos outros países e países vizinhos, acho que é difícil encontrar um argumento plausível.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço V. Exª, Senador Eduardo Amorim ao mesmo tempo em que passo para o nosso Senador do Mato Grosso, nosso querido José Medeiros para suas perguntas.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Exmo Senador Eduardo Amorim, palestrantes aqui presentes:

Senador Hélio José, queria parabenizá-lo por ter trazido esse debate ao Senado porque é um debate que está, todos os dias, nas ruas, nas casas. Está acontecendo no dia a dia, como não chegamos à excelência ainda, mas o serviço público é mais ou menos assim: quanto mais você oferece, mais demandas e mais problemas aparecem. Com certeza, não podemos nos contentar e temos que cobrar, e é isso que a população faz. V. Exª traz, aqui para a Casa, o caldo, a ebulição do que está nas ruas. E parabenizo muito mais porque aqui foram trazidas questões que, com certeza, boa parte da população brasileira não sabe.

Eu, por exemplo, me considero um sujeito que se informa medianamente e não tinha a menor ideia de que nossos contratos, nossas concessões, os nossos editais eram feitos de forma que "basta oferecer os serviços de uma ponta a outra da cidade, pois, beleza, o distrito não precisa, a estrada não precisa". A população brasileira não tem a menor ideia disso. Louvo a franqueza do Dr. Levy, que trouxe isso aqui, porque é muito importante que a sociedade saiba disso que é um fator a mais e que irrita as pessoas. Quando acontece um acidente no meio de uma estrada e o sujeito não consegue ligar, o telefone não funciona, ele acha que está sendo lesado, mas não! Ele foi lesado antes, quando foram feitos esses contratos dessa forma e não lhe avisaram. A sociedade brasileira queria que fosse feito assim?

Esse tipo de debate traz essas questões, e, daqui a pouco, vamos querer mais. "Uma vez que foram feitos assim, vamos melhorar, porque a gente quer na estrada também, nós queremos no distrito". No meu Estado, há vários distritos bastante populosos, distrito Garça Branca, distrito de Boa Vista, e as pessoas não querem ficar à margem, elas querem participar da telefonia, querem ter internet. Por que não? "Por que a cidade a 2km tem e eu não tenho?" Existe essa discussão, mas, de repente, as operadoras vêm aqui e nos dizem: "Não, estamos sendo boazinhas e ainda estamos fazendo uma concessão. Vocês estão 'pegando o boi', estão ganhando ainda por a gente fazer isso". Por isso, a importância desse debate.

Eu vejo que nas cidades a grita se dá porque temos essas manchas ainda. Aqui, no Eixão, em Brasília mesmo, há um determinado momento em que não se consegue falar. Não sei o que acontece. Aqui, na Casa, por vezes, não se consegue falar, e isso acontece em todo o Brasil. É sinal de que precisamos conversar sobre o

tema e avançar. Essa sensação, às vezes, concordo com o Dr. Levy, de que o serviço não está funcionando pode ser até maior do que é mesmo, assim como os números da insegurança no Rio. Ontem, eu estava ouvindo o rádio e disseram o seguinte: "Olha, a sensação de insegurança no Rio de Janeiro é maior do que os números dizem". Mas o cidadão se sente inseguro. O que levou a isso não sei. Uma bala perdida, um sujeito esfaqueado, os casos foram reais, aconteceram, e precisamos justamente avançar para que essa sensação volte.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Eu vou deixar aqui também um parênteses. O Dr. Levy falou que há um lucro de 26% e senti que ele falou como se fosse um número baixo. Eu não sei. Eu acho que uma empresa com 26% de lucro está bem, mas essa é minha opinião. É um lucro que não sei se todos os negócios no País estão chegando a ele. É um lucro de 26%!

Eu ouvi aqui o Dr. Marcelo falar, Senador Hélio José, e é um tema que nos vai remeter a outro debate que está havendo na Casa sobre a terceirização que nos preocupa. Essa fala dele mostra que nós temos que fazer alguma coisa porque isso é real.

Senador Eduardo Amorim, o Dr. Marcelo trouxe aqui o que está acontecendo em relação às empresas terceirizadas e ele alega que boa parte, às vezes, das reclamações da má qualidade na prestação dos serviços se deve não a uma anomalia sistêmica, mas sim ao fato de que as empresas operadoras estariam contratando chamadas gatas ou não controlando bem para economizar, vamos dizer, para repassar custos e, como consequência, o consumidor acaba recebendo um serviço aquém da qualidade esperada. Isso eu sei que é uma realidade porque a gente observa também no setor elétrico, do qual V. Exª é um bom conhecedor em que, no afã de fazer corte de custos, há uma troca constante desses prestadores de serviço e, óbvio, quem paga a conta duas vezes acaba sendo o consumidor.

Eu vou aproveitar a presença também do Diretor da Anatel, do Superintendente da Anatel e estender também, uma vez que estamos tratando do tema porque é uma raiva só. Isso acaba irritando o consumidor não só em relação à telefonia móvel, mas em relação à telefonia fixa, às TVs por assinaturas. Olha, hoje você pegar um telefone e fazer uma reclamação em *call center* é uma irritação, tem que escolher um dia da semana em que esteja bastante zen, tomar chá de camomila, fazer toda a preparação para conseguir falar sem ter um ataque cardíaco porque, primeiro, você vai ficar ouvindo aquelas musiquinhas irritantes por várias horas, vai ser jogado de um lado para outro. Eu tive a oportunidade de passar por dois eventos desses que não desejo nem para inimigo.

Comprei um *modem* daqueles e, em casa, fui tentar, mas, para resumir a história, não havia cobertura na área. Voltei, devolvi, disseram-me que tinham que fazer uma verificação, foram lá fazer a perícia e tal, me deram o laudo e, dentro em dois meses, vieram as cobranças e cobranças. Bom, para eu me livrar disso, foi um inferno. E aí vem a crítica também à Anatel. Eu fiquei com a sensação – vou dizer como consumidor – de que a Anatel não estava ao meu lado. Essa foi a sensação. Passei, não resolveu e aconteceu aquele roteiro que V. Sª colocou aqui: eu tentei na empresa, tentei no jurídico da empresa e não consegui, fui para a Anatel, fiz todos aqueles protocolos de ida e vinda, fui para o Procon, não consegui resolver, para a Justiça e por aí. Mas isso é extremamente extenuante para o consumidor. Pode ter certeza de que essas, Dr. Levy, reclamações também não refletem a realidade. A sensação de qualidade do serviço talvez seja maior, mas o número de reclamações aos órgãos não reflete a realidade, porque eu, por exemplo, não perco mais o meu tempo em fazer a reclamação, e, com certeza, existem milhares de pessoas que, como eu, não têm mais paciência de enfrentar essa terrível maratona.

Para eu me encaminhar para o final e passar às perguntas também, o serviço de TV. Por exemplo, tentem encerrar um contrato com a Sky. É um absurdo, é uma coisa maluca, você não consegue. Mas em determinado momento você vai conseguir e vou dar até a dica: você vai ao Twitter e reclame, vai ao Facebook e reclame e virá um consultor da empresa preocupado e vai te atender porque no telefone você não vai conseguir. Depois de você conseguir encerrar, começarão a vir cobranças, mesmo você tendo encerrado. É terrível a situação do consumidor no Brasil para conseguir cancelar como bem colocado aqui. Ela não é a principal, mas coloquei a campeã porque já passei por essa situação, é uma coisa terrível.

Eu quero deixar algumas perguntas porque já tivemos outra audiência aqui justamente discutindo esses temas e, na época, a sensação que ficou foi a seguinte: na reunião, os representantes dos consumidores e do Ministério Público sustentaram que a prestação do serviço continua bastante deficiente, apesar dos avanços obtidos desde a privatização, o que foi mais ou menos o diagnosticado hoje aqui, e mencionaram ainda a ocorrência de diversos problemas técnicos como quedas de chamada, congestionamento de rede, mensagens equivocadas e falta de cobertura. Também reclamaram da atuação da Anatel frente à precária situação do serviço de telefonia móvel.

Diante disso, eu queria perguntar ao Dr. Roberto, da Anatel: a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 impõe ao poder público o dever de garantir a toda população o acesso às telecomunicações, a tarifas e preços razoáveis e com padrões de qualidade compatíveis com a exigência dos usuários. A cobertura de serviço móvel pessoal, conhecida como telefonia celular, cresceu de forma expressiva nos últimos anos chegando a impressionar a marca de 274 milhões de celulares ativados. Não houve, contudo, expansão semelhante na infraestrutura de telecomunicações que deveria ter acompanhado o crescimento do número de usuários para garantir a qualidade do serviço.

As audiências públicas anteriores realizadas pelo Senado Federal identificaram quatro grandes gargalos na infraestrutura brasileira: a burocracia dos processos de licenciamento para construção e instalação de antenas para telefonia celular que acabou culminando com a lei que aprovamos esse ano aqui, a Lei Geral de Antenas, o modelo adotado nas licitações de novas frequências que, ao privilegiar arrecadação, onera o setor e reduz a capacidade de investimento e infraestrutura, a elevada carga tributária do setor e a não aplicação dos fundos setoriais na massificação do acesso de serviço móvel celular.

O que o Ministério das Telecomunicações e Anatel têm feito para remover esses gargalos e para fazer cumprir a Lei Geral de Telecomunicações no que se refere à responsabilidade do Poder Público no aprimoramento da qualidade do serviço público de telefonia móvel? Além do regulamento da gestão da qualidade das prestadoras de serviço móvel publicado e fiscalizado pela Anatel, que outros instrumentos e ações têm sido utilizados para solucionar tais questões?

Agora, queria deixar uma pergunta para a Srª Maria Inês da Proteste: de acordo com os dados do Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça em 2014 a telefonia fixa e a telefonia celular foram os assuntos mais demandados com 9,8% e 9,5% respectivamente. Em seguida, aparecem os bancos, 7% e o cartão de crédito com 6,5%. Além disso, metade das dez empresas mais demandadas nos Procons integrados ao Sindec eram prestadoras de serviços de telecomunicações.

A grande maioria dos problemas apresentados diz respeito à cobrança, 35%; de problemas na oferta, 17% e o vício da má qualidade em produtos ou serviços 15%, vêm em seguida na lista das reclamações. O mais grave, no entanto é que uma análise da série histórica desse levantamento revela uma tendência de aumento contínuo das demandas sobre o setor de telecomunicações. Além disso, o número de reclamações tem aumentado ao longo dos anos de acordo com o Sindec os PROCONs de todo o País receberam quase 2,5 milhões de reclamações no ano passado. O número é 22,6% maior que o de 2012.

Diante desse cenário pergunto: de que maneira se pode conferir maior eficácia á atuação dos órgãos de defesa do consumidor, além da aplicação das sanções? De que medida lançar mão para conferir maior agilidade ao atendimento da pretensão do consumidor? Que medidas podem ser adotadas para minimizar o número de processos judiciais envolvendo as empresas de telefonia? Que mecanismos poderiam ser adotados para que esses conflitos fossem solucionados diretamente entre as partes ouvidas?

Agora, uma questão ao Dr. Eduardo Levy. Além da questão da infraestrutura fundamental para a prestação de um serviço de qualidade, uma das principais deficiências apresentadas pelas empresas de telefonia móvel é o atendimento ao consumidor que costuma passar horas nos chamados *call centers* tentando resolver suas demandas e reclamações. Dos investimentos previstos pelas empresas nos seus respectivos planos de ação quanto é dedicado especificamente ao atendimento ao consumidor? Quais as medida a serem adotadas para o aperfeiçoamento desse atendimento?

E também ao Dr. Eduardo Levy: mais da metade dos celulares do Brasil tem acesso precário à internet, pois a chamada banda larga móvel somente está presente em cerca de 42% dos aparelhos, a rede 3G, por sua vez, ainda não chegou a 34% dos Municípios brasileiros. A esse respeito pergunto: como enfrentar e vencer o desafio de universalizar a cobertura das redes de telefonia móvel se ela é prestada em regime privado que não está sujeito a metas de universalização? A utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, o FUS seria um caminho ou seria melhor adotar um regime público de exploração dos serviços naquelas regiões com menor atratividade econômica?

São esses os questionamentos e novamente lhe parabenizo, Senador Hélio José, por trazer esse relevante debate e de tão grande interesse à sociedade brasileira que clama por uma melhoria porque hoje a grande discussão é difícil e, por mais técnico que seja o debate, por mais bonito que falem os palestrantes, é difícil explicar que alguém, Senador Eduardo Amorim, que contrata um pacote de Internet, por exemplo, eu, com dez megas e recebe 500k, 600k, um mega e pouco. É como se a gente fosse à feira – nós que somos uma população rural –, comprássemos um saco de farinha e, quando chegássemos a casa, tivesse só dois quilos de farinha. É difícil explicar isso por mais que seja bem explicável.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – E, ainda, desculpe, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Ainda tem empresa que faz a propaganda dizendo: "Nós é que mais nos aproximamos da verdade, ou seja, oferecem próximo daquilo que..."

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – WhatsApp ilimitado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – É.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero parabenizar nosso Senador Eduardo Amorim e nosso Senador José Medeiros pelas perguntas muito procedentes e importantes.

Gostaria até, Senador Medeiros, se V. Exª pudesse repassar as perguntas que fez por escrito, pela importância dessas perguntas, como aqui eu sei que cada um vai ter seu tempo para fazer suas considerações e responder todas as perguntas pode ser que não consiga responder na plenitude, gostaria que nossa Secretaria tirasse cópias, desse uma cópia para cada um aqui para nos dirigir, mais aprofundadamente, essas respostas aos questionamentos feitos pelo Senador Medeiros.

Se o Senador Amorim também tiver as perguntas escritas – também vou passar as minhas por escrito – para a gente poder, além de ouvi-lo aqui, ouvir de uma forma mais tranquila, escrita, uma resposta, porque a agonia do consumidor brasileiro é muito grande. A gente está sendo bastante demandado aqui na CCT, no Senado Federal, no dia a dia das nossas Casas com relação a essas situações aqui colocadas.

Eu vou ler para vocês aqui as perguntas do e-Cidadania que é o povo interativo que está ouvindo a gente Brasil afora e fazendo perguntas para todos os debatedores aqui. Então, são perguntas importantes que também vou pedir para tirar cópia, entregar para vocês também fazerem por escrito por causa da importância das perguntas. Vocês, aqui, terão a oportunidade de manifestar, responder àquilo que puderem, o mais possível, agora.

Vamos lá: o João Augusto fez a seguinte pergunta:

Muito boa essa iniciativa de se discutir a qualidade da telefonia móvel no Brasil. Acho que realmente já estava na hora. Na minha opinião, as operadoras de telefonia móvel precisam investir em infraestrutura e atendimento ao cliente. Esses dois itens deixam a desejar.

Esta é uma avaliação do João Augusto. Gostaria que vocês anotassem para dar uma resposta, se for possível, agora.

A Maria do Carmo da Silva faz a seguinte ponderação:

Com grande alegria recebo essa notícia. É muito desrespeito com o consumidor pagarmos ainda muito caro pela péssima qualidade não só na telefonia móvel, mas na internet também, em que paga-se muito para um serviço muito ruim.

Ela achou legal o debate e fez essas duas perguntas que são importantes.

A Maria do Carmo ainda diz o seguinte: "O que impede que novas empresas de telecomunicações possam atuar no Brasil como em outros países desenvolvidos, onde a concorrência faz com que as empresas tratem melhor e com mais respeito o consumidor?".

Então, ela está querendo saber o que impede a entrada de novas empresas aqui para poder melhorar a concorrência e melhorar o mercado.

O José Vieira da Cunha Neto faz a seguinte questão: "Aqui no Sana, distrito de Macaé, Rio de Janeiro, a telefonia da Oi fixa e celular é um monopólio bem precário. A fixa não tem banda larga e nem mais possibilidade de expansão e o celular ainda é 2G. O que fazer?" É a pergunta dele aqui.

A Regina Mariano faz a seguinte ponderação:

O serviço de telefonia e Internet são excessivamente caros com uma prestação de serviços muito aquém do que é acordado, o que demonstra desrespeito com o consumidor. É irritante ficar incomunicável por horas de forma tão recorrente?

Mais ou menos na linha que o Senador Medeiros coloca e que estou sendo vítima agora porque quis mudar um plano da Vivo, estou com os caras que mandam todo dia coisa diferente e não resolvem a vida da pessoa e fica lá pendente. Estou sendo vítima disso. Quero até que a Vivo venha resolver o meu problema, o da minha esposa, dos meus telefones que é plano familiar que a gente não consegue entender porque tanta maneira diferenciada de tratar.

Fui também vítima da Sky porque para mudar a nossa assinatura de TV é um trabalho terrível. Passei o dia inteiro para mudar a questão da Sky testemunhando o que o Senador Medeiros acabou de colocar.

O Rodrigo Leme é do Acre e diz o seguinte:

Gostaria que os dados técnicos dos serviços de telefonia móvel fossem ser mais divulgados e fiscalizados, por exemplo, a quantidade de chamadas por antena – ele gostaria de saber isso – além da não expiração do prazo dos créditos de serviços de telefonia móvel, afinal o consumidor pagou e não é ressarcido.

Então, ele quer saber essa série de questões.

Vamos tirar cópias para cada uma das pessoas aqui presentes, por favor.

O Gustavo Menezes Santana, de Goiás, diz:

Em uma reclamação de constante cobrança indevida da Internet pela Anatel o funcionário informa que o problema é muito comum e a solução envolve configurar o celular para não utilizar Internet 4G. Eu me pergunto quantas pessoas pagam Internet indevida e por que a Anatel é negligente?

Essa é a pergunta do Gustavo Menezes Santana, de Goiás.

O Luiz Eduardo de Melo, do Rio de Janeiro faz a seguinte questão:

Os serviços de telefonia móvel são muito ruins no País, os preços são exorbitantes se calculados para 30 dias ou 12 meses. O serviço entregue, ou funciona mal, ou não funciona. Há áreas em que sequer têm sinal como dentro de casa ou no metrô, o que revela a falta de infraestrutura.

Esse é o Luiz, do Rio de Janeiro.

O Anderson, do Pará, diz o seguinte:

O portal para reclamação da Anatel não tem serventia alguma. Todas as reclamações que fiz foram encaminhadas às operadoras que me deram a resposta que quiseram, sem resolver absolutamente nada e o processo foi encerrado sem que eu possa contestar.

Esse é o Anderson, do Pará.

O Douglas Rocha, de Minas Gerais diz o seguinte:

A TIM continua expirando créditos, a TIM envia mensagem de que os créditos expiraram antes do prazo. [É o saco de farinha com metade da farinha como nosso Senador Medeiros aqui bem fez a metáfora.] Eu tenho créditos e não posso usar porque a TIM paga propina para que o Governo brasileiro. Eu quero poder usar os créditos custe o tempo que custar, eu exijo respeito.

Esse é o Douglas Rocha, de Minas Gerais.

Então, vocês percebem e acho que, tanto a Anatel, quanto o Ministério das Comunicações, quanto os sindicatos aqui, os representantes dos órgãos de reclamação recebem constantemente reclamações parecidas com essa, um pouco semelhantes, de que há uma descrença global da população e há um desgosto muito grande de ver que temos hoje um País que tem o maior número talvez de telefones móveis praticamente, não maior que o da China, mas um dos maiores do mundo, e em que está dessa forma esse serviço.

Eu gostaria muito – vou mandar tirar cópia também desse aqui – para repassar a vocês. Eu queria uma cópia também das perguntas do Senador Medeiros. Senador Amorim, as perguntas do senhor estão por escrito? Se estiverem, mando tirar cópia também.

Algumas outras perguntas para passar para vocês, pessoal. E aqui vocês vão ter o tempo que quiserem para fazerem as considerações finais e responderem o que vocês quiserem aqui. Não vou ficar limitando o tempo não, porque é tão importante isso para o consumidor brasileiro. Por isso é que fizemos esta audiência pública. Precisamos dar algumas respostas, porque estamos sendo cobrados.

Pergunta para os representantes das empresas de telefonia Sinstal:

São constantes as mudanças. A Agência Nacional de Telecomunicação, Anatel, em torno das regras das operadoras de telefonia fixa e móvel, internet e TV por assinatura, incluindo, por exemplo, assuntos como metas, adesão, disponibilidades de planos e ofertas, cancelamento de contas e atendimento ao consumidor etc. Como essas medidas impactam nas taxas de retorno das concessionárias, na qualidade dos serviços e na relação com as empresas que prestam serviços às empresas de telefonia?

Pergunta para os representantes das empresas de telefonia SindiTelebrasil: "Em relação à elevada carga tributária federal e estadual, como esses impostos impactam no preço final pago pelos consumidores?"

Pergunta para o representante do Sinstal, novamente, Prestadores de Serviços para as Concessionárias de Telefonia:

Não há dúvidas de que as mudanças em torno das metas que a Anatel impõe às concessionárias de telefonia acabam impactando na relação entre as concessionárias e os prestadores de serviços. Como essas mudanças impostas pela Anatel afetam os prestadores de serviço e a qualidade da telefonia em relação ao consumidor?

Pergunta para os representantes do Sinstal, novamente:

As medidas impostas pela Anatel e a atual elevação da inadimplência estão levando ao atraso os pagamentos das concessionárias às prestadoras de serviço, prejudicando o fluxo de caixa dessas últimas e ainda levando-as ao fechamento. Qual é a atual situação dos prestadores de serviço em torno dessa realidade?

Gostou das perguntas do Sinstal.

Mais uma pergunta para o Sinstal:

As concessionárias alegam que as medidas implementadas pela Anatel acabam reduzindo a taxa de retorno dos investimentos. Essa situação está precarizando a relação entre as concessionárias e os prestadores de serviço? Confirmando o aumento da precarização, como funcionam as denominadas empresas "gato" contratadas pelas concessionárias?

Além disso, senhores e senhoras aqui participantes desta audiência, eu gostaria de afirmar que a gente vai estar aqui, eu que fui o autor desta audiência pública, também fazendo uma audiência chamando inclusive os presidentes de cada uma das empresas, além do sindicato, para poder esclarecer algumas dúvidas dos brasileiros mais pontuais, quanto à TIM, quanto à OI, quanto à Vivo, quanto à Claro, porque há diferença de tratamento, há diferença de sinal, há diferença de como é a ação dessas empresas no País e há um monte de dúvida.

Então, no segundo semestre, nós vamos fazer um debate aqui em que, além do SindiTelebrasil, a gente vai chamar as próprias empresas, a Anatel e o Sindicom, para também fazer esclarecimento à população. Eu gostaria de saber, na ótica, do SindiTelebrasil, como é que ele coordena essas empresas prestadoras de serviço, pode efetivamente agir para melhorar essa prestação de serviço em geral, independentemente de que empresa seja, para que o brasileiro tenha mais confiança na nossa rede de celular. Eu, por exemplo, moro no Lago Sul. Chego à minha casa, e não há sinal. Eu passo ali não sei onde, e não há sinal. E a operadora é uma operadora ampla em Brasília, que é a Vivo. A Vivo é uma operadora em Brasília que tem uma cobertura muito boa, por sinal. E não tem. O pessoal da Claro, nem se fala. Da TIM, pior ainda. Da OI, Nossa Senhora. Então, é importante a gente saber na ótica do sindicato das empresas isso daí.

Na ótica do nosso querido Paulo Márcio, do Procon, o que o órgão defensor do trabalhador, defensor do povo brasileiro pagador de imposto pode de fato fazer para exigir que o direito do cliente, do consumidor seja respeitado no sentido de ser bem atendido com relação às empresas em que ele compra seu *chip*, seu saldo; evitar que o meio saco de farinha, igual ao nosso Senador Medeiros colocou, a importância disso... Para os órgãos governamentais, eu pergunto daqui a pouco.

Para o nosso representante da Sinstal, há tanta pergunta aqui, mas a pergunta que eu só quero fazer é a seguinte: eu, que sou contra a terceirização, porque sou do setor elétrico, sei da importância que é a gente evitar acidentes, a importância que é a gente não precarizar o serviço, ter qualidade no atendimento. Então, nós, o Senador Paim e outros Senadores, estamos debatendo no País inteiro o quanto vai ser danoso as atividades-fim serem precarizadas e terceirizadas da forma como está sendo colocado. Então, a gente queria ouvir de vocês que cuidam das empresas que fazem essa manutenção qual será o efeito dessa questão nessas empresas, além daquelas outras perguntas todas que foram aqui colocadas.

E da nossa Proteste, eu adorei as provocações colocadas. Eu acho de altíssima relevância a sua apresentação aqui. Eu acho que ela atende a vários questionamentos dos brasileiros que estão preocupados com essa questão. Nós precisamos de fato saber o que nós vamos fazer com esses fundos, o que esses fundos vão fazer de fato para que o brasileiro, que paga esses fundos, seja bem atendido. Então, na visão da Proteste, que tem toda uma crítica com relação à utilização desses fundos, como é que nós clientes, como é que nós, povo brasileiro, podemos fazer se você enxerga alguma possibilidade de mudança legal no marco regulatório desses fundos, para que ele de fato venha a cumprir o objetivo desses fundos?

E para o nosso querido Roberto Pinto Martins, na Anatel, nós, como Governo – e eu falo nós como Governo porque eu sou Vice-Líder do Governo nesta Casa, sou da base aliada, confio no nosso Governo –, como Agência Reguladora, que tem o dever de evitar esse tipo de crítica, essa situação que está aqui, podemos de fato por o dedo na ferida, exigir que os direitos do consumidor sejam realmente cumpridos, que as empresas façam com que o sinal chegue onde tem que chegar, conforme foi feito, como é que nós Governo, via Anatel, podemos fazer a melhor aplicação desses fundos na visão de Governo? Como é a visão que a gente enxerga com relação a isso?

Pergunta semelhante para o nosso Zico aqui, o nosso Artur Coimbra de Oliveira, nosso representante do MiniCom. Eu sei do compromisso público do nosso Ministro Berzoini, uma pessoa altamente comprometida com o povo, comprometida com as relações sociais e também do trabalho que vocês estão fazendo lá no Ministério das Comunicações, que é um Ministério importante, como é que o Ministério das Comunicações está vendo esse marco regulatório, para poder realmente a gente garantir que os direitos do consumidor com relação à banda larga, com relação à internet, com relação à telefonia móvel sejam cumpridos e feitos lá pela Anatel junto com as empresas, o que a gente pode fazer para poder realmente melhorar essa questão? Foram essas preocupações todas colocadas aqui por mim, colocadas pelos Senadores, colocada pelos nossos ouvintes.

Tenho certeza de que, se pudesse abrir para todo mundo ali, haveria mais um monte de perguntas nesse sentido. E essas respostas que vocês nos darão, inclusive as escritas, nós vamos tentar – viu, Ivone? – escrever um compêndio dessa questão aqui, distribuir para todo mundo, porque essas perguntas são recorrentes, e nós queremos dar essa resposta de todos os órgãos, que vão mandar para a gente por escrito, e o que vão dizer aqui, para a gente poder fazer um documento para distribuir e ser como uma peça importante para que a gente possa avançar nessas questões aí.

As apresentações foram de alta relevância, de todos os que estiveram aqui presentes. Eu só lamento, por ser uma Mesa tão grande, a gente não teve muito tempo para o debate. Por exemplo, hoje tem Ministro

aqui na Casa, Ministro ali, Ministro acolá. Há Ministro em duas comissões aqui, num dia atípico da nossa Casa. Então, vários Senadores que gostariam de estar aqui não puderem passar. Outros tiveram que sair. Eu mesmo tive que ir falar com o Ministro Levy, voltei para cá, por causa deste final de semestre, temos que votar a LDO, esta Casa está correndo. Está certo?

Mas aqui vocês terão toda a calma do mundo para fazer a resposta, porque foram perguntas demais. Com tranquilidade. Todas essas respostas serão repassadas às pessoas que as fizeram. Eu quero dar aquelas perguntas aqui também para a Égli tirar cópia, para poder repassar para todos os nossos palestrantes aqui, para a gente poder fazer, Ivone, igual eu coloquei aqui.

Vamos aqui, em ordem inversa, a nossa representante Maria Inês Dolci, do Proteste. Com a palavra, pelo tempo que achar necessário, Maria Inês.

A SRª MARIA INÊS DOLCI – Obrigada, Senador. São muitos os questionamentos. São muitos os problemas. É evidente que, quando se fala de todos esses fundos, que são o Fust, o Fistel, o Fontel, eles têm de ser liberados, porque tem dinheiro parado ali. De qualquer forma, tem que se buscar solução, ver de que forma poderia ser liberado o mais rápido possível, para uma melhor utilização. Isso é uma discussão que poderia até trazer uma nova audiência. E a Proteste poderá contribuir com essa audiência evidentemente. Eu queria responder, fiquei esperando até agora para responder ao Eduardo Levi. Ele colocou a questão do 3G.

A Proteste, durante um ano acompanhou essa questão do 3G no País. Recebemos inúmeras reclamações. Os consumidores estavam alegando interrupções, falta de acesso, contratavam planos, não recebiam na verdade 3G de forma adequada e muito menos o 2G. Então, o 2G ainda não estava com muito acesso. E o 3G já trazendo grandes problemas. Em consequência, perto da Copa do Mundo, foi liberado o 4G também.

O que foi feito? A Proteste percorreu esses 5.000 quilômetros sim. Percorreu todos esses Estados cujos dados trouxemos, para saber de que forma o consumidor estava tendo acesso. Passamos por todos esses Municípios, durante vários meses, constatando que realmente o acesso não chegava aos Municípios que deveriam e muito menos nas estradas, como o próprio Senado colocou. Um acidente pode ocorrer, o consumidor acha que vai ter acesso ao seu celular e não vai ter.

Portanto, o que nós fizemos? Depois disso, durante um ano, acompanhamos, esperamos que a Anatel instituísse o indicador de qualidade de metas para o 3G. Aí, conferimos, mês a mês, durante um ano, porque ele era liberado por região, não é, Roberto? E antes de tomar qualquer tipo de providência, constatamos, a própria Anatel constatou, que o acesso era precário, as metas estavam abaixo do que deveriam e, portanto, nós não tivemos outra alternativa a não ser entrar com uma ação judicial, que ainda está tramitando. São quatro ações civis públicas que ainda estão pendentes.

Uma outra questão também não só da qualidade, mas também referente ao preço. O consumidor, quando ele contrata um serviço, ele não conhece as regras contratuais. E, nesse sentido, nós temos trabalhado bastante para que o consumidor tenha informação e saiba como utilizar de forma correta o celular. Então, recentemente, já colocamos o nós chamamos de velocímetro no *site* da Proteste para medir a qualidade, a velocidade da banda larga que o consumidor estava recebendo. E também percebemos que, em 51% dos casos, a qualidade deixava a desejar, a velocidade não atingia a velocidade contratada. E, portanto, também já denunciamos. Estamos tomando providências. Estivemos em debates a respeito também.

Agora, na semana passada, a Proteste colocou também uma ferramenta no *site*, que é Poupe na Conta, que é justamente para mostrar para o consumidor que o perfil dele de contratação – isso não é dito pelas empresas – não é adequado. Ele contrata um plano que às vezes não vai utilizar de forma adequada e, portanto, ele paga muito caro. E nós nos baseamos, para poder colocar essa ferramenta também no *site*, para ajudar o consumidor, numa pesquisa da Uiplan e também de um outro *site*, que é o Pricez, em parceria com a Teleco.

Portanto, esses dados apontaram que, de oito países, o Brasil é onde se paga ainda uma tarifa celular mais cara da América do Sul. E o consumidor pode ser penalizado – e essa pesquisa demonstrou isso – se ele não escolher o perfil de forma adequada. Então, essa pesquisa aponta que 94,2% dos brasileiros poderiam pagar menos. E também, pela simulação que a Proteste fez, esses consumidores poderiam economizar mais de R$1.600 ao ano se eles tivessem um perfil adequado.

Uma outra questão também, rapidamente, porque sei que o tempo é escasso, nós temos aqui dados também de que o preço é muito elevado em relação à qualidade dos serviços que são prestados. E isso nós pudemos comprovar por meio do próprio *site* da Anatel, que traz dados de aumento de problemas na área de telefonia, principalmente 42% relacionados a cobranças que o consumidor na verdade não percebe que está pagando. São cobranças indevidas. São outras cobranças. Portanto, isso acaba impactando na conta do consumidor.

Nós temos que, na verdade, implantar, Senador – e isso é uma solução –, o modelo de custos, para que o consumidor realmente pague pelo serviço justo e com a qualidade desejada. Em relação, por exemplo, ao marco civil da internet, nós já temos aí um grande avanço, considerando que é um serviço essencial. Portan-

to, o consumidor que teve problemas com corte de internet recentemente não deveria tê-lo, principalmente porque o Ministério da Justiça, por meio da CGI, acaba controlando toda essa questão do acesso à internet, dos cortes que não deveriam ter ocorrido. Portanto, as reclamações chegaram até a Anatel sem que a Anatel pudesse fazer muita coisa.

Uma outra questão também é um balanço interessante que o Tribunal de Contas da União, agora em 2015, já trouxe e aponta que a Anatel é agência que menos arrecadou multas, de todas as agências. Isso faz com que levemos à reflexão de que a fiscalização tem de ser ampliada, tem de ter contingente, tem de ter pessoas para fazer a fiscalização. Caso contrário, Senador, as empresas não vão ter estímulo para melhorar a qualidade desse serviço. Portanto, é isto que nós estamos pleiteando: que a privatização trouxe acesso, mas não trouxe a qualidade e o preço módico que desejamos.

Uma outra questão também importante é em relação, por exemplo, a outras questões de acompanhamentos das fiscalizações e das metas. Nesse sentido, veio o novo regulamento dos direitos do consumidor, que já trouxe grande parte das respostas que o Senador trouxe aqui. Em relação ao acesso, em relação ao plano que o consumidor tem. Então, hoje, o consumidor tem um regulamento em que as empresas são obrigadas a colocar todo o histórico do seu relacionamento com o consumidor. Ou seja, reclamou, tem um protocolo, está no *site*. O consumidor pode acessar, tem um histórico não só do plano, mas das reclamações, das soluções que ele tentou buscar e qual foi a solução da empresa. Então, isso facilita muito e tira aquele trauma de que o consumidor ficava longas horas no telefone tentando resolver o problema. Agora, vamos acompanhar esse regulamento para saber se realmente o consumidor está conseguindo obter todas as informações que ele deseja, se as soluções estão vindo e se vai haver menos judicialização também, porque hoje nós temos uma quantidade grande de judicialização nesse setor, que acaba impactando também do ponto de vista do consumidor. Então, é uma situação bastante perversa, de grandes reclamações relacionadas à qualidade desse serviço.

Eu ficaria aqui muitos dias falando. Acho que precisaria de muitas audiências públicas para poder realmente estabelecer, escolher todos esses temas de conflitos. Portanto, no geral, o que nós temos rapidamente a dizer seriam essas questões na busca de solução, na busca da implantação de um novo modelo de custo que se aplique rapidamente, que se libere esse dinheiro dos fundos, para que ele possa ser revertido em favor dos consumidores do próprio setor, para que melhore essa qualidade do atendimento que hoje deixa a desejar. Agora, só se percebe que a qualidade ainda não atingiu o nível ideal quando recebemos estrangeiros no País, que têm grande dificuldade em fazer as ligações, as conexões, as interrupções que acontecem, a falta de acesso que se tem para poder, na verdade, fazer os seus contatos.

A Proteste tem muito trabalho feito nesse sentido. Estamos à disposição e podemos contribuir bastante com a audiência pública. E já há vários questionamentos que serão enviados por escrito de forma a que possamos buscar uma solução para um setor que hoje é o número um de reclamações nos órgãos de defesa do consumidor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço à Proteste e pergunto se vocês, todo mundo, recebeu as perguntas por escrito, do Senador Medeiros, do Senador Amorim, do público em geral e as nossas perguntas aqui, últimas. E há mais um bloco que vou pedir para tirar cópia, porque, como eu falei, essas respostas escritas, que devem ser encaminhadas à CCT, serão frutos de elaboração um documento que será devidamente considerado para a próxima audiência pública que faremos com as operadoras e com os outros campos, para a gente poder tentar melhorar essa situação no País. Então, a CCT tem esse compromisso, e nós vamos fazer.

Por exemplo, eu acho que o tempo razoável é uma semana para responder à CCT esse bloco de perguntas. A pessoa da CCT, a Ivone, pode receber todas essas respostas, que depois juntará tudo para fazer um documento que vai servir para a gente poder embasar as nossas ações.

Uma coisa que eu quero perguntar, que eu não tinha perguntado, principalmente para os próximos palestrantes que vão fazer as considerações e para os nosso órgãos de Governo: o que está faltando para a gente acabar com cobrança do *roaming*, com a cobrança do *roaming*? O que falta e o que a gente vai fazer para isso acontecer, porque isso a gente acha, como a Proteste colocou, muito complicado, vem encarecendo bastante a vida das pessoas e dificultando a vida das pessoas.

O próximo é o Procon, Paulo Márcio Sampaio, Procon do Distrito Federal.

O SR. PAULO MÁRCIO SAMPAIO – Senador Hélio José, eu fico muito satisfeito de ver a capacidade que tem a Comissão de fazer uma homenagem à cidadania, porque ficou claro aqui que nós, representantes do Estado, o Senadores, os representantes do Ministério das Comunicações, da Anatel, das empresas que prestam serviço a esse setor, que coordenam esse setor, a nossa audiência, nós somos igualados nesse direito cidadão

de reconhecimento do consumidor. Isso é muito importante. E quero aqui parabenizar essa iniciativa que o senhor teve.

Diretamente em relação ao tema que o senhor me solicitou, ou seja, o que pode fazer o consumidor para exigir o bom atendimento, o consumidor precisa acreditar nos órgãos de defesa do consumidor. O consumidor deve buscar o Procon do seu Estado, deve buscar o Procon em cada localidade. Esses servidores se mostram dispostos a atender e a bem atender a população e contam com a colaboração de entidades como a Proteste, com o apoio do Governo Federal, através da Senacon. E também a representação, no caso do Senador José Medeiros, da Drª Gisela, Presidente da Associação dos Procons do Brasil, a Procons Brasil, em que o índice de resolutividade é muito alto em relação a essas questões, a essas reclamações que são apresentadas em relação à telefonia.

Inclusive, Senador, eu gostaria de intermediar a solução desse problema que o senhor disse que enfrenta pessoalmente em relação a uma das operadoras. O Procon, com o bom relacionamento que mantém não só com a Agência, com o Ministério, mas também com as operadoras, nós temos a certeza de que vamos conseguir resolver esse problema não só para o senhor, como temos resolvido para toda a população. E isso fica constatado nos dados que nós apresentamos dos nossos índices de resolutividade junto às operadoras. Os nossos índices superam em todas as operadoras os 50%. E na operadora em especial a que o senhor se referiu, ele beira os 70%. Então, essa solução acontecer.

O consumidor acredita muito nos Procons. A credibilidade nos Procons em todo o Brasil é muito grande. E isso é que faz com que nós possamos exigir o bom atendimento por parte das prestadoras. Nós reconhecemos o esforço. Nos aliamos à Agência Nacional de Telecomunicações, abrimos no sentido de receber para qualquer fórum de debate o sindicado, o SindiTelebrasil, o sindicato das empresas de instalação de telefonia móvel, de TV a cabo, enfim, todas as empresas do setor e em todos os momentos. E aqui eu falo não só como representante do Procon do Distrito Federal, mas como um representante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. A Senacon e o Procons Brasil estão à disposição de vocês para que sentem à mesa junto com os órgãos de defesa do consumidor, para que nós possamos, na verdade, construir uma política de defesa desse cidadão tão prejudicado, tão vilipendiado no seu direito de ser e de ter o consumo como uma meta ideal na sua vida.

É importante, e aí, Dr. Eduardo, não querendo contestar suas palavras, que nós tenhamos um serviço não só barato, mas de qualidade, porque ter um serviço simplesmente não tão caro, como foi a alegação e que o senhor disse que é evidente e que é uma falácia, não nos colocaria num *ranking* em que nós só estamos à frente de países como a Bolívia ou o Paraguai, a Indonésia e outros de não tanta expressão como nós na América do Sul. Infelizmente, a meta que nós imaginamos que o Brasil poderia alcançar seria a meta que hoje é praticada em países do primeiro mundo, como no caso da Holanda, sem querer citar o Japão ou no caso a Coreia do Sul, que tem um tráfico de 24,6 kbps, enquanto o Brasil se arrasta com os seus 2,9, isso segundo um dado publicado no final do ano de 2014 por parte da revista *Veja*.

Ou seja, o nosso serviço precisa melhorar muito. O cidadão precisa muito que a Agência, aliada aos órgãos de defesa do consumidor disciplinem a prestação do serviço, orientem quanto à boa prestação do serviço.

De forma objetiva, Senador, o que pode fazer o consumidor? Confia nos órgãos de defesa do consumidor, contribua com os órgãos de defesa do consumidor, porque o índice que Brasília, que o Distrito Federal já alcança em relação a esse relacionamento que eu não digo que é um relacionamento conflituoso não. Pelo contrário. É um relacionamento de muito respeito, mas o índice que nós alcançamos demonstra que, da nossa parte, existe muita seriedade. E, por parte da Agência Reguladora e das empresas, muita atenção, porque nós temos hoje o grande poder de sermos a parte forte dessa contenda. Nós somos o povo brasileiro e nós temos o direito de sermos respeitados nos nossos direitos fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço ao Sr. Paulo Márcio Sampaio, do Procon.

Gostaria, Paulo, que, quando você preparasse as respostas escritas, você conversasse com o pessoal do Senacon e do Procon Brasil no sentido de a gente receber aqui uma posição do Procon para esse compêndio que nós vamos fazer do colocado aqui nesta audiência pública. Entendeu?

O SR. PAULO MÁRCIO SAMPAIO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Está bom?

O SR. PAULO MÁRCIO SAMPAIO – Inclusive, no próximo mês de agosto, vai acontecer a reunião da Senacon, no Estado do Maranhão, nos dias 17 a 20 de agosto, quando vou estar junto com a Drª Juliana, Secretária Nacional do Direito do Consumidor, com toda a Procon Brasil, inclusive para eleição da nova chapa de presidência dessa associação.

Vou levar essa mensagem e trago de lá uma síntese. Enfim, um comentário bastante abalizado por parte de todos os membros.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Muito obrigado.

Queria passar agora para o Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular Pessoal, SindiTelebrasil.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – Muito obrigado, Senador.

Começando necessariamente na ordem, não é?

O principal objetivo das empresas, em função da altíssima competição que existe na telefonia móvel no Brasil, além de conquistar, que não talvez seja hoje o objetivo principal, é manter o seu cliente. Todo cliente hoje tem uma facilidade muito grande de fazer a portabilidade e se mudar de empresa. Nesse aspecto, a questão do atendimento da informação dos trabalhos junto ao Procon no esforço de aumentar a resolução das questões que são apresentadas, eu acho que aqui também foi apresentado. E eu gostaria de convidar todos para que olhem a página Telecom do Brasil, *www.telecomdobrasil.com.br*, assim como a página *www.telebrasil.org.br*.

Na página Telecom do Brasil, vão poder conhecer um subproduto ali dentro chamado Navegar é Preciso. Navegar é Preciso procura mostra para o consumidor aquelas questões que nós falamos aqui que muitas vezes não são de conhecimento dele. Quem tem um telefone com acesso à internet, um *smartphone* hoje, pode não saber de uma série de coisas, mas, enquanto eu fiquei parado com esse telefone aqui na mesa e todos nós, esse telefone entrou em contato com a internet e atualizou provavelmente um aplicativo que eu tenho, baixou um conjunto de meios que eu tenho e, com isso, consumiu aquilo que eu contratei junto à empresa, sem eu ter sabido disso, sem eu ter conhecimento disso. Não é uma coisa simples. Não é realmente uma coisa simples. Então, por mais simples que seja essa explicação, nem todo mundo sabe disso. Nem todo mundo sabe que os seus aplicativos têm atualizações constantes, permanentes etc. e muitas vezes assim o fazem.

Então, esse *site* traz essas informações, em que procura, inclusive, mostrar qual o melhor perfil que o usuário pode ter em função do seu produto, em função daquilo que ele mais utiliza etc.

Vou voltar aqui à questão, pena que o Senador Eduardo Amorim não esteja aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Mas ele vai receber tudo, devidamente. Todos os Senadores desta Casa, eu recomendei à Drª Ivone que o fizesse, receberão as respostas de vocês.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – Ótimo.

Nós estávamos falando aqui de cobertura, algumas coisas de estradas, mais uma vez. E comentar a questão de Roberto Pinto. Eu concordo com ele e talvez eu não tenha sido muito claro.

Se nós pegarmos, por exemplo, a estrada BR-101, Rio-São Paulo, ela é uma estrada em que boa parte tem cobertura celular não obrigatória. Se nós pegarmos uma cidade no Rio de Janeiro, conhecida, que é Itaipava. Itaipava tem cobertura celular das quatro operadoras e é um distrito de Petrópolis. Itaipava não é Município. É um distrito de Petrópolis e tem cobertura. Mas nem todos os distritos, nem todas as estradas têm essa cobertura por uma questão que, além da obrigação, a viabilidade econômica nem sempre justifica.

Senador Eduardo Amorim, Itabaiana fica a aproximadamente 60 quilômetros de Aracaju. Aqueles 60 quilômetros, se a gente olhar Itabaiana, há um conjunto de antena ali. E é fácil ver no *telebrasil.org*. Aracaju tem uma série de antenas. Mas o trecho da BR-235 não tem quase antena nenhuma. Então, naquele trecho, o Proteste, ao observar, vai verificar que não há sinal. O Senador, que provavelmente se desloca ali, que é a sua base, vai não ter sinal durante o caminho e vai reclamar da empresa celular, que não está lhe dando bom atendimento.

Infelizmente, não há, na política pública brasileira, uma obrigação para que aquela cobertura exista. Além de não existir a obrigação, as empresas poderiam ir ali e colocar a cobertura naquela estrada? Poderiam. Mas cada antena a ser colocada custa em média R$500 mil. O custo para colocar uma antena. Então, é necessário fazer as contas, porque não podemos fazer todas as estradas, todos os distritos a ampliação com R$500 mil de antenas sem ter a contrapartida de uma receita de um cliente que está ali.

Voltando à questão da receita e do valor apresentado, quando o Senador Eduardo Amorim, mais uma vez, fala sobre aquele pacote que dá US$48. Eu, mais uma vez, faço a conta e vejo que US$48 dão R$170. Muito pouca gente paga R$170 no Brasil. Se nós olharmos o Estado do Piauí, o Estado o Piauí tem mais de 80% da população que ganha menos do que dois salários mínimos, infelizmente. A última POF feita pelo IBGE, que é a POF de orçamento familiar, diz que quem ganha menos de dois salários mínimos no Brasil paga R$5,07 de conta mensalmente. E a maioria usa o celular pré-pago. Então, o Estado do Piauí, que tem mais de 80% da sua população com uma renda mensal de menos de dois salários mínimos, tem uma receita unitária de R$5 cada um. Não dá para ser um valor tão alto. Mesmo na conta que ele apresenta de US$33, daria R$100 por mês. Nós não temos conta média brasileira de R$100. Eu pago mais de R$100 do meu bolso pelo uso do celular, mas é diferente. É do meu trabalho. É da minha necessidade. E eu tenho capacidade para isso. Mas não muito poucas pessoas hoje em dia que pagam R$100 de conta celular, considerando a média brasileira.

O tributo é alto. O tributo representa – e houve uma pergunta de uma pessoa sobre como é a conta em relação ao tributo –, de uma conta de R$14, R$10 ficam para a empresa, R$4 vão para Estados, Municípios e a União, basicamente os Estados.

Quando eu apresentei um dado sobre o EBITDA de 26%, eu também não me expressei bem, porque eu levei ao não entendimento pelo Senador José Medeiros, quando ele diz que o lucro de 26% não é um lucro baixo. Não, não é. O lucro de 26% seria um lucro excepcional. Só que aquele indicador EBITDA é o E, do inglês, é ganho; o B é *before*, de antes. Então, é o ganho da empresa antes das taxas, da amortização, depreciação e impostos etc. Quem consultar o *site www.telebrasil* ou quem quiser consultar o Banco Central, que talvez seja mais confiável sob o ponto de vista de informações, vai observar que o lucro das nossas empresas foi de 2,2% do valor que nós arrecadamos, o que dá menos do que se fosse feita uma aplicação através de juros da Selic. Nós temos mostrado ao Ministério do Planejamento, ao Ministério da Fazenda que a aplicação de recursos em ações da empresas de telecom hoje não parece ser um bom negócio dado o lucro das empresas, que é um percentual muito baixo. E o Banco Central assim confirma, mostrando que, das categorias econômicas existentes no Brasil, o setor menos atrativo na bolsa de valores tem sido o setor de telecomunicações nos últimos anos.

Ele também comentou, o Senador José Medeiros, sobre a questão de quanto é dedicado ao atendimento, a questão de celulares com banda larga etc. e se o Fust não seria um caminho bom para o uso dos fundos.

Cada fundo foi criado por uma lei. E cada lei destinou ao fundo uma determinada aplicação. O Fust é um fundo de universalização de serviços de telecomunicações que só pode ser utilizado para serviço telefônico fixo, e não há interesse pela sociedade, pela população para isso.

Há projetos de iniciativa do Senado de alterar a utilização do Fust para banda larga. Esse projeto seria bem-vindo, a continuidade dele, para que se pudesse efetivamente usar esse fundo para que as empresas pudessem aplicar em todo o País.

Eu anotei aqui algumas das perguntas ou praticamente todas que foram feitas pelos nossos ouvintes e eu gostaria de responder àquele que mais me incomodou, quando ele disse "a TIM paga propina ao Governo e faz com que os meus créditos se extingam".

Eu queria mostrar, sem questionar a afirmação feita, que é sem nenhum propósito obviamente, que as empresas seguem absolutamente os regulamentos existentes. Então, existem, no caso do crédito do pré-pago, regulamentos que ordenam o procedimento sobre a validade, etc. E é importante que as empresas, que as pessoas entendam que para tudo existe uma razão. Por que o crédito do pré-pago não é um crédito infinito? Por que passagens aéreas que nós compramos têm a durabilidade ou a duração de um ano, quando perdemos a passagem? Por que, quando compramos a passagem e fazemos uma alteração, pagamos muitas vezes alguma coisa? É muito fácil entender que um leite tem durabilidade por uma questão de saúde, um queijo ou o que quer que seja.

Um telefone celular ou um *chip* ativado de telefone celular, no Brasil, tem um custo, e esse custo é R$13,00 e alguma coisa por ano a título de Fistel. Alguma coisa para se pagar às empresas das licenças que nós temos para controlar a posição desses *chips* dentro das antenas, as posições físicas que eles estão, e outros custos inerentes à manutenção desse telefone na base. Mas vamos nos fixar apenas no Fistel. Então, se alguma pessoa usou o seu celular e ficou restando R$1,00, R$0,50 naquele *chip* e aquele *chip* é descartado ou guardado numa gaveta, não é mais utilizado, aquele R$1,00 que a pessoa tem vai gerar, no custo da empresa, R$13,00. Toda unidade que tem um certo custo tem que ter a contrapartida da receita para compensar aquele custo. É preciso que a sociedade entenda que, se não houver o final daquele crédito de R$1,00 e se pagar R$13,00 por ele, todos nós estamos pagando esse R$13,00. Não é aquele que está guardado na gaveta que paga absolutamente nada. O custo é distribuído por toda a base de clientes. E assim tem que ser. Então, durante 90 dias, aquele telefone pode ficar sem uso. Se, depois desse tempo, ele adquirir novos créditos, o valor que ele tinha volta novamente à base. Se ele comprou R$10,00 e tinha R$1,00, ele fica com R$11,00.

É um regulamento que é feito para isso, acompanhando o que existe em todos os lugares do mundo. É natural que as pessoas, assim como aqui foi falado pela Maria Inês, falem sobre a assinatura básica, que não veem sentido muitas vezes em pagar assinatura básica. Eu também gostaria de ter o serviço o mais barato possível. Se possível, gratuito. Mas tem uma lógica em todo esse regramento feito no Brasil, a qual nós cumprimos Nós não fazemos a lógica existente no País. Nós a cumprimos, assim como cumprimos as metas de cobertura. As metas de cobertura são fiscalizadas permanentemente por veículos da Anatel. Eu não estou aqui defendendo, em momento nenhum, a fiscalização que a Anatel faz para bem ou para mal, mas nós temos que cumprir com aquela obrigação, a qual, no dia de hoje, para as necessidades da sociedade, é pequena.

Eu trouxe um exemplo que para mim é gritante, que é Altamira, que não mostrei. Altamira está com uma cobertura de 80% da sua área e tem um distrito que fica a 971 quilômetros. De Altamira até o distrito não há nenhuma antena de celular no caminho. São quase mil quilômetros sem sinal de celular. É ruim! Se nós tivéssemos feito, Senador, no passado, alguma coisa como a Rússia fez recentemente, em que não se cobrou pelas licenças – mas também não é questão de dar de graça a ninguém. Não se cobrou pela licença, mas se deu como obrigação, ou a tarifa ou a cobertura, aquilo é retirado do valor que se compra. Como é feito pela Anatel – desculpe-me novamente citar a Anatel, Roberto... Mas como é feito um edital, é feita uma obrigação. Algumas obrigações são

dadas porque nem todos os locais no Brasil são rentáveis. Então, áreas mais rentáveis com compensação de áreas deficitárias. É montado um edital e é dado um valor para se pagar pelo uso daquela frequência por um período de tempo. Se aquilo fosse o valor que se pagou, alguns bilhões de reais, poderia ser traduzido em bilhões de reais de custos de áreas não financeiramente interessantes, porque uma coisa compensaria a outra.

No ano passado, o último leilão que fizemos foi um leilão em que havia necessidade... Eu não discuto aqui as necessidades de recursos por parte do Governo, que são listas, e é natural que ocorram, mas houve um leilão da segunda faixa de frequência da quarta geração, que é a frequência de 700MHz, que nós só poderemos utilizar daqui a um ano e pouco e que custou alguns bilhões de reais às empresas, mas ela não trouxe obrigação. Essa faixa de frequência é uma faixa de frequência boa para atendimentos distantes. Nós iremos utilizá-la, obviamente, para expandir, porque ela vai ser mais interessante do que a faixa de 2,5GHz, pois ela tem uma capacidade de atendimento mais distante. É ótimo.

Mas também não queria fazer comentários de que estou me queixando disso ou dizendo aquilo, etc.

Da última vez que estive em audiência no Senado, com certeza nós temos mais Municípios com atendimento de 3G, temos mais Municípios com atendimento de 4G, temos algumas coisas altamente positivas reflexo de audiências no Senado e na Câmara.

Aquilo que o Artur, que faz aniversário hoje – ele não queria que eu falasse isso –, comentou sobre um trabalho feito pelas empresas, com extrema receptividade pelo Poder Executivo e mais ainda pelo Legislativo, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga, conhecido como REPNBL, que foi aprovado nesta Casa e que permite que se faça investimento com desonerações federais. Nós devíamos ter desonerações estaduais também para levar a planta lá. Os *smartphones*, que deram um estouro no Brasil, são fruto disso que ocorreu. E outras coisas mais que ele comentou aqui.

A Lei Geral das Antenas, que passou pela Câmara, passou pelo Senado, retornou à Câmara, foi aprovada e foi sancionada, vai trazer, porque ela é ainda muito nova, benefícios extraordinários. E o Ministério das Comunicações tem apenas 0,6% da desoneração brasileira toda. É muito pouco. Então, nós poderíamos, com o uso de fundos, com as desonerações seletivas que podemos ter, alcançar regiões onde a infraestrutura para ser implantada é cara e a receita por usuário, naturalmente, é muito mais baixa. Nós temos que chegar a esse ponto. São os 25% que faltam.

Eu tenho esperança de que, na continuidade desses trabalhos que têm rendido frutos positivos para a sociedade brasileira, eles possam ser agilizados, digamos assim, para que possamos chegar mais próximo desses 25% que ainda restam para serem incluídos dentro da sociedade do conhecimento brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero agradecer ao nosso Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, Eduardo Levy Cardoso Moreira

E dizer, Eduardo, por exemplo, que tenho uma conta, um plano família da Vivo, de R$1.200 mais ou menos. Minha filha acabou de viajar para a Escócia para passar um ano, no Ciência sem Fronteiras. Ela faz Medicina no País e vai passar um ano lá. Se não fosse o WhatsApp, se não fossem outras formas de comunicação via internet, via *wi-fi*, porque eu, mesmo pagando um valor absurdo desse, que é quase o dobro do salário mínimo, fico impedido de me comunicar com a minha filha, que está na Escócia – deveria haver toda condição de fazer essa comunicação –, porque o minuto custa R$28, além do plano que já pago. Então, quer dizer, fica complicado. A questão do *roaming*, por exemplo – que depois vou querer ouvir o representante do Governo –, é uma coisa complicada. Estou só dando esse exemplo...

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – E, no caso do *roaming* internacional, por exemplo, que o senhor falou, quando sua filha recebe uma ligação, a empresa de lá vai receber por nós estarmos usando aquela rede de lá. O Brasil, então, vai ter, através da empresa que lhe fornece o serviço, que mandar um valor para a Escócia para remunerar a empresa escocesa. Paga 25% de Imposto de Renda sobre emissão de moeda estrangeira para fora. Então, esse *roaming*, de cara, paga 25% de Imposto de Renda por enviar o valor para fora. Então, ele é caro mesmo. Infelizmente, ele é caro.

Então, nós precisamos trabalhar isso, e as empresas estão conseguindo fazer alguns pacotes internacionais de R$30, de R$40 para uso limitado, mas, pelo menos, quem vai para o exterior já tem uma noção de que vai usar isso e tem R$20, R$29 por dia. R$29 por dia pode ser muito, mas para quem está viajando nem sempre pode ser muito. Mas por que são R$29? Não poderia ser menos? As empresas competem aqui, quando alguém vai lá fora, com quem compra *chip* lá, porque não há os 25%, não há uma série de questões que temos para fazer. Então, nós temos trabalhado para procurar fazer acordos, reduzir cada vez mais. Por isso que o senhor fala. Não tenha dúvida.

A SRª MARIA INÊS DOLCI – Mas era importante pensar no homem doméstico. É importante não deixar de lado o homem doméstico, porque hoje é possível. Então, começar por um já pensando no outro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O. k.

Vamos ouvir agora o nosso querido Sr. Marcelo Cama Proença Fernandes, Consultor Jurídico de Relações Institucionais do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura – Cabo – MMDS – DTH e Telecomunicações (Sinstal).

O SR. MARCELO CAMA PROENÇA FERNANDES – Eminente Senador Hélio José, agradeço novamente a oportunidade de me manifestar. Vou tentar ser breve e objetivo relativamente aos questionamentos que me cabem.

Eu ouvi atentamente as perguntas que foram feitas pelo senhor e também os comentários realizados pelos Senadores José Medeiros e Eduardo Amorim.

Com relação à questão das metas, de fato, há as metas impostas pela Anatel, as metas fiscalizadas pela Anatel. Elas repercutem na prestação de serviços, repercutem, de fato, nos custos incorridos pelas prestadoras e, consequentemente, alteram a sistemática contratual que se estabelece entre as operadoras e as prestadoras, as terceirizadas. Inevitavelmente, essas relações jurídicas e econômicas que se dão nessa seara, de alguma maneira, são alteradas, são modificadas ou sofrem consequências em função dessas metas. Algumas delas, de fato, são muito rigorosas, e outras, na nossa avaliação, não são proporcionais, notadamente naquilo que diz respeito a uma necessidade de regionalização das metas impostas pela agência.

Nós ouvimos, há pouco, o Levy falar sobre a questão do Município Altamira, que tem um distrito distante da sua sede 900 ou 1000 quilômetros. Isso é algo que não acontece na Região Sudeste e na Região Sul. A Região Norte é muito menos povoada, com densidade demográfica muito menor, e precisa ter as metas adaptadas à sua realidade regional. Não só no âmbito da Região Norte, mas também Nordeste e Sudeste. Enfim, cada região do País, cada cidade do País precisa ter metas que estejam adequadas à sua própria realidade para que isso repercuta de forma positiva no que diz respeito à qualidade do serviço.

Então, respondendo a indagação que me foi formulada, sim, a imposição de metas, a fixação de metas altera, interfere – muitas vezes, negativa ou desnecessariamente – na relação que se estabelece entre as operadoras e as empresas terceirizadas.

Com relação à questão das dificuldades financeiras, é inegável que o País atravessa um momento de dificuldade econômica. Isso é indiscutível. Isso se reflete no âmbito do serviço de telecomunicações, com a perda de clientes ou com a redução da utilização dos serviços pelos clientes que permanecem vinculados às suas operadoras. Isso representa perda de receita. Isso representa para as operadoras uma necessidade de cortar custos. Elas vão cortar custos em vários setores de suas atividades, inclusive e especialmente no que se refere às empresas terceirizadas. Vão pressionar as empresas terceirizadas por melhores resultados, por preços mais baixos e, além disso, vão buscar empresas terceirizadas que ofereçam custos e valores mais atraentes, independentemente da qualidade que essas empresas terceirizadas oferecem às operadoras e aos próprios consumidores. Então, esse é um ponto fundamental.

E aí entro na terceira pergunta. É o seguinte: efetivamente, as dificuldades financeiras que estão sendo enfrentadas pelas operadoras, que se devem, em grande medida, às dificuldades econômicas do País, mas há outras razões também, alcançam, indiscutivelmente, todos os fornecedores, todos aqueles que contratam com as operadoras, assim como alcançam os seus empregados. E as empresas terceirizadas sofrem essas consequências. Uma dessas consequências, além da pressão por custos, por valores mais baixos, que compromete a qualidade, é mais grave: a busca pelas chamadas empresas gato, que foi uma pergunta que V. Exª fez. Empresas gato é um termo utilizado no setor e que representa empresas que não têm compromisso com a qualidade, que não têm um desejo de permanecer prestando serviços, que não têm compromisso com obrigações fiscais com os seus funcionários, com obrigações trabalhistas, enfim, geram prejuízos a todos: aos seus funcionários, ao Governo, porque não pagam seus impostos, à própria empresa contratante – a operadora – e às terceirizadas, que buscam se portar seriamente no mercado. Essas constituem a grande maioria. Nós temos a convicção de que a imensa maioria das terceirizadas trabalha de forma séria e de que as operadoras buscam também um trabalho sério e uma prestação de serviços de qualidade. São premidas por uma série de circunstâncias que, muitas vezes, impedem o alcance desses objetivos, mas temos a percepção e a convicção de que esse é o desejo delas. Não alcançarão esse desejo, esses objetivos se permanecerem contratando empresas de pouca seriedade ou se pressionarem demais aquelas terceirizadas.

Eu me encaminho para o final, uma pergunta que V. Exª fez. Eu não a vi aqui por escrito, mas gostaria de falar sobre ela. É a questão da terceirização. Nós somos, obviamente, por razões conceituais, absolutamente favoráveis à sistemática da terceirização. Ela é hoje, eminente Senador Hélio, uma realidade mundial. Ela não é uma realidade apenas no nosso País. A terceirização de serviços é uma realidade que se faz no mundo inteiro. Eu me lembro do livro *O Mundo é Plano*, de Thomas Friedman, em que ele comenta que as empresas de contabilidade dos Estados Unidos estão terceirizando seus *call centers* e seus serviços para a Índia. Isso é para nós termos a dimensão que esse modelo econômico assumiu. Não adianta nos opormos a ele. Temos que praticar esse conceito econômico com seriedade e transparência e regulamentá-lo de forma apropriada. É isso que o

projeto de lei que se encaminha para o Senado, agora, pretende fazer. É regulamentar essa questão de forma pormenorizada, protegendo os consumidores, os trabalhadores e as empresas que prestam esses serviços.

Então, nós não podemos virar as costas para a realidade. Nós não podemos nos esquecer de como as coisas se dão. E elas acontecem no setor elétrico, no setor de telecomunicações, no setor financeiro, em todos os setores econômicos deste País e do mundo. Então, acreditamos que estamos no caminho certo, no caminho onde a atividade econômica está se dando, defendemos a terceirização e esperamos ter, Senador – porque ouvi o comentário inicial de V. Exª –, a oportunidade de convencer V. Exª, combativo e competente Parlamentar que é e tem sido, da utilidade desse segmento econômico para que V. Exª possa, quem sabe, se tornar um adepto da terceirização, da boa e da útil terceirização.

Essas são as considerações que gostaria de fazer. Evidentemente, vamos encaminhá-las por escrito no momento oportuno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Agradeço ao nosso querido Marcelo Cama Proença Fernandes, representante do Sinstal.

Queria fazer um comentário: de fato, a maioria dos Senadores desta Casa, na minha visão, é contra a terceirização por terceirização. A maioria é a favor da regulamentação da terceirização para aqueles trabalhadores que precisam ser regulamentados. Nós somos contra a terceirização de atividades-fim. Não vemos por que a motivação dessa questão. Vamos fazer esse debate. Eu também sou da CDH (Comissão de Direitos Humanos), além de ser Vice-Presidente desta Comissão. Com certeza, em uma oportunidade, até o convidarei para um debate para se posicionar no contraponto a outras entidades que lá estarão, com toda tranquilidade, porque o debate é salutar, e nós precisamos ter aqui nesta Casa, que é a Casa dos debates, a garantia da equidade da discussão, coisa e tal e a aprovação das leis para atender ao nosso País.

Vamos ouvir, agora, o nosso querido representante da Anatel, o Roberto Pinto Martins, Superintendente de Controle e Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Quero dizer que, nesta Casa, quando eu voltar do recesso, encaminharei a solicitação que foi nos feita ontem aqui da constituição de uma subcomissão de comunicação e de questões inerentes, exatamente para podermos discutir, com mais profundidade, as questões das comunicações aqui nesta Casa. Então, apresentarei esse requerimento na primeira semana de agosto, quando vamos ter condição de fazer um grupo menor para que possamos, de fato, nos debruçar sobre as questões da TV comunitária, da rádio comunitária, da telefonia, da telefonia móvel, da telefonia fixa, dos fundos, sobre uma questão mais lógica das empresas prestadoras de serviços, da Anatel, do Ministério das Comunicações, de forma mais pontual nesta Casa.

Estive, recentemente, com o nosso Ministro e estarei com a Anatel em agosto, porque vou pedir audiência para conversar mais amiúde com a diretoria da Anatel. Faço questão de conversar, depois, com o Sinstal, com o Proteste, com o SindiTelebrasil e com a equipe do Procon Nacional, porque esse debate vai permanecer nesta Casa.

Eu acho que esse compêndio que o Ivônio vai preparar, em nome desta Comissão, para entregarmos aos 81 Senadores e às pessoas interessadas que nos procurarem vai ser de importância capital. Por isso, peço aos senhores que, no prazo de uma semana ou de 15 dias, passem as respostas por escrito, porque vamos considerar todas as transparências que vocês trouxeram para apresentação, as respostas e o conteúdo daqui. Dessa forma, o povo brasileiro vai ter condição de colaborar e pegar a memória deste processo de discussão, porque o grande objetivo desta Comissão, quando fez esta audiência pública, dando continuidade a essa discussão, é atender a quem paga os impostos no Brasil, que é o nosso povo brasileiro, e dar melhor condição de trabalho e operacionalidade.

Então, os nossos dois representantes de Governo – e eu me considero Governo, sou Senador da Base aliada, volto a falar, sou Vice-Líder do Governo, defendo o nosso Governo –, o nosso Ministro e o nosso Rezende, Diretor-Geral da Anatel, junto com o Roberto e o Artur, estão tentando fazer o que é possível para regulamentarmos, para termos um marco regulatório adequado e fazermos com que as coisas aconteçam da melhor forma possível. Eu acho que eles foram profundamente provocados aqui. Estou curioso para ouvir as posições iniciais da Anatel – depois, virão outras, por escrito – sobre todas as questões aqui colocadas, que são de grande relevância.

Então, Roberto, fique à vontade. Não há limitação de tempo aqui. Pode responder à vontade.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Obrigado, Senador.

Certamente, nós teremos oportunidade de continuar debatendo o tema. Dada a relevância desse tema, certamente, nós continuaremos esse debate ao longo dos anos.

Eu anotei alguns pontos e vamos encaminhar por escrito, de forma formal, toda aquela parte que diz respeito à Agência.

Acho que poderíamos começar pelo modelo de telecomunicações que foi estabelecido lá na época da chamada privatização.

Eu acho que os Srs. Parlamentares foram muito lúcidos ao colocar acho que três questões.

Uma dessas questões foi a introdução do conceito de universalização, um dos conceitos mais bonitos, que remonta ao Iluminismo. Ou seja, toda a população deve ser servida com o serviço. Eu acho que nós devemos e vamos continuar perseguindo isso. Mas houve, naquela época, a sabedoria de entender que, havendo a privatização, em muitas localidades do Brasil, não haveria interesse econômico das empresas privadas em fazer a prestação do serviço. "Então, como resolveremos esse problema? Criaremos, então, um fundo de universalização, de que todas as empresas participarão com 1% do faturamento dessas empresas". E há também lá uma parte de arrecadação das licitações, onde nós utilizaríamos isso. Mas, naquela época – acho que ainda não havia a clareza que temos hoje –, esse serviço ficou vinculado ao serviço prestado em regime público, que não foi o serviço, vamos dizer assim, que mais se desenvolveu ao longo desse tempo e nem é o serviço mais demandado pela população.

Então, acho que nós precisamos manter esse conceito, que é muito bom, e reformatar isso. Alguém comentou – parece-me que foi o Sr. Levy – que existe um projeto de lei de iniciativa – acho que do Senado, talvez de iniciativa do Senador Mercadante – alterando, fazendo uma modificação nesse conceito. Diz: "Olha, isso aqui tem que ser utilizado para o serviço que a população demanda". Então, precisamos trabalhar isso.

Outro conceito muito interessante que foi introduzido nessa legislação diz respeito a esta Comissão, porque estamos na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que é o fundo destinado ao desenvolvimento não da prestação do serviço de telecomunicações. Isso é um mundo. Para prestar serviços de telecomunicações, você precisa ter infraestrutura. O que é infraestrutura? São os equipamentos. Não podemos abandonar isso. Então, acho que foram introduzidos esses conceitos, e nós temos que retomar essa questão.

Se houve, de forma contingencial, mudanças de curso ao longo desse processo, eu acredito que os conceitos permanecem válidos. E nós devemos continuar trabalhando para a efetivação desses conceitos.

Outra questão importante foi o modelo de licitação que a Anatel implementou ao longo desses anos todos. Não faz muito tempo – eu acho que todos que estamos aqui podemos nos recordar disso... As mudanças tecnológicas, embora não tragam rupturas instantâneas, ocorrem com uma velocidade que não precisa de duas gerações. Em uma geração, nós estamos percebendo o que está acontecendo.

Essa telefonia móvel começou lá com o sistema AMPS. Acreditem: ainda há AMPS no Brasil. Há bem pouquinho, mas ainda não conseguiram acabar com ele. Depois, ele mudou para o digital, veio o TDMA, o CDMA, o GSM, agora passamos pelo 3G... O Brasil todo está coberto com GSM, digamos assim, entre aspas. Todos os Municípios brasileiros estão cobertos pelo GSM. Estamos caminhando para a implantação do 3G e do 4G, e daqui a pouquinho vai aparecer o 5G. É assim que esse mecanismo funciona.

Qual foi o modelo adotado? Eu costumo dizer que o modelo adotado foi o modelo *big-bang, n*ão o *big-crunch*. Ele não veio das pontas para o centro; ele veio de onde tinha ou tem população e recursos e vai se expandindo. É esse o modelo.

Não tão recentemente, quando trabalhamos no edital do 2.5, desde a minha passagem pelo Ministério das Comunicações, nós já tínhamos identificado, há quase cinco anos, que uma das maiores carências que tínhamos era, talvez, o atendimento da área rural. Eu dizia: "A área rural ficou quase abandonada. Ninguém está tratando desse negócio. Todo mundo fica preocupado se está atendendo o bairro, etc., mas a área rural ficou abandonada. Nós temos que trabalhar esse tema". Ele veio como um compromisso das empresas também em um edital. Pergunta-se: "o Brasil tem 8 milhões de quilômetros quadrados. Dá para atender toda a área rural do Brasil com um edital?" Não, não dá. São vários mecanismos para resolvermos essa questão. Vejam que esta Mesa é bastante diversificada, mas não somos, inclusive, os únicos atores a trabalhar nessa questão.

Então, o que foi feito? As empresas, ao levarem essa frequência do 2.5, também passarão a assumir o compromisso de atender até 30 quilômetros da borda do Município. Atende tudo? Não, mas nós já ampliamos imensamente muitas comunidades. Inclusive, muitos usuários individuais que estavam desprovidos desse serviço passarão a ter a prestação desse serviço. E é provável que, mais à frente, vamos encontrar comunidades ou até pessoas... Acho que não dá para a rede chegar lá. Ele só vai ser atendido por satélite. E talvez seja preciso pensar em uma forma de subsídio para atender, porque ele não tem recurso para pagar isso.

Alguém aqui citou o caso da Coreia. Nós temos que olhar para o primeiro. Nós não podemos ficar olhando para trás. Quem é o melhor? Eu sei que nós ainda não somos a Coreia, ainda não somos o Japão, mas temos que olhar para eles lá. A Coreia faz isso. Ela subsidia o atendimento lá por satélite. Por quê? Porque atendimento por satélite é caro. Se você for cobrar o preço que aquele negócio vale, exatamente esta pessoa, que talvez seja a que mais precise, a que está mais distante, ela não tem condição de atender.

Então, esse modelo precisa ser retratado. E, como já foi dito, mais recentemente, devido a outras contingências, a licitação da frequência de 700MHz abandonou, vamos dizer assim, esse mecanismo, esse tipo de compromisso. Talvez voltemos a utilizá-lo novamente.

Acho que há outro mito de que não posso deixar de tratar aqui. E esse negócio não acaba. Tenho que ouvir isso em todos os locais aonde vou. Eu digo que vou ouvir, mas vou falar a mesma coisa. Como estou ouvindo

sempre a mesma coisa, então vou dar sempre a mesma resposta. É com relação a essa questão das multas da Anatel. Está concluído o relatório da Anatel de 2014. Diz-se; "Ah, mas a Anatel aplicou não sei quantos bilhões de multas e só arrecadou R$700 milhões". Então, fica a impressão de que a Anatel não está trabalhando, que não está fazendo aquilo que nós somos pagos para fazer. Esquecem-se de que o País tem todo um mecanismo de direitos constitucionais. Então, vou dar o número aqui para a Comissão.

Nesse relatório de 2014, consta uma aplicação de R$4,9 bilhões de multas: R$700 milhões as empresas liquidaram, R$2,2 bilhões estão judicializados – ou seja, o processo já terminou e, provavelmente, a empresa teve que depositar isso lá em juízo: está lá, mas não posso fazer nada, pois é direito da empresa – e R$1,8 bilhão já está inscrito no Cadin. Então, não consigo entender por que há essa história. Alguém pode até dizer que multa não resolve. Então, multa não resolveu.

Nós estamos trabalhando em outros mecanismos também. Acho que devemos reconhecer. É igual menino: se o menino faz uma arte e você leva um ano para repreendê-lo, ele até se esquece daquele negócio. Com as empresas não funciona muito assim, não, mas, se ocorre um evento hoje e leva-se três ou quatro anos para punir a empresa, fica muito menos efetivo. Esse é um dos assuntos, um dos temas que estamos trabalhando, mesmo que ele seja punido. Então, um dos temas que estamos trabalhando é a celeridade na solução dessa questão. Multou, há um tempo para ele receber a multa. Inclusive, recentemente, na alteração do Regimento da Anatel, nós eliminamos um passo que existia nesse processo, que o tornava mais moroso. Então, eu acredito que – sei lá – em 180 dias nós liquidamos essa fatura. Então, eu acho que essa questão se torna muito mais efetiva.

Mas a questão principal é a solução do problema. É isso que estamos mirando. Eu citei um exemplo aqui, na apresentação que tive oportunidade fazer, onde identificamos um conjunto de Municípios e um conjunto de indicadores que nós entendemos, naquela oportunidade, que necessitavam de uma ação especial, específica da empresa. Então, demos uma cautelar identificando o que entendíamos que estava equivocado e já estamos colhendo, vamos dizer assim, esses resultados, porque fazemos esse acompanhamento de forma muito presente.

Outro tema de que o Senador já me falou, do qual não vou conseguir fugir – eu até estava tentando, mas não vou conseguir, porque ele já falou dele três vezes –, é a questão do *roaming*.

Vamos fazer uma comparação entre telefonia móvel e telefonia fixa. A telefonia móvel tem 67 áreas. Então, quando uma pessoa liga de uma área para outra – áreas são aqueles DDDs, o 61, o 62 –, há um interurbano. Se você está na mesma área – não importa se ambos estão em cidades diferentes –, não há *roaming*, não há nada. Você está dentro da mesma área. Se você estiver dentro do 61, está dentro do 61. Onde for 61 é a mesma coisa. Isso é diferente na telefonia fixa. Na telefonia fixa, você pode estar dentro da mesma área, mas está pagando o interurbano. Temos 67 áreas na telefonia fixa e temos quase 4 mil, talvez mais de 4 mil, na telefonia fixa.

Então, a Anatel...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Roberto, só me permita uma pergunta.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Você acha que a telefonia fixa tem mais quanto tempo de vida no País ou até mesmo no mundo afora?

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Talvez eu contrarie o pensamento comum. Eu ainda acho que a telefonia fixa terá uma longa vida. Agora, você vai me perguntar: será a tecnologia fixa, vamos dizer assim, do jeito que nós a conhecemos hoje? Provavelmente, não. Por quê? Porque é simples. Olha só: no fundo, essas coisas acabarão convergindo uma hora. Então, pense assim: quando você está na sua casa, com *wi-fi*, com uma rede de banda larga fixa, e pega o seu telefone móvel para fazer uma ligação pelo *wi-fi*, você está usando a telefonia móvel ou a telefonia fixa? Você está usando o aparelho móvel, mas a conexão é fixa. Então, o Senador citou o caso aí.

Hoje, o *wi-fi* tem se tornado muito presente em quase todos os ambientes que frequentamos. Um desses dias, fui à Procuradoria do GDF, e estava lá: "*wi-fi* aberto". Se eu quisesse, poderia fazer uma ligação por um aplicativo desse pelo *wi-fi* da Procuradoria.

Então, como acho que as pessoas continuarão falando, apesar de muitos preferirem digitar, a telefonia vai continuar existindo, e a rede vai continuar existindo, mas uma rede diferente da rede que é hoje, porque ela foi modelada para, vamos dizer assim, baixa capacidade, e hoje não há mais só a capacidade de voz. Mas isso vai continuar existindo. Agora, não vai continuar existindo só o STFC. Provavelmente, o sujeito que quiser só prestar a telefonia vai deixar de existir. Esse já morreu. Não existe mais isso. Você vai agregando, obviamente, outros serviços, mas em cima da mesma rede, e vai melhorando a rede.

Eu sempre digo que as telecomunicações não são um processo disruptivo, mas evolutivo. É tudo compatível. Os pesquisadores acabam encontrando um jeito. Se eu lançar esse negócio aqui de uma forma que não dê para falar com ninguém, a chance de isso ter sucesso é quase zero. Você tem que lançar coisas novas ambientadas para o que já existe. É esse o sucesso.

A quantidade de aplicativos que são disponíveis hoje para a rede móvel é imensa. Ela não é infinita, mas é imensa. E aí reforço uma colocação aqui do Sr. Levy. As pessoas carregam os aplicativos no seus *smartphones* e, muitas vezes, não desligam uma funcionalidade que tem no *smartphone*, que é a atualização automática de dados. Aí você não consegue entender, porque você zera, não faz nada, e, daí a pouco, tem um bando de consumo de dados. Mas como aconteceu isso? O seu telefone – não tem nada a ver – está "setado" para fazer atualização automática. Ele vai fazer. Embora seja *smartphone*, ele é burro. Inteligente tem que ser você. Se não quer aquilo, você tem que desligar aquela funcionalidade. Se você ligar aquela funcionalidade, ele vai fazendo e não quer nem saber se está estourando o seu limite de crédito ou não. Então, há essas questões. Isso faz parte, vamos dizer assim, do aprendizado do usuário, mas acho que é um dever das empresas também informar, se comunicarem melhor com os usuários para eles não enfrentarem problema.

Eu acho muito interessante... Já vi muitas informações, principalmente dos cartões de crédito, dizendo ao usuário para ele não sair gastando, porque uma hora ele vai ter que pagar essa conta. "Tome cuidado!""Olha isso!""Faça isso!" Acho que temos que educar as pessoas para que elas saibam em que terreno estão pisando. Acho que faz parte do bom relacionamento entre o prestador de serviço e aquele que recebe o serviço a informação completa para ele não gastar recursos desnecessários. Acho que isso não interessa à empresa e, muito menos, ao usuário, porque o usuário vai ficar descontente, vai ficar absolutamente possesso quando algo assim acontecer e ele não foi alertado para isso. As pessoas precisam aprender a lidar com esse novo mundo. É diferente do telefone fixo. Aquele indivíduo só trazia custo se você o tirasse do gancho. Esse aqui, não, ele está aqui parado e está trabalhando.

Então, Senador, voltando a essa questão do *roaming*, a Anatel está estudando essa questão, assim como está estudando também essa questão das áreas da própria telefonia fixa, porque – outra informação –, se um telefone móvel do 61, por exemplo, ligar para um telefone móvel do 11, isso é um interurbano da área 61 para a área 11. Não importa se o equipamento é fixo ou móvel. Isso é uma ligação considerada fixa. Isso é considerado um STFC. É uma ligação de longa distância. Então, a Anatel está estudando.

Em relação a essa questão, a gente precisa, obviamente, ter todas as cautelas, porque foi estabelecido um modelo, que pode ser alterado, mas que tem que ser alterado dentro de determinadas condições. Ou, então, chega-se à conclusão de que ele não pode ser alterado.

Um dos fatores que a gente precisa ponderar é a questão do uso eficiente da rede, porque, no limite, se o Senador tem a sua base em Brasília, mas o seu telefone é de São Paulo, toda vez que alguém ligar para o seu telefone, vai lá para São Paulo e volta para cá. Esse é um uso ineficiente que compromete a eficiência da rede. Então, a gente tem que levar em consideração e ponderar todas essas questões, e não só a questão do custo, porque senão isso, no limite, pode virar uma...

Outra questão já mencionada anteriormente – quem a levantou foi o Senador Eduardo Amorim – é a questão do preço dos serviços. O preço dos serviços é obviamente uma preocupação, e todos nós temos que estar atentos a isso, porque sai do nosso bolso. Agora, nós não podemos tratar essa questão com uma certa, eu diria... Toda questão que se generaliza demais corre o risco de sofrer distorções.

Eu acredito que esse é o caso do levantamento da UIT. Ela quis fazer um negócio bacana, que serve para todo mundo, mas o que acontece? Vou citar um exemplo simples. Vamos pegar o preço de uma mercadoria, uma mercadoria qualquer, numa loja. Por exemplo, tomate: R$5, o quilo; só que o tomate está em promoção: R$3. Se a UIT fosse verificar o preço do tomate no mundo, ela diria o seguinte: "No Brasil, o tomate custa R$5,00." Ela não olha o preço que o usuário paga; ela olha o preço da oferta. Isso está errado! Só estaria certo se a oferta coincidisse com o preço que o usuário paga.

Por que eu acho que existem essas diferenças? As empresas usam muito o mecanismo da promoção. Contrata-se um plano, que vai custar não sei quanto, não sei quanto. Só que, se falar de você para você mesmo, custará só R$0,20 a ligação, tantos centavos por dia, não importa quantas ligações fizer. A UIT não consegue capturar isso.

Então, não podemos – é preciso cautela – dizer que é isso aqui que funciona. Não! O preço é o preço que o usuário paga. Como calculamos isso? Existem formas muito fáceis de calcular. A Anatel tem esses números, que já encaminhamos, já divulgamos, inclusive. Esse é um trabalho que precisamos explicar como é feito, como é isso, como é aquilo.

Bom, acho que essa era a última questão que eu queria comentar. Certamente nós vamos formalizar todas as nossas respostas para todas as questões que nos dizem respeito diretamente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero agradecer ao nosso querido Roberto Pinto Martins, que fala aqui pela Anatel, pelas respostas claras, contundentes e importantes e quero dizer que vai ser muito importante esse compêndio que vamos fazer.

Ivônio, olha a responsabilidade!

Realmente, essas respostas que eles nos mandarão por escrito e as questões colocadas aqui são de grande valia para o consumidor brasileiro, para o cliente brasileiro, para o nosso cidadão. É o e-Cidadania atuando, como o Paulo colocou.

Vamos ouvir o nosso Ministério, o nosso aniversariante do dia. Sei que o pessoal já está com fome e coisa e tal, mas é tão importante o que estamos ouvindo aqui que preferi, em vez de limitar o tempo, ouvir o que os órgãos têm a dizer.

Então, fique à vontade, Artur. Se fosse Arthur Antunes Coimbra, seria o Zico, mas é o Artur Coimbra de Oliveira, em nome do Berzoini, nosso Ministro das Comunicações, meu amigo. Tive o privilégio de votar no nome dele, em duas oportunidades, para Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, quando eu era do Partido dos Trabalhadores. Hoje sou Senador pelo PSD (Partido Social Democrático), Partido do nosso Ministro Kassab, das Cidades. Sou fundador desse Partido há três anos, mas, antes, quando Berzoini e eu éramos do Partido dos Trabalhadores, tive a oportunidade de estar junto com o nosso querido Ministro fazendo algumas discussões importantes para o nosso País.

Então, fique à vontade, Artur. Ao final, vamos cantar Parabéns a Você, porque acho que, depois de tudo isso, você merece que esta Comissão o homenageie.

Vamos lá, Artur.

O SR. ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA – Senador, obrigado pela lembrança do meu aniversário.

Não sou capaz, infelizmente, de reproduzir toda a eloquência envolvente dos que me precederam. Então, a minha fala vai ser muito breve.

Em primeiro lugar, quero salientar que, de todas as reclamações que chegaram *on-line* pela participação dos cidadãos, foi possível ver que existe uma grande preocupação com a falta de cobertura do serviço. As pessoas confundem muito qualidade com falta de cobertura.

Em relação a isso, repiso o que o Superintendente Roberto Pinto Martins falou sobre as metas de cobertura rural. Até o final de 2015, todas as cidades terão aquela cobertura de 30km a partir dos seus limites, o que vai permitir o atendimento com telefonia e banda larga sem fios a 91% da população rural. Portanto, 91% da população rural brasileira deve ter o serviço já no início de 2016.

Além desse assunto, o Senador Eduardo Amorim e outras pessoas também levantaram a questão da baixa velocidade média da banda larga no Brasil. Isso está atrelado à questão da qualidade, e existe uma preocupação do Governo Federal em relação a esse assunto. O programa Banda Larga para Todos, que está em formulação, se concentra, precisamente, na melhoria da qualidade das redes, sejam redes de transportes – grandes *backbones* –, sejam redes de acesso em regiões de muita densidade populacional, e também foca no aumento da velocidade média da banda larga no Brasil, o que hoje, como já se falou aqui, está aquém do que se gostaria.

Por fim, Senador Hélio José, parabenizo a iniciativa de trazer este assunto à discussão, a qualidade do serviço móvel, e registro que é bastante conveniente o debate neste momento, sobretudo porque estamos em um ano em que existe uma ascensão de contratação de serviços, um aumento exponencial de usuários, sobretudo de banda larga móvel e é um ano em que observamos o anúncio de uma grande redução de investimentos não só pelo setor de telecomunicações, mas também pelos setores brasileiros econômicos, de uma forma geral. Então, é importante ter o olho vivo para a conjunção desses dois fatores, neste ano e no ano que vem, porque existe o risco de a situação ficar um pouco mais delicada.

Eram essas as minhas palavras.

Obrigado.

O SR. MARCELO CAMA PROENÇA FERNANDES – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não, Marcelo.

Por favor.

O SR. MARCELO CAMA PROENÇA FERNANDES – Apenas uma questão de ordem.

Eu gostaria de solicitar que o prazo para as respostas escritas fosse de duas semanas, e não uma, se isso não inviabilizar os trabalhos da Comissão, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Não há nenhum tipo de problema, só que precisamos, até para organizar os trabalhos, que se cumpram essas duas semanas.

Quem conseguir responder antes pode encaminhar à Comissão, aos cuidados do Sr. Ivônio ou da Égli, que é Diretora da Comissão.

O SR. MARCELO CAMA PROENÇA FERNANDES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Em seguida, eu queria tirar uma foto com todos e dar os parabéns ao nosso amigo Artur Coimbra.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.)

COMISSÃO SENADO DO FUTURO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015, ÀS 11 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quatro minutos do dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e quinze, no Plenário nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência eventual do Senador Paulo Paim, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Angela Portela, Paulo Rocha, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Wellington Fagundes, Blairo Maggi e do Senador Waldemir Moka, não membro. Deixaram de comparecer o Senador Cristovam Buarque, tendo falta justificada, e os Senadores Gladson Cameli, Luiz Henrique, Sérgio Petecão e Wilder Morais. O presidente eventual, Senador Paulo Paim, declarou aberta a reunião, destinada à instalação dos trabalhos e à eleição do presidente e do vice-presidente da comissão para o biênio 2015/2016. Por aclamação, foi eleito presidente da comissão o Senador Wellington Fagundes. Ficou adiada a eleição do vice-presidente. O presidente eventual passou então a presidência ao Senador Wellington Fagundes, que fez seu discurso de posse. Em seguida, o presidente eleito submeteu ao plenário da comissão a inclusão como extrapauta dos seguintes requerimentos: RFF nº 1 de 2015, de iniciativa do Senador Wellington Fagundes, que "requer, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado pela Comissão Senado do Futuro um ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema Logística e Transporte"; e RFF nº 2 de 2015, de iniciativa do Senador Wellington Fagundes, que "requer, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado pela Comissão Senado do Futuro um ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema Pacto Federativo". Os dois requerimentos foram aprovados. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às onze horas e dez minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos senhores presidente eventual e presidente eleito da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim ,** Presidente Eventual da Comissão Senado do Futuro, – Senador **Wellington Fagundes,** Presidente da Comissão Senado do Futuro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão do Senado do Futuro.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2015/2016.

Foram registradas até o momento as seguintes indicações:

Para Presidente: Senador Wellington Fagundes;

Como o Vice-Presidente... Senador Moka? Elegemos só o Presidente neste momento? É de acordo que a gente eleja só o Presidente, já que o Vice não está indicado, como já aconteceu em outras Comissões, inclusive na minha?

Para Vice-Presidente, não há nenhum nome ajustado com os Líderes. Na próxima reunião será indicado e votado.

Não tendo sido registrada outra chapa, consulto os senhores membros se concordam em realizar a votação por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco em votação para a aclamação o nome do nobre Senador Wellington Fagundes para Presidente desta importante Comissão do Senado do Futuro.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleito por aclamação o Senador Wellington Fagundes como Presidente desta Comissão.

Convido o Senador eleito para que assuma neste momento a Presidência para fazer a manifestação, já que eu só fui indicado para abrir, pois fui considerado o mais novo aqui no plenário. O caçula ao inverso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Como já foi aqui lido pelo nosso companheiro Senador Paim, o objetivo é a instalação com a eleição. Quero agradecer a presença do Senador Moka, que, inclusive, estava também indicado para a nossa Comissão, mas acabou sendo substituído, dado o atropelo que é a nossa vida aqui.

Agora há pouco, estávamos na Comissão de Infraestrutura, e o Senador falou: "Eu não quero ser Senador beija-flor", porque, infelizmente, ontem estivemos reunidos na casa do Senador Moka até quase 2 horas da manhã com o Ministro da Indústria e Comércio. Hoje, às 7 horas da manhã, outra audiência com o Ministro da Fazenda, Levy. Foi uma audiência extremamente importante. A gente percebeu lá, Senador Moka, a humildade, além da competência, a garra e a vontade do Ministro Levy de fazer um trabalho conjunto; aquilo que discutimos ontem sobre a necessidade de todos nos envolvermos neste momento de crise do País, no momento em que todos nós temos uma responsabilidade com este País.

E a função exatamente desta Comissão Senado do Futuro é discutir temas, de curto, mas principalmente médio e longo prazos, que venham trazer um desenvolvimento sustentável do nosso País, um desenvolvimento harmônico.

E é sob esse aspecto que eu gostaria de agradecer o Senador Paulo Paim, pela sua experiência, por estar aqui nos ajudando. Agradecer ao Senador Moka e aos outros Senadores que aqui compareceram para fazer quórum.

Espero que na semana que vem a gente, então, possa definir o Vice-Presidente, e começar a atuação desta Comissão.

Esta é uma Comissão nova, foi criada no mandato passado. Tivemos um exemplo bom do Chile, com resultados fenomenais. No Brasil, nós não temos muito esse costume do planejamento, e isso às vezes faz com que esse nosso imediatismo nos leve a momentos de turbulência, inclusive como este que estamos vivendo.

Então, eu quero aqui agradecer a todos.

Não havendo nenhum requerimento em pauta, vamos dar por encerrada...

Há dois requerimentos que são, inclusive, da minha autoria:

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 1, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado pela Comissão Senado do Futuro um ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema Logística e Transporte.
Autoria: Senador Wellington Fagundes

Aliás, esse foi o assunto que discutimos mais com o Ministro Levy. Para sairmos da crise, não há como não investirmos, principalmente no nosso caso, no caso do Brasil, na questão a logísticas – as concessões públicas, privadas; enfim, fazer com que o Brasil acredite no Brasil mesmo. Com relação à crise, nós temos que cortar as gorduras, mas também não podemos deixar de gerar empregos, de gerar oportunidades para a população.

Então, esses eventos terão como objetivo subsidiar os trabalhos da Comissão, com depoimentos, análises e informações sobre os vários aspectos da logística e transporte e seus impactos na economia e sociedade brasileira.

Da mesma forma, temos o outro requerimento:

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 2, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado pela Comissão Senado do Futuro um ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2015-2016, acerca do tema Pacto Federativo.
Autoria: Senador Wellington Fagundes

Como são os dois requerimentos de minha autoria, para facilitar, nós vamos colocá-los em discussão.

Se houver algum Senador que queira discuti-los... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-los, em votação.

Aqueles que concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

A Comissão aprova os dois requerimentos em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Não havendo nada mais a tratar, bom dia, bom trabalho a todos!

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.)

Edição de hoje: 620 páginas
(O.S. 12986/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL